

ORGANIZADORES

THIAGO CEDREZ DA SILVA
EDGAR AVILA GANDRA
ELVIS SILVEIRA SIMÕES

HISTÓRIA EM FOCO

CONJUNTO DE PESQUISAS
ACADÊMICAS DE HISTÓRIA



 **Mundo**
Acadêmico

ORGANIZADORES

THIAGO CEDREZ DA SILVA
EDGAR AVILA GANDRA
ELVIS SILVEIRA SIMÕES

HISTÓRIA EM FOCO

CONJUNTO DE PESQUISAS
ACADÊMICAS DE HISTÓRIA



PORTO ALEGRE
2021



Copyright ©2021 dos organizadores

Direitos desta edição reservados aos organizadores, cedidos somente para a presente edição à Editora Mundo Acadêmico.



LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0 Internacional
(CC BY-NC-ND 4.0)

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral está disponível em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Expediente:

Capa e diagramação:

Thiago Cedrez da Silva

Editor:

Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial Casalettras

Prof. Dr. Amurabi Oliveira (UFSC)

Prof. Dr. Elio Flores (UFPB)

Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPEL)

Prof^a Dr^a Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Prof. Dr. Moacyr Flores (IHGRGS)

Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H62999 História em foco: abordagens, discussões e perspectivas históricas / Thiago Cedrez da Silva, Edgar Avila Gandra e Elvis Silveira Simões (Orgs.).
[Recurso eletrônico] Porto Alegre: Editora Mundo Acadêmico, 2021.

584p.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-89475-19-4

1. História - 2. Historiografia - 3. Temas de historiografia - I. Silva, Thiago Cedrez da - II. Gandra, Edgar Avila - III. Simões, Elvis Silveira - III. Título.

CDU: 98(0499)

CDD:981



EDITORA MUNDO ACADÊMICO

Um selo da Editora Casalettras

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa

Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103

+55 51 3013-1407 - contato@casaletras.com

www.casaletras.com

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: HISTÓRIA EM FOCO: ABORDAGENS, DISCUSSÕES E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

Thiago Cedrez da Silva; Edgar Avila Gandra; Elvis Silveira Simões 08

OFÍCIO DO HISTORIADOR: IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS DURANTE A PESQUISA NO CONTEXTO DE PANDEMIA (2020)

Adna Gomes Oliveira..... 18

O ACERVO MOBILIÁRIO PARA ALÉM DE PATRIMÔNIO CULTURAL: FONTE HISTÓRICA, A MEMÓRIA NACIONAL NO INTERIOR DO EDIFÍCIO DO ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO DO PALACIO ITAMARATY

Adna Gomes Oliveira..... 28

ESTRATÉGIA E PODER: O COMPADRIO NA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA

Alexandre Pereira Costa..... 43

O NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL – EXPLANAÇÕES SOBRE ENREDOS DO G.R.E.S. ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA.

Aloisio Souza Castro Junior..... 51

A CONSTRUÇÃO DOS POVOS AMAZÔNIDAS SOBRE O IMAGINÁRIO EUROPEU

Arealde Costa da Silva; Jesieide Pinheiro Ferreira; Luiz Gustavo da Silva Costa.... 64

O ENCOBRIMENTO DO “OUTRO” A PARTIR DO “EU”

Arealde Costa da Silva; Jesieide Pinheiro Ferreira; Luiz Gustavo da Silva Costa.... 79

AS EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS NO CONTEXTO DO BEM VIVER NA ÚLTIMA DÉCADA

Arealde Costa da Silva..... 93

OLHARES ACADÊMICOS SOBRE O REINO UNIDO DE ISRAEL E JUDÁ

Bruno Alves Coelho; Matheus da Silva Carmo..... 107

GETÚLIO VARGAS, ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DOS FATOS NO TEMPO PRESENTE

Bruno Félix do Prado..... 120

A REPRESSÃO DA CAPOEIRA EM SALVADOR SÉCULO XIX EM SALVADOR

Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade; Cleidinaldo Ribeiro dos Santos Andrade; Severiano Janeo da Silva Gomes 132

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM PANORAMA HISTÓRICO

Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade; Cleidinaldo Ribeiro dos Santos Andrade; Severiano Janeo da Silva Gomes 142

AS CIDADES DE “O TEMPO ENTRE COSTURAS”: UM RECORTE HISTÓRICO-GEOGRÁFICO-CULTURAL SOB O OLHAR DA PERSONAGEM SIRA QUIROGA

Cristina Pasquetti Massutti..... 154

INSERÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA UTILIZANDO IMAGENS FOTOGRÁFICAS.

Daiana Santos Jardim Bonazza..... 163

RELIGIOSIDADE SIMÃODIENSE: CATOLICISMO X PROTESTANTISMO

Daniell Alves Loiola Santana 173

SIMÃO DIAS: DE CAPELA Á VILA DE SENHORA SANTA ANA

Daniell Alves Loiola Santana..... 189

OBRAS “ARCAICAS” DO ESPÍRITO: CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS SÍMBOLOS DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NA PRÉ-HISTÓRIA

Danielson Santiago Portugal..... 204

A HERANÇA SOCIAL DO ESCRAVISMO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL

David Nogueira..... 218

UM OLHAR PARA A HISTÓRIA DO ARMAZÉM DE CULTURA DE SERRANÓPOLIS: PERSPECTIVAS CULTURAIS.

Delidio Pereira Nery..... 233

UM ENSAIO SOBRE OS PRESSUPOSTOS DA REFORMA PROTESTANTE

Denis Andre Bez Bueno..... 243

LANTERNA REPUBLICANO E ARQUEIRO DEMOCRATA: A SOCIEDADE ESTADUNIDENSE DO FINAL DOS ANOS 60 ATRAVÉS DA NONA ARTE

Eron Teixeira de Melo..... 254

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UM DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL

Francisco de Paulo D’Avila Junior..... 263

NO PORÃO DO NAVIO À NOTORIEDADE: A ATUAÇÃO DOS EX-ESCRAVOS COMO ATORES FUNDAMENTAIS NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS DOS PORTOS CAPIXABA.

Gracineide Maria de Souza..... 274

DE NAZARÉ A ANCHIETA: A FERROVIA E O DESENVOLVIMENTO DE UM SUBÚRBIO CARIOCA (1896-1981)

Guilherme Esteves Galvão Lopes; Vitor Guilherme Gonçalves Bispo de Almeida..284

O USO DE SERIADOS TELEVISIVOS COMO RECURSO NO ENSINO DE HISTÓRIA: SLEEPY HOLLOW E A INDEPENDÊNCIA DOS E.U.A

Guilherme Nunes de Souza..... 300

PODER NO EGITO DA XXVI DINASTIA: A ASCENSÃO SAÍTA E O CONFLITO EGÍPCIO-BABILÔNICO.

Hector Eliahou Leon Lev..... 309

O EXERCÍCIO DO PODER LOCAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Henrique Pereira Lima..... 324

ENTRE FERRO, FOGO E ÁGUA: A EXCLUSÃO DA RUA DA LINHA NAS DÉCADAS DE 1950 A 1970	
Iêda Mascarenhas Silva de Carvalho.....	337
USOS POLÍTICOS DA CIÊNCIA: OS OBJETOS DE C&T DO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS DA COLEÇÃO DO MUSEU DE ASTRONOMIA DO RJ	
Janaína Lacerda Furtado.....	347
O USO EDUCATIVO DAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	
João Paulo de Oliveira Farias; Sônia Meneses; Vanderlene de Farias Lima.....	362
PERSPECTIVAS PRÉVIAS DO GOLPE DE 1964: NARRATIVAS COMPARADAS DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO	
Jordã Castro Bork	374
LIDERANÇA FEMININA: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	
José Ismaelton Pereira de Andrade.....	385
O ENSINO HÍBRIDO COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA REFLEXÃO ACERCA DAS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS NAS DITADURAS CHILENA E BRASILEIRA: UMA PROPOSTA DE ENSINO.	
Karina Raylene Dos Santos Ribeiro; Rafael Alves Nunes Neto;	394
SUICÍDIO NA TERCEIRA IDADE: RISCOS E PREVENÇÃO	
Katiele Costa.....	405
AS CARTAS AO POVO BRASILEIRO (2002 & 2018): UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA POLÍTICA E IDEOLÓGICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E DE LULA	
Larissa Guimarães Valentim.....	415
CONEXÕES ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: O IDEAL FEMININO EM 'TRISTÃO & ISOLDA'	
Larissa Guimarães Valentim	431
ENSINO REMOTO E HISTÓRIA: USO DAS TDICS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19	
Lívia Maria Albuquerque Couto; Marcos Vicente Miranda Santos.....	446
A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: DIREITO OU OBRIGAÇÃO?	
Lucas Bitencourt Fortes	457
BREVE HISTÓRIA DOS INDÍGENAS NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E IMATERIAL	
Manuel Alves de Sousa Junior; Lara Danielle Barbosa Oliveira Silva; Gabrielle Silva Gonçalves de Souza	465

A EUGENIA COMO BIOPOLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE O EUGENISMO E SEUS IMPACTOS NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX.	
Marcella Brito dos Santos.....	474
“PARENTELAS” NA FORMAÇÃO COLONIAL DO BRASIL: PERSPECTIVAS POLÍTICAS	
Marcelo Pereira Souza.....	484
O ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO DE ESPUMOSO 1980-1988	
Maria Ines Comin.....	495
AS DIFICULDADES E ARMADILHAS DE SE ESCREVER A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DA CONLUTAS (2004 A 2008)	
Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior.....	507
AS PROFETIZAS DO CRIPTOJUDAÍSMO NA BAHIA COLONIAL	
Pedro Paulo Jacomo da Silva Junior.....	519
HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DE CAMPINAS DESCOBRINDO E PRESERVANDO A MEMÓRIA	
Thatiane Carneiro Sotano Machado.....	529
O CINEMA NA SALA DE AULA, A RECONSTRUÇÃO DO COTIDIANO	
Valter Aparecido Barcala.....	537
CONSCIÊNCIA DE CLASSE E VIOLÊNCIA NO FILME <i>ELES NÃO USAM BLACK-TIE</i>, DE LEON HIRZSMAN	
Valter Aparecido Barcala.....	547
NARRATIVAS EM DISPUTA NO TERRITÓRIO DA LUZ: O EFEITO DISCURSIVO DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA	
Wilmihara Benevides da Silva Alves dos Santos.....	557
OS POVOS <i>BANTU</i> E AS SUAS AFROPERSPECTIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: LEI FEDERAL 10.639/03 NO CHÃO DA ESCOLA “RELATOS DE EXPERIMENTAÇÕES”.	
Wudson Guilherme de Oliveira	570
SOBRE OS ORGANIZADORES DA OBRA.....	583

APRESENTAÇÃO: HISTÓRIA EM FOCO: ABORDAGENS, DISCUSSÕES E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS.

Sejam todos(as) bem-vindos(as) a mais uma edição do livro História em Foco.

Este livro tem como importante objetivo congrega as mais diversas pesquisas e abordagens de estudos ligados as áreas das humanidades. Assim, ele visa trazer a comunidade de pesquisadores debates e estudos que estejam diretas ou indiretamente correlacionados ao saber histórico, e possibilitar, desta maneira, a difusão do saber científico.

A obra em tela se constitui em um conjunto de artigos escritos por autores(as), cujas pesquisas se conectam ou tem como temática central a história, seja através de estudos de caso, estudos bibliográficos, discussões teóricas ou afins.

O artigo intitulado **“OFÍCIO DO HISTORIADOR: IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS DURANTE A PESQUISA NO CONTEXTO DE PANDEMIA (2020)”** tem por finalidade apresentar um momento da pesquisa de doutoramento em História, no qual a autora Adna Gomes Oliveira se propõe analisar o ofício do historiador em contexto de pandemia do covid-19 e o uso das tecnologias digitais como ferramenta metodológica. O objetivo, assim, é discutir essa interface metodológica e refletir sobre o quanto o historiador pode se apropriar de tais ferramentas e outras que podem surgir, sobretudo, em contexto de fenômenos naturais e sociais inesperados como uma pandemia e suas consequências, advindo crises em vários campos como: sociais, econômicas, educacional e saúde pública.

O artigo **“O ACERVO MOBILIÁRIO PARA ALÉM DE PATRIMÔNIO CULTURAL: FONTE HISTÓRICA, A MEMÓRIA NACIONAL NO INTERIOR DO EDIFÍCIO DO ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO DO PALACIO ITAMARATY”**, de Adna Gomes Oliveira, é resultado da pesquisa sobre o acervo mobiliário do Prédio ERERIO do Palácio Itamaraty, cuja memória remete ao período da sua construção e organização interior. O conjunto mobiliário reflete a linguagem e o pensamento social-político da época, através da sua descrição. Por isso, considera-se que o design arquitetônico da mobília é uma referência do cenário temporal. Para sua pesquisa, optou pelo estudo do período de 1908 até a atualidade, e como metodologia utilizou da análise qualitativa, debruçando-se sobre fonte bibliográfica e o próprio acervo mobiliário.

O estudo de Alexandre Pereira Costa tem por finalidade apresentar uma sucinta análise teórica sobre o desmembramento do Compadrio. Assim, o artigo **“ESTRATÉGIA E PODER: O COMPADRIO NA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA”** busca discutir e repensar as relações de compadrio durante o período da escravatura brasileira – século XIX - e a representatividade à sociedade do batismo realizado pela Igreja Católica.

O autor Aloísio Souza Castro Junior discute, em sua pesquisa intitulada **“O NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL – EXPLANAÇÕES SOBRE ENREDOS DO G.R.E.S. ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA”**, que a história do Brasil é marcada pela grande presença de africanos, os quais foram trazidos para o país de maneira forçada pelos desbravadores portugueses e serviram a nova terra, de forma escrava. Segundo o autor, no decorrer das décadas após a abolição, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, um dilema urbano/cultural envolveu as camadas populares, especialmente as comunidades afrodescendentes, e o Estado republicano, era o início das organizações carnavalescas afro-brasileiras, e essa passou a ser a forma dos negros se expressarem, defenderem sua história e denunciar a negação das políticas públicas com o recorte etnicorracial.

O artigo **“A CONSTRUÇÃO DOS POVOS AMAZÔNIDAS SOBRE O IMAGINÁRIO EUROPEU”**, dos autores Arealde Costa da Silva, Jesieide Pinheiro Ferreira e Luiz Gustavo da Silva Costa, apresenta que as primeiras narrativas da história da Amazônia são inquietantes, quanto aos relatos dos viajantes europeus renascentistas. Conforme os autores, a presença do eurocentrismo é decisiva para a política que será implantada. Ao longo dos séculos, a região e seus habitantes permaneceram quase que isentos quanto à sua originalidade. Houve um desprezo dos valores culturais dos povos amazônidas. Os interesses do imaginário europeu foram, o mito do El Dorado e a presença das Amazonas. Assim, os pesquisados objetivam entender o processo de construção da representação da Amazônia e de seus habitantes ao longo do tempo.

O artigo **“O ENCOBRIMENTO DO “OUTRO” A PARTIR DO “EU”**, de autoria de Arealde Costa da Silva, Jesieide Pinheiro Ferreira e Luiz Gustavo da Silva Costa é parte do Trabalho de Conclusão de Curso - A representação do amapaense frente ao cenário nacional que versa compreender como o amapaense é representado na visão de outros brasileiros de fora da região amazônica. Sua pesquisa teve como metodologia utilizada a revisão bibliográfica. O método hipotético-dedutivo. Os autores compreendem que justifica-se sua relevância na atual conjuntura econômica que o Amapá vive. A matriz teórica é o autor Said - que através do termo Orientalismo, analisa a afirmação da produção intelectual feita pelo Ocidente em relação ao Oriente, fundamentada numa “suposta superioridade” em relação ao “Outro”, ditado pelo Eurocentrismo - a Europa como centro do universo.

O presente artigo intitulado **“AS EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS NO CONTEXTO DO BEM VIVER NA ÚLTIMA DÉCADA”** da autora Arealde Costa da Silva contempla a temática do Bem Viver e tem como objeto de estudo as experiências dos povos indígenas. O objetivo de seu estudo é compreender as experiências dos povos indígenas no contexto do Bem Viver a partir do conceito de cultura, ancestralidade, memória e resistência. Destaca a autora que como resultado, observou-se que o Bem viver é uma filosofia de vida ainda em construção, que o eurocentrismo continua presente e, os povos indígenas continuam lutando e resistindo a toda forma de opressão, dominação, exploração e exclusão.

Os autores Bruno Alves Coelho e Matheus da Silva Carmo pesquisam, em seu artigo **“OLHARES ACADÊMICOS SOBRE O REINO UNIDO DE ISRAEL E JUDÁ”**, sobre a antiguidade de Israel e de Judá, cujo um dos principais tópicos é a monarquia unida. Desde o momento que a História Antiga de Israel e de Judá começou a ser escrita, os historiadores pouco contestaram a narrativa bíblica a respeito do reino de Davi e Salomão, a encarando como historicamente verificável. Porém, esse quadro muda nos anos 1980. Alguns pesquisadores começaram a contestar a narrativa bíblica sobre o Reino Unido de Israel e Judá com base na crítica interna dos textos bíblicos e na ausência de evidências arqueológicas. Assim, presente artigo apresenta um levantamento historiográfico de autores que defendem a hipótese da monarquia unida e outros que adotam uma posição mais crítica a esse respeito.

Pensando no tempo presente, o objetivo do ensaio **“GETÚLIO VARGAS, ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DOS FATOS NO TEMPO PRESENTE”**, do autor Bruno Félix do Prado, é analisar de forma crítica a hipótese de que a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o polêmico posicionamento de Getúlio Vargas no período é assunto, atualmente, pouco abordado fora dos meios acadêmicos, e como isso pode pesar diretamente na consciência histórica do público em geral. Busca discutir como as novas tecnologias e o imediatismo podem prejudicar a construção do conhecimento histórico mais aprofundado, e como um formador de opinião, ao se utilizar do

passado como ferramenta ideológica, pode interferir diretamente na consciência histórica do público.

Os pesquisadores Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade, Cleidinaldo Ribeiro dos Santos Andrade e Severiano Janeo da Silva Gomes em seu trabalho, nomeado **“A REPRESSÃO DA CAPOEIRA EM SALVADOR SÉCULO XIX EM SALVADOR”**, tratam da repressão da capoeira em território nacional, especificamente em Salvador de 1890. Conforme abordam, com a promulgação do Código Penal, a prática da Capoeira, então exercida sobretudo por pessoas negras, muitas delas recém-egressas da escravidão, passou a ser proibida em todo o território nacional. O Estado, detentor do monopólio da violência e utilizando-se de um manto de legitimidade da força, fez os interesses econômicos e as expectativas da classe dominante burguesa contribuir para manutenção da repressão, conforme os autores.

O trabalho nomeado **“POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM PANORAMA HISTÓRICO”** visa refletir acerca do conceito de políticas públicas, conceito esse que vai muito além da compreensão simplista dos termos, é necessário compreender dentro de uma linha histórica como estas se consolidam e emergem com ênfases em diferentes esferas e com diferentes nuances. Assim, os autores Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade, Cleidinaldo Ribeiro dos Santos Andrade e Severiano Janeo da Silva Gomes, apresentam que nas sociedades democráticas o termo política pública estão no cotidiano das pessoas, esse aspecto reverbera de fatores anteriores como o caráter regulador que os estados passam a assumir após a segunda guerra mundial.

No artigo **“AS CIDADES DE “O TEMPO ENTRE COSTURAS”: UM RECORTE HISTÓRICO-GEOGRÁFICO-CULTURAL SOB O OLHAR DA PERSONAGEM SIRA QUIROGA”**, a autora Cristina Pasquetti Massutti, trata de uma análise sobre as cidades que aparecem no livro “O tempo entre costuras”, de Maria Dueñas: Madri, Tânger e Tetuán. Seus objetivos são discutir de que forma a Guerra Civil Espanhola foi apresentada nessas cidades e compreender as diferenças culturais entre elas. Para isto, utiliza-se da metodologia de Literatura Comparada.

A pesquisadora Daiana Santos Jardim Bonazza, em seu artigo **“INSERÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA UTILIZANDO IMAGENS FOTOGRÁFICAS.”**, tem o objetivo realizar um estudo sobre as TICs aplicadas ao ensino de História, como também, inserir na prática a utilização das mesmas nas aulas. Para isto, utilizou-se da metodologia classificada como pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, realizado com alunos das turmas de 8º série.

O autor Daniell Alves Loiola Santana apresenta que com a emancipação política de Sergipe, em seus 201 Anos de história e religiosidade, traz nos costumes e tradições a fé de um povo baseado nas crenças e credos. Assim, seu artigo, intitulado **“RELIGIOSIDADE SIMÃODIENSE: CATOLICISMO X PROTESTANTISMO”**, é uma releitura dos acontecimentos religiosos do município de Simão Dias – SE. Apresenta o autor que será elencado o processo do envolvimento religioso desde sua colonização e pregação dos jesuítas espalhando o catolicismo com a construção da Matriz de Senhora Santana em 1785 até o surgimento do protestantismo com a edificação do Templo Presbiteriano solenemente inaugurado em 1929; além da diversidade de Capelas em Simão Dias.

O pesquisador Daniell Alves Loiola Santana discute, no artigo **“SIMÃO DIAS: DE CAPELA Á VILA DE SENHORA SANTA ANA”**, que com a emancipação política de Simão Dias em seus 131 Anos de história, cultura e religiosidade na memória coletiva dos seus antepassados, baseado nos acontecimentos e vivências dos povos as margens do Rio Caiçá. Desta forma, sua pesquisa mostra a trajetória

da formação da pequena povoação até o reconhecimento do status de vila. O autor destaca que será elencado todo processo de historicidade do município desde sua povoação a beira do Rio Caiçá passando pela condição de freguesia até o status de vila com mensurável empenho do desenvolvimento da religião e do comércio local no referido território simão-diense.

No artigo **“OBRAS “ARCAICAS” DO ESPÍRITO: CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS SÍMBOLOS DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NA PRÉ-HISTÓRIA”**, o autor Danielson Santiago Portugal, apresenta que o projeto de reconhecimento do homem, como sujeito histórico, evoca múltiplas sociabilidades, em que a universalidade da história se expressa nos localismos, que, por sua força criativa, rumam às etapas de uma totalidade dialética. Desta forma, o pesquisador propõe, em seu estudo, revisitar a Pré-História, entranha cavernosa da humanidade, para descrever o processo de hominização como a *pedra de toque* da ancestralidade, onde se encontra a fundamentação multirreferencial dos processos civilizatórios. Hegel diz que a História segue o movimento do Espírito, e este, na Pré-História, emancipou o ser humano à *polis*.

A pesquisa de David Nogueira, nomeada **“A HERANÇA SOCIAL DO ESCRAVISMO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL”**, busca discutir a problemática da escravização no Rio Grande do Sul do século XVIII até o início do século XX. Assim, apresenta o autor, como os negros escravizados chegaram à província, que tipo de estrutura encontraram, que tratamento recebiam e como sua participação foi fundamental para a construção política, econômica e sociocultural dessa região. O pesquisador também discutirá a questão da herança deixada pelos anos de escravização dos negros na província para compreender seu papel fundamental na construção da identidade regional.

No estudo **“UM OLHAR PARA A HISTÓRIA DO ARMAZÉM DE CULTURA DE SERRANÓPOLIS: PERSPECTIVAS CULTURAIS”**, o pesquisador Delídio Pereira Nery, apresenta, localizado no município de Serranópolis, Estado de Goiás, o Armazém de Cultura. Conforme o autor, esse é um abrigo de artes, artesanatos, museu, auditório, oficinas e muita história do que já passou e ainda passa pelo rico município goiano, com fósseis descobertos e datados de onze mil anos, segundo estudos arqueológicos.

O artigo **“UM ENSAIO SOBRE OS PRESSUPOSTOS DA REFORMA PROTESTANTE”**, do autor Denis Andre Bez Bueno, tem como tema principal a Reforma Protestante do século XVI, cujo problema que o delimita é: de que modo se relacionam os pressupostos políticos, sociais, culturais e religiosos que culminaram na ocorrência da Reforma Protestante? Assim, o autor parte da metodologia hipotético-dedutiva, objetivando responder a problemática supramencionado percorrendo os seguintes estágios: analisar as premissas correspondentes ao final da Idade Média; compreender o contexto político, social e religioso do movimento; assimilar os pressupostos doutrinários referentes à Reforma.

O autor Eron Teixeira de Melo compreende que muito já se discutiu sobre a importância de diferentes formas de arte que trazem questionamentos políticos, econômicos e sociais ao longo da história, mas os quadros enquanto arte e material de pesquisa ainda são, por vezes, considerados de menor relevância, principalmente dentro da academia. Assim, a proposta de seu artigo, intitulado **“LANTERNA REPUBLICANA E ARQUEIRO DEMOCRATA: A SOCIEDADE ESTADUNIDENSE DO FINAL DOS ANOS 60 ATRAVÉS DA NONA ARTE”**, é problematizar a respeito de uma obra não tanto valorizada quanto material de estudo, mas fundamental para a sua época: o encontro dos personagens arqueiro verde e lanterna verde de Dennis O’neil e Neal Adams.

O pesquisador Francisco de Paulo D'Avila Junior apresenta que diante de uma crise ambiental que cada vez mais ganha proporções em escala global, o papel da educação ambiental nas escolas se torna relevante na busca por construir novos sujeitos, com novos valores e ideias para lidar com tais problemáticas. Desde a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a educação ambiental é referendada, assim como em outros documentos oficiais elaborados nas últimas décadas. Desta forma, sua pesquisa, nomeada **“A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UM DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL”**, busca além de abordar a importância da EA em contexto escolar, investigar como o tema é citado nos principais documentos orientadores, principalmente aqueles com foco específico para a área educacional.

Conforme a autora Gracineide Maria de Souza a categoria dos portuários contribui de forma efetiva nos serviços de movimentações de cargas nos portos brasileiros. Assim, seu estudo intitulado **“NO PORÃO DO NAVIO À NOTORIEDADE: A ATUAÇÃO DOS EX-ESCRAVOS COMO ATORES FUNDAMENTAIS NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS DOS PORTOS CAPIXABA”** tem como objetivo apresentar a relação do trabalhador com os serviços nos portos capixabas e o processo de organização das categorias sindicais dos Trabalhadores Portuários Avulsos (TPA's).

O artigo **“DE NAZARÉ A ANCHIETA: A FERROVIA E O DESENVOLVIMENTO DE UM SUBÚRBIO CARIOCA (1896-1981)”**, escrito pelos autores Guilherme Esteves Galvão Lopes e Vitor Guilherme Gonçalves Bispo de Almeida, tem como finalidade oferecer, introdutoriamente, a análise de aspectos da história do bairro de Anchieta, no subúrbio carioca, tendo como ponto inicial a relevância da ferrovia, especificamente a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), em seu processo de desenvolvimento e inclusão no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro.

O artigo **“O USO DE SERIADOS TELEVISIVOS COMO RECURSO NO ENSINO DE HISTÓRIA: SLEEPY HOLLOW E A INDEPENDÊNCIA DOS E.U.A”**, segundo seu autor Guilherme Nunes de Souza, foi idealizado com o intuito de difundir um novo modelo de estudo da história no qual utiliza-se material audiovisual e de fácil absorção por alunos da educação básica e a população em geral que gostaria de ter uma noção a mais sobre cinema e um melhor desenvolvimento de senso crítico.

Conforme o autor Hector Eliahou Leon Levy, a partir dos meados do século VII a.C., verifica-se no Egito a ascensão da XXVI dinastia, ou “Saíta”. Nesse período, temos a retomada das campanhas militares pelos egípcios na região do Levante, visando proteger os interesses do Egito da ameaça babilônica, diante do enfraquecimento do poder assírio no mundo antigo. Desta forma, em seu estudo **“PODER NO EGITO DA XXVI DINASTIA: A ASCENSÃO SAÍTA E O CONFLITO EGÍPCIO-BABILÔNICO”**, aponta o pesquisador que para analisar as relações de poder no Egito Saíta, utilizou-se como conceitos teóricos os ensinamentos de Norberto Bobbio e Max Weber, e serviu-se de fontes primárias, como as chamadas “Crônicas Babilônicas” e os registros bíblicos, ao mesmo tempo que enfatizou o conflito egípcio-babilônico durante o período saíta.

De acordo com Henrique Pereira Lima, em seu artigo **“O EXERCÍCIO DO PODER LOCAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS”**, a História aponta e a contemporaneidade demonstra que o poder político brasileiro, do local ao nacional ainda possui amarras ao seu livre exercício. Apesar dos diversos momentos de ruptura política, como a Proclamação da República (1889), Revolução de 30 (1930) ou a promulgação da Constituição de 1988, dentre outros, a promessa de democratização do acesso ao poder de decisão

política e do exercício deste poder ainda não se concretizou plenamente. Assim, o “fazer político” típico da Primeira República e do coronelismo ainda possui ecos na atualidade, ao mesmo passo em que ainda são limitados os espaços de participação política cidadã.

Conforme a autora Lêda Mascarenhas Silva de Carvalho, em sua pesquisa intitulada **“ENTRE FERRO, FOGO E ÁGUA: A EXCLUSÃO DA RUA DA LINHA NAS DÉCADAS DE 1950 A 1970”**, seu objeto de pesquisa foi a Rua Lauro Farâni de Freitas, anteriormente conhecida como Rua da Linha. As dificuldades enfrentadas pelos moradores relacionadas à manutenção e segurança bem como as dificuldades em adquirir água potável por conta dos períodos de seca, foram elementos norteadores para entender como era o seu cotidiano, pois eram vistos como excluídos. Embora, a rua em questão se localize no centro da cidade de Itaberaba, estando localizada nas proximidades da antiga Estação Ferroviária, era uma via de acesso do trem entre Itaberaba e o povoado de Itaíba, contava com o desfavor das autoridades locais e da sociedade como um todo.

A pesquisa **“USOS POLÍTICOS DA CIÊNCIA: OS OBJETOS DE C&T DO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS DA COLEÇÃO DO MUSEU DE ASTRONOMIA DO RJ”**, realizada pela autora Janaína Lacerda Furtado, aponta que durante os anos 1930 a física nuclear foi da descoberta do nêutron à fissão nuclear. Mas as mudanças não se resumiram apenas a novos e revolucionários conceitos, mas também às mudanças fundamentais nas práticas de pesquisa, nos laboratórios, nos instrumentos e na tecnologia. Outro aspecto importante, elenca a pesquisadora, foram as mudanças dos instrumentos científicos (objetos de C&T) do século XX durante as duas grandes guerras mundiais e a Guerra Fria. Neste sentido seu trabalho tem por objetivo apresentar e discutir a coleção de objetos de física do Museu de Astronomia (MAST) em suas relações com os contextos político, científico e social neste período.

Apontam os autores “João Paulo de Oliveira Farias, Sônia Meneses e Vanderlene de Farias Lima” que nos últimos anos percebe-se que o mundo passou por grandes transformações em várias esferas e em todas as relações humanas. As novas demandas sociais, criaram e possibilitam reflexões necessárias sobre a inserção das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, devendo estas serem estratégias das políticas educacionais. Assim, sua pesquisa, intitulada **“O USO EDUCATIVO DAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA”**, procura discutir algumas das possibilidades e desafios do uso das novas tecnologias em sala de aula, procurando com isso fazer uma relação entre educação, o lugar do historiador, do professor e do próprio ensino de história nos dias atuais.

Na pesquisa de Jordã Castro Bork, intitulada **“PERSPECTIVAS PRÉVIAS DO GOLPE DE 1964: NARRATIVAS COMPARADAS DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO”**, discute que o período que compreende o regime militar do Brasil, entre 1964 e 1985, é um assunto que ainda hoje reverbera, principalmente nos meios acadêmicos. Nesse sentido, o autor buscou realizar uma análise comparada entre três obras de diferentes autores escritas em tempos distintos. Por meio destes três livros, através de um estudo comparado entre as narrativas histórico-historiográficas, estabeleceu-se a análise, de modo a rever como a temporalidade auxilia na construção, bem como os reflexos dessas obras na discussão historiográfica para compreender a forma que diferentes narrativas buscam rememorar um mesmo acontecimento.

O estudo intitulado **“LIDERANÇA FEMININA: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO”**, realizado pelo pesquisador José Ismaelton Pereira de Andrade, tem a finalidade precípua de apresentar como as

mulheres vêm ocupando espaços e cargos de liderança no mercado de trabalho contemporâneo por intermédio do processo de empoderamento feminino. Inicia a abordagem com um breve resumo acerca da evolução histórica da inserção da mulher no mercado de trabalho, abordando o momento inicial que permeou a transição da mulher exclusivamente do lar, para a mulher também profissional, bem como as características sociais de ambas.

Apresentam os autores Karina Raylene Dos Santos Ribeiro e Rafael Alves Nunes Neto, que a temática das violações aos Direitos Humanos, ocorridas nos regimes de exceção do Cone Sul, a partir da segunda metade do século XXI têm sido objeto de pesquisas nas áreas das humanidades, todavia um assunto ainda delicado no que concerne ao ensino básico. Assim, sua proposta, no trabalho intitulado **“O ENSINO HÍBRIDO COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA REFLEXÃO ACERCA DAS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS NAS DITADURAS CHILENA E BRASILEIRA: UMA PROPOSTA DE ENSINO”**, será abordar de forma conceitual o termo Direitos Humanos e como esses crimes contra a humanidade foram cometidos a partir de agentes do Estado de exceção inaugurado em 1973 no Chile e a relação entre as ditaduras civil-militar brasileira e chilena, com a finalidade de elaborar uma proposta pedagógica de ensino híbrido sobre essa temática.

O artigo **“SUICÍDIO NA TERCEIRA IDADE: RISCOS E PREVENÇÃO”**, escrito pela autora Katiele Costa, tem como objetivo refletir sobre o suicídio na última fase do ciclo de vida de um indivíduo o que leva o mesmo a cometer tal ato e verificar possibilidades para prevenção do suicídio. Uma revisão integrativa utilizou-se bases de dados Cape BVS Psicologia, Lilacs e Scielo. Os resultados foram apresentados em três etapas. A primeira sugere-se alguns fatores do suicídio. A segunda, salientamos quais os motivos, situações que levam na morte do idoso por autocídio. E terceiro, meios de prevenção que poderiam evitar tal ato. Conclui-se que alguns fatores intensificam tal ato, como a presença de doenças, o uso de álcool/drogas e histórias de perdas.

No trabalho intitulado **“AS CARTAS AO POVO BRASILEIRO (2002 & 2018): UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA POLÍTICA E IDEOLÓGICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E DE LULA”**, escrito pela pesquisadora Larissa Guimarães Valentim, tem por objetivo analisar a trajetória política e ideológica do Partido dos Trabalhadores e de Luiz Inácio da Silva (Lula) à luz das Cartas ao Povo Brasileiro escritas pelo ex-presidente e líder do PT, nos anos de 2002 e 2018, buscando ressaltar a formação do Lulismo, as permanências e mudanças ideológicas do discurso e a mobilização social nos períodos destacados. A autora objetiva com isso defender que o projeto de distribuição direta de renda aliado às demandas do empresariado e da classe dominante não promoveu mudanças profundas na estrutura social brasileira ao que era esperado se observado a formação política e ideológica do PT nos anos de 1970-80.

A autora Larissa Guimarães Valentim, em seu artigo **“CONEXÕES ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: O IDEAL FEMININO EM 'TRISTÃO & ISOLDA’”**, apresenta que a Literatura é uma forma de interpretação sociocultural, a qual pode ser utilizada como objeto para construir uma narrativa histórica sobre determinada sociedade num dado tempo. Desta forma, seu artigo tem por objetivo analisar o papel social desempenhado pelas mulheres europeias durante o século XII por meio da representação do feminino em textos literários da época, sobretudo, a partir do mito *Tristão e Isolda*, referência para diversas narrativas sobre a ótica do amor cortês, utilizado neste artigo como principal objeto de análise e investigação.

O artigo **“ENSINO REMOTO E HISTÓRIA: USO DAS TDICS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19”**,

escrito pelos autores Livia Maria Albuquerque Couto e Marcos Vicente Miranda Santos, destacam que a pandemia do novo coronavírus provocou alterações anteriormente inimagináveis em nossas relações sociais. E na educação não poderia ser diferente. A utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação sofreu uma aceleração com o fechamento das escolas e criação do Ensino Remoto Emergencial, impactando de forma jamais vista a vida dos educadores e estudantes. Aliado a isso, a desinformação ganha força através de revisionismos históricos e fake news, impactando ainda mais o trabalho do professor de história, carente de formação continuada em Educação Histórica aliada ao uso de TDIC.

O autor Lucas Bitencourt Fortes, em seu artigo **“A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: DIREITO OU OBRIGAÇÃO?”**, analisa como se sucedeu a entrada da mulher no mercado de trabalho. Conforme o pesquisador, compreende-se como ocorre a organização das mulheres como movimento político-social. Problematisa-se se sua entrada no mercado de trabalho representa uma conquista ou uma imposição. Analisa-se e questiona-se quem seriam os reais beneficiários de tal inserção da mulher no mundo do trabalho assalariado, e, por fim, apresenta-se breves considerações. Seja uma conquista ou obrigação, não se pretende idolatrar, culpar o desmerecer tal acontecimento, mas proporcionar um olhar histórico amplo e crítico sobre tal evento.

No estudo **“BREVE HISTÓRIA DOS INDÍGENAS NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E IMATERIAL”**, os autores Manuel Alves de Sousa Junior, Lara Danielle Barbosa Oliveira Silva e Gabrielle Silva Gonçalves de Souza, discutem que foi a partir do final do século XV com o “descobrimento” da América e do Brasil que os indígenas ficaram conhecidos com mais intensidade na Europa. Conforme os autores, com objetivo de lucrar na nova terra “conquistada”, a maioria dos indígenas foi usada como mão de obra no período colonial pelos europeus, muitos foram vítimas de doenças e até mesmo dizimados. Um dos grandes traços que diferenciam os povos indígenas brasileiros dos demais nativos americanos, é o fato de serem povos ágrafos, ou seja, não possuíam uma escrita alfabética. Seu patrimônio imaterial seria então gravado na memória, sendo passado oralmente de geração em geração. Desta forma, enfatizam que é necessário que cada vez mais sejam criadas e executadas políticas públicas para os indígenas, que precisam da reparação histórica do que sofreram nos últimos séculos no Brasil.

A autora Marcella Brito dos Santos, em seu ensaio intitulado **“A EUGENIA COMO BIOPOLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE O EUGENISMO E SEUS IMPACTOS NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX”**, visa discorrer acerca do atravessamento da eugenia no Brasil no início do século XX sob a perspectiva historiográfica de autores pós 1990. Assim, seu artigo reflete acerca do processo de implementação, institucionalização, as controvérsias e desmembramentos sócio-políticos desta “teoria científica” que impactou não somente o constructo intelectual, como os processos sociais e de saúde pública brasileira até os dias atuais.

O autor Marcelo Pereira Souza, em seu estudo nomeado **“PARENTELAS” NA FORMAÇÃO COLONIAL DO BRASIL: PERSPECTIVAS POLÍTICAS**, centraliza um olhar social e histórico durante os três primeiros séculos de formação política colonial do Brasil. Para tanto, o autor apresenta a formação política da estrutura social da colônia, evocando os personagens responsáveis pela constituição de seu estatuto político, os sistemas de aliança de base familiar, para desvendar os mecanismos de solidariedade que, com base na lógica da busca por poder, darão sentido aquele processo de formação social e do seu modelo de vida pública. Assim, o autor destaca que propõe a reflexividade enquanto terreno fecundo da sociologia política brasileira.

A autora Maria Ines Comin, em sua pesquisa intitulada **“O ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO DE ESPUMOSO 1980-1988”**, tem como objetivo estudar a questão do êxodo rural no município de Espumoso, localizado no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1980 e 1988. Destaca a autora que seu recorte temporal justifica-se, pois, nele, pode-se observar duas conjunturas diferenciadas: uma de ditadura militar, em que a questão da terra era amplamente cerceada, e, outra de abertura política, quando essa temática voltou a ter espaço de discussão. Espumoso, nesse período, foi uma fronteira agrícola que vivenciou um significativo êxodo rural, ligado às conjunturas nacionais.

O trabalho intitulado **“AS DIFICULDADES E ARMADILHAS DE SE ESCREVER A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DA CONLUTAS (2004 A 2008)”**, escrito por Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior, visa sintetizar algumas reflexões produzidas pela pesquisa realizada pelo autor durante os anos de 2014 à 2016, sobre o surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) bem como sua atuação durante o período de 2004 à 2008 que marcaram os Governos de Lula. Além disso, o trabalho ressalta os desafios, limites, possibilidades e objetivos ao se construir uma História do tempo presente, que deve ser construída levando em consideração que o futuro é um campo aberto de possibilidades.

O artigo **“AS PROFETIZAS DO CRIPTOJUDAÍSMO NA BAHIA COLONIAL”**, do autor Pedro Paulo Jacomo da Silva Junior, tem por objetivo explanar sobre a criação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal e sua respectiva atuação no Brasil colonial a partir de 1591, dando ênfase ao Judaísmo que fora praticado em segredo por muitos anos numa tentativa de fazer a religião resistir da forma possível e dentro das limitações impostas devido às perseguições aos chamados cristãos-novos. O enfoque principal de sua pesquisa é a atuação das mulheres judias, chamadas também de profetizas da religião judaica e a maneira com que as mesmas assumiram lugar de propagadoras do criptojudaísmo na Bahia colonial.

A autora Thatiane Carneiro Sotano Machado apresenta que o patrimônio é a forma de inscrição de identidades e memória no campo da cultura. Assim, seu artigo **“HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DE CAMPINAS DESCOBRINDO E PRESERVANDO A MEMÓRIA”** tem como propósito estudar o período Colonial de Campinas, no século XIX, quando se deu origem com distribuição de terras para serem cultivadas, as sesmarias. O objetivo central de seu estudo é buscar uma visão histórica cultural do patrimônio, das fazendas do século XIX, analisando material textual e documentação coletada em arquivos públicos.

O autor Valter Aparecido Barcala, no estudo **“O CINEMA NA SALA DE AULA, A RECONSTRUÇÃO DO COTIDIANO”**, destaca que cinema é História em movimento. Apresenta o autor que quando os irmãos *Lumière* filmaram com o seu cinematógrafo a chegada de um trem na estação de *Ciotat*, em 1895, estavam fazendo História. Estavam construindo uma nova metodologia, os *Lumière* criaram o cinema para registrar o cotidiano, outros tiveram a ideia de dar forma à imaginação, de reconstruir a História. O Cinema teve, como berço a História, e é na História que ele busca inspiração.

O Artigo **“CONSCIÊNCIA DE CLASSE E VIOLÊNCIA NO FILME *ELES NÃO USAM BLACK-TIE*, DE LEON HIRZSMAN”**, escrito pelo pesquisador Valter Aparecido Barcala, é uma adaptação do capítulo quatro de sua dissertação de mestrado, intitulada *O Cinema na Escola, uma análise interdisciplinar do filme “Eles não usam Black-Tie”*, onde analisou o filme dirigido por Leon Hirzsmann em 1981, baseado na peça teatral de Gianfrancesco Guarnieri encenada pela primeira vez em

1958. Destaca o autor que priorizou no texto não apenas a formação da consciência de classe que está latente em todo o desenrolar da trama, mas também na violência a qual a sociedade proletária está sujeita. Destarte, ao utilizar este filme como documento histórico, o estudante – trabalhador tem a possibilidade de "se ver" inserido na construção da História ao identificar situações vividas por eles, mas dissimuladas como forma de alto proteção. Esta dissimulação acaba por impor barreiras para o avanço de uma conscientização por parte dos operários. Deste modo, verifica-se que a verdadeira consciência só será atingida quando o trabalhador se reconhecer como um agente da História.

O artigo **“NARRATIVAS EM DISPUTA NO TERRITÓRIO DA LUZ: O EFEITO DISCURSIVO DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA”**, escrito por Wilmihara Benevides da Silva Alves dos Santos, apresenta por que um Museu da Língua Portuguesa em pleno início do século XXI? Quais palavras podem captar as práticas políticas que o constituem? Para esta reflexão optou-se por movimentar algumas histórias do bairro Bom Retiro e Luz e possibilitam ver a transformação desta região num importante polo cultural para abrigar novos museus, seja pela política de patrimônio ou pelas tensões estabelecidas com os projetos de urbanização. Numa série de contrastes políticos e históricos, pode-se inferir os efeitos possíveis do MLP na Estação da Luz em São Paulo.

O pesquisador Wudson Guilherme de Oliveira, em seu artigo **“OS POVOS BANTU E AS SUAS AFRO-PERSPECTIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: LEI FEDERAL 10.639/03 NO CHÃO DA ESCOLA “RELATOS DE EXPERIMENTAÇÕES”**”, tem como finalidade apresentar ações afirmativas ancoradas na implementação da Lei Federal nº 10.639/2003. Segundo o autor onde construiu e traçou estratégias sólidas para a redução do Racismo em uma instituição privada de educação. Para o sucesso de sua proposta, o autor trabalhou com os valores ligados aos aspectos culturais, históricos, geográficos e as afroperspectivas dos Povos *Bantu*, bem como suas contribuições transportadas para o Brasil, como possibilidade de uma educação antirracista e decolonial, que serviram de subsídio para propor Oficinas, Leituras e Rodas de Diálogos, na luta contra o Racismo na Disciplina de História.

Por fim, salientamos que este é um livro dedicado a estudantes, professores, ou ao público em geral, cuja intencionalidade é aprender ou inteirar-se das novas pesquisas e abordagens, ou seja, aprofundar os seus conhecimentos através de estudos e pesquisas rigorosamente comprometidas com o saber histórico-científico.

Desejamos a todos uma excelente jornada de leitura, estudos e reflexões.

Organizadores da Obras

Thiago Cedrez da Silva
Edgar Avila Gandra
Elvis Silveira Simões

OFÍCIO DO HISTORIADOR: IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS DURANTE A PESQUISA NO CONTEXTO DE PANDEMIA (2020)

Adna Gomes Oliveira¹

Resumo: O artigo tem por finalidade apresentar um momento da pesquisa de doutoramento em História, no qual proponho analisar o ofício do historiador em contexto de pandemia do covid-19 e o uso das tecnologias digitais como ferramenta metodológica, tendo como ponto de partida o nosso projeto. O objetivo é discutir essa interface metodológica e refletir sobre o quanto o historiador pode se apropriar de tais ferramentas e outras que podem surgir, sobretudo, em contexto de fenômenos naturais e sociais inesperados como uma pandemia e suas consequências, advindo crises em vários campos como: sociais, econômicas, educacional e saúde pública.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19, Pesquisa, Metodologia, Historiador, Tecnologia digital

O contexto de pandemia e o historiador do século XXI

Toda vez que vivenciamos fenômenos sociais que, naturalmente, são originados e conduzidos por crises, seja de âmbito econômico, político ou até de saúde pública, ficamos sujeitados às adaptações aos meios que nos são mais favoráveis, fornecidos para a nossa sobrevivência. Sendo assim, pensando no contexto atual, de crise da pandemia do Covid-19, surgida no início deste ano de 2020, refletimos sobre quais seriam as estratégias que permeariam o ofício de fazer história, diante da proporção da contaminação do vírus.

A pandemia do covid-19 exigiu, necessariamente, que fossem decretadas medidas de isolamento social. Regra esta que impossibilitou o acesso aos locais que, costumeiramente, são os lugares de nossa busca investigativa, tais como: os arquivos públicos e o encontro com depoimentos orais, através do contato com pessoas. Pensando nisso, desenharam-se algumas questões que nortearão o desenvolvimento deste trabalho.

Assim, a partir das questões que se apresentam no cenário, originou-se a ideia de elaborar uma forma de adaptar a metodologia proposta para a pesquisa, amparada pelo arcabouço teórico e metodológico da história oral. Talvez os pares não vejam com bons olhos a atualização do nosso método original. Entretanto, há que se considerar a conjuntura de crises, e, nesse contexto, a oportunidade para o debate. Ademais, pensamos, a priori, sobre a utilidade e a aplicabilidade do método em nossa pesquisa, tendo em vista o prazo estabelecido para o seu desenvolvimento e finalização.

Acreditamos na compreensão e na abertura do debate acerca das realidades que o historiador está sendo submetido na atualidade, tanto pela crise de saúde pública, quanto pela questão da amplitude do mundo digital, que se evidenciou mais ainda nesse período. Cremos ser válido compartilhar a experiência particular, por percebermos que é comum àqueles que estão vivenciando o mesmo cenário.

Com esse propósito, deve-se atentar, especialmente, para as ferramentas que nos são fornecidas pela realidade cibernética². Pensar sobre qual o nível da apropriação e da desconfiança que se tem diante do avanço acelerado da

¹ Doutoranda no PPGH da Universidade Salgado de Oliveira. Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ. Especialista em Política e Sociedade no IESP-UERJ, pesquisadora-cientista. Historiadora. Bolsista Capes.

² A cibernética é uma ciência interdisciplinar, é a linguagem dos computadores entre o homem e o espaço virtual em forma de sistemas, programas físicos e eletrônicos.

tecnologia, que nos surpreende constantemente com suas renovações e o espaço que abrange.

Não faz parte do texto discorrer sobre a produções historiográficas em mídias digitais, nem a pesquisa historiográfica, bibliográfica ou fontes documentais hospedadas em acervos de arquivos de documentos digitalizados. Nossa questão é direcionada ao uso dos recursos e dispositivos digitais, a sua manipulação e o seu uso na produção de fontes, diríamos que é sobre metodologia e produção do conhecimento.

Foi a partir deste conjunto de preocupações apresentadas, especificamente a de como daríamos continuidade à pesquisa, que refletimos sobre a forma de como conduzir nosso projeto. Isso nos levou a outro tipo de reflexão: a história no contexto atual perante os desafios impostos pelas novas tecnologias digitais interativas e sua relação com o ofício do historiador.

Precisamos estar atentos sobre tudo isso. Como bem assevera Serge Noiret (2015) acerca das mudanças metodológicas no campo do ofício do historiador, e ao “analisar o que a história digital (pública) ou história por meios digitais representa atualmente no século XXI para a história acadêmica e as profissões relacionadas à história pública” (NOIRET, 2015, p. 29).

As mudanças metodológicas no ofício do historiador estão na emergência, a partir da atualidade, e, em vista da publicização dos eventos e processos históricos, através do uso da internet, de forma despreocupada, onde inexistente qualquer rigor teórico e metodológico. A história pública nunca esteve tão em evidência como no século XXI, por causa da internet. Assim, nos parece claro que estamos na iminência de uma nova “virada linguística”, a partir da linguagem cibernética, a tal “virada digital” (NOIRET, 2015, p. 29).

As mudanças quanto às práticas profissionais dos historiadores são de tal ordem – falou-se até de um novo historicismo – (FICKERS, 2012) que devemos nos interrogar sobre qual o impacto da história digital sobre as formas tradicionais de narração do passado e sobre os tempos históricos (NORA, 2011; HARTOG, 2012, apud NOIRET, 2015).

A história e o historiador enfrentam desafios impostos pela crescente utilização do mundo digital no fazer historiográfico. Entre eles, talvez o principal esteja em definir uma postura rigorosa e profissional no tratamento de fontes e temas disponibilizados pelas mídias digitais. Estes constituem pontos de tensão nas relações entre a era digital e o ofício de historiador em sentido amplo, compreendendo as diferentes áreas de atuação profissional: estudo, pesquisa e ensino. Bem como a digitalização de quase tudo, do documento como parte da narrativa histórica (ZANARDO, 2013).

A estrutura da internet permitiu um mundo sem território espacial e temporal, onde os usuários podem estar em muitos lugares simultaneamente, compartilhando experiências e memórias comuns através da conexão, mediatizada pelos dispositivos digitais, vide computadores, smartphones e outros. A partir desta perspectiva, cabe a problematização: se a internet já interviu no ensino educacional de forma plena³, o que estamos esperando para que também a metodologia acadêmica no campo da história, se aproprie, de modo inteligente, dos aparatos digitais?

Hartog (2013) chamou atenção à postura do historiador, para que mesmo no habitual tarefa do seu ofício, e dos paradigmas metodológicos, que não deixe de se apossar “de todos os recursos de inteligibilidade aportadas pelo reconhecimento da

³ Essa assertiva se baseia na EAD – Educação a Distância, estamos frente a uma nova realidade sobre a educação e não só no Brasil, mas em vários países já tiveram adesão pelo ensino remoto.

pluralidade do tempo social” (HARTOG, 2013, p. 37). E não seja obrigado “a viver com a cabeça enterrada na areia, ou unicamente nos arquivos e enclausurados no seu período”. Aqui, o autor reflete sobre a historicidade e o tempo, além de traçar uma determinada visão sobre possibilidades surgidas pela complexidade do contexto social.

O trabalho do historiador está imerso no percurso metodológico do passado, e isso se faz através das fontes históricas, que podem ser definidas como tudo aquilo que foi produzido e deixado pelo homem no tempo ou que possui influência dele. Nesse sentido, as fontes estão em todo lugar, desde que se cumpra essa assertiva. E agora, ajustar o método para acessá-las e interpretá-las, é de acordo com o arcabouço fundado pela ciência histórica.

Objeto de estudo: implicações metodológicas e adaptação circunstancial

Nosso objeto de estudo, Japeri e sua emancipação, evento ocorrido no contexto do processo de redemocratização do Brasil, traz elementos inquietantes para nós, que são os motivos dessa pesquisa. O primeiro deles é que o principal conjunto de fontes é constituído por relatos históricos. Deles extrairemos as visões do acontecimento e projetaremos narrativas.

Conforme Levi (2014), o trabalho do historiador é construído em três momentos diferentes, marcados pela investigação, seguida da organização dos documentos – no nosso caso é a ordenação, em forma de transcrição, dos depoimentos coletados – e, por fim, em (...) transformar isso em algo comunicável, que possa ser informado ao leitor”. (LEVI, 2014, p. 2). Nesta dimensão, três são as tarefas do historiador: pesquisar, resumir e comunicar.

Os três momentos de nossa atividade profissional envolvem grandes modificações. Primeiro: o trabalho nos arquivos. Eu o considero muito semelhante ao trabalho dos antropólogos, porque estamos num lugar imaginário, em um cômodo do arquivo onde há documentos, que muitas vezes não encontramos significado. Da mesma forma que fazem os antropólogos quando estão em campo: em um determinado momento, os documentos começam a ter algum significado. Como uma iluminação, Deus ou um anjo diz o que ela significa. Por isso, os documentos mais interessantes não são os cotidianos, banais, evidentes para nós, mas sim os que dizem algo que, de imediato, para nós, é incompreensível, misterioso, porque nos sugerem a alteridade com o que estudamos, mas, ao mesmo tempo, há algo que devemos interpretar e dar coerência com os outros documentos evidentes e banais, já que os outros tendem ao anacronismo, porque os entendemos como se fossem documentos atuais (LEVI, 2014, p. 2).

Neste processo, há que se considerar o método crítico ao se debruçar sobre a transcrição do relato histórico da fonte testemunhal, ou qualquer outra fonte. Embora esteja lançando-se mão de recursos promovidos pelas atualizações tecnológicas, não se deve dispensar a leitura crítica sobre a fonte, neste caso, sobre os depoimentos testemunhais, como bem aborda Marc Bloch (2001, p. 90-91) acerca da crítica ao documento.

Tomando esta proposição, o exame histórico de um testemunho deve considerar os parâmetros do rigor teórico metodológico, os por quês e as dúvidas que permeiam a análise da fonte. O “saber duvidar de várias descobertas” (BLOCH, 2001, p. 91). Conforme Bloch, cita Michel Levasor “a retidão do espírito consiste em acreditar levemente e em saber duvidar de várias dúvidas”. É a partir dessa visão que surgem as perguntas, as hipóteses e as perspectivas particulares do historiador sobre seu objeto de pesquisa.

Desde os Annales, a história pode ser entendida como a ciências das perguntas. Para Levi (2014), a ciência das perguntas e das repostas locais, que propõe perguntas gerais surgidas no local e que sempre devem ter respostas. Assim, a pesquisa oral não deixa nada tão diferente da pesquisa documental, só é outra tipologia de fonte. Nesse sentido, a análise é realizada através da narrativa oral, produzida por sujeitos que se remetem às suas memórias.

Nosso desafio no momento é realizar a coleta de entrevista para nosso projeto em desenvolvimento que visa pesquisar a emancipação do município de Japeri, no Estado do Rio de Janeiro e com a pandemia, percebemos que teríamos que nos apropriar das ferramentas digitais a nosso favor. Deste modo, produzindo história no tempo presente com recursos metodológicos contemporâneos e avançados, intenta-se problematizar através das narrativas memoriais.

Nesse contexto, ousamos utilizar esses recursos para dar continuidade ao trabalho de pesquisa, estando atenta e não dispensando o rigor no tratamento das entrevistas e com todo cuidado aplicado nessa técnica. Desta forma, foi considerado, primeiramente, a ambientação com o entrevistado e procurou-se criar um clima de solidariedade, deixando o depoente aconchegado e confiante para suas declarações, no relato de suas memórias.

O método foi conduzido de forma responsável, com o auxílio do embasamento teórico e os conselhos da aplicabilidade de coleta de entrevista, fornecidos pelo campo da história oral, de acordo com Thompson (1992), Meihy (2000) e Ferreira (1994). Assim, descartamos qualquer modo desrespeitoso que pudesse interferir nesse procedimento.

Tomamos como método, a priori, o uso de um dispositivo digital – o aparelho celular –, como forma de contato com o depoente, de maneira a ultrapassar as barreiras da distância advindas do isolamento social. A finalidade do uso desse recurso foi, inicialmente, estabelecer uma aproximação entre pesquisadora e o entrevistado, ter uma conversa com a apresentação do projeto de pesquisa e informações sobre as formalidades dos processos seguintes, em torno da aceitação de participar do projeto e da coleta de informações acerca do evento vivenciado por ele: a emancipação de Japeri. Neste sentido, buscou-se à aproximação profissional, sem perder o tom de fraternidade entre os dois sujeitos.

Avançamos essa fase da pesquisa, estabelecendo o contato efetivamente com os depoentes, guiado pelo objetivo central de investigar o processo do movimento de emancipação, com a finalidade de entender como se deu o evento, considerando o contexto da abertura política como cenário favorável às ideias separatistas.

Assim, selecionamos dois grupos, um contendo os operadores do movimento e o outro com pessoas que não participaram de forma militante, embora o tenham apoiado de forma marginal. No primeiro momento, a coleta de depoimentos está sendo feita com o primeiro grupo. Desse segundo grupo há em torno de oito pessoas, nas quais já entrevistamos cinco, três na forma presencial e dois de modo remoto, através dos recursos aqui explicitados.

O contato foi bastante amistoso e os entrevistados se mostraram bastante interessados em relatar as suas memórias daquele evento. A História Oral ampara as pessoas comuns e os eventos que não estão nos manuais da História do mundo, vista de cima, dos grandes eventos e de seus atores. As pessoas comuns buscam compreender os eventos sociais, revoluções e transformações, e, através da história, aceitam o desafio de relacionar-se em parte com essa finalidade social (THOMPSON, 1994, p. 167).

Através do contato com as primeiras pessoas (os depoentes) foram surgindo outras, por meio de suas indicações. Os relatos foram coletados por meio de

gravação de áudio e vídeo, a partir de conversas informais, considerando o plano de emergência adotado, devido ao coronavírus, já mencionado anteriormente.

Pelas entrevistas, houve indicações de outros sujeitos e também, em certa medida, a expectativa de que dali poderiam surgir indicações de outras fontes, qualquer rastro que se adequasse à proposta. Conjecturamos e aludimos que possam estar “guardados” com algum sujeito comum e que de outra maneira não poderia ser localizada. Também como fontes nos valem do entrecruzamento de documentos como jornais e panfletos, esses últimos localizados em uma Associação de moradores, local onde estamos contactando os responsáveis para ter acesso a essa documentação.

A entrevista foi introdutória e pautou-se pela apresentação do projeto. Procuramos deixar o depoente o mais confortável possível e seguro para as suas declarações. Esclarecemos a estrutura do programa de pós-graduação *stricto sensu* em História da Universo e a linha de pesquisa a qual está vinculado nosso projeto. Feito essa parte, a conversa fluiu de forma natural, com perguntas pontuais, de maneira a conduzir o depoente ao plano testemunhal.

O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das (praeterita) “coisas do passado”, das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental (RICCER, 2007, p. 170).

O testemunho fornece conteúdos à produção do conhecimento, são relatos revelados através da memória, e no processo de arquivamento torna-se prova documental, fonte do passado, onde disponibilizará aos historiadores e qualquer investigador que deseje verificar os vestígios do passado para reconstruí-lo. Assim fizemos com o evento, objeto de estudo em questão; a emancipação do então distrito pertencente a cidade de Nova Iguaçu, Japeri e seus habitantes rememoram o momento enfim da sua autonomia política-administrativa.

O município de Japeri se emancipou na esteira de outros distritos que se organizaram para sua autonomia política-administrativa, separando-se da cidade de Nova Iguaçu. O ambiente era favorável e havia muitas insatisfações com relação ao descaso governamental da cidade de origem. As políticas públicas básicas não eram implementadas, a saber; saneamento básico, asfalto, educação e saúde. Em suma, a localidade era muito precária e esse foi o argumento que se tornou a bandeira da emancipação. Além disso, vale destacar o cenário nacional de redemocratização e de abertura política, que colocava em cena atores novos na política e nas agremiações partidárias, criando condições da localidade fomentar um ambiente de debate político próprio.

No contexto da redemocratização e com a Constituição de 1988 forma-se um novo arranjo institucional administrativo, que insere um dispositivo que irá favorecer o fenômeno das emancipações dos então distritos, onde diversos grupos, imbuídos, de uma cultura política, que associaram democracia com descentralização de poder⁴, irão se valer dessa configuração. Esses dois termos foram utilizados como sinônimos (TOMIO, 2002, p. 9) pelas lideranças locais para legitimar as demandas de emancipação administrativa. Compreendemos, então, que tais agentes fundiram os dois termos de modo a criar um significado renovado, como se fosse uma ampliação do poder, estendido até as localidades menores.

⁴ Em vários momentos do Brasil se vivenciou regimes de poder centralizados, com a atuação de interventores nos estados e municípios, não havia autonomia plena estadual nem municipal e no momento de redemocratização há essa mudança.

Bremaeker (1993) em sua pesquisa, aplicando questionários aos novos prefeitos, pós emancipações, identificou que as principais motivações apontadas pelos gestores das novas cidades giravam em torno do "descaso da administração do município de origem", da "existência de forte atividade econômica local" e da "grande extensão territorial do município de origem" (BREMAEKER, 1993, p. 90).

Com esse reordenamento político-administrativo nacional, os governos locais, a partir da descentralização de recursos fiscais que favorecem os estados e, principalmente, os municípios, passam a ter participação nos tributos arrecadados pela União. Desta forma, os Estados têm de volta a prerrogativa de regulamentar sua divisão política-administrativa interna, revogando a padronização de critérios impostos pelo regime militar" (TOMIO, 2002, p. 13-14).

A administração federativa passou a ter três níveis de poder constitucionais autônomos: a União, os Estados, incluindo o Distrito Federal e os Municípios (BRASIL, 1988, art. 18). Além disso, outro elemento que também favoreceu a mobilização pela emancipação dos distritos foi a descentralização fiscal. Esse arranjo tributário permitiu a ampliação da autonomização política nas unidades administrativas da federação, aumentando o interesse de agentes políticos pela participação nessas unidades. A engrenagem das finanças públicas beneficiaria os Estados e municípios, através da ampliação percentual da parcela dos tributos federais que formavam os fundos transferidos a essas esferas do poder (TOMIO, 2002, p. 9).

Tomio (2002, p. 9) menciona que a Constituição de 1988 consolidou a oferta de recursos fiscais e as competências tributárias de Estados e Municípios, pois esse processo de descentralização dos tributos já vinha ocorrendo desde a década de 1970, paralelamente à democratização, o que a torna uma característica fundamental desse período no país.

É importante destacar que na estrutura governamental brasileira, após 1988, há um outro elemento que suscita pressupostos à emergência de algumas emancipações, que são os recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e os fundos formados pelo ICMS. Esses dois dispositivos, de certo modo, estimularam o interesse das lideranças políticas e do eleitorado das localidades em questão, em virtude do grande incremento das transferências de recursos fiscais aos municípios.

Bremaeker (1993) destaca que a distribuição do FPM é feita a partir da densidade demográfica e não por extensão territorial. Nesse caso, esse é um dado que devemos levar em consideração ao aplicar a pesquisa no município de Japeri, a fim de contabilizá-lo como um dos elementos motivadores para o movimento de emancipação. Todavia, queremos compreender também outros motivos que possam surgir durante a pesquisa, e como foram construídos, como eles se deram, e o porquê.

Noronha e Cardoso (1996) afirmam que dentre as razões que levaram os municípios da Baixada Fluminense como Belford Roxo, Queimados, Japeri e Guapimirim a emanciparem-se destaca-se a possibilidade de disporem de boa parte do FPM (NORONHA & CARDOSO, 1996). Além disso, Japeri, em comparação com as outras cidades, traz as razões políticas como maior peso, isso porque os outros municípios também tiveram motivações "econômicas por crescimento", já Japeri não possuía indústria que pudesse ser entendido como potencial município gerador de arrecadações significativas e que pudesse ser independente de outro município.

A Ciência Política focada nos processos que se relacionam à dinâmica dos processos decisórios e normativas, geralmente atribui variáveis para determinar a lógica do fenômeno emancipacionista na década de 1990, sem se preocupar com as causas. No entanto, a maioria dos autores admite que o contexto da democratização

e da institucionalização da Constituição de 1988 ajudou a promover a criação de vários municípios, nesse sentido, não considera outras variantes contribuintes.

A partir deste debate, compreende-se que deve ser considerada a peculiaridade de cada região e o próprio contexto da localidade distrital, para que se faça a definição dos motivos que levaram a buscar a emancipação. Neste caso, especificamente, buscamos estudar a peculiaridade do processo de emancipação do atual município de Japeri, verificando se esses mecanismos fizeram parte implicitamente ou explicitamente das motivações para o evento emancipacionista, além de outros elementos que possam surgir durante a pesquisa.

Não estarmos preocupados diretamente com os mecanismos normativos do processo emancipatório em si, pois entendemos que eles fizeram parte da ocorrência institucional brasileira naquele período. Por outro lado, estamos em busca da compreensão do fenômeno através de outros dados, que estão atrelados ao processo histórico, no que se refere à postura dos atores envolvidos diretamente, bem como os agentes passivos, a historiografia, a teoria e a metodologia da História, de forma a analisar os atores e o acontecimento, a partir da conjuntura, não obstante o tema sugerir diálogos com a Ciência Política.

Japeri foi denominada de Morgado de Belém quando da sua fundação propriamente em 1743. A partir de então é que se tem efetivamente o início da história do município. Entretanto, antes disso, as terras pertenciam ao antigo engenho de Pedro Dias, que fazia parte de uma sesmaria, que existia num local chamado freguesia de Sacra Família do Tinguá, formando, desse modo, uma única região.

Surgiu nessa freguesia São João Marcos, que promoveu um grande desenvolvimento local devido seu empenho, com incentivos na lavoura, na construção de engenhos de açúcar, na tentativa de transformar o lugar. Construiu igrejas, escolas e teatro, inaugurou em 1858 a estação de trem da Estrada de Ferro D. Pedro II⁵.

Até chegar à década de em 1950, o povoado de Morgado de Belém havia se desenvolvido muito pouco (SEC-JAPERI, 2003). De acordo com o indicado, a região nos seus primórdios era apenas uma passagem – assim como toda a Baixada Fluminense –, era mais um caminho que conduzia a busca do ouro até as Minas Gerais, aspecto que pode ser levado em conta para explicar o seu lento progresso⁶. No entanto, apesar dessa característica, Belém se mostrava, ao longo do tempo, um promissor núcleo populacional do município de Nova Iguaçu, tornando-se o 6º distrito da cidade em 1951⁷.

O nome Japeri só surgiu em 1947, mas ainda é desconhecida a sua origem e os motivos levaram a tal mudança. Por enquanto, o que se tem é a indicação de que Japeri é um nome indígena que significa yaperi “aquilo que flutua”, em referência a uma planta dos pântanos da região – a taboa, usada pelos índios para fazer esteiras (SEC-JAPERI, 2003).

⁵ Secretaria Geral de Planejamento. TCE. Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro – Japeri. 2011.

⁶ A corrida pelo ouro no século XVII-XVIII fomentou muitos empreendimentos e descobertas de novos caminhos que levaram até a região do minério, bandeirantes e arrivistas desbravaram rotas diferentes. Foi nesse contexto que se abriu um caminho que atravessava o atual município de Japeri, ligando a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro a região das minas. O governador da então cidade de São Sebastião, Arthur de Sá, contratou Garcia Rodrigues Paes- o “caçador de esmeraldas” para tal empreendimento. JAPERI (Município). Secretaria de Educação e Cultura. Pelos Caminhos de Belém. Japeri, RJ, 2003.

⁷ Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/japeri.pdf>>. Acessado em 22 de out. 2018.

Com a sua elevação a distrito de Nova Iguaçu, em 1950, Japeri passou a ter uma administração local e ali se formaram os primeiros grupos de lideranças sociais e políticas, que debatiam sobre o abandono e o descaso dos governos de Japeri e Engenheiro Pedreira por Nova Iguaçu. Os dois formavam o 6º distrito do município iguaçuano.

Japeri foi incluído na segunda campanha de emancipação de Queimados, em 1984, para fazer parte do novo município conjuntamente. No entanto, toda a população japeriense se absteve desse plebiscito, mostrando que o então distrito não concordava em ser anexado a Queimados. Houve, naquele momento, o despertar da identidade local, dos que não se identificaram com Queimados. E entre pertencer a este e continuar iguaçuano escolheram permanecer sendo distrito de Nova Iguaçu, pois não seria vantajoso para o povo de Japeri pertencer a Queimados (SIMÕES, 2006, p. 169).

Nova Iguaçu criou treze subprefeituras, em 1989, sendo duas delas em Japeri e Engenheiro Pedreira. Ou seja, foram constituídos dois polos político-administrativos com formato de prefeituras em um só distrito. Isso se deu em razão de haver duas regiões distintas formando um só distrito. Desta forma, estando já constituído politicamente, surgiram então os primeiros passos rumo à ideia de emancipação, que visava sobretudo o desenvolvimento social e econômico do local⁸.

Assim, com a formação político-administrativa – através das subprefeituras e da onda emancipatória formada por outros distritos, e todas as condições favorecidas pela conjuntura nacional e regional, a ideia efetivamente fez acontecer para o a população japeriense. Grupos compostos por agentes públicos, militantes partidários e pequenos comerciantes da região local, na esteira de Belford Roxo e Queimados, também se mobilizaram, não de forma organizada.

Esses agentes formavam uma liderança nascida das associações de moradores de bairros, militantes partidários e políticos de mandato – vereadores e deputados estaduais, mas que eram de origem japeriense⁹. Segundo relatos de Araci Souza,¹⁰ havia uma comoção por toda parte, pois a emancipação de Queimados, já na iminência, influenciava muito na decisão de separar também Japeri de Nova Iguaçu. Interessava ainda concentrar mais o comércio em Japeri, gerar emprego e renda através do progresso, promover o bem estar das pessoas, concentrar a renda no local através da promoção do comércio, concurso público e a utilização do FPM.

O atual município de Japeri subiu de distrito à cidade, em ocasião muito peculiar no cenário brasileiro. Intenta-se entender como o contexto influenciou essas ideias separatistas distritais e como foi a dinâmica aplicada pelos agentes, e, no que eles acreditavam para que houvesse tal desdobramento. Tudo isso está sendo desenvolvido nesta pesquisa que por hora está em fase de construção.

Considerações finais

⁸ LEI Nº 1.339, de 19 de dezembro de 2016.

⁹ O atual prefeito de Japeri iniciou sua carreira política como vereador de Nova Iguaçu, sendo presidente da câmara, nascido em Japeri, seu pai foi referência na política de Japeri, Francisco da Costa Filho, o Sr. Costinha veio a ser o primeiro presidente da Câmara de vereadores, representa uma das famílias mais influentes do atual município. Também participaram da política de Nova Iguaçu Ari Schiavo inclusive no cargo de prefeito na década de 1950, Norberto Marques e Armando Dias, comerciante todos estabelecidos em Japeri. JAPERI (Município). Secretaria de Educação e Cultura. *Pelos caminhos de Belém...*, p. 38.

¹⁰ Depoimento de Araci Lima de Souza de Paula, 57 anos, uma das lideranças do pró-emancipação. Entr. 05/04/2020.

O texto buscou abordar um momento do trabalho de pesquisa em torno da tese de doutorado em curso, especificamente o ano de 2020 e os dilemas que o cercam, em função da pandemia de covid-19. Assim, discutiu-se a parte referente à metodologia baseada na história oral, a qual se constitui em contatos com testemunhas e depoimentos, através de entrevistas. O primeiro a ser contactado foi o então prefeito, eleito em 2016, Carlos Morais, que nos recebeu em seu escritório de advocacia na de Nova Iguaçu. Tivemos dois encontros até o momento, o primeiro ocorreu antes da pandemia e o segundo após o ápice da pandemia, no breve relaxamento do isolamento social.

Outra depoente é Araci, cujo sua rede de sociabilidade consideramos ser fundamental para chegarmos a outros depoentes, por ela manter uma extensa rede de comunicação e sociabilidade com seus contemporâneos políticos, constituindo-se, dessa maneira, peça chave nesta pesquisa. Araci Lima de Paula tem 57 anos é filha de um perseguido político da ditadura civil militar. Nesse período, ainda bem jovem, começou a se interessar por política de forma militante, nos movimentos sociais e dentro dos partidos, filiando-se ao Partido dos Trabalhadores. Permanecendo nele até hoje, foi uma das apoiadoras da ideia de emancipação de Japeri, atualmente ela participa da política local, como apoiadora e articuladora no movimento de bairro e de mulheres, possui uma forte identidade japeriense. A coleta de seus depoimentos está sendo realizados de forma remota, via gravação de áudio e chamadas telefônicas.

O contexto de crise causado pela pandemia nos obrigou a mobilizar a adaptação da metodologia do projeto de tese. Nessa direção, consideramos que este processo, mesmo com dificuldades, foi positivo, pois conseguimos a coleta de alguns depoimentos e assim dar prosseguimento à pesquisa. Coletamos sob a forma de entrevistas qualitativas, que foram transcritas e estão em fase de análise.

Queremos destacar que o estudo para este artigo revelou que já há um número razoável de trabalhos sobre o eixo história-tecnologia digital. Assim, percebeu-se que há uma clara preocupação com o ofício de historiar diante do mundo cibernético. No entanto, essa produção, quando comparada à de outras da área, ainda é escassa para o desafio que nos surge a cada momento. Precisamos estar atentos e buscar por mais debates sobre essa realidade, pois acreditamos que é durante a dinâmica dos fenômenos sociais que o historiador e os pesquisadores das Ciências Sociais percebem a necessidade de mudanças metodológicas.

Em tempos de pandemia, a partir da adoção de ferramentas digitais houve a possibilidade de encaminhar as pesquisas para a tese. Neste sentido, podemos afirmar que a operacionalização foi positiva e que, ao contrário disso, não inviabilizou o empenho pretendido, de forma a contribuir para a atualização do nosso ofício.

Fonte:

IBGE - <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/japeri.pdf>>. Acessado em 22 de out. 2018.

LEI Nº 1.339, de 19 de dezembro de 2016

Secretaria Geral de Planejamento. TCE. Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro – Japeri. 2011.

Depoimento de Araci Lima de Souza de Paula, 57 anos, uma das lideranças do pró-emancipação. Entr. 05/04/2020.

Bibliografia:

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador, 2001, p. 90-91

BREMAEKER, E. J. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. Revista de Administração municipal. RJ, V. 40, n. 206, p. 88-99, jan-mar 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral e multidisciplinaridade. Diadorim Ed. Ltda, RJ, 1994.

HORTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo: BH: Autêntica editora, 2013, coleção história e historiografia.

LEVI, Geovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. Revista Tempo, vol. 20, 2014, p. 1-20, p. 2.

MEIHY, José Sebe Bom. Manual de História Oral. 3º ed. Revista e ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

NEIRER, Serge. História pública digital. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015.

NORONHA, R.; CARDOSO, E. D. Emancipações municipais: como ficam os municípios de origem? Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, v. 214, p. 67-80, 1996.

RICCEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP. Ed. Unicamp, 2007, p. 170

SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. UFF. Niterói, p. 313. 2006. p. 169

TOMIO, Fabricio R. Instituições, processos decisórios e relações Executivo-Legislativo nos Estados: Estudo comparativo sobre o processo de emancipação de municípios após a Constituição de 1988. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

_____. A criação de municípios após a Constituição de 1988. Revista Brasileira de Ciências Sociais. SP, v. 17, n. 48, p. 13-14.

THOMPSON, Paul. História oral. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

ZANARDO, Julia. Desafios do historiador na Era Digital. Almanack. Guarulhos, n. 14, p. 303-307- resenha. WELLER, Toni (org.). History in the Digital Age. Nova York: Routledge, 2013.

JAPERI (Município). Secretaria de Educação e Cultura. Pelos caminhos de Belém. Japeri, RJ, 2003.

O ACERVO MOBILIÁRIO PARA ALÉM DE PATRIMÔNIO CULTURAL: FONTE HISTÓRICA, A MEMÓRIA NACIONAL NO INTERIOR DO EDIFÍCIO DO ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO DO PALACIO ITAMARATY

Adna Gomes Oliveira¹¹

Resumo: O texto é resultado da pesquisa sobre o acervo mobiliário do Prédio ERERIO do Palácio Itamaraty, cuja memória nos remete ao período da sua construção e organização interior. O conjunto mobiliário reflete a linguagem e o pensamento social-político da época, através da sua descrição. Por isso, considera-se que o design arquitetônico da mobília é uma referência do cenário temporal. Para esta pesquisa, optou-se pelo estudo do período de 1908 até a atualidade, e como metodologia utilizou-se a análise qualitativa, debruçando-se sobre fonte bibliográfica e o próprio acervo mobiliário.

Palavras-chave: patrimônio cultural, história, bens móveis, fonte

A metodologia

Neste trabalho foi estabelecido a pesquisa qualitativa, método que tem como premissa a análise de conteúdo, de onde advém as informações. Para tanto, utilizou-se fonte primária, especialmente, as documentais que são de vários tipos: correspondências diplomáticas, contratos de serviços; compra e venda, e, encomendas, portarias, jornais, atas, ofícios, fotos, desenhos, plantas. O acervo documental está localizado no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

A obtenção desse material obedeceu ao protocolo da Instituição, que iniciou com o agendamento para a consulta e permissão para fotografá-lo. Também foi considerado o próprio acervo mobiliário como fonte, pois trata-se de objeto produzido pelo homem no tempo, visto que, o patrimônio carrega consigo aspectos da memória, representada na criatividade e nas projeções de ideias, bem como o arcabouço cultural social de uma nação. Além dessas considerações, utilizou-se de pesquisa bibliográfica para o cotejamento e embasamento contextual e teórico.

A fonte

A Fonte é a peça fundamental do processo de pesquisa e produção do conhecimento histórico. Neste trabalho, o objeto de estudo é o mobiliário do Edifício ERERIO, além disso, ele também é ao mesmo tempo fonte histórica, que serve para compreensão do seu passado. Desse modo, a análise e cotejamento entre o mobiliário e seu processo de aquisição foi levado em conta, através da documentação gerada a época. No entanto faz-se necessário mencionar que a produção de documentos em determinados períodos não é gerada de forma sistematizada, a não ser por um inventário composto por descrição dos objetos.

Todo o processo de aquisição de objetos em âmbito governamental depende dos atores envolvidos no processo administrativo e na criação de protocolos a época da gestão administrativa. Nesse sentido, é estabelecido a análise de todos os aspectos envolvidos no processo, incluindo principalmente, o contexto histórico, a

¹¹ Doutoranda no PPGH da Universidade Salgado de Oliveira. Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ. Especialista em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos-IESP-UERJ. Pesquisadora-cientista e Historiadora. Bolsista Capes.

análise da tipologia de cada objeto para que possam ser somados e gerar a produção histórica.

Em face disso, essa pesquisadora observa que não foi, até o momento, encontrada documentação específica, como um inventário ou uma listagem de aquisição e descritiva de mobiliário anterior a 1927. Não afirmamos que não houve produção de documentação específica, apenas não foi encontrada para essa pesquisa, o que não exime a continuidade por outros pesquisadores. A pesquisa não se esgota aqui, deixamos aberto para futuros pesquisadores a missão de inserir mais elementos nessa lacuna.

Já relativo ao período entre 1927 e 1930, época da inauguração do novo Edifício, há uma vasta documentação sobre o mobiliário adquirido para a remodelação. Além de cartas diplomáticas de convites para a inauguração, há recortes de jornais que mencionam a descrição da mudança, reformas e as novas alocações de salas. Citam ainda, o mobiliário tipo padrão com fins de funcionalidade às novas atividades de serviços, no entanto não foi encontrada documentação sistematizada tipo inventário¹².

Vestígios e artefatos, construção e mobília: fontes que remetem ao passado

A História é a ciência que estuda os acontecimentos do passado através dos vestígios deixados pelo homem no tempo e no espaço, artefatos que são denominados de fontes pela História. Dessa forma, fonte é tudo que é produzido e tem relação com o homem no seu tempo, e ela pode ser de todos os tipos: textos, desenhos e objetos, bens materiais e imateriais. Dumoulin (2017) reproduziu o seguinte trecho de outro autor; “a história é a ciência da lembrança. Encerra assim um princípio de vida eterna. Graças à história, não podemos esquecer aqueles que fizeram de nós o que somos, a cuja raça e a cujos trabalhos queremos dar continuidade” (GRENIER, 1940 apud DUMOULIN, 2017, p. 208).

Através desta introdução apresentamos o presente artigo, resultado da pesquisa que teve como objeto de estudo o acervo mobiliário do Prédio Administrativo do Escritório de Representação do Rio de Janeiro, do Ministério das Relações Exteriores-ERERIO. A finalidade do trabalho foi avaliar os aspectos históricos do mobiliário, para a execução, posteriormente, do projeto de restauro e conservação, a ser realizado pela empresa Schiffino & Junqueira Arquitetos Associados. Sendo assim, o trabalho focou na identificação e na contextualização do processo de aquisição deste acervo, com isso apreendemos a sua relação com as circunstâncias sociais, políticas e históricas.

Inicialmente, para compreendermos o processo que envolve a organização interna do dito patrimônio¹³, faz-se necessário um breve percurso histórico sobre a sua construção original. A idealização da obra visou a complementação das atividades desenvolvidas no Palácio do Itamaraty - Sede do Ministério das Relações Exteriores, cuja elaboração do projeto ficou a cargo do engenheiro Tommaso Bezzi e executado pelo empreiteiro Andrea Giordano.¹⁴

O então Chanceler das Relações Exteriores, José da Silva Paranhos - o barão do Rio Branco, em 1908¹⁵, quem ordenou a execução da obra de reforma. O

¹² Observamos que não há afirmação por nós de que não exista documentação ou inventário desse período, apenas não foi encontrado por nós nessa pesquisa, no acervo consultado, deixamos aberto uma lacuna para que, caso haja o surgimento de um inventário, especificamente deste período, possa ser anexado a essa pesquisa.

¹³ O prédio mencionado aqui, fica localizado à direita no interior do Complexo do Palácio Itamaraty, após a sua entrada, na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁴ AHI- MRE- Lata: 201/ Maço: 3491-3493

¹⁵ AHI- MRE- Lata: 201/ Maço: 3491-3493

contrato de serviço abarcava todo o complexo no terreno, no entanto, foi concluído apenas o Edifício Administrativo, em virtude do falecimento do engenheiro Tommaso e do barão do Rio Branco, que ocorreu antes da conclusão total da obra¹⁶.

O Edifício Administrativo do Escritório de Representação no Rio de Janeiro – fica situado no Complexo do Palácio do Itamaraty, no endereço: Av. Mal Floriano Peixoto nº: 196. O barão do Rio Branco, quando solicitou essa obra, dentre todo o Complexo, deu ênfase especial a esse prédio, com investimento na sua estrutura externa, bem como na interna, com ampliação e aumento de mais um andar¹⁷. Consta na documentação que havia uma biblioteca no mencionado edifício e que, em 1927, ela foi transferida à nova edificação central - o monumental prédio estilo neoclássico com colunas romanas frontal, inaugurado em 1930¹⁸.

Em nota de contratação de serviço entre o Ministério das Relações Exteriores e o engenheiro Tommaso Gaudenzio Bezzi, para a obra de 1908, encontra-se a seguinte descrição:

As obras a executar no Palácio Itamaraty consistem no seguinte: **A.** Construção de um corpo de edifício interior entre o jardim do palácio e terreno da light prover, em local que vai ser expropriado, devendo ter esse corpo de edifício uma extensão de oitenta metros e quarenta centímetros, e duas fachadas principais uma sobre o dito jardim e outro sobre rua que a municipalidade projecta abrir em continuação da Avenida Gomes Freire; **B.** Construção de outro corpo de edifício, em continuação do anterior, até a rua Floriano Peixoto, em terrenos que também serão ser expropriados, **C.** aumento e melhoramento da actual biblioteca; **D.** Obras que sejam determinadas no Palácio actual com o fim de melhorar e de ser mantida a harmonia geral nas diferentes dependências do dito Palácio¹⁹.

O pensamento lusitano do Barão foi refletido nessa obra. Personagem referência da diplomacia brasileira, barão do Rio Branco idealizava uma identidade nacional brasileira, baseada na construção de um império monárquico lusitano na América (LYNCH, 2014). Seu estilo o impulsionou a empreender tal construção no Palácio, providenciando obras de expansão do prédio. Reformou as suas duas faces com uma construção neoclássica e barroca. Na parte interna investiu em mobília portuguesa, com armários bem grandes e embutidos, inseriu o “empainelamento geral dos vãos²⁰” de madeira nas paredes de algumas salas.

A aquisição do mobiliário e decoração interna acompanharam o mesmo estilo neoclássico, priorizando móveis do século XVII e XIX, estilo português, em madeira de Jacarandá. Mas, em 1927, ocorreu a grande remodelação no Complexo Itamaraty, dessa forma, o Edifício em questão sofreu em sua parte interna uma nova organização e aquisição de mobília, mas desta vez, diferentes. O objetivo dessa nova reforma era criar um espaço de funcionalidade cotidiana, instalando mobília padronizada para melhor adaptar aos serviços inerentes as funções e cargos no Órgão²¹.

No contexto da remodelação em 1927 o acervo mobiliário adquirido em 1908, possuía cerca de 200 peças e foi distribuído por outras dependências do Palácio. Hoje está organizado somente no prédio do Museu Palácio Itamaraty e no edifício central, onde estão instalados o Arquivo e a Mapoteca²².

¹⁶ Ibidem: AHI- Lata 201..., também pode ser visto no relatório de pesquisa de Leticia Ferreira. Pesquisa Histórica: edifício do Escritório de Representação do Rio de Janeiro (ERERIO). RJ, 2021.

¹⁷ AHI- MRE- Lata: 201/ Maço: 3491-3493

¹⁸ AHI – MRE – Lata: 1540/Maço: 33 -710

¹⁹ Idem- AHI- MRE- Lata: 202...

²⁰ Idem.

²¹ AHI-MRE- Lata: 591; Maço: 9362.

²²AHI-MRE- Lata: 591; Maço: 9362. Também disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=ZB0028&Pesq=%22a%20remodela%c3%>

O ano de 1927 ficou marcado como uma data emblemática para o Edifício ERERIO, porque, a partir de então, iria concentrar-se ali o setor administrativo do Ministério das Relações Exteriores. Assim, partindo do princípio da sua funcionalidade, instalou-se móveis elaborados e produzidos de forma padronizada, de modo que se adequasse ao espaço determinado. Outro aspecto que chama atenção é relativo à perenidade do edifício, pois projetou-se uma edificação de forma a manter-se definitivo, como mencionado no documento; as “modificações introduzidas no primitivo edifício do Itamaraty e na ala em que se achavam as seções da Secretaria de Estado são obras definitivas e completas”²³.

Isso mostra que a intenção do projeto seria de imutabilidade, elemento que permite ao “bem móvel” ser caracterizado como patrimônio histórico e cultural. Diante da magnitude e da relevância, não só o Palácio do Itamaraty como todo seu complexo passou a ser um bem material tombado pelo então SPHAN o atual IPHAN, pois, carrega os símbolos e valores culturais, históricos, sociais e políticos de nossa nação.

Meneses (2012) classifica os bens culturais e históricos como valor cognitivo, pois de acordo com sua reflexão, quando se trata de um bem que possui condições de conhecimento, como é o caso do Complexo do Itamaraty (grifo meu), há uma relação de mediador de conhecimento. Nesse sentido, conforme afirma Meneses, por intermédio do bem cultural

pode-se conhecer o espaço que organizou o edifício, seus materiais e técnicas, seu padrão estilístico; podemos traçar os efeitos dos interesses em causa na sua projeção, as condições históricas (técnicas, econômicas, sociais, culturais) de sua construção, usos e apropriações, os diversos agentes ou categorias sociais envolvidas, sua trajetória, sua biografia. O bem está sendo tratado, então, como documento de múltipla natureza (MENESES, 2012, p. 35).

A arquitetura possui designs que refletem expressões, conceitos e criatividade, além de projetos políticos de uma nação, através dos seus ângulos e traços. Daqueles que criam são revelados sentidos estéticos e utilidades que comportam a funcionalidade e a subjetividade, que vai do plano artístico ao cultural e político.

O atual complexo arquitetônico do Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro não escapa a isso, a sua arquitetura representa alguns momentos do Brasil, um desses momentos é o período da transição da Monarquia para a República, cuja construção possui aspectos ecléticos, que misturam influências de estilos do século XVII, XIX e XX. Expressa a valorização do colonial, representada pela fachada principal, neoclássico e o moderno nas três outras edificações no interior do Espaço Palacial, assim, caracteriza-se por ecletismo em um único espaço, mistura-se três períodos de expressão no âmbito político, cultural e artístico.

O panorama histórico do design de mobiliário brasileiro

O mobiliário brasileiro também não foge aos aspectos da arquitetura predial, o estilo acompanhou a mesma tradição. A sua história possui dois períodos estilísticos, o primeiro deles refere-se ao da tradição colonial que vai até 1930, que é caracterizado pela influência europeia, no qual se tem desenho barroco e rococó, e por fim, o neoclássico do século XVII e XIX. Este estilo acompanhou a tradição vinda

[a7%c3%a3o%20do%20pal%c3%a1cio%20itamaraty%22&pagfis=240](#) >. acessado em 15 de mar. de 2021.

²³ Correio da manhã, 15/08/1930 / Ibidem: AHI - MRE

de países como Portugal, Itália, Grã-Bretanha e França. E na segunda metade da década de 1920 surge o movimento modernista, que traz na esteira um submovimento arquitetônico chamado *art déco*, que irá influenciar muitos arquitetos e principalmente os artistas plásticos e até artesãos de móveis.

O estilo *art déco* pode ser considerado como o prenúncio ao modernismo, é a busca para encontrar a modernidade, pode se chamar de transitório, expressado na arte mobiliária, dominada pelas mãos dos artesãos e artistas plásticos. Márcio Reis (2014) em sua tese de doutorado menciona autores que buscaram definir o termo *art déco* para as criações dos artesãos moveleiros e artistas plásticos.

O modelo de design *art déco* foi lançado pensando a arquitetura e as artes plásticas na exposição francesa em 1925, foi um período de reestrutura na França, após a Primeira Guerra. A partir disso, há um conjunto de aspectos envolvidos, desde a reurbanização, a nova representação social, após a fatalidade da Guerra.

Segundo Márcio Reis (2014), em 1968, o historiador da arte britânica Bevis Hillier, em seu livro conceituou *art déco* como sendo moderno, estilo clássico que respondia as exigências da máquina e dos novos materiais, bem como da produção em massa. Já Tim Benton e Charlotte Benton, na esteira da interpretação *art décor*, definiu como a expressão moderna.

Nos EUA a expressão moderna do *art déco* ficou a cargo da arquitetura voltada para construções de edifícios comerciais, nesse período o país estava experimentando seu tempo áureo da “*belle époque*”, a especulação imobiliária estava em evidência devido à alta produção e riqueza. Depois da crise de 1929 e a implementação do New Deal, foi empreendido construções de prédios públicos. A essas edificações, David Gebhard nomeou de *Streamline moderne* e de *jazz moderne*, a vertente francesa do *déco* chamado nos EUA, e *wpa moderne - work Progress Administration*, o estilo público do New Deal (REIS, 2014).

No Brasil, no início da década de 1920, a concepção de moderno confundiu-se com ser atualizado, de acessibilidade e fidelidade aos parâmetros europeus ou norte-americanos, em vista da influência cultural. No entanto, na arquitetura, o conceito de *art déco* aplicou-se mais na direção do “fenômeno modístico, intercambial, de apreciação” do que como modo de expressão cultural específico de uma sociedade (REIS, 2014).

Mesmo com a predominância da influência internacional, o Brasil não deixou de buscar sua própria linguagem interpretativa, criativamente aplicou seus “códigos linguísticos” singulares, nem tampouco de rascunhar correlações de formas originais que fosse de evidente qualidade, não só restrito a arquitetura, mas de forma geral. O que foi considerado como porta de entrada da estética *art déco*. Todavia, “foi por meio dos pequenos objetos como posters, têxteis, cerâmica, mobiliário e outros mais, que o estilo se afirmou, embora tenham sido as grandes encomendas, sobretudo as de arquitetura, que foram as verdadeiras plataformas de visibilidade mundial do estilo” (REIS, 2014).

Reis (2014) explica que em terras brasileiras o surgimento do estilo *art déco*, se encontrou com o processo de adesão do país à modernidade, com a sua dimensão e popularização ao longo dos anos 1930 e 1940. O debate acalorado dos modernistas diante da inserção *déco* não interferiu na sua evolução durante essas duas décadas. Ele teve o seu momento de consolidação e apogeu, embora já houvesse iniciado algumas manifestações. Fato é que o *art déco* foi a via de acesso à modernidade de matriz europeia e norte-americana para os distintos estratos sociais brasileiro (REIS, 2014).

As iniciativas de remodelação urbana a cargo dos governos moldaram o cenário das cidades brasileiras que seria povoado pelas tipologias da modernidade e pelos códigos do *art déco*. A intensa atividade construtiva deflagrada pelo capital privado, que passou a imprimir sobre as cidades

novos contornos, como aquele advindo da verticalização (REIS, 2014, p. 34).

A partir dos anos 1930, o estilo da mobília se volta para as ideias modernista, abarcando a linguagem do âmbito da literatura, da arquitetura e artes plástica. O cerne deste movimento, inicialmente, era a ruptura da tradição colonial e experimentar novas técnicas e expressões artísticas. Com a expansão do movimento, as ideias se estreitaram para a valorização do nacional. Após os anos trinta, isso ficou muito evidente nas estruturas governamentais, o que pode ser notado a partir de então, representado nas repartições públicas.

A produção de mobília e objetos decorativos é marcada por um processo de grande importação, no período de 1940, as fábricas focavam sua produção local e inspiradas nos modelos europeus. Desse modo, deu início a internacionalização do mobiliário brasileiro (THOMEIO et al, 2019).

A importação extensa dos anos 1940 tivera uma paralisação no pós-guerra, no momento que se obteve um aumento da produção local e ampliação do mercado nacional, com expansão da produção para atender as demandas internas. Diante de uma sociedade se urbanizando e no rumo ao desenvolvimento, a produção moveleira optou pela produção em série, e nessa categoria e pioneirismo, se destacou as fabricas de Móveis Cimo, fundada em 1913 (THOMEIO et al, 2019).

Nesse contexto, há uma atenção voltada para a produção de móveis com características nacionais, adequando-se as características singulares do país, como às condições climáticas e os materiais disponíveis no país, como a madeira e os tecidos. A fábrica de móveis Cimo se destaca nesse processo como pioneira, porque passa a produzir móveis desmontáveis e sobretudo projetados para produção industrial em série.

George Warchavchik, ainda nos anos 1930, é presença marcante na história nacional, em função do lançamento da casa modernista em São Paulo, o que fortaleceu mais a influência do estilo moderno-nacional em terras brasileiras. O arquiteto defendia a produção industrial e a ideia do móvel racionalista, a partir da elaboração de obras usando matéria-prima como o metal, muito em voga na Europa. Nesse mesmo cenário, o mobiliário nacional brasileiro assume um estilo parecido, entretanto utilizando a madeira, o metal e o couro (THOMEIO et al, 2019).

Avançando para as décadas de 1940 a 1950 amplia-se a produção de móveis seriados onde, além da madeira maciça nota-se, também, a produção a partir placas de compensado. O couro passa a ser aplicado em assentos e encostos, sendo, algumas vezes, substituído pelos tecidos, devido ao custo (THOMEIO et al, 2019, p. 59).

No Brasil foi introduzido o modelo de padronização no serviço público e isso incluiu também a mobília para os departamentos do serviço público. Através do Departamento de Administração do Serviço Público- o DASP, implementou-se uma logística de especificação, desde a matéria-prima utilizada em construções civis e obras públicas, produções de mobílias como a sua tipologia e modelagem.²⁴

Essa padronização foi inserida a partir da segunda metade de 1920, já no governo de Washington Luís. Nessa perspectiva, o departamento do Escritório de Representação no Rio de Janeiro também recebeu a mesma formalização, pois o governo buscava inserir o modelo de mobília racionalista, priorizando a madeira como matéria-prima para os móveis das repartições públicas e preocupações do estilo próprio de escritório, pensando no local de trabalho dos funcionários.

²⁴ Arquivo DASP, acervo do Arquivo Público Nacional.

O mobiliário do Edifício ERERIO no período do barão

Conforme já mencionado, a organização e distribuição do mobiliário no espaço interno do Edifício possui dois momentos principais da sua história, o primeiro deles ocupa a construção de 1908, no qual foram inseridos móveis de estilo colonial, do século XIX, com armários produzidos em madeira de lei, design barroco, de influência europeia, sobretudo, o inglês e o português. Há nas paredes uma espécie de armário embutido denominado “empaneilado” também de madeira, tipo peroba de campo. Há um contrato de serviço que permite verificar a solicitação da obra, e que faz a seguinte observação;

[...] esquadrias em peroba de campos, caixilhos envidraçados (vidro duplo) de 0,035 de espessura, com molduras salientes e as partes cheias de almofadas compreendido o marco, ferragens de metal amarelo, duas mãos de óleo de linhaça cosido e depois de bem seca envernizada a pincel metro quadrado empreendido o vão dos vidros e o marco 94\$500- caixilho como acima com veneziana metro quadrado 98\$00- portas de segurança de 0,035 de espessura [...].

[...] empaneillamento geral dos vãos, com as respectivas molduras, tratados acima - metro quadrado 63\$000- portas internas, com ou sem bandeira, de 0,04 de espessura com caixão e alizar, envernizadas a boneca [...] ²⁵

A imagem iconográfica do “empaneillado” sugere ser as molduras embutidas, formando uma parede de madeira. Essas paredes não foram modificadas nas reformas pelos quais passou o edifício, elas continuam do mesmo estilo, percebeu-se com o cruzamento das fontes que a mobília foi a única que não foi substituída.



Figura 1: empaneillado de madeira nos vãos, Foto: Priscila Silva & equipe

Com relação a descrição desse mobiliário, especificamente, não foi encontrado nesta pesquisa documentação que mencione tal aspecto, nem a forma de sua organização, isso também porque a obra do projeto do Rio Branco, não foi concluída. É importante destacar que em determinados períodos históricos muitas vezes não há esse tipo de produção documental. Por isso a relevância da pesquisa histórica, para que seja relacionado as várias tipologias de fontes entre si e se elabore as hipóteses mais próximas possíveis.

O relato histórico é baseado em fonte, além do rigor metodológico que é feito à análise dessas fontes e seu confronto, relacionando-as até formar um todo. Por exemplo: um documento material como uma nota de compra de um objeto, confrontado, pode-se fazer a vinculação e inferir um contexto. Funciona como uma

²⁵ MRE- AHI- Lata 201; maço 3491-3493

quebra-cabeça que vai sendo montado as peças até formar uma peça completa, que pode ser um desenho, um mosaico, uma fotografia e um texto, assim é a pesquisa histórica.

A valorização do nacional e a padronização do mobiliário pós anos 1930

A partir dos anos 1930, em plano nacional, há uma mudança de pensamento com relação a mobília. Inicia-se a elaboração de móveis com mesmo desenho tradicional, mas com utilização de matéria-prima brasileira, conforme já mencionado anteriormente. Assim, o investimento passa a ser na madeira, será o produto que melhor representará o espírito nacional neste sentido. Busca-se as melhores madeiras para a produção mobiliária, além disso, há a valorização do modo artesanal de produção.

Quando inaugurou, em 1930, o Edifício onde se localiza o Arquivo, a Biblioteca e a Mapoteca no Conjunto de prédios do Itamaraty no Rio de Janeiro, ordenou-se a instalação de móveis tipo padrão. Como podemos ver na descrição:

No edifício da Secretaria do Estado, que Rio Branco mandou erigir e acabou de levantar-se durante a administração de Lauro Miller, introduziram-se muitas reformas nas repartições internas. instalou-se um grande elevador, substituiu-se a madeiras de vários assoalhos; espaços inúteis de vestíbulos foram aproveitados para salas; transformaram os torreões em dependências de trabalho.

Creou-se um tipo padrão para os móveis de escriptorio das diferentes secções da Secretaria de Estado, forrando-se com tapetes, fabricados no Brasil, com motivos indígenas, todas as salas e gabinetes de trabalho. Algumas, dentre estas, como as do serviço de Comunicações, foram revestidas de painéis de jacarandá, afim de proteger os escaninhos onde guardam os numerosos livros de correspondência reservada e confidencial. Os funcionários do Ministério das Relações exteriores, tem, hoje, um ambiente digno das suas ocupações, não só pelo conforto, mas pelo estylo sobrio, pela severidade elegante do mobiliário e da decoração²⁶.

Com a introdução do modernismo, a estrutura do mobiliário será focada na qualidade da madeira como o jacarandá, a imbuia, a peroba de campo entre outras, mas o design permanecerá com característica nuançadas do barroco, as linhas mostram ainda o aspecto do colonial, “inspirado nos desenhos da arquitetura religiosas brasileira do século XVII”²⁷. Sendo assim, se buscará por trabalho artesanal, valorizando os mestres entalhadores da tradição barroca e do período colonial, a ênfase no estilo luso-brasilseiro ²⁸.

Não obstante, alguns desenhos, que datam de 1927 -1928, mostram que já havia uma pretensão de aquisição de um mobiliário padronizado de forma serial para os escritórios públicos, sobretudo para o Escritório de Representação, e escapava um pouco do estilo barroco, cujos desenhos com traços retos se voltam para o estilo moderno.

Heitor Granafei (2021) menciona que para a mobília de escritório do ERERIO foi elaborada uma linha de móveis padronizada para os consulados, com finalidade de divulgar a indústria moveleira e as madeiras brasileiras, inclusive há registro de editais de licitação que especifica a qualidade e da execução das peças. Em um desses “editais determina que os móveis deverão ser executados com todo capricho a fim de poder concorrer com os melhores produtos estrangeiros, recomendando assim a indústria brasileira”.

²⁶ AHI-MRE- Lata: 591; Maço: 9362

²⁷ AHI- MRE- Idem

²⁸ AHI – MRE- idem

Grafanei (2021) afirma que

Os fabricantes trabalharam sobre desenhos fornecidos pelo Itamaraty. Estão conservadas no Arquivo Histórico do Itamaraty duas séries de desenhos, datadas de março de 1927 e de novembro de 1928. A série de 1927 consiste em 12 modelos (A até I, R e S): escrivaninhas “embaixador” (A), “secretário” (B) e alta (J); mesa de datilografia (C); canapé, cadeiras simples e de braços em madeira (D-G) e mesa de centro (H); mesa de contínuo (I); estantes (R e S). Da série de 1928 foram encontrados desenhos de 8 modelos (A até E, G, I e J): escrivaninhas grandes (A), pequena (B), dupla (BB) e alta (E); armário (C); mesa de datilografia (D); mesa comum (G); cadeiras giratórias tipo I e J” (GRAFANEI, 2021).

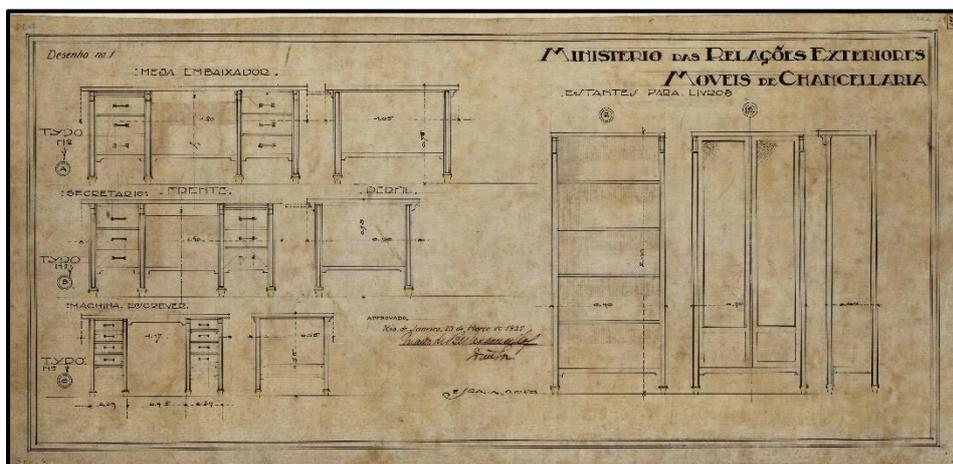
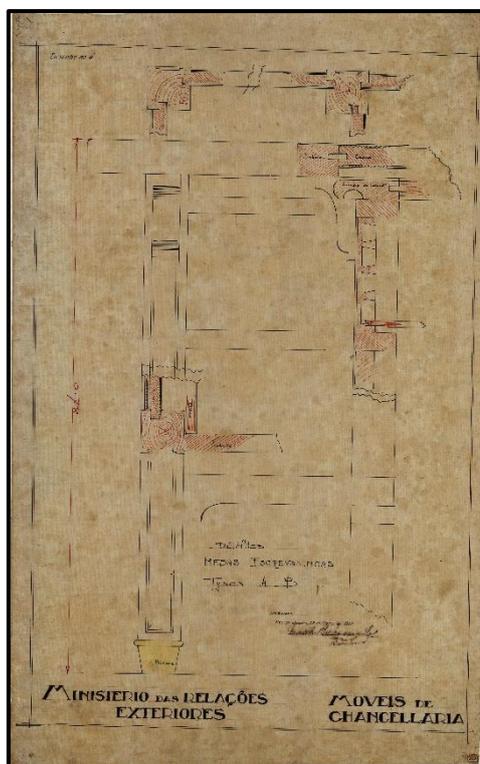
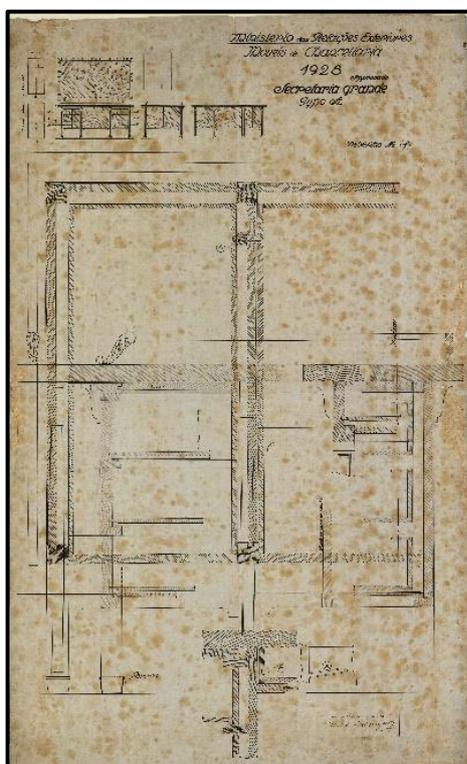


Figura 2: Modelo de peça desenhado e fornecido pelo Ministério em 1928, Fonte: foto: Heitor Granafei - Tese de Altos Estudos.



Figuras 3-4: Modelo de peças mobiliárias desenhadas e fornecidos pelo MRE em 1928. Foto: Heitor Granafei

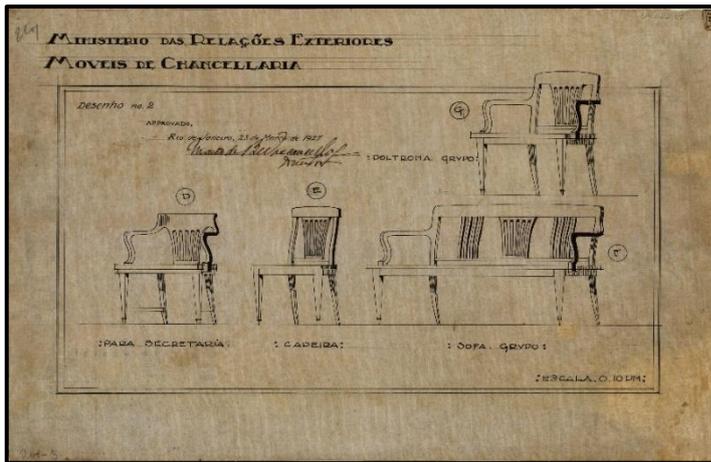


Figura 5: Modelo de peças mobiliárias desenhadas e fornecidos pelo MRE em 1928. Foto: Heitor Granafei.

Os desenhos apresentados revelam o projeto de uma decoração que considera os aspectos da funcionalidade, estabelecida para cada serviço e pessoal. Certos detalhes da mobília mostram a padronização para essa tipologia de móvel, que foram projetados especificamente para a chancelaria do MRE, em 1928. No entanto, em 1927, já havia um esboço de mobília elaborado para o Prédio Administrativo. Chama atenção, porque esse período é próximo ao evento da Revolução de 1930, que em seguida tomou posse Getúlio Vargas e instaurou o governo Provisório. É a partir desse momento que o serviço público se torna centralizado, ou seja, o Departamento de Administração Pública, que inicia a padronização em algumas repartições, ainda no governo de Washington Luís, torna-se mais efetivo e amplia a padronização para outros Órgãos governamentais.

Na segunda metade da década de 1930, precisamente em 1938, após o estabelecimento do Estado Novo, com o poder autoritário, o governo passa a racionalizar também os cargos e serviços públicos. Isso se expandiu também para os materiais e objetos utilizados em todas as repartições e instâncias federais, bem como as estaduais, nesse caso, em âmbito nacional, esse “padrão” foi estabelecido de forma ampla e geral.

Na presidência do Departamento de Administração do Serviço Público, Luís Simões Lopes elaborou e estabeleceu decretos para padronizações e normas técnicas de materiais, matéria-prima, produção e prestação de serviço público. O contrário não ocorreu para a mobília, dentro da exigência e obrigatoriedade, o decreto exigia regras para aquisição de móveis para os órgãos e repartições²⁹.

A padronização da mobília envolvia além do estilo, também o produto utilizado na produção, que começava da espécie de madeira até a coloração da envernização. Em especial, o verniz devia ser isento de breu, tinta cor de carvalho antigo, bem como a exigência das medidas, da espessura da lâmina de compensado, o emprego da cola de caseína, tudo de acordo com as especificações estabelecidas nas Portarias³⁰. Observa-se que o material e a manufatura mencionada na Portaria do DASP de 1941³¹ é a mesma mencionada no relatório da remodelação de 1930. Isso sugere que, embora tenha sido institucionalizado os

²⁹ Ibidem, Arquivo DASP...

³⁰ DASP, 375, Série 1943. Seção de Guarda: CODES. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

³¹ DASP, 375, Série Especificações - Ministério das Relações Exteriores. Período; 1941- 42. Seção de Guarda: CODES. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

padrões por meio do DASP em 1938, já havia a Comissão de padronização em 1930.

A centralidade da Administração Pública refletida no mobiliário

Ainda nos anos 30 do século passado o mobiliário dos órgãos públicos e todas as instâncias passam a ser definidos pela administração pública. O governo estabeleceu a interdependência dos órgãos e dos entes federativos do país, transferiu o Departamento de Administração do Serviço Pública a função de normatizar padrões para o mobiliário funcionais.

Um professor catedrático de Economia Política, Finanças e Estatística da Escola de Engenharia, em 1940, tece a seguinte consideração em carta sobre a Padronização e os serviços do DASP.

Comissão de Padronização em 1930, Comissão Central de Compras em 1932 e Departamento de Compras em 1940, são etapas que indicam a firmeza de uma diretriz prefixada e plenamente atingida, mas sem menoscabo do cuidado devido quanto ao que diz respeito às relações desse órgão com o Tribunal de Contas e notadamente no que tange a padrões e especificações³².

É importante destacar que o DASP só foi criado em 1938, sendo assim, em 1932, não havia ainda se instituído um Departamento específico de regulação,³³ vigorava somente a Comissão de padronização de 1930 e o Conselho Federal do Serviço Público Civil, que foi substituída pelo DASP. Este foi um órgão técnico administrativo de intervenção, regulação e controle pelo Decreto-Lei no 579, de 30 de junho de 1938, conforme estabelecido no artigo 67 da Constituição de 1937, que instituiu o Estado Novo. Neste artigo previa-se a organização de um departamento administrativo, vinculado à Presidência da República, com a incumbência de fazer um estudo pormenorizado dos órgãos públicos.

O Departamento foi criado para promover as mudanças no campo da economia, da eficiência e na elaboração anual de proposta orçamentaria federal e fiscalização da sua própria execução. Acabou se tornado o órgão de competência para atuar desde a logística de seleção de pessoal e aperfeiçoamento para o serviço público a definição dos padrões do material para uso nas repartições, como também o assessoramento do Presidente da República³⁴.

Na gestão do então presidente do DASP Luiz Simões Lopes, se instituiu a padronização de materiais em todas as instâncias do governo federal e ficou sendo de forma obrigatória a todos os Estados seguir essa determinação. Entretanto, com algumas ressalvas, abria exceções para o órgão que quisesse escolher outra empresa de fornecimento, desde que mantivesse a regra de padronização do estilo e da matéria-prima a ser utilizada, e se que quisesse criar o estilo próprio de projeto, teria que passar pelo crivo da aprovação do DASP e da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas. Simões estabeleceu um contrato de estudo e de aprovação de todos os materiais que se utilizariam para os órgãos federais, todos, sem nenhuma exceção³⁵.

³² DASP. 360- Série: correspondência geral- período; 1942- seção de guarda: Codes. Arquivo Nacional

³³ Ibidem

³⁴ Lei nº 284, de 28 de outubro de 1936, que organizou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), subordinado diretamente ao Presidente da República. Entrevista: LOPES, Luís Simões. Luís Simões Lopes II (depoimento, 1990). Rio de Janeiro, CPDOC, 2003.

³⁵ Ibidem

As empresas contratadas para a fabricação do mobiliário

Foram identificados os seguintes nomes nos selos nos móveis, que sugere ser fabricantes do mobiliário do Edifício ERERIO: Laubisch Hirth, Martins Junior, Leandro Martins e Cia, Mercenário, Móveis Rústicos, Grupo Maiderense, Carlos Laubisch, Marcenaria Harmonia Abílio Ferreira, Fábrica de Móveis em Geral Victorino Nogueira Irmão Ltda, Fábrica de Móveis Vieira, Móveis de Estilo Natale Lugli-Irmãos, Fábrica de móveis costa e Manoel F. santos. Esses fabricantes, sobretudo, Leandro Martins Junior, Martins Junior e Carlos Laubisch Hirth forneceram móveis e fizeram restauração por seguidos contratos de serviços, por um longo período, seus nomes surgem em sucessivos Diários Oficiais.

Ao longo do tempo, desde a remodelação do edifício, ocorreram outras reformas, e certamente, inspeção, restauro e inserção de novos mobiliários, nessa mudança, empresa e fabricantes que já forneciam para outros órgãos continuaram a fornecer e com a entrada de novos fabricantes. Não foi diferente para o Ministério das Relações Exteriores, que também adquiriu mobiliário padronizado fornecido pelos mesmos fabricantes, conforme os decretos do DASP.

Considerações finais

A edificação do prédio ERERIO teve o objetivo comportar as funções concernentes as funções do Ministério das Relações Exteriores, para isso foi mobiliado com móveis e decoração apropriados. Em 1908, sob a gestão do Chanceler barão do Rio Branco, empreendeu-se a primeira obra, entretanto somente em 1927 foi executada uma ampla obra de reestruturação e de efeito perene. O propósito era que fosse, além, de Sede da Representação das Relações Exteriores do Brasil, ser símbolo de patrimônio nacional. Assim, foi pensado meticulosamente a sua estrutura, tanto interna quanto externa.

Em 1930 foi inaugurado a remodelação e ampliação de todo o Complexo do Palácio do Itamaraty, e especialmente, o edifício do ERERIO. No espaço interno do Complexo, é a mais marcante representação daquele período, pois trata-se da transição da Primeira República para o governo Vargas. Ademais, a política, a cultura, a arquitetura e as artes plásticas vindo na esteira de influência das produções internacionais como o art déco e depois o modernismo.

Se tratando do mobiliário do ERERIO, naquele contexto, gestava-se uma política de formalização e padronização dos materiais utilizados no serviço público, cuja ampliação ficou a cargo do Departamento de Administração e Serviço Público em 1938.

De acordo com a documentação analisada, havia uma Comissão de Padronização, brevemente anterior ao Governo Provisório, que lhe cabia estabelecer padrões e especificações dos materiais utilizado no serviço público, além do próprio serviço público.

Com o governo Provisório de Vargas, a função da Comissão se ampliou de tal modo que abarcava completamente tudo que estava relacionado ao serviço público. Em 1938 elaborou-se um Decreto que institucionalizava essa tarefa, e tornou-se o Departamento de Administração e Serviço Público, com suas comissões próprias, nas quais incluía o de especificações e padronizações, bem como a Divisão de material, que ficava responsável pela qualidade da matéria-prima, ou seja, esse modo de centralizar a administração pública abrangeu a criação, entre outras, de um estilo de mobiliário somente para as suas repartições.

Dessa maneira, não foi diferente com o Ministério das Relações Exteriores, embora o decreto fazia exceção para o MRE obter mobiliário diferente dos especificados. Nesse sentido, não se fazia obrigatório para o MRE obedecer aos

critérios de padronização decretado pelo DASP. No entanto observa-se que muitos móveis do ERERIO, em quase sua totalidade, seguem a mesma padronização instituído pelo Departamento. O Decreto-lei mencionado é de 1939, que também abria exceção, permitindo a aquisição de modelos diferentes não somente para que o MRE, mas também para o gabinete civil e militar da Presidência da República e gabinete do ministro.

O significado desse decreto é de que todos os órgãos federais deveriam adquirir, quando necessário, a mobília de especificação e padronização estabelecida pelo DASP, mas não era obrigatório para tais órgãos mencionados, logo, ficava a seus critérios adotarem ou não a mesma tipologia.

É permitido a aquisição de mesas, cadeiras, armários e caixas não relacionados nas especificações, para o Gabinete Civil e Militar da presidência da República Ministério das Relações Exteriores, Gabinete de Ministro, e para ambientes onde se desempenhem funções de caráter solene³⁶.

No entanto, de acordo com nossa investigação, verificou-se que uma grande parte da mobília ainda existente no ERERIO é composta de uma série padronizada e com idade aproximadamente 80 anos. Essa mobília foi adquirida a partir de 1926, e, ao longo do tempo foi sendo restaurada, sofrendo reparos por diferentes empresas.

Ademais, cabe mencionar que o Palácio Itamaraty foi a primeira edificação a ser tombado pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, em 1936, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Nesse período o país passou por significativa mudança em diversas áreas, sobretudo na cultura e na educação, com ideias de valorização do patrimônio nacional. O que levou a implementação e execução de projetos nesse campo com intuito de elevar a cultura brasileira (CALABRE, 2009).

Assim, criou-se o Ministério da Educação e Saúde e o Sphan, esse órgão foi um projeto elaborado pelo modernista Mário de Andrade. Ao Sphan ficou a determinação de organizar o tombamento, sugerir a conservação e defesa, determinar a conservação e restauração, sugerir aquisição e fazer os serviços de publicidade necessária a propagação e o conhecimento do patrimônio artístico nacional (CALABRE, 2009).

As obras arqueológicas, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeiras deveriam ser registradas em quatro livros de Tombo, quais são eles: arqueológico e etnográfico. O Palácio Itamaraty foi inscrito no Livro do Tombo Histórico, pois foi considerado monumento histórico, e foi inscrito também no livro de belas artes, por conseguinte seu tombamento possui inscrição como edificação histórica e belas artes. Considerado uma das primeiras edificações tombadas pelo então SPHAN em julho de 1938³⁷, o registro está no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo das Belas Artes, pelo Decreto-Lei n. 25, 30 de novembro de 1937. Número de processo 158-T-1938, Inscr. Nº 8, 20/07/1938. do capítulo II Artigo 4. ³⁸

Sendo assim, infere-se, nesse contexto, que a composição de mobiliário do edifício é múltipla, entre móveis antigos da série de especificação/padronização DASP e alguns contemporâneos. Contudo, para efeito de patrimônio de bens materiais pode-se levar em conta a estrutura e o objetivo do edifício, que significa a interpretação da a linguagem de referência nacional, visto que, trata-se de um patrimônio da cultura nacional brasileira.

³⁶ Arquivo do DASP. Decreto-lei n. 579 de 30 de julho de 1938.

³⁷ O documento se encontra no arquivo Gustavo Capanema no CPDOC/FGV sob a ref. 36.03.24/2. Também na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2002, nº 30.

³⁸ O documento se encontra no arquivo Gustavo Capanema no CPDOC/FGV sob a ref. 36.03.24/2. Também na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2002, nº 30.

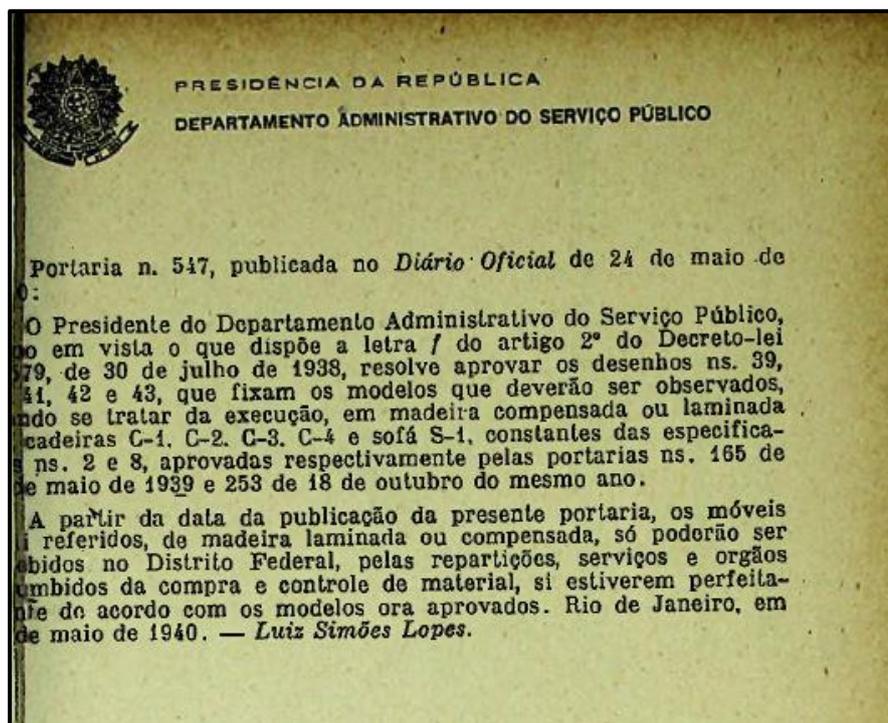


FIGURA 6: Portaria DASP Nº 574. Fixava a tipologia de cadeira e matéria prima. Maio de 1940

Fonte:

Acervo do AHI/MRE-RJ- LATA:202- Maço: 3520 / Lata: 201- Maço: 3491-3493/ Lata: 201/ Maço: 3491-3493/ Lata: 1540/Maço: 33 -710 / Lata: 202 - maço: 3520: Jornal Correio Paulista -data: 18/08/1930.

Acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, sob a guarda CODES. Arquivo DASP.

Decreto-lei n. 579 de 30 de julho de 1938.

Acervo do Arquivo Nacional. Lei nº 284, de 28 de outubro de 1936, que organizou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), subordinado diretamente ao Presidente da República.

Acervo do CPDOC-FGV. Entrevista: LOPES, Luís Simões. Luís Simões Lopes II (depoimento, 1990). Rio de Janeiro, CPDOC, 2003.

Bibliografia

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.

CONDURU, Guilherme Frazão. O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização. Brasília: FUNAG, 2013.

GOBO, KARLA. O Palácio é a casa: distinção e burocracia. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 8. n. 15, jan./jun. 2019

GRANAFEI, Heitor S. F. P. O projeto do Palácio dos Arcos e a cultura material do Ministério das Relações Exteriores. Tese do curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, 2021.

FERREIRA, Letícia. Pesquisa Histórica Edifício do Escritório de Representação do Rio de Janeiro do Ministério das Relações Exteriores (ERERIO), Relatório Técnico. Rio de Janeiro; Schiffino & Junqueira Arquitetos Associados. 2021

LYNCH, Christian Edward. Um Saquarema no Itamaraty; reflexões e hipóteses para uma pesquisa sobre o pensamento político do barão do Rio Branco. In: LAIDLER, Christiane V. (Org.). O barão do Rio Branco, política externa e nação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

REIS, M. Vinicius. O art decó na obra Getulina. Moderno antes do modernismo. Tese de doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo. FAUUSP. SP. 2014.

THOMEIO, Y. C.; MENDONÇA, R. N.; PANTALEÃO, L. F. PEREIRA, J. A. Design de mobiliário brasileiro, moderno e contemporâneo: um diálogo formal. Revista de Design, Tecnologia e Sociedade Brasília, v. 6, n. 1 (2019), p. 57-77, ISSN 25257471.

MENESES, U.T. Bezerra. O campo do Patrimônio cultural: uma revisão de premissas. (Anais; v. 2, t. 1), Conferência Magna do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. -- Brasília, DF: Iphan, 2012. (Anais; v. 2, t. 1).

ESTRATÉGIA E PODER: O COMPADRIO NA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA.

Alexandre Pereira Costa³⁹

Resumo: O estudo tem por finalidade apresentar uma sucinta análise teórica sobre o desmembramento do Compadrio, ou seja, discutir e repensar as relações de compadrio durante o período da escravatura brasileira – século XIX - e a representatividade à sociedade do batismo realizado pela Igreja Católica.

Palavras-chave: Compadrio.Escavidão.Batismo.Igreja Católica.

O presente trabalho de pesquisa apresenta o desmembramento do Compadrio, onde procuramos abrir uma discussão sobre as influências do compadrio, e sob ele, da Igreja Católica nas sociedades, enfatizando a sociedade escrava.

Contextualizar o compadrio a partir do Dicionário Aurélio para o entendimento e compreensão da palavra – compadrio – e na historiadora Sheila de Castro Faria, que em seu livro “A Colônia em Movimento” abre uma discussão sobre o compadrio, mesmo tendo apenas estudado a sociedade escrava brasileira, entretanto, é o que importa para a pesquisa.

No segundo momento há a abordagem sobre a prática do batismo em dois momentos: quando é dado após o parto e pelo litúrgico, realizado pelo padre ou sacerdotes, e o compadrio no coronelismo, para tanto discorreremos sobre o coronelismo no Brasil, tendo usado reflexões de Suely Roble Reis de Queiroz.

Concretiza-se enfatizando a Igreja Católica, o batismo e o “sistema” de compadrio na época escravatura brasileira, analisando algumas questões, exemplos, a participação da Igreja no compadrio, o batismo de escravos e outras. Enfoque teórico através de reflexões de Joaquim Nabuco, abolicionista, vivente do período de escravidão no Brasil.

O objetivo deste trabalho de pesquisa não é encontrar respostas, mas tentar compreender e até mesmo fazer alguns questionamentos que levem a reflexão.

Seguindo o caminho antropológico há um dualismo para a explicação do compadrio. O primeiro grupo se preocupa principalmente em desmembrar ou entender como é o funcionamento dessa instituição, o compadrio, no interior da sociedade, defendendo a validade de observação direta e a utilidade de suas próprias categorias; já o segundo enfoca o seu interesse no motivo, ou seja, como o compadrio pode ser usado? E para que fins? Acreditando que as relações sociais, especificamente a vida social é uma construção que se modela com o tempo e que servirá para constituir uma realidade para ela.

Os diversos autores que estudaram as formas de compadrio concordam que elas estabelecem relações sociais, sejam elas expressas por tradições culturais ou reconhecidas pela Igreja. Conforme o Dicionário Aurélio entende-se que:

Compadrio – relações entre compadres, compaternidade, compadrado, cordialidade, fraternidade, proteção excessiva ou até mesmo injusta.

Compadre – padrinho de uma criança em relação a seus pais – pais da criança em relação aos padrinhos – amigo, companheiro, protetor.

³⁹ Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Tecnologia Paulista no ano 2015; Graduado em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Alvorada Plus no ano de 2013 História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) no ano de 2005.

Sheila de Castro Faria considera que:

As relações de compadrio são difíceis de desvendar. Tradicionalmente, a historiografia as vem apresentando para além do seu significado espiritual, do que discordam alguns estudiosos sobre o tema. Critica-se, antes de mais nada, a “funcionalidade” com que é analisada a instituição.

Poucos estudos, no Brasil, tendo como base fontes primárias (registros paroquiais de batismo), abordam o compadrio. Os de que tive conhecimento tratam de escravos. (FARIA, 1998, p. 212-213)

Em seu livro “A Colônia em Movimento”, Sheila enfatiza a funcionalidade do compadrio, descrevendo:

Não é meu intuito, neste momento, entrar na discussão sobre a pertinência ou não de considerar o compadrio pela funcionalidade, mas os dados que apresento estão longe de estabelecer qualquer explicação sobre seu significado espiritual na sociedade analisada. (FARIA, 1998, p. 213).

Funcional ou não, havia certas regras que regiam a escolha do padrinho, a fortuna e o prestígio social são variáveis que não podem ser desprezadas.

Ou seja, a importância da ligação de compadrio era o interesse de vincular famílias de graus de riquezas em grupos de parentesco mais amplos, formando alianças que poderiam definir comportamentos políticos e sociais delimitados. Escravos, agregados e assalariados tornavam-se por relações econômicas e de dominação, vizinhos e compadres, embora aspectos econômicos e sociais pudessem estar subentendidos.

Decorrencia direta do compadrio é a influência exercida pelos que sistematicamente eram chamados para padrinhos.

O que podemos concluir é que o compadrio estabelece uma relação social, padrinho e afilhado, agrupando pessoas de níveis sociais distintos, formando assim um parentesco fictício. Elaboram-se então maneiras para que o interesse político, econômico e social seja concluído.

Considerando que o foco da pesquisa é a sociedade durante a escravidão brasileira, entende-se que seja importante mencionar fatos que ocorreram após a “Lei Áurea”, pois correspondem com a ideia das relações de compadrio.

Com a Proclamação da República, em 1889, inaugurou-se um novo período na história política do Brasil: o poder político passou a ser controlado pelas oligarquias rurais, principalmente as oligarquias cafeeiras. Entretanto, o controle político exercido pelas oligarquias não aconteceu logo em seguida à proclamação da República – os dois primeiros governos (1889-1894) corresponderam à chamada República da Espada, ou seja, o Brasil esteve sob o comando do exército. Marechal Deodoro da Fonseca liderou o país durante o Governo Provisório (1889-1891). Após a saída de Deodoro, o Marechal Floriano Peixoto esteve à frente do governo brasileiro até 1894.

A República Velha tem como característica principal o controle das oligarquias na política brasileira. A respeito das oligarquias desse período, Boris Fausto faz a seguinte definição:

“*Oligarquia* é uma palavra grega que significa governo de poucas pessoas, pertencentes a uma classe ou uma família. De fato, embora a aparência de organização do país fosse liberal, na prática o poder foi controlado por um reduzido grupo de políticos de cada estado”. (FAUSTO, 2013, p. 225).

Na historiografia brasileira, encontramos historiadores que situam o coronelismo dentro da Primeira República, como Vitor Nunes Leal e José Murilo de

Carvalho, já outros estendem sua atuação para além dos anos de 1930 e, ainda, o consideram existente antes mesmo da Proclamação. Os autores mais conhecidos que lidam com o coronelismo são Vitor Nunes Leal, Eul Soo Pang, Loiva Otero Felix,² Paul Cammack e José Murilo de Carvalho. Aqui vamos também citar Edgar Carone, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Raymundo Faoro, Amilcar Vianna Martins Filho e Cláudia Viscardi no intuito de contemporizar a discussão da historiografia acerca da política do período republicano. Dentre os mencionados, José Murilo de Carvalho se encarregou de analisar vários historiadores que estudam o tema e contrapor suas colocações observando como se deu a relação entre os conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo.

Dos autores selecionados, Maria Isaura Pereira de Queiroz trata do coronelismo que define:

“... como uma estrutura cujos principais elementos são o clientelismo, a hierarquia de coronéis no contexto nacional, o voto como bem de troca e o mandonismo. Nesse ínterim, ela estabelece o coronel como “uma espécie de elemento sócio-econômico polarizador, que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social”. (QUEIROZ, 1975, p.160)

O coronel era quase sempre um dos fazendeiros mais ricos do lugar, possuía extensa área de terras, muitos agregados e era por isso detentor do poder político e econômico, bem como o mantenedor das relações com o Estado e a Igreja Católica. No auge do século XIX, a partir da libertação dos escravos – Lei Áurea – os coronéis aumentaram sua popularidade autointitulando-se “pai dos pobres” ou “defensores dos fracos”.

Sobre o assunto, Peixoto descreve:

“Todo coronel, era via de regra, um dos maiores fazendeiros de sua zona de influências...com tradição afamada e inúmeros chefes políticos das hostes paranaenses...São todos coronéis da roça, mandões políticos uns e proprietários despóticos outros, em regra preocupados com dilatação de suas terras e o crescimento complicado dos rebanhos de seus animais”. (PEIXOTO, 1989, p.11)

José Murilo de Carvalho ressalta em torno do coronelismo a questão do voto de cabresto, importante elemento compositor do sistema para a historiografia. Por outro lado, explicita como o voto era pouco relevante dentro do sistema porque tinha pouco valor, já que eram comuns as fraudes eleitorais. O coronel tinha o controle dos votos, mas concorda com o fato de que as eleições eram fraudulentas. Entretanto, isso não invalidava o poder do coronel.

Segundo José Murilo de Carvalho, os coronéis continuavam no poder porque era necessária a reunião de coronéis para a manutenção do poder no Congresso, assim os parlamentares só chegavam a um resultado final das eleições com o consenso entre vários grupos. Isso garantia a política de compromissos entre coronéis e o governo estadual

Além de serem grandes proprietários de terras, investiam no comércio, na exploração fluvial e todos os ramos que ajudassem a aumentar suas rendas. Contavam com a proteção de homens armados (capangas) que trabalhava obedecendo suas ordens e faziam dos coronéis autoridades militares.

Abaixo do coronel, situavam-se nessa pirâmide social, os fazendeiros que para manterem essa posição social precisavam ter posse de alguns alqueires de terra e poucas centenas de cabeça de gado. O fazendeiro também tinha sob o comando um grupo de agregados, capangas e peões.

O coronelismo é, então, utilizado para esclarecer o comportamento e as relações entre homens de poder e seus subordinados e que envolviam questões políticas, econômicas e sociais brasileiras.

A unificação e manutenção dessa estratificação social só foi possível por meio de laços de compadrio - os batizados religiosos – que representavam o estreitamento ou até uma certa intimidade entre os compadres e os afilhados.

A importância dos batizados, principalmente com o fim de regime escravocrata ficou evidente para que a comunidade negra, “ex.” escrava, pudesse garantir como agregados, capangas ou peões, a aceitação dos filhos na sociedade, por meio do cumprimento dos sacramentos religiosos.

Além disso, o paternalismo coronelista da época, fazia crer, que o meio dos laços de compadrio, os fazendeiros como padrinhos, jamais deixariam os afilhados desprovidos de sua proteção em todas as suas necessidades.

Confirmando a força desse simbolismo no imaginário social da época, Queiroz acrescenta:

Procurava-se manter isto sim, o mito de que não havia antagonismo no inferir do grupo e, realmente, a crença de que o fazendeiro, seria o maior e o mais sincero defensor de seus parentes, compadres e afilhados, crença essa que se conservava até que a vida se encarregasse de manifestar o contrário. (QUEIROZ, 1981, p. 45)

O batismo no Brasil republicano seguia ainda as normas rústicas coloniais. No primeiro momento era feito na casa da criança, logo após o parto, e os padrinhos eram normalmente pessoas da família ou vizinhos, ou seja, o rito de iniciação à vida, era exercida de forma intraclasses.

O segundo momento é o batismo litúrgico realizado pelo padre, em que normalmente os agregados – livres ou escravos – levavam para padrinhos de seu filho, o senhor das terras que ocupava, ou então, o coronel mais importante do lugar.

No aspecto religioso, o principal caminho para se criar laços de batismo, porém, não é o único, através do casamento e da crisma também, e tudo com o aval da Igreja Católica; pelo lado social, também envolvendo a religião, pois é uma festa de santo, era ou é possível de se notar na festa de São João o compadrio, onde, quando pulando de mãos juntas, os parceiros se tornariam “compadres de fogueira” de uma forma simbólica ou não.

É indiscutível a participação da Igreja na prática de compadrio, assim é inevitável a pergunta: Qual é o interesse da Igreja Católica no batismo de escravos? Segundo Joaquim Nabuco, abolicionista, a Igreja Católica participa do processo de escravatura no Brasil, considerando que era latifundiária – proprietária de escravos.

Ao comentar a obra “A Escravidão” de Nabuco, Manuel Correia de Andrade, diz que:

Neste ensaio Nabuco não poupa a Igreja como instituição, de vez que ele era também latifundiária e proprietária de escravos; em suas propriedades o tratamento dado aos mesmos era tão severo como nas propriedades de pessoas leigas. Para ele a Igreja justificava a escravidão baseada no Velho Testamento e no fato de Cristo, tendo vivido em uma sociedade em que havia escravos, não haver condenado a escravidão. Salienta, porém, que nos Evangelhos não há uma só que justifique essa instituição nefanda. (NABUCO, 1999, p. 19).

Já no corpo da obra, Nabuco vai continuar os ataques a Igreja:

A religião católica, única por assim dizer do país, transigiu com o fato, e não se perguntou mais no confessionário, se, sendo roubas e matar contra os

mandamentos do Sinai, não o seria também ter escravos sob si e nunca se o disse do púlpito (NABUCO, 1999, p. 5).

Em seus comentários, Joaquim Nabuco deixa claro, ironicamente, sua condenação a Igreja Católica por ter sido cúmplice e participativa na escravidão do Brasil.

Sobre o batismo de escravos considera-se a responsabilidade de todos os senhores o batismo de escravos, já que uma das principais justificativas da escravatura era a conversão dos pagãos e a salvação das almas.

Sobre a introdução dos escravos nos rituais é dito por Nabuco:

De catolicismo nada aprendendo, só aprendem a exterioridade dos ritos. O batismo, para eles, é a água; o matrimônio, a junção das mãos; Deus é o barro; Jesus é o crucifixo; nenhuma via adiante do símbolo, nenhum atravessa a forma. Isso faz com que eles sejam completamente perdidos para qualquer sentimento religioso, porque não se pode chamar religião esse fetichismo católico apenas, porque as imagens do culto católico são para eles variantes das que adotaram seus pais em Guiné e Congo. (NABUCO, 1999, p.10).

Especificamente sobre o batismo é acrescentado:

Quando o escravo nasce mandam-nos batizar: mas esse sacramento, que, na crença católica, os adquire para o céu, é uma formalidade que só serve para inscrevê-los no rol dos escravos. Nunca lhe dizem o que esse sacramento significa: nunca lhe falam de seus deveres religiosos. (NABUCO, 1999, p. 10).

O que o autor deixa a entender é que o batismo era considerado apenas um rito, do qual os escravos não apreendiam o significado, conforme descreve:

A moral cristã é leite de que eles nunca provaram. Que vale pois esse batismo sem consequências, esse ato que abrange a extrema infância de um homem e que para ele não traz nem a redenção do pecado, porque não lhe ensinavam a virtude, nem a redenção de opróbrios, porque o deixa na infâmia do cativo? (NABUCO, 1999, p.10)

Ao fazer esta pergunta de que vale o batismo, abre precedentes para que se reflita e debata sobre as reais consequências ou interesses dessas relações de compadrio, que se estabelecia com o batismo.

Para pensarmos no compadrio como uma estratégia de poder é importante a discussão: Os escravos não ganhavam com o compadrio?

Aparentemente nada em troca, a não ser a inserção na vida social, ou então, posteriormente no “reino dos céus”.

Supõe-se então que, em primeiro lugar a Igreja Católica obtinha algum tipo de vantagem, sendo assim, é entendido que as práticas da Igreja e seus sacerdotes poderiam ser colocadas sob suspeitas, tendo em vista que:

...a Igreja que nunca se pôs entre nós do lado dos aflitos, que não se dedicou a manumissão de escravos, que vive lado a lado nos lugares em que os oprime, com cativos, cuja sorte nem impressiona, é uma Igreja particular que se cobre com o manto de Cristo, da mesma forma que os vendedores fariseus com a sombra do templo. É uma Igreja inteira dominada por uma seita – o jesuitismo - e por isso mesmo carecendo de uma reforma, daquela reforma em que, no século décimo quinto, os padres do Concílio de Constança julgaram dever compreender o Papa e os bispos e o clero, a cabeça e os membros do corpo católico. (NABUCO, 1999, p.15).

A partir dessa informação, fica claro que a prática de compadrio, sendo ela considerada como uma estratégia política, social e econômica, colaborou para que crescesse o número de batizados.

E até mesmo após a abolição, os sacramentos, como o batismo, tornaram-se ainda mais importante. A Igreja Católica tinha o batismo como forma de manter a tutoria dos escravos libertos, tendo cada vez mais membros na sociedade cristã.

Sendo que para os pais da criança o compadrio representava proteção e capacidade de inserção social, para os padrinhos simbolizava gratidão, lealdade, política e submissão social.

Para o “senhor de escravos”, principalmente, o apadrinhamento significa política e economia, ou seja, uma estratégia de poder, procurando através dos laços familiares ou parentescos fictícios, estabelecer acordos e alianças.

A importância desses acordos e alianças era manter o crescimento e o desenvolvimento de plantéis e fazendas.

O escravo visualizava o apadrinhamento do seu filho, quando o padrinho era livre, como uma possibilidade de fuga do sistema escravocrata, tendo oportunidades ou melhores condições de sobrevivência, e até mesmo uma possível inserção na sociedade, o que era muito difícil.

Conclui-se o compadrio através da análise de Stuart Schwartz:

Aos olhos da sociedade cristã, o compadrio estabelecia laços espirituais...
...tinham uma dimensão social fora da estrutura da Igreja. Podiam ser usados para reforçar laços de parentesco já existentes, ou solidificar relações com pessoas de classe social semelhante, ou estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais (SCHWARTZ, 2001, p.266).

Portanto, com esta pesquisa podemos verificar que a Igreja Católica, através do rito, batismo e outros, tem uma forte influência na relação de compadrio, ou seja, a Igreja Católica proporciona ou facilita a união de famílias de classes distintas, através do apadrinhamento, principalmente durante a “Escravidão”.

A Igreja Católica colaborou com “senhores de escravos” a manterem uma relação cordial com o escravo, tendo como o batismo o seu sustentáculo; considera que o batismo representa ao escravo a possibilidade de inserção à sociedade e para os “senhores de escravos” uma estratégia política e econômica.

REFERÊNCIAS

- AMANTINO, Márcia. Cabras. In: PAIVA, Eduardo; CHAVES, Manuel F. & GARCÍA, Rafael M. (orgs.). **Do que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.
- CAINELLI, Marlene; TUMA; Magda M. P. **História e memória na construção do pensamento histórico: Uma investigação em educação histórica**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, São Paulo, nº34, p. 211-222. Junho, 2009. ISSN: 1676-2584.
- CARONE, Edgar. **Coronelismo: definição histórica e bibliografia**. Revista de Administração de Empresas, 11 (3): 85-92, jul./set., 1971 e CARONE, op. cit., p. 251-287; LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.
- _____. **Dicionário histórico-biográfico da República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1984. Disponível em: Acesso em: 24 maio 2011.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo - Recife, 1822-1850**. Recife: Editora UFPE, 2001.

CIAMPI, H. **O Processo do Conhecimento/pesquisa no ensino de história**. In: História & Ensino: Revista do Laboratório de Ensino de História. Londrina. Eduep. 2003.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FAUSTO, Boris. **Pequenos ensaios de história da República: 1889-1945**. São Paulo: Cebrap, 1972.

_____. (Org.). **O Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1975-1981. Coleção História Geral da Civilização Brasileira 8 e 9.

_____. **Estado e burguesia agro-exportadora na Primeira República: uma revisão historiográfica**. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, n. 27, jul. 1990.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) **A República na velha província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Das relações com o corpo no Brasil. In: RODRIGUES, Cristina Carneiro; DE LUCA, Tania Regina; GUIMARÃES, Valéria (Org.). **Identidades brasileiras: composições e recomposições**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOSO, Katia M. de Queiroz. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MONTEIRO, Jonh Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NABUCO, Joaquim. **A Escravidão**. ed. 2ª. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O coronelismo numa interpretação sociológica**. São Paulo: Difel, 1975.

QUEIROZ, Suely Roble Reis de. **Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Ocidentalização e mestiçagem no novo mundo: um olhar teórico-metodológico sobre a formação do Brasil colonial**. In: Cadernos de História: oficina de história. Ano IV, n. 4, jun. 2005. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert W. **Senhores e subalternos no oeste paulista**. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOARES, Calos Eugenio Líbano. **“Instruídos na fé, batizados de pé”: batismo de africanos na sé da Bahia na 1ª metade do século XVIII, 1734-1742**. In: Afro-Ásia, n. 39, 2010.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

O NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL – EXPLANAÇÕES SOBRE ENREDOS DO G.R.E.S. ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA.

Aloisio Souza Castro Junior⁴⁰

RESUMO: A história do Brasil é marcada pela grande presença de africanos, que foram trazidos para o país de maneira forçada pelos desbravadores portugueses e serviram a nova terra, de forma escrava. No decorrer das décadas após a abolição, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, um dilema urbano/cultural envolveu as camadas populares, especialmente as comunidades afrodescendentes, e o Estado republicano, era o início das organizações carnavalescas afro-brasileiras, e essa passou a ser a forma dos negros se expressarem, defenderem sua história e denunciar a negação das políticas públicas com o recorte etnicorracial.

Palavras-Chave: Afro-brasileiro, Enredo, Escola de Samba, Cultura Negra.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada pela grande presença de africanos, que foram trazidos para o país de maneira forçada pelos desbravadores portugueses e serviram a nova terra, de forma escrava. A vinda dos africanos para o Brasil, de forma compulsória, durou mais de trezentos anos, confinando várias etnias e nações africanas, dentro de um mesmo espaço territorial.

Sem menosprezar as cruéis e covardes condições desumanas aos quais os negros sempre foram submetidos no Brasil, onde na maioria das vezes, suas famílias, suas roupas e seus pertences, eram usurpados ou destruídos, houve algo que não conseguiram apagar, a memória, elemento muito valorizado na ancestralidade negra. Foi o conhecimento, repassada e transpassada oralmente que preservou os costumes, as culturas, as línguas, idiomas e dialetos e todos os valores cooperadores para o surgimento do afro-brasileiro e da construção da nação brasileira.

Tudo isso de forma, paulatina foi se inserindo na cultura desse novo povo em formação, uma nação singular. Considerando a explanação de quatro enredos apresentados pela agremiação carnavalesca pela organização carnavalesca Estação Primeira de Mangueira, onde as expressões raciais, em especial à raça negra, se tornam bem evidentes, propagaremos a contribuição do negro na história do Brasil, além de suas atuações e contribuições para a nação.

A partir da década de 1930, as Escolas de Samba começaram a protagonizar o Carnaval do Rio de Janeiro, o papel principal nos festejos carnavalescos aconteceu por conta, da política de incentivo financeiro do governo de Getúlio Vargas, onde o intuito era fundamentar a ideia da democracia racial brasileira, e retratar de forma “maquiada” à história do Brasil, no decorrer da redemocratização brasileira os desfiles das Escolas de Samba foram passando de um espaço de propagação da história do Brasil e do fortalecimento do mito da democracia racial, para transformarem-se em um eficaz canal de denúncia as práticas racistas e criticidade à política nacional.

Ao aplicarmos o recorte, para a raça negra, conseguimos visualizar através dos enredos: Uma segunda-feira do Bonfim na Ribeira (1933), Casa Grande & Senzala (1962), Cem anos de liberdade – realidade ou ilusão? (1988), Dom Obá II – Rei dos Esfarrapados, Príncipe do Povo (2000), como o africano e afrodescendente do século passado se transformaram de simples brincantes, batuqueiros e arengueiros, para principal protagonista de um dos maiores espetáculos culturais do planeta, despertando o interesse da população e incentivadores financeiros, além do poder público, o que desta forma encorajou a denuncia, através dos enredos e sambas-enredos da sua real situação do negro no Brasil, o

⁴⁰ Tecnólogo em Gestão Empresarial. Sambista. Sambologo. Graduando em Licenciatura em História - UniFCV. Pós-Graduando em Direitos Humanos e Relações Étnico-Sociais – FAVENI. Também desenvolve pesquisas sobre a História do Samba, Relações Étnicas e Educação Antirracista.

que não diminuiu a grandeza do espetáculo, e sim muito contribui para a solidificação da identidade cultural e a desmitificação da democracia racial.

A pretensão é explicitar o positivo desempenho do negro na formação da nação brasileira e o seu papel relevante nas instituições culturais e na construção da identidade cultural brasileira. Muitos costumes e hábitos, que temos até hoje, como nacional, tem origem africana, como exemplo do nosso idioma, que mesmo denominada Língua Portuguesa, se torna única, por estar carregada de influências dialéticas africanas. Metodologicamente pesquisaremos diversas publicações literárias, a fim de embasar as explicações, sobre os enredos, e desta maneira, mencionaremos o papel do negro na formação do povo brasileiro através das visões narrativas dos enredos do GRES Estação Primeira de Mangueira.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa científica, de acordo com Fregoneze (2014, p.110) tem por finalidade através de um relatório descrever fatos. Portanto torna-se fundamental fazer uma relação da pesquisa com o universo teórico que sirva de embasamento à interpretação do significado do estudo.

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Segundo Menezes (2021), o conceito transmite a ideia de concepção, e tem origem no latim *conceptus* que significa “conter algo”, “formar dentro de si”. A definição é a explicação do significado na forma mais completa, clara e breve possível, a definição objetiva evitar a ambiguidade, pois desta forma os interlocutores poderão ter a certeza de que se trata da mesma questão, abordada de igual maneira.

ENREDO

O tema apresentado pela escola de samba é denominado enredo, pode ser histórico, geográfico ou de livre criação do carnavalesco. A cada ano as agremiações carnavalescas escolhem um novo enredo que tem a obrigatoriedade de fazer referência a fatos históricos, pessoas, culturas ou lugares ligados ao cotidiano dos brasileiros. Menezes (2020, p.11), explica que o enredo, portanto, pode ser entendido como algo entre o roteiro do espetáculo e o mote do improviso oral, pois, embora assuma a forma de uma sinopse, no decorrer do Carnaval, o enredo se desdobra em várias formas expressivas e materiais sendo polifônicas, múltiplas, encorpadas, materializadas e performadas que deverão se articular e se harmonizar, diante da plateia e dos jurados. Todo o desfile, desde as fantasias, alegorias e os adereços até o samba-enredo, é trabalhado em função do enredo adotado.

SAMBA ENREDO

A música que descreve o enredo em ritmo, cantado por todos os componentes, é conhecida como samba-enredo ou samba de enredo. As escolas de samba dialogam com a sociedade civil e com o poder público, através do samba enredo. E esses diálogos são a forma mais evidente de expressão dos sambistas envolvidos com as escolas de samba. No início, segundo Muniz Junior (1999, p.157), a composição era responsabilidade da ala de compositores da entidade carnavalesca, na atualidade, a participação é livre, de mesma forma, no início era bem mais cadenciado, a modernidade acelerou o ritmo do samba enredo, comparando as composições musicais a um samba de embalo ou samba marchado.

ESCOLA DE SAMBA

Muniz Junior (1999, p. 153), define escola de samba como um agrupamento organizado em forma de cortejo, que se apresentam dentro das características do enredo, cujos componentes evoluem e cantam ao som de uma orquestra de percussão (bateria).

Consagrou-se a versão de que a utilização do termo “escola de samba” teria sido uma invenção do cantor e compositor Ismael Silva para designar a Deixa Falar, agremiação sediada no Estácio de Sá, bairro da região central do Rio de Janeiro.

CONTEXTO HISTÓRICO

O contexto histórico é o cenário referente ao texto produzido, o que facilita a compreensão da pesquisa. Indica circunstâncias ou fatos relacionados a um momento de determinada época, como um cenário político, social, cultural e econômico. Resumindo, Gouveia (2021), explica ser o “momento” de determinada época a partir de diversos aspectos.

O RIO DE JANEIRO, O CARNAVAL E AS ESCOLAS DE SAMBA.

A década de 1920, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, foi marcada por um dilema que envolveu as camadas populares urbanas, especialmente as comunidades afrodescendentes, e o Estado republicano. Segundo Simas (2021) enquanto os negros buscavam pavimentar caminhos de aceitação social, o Estado Republicano procurava disciplinar as manifestações culturais das camadas populares, uma forma considerada eficiente para controlá-las. E foi dessa interação entre o interesse regulador do Estado e o desejo de aceitação social das camadas populares urbanas que surgiram as primeiras escolas de samba.

O Carnaval é uma festa popular que se tornou marca do Brasil, com muito destaque na cidade do Rio de Janeiro. A preparação do Carnaval, desde a escolha do enredo até o desfile, percorre um extenso caminho. O sucesso desse grandioso evento pode ser mensurado pela movimentação financeira oriunda do mercado publicitário e da mídia que o transformou em um grande produto a ser exibido e “vendido”, mundialmente, como um segmento da indústria cultural brasileira.

As agremiações pioneiras, que posteriormente passaram a ser conhecida como escolas de samba, ou de forma oficial como associações culturais sem fins lucrativos, têm como principal atividade a realização do desfile carnavalesco e se formaram a partir de diversas referências:

- A herança festiva dos cortejos processionais;
- A tradição carnavalesca de ranchos;
- Os blocos, cordões e os sons afro-religiosos;
- Os batuques e os sambas cariocas.

As Escolas de Samba se tornaram visivelmente núcleos de negros que, pela via artística, demarcavam espaços para a propagação da cultura afro-brasileira. A percepção que essas agremiações são associações recreativas e culturais de origem negra são nítidas e considerando os enredos e as letras de samba que serão apresentados nos motiva a analisar a questão racial e o papel relevante das instituições culturais negras para a facilitação do entendimento da miscigenação racial no Brasil.

O desfile das escolas de samba do grupo especial da cidade do Rio de Janeiro, iniciado em 1932, transformou-se, no decorrer do tempo, em um dos principais eventos do país. Em 1984, ganhou um espaço oficial, a Passarela do Samba Darcy Ribeiro, também conhecida como Sambódromo ou Avenida Marquês de Sapucaí. Podemos afirmar que no carnaval do Rio de Janeiro o samba e suas organizações protagonizam as festas. As escolas de samba envolvem bairros e comunidades em uma relação de cordialidade e solidariedade.

Segundo Gonçalves e Ribeiro (2012, p. 40), o samba, patrimônio imaterial nacional e da cultura afro-brasileira exerce papel de destaque nos desfiles das tradicionais escolas de samba, o que pode ser observado na marcante proliferação de novos agrupamentos carnavalescos responsáveis pela presença e continuidade da matriz africana na cultura nacional.

DO MORRO AO ARENGUE NASCE A ESTAÇÃO PRIMEIRA

Quando em 1539 tem início, oficialmente, o tráfico de escravos negros, trazidos da África para o Brasil, transportados aos milhares nos navios negreiros, os que sobreviviam às terríveis condições da travessia eram vendidos nos mercados de escravos, também denominados “mercados negros”. De acordo com Manguiera (2021), no Novo Mundo, separados de suas famílias e nações, misturados a outros escravos de origem e idioma diferentes dos seus, sofrendo todo tipo de maus-tratos, os negros alimentavam o desejo de libertar-se e voltar à terra de origem.

Mesmo obrigados a adotar um nome e religião cristã, os negros mantiveram-se fiéis aos seus costumes e crenças religiosas, exemplificando podemos citar o herói nacional Zumbi dos Palmares, que segundo Frazão (2021), recebeu o nome para sensibilizar um deus da guerra, no entanto após um período de catequização, recebeu também o nome de Francisco, antes de retornar ao seu povo.

Para cultuar os Orixás, os negros usavam subterfúgios, adotando para cada entidade africana um santo católico, era a forma sincrética de adorar os deuses africanos. As religiões africanas são um dos traços mais marcantes da cultura africana em nosso povo. Segundo Cizoto, Diéguez e Pinto (2016, p.199-200), apesar de em números sermos um país predominantemente católico e evangélico, muitos brasileiros agradecem a Oxalá pelo bom dia ou pedem força e coragem para Ogum quando precisam tomar uma decisão importante. O sincretismo religioso brasileiro legou até um ditado popular: “o brasileiro vai à missa no domingo e bate bumbo na gira de umbanda na sexta”.

As festividades populares, segundo Gonçalves e Ribeiro (2012, p. 43), também expressam aspectos fundamentais do sincretismo religioso, principalmente àquele que une as tradições afro-brasileiras. De maneira religiosa ou profana, urbana ou rural, é possível dizer que, no Brasil, grandes partes das festas encontraram abrigo e ambiente de formação no quadro temporal do calendário cristão de fundo católico, a qual se acomodaram diferentes tradições étnicas e culturais.

Era nas festas dos santos dos brancos que podiam fazer seus batuques e cantos africanos. Se por um lado tiveram que adotar muitos dos costumes impostos pelos europeus, a cultura africana, forte e viva, foi se infiltrando. O carnaval, no Brasil, com certeza foi uma dessas festas, no Rio de Janeiro, em especial, de acordo com Gonçalves e Ribeiro (2012, p. 40), a festa carioca assumiu caráter internacional e projetou o samba para além da nação.

O Brasil se transformou, deixando de ser colônia, tornando-se reino conquistando sua Independência de Portugal, em 1822, mas para os negros não houve o que comemorar, pois continuavam escravizados. No entanto Manguiera (2021) relata que o sonho da liberdade permaneceu. Alguns conseguiram comprar sua alforria e muitos fugiram. Nos fundos do terreno onde foi construído o palácio imperial, residência do D. Pedro II, a atual Quinta da Boa Vista, elevou-se um morro, que naquela época era chamado de Pedregulho. Era neste morro, entre as árvores de mangueiras, onde os negros fujões se escondiam e a cavalaria desbravava com o intuito de captura-los.

Em 1852, foram erguidos, no mesmo morro, os postes das linhas telegráficas e passou a chamar-se morro do Telégrafo. Quando, em 1861, foi instalado o serviço de transporte ferroviário na cidade, havia uma fábrica de chapéus, entre as estações de São Cristóvão e São Francisco Xavier, naquele terreno coberto por mangueiras, nasce o Chapéu Manguiera, porém o trem, fora das estações, só fazia rápidas paradas para os passageiros saltarem, o jeito era avisar o condutor: - Vou descer lá nas mangueiras! Quando foi inaugurada a estação de trem, em 1889, um ano após da abolição da escravidão, o ponto de parada foi denominado, Estação Manguiera, toda a região, passou a ser assim conhecida.

De acordo com Manguiera (2021), o complexo da Manguiera é um conglomerado de pequenos morros, tais como: Telégrafo, Pendura Saia, Santo Antônio, Chalé, Faria, Buraco Quente, Curva da Cobra, Olaria, Candelária e outros pequenos núcleos populacionais. A área do antigo palácio, que tinha ficado abandonada e se transformado num matagal, depois da proclamação da república é uma das regiões que o Prefeito da cidade resolve urbanizar, junto com o Centro. As casas em volta do 9º Regimento de

Cavalaria, onde moravam muitos militares e alguns civis, tinham que ser demolidas, mas o Comandante permite que levassem o material e construíssem em outro local. Esse lugar foi o morro da Mangueira e assim iniciou-se a ocupação.

A esse núcleo inicial juntaram-se as famílias expulsas dos cortiços do centro da cidade demolidas para dar lugar a grandes avenidas e modernas construções, assim a Mangueira se transforma em uma densa comunidade de gente pobre, constituída quase em sua totalidade por negros, filhos e netos de escravos, inteiramente identificados com suas manifestações culturais e religiosas.

A Mangueira mantinha as tradições e crenças de seus ancestrais, seus batuques e seus cantos, agora abrasileirados, em uma fusão de tradições de várias nações e etnias africanas, com influências indígenas e também europeias, a nação que habitava o país começa a ser denominada como afro-brasileiras. O candomblé e a umbanda tinham muitos adeptos na comunidade e alguns casebres serviam de templos. Neles eram realizadas cerimônias religiosas e outras comemorações. Os terreiros de Tia Fé, Chiquinho Crioulo de Mina e Maria Rainha, entre outros, serviam ao sagrado e ao profano, ao som dos atabaques.

Nos Carnavais, segundo Peixe, Sant'anna e Alves (2021), como não podiam participar dos elegantes desfiles dos brancos, os famosos corsos, os negros passaram a organizar seus blocos para se divertirem. Os encontros festivos eram de cunho familiar, de igual maneira as festas dos brancos, tudo com muito respeito. Mas justamente os melhores sambistas, eram os da região da Mangueira, mas também na região se reuniam os mais arruaceiros. Eles bebiam, falavam palavrões, se metiam em brigas e por conta disso eram barrados nos blocos carnavalescos das famílias do morro. Para resolver o problema, criaram um bloco só de homens, o Bloco dos Arengueiros, que significa fazer arengaria, algazarra, farra, bagunça.

Conforme Mangueira (2021) o bloco desfilou pela primeira vez em 1923, com os homens vestidos de mulher, arrumando briga com todos os outros blocos que encontravam no seu caminho. Depois de apanharem, baterem e serem presos por cinco anos, então no dia 28 de abril de 1928, de acordo com MPB (2021), o Bloco dos Arengueiros, Bloco da Tia Tomásia, Bloco da Tia Fé, Bloco do Senhor Júlio, Bloco do Mestre Galdino e, ainda, Rancho Príncipe das Florestas, uniram-se para desfilar na Praça Onze de Julho, na Pequena África, região central do Rio de Janeiro/RJ.

MPB (2021) relata que se reuniram na casa de Joana Velho, esposa de Seu Euclides (também presidente), pai de João Cocada. Além desses, estavam também presentes Saturnino Gonçalves (pai de Dona Neuma), *Saint Clair* (marido de Aurora, filha de Seu Euclides), Marcelino José Claudino (o velho Mansur), Pedro Paquetá, Abelardo Clemente (Abelardo da Bolinha), Ismar, Angenor de Oliveira, o Cartola e o pai de santo, Zé Espinguela e fundaram o Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Como seu primeiro presidente, elegeram o Sr. Saturnino Gonçalves. Esses oito jovens que fundaram o G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira.

Por sugestão de Cartola, adotaram a cor verde e rosa, em homenagem ao Rancho carnavalesco do Arrepiado, do bairro das Laranjeiras/RJ, lembrança dos carnavais de sua infância. Peixe, Sant'anna e Alves (2021), ainda explica que o nome de Estação Primeira foi porque saindo da Estação denominada Dom Pedro II sentido ao subúrbio, a primeira parada do trem, onde havia samba, era a Estação Mangueira.

O NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL – EXPLANAÇÕES SOBRE ENREDOS DO G.R.E.S. ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA.

Para se apropriar da história do Brasil, à luz dos acontecimentos que remontam desde a colonização até os dias atuais, bem como compreender o desenvolvimento político a que este país se submeteu, onde retratamos acontecimentos sobre a nossa história de modo criativo e original, o samba, assumiu o papel de cantar e contar a nossa história e “outras” histórias, e foi através dessas composições musicais que foi possível conhecerem o modo de vida de cada povo que se instalou no Brasil, os seus costumes e valores, suas tradições, sua maneira própria de garantir a liberdade e de se fazer respeitar, por meio de

suas características de pertencimento que constituem a identidade cultural formadora do povo brasileiro.

Muitos são os caminhos que possibilita o conhecimento da história do Brasil, mas o samba, através de sua centenária história, nos permite uma leitura crítica, de forma peculiar de conhecimento do nosso povo. Variados povos se encontram, motivando uma singular miscigenação:

- O povo negro, a mercadoria escravizada, no entanto com uma vasta e rica bagagem cultural;
- O povo branco como desbravadores, donos e senhores, e navegadores europeus, que chegaram à busca de refúgios ou para explorar um continente novo, enquanto outros chegaram à busca de melhores oportunidades, incentivados pelo processo imigratório;
- Os nativos, verdadeiros donos da terra que tiveram usurpados e apagados a sua vasta etnia indígena, que dominavam o pindorama antes do processo colonizador.

A Escola de Samba GRES Estação Primeira de Mangueira, no decorrer dos seus 93 anos, contribuiu, a partir dos seus enredos para à propagação e valorização do samba brasileiro, sendo assim, nossa ideia é meditar sobre como a escola de samba, a partir da apresentação de 04 enredos, colaborou para a transmissão dos sentimentos de formação da identidade e pertencimento de uma nação dando continuidade a cultura e a criatividade da raça negra, em solo brasileiro.

UMA SEGUNDA-FEIRA DO BONFIM, NA RIBEIRA

A Estação Primeira de Mangueira, de acordo com Tartaglia (2021) foi à vencedora do primeiro Campeonato de Escolas de Samba promovido pelo jornal O GLOBO, em 1933, com o samba “Uma segunda-feira do Bonfim, na Ribeira”, onde alguns nomeiam o enredo como “Uma segunda-feira do Bonfim na Bahia”, a escola de samba intencionou apresentar a Bahia e sua tradição festeira, motivada pelo espírito celebrador do negro, com samba de Carlos Cachaca e Cartola, a escola encantou 40 mil foliões que lotaram a Praça Onze de Julho, na região central do Rio de Janeiro, o lugar que aglutinava na época um grande número de negros oriundos do Estado da Bahia que migraram para a nova capital do Brasil, logo após a Abolição, em buscas de novas oportunidades. Aos espectadores, a Estação Primeira, promoveu um verdadeiro regresso a terra natal e as festas afro-religiosas, da Bahia de Todos os Santos.

Interessante foi à manchete do jornal O Globo, patrocinadora do evento, que de acordo Tartaglia (2021), assim, se expressou: “O campeonato foi uma rara oportunidade de o público ver de perto o samba do morro. Estamos satisfeitos de termos proporcionado à cidade, o espetáculo mais estranho do carnaval deste ano”. Fica denotada a consciência racista da época, que entendia um desfile de agremiações carnavalescas de predominância africana e afrodescendente, como “estranho”.

Neste carnaval, embora a escola do Morro da Mangueira, tenha se sagrado campeã indiscutível do desfile, Tartaglia (2021) explica que outra escola chamou a atenção dos jurados, por sua melodia rítmica em concordância com o enredo proposto apresentado, foi a Unidos da Tijuca, inaugurando assim, o que hoje conhecemos como samba enredo, afinidade digna de receber todas as honrarias, até porque a melodia de Cartola e Cachaca, muito exaltava os céleres poetas Castro Alves, Olavo Bilac e Gonçalves Dias, mas nada falou da tradição festeira baiana, sendo a plasticidade apresentada no decorrer do desfile, o grande salvador do respeito ao tema.

A campeã G.R.E.S.E.P. Mangueira garantiu a ovação do público após apresentar a maior novidade do ano, que se perpetuou por todos os carnavais, até a atualidade, tornando tradicional em todas as escolas, foi à ala das baianas, apesar de ser uma obrigatoriedade pioneira naquele ano, a escola apresentou a melhor ala com 40 pastoras fantasiadas de baianas, no formato que conhecemos hoje, outra inovação foi à apresentação de duas comissões de frente, em uma época que a ala era opcional.

Segundo Frente (2021), o compositor Carlos Cachaca além de ser autor de um dos sambas cantados pela escola (eram cantados até três sambas durante o desfile) também foi responsável pela descrição do enredo entregue à comissão julgadora e publicada no jornal

Diário Carioca. Destacamos, na descrição de Carlos Cachça, alguns itens cooperadores para o entendimento sobre a proposta da temática da escola:

- O primeiro painel apresentava os seguintes dizeres: “O Bloco Estação Primeira saúda e pede passagem”, ficando evidente que a agremiação ainda não havia incorporado à ideia de se afirmar como escola de sambistas.
- O segundo painel é uma justa homenagem à imprensa carioca e estava assim redigida: “Salve a Imprensa”. Uma prática comum, no passado, era o agradecimento às autoridades e a imprensa, no caso particular desse desfile a saudação à imprensa, caracterizava saudação ao patrocinador.
- A primeira comissão de frente representou o Bloco do Arigofe, os figurantes se apresentaram trajando rigor e cartola. A comissão trouxe como alegoria o tradicional boneco Babalotim do Arigofe.
 - O Arigofe, de acordo com Cadena (2021), era representado por um boneco negro de olhos azuis, vestindo cartola, de meio metro de altura. Os integrantes do Bloco que desfilavam nas festas da Ribeira, faziam grande sucesso entre as mulheres como dizia um canjerê dos anos 1930: “O Arigofe/É o Rei das conquistas/E assim vai vencendo/Os corações das Belas/Quer viúvas/Quer donzelas”.
- A segunda comissão representou o Bloco do Bacurau, o principal rival do Arigofe, e os figurantes se apresentaram trajando uniforme branco. A escola trouxe como alegoria o pássaro de bacurau.
- Dezesseis pastoras desfilaram vestidas com pijamas de praia (maiôs) representando os blocos coirmãos: Canários, Lira Chorosa, Batuta, Mandu Esperançoso, Xaréu, Farrista, Urubu-Rei, Os Estados e Manezinho Chorador. Em destaque uma pastora ricamente trajada de baiana empunhou o pavilhão do enredo de 1933, em companhia do primeiro mestre-sala.
- Uma pastora trajada, também de baiana, cujas cores da roupa, eram da bandeira do Estado da Bahia, a mesma se apresentou empunhando a bandeira do Estado baiano.
- Quarenta pastoras, trajadas de baianas com riqueza de detalhes, representavam as iguarias recorrentes nos tabuleiros das quituteiras: mungunzá, canjica, vatapá, caruru, sarapatel, feijoada, efó, xinxim, mocotó, maniçoba, peixe assado, moquecas, acarajé, acaçá, pamonha, aberém, carimã, abacaxi, melancia, uvas, peras, maçã, bananas, caju e vários outros quitutes.
- Cinquenta rapazes pertencentes ao corpo coral se apresentaram trajando jaquetão com as cores verde e rosa e calças brancas representando os músicos das festas do Bonfim na Ribeira.

CASA GRANDE & SENZALA

O livro "Casa Grande & Senzala", lançado em 1933, pelo sociólogo Gilberto Freyre, motivou a discussão sobre a formação da sociedade brasileira a partir de temas como a comida, arquitetura, hábitos, sexualidade, vestimentas, etc. A abordagem da clássica obra literária, associa a mestiçagem, característica do povo brasileiro em decorrência da própria expansão da dominação portuguesa, conforme Freyre (2003) *apud* Cizoto, Diéguez e Pinto (2016, p. 203) e, nos fez crer que somos um povo singular, em características e unidade, acreditando não haver diferenças entre nós diante da mestiçagem e do sincretismo, o que atribuiu à ideia de o Brasil ser um país no qual impera a democracia racial, ideia posteriormente desmitificada.

O mito da democracia racial é a crença de que não há racismo. O mito da democracia racial não gera diferença nas pessoas, não havendo discriminação racial. Assim acredita-se que raça não é fator de exclusão social na educação e no trabalho, por exemplo, sendo a classe social o fundamento da discriminação e das dificuldades de acesso a determinados bens econômicos e culturais. (CIZOTO, DIÉGUEZ E PINTO, 2016, p. 205).

Casa Grande & Senzala, enredo de 1962, desenvolveu-se em conformidade com o mito da democracia racial, tendo inspiração no desenvolvimento do enredo o antológico livro do escritor Gilberto Freyre. A escola, a partir da obra literária, apresentou a convivência harmônica entre negros e brancos na formação social do país, como ponto negativo podemos enumerar a nula abordagem aos índios, talvez uma influência cultural brasileira.

De acordo com Faria (2016, p. 77), ao analisar-se a letra do samba é possível perceber que o negro era o tema central do enredo, e o seu passado na escravidão era uma

lembrança que legitimava a sua inserção na sociedade brasileira, pois foi por meio do seu trabalho que o país teve suas bases econômicas estruturadas. A novidade no enfoque era a positivação do passado.

A imagem da democracia racial foi utilizada por diversos grupos, como uma bandeira de luta, ora amortecendo sentidos, ora aguçando novas ações. A centralidade ficou por conta que a sociedade brasileira formava uma democracia racial. O samba apontou as lutas de negros e brancos “pelo mesmo ideal irmanados”, relata Faria (2016, p. 77), reforçando um dos pontos fundamentais da democracia racial.

As representações de ambas as raças visando o progresso por meio de seu trabalho, reforçava os mitos fundadores da nação. Amenizar as lutas e buscar a integração entre esses dois “mundos”, a casa grande e a senzala, sabidamente segregados, como um espaço possível de convivência saudável entre brancos e negros era um dos pontos centrais do livro de Freyre, e, pela análise do enredo, só se faz confirmar, complementa Faria (2016, p. 78).

HISTÓRIAS DE UM PRETO VELHO

A primeira corrente narrativa que as escolas utilizaram para contar a história do negro no Brasil estava centrada no cotidiano da escravidão, explica Faria (2016, p. 78). As principais representações tinham na figura do escravo, no período colonial e imperial, seu símbolo maior. Assim, as escolas de samba, retrataram o cotidiano dos escravos durante a travessia atlântica, nos portos de desembarque, onde eram vendidos como animais de carga, inseridos na dinâmica da produção açucareira, da extração do ouro e do café, vivendo em senzalas. Nessa corrente narrativa, o que predominava, era uma lembrança do passado de escravidão, em que os sentimentos mais aflorados eram dor e humilhação por conta das punições, castigos físicos a que eram submetidos quando desobedeciam as ordens dos seus senhores.

Diversos foram os enredos estruturados pela Estação Primeira de Mangueira nessa vertente narrativa, nesta linha o enfoque será o enredo do ano de 1964, História de um Preto Velho, onde a escravidão foi o principal protagonista do desfile da escola de samba.

A narrativa iniciava, segundo Faria (2016, p. 79), no enfoque mais tradicional, ou seja, a partida dos negros escravizados na África, percorrendo a travessia nos navios negreiros e a venda nos “mercados negros”, localizados nos portos brasileiros. O diferencial ficou por conta do olhar do narrador, pois aconteceu a partir de um personagem intitulado preto velho e sua trajetória da África à senzala, onde faleceu. A Mangueira neste enredo se tornou percussora no formato de relatar a história da escravidão, pois essa foi a primeira narração sob a ótica do oprimido e não do opressor.

O samba da Mangueira de 1964, não estava muito distante das ideias dos movimentos negros, com algumas ressalvas o samba denunciava a falsa inserção social e não mascarava a questão do racismo existente, mas, ainda assim promovia uma construção figurativa positivada dos negros, indicava a possibilidade de integração, sem conflitos ou confrontos diretos.

Nesse enredo, foi encontrada uma mescla de imagens positivadas da escravidão, com a bondade do senhor e da importância das festas na afirmação da cultura afro-brasileira. O enredo buscou sedimentar a figura do negro como um dos pilares da história brasileira. Histórias de um Preto Velho é um enredo pouco citado na bibliografia sobre as escolas de samba, dentro do quadro das representações sobre a temática do negro, segundo Faria (2016, p. 79) foi um manifesto que procurou sedimentar o elemento negro, desde sua ancestralidade africana, sua vinda forçada para o Brasil até sua integração nos espaços sociais do período colonial brasileiro.

CEM ANOS DE LIBERDADE. REALIDADE OU ILUSÃO?

No enredo “Cem anos de liberdade – realidade ou ilusão?”, a escola de samba Mangueira, buscou questionar se a abolição da escravidão teria realmente assegurado a liberdade aos negros, explica Souza (2020, p. 07). O enredo de 1988, ano do centenário da

abolição abordou a luta histórica e a resistência cotidiana dos negros em busca da liberdade e contra o preconceito racial.

O G.R.E.S.E.P. Mangueira tomou a iniciativa de iniciar sua participação no ciclo “comemorativo” ao centenário da Abolição no Brasil, apresentando o negro como o braço escravo que possibilitou o desenvolvimento das riquezas para o país e para o estabelecimento da nação brasileira, no entanto essa mesma massa de cidadãos negros, tomariam ciência, a partir daquele momento que a realidade há tanto tempo propagada era um ufanismo, e os negros continuavam tendo seus direitos negados, não muito diferentes do período escravocrata, e que esse conhecimento não tinha sido adquirido nos bancos escolares tradicionais, mas no terreiro da escola de samba, nos morros, nas favelas, entre tantas outras ocupações que tinha a raça negra como predominante. A agremiação, resumidamente, seguiu outra perspectiva, se posicionando ao entoar em versos e prosas, que não concordavam com a versão oficializada da abolição.

Pelo contrário, na sinopse da verde e rosa ficou certo que a escolha do mote se deu pelo simbolismo da data e destacava a luta e o sofrimento vivenciado pelos negros em busca da sonhada liberdade. De acordo com Souza (2020, p. 07) vale ressaltar que a Mangueira não se restringiu ao episódio histórico, o seu foco se deslocou para a realidade do negro naquela conjuntura dos anos 1980, associando as mazelas por eles vividas a uma abolição que não deu garantias mínimas aos libertos.

Cem anos de liberdade, segundo Jesus (2020, p. 186) questiona se o fim da escravidão trouxe de fato, melhorias para vida do negro: “*Onde está a liberdade, onde está que ninguém viu?*” Argumentava ainda que “*a Lei Áurea tão sonhada, há tanto tempo assinada, não foi o fim da escravidão*” e defende que as riquezas do Brasil foram construídas pelas mãos dos negros.

A escola de samba, de igual maneira, com esse enredo, homenageou os inúmeros anônimos, não menos ilustres que os seus famosos integrantes, tais como: Alcione, Beth Carvalho, Cartola, etc. Na verdade, o direcionamento seria uma lembrança aos velhos sambistas e moradores antigos de maioria negra, que haviam sido esquecidos pela história e pela entidade.

O enredo percorreu carregado de reflexões críticas que levou a todos um questionar-se, sobre o real sentido do dia 13 de maio, fazendo com que todos concluíssem que tudo não passou de uma ilusão. Além de destacar as permanências da exclusão vivida pelos negros mesmo no período pós-abolição. Ademais, o enredo se tornou potente por clamar pelo retorno do líder dos Palmares, Zumbi, para que uma nova redenção do negro fosse alcançada e a tristeza, do povo negro, enfim, terminasse.

Dom Obá II – Rei dos Esfarrapados, Príncipe do Povo.

No ano 2000, ano de comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil, a entidade carnavalesca, resolveu relegar Princesa Isabel, Dom Pedro II, e toda a monarquia portuguesa para o papel de coadjuvante e enaltecer, a luta pela liberdade e dignidade dos negros brasileiros a partir da história de outro monarca, o Príncipe da Nação Yorubá que veio para o Brasil como escravo e tornou-se herói na Guerra do Paraguai. O fidalgo e militar brasileiro, Cândido da Fonseca Galvão, carregava a insígnia de Dom Obá II D'África, era filho de africanos forros, ou seja, ex-escravos que haviam conquistado a sua liberdade por meio da carta de alforria.

O pai, príncipe Dom Obá I, Bemvindo da Fonseca Galvão, era filho de Aláafin Abiodun, o último soberano a manter unido o grande império de Oyo na segunda metade do século 18. Cândido, nascido em 1845, intitulava-se “príncipe Dom Obá II”.

Dom Obá II, estava fadado a não ter seu legado reconhecido, principalmente na época em que viveu na segunda metade do século XIX, mas a escola verde e rosa resgatou esse fidalgo negro, que testemunhou, participou e opinou nas transformações decisivas do Brasil durante o Segundo Reinado. Seu grande trunfo era saber ler e escrever, em uma época onde 63,82% da população eram analfabetas, explica Mangueira 2000 (2000, p. 10).

A agremiação voltava a realizar, no ano 2000, um enredo crítico em uma data com tamanho simbolismo nacional, relembando o período do violento percurso singular que o

negro foi acometido rumo ao Brasil, arrancados de sua terra para serem escravizados em um país distante, que um dia se transformaria em sua terra.

Em 1865, Dom Obá II se juntou ao exército brasileiro como voluntário para lutar na Guerra do Paraguai, após o imperador prometer uma série de vantagens a quem se alistasse para ir para a guerra, desta forma ele passou a ser um dos chamados “Voluntários da Pátria”. Essa guerra, segundo Triches (2021) foi a mais sangrenta ocorrida na América Latina no século 19, envolveu uma aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, terminando com a derrota dos paraguaios. Dom Obá II, acabou sendo ferido na mão durante o conflito e foi dispensado, mas mesmo assim foi promovido a alferes (um título oficial do exército), devido à grande bravura que demonstrou. Depois da Guerra, fixou-se na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tornando-se uma figura muito conhecida da sociedade carioca.

Dom Obá II, de acordo com Triches (2021), logo após retornar da guerra do Paraguai, passou a residir no centro da cidade, na região conhecida como Pequena África, local historicamente habitado por africanos e seus descendentes, que vinham de várias partes do país e se reafirmavam no lugar, diariamente, a sua identidade. Na Rua Barão de São Félix, era onde ele residia, área de cortiços superpovoados, refúgio de capoeiras, prostitutas e “feiticeiros”, um pouco mais acima, na mesma rua, segundo Manguiera (2000, p. 10) ficava o aglomerado de imóveis, cuja denominação passou a ser, Cabeça de Porco, célebre cortiço carioca, que viria depois a dar o nome a todas as habitações coletivas que, a partir de então, surgissem na cidade. Foi nesse território, na região dos desvalidos, que incluía ainda Gamboa, Saúde e Santana, que D. Obá II, montou seu reinado e recolhia a ajuda financeira da população.

O “patrocínio” tinha uma boa causa: era assim que pagava artigos nos jornais, nos quais, sempre com estilo rocambolês, demonstrava seu apego aos valores monarquistas, criticava a elite e defendia questões fundamentais para a população negra que vivia no Brasil. Dom Obá, afirma Silva (2021), defendeu uma visão alternativa da sociedade e do próprio processo histórico brasileiro. Talvez pelo conteúdo mesmo de suas ideias, talvez por sua linguagem “crioula”, colorida com expressivas pitadas de *yorùbá* e mesmo *latim*, a verdade é que seu discurso parecia opaco, incompreensível para a elite letrada até então. Escravos, libertos e homens negros livres, contudo, não apenas compartilhavam suas ideias, como se reuniam “nas quitandas ou em família” para ler os artigos.

No Rio de Janeiro, o alferes Galvão, se popularizou ao participar em 1880, da Revolta do Vintém, manifestação popular contra o aumento da passagem do Bonde, sendo esse seu “trampolim” para a política informal. Entre os negros e mulatos do Rio de Janeiro, era reverenciado especialmente por sua representatividade, como neto do Obá Abiodun.

Silva (2021) relata que sua posição social era, no mínimo, complexa. Considerado pela sociedade de bem como um homem meio amalucado, uma figura folclórica, era, ao mesmo tempo, reverenciado como um príncipe real por escravos, libertos e homens negros livres. Conforme Manguiera 2000 (2000, p. 11), o monarca africano, representava o povo comparecendo as audiências públicas concedidas por D. Pedro II, todos os sábados no palácio da Quinta da Boa Vista. Entre junho de 1882 e dezembro de 1884, ele foi a todas as 125 audiências concedidas pelo Imperador, informação comprovada pelo livro de registro do palácio.

Sempre era o primeiro a chegar ao palácio, e a frequência constante, rendeu uma aproximação junto ao corpo diplomático de Dom Pedro II, como dignitário estrangeiro, sendo reconhecido oficialmente como herdeiro de seu avô, soberano do Reino de Oyo, afirma Manguiera 2000 (2000, p. 11), Dom Obá II, ao menos teoricamente, um monarquista acima dos partidos, nem inteiramente conservador, nem liberal, talvez por achá-los muito parecidos uns com os outros, inspirados apenas por interesses materiais e casuísticos. Por essas e outras, tinha o príncipe posições políticas muito bem matizadas.

Nas ideias defendidas, por ele, tantos nos artigos como nas audiências no palácio imperial, se destacavam a defesa da miscigenação brasileira, o príncipe, não aprovava as ideias evolucionistas de inevitabilidade ou desejabilidade do “branqueamento”. Defendia o contrário, ou seja, a igualdade fundamental entre os homens. O príncipe orgulhava-se da sua raça e, por não acreditar em superioridades entre as raças. Em carta, escrita em 1887, Silva (2021), relata que o monarca chega a formular um projeto de “enegrecimento”, ante a

ideia de "embranquecimento" da nação. Para o missivista, súdito de Dom Obá, a raça negra já não era o problema, mas a própria solução.

Homem imponente de 2m de altura, muito ereto, com modos de soberano, captava a atenção dos contemporâneos, embora poucos estivessem realmente preparados para acreditar nas suas propostas. O príncipe africano oriundo do Estado da Bahia perambulava pelas ruas do velho centro da cidade do Rio de Janeiro/RJ, com barba à moda de Henrique IV, muito bem vestido em suas "finas roupas pretas", ou seja, de fraque, cartola, luvas brancas, guarda-chuva, bengala e *pince-nez* de aro de ouro, ou em ocasiões mais especiais, vestido do seu bem preservado uniforme de alferes do Exército, com seus galões e dragonas douradas, sua espada à cinta, seu chapéu armado com penachos coloridos, seu "pacholismo admirável", relata Silva (2021).

Conforme Silva (2021), Dom Obá II assumiu, nos momentos decisivos do processo de abolição progressiva, o papel histórico, até então insuspeito, de elo entre as altas esferas do poder imperial e as massas populares que emergiam das relações escravistas. Foi defensor da monarquia brasileira, atuou na campanha abolicionista e no combate ao racismo.

Por isso apoiava a nomeação de um príncipe como embaixador plenipotenciário na África ocidental, onde prestaria relevantes serviços, "mandando transportar colonos africanos, para nunca mais sofrer no Brasil". A queda do Império, segundo Manguiera 2000 (2000, p. 11), em 1889, motivou a perseguição, à Dom Obá II, pelos republicanos, que cassaram seu posto de alferes. Morreu logo depois, em julho de 1890, só e pobre, mas deixou atrás de si, nas notícias e nos artigos que fazia publicar, um registro importante de sua participação do negro na vida política do país.

CONSIDERAÇÕES

A partir da análise dos sambas enredos, com a temática afro-brasileira, apresentados pela escola de samba Manguiera, do Rio de Janeiro/RJ, nos anos 1933, 1962, 1964, 1988 e 2000, explanados neste trabalho, buscamos mostrar como a rica história sociocultural do negro africano ou afrodescendente para a formação da cultura e identidade nacional.

Por motivo, dos "engessamentos" provocados pelos governos totalitários brasileiros, podemos perceber que o desenvolvimento dos enredos aconteceu de uma forma mais didática, ou seja, voltados para uma narrativa historiográfica até o início da redemocratização, na década de 1980, depois não só a escola de samba Manguiera, mas todas as coirmãs passaram a se apresentar musicalmente de uma forma mais solta, crítica e politizada.

Vale lembrar, que desde o início dos festejos das escolas de samba, por motivo de uma forte influência negra, sempre sofreu perseguições, sendo assim como forma de sobrevivência, as escolas mesmo oprimidas, entendiam ser mais inteligente seguir os modelos civilizatórios da República Velha, do Estado Novo e do Regime Militar, por ser esta uma estratégia de sobrevivência, algo herdado dos tempos da escravidão, que só começa a ser desestruturada após a organização dos movimentos negros sociais, no final da década de 1970, engrossando o coro de outros históricos denunciadores, tais como os ativistas Abdias do Nascimento, Solano Trindade, Lélia Gonzales, Candeia, entre outros.

No período pós-abolicionismo, não havendo mais justificativa de perseguição legitimada pela ideia de posse (entre colono e escravo), as autoridades policiais, mas também as sanitárias se ocuparam de coibir as práticas afro-brasileiras. O positivismo criminal, a modernização e a ideia de desafricanização, praticado no Brasil, fundamentavam as leis republicanas, onde estranhamente tinha sempre o negro como o menos favorecido.

Porém, no avanço das décadas, o racismo estruturado foi se apresentando de forma menos explícita, mas não menos cruel, e essa amenidade após a reconquista da democracia, incentivou a adoção de uma visão mais crítica aos enredos e uma maior abordagem da real situação do negro no Brasil, passou a ser denunciado de igual maneira, o povo brasileiro, passou a ter um maior acesso a informações que propagassem o real papel do negro na construção da nação brasileira.

Os enredos após o fim do período ditatorial motivou um novo direcionamento no enfoque para a política social e a negação de políticas públicas para o povo negro, passou a

ser denunciado. Os negros simplesmente buscavam uma afirmação de sua cidadania junto a um governo que tinham como objetivo disciplinar suas manifestações culturais, pois eram vistos como malandros e membros de “classes perigosas” que precisavam ser vigiados e controlados.

Deste modo, afirmamos que todo esforço empreendido para a separação entre brancos e negros não impediu que os negros influenciassem a cultura brasileira e a formação da nação brasileira. As tentativas de catequização dos negros, bem como dos índios não significou a extinção de suas crenças e tradições. O samba, representante maior do negro, no Brasil, “a sua maneira” resistiu aos modelos colonialista, imperial, republicano e se mantém resistente e sobrevivente à democracia capitalismo, onde em cada carnaval as escolas de samba reafirmam seus ideais de liberdade, entoando seus cantos e ritmos reforçando seus traços e tradições na história do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CADENA, Nelson. **O Terno de Reis do Arigofe e sua matriz afrodescendente**. Disponível em: < <http://blogs.ibahia.com/a/blogs/memoriasdabahia/2017/01/05/o-terno-de-reis-do-arigofe-e-sua-matriz-afro/>>. Acesso em: 31 jul. 2021.

CIZOTO, Sonelise Auxiliadora; DIÉGUEZ, Carla Regina Mota Afonso; PINTO, Rosângela de Oliveira. **Homem, Cultura e Sociedade**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

FARIA, Guilherme José Motta. **As escolas de samba do Rio de Janeiro nos anos 60 e as narrativas sobre a história do negro na avenida**. Faces da História. Assis/SP. V.3, nº2. P. 75-97. Jul.- Dez de 2016.

FREGONEZE, Gesleine Bartolomei. **Elaboração de Trabalhos Acadêmicos e Científicos**. Unidade 03. Metodologia Científica. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2014.

FRENTE, Comissão de. Nossa História - Mangueira 1933. **Comissão de Frente**. Disponível em: <<http://comissaodefrente.blogspot.com/2012/03/nossa-historia-mangueira-1933.html>>. Acesso em: 18 Jul. 2021.

GOUVEIA, Fernando Cesar. **Contexto histórico - Breve definição de contexto histórico e exemplos**. Disponível em: < <https://pt.slideshare.net/fergouveia9/contexto-historico-37219594>>. Acesso em: 18 Jul. 2021.

JESUS, Anna Cristina de Almeida. **Carnaval e “A História que a História não Conta”**. Licere, Belo Horizonte, v.23, n.1, mar/2020.

MANGUEIRA, Estação Primeira de. **Historia do Morro**. Disponível em: < <https://mangueira.com.br/site/historia-do-morro/>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MANGUEIRA 2000, Revista da Estação Primeira de. Portal Academia do Samba. Dom Obá, rei dos esfarrapados, príncipe do povo. Edição 2000, 01 Fev. 2000.

MENEZES, Renata de Castro. **Caos, crise e a etnografia das escolas de samba do Rio de Janeiro**. Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ. Revista Hawô. V.01. P. 02-38. 2020.

MENEZES, Pedro. Conceito e Definição. **Diferença**. Disponível em: <<https://www.diferenca.com/conceito-e-definicao/>>. Acesso em: 17 Jul. 2021.

MPB, Dicionário. G. R. E. S. Estação Primeira de Mangueira. **Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira**. Disponível em: <<https://dicionariompb.com.br/g-r-e-s-estacao-primeira-de-mangueira/dados-artisticos/>>. Acesso em: 18 Jul. 2021.

MUNIZ JUNIOR, José. **Samba Santista em Desfile**. Santos: Instituto Cultural de Artes Cênicas do Estado de São Paulo - ICACESP, 1999.

PEIXE, Fernando Antônio Guerra; SANT’ANNA, Rubens; ALVES, Heloisa. **História da Mangueira**. Disponível em: < <https://mangueira.com.br/site/historia-da-mangueira/>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SIMAS, Luiz Antônio. **Palácio do Samba**. Disponível em: < https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/cartola/palacio-do-samba/?content_link=2>. Acesso em: 24 jun. 2021.

TARTAGLIA, Cesar. O carnaval de 1933 - O GLOBO promove o primeiro Campeonato de Escolas de Samba do Rio. **Memória - A História do Jornal O Globo desde a fundação**.

Disponível em < <http://memoria.oglobo.globo.com/institucional/promocoes/o-carnaval-de-1933-9260531>>. Acesso em: 18 Jul. 2021.

TRICHES, Roberta. Dom Obá II D'África. **Gente da Nossa História**. Disponível em: < <http://chc.org.br/artigo/dom-oba-ii-dafrica/>>. Acesso em: 19 Jul. 2021.

SILVA, Eduardo. Um príncipe negro nas ruas do Rio. **Folha Mais**. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/mais/historia/zumbi34.htm>>. Acesso em: 19 Jul. 2021.

SOUZA, Ynayan Lyra. **Enredos Negros: O Tema da Abolição da Escravidão nos Desfiles das Escolas de Samba do Rio de Janeiro nos Carnavais de 1948 e 1988**. História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica. XIX Encontro de História da ANPUH-Rio. 21-25 de Setembro de 2020.

A CONSTRUÇÃO DOS POVOS AMAZÔNIDAS SOBRE O IMAGINÁRIO EUROPEU

Arealde Costa da Silva⁴¹
Jesieide Pinheiro Ferreira⁴²
Luiz Gustavo da Silva Costa⁴³

RESUMO: As primeiras narrativas da história da Amazônia são inquietantes, quanto aos relatos dos viajantes europeus renascentistas. A presença do eurocentrismo é decisiva para a política que será implantada. Ao longo dos séculos, a região e seus habitantes permaneceram quase que isentos quanto à sua originalidade. Houve um desprezo dos valores culturais dos povos amazônidas. Os interesses do imaginário europeu foram, o mito do El Dorado e a presença das Amazonas. Assim, objetiva-se entender o processo de construção da representação da Amazônia e de seus habitantes ao longo do tempo.

Palavras-chave: Eurocentrismo. Povos amazônidas. Imaginário europeu. Representações sociais. El Dorado.

1 INTRODUÇÃO

As primeiras informações sobre a Amazônia e seus habitantes foram narradas pelos viajantes europeus renascentistas que, segundo sua visão de mundo, construíram imagens e representações sociais distorcidas e estereotipadas, que marcaram profundamente as relações de poder e dominação.

Nesse contexto, a presença do eurocentrismo – a Europa como centro do mundo é decisiva para a política que será implantada. E, baseado nesse artifício de dominação, que o presente estudo objetiva, através da pesquisa bibliográfica, entender o processo de construção da representação da Amazônia e de seus habitantes ao longo do tempo.

Segundo Gil (2002) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44).

O interesse pela temática surgiu durante a graduação, ao participarmos de um seminário realizado na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), por meio do minicurso - Imaginário e Representações Amazônicas, realizado no I Encontro Regional de Estudantes de História da Amazônia – EREH.

A relevância da pesquisa e, nossa inquietação, justifica-se devido as primeiras narrativas sobre a região amazônica e seus habitantes que, conforme Weinstein (1993) a extraordinária vastidão da Amazônia inspirou aos seus invasores fascinação e pavor a um só tempo. Os primeiros exploradores divulgaram a região ora como um paraíso tropical, ora como um inferno verde, e não conseguiram chegar a um consenso quanto à adequação da Amazônia à exploração econômica e à colonização europeia. Para Gondim (1994) as

⁴¹ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amapá – (UNIFAP).

⁴² Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amapá – (UNIFAP).

⁴³ Graduado Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Amapá.

construções dos imaginários acerca do rio Amazonas, demonstram a exuberância do primitivo, ora narrado como o Jardim do Éden, ora narrado como Inferno Primordial, o que fica evidente para nós a tamanha ousadia no que toca o conhecimento dos europeus comparado à região “recém-descoberta” e aos seus habitantes. Fazemos jus às palavras da autora, quando ela afirma de que a Amazônia foi inventada, modelada aos interesses políticos e econômicos de uma cultura dominante. E mais, a soma de simbologia marca profundamente o imaginário do europeu, pois as narrativas enviadas são bastante convincentes a ponto de se investir e colonizar.

A partir da pesquisa, espera-se que a mesma traga resultados relevantes para o âmbito acadêmico, principalmente no que tange a História da Amazônia e de seus habitantes no que concerne as primeiras narrativas dos europeus e suas representações sociais, de modo que possibilite sua inserção em acervos científicos e que venha contribuir significativamente para a sociedade acadêmica e geral.

2 A AMAZÔNIA SOB O OLHAR EUROPEU

A Amazônia foi inventada, criada e moldada para atender aos interesses dos colonizadores europeus, a busca por riquezas, o desbravamento pela fertilidade da Terra, tornaram-se motivos de ganância e cobiça, a ponto de cometerem as maiores atrocidades para com as populações indígenas – impuseram sua cultura, seus hábitos, suas vestimentas – negaram aos índios o direito de ser o que eram antes da chegada do homem branco. Estes pagaram um preço muito alto – foram aculturados, escravizados e destribilizados.

Assim, pretende-se discorrer sobre as primeiras narrativas da Amazônia e de seus habitantes a partir do olhar eurocêntrico dos viajantes e navegadores europeus.

2.1 OS PRIMEIROS RELATOS DOS VIAJANTES EUROPEUS

A Amazônia, nos primeiros tempos de sua história era narrada pelos europeus como um lugar distante. Segundo Souza (2001) “como um lugar, no qual se ia jovem e voltava velho”, habitado por índios que andavam nus de um lado para o outro. Mas que de repente foi surpreendida pelo terror, pela presença dos invasores europeus que abriram caminho para um novo momento histórico, agora, a partir do imaginário e das representações de si mesmo. Surge o confronto – o choque cultural entre dois mundos, dois povos, duas civilizações. Os indígenas passaram a ser representados de forma negativa, atrasados, hostis e selvagens, o que fazia deles seres diferentes dos europeus. O processo de colonização da Amazônia foi o mais escrupuloso de toda a história.

O europeu Vicente Yanês Pinzón, companheiro de Cristóvão Colombo que, em nome do rei da Espanha, desembarcou e em todas as tentativas foi atacado por nativos armados e ferozes. E, equivocado como muitos outros viajantes pensou que estava na Índia. Ao deparar-se com a região e a imensidão de água potável estabeleceu uma curiosa analogia comparando, segundo Ugarte (2003) ‘a doçura’ da Virgem Maria e o volume das águas doces que avançava no mar batizando o rio pelo nome de Santa Maria de La Mar Dulce, embora o rio fosse chamado por alguns companheiros seus de Marañón ou como o próprio La Condamine (2000) descreveu Maranhão, na língua do Brasil.

O autor Souza (2001) é mais detalhista no que toca a passagem de Pinzón em terras amazônicas, segundo ele, Pinzón desembarcou onde fica o Recife e tomou posse da terra em nome do rei da Espanha. Já havia velejado na atual costa brasileira, porém em todas as suas tentativas foi confrontado por índios ferozes e muitos bem armados. Nota-se que o encontro dos viajantes com os habitantes da região não foi nenhum pouco pacífico, os conflitos foram constantes, vejamos o que Ugarte (2003) nos diz sobre a relação europeia e indígena,

A primeira aventura europeia em solos amazônicos não ficou apenas no deslumbramento da grandiosidade e beleza da região. Iniciou, da mesma forma, na história da Amazônia, uma cadeia de encontros _ seguidos imediatamente de confrontos _ com os nativos, já que o primeiro contato resultou na captura de 36 indígenas, embarcados nos navios espanhóis (UGARTE, 2003, p. 5).

Percebe-se, que o contato de europeus e indígenas somou-se não somente pelo deslumbramento da região, com sua diversidade de plantas medicinais e de animais, solo fértil e inúmeras riquezas, principalmente o “mito” do El dorado, mas, sobretudo pela surpresa que foi para os nativos a chegada do homem branco, isso gerou confronto que deve ser analisado com bastante cuidado para que não se corra risco de cair em anacronismo, o que se deve levar em conta é a reação dos nativos ao depararem com os europeus, já que estes simplesmente invadiram seus espaços. A forma pela qual os índios se defenderam criou para os europeus e o mundo a imagem de que eram seres hostis, atrasados e selvagens, o que para Costa (2012) as atitudes dos índios são produtos da viagem de Pinzón que implantou medo aos índios.

A segunda expedição realizada no rio Amazonas foi feita pelo espanhol Diego de Lepe, em fevereiro de 1500, seguidos dias após a passagem de Pinzón o que resultou num confronto mortal, pois foi atacado por nativos que revidaram devido ao cativo dos 36 indígenas que a caravela de Pinzón havia capturado. O confronto foi sangrento e mortal porque os índios mataram alguns espanhóis ao impedirem o desembarque dos novos castelhanos, estes revidaram com armas de fogo, matando segundo Ugarte (2003) muitos índios e fazendo outros cativos.

É notório, no entanto, que o encontro dos povos não se deram em momento algum de forma harmoniosa, muito pelo contrário, houve uma eclosão – confronto que resultou na morte de muitos nativos, outros foram capturados, escravizados e torturados. Os índios sempre estiveram em desvantagem em relação às armaduras do homem branco, pois eles lutavam e se defendiam com arcos e flechas, já os espanhóis lutavam com armas de fogo – instrumentos desconhecidos pelos índios. Diante dessa narrativa será implantado pelos europeus o processo de conquista e colonização da região amazônica, por meio das expectativas de uma realidade construída pelos europeus.

Outro viajante europeu que merece destaque é o jovem espanhol Francisco Orellana, acompanhado pelo dominicano frei Gaspar de Carvajal, foi o primeiro a conduzir uma expedição pelo Mar Dulce descoberto por Pinzón. De acordo com Souza (2001) sabe-se muito pouco sobre a vida dele, mas é provável que ele tivesse alguma ligação com a família Pizarro e viesse da mesma província. No ano de 1542, Francisco Orellana conseguiu vencer os índios da costa equatoriana e fundou a cidade de Santiago de Guayaquil e, neste mesmo ano Pizarro chega a Quito, na qualidade de governador e, começa a pôr em prática sua ambiciosa expedição pra conquistar e tomar

posse dos territórios orientais. Pizarro era movido por dois objetivos: o primeiro era acabar com o monopólio que os portugueses tinham em relação às especiarias, o segundo dizia respeito ao tão sonhado mundo do El Dorado.

O autor Souza (2001) descreve que os relatos do cronista Carvajal são linguagem mediadora para a ação missionária, de fato o mundo narrado por ele é voltado para os interesses vocacionais. As narrativas da paisagem não contêm apenas novidades surpreendentes, coisas portentosas, bizarras alimárias, mas também e, principalmente, uma limitação que não pode ultrapassar os dogmas da fé. Carvajal enfrentou duras provações nessa expedição, porém Souza (2001) sugere ao leitor que muitas das observações de Carvajal são consideradas ingênuas, mas que ao passo que são analisadas a partir da cultura europeia fica evidente a dosagem medievalista. É necessário, segundo o autor, relevar alguns pontos importantes, entre eles, Carvajal era um homem mergulhado na mística salvacionista da Contra Reforma e, sempre firme nas suas próprias convicções.

Carvajal conta que a falta de alimentos fazia com que Orellana e seus homens saqueassem aldeias indígenas e, que no dia 7 de junho à véspera de Corpus Christi, os espanhóis tomaram um pequeno povoado, quase só de mulheres e de lá começaram a recolher toda a comida que pudessem carregar. Já no final do dia os homens da aldeia retornaram e encontraram os espanhóis ocupando suas casas. Tentaram um ataque, mas logo desistiram ao depararem com as armas de fogo dos espanhóis. Não tendo outra saída os índios se refugiaram na floresta. Na virada da madrugada, os índios atacaram os espanhóis que estavam dormindo. Orellana então ordenou a seus homens que retribuíssem os ataques. O que segundo o autor Márcio Souza (2001) esta é a primeira vez que Orellana comporta-se como um verdadeiro e típico conquistador espanhol, ordenando que fossem incendiadas as aldeias e mandando enforcar os prisioneiros. E, ao partir, após a missa de Corpus Christi, deixaram para trás alguns índios na ponta de cordas e as casas em chama.

Segundo Souza (2001) a revelação da Amazônia se confirma para o mundo a partir das narrativas feitas pelo frei Gaspar de Carvajal. Revelação esta que foi um verdadeiro impacto para os europeus como afirma o autor. Note que a referência que se faz aqui é em relação ao europeu e, não aos índios como de fato deveria ser. É explícita a colisão cultural, racial e social que o autor faz referência, mas discordamos no que tange a concepção formada do mundo social que os europeus tomaram para si como máquina alienadora, é preciso considerar de que os europeus, de certa forma, estavam acostumados a se lançarem em mundo diferente do seu, no mínimo não foi um impacto, talvez surpresa.

Impacto, acreditamos ter sido para os indígenas que, com a chegada dos europeus, lhes foram impostos valores e culturas que não eram os seus. A verdade é que não se pode medir o tamanho do dano causado pelos europeus para com as populações indígenas amazônicas. Por outro lado, concordamos com o autor ao afirmar de que tanto os espanhóis quanto os outros europeus não haviam experimentado, além do tradicionalíssimo contato com o mundo oriental, um conflito de tamanha proporção como o que se operou na Amazônia e, que nas áreas do litoral do Atlântico e do Pacífico esse conflito foi sumariamente esmagado, enquanto que na Amazônia tornou-se crônico. Pois, passados cinco séculos a Amazônia continua sendo representada com o olhar de uma cultura dominante.

Souza (2001) descreve que Carvajal não esboça em seus relatos qualquer referência a respeito da supremacia cultural do índio na Amazônia. Porém considera um único ponto em que os índios se aproximam dos homens brancos: a violência com que atacavam e se defendiam. Motivo pelo qual, na opinião dos europeus, as sociedades indígenas deveriam ser erradicadas e os povos amazônicos destruídos e postos a serviço da empresa colonial. Diante dessa política de conquista e dominação é que os índios pagaram, segundo o autor, um preço alto demais. Por meio das narrativas dos cronistas europeus é que foi instalado para sempre a incapacidade de se reconhecer o índio em sua alteridade. Para o autor a alteridade do índio foi sequestrada, ao mesmo tempo, que a Amazônia também foi sequestrada. Pode-se confirmar a fala do autor na citação a seguir.

As crônicas dos primeiros viajantes são de uma escrupulosa sobriedade em relação aos sofrimentos dos índios. Por meio desses escritos instala-se para sempre a incapacidade de reconhecer o índio em sua alteridade. Negaram ao índio o direito de ser índio. Ele, o selvagem, vai pagar um alto preço pela sua participação na Comunhão dos Santos. E, com o seqüestro da alteridade do índio, ficou seqüestrada também a Amazônia (SOUZA, 2001, p. 38).

2.1.1 O mito do el dorado

Se não a maior talvez a mais famosa lenda que impulsionou tantos homens a se arriscarem que a história tem conhecimento foi à busca pelo El Dorado, segundo Márcio Souza (2001) é uma das lendas que mais incendiou a imaginação dos conquistadores europeus. Acredita-se que existia um País fabuloso, situado em algum lugar do noroeste amazônico, dizia-se ser tão rico e cheio de tesouros que, conforme a lenda o chefe tinha todo o corpo coberto de ouro em pó e, este se banhava num lago vulcânico. De tão recorrente a lenda nos primeiros anos da conquista da Amazônia, custeou a vida de muitos aventureiros, entre eles Sir Walter Raleigh que andou buscando esse país em sua última e desastrosa expedição ao Orinoco. Vejamos o que La Condamine (2000) nos diz

É nesta ilha, a maior do mundo conhecida, ou antes é nesta nova Mesopotâmia, formada pelo Amazonas e pelo Orinoco, ligados entre si pelo rio Negro, que se procurou longo tempo o suposto lado dourado de Parima e a cidade Imaginária de Manoa del Dorado, procura que custou a vida de tantas pessoas, e entre outras, Walter Raleigh, famoso navegador, e um dos mais belos espíritos da Inglaterra, história trágica e assaz conhecida (LA CONDAMINE, 2000, p. 91).

Para Camilo (2011) as informações que alimentaram as representações dos homens, dos rios e da floresta amazônicos foram fundamentadas em explicações míticas e fantasiosas sobre o El Dorado e as terras pertencentes às amazonas. E, foram essas narrativas que de acordo com a autora levaram em diferentes períodos da História, a uma série de questionamentos, entre eles, o mito como elemento formador de fronteiras. Mais adiante a autora destaca a importância de se ressaltar que o recurso ao maravilhoso e ao lendário se tornou ingredientes indispensáveis para a construção do imaginário europeu do século XVI, com os quais os viajantes europeus construíram a paisagem e o homem amazônicos e, foram os principais elementos que os europeus lançaram mão para definir o que para eles era diferente.

2.1.2 A revelação das amazonas

Pode-se dizer que a existência de uma cidade habitada somente por mulheres guerreiras culminou para o fortalecimento do imaginário europeu. O

encontro com as mulheres se deu em um confronto bélico com os índios, onde Orellana percebeu a presença delas e ficou espantado. Um índio prisioneiro o informou de que eram mulheres que viviam isoladas em suas aldeias e, tinham como chefe uma matriarca. Quando desejavam homens, elas atacavam reinos vizinhos e capturavam os homens brancos, fortes, altos e guerreiros. “Se a criança nascida fosse mulher, era criada e ensinada na arte da guerra que elas tão bem conheciam. Se fosse homem, quando não era morta, era entregue ao pai” (SOUZA, 2001, p. 36).

As representações das amazonas foram criadas a partir da ótica europeia, sempre acompanhadas de flechas, matando e capturando índios, na maioria das vezes, para o ato sexual e reprodução, como também transformarem em seus vassallos. É inegável as descrições estéticas a respeito das amazonas: altas, brancas, cabelos negros e compridos, com suas flechas prontas para o combate.

De acordo com Gondim (1994) a cidade das amazonas é a própria utopia de Carvajal, não existe lugar para bons e pacíficos selvagens. Acontece que o cronista narra a sociedade que conhece, rigidamente hierarquizada, medieval, dividida entre plebes e nobres, dominada por uma matriarca, na qual é cercada por uma corte feminina. Os camponeses e vassallos protegem assim, o castelo medieval das amazonas.

(...) O império, composto por mulheres brancas que só mantinham contato sexual com homens igualmente brancos, os mais valentes da região, pressupõe a criação de uma raça forte, guerreira. Ainda cercada por pequenos edens ou feudos circunvizinhos, a população é produtiva, queima os campos para o plantio ou trabalha as terras mais centrais, prática que facilitou, muitas vezes, a incursão dos espanhóis para a rapinagem de alimentos nas aldeias ribeirinhas. É uma terra primaveril, edênica, rica em caça, pesca e frutos, esconde tesouros indescritíveis muito bem guardados pela sociedade de castas dominada por Conhori, a matriarca das mulheres. As Amazonas escolheram um local frio para construir em pedra um reino mais duradouro e mais civilizado. As casas tinham portas e eram assoalhadas. As ‘vergonhas’ não ficam expostas nem seus corpos são mutilados _ mantêm os seios intactos _ demonstrativo de que são as responsáveis pelo processo civilizatório da região com o alargamento de seus domínios (GONDIM, 1994, p. 86).

Observa-se, nas palavras da autora de que várias descrições mitológicas e medievais preenchem o imaginário do cronista europeu, como o fato da hierarquia entre as mulheres nobres e plebeias. Os camponeses e vassallos residiam em regiões comandadas por essas mulheres e, trabalhavam no plantio, pagavam regularmente tributos. A produtividade da terra, a facilidade para caça, pesca e as coletas de frutos são de domínio da matriarca, conhecida por Conhori. Construíram seu império num local frio para maior conservação e durabilidade. Quanto às suas vestimentas, elas usavam roupas de lã, pois, conforme a autora existia nessa região muita criação de ovelhas provenientes do Peru, de modo que suas “vergonhas” não ficavam expostas e, não tinham seus corpos mutilados e nem seus seios.

A denominação de “amazonas” se referia, em grego, a mulheres que tinham um seio. De acordo com Willi Bole (2010) o próprio cronista Carvajal reconheceu de que houve uma nomeação imprópria, pois, as mulheres guerreiras, embora usassem arco, não cortavam e nem queimavam os seios, portanto não poderiam ser chamadas de “amazonas”.

Posto isto, considera-se contraditório afirmar de que as mulheres guerreiras não tinham os seios mutilados nem usavam roupas de pele de

ovelhas. Descendentes e pertencentes a uma raça forte e guerreira eram mulheres que habitavam o imaginário europeu, de modo que, os viajantes e cronistas não deixavam escapar aos seus relatos a presença dessas mulheres no espaço amazônico como não negavam quanto a sua existência, exemplo disso, é o próprio La Condamine que mesmo não tendo visto, apenas ouviu relatos de índios, mas admitiu a presença e existência dessas mulheres.

La Condamine (2000) confirma a existência das mulheres através de novos testemunhos, porém não descarta e nem dúvida quanto à existência delas. Vejamos:

(...) Todos nos disseram que ouviram falar disso por seus pais, e juntaram mil particularidades longas demasiado para serem repetidas, e tudo tendente a confirmar que houve no continente uma república de mulheres solitárias, que se retiraram para as bandas do norte, no interior das terras, pelo rio Negro, ou por outro que pelo mesmo lado vem ter ao Maranhão (LA CONDAMINE, 2000, p. 81).

2.2 AMAZÔNIA E SUAS REPRESENTAÇÕES

Conforme os autores abordados, a Amazônia é representada para o resto do mundo a partir das primeiras narrativas europeias que eram recheadas de simbologias criadas pelos próprios europeus, de modo que aguçava ainda mais o espírito aventureiro e tornavam-se verídicas aos olhos dos leitores da época. Neste momento, é preciso entender que quando os europeus, em contato com a Amazônia e seus habitantes criaram imagens representativas que, ao mesmo tempo, gloriava e horrorizava, eram imagens projetadas de um “olhar superior” para uma cultura alijada.

Nesse sentido, Burke (2004) descreve que quando ocorrem encontros entre culturas, é provável que a imagem que cada cultura possui da outra seja estereotipada. De acordo com o autor a palavra ‘estereótipo’ origina de placa da qual uma imagem podia ser impressa. Para ele, os estereótipos são imagens visuais e mentais resultantes do encontro entre duas ou mais culturas e, podem não ser completamente falsos, mas que geralmente exageram alguns traços da realidade de determinada cultura e omitem outros, podendo ser mais ou menos tosco e violento. O autor cita como exemplo as gravuras europeias de índios americanos em composições que combinavam aspectos de diferentes regiões para criar uma única imagem dos índios.

Nesse sentido, é importante ressaltar de que a maneira como alguns nativos agiam culturalmente, na qual comiam carne humana de tribos inimigas, em rituais, causou uma imagem generalizada para os europeus, estes deduziram que todos os índios eram canibais, tornando assim, um dos mais recorrentes estereótipos. Para Porto Alegre (2000) na obra Imagem e representação do índio no século XIX, trabalha o olhar do homem branco sobre o índio através da iconografia produzida desde os primeiros relatos dos viajantes. Para ela, as imagens “traduzem o espanto, o encantamento com o estado de natureza, visões de paraíso perdido, dúvidas sobre a existência da alma, fantasias sobre o canibalismo e a ferocidade dos habitantes da terra” (PORTO ALEGRE, 2000, p. 68-69).

Essas são categorias classificatórias, através das quais o pensamento ocidental constrói o mundo, a noção do tempo, as ideologias de naturalização, do bem e do mau: imagens do bom e do mau selvagem, ideias de civilização e barbárie, que perpassam a representação do índio até nossos dias.” (PORTO ALEGRE, 2000, p. 68-69).

Nota-se, a pretensão da civilização ocidental de classificar os nativos conforme suas conveniências. O bom selvagem é aquele que aderiu por inteiro as “ordens” dos colonizadores. Tomou para si os costumes, valores culturais, as vestimentas, a língua oficial europeia. Por outro lado, o índio rebelde, que recusa de alguma forma a aceitar as imposições dos estrangeiros invasores é considerado bárbaro, pagão, portanto, mau selvagem. E, são essas representações que continuam na atualidade, o índio ainda é visto como um indivíduo que vive na barbárie, que não atingiu um grau de desenvolvimento, por isso, é pensado a partir da concepção de não-civilizado, o que é totalmente errôneo. Nessa concepção, o índio que mantém sua cultura é subjugado mau selvagem, enquanto que o índio que “aceitou” as condições da cultura dominante é considerado bom selvagem. Porém, é de suma importância atentar-se para mais um detalhe: o índio, independente, se aceitou ou não, continua sendo visto pelo homem branco como selvagem.

Para Burke (2004) os estereótipos muitas vezes tomam a forma da autoimagem do espectador. Pois, são bastante grosseiros e em sua maioria, baseados na simples pressuposição de que ‘nós’ somos humanos ou civilizados, ao passo que ‘eles’ são pouco diferentes de animais como cães e porcos. De modo que os outros são transformados no “Outro”. “Eles são transformados em exóticos e distanciados do eu. E podem ser transformados em monstros”. (BURKE, 2004, p. 157). Vejamos o que o autor diz a respeito da existência das amazonas.

As raças monstruosas podem ter sido inventadas para ilustrar teorias sobre a influência do clima, revelando a pressuposto de que pessoas que habitam lugares extremamente frios ou quentes não podem ser totalmente humanas. Contudo, pode ser esclarecedor tratar essas imagens não como simples invenções, mas como exemplos de percepção distorcida e estereotipada de sociedades remotas (...), os estereótipos foram realocados no Novo Mundo. Por exemplo, a origem do nome rio Amazonas está relacionada à crença de que as Amazonas habitavam aquela região. Povos de lugares remotos eram vistos de maneira monstruosa física e moralmente, como no caso dos canibais que se acreditava habitarem o Brasil, a África central e outros lugares (BURKE, 2004, p. 158).

Nesse sentido, percebe-se que as representações sociais de monstros são experiências narradas do olhar do “Eu” sobre o “Outro” e que alguém tomou como verdadeiras e as reproduziu. Conforme Del Priore (2000), o esforço de se penetrar e descobrir no espírito do passado o porquê do imaginário ser tão importante que, de alguma forma alimentou as tentativas de compreensão do homem europeu em relação ao “descobrimento” do Novo Mundo, onde o encanto pelas figuras monstruosas sobressai à grandeza da natureza.

Para Gondim (1994) é em nome da razão, das várias experiências europeias e do conhecimento clássico que vai induzir o leitor a aceitar as maravilhas e monstruosidades que não somente ouviu, mas que aceitou como verídicas. Logo, de acordo com a autora, o Rio é o principal elemento que vai arquitetar expedições colonizadoras, o que vai atizar o imaginário europeu em sonhar com fortunas fáceis, como o ouro e a prata. Vejamos o que a autora diz sobre o Rio.

O Rio é a grande personagem dessa narrativa. Em torno dele gravitam animais, aves, plantas medicinais, minérios e homens. Pensando nele arquitetavam-se expedições colonizadoras. Sonhando com ele já se vislumbravam fortunas indescritíveis. E, oriundos dele já

se degustavam os produtos do celeiro particular gratuito, do europeu (GONDIM, 1994, p. 98).

Conforme Bueno (2002) a viagem de Charles Marie de La Condamine é considerada a primeira de caráter científico e, uma das raras permitidas no período de interdição das viagens de estrangeiros à região. Ele inaugura as expedições de naturalistas do vale amazônico, no qual no seu relato é chamado também de Marañon. De acordo com a autora no ano de 1743 ele percorre o rio, saindo do Peru e chegando até sua foz, sempre dialogando com viajantes que o precederam. Entretanto suas descrições são permeadas de estereótipos, principalmente no que se refere aos nativos.

La Condamine (2000) considera todos os nativos trigueiros e de cor avermelhada, mais ou menos clara. O autor tem uma posição típica de estrangeiro. Julga os indígenas por suas aparências e atitudes, nas quais relata como seres que se aproximam das bestas, ora são vistos como crianças que não conseguiram atingir um grau de maturidade, permanecendo assim, presos à infância, ora são narrados como indivíduos desprovidos de qualquer tipo de preocupação com relação ao futuro, interessa para eles somente o presente e, basta. Perceba na citação abaixo como seus relatos são de uma escrupulosa discriminação em relação aos habitantes da Amazônia.

Ele nasce indubitavelmente do número limitado de suas ideias, que não vai além de suas necessidades. Glutões até a voracidade, quando têm de que saciar-se; sóbrios quando a necessidade os obriga a se privarem de tudo sem parecerem nada desejar; pusilânimes ao excesso, se a embriaguez os não transporta; inimigos do trabalho indiferentes a toda ambição de glória, honra ou reconhecimento; unicamente ocupados das coisas presentes, e por elas sempre determinados; sem a preocupação do futuro; incapazes de previdência e reflexão; entregues, quando nada os molesta, a brincadeiras pueris, que manifestam por saltos e gargalhadas sem objeto nem desígnio; passam a vida sem pensar, e envelhecem sem sair da infância, cujos defeitos todos são conservados (LA CONDAMINE, 2000, p. 60).

A citação é composta por vários estereótipos que descaracterizam a imagem do índio. O autor começa falando de que o índio é um ser que tem suas ideias limitadas, o que prejudica o mesmo que não consegue ir além de suas necessidades. Quando cita “glutões” está automaticamente afirmando que o índio é guloso e não possui modos para se comportar durante as refeições. Devora os alimentos com muita rapidez. Muito simples a ponto de não possuir nenhum tipo de vaidade. Outro estereótipo que o autor deixa escapar em relação ao excesso de pusilânimes, ou seja, para ele o indígena é um indivíduo de espírito fraco e de ânimo fraco, um indivíduo covarde, de modo que o torna preguiçoso e, inimigo do trabalho. Um ser sem norte que não projeta planos para o futuro, não possuindo assim, nenhum tipo de ambição, não almeja a glória, reconhecimento nem mesmo sua própria honra, que vive somente em prol do presente. E, como a maior parte do tempo vive sem fazer nada, se dedica a brincadeiras como se fosse criança que envelheceu. E, assim a vida passa sem que o índio perceba. Confira na citação seguinte a forma como o autor menospreza a figura do indígena.

(...) Os selvagens dessas regiões não sabem o que seja uma pedra, nem mesmo dela têm ideia. É um espetáculo divertido ver alguns dentre eles, quando em Borja se deparam com uma pela vez primeira: testemunham por seus gestos e admiração, e se apressam a apanhá-la, e a carregá-la como mercadoria preciosa, mas logo a desprezam e a rejeitam, quando percebem a sua vulgaridade (LA CONDAMINE, 2000, p. 58).

É marcante a forma que os europeus se divertiam com a ignorância do indígena, quando este não conhece uma pedra e não consegue diferenciar o valor da mesma. Nada mais surpreende a concepção do mundo social do europeu em relação ao indígena, pois, permanecem as representações negativas que foram construídas no decorrer do processo de ocupação e exploração da região amazônica e de seus habitantes ao longo de cinco séculos. O autor começa definindo o nativo como selvagem, desprovido de qualquer tipo de conhecimento que o enquadra nos princípios civilizatórios.

A natureza parece ter favorecido a preguiça dos índios, e ter ultrapassado suas necessidades: os lagos e os mangues que se encontram a cada passo nas proximidades do Amazonas, e não bem no interior das terras; são enchidos de peixes de todas as qualidades, nos tempos do extravasamento; e quando as águas baixam, aí eles ficam encerrados como em tanques ou reservatórios naturais, e onde se pescam com a maior facilidade (LA CONDAMINE, 2000, p. 105).

Para La Condamine (2000) a natureza da região amazônica favoreceu a preguiça dos índios, pois eles não têm trabalho algum, quanto mais para pescar. A natureza foi tão gentil para com eles que deu tanques e reservatórios naturais com peixes de toda qualidade. E, o próprio fenômeno das águas facilita ainda mais a pesca para os índios. O autor em linhas gerais afirma que a natureza fez do índio um ser preguiçoso, incapaz de produzir seu próprio alimento e prover seu sustento através de sua força de trabalho. Sabemos que são essas representatividades que vão fortalecer o plano de domesticação dos povos da região.

O autor Costa (2012) em seu trabalho objetiva refletir mesmo de forma breve o processo de formação do imaginário sobre a Amazônia e seus habitantes. Seu argumento é de que a imagem que o mundo tem da Amazônia foi construída ao longo de cinco séculos e está presente até hoje, pois quando pensamos na região, a imagem que nos vem é a de uma região densamente florestada, com diversas espécies de animais e, também de indígenas. O que para o autor essa imagem pode representar um modelo de Amazônia que foi construída para o mundo, mas que foi legada para a população local, devendo assim, ser zelada não somente a imagem como também suas riquezas sob pena de perdê-la para o capital estrangeiro, porque o discurso preservacionista entra como “salvador”, o que na verdade está preservando agora para usufruir no futuro.

2.3 A AMAZÔNIA E OS “DISCURSOS PRESERVACIONISTAS”

As diferentes visões existentes na Amazônia se devem a forma pela qual a região foi revelada para o resto do mundo. Segundo Bueno (2002, p. 2) existem dois níveis principais de construção da representação sobre a Amazônia: o exógeno, no qual é estruturado no discurso externo e o endógeno, que é aquele elaborado pelos protagonistas que vivem na região. Para ela, a representação da Amazônia é construída por meio de discursos que não tratam da realidade da região, mas sim, de outros discursos sobre a Amazônia, sobre a América, sobre o Novo Mundo e, até mesmo sobre as Índias.

(...) Fica registrada a visão de mundo da classe dominante. O mesmo acontece com relação à Amazônia. A forma como a região é vista hoje é resultado dos discursos que chegaram até nós, e prepondera, obviamente, a visão de mundo do colonizador, do alóctone, e não do nativo. Sequer essas duas vozes estão em equilíbrio nos discursos que se faz hoje sobre a Amazônia. Por isso a grande quantidade de estereótipos ligados à região: vazios demográfico, floresta, rios caudalosos - representações ligadas à

fisiografia - bem como a indolência dos nativos. Estes estereótipos são reproduzidos amplamente porque é desta forma que o alóctone, aquele cujo discurso sobre a região predominou - e continua predominando - vê a Amazônia (BUENO, 2002, p. 65).

Percebe-se, sem risco de exagero que a região da Amazônia quando revelada pelos europeus, esteve incrementada de símbolos que foram trazidos por eles, o que registra assim, a visão eurocêntrica da classe dominante. Imagem que vem sendo perpetuada até nossos dias. O nativo, quando denominado de índio, foi grosseiramente comparado aos habitantes das Índias. Existe um distanciamento visível no que diz respeito aos discursos ditados à região, pois, não há consenso, ou qualquer ligação que aproxima a classe dominante da classe dominada, concordamos com a autora quando afirma que “sequer essas duas vozes estão em equilíbrio nos discursos que se faz hoje” (BUENO, 2002, p. 65), motivo pelo qual existem inúmeros estereótipos criados pelos capitalistas em prol dos interesses próprios.

Todavia, as informações obtidas sobre o Novo Mundo e, não à Amazônia, especificamente, eram projetadas a partir da fusão entre formas e paisagens, por meio de desenhos, figuras, iconografias, mas que depois foram sendo substituída pela fotografia e pelo cinema, segundo Bueno (2002), porém, essas novas medidas não deixaram de incentivar as concepções de Paraíso e do El dorado. Para ela, a ideia de paraíso fica ainda mais evidente quando se privilegia a floresta, reforçando “noções, como a de vazio demográfico e inacessibilidade àqueles lugares” (BUENO, 2000, p. 4), o que representa que esses lugares não foram explorados pela ação humana.

Outras representações decorrentes da região amazônica que foram construídas pelos homens brancos, dizem respeito à associação de inferno que está ligada a dois elementos: a própria natureza e a imagem do indígena. O primeiro diz respeito à imagem da natureza vista como inferno verde, devido ser uma região fechada, e a presença de muitos pernilongos, carapanãs, várias espécies de insetos e bichos peçonhentos, quanto à imagem do indígena estava relacionado aos seus costumes, incompreendidos pelos europeus. Atualmente, as representações da região em foro nacional e internacional estão ligadas a celeiro e pulmão do mundo.

Nessa linha teórica, a autora afirma que o discurso ambientalista é produzido dentro de duas vertentes. A primeira diz respeito à ausência do homem no espaço amazônico, sendo representado, mormente pela floresta e pela fauna, intocado. A segunda refere-se à percepção dos desbravados, durante as décadas de 1950-1970. Época da construção de grandes estradas na Amazônia, representando o progresso. Jogo de interesses que a autora afirma está relacionado aos vários estereótipos que continuam diariamente sendo atualizados pela mídia. Portanto, somente a elite intelectual possui o sentimento de pertencimento da região. Trazendo a discussão para o Amapá, a população sempre esteve excluída do processo de desenvolvimento e, os discursos ambientalistas dificultam o acesso da população e, quem tem participação direta e acessibilidade é, sem dúvida, poder público e uma pequena elite intelectual.

Segundo Queiroz e Coelho (2001), Euclides da Cunha integra, em 1904, teve seu primeiro contato com a região amazônica. Para Cunha a presença do homem no vale amazônico, torna-o um intruso impertinente e, incluiu a região Norte em suas reflexões sobre a problemática brasileira, razões pelas quais, encontrou problemas maiores na Amazônia do que no sertão nordestino. Porém, o maior equívoco de Euclides da Cunha estaria, segundo os autores, em considerar na influência ‘infernai’ da natureza

amazônica sobre as relações sociais, diferentes do que se pensava: na ganância dos homens, no descaso e no abandono dos governos. Diante disso, os autores propõem chamar a atenção do leitor para o fato de que o conhecimento produzido sobre a Amazônia continua relegado às margens do saber histórico que foi instituído no país, o que se deve, de acordo com os autores, ao modelo de construção da história nacional produzida pelos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Modelo este, elitista e centralizador que se caracterizou na tentativa de conciliar a formação da nação brasileira aos interesses políticos e gestores do Estado. Para isso, a Amazônia teve um lugar primordial, mas que acabou enquadrada numa baliza de civilização e progresso, onde os indígenas foram tomados como mão-de-obra disponível e necessária. Por outro lado, os índios seriam colocados no processo de integração da identidade nacional. Política que define exatamente os interesses capitalistas, pois, dentro desta ótica serão promovidas viagens de caracteres exploratórios e de reconhecimento da região. Para o grupo dominante significava tirar a região do atrasado e do distanciamento do país comparada aos grandes centros desenvolvidos.

2.4 OS NEGROS NA AMAZÔNIA: UMA NOVA REFLEXÃO

A presença negra na Amazônia foi considerada por muito tempo quase inexistente, pois, interessava trabalhar somente o índio, como se o negro não fizesse parte da sociedade amazônica, “não representara um papel relevante na dinâmica social, cultural e econômica da região” (QUEIROZ; COELHO, 2001, p. 177). Vicente Salles citado por Queiroz e Coelho (2001) argumenta de que o negro teve uma importância tão grande quanto o índio, não sendo somente suporte da economia agrária, mas principalmente, contribuiu para a formação humana, no que tange a etnia e a cultura. O principal dele é que, nos quilombos a sociabilidade destes grupos estava garantida, existiam de forma passiva nos grandes centros da Amazônia, mas expressivamente no comércio. O autor vê na Amazônia traços do feudalismo – sociabilidade e solidariedade – quase comunitária. É o que se percebe na citação a seguir.

A interpretação de Vicente Salles aproxima-se da corrente historiográfica que identifica de “restos do feudalismo” na Amazônia, a qual foi muito criticada em meados do século XX. (...). Embora instituído na região antes mesmo de a presença africana haver se tornada significativa, esse sistema não teria desaparecido com a extinção da escravatura, sendo responsável pela submissão quase completa da força de trabalho explorada nos seringais (QUEIROZ; COELHO, 2001, p. 179).

Mais um argumento importante para melhor compreensão da presença negra na Amazônia diz respeito ao movimento da Cabanagem. Para Vicente é necessário atentar-se para a ‘observação dos fatos’ e, não para ‘interpretação das ideias’. Para ele, a participação do negro na Cabanagem é significativa, contrariando opinião de muitos autores que fundamentam suas conclusões em dados estatísticos, considerando assim, reduzida participação dos negros no movimento. O objetivo de Vicente Salles, segundo Queiroz e Coelho (2001) é chamar a atenção para a existência de movimentos sociais em que os negros se associaram a outros grupos marginalizados da sociedade por uma causa maior.

O contato com índio e, posteriormente, com os migrantes nordestinos que haviam sido atraídos para a Amazônia em virtude da expansão dos negócios da borracha, teria propiciado não apenas a miscigenação, mas sobretudo a produção de comportamentos alternativos divergentes, que contribuíram para solapar a ordem

escravista, a exemplo do que ocorria em outras do país, antes mesmo da Abolição (QUEIROZ; COELHO, 2001, p. 183-184).

Na leitura da obra *O negro na formação da sociedade paraense* de Vicente Salles (2004) o autor tem por objetivo verificar a presença negra nos movimentos de resistência, concentrando-se na Cabanagem para provar a importância africana na colonização da Amazônia. É válido frisar de que até o momento da publicação do trabalho de Vicente Salles predominava a concepção de inexistência do negro neste processo. De modo que, o autor rompe com esta visão e, principalmente com a ideia de que os quilombos existiram apenas como forma de resistência cultural. Mostra sim, que os quilombos existiram para construir laços de sociabilidade, além de resistência.

Assim, a Cabanagem é vista não só como um movimento de resistência, mas também de construção social. É pelo viés de sociabilidade que é possível mostrar a presença africana na Amazônia. O autor trabalha também com as várias manifestações folclóricas que, de acordo com ele, são provas da importância e real participação da cultura negra na Amazônia. O trabalho de Vicente abre caminhos para os estudos acerca da importância e da presença negra no processo de colonização da região amazônica.

O autor Bezerra Neto na obra *Escravidão Negra na Amazônia* descreve que antes da Criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão não havia escravos, segundo a historiografia. Porém, o autor mostra que a presença africana já existia bem antes da criação da Companhia. Para ele, na Amazônia tinha-se uma economia extrativista e, que não houve um entendimento por parte da historiografia da Amazônia no que toca à sua temporalidade e especificidade, motivo pelo qual a região sempre foi vista como periferia

No caso do Amapá, o autor Gomes (1996) admite de que os negros em conjunto com fugitivos, desertores e índios não somente lutaram por um mesmo ideal, como modificaram os significados de liberdade e ultrapassaram experiências de colonização e ocupação do espaço amazônico, tornando-os protagonistas de um novo momento histórico. Suas lutas diárias possibilitaram relações até então não existentes. Mantiveram contatos com outros grupos fugitivos, onde desenvolveram relações mais estreitas no que concerne às trocas de mercadorias e, acima de tudo, produziram “estratégias de defesa e de proteção”.

A obra de Arthur César Ferreira Reis - *O seringal e o seringueiro* o autor aproxima-se do texto de Euclides da Cunha, ainda há um distanciamento entre eles. Acontece que a visão do seringueiro se aproxima à incapacidade para Reis à natureza, o que Cunha deve-se a ausência do Estado. Dificultar o desenvolvimento da Amazônia se deve a relação econômica que a mesma viveu. Para Reis, o capitalismo não se deu por inteiro, o que explica o atraso da região. Esplendor e decadência da borracha na segunda metade do século XIX e início do século XX. Os mecanismos capitalistas que se instalaram na Amazônia devido à mão-de-obra imigrante do Nordeste.

Para Weinstein (1993) o desdobramento do capitalismo não é a incapacidade do Estado. Ela rompe com a visão de Reis de um capitalismo torto, pela metade. Para ela, este capitalismo era necessário. Dentro das normalidades das relações trabalhistas, o que é distorcido, segundo a autora é o tipo da fase do capitalismo.

Contudo, percebe que a revelação da Amazônia consistiu num processo de representações da região e de seus habitantes, fazendo da

mesma área de negociações que, afirmam a política de um grupo dominante impondo seus valores e costumes sobre um grupo dominado, que ora é narrado como selvagens, lentos, atrasados e hostis, incapazes de gerenciar suas próprias vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, constatou-se de que a Amazônia, desde as suas primeiras narrativas, foi descrita como uma região densamente florestada, com várias espécies de animais e plantas medicinais, terras férteis e, muitas riquezas. Seus habitantes, foram relatados como hostis, atrasados, bárbaros e selvagens. Elementos estes, que faziam da região, ao mesmo tempo, o Paraíso e o Inferno.

Portanto, fica evidente, que a Amazônia foi invadida ao mesmo passo que inventada. Várias narrativas sobre as representações dos homens, dos rios e da floresta amazônica foram fundamentadas em explicações míticas e fantasiosas, do olhar do homem sobre os povos originários da floresta, denominados equivocadamente por eles, de índios.

Todavia, acredita-se, que o presente trabalho é de fundamental importância para o conhecimento histórico, para a sociedade amapaense e brasileira, como um todo. E, espera-se que o mesmo venha tirar eventuais dúvidas daqueles que buscam conhecer a região amazônica e os habitantes nela inseridos. E, chamamos a atenção para o fato de se criar, especialmente, os governantes e os grupos empresariais, mecanismos que possam levar o Estado do Amapá e à Amazônia a um grau elevado de respeito perante as demais regiões do Brasil e pelos países desenvolvidos e, que estes antes de extrair nossas riquezas se voltam, de fato, para o desenvolvimento consciente sem que agridem a população regional local. E, não mais modelada aos interesses políticos e econômicos de uma cultura eurocêntrica dominante.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **O descobrimento do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra na Amazônia (sécs. XVII-XIX)*: Belém:Paka-Tatu, 2001.

BOLLE, Willi. **A travessia pioneira da Amazônia (Francisco de Orellana, 1541-1542)**. (org. ET alii). *Amazônia região universal e Teatro do Mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**; tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

COSTA, Luiz Gustavo da Silva. *E o amazônida? Onde aparece? Reflexões a cerca Da construção das representações sobre a Amazônia*. In: MENDES, Allan Jasper Rocha. **Sociedade e desenvolvimento regional: interfaces com o pensamento amazônida**. (org.). Pará de Minas, MG: Editora VirtualBooks. 2012.

CUNHA, Euclides da. "Amazônia: a Gestação de um Mundo". In: TOCANTINS, Leandro (org.). **Euclides da Cunha- um Paraíso Perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. **Nas fronteiras da liberdade: mocambos fugitivos e protesto escravo na Amazônia Colonial: Anais do Arquivo Público do Pará, Belém:1996.**

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia.** São Paulo: Marco Zero, 1994.

LA CONDAMINE, Charles Marie. **Viagem na América Meridional descendo o rio Amazonas/Ch. M. de La Condamine.** Brasília: Senado Federal, 2000.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850).** Petrópolis: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, Ivan Carlo Andrade de. **Introdução à Metodologia Científica.** Pará de Minas, MG: VirtualBooks, 2010, 88p. 14x20cm. 3ed. Revista de acordo com a NBR 14724:2011.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Imagem e representação do índio no século XIX. In: GRUPIONI, LuisDonisete B. (org.). **Índios no Brasil.** São Paulo: Global; Brasília; MEC, 2000.

QUEIROZ, Jonas Marçal. COELHO, Mauro Cesar. (orgs.). Fronteiras da História, limites do saber: a Amazônia e seus intérpretes. In: **Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII E XIX).** Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional.** 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Editora, Manaus Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia: a incrível história de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo.** 2 ed. Rio de Janeiro, 2001.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens Míticas: a Amazônia no Imaginário Europeu do século XVI. In: PRIORE, Mary Del (org.). **Os senhores dos rios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920; tradução Lólio Lourenço de Oliveira.** Editora Hucitec. São Paulo, 1993.

O ENCOBRIMENTO DO “OUTRO” A PARTIR DO “EU”

Arealde Costa da Silva⁴⁴
Jesieide Pinheiro Ferreira⁴⁵
Luiz Gustavo da Silva Costa⁴⁶

RESUMO: O artigo é parte do Trabalho de Conclusão de Curso - A representação do amapaense frente ao cenário nacional que versa compreender como o amapaense é representado na visão de outros brasileiros de fora da região amazônica. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica. O método hipotético-dedutivo. Justifica-se sua relevância dentro da atual conjuntura econômica que o Amapá vive. A matriz teórica é o autor Said - que através do termo Orientalismo, analisa a afirmação da produção intelectual feita pelo Ocidente em relação ao Oriente, fundamentada numa “suposta superioridade” em relação ao “Outro”, ditado pelo Eurocentrismo - a Europa como centro do universo.

Palavras-chave: Eurocentrismo. Representações sociais. Orientalismo. Estereótipos. Povos amazônidas.

1 INTRODUÇÃO

Quando pensamos na Amazônia, a primeira imagem que vem é a de uma região densamente florestada, habitada por indígenas, escreve o autor Costa (2012) e, não é de se estranhar, pois a Amazônia, ao longo de cinco séculos foi revelada para o resto do mundo a partir das narrativas europeias, nas quais representavam a região como uma área intocada e desconhecida, habitada por indígenas que foram subjugados incapazes, lentos e atrasados. Segundo Gondim (1994) essas narrativas descritas pelos viajantes e cronistas europeus, misturava elementos e “sentimentos que variavam do primitivismo pré-edênico ao infernismo primordial” (GONDIM, 2007, p.77). Em meio a tudo isso, percebe-se que o desbravamento pela região é atrelado à política de interesses de um grupo dominante, que possui uma cultura ditada como superior e, que utiliza de suas experiências vividas e de suas concepções de mundo social para impor e, forjar seus interesses políticos e econômicos.

Nesse contexto, o autor Said (1990) trabalha o termo Orientalismo que, segundo ele, é um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre “o Oriente” (a maior parte do tempo) “o Ocidente”. Sendo também um estilo Ocidental para dominar e ter autoridade sobre o Oriente. Para ele o orientalismo é uma representação que está fora do Oriente e que sentido depende exclusivamente do Ocidente. É importante a obra deste autor, pelo fato de situar ao tema da pesquisa representação do amapaense frente ao cenário nacional, no qual está associado ao termo amazônida, uma vez que o mesmo é produzido por alguém de fora da região Amazônica.

Assim, o objetivo em se estudar a representação do amapaense frente ao cenário nacional é compreender como o amapaense é representado na visão de outros brasileiros de fora da região. Primeiro objetivo, refletir sobre o processo de encobrimento do “Outro” como componente de dominação de uma cultura sobre a

⁴⁴ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amapá – (UNIFAP).

⁴⁵ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amapá – (UNIFAP).

⁴⁶ Graduado Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Amapá – (UNIFAP).

outra. Pois, o processo de encobrimento de uma cultura sobre a outra como forma de alienação e dominação se deu com a Europa impondo seus valores culturais às demais sociedades subjugadas atrasadas e inferiores ao mundo civilizado e moderno dos europeus.

Nossa inquietação é pelo fato de que a sociedade como um todo fora construída a partir de objetos de interesses de uma cultura sobre a outra, impondo valores de cima para baixo, sem que houvesse uma preocupação em solicitar e, até mesmo ouvir os envolvidos. Acontece que houve a criação de imagens e representações distorcidas e estereotipadas das culturas subjugadas incapazes e atrasadas ao mundo civilizado e moderno da Europa. Por outro lado, percebermos no meio social, relatos de pessoas que disseram ter sofrido algum tipo de preconceito relacionado à sua condição de amazônica, o que nos levou a pesquisar e, notamos que existe uma lacuna no que diz respeito ao conhecimento histórico da região amazônica e de seus habitantes.

A pesquisa teve como conceito operacional o termo estereótipos, que segundo o autor Burke (2004) são imagens visuais e mentais que resultam do encontro entre duas ou mais culturas, podendo não ser completamente falsos, mas que geralmente exageram traços de uma cultura e omitem outros. Onde o “Outro” é o reflexo do “Eu”.

Logo, este trabalho descreve o posicionamento da cultura europeia como superior e dominadora em relação às demais culturas, em especial, ao Oriente, a América e, também a Amazônia. E, tem como objetivo refletir acerca do processo de encobrimento do “Outro” como componente de dominação de uma cultura sobre a outra. Nosso argumento é de que a Europa, desde o início de sua história, ao deparar-se com a região recém-conquistada, fosse ela o Oriente, a Ásia, a América ou, em especial, a Amazônia, sempre esteve com o olhar direcionado e estruturado nas suas experiências vividas, utilizando-se de imagens particulares. Para Gondim (1994) essas imagens foram extraídas da Idade de Ouro ou mesmo das maravilhas e monstrosidades índicas. Para ela, a Amazônia foi inventada, o autor Souza (2001) divide da mesma linha teórica.

2 O ENCOBRIMENTO NO OUTRO COMO COMPONENTE DE DOMINAÇÃO

Sabemos que a montagem de uma cultura remete necessariamente a negação de elementos componentes da outra, o que procede é a visão de mundo a partir do confronto de duas ou mais culturas, dentro do discurso de civilização e modernidade que, outros elementos vão sendo agregados a este processo de encobrimento. Assim, o objetivo deste capítulo é refletir acerca do processo de encobrimento do “Outro” como componente de dominação, no qual iremos enfatizar os termos orientalismo e encobrimento como conceitos norteadores no que toca o processo de dominação de grupo que impõe, ou tenta impor valores e concepções do mundo social a partir das suas experiências, menosprezando e diminuindo o grupo subjugado incapaz. Nosso argumento parte do pressuposto de que a Europa, desde o início de sua história, ao deparar-se com a região recém-conquistada, fosse ela o Oriente, a Ásia, a América ou em especial, a Amazônia, sempre esteve com o olhar direcionado e estruturado nas suas experiências vividas, utilizando-se de imagens particulares.

Para Gondim (1994) foram extraídas da Idade de Ouro ou mesmo das maravilhas e monstrosidades índicas. Said (1990) trabalha o orientalismo como um campo de conhecimento produzido fora do Oriente, tornando-o produto cultural do

Ocidente. Dussel (1993) compartilha da linha teórica de Said trazendo o termo eurocentrismo e encobrimento, onde os europeus fazem da história do “Outro” a sua história, negando a existência do nativo. Ambos os autores trabalham a partir da visão europeia, como empresa dominadora e administrativa, pronta para exercer a qualquer custo seus objetivos políticos e econômicos, surgindo assim o que o autor Chartier (1990) denomina de lutas de representações do mundo social que está estritamente ligada às lutas econômicas de grupo para domínio de outros grupos. Gondim (1994) e Souza (2001) enfocam seus estudos aprofundando o processo de dominação com relação à representação da Amazônia e seus habitantes para o resto do Brasil, para eles, a Amazônia não foi descoberta nem construída, mas inventada.

2.1 O orientalismo: o oriente como invenção do ocidente

Antes da chegada da Europa o Oriente era um lugar calmo, tranquilo, próprio para um bom romance, paisagem exuberante e atrativa, mas que de repente tornou-se palco da colonização europeia. O Oriente passou a ser uma invenção da Europa e onde estavam localizadas as colônias mais importantes da Europa e, como resultante disso, as imagens construídas do Oriente foi nivelada à ótica europeia, ou seja, culturalmente falando os europeus representaram o Outro a partir de si mesmo. Por outro lado, contribuiu para o que hoje é a Europa, o Ocidente. Portanto, passa a ser parte essencial da civilização europeia e, produto cultural. Dentro dessa linha teórica pretendemos reafirmar os estudos dos autores aqui mencionados. Para isso, o primeiro ponto a ser discutido é em relação ao conceito de Orientalismo – conjunto de informações e de conhecimentos sobre o Oriente, que foram construídos ao longo dos anos pelos ocidentais, com intuito de controlar, explorar e dominar o Oriente, visto como incapaz de alcançar um grau elevado de desenvolvimento.

O Oriente não está apenas adjacente à Europa; é também onde estão localizadas as maiores, mais ricas e mais antigas colônias européias, a fonte das suas civilizações e línguas, seu concorrente cultural e uma das suas mais profundas e recorrentes imagens do Outro. Além disso, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente), como sua imagem, idéia, personalidade e experiência de contraste. Contudo, nada desse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é parte integrante da civilização e da cultura *materiais* da Europa. O Oriente expressa e representa esse papel, cultural e até mesmo ideologicamente, como um modo de discurso com o apoio de instituições, vocabulário, erudição, imagística, doutrina e até burocracias e estilos coloniais (SAID, 1990, p. 13-14).

O Oriente teve sua contribuição no processo de colonização europeia, porém, no que toca a política de desenvolvimento é notável quem ganhou neste processo foi tão somente a cultura ocidental, pois ao propor para o Oriente o desenvolvimento, ela esteve, o tempo todo, preocupada com seus próprios interesses. Concordamos com o autor Said (1990) de que o Oriente representa uma das mais importantes e recorrentes imagens do Outro, a definição do Outro vai de encontro à própria concepção de mundo dos europeus e, mais o Oriente ajudou a construir a imagem da Europa, tornando parte importante da civilização europeia, do seu papel cultural e ideológico.

Segundo Said (1990) o orientalismo é um estilo de pensamento ontológico e epistemológico, produzido fora do Oriente como corrente de dominação do Ocidente.

(...) tomando o final do século XVIII como um ponto de partida muito grosseiramente definido, o orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição organizada para negociar com ele fazendo declarações a seu

respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (SAID, 1990, p. 14).

As palavras da citação são claras, o orientalismo foi produzido para atender aos interesses políticos, econômicos, culturais, ideológicos do Ocidente, é uma espécie de instituição em que todos os direitos são garantidos. Para compreendermos o Oriente e o orientalismo, precisamos considerar que a relação entre o Oriente e o Ocidente, é uma relação de poder, de dominação do “Outro”, este subjugado numa escala de inferioridade, chamados não-europeus, portanto atrasados. Assim, o orientalismo passa a ser uma empresa cultural francesa e britânica e, também americana, que segundo Said (1990) é um projeto cujas dimensões abarcam reinos tão díspares quanto à própria imaginação, na qual deriva de uma relação particular que se deu entre a Inglaterra, a França e os Estados Unidos e o Oriente, sendo que eles compartilharam não só da terra, dos lucros e do domínio do Oriente, mas também e, principalmente do poder intelectual que o autor chama de orientalismo _ visto como espécie de biblioteca ou de arquivo que continha informações valiosas mantidas sobre o respaldo dos ocidentais. Ideias e valores que explicavam de certo modo o atraso oriental, seu comportamento e, permitiam que os europeus lidassem com a cultura oriental e a vissem como um fenômeno possuidor de características regulares, por isso o orientalismo é considerado um conjunto de coações e limitações que simplesmente uma doutrina positiva. No que tange os mecanismos de poder, os europeus utilizaram todos os instrumentos indispensáveis para a consolidação da prática dominante de sua cultura sobre a cultura oriental, de maneira que usaram as informações sobre o Oriente para negociação a favor do mercado ocidental.

(...) O orientalismo nunca está longe daquilo que Denys Hay chamou de ideia da Europa, uma noção coletiva que identifica a “nós” europeus em contraste com todos “aqueles” não-europeus, e de fato pode ser argumentado que o principal componente na cultura européia é precisamente o que torna essa cultura hegemônica tanto na Europa quanto fora dela: a idéia da identidade européia como sendo superior em comparação com todos os povos e culturas não-europeus. Além disso, está a hegemonia das idéias européias sobre o Oriente, que por sua reiteravam a superioridade européia sobre o atraso oriental, desconsiderando normalmente a possibilidade de que um pensador mais independente ou mais cético pudesse ter opiniões diferentes sobre a questão (SAID, 1990, p. 19).

Os equívocos do olhar etnocêntrico e as interpretações, simpáticas, mas, distorcidas, sobre o Orientalismo, significam um ver de fora para dentro, uma projeção, uma estranheza, essa estranheza e os juízos que delas resultam, tem ancestrais conhecidos nos cronistas e catequistas dos séculos iniciais da colonização. A cultura europeia é hegemônica tanto dentro da Europa quanto fora desta, sua identidade de superioridade nasce em meio à inferioridade dos povos ditos atrasados e selvagens, em que utilizam da ideologia da cristandade ocidental. Todo o processo de julgamento e atitudes dos ocidentais sobre o Oriente está atrelado à mentalidade dos europeus, em que estes penalizam o Oriente por estar fora da geografia europeia, discurso este que os europeus tomaram para si como força norteadora para o exercício de dominação do povo e da cultura oriental.

2.2 O orientalismo e novas perspectivas

O orientalismo ultrapassa limites que vão da cultura à consciência geopolítica, pelo fato de estar em jogo um aglomerado de elementos, seja da linguística, da

ciência, da literatura. Existe uma hierarquia ideológica no que diz respeito ao que os europeus podem fazer e ao que os não-europeus não podem fazer. Desta maneira, falar em uma cultura intelectual é abrir caminhos para novas discussões e, cabe aqui o imperialismo político, pois trata da visão eurocêntrica em explorar economicamente os países tidos como atrasados. E, devemos lembrar que o interesse pelo Oriente não parte somente da Europa, os Estados Unidos também entram no jogo, ambos buscam muito mais do que o poder político.

Portanto, o orientalismo não é um mero tema político de estudos ou campo refletido passivamente pela cultura, pela erudição e pelas instituições; nem é uma ampla e difusa coleção de textos sobre o Oriente; nem é representativo ou expressivo de algum nefando complô imperialista “ocidental” para subjugar o mundo “oriental”. É antes uma distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é uma elaboração não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é feito de duas metades, o Ocidente e o Oriente), como também de toda uma série de “interesses” que, através de meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica e a descrição paisagística e sociológica, o orientalismo não apenas cria como mantém; ele é, em vez de expressar, certa vontade ou intenção de entender, e em alguns casos controlar, manipular e até incorporar, aquilo que é um mundo manifestamente (diferente e novo); é, acima de tudo, um discurso que não está de maneira alguma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em intercâmbio desigual com vários tipos de poder moldado em certa medida pelo intercâmbio com o poder político (como uma ordem colonial ou imperial), com o poder intelectual (como as ciências reinantes da lingüística comparada ou anatomia, ou qualquer uma das modernas ciências ligadas à decisão política), com o poder cultural (como as ortodoxias e cânones de gosto, textos e valores), com o poder moral (como as idéias sobre o que “nós” fazemos e o que “eles” não podem fazer ou entender como “nós” fazemos). Com efeito, o meu verdadeiro argumento é que o orientalismo é__ e não apenas representa__ uma considerável dimensão da moderna cultura político-intelectual, e como tal tem menos a ver com oriente e com “nosso” mundo (SAID, 1990, p. 24).

Conforme a ideia de Said (1990), o orientalismo representa um amplo conjunto de distinções que vão se desenrolando no decorrer do próprio conceito de orientalismo, visto não apenas como tema político ou campo refletido passivamente pela cultura, nem são textos que falam do oriente e sobre oriente, mas uma rede distribuidora que abrange elementos que vão além, a começar pelo próprio espaço geográfico, como se o mundo estivesse apenas dividido entre a Europa e o Oriente, sendo ela o “centro do mundo” e os países pertencentes ao Oriente, sendo suas periferias. O que nos leva a compreender que o autor foi sucinto em sua análise no que diz respeito ao jogo de interesses que envolve o orientalismo. Criado para manipular, controlar, organizar e decidir pelos demais como mecanismos que funcionam como o “novo”, porém este “novo” torna-se a única via de alternância.

Para assim, o poder político entrelaçar-se ao cultural, social e econômico, tratando os desiguais de forma desigual, e de forma igual os desiguais, ou seja, a Europa é diferente pelo fato de possuir hegemonias que a colocam em um grau de superioridade, reinando assim o “discurso do capitalismo”, permanecendo uma hierarquia social que representa os verdadeiros interesses do sistema capitalista: onde predomina a manipulação de uma classe dominante sobre uma classe dominada. De acordo com a ótica do Imperialismo, impõe-se também que os demais países em baixa escala de produção e desenvolvimento, sempre irão ser à base de sustentação da pirâmide dos países europeus, assim, incluindo diversos fatores que regem a formação da sociedade, entrando em conflitos, por essa busca de

crescimento econômico, riqueza, poder, estando tudo ligado diretamente ao capitalismo.

Mais adiante, Said (1990), se atenta para os conceitos subjugados quanto ao Oriente, que não é somente oriundo do Ocidente, mais também de definições já criadas anteriormente por outros Orientalistas, pois o campo Orientalista é bastante vasto, por isso compõe-se de identidades culturais referenciadas às culturas nacionais. Pois, as identidades culturais vão se moldando a partir de cada grupo e/ou sociedade, e assim, tomando o espaço, surgindo uma nova cultura, e sempre com o mesmo objetivo, a sobreposição de uma sobre a outra, prevalecendo a mais forte, trata-se de uma visão evolucionista, com a autoridade maior, a causa dos vencedores. E enfatiza também,

Não só se acomoda o Oriente às exigências morais da cristandade ocidental; ele é também circunscrito por uma série de atitudes e julgamentos que referem a mente ocidental, para verificação e correção, não às fontes orientais, mas em vez disso as outras obras orientalistas. O palco orientalista torna-se um sistema de rigor moral e epistemológico. Como uma disciplina que representa o conhecimento ocidental institucionalizado sobre o oriente, o orientalismo começa assim a exercer uma força tripla sobre o oriente, sobre o orientalista e sobre o “consumidor” ocidental de orientalismo (SAID, 1990: 76).

Sobre esse tripé de forças que Said comenta de que o orientalismo comanda o “oriente”, o “orientalista” e o “consumidor ocidental”, faz com que haja um superestímulo às classes favorecidas, pois o principal foco é que haja mais adeptos e não concorrentes, e conseqüentemente, o acúmulo de capital virá. Essa é a imposição de que estamos falando, a verdadeira noção do que representa o orientalismo frente à sociedade, suas conseqüências e suas perspectivas. A representação de um grupo construída por meio da concepção de mundo de outro grupo esbarra no que o autor Chartier (1990) chama de lutas de representações, onde engloba as lutas econômicas, o jogo de poder e dominação. A imposição de valores funciona como mecanismo primordial e, facilita os interesses de quem os produz. A história a ser revelada para o mundo social é a dos vencedores, dos mais fortes, daqueles que conseguiram manipular grupos e liderar com êxito a competitividade e a concorrência do universo capitalista. Vale lembrar de que o orientalismo como um campo de conhecimento foi produzido por pessoas fora do Oriente, ou seja, pelos ocidentais, já o orientalista é o poeta ou o erudito que descreve o Oriente para o Ocidente revelando seus mistérios, utilizando-se muitas vezes de códigos, pelo fato de estar fora desse espaço geográfico.

2.3 O orientalismo moderno

Falar em orientalismo moderno é aceitar a evolução histórica da Europa dentro do Oriente, esta mais do que nunca disposta a exercer toda sua autoridade. De acordo com Said (1990) as representações do Oriente anteriores ao último terço do século XVIII e as posteriores a esse período é o que se chama de orientalismo moderno – a Europa ficou conhecendo o Oriente mais cientificamente, sempre com o objetivo de se impor e viver nesse espaço geográfico com mais autoridade e disciplina. Lembrando que o orientalismo é visto como um exercício de força cultural, na qual o autor faz questão de explicitar a respeito das suposições europeias em acreditar que tudo que era pertencente ao Oriente, na sua essência era considerado inferior ao Ocidente.

Porém, as ideias orientalistas que antes eram produzidas fora do Oriente ganham novas interpretações durante os séculos XIX e XX, surgem então uma variedade de pensadores, políticos e artistas que possuem uma nova concepção de

mundo sobre o Oriente, não mais aquela herdada do passado europeu, entretanto uma literatura em línguas como o sânscrito, o zenda e o árabe, recentemente descobertos e traduzidos, que tinham por objetivo formular suas descobertas, suas experiências e suas visões adequadas aos tempos modernos colocando o Oriente em contato íntimo com as realidades modernas, ao mesmo tempo, que ganhavam prestígio, tornavam-se vulneráveis às correntes de pensamento do Ocidente. Muitas vezes o orientalismo era submetido ao imperialismo: política de expansão e hegemonia de uma nação sobre outras, aqui estamos tratando da Europa sobre o Oriente e as correntes de moda e influentes como o positivismo, o racismo, o darwinismo, em que contribuíram para a construção de cátedras de estudos orientais por toda a Europa e também para disseminar o orientalismo.

Por outro lado, muitas dessas instituições não sobreviveram, pelo fato de não existirem e agirem livremente, pois os escritores orientalistas eram coagidos, tanto na experiência adquirida no Oriente quanto pela literatura que podia ser feita sobre este. Resultado este que insistimos em concordar com o autor Said (1990) o orientalismo é uma produção política da realidade estruturada da Europa, na qual promove a diferença entre os grupos: o familiar que se volta para a Europa (Ocidente, “nós”) e o estranho (Oriente, Leste, “eles”). Percebemos, a forma como são concebidas as representações do mundo social, existe uma escala de superioridade e inferioridade, de maneira que a liberdade de expressão e comunicação é privilégio restrito aos ocidentais, considerados mais fortes, devido sua cultura ser mais forte, podendo de tal modo penetrar, enfrentar, dominar e dar significado aos mistérios asiáticos e orientais. Para tanto, podemos afirmar de acordo com Said (1990) que o orientalismo traduz a força do Ocidente e a fraqueza do Oriente, haja vista que o trabalho intelectual do Ocidente é exprimir o Oriente à condição de fraco e impotente.

Desta forma, fica evidente de que a Europa se constitui como o centro do mundo e, com isso impõe valores de cima para baixo, de modo que o nascimento da modernidade, a gênese do Estado moderno pode ser entendida como uma competição entre vários precedentes à hegemonia, tornando-se peça motor para a existência da crueldade e da dominação do “outro”, visto como incapaz, atrasado, bárbaro e sem civilização. Segundo Dussel (1993) no próprio conceito de modernidade está encoberto o “mito” e, a este, está encoberto o conceito de eurocentrismo – corrente ideológica que coloca a Europa como o centro do Universo.

Este povo, o Norte, Europa (para Hegel, sobretudo Alemanha e Inglaterra), tem assim um “direito absoluto” por ser o “portador” do Espírito neste “momento de seu Desenvolvimento. Diante de cujo povo todo outro - povo “não tem direito”. É a melhor definição não só de “eurocentrismo”, mas também da própria sacralização do poder imperial do Norte e do Centro sobre o Sul, a Periferia, o antigo mundo colonial e dependente (DUSSEL, 1993, p. 22).

As palavras do autor são claras e objetivas, a Europa como centro do mundo passa a ter direito absoluto, portadora de um sentimento de desenvolvimento, onde o outro - povo é possuidor de deveres e não de direitos, o que caracteriza o eurocentrismo, todo o poder está voltado para a Europa.

3 A INVENÇÃO DO OUTRO

Por invenção entendemos a prática de se estabelecer representações e imagens distorcidas de uma sociedade a partir da concepção de mundo e de vida de

determinada sociedade em prol do controle forçado sobre outra sociedade. O autor Dussel (1993) utiliza o termo invenção para designar a experiência de Cristóvão Colombo na Ásia. Antes de Cristóvão Colombo a Europa não era o centro do mundo. A invenção do “ser asiático” só existiu no imaginário dos europeus renascentistas, Colombo é definido como o primeiro homem moderno, pelo fato de ser ativo e prático e, exercer sua individualidade, mesmo em condições de confrontos com os nativos, por ele chamados de índios, como também recebe esta denominação por ser o primeiro viajante oficial e não clandestino e aventureiro.

De qualquer forma Colombo, como dissemos, é o primeiro homem “moderno”, ou melhor, é o início de sua história. É o primeiro que “sai” oficialmente (com “poderes”, não mais um viajante clandestino como muitos de seus antecessores) da Europa latina – antimuçulmana – para iniciar a “constituição da experiência existencial de uma Europa ocidental, atlântica, “centro” da história. Esta “centralidade” será depois projetada para as origens: de certa maneira, no “mundo da vida cotidiana (Lebenswelt)” do europeu: a Europa é “centro” da história desde Adão e Eva, os quais também são considerados europeus, ou, pelo menos é considerado como um mito originário da “europeidade”, com exclusão de outras culturas (DUSSEL, 1993, p. 32).

O autor é bastante objetivo, ao afirmar que a Europa desde os tempos mais remotos é considerada o centro do mundo e, que até mesmo Adão e Eva, primeiros habitantes terrestres eram europeus. A Europa passa a ser um mito e toda sua história também é um mito. Sendo que todas as explicações acerca de suas origens estão ligadas à negação da experiência existencial das outras culturas. Em se tratando de espaço geográfico, o centro só tem lugar para uma cultura: a europeia.

(...) a América foi inventada à imagem e semelhança da Europa. Nestas conferências, porém, desejamos indicar por “invenção” a experiência existencial colombiana de dar um “ser asiático” às ilhas encontradas em sua rota para a Índia. O “ser asiático” – e nada mais – é uma invenção que só existiu no imaginário, na fantasia estética e contemplativa dos grandes navegantes do Mediterrâneo. É o modo como “desapareceu” o Outro, o índio, não foi descoberto como Outro, mas como o “si mesmo” já conhecido (o asiático) e só re-conhecido (negado então como Outro): “em-coberto” (DUSSEL, 1993, p. 32).

É notável a atitude europeia de avaliar o “Outro” a partir de si próprio, aqui o Outro é o índio, objeto inventado e descoberto e, negado a sua própria existência. Por isso, as palavras do autor retratam diretamente de que o ser inventado só existiu no imaginário europeu. A invenção do “Outro” é constituída a partir do contato dos europeus com outros povos que não possuem os mesmos valores culturais, religiosos e econômicos que a esses elementos integram também o poder político. O mais instigante para nós é perceber que os europeus avaliam a outra cultura como não-europeia, ou seja, existe uma definição errônea em considerar o povo do território invadido como o “Outro” já que sabemos que este substantivo se refere a estrangeiro, no caso o estrangeiro deveria ser o europeu e não o nativo, na qual a história é narrada ao longo dos séculos.

3.1 A invenção da América

Ao longo dos anos a história da América foi narrada como um encontro de estranheza, de tal modo que os preconceitos evidenciados se fazem presentes nas narrativas dos cronistas e viajantes europeus que ao deparar-se com os nativos e o modo como estes viviam foram motivos de formulações negativas. Os relatos de Cristóvão Colombo mostram claramente a forma pela qual os índios foram subjugados. Um primeiro ponto a ser observado é em relação à figura do indígena,

visto como componente da natureza e o que mais lhe chama a atenção é a falta de vestimenta, que sendo símbolo de cultura para Colombo, este fica decepcionado ao considerar que são selvagens. Por outro lado, fica admirado pela beleza dos corpos e cor da pele e, faz uma conclusão de que, apesar de nus, os índios se aproximam mais dos homens que dos animais. Porém, o preconceito aumenta à medida que Colombo relaciona a nudez dos índios à falta de qualquer propriedade cultural, pois para ele, os seres humanos passam a vestir-se após a expulsão do paraíso, logo os índios são desprovidos de costumes, ritos e religiões, lembrando que a observação e narrativa de Colombo são de acordo com suas conveniências. Declara os índios como bons selvagens. Nega a alteridade do índio e da pessoa humana.

Considerando a prática da conquista, os colonizadores utilizam dois aspectos relevantes: de um lado o discurso da imposição da religião cristã aos habitantes nativos do Novo Mundo, e por outro lado os colonizadores levariam em troca ouro e riquezas naturais. Desde modo, fica evidente a atitude de Colombo para com os índios, pois, sua percepção de mundo refere-se à maneira pela qual seus interesses estão presentes no processo de dominação da América, e que continuarão presentes até aos nossos dias – a figura do colonizador (superior), diante do colonizado (inferior). Entretanto, nota-se a conclusão de Colombo em relação aos nativos, que para o autor Tzvetan Todorov (1983), a primeira reação de Colombo foi espontânea, em relação ao estrangeiro, caracterizando-o como inferior, porque é diferente dele, não considera o ser (índio) um homem e, ser for homem, é um bárbaro inferior, que não fala a nossa língua, não fala língua nenhuma e não sabe falar, como pensava Colombo. Dentro dessa ótica, prevalece a projeção de seus valores sobre os outros, o que caracteriza o egocentrismo, na identificação de seus próprios valores com os valores em geral, de seu “eu” com o universo, na convicção de que o mundo é um: o mundo europeu.

3.2 A conquista e o “ser colonizado”

Entendemos por conquista, segundo o autor Dussel (1994) uma relação não mais estética ou quase-científica da pessoa natureza, a figura é prática, de dominação das pessoas, dos povos, dos índios. De acordo com Neves (2004) Conquista – foi o termo utilizado para designar o processo de ocupação europeia na América Espanhola, o que no Brasil tal processo é chamado de “descobrimento”, revelando assim um dos maiores preconceitos e desconhecimento sobre as populações indígenas do Brasil e sua história. Para ele a imagem dos povos indígenas, comum a maioria das pessoas é estática: indivíduos vivendo em pequenas aldeias, isolados na floresta, representando um passado remoto, sendo muitas vezes vistos como populações sem história e que ainda estão numa etapa evolutiva de sua espécie, o que é totalmente errado. Pesquisas arqueológicas recentes revelam que os habitantes do continente Sul Americano, que ocuparam toda a extensão desse continente, desenvolveram diferentes formas de uso e manejo dos recursos naturais e de organização social. A conquista envolve a relação do conquistador e do conquistado, o domínio dos territórios, o controle do espaço geográfico e também dos corpos dos indivíduos, este último fica atrelado à política de desenvolvimento do seu conquistador.

Uma vez reconhecidos os territórios, geograficamente, passavam-se ao controle dos corpos, das pessoas: era necessário “pacificá-las” – dizia-se na época. Quem estabelece sobre outros povos a dominação do mundo espanhol (posteriormente do europeu em geral) é um militar, um guerreiro. O “conquistador” é o primeiro homem moderno ativo, prático, que impõe sua

“individualidade” violenta a outras pessoas, ao Outro (DUSSEL, 1994, p. 43).

A figura do conquistador é a de um militar, guerreiro, forte, que usa a violência para alcançar seus objetivos, nega o Outro, a ponto de se encobrir nele, veste o outro com seus costumes, hábitos e valores culturais. Portanto, reafirmamos de que o “conquistador” é o primeiro homem moderno, pelo fato de representar a sua praticidade impondo, ao mesmo tempo, sua individualidade de forma violenta, o que corresponde ao que o autor Chartier (1990) chama de representações do mundo social, que são construções feitas de forma racional, mas que são determinadas pelos interesses de grupo que as forjam, por isso estão sempre colocadas num campo de concorrência e de competições cujos desafios enunciam o poder e a dominação, voltando-se para as lutas de representações, nas quais se evidenciam as lutas econômicas para explicar os mecanismos utilizados por um determinado grupo para impor sua concepção do mundo social em relação a outros grupos.

A “conquista” é um processo militar, prático, violento que inclui dialeticamente o Outro como o “si-mesmo”. O Outro, em sua distinção, é negado como Outro e é sujeitado, subsumido, alienado a se incorporar à Totalidade dominadora como coisa, como instrumento, como oprimido, como “encomendado” como “assalariado” (nas futuras fazendas), ou como africano escravo (nos engenhos de açúcar ou outros produtos tropicais). A subjetividade do “conquistador”, por seu lado, foi se constituindo, desdobrando lentamente na práxis (DUSSEL, 1994, p. 44).

Na citação acima fica comprovada o uso da força no processo de conquista e o contato com o Outro não é nada pacífico, muito pelo contrário, na medida em que os conquistadores tomavam para si os territórios, o domínio dos corpos, agiam brutalmente em nome não somente da busca por metais preciosos e pela necessidade de expandir o comércio, mas também pelo espírito de aventureiro, de dominador, de ambições pessoais e pelo fervor religioso. Em se tratando da conquista europeia na cidade de Tenochtitlán, (atual cidade do México), é incontestável a “relação” que se estabeleceu entre os “dois mundos”, de um lado uma relação militar de conquistador e conquistado, por outro lado a presença da tecnologia militar desenvolvida contra a tecnologia militar subdesenvolvida. Contudo, a prática do enaltecimento europeu foi de uma superioridade quase-divina. O “Eu” europeu é um ser que busca a riqueza, que deseja a riqueza, o poder, a glória, Ele não nega seu estímulo pelos bens materiais, porém nega a existência do Outro.

3.3 A conquista da América

Aprendemos nos primeiros anos escolares de que a América foi descoberta por Cristóvão Colombo em outubro de 1492, é fato. Porém, existem controversas que precisam ser trabalhadas com mais seriedade, pois não podemos ignorar de que o termo “descobrimto” se torna pejorativo e preconceituoso, à medida que, se encobre a verdadeira realidade a acerca da conquista da América. Devemos lembrar que antes da chegada dos europeus, existiam na região, habitantes nativos, que foram massacrados e coagidos a fazerem o que os europeus determinavam. Deste modo, revela-se a visão do “eu” sobre a visão do “outro”, para algumas pessoas o “descobrimto” da América foi um acontecimento benéfico que trouxe avanços tecnológicos para as sociedades que viviam em condições pré-históricas. Para outras, foi um grande crime cometido contra as populações nativas da América. No primeiro caso há uma supervalorização da cultura ocidental, no segundo notamos uma visão idealizada, como se os índios vivessem no paraíso. Já para as camadas médias e pobres da sociedade europeia, a expansão colonial foi vista como uma

oportunidade de enriquecimento fácil através da exploração das terras colonizadas. Mas também representou grandes sacrifícios pessoais, em razão das muitas mortes provocadas aos colonizados. Diante disso, afirmamos que a América foi inventada pelos europeus.

3.4 A invenção e a conquista da Amazônia

Várias narrativas sobre as representações dos homens, dos rios e da floresta amazônica foram fundamentadas em explicações míticas e fantasiosas, isso tudo foram os principais elementos que os europeus encontraram para definir o que segundo eles, era diferente. Para Gondim (1994) a Amazônia não foi descoberta e sequer construída, na verdade, houve uma invenção da Amazônia para o resto do mundo a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana e pelos relatos dos peregrinos, missionários e viajantes. Na mitologia indiana, ao mesmo tempo, que a variedade da natureza delicia, apavora os homens medievais, a quantidade de maravilhas é comparada às monstruosidades, a seres mitológicos, muitas vezes justificados por tradições religiosas. O processo da conquista da região amazônica se deu por meio da colonização, tornando-se uma das “margens” do Novo Mundo, que foram sendo introduzidas no imaginário europeu ocidental. As viagens pelo interior da Amazônia, tanto por Vicente Pinzón e Diego de Lepe, inaugurariam a percepção europeia sobre o mundo amazônico, em duas vertentes: a primeira é o encanto imediato pelo visível e positivo – as águas doces e aparente fertilidade do solo; e a segunda expectativa é quanto à existência de diversas riquezas.

3.5 A conquista espiritual: o choque entre duas culturas

O encontro entre duas ou mais culturas, influencia de imediato a dominação da mais “forte” sobre a mais “fraca”. A Europa exerceu sobre o imaginário dos nativos, uma conquista adquirida através da violência, do uso da força e das armas, onde muitos índios pagaram um preço alto demais, muitos foram exterminados, capturados e escravizados, arrancaram-lhes seus costumes, seus hábitos, suas tradições e suas crenças. O termo índio foi atribuído aos habitantes da América pelos colonizadores, que chamavam o nosso continente de Índias Orientais, é também uma forma de generalização e uniformização de grupos bem diferentes que apaga as especificidades de cada nação. Foram denominados de selvagens, gentis e pagãos, logo os europeus decidem educá-los e civilizá-los que, para isso, era necessário ensinar-lhes o cristianismo.

A cultura erudita sente um fascínio pelo que lhe parece ser inconsciente dos povos “selvagens” e das populações iletradas, cultura esta que se estaria perdendo no processo da civilização. Um meio mais moderno não tira por si só o homem da barbárie e da opressão apenas dá-lhe mais um “meio de vida”, isto é, um meio de defesa e ataque na sociedade da concorrência. Bastante contraditório o discurso dos europeus que pregavam o amor em meio à violência extrema. Impõe sua religião considerada verdadeira e a única aceita, enquanto que a dos índios era subjugada demoníaca, satânica e negativa. Os índios nada entendiam. Por outro lado, a cultura aqui dominante, após ter descoberto o espaço físico para sua dominação e, conquistado os corpos, que chamaremos de vítimas, faltava controlar o imaginário destas vítimas a partir da concepção de que somente a religião poderia trazer novas interpretações para o indivíduo. Jogo de poder em que os índios acabam por “ficar completamente incorporado ao novo sistema estabelecido: a Modernidade mercantil-capitalista nascente sendo, todavia, sua “outra face”, a face explorada, dominada, encoberta.

O índio naturalmente não podia compreender nada do que se propunha. Do ponto de vista de seu mundo mítico, depois da derrota, seus deuses haviam sido vencidos “no céu” – diria Mircea Eliade -, já que vencidos estavam os exércitos índios (os do asteca Moctezuma ou do inca Atahualpa) “na terra”, no campo de batalha. O imaginário indígena devia incluir – como era costume, por outro lado, os “deuses” vencedores. O vencedor, por sua vez, não pensou conscientemente em incorporar nenhum elemento dos vencidos – a não ser em alguns “autos sacramentais”, que, em número maior do que duzentos, os franciscanos redigiram e representaram nos teatros populares, nos átrios das imensas igrejas coloniais. Todo o “mundo” imaginário do indígena era “demoníaco” e como tal devia ser destruído. Esse mundo do Outro era interpretado como o negativo, pagão, satânico e intrinsecamente perverso. O método da tabula rasa era o resultado coerente, a conclusão de um argumento: como a religião indígena é demoníaca, e a europeia divina, a primeira deve ser totalmente negada e, simplesmente, começar-se de novo e radicalmente a partir da segunda o ensino religioso (DUSSEL, 1994, p. 60).

Notemos que a única religião dita como correta a ser seguida é a europeia, os índios são classificados como bárbaros e pagãos, que professavam o demônio, subjulgados seres incapazes, tornaram objetos da dominação, exploração e colonização europeia – foram oprimidos, massacrados, de tal modo que, não mais exerciam seus cultos e rituais religiosos, obrigados a decorar os mandamentos e as principais orações da nova doutrina cristã. Na opinião de Souza (2001) em se tratando da Amazônia, as primeiras crônicas dos viajantes europeus é de uma escrupulosa sobriedade em relação aos sofrimentos dos índios, pois colocava nos seus escritos a incapacidade de reconhecer o índio em sua alteridade, “negaram ao índio o direito de ser índio” (SOUZA, 2001, p. 38), porém a violência com que índios e europeus se atacavam ou se defendiam era o único ponto comum entre eles segundo os relatos de frei Gaspar de Carvajal, o que para este significava erradicar as sociedades indígenas e os povos amazônicos seriam destribalizados e postos a serviço da empresa colonial, sendo o cristianismo a única via de saída. Na visão subjulgada dos europeus, o deslumbramento em considerar as maravilhas naturais da região como certeza absoluta da presença de Deus, tornou-se a ideologia principal para domínio de posse do índio, visto como selvagem e castigado da Comunhão dos Santos. Os europeus diziam ter recebido de Deus o direito de posse do índio. Fica evidente que a preocupação de trazer o indígena à força para a Aliança de Deus e ao cristianismo significava integrá-lo aos interesses da empresa colonial mercantilista.

A ideologia da conquista espiritual tornou-se um dos mais importantes instrumentos desta dominação. Os europeus forçavam mesmo contra a vontade dos indígenas à imposição da sua religião e a obediência a esta. Ressaltando também a nossa própria colonização, os europeus aqui chegaram e impuseram sua cultura, seus hábitos e sua religião que, por meio desta era mais fácil conseguir seus objetivos, logo sabemos que toda tomada de poder e dominação exigem graus elevados de ideologias, de novas concepções de mundo que atenda às necessidades de um grupo, de uma cultura, de um povo. Na visão eurocêntrica, os índios não são completamente homens capazes de agir por si só, o que são na verdade são homens pela metade, pelo fato de não ter uma religião. Não podemos esquecer que foram colonizados por uma cultura rústica ou, eventualmente, urbana dos portugueses, e pelo catolicismo ritualizado dos jesuítas.

Entretanto, podemos dizer que a Europa se revelou para o resto do mundo por meio das representações sociais de sua própria concepção de mundo. Encobriu-se no corpo do outro – povo, para construção de si mesma. O “eu” é o familiar, o civilizado e o desenvolvido, portanto caracteriza-se pela superioridade, enquanto

que o outro é subjugado incapaz, atrasado e subdesenvolvido a ponto de precisar do “eu” para administrar as relações comerciais e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que já foi exposto, é louvável dizer que a primeira hipótese do trabalho foi comprovada, pois, de fato, o processo de encobrimento de uma cultura sobre a outra como forma de alienação e dominação se deu com a Europa, impondo seus valores culturais às demais sociedades subjugadas atrasadas e inferiores ao mundo civilizado e moderno dos europeus.

Percebe-se, portanto, que a representação do amapaense frente ao cenário nacional acontece por brasileiros de fora da região, confirmando assim, a teoria de Said (1990) sobre o orientalismo.

Logo, o termo amazônida é produzido por pessoas de fora da região amazônica. Desta feita, traduz-se que existe um encobrimento do “Outro” a partir do “Eu”, em que brasileiros das regiões sul e sudeste se julgam superiores e, criam estereótipos e representações sociais que inferiorizam àqueles que pertencem à região amazônica, em especial, ao Estado do Amapá.

Portanto, o artigo – O encobrimento do “Outro” a partir do “Eu” se configura na tentativa de desconstruir a imagem distorcida criada pelos europeus para implantar sua política de dominação e exploração do “Outro” a partir do “Eu”, julgando-se superiores e civilizados diante dos povos recém-conquistados e dominados, subjugados inferiores e selvagens. Prática esta reproduzida nos dias atuais por brasileiros com mentalidades e visões eurocêntricas.

REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem; tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Lisboa/Difel: Rio de Janeiro/Bertrand, 1990.
- COSTA, Luiz Gustavo da Silva. E o amazônida? Onde aparece? Reflexões a cerca Da construção das representações sobre a Amazônia. In: MENDES, Allan Jasper Rocha. **Sociedade e desenvolvimento regional**: interfaces com o pensamento amazônida. (org.). Pará de Minas, MG: Editora VirtualBooks. 2012.
- DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- _____. **A invenção da Amazônia**. 2ª edição. Manaus: Valer, 2007.
- NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da. GRUPIONI, Luís Donisete B. **A temática indígena na escola**. Novos subsídios para professores de 1 e 2 graus. São Paulo: Global; Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 2004.
- SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente, tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**: a incrível história de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América** – a questão do Outro. Tradução de Beatriz Perrone Moi. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

AS EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS NO CONTEXTO DO BEM VIVER NA ÚLTIMA DÉCADA

Arealde Costa da Silva⁴⁷

Resumo: O presente artigo contempla a temática do Bem Viver e tem como objeto de estudo as experiências dos povos indígenas. O objetivo deste estudo é compreender as experiências dos povos indígenas no contexto do Bem Viver a partir do conceito de cultura, ancestralidade, memória e resistência. É uma pesquisa bibliográfica. Como resultado, observou-se que o Bem viver é uma filosofia de vida ainda em construção, que o eurocentrismo continua presente e, os povos indígenas continuam lutando e resistindo a toda forma de opressão, dominação, exploração e exclusão.

Palavras-chave: Eurocentrismo. Povos indígenas. Resistência. Bem Viver. Memória.

1 INTRODUÇÃO

O artigo intitulado As experiências indígenas no contexto do Bem Viver, está inserido na linha de pesquisa Signos e Modos de vida na Amazônia e, tem como objetivo compreender as experiências dos povos indígenas no contexto do Bem Viver a partir do conceito de cultura, ancestralidade, memória e resistência no que concerne as terras como símbolo de luta e resistência, partindo da perspectiva da colonização e dos estudos pós-coloniais.

O processo de colonização do Brasil é marcado pela dominação, subalternização, na qual os povos indígenas foram extremamente massacrados e explorados pelos europeus sob a justificativa de uma suposta “superioridade”.

Partindo desse pressuposto a relevância da pesquisa se justifica pela atual conjuntura política e econômica, em que os discursos da Modernidade camuflados, numa nova roupagem no que concerne a política desenvolvimentista, voltada para o progresso e sustentabilidade do meio ambiente, nada mais é do que o eurocentrismo prevalecendo sobre os territórios indígenas. Os grupos nacionais e internacionais, continuam subjugando, subalternizando, dominando e tentando silenciar estes povos que, em contrapartida, tem dado o sangue na luta pelo o direito de usufruir da terra e da natureza como um todo.

A metodologia utilizada neste estudo foi a bibliográfica. Segundo Gil (2002) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44).

O primeiro contato com a temática surgiu durante o Curso de Especialização em Estudos Culturais e Políticas Públicas, ofertado pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). O interesse pela temática aumentou, ainda mais durante o Curso de Aperfeiçoamento Ensino de História – PAN-AMAZÔNIA: fronteiras e saberes de

⁴⁷ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

E-mail: arealdes@gmail.com. Contato: (96) 98422-7092.

matriz africana, indígenas e populações tradicionais. Pois, para compreender o universo indígena e a causa de suas lutas não é necessário ser indígena, basta nos colocarmos no lugar do outro. Por outro lado, a história pessoal desta pesquisadora, esbarra em muitos pontos com a história dos povos indígenas, tradicionais e ribeirinhos. Sem contar que a miscigenação do povo brasileiro faz com que carregamos um pouco de cada povo que participou deste processo.

Nesse bojo de informações esta pesquisa caracteriza-se como sendo de relevante e pertinente discussão, por se tratar de um estudo voltado para a questão das experiências indígenas no contexto do Bem Viver, bem como por seu ineditismo no campo amapaense.

A partir da proposta de estudo, espera-se que a pesquisa traga resultados relevantes para o âmbito acadêmico, principalmente no que tange as experiências indígenas no contexto do Bem Viver, nas suas diferentes dimensões socioculturais e os seus direitos, enquanto pessoas e cidadãos, de modo que possibilite sua inserção em acervos científicos e que venha a contribuir significativamente para a sociedade acadêmica e geral.

2 BREVE INTRODUÇÃO DE CONCEITOS FUNDAMENTAIS

O objetivo deste subtópico é trabalhar os conceitos de cultura, ancestralidade, resistência e memória que, são considerados neste estudo elementos chaves para a compreensão das identidades, assim como, das experiências indígenas no contexto do Bem Viver.

a identidade torna-se uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, p. 13).

Assim, é importante ressaltar de que as identidades dos indivíduos em sociedade não são fixas e inalteradas, pelo contrário, elas formam e se transformam continuamente de maneira que se tornam novas representações que sofrem suas interferências nos moldes dos sistemas culturais. Para Hall, o sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos e, muitas dessas identidades são contraditórias, o que contribui para o deslocamento do sujeito em para novas direções.

O conceito segundo a visão de Tylor encaixa-se perfeitamente, quando ele afirma que “cultura é todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”, ou seja, toda a produção e desenvolvimento da humanidade. Conforme Laraia (2001, p. 23), Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida para mecanismos biológicos de que é possível e comum existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico.

Vale ressaltar de que cultura não tem um conceito único, formado e definido, pelo contrário, o conceito de cultura é muito amplo que representa o conjunto de tradições, crenças e costumes dos mais variados povos, que perpassa às gerações seguintes através da comunicação. Nesse sentido, Clifford Geertz (2008) defende o conceito de cultura, acreditando como Max Weber, de que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumindo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, não acredita numa ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significados.

[...] a evolução na palavra cultura dá testemunho de numerosas reações, importantes e continuadas, a essas alterações de vida social, econômica e política e pode ser encarada, em si mesma como um especial tipo de roteiro, que permite explorar a natureza dessas alterações (WILLIAMS, 1969, p. 18).

Logo, a cultura é definida também como patrimônio social, no qual soma-se a ela todos os padrões de comportamentos humanos que envolvem conhecimentos, experiências, crenças, valores éticos e morais. Nessa acepção, pode-se dizer que a ancestralidade é resultado das práticas humanas. Segundo as autoras Puri e Cavalcanti (2019) as práticas de disseminação do conhecimento entre os povos africanos e indígenas são de uma vasta e complexa rede de trans-saberes, outros modos de produção de vida, outros modos de relação com o morrer e o narrar, outros modos de aprender e ensinar, de se relacionar com as forças da natureza, relação fundamental de ser pensada para a manutenção do bem comum da humanidade que é vida; e que nos convocam a tecer fios de narrativas transversais entre a educação formal contemporânea e as práticas de educação não-formal presentes nas comunidades tradicionais de matriz indígena.

Para elas, a religião indígena é o ato de re-ligar, de se conectar, o que fica evidente nas palavras a seguir:

(...) o indígena se sente conectado ao mundo, à essência de sua existência, assim como as plantas, os animais, o sol e o ar. Ele se acha uma extensão moldada pelo grande Criador. São as energias da vida. Com este pensamento, ele habita as matas, sem causar danos, pois as árvores são vivas e merece seu respeito, assim como ele pesca sem sujar os rios, pois é dele que é tirado seu sustento, ele caça para o alimento, pois faz parte da cadeia alimentar (PURI; CAVALCANTI, 2019, p. 86).

É perceptível a ligação, a conexão dos indígenas com o mundo, tanto material quanto imaterial. Em consonância com as autoras, pode-se concluir de que os povos indígenas se sentem parte da natureza. E, faz uso consciente dos elementos da natureza, tira dela somente o necessário para a sua sobrevivência, conforme as demandas do dia a dia, pedindo permissão ao entrar numa mata e cortar uma árvore, ao entrar num rio e apropriar-se de suas águas e peixes, pois sabe que precisa preservar e conservar os recursos que a mãe-terra lhes dar.

Esta terra que pisamos é um ser vivo, é gente, é nosso irmão. Tem corpo, tem veias, tem sangue. É por isso que o Guarani respeita a terra, que é também um Guarani. O Guarani não polui a água, pois o rio é o sangue de um Karai. Esta terra tem vida, só que muita gente não percebe. É uma pessoa, tem alma. Quando um Guarani entra na mata e precisa cortar uma árvore, ele conversa com ela, pede licença, pois sabe que se trata de um ser vivo, de uma pessoa, que é nosso parente e está acima de nós (FREIRE, 2014, p. 1).

Percebe-se, portanto, que a visão dos indígenas em relação a sua vivência com a natureza é muito mais profunda do que imaginamos. É um respeito coletivo para com a floresta, com as águas dos rios. A terra tem vida. É essa forma de vivenciar a natureza que aproximou as religiões africanas e indígenas, criando elos religiosos, que permitem uma visão ampliada da cultura brasileira, resultado da junção de dois mundos que estão ligados não somente no que diz respeito à religião, mas a toda sua história de escravidão, imposição, dominação, submissão, que foi renegada aos interesses dos europeus, do homem branco. Histórias de resistências e lutas que as narrativas tradicionais silenciaram por muito tempo.

as comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos (LUCIANO, 2006, p. 27).

Nota-se, portanto, que os povos indígenas se consideram distintos de outros setores da sociedade, mesmo que seus antepassados tenham convivido com os invasores europeus, eles não negam à sua cultura, religião, pelo contrário visam conservar, desenvolver e transmitir às gerações futuras toda a sua história de lutas e resistências que, em meio a tudo isso, buscam enaltecer seus territórios ancestrais e suas identidades étnicas de modo que não se tratam de espaços físicos exclusivamente, mas sobretudo a história particular e singular de seus diferentes povos, em que se desdobram em diferentes redes e teias de saberes e fazeres através da oralidade. Isso é compromisso com as próximas gerações.

Logo, entende-se a memória como a faculdade de conservar, armazenar e lembrar acontecimentos passados que foram vivenciados em um determinado lugar e época. Isso contribui muito para a maneira como os povos indígenas se tratam até mesmo em relação ao novo termo pelo qual eles se chamam – parentes. Vale frisar que, o fato dos indígenas se denominarem parentes não significa dizer que são parentes ligados à laços sanguíneos, mas que lutam por ideais comuns que os unem a um objetivo maior. Vejamos:

De pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir os povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns. É neste sentido que hoje todos os índios se tratam como parentes. O termo parente não significa que todos sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilham de alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de seus povos diante da sociedade global. Cada povo indígena constitui-se como uma sociedade única, na medida em que se organiza a partir de uma cosmologia particular própria que baseia e fundamenta toda a vida social, cultural, econômica e religiosa do grupo. Deste modo, a principal marca do mundo indígena é a diversidade de povos, culturas, civilizações, religiões, economias, enfim, uma multiplicidade de formas de vida coletiva e individual.

O mais novo conceito que tem sido muito debatido, tornou-se, na verdade, bandeira de luta dos povos indígenas que, em meio a globalização e ao mundo globalizado, tem-se unidos em prol de interesses comuns, o que não significa afirmar que são únicos. Cada povo é único, com suas particularidades e singularidades, pois se organizam socialmente de acordo com o seu próprio modo de ser, fazer e viver e

que possui toda uma estrutura social, cultural, econômica e religiosa de cada grupo indígena. E, neste sentido, encontra-se a explicação no que fere a diversidade dos povos indígenas. Logo, o termo parente é a forma que encontraram para lutar por seus direitos, em um mundo capitalista e individualista, se vendo como parte de um mesmo ideal, não mais como inimigos ou rivais. Nesse sentido, as autoras Bergamaschi e Medeiros (2010) afirmam que:

São proposições que inferem uma reflexão sobre esse modo de vida, esse passado, essa identidade que o ensino de história se propõe a trabalhar nas escolas indígenas. Segundo afirmam professores e lideranças indígenas, esse passado é preservado, principalmente, através das memórias dos mais velhos, que são responsáveis pela sua transmissão, de geração em geração, por meio da oralidade. Nas sociedades de tradição oral, as histórias estão sempre a uma geração de serem extintas, sempre na iminência de acabarem junto à geração que detém a lembrança dessas histórias, por isso prezam os velhos e suas memórias. Por viverem a ameaça de extinção, os saberes transmitidos pela oralidade adquirem uma perspectiva agônica, que faz a tradição e a memória serem acionadas com veemência. “Os velhos são as nossas bibliotecas”, repetem os professores indígenas quando discutem a escola indígena (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010, p. 64-65).

Diante dessa perspectiva, que o subtópico a seguir trabalha, a questão da sabedoria dos mais velhos e suas memórias, tão valorizadas pelos povos tradicionais. De modo que esse passado é preservado, pois são as pessoas mais velhas que estão encarregadas de transmitir toda a história de seu povo aos mais novos através da oralidade. São assim, uma espécie de biblioteca.

3 HISTÓRIA-MEMÓRIA: AS NARRATIVAS MEMORÍSTICAS OCIDENTAL E INDÍGENA

Antes mesmo de adentrar no subtópico a seguir, é importante ressaltar quanto ao conceito de memória. De acordo com Mourão Júnior e Faria (2015) ao citar Ewald Hering (1920) “a memória recolhe os incontáveis fenômenos de nossa existência em um todo unitário; não fosse a força unificadora da memória, nossa consciência se estilhaçaria em tantos fragmentos quantos os segundos já vividos” (MOURÃO JÚNIOR; FARIA, 2015, p. 780).

Partindo desse pressuposto torna-se relevante conceituar memórias históricas como toda experiência adquirida e vivenciada por diferentes povos em diferentes épocas e lugares, que servem de base fundamental para o conhecimento da humanidade e sobre as relações entre os sujeitos históricos.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 2013, p. 435 *apud* LARA, 2016, p. 02).

Nota-se, portanto, que a constituição das subjetividades dos sujeitos históricos são produto da memória, elemento crucial na construção das identidades, seja ela individual e/ou coletiva, sendo na maioria das vezes, instrumentos e objetos

das relações de poder entre os indivíduos sociais. Em se tratando a nível das sociedades tradicionais, é perceptível que as narrativas produzidas e reproduzidas posteriormente, para as gerações seguintes são preocupações permanentes destes povos. Desta forma, a memória ocidental e indígena tem significados e compreensões diferentes. Vejamos:

De acordo com Aílton Krenak (1994) os intelectuais ocidentais e intelectuais de tradição indígena, traduzem de forma muito particular seus modos de escrever, falar e viver. O autor enfatiza de que "...ele tem uma responsabilidade permanente que é estar no meio do seu povo, narrando a sua história, com seu grupo, suas famílias, os clãs, o sentido permanente dessa herança cultural" (KRENAK, 1994, p. 201).

(...) Essas nossas famílias grandes, que já viviam aqui, são essa gente que hoje é reconhecida como tribos. As nossas tribos. Muito mais do que somos hoje, porque nós tínhamos muitas etnias, muitos grupos com culturas diversas, com territórios distintos. Esses territórios se confrontavam, ou às vezes tinham vastas extensões onde nenhuma tribo estava localizada, e aquilo se constituía em grandes áreas livres, sem domínio cultural ou político. Nos lugares em que cada povo tinha sua marca cultural, seus domínios, nesses lugares, na tradição da maioria das nossas tribos, de cada um de nossos povos, é que está fundado um registro, uma memória da criação do mundo. (...) Nesse lugar, que hoje o cientista, talvez o ecologista, já chama de habitat, não está um sítio, não está uma cidade nem um país. É um lugar onde a alma de cada povo, o espírito de um povo encontra sua resposta, resposta verdadeira de onde sai e volta, atualizando tudo, o sentido da tradição, o suporte da vida mesma. O sentido da vida corporal, da indumentária, da coreografia, das danças, dos contos. A fonte que alimenta os sonhos, os sonhos grandes, o sonho que não é somente a experiência de estar impressões quando você dorme, mas o sonho como casa da sabedoria (KRENAK, 1994, p. 201-202).

Evidencia-se, portanto, a maneira como os indígenas enxergam a natureza. Em consonância com Krenak (1994) as famílias eram grandes e, as que hoje conhecemos são muito inferiores em quantidade do que antes à chegada do homem branco; existiam muitos grupos indígenas com culturas diversas, com suas particularidades e tradições; que se confrontavam por territórios desabitados, livres de ocupação humana, ou seja, buscavam áreas onde não se encontravam tribo alguma. No que se refere o termo tribo usado pelo autor, é considerado depreciativo, pois a nomenclatura mais aceita são povos originários, grupos étnicos ou indígenas.

Muito diferente do homem branco que invadiu os territórios se utilizando de uma política dominadora, excludente, capitalista, desbravando espaços territoriais onde habitavam povos com famílias, culturas, costumes e crenças, que foram subjugados, subalternizados, dominados, escravizados. Para os povos da floresta, a memória é um ato de resistência e reconhecimento de sua história no tempo. O que os cientistas e estudiosos, como os ecologistas, chamam de habitat, é um lugar totalmente diferente na visão do indígena.

Eles não o consideram uma cidade, um país. É o lugar em que a alma de cada povo se entrelaça, se unem e vivem as mesmas experiências com a natureza, pois é através e por meio dos elementos naturais, do mais simples ao essencial que esses povos tradicionais se encontram e encontram o verdadeiro sentido da vida. O dançar, o cantar, o olhar para o horizonte, sentir o vento isso é viver em harmonia com a natureza. Isso é memória indígena e suas vivências.

Quando eu vejo as narrativas, mesmo as narrativas chamadas antigas, do Ocidente, as mais antigas, elas sempre são datadas. Nas narrativas tradicionais do nosso povo, das nossas tribos, não tem data, é quando foi criado o fogo, é quando foi criada a Lua, quando nasceram as estrelas, quando nasceram as montanhas, quando nasceram os rios. Antes, antes, já existe uma memória puxando o sentido das coisas, relacionando o sentido dessa fundação do mundo com a vida, com o comportamento nosso, com aquilo que pode ser entendido como o jeito de viver (KRENAK, 1994, p. 202).

Nota-se, que as narrativas são feitas conforme as vivências experimentadas e seu grau de interesses. Em conformidade com Krenak (1994) é possível afirmar que, desde os tempos mais antigos a história convencional do Ocidente data seus acontecimentos e, muitas vezes dando mais importância às datas do que necessariamente ao fato narrado.

Por outro lado, as narrativas tradicionais indígenas não têm data. De modo que, suas datações se remetem desde que o mundo é mundo. Pois, bem antes de tudo já havia na natureza uma memória que norteava para os conhecimentos mais profundos, criando uma relação do sentido das coisas e o modo de vida do homem num espaço e num tempo, traduzindo em um modo de viver. E esse jeito próprio, particular de se viver com a natureza e seus elementos que o indígena faz sua morada, arquiteta seus sonhos, sua medicina, sua arte, suas músicas, danças e cantos. Eles vivem o momento e transmitem seus ensinamentos através da história oral para a geração mais nova e essa se encarrega de fazer o mesmo quando chegado o momento certo. Eles não precisam necessariamente escrever, datar, mas sim viver.

Nós não temos uma moda, porque nós não podemos inventar modas. Nós temos tradição, e ela está fincada em uma memória da antiguidade do mundo, quando nós nos fazemos parentes, irmãos, primos, cunhados, da montanha que forma o vale onde estão nossas moradias, nossas vidas, nosso território. Aí, onde os igarapés, as cachoeiras, são nossos parentes, ele está ligado a um clã, está a outro, ele está relacionado com seres que são aquilo que chamaria de fauna, está ligado com os seres da água, do vento, do ar, do céu, que liga cada um dos nossos clãs, e de cada uma das grandes famílias no sentido universal da criação (KRENAK, 1994, p. 202).

A moda é uma invenção da cultura ocidental. É uma invenção capitalista. Logo, não faz parte da cultura dos povos tradicionais. Esses povos têm tradições, que estão fincadas, presas nas memórias da antiguidade, da sua ancestralidade, em seus laços de parentesco, englobando todos ao seu redor. São os laços familiares que formam suas moradias, suas vidas, seus territórios. Eles estão ligados a clãs e a natureza, relacionados com seres da floresta que estão ligados a outros seres como a água, o vento, o ar, o céu, ligando cada clã a cada uma das grandes famílias no sentido universal da criação e não ao individualismo, enquanto ser humano.

Assim, o homem ele é parte da natureza e os povos indígenas se reconhecem como tal. Porém, o homem branco, dito civilizado, moderno age de forma contrária, enxerga e denomina a natureza como parte dele. O indígena pede permissão ao entrar na mata, cortar uma árvore, uma folha, matar uma caça, um peixe. Conversa com a mãe-terra, com a mãe-natureza, canta, ouve, sente. Enquanto que, o homem branco invade cortando, destruindo, vendendo seus elementos naturais e minerais, em prol de seus interesses individuais e/ou coletivos dentro da política capitalista, visando unicamente o lucro.

4 BEM VIVER: ALGUNS FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

A origem do termo Bem Viver remonta a alguns fundamentos conceituais, entendido ou até mesmo traduzido como “Bien Vivir” ou “Vivir Bien”. Para Alcântara e Sampaio (2017) os termos Sumak Kawsai em Quechua, Suma Qamaã em Aymara ou Buen Vivir/Vivir Bien, na tradução mais difundida representam a cosmovisão construída por meio de muitos anos pelos povos altiplanos dos Andes, que se tornaram invisíveis frente ao colonialismo, patriarcalismo e capitalismo. Os autores também retratam que o mesmo termo tem outros significados, como: “Teko Kavi”, em guarani, que quer dizer vida boa e viver bem e, “Buen Vivir”, para os los Embera (povo indígena que habita no oeste da Colômbia, este da Panamá e noroeste do Equador) que significa harmonia entre todos.

Segundo os autores Acosta (2016) e Gudynas (2011) as primeiras expressões formais sobre o Bem Viver se materializaram na formulação das novas constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009) em que emergem propostas que valorizam a vida humana em harmonia com a natureza. Nesse sentido, Alcântara e Sampaio (2017) enfatizam de que os países Equador e Bolívia buscaram novos paradigmas socioeconômicos na construção de um projeto de sociedade, designado como Bem Viver, ganhando importância pela ocorrência de novas construções políticas. Segundo eles, os movimentos sociais, abarcaram temas como ecologia e feminismo, centralizaram suas discussões na vida das pessoas e na natureza, na defesa dos direitos básicos, como educação, saúde e igualdade social.

De acordo com Acosta (2016) mais do que conceitos e teorias, o Bem Viver sintetiza vivências que, surge com as comunidades indígenas, sendo nutrida de valores, experiências e de múltiplas práticas que são promovidas pelas sociedades tradicionais que buscam o equilíbrio entre homem e natureza.

No entanto, Acosta (2016) pondera que o Bem Viver questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar. É uma proposta de luta que enfrenta a colonialidade do poder. Por outro lado, chama a atenção que não minimiza a contribuição indígena, mas relata de que as visões andinas e amazônicas não são a única fonte inspiradora do Bem Viver. Pois, em diversos espaços no mundo – e inclusive em círculos da cultura ocidental – há muito tempo tem se levantado diversas vozes que poderiam estar de alguma maneira em sintonia com essa visão, como é o caso dos ecologistas, as feministas, os cooperativistas, os marxistas e os humanistas.

Percebe-se, nas narrativas de Acosta (2016) que desde o início da história dos povos indígenas houve uma preocupação em torno de um projeto coletivo no que se refere a responsabilidade e o uso consciente dos elementos da natureza. Para ele, o Bem Viver propõe uma transformação de alcance civilizatório ao ser biocêntrica e não mais antropocêntrica. Parte do individual para uma dimensão coletiva de pluralidades e diversidades, o que exige um processo de descolonização nas diferentes esferas da sociedade.

O termo Bem Viver é considerado como um projeto anticapitalista, que busca conceitualizar a cosmovisão de populações tradicionais que se organizavam a partir da coletividade. De maneira que desencadeia uma série de modos de vida que compreende a boa convivência entre as pessoas, a natureza e o modelo econômico que não adotavam o sistema capitalista como forma de organização social e econômica.

A terra indígena não é só casa para morar, mas o local onde se caça, onde se pesca, onde se caminha e onde os povos indígenas vivem e preservam sua cultura. A terra não é um espaço de agora, mas um espaço para sempre. Queremos viver conforme nossos usos e costumes, conforme nossas tradições, num ambiente de harmonia e respeito com todos (CARVALHO, 2008 apud ASSIS, 2017, p. 400).

Em conformidade com o autor, fica evidente que a terra é para os povos indígenas a sua morada, local do qual se tira sua fonte de alimentação, sobrevivência, experiências e vivências. Sendo um espaço de luta e resistência, em que se desdobram todas as manifestações culturais. Nesse contexto, os diferentes modos de vida, costumes e tradições são experienciados coletivamente, de forma harmônica e respeitosa entre os indivíduos.

5 BEM VIVER NA PAN AMAZÔNIA: LUTAS E RESISTÊNCIAS

Mesmo submetidos a processos de subalternização as populações tradicionais da região amazônica tem se desdobrado em lutas permanentes para fazer-se eclodir novos questionamentos quanto seus modos de viver, fazer e ser em seu local de origem.

O Bem Viver, portanto, se encontra no contexto dos movimentos e das lutas sociopolíticas ancestrais da América que assumem iniciativas que passam da resistência para a insurgência, ou seja, assumem processos de caráter propositivo, visando transformações. No caso do Bem Viver, ressaltam lógicas, cosmológicas, concepções, filosofias, conhecimentos, racionalidades, relações e modos de viver, historicamente negados e subordinados, como contribuições substanciais para a construção de uma nova forma de convivência (MARKUS, 2015, p. 90-91).

Na acepção de Acosta (2016) para o Bem Viver, existe uma identidade cultural que emerge de uma relação profunda com o lugar onde se habita, surgindo modos de vida, expressões, como arte, dança, música, vestimenta, na qual supõe viver o tempo presente a partir de uma memória, de uma ancestralidade que projeta uma perspectiva de futuro possível de ser vivido. “O Bem Viver, enquanto ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para formular visões alternativas de vida” (ACOSTA, 2016, p. 33). Desta forma, o Bem viver está interligado a harmonia entre os homens e, destes com a natureza, sendo uma alternativa de alianças pacificadoras entre os homens, já que o processo de colonização, segundo Acosta (2016) provocou a dominação dicotômica: desenvolvido-subdesenvolvido, pobre-rico, avançado-atrasado, civilizado-selvagem, centro-periferia.

Para Moreira (2015), o sistema capitalista nos impôs uma lógica de concorrência, de progresso e de crescimento ilimitado. Esse regime de produção e de consumo é a procura do lucro sem limites, separando o ser humano do meio ambiente, estabelecendo uma lógica de dominação da natureza, convertendo tudo em mercadoria: a água, a terra, o genoma humano, as culturas ancestrais, a biodiversidade, a justiça, a ética, os direitos dos povos, a morte e a própria vida.

Nessa perspectiva, Gudynas (2009) defende que

El buen vivir de los humanos solo es posible si se asegura la supervivencia e integridad de la trama de vida de la Naturaleza. Es em esta dimensión que se expresa uma de las novedades radicales del buen vivir, ya que obliga a superar el dualismo propio de la Modernidad. La separación entre

Naturaleza y sociedad desemboca em el antropocentrismo y justifica los impactos ambientales bajo pretendidos beneficios económicos. Por lo tanto, si no se supera esa limitación, se corre el riesgo de caer en una variante sudamericana de las ideas clásicas de consumo o calidad de vida (GUDYNAS, 2009, p. 52).

Em concordância com o autor, é plausível assegurar que o bem viver dos humanos só é possível se a sobrevivência e a integridade da vida da natureza forem mantidas. E, é nessa perspectiva que se expressa as inovações consideradas radicais do Bem Viver, pois elas abordam a necessidade de os seres humanos superarem o dualismo da Modernidade, em que a separação da natureza e sociedade leva a concepção do antropocentrismo justificado pela dialética do poder econômico. Deste modo, o autor chama a atenção para a emergência numa superação, para assim, evitar o risco de cair numa variante sul-americana das ideologias clássicas de consumismo e de qualidade de vida, em que o discurso de progresso e desenvolvimento prevaleça nas sociedades atuais.

Nessa perspectiva, de acordo com Moreira (2015), o sistema capitalista nos impõe uma lógica de concorrência, de progresso e de crescimento ilimitado. Esse regime de produção e de consumo é a procura do lucro sem limites, separando o ser humano do meio ambiente, estabelecendo uma lógica de dominação da natureza, convertendo tudo em mercadoria: a água, a terra, o genoma humano, as culturas ancestrais, a biodiversidade, a justiça, a ética, os direitos dos povos, a morte e a própria vida.

Nesse contexto, surge o principal objetivo da Pan-Amazônia (que compreende os países que têm a floresta amazônica – Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, as Guianas, Suriname e o Brasil) é conscientizar as pessoas a respeito dos problemas enfrentados pela Floresta Amazônica, que vão muito além dos problemas geográficos e físicos. No entanto, muito tem sido explorado a região amazônica e, um dos maiores problemas é a questão da terra, ou melhor, da falta da terra, pois, apesar da região amazônica possuir um território gigantesco, ainda assim, repercute no mundo inteiro a falta de terra. Uma das causas, é quanto a exploração seletiva de madeira, que se por um lado altera a paisagem natural, por outro lado, interfere na manutenção das atuais taxas de desmatamento na Amazônia.

Outra situação agravante é quanto a não-delimitação de áreas indígenas. Existem discursos que permeiam na sociedade, como “índio não precisa de terra” que nada mais é do que uma política de exclusão, que por trás configura na manutenção de grandes empresários e políticos em se apossarem de terras que são de direitos dos índios. O índio vive da terra. Logo, precisa dela para viver. É da terra que vem toda a fonte de alimentação dos povos indígenas. Compartilhar desses discursos excludentes e capitalistas é assinar a sentença de exterminação dos povos indígenas na face da Terra. É preciso, criar políticas públicas em defesa dos povos indígenas que reconheçam a contribuição deles para a formação da nação brasileira.

Pensar a história como toda experiência humana entendida sempre como experiência de classe que é de luta, e valorizar a natureza política dessa luta, significa considerar então que a história real é construída por homens reais, vivendo relações de dominação e subordinação em todas as dimensões do social, daí resultando processos de dominação e resistência (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1987, p. 17).

Diante dessa concepção, compreende-se que a história humana é produto das experiências em que envolvem as lutas de classes e, ao mesmo tempo, resultam das atividades de natureza política que, somadas, representam a história real construída por homens reais, cuja relações de dominação e subordinação ganham dimensões de caráter social, no qual abarcam processos de dominação, por grupos que detêm o poder e, de resistência, por grupos que foram por muito tempo subalternizados, silenciados e negados à história oficial.

Nesse sentido, notemos que

Esperamos pelo governo há décadas para demarcar nossa Terra e ele nunca o fez. Por causa disso que a nossa terra está morrendo, nossa floresta está chorando, pelas árvores que encontramos deixados por madeireiros nos ramais para serem vendidos de forma ilegal nas serrarias e isso o IBAMA não atua em sua fiscalização. Só em um ramal foi derrubado o equivalente a 30 caminhões com toras de madeiras, árvores centenárias como Ipê, áreas imensas de açais são derrubadas para tirar palmitos. Nosso coração está triste (MOLINA, 2017, p. 65).

Percebe-se, a angústia dos povos indígenas pelo descaso do governo no que demanda a demarcação de suas terras. Por outro lado, a destruição da floresta, principalmente por madeireiros que não respeitam a natureza e, usam de seus recursos visando tão somente o lucro e, segundo os povos indígenas os órgãos que deveriam fiscalizar não cumpre com seu papel, o que acarreta a exploração e destruição acirrada de suas terras. E, mais, a presença de grileiros nos territórios indígenas é mais uma problemática que os mesmos enfrentam em seu dia a dia.

No que concerne a visão dos próprios indígenas em relação aos debates e discursos recentes sobre o direito e o manuseio da terra, destaca-se as falas destes sujeitos históricos que são os mais interessados e nosso objeto de estudo nesta pesquisa.

Nós não somos donos da terra, nós somos a terra. O direito congênito, natural e originário é anterior ao direito da propriedade privada. Não estamos lutando por reforma agrária. Pelo fato de nós sermos a terra, temos o direito de estarmos na terra e o direito de proteger o que chamamos de sagrado, a natureza; é ela que nos nutre e nós a nutrimos à medida que a protegemos. Fazemos isso para proteger o nosso sagrado, e a natureza e a terra são sagradas. Trata-se de uma luta por um direito natural (CASÉ ANGATU XUKURU TUPINAMBÁ, 2019, entrevista por telefone On-line à IHU).

Nota-se, na fala do indígena Casé Tupinambá que os povos indígenas não se reconhecem como os donos da terra. É um direito que antecede o direito da propriedade privada. A luta não é pela reforma agrária e, sim pelo direito de usufruir da terra, considerada por eles sagrada. É da terra que vem toda a nutrição. Por isso, é necessário proteger a natureza, pois, é uma forma de garantir para a geração seguinte este bem precioso e sagrado. Nesse viés, é imprescindível levar em consideração a sabedoria dos povos indígenas. Para eles, a sabedoria dos mais velhos é muito valorizada, pois, é por meio da oralidade que os povos indígenas transmitem para os mais novos seus modos de viver, costumes e tradições.

A sabedoria é anterior ao conhecimento. A sabedoria é algo ligado à natureza, é algo ancestral. Digo mais, não é só uma questão dos povos indígenas, todos os povos têm uma sabedoria ancestral. Se respeitarmos a sabedoria ancestral, seja a do indígena, do negro, do europeu, do asiático, não importa, com certeza esta sabedoria será voltada para o respeito à natureza. Então o que tentamos fazer é que o universo político acadêmico

perceba que o natural é o respeito à sabedoria ancestral (CASÉ ANGATU XUKURU TUPINAMBÁ, 2019, entrevista por telefone On-line à IHU).

Em conformidade com a citação, a sabedoria indígena é um conhecimento ancestral, que está intimamente ligada à natureza. E, todo povo, independente de cor, raça, religião carrega consigo a sabedoria ancestral de seus antepassados e que está voltada para o respeito com a natureza. De maneira que deveria ser trabalhada no espaço acadêmico a sabedoria ancestral que, sem dúvida, contribuiria para a propagação do respeito mútuo entre os seres humanos e, deste com o meio ambiente.

Como sou professor universitário, eu me deparo com as teorias decoloniais, das ideologias marxistas de esquerda, anarquistas etc. Nós somos tudo isso antes das teorias existirem. Nós somos decoloniais em nossa forma de ser, na nossa cosmovisão, cosmologia. Nós enxergamos a natureza não como algo a ser explorado, mas logo a ser vivenciado e protegido. Isso, em si, já antimercadológico, anticapitalista e, de certa forma, antiestatal, porque os Estados pregam um desenvolvimentismo que vai para cima de nossos territórios (CASÉ ANGATU XUKURU TUPINAMBÁ, 2019, entrevista por telefone On-line à IHU).

É interessante a fala de Casé Tupinambá que, como professor universitário ele, por si só, quebra estereótipos e preconceitos que ainda existem no imaginário de muitas pessoas, que os povos indígenas se encontram isolados e aversos a qualquer manifestação cultural, política e econômica da sociedade atual. É preciso entender que os povos indígenas tem a liberdade como todos os demais cidadãos brasileiros de estarem em quaisquer lugares que desejarem e usufruírem dos mesmos direitos. Nessa perspectiva, fica evidente o contato com as teorias decoloniais, ideologias marxistas de esquerda, anarquistas, entre outras e, que, os povos indígenas reconhecem sua história social e cultural antes mesmo de existirem tais teorias.

Logo, compreende-se que a existência dos povos indígenas, sua história, costumes e cultura são anteriores às teorias. São decoloniais na forma de ser porque os povos indígenas reconhecem na sua cosmovisão o quanto a natureza é importante para a sua existência e permanência no planeta Terra, não a enxergam como mercadoria a ser explorada. E, sim, como Mãe, por isso, chamam de mãe-terra e mãe-natureza, respeitando, vivenciando e protegendo.

A preocupação dos povos indígenas quanto ao futuro é compreensiva na medida que os discursos camuflados de Modernidade ferem os seus direitos naturais, principalmente o direito à vida. A verdade é que somente os povos indígenas podem falar por si mesmos, pois, são eles que sabem das suas necessidades e anseios. O respeito deve prevalecer entre todos os cidadãos brasileiros. E, não deve ser diferente no que tange as lideranças indígenas que lutam pelos seus direitos e, resistem a toda forma de opressão, exploração e exclusão.

Por meio do convívio. O convívio com a natureza. Eu não estou pregando ou falando que alguém que vive em uma cidade urbanizada como Porto Alegre, São Paulo ou Rio de Janeiro volte a morar em uma oca, volte a morar no meio da natureza. O que estou dizendo é que essas pessoas precisam respeitar quem vive na floresta por um desejo de preservar a natureza. O respeito aos povos da mata, aos caiçaras, aos povos da terra, aos ribeirinhos, aos marisqueiros, aos pescadores, isto é, aqueles que

querem viver da terra sem explorá-la é algo necessário. (...) Onde tem índio, onde tem povo tradicional, como os quilombolas, há e haverá natureza preservada. Quando não mais tiver natureza preservada, estaremos diante do fim do mundo (CASÉ ANGATU XUKURU TUPINAMBÁ, 2019, entrevista por telefone On-line à IHU).

As cosmologias indígenas oferecem uma alternativa de relação homem e natureza por meio da convivência. Nesse sentido, de acordo com a opinião de Casé Tupinambá, os indígenas precisam ser respeitados pelas suas escolhas de viverem na floresta por um desejo coletivo de preservar a natureza. O respeito deve ser garantido a todos os povos, seja indígena, ribeirinhos, pescadores, ou seja, aqueles que optam por viver da terra sem explorá-la. Segundo Tupinambá, onde existe povos tradicionais, como indígenas e quilombolas, há e haverá natureza preservada. E, no momento que não mais existir natureza preservada, será o fim da humanidade, porque anterior a isto, provavelmente os grandes capitalistas já terão exterminados os povos do campo e da floresta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo foi movido pelo objetivo de se compreender as experiências indígenas como ato de resistência no contexto do Bem Viver. De modo que as lutas dos povos indígenas não têm sido fáceis, mas mostra o quanto estão dispostos em continuar lutando por seus ideais, principalmente no que tange o direito à terra.

Percebe-se, também que a palavra chave que hoje traduz toda a luta dos povos tradicionais, indígenas é resistência. Pois, desde o início do processo de colonização no Brasil os povos indígenas resistiram de todas formas de dominação, opressão, exploração e exclusão e à sua maneira própria de ser. Continuam na luta. E vão continuar resistindo.

Diante do exposto, é preciso escrever a verdadeira história da região. Falar dos povos que ali existiram e dos que existem até hoje. É preciso escrever a história dos subalternizados, dos excluídos pela sociedade, daqueles que deram o sangue na luta contínua por seus ideais, dos que resistiram e resistem dentro dessa política desenvolvimentista. É preciso escrever a epistemologia da Amazônia para que as novas gerações conheçam a história da região amazônica, reconhecendo a contribuição dos povos indígenas para o processo de construção da identidade do povo brasileiro.

De fato, não podemos falar pelos povos indígenas. Mas, podemos no âmbito acadêmico e nas rodas de conversas praticarmos o diálogo e defendermos o direito de os indígenas lutarem por seus direitos e objetivos, como todos os cidadãos brasileiros. E, mais, nos espaços escolares que tenhamos cuidados para não repetir e nem reproduzir práticas discriminatórias e preconceituosas. Reconhecer a importância dos povos indígenas para o processo de construção da identidade nacional brasileira é o primeiro passo de fato construirmos uma sociedade justa e democrática.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Liliane S.; SAMPAIO, Carlos Alberto C. **Bem Viver como paradigma de desenvolvimento**: utopia ou alternativa possível? *Desenvolvimento e Meio ambiente*. V. 40, abril 2017. DOI 10.5380/dma V. 40.048566.
- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.
- BERGAMASCHI, M. A.; MEDEIROS, J. S. **História, memória e tradição na educação escolar indígena**: o caso de uma escola Kaingang. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 55-75, 2010.
- GEERTZ, Clifford, 1926. **A interpretação das culturas**. 1ª ed. 13 reimp. – Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GUDYNAS, E. **Buen Vivir**: Today's tomorrow. *Development* (2011) 54 (4), 441-447. Doi: 10.1057/dev. 2011. 86.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas. 2008.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. - 11 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LARAIA, Roque de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- KRENAK, A. Antes o mundo não existia. In: NOVAES, A. (org.) **Tempo e História**. Edusp, São Paulo. <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2017/03/krenak-1994.pdf>.
- MARKUS, Cledes. **Contribuições da concepção indígena do Bem Viver para a educação intercultural e descolonial**. Porto Alegre, 2018. (Tese de Doutorado) acesso em 28 maio 2021.
- MOLINA, L. P. **Terra, luta e vida**: autodemarcações indígenas e afirmações da diferença. 2017. Dissertação (Pós-Graduação) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2017.
- MOREIRA, João Paulo de Oliveira. **Lutas de Classes na Pan-Amazônia**: A organização dos povos indígenas frente à atuação do BNDES. *Revista Insurgência*. Brasília, ano 1, v.1, n.2, 2015, pp. 118-41.
- MOURÃO JÚNIOR, C. A.; FARIA, N. C. **Memória**. *Psychology/Psicologia, Reflexão e Crítica*, 28 (4), 780-788. – DOI: 10.1590/1678-7153.201528416.
- PURI, Zélia. CAVALCANTI, Holanda de. **Memórias de vida, ancestralidade indígena e artes sagrada como práticas de educação**. *Identidade!* São Leopoldo, v. 24, n. 1, p. 80-96/jan-jun. 2019. Disponível: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/3558>. Acesso em 22 maio 2021.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1987.

OLHARES ACADÊMICOS SOBRE O REINO UNIDO DE ISRAEL E JUDÁ

Bruno Alves Coelho⁴⁸
Matheus da Silva Carmo⁴⁹

Resumo: Ao estudarmos sobre a antiguidade de Israel e de Judá, um dos principais tópicos é a monarquia unida. Desde o momento que a História Antiga de Israel e de Judá começou a ser escrita, os historiadores pouco contestaram a narrativa bíblica a respeito do reino de Davi e Salomão, a encarando como historicamente verificável. Porém, esse quadro muda nos anos 1980. Alguns pesquisadores começaram a contestar a narrativa bíblica sobre o Reino Unido de Israel e Judá com base na crítica interna dos textos bíblicos e na ausência de evidências arqueológicas. O presente artigo apresenta um levantamento historiográfico de autores que defendem a hipótese da monarquia unida e outros que adotam uma posição mais crítica a esse respeito.

Palavras-chave: Monarquia unida; Reino Unido; pan-Israelismo; Antiguidade de Israel e Judá; Arqueologia Antiga.

Introdução

Os primeiros estudos concernentes à História de Israel e de Judá foram efetuados em sua maioria por teólogos ou arqueólogos, estando os historiadores praticamente ausentes nesse debate (cf. BERLESI, 2015, p.44). Desde o século XIX, teólogos buscaram analisar temas variados concernentes à antiguidade de Israel e Judá⁵⁰. Nesse mesmo período, alguns arqueólogos que, num primeiro momento, estavam motivados por princípios religiosos, objetivaram confirmar a narrativa bíblica por meio dos achados arqueológicos: “nesse âmbito a pesquisa arqueológica desenvolveu-se para comprovar a veracidade da ‘palavra divina’” (BERLESI, 2015, p. 45).

Na segunda metade do século XIX, Arqueologia e Teologia andaram de mãos dadas no que concerne à pesquisa da Antiguidade de Israel e Judá. A Arqueologia fornecia o material e a Teologia, com base nos textos bíblicos, interpretava esse material de forma a legitimar a historicidade das narrativas bíblicas. Isso pode ser percebido na obra de Rudolf Kittel que condensou o resultado obtido nas escavações arqueológicas e o conteúdo presente na Bíblia Hebraica (cf. BERLESI, 2015, p.48).

⁴⁸ Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Bacharel em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte (FAJE), pós-graduando em História Antiga e Medieval pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em História pela Universitat de Lleida/Espanha (UdL).

⁴⁹ Bacharel em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestrando em História pela mesma instituição, pós-graduando em História Antiga e Medieval pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

⁵⁰ O interesse pelo estudo da história de Israel e Judá surge desde a Antiguidade, podemos ver isso na famosa obra de Flavio Josefo denominada Antiguidades Judaicas. Porém, o estudo crítico desse tema nasce com as análises empreendidas por Baruch Spinoza, através de seu livro “Tratado teológico-político”, de 1670. O seu principal objetivo, nessa obra, era ajudar o leitor a separar as passagens míticas e as passagens que poderiam conter verdades históricas. As proposições de Spinoza abriram espaço para a crítica bíblica que terá lugar no século XIX. “O referido pensador é considerado o fundador do criticismo bíblico que veio a dar luz ao método histórico-crítico, uma ferramenta indispensável para a análise do Antigo Testamento” (BERLESI, 2015, p. 47).

No início do século XX ocorreu uma ruptura entre Arqueologia e Teologia, nascendo assim a disciplina denominada Arqueologia Bíblica, fundada por Willian Albright. O principal objetivo dessa disciplina era defender a narrativa bíblica, porém, a partir de um viés arqueológico, minimamente científico e crítico.

A partir dos anos 1950, pela influência do Estado de Israel, fundado em 1948, desenvolveu-se uma arqueologia propriamente israelense, visto que as expedições arqueológicas anteriores eram essencialmente estrangeiras. Uma vertente dessa arqueologia israelense constituiu-se sob um viés “nacionalista”, uma vez que além de buscar comprovar os pressupostos bíblicos, almejava legitimar a existência do moderno Estado de Israel: “Essa arqueologia nacionalista apoiava-se no relato veterotestamentário para comprovar o direito de pertença à terra” (BERLESI, 2015, p.48).

O símbolo máximo dessa tendência arqueológica foi a expedição do arqueólogo israelense Yigael Yadin, em 1955, no sítio de Hazor. O então Primeiro-Ministro de Israel, David Ben-Gurion, incentivou essa empreitada (cf. BERLESI, 2017, p. 111). Isso foi um marco para que o núcleo de pesquisas arqueológicas da Universidade Hebraica de Jerusalém, no qual Yadin teve grande influência, adotasse uma postura ideologicamente conservadora. Malgrado a isso, a “dependência do relato do Antigo Testamento acabou por resultar em graves problemas de interpretação da evidência material oriunda dos sítios escavados em Israel” (BERLESI, 2017, p. 112). Um exemplo de tais problemas foi a interpretação equivocada de Yadin que, para confirmar os textos bíblicos, datou erradamente os edifícios de Hazor, Gezer e Meguido como sendo provenientes do tempo da suposta monarquia unida, ou seja, no século X a.C., hipótese que foi contestada posteriormente.

Não obstante a faceta conservadora assumida pela Hebraica de Jerusalém, o Departamento de Arqueologia da Universidade de Tel Aviv⁵¹ assumiu uma posição mais progressista e crítica no que tange às pesquisas arqueológicas, “o que, em grande medida, permitiu o progresso científico da arqueologia e o seu consequente diálogo com outras disciplinas” (BERLESI, 2017, p. 117). O objetivo desses arqueólogos não era confirmar a todo custo a narrativa bíblica, mas fazer uma análise histórica com base nas evidências verificáveis⁵².

O Reino Unido⁵³ na historiografia

⁵¹ Dentre os autores referenciados no presente trabalho temos um representante da Universidade Hebraica de Jerusalém e um da Universidade de Tel Aviv. Amihai Mazar é arqueólogo e professor da Hebraica de Jerusalém e tem, tal como veremos, uma posição mais favorável à hipótese da existência do Reino Unido de Davi e Salomão. Já o arqueólogo Israel Finkelstein é professor da Universidade de Tel Aviv e assume uma posição mais crítica em relação ao Reino Unido. Vale destacar que, sendo ambos arqueólogos, eles partem de evidências materiais para fundamentar seus argumentos.

⁵² Outro baluarte importante no desenvolvimento da pesquisa crítica sobre a História de Israel e Judá foi o Seminário europeu de História e metodologia: Vinte e um pesquisadores iniciaram o *European Seminar on Historical Methodology* com o objetivo de tratar questões fundamentais em torno da História Antiga de Israel e Judá de maneira crítica e sistemática, além de elucidar as problemáticas presentes nessa área de estudo. O seu coordenador foi Lester L. Grabbe, professor de Bíblia Hebraica da Universidade de Hull, Reino Unido. O grupo fez vários seminários, sendo que o primeiro foi em Dublin, Irlanda, no ano de 1996, onde se debateu sobre a possibilidade de escrever a História de Israel e de Judá e, caso a resposta fosse positiva, como deveria ser feita. Outro ponto importante nesse debate foi se a Bíblia Hebraica deve, ou não, ser entendida como fonte confiável para a História Antiga de Israel e Judá. Para mais informações sobre o seminário europeu: <https://airtonjo.com/site1/minimalistas.htm>, acessado em: 16/06/2021.

⁵³ Monarquia unida e Reino Unido de Israel e Judá serão utilizados com a mesma intenção e significância de nos referirmos ao tema do império dravídico-salomônico do século X a.C.

A posição crítica assumida pela Universidade de Tel Aviv inspirou outros pesquisadores ao redor do mundo a rever suas posições epistemológicas no que tange à Antiguidade de Israel e Judá. Dentre os diversos temas debatidos, a crítica histórica e arqueológica da existência do Reino Unido de Davi e Salomão, iniciada nos anos 1980, foi um dos mais proeminentes, sobretudo porque os achados de Yadin pareciam comprovar arqueologicamente a atividade construtora de Salomão na região Norte. A seguir, faremos um levantamento historiográfico sobre alguns autores que defendem uma posição mais complacente e mais crítica referente ao império davídico-salomônico.

Argumentações em prol da historicidade do Reino Unido⁵⁴

Ponto pacífico nos estudos bíblico, histórico e arqueológico até cerca de meados do século XX foi a recorrente argumentação acadêmica sobre a *concreta* existência do Reino Unido de Israel e Judá durante o século X a.C. Tomando as narrativas da Bíblia Hebraica como história pontual do passado daqueles povos habitantes do Levante, os estudiosos tendiam a pautar suas pesquisas sobre o Antigo Israel por estes relatos e, partindo já da certeza de sua veracidade, buscar e interpretar a cultura material trazida à tona pelas escavações arqueológicas como ilustrações e confirmações dos textos bíblicos. Daí que muito do que se produziu até os idos dos anos 1980 no tocante ao tema do Reino Unido de Israel e de Judá tenha utilizado como material principal as narrativas bíblicas, mas, desprovidas de acurada crítica literária.

Com as descobertas arqueológicas da década de 1920, empreendidas pelo Instituto Oriental da Universidade de Chicago em Meguido, a monarquia unida aparentava se confirmar arqueologicamente, pois as evidências pareciam confirmar a atividade construtora de Salomão na região norte, tal como descrito em 1Rs 9, 15 (cf. FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003, p. 192). Isso foi ratificado pela exploração arqueológica de Yigael Yadin na década de 1950 em Hazor. Yadin comparou os relatórios da escavação de Gezer com as de Meguido e Hazor e a similaridade entre os sítios confirmava sua procedência comum. Por influência do relato bíblico, as construções logo foram atribuídas a Salomão (cf. FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003, p. 193).

Dentro deste quadro de estudos do Antigo Israel, os anos de 1950 viram brotar estudos clássicos que, de certa forma, ainda exercem bastante influência em centros menos críticos e científicos no trato com a Bíblia Hebraica. Em 1959 John Bright escreveu sua monumental “História de Israel”, obra que se tornou praticamente obrigatória nos estudos teológicos e nos seminários e que alcançou enorme sucesso editorial desde seu lançamento. Buscando ser um estudo *racional* sobre o Antigo Israel, na verdade, a obra possui um mote mais fideísta, pois, em obra anterior, Bright havia demarcado muito bem sua posição intelectual: “Uma história de Israel que não seja de alguma maneira também uma história de sua fé não é nem significativa nem possível” (cf. BRIGHT, 1956, p. 21). Com o horizonte cristão de fé, Bright atestará a historicidade da monarquia unida de Israel no século X a.C. a partir de simples arrazoados dos textos bíblicos. Em sua opinião, o fim do sistema tribal e o início da monarquia em fins do século XI e inícios do século X

⁵⁴ Segundo Israel Finkelstein (2021), existem basicamente duas tradições bíblicas referentes à extensão do Reino de Davi e Salomão. A primeira, apresenta o Reino Unido como um “mini Império”, se estendendo do rio Eufrates no norte, até a fronteira do Egito no sul (cf. 1Rs 5, 1). A segunda, mais modesta, apresenta o território da monarquia unida entre Israel e Judá de “Dã até Bersabeia” que eram, respectivamente, regiões do extremo norte de Israel e do extremo sul de Judá (cf. 2Sm 3, 10). A segunda tradição é a mais aceita entre os historiadores entusiastas da monarquia unida.

transformaram Israel em uma das principais potências de sua época. Este período curto, contudo, é bastante documentado em fontes históricas do período (1-2 Sm e 1Rs 1-11), que seriam contemporâneas ou quase contemporâneas aos eventos narrados. Apoiando-se nestes textos como testemunhos históricos e contemporâneos da monarquia unida, Bright atesta que “temos melhores informações sobre este período do que sobre qualquer outro período da história de Israel” (BRIGHT, 2003, p. 229) e, assim, acaba por fazer uma espécie de *aplicação historicizante* dos dois Livros de Samuel e do Primeiro Livro dos Reis (1-11), basicamente recontando as narrativas bíblicas de forma sistematizada.

O avanço dos estudos e das descobertas arqueológicas não mais permitiu aos estudos acadêmicos posicionamentos como os de John Bright. Assim, a postulação da monarquia unida e do Reino Unido de Israel e Judá no século X a.C. passou por avanços significativos, sobretudo no tratamento dos textos bíblicos. Walter Dietrich em sua *The Early Monarchy in Israel: the tenth century B.C.E.* (2007) defenderá a existência histórica do Reino Unido de Israel, mas, em conformidade com os estudos bíblicos atuais, empreenderá minuciosa exegese aos textos da historiografia deuteronomista, evidenciando suas possibilidades e limites como fonte histórica para a compreensão desta temática (cf. DIETRICH, 2007, p. 23-26).

Apesar de sua acurada aproximação dos textos bíblicos, Dietrich não perderá de vista o aspecto da fé como condição *sine qua non* para se contar a História de Israel: tece pesada crítica à metodologia histórica por ser feita “como se Deus não existisse” (cf. DIETRICH, 2007, p. 101-102), ou seja, do seu ponto de vista a história da monarquia antiga de Israel deveria levar em conta menos as evidências materiais (ou a falta destas!) e mais as narrativas bíblicas enfocando a ação divina e não meramente a humana neste processo. O que, obviamente, é impossível ao historiador contemporâneo, donde Dietrich insiste que “muitos aspectos da historiografia bíblica parecem críveis para um observador moderno, mesmo que não possam ser verificados” (cf. DIETRICH, 2007, p. 103).

Justamente da impossibilidade de verificação material do Reino Unido de Israel e de Judá no século X a.C. é que brota a hipótese de Walter Dietrich. Ele concorda com a falta de evidências destas construções, mas, desloca a comprovação da monarquia unida e do conseqüente grande reino davídico-salomônico para a zona rural. A monarquia antiga em Israel teria tido seu início não a partir dos vales e das cidades já construídas, mas, a partir das montanhas que, posteriormente, desencadearam as conquistas dos vales e das cidades da Palestina (cf. p. 138-139). Portanto, o Reino Unido de Israel e de Judá estava fundamentado em pequenos assentamentos rurais e montanhosos que proliferaram nestas regiões palestinas entre 1200 e 1000 a.C., e parece que a formação do estado estava ligada a esse processo (cf. DIETRICH, 2007, p. 140).

Amihai Mazar aponta para o melindre do tema da monarquia unida para os estudos da Antiguidade de Israel e de Judá justamente porque os resultados das escavações arqueológicas ainda não permitem uma leitura conclusiva⁵⁵ (cf. MAZAR, 2010, p. 29-30). De qualquer forma, Mazar, amparado pela Arqueologia, sobretudo as escavações de Jerusalém de duas estruturas definidas como “*Stone Stepped Structure*” e “*Large Stone Structure*” lideradas por Kenyon (1974), Shiloh (1984), Steiner (2001), Cahil (2003) e Eliat Mazar (2007-2008) irá interpretar os achados materiais como datados dos séculos X-IX a.C., o que demonstraria que Jerusalém não seria apenas uma pequena aldeia naquele contexto, mas, apresentaria estruturas que comprovavam seu desenvolvimento como polo concentrador e

⁵⁵ Mazar faz um vivo debate com Finkelstein sobre as interpretações das escavações em Jerusalém (cf. MAZAR, 2010, p. 37-46), mas seria improdutivo uma reprodução resumida deste assunto neste artigo.

irradiador de poder. Estas duas estruturas devem ser vistas como parte da mesma estrutura mais complexa e datadas do século X a.C. e, mesmo com ressalvas, ele chamou esta estrutura como a “Fortaleza de Sião” (cf. MAZAR, 2010, p. 45). Ou seja, no caso de Jerusalém, a preservação e a transmissão de memórias históricas durante centenas de anos são uma possibilidade viável, uma vez que a cidade não sofreu qualquer turbulência entre os séculos X-VII a.C. Esse perfil mostra que Jerusalém era uma cidade bastante pequena com uma cidadela poderosa, que poderia ter sido um centro de uma política regional substancial (cf. MAZAR, 2010, p. 46).

A hipótese de Amihai Mazar é que a monarquia unida deve ser vista a partir do governo carismático de um líder, Davi, que governou um vasto território a partir de sua cidadela em Jerusalém. O alcance de seu governo no território foi garantido por um eficaz poderio militar. Assim, Mazar compara a cidadela de Jerusalém, pequena, mas sólida defensivamente, a um castelo medieval que exercia o controle político em seu entorno. Daí, entender a monarquia unida no século X a.C. estaria mais para a forma pessoal do exercício do poder do que a construção de um império e seus monumentos (cf. MAZAR, 2010, p. 51-52). Ademais, a conquista do poder por Davi teria sido breve em algumas localidades, por isso, a Arqueologia não é capaz de entender os registros. Portanto, a monarquia unida no século X a.C. pode ser descrita como um Estado em um estágio inicial de evolução, longe do Estado rico e amplamente em expansão retratado na narrativa bíblica (cf. MAZAR, 2010, p. 52).

Também postulante da historicidade do Reino Unido de Israel e Judá no século X a.C., mas, num viés mais brando é Herbert Donner em sua “História de Israel e dos povos vizinhos” (1997) onde apresenta a hipótese do Reino Unido a partir da união pessoal sob Davi. Sua posição segue mais os textos bíblicos do que as referências arqueológicas. Esta união pessoal não teria sido a constituição de um reino unitário entre Israel e Judá. Davi teria sido coroado rei em circunstâncias e temporalidades distintas, o que, necessariamente, manteve a separação entre os Reinos de Israel e Judá, de forma que ambos mantiveram suas autonomias prévias, ou seja, “o Norte e o Sul continuaram sendo grandezas separadas com um único ponto de união política: a pessoa de Davi, que agora ostentava duas coroas em sua cabeça” (DONNER, 1997, p. 226). A fim de dar equilíbrio político a esta união pessoal e consolidar seu reinado, Davi tomou e transferiu a corte real para Jerusalém, uma grandeza independente e localizada entre Israel e Judá (cf. DONNER, 1997, p. 229). A manutenção da união pessoal sob Davi foi possível porque, diferentemente dos tempos de Saul, Davi não necessitava de tropas oriundas das tribos, mas, ele mantinha um grupo permanente de mercenários, portanto, em Jerusalém havia nascido um aparato estatal mais sólido e sofisticado (cf. DONNER, 1997, p. 230).

Para alguns autores que defendem o Reino Unido de Israel, a monarquia unida foi fundamental no que tange ao alargamento textual. Teria sido nesse momento, no século X a.C., que os textos que mais tarde comporiam a Bíblia hebraica começaram a ser escritos. Isso está presente na obra do proeminente teólogo alemão Martin Noth (1966) onde ele defende que o Reino Unido gerou um verdadeiro saldo intelectual e cultural para Israel (cf. NOTH, 1966, p. 205). Com as novas riquezas adquiridas, graças às expansões de Davi, e com a administração reinol, atribuída a Salomão, a escrita teria se difundido (cf. NOTH, 1965, p. 206). Alguns textos sobre o Reino Unido de Israel e Judá seriam desse período, o qual Gerhard von Rad (1975, p.53; 1966, p.223) caracteriza, sobretudo o reinado de Salomão, como “iluminismo”. Daí o caráter secular de tais narrativas, uma vez que nesse período teria aparecido em Israel uma “intelectualidade muito moderna” (VON

RAD, 1975, p. 316-317). Tendo sido escritos praticamente ao mesmo tempo que os fatos ocorreram, tais textos se constituiriam como fontes históricas confiáveis para a monarquia unida. Porém, na medida que tal hipótese aos poucos vai sendo contestada e os textos sobre a monarquia unida começam a ser datados de períodos posteriores (cf. GARBINI, 2003, p.76; FINKELSTEIN, 2015, p. 142; ROMER, 2008, p.96) as principais e únicas fontes da monarquia unida começam a ser questionadas e, com elas, o império de Davi e Salomão, tal como veremos a seguir.

Argumentações contrárias à historicidade do Reino Unido

Como vimos anteriormente, a narrativa do Reino Unido de Israel e Judá sob Davi e Salomão foi aceita de forma pacífica pela historiografia desde o momento em que a História de Israel e Judá começou a ser escrita, mesmo que de forma crítica. A principal vantagem da narrativa é que o caráter mítico é praticamente inexistente, tornando-a assim, aparentemente, digna de crédito por parte dos historiadores. Enquanto já no início do século XX muito se debatia sobre a historicidade de temas bíblicos como a saga dos patriarcas e a narrativa do Êxodo, o Reino Unido de Davi e Salomão continuava intocável.

Durante a primeira metade do século XX, poucos pesquisadores questionavam a historicidade do império de Davi e Salomão, porém, o quadro mudou a partir do ano de 1980 em diante. Uma série de pesquisadores começou a questionar a hipótese, anteriormente inviolável, da existência de uma monarquia unida entre Israel e Judá no século X a.C. Tal crítica se embasa na desconfiança para com a fonte bíblica sobre a monarquia unida, uma vez que esta apresenta algumas contradições internas e imprecisões históricas, e também a partir da Arqueologia e da ausência de evidências materiais e extrabíblicas desse grandioso império.

O orientalista italiano Giovanni Garbini foi uma das primeiras vozes a questionar a historicidade da monarquia unida⁵⁶. Em seu livro *Storia e Ideologia nell'Israele Antico* (1986), Garbini mostra várias contradições presentes na narrativa sobre a ascensão de Davi e sobre o Reino Unido. Uma das principais incompatibilidades demonstradas diz respeito à narrativa sobre Davi e Golias. No texto bíblico de 1Sm 17, narra-se que Davi derrotou o gigante Golias, porém, o texto presente em 2Sm 21, 19 contradiz essa informação, pois comunica que quem matou Golias foi o guerreiro Elanã (cf. GARBINI, 1986, p. 43). Tal contradição mostra que a principal fonte histórica para a monarquia unida, a saber, a Bíblia Hebraica, não é tão confiável assim, pois apresenta contradições internas e acréscimos posteriores. A conclusão que Garbini chega é que a história de Davi e Golias foi inventada. Malgrado a isso, ele se pergunta: será que, além da história que conta a vitória de Davi sobre Golias, as outras narrativas sobre a vida de Davi e da monarquia unida também não foram inventadas? (GARBINI, 1986, p. 44).

Garbini argumenta que a atividade construtora de Salomão relatada em 1Rs 9, 15 e aparentemente confirmada pelos achados arqueológicos da Universidade de Chicago e do arqueólogo Yadin não são evidências suficientes da presença de Salomão no Norte. Ademais, ele demonstra que a identificação de Salomão como

⁵⁶ Além de Garbini, no início dos anos 1990 outras vozes se levantaram contestando a hipótese da existência de uma grande monarquia governada por Davi e Salomão. Dentre vários autores, citamos: Thompson (1992).

construtor dos edifícios encontrados em Meguido, Hazor e Gazer é altamente problemática (cf. GARBINI, 1986, p. 54)⁵⁷.

Considerando as contradições internas no texto bíblico e a situação política na Palestina no século X a.C., Garbini chega à conclusão de que é improvável a existência de um forte estado hebraico naquele período histórico (cf. GARBINI, 1986, p. 57). Aqui se constitui um dos pontos iniciais da crítica historiográfica ao Reino Unido de Davi e Salomão.

Seguindo a mesma linha crítica de Giovanni Garbini, o historiador italiano Mario Liverani em seu livro “Antigo Oriente: História, Sociedade e Economia” (2016), também olha para o relato bíblico sobre a monarquia unida com muita desconfiança. Depois de apresentar a narrativa bíblica sobre a ascensão de Davi e a forma como este edificou o Reino Unido de Israel, Liverani aponta que tal cenário apresentado pela Bíblia Hebraica é utópico. A principal razão dessa proposição, segundo o historiador italiano, é que os dados arqueológicos do Antigo Oriente Próximo não sustentam um reino com tamanha magnitude. Além disso a “única referência a uma ‘casa de Davi’ encontra-se em uma inscrição aramaica posterior (encontrada em Tel-Dan), porém, aponta apenas para Judá” (LIVERANI, 2016, p. 547). Ou seja, o domínio da casa davídica aplica-se apenas a Judá e não a Israel.

Tratando-se de Salomão, Liverani (2016, p. 548) argumenta que a sua principal obra arquitetônica, ou seja, o Templo de Jerusalém, apresenta características tardias, ou seja, do período persa. O tamanho do complexo templário (cf. 1Rs 6, 1-37) não corresponde à realidade dos templos na Palestina do século X a.C., que via de regra, eram pequenos anexos do palácio real. Então, para Liverani, as descrições a respeito do templo são claramente anacrônicas (cf. LIVERANI, 2016, p. 549) e não correspondem à realidade histórica do século X a.C.

Considerando tais evidências, Liverani conclui que o Reino Unido de Israel e Judá nunca existiu. O que pode ser comprovado historicamente são os reinos separados de Israel, com capital em Samaria, e Judá, com capital em Jerusalém (cf. LIVERANI, 2016, p. 549)⁵⁸, sendo o Reino de Israel mais próspero, extenso e poderoso do que o Reino de Judá (cf. LIVERANI, 2016, p. 550).

Para concluir esse breve levantamento historiográfico sobre os autores que se posicionaram criticamente sobre a hipótese do Reino Unido de Israel e Judá, não poderíamos deixar de citar a obra dos arqueólogos israelenses Israel Finkelstein⁵⁹ e

⁵⁷ A visão pessimista de Garbini em relação ao reino unido de Davi e Salomão é retomada em sua obra *Myth and History in the Bible* (2002) onde ele diz que a pesquisa histórica sobre o império davídico-salomônico tem “muitos motivos para duvidar da importância política efetiva do reino de Davi” (GARBINI, 2003, p. 80).

⁵⁸ Em seu livro “Para além da Bíblia: História antiga de Israel” (2008), Mario Liverani demonstra que as regiões montanhosas Norte e Sul da Palestina, que posteriormente comportarão os reinos de Israel e Judá, já no do período do Bronze eram separadas (cf. LIVERANI, 2008, p. 118). O símbolo máximo dessa distinção territorial eram as cidades de Siquém (norte) e Jerusalém (sul). A linha divisória entre tais cidades demarcará mais tarde a divisa entre Judá e Israel (cf. LIVERANI, 2008, p.122). A partir dessa apresentação, fica claro que qualquer união prévia entre Israel e Judá ou dos territórios do norte e do sul sob um só reino é historicamente inverificável. O argumento da separação histórica entre as regiões norte e sul, preconizadas em Siquém e Jerusalém estará também presente na argumentação efetuada pelos arqueólogos Israel Finkelstein e Neil Silberman (2003), como veremos a seguir.

⁵⁹ Israel Finkelstein é um dos principais teóricos contemporâneos sobre o estudo da antiguidade de Israel e de Judá. Dentre os vários temas por ele estudados, está a monarquia unida. Um ponto interessante em sua extensa obra é que, num primeiro momento, ele se colocou como defensor da monarquia unida, entendendo que esta era um estado maduro e desenvolvido, e não uma chefia ou um estado inicial (cf. FINKELSTEIN, 1989, p. 48). Num segundo momento, apesar de ainda defender a existência da monarquia unida, Finkelstein, reconhecendo as problemáticas em torno da datação dos achados de Meguido, Hazer e Gezer, argumenta que o império davídico não teve obras monumentais de construção (cf. FINKELSTEIN, 1996, p. 184). Ele chega a dar um passo atrás na

Neil Silberman denominada “A Bíblia não tinha razão” (2003), onde os autores fazem uma análise crítica sobre a hipótese do Reino Unido. Eles iniciam dizendo que “não há nenhuma evidência definitiva da existência histórica de uma enorme monarquia unificada, centralizada em Jerusalém, que abrangesse toda terra de Israel” (FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003, p. 208). Tal afirmação é embasada nos resultados das pesquisas arqueológicas empreendidas na Palestina durante os idos de 1980, que demonstraram sempre existir duas sociedades separadas nas montanhas do Levante, uma ao norte e outra ao sul, ocupando aproximadamente a região que posteriormente comportará os Reinos de Israel e de Judá (cf. FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003, p. 213). Em certo sentido, eles vão na mesma direção argumentativa que Mario Liverani (2008, p.118), pois também entendem que a divisão regional entre norte e sul é anterior à emergência dos Reinos de Israel e de Judá, já presente na diferenciação territorial entre Siquém e Jerusalém (cf. FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003, p. 215)⁶⁰.

Outro ponto de contato entre Finkelstein, Silberman e Liverani é no que tange ao atestado da situação geopolítica de Israel e de Judá. Finkelstein e Silberman argumentam que graças ao ecossistema da região norte, que era mais fértil que o do sul, o Reino de Israel foi muito mais fértil e próspero do que o Reino de Judá (cf. FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003, p. 220), sendo esse um dos motivos para que Israel fosse exilado primeiro que Judá, pois seu território atraía muito mais o interesse estrangeiro.

Finkelstein e Silberman concluem que apesar das características em comum entre Israel e Judá, tais como a adoração a YHWH e outras divindades cananeias, lendas de heróis, mitos de fundação próximos, e línguas parecidas, eles eram muito diferentes. Não só na sua cultura, como também na sua composição demográfica: “Resumindo, Israel e Judá viveram histórias bem diferentes e desenvolveram culturas distintas. De certo modo, Judá era a hinterlândia rural de Israel” (FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003, p. 221). Então, a contribuição principal desses autores para o atual debate sobre a monarquia unida é desclassificar o império de Davi e Salomão com base em vestígios arqueológicos.

Por fim, para o teólogo dinamarquês Thomas Thompson, desde sua formação particular como estados, Israel e Judá eram distintos. Ele ainda aponta que Israel e Judá tinham bases étnicas e culturais tão comuns como as de qualquer outro reino palestino. Para o teólogo dinamarquês, Israel teve sua ascensão como estado desenvolvido no século IX a.C., enquanto Judá só se desenvolveu como reino no século VII a.C. Ainda, para Thompson, a hipótese da monarquia unida é improvável historicamente por dois fatores: 1) no século X a.C., período em que geralmente se data a monarquia unida, Judá não tinha uma população sedentária considerável. Ou seja, nesse período, Judá não poderia ter comportado um reino e nem ter sido a sede de um império. Além disso, 2) os reinos levantinos do século X a.C. não

argumentação do artigo anterior (1989), reconhecendo que o Reino de Davi e Salomão poderia ser um reino inicial, mas não desenvolvido ao ponto de ter obras monumentais. Por fim, Finkelstein assume uma posição abertamente contrária, expressa em um texto do ano de 1999, onde ele reconhece que, desde o início, Israel e Judá eram reinos distintos e nunca formaram um só reino unificado (cf. FINKELSTEIN, 1999, p. 48).

⁶⁰ Finkelstein e Silberman também criticam a associação entre os achados arqueológicos em Meguido, Hazor e Gezer com a atividade construtora de Salomão. De acordo com eles, o uso de carbono 14 no processo de datação contribuiu para que se chegasse a um consenso arqueológico que inviabiliza a construção de tais monumentos no tempo de Salomão, ou seja, no século X a.C. Na verdade, tais achados datam de um período posterior, do século IX a.C. (cf. FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003, p. 132). Finkelstein e Silberman confirmam com evidências arqueológicas a linha argumentativa de Giovanni Garbini, que já em 1986 defendia que a associação entre os achados de Meguido, Hazor e Gezer com a atividade de Salomão era altamente problemática.

possuíam bases socioeconômicas suficientes para comportar um reino transregional com as proporções atribuídas pela Bíblia Hebraica ao Reino Unido (cf. THOMPSON, 1992, p. 412).

Pan-Israelismo⁶¹

Considerando a problemática acima elucidada, ou seja, que o recente debate historiográfico sobre a Antiguidade de Israel e Judá tende a classificar que, desde sua origem, os Reinos de Israel e de Judá eram separados e nunca houve uma grande monarquia que compreendesse os territórios de ambos os reinos, fica a grande questão para o historiador: como a tradição de uma união entre Israel e Judá ficou tão cristalizada e enraizada na Bíblia Hebraica? Tal questão tem indagado os historiadores nos últimos anos e ainda não existe um consenso exato sobre ela. Porém, o que a historiografia vem evidenciando é que a concepção de um pan-Israel, ou seja, a união entre Israel e Judá, foi uma construção ideológica que objetivava fundamentar as ambições de conquista de Josias para com os territórios que outrora tinham pertencido ao Reino de Israel, destruído como entidade política em 722 a.C. Um dos principais teóricos a sustentar essa hipótese é o arqueólogo israelense Israel Finkelstein⁶².

O primeiro passo para a formação da consciência unitária entre israelitas e judaítas se deu no final do século VIII a.C., quando uma série de grupos oriundos da região sul do Reino de Israel se abrigou em Judá para fugir das incursões assírias (cf. FINKELSTEIN, 2015, p. 185). Com isso o Reino de Judá se tornou um reino pan-Israelita, protótipo da monarquia unida retroprojetada para os dias de Davi e Salomão, porque sua população era composta de elementos israelitas e judaítas. Então, o reino de Judá após 722 a.C. “é a monarquia unida! [...], pois é Israel e Judá juntos, combinados” (KAEFER, 2016, p. 122). Houve a formação de uma consciência unitária entre esses dois grupos. O Rei Ezequias (726-697 a.C.) buscou criar uma coesão social interna que condensasse israelitas e judaítas (cf. FINKELSTEIN, 2017, p. 279).

Com a ascensão de Josias (640 a 609 a.C.) e o esmaecimento do Império assírio, do qual o Reino de Judá era vassalo, Judá começou a ambicionar os antigos territórios outrora pertencentes a Israel e tentou se expandir militarmente para lá (cf. 2Rs 23, 15-20). A partir disso, Josias buscou amalgamar israelitas e judaítas não só no que tange à população e à cultura⁶³, mas também unir seus territórios por

⁶¹ O pan-Israelismo é a consciência identitária de união entre os reinos de Israel e Judá, com seus territórios e populações em um só reino unificado (cf. KAEFER, 2016, p. 122).

⁶² Israel Finkelstein foi um dos primeiros pesquisadores a usar e divulgar o termo e a hipótese do pan-Israelismo em sua obra historiográfica. Porém, podemos ver que, ao longo do tempo, esse conceito foi se modificando em seus escritos. Num primeiro momento, no texto produzido junto com Neil Silberman (2003), Finkelstein entende que o pan-Israelismo é um fenômeno judaíta josiânico, ou seja, teria nascido em Judá no reinado de Josias (século VII a.C.), e seu principal objetivo era legitimar a conquista dos territórios outrora pertencentes ao reino de Israel, capitulado pela Assíria em 722 a.C. (cf. FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003, p.7). Essa concepção também está presente em uma obra mais recente (2015), onde Finkelstein advoga que as principais facetas do pan-Israelismo são a centralidade da dinastia davídica e do Templo de Salomão (cf. FINKELSTEIN, 2015, p. 148). Malgrado a isso, em seu trabalho mais contemporâneo, Finkelstein (2017a; 2020; 2021) reconhece que o pan-Israelismo tem uma origem anterior a Josias. Sua gênese seria no reino de Israel, sobretudo durante o reinado de Jeroboão II (século VIII a.C.), momento onde Israel vivia seu auge de prosperidade política e econômica. O objetivo do pan-Israelismo nesse momento era legitimar a conquista de Judá por Israel (cf. FINKELSTEIN, 2017, p. 285).

⁶³ Sendo o Reino de Judá composto, a partir do século VIII a.C., por israelitas e judaítas, as tradições religiosas (Tradição do Êxodo e a Tradição de Jacó) e régias (Tradição de Saul) de Israel foram incorporadas nas de Judá. “O autor incorporou as tradições do Norte e do Sul, mas as sujeitou aos

meio da conquista militar, expandindo as fronteiras de Judá sobre as antigas posses do caído Reino de Israel (cf. LIVERANI, 2008, p. 220). Com o objetivo de efetivar essas pretensões, criou-se a tradição de uma enorme monarquia que teria existido durante o reinado de Davi que abarcava os territórios de Israel e Judá, e “isso foi necessário, a fim de dar legitimidade ‘histórica’ para a afirmação de Jerusalém para o domínio sobre todos os territórios hebraicos e todas as pessoas hebreias – tanto no Norte como no Sul” (FINKELSTEIN, 2015, p. 188). Ou seja, usando como base uma imemorial origem mítica da realeza do Reino Unido e da Grande Monarquia composta por Israel e Judá, mas governada a partir de Jerusalém, Josias reivindicava a posse dos territórios israelitas, uma vez que esses seriam por direito herança dos daviditas e a conquista militar por ele pretendida não seria uma conquista, mas uma reconquista do território originalmente pertencente a Jerusalém: “A construção ideológica de uma monarquia unida que ostensivamente governasse a partir de Jerusalém sobre todos os israelitas – no Norte e no Sul – é um produto desse período [reinado de Josias]” (FINKELSTEIN, 2015, p. 188).

A historiografia deuteronomista⁶⁴ apresenta traços fortemente propagandísticos em prol dos interesses e concepções da dinastia davídica durante o reinado de Josias. Ela formulará uma série de escritos que tem o objetivo de lançar bases para as pretensões de Josias, e isso pode ser visto, por exemplo, na apresentação de Davi como governante de Israel e Judá, uma vez que os anciãos do Norte espontaneamente sagram Davi como rei, não só de Judá, mas também de Israel (cf. 2Sm 5, 3). Nesse sentido, a historiografia deuteronomista vai apresentar “Josias como um Davi redivivo” (RÖMER, 2008, p.75), legítimo herdeiro dos territórios setentrionais⁶⁵.

O símbolo do pan-Israelismo em Judá foi a criação do mito do Reino Unido de Israel, que teria ocorrido durante os reinados de Davi e Salomão, sendo tal monarquia o período de maior prosperidade vivido por Israel e Judá, convertendo-se assim em um reino modelo (cf. LIVERANI, 2008, p. 124), uma era de ouro que fundamentaria a concepção de unidade entre israelitas e judaítas. Caberia a Josias,

seus principais objetivos ideológicos: promover os reis davídicos como os únicos governantes legítimos e o Templo de Jerusalém” (FINKELSTEIN, 2015, p. 188).

⁶⁴ A escola deuteronomista pode ser definida como um grupo de escribas que, durante a segunda metade do século VII a.C., em Judá, começou a colocar por escrito uma série de tradições autóctones de Judá e vindas de Israel por ocasião da chegada dos refugiados nortistas após 722 a.C., mesclou-as a partir de uma ótica judaíta. Tais escribas tinham uma ocupação institucional e, por isso, seus textos comportam um compromisso velado de propaganda da dinastia davídica, além de advogarem constantemente em prol da centralidade do culto religioso em Jerusalém, pelo culto único a YHWH e pela unificação do território de Israel e Judá sob a liderança de Judá. Tais ideais e tradições foram registrados no corpus literário conhecido como “História Deuteronomista”, que compreende os livros de Deuteronômio, Josué, Juízes, Samuel e Reis. A História Deuteronomista conheceu três principais redações: a primeira, no período do século VII a.C.; a segunda, no século VI a.C., e a terceira, no século V a.C. Ver mais em Römer (2008).

⁶⁵ O livro de Josué, que também integra a historiografia deuteronomista, foi fundamental na apresentação ideológica da figura de Josias, uma vez que este é apresentado como um “novo Josué” conquistador. Dentre os vários relatos de conquista presentes na edição josiânica (século VII a.C.) do livro (capítulos 5-12), a narração da submissão de Gabaon (Js 9,3-27), que era uma região pertencente ao território de Israel, tem um papel especial na ideologia judaíta daquele momento. Os gabaonitas se submetem a Josué por livre e espontânea vontade, não tendo assim a sua terra devastada. Para Thomas RÖMER: “É tentador interpretar a alternativa construída por esses capítulos no contexto da propaganda josiânica dirigida ao antigo reino de Israel [...] convidando assim os habitantes do norte a aceitarem Josias como seu novo senhor” (RÖMER, 2008, p. 93). Então, em um momento onde o reino de Judá estava se expandindo para a região norte, o convite feito era que, tal como os gabaonitas, os israelitas que ainda viviam em suas terras se submetessem espontaneamente a Josias.

como um novo Davi, restaurar esse tempo de prosperidade (cf. RÖMER, 2008, p. 99).

Josias era apresentado pelos deuteronomistas em conformidade com “Moisés (que tinha estipulado o pacto), Josué (que tinha efetuado a ocupação de Canaã), Davi (que tinha realizado a unificação política) e Salomão (que constrói o templo)” (LIVERANI, 2008, p. 227). Melhor dizendo, o caráter “legal” das reformas de Josias e a descoberta do “Livro da Lei” o ligava da figura de Moisés. A expansão das reformas para a região setentrional e a ambição de (re)conquistar os territórios de Israel o aproximam de Josué. O desejo de (re)unificar os territórios de Israel e Judá, tal como fora supostamente efetuado por Davi, o associava ao fundador da Dinastia. Por fim, seu zelo para com a “Casa de YHWH”, expresso na reforma da mesma, o unia à figura de Salomão. Então, a historiografia deuteronomista buscou conectar Josias com os principais referenciais míticos de Judá e Israel.

Por mais que os objetivos de Josias em anexar os territórios setentrionais não tiveram êxito (cf. LIVERANI, 2008, p. 221; NA'AMAN, 1991, p. 44), a consciência unitária pan-Israelita e o mito do Reino Unido, criados na época de seu reinado, marcaram fortemente os escritos desse período e, além disso, influenciaram os escritos posteriores, fazendo que a utópica unidade entre Israel e Judá fosse algo profundamente cristalizado nas páginas da Bíblia Hebraica e nas tradições judaicas subsequentes. Seria, então, correto afirmar que o “ponto forte”, por assim dizer, do reinado de Josias foi no âmbito ideológico e textual.

Conclusão

Como pudemos ver ao longo desse trabalho, a discussão em torno da monarquia unida de Israel e Judá é muito atual. Diversos pesquisadores apresentaram propostas, críticas ou entusiastas, em relação à possibilidade de existência do Reino Unido de Israel.

Vimos que os autores que se colocam a favor da monarquia unida usaram argumentos variados ao longo do tempo. Enquanto uns tendem a se apoiar mais no relato bíblico, entendendo-o como fonte histórica confiável, outros buscaram evidências arqueológicas que testificassem seus argumentos.

Dentre os teóricos que se colocaram resistentes a aceitar a existência da monarquia unida, o principal argumento é a ausência de evidências extrabíblicas. Para tais autores, uma forma de explicação do porque esta se tornou tão proeminente na Bíblia Hebraica foi a teoria do pan-Israelismo, segundo o qual, a consciência unitária de Israel e Judá como componentes de um pan-Israel nasce, sobretudo, no século VII a.C., no reinado de Josias, sendo retrojetado para o século X a.C. Então, podemos dizer que a concepção crítica do Reino Unido é a antessala para a formação do pan-Israelismo tal como foi elaborado pelos pesquisadores.

Ainda de acordo com o ponto de vista crítico sobre o Reino Unido, o uso das expressões “Reino do Norte” e “Reino do Sul” deveria ser extinto” (KAEFER, 2020, p. 407), uma vez que tais expressões dão a entender que os reinos de Israel e Judá um dia fizeram parte de um todo.

A discussão em torno do Reino Unido de Israel está longe de ser encerrada. Cada vez mais pesquisadores têm formulado hipóteses sobre esse tema, fazendo que tal debate seja vivo na atualidade. Porém, a historiografia de modo geral vem, nos últimos anos, assumido cada vez mais uma visão crítica em torno da monarquia unida, fazendo que a voz dos detratores do império davídico ecoe mais alto.

Referências

- BERLESI, Josué. Conservadorismo versus Progressismo: apontamentos sobre a historiografia do Israel antigo. *Revista Eletrônica Antiguidade Clássica*, n. 10, p. 44-54, 2015.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.
- _____. O Israel antigo em debate: uma análise da história de Israel da educação básica ao ensino superior. Orientador: Profa. Dra. Gisela Isolde Waechter Streck. 2017. 234 p. Tese de Doutorado (Doutorado) - Faculdade Est, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/handle/BR-SIFE/810> Acesso em: 22 jul. 2021.
- BRIGHT, John. *Early Israel in Recent History Writing: A Study in Method*. London: SCM Press, 1956.
- _____. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 2003.
- DIETRICH, Walter. *The Early Monarchy in Israel: the tenth century B.C.E*. Boston: Brill, 2007.
- DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos I: Dos primórdios até a formação do Estado*. Vol. 1. São Leopoldo: Sinodal, 1997.
- FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa, 2003.
- _____. State formation in Israel and Judah: A contrast in context, a contrast in trajectory. *Near Eastern Archaeology*, v. 62, n. 1, p. 35-52, 1999.
- _____. The archaeology of the United Monarchy: an alternative view. *Levant*, v. 28, n. 1, p. 177-187, 1996.
- _____. The Emergence of the Monarchy in Israel the Environmental and Socio-Economic Aspects. *Journal for the Study of the Old Testament*, v. 14, n. 44, p. 43-74, 1989.
- _____. *O Reino esquecido: Arqueologia e História de Israel Norte*. São Paulo: Paulus, 2015.
- _____. A Corpus of North Israelite Texts in the Days of Jeroboam II? *Hebrew Bible and Ancient Israel*, v. 6, n. 3, p. 262-289, 2017.
- _____. Northern Royal Traditions in the Bible and the Ideology of a "United Monarchy" Ruled from Samaria. In: DUBOVSKÝ, Peter; GIUNTOLI, Federico. *Stones, tablets, and scrolls: periods of the formation of the Bible*. Mohr Siebeck, 2020.
- _____. Israel in the Days of Jeroboam II. 2021. (40min12s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y4ga3Lpr2nw&list=PLvm7MPUI_WJclpUfZgCw1Tfd_cyT4Fh-f&index=19. Acessado em: 14/07/2021.
- _____. A United Monarchy? 2021. (40min41s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ecG1eHHawMY&list=PLvm7MPUI_WJclpUfZgCw1Tfd_cyT4Fh-f&index=10&t=276s. Acessado em: 14/07/2021.
- GARBINI, Giovanni. *Storia e ideologia nell'Israele antico*. Paideia Ed., 1986.
- _____. *Myth and History in the Bible*. Bloomsbury Publishing, 2003.
- GERHARD VON RAD. *The Problem of the Hexateuch and other Essays*. Oliver & Boyd, 1966.
- KAEFER, José Ademar. *Arqueologia das terras da Bíblia*. Volume II. São Paulo: Paulus, 2016.
- _____. Quando Judá se torna Israel. *Revista Pistis Praxis*, v. 12, n. 2, 2020.
- LIVERANI, Mário. *ANTIGO ORIENTE: HISTÓRIA, SOCIEDADE E ECONOMIA*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- _____. *Para além da Bíblia: história antiga de Israel*. São Paulo: Paulus, 2008.
- MAZAR, Amihai. *Archaeology and the Biblical Narrative: The Case of the United Monarchy*. In: KRATZ, Reinhard G.; SPIECKERMANN, Hermann (eds.). *One God*

One Cult One Nation: Archaeological and Biblical Perspectives. New York: De Gruyter, 2010, p. 29-58.

NA'AMAN, Nadav. The kingdom of Judah under Josiah. Tel Aviv, v. 18, n. 1, p. 3-71, 1991.

NOTH, Martin. Historia de Israel. Garriga, 1966

RAD, Gerhard von. Old Testament Theology. 1975.

RÖMER, T. A chamada História Deuteronomista: introdução sociológica, histórica e literária. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVA, Airton José. Os minimalistas. Disponível em <<http://www.airtonjo.com/minimalistas.htm>>. Acessado em 16/06/2021.

THOMPSON, Th L. Early History of the Israelite People. Leiden. 1992.

GETÚLIO VARGAS, ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DOS FATOS NO TEMPO PRESENTE⁶⁶

Bruno Félix do Prado⁶⁷

RESUMO: Pensando no tempo presente, o objetivo deste ensaio é analisar de forma crítica a hipótese de que a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o polêmico posicionamento de Getúlio Vargas no período é assunto, atualmente, pouco abordado fora dos meios acadêmicos, e como isso pode pesar diretamente na consciência histórica do público em geral. Busca discutir como as novas tecnologias e o imediatismo podem prejudicar a construção do conhecimento histórico mais aprofundado, e como um formador de opinião, ao se utilizar do passado como ferramenta ideológica, pode interferir diretamente na consciência histórica do público.

Palavras-chave: Getúlio Vargas; Segunda Guerra Mundial; Cultura Histórica; Consciência Histórica; Tempo Presente

INTRODUÇÃO

Getúlio Vargas foi um dos presidentes mais marcantes que o Brasil teve ao longo de sua história. Há de se concordar que a palavra “controversa” é uma das tantas que podem ser usadas na tentativa de definir o ex-presidente. Foi em seu primeiro mandato que o País viu a faceta controversa de Vargas. Com tantos anos no poder, não há como falar de toda a trajetória do político gaúcho e dos muitos vieses da sua história. Portanto, para este presente ensaio, com relação ao Vargas, o foco está na – pode se considerar polêmica - entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e como Getúlio teve papel central no que se pode considerar uma “política em cima do muro” até o ano de 1942, quando o Brasil declara guerra aos países do eixo de forma oficial.

Essa relação, até certo ponto amistosa, é brevemente descrita pelo jornalista Oscar Pilgallo. O autor do livro “A História do Brasil no Século 20”, escreveu um especial para a Folha de S. Paulo, que foi publicado em 22 de agosto de 2004 e fala sobre o telegrama que o presidente do Brasil enviou para Hitler em seu 52º aniversário, em abril de 1941. No intitulado “Saudações a Hitler, saudações a Roosevelt”⁶⁸, Oscar aponta para uma atitude ambígua de Getúlio nas relações que mantinha com o líder nazista e o presidente norte-americano. Apesar de o Estado Novo (de 1937 até 1945) ter sido a fase mais autoritária, “tinha pouco em comum” com o nazismo alemão, como aponta Pilgallo. Porém, como ele mesmo demonstra,

⁶⁶ Este ensaio foi elaborado como trabalho final e requisito parcial para a aprovação na disciplina Cultura Histórica, Memória e Narrativas, no ano de 2020/2 e que faz parte do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A disciplina foi ministrada pela professora Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira.

⁶⁷ Graduado em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Paulista (UNIP), especialista com MBA em Comunicação e Mídia, pela Universidade Paulista (UNIP) e pós-graduando em Metodologia do Ensino de História, pela Universidade Cruzeiro do Sul.

⁶⁸ “Saudações a Hitler, saudações a Roosevelt”, texto do jornalista Oscar Pilgallo, publicado como um especial para a Folha de S.Paulo, no domingo, dia 22 de agosto de 2004.

a aproximação política entre Vargas e Adolf era “natural”. Para apontar essa estratégia de Getúlio, Oscar cita os telegramas que o mandatário brasileiro enviava aos dois líderes:

Ao redigir a mensagem, no entanto, Getúlio tinha em mente algo que passava ao largo de qualquer coisa que fosse politicamente natural. Se Hitler era o destinatário das congratulações, Franklin Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, era o objeto elíptico do texto: ao cortejar um, Getúlio provocava o outro. A estratégia funcionou: três semanas após o envio da correspondência, os Estados Unidos se comprometeram a comprar, com exclusividade e a preços estáveis, materiais estratégicos do Brasil. Embora não haja relação de causa e efeito entre o telegrama protocolar e o acordo comercial, o episódio ilustra o padrão de comportamento do governo brasileiro que marcou as relações externas entre 1937 e 1945. Getúlio ameaçava se alinhar à Alemanha apenas para, no momento seguinte, obter concessões dos EUA. Não por acaso, ambiguidade, e não indecisão, é o termo mais usado para descrever a diplomacia getulista. (PILAGALLO, 2004, Folha de S.Paulo)

Ou seja, pode-se notar um “jogo de interesse” de Vargas. Talvez não haja como afirmar, com 100% de segurança, que o Brasil não teria se inclinado ao eixo caso a guerra tivesse tomado outro rumo, com um cenário de derrota dos aliados. E essa “ambiguidade” citada por Pilagallo, nas relações externas são apontadas também nas relações internas, uma vez que o governo brasileiro tinha tanto a ala mais voltada ideologicamente ao eixo, como aos aliados. Luciana Ibarra dos Santos, em “Há algo de novo no front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial”, ressalta que Vargas tentou “atender aos diferentes grupos que o apoiavam, incluindo as Forças Armadas e, simultaneamente, aos segmentos que defendiam uma relação próxima aos Estados Unidos e aos que idealizavam uma parceria mais forte com a Alemanha”⁶⁹.

Vale sempre lembrar que Getúlio foi uma figura conhecida por certo carisma, ele conseguiu se colocar como um “político acessível”, e que de certa forma cativava as pessoas. Há um comportamento, um discurso persuasivo e que de algum modo colocava o público em posição passiva, ou seja, sem um posicionamento mais crítico, criando a imagem que ele queria projetar. Obviamente que não eram todos que tinham essa visão passiva, mas fica claro que de alguma forma deu certo.

Em seu texto, Luciana cita o historiador norte-americano Robert M. Levine, falecido em 2003 aos 62 anos e que ficou conhecido por inúmeros trabalhos acadêmicos sobre o Brasil, entre eles o livro intitulado “O Pai dos Pobres? Brasil e a era Vargas”. O acadêmico, que foi o responsável pelo departamento de estudos latino-americano da Universidade de Miami, foi um conhecedor do que significou a figura de Vargas para o País no período.

A autora ressalta que, segundo Robert, Getúlio “era aceito em todas as camadas sociais, sua imagem não era carismática como a de Mussolini, mas era, por outro lado, a de um homem sagaz, determinado”. Luciana segue sobre a visão do acadêmico norte-americano, que ressalta que para os pobres, o então

⁶⁹ IBARRA DOS SANTOS, Luciana: “Há algo de novo no front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial”, dissertação apresentação para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

presidente, “o primeiro político brasileiro a chegar à população, torna-se o ‘padrinho’ do país”. Criou-se uma imagem de alguém acessível, “alguém a quem se devia lealdade e que intercederia por elas”.

No texto da autora, de acordo com Levine, Vargas “evitava uma aparência pretensiosa, sorria e acenava constantemente”. E que quando falava em público, ainda que não fosse formal, falava “com cuidado, com atenção, com ênfase”. Além disso, segundo o historiador, ele “era uma presença familiar na vida dos brasileiros”, algo que não havia sido visto ainda no Brasil.

Toda essa imagem, é claro, não foi construída por ele a esmo, mas sim com objetivos. A construção do nacionalismo era um objetivo importante, e como lembra dos Santos, Getúlio teve o apoio da elite civil e também militar, contou com a participação de intelectuais de forma ativa, visando a “tarefa de construir a nação”, mas sempre, logicamente, “sob as suas diretrizes”, afim de “ensinar aos brasileiros o orgulho pelo Brasil”. Luciana lembra que anos antes da entrada do País nos conflitos ao lado dos Aliados, o governo de Vargas trabalhou na “elaboração de um projeto contra a entrada de estrangeiros em prol da nacionalização dos núcleos de colonização. Ressalta-se ainda a tática para “atender simultaneamente aos segmentos que defendiam uma relação próxima aos Estados Unidos e aos que idealizavam uma parceria mais forte com a Alemanha”. A ideia, portanto, era adotar uma posição “mais neutra” com os grupos internamente, podendo dialogar de acordo com os interesses do momento, que se mostrava como “tendência” deste governo tanto quando se fala política interna, como externa.

Portanto, há o que se discutir sobre essa “visão heroica” que há com relação ao Brasil na Segunda Guerra. Isso não inclui os soldados que se voluntariaram e muitos que acabaram mortos. O foco aqui é o posto de herói atribuído a quem, digamos, assinou a declaração de guerra ao eixo. São inúmeros os trabalhos acadêmicos que colocam luz à entrada do País nos conflitos e o polêmico posicionamento de Vargas, mas muito desses materiais estão dentro de um universo acadêmico, quando talvez o ideal seria uma “distribuição” mais ampla desses estudos e trabalhos críticos sobre o período, que foi tão importante para a história política e econômica do Brasil.

Em novembro de 2020 foi feita uma pesquisa com 20 pessoas de idades, formação e situação econômica totalmente diferentes. Ampliei para 30 em janeiro de 2021 (os detalhes das respostas virão adiante). Ainda em 2021, sete meses mais tarde, as perguntas foram feitas para mais dez pessoas, ampliando para 40. Na primeira e na segunda etapa da pesquisa, fiz uma pergunta simples: “você sabia que o Brasil entrou de forma oficial na Segunda Guerra?”. Se a resposta fosse não, eu terminava. Em caso de resposta positiva, fazia uma segunda pergunta para saber se a pessoa tinha consciência histórica sobre, digamos, os reais motivos para o Brasil se inclinar em direção aos aliados e essa “ambiguidade comportamental” de Vargas antes citada.

Quando falamos sobre as questões que envolvem a consciência histórica, se faz necessário colocar que não estamos falando “simplesmente” da memória como algo do passado que é acessado pela mente e que tenha um significado puro e simples, como uma data comemorativa, por exemplo, ou algum marco. De acordo com Jörn Rüsen, historiador e filósofo alemão, “a memória é um relacionamento

imediatamente entre passado e presente, enquanto que a consciência histórica é mediada. A memória está mais relacionada ao domínio da imaginação, a consciência histórica mais próxima da cognição. A memória está cravada no presente, a consciência histórica abre essa relação ao futuro” (RÜSEN, 2009, p.4).

O que envolve a consciência histórica tem relação com a interpretação do passado. Um fato da história, usada para explicar um problema do tempo presente com projeção para o futuro. Ou seja, aqui o objetivo é analisar, considerando o posicionamento ambíguo de Getúlio Vargas na entrada do Brasil na Segunda Guerra (passado), um problema na atual sociedade (no tempo presente), que é a falta do aprofundamento na análise do passado, bem como a interpretação dos fatos, buscando enxergar quais serão as consequências futuras desta falta de consciência histórica. Rüsen continua:

O discurso sobre a consciência histórica inclui a racionalidade nos procedimentos de produção de sentido do espírito humano. Ele está especialmente interessado naqueles modos de representação que dão ao passado a forma distintiva de história. Além disso, ele tematiza o impacto da história nas perspectivas futuras da vida humana. (RÜSEN, 2009, p. 3 - 4)

Rodrigo Otávio dos Santos, ao estudar sobre os conceitos de Rüsen sobre a consciência histórica, ressalta que “a consciência histórica age para melhorar nosso modo de orientação em situações reais da vida presente e cotidiana”⁷⁰. O autor continua:

A partir da consciência histórica o ‘ser’ e o ‘dever’ humanos são misturados e adquirem significado. É com ela que forja-se a parte prática da História, que dirige os homens, que os move nesta ou naquela direção. A consciência histórica de Rüsen deve ser utilizada para aprender o passado, compreender o presente e tentar moldar o futuro. A história, não nos enganemos, é uma tradução do passado. E como tradução, possui, além de um tradutor com nome e sobrenome, uma intenção, uma forma de olhar e abordar o passado com vistas sempre para o futuro. (DOS SANTOS, 2015, p. 3)

Pensando na pesquisa feita com o público, podemos levantar a hipótese de que quando alguém diz desconhecer um fato histórico, que moldou de certa forma a identidade, a imagem do País, logo isso desaparecerá, pois para este indivíduo a história não existirá. Trazendo para atualidade, essa falta de consciência e uma possível falta de interesse, aliadas com um assunto abordado de forma “fechada” e de certo modo voltado à academia, podemos pensar nas consequências futuras desse quadro.

As novas tecnologias dão importante suporte no acesso à informação, mas na ausência da consciência histórica, talvez o indivíduo, sem essa bagagem e repertório para uma melhor análise do passado, na atualidade seja mais suscetível,

⁷⁰ DOS SANTOS, Rodrigo Otávio. Consciência Histórica, Narrativa Histórica e o Ensino (2015, p.3). Trabalho apresentado no I Simpósio Eletrônico de Ensino em História, realizado pela UNESPAR E UERJ.

por exemplo, aos “formadores de opinião” que utilizam a história como ferramenta para propagar ideais convenientes à grupos específicos, ou as conhecidas fake news. Em outras palavras, pode estar mais vulnerável a “engolir” qualquer narrativa. Outro que aborda o tema é o educador Christian Laville. No que ele chama de “pensamento histórico”, diz: “Para isso, mais que uma memória preestabelecida. O ensino de história tem agora por dever levar os alunos a adquirir e desenvolver esse conjunto de capacidades intelectuais e atitudes que é de praxe chamar “pensamento histórico”⁷¹.

VARGAS E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

No primeiro mandato de Getúlio Vargas como presidente do Brasil, de 1934 até 1945, o País viveu um dos momentos mais controversos de sua histórica política. Como já colocado neste ensaio, com os trabalhos de Oscar Pilagallo e de Luciana Ibarra dos Santos, o curioso – para dizer o mínimo - posicionamento do então líder do governo brasileiro à época, é um assunto muito abordado, porém mais restrito ao meio acadêmico. Ainda sobre os estudos já realizados acerca do tema, Fernanda dos Santos Bonet, também se debruçou para discutir esse passado da história política do País. Em “O discurso oficial brasileiro durante a II Guerra Mundial O Brasil se une para a Guerra”, lembra que as relações entre Brasil e Alemanha começara em 1935, época em que os alemães passaram a comprar café e algodão, além de auxiliá-los na caça de comunistas em nosso território com a aproximação da “polícia de Filinto Müller com a Gestapo”⁷², a temida polícia secreta dos nazistas. A autora continua:

Existia ainda, no Brasil, numerosa colônia alemã que recebeu influência política da Alemanha, na tentativa de exercer sobre ela um controle ideológico. Além disso, o modelo político do Estado Novo brasileiro aproximava mais esses dois países. A condição de neutralidade do Brasil perante a guerra permitia a continuidade dessas relações, o que não agradava ao governo estadunidense, por questões econômicas e políticas (a posição geográfica do Brasil representava uma possível porta de entrada para o nazismo nas Américas). (DOS SANTOS BONET, 2008, p. 3)

Importante lembrar para contextualização que em dezembro de 1938, no Peru, outubro de 1939, no Panamá, e em julho de 1940, em Cuba, o Brasil assinou os tratados durante as Conferências dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Desta forma o governo brasileiro concordava com a solidariedade continental, que visava o fortalecimento entre os países americanos de forma econômica e financeira. Como ressaltou Luciana Ibarra em seu texto já citado anteriormente, a declaração de neutralidade também assinada durante as conferências “não excluía a possibilidade de empreender todos os meios e recursos

⁷¹ LAVILLE, Christian. Em educação histórica, a memória não vale a razão! (2005, p.12)

⁷² DOS SANTOS BONET, Fernanda. O discurso oficial brasileiro durante a II Guerra Mundial O Brasil se une para a Guerra (2008, p.3). Texto apresentado no IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RS

materiais e espirituais para a conservação de paz, ou seja, solidariedade em caso de ataque aos países do território americano”. Ainda sobre a ambiguidade de Vargas e dos membros de seu governo, Fernanda dos Santos Bonet, pontua que Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, “tinha tendências democratas e apoiava os Estados Unidos”. Já Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, Chefe do Estado-Maior do exército e o Ministro da Guerra, respectivamente, “admiravam o modelo autárquico e militarista das nações nazi-fascistas”.

Em dezembro de 1941, o Japão ataca os norte-americanos em Pearl Harbor e esse episódio, de fato, ajudou a mudar os rumos dos conflitos não só para os Estados Unidos, mas também para o Brasil e sua política externa ambígua até então. Fernanda lembra que os ataques japoneses colocam os americanos na guerra em um momento em que Vargas seguia tentando articular acordos tanto com alemães, como com os EUA:

O ataque japonês fez com que a Pearl Harbor fez com que os EUA entrassem oficialmente na guerra. O governo estadunidense e o governo alemão, assim, lutaram por um posicionamento do Brasil no conflito, enquanto Vargas continuava a negociar vantagens comerciais com os dois países (DOS SANTOS BONET, 2008, p.4)

A autora coloca outro fator importante neste contexto histórico que o bloqueio do comércio marítimo com a Europa que foi imposto pela Inglaterra. Além disso o Brasil era visto como ponto estratégico para a defesa das Américas. Lembra ainda que o território brasileiro poderia servir como base militar, linha de comunicação com o norte da África e como um possível e importante fornecedor de “matérias primas e bens manufaturados para suprir os esforços bélicos” (p.4-5).

Outro episódio importante no processo de “oficialização de entrada” do Brasil na Segunda Guerra, como descreve Fernanda, é a Reunião dos Chanceleres, que ocorre em 1942, no mês de janeiro, na capital brasileira, quando a pressão dos Estados Unidos sobre o governo brasileiro aumenta, com o “pedido” de cumprimento dos tratados de solidariedade que foram assinados anos antes. A pressão, de fato, surtiu efeito, uma vez que a decisão de romper relações com o Eixo tenha sido tomada pelo presidente Vargas.

Para ilustrar há outro trecho no texto da autora que mostra bem a ambiguidade de Getúlio e a falsa “neutralidade” adotada. Ela cita uma passagem do diário escrito por Vargas ainda antes do anúncio oficial, quando ele se mostrava desconfortável com a pressão do governo estadunidense em receber um posicionamento mais firme por parte do Brasil: “Parece-me que os americanos querem nos arrastar à guerra, sem que isso seja de utilidade, nem para nós, nem para eles”.

A pressão norte-americana, mas principalmente a promessa de investimentos no território brasileiro, parece determinante para que o governo de Vargas enfim declarasse guerra ao Eixo. Após muito tempo atuando de forma ambígua, o apoio aos Aliados se mostrava rentável para o desenvolvimento brasileiro. Fernanda ressalta exatamente a questão dos acordos entre os dois países:

Essa pressão, no entanto, é convertida em benefícios para o desenvolvimento industrial do Brasil. A partir da declaração oficial, Vargas recebe dos EUA recursos para a criação da Companhia Vale do Rio Doce e para a siderurgia brasileira em Volta Redonda; o comprometimento para melhorar a rede ferroviária brasileira, fabricar motores e recursos para produtos químicos e siderúrgicos; o fornecimento de armas e a garantia do preço do café e do petróleo; bem como a continuidade das ações da Política da Boa Vizinhança coordenadas por Nelson Rockefeller, através do Office of Inter-American Affairs – OIAA (organização sustentada pela Fundação Rockefeller). (DOS SANTOS BONET, 2008, p.4-5)

Após o posicionamento oficial, o Brasil sofreu ataques por parte dos alemães durante 1942, que afundaram embarcações brasileiras. O governo de Getúlio enviou 25 mil soldados para os conflitos na Itália.

Em consciência histórica, quando não se entende o passado e suas representações, se faz mais difícil a compreensão sobre o presente e uma consequente análise de como moldar o futuro: “O processo mental da consciência histórica pode ser rapidamente descrito como o significado da experiência do tempo interpretando o passado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro” (RÜSEN, 2009, p.6).

Buscando uma percepção diretamente a partir da compreensão histórica das pessoas sobre o tema, fiz uma pesquisa com o público para entender melhor esse quadro. Cabe ressaltar que Getúlio é visto como um “herói nacional”, mas que em um momento tão delicado da história, no qual não se podia ter dúvidas de qual caminho seguir, de quem apoiar - não quero colocar os norte-americanos como mocinhos e “salvadores do mundo” -, mas era claro que ali, naquele momento, não havia espaço para titubeios. Houve e não aconteceu de forma “inocente”. A ambiguidade nas relações externas e internas era um jogo político e caminhava de acordo que convinha, como o momento pedia.

A pesquisa foi iniciada em novembro de 2020, quando produzi um material para um seminário temático para a disciplina do mestrado em história⁷³. Na ocasião foram 20 pessoas entrevistadas, de idades totalmente diferentes e também de níveis de formação distintas. A primeira pergunta feita, que era: Você sabia que o Brasil entrou oficialmente na Segunda Guerra Mundial? Quatro pessoas não sabiam deste fato. Dezesseis responderam que sim e, com a resposta, fiz uma segunda pergunta: Você sabe sobre os reais motivos que levaram o País aos conflitos e também acerca do polêmico posicionamento de Vargas com relação ao Eixo ou aos Aliados? Agora duas pessoas responderam de forma positiva, que sabiam. Porém, quatorze não tinham ideia sobre esses fatos.

Em janeiro de 2021, já visando o presente texto, ampliei fazendo as mesmas perguntas para mais dez pessoas. Desta vez foram três respostas negativas para a primeira questão e sete passaram para a segunda. Mas destes sete, apenas três sabiam sobre as polêmicas relações externas e internas. Entre agosto e setembro

⁷³ Produzido para o seminário temático sobre heróis nacionais, como requisito parcial para a aprovação na disciplina Cultura Histórica, Memória e Narrativas, ministrada pela professora Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no ano 2020/2.

de 2021, as perguntas foram feitas para mais dez pessoas. Agora, duas pessoas não sabiam sobre a entrada brasileira nos conflitos. Dos oito que responderam de forma positiva, apenas três sabiam sobre as reais motivações para a entrada ao lado dos Aliados. Desta forma, é possível enxergar um pouco sobre os problemas da falta da discussão sobre o tema. A partir da pesquisa, pudemos constatar que 23,5% não sabiam sequer que o Brasil havia entrado de forma oficial na Segunda Guerra; 77,5% sabiam apenas sobre a entrada oficial nos conflitos; apenas 20% sabiam as repostas para as duas perguntas. Décadas depois desta história tão importante, que moldou não só questões econômicas, mas também sociais do País, muita gente não tem ideia de como esse passado aconteceu.

A falta de uma discussão mais ampla e aberta, fora de salas de aulas convencionais e do “mundo acadêmico”, pode-se dizer que enfraquece o debate, o estímulo ao estudo mais crítico e a interpretação da história. Essa interpretação é importante para autoconhecimento, uma vez que, o polêmico posicionamento de Vargas influenciou não só nos rumos do Brasil nos conflitos, mas toda uma sociedade que aqui vivia e em um contexto histórico que se reflete até hoje. Uma identidade ali foi criada; a de Vargas como herói e, das colônias de países do eixo, vistas como “inimigas” a partir dali. Rüsen ressalta que “uma vez ou outra, o passado há de ser usado, mediante atividades da consciência histórica, no esforço social para obter reconhecimento”⁷⁴. Aqui pode-se entender por “reconhecimento”, a ambiguidade de Vargas, seu posicionamento e de alas de seu governo e de como esse passado influenciou consequentemente na construção e estrutura de nossa sociedade.

Pensando no ponto futuro, o problema pode se mostrar exatamente em uma falta de apuração nas informações que serão absorvidas, ainda mais se levarmos em conta a tecnologia atual e todo o seu imediatismo em propagar e receber informação. Ou seja, sem a interpretação da compreensão da história e de como esse passado moldou e reflete no presente, esse indivíduo poderá estar em uma posição de desvantagem e suscetível a crer no que lhe parecer mais conveniente, por exemplo. Pois, desta forma, não terá as ferramentas e nem as referências para acessar em sua memória as informações que poderão contrapor determinada mensagem, como quando alguém banaliza ou tenta diminuir os efeitos das ações dos nazistas ou dos governos ditatoriais no Brasil, por exemplo.

O Brasil vive um período complexo e confuso em muitas esferas, principalmente na política, momento no qual, se pode observar que o professor muitas vezes é rotulado, taxado como um “doutrinador” e, claro, colocado de forma negativa. Nas redes sociais, por exemplo, é comum que se veja questionamentos sobre a disciplina História, pessoas de diferentes gerações afirmando que o que é ensinado nas escolas “não é a verdadeira história”, mas sem análises aprofundadas. Em linhas gerais, essas críticas são feitas em grande parte com viés ideológico. As críticas geralmente são feitas de acordo com o posicionamento que convém ao indivíduo ou ao grupo.

Se partirmos da hipótese de que um indivíduo tem determinada opinião, ou que analisa os fatos do passado levando em consideração o que ouviu de seus avós

⁷⁴ JÖRN, Rüsen. O que é a Cultura Histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a história (1994, p. 64)

e pais durante sua vida, por exemplo, ele poderá estar mais suscetível a determinados posicionamentos de acordo com o que “aprendeu”. Ou seja, a tendência é que se aproxime de quem irá externar uma opinião parecida com aquela que lhe “parece ser a mais correta”. Possivelmente não irá ocorrer uma análise crítica de alguma informação para que se possa repelir determinados discursos que sejam mais perigosos ou que estejam distorcidos.

A disciplina de história se faz de suma importância durante esse processo de amadurecimento do indivíduo. E mais do que entender datas e fatos da história, é importante que o aluno tenha desde cedo o auxílio e as ferramentas para que analise de forma crítica e interprete o passado a partir do presente, também analisando o momento histórico em que está inserido. Nessa linha, no artigo “Ensino de História, memória e história local”⁷⁵, para Carlos Henrique Farias de Barros, “a compreensão da disciplina História passa por uma compreensão de como a história é construída a partir das evidências do passado e essa construção é feita sempre distanciada do mesmo”. O autor ressalta ainda que “a história não é o passado, mas sua reconstrução a partir das evidências balizadas pelas compreensões possíveis e pelos interesses do momento da reconstrução”.

A escola é importante para ajudar no desenvolvimento do indivíduo e para que ele consiga desenvolver uma melhor compreensão e capacidade de análise. Mas é fundamental ressaltar a necessidade de que o tema seja discutido de forma mais ampla, não apenas no ambiente escolar e/ou meios acadêmicos. A disciplina poderia estar presente na educação continuada, por exemplo, programas específicos, para que esse indivíduo ou grupo possa continuar se desenvolvendo para uma melhor construção da consciência histórica e análise do presente e o meio em que vive.

A compreensão do passado e o melhor entendimento, digamos assim, do presente, é importante para que o indivíduo não só entenda os fatos, o que aconteceu, mas saiba interpretá-los, analisá-los e enxergue como determinados acontecimentos influenciaram na sociedade atual e em como ela foi moldada. Ainda no artigo citado, Carlos Henrique afirma:

O estudo de sociedades de outros tempos e lugares pode possibilitar a constituição da própria identidade na qual o cidadão comum está inserido, à medida que introduz o conhecimento sobre a dimensão do ‘outro’, de uma ‘outra sociedade’, ‘outros valores e mitos’, de diferentes momentos históricos (BARROS, 2013, p. 305)

O desconhecimento do passado pode criar um indivíduo suscetível a acreditar na primeira informação que receber, ou seja, em um receptor passivo, que não irá analisar de forma crítica uma mensagem e, por consequência, haverá uma maior dificuldade em analisar a sociedade atual. Interpretar o passado e saber analisá-lo criticamente, auxiliará no processo para que o indivíduo compreenda o presente e se enxergue como parte dessa engrenagem e em como seus próprios atos e dos grupos da sociedade atual terão total reflexo no futuro.

⁷⁵ BARROS, C.H.F.. ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL (2013, p. 306)

Interpretando o passado e compreendendo que cada indivíduo é um agente de seu próprio tempo e espaço, será possível uma melhor projeção de futuro. Sendo assim, podemos levantar a hipótese de que esse indivíduo ou grupo poderá identificar de uma melhor forma os problemas do presente e apontar, fazendo uma projeção futura, onde as correções precisariam ser feitas para que, por exemplo, determinados acontecimentos do passado não ocorram novamente.

Os fatos do passado levantados inicialmente neste texto sobre Getúlio Vargas, seu posicionamento ambíguo e os motivos que colocaram – de forma oficial -, o Brasil na Segunda Guerra Mundial, são importantes para que se faça uma análise sobre a sociedade atual e em como esses e outros fatos do passado são discutidos (ou não) atualmente. Principalmente se for feita uma análise do comportamento que é visto atualmente nas redes sociais, por exemplo. Análises feitas sobre temas importantíssimos sem aprofundamento, sem criticidade e, infelizmente, sem conhecimento aparente dos fatos históricos. Muitas opiniões externadas e propagadas de acordo com o que convém e geralmente com forte viés ideológico, alimentando a polarização e a discussão sem profundidade.

Em “Atitude Historiadora na Leitura dos não Lugares”⁷⁶, o professor Marco Antônio Silva e Suelena Maria de Moraes, citam Jörn Rüsen (2006), e sua visão sobre o conhecimento histórico não significar o “acúmulo de uma quantidade de informações relacionadas a fatos do passado”. Para ele, o conhecimento histórico “deve servir como uma ferramenta de orientação temporal que levaria a uma leitura do mundo no presente e embasaria uma avaliação quanto às perspectivas de futuro”, ou seja, os acontecimentos do passado são estudados para que seja feita a interpretação desses fatos a partir de uma análise do presente para que o futuro e suas correções sejam projetadas.

Ainda de acordo com Rüsen no trecho citado pelos autores sobre o conhecimento histórico, ressalta-se que: “Essa leitura do presente e a construção teórica de perspectivas do futuro, por sua vez, estariam alicerçadas nas experiências humanas do passado”. Os autores lembram que essa interpretação e análise entre passado e presente se relacionam de tal forma, que o caminho inverso também acontece: “Ainda é necessário registrar que, se o conhecimento do passado oferece perspectiva para compreensão do presente, a compreensão do presente também auxilia na compreensão do passado”⁷⁷.

Durante a segunda unidade da disciplina “Práticas Educativas em História no Ensino Fundamental”⁷⁸, do curso de especialização em Metodologia do Ensino de História, o Prof. Dr. Elton Bruno Ferreira cita Bertolt Brecht (1858-1956), poeta alemão e autor do poema “Nada é impossível de mudar”⁷⁹. O poema iniciado exatamente pelo título, “pede” que se desconfie, interprete e analise o que se mostra como habitual, ou o que seja frequente e que não se “aceite” simplesmente o que pareça “normal”. Em outro trecho o poeta escreve: “de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural”. Pode-se dizer que este poema se faz atual, uma vez que estejamos em um

⁷⁶ SILVA, M.; MORAIS, S. Atitude historiadora na leitura dos não lugares (2017, p. 116)

⁷⁷ SILVA, M.; MORAIS, S. Atitude historiadora na leitura dos não lugares (2017, p. 117)

⁷⁸ Pós-graduação Lato Sensu em Metodologia do Ensino de História em curso, pela Universidade Cruzeiro do Sul (2021/2022)

⁷⁹ BRECHT, B. Antologia poética. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1982.

momento em que não se deve tomar toda e qualquer informação como uma verdade absoluta. Diante do que foi discutido até aqui, não se pode negar que, em tempos de ânimos alterados e redes sociais em ebulição, a importância da discussão sobre conhecimento histórico e sobre a sociedade em que vivemos é enorme. Interpretar o passado e compreender o presente e vice-versa são de suma importância para o desenvolvimento do indivíduo e para uma sociedade mais empática.

CONSIDERAÇÃO FINAL

A clara ambiguidade no posicionamento de Vargas e seu governo influenciou no passado em como as colônias de países do eixo no Brasil viveriam e, a partir dali, na construção da sociedade em que vivemos. Compreender como se deu esse processo de entrada do Brasil na Segunda Guerra também ajuda a desmistificar essa imagem de “herói nacional”, como um personagem único, o salvador e o detentor da verdade para construir o futuro do Brasil naquele período. De fato foi figura central, mas se faz necessário analisar de forma crítica e interpretar os fatos, para construir e entender os significados das ações do governo à época. Compreender o período, auxilia no entendimento do presente, essa relação mais próxima aos Estados Unidos. Podemos levantar a hipótese de muito da aproximação das culturas e de certa dependência sobre alguns fatores, faz parte de uma “herança” de décadas atrás, gerada pelas decisões tomadas lá atrás. Um dos problemas de se ter esse passado “esquecido” no tempo presente, como a pesquisa com o público mostrou, é o enfraquecimento da capacidade de análise crítica e reconhecimento do que o passado significou e significa. Se partirmos da hipótese de que as discussões e ferramentas são quase restritas ao meio acadêmico, é importante levantarmos esta questão para que haja uma abertura na discussão de como a educação histórica pode melhorar a capacidade do público – sem que nos esqueçamos que é importante que esse trabalho já exista na educação básica - em geral de interpretar o passado, compreender o presente e, no futuro, não cair nas armadilhas de quem usa a história e seus elementos como arma ideológica ou saber se posicionar contra quem banaliza os horrores causados, por exemplo, por regimes ditatoriais. Há também de se pensar em uma discussão mais ampla sobre esses temas, que integre grupos de diferentes idades, classes sociais, níveis de escolaridade. O desenvolvimento, o debate sobre esses temas não pode ser restrito a um grupo ou a um período de vida do indivíduo, se faz necessário expandir, fazer com que seja contínuo, democrático e de fácil acesso para que seja possível a construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

BARROS C.H.F. ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL. Revista de História da UEG, v.3, p. 301-321, 2013.

BRECHT, B. Antologia poética. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1982.

DOS SANTOS BONET, Fernanda. O discurso oficial brasileiro durante a II Guerra Mundial O Brasil se une para a Guerra. 2008.

DOS SANTOS, Rodrigo Otávio. Consciência Histórica, Narrativa Histórica e o Ensino. 2015.

VARGAS, Getúlio Dornelles. Getúlio Vargas: diário. V.2 Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1995.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo, capítulo 4: Memória, história, presente. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

IBARRA DOS SANTOS, Luciana. Há algo de novo no front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. p. 32-44, 2006.

LAVILLE, Christian. Em educação histórica, a memória não vale a razão! Educação em Revista, 2005.

LEVINE, Robert M. O Pai dos Pobres? Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PILAGALLO, Oscar. **Saudações a Hitler, saudações a Roosevelt.** Especial para a Folha de S.Paulo, 2004.

RÜSEN, Jörn. **Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história.** 2009.

RÜSEN, Jörn. O que é a Cultura Histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a história. 1994.

SILVA, M.; MORAIS, S. Atitude historiadora na leitura dos não lugares. Revista Científica das Áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte, v. 10, n. 2, jul./dez. 2017.

SANDER, Roberto. O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

WANDERLEY, Sonia. Cultura histórica, mídia e ensino de história: problemas políticos de ensinar e aprender. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 2012

A REPRESSÃO DA CAPOEIRA EM SALVADOR SÉCULO XIX EM SALVADOR

Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade⁸⁰
Cleinaldo Ribeiro dos Santos Andrade⁸¹
Severiano Janeo da Silva Gomes⁸²

Resumo: Neste trabalho trataremos da repressão da capoeira em território nacional, especificamente na salvador de 1890, com a promulgação do Código Penal, a prática da Capoeira então exercida sobretudo por pessoas negras, muitas delas recém-egressas da escravidão, passou a ser proibida em todo o território nacional, o Estado detentor do monopólio da violência e utilizando-se de um manto de legitimidade da força fez os interesses econômicos e as expectativas da classe dominante burguesa contribuir para manutenção da repressão. Contaremos com o suporte de autores como: Filho (1955), Junior (2010), Tavares (2016), entre outros.

Palavras chave: Capoeira, repressão, escravidão.

A capoeira associada a marginalidade

Em 1890, com a promulgação do Código Penal, a prática da Capoeira, então exercida, sobretudo por pessoas negras, muitas delas recém-egressas da escravidão, passou a ser proibida em todo o território Nacional. Neste, registrou-se que:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal; Pena -- de prisão celular por dois a seis meses.
Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dôbro.⁸³

É importante salientar que, antes mesmo de ser proibida sob o ponto de vista da legislação, a prática da capoeira já não era bem vista, especialmente pelas autoridades policiais. Contudo, neste cenário vemos os primeiros anos da República a qual precisava ser consolidada e legitimada, por um ideal civilizatório, se tem como foco a repressão de qualquer comportamento político ou social que fugisse da ordem instituída, posto que as ruas da cidade só estariam seguras quando fossem extinguida a vadiagem que consequentemente abrangia a capoeira neste período.

O estudioso Walter Fraga (1995), em seu livro: Mendigos, moleques e vadios. Na Bahia do século XIX, trata do cenário da cidade de salvador no século XIX, descrevendo as feições da miséria baiana nas ruas da cidade, é notório um perfil de sociedade, que cultua a repressão e a indigência, com a emergência de um novo

⁸⁰ Possui Graduação em História pelo UniAGES, Graduação em Pedagogia pela Unicesumar, Especialização em Ensino de História-UCAM, Educação Infantil e Psicopedagogia, Coordenação Pedagógica e Libras - UNIBF. Atualmente é Mestranda em Políticas Públicas pela FLACSO.

⁸¹ Estudante do curso de Direito da Faculdade ESTÁCIO DE SÁ – Aracaju-SE

⁸² Graduação em Nutrição pela UNINOVAFAPI, especialista em saúde pública- Uniter, especialista em saúde pública- Fiocruz, mestrando em educação- UPE.

⁸³ Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 2664 Vol. Fasc.X (Publicação Original)

tipo de estado, devido modificações que ocorrem, na resolução feudal, com o latente processo de urbanização e remodelação de igreja católica.

Assim essa nova ordem, incitada e debatida dentro da igreja católica, trazem influência direta referente ao molde dos sujeitos que poderiam ser acolhidos a fé cristã, bem como se definia também os que deveriam ser afastados. Assim o estado toma as rédeas, tendo em mão o poder de regular aspectos como, o isolamento e a repressão dos indivíduos que dentro daquele cenário eram considerados marginais.

“[...] a delinquência era atributo de indivíduos sem trabalho, e sem moradia certa. Indivíduos [...] presos, pelo simples fato de estarem vagando sem destino pelas vias públicas ficam sempre marcados pelas forças repressivas como marginais” (FRAGA, 1955, p.87).

Neste sentido se tem a pobreza como algo próximo do profano e da bandidagem, perdendo o aspecto que antes possuía de sagrado, e legitimamente cristão, se pensa a pobreza como algo intolerável, os indivíduos que perpetuam deste estigma estavam totalmente fadados, a todo tipo de violação e isenção de direitos, era um lado ruim da sociedade que precisavam ser camuflados.

É importante salientar que esta obra, dentro da historiografia vem trazer várias contribuições pois traz questões referente, indivíduos e grupos marginais, mostrando que este também tem história, história essa potencialmente negra e que precisa ser registrada.

O pensamento e a cultura política brasileira do início da República refletem na lei penal o que possibilitou ser o referido Código Penal de 1890 mecanismos de poder do Estado sobre a sociedade, impondo um exacerbado controle principalmente em face das classes desfavorecidas.

O Estado, detentor do monopólio da violência, e utilizando-se de um manto de legitimidade da força fez os interesses econômicos e as expectativas da classe dominante burguesa prevalecer.

O sistema político restrito e sem efetiva participação popular baseado no Coronelismo, só poderia resultar em um arquétipo jurídico igualmente segregador e legitimado sobre pilares de discriminações negativas. Nesse contexto, a capoeira foi inserida no Código Penal da época em seu art. 402, como forma de exercer controle absoluto procurando acabar com a prática no intento de disciplinar e regradar a vida social seja de um grupo ou indivíduo.

A proibição não acontece preponderantemente pela suposta periculosidade desta manifestação cultural. A racista e preconceituosa sociedade da época, na busca do tipo ideal, pretendia apagar um “feio” histórico escravocrata e retrógrado passado brasileiro para aproximar mais do estilo de viver do europeu contemporâneo. Proibir, punir aparentava ser um modo eficiente de não deixar rastro dele, daí a positivação da prática da capoeira como crime.

O comentado diploma legal revelava substancialmente como a legislação era fruto da sociedade, não podendo ser ele compreendido fora de contexto. Os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais fazem surgir, desaparecer e orientar as leis de um país ou comunidade.

Não podendo dissociar nem apartar tais fatores no entendimento e concretização dos diplomas legais, sejam criminais ou de outra ordem. Isso é parte intrínseca da evolução legislativa de todos os povos, é claro, que se manifestam de diversas formas, contudo em todos eles a intencionalidade de um grupo, classe, indivíduos ou povo se faz presente emergindo em leis e costumes condicionado a conduta ou pretensão em fazê-lo dos governados.

Neste sentido, os capoeiras, então vistos como vadios⁸⁴, para dar continuidade a essa prática passaram a realizá-la de modo sigiloso, sobretudo para que não acabassem sendo notados pelas autoridades, uma vez que poderiam ser submetidos a severos castigos.

A capoeira, assim como o Candomblé ou qualquer forma de representação da cultura negra, não se enquadrava no ideal civilizatório que pregava pela propagação de uma cultura branca que fosse refinada. Nada que remetesse aos negros sofridos das classes populares e carregavam o estereótipo de atraso da nação.

No entanto, foram nestes espaços de vadiagem que a capoeira permeou diversos universos na Bahia. Foi a resistência deste povo que desafiava a polícia nas ruas, por um ideal de vida livre sem repressão latente, e esmagadora, das práticas, e tradições, que permitiam aqueles indivíduos a satisfação de poder transmitir com o uso do corpo o grito por respeito liberdade de expressar, suas crenças.

E direito a vida digna, a possibilidade de andar nas ruas sem medo de ser agredido, ou seja, toda essa trajetória foi válida e essencial para que a Capoeira tomasse rumo e conseguisse ser incorporada as academias, ganhando assim mais credibilidade e prestígio.

Contudo, é interessante notar todo esse processo de perseguição que foi vivenciado nas ruas, ou seja, na sociedade em geral. Castro Júnior (2010), em seu estudo, traz a preocupação de entender o contexto histórico cultural da formação da cidade de Salvador para compreender os campos de visibilidades da capoeira Baiana.

Ele afirma que a cidade foi pensada pelos colonizadores portugueses a partir de um viés civilizatório. Contudo, há um choque entre as culturas, por ser um espaço permeado por culturas distintas, onde vemos o negro e o índio, como oprimidos por uma força civilizatória, que não consegue encontrar uma forma totalmente eficaz de destruição destas culturas distintas.

O dito autor aponta a cidade de Salvador como primordial dentro do sistema colonial-moderno, aonde a cultura predominante europeia ditava o que podia ser considerado como de “bons costumes”, contribuindo assim para que se repudiasse qualquer comportamento que pudesse ser considerado impróprio;

Dessa maneira, a cultura baiana funda e fundem-se, nas lutas, desejos opostos e necessidades de alianças, de composição de saberes múltiplos e devires diferentes. Nessa circunstância histórica e social, a cultura dominante europeia e as “culturas subalternas” negra e indígena se misturam nascendo uma cultura de ginga e manhas dos corpos-culturais. (JÚNIOR, 2010, p.26)

Apesar da cultura predominante europeia sempre ter se mostrado preponderante, existiu uma mescla desta com as culturas ditas subalternas, ocasionando em uma mistura que refletiu na junção de elementos que vieram formar novas expressões culturais. A capoeira permeia vários espaços, driblando os mecanismos que a sociedade usa como forma de repressão, mostrando assim a sua capacidade de resistência.

É, ao mesmo tempo, uma dança luta que incorpora ginga, dança e malícia. Traz na sua essência o símbolo da resistência, interpretando assim os mecanismos da sociedade e levando adiante a destreza de ter como arma o próprio corpo.

Com o fim da escravidão uma grande leva de ex-escravos que se viam dentro de uma sociedade totalmente racista e preconceituosa, e sem nenhuma oportunidade de vida digna, desta forma estes mesmos precisavam sobreviver

⁸⁴ Termo usado para identificar a prática da capoeira desde o século XIX, na Bahia, é usado com conotação crítica, por parte das classes dominantes.

buscando assim diversas formas das quais lhes eram oferecidas, se tem os capoeiras neste cenário, como indivíduos que ganhavam a vida na malandragem.

Os mesmos trabalhavam como capangas, cabos eleitorais dentre outras coisas o que contribuía para essa estigmatização da imagem do capoeira como um marginal, justamente por estar associada a esse tipo de comportamento dos praticantes. Contudo, nem os capoeiras deste período viviam nas ruas como vadios. Muitos trabalhavam, sendo que fora do horário de trabalho estes mesmos se reuniam para jogar a capoeira.

A população de Salvador em sua maioria, era composta por negros. A capoeira surge enquanto luta, religião e resgate de uma herança cultural. Contudo, qualquer forma de representação da comunidade negra é enxergada como não legítima por parte da elite branca civilizadora abominando assim esses tipos de representações. “A maior parte dos baianos capoeiras [...] de acordo com os padrões de cor do Brasil do final do XIX.

Esses padrões se dividiam em "pretos", "pardos" (mulatos e mestiços) e "fulos"(mestiços claros), "caboclos", morenos e brancos” (SOARES,1998-1999, p. 147-146), vemos que há predominância dos negros na capoeira do final do século XIX.

Ainda de acordo com o autor, esse cenário muda quando há o aparecimento de imigrantes e com o êxodo rural, isso acontece no final do século XIX. Sendo que no começo do século XX, a capoeira está no campo da ilegalidade. Para entendermos melhor o cenário da criação das academias, que vem institucionalizar a capoeira, temos que atentar para o contexto nacional aonde em 1930 Getúlio Vargas chega ao poder.

A estudiosa Fonseca (2008), aborda que está em pauta neste contexto, a discussão entre intelectuais acerca do caráter miscigenado do país, onde se acreditava que a questão da miscigenação era o fator que causava o atraso ao subdesenvolvimento do país, formulando como solução que se pudesse embranquecer a população deixando de lado os indivíduos de caráter mestiços enquanto contribuintes para o desenvolvimento da sociedade.

Enxergando a vinda de imigrantes brancos como benéfica para que se pudesse realizar o embranquecimento da sociedade, assim se reprimia de forma ferrenha qualquer tipo de representação que viesse caracterizar a população de caráter mestiço que eram tidos como uma raça inferior. Assim a capoeira, o samba entre outros aspectos da dita “raça inferior” eram reprimidas de forma latente.

Mestre bimba no processo de descriminalização da capoeira

Pretendo neste capítulo, abordar a história do mestre Bimba enquanto propulsor. De uma nova forma de jogar e entender a capoeira, não é exagero afirmar que este é referência em todas as rodas de capoeira no mundo, bem como para os mestres, isso fica notório na fala do mestre Faísca quando se refere ao mestre afirma: “Um mestre muito importante né, porque primeiro senão fosse ele não existiria a capoeira porque ele foi o criador da capoeira [...]”⁸⁵. Assim para entender a trajetória do mestre faísca se faz necessário entender, suas convicções e valores, e em que acredita.

Por sua vez, Manoel dos Reis Machado (Mestre Bimba) era filho de Luiz Candido Machado, um praticante de Batuque (luta de ascendência africana muito

⁸⁵ Entrevista Concedida por OLIVEIRA, Raimundo de Jesus. Raimundo de Jesus Oliveira [agosto.2015] Entrevistadora: Claudiana Ribeiro Dos Santos Andrade, Poço verde- SE 2015-2 ARQUIVIS Mp3 (26 minutos e 39 segundos).

cometida na Bahia até o início do século decorrido) e de Maria Martinha do Bonfim. O referido Mestre baiano teve sua iniciação na capoeira aos 12 anos de idade em (1912).

Segundo Campos apud, Almeida (1944), ele começou na capoeira na estrada das boiadas, atualmente bairro da Liberdade, em Salvador. Seu mestre foi o africano Bentinho, capitão da Cia de Navegação Baiana.

Este mesmo começa a praticar a capoeira nas duas primeiras décadas do século XX, momento qual a prática da Capoeira ainda era reprimida em todo o território nacional por decreto de lei.

O aprendizado de Mestre Bimba com o seu professor Bentinho dura quatro anos. Após isso, Bimba começa a passar o que havia aprendido dando aula durante 10 anos na capitania dos portos da Bahia.

A partir dos ensinamentos do referido Mestre Bimba se torna um exímio capoeirista sendo muito ágil na destreza de seus golpes e na maestria de suas lutas ganhando assim fama na Bahia. Foi carvoeiro, doqueiro, trapicheiro, carpinteiro, mas, sobretudo, capoeirista.

Podemos elencar alguma semelhança entre o mestre Faísca e o mestre Bimba, muito embora o mestre faísca sempre tenha exercido seu trabalho voluntariamente, enquanto o mestre Bimba depois que funda academia passa a ter uma renda oriunda desta se percebe que ambos os mestres, buscavam outras formas de “ganhar a vida”, exercendo assim vários trabalhos.

Pois até então com a capoeira não dava para sobreviver, sendo o destino do mestre Bimba um pouco diferente, pois a partir da inauguração da sua academia começa a ter lucro. Fica notório é que por vezes os mestres de capoeira se valem de outra ocupação para conseguir o sustento da família, pois enquanto mestres de capoeira não conseguem uma renda fixa, o que ocasiona numa maior sobrecarga dos mestres em conciliar os ensinamentos da capoeira com o trabalho, que é necessário para sobrevivência.

Não obstante, em 1928 vem criar a vertente da capoeira regional. Para o mestre uma capoeira mais eficiente, que traz misturas, dentre elas a do antigo batuque, luta qual seu pai era excelente praticante, introduzindo também nos golpes qual julgava necessário, contudo mantendo a essência da capoeira. A capoeira enquanto expressão de um povo por séculos oprimidos, sempre carregou consigo o estigma da sua origem, proibida.

Foi Mestre Bimba foi
Foi Mestre Bimba
Que num sonho me falou
Que na capoeira tem mandinga
A capoeira é arte
É cultura sim senhor
A capoeira é uma dança
Que veio do negro sofredor
Coro
Oi, capoeira é dança
É luta, é magia pode crer
A capoeira é pra todos
É pra mim é pra você
Coro
Pois eu treino todo dia
Treinar nunca é demais
Oi, na roda de capoeira

Eu lembro dos meus ancestrais
Coro
Oi, olha tronco, senzala,
Chicote e corrente
Que já apodreceram
Tudo isso me faz lembrar
O quanto os negros sofreram
Coro
Quando eu ouço o berimbau
Eu preparo minha ginga
O meu corpo se arrepiã
Eu lembro de Mestre Bimba⁸⁶

É notório que a figura de mestre Bimba serve de referência para os capoeiras até os dias atuais. Há cantigas nas rodas de capoeira fazendo referência a figura do mestre enquanto um herói, que revolucionou o cenário capoeirístico, sendo que nas cantigas se tem vários aspectos que caracterizam a vida dos capoeiras do passado a atualidade.

É importante entender que o mestre Faísca, assim como foi mestre Bimba, tem o intuito de preservar a capoeira, não deixar esta perder suas raízes no sentido de ter a preocupação com os rumos dos alunos enquanto cidadãos, explicar o verdadeiro sentido da prática, Mestre Bimba tirou a capoeira das ruas da marginalidade, o Mestre Faísca a leva para as comunidades, expõe em eventos, traz adolescentes para o esporte, exerce um papel social interessante, no sentido de usar a capoeira enquanto mecanismo de interação, inclusão, diversão, e disciplina.

Ainda é interessante salientar que a perspectiva da música na capoeira é muito importante, pois se descreve toda história da capoeira, desde a sua matriz, até a resistência negra, as histórias de vida dos capoeiristas, as conquistas as perdas, trazem toda a história de forma leve, assim o indivíduo que pratica a capoeira, começa a entender a dimensão e a história desta prática, aprendendo a respeitar.

Tavares (2006), traz uma abordagem das cantigas na capoeira a partir de vários olhares, onde retratam que as cantigas, tem um significado simbólico” as cantigas na capoeira [...] elas podem se referir ao próprio contexto, social, [...] as ideias de moralidade, desafio, despedida, alerta, amor, saudade, guerra, submissão, justiça social estão presentes implícita ou explicitamente. (TAVARES, 2006, p.87)

Contudo, ao longo do tempo a capoeira vem se fortalecendo e buscando seu espaço, derrubando as barreiras do passado e as perseguições, saiu do campo da ilegalidade. Mas ainda há luta percebemos isso a partir da saga do mestre Faísca que neste tempo presente ainda defende e salvaguarda as raízes da capoeira.

É primordial neste cenário entender a figura de Mestre Bimba, que nos fins dos anos 1930 e início dos 1940 vem fundar uma academia, tirando a capoeira das ruas e à institucionalizando. Também vale salientar o empenho do Mestre Pastinha,⁸⁷ o qual, do mesmo modo, cria uma academia intitulada de Centro Esportivo de Capoeira Angola (CECA) em 1941.

O referido mestre igualmente ao mestre Bimba vem institucionalizar a capoeira trazendo a vertente da capoeira angola, contudo essa capoeira não foi tão valorizada pelo estado quanto a capoeira regional que vem se tornar a capoeira mais divulgada, na sociedade neste período, pois esta vinha inovar trazendo assim credibilidade estando desvinculada da capoeira marginalizada praticadas nas ruas,

⁸⁶ Mais acessadas em abada capoeira. Disponível em: <https://www.ouvirmusica.com.br/abada-capoeira/72918/> acesso em:21 Abril de 2021.

⁸⁷Vicente Joaquim Ferreira Pastinha

tendo como diferencial um mestre extremamente ativo e preocupado com os rumos da capoeira.

Colocando sempre em pauta a valorização da mesma, em todos os âmbitos. Podemos dizer que o mestre Faísca se assemelha ao mestre Bimba neste quesito, de estar colocando sempre a capoeira em primeiro plano e se preocupando com os rumos da mesma, para tanto, o mestre Pastinha defendia que a capoeira angola era a legítima que preservava suas raízes intactas ao tempo era a capoeira dita mantenedora de uma tradição.

É notório que a história da capoeira é demarcada, pelos esforços dos mestres, assim trago o mestre Faísca, como mais um destes mestres, que estão inclusos dentro do cenário capoeirístico.

Buscando condições e apoio pra passar o que lhe foi ensinado, enquanto mestre de capoeira ele se sente no dever de passar seus ensinamentos, formar alunos na capoeira, levar estes alunos para eventos para que possam entrar em contato com outras pessoas outros grupos de capoeira, compartilhar experiências, e principalmente oportunizar e levar a capoeira até as pessoas.

Para tanto, Mestre Bimba cria a vertente da capoeira regional. Vertente qual vai trazer a desvinculação da capoeira do código penal de 1890. Isso porque, no ano de 1937, o Mestre Bimba apresenta essa nova vertente da capoeira ao presente presidente Getúlio Vargas, depois de então a capoeira passa a ser vista como esporte totalmente nacional o que foi primordial para que a capoeira se desvinculasse do cenário das ruas e da criminalidade. Onde o presente presidente vê que a capoeira regional pode ser adequada aos ideais do estado novo.

Campos (2009), vêm trazendo uma reflexão acerca da trajetória de mestre Bimba, e a contribuição da sua escola e da chamada capoeira regional, sendo que o autor foi aluno do referido mestre dando a sua obra um ar de especificidade e abordando aspectos muito particulares da escola e da vida do mestre Bimba.

O referido autor aborda que o mestre Bimba se utiliza da capoeira primitiva denominada Angola⁸⁸, para criar a nova vertente da capoeira a chamada regional ainda de acordo com o autor a capoeira angola se consolida nos quilombos onde os escravos fugidos tinham a “liberdade”, de praticar a capoeira angola que o dito autor afirma ser a mãe da capoeira regional.

Mestre Bimba afirma ter criado uma nova vertente dentro da capoeira pautado na já existente capoeira Angola, e no batuque dança luta qual seu pai era praticante.

Dando assim aos praticantes da capoeira novas possibilidades de jogo e de movimentos corporais. É importante salientar que na academia do referido mestre a capoeira além de se desvincular das ruas se desvincula também da ideia de que somente os negros eram praticantes da mesma.

Neste período, a academia do mestre Bimba era bem frequentada por uma grande parcela de pessoas brancas que não resistiram ao chamado da dança/luta, que contagiava seja pelas cantigas seja pela maestria do berimbau, pandeiro e atabaque que juntos formam uma melodia, que ao ser ouvida é também incorporada e sentida.

É interessante ressaltar a diferença entre esses dois mestres temos o mestre Faísca, divulgando e difundindo a capoeira para as camadas mais humildes da sociedade, contudo, fica notório que o mestre Bimba também tinha alunos da classe média, temos que entender e diferenciar a prática de cada mestre que podem ser subjetivas, sendo semelhante em alguns aspectos ou não, o que quero dizer é que não podemos homogeneizar a prática dos mestres de capoeira pois cada um vive em um contexto específico.

⁸⁸ Manifestação primitiva que nasceu da necessidade de libertação de um povo escravizado, oprimido, sofrido e revoltado.

A Capoeira Regional está disseminada no mundo inteiro, tendo como grande líder Mestre Bimba. Ele é reverenciado como um herói e rara é a sala de aula de Regional que não ostenta sua fotografia, a de um mito que soube, mesmo sendo uma pessoa iletrada, distinguir seu ofício de capoeirista, vencendo todas as resistências impostas às manifestações culturais advindas dos negros escravos. (CAMPOS,2009, p.26).

Mestre Bimba com um grande incentivador da arte da capoeira Regional expandindo a mesma, dentro do universo nacional e internacional, passando seus ensinamentos para os seus alunos para que pudessem dar continuidade ao seu legado, sendo que a escola de mestre Bimba.

Que além de tudo é considerada uma filosofia de vida pelos praticantes desta, Bimba expressava grande preocupação com os rumos da capoeira baiana, por conta disso vemos que o mesmo tem a preocupação de criar a Capoeira Regional que traz a capoeira a partir de um novo viés, incorporando novos golpes e consequentemente novos olhares.

Acerca de uma manifestação afro-brasileira que até então sofre grande preconceito, com o advento da escola de mestre Bimba o pré-conceito não vai desaparecer, mas se cria um novo olhar, se abrem novas portas para a capoeira baiana no âmbito nacional e internacional, o mestre tinha o intuito de manter essa essência da capoeira como luta de resistência, de um povo que tem suas raízes atacadadas numa história de sofrimento, angústias e luta por sobrevivência; tanto física como dos seus costumes ,que foram sufocados por uma força civilizadora e exterminadora.

Essa nova vertente a ser testada nos ringues onde mestre Bimba ganha fama sendo um lutador inabalável onde seus adversários não conseguiam passar mais de 1 minuto e 10 segundos, porque eram logo nocauteados por Bimba. Se percebe essa nova vertente da capoeira como extremamente eficaz denominada regional por ter suas raízes na cidade de Salvador e ser inicialmente ser praticada somente lá, contudo começam a dar grande visibilidade a capoeira Regional justamente essas apresentações de mestre Bimba, ganharem tanta repercussão sendo assim noticiado e m vários jornais da Bahia.

Mestre Bimba criou a Capoeira Regional, chamada também de “Luta Regional Baiana”, aproveitando-se dos seus conhecimentos da Capoeira Angola adquiridos nos ensinamentos com seu mestre Bentinho e do batuque, uma luta braba e violenta aprendida na convivência com seu pai Luiz Candido Machado, batuqueiro famoso e campeão, numa época em que a Capoeira era vista como atividade marginal por ser oriunda de manifestações do povo africano escravizado no Brasil. (CAMPOS,2006. p.138)

Ainda de acordo o referido autor que vem abordar de forma detalhada a vida e a trajetória de mestre Bimba, desde a relação com os seus alunos enquanto mestre, até a sua vivência de amizade e companheirismo com os seus alunos. Bimba percebia a capoeira muito floclorizada, diferente da capoeira que havia aprendido o seu mestre, havendo assim uma descaracterização da capoeira enquanto luta.

O autor ainda afirma que Bimba tinha um projeto para a capoeira regional onde almejava que essa mesma chegasse a ser reconhecida em toda a Bahia, onde levanta também a questão do mestre Bimba enquanto agente fundamental na visão de alguns autores, na questão da nova visão que se cria acerca da capoeira no contexto.

Onde até então se olha a mesma a partir de um viés discriminatório apenas como, algo passível de não atenção no aspeto cultural, ou seja, era um empecilho para o progresso da sociedade da época onde a capoeira regional de mestre Bimba e trazer novas perspectivas e novos olhares para a capoeira na sociedade.

O Mestre Bimba, além de exímio capoeirista, e apesar de ter nascido na camada pobre da sociedade, almejava e sonhava alto a capoeira Regional, tinha uma visão de mundo bem abrangente onde tinha a percepção que a capoeira precisaria ser “recriada” para que pudesse ser respeitada e aplaudida por todas as camadas da sociedade. A capoeira vem agregando novos valores, novos espaços e novos adeptos.

Difundida enquanto esporte, luta, dança, e cultura do povo negro, deixando de lado aquela capoeira estereotipada qual era associada a vadiagem e ao repúdio justamente por conta do comportamento de alguns capoeiristas que se utilizava da capoeira de forma que vinha a infligir certas condutas da sociedade.

Onde desta maneira se reforçava os estereótipos que não eram poucos, pois a mesma já era oriunda da cultura negra que não era bem vista na sociedade, contudo estes capoeiristas marginalizados sentiam a necessidade de se utilizar da capoeira para ganhar a vida. Não deixava de ser uma necessidade, pois neste contexto há uma sociedade totalmente marginalizada sem espaço para a população pobre, negra e marginalizada.

Conforme explicitado nas várias entrevistas realizadas com os mestres de capoeira e com o próprio mestre Faísca, ainda podemos perceber traços, destes estereótipos embora a capoeira hoje seja reconhecida e difundida ainda carrega ranços do seu passado não tão distante.

Por meio da capoeira há salvaguarda da memória e imagem de um passado sofrido. Isso fica bem explícitos nas músicas que são cantadas nas rodas de capoeira ao longo dos séculos músicas quais relatam o sofrimento, a conquista a perda, ou seja, a música na capoeira também é uma forma de expressão.

Conclusão

O trabalho teve como centro e censor o mestre de capoeira, que está distante desta expansão, por serem indivíduos formados pela tradição dentro das rodas de capoeira de modo tão peculiar e artesanal dificultando assim qualquer investida que privilegie a produção de massa, pois o mestre é forjado a “fogo lento”, é a experiência, a observação de longo prazo as construtoras dos mestres razão pela qual não se pode “vender” facilmente a capoeira, contudo diante de sua ímpar importância e representatividade jamais poderemos desconsiderar a iminente necessidade de preservá-la.

Tendo uma dinâmica própria, que vem desde os seus ancestrais acerca de como conduzir. Esta prática não é formada pelas faculdades não cumpre exigências acadêmicas comuns como existentes em espaços como: escolas, universidades e outros.

Isso inclusive minimiza a expansão, por essa razão, ter como foco a prática do mestre Faísca traz ao centro da discussão a saga dos mestres de capoeira que vivem com extrema dificuldade no fazer pensar a dificuldade de conseguirem adentrar a outros espaços além dos habituais.

Os mestres de capoeira são formados no calor da tradição não há como imaginar eles dependentes de uma formação acadêmica para que possam exercer a sua prática, seria engessar este mestre que passaria a tentar entender outra lógica que não é a dele.

Não estando impedido é claro de eles adentrarem a estes espaços com o intuito de cumprir esta exigência para o exercício de sua prática, mas tendo como exemplo o mestre Faísca se percebe a total impossibilidade dele se inserir neste contexto acadêmico para conseguir um diploma universitário, e só então pudesse exercer a sua prática em espaços que só com a formação pela tradição de mestre de capoeira não é possível.

Durante este trabalho procurou-se abordar o papel do mestre de capoeira na sociedade, bem como seus projetos e conquistas. Principalmente pelos mestres que são os detentores deste saber prático passado de geração em geração ao longo dos séculos de acordo com a evolução do aprendiz, este por seu turno se consolida com o passar dos anos e com a experiência exigida conforme as regras de cada grupo conseguindo e só assim, por conseguinte o título de mestre.

Referências

A Capoeiragem Baianana Corte Imperilal (1863-1890) *Carlos Eugênio Líbano Soares** Afro-Ásia 21-22, (1998-1999) 147-146.

A Capoeira Contemporânea: Antigas Questões, Novos Desafios. Vivian Luiz Fonseca1CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro, Brasil. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC / FGV. Bolsista de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro Carlos Chagas Filho– FAPERJ

Campos apud, ALMEIDA, Raimundo Cesar Alves. **A saga do mestre Bimba**, Salvador,1994.

Campos de visibilidade da capoeira baiana: as festas populares, as escolas de capoeira, o cinema e a arte (1955 - 1985) / Luís Vitor Castro Júnior. - Brasília: Ministério do Esporte/ 1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, 2010.224

Campos apud, ALMEIDA, Raimundo Cesar Alves. **A saga do mestre Bimba**, Salvador,1994.

Campos, Hélio José Bastos Carneiro de. **Capoeira regional: a escola de Mestre Bimba** / Hélio José Bastos Carneiro de Campos. – 2006.

Filho. Walter Fraga, **Mendigos, moleques e vadios.na Bahia do século XIX**, Editora Hucitec,1995

Tavares, Luís Carlos v. **O corpo que ginga, joga e luta: a corporeidade na capoeira**, Luís Carlos V. Tavares (Mestre Lucas); projeto gráfico e arte final Gabriela Nascimento Capa Juracy Junior; fotos arquivo fundação Pierre Verger- Salvador: Edição do Autor,2006.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM PANORAMA HISTÓRICO

Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade⁸⁹
Cleidinaldo Ribeiro dos Santos Andrade⁹⁰
Severiano Janeo da Silva Gomes⁹¹

Resumo: O referido trabalho visa refletir acerca do conceito de políticas públicas, conceito esse que vai muito além da compreensão simplista dos termos, é necessário compreender dentro de uma linha histórica como estas se consolidam e emergem com ênfases em diferentes esferas e com diferentes nuances. Nas sociedades democráticas o termo política pública estão no cotidiano das pessoas, esse aspecto reverbera de fatores anteriores como o caráter regulador que os estados passam a assumir após a segunda guerra mundial, neste sentido contaremos com a colaboração de autores como: Castro (2012), Giovanni (2009), Kliksberg (2014), Kerstenetzky (2006), entre outros.

Panorama histórico das políticas no Brasil

Refletir acerca do conceito de políticas públicas vai muito além da compreensão simplista dos termos, é necessário compreender dentro de uma linha histórica como estas se consolidam e emergem com ênfases em diferentes esferas e com diferentes nuances.

Neste sentido, Giovanni (2009), defende que a ideia de política pública vai muito além da noção de intervenção do estado em uma situação específica, nesse caso é necessário pensar em uma lógica que leva em conta fatores que permeiam o contexto.

Assim sendo, ainda segundo o autor “penso a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o estado e a sociedade, [...]” (GIOVANNI, 2009, p.02).

Nas sociedades democráticas o termo política pública estão no cotidiano das pessoas, esse aspecto reverbera de fatores anteriores como o caráter regulador que os estados passam a assumir após a segunda guerra mundial que legitima a ideia da necessidade de intervenção estatal, o fim da bipolarização também é um aspecto importante, assim como, a consolidação das democracias ocidentais.

Outrossim, é perceptível que as emergências das políticas públicas não se dão exclusivamente pela ampliação das intervenções estatais, mas também pelas reivindicações sociais, o povo nesse contexto também precisar ser entendido enquanto agente de transformação da realidade através das suas lutas.

No contexto atual é notório que as políticas públicas específicas e bem direcionadas, contribuem de forma substancial para a redução das desigualdades, ao tempo que também podem aumentar as desigualdades sociais caso não sejam bem estruturadas, neste contexto, Kliksberg (2014), afirma que:

“Temos hoje condições reais de enfrentar com sucesso esses desafios. Sabemos onde a pobreza se encontra, desenvolvemos políticas públicas e

⁸⁹ Possui Graduação em História pelo UniAGES, Graduação em Pedagogia pela Unicesumar, Especialização em Ensino de História-UCAM, Educação Infantil e Psicopedagogia, Coordenação Pedagógica e Libras - UNIBF. Atualmente é Mestranda em Políticas Públicas pela FLACSO.

⁹⁰ Estudante do curso de Direito da Faculdade ESTÁCIO DE SÁ – Aracaju-SE

⁹¹ Graduação em Nutrição pela UNINOVAFAPI, especialista em saúde pública- Uniter, especialista em saúde pública- Fiocruz, mestrando em educação- UPE.

tecnologias sociais para enfrentá-la, podemos calcular quanto custa superá-la. ” (p.05).

Essa tendência de políticas públicas mais assertivas e vinculadas as demandas emergentes propiciam uma intervenção estatal cada vez mais direcionadas, sobretudo quando se trata de medidas de combate à fome e desigualdades sociais.

No contexto brasileiro especificamente, é possível visualizar a importância de políticas públicas contínuas que contribuem de forma direta para assistência a população a longo prazo.

A Política Social brasileira, hoje, chama a atenção pela dimensão de seu conjunto: são centenas dos mais diferentes tipos de benefícios ofertados diariamente a dezenas de milhões de cidadãos atingidos pelas ações e programas implementados pelas diversas políticas públicas de proteção e promoção social. Destaque-se, ainda, que tais políticas não se apresentam fragmentadas em ações emergenciais ou descontínuas, mas, ao contrário, operam de modo estável e sustentado no tempo, com regras e instituições estabelecidas. Boa parte dos benefícios e serviços têm estatuto de direitos e exigem capacidade instalada, com aplicação diária de recursos materiais, humanos e financeiros em sua produção e provisão, ainda que nem sempre no volume e na qualidade desejados. (CASTRO,2012, p.1020)

Essas políticas contínuas impactam de forma direta no assistencialismo da população, reverberando também na diminuição das desigualdades, é importante salientar que ainda existem muitas demandas para serem supridas e especificidades a serem analisadas, mas o contexto apresentado deixa claro a relevância da existência destas políticas ao longo dos anos. Conforme aborda Castro (2012):

“Na assistência social, a ampliação e a diversificação dos benefícios trouxe resultados expressivos à população caracterizada por indicadores de vulnerabilidade.” (p.1029).

Para além desses fatores, é possível afirmar que as políticas de assistência social no Brasil, propiciaram de forma direta a diminuição da pobreza, tendo como marcos programas como o bolsa família.

É importante levar em conta também a contribuição da política previdenciária trabalhista que emerge na década de noventa, assim como a melhoria do mercado de trabalho após o início dos anos 2000, como fatores que contribuíram de forma direta para reduzir os índices de pobreza do país.

Ainda de acordo com Castro (2012), as políticas públicas possibilitaram “[...] ampliar a justiça social no Brasil mediante a maior transferência de rendas, maior oferta de bens e serviços sociais, o que resultou em uma diversificação e em uma melhoria da proteção social/geração de oportunidades [...].” (p.1033).

Ainda neste contexto, as políticas na área da saúde ao longo dos anos reverberam de forma direta na diminuição da mortalidade da população brasileira, sobretudo quando se trata dos índices de mortalidade infantil, como podemos contestar em Castro (2012), “Na área da política de Saúde, a instituição do Sistema Único de Saúde – SUS, promoveu a unificação dos serviços públicos da área, assim como a universalização do acesso a eles.” (p.1022).

Neste mesmo contexto o olhar das políticas sociais para educação também deve ser reconhecido como essencial para inclusão de grupos populacionais cada vez em maior número tanto nas escolas quanto nas universidades.

Ainda de acordo com Castro (2012):

“ Em suma, veem-se resultados positivos acerca do papel virtuoso do gasto em bens e serviços educacional, saúde, mais especificamente, das transferências de renda direcionadas para os mais pobres. ” (p.1036).

Ademais, é perceptível que os incentivos voltados para unir o maior crescimento econômico a menor desigualdade de renda se tornam cada vez mais factíveis quando o enfoque é direcionado para setores como saúde e educação públicas.

Ainda segundo Castro (2012), o investimento no setor de construção civil e a exportação de variados produtos, contribuem de forma direta para ao aumento do Produto Interno Bruto – PIB, em contraponto, contribuem de forma direta para o aumento da desigualdade visto que a concentração de renda aumenta de forma substancial, conseqüentemente, a desigualdade torna-se cada vez mais escancarada.

Porquanto, esse aspecto é fundamental para compreensão da relevância em grande escala que o investimento em políticas sociais ocasionam, visto que além de propiciar a proteção e promoção social, também contribuem de forma direta para o dinamismo da economia nacional tendo com ênfase o mercado interno, e ocasionalmente a diminuição da desigualdade.

As políticas sociais puderam contar com a ampliação de recursos físicos, Financeiros, humanos e institucionais, possibilitando a estruturação de um amplo e diversificado conjunto de mecanismos de proteção e promoção social fundamentais para ampliar a justiça e coesão social, com melhorias substantivas nas condições básicas de vida da população. Assim, a política social transformou-se em um poderoso instrumento por meio do qual a economia nacional não apenas efetuou transferências de renda e prestações de bens e serviços ao conjunto da sociedade, mas, simultaneamente, gerou um canal de ampliação da demanda agregada, com capacidade de criar um amplo mercado interno de consumo. (CASTRO, 2012, p.1038)

De acordo com o enunciado, é possível afirmar que as políticas sociais são fundamentais para equalização social, sobretudo no que tange a distribuição de renda, esse aspecto por se só, reverbera em melhores condições de vida, habitação e saúde, além disso, contribui de forma estratégica para manutenção de uma nação economicamente mais forte.

As políticas públicas de cunho social notadamente apresentam resultados positivos a longo prazo não só no Brasil, mas em diferentes países do globo, a concentração de renda ainda é uma realidade, reflexo de uma conjuntura que ainda prima pela manutenção de hierarquias e poderio econômico, nesse sentido, as políticas direcionadas para o contexto social se destacam pelos ideais pautadas em aspectos mais distributivos e equalizadores.

A desigualdade ainda é uma realidade, não só no Brasil, mas é inegável que as políticas públicas de caráter social ao longo dos anos veem contribuindo de forma direta para a mudança de cenários em que a desigualdade, miséria e a pobreza caracterizavam as conjunturas sociais.

Portanto, a discussão de pautas que apresentam em sua centralidade a compreensão das políticas públicas e a familiarização com aspectos que compõem as diferentes nuances deste cenário contribuem de forma direta com a fluidez das informações e com a ampliação da visão de sociedade, conseqüentemente, do lugar que ocupamos no mundo.

Por fim, é possível afirmar as políticas públicas são fundamentais para uma sociedade mais justa e igualitária, ao ponto que também podem acentuar as desigualdades dependendo do seu direcionamento, justamente por isso estudar esses aspectos se torna tão relevante.

O papel da Constituição Federal de 1988, a chamada “constituição cidadã”, para a política social no Brasil

Refletir acerca do processo de consolidação das políticas de cunho social no Brasil requer que atentemos para aspectos específicos que caracterizam a consolidação desse processo que englobam diferentes nuances que versam sobre dessemelhantes aspectos do contexto social, neste sentido compreender o papel decisivo da constituição federal de 1988 é um ponto essencial.

Segundo Castro (2012), nos últimos anos as pesquisas acerca das políticas de cunho social vêm aumentando ao longo do tempo, é inegável que com a constituição de 1988 o estado passa a ter um papel bem delimitado e específico no contexto das políticas públicas de cunho social.

Esse fator por se só altera de forma significativa as formas de organização social, de acordo com castro (2012), o aparelho estatal passa a ter grande relevância na construção e consolidação de políticas públicas.

Além de ser um espaço norteador para compreensão dos aspectos econômicos, sociais e políticos, é interessante salientar que no Brasil as políticas públicas se caracterizam em grande parte pelo seu caráter consolidado, propiciando assim a milhões de brasileiros o assistencialismo por meio da manutenção e ampliação gradual destas políticas públicas, conforme atestamos abaixo:

A Política Social brasileira, hoje, chama a atenção pela dimensão de seu Conjunto: são centenas dos mais diferentes tipos de benefícios ofertados diariamente a dezenas de milhões de cidadãos atingidos pelas ações e programas implementados pelas diversas políticas públicas de proteção e promoção social. Destaque-se, ainda, que tais políticas não se apresentam fragmentadas em ações emergenciais ou descontínuas, mas, ao contrário, operam de modo estável e sustentado no tempo, com regras e instituições estabelecidas. (CASTRO, 2012, p.1020).

Neste contexto, é válido salientar que existem muitas políticas de transferência de renda, já consolidadas, a exemplo do bolsa família, um dos programas que tem grande extensão, programas desta modalidade permitem que os beneficiários gastem o dinheiro de acordo com suas necessidades, corroborado de forma direta para o giro na economia do país.

Ademais, é importante mencionar o acesso a saúde pública elucidado pela constituição e consolidado através do sistema único de saúde que de acordo com Castro (2012): “[...] promoveu a unificação dos serviços públicos da área, assim como a universalização do acesso a eles. Também organizou sua oferta de forma descentralizada, com a participação pactuada dos diversos níveis de governo: união, estados e municípios.” (p. 1022).

Ainda de acordo com o autor as políticas públicas direcionadas pela constituição federal de 1988, começam a ganhar força efetivamente a partir de 1993, desse modo os gastos sociais começam a aumentar de maneira sustentada.

Ainda de acordo com Castro (2012), de 1995 a 2010 especificamente, as políticas públicas se centraram em: “ políticas sociais de Previdência Social Geral, Previdência e Benefícios a Servidores Públicos, Saúde, Assistência Social, Educação e Trabalho e Renda. (p.1024).

A implantação, fomento e manutenção destas políticas públicas com ênfase acima mencionadas são possíveis a partir dos direcionamentos estabelecidos pela constituição federal de 1988, como já mencionado acima e atestado no trecho abaixo:

O novo arranjo das relações federativas promovido pela Constituição de 88 que redistribuiu entre os entes federados a oferta e gestão de importantes serviços sociais públicos, seria acompanhado pelo aumento de receitas vinculadas, assim como de transferências de recursos da União, para estados municípios, aumentando a capacidade destes para financiar o gasto social e reduzindo sua dependência em relação à União. (CASTRO, 2012, p.1025)

É perceptível que o cenário é transformado de forma substancial a partir dos referidos direcionamentos que reverberam da constituição, a implantação de políticas públicas de cunho social geram grande impacto em diferentes âmbitos, nos anos subsequentes a definição das mesmas.

O referido autor afirma que é possível atestar a partir de dados factíveis a diminuição da pobreza, conseqüentemente, da mortalidade infantil, na educação houve a ampliação dos serviços, dentre outros aspectos relevantes para o melhoramento das condições de vida em âmbito social.

Nesse contexto, Kerstenetzky (2006), aponta que existem dois tipos de políticas públicas as focalizadas e as universais, no Brasil, o mesmo aponta que existe uma tendência mais universalista visto que há uma deficiência inicial na definição do que se entende efetivamente sobre justiça social.

O referido autor apresenta as características das políticas focalizadas e das universais, trazendo visões positivas e negativas de ambas para melhor compreensão do leitor, no que tange as políticas focalizadas existe uma crítica no sentido da focalização como como residualismo visto que:

“Na medida em que a política social sofre, nesta abordagem do problema, uma compartimentalização, seu vínculo com a noção de direitos sociais universais perde força, e ela se torna um coadjuvante do objetivo de eficiência econômica. ” (KERSTENETZKY, 2006, p.569).

Outrossim, é perceptível que existe uma crítica em relação ao poder de auto regulação e auto cura do mercado levando em consideração, inclusive, contextos anteriores em que esse modelo não obteve sucesso.

No caso da focalização como funcionalidade, considera-se os pontos positivos, sendo um deles a possibilidade de dar um foco específico as problemáticas, e a partir de um planejamento prévio agir de forma específica e bem direcionada para resolutividade do problema.

Já no contexto da focalização como ação reparatória, que segundo Kerstenetzky (2006), “para restituir a grupos sociais o acesso *efetivo* a direitos universais formalmente iguais — acesso que teria sido perdido como resultado de injustiças passadas” (p.570).

Neste contexto, a ação reparatória seria um instrumento para oportunizar a determinados grupos que historicamente tiveram seus direitos negados ou negligenciados a oportunidade de acesso as políticas públicas reparadoras e universais à exemplo da educação pública universal.

Ademais, levando em consideração a universalização Kerstenetzky (2006), esclarece que as políticas universais se justificam por alguns fatores específicos, dentre eles a capacidade de redução de custos e a possibilidade de acesso dos sujeitos a essas políticas de modo que não deve ocorrer exclusões indevidas.

De acordo com Kerstenetzky (2006): “[...] reuniriam, a todos, numa mesma comunidade de iguais em termos de direitos sociais de cidadania, maciçamente garantidos pelo estado do bem-estar, [...] com uma concepção espessa de justiça distributiva [...]” (p.571).

Na medida em que a universalização propicia de forma direta o acesso a políticas universais com diferentes nuances propiciado assim aos grupos as noções de direitos iguais. Para além disso, ainda de acordo com Kerstenetzky (2006), é

possível pensar políticas universais e focalizadas dentro de um mesmo contexto apresentando o contexto de fina e espessa, como podemos observar abaixo:

- (1) concepção *fina* de justiça com ênfase na focalização: residualismo, ou seja, rede de proteção social mínima — como parece ser a experiência norte-americana;
- (2) concepção *fina* com ênfase na universalização: seguridade social, educação e saúde básicas — como parece ser a experiência inglesa;
- (3) concepção *espessa* de justiça com ênfase na universalização: seguridade social, educação e saúde universais e generosas — como parece ser a experiência escandinava;
- (4) concepção *espessa* com ênfase na focalização: alocação redistributiva de recursos para geração de oportunidades sociais e econômicas para os grupos sociais em desvantagem relativa — cenário hipotético, porém plausível. (KERSTENETZKY, 2016, p.572)

A despeito das diferentes abordagens e ênfases apresentadas, é possível vislumbrar políticas públicas que incorporem ideias universalistas e focalizados, levando em consideração as demandas existentes e os diferentes contextos que permeiam os diferentes âmbitos sociais.

Para que isso efetivamente ocorra de forma fluida e clara é necessário que exista clareza com relação as concepções de justiça social, só assim os direcionamentos podem ser articulados e fundamentados de forma eficiente.

Por fim, é válido afirmar que independente dos contextos de focalização ou universalização é de suma importância levar em consideração o processo histórico de consolidação do Brasil, sobretudo, como esse processo formativo reverbera na organização social que temos atualmente no país.

E a partir disso compreender os diferentes grupos dentro da sociedade, tendo como premissa a equidade e não só a igualdade enquanto instrumento para o melhoramento da qualidade de vida da população brasileira por meio das políticas de cunho social.

O planejamento é fundamental em quaisquer esferas, levando em consideração um cenário amplo como o contexto organizacional do país, fica notório que esse aspecto contribui de forma substancial para o desenvolvimento de ações que propiciem o desenvolvimento, assim como, a aplicabilidade de políticas públicas previamente pensadas para que possam corroborar com esse efetivo desenvolvimento.

No Brasil, de acordo com Kon (1994), o fim da segunda guerra mundial reverbera em uma mudança de cenário, o país até então tinha uma industrialização gradual e lenta, passa a voltar-se para uma produção mais nacional, reflexo do cenário externo ocasionado pelo fim da segunda guerra nos países mais desenvolvidos.

Em meados da década de cinquenta e início da década de sessenta, o Brasil vai empreender seu primeiro plano, caracterizado pelo plano de metas. “ O período 1956-61 foi assinalado pela introdução de um processo de planejamento efetivo das políticas econômicas governamentais a serem empreendidas, traduzidas no Plano de Metas. ” (KON, 1994, p.50).

Esse cenário contribui de forma direta para a organização de órgãos governamentais de apoio administrativo direto, além de reformas institucionais e tributárias significativas, com vista a modernização financeira.

Nas décadas seguintes, surgirão uma série de programas em âmbito governamental com o intuito de desenvolver de forma estratégica o país, em 1971,

especificamente segundo Kon (1994), "é submetido ao Congresso Nacional o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (I PND) para o período 1972-74. As estratégias e prioridades definidas tinham como objetivos primordiais a manutenção do nível global do PIB" (p. 53).

O plano tem como principal intuito modernizar a empresa estatal em muitas esferas, sobretudo a financeira, nesse cenário podemos destacar alguns programas substanciais:

A par disto, seriam criados programas específicos, como a Política de Tecnologia Nacional, visando ao avanço tecnológico, o Programa Petroquímico, o Programa de Construção Naval, o Programa Básico de Energia Elétrica, os Corredores de Transportes, o Programa de Comunicações e o de Mineração. O padrão de desenvolvimento econômico escolhido foi coerente com a visão de integração nacional, definida no Programa de Integração Nacional, ou seja, com a disseminação dos resultados do progresso econômico a partir de centros de crescimento regional e de seus efeitos multiplicadores, baseando-se nas vantagens comparativas do país. Por outro lado, este padrão, fundamentado na modernização da tecnologia, tornou a economia dependente de recursos externos, apoiada em crescente endividamento público e privado. (KON, 1994. p. 53)

Esse cenário reverbera em um endividamento interno e externo que vai se apresentar de forma acentuada nas décadas seguintes, o que vai ocasionar em um plano subsequente.

Ainda segundo a referida autora, o segundo plano nacional de desenvolvimento formulado para o período de 1980-1985, apresenta objetivos que destoam dos planos anteriores, a justificativa para essa característica é encontrada no período anterior marcado pela recessão econômica do país.

O plano vislumbra o reequilíbrio da economia, sobretudo da inflação que marca de forma impactante o cenário de recessão econômica anterior, provocado pelo endividamento externo e interno, que tem suas bases na expansão da industrialização do país como já mencionado.

Não obstante, Belchior (1999) afirma: " É assim que, do ponto de vista dos neoliberais, prevalecia a ideia de Estado mínimo a quem caberia apenas garantir os direitos de propriedade e reservava ao mercado a total coordenação da economia. " (p.08).

Esse posicionamento é fruto de uma aversão ao modelo anterior em que a intervenção estatal estava no centro e sustentava a hegemonia do estado de bem-estar social, a crise do petróleo acrescido do endividamento do país, colocam em pauta de discussão o modelo de intervenção estatal anterior.

Nesse cenário, " o enfraquecimento do Estado não se deu apenas pela redução dos recursos à sua disposição, mas também pela perda de parte de seu poder. " (Belchior, 1999. p. 07).

A década de 80 é marcada por uma discussão intensa acerca do papel do estado, as experiências anteriores em que o estado tinha o monopólio e que não tiveram sucesso foram utilizadas como uma das prerrogativas para os neoliberais na defesa do estado mínimo.

O referido período se caracteriza como um período histórico marcado pela necessidade de uma mudança estrutural não só na estrutura das contas públicas, mas também em vários aspectos do modelo social, visto que esse período também é caracterizado pela redemocratização.

Ademais no ano de 2007, o Programa de aceleração do crescimento – PAC é inaugurado, com o intuito de propiciar o desenvolvimento de diferentes setores no país, o referido plano apresenta uma característica singular que é o ajuste ao longo do seu processo de implantação.

De acordo com Junior e Cardoso (1990), o referido programa emerge depois de um longo período de estagnação econômica que dura de 1980 a 2003, a partir de 2004 o Brasil volta a pensar efetivamente ações que foquem no desenvolvimento e crescimento do país com vistas a deixar de lado a estagnação que já se estendia por duas décadas.

Isso posto, é possível compreender que o PAC, emerge enquanto instrumento substancial para o desenvolvimento brasileiro nos anos 2000, conseqüentemente, ocasionando um novo folego e novas prospecções até então ainda congeladas por um cenário estancado.

O período histórico de implantação do programa, situa-se no governo do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda de acordo com Junior e Cardoso (1990), a reeleição do referido ex presidente em 2006, contribui de forma substancial para a continuidade das ações já pensadas anteriormente e a partir da reeleição se tornam efetivamente factíveis.

É notório que o PAC conta com uma organização interna articulada que atribui a diferentes setores responsabilidades específicas para o acompanhamento e monitoramento de ações de forma específica e minuciosa, esse é um dos aspectos que precisam ser levados em conta quando buscamos compreender as nuances do referido programa.

A estrutura de gestão se complementa pelos órgãos executores do PAC, 12 peças-chaves da implementação do programa. Na administração direta e indireta, cabe aos ministérios setoriais, e suas vinculadas, a implementação da carteira de obras e empreendimentos do PAC. De fato, os ministérios participam desde a formulação da carteira de empreendimentos, com propostas de investimentos oriundas de seus respectivos planejamentos setoriais ou de outras demandas prementes, sejam de origem técnica ou política. Neste arranjo institucional, os processos de planejamento, contratação, execução, homologação de resultados e prestação de contas continuam sob a responsabilidade dos órgãos setoriais. (JUNIOR E CARDOSO, 1990, p.25).

Outrossim, é possível compreender quanto a estrutura organizacional é um elemento substancial para o desencadeamento das ações executadas pelo referido plano, as contribuições de ações fomentadas pelo programa são evidentes nos anos seguintes por meio de diferentes programas que se legitimaram, alguns perdurando até os dias atuais.

O PAC deixa de forma explícita várias mudanças positivas, “ Isto porque o PAC forjou uma mudança de postura do governo no sentido de buscar resolver de maneira proativa alguns dos entraves históricos do investimento e do crescimento no Brasil. ” (JUNIOR E CARDOSO, 1990, P.32)

Fica notório por meio do PAC o alinhamento às dimensões de planejamento ao desenvolvimento, reflexo também da transformação do estado com o mercado e com a própria sociedade, essa nova conjuntura propicia a implantação de diferentes políticas públicas em diferentes áreas sob o poder governamental.

Esse cenário inaugura um campo fértil para a expansão do crescimento, para a disponibilidade de crédito de longo prazo, dentre outros fatores positivos que corroboraram para o crescimento do Brasil e puderam ser observados de 2003 a 2014.

A organização do Orçamento público e os conflitos de interesse

Pensar a lógica do orçamento público é adentrar em um contexto de múltiplos conflitos de interesse que reverberam em cenários por vezes caóticos e muito

mutável levando em conta todas as nuances envolvidas neste processo que vão desde a intenção dos sujeitos até o desenvolvimento do estado.

Neste contexto Mendes (2008), aborda que a constituição federal de 1988, institui uma organização geral para o orçamento no Brasil, existe um processo hierárquico que se materializa da seguinte forma: “ três leis ordinárias: a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). ” (MENDES, 2008, p.05).

Isto posto, compreendemos que o PAA é mais abrangente com duração de quatro anos, sendo assim um planejamento voltado para o longo prazo, a LDO, que hierarquicamente é subordinada ao PAA, não pode fixar nenhuma diretriz que venha a contrariá-lo, a referida lei estabelece a organização do orçamento do ano subsequente.

A LOA, que hierarquicamente é subordinada ao PAA e a LDO, tem como objetivo principal prospectar a receita pública e definir as despesas para o exercício financeiro.

Ainda de acordo com Mendes (2008), o que a constituição federal direciona no que tange as hierarquias não acontece efetivamente na prática, a partir de uma análise minuciosa, o referido autor defende que aparentemente existe um jogo político em que propositalmente o executivo subestima a receita já prospectando que o congresso aumentará, vejamos no detalhamento abaixo:

O principal objetivo dos parlamentares, ao reestimar a receita, é dispor de recursos para aumentar a despesa de investimentos; quase sempre aqueles de interesse das suas bases eleitorais ou de seus financiadores de campanha²¹. A Tabela 2 mostra como a rubrica “investimento” cresce durante a tramitação do orçamento no Congresso. Tomemos como exemplo os dados de 2004: o Poder Executivo enviou ao Legislativo um projeto de lei orçamentária onde constavam investimentos da ordem de R\$ 7,8 bilhões. O Congresso aumentou essa rubrica para R\$ 12,4 bilhões. Ao longo do ano foram efetivamente executados R\$ 10,9 bilhões. Ou seja, seguindo a lógica acima descrita, o Executivo envia um orçamento ao Congresso com poucos investimentos, pois sabe que o Legislativo os vai ampliar. Depois o Executivo faz o contingenciamento das verbas, de modo a controlar a base de apoio e manter o equilíbrio fiscal. Mas executa parcialmente as demandas do Legislativo. Ao final do ano, a execução dos investimentos fica em um meio termo entre a proposta do Executivo e o desejo do Legislativo. (MENDES, 2008, p. 15)

É perceptível de forma clara um conflito de interesses neste cenário, em que há uma mobilização interna dos poderes para manutenção de uma lógica que propicie privilégios para determinados entes e sujeitos envolvidos no processo.

“[...] Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento -, na prática, toda a ênfase havia recaído sobre o orçamento. O Plano Plurianual, base do planejamento, manifestava objetivos e prioridades gerais de políticas públicas que pouca relação guardavam com o orçamento. ” (NUNES; NUNES, 2002, p. 18).

Conquanto, a lei de responsabilidade fiscal tentou, mas sem sucesso prático reduzir o poder discricionário do executivo, desse modo a lógica descrita por Mendes (2008), continua acontecendo de forma corriqueira ao longo dos anos.

É notório que o orçamento público dentro de sua lógica factível de números e planos ainda parece algo muito distante da compreensão do cidadão comum conforme aborda Oliveira (2009):

“Orçamento Público, onde estão dispostas as receitas e os gastos administrados pelo Estado, parece uma figura de ficção que somente interessa e é

inteligível para os que são responsáveis pela sua elaboração/aprovação/execução.” (n.p)

Ainda de acordo com Oliveira (2009), é nesse cenário que as decisões que impactam diretamente na vida dos cidadãos que as decisões são tomadas, sem que estes, não obstante tomem conhecimento dos processos.

Nesse contexto, o autor defende que as decisões que direcionam o orçamento públicos não levam em conta apenas o cunho econômico, mas também o cunho político, este último aspecto é inclusive mais primordial que o econômico.

O autor ainda afirma o poder do executivo enquanto articulador da manutenção dos seus interesses próprios.

Quando isso ocorre, tudo se passa como se o Estado se corporificasse apenas no Executivo, que passa a constituir a fonte de onde emana todo o poder, e se afastasse da sociedade ao transformar, em peças decorativas ou esvaziadas de seu papel, os demais poderes constitucionais. Reinando soberano, a peça orçamentária passa a refletir, nessa situação, os objetivos do Executivo e de suas bases políticas, deixando de ser um instrumento de controle que a sociedade possui sobre as ações do Estado. Com isso, as questões relativas à distribuição do ônus tributário e à destinação dos gastos públicos passam a ser decididas no âmbito do Executivo, impondo ao Poder Legislativo perda de autonomia para influir na sua definição e para desempenhar o seu papel no concerto dos poderes constitucionais. (OLIVEIRA, 2009, n.p.)

Isto posto, é perceptível uma articulação de emerge de jogos de interesse dentro da esfera política, o que reverbera de forma direta no social, há uma preocupação trivial com o gasto do orçamento de modo que se leve em consideração os interesses particulares de diferentes poderes no âmbito da federação.

De acordo com Nunes; Nunes (2002), a autonomia completa concedida aos poderes com o intuito de legitimar o viés democrático visto que em outrora a ditadura militar havia deixado exemplos e modelos que não servem mais para ser seguidos, acaba abrindo brecha para inevitáveis acréscimos de gastos.

A solução encontrada foi condicionar as mudanças na área de pessoal do Legislativo aos parâmetros estabelecidos na LDO, introduzindo-se, assim, um mecanismo mais racional de tomada de decisões. Paralelamente, o Poder Judiciário deveria elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos conjuntamente com os demais poderes. A LDO constituiu-se, então, no instrumento para arbitrar conflitos entre os poderes. Entretanto, a Constituição não explicitou como os três poderes fixariam "conjuntamente" os limites de cada um. (NUNES; NUNES, 2002, p.27)

Consequência disso, ainda de acordo com os autores foi o aumento das despesas com salários, para controle destes gastos foi implementada uma emenda constitucional, que estabelecia que deveria ser reduzido de imediato 20% dos gastos com cargos em comissão.

Segundo Nunes; Nunes (2002), a emenda constitucional também instituiu: “suspensão dos repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observassem os referidos limites. Esta é, sem dúvida, uma importante sanção, que deverá garantir a eficácia da Emenda Constitucional no. 19 e do previsto no artigo 169 da Constituição Federal. (p.29).

Por conseguinte, é correto afirmar que o processo do processo de formulação até o processo de execução do orçamento público, existem uma série de nuances, esses aspectos são oriundos de uma lógica política e social que para ser compreendida é preciso levar em conta o processo organizacional do estado brasileiro desde os primórdios da sua formação.

Visto que resquícios dos processos embrionários permeiam esse cenário até os dias atuais, os jogos de interesse de cunho político reverberam na manutenção dos poderes instituídos em uma lógica histórica.

Justamente por isso a compreensão dos jogos de interesse que atravessam esse universo é tão relevante para que possamos formular uma visão mais ampla e conseqüentemente mais crítica não só do mundo em que vivemos, mas também do contexto em que estamos situados enquanto sujeitos de direitos e deveres.

Conclusão

Por fim, é possível afirmar que o planejamento do país sempre esteve ligado ao cenário político e econômico subjacente, não é possível pensar esses aspectos de forma dissociada, é perceptível também que ter o planejamento enquanto ferramenta primordial no processo de desenvolvimento.

É premissa básica quando se busca alcançar a aplicabilidade de políticas públicas cada vez mais assertiva e que de fato corroborem para construção de um país que preze pelo bem-estar social, levando em conta as diferentes camadas sociais, ou seja pensando em uma lógica genérica e não limitada.

Além disso, é necessário ainda uma reflexão cada vez mais ampla acerca das nuances históricas que permeiam o processo organizacional do orçamento público no nosso país, sobretudo quando tratamos da implementação de políticas públicas.

Referências

- BELCHIOR, Miriam. A aplicação do Planejamento Estratégico Situacional em governos locais: Possibilidades e limites - os casos de Santo André e São José dos Campos. São Paulo: EAESP/FGV, 1999. 102p. (1999)
- Castro, J. A. (2012) Política social e desenvolvimento no Brasil In: Economia e Sociedade, v. 21, n. 4, dez. 2012[especial] Disponível em: <https://goo.gl/NySV56>
- Giovanni, G. (2009) As estruturas elementares das políticas públicas Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=105472>
- Júnior, José Celso Cardoso ; José Celso Cardoso, José Celso Cardoso ; Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990- ISSN 1415-4765
- Kliksberg, B. (2014) Como enfrentar a pobreza e a desigualdade? Uma perspectiva internacional, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo (SP).
- Kerstenetzky, C. L. (2006) Políticas Sociais: focalização ou universalização? In: Revista de Economia Política, vol. 26, no 4 (104), pp. 564-574, outubro-dezembro/2006 Acesso em: 19/05/2019 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n4/06.pdf>
- KON, Anita. Quatro Décadas de Planejamento Econômico no Brasil. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 34, n.3, São Paulo:FGV, 1994, p.49-61. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38270>
- OLIVEIRA, F. A. Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil, Hucitec, São Paulo, 2009 –Capítulo 2 - O Orçamento Público: Origens, Papéis e Gestão.
- MENDES, M. Sistema Orçamentário Brasileiro: Planejamento, Equilíbrio Fiscal e Qualidade do Gasto Público. Consultoria Legislativa do Senado Federal, Textos p/ discussão no. 39, fevereiro de 2008. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudoslegislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-39-sistema-orcamentariobrasileiro-planejamento-equilibrio-fiscal-e-qualidade-do-gasto-publico>

NUNES, S.P.; NUNES, R. C. O Processo Orçamentário na Lei de Responsabilidade:
Instrumento de planejamento. 2002. Disponível
em:www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/orcamento/boletins/O_Processo_orcamentario_na_LRF_instrumento_de_planejamento.pdf

AS CIDADES DE “O TEMPO ENTRE COSTURAS”: UM RECORTE HISTÓRICO-GEOGRÁFICO-CULTURAL SOB O OLHAR DA PERSONAGEM SIRA QUIROGA

Cristina Pasquetti Massutti⁹²

RESUMO: Este artigo trata de uma análise sobre as cidades que aparecem no livro “O tempo entre costuras”, de Maria Dueñas: Madri, Tânger e Tetuán. Os objetivos são discutir de que forma a Guerra Civil Espanhola foi apresentada nessas cidades e compreender as diferenças culturais entre elas. A metodologia escolhida é a Literatura Comparada. Resultados: percebeu-se que Dueñas tentou enfatizar as características de cada uma das cidades para que os leitores consigam compreender as diferenças culturais e históricas através da leitura.

PALAVRAS-CHAVE: Tânger; Madri; Tetuán; Guerra Civil Espanhola; Literatura.

1 INTRODUÇÃO

O romance de Maria Dueñas, *O tempo entre costuras*, tem como planos de fundo histórico a Guerra Civil Espanhola (1936 -1939) e como plano de fundo geográfico, as cidades de Madri, na Espanha, e Tânger e Tetuán, no Marrocos. É nesse contexto que se pode acompanhar a vida da personagem principal, a costureira Sira Quiroga.

Depois de desfazer um noivado com Ignácio e abandonar a vida com sua mãe em Madri por causa de Ramiro, Sira permite ser levada por este último até Tânger, em busca de novas oportunidades profissionais, aproveitando-se todo o luxo e conforto que a nova cidade podia lhes proporcionar, a partir de uma alta quantia em dinheiro fornecida pelo pai da moça. No entanto, em Tânger a moça é roubada e abandonada pelo rapaz, grávida e deixada com uma dívida de hotel.

A solução encontrada pelo delegado Vázquez é que Sira pudesse encontrar um emprego na cidade de Tetuán, juntar uma poupança para saudar suas pendências com o hotel e, dessa maneira, poder retornar para Madri. A jovem, então, retoma a profissão de costureira, que exerceu na cidade espanhola, e abre seu próprio ateliê de alta-costura para atender, principalmente, as esposas de oficiais dos exércitos presentes na cidade entre outras mulheres da sociedade marroquina, em plena Guerra Civil Espanhola.

Neste artigo, objetiva-se discutir dois recortes: o primeiro, geográfico-histórico, para entender quais elementos da Guerra Civil Espanhola estiveram presentes nessa obra e o segundo recorte, perceber quais as diferenças culturais entre o povo marroquino e espanhol encontrados nos relatos da personagem foram destacados na narrativa. A metodologia será realizada por meio da Literatura Comparada. A obra escolhida para discutirmos acerca desses trechos históricos que aparecem em *O tempo entre costuras* é o *Guerra Civil Espanhola*, de Helen Graham. O artigo é relevante porque promove um olhar transdisciplinar entre a Literatura, a História e a Cultura.

O texto deste artigo está dividido nas seguintes partes: iniciaremos com a seção *Cidades, Culturas, História e Literatura: uma conexão possível*, em que traremos reflexões sobre as cidades e como elas podem ser vistas em seus vieses

⁹² Mestra em Letras e Cultura (UCS). Especialista em Orientação Educacional (AUPEX). Licenciada em Letras - Inglês (UCS) e História (Uniassevi). Atualmente é acadêmica da Licenciatura em Letras – Espanhol (UCS) e Licenciatura em Geografia (UCS).

históricos e culturais por meio da literatura; em seguida, detalharemos alguns aspectos da literatura comparada na seção *Metodologia*. Em seguida, será realizada a análise da obra de Dueñas, nas seções *Sira em Madri*, *Sira em Tânger* e *o Protetorado Espanhol e Sira em Tetuán*.

2 CIDADES, CULTURAS, HISTÓRIA E LITERATURA: UMA CONEXÃO POSSÍVEL

De acordo com Gomes (2017) as cidades são paisagens que podem constituir relações duplas porque elas podem representar tanto um problema quanto uma utopia, assim como uma soma de experiências para seus residentes. Madri, Tânger e Tetuán, apesar de próximas geograficamente, são separadas por dois continentes, o europeu e o africano e têm culturas diversificadas. Para entendermos o conceito de cultura, utilizaremos a ideia de Cucho (1999, p.11) que diz que “a noção de cultura, compreendida em seu sentido vasto, [...] remete aos modos de vida e de pensamento [...]”. Nesse sentido, a maneira de se vestir, de construir um local, de ver o outro, de se comportar, entre tantos aspectos, contribui para o que Cucho escreve sobre a noção de cultura que as pessoas normalmente conhecem.

Silva (2006) considera que as cidades não devem ser pensadas só nos seus aspectos materiais e estruturais, mas também vivências e experiências que esses lugares podem nos proporcionar. Madri situa-se na Europa e carrega consigo uma cultura mais próxima a dos seus países vizinhos europeus. Tânger e Tetuán localizam-se no Marrocos, apesar de também terem uma história complexa, são locais mais coloridos e com uma cultura mais enfática do que a tradicional Madri, como poderemos ver na análise deste artigo. Gomes (2017) salienta que cada localidade representa tanto um espaço físico quanto um cenário cultural pois a partir delas é que se pode mostrar a realidade por meio de seus mais diversos aspectos tais como sociais, políticos ou econômicos.

O autor ainda escreve que o dia a dia das cidades marca relevâncias tanto para as artes quanto para a literatura. Para complementar a ideia de Gomes (2017) retomamos Silva (2006) que também acredita que a cidade representa um espaço de linguagem e de produção de uma imagem de um determinado mundo construído de forma coletiva. A partir dessas duas percepções, Silva (2006) propõe um olhar constitutivo sobre as cidades que sirvam como um ponto de identificação e expressão urbana por meio da cultura.

Brandão (2007) ainda acrescenta, que o espaço literário pode ser representado como um espaço social uma vez que tenha uma ocorrência cultural, econômica e histórica, bem como um recurso que demonstra uma perspectiva, uma visão do narrador. Silva (2006, p. 26) corrobora com as ideias anteriores ao dizer que esses cidadãos “diante de dados sensoriais elementares, como cor ou sons, colocam ordens superiores nas suas percepções, como as formas e estruturas. Isso indica que se pode ver uma forma que rapidamente reconhece e lhe dá o significado com que a memorizou.” (Minha tradução⁹³). Na obra de Dueñas, a narradora é a personagem principal, Sira Quiroga. E é a partir da fala dessa personagem é que sustentamos a ideia central do artigo, de mostrar a partir de um olhar como são representadas as cidades de Tetuán, Tânger e Madri em meio à Guerra Civil Espanhola.

⁹³ Frente a datos sensoriales elementales, como el color o los sonidos, colocaron órdenes superiores en la percepción, como las formas o estructuras. Lo anterior indica que uno puede ver una forma que rápidamente reconoce y le da el sentido con el cual la ha memorizado.

Silva (2006) entende que o ponto de vista sobre um local urbano se enquadra às vivências de quem permanece dentro daquele espaço. Para complementar o pensamento, Chartier (1990) diz que a História consegue, também, constatar como que, em certos locais e momentos, uma realidade cultural pode ser criada e, posteriormente, desenvolvida. Uma das maneiras utilizadas para conhecer como eram os locais, as realidades culturais de um determinado povo e em um determinado momento é, justamente, através dessa literatura.

Dentro da História, a escola que vamos utilizar neste artigo é o da Nova História Cultural, que, ainda de acordo com Barros (2010), produz a ideia de que a historiografia traz uma extensão cultural de uma sociedade. Pezavento (2012, p. 52) explica que o método utilizado pela Nova História Cultural consiste em “montar, combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário[...]” apoiado a outras fontes para resolver os problemas a qual se propõe, auxiliando o historiador a fazer suas conexões. No caso de Dueñas, a autora torna-se, ao mesmo tempo, uma escritora e uma historiadora, visto que ela se propõe a pesquisar os elementos históricos as quais necessita para compor a sua narrativa em uma ordem cronológica e coesa. A Guerra Civil Espanhola serve, portanto, como um plano de fundo histórico que oferece os motivos necessários para discorrer uma série de acontecimentos do livro nas cidades de Madri, Tanger e Tetuán.

De acordo com Graham (2012) a Guerra Civil Espanhola foi uma guerra que durou três anos, de 1936 até 1939, na Espanha e envolveu dois grupos políticos. O primeiro deles ficou conhecido como falangistas. Eles representavam os setores mais conservadores da Espanha, tais como a Igreja Católica espanhola, o exército e uma série de proprietários rurais. O segundo grupo conhecido como frente popular, defendia a democracia e um governo republicano. A Guerra iniciou em julho de 1936, quando a Espanha estava em sua segunda república. O líder do golpe foi o general Francisco Franco, mas ele não obteve sucesso com o que tentou fazer. Por um longo tempo, Franco havia trabalhado no norte da Espanha e também no Protetorado Espanhol (que explicaremos mais adiante), com o exército marroquino.

No decorrer dos anos da Guerra, os falangistas se aliaram à Itália e à Alemanha, enquanto que os que defendiam a república, conseguiram apoio dos soviéticos. O fim da Guerra se deu com a vitória do general Franco que derrubou o governo republicano em 1939 e implantou um regime ditatorial na sociedade espanhola.

Para Barros (2010, 2013) o estudo da História também é um estudo literário pois envolve a figura do homem num determinado espaço que, muitas vezes, pode ser um cenário diferente e não somente no pensar geográfico, constituindo-se, assim, em um espaço social. O espaço, quando considerado cultural, remete às relações sociais ali estabelecidas. O autor também faz um importante questionamento a respeito da Literatura e da História. Onde começa uma e termina a outra? A resposta que fornecemos para essa pergunta é: onde o autor de uma obra literária quiser. Em *O tempo entre costuras*, Dueñas usa muitos fatos históricos para amparar sua construção ficcional enquanto Sira narra os acontecimentos, o que torna o texto mais próximo ao real.

3 METODOLOGIA

A metodologia que vamos utilizar no artigo se dará por meio da literatura comparada através de trechos da obra *O tempo entre costuras*, de Maria Dueñas, com as informações de *Guerra Civil Espanhola*, de Helen Graham. Nosso objetivo principal é verificar quais os elementos históricos estão presentes na primeira obra

que enfatizam essa guerra e entender se os elementos dessa Guerra Civil influenciam a maneira dela perceber o ambiente dessas três cidades.

Nosso enfoque secundário é verificar nesses mesmos capítulos como Sira Quiroga percebe Madri, Tânger e Tetuán enquanto moradora, para verificar quais os aspectos que são mais relevantes para ela em relação à cultura do povo espanhol e marroquino. Os capítulos analisados serão do capítulo um ao capítulo trinta e quatro, visto que a partir do capítulo trinta e cinco a narrativa de Dueñas se encaminha para a Segunda Guerra Mundial. Os trechos escolhidos para análise de se deram a partir de uma leitura prévia do livro para conhecer a obra e uma nova leitura para selecionar os trechos para a análise.

De acordo com Borges et al. (2017) a Literatura Comparada, enquanto disciplina, surgiu na França no século XIX, voltada para estudos de diferenças e semelhanças entre produções literárias de vários países, procurando aproximá-las. Ela carrega consigo essa transversalidade, que, ainda segundo Borges et al. (2017) consiste em uma relação tanto entre áreas de conhecimento quanto entre nações e idiomas distintos. O método atual de análise da Literatura Comparada não incide somente em uma comparação, mas em uma análise de texto e na elaboração de reflexões baseado na capacidade que o leitor tem de construir um sistema de relações levando em conta alguns aspectos como o gênero textual, os temas abordados e a sua linguagem.

4 SIRA EM MADRI

A protagonista Sira relata, no início de *O tempo entre costuras*, que nasceu em 1911, no então governo do rei Alfonso XIII, em Madri. Esse governo terminou com a renúncia de Afonso em 1931, vinte anos depois do nascimento da personagem, em que foi estabelecida na Espanha a Segunda República (1931-1939). Destacamos, nesse período, o presidente Manuel Azaña Díaz, que foi citado na obra literária. Ele assumiu o governo de fevereiro a maio de 1936. A Guerra Civil Espanhola se deu nesse ano e perdurou até 1939. Segundo Graham (2013, p.11) iniciou com um golpe militar em julho de 1936 para deter “a democracia política de massas iniciada sob o impacto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa”. Na citação a seguir, podemos observar as tensões na sociedade de madrilena no governo de Azaña aos olhos de Sira, enquanto trabalhava no ateliê de Dona Manuela, junto com sua mãe:

As velhas damas rezavam novenas para que Azaña caísse logo. [...]. Os anarquistas queimavam igrejas. [...]. Com frequência, aristocratas cobriam com lençóis seus móveis, demitiam empregados, trancavam janelas e partiam com urgência para o exterior, passando tranquilamente joias, medos e dinheiro pela fronteira, sentindo saudade de um rei exilado e de uma Espanha obediente que ainda tardaria a chegar. (DUEÑAS, 2017, p.14-15).

Graham (2013) ainda traz três fatores que foram essenciais para o desenvolvimento dessa guerra civil. O primeiro deles é a diferença entre o nível de desenvolvimento na Espanha nos anos 30, trazendo uma política que confrontava as ideias liberais com o tradicional estilo madrileno de ser. Em segundo, como as ideias de pessoas jovens e mais velhas se confrontavam por meio de suas influências culturais, inclusive, a religiosa. Por último, cabe destacar o papel do rígido exército. Esses três fatores eram somados, ainda a perda de várias colônias espanholas e na economia, que tinha base agrária.

Podemos perceber que esses aspectos estão demonstrados no texto de Dueñas a partir de alguns fatos que decorrer a narrativa. O grande desenvolvimento

na Espanha durante os anos 30 pode ser entendido pelo fato do antigo noivo de Sira, Ignácio, insistir para que ela realizasse um curso de datilografia para estar atualizada e conseguir uma boa colocação em concurso público; em seguida, destacamos a força do catolicismo dentro do país, que pode ser percebido pela insistência da mãe de Sira em vê-la casada na Igreja Católica, e o terceiro fato, referente ao exército, quando a personagem principal relata a presença constante de soldados na rua, algo incomum para o local em que vivia.

As impressões tidas por Sira sobre a Madri, às portas da Guerra Civil Espanhola, se deram enquanto moradora local e sem muitas condições financeiras. Como pode ser percebido, o governo de Azaña já não estava sendo bem visto na Espanha e as oposições estavam cada vez mais sobressalentes. As famílias abastadas procuravam se estabelecer longe da capital para evitar maiores problemas. Todavia, a mesma Sira, tempos depois, recebe uma alta quantia em dinheiro de seu pai, que, até então, nunca havia entrado em contato. Ela e seu novo namorado, Ramiro, deixam Madri no final de março de 1936 para viverem em Tânger em busca de novas oportunidades profissionais para Ramiro.

5 SIRA EM TÂNGER E O PROTETORADO ESPANHOL

A Espanha buscava várias coisas ali. Reviver o sonho imperial, participar da divisão do destino colonial africano entre as nações europeias, nem que fossem migalhas que as grandes potências lhe concederam; aspirar a chegar ao tornozelo da França e da Inglaterra. (DUEÑAS, 2010, p. 148).

Escolhemos a citação anterior para abrir este texto para que possamos compreender como se deu a ligação entre a Espanha e Marrocos. Se analisarmos o que Sira narra sobre a Espanha, ela está, de certa forma, descrevendo um evento histórico conhecido como Imperialismo ou Neocolonialismo, considerado um dos muitos motivos da eclosão da Primeira Guerra Mundial. O Imperialismo ficou conhecido, dentre seus muitos acontecimentos, pela partilha do continente africano por países europeus. Os objetivos dos europeus eram vários, mas destacamos um que eles acreditavam ser muito relevantes na época, o darwinismo social. Em poucas palavras, o povo europeu entedia na época que o homem branco era superior ao homem negro africano e que deveria mostrar a ele todas as tecnologias da época para que pudessem acompanhar o restante do mundo. Na chamada “partilha da África”, a Espanha acabou se apossando com o Marrocos, em que parte dele, mais próxima da Espanha, ficou conhecido como *Marrocos Espanhol*.

Esse foi um protetorado da Espanha no Marrocos surgido em 1912. Consideramos protetorado um espaço geográfico que está sob domínio de uma nação estrangeira e que tem como função proteger o governo ou algum outro órgão indicado por ele. Esse é um dos motivos da Espanha e Marrocos serem tão conectadas em *O tempo entre costuras*. Tânger e Tetuán estariam, assim, dentro do território do Protetorado Espanhol.

O deslocamento de Sira para Tânger se deu a partir da afirmação de seu pai, repetida nas palavras de Ramiro, de que permanecer na Espanha não seria uma ideia adequada: “[...] ele tem razão: aqui está tudo muito tenso, qualquer dia pode estourar algo grave e não é um bom momento para empreender nos negócios. ” (DUEÑAS, 2013, p. 44). Assim, o casal segue com destino a Tânger, no Marrocos. Ao fazerem isso, eles não só cruzam uma fronteira territorial, mas uma fronteira cultural, como pode ser lido no trecho a seguir, a partir do olhar de Sira:

Abandonamos uma Madri cinzenta e rude e nos instalamos em uma cidade deslumbrante, cheias de cores e contrastes, onde os rostos escuros dos árabes com suas túnicas e turbantes se misturavam com europeus radicados [...] Tânger, com seu mar, suas doze bandeiras internacionais e novas avenidas percorridas por suntuosos automóveis. [...] Tânger os minaretes das mesquitas e o cheiro das especiarias [...] (DUEÑAS, 2013, p. 48)

Os aspectos na qual a protagonista destaca são relevantes porque se difere das características culturais vistas em Madri, que, para a protagonista, eram mais tradicionais, já que vinha de Madri. As descrições realizadas pela personagem demonstram alguns desses sinais como suas observações a respeito de bandeiras, as vestimentas árabes, o cheiro as especiarias e a arquitetura dos minaretes. Barth (2000) destaca que um grupo étnico pode ser reconhecido justamente a partir de certos traços que são particulares, tais como de sinais, símbolos, padrões morais ou identificações gerais. Sira também conversou com moradores locais de Tânger para entender um pouco mais sobre como a Guerra Civil Espanhola estava afetando o lugar:

- E aqui? Como estão as coisas por aqui?
- Agora, moderadamente tranquilas. Nas últimas semanas tudo esteve muito pior. Foi aqui que tudo começou, não sabe? Daqui surgiu a sublevação, da, de Marrocos, saiu o general Franco e aqui começou o movimento das tropas. (DUEÑAS, 2010, p. 65)

Graham (2013) explica que a passagem das tropas com o general Franco pela África permitiu, segundo o próprio general, realizar uma suposta salvação para a Espanha, entrando pelas fronteiras do sul. Colocando o trecho do livro em uma linha do tempo, eles estariam falando de agosto de 1936 em que o exército da África teria iniciado a marcha em direção à Espanha.

6 SIRA EM TETUÁN

Sira desloca-se de Tânger para Tetuán depois de ser abandonada por Ramiro. Ao desmaiar em um ônibus ela é levada para um hospital aonde conhece o delegado Vázquez, que se responsabiliza pela jovem e por suas dívidas. O homem organiza a vida de Sira conduzindo-a para morar em uma pensão na cidade de Tetuán. As primeiras impressões de Sira são vistas nos trechos a seguir, quando ela e o delegado chegam no centro de Tetuán:

Descemos do carro na praça Espanha; dois mourinhos se aproximaram voando para carregar minha bagagem, e o delegado os deixou. Então entramos na Luneta, ao lado do bairro judeu. Ao lado do antigo bairro árabe. Luneta, minha primeira rua em Tetuán: estreita barulhenta, [...] e alvoroçada, cheia de gente, cafés, bazares, onde tudo se comprava e tudo se vendia. (DUEÑAS, 2010, p. 70)

Acostumada ao silêncio de Madri por entre suas costuras e às festas chiques e de alto padrão de Tânger, chegar em Tetuán e ser uma moradora local foi impactante para ela, principalmente por entrar em local com diversas culturas ao mesmo tempo, como ela mesma narra, um bairro judeu de um lado e um bairro árabe do outro. Para Cuche (1999, p.72) “[...] cada cultura constitui um todo

coerente, todos os elementos de um sistema cultural se harmonizam uns aos outros, o que torna todos os sistemas equilibrados e funcionais”. Em Tânger o choque cultural havia sido menor porque ela estava frequentando locais com uma grande quantidade de espanhóis e que se vestiam como ela. Mesmo tendo estado em três cidades e convivido com culturas diferentes, elas, de certa, forma, funcionavam, cada qual a sua maneira.

Essa descrição está de acordo com o que Silva (2006) caracteriza como uma imagem com registro visual porque as deduções que ela fazia interessavam na história como um registro do ponto de vista de um observador, fazendo, assim, a construção social de como eram as casas para que o leitor pudesse criar um cenário em sua mente. Passado um tempo, Sira volta a exercer a função de costureira, como fazia em Madri. A partir desse fato, vamos analisar dois trechos sobre como Sira percebe as vestimentas do povo. Neste primeiro recorte, podemos observar o planejamento de Sira sobre como seriam as roupas de suas clientes:

Resgatei da memória o modo de vestir de algumas estrangeiras de Tânger e decidi adaptá-lo a meu parco guarda-roupa mediante reformas e consertos. Seria menos forma que meus compatriotas, mais insinuante, mas sem chegar ao decoro do descaramento. (DUEÑAS, 2010, p. 115).

Seguimos com este outro recorte sobre as observações dela a respeito das vestimentas das crianças:

As crianças espanholas estavam penteadas e cheirando a colônia, os meninos com suas gravatinhas, as meninas com lenços de cetim nas pontas das tranças; os mourinhos usavam suas túnicas e seus *tarbush*, muitos andavam descalços outros não. (DUEÑAS, 2010, p. 229).

Podemos perceber que em um primeiro momento, Sira faz a distinção entre roupas marroquinas e espanholas. Recorrendo à moda dos anos 20, as espanholas usavam saia e blusa ou casaco e sapatos com salto, enquanto as crianças usavam laços, vestidos e gravatas, ambos sempre penteados e perfumados. Enquanto o povo marroquino, por outro lado, usava túnicas. Crianças e homens com túnicas brancas e mulheres com túnicas e lenços pretos; um hábito cultural marroquino que permanece até os dias de hoje. Para Silva (2006) os manequins acompanham as cidades como um reflexo. Para ele, os territórios são definidos com a identificação de sujeitos que tenham práticas semelhantes e que tenham impregnado no seu dia a dia certas características. Nos trechos citados, foram as roupas o modo de identificação cultural salientado pela personagem.

Em meio às costuras, Sira também foi tendo algumas notícias da Guerra Civil Espanhola em Madri:

A guerra: tão distante e tão presente. Do outro lado do estreito chegavam notícias pelas ondas de rádio, pelo jornal e correndo de boca em boca. [...] a compra de um rádio; graças a ele soube, antes do fim do ano que o governo da República havia se transferido para Valência e deixado o povo sozinho para defender Madri. (DUEÑAS, 2010, p. 139).

Nesse trecho já começamos a ter uma ideia do final da Guerra Civil. Uma das últimas citações da narrativa *O tempo entre costuras* pode ser narrada, também, por Graham (2013, p. 127) que detalha ainda mais o mesmo fato, informando que “a

república tinha conseguido bloquear o ataque de Franco à Valência” por isso eles teriam se deslocado para esse lugar e deixado Madri.

Comparada às ideias apresentadas Dueñas, podemos entender que as duas autoras finalizam a Guerra se referindo à ideia de paz. Graham (2013, p.129), mostra em seu penúltimo capítulo que essa paz só chegaria com a “[...]rendição incondicional dos republicanos”. Ela ainda comenta em sua última página que a Guerra Civil Espanhola pode ser considerada uma Guerra entre várias culturas por envolver uma quantidade significativa de países tão diferentes e finaliza dizendo que o passado da Espanha é como se ela fosse um outro país, pois “fazer história, é por definição, um diálogo interminável entre o presente e o passado [...] e permanece nos dilemas até hoje” (GRAHAM 2013, p.168).

Infelizmente, a paz não se instalaria tão brevemente na Europa pois no ano em que finalizou a Guerra Civil Espanhola, 1939, iniciou a Segunda Guerra Mundial.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este artigo fazendo algumas reflexões a respeito da História, das cidades, da Literatura e da Cultura. Como pode ser visto, cada cidade carrega consigo uma cultura e uma história que podem ser conhecidas por meio da literatura. Graham (2013) e Dueñas (2010) escreveram suas obras com ênfases diferentes a respeito da Guerra Civil Espanhola. A primeira autora contou a história em detalhes. A segunda, usou elementos da guerra por meio de pesquisas pessoais para que sua história seguisse uma ordem cronológica e que fizesse jus ao nome do livro *O tempo entre costuras*.

Em nosso primeiro questionamento, sobre como a Guerra Civil esteve representada em *O tempo entre costuras*, concluímos que a Guerra Civil esteve presente como um plano de fundo brando, porém real, que auxiliou a personagem Sira a mostrar para o leitor os eventos que se sucederam na ficção, e organizar a passagem do tempo. Quanto ao segundo questionamento, sobre as diferenças culturais entre as cidades de Madri, Tânger e Tetuán, percebemos que a personagem Sira se deteve nas comparações entre as residências, as pessoas, as roupas e os comportamentos dos três locais.

O amadurecimento de Sira no decorrer da narrativa e suas condições financeiras contribuíram para que seu olhar decorresse da forma como demonstramos. Enquanto ela era uma costureira simples de Madri, as notícias sobre a Guerra Civil Espanhola eram mais influenciadoras em sua vida porque ela percebeu que o evento diminuiria o movimento do ateliê em que trabalhava. Isso não aconteceu quando se mudou para Tânger com Ramiro visto que ficou envolvida com a alta sociedade e aproveitando todo o dinheiro que o pai dispusera para ela, usando-o em festas, hotéis e boa comida e bebida. Quando se mudou para Tetuán, Sira estava sem dinheiro e precisou recomeçar a vida como uma moça marroquina local. Apesar de adaptar as roupas para a nova vida a qual estava inserida, ela voltou a ter um olhar mais direcionado para o que acontecia no local em que estava residindo.

A Guerra Civil Espanhola, como disse Graham (2013) ainda marca a vida do povo espanhol e eventos como esse são difíceis de esquecer. Acreditamos que através da Literatura, a História encontra acesso para disseminar os acontecimentos de um determinado povo para que possa promover reflexões sobre o passado e auxiliar no entendimento do presente para não repetir os mesmos erros no futuro.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **A expansão da história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **História e Literatura: novas relações para novos tempos**. Revista Contemporâneos. N. 6 Mai-Out 2010.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Editora Contra Capa. Rio de Janeiro, RJ: 2000.

BRANDÃO, Luis Alberto. **Espaços literários e suas expansões**. Revista Aletria, v. 15, 207-220, 2007. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/poslit> Data de acesso: 11.05.20.

BORGES, Francieli; FERREIRA Gabriela Semensato; GERCKE Karina Regedor. **Literatura comparada**. Porto Alegre SER - SAGAH 2017.

CHARTIER, Roger. **Por uma sociologia histórica das práticas culturais**. In: A História Cultural: entre prática e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

DUEÑAS, María. **O tempo entre costuras**. Tradução: Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

GOMES, Renato Cordeiro. **Cidade, uma imposição contemporânea: notas para estudos culturais e cidades**. In: ALMEIDA, Jália; PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani. Estudos Culturais: legados e apropriações. Campinas, SP: Editora Pontes, 2017.

GRAHAM, Helen. **Guerra Civil Espanhola**. Porto Alegre, RS: LPM, 2003.

PEZAVENTO, Sandra Jatáhy. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SILVA, Armando. **Imaginarios urbanos**. 5ª ed. Bogotá, Colombia: Arango Editores Ltda. 2006.

INSERÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA UTILIZANDO IMAGENS FOTOGRÁFICAS.

Daiana Santos Jardim Bonazza⁹⁴

Resumo: Esta pesquisa tem o objetivo de realizar um estudo sobre as TICs aplicadas ao ensino de História, como também, inserir na prática a utilização das mesmas nas aulas. A metodologia utilizada classifica-se como pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, realizado com alunos das turmas de 8^o série. Os resultados foram conclusivos e esperados, foi possível inserir as tecnologias no ensino de História por meio da utilização de imagens (iconografia histórica e atual). Constatou-se que as aulas se tornaram mais dinâmicas, proporcionando ao aluno uma maior aproximação visual da época e do fato contado.

Palavras-chave: História. Tecnologia, Imagens.

1 INTRODUÇÃO

A chegada da revolução tecnológica trouxe um universo de novas possibilidades, principalmente na área da educação. (Educação e Ciência, 2014). A utilização das tecnologias em sala de aula é muito importante e eficaz, mas nada substitui o professor, pois ensinar é um ato de amor, comprometimento e ética, que não pode jamais ser substituído por qualquer tipo de tecnologia:

Estudar a integração de novas tecnologias ao currículo educacional é o que faz a pesquisadora e professora do setor de educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Nuria Pons Vilardell Camas. Desde 2000, ela se dedica ao estudo e impacto da cultura digital na educação e constata que o mundo no qual vivemos é praticamente digital e que, portanto, a tecnologia faz parte do dia a dia (EDUCAÇÃO e CIÊNCIA, 2014)

Assim, independentemente da tecnologia, é importante entender, criar e dar vazão a uma nova escola, que vislumbre o currículo como o caminho a ser construído para e pelos aprendizes, pois o melhor resultado não virá pela tecnologia, mas pela compreensão do que se espera da educação. A tecnologia é parte, não é o todo.

A educação na sociedade da informação deve basear-se principalmente na abertura do diálogo e da reflexão crítica abrindo espaço permanente para a incorporação de novas tecnologias ao ensino e a pesquisa em sala de aula.

As ferramentas tecnológicas de informação e comunicação são um atrativo ao aprendizado do educando, assim é possível criar múltiplas metodologias para ensinar história em sala de aula, rompendo com o ensino tradicional.

A utilização de recursos tecnológicos no processo de incorporação do conhecimento tem um papel essencial, isto é, é visto como uma nova ferramenta que o professor pode se utilizar para a difusão da informação e do conhecimento em sala de aula, aprimorando assim a inclusão social e digital do aluno.

⁹⁴ Formada em História (UNICRUZ), Especialista em Mídias na Educação (UFSM).

O ensino de História, assim como outras disciplinas também requer que o professor tenha conhecimento e saiba utilizar as ferramentas tecnológicas, embora haja indícios de que o uso das tecnologias tem sido lento ou ainda não foram incorporadas às práticas pedagógicas (FERREIRA, 1999).

Em razão destes aspectos este trabalho tem como objetivos realizar um estudo sobre as TICs aplicadas ao ensino de História, como também, inserir na prática a utilização das mesmas nas aulas e avaliar as impressões dos alunos ao interagir com as tecnologias.

Para atender a esse objetivo, num primeiro momento foi feita uma reflexão a respeito do uso das tecnologias aplicadas a educação, ocasião em que permitiu-se conhecer os principais desafios que a educação enfrenta neste cenário de mudanças.

A seguir, foi abordado o assunto sobre a inserção das tecnologias no ensino de História, enfocando opiniões de alguns teóricos a respeito do assunto. Esse conhecimento foi necessário para que se pudesse elaborar uma aula prática integrando recursos tecnológicos ao ensino de História.

A metodologia utilizada para este artigo foi pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, complementando com uma pesquisa envolvendo alunos das turmas de 8º série de uma escola de Cruz Alta que avaliaram o uso de recursos tecnológicos aplicados na disciplina de História.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS OU MATERIAIS E MÉTODOS

A partir do momento em que a revolução tecnológica possibilitou novas formas de aprendizado pautada através do comprometimento e da ética na educação, passamos a aprimorar as ferramentas educacionais para o ensino, tendo em mente que o professor não pode jamais ser substituído por qualquer tipo de tecnologia. O papel da educação na sociedade da informação em que vivemos, deve pautar-se principalmente, no diálogo e na reflexão crítica, utilizando-se nesse contexto na incorporação de novas tecnologias ao ensino e a pesquisa em sala de aula.

Portanto, aliar as novas tecnologias da informação e a análise fotográfica será uma metodologia que pretende buscar em sala de aula uma melhor percepção e compreensão de detalhes dos fatos históricos. Unir a tecnologia da informação e a fotografia nas aulas de História pode ser determinante para a construção do diálogo e da reflexão discente e docente. Mas uma foto sozinha não constrói o conhecimento histórico, isto é, ela deve ser associada a outros dados e pesquisas como depoimentos oral, documentos, mapas, dados bibliográficos, para que todas estas fontes construam evidências e através delas a construção do fato Histórico. Por isso o professor deve explorar ao máximo os dados registrados através da imagem fotográfica com o auxílio da tecnologia em sala de aula, sendo assim, a tecnologia da informação e a análise fotográfica são um atrativo ao aprendizado do educando, criando múltiplas metodologias para ensinar história em sala de aula, rompendo com o ensino tradicional.

Em razão destes aspectos este trabalho tem como objetivos realizar um estudo sobre as TICs aplicadas ao ensino de História, utilizando como objeto de estudo a imagem fotográfica inserindo-se na prática a utilização das mesmas nas aulas procurando avaliar as impressões dos alunos ao interagir com as tecnologias e a fotografia.

Para atender a esse objetivo, num primeiro momento foi feita uma reflexão a respeito do uso das tecnologias aplicadas a educação, ocasião em que

permitiu-se conhecer os principais desafios que a educação enfrenta neste cenário de mudanças.

A seguir, foi abordado o assunto sobre a inserção das tecnologias no ensino de História, enfocando opiniões de alguns teóricos a respeito do assunto. Esse conhecimento foi necessário para que se pudesse elaborar uma aula prática integrando recursos tecnológicos ao ensino de História.

A metodologia utilizada para este artigo foi pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, complementando com uma pesquisa envolvendo alunos das turmas de 8º série de uma escola de Cruz Alta que avaliaram o uso de recursos tecnológicos aplicados na disciplina de História.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho integrou a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, que estão em grande parte fundamentados a partir de uma construção teórica decorrente de uma posição pessoal frente à construção do saber. Não deixa de ser resultante de uma dificuldade em separar o conhecimento em áreas disciplinares compartimentadas, pois finalmente pode-se utilizar a interdisciplinaridade a serviço da educação.

A temática aplicada refere-se ao contraponto entre presente e passado analisado em História. Escolheu-se a Idade Média e a Idade Contemporânea, utilizando de fotografias da época.

No primeiro momento foi realizada uma pesquisa sobre o uso das tecnologias aplicadas a educação.

No segundo momento trabalhou-se com o software para a criação de apresentações multimídias, Power Point. O software permite a criação/edição e exibição de apresentações gráficas. Foram criados slides com o conteúdo teórico e com as imagens dos medos medievais e contemporâneos baseados no livro de Duby (1999), que foram criadas para instigar o aprendizado do aluno. A fotografia cria conhecimento, curiosidade e propicia o debate entre professor aluno.

No terceiro momento aplicou-se a aula prática aos alunos da 8ª série do Ensino Fundamental de uma escola de Cruz Alta.

No quarto momento avaliou-se a satisfação dos alunos ao interagir com a tecnologia na aula ministrada. A seguir é descrito o trabalho com os alunos realizado em sala de aula.

3.1 TRABALHO EM SALA DE AULA

A pesquisa desenvolvida foi aplicada a alunos de uma escola de Ensino Fundamental da Cidade de Cruz Alta. Objetivou-se com a aula ministrada, avaliar quais seus medos, suas dúvidas e ansiedades em relação a época atual. Foi escolhida a temática Idade Média e a Idade Contemporânea.

Em sala de aula foram apresentados textos históricos e imagens fotográficas para fundamentar a teoria, despertando assim a curiosidade e o debate discente e docente em sala de aula. A aula foi ministrada utilizando-se de apresentações multimídias. Utilizou-se o software Power Point para a construção da apresentação. Os slides foram criados utilizando imagens medievais e contemporâneas, onde foi possível despertar a curiosidade e o interesse dos alunos, as imagens utilizadas acarretaram diversas perguntas, assim foi possível trabalhar o conteúdo histórico em sala de aula.

A escola possuía os recursos tecnológicos necessários, os quais facilitaram a realização do projeto, como por exemplo televisão, vídeo, retroprojeto e

computadores. Foi um trabalho realizado em dois períodos, na disciplina de História com as turmas de 8º série, o trabalho foi dividido em três etapas:

Etapa 1: nesta etapa os alunos foram posicionados no tempo e espaço, principalmente falando de Idade Média e da idade Contemporânea, apresentou-se na forma de slides o conteúdo para a melhor interpretação do tema à turma, relacionando passado e presente.

Colocou-se imagens fotográficas lado a lado, fazendo um contraponto histórico entre passado e presente, instigando a discussão entre temores comuns a tempos históricos tão diferentes. Como por exemplo, o medo da morte que era tratado de uma determinada maneira na idade média e de outra forma tão diferente agora nos tempos atuais, ou o medo das guerras na idade média era de uma forma e atualmente como acontece. São discussões, debates e questionamentos que constroem conhecimento, e este conhecimento gera conceitos, e estes conceitos formam o saber do aluno sobre o conteúdo escolar e sobre o mundo.

Etapa 2: na etapa 2, após a apresentação de imagens fotográficas por meio de apresentações multimídia, trabalhou-se com oficinas de arte, recortes de jornal e revistas, com o objetivo de despertar no aluno o diálogo e a reflexão sobre as imagens visualizadas, medievais e contemporâneas, acerca dos medos, onde passado e presente se confundem no cotidiano. Este trabalho despertou sentimentos escondidos, mas acima de tudo ele se tornou uma prática reflexiva, sobre os temores e a forma de pensar em como enfrentar os problemas, analisando cada temor, cada dúvida, herdado de um passado medieval e até mesmo primitivo para o dia de hoje que ainda insiste em retornar aos dias atuais.

Etapa 3: nesta etapa os alunos apresentaram seus recortes/colagens em um amplo debate acalorado, todos sentados no chão em um grande círculo, fugindo do convencional, abrindo espaço para o coleguismo, para o debate franco e principalmente para a construção dos seus próprios conceitos.

Etapa 4: Avaliação da aula ministrada. A avaliação deste trabalho foi definida por meio de um questionário primário, que se utilizou para determinar o grau de aprendizado e compreensão dos alunos sobre o trabalho ministrado e sobre a utilização da tecnologia utilizada. Este questionário foi aplicado no término da aula, e analisado posteriormente. Foram criados gráficos de análise que se encontram neste trabalho.

4 RESULTADOS

A fim de verificar se os alunos realmente assimilaram o teor da aula proposta proposto realizou-se um questionário para coleta de dados.

Os resultados foram o esperado, os alunos gostaram da proposta de ensino aliando as novas tecnologias, imagens fotográficas e o contraponto histórico, isto é uma nova reformulação do paradigma educacional. Neste contexto, pode-se constatar que a inserção de recursos tecnológicos nas aulas de História auxilia o aprendizado em sala de aula. Participaram da pesquisa o total de 30 alunos. Questionou-se os alunos se os recursos tecnológicos utilizados despertaram interesse e compreensão na disciplina, todos responderam que sim.

Quanto a pertinência do trabalho proposto, 25 alunos responderam que é totalmente pertinente e muito esclarecedor. Já 5 alunos evidenciaram ainda que o trabalho foi ótimo, e que deveria se estender por mais dias letivos, para melhor assimilação do tema proposto.

Quanto à prática em sala de aula, dos 30 alunos presentes, todos se dispuseram alegremente a participar da atividade. Alguns alunos se destacaram naturalmente em meio a turma, líderes por natureza, mas todos participaram

ativamente, alguns questionando, fazendo perguntas, outros formando sua opinião e dialogando com os colegas e professor ativamente.

A Figura 1 trata da experiência que os alunos tiveram com a utilização das mídias. Constatou-se que 83% classificam como “fáceis” e apenas 17% classifica como “médio”.

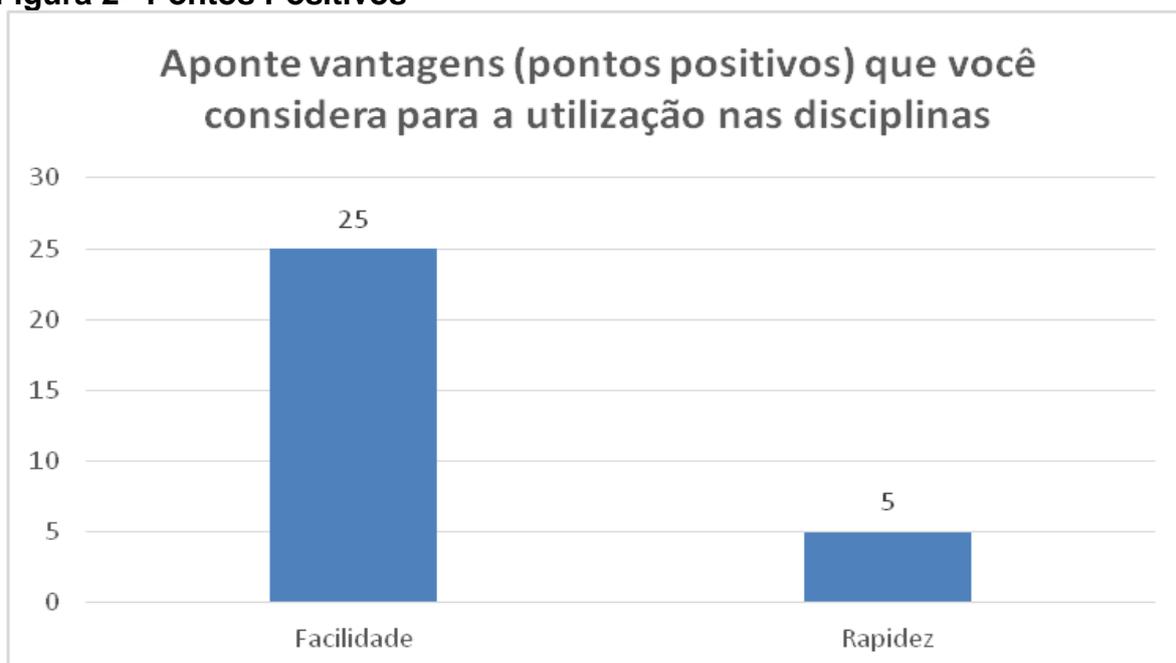
Figura 1 – Experiência com as Mídias



Fonte: Elaborado pelo Autor

A Figura 2 trata das vantagens da utilização das mídias na disciplina. Constatou-se que 25% consideram que a disciplina se torna fácil e apenas 5% aponta como rapidez (no processo de compreensão do conhecimento).

Figura 2– Pontos Positivos



Fonte: Elaborado pelo Autor

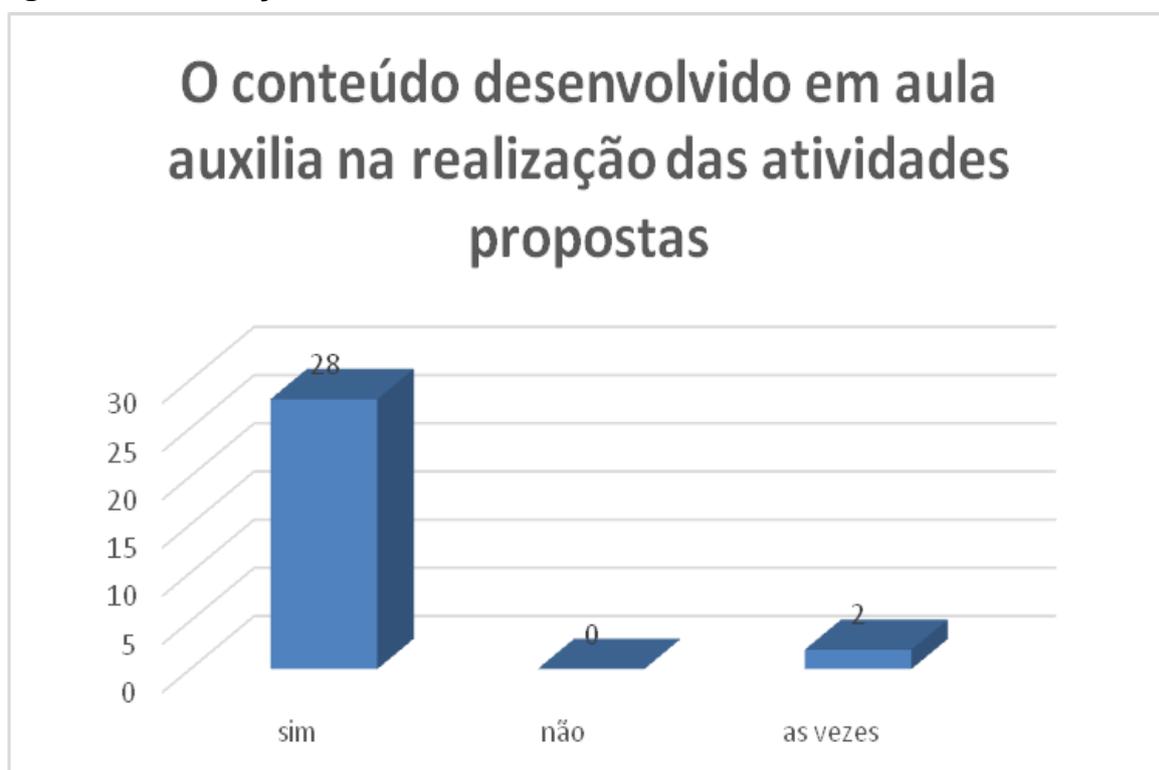
Questionou-se os alunos, se os mesmos consideram importante o contato com as mídias no auxílio da aprendizagem. Todos os 30 alunos responderam que “sim”.

Outra questão abordada refere-se ao contato com o software Power Point, se o mesmo aumentou seu interesse pelo estudo, por apresentar uma metodologia diferente. Todos os alunos responderam que “sim”.

Quanto as aulas, questionou-se se as mesmas se tornam mais atrativas com o auxílio das mídias digitais, todos os alunos respondem que sim. Quanto a atividade proposta todos os alunos classificam como “muito boa”.

Na Figura 3 os alunos foram questionados quanto ao conteúdo desenvolvido em aula, se o mesmo auxiliou na realização das atividades propostas. Constatou-se que 28 respondeu “sim”, e apenas 2 responderam “as vezes”.

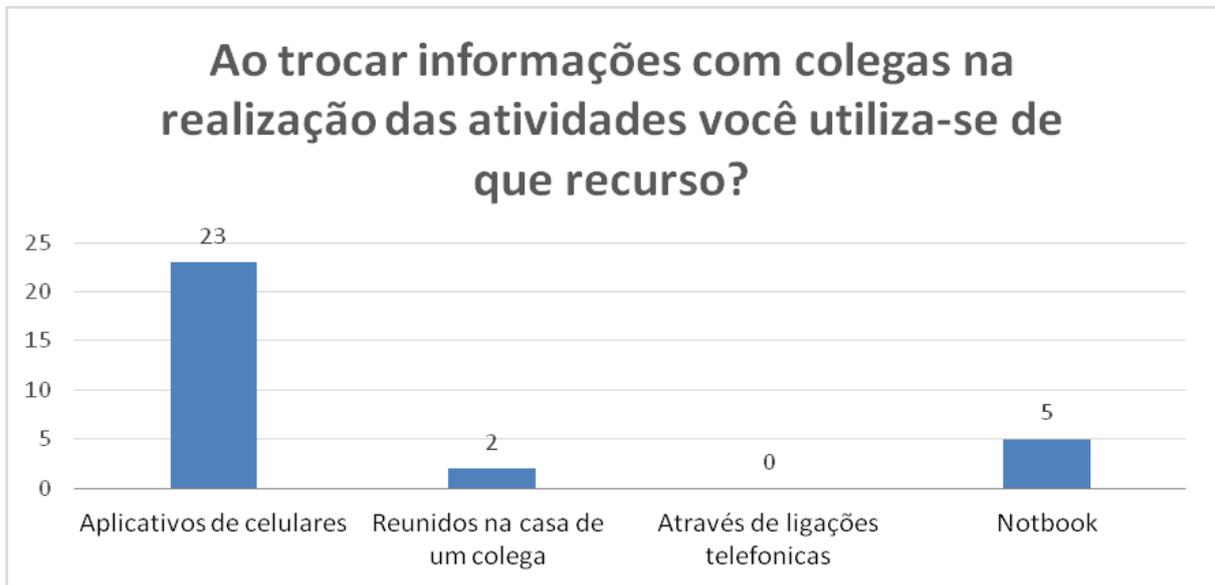
Figura 3– Realização das tarefas



Fonte: Elaborado pelo Autor

A Figura 4 refere-se a trocas de informações com colegas na realização das atividades. Constatou-se que 23 utiliza aplicativo de celulares, 2 alunos responderam que reúne-se na casa de colegas e 5 alunos utilizam o notebook.

Figura 4– Interação com colegas

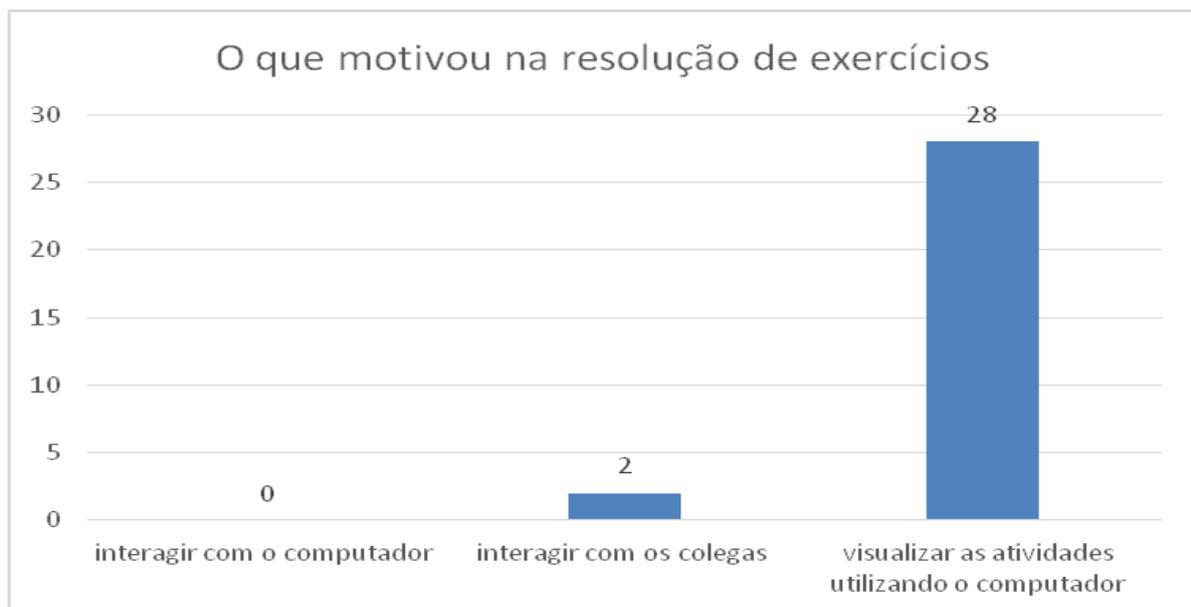


Fonte: Elaborado pelo Autor

Foi solicitado ao aluno uma nota sobre a aula ministrada, todos os 30 alunos classificaram a nota como "100".

A Figura 5 trata da motivação na resolução dos exercícios, optando entre a interação com o computador e colegas. Constatou-se que 28 alunos visualiza as atividades utilizando o computador e 2 alunos interagiu com os colegas.

Figura 5– Motivação na resolução dos exercícios



Fonte: Elaborado pelo Autor

Na etapa final do trabalho com a apresentação dos cartazes explanando a visão sobre o tema, os alunos solicitaram ainda que o projeto continuasse, ou que outros professores assimilassem esta prática de diálogo e debate em sala de aula.

O resultado final foi muito bom, os alunos participaram e foi um trabalho espontâneo e muito enriquecedor. Porém, faz-se necessário avaliar ainda mais, profundamente o tema proposto para descobrir se essas relações são significativas na busca de uma solução do problema aqui sugerido. Deve-se ressaltar que na etapa inicial foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre este tema ao qual serviu de suporte teórico, interpretando assim conceitos que comprovam e complementam os dados coletados nas observações e questionários aqui apresentados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças de paradigma já estão acontecendo, há uma transformação na concepção de como se ensinar nos dias atuais, rompendo com velhas barreiras e preconceitos sobre o ensino de História. As tecnologias vêm de encontro a esta proposta de mudança, um novo olhar mais criativo e evoluído sobre novas metodologias didáticas para o ensino escolar. Pensando assim e aliando ensino de História, imagens fotográficas e as tecnologias foi possível proporcionar o aprendizado de qualidade ao educando despertando sua curiosidade, reflexão e formação de seus próprios conceitos sobre o conteúdo de história e sobre o que acontece no mundo a sua volta.

Este trabalho foi escolhido principalmente para estabelecer o diálogo discente/docente, ao ensino de história, fugindo do desprezado ensino bancário por meio da utilização das tecnologias e das imagens. Aliando as novas tecnologias e o ensino de história por meio das imagens com a utilização de apresentações multimídias projetadas via Datashow, foi possível estabelecer um diálogo com os alunos, despertando a curiosidade e o interesse histórico.

Essa possibilidade de associação da teoria com a imagem e as tecnologias educacionais (aqui trabalhadas por slides) está a serviço dos professores de História e áreas afins, dinamizando as aulas e proporcionando ao aluno uma maior aproximação, visual, da época e do fato contado.

A imagem fotográfica aliada as TICs criam a construção do conhecimento histórico escolar e mobilizam suas operações mentais que conduzem o aluno e elaboram a consciência histórica.

A imagem auxiliará na construção do conhecimento histórico do aluno, por meio da formação da memória coletiva, possibilitará a capacidade de julgar, analisar uma situação, e, principalmente formar conceitos.

Autores como Marques (2018), Sosa e Tavares (2013), Lollini (1991) entre outros, afirmam que o ensino de História não precisa ser maçante e cansativo, há outras possibilidades para o ensino de história ser mais gratificante, envolvente, instigante.

Proporcionou-se um novo olhar em como se trabalhar e analisar uma imagem. Alguns pontos de vista prevalecem, mas é a argumentação dirigida pelo professor por meio dos fatos históricos que deve ser trabalhada, isto é, a imagem pela via da reflexão. Para isso é necessário concentrar-se em uma imagem, dar-lhe atenção e analisá-la principalmente na construção do conhecimento do educando.

A aplicação desta proposta de trabalho se realizou em uma escola local, foi uma experiência maravilhosa, mas percebe-se que deveria ter mais dias letivos para desenvolver o trabalho proposto com os alunos.

Como principal intenção para futuros trabalhos, surge a possibilidade de expansão deste projeto para a realização de um seminário com um maior número de aulas. Isso porque, além de possibilitar maior qualidade metodológica será possível trabalhar mais profundamente o conteúdo curricular didaticamente. A preocupação com o tempo se dá em favor da opção de um maior cuidado com a qualidade do que é ensinado aos alunos e como estes assimilam e interpretam a conhecimento transmitido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Í. D. SILVA, J. C.B. da; JUNIOR, S. A. da S.; BORGES, L. M. **Tecnologias e educação: o uso do YouTube na sala de aula.** Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/trabalho_ev045_md1_sa4_id8097_06092015214629.pdf. Acesso em Out de 2018

BRANDÃO, J. **Imagem: reflexo do mundo e do homem? Questões acerca de iconologia, iconografia, iconofotologia.** ed. Lumen et virtus; São Paulo, 2015.

BORGES, P. V. **O que é História.** 2^o Ed. São Paulo. Editora Brasiliense. 1993

BURKE, P. **A escola dos annales. 1929-1989. A revolução francesa da Historiografia.** São Paulo: UNESP, 1991.

CITELLI, Adilson. **Palavras, meios de comunicação e educação.** São Paulo: Cortez, 2006.

CONTE, E., MARTINI, R.M.F. **As Tecnologias na Educação: uma questão somente técnica?** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1-10, out./dez. 2015.

CUNHA, R. C. S. **A escola dos Annales e a reinterpretação de fatos históricos,** 2018. Disponível em:

<http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/rejane_cristina_santana_cunha.pdf> Acesso jan de 2018.

DUBY, G. **Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos.** Editora UNESP, São Paulo, 1999.

Educação e Ciência, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2014/07/conferencia-debate-educacao-ciencia-tecnologia-e-inovacao>>. Acesso em dez de 2018.

FERREIRA, C. A.L. **A importância das novas tecnologias no ensino de História** in Universa. Brasília, n. 1, fevereiro de 1999.

FIGUEIREDO, L. **História e informática: o uso do computador.** In: CARDOSO, Cirfo F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LEITE, L.S.; SAMPAIO, M.N. **Alfabetização Tecnológica do Professor.** Petrópolis: Vozes, 1999.

LOLLINI, P. **Didática e computadores: quando e como a informática na escola.** São Paulo: Loyola, 1991.

MARQUES, A. C. C. **As tecnologias no ensino de História: Uma questão de formação de professores.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1415-8.pdf>> Acesso em Ago de 2018.

MEANS, B. **Using Technology To Support Education Reform.** Education Development Corporation. U. S. Department of Education. September, 1993. Disponível em: <<http://www.ed.gov/pubs/EdReformStudies/TechReforms/title.html>>. Acesso em Ago de 2018.

Novas tecnologias facilitam a aprendizagem escolar, 2014. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2014/07/novas-tecnologias-facilitam-aprendizagem-escolar>>. Acesso em Out de 2018

OLIVEIRA, J.B.N; SILVA, E.S. **As principais metodologias no ensino de história: positivismo, marxismo e escola nova**, 2018. Disponível em:<<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/redivi/article/download/11614/6658>>. Acesso em Ago de 2018.

Paraná. Secretária de Estado da Educação do Paraná. Parâmetros Curriculares. Curitiba: 2005.

SANDRE, L.P. **Novas tecnologias no curso de História: uma didática possível**. Faculdade Quirinópolis, Goiás, 2018, p:1-10. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/27_-_Novas_Tecnologias_no_Curso_de_Hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em 25 Ago de 2018.

SANTOS, E. **A Informática na Educação Antes e Depois da Web 2.0: relatos de uma docente-pesquisadora**. In: RANGEL, Mary; FREIRE, Wendel (Org.). **Ensino-Aprendizagem e Comunicação**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010. P. 107-129.

SOSA, D. TAVARES, L. C. **Ensino de História e as novas tecnologias**. Revista Latino Americana de História. Vol.2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Ed. Especial. PPGH-UNISINOS

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA - UNICRUZ. **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade de Cruz Alta**. Cruz Alta: Unicruz, 2018. Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/comissao-editorial/#manual-editorial>>. Acesso em: 10 Agos. 2019.

RELIGIOSIDADE SIMÃODIENSE: CATOLICISMO X PROTESTANTISMO

Daniell Alves Loiola Santana⁹⁵

RESUMO: Com a emancipação política de Sergipe em seus 201 Anos de história e religiosidade traz nos costumes e tradições a fé de um povo baseado nas crenças e credos. O presente artigo é uma releitura dos acontecimentos religiosos do município de Simão Dias – SE. Será elencado o processo do envolvimento religioso desde sua colonização e pregação dos jesuítas espalhando o catolicismo com a construção da Matriz de Senhora Santana em 1785 até o surgimento do protestantismo com a edificação do Templo Presbiteriano solenemente inaugurado em 1929; além da diversidade de Capelas em Simão Dias.

Palavras-chave: Religiosidade. Diversidade. Matriz de Santana. Templo Protestante.

INTRODUÇÃO

A religiosidade no Brasil teve início desde os tempos primitivos da permanência dos indígenas até a sua catequização pelos jesuítas, obtendo o catolicismo como religião oficial nas terras brasileiras. Antes dos portugueses invadirem o território brasileiro, a religião baseada nos fenômenos naturais já era um patrimônio cultural imaterial existente nos costumes indígenas que foi massificado pelo processo de catequização jesuítica pela Companhia de Jesus.

É perceptível que o cristianismo primitivo permaneceu através dos símbolos e expressividade assimilada por mensagem em templos religiosos, criando uma memória coletiva. A religião de forma geral cria uma coletividade memorável, no qual transmite os valores, princípios e ideias compartilhada socialmente a partir do tempo histórico. O trabalho de Maurice Halbwachs (1877-1945) é muito relevante, a partir da compreensão na organização da coletividade de memórias e da transmissão de ideias por um grupo social.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais nós estivemos envolvidos, e com objetos que nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que os homens estejam lá, que se distinguem materialmente de nós: por que temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p. 26).

De acordo com a historicidade dos grupos religiosos, este tem a finalidade de buscar sempre os fatos passados, no entanto, cada grupo tem sua especificidade, mas estes grupos necessitam ter uma adaptação nos novos tempos preservando as características iniciais dos referidos fatos passados.

Numa sociedade mutável, a religião transforma-se e tem como função relacionar o novo com o passado e incorporar este último às novidades. A mudança social ameaça a coerência. Para continuar existindo, uma sociedade depende tanto de transformação quanto da continuidade. Eis o

⁹⁵ Graduado em História pela Uniube e em Química pela UniAGES. Especialista em Metodologia no Ensino de História e Geografia pela UniREDENTOR. Especialista em Educação no Campo pela FAVENI. Atualmente é Professor de História e Artes. E-mail: daniell.als10@hotmail.com.

paradoxo de toda sociedade viva. Quanto mais ela muda, mais precisa referir-se ao passado e quanto menos aparece no presente, mais é necessário colocá-lo como ponto de referência. (RIVERA 2001, p. 45).

Como método de pesquisa foi disposto a coleta de dados a partir das leituras das fontes escritas e algumas fontes orais, que retratam a memória religiosa da história do município de Simão Dias. Foi utilizado o método iconográfico com a análise em fotografias sobre os acontecimentos religiosos simãodiense, que demonstra a importância da diversidade religiosa entre o catolicismo e o protestantismo. Utilizarei um questionário qualitativo no decorrer do trabalho para compreensão do patrimônio religioso e a história da localidade.

A escolha do tema tem por finalidade mostrar a dualidade religiosa entre o catolicismo e o protestantismo, bem como a diversidade das capelas baseadas na fé e crença de cada povoado de Simão Dias. O artigo tem como objetivo mostrar a população simãodiense, a importância de manter viva os 131 anos de Emancipação Política de Simão Dias desde seu surgimento até a atualidade, através das fontes orais e escritas utilizadas no trabalho.

SIMÃO DIAS E O PROTESTANTISMO

O território que abrange o atual município de Simão Dias, foi no passado uma povoação de índios fugitivos das expedições colonizadoras do Governador do Norte, Luís de Brito e Almeida. Em suas terras, possuía um relevo acidentado devido ao conjunto de serras, favorecendo a ocupação dos índios Tapuias, que se instalaram as margens do Rio Caiçá. A pequena aldeia na época, habitada pelos nativos, obtinha um clima variado e vegetação promissora proporcionando a prática da atividade econômica, como por exemplo a pesca, a caça e a agricultura.

Com a proporção da forma do relevo, o referido município possui várias denominações como “Matas de Simão Dias”, “Matas do Coité” ou “Matas do Caiçá”. Com a invasão holandesa em Sergipe, surge a necessidade de conduzir os rebanhos as margens do Rio Real. O proprietário Braz Rabelo que possuía rebanhos nas terras do município de Itabaiana decidiu esconder os gados nas terras das matas a beira do Rio Caiça, pois as árvores juntas umas das outras, proporcionava um belo esconderijo para o rebanho. Desse episódio surgiu a figura do vaqueiro Simão Dias responsável pela condução do gado e pelo surgimento das primeiras instalações na cidade.

No dia 12 de Junho de 1890, por decreto nº 51⁹⁶ o Presidente do Estado Felisberto Freire elegeu a povoação de Simão Dias que era considerada uma vila para Cidade devido a alguns motivos, dentre eles por que Simão Dias possuía uma grande população, tinha um comércio lucrativo, havia uma estrada de ferro que ligava a referida vila a Aracaju (Capital) e por ter uma comarca recém criada.

O território de Simão Dias passou muitos anos como freguesia de Lagarto, ou seja, era uma vila que dependia economicamente, politicamente e socialmente da cidade vizinha. Antes de ter “status” de vila, o atual município foi considerado como Freguesia, pela Lei de 6 de fevereiro de 1835⁹⁷, desmembrando-se da Freguesia de Lagarto. A capela foi o que motivou a sua criação na data de 1655,

⁹⁶ Art 1º - Fica elevada à categoria de cidade a vila de Simão Dias, deste Estado.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.”

⁹⁷ Distrito criado com a denominação de Santana de Simão Dias, pela provincial de 06-02-1835.

conforme defende historiadores. No entanto o único documento antigo sobre o assunto é do ano de 1784. Devido ao progresso da Freguesia o governo da Província baixou em 15 de março de 1850 o decreto com Resolução Provincial n.º 264⁹⁸ que elevou à categoria de vila com o nome de Senhora Sant'Ana de Simão Dias. O Decreto n.º 43⁹⁹, de 8 de maio de 1890, criou a comarca de Simão Dias.

A seguir é possível vê uma foto preto e branco da igreja Matriz de Simão Dias em 1910:



Figura 01: Igreja da Matriz de Simão Dias, em 1910.

Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 19/07/2021.

Assim, o município de Simão Dias, teve essa denominação desde a condição de freguesia e vila. Mas o nome que homenageava o seu primeiro povoador permaneceu por pouco tempo, pois o intento do Padre João de Matos Freire de Carvalho foi alcançado, e em 25 de outubro de 1912, a cidade passaria a ser denominada como Anápolis, pelo Decreto Lei de n.º 621¹⁰⁰. Após muitas controvérsias e reações, principalmente da imprensa, o nome de Simão Dias foi

⁹⁸ Elevado à categoria de vila com a denominação de Santana de Simão Dias, pela lei provincial n.º 264, de 15-03-1850, desmembrado de Lagarto. Sede na antiga povoação de Santana de Simão Dias. Constituído do distrito sede

⁹⁹ Art. 1º - Fica criada a Comarca de Simão Dias, composta do termo o mesmo nome, desmembrando da Comarca de Lagarto.

Art.2º - O termo do Riachão fica desmembrado da Comarca de Boquim, passando a fazer parte da do Lagarto.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Cumpra-se e comunique-se.

¹⁰⁰ Art. 1º - A comarca de Itabaiana constitui-se dos termos de Itabaiana e São Paulo, tendo sua sede nacidade de Itabaiana.

Art. 2º - A comarca de Lagarto constitui-se dos termos de Lagarto, Simão Dias e Riachão, tendo sua sedena cidade de Lagarto.

Art. 3º - A CIDADE E TERMO DE SIMÃO DIAS PASSAM A SE DENOMINAR "ANÁPOLIS".

Art. 4º - Revogam-se a disposições em contrário

restabelecido pelo Decreto Lei nº 533¹⁰¹, de 7 de dezembro de 1944, favorecido pela determinação do Governo Federal, do então Getúlio Vargas, que aprovou o plano do IBGE¹⁰², coibindo a coincidência de municípios com mesma denominação. Como existia um município goiano com o mesmo nome, e mais antigo, a Anápolis sergipana teve que modificar o nome.

No cenário político, o município simãodiense teve uma longa fase de domínio oligárquico, aonde o poder local era exclusivo aos grandes proprietários rurais. As práticas coronelistas estiveram presentes nessa fase, sendo possível verificar resquícios do coronelismo até os dias de hoje. No entanto a partir da década de 1930, começou a decadência dos grandes proprietários na política local, devido às mudanças ocorridas em decorrência da revolução, bem como, o fenômeno populista desenvolvido a partir da década de 40.

Não sabe ao certo, quem foi o primeiro a anunciar o Evangelho em Sergipe, mas sabe-se, entretanto, que em 1863, daquele ano, apareceu uma grande figura religiosa, no território do atual município de Laranjeiras. O religioso crente, chamado de Pedro Nolasco de Andrade, vendia bíblias e livros da British and Forereing Bible Society¹⁰³.

Todavia, é enfatizado que o referido Pedro Nolasco de Andrade foi o primeiro a plantar a semente do protestantismo¹⁰⁴ em território sergipano. O primogênito Pastor ordenado visitou a Província¹⁰⁵ de Laranjeiras em 1878, e pregou o sermão pela primeira vez ao lado do Rev. Dr. Alexandre Latiner Blackford. Sendo, o território de Laranjeiras, o berço do protestantismo em Sergipe.

Diante dos sermões e ensinamentos, levados pelo modesto crente e colporteur¹⁰⁶ Pedro Nolasco de Andrade, na terra de João Ribeiro, espalhou para todo Estado¹⁰⁷, a respeito dos vestígios da Santa Inquisição¹⁰⁸. No qual, alguns sacerdotes católicos ainda viviam acostumados com mero preconceito religioso e social, tendo a imagem do crente como a figura do próprio demônio.

Interessante pensar nessa rivalidade entre protestantes e católicos que perdura por muitas décadas na história da humanidade. Imaginar como representante de Deus, na figura do católico, vem a comparar ou apontar como semelhança a figura do crente sendo um representante de Deus com o demônio, é pensar numa atitude desumana, maldosa e impiedosa ao pensamento do catolicismo.

Para DÉDA (2008):

¹⁰¹ Pelo decreto-lei estadual nº 377, de 31-12-1943, revogado pelo decreto de nº 533, de 07-12-1944, o município de Anápolis volta a denominar-se Simão Dias.

¹⁰² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹⁰³ Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira

¹⁰⁴ Conjunto de doutrinas religiosas e de igrejas oriundas da Reforma religiosa no século XVI. Adesão aos princípios protestantes.

¹⁰⁵ Divisão territorial de nível superior utilizada em muitos países.

¹⁰⁶ Vendedor ambulante

¹⁰⁷ Do latim status: (modo de estar, situação, condição) data do século XIII e se refere a qualquer país soberano, com estrutura própria e politicamente organizado, bem como designa o conjunto das instituições que controlam e administram uma nação.

¹⁰⁸ Espécie de tribunal religioso criado no século XIII que condenava todos aqueles contrários a Igreja Católica.

“As perseguições religiosas, então verificadas em outras províncias, influiriam contra os crentes sergipanos. Em Alagoas, em plena Capital, um Padre dirigia uma campanha de ridículo contra os protestantes. À frente de grupos de fiéis, o sacerdote alagoano surgia nos lugares onde se celebravam os cultos, rebatendo a melodia dos hinos, com uma reza em estilo bulersco, de versos de pés quebrados, mas que dava no gosto do populacho: [...]”. (DÉDA, 2008, p. 105).

A singela oração alagoana atravessou o Rio São Francisco, com intuito de ridicularizar os crentes sergipanos. Os primeiros pregadores religiosos, os colporteus, sendo apelidado por Frei Bode¹⁰⁹ sofreram muitas humilhações e provocações, ao realizar seus cultos. Em quase todas as localidades sergipanas tinham perseguições contra os crentes.

Eles eram ridicularizados, humilhados, quando se mostravam indiferentes as provocações de outros grupos religiosos praticando o ato do canto alegre espalhando a fé por meio do evangelho, conseqüentemente, sofriam apedrejamentos seguido de objetos bíblicos arrebatados até serem queimados nas fogueiras. Imaginar que uma pessoa seria levada em praça pública por crime de heresia¹¹⁰, só por ter o pensamento contrário da Igreja, é ter como momento da história, um longo período de terror.

Se essa pratica de perseguição e sofrimento que os crentes passaram no tempo da Monarquia¹¹¹ quando era ligada ao Estado, imagine no advento da República¹¹² que não mudou nada. Mas em Simão Dias, havia uma plena liberdade par quem quisesse vender bíblias, cantar seus hinos ou pregar seus sermões.

Em 1896 a 1897, andou pelas zonas sergipanas o colporteur José Maria, residente na Vila do Riachão, no qual seguiu a carreira de cantor sacro¹¹³, católico e musicista. O templo protestante mais próximo de Simão Dias era o da povoação Urubutinga, pertencente ao município de Lagarto, onde a semente evangélica prosperava, com assistência, mas também com falhas, do pastor americano Rev. W. E. Finley, iniciando um trabalho evangélico naquela comunidade local e rural, devido a não ter encontrado recepção e aconchego no município lagartense.

Em 1896, o Rev. Finley recebeu uma pública profissão da fé, os primeiros servos de Urubutinga. Em 1897, aparece pela primeira vez, na zona de Lagarto, o missionário americano Rev. Dr. Cassius E. Bixler, que foi um grande evangelizador da região sul e oeste de Sergipe. Neste mesmo ano, o Dr. Bixler, visitou Simão Dias, pela primeira vez, depois de pregar em Urubutinga. De acordo com DÉDA, (2008):

“Era um puritano dos Estados Unidos. Com a resignação de um justo, suportou, nas suas peregrinações pelo interior do Estado, as maiores humilhações. Jamais desanimou; jamais temeu aos apedrejamentos. Não era orador, e tinha uma grande dificuldade para falar o português. Mas a sua pobreza oratória e a dificuldade de adaptar-se à língua do país eram compensadas pela bondade e humildade cristas do seu coração. Crente, resignado, o Dr. Bixler varava as estradas quase ermas, cavalgando um burriço, vestido no seu altíssimo guarda-pó, um capacete branco na cabeça, óculos claros, deixando ver o azul dos olhos de “gringos”, tudo isso despertando a curiosidade e, também, o temor das populações campesinas,

¹⁰⁹ Indivíduo da religião protestante.

¹¹⁰ Interpretação, doutrina ou sistema teológico rejeitado como falso pela Igreja.

¹¹¹ Forma de governo ou chefe de Estado tem o título de rei ou rainha (ou seus equivalentes).

¹¹² Forma de governo em que o Estado se constitui de modo a atender os interesses geral da população. Forma de governo na qual o povo é soberano.

¹¹³ Relativo ao que é divino, à religião, aos rituais e ao culto, sagrado, santo.

que desconheciam guarda-pó, chapéu de engenheiro e outros objetos usados pelo viajor. Para as massas atrasadas, que negavam água e hospedagem, persignando à sua passagem, o estranho viajor andava a serviço do “cão”. Exclamavam: - vejam o nome: “Dr. Bicho”! o Dr. Cassius Bixler viveu mais de cinquenta anos no Brasil. Maior patê deste tempo em Sergipe, na cidade de Estancia, onde nasceram diversos filhos. Era casado com D, Flora Bixler, também americana. (DÉDA, 2008, p. 107).

O ambiente presbiteriano de Simão Dias foi ministrado por Dr. Cassius Bixler a partir dos anos de 1897, até quando recebeu um convite para dirigir o Colégio Americano de Ponte Nova, no território baiano. As visitas de Dr. Bixler a Simão Dias foram por intermédio do colporteur José Maria, que em suas visitas explicava o Evangelho, ensinando a cantar os hinos evangélicos.

Em Simão Dias, o José Maria obteve uma grande ajuda do seu colega musicista e cantor sacro, o Capitão Licínio Guimarães que era casado com a professora Amélia Guimarães. Nos primeiros cultos, realizados no território simão-diense, teve a presença de figuras ilustres e importantes como o Marcolino Gama; o Capitão Licínio Guimarães e sua esposa; o colporteur José Maria; o José Alves de Oliveira (Zuza) e Dona Possidônia Vieira; o Manuel de Fraga Dantas e sua esposa D. Gregória do Prado Dantas, natural de Itabaiana, que residi antes em Riachão, dirigindo uma escola primária e existente na Cidade de Cachoeira na Bahia.

Segundo DÉDA, (2008):

“Nenhuma perseguição, de qualquer ordem, e em qualquer tempo, fora levada a termo contra os crentes e Simão Dias. Todos os vigários da Freguesia mantiveram relações de amizade com os crentes, destacando-se o Padre Filadelfo Macedo, íntimo de Manuel da Fraga Dantas, de quem, quando menino, fora colega praticamente de farmácia; íntimo de José Alves de Oliveira (Zuza), em cujos braços morreu, e íntimo também, de Marcolino Gama, seu barbeiro e alfaiate. Era quem confeccionava suas batinas” (DÉDA, 2008, p. 108).

O pequeno núcleo protestante, sempre foi visitado por pastores americanos ordenados. Nos primeiros anos, apareceu um pastor cego, conhecido como Macário, sendo guiado por sua mulher D. Paulina Macário. Seus cultos e pregações eram esplendidos, despertavam curiosidades popular. O público ficava olhando, com muita admiração e respeito, os sermões do cego Macário, no luar da noite.

Depois de assistirem os cultos do cego Macário, muitos curiosos expectadores converteram ao protestantismo. Quando o Dr. Bixler deixou o campo, indo em direção ao Colégio Ponte Nova, o território de Simão Dias já contava com o número regular de professores. Os iniciantes presbíteros sagrados na nova Congregação foram: Manuel da Fraga Dantas e José Alves de Oliveira (Zuza).

De acordo com DÉDA, (2008):

“Foi de grande proveito para a Congregação, a residência, na cidade, do Pastor, Rev. Alfeu Barra de Oliveira. Incansável, modesto, profundamente religioso, despendeu suas energias pelo progresso do campo so sua responsabilidade. De tal forma floresceu a Congregação, sob a orientação deste Pastor, que por determinação do Presbitério Bahia – Sergipe, em magna reunião realizada em Salvador, em dezembro de 1926, foi designada uma comissão composta do Rev. Celso Lopes, Pastor da Igreja de Aracaju; Rev. Alfeu Barra de Oliveira, Pastor de Simão Dias; Presbíteros: Pedro Sotero Machado, da Igreja de Aracaju; Honorino Ferreira de Araujo, da

Igreja de Riachão do Dantas; Barnabé Bispo da Silva, da Igreja de Urubutinga – Lagarto, para organizar e elevar à categoria de Igreja, a Congregação de Simão Dias”. (DÉDA, 2008, p. 109).

O pequeno núcleo protestante, sempre foi visitado por pastores americanos ordenados. Nos primeiros anos, apareceu um pastor cego, conhecido como Macário, sendo guiado por sua mulher D. Paulina Macário. Seus cultos e pregações eram esplendidos, despertavam curiosidades popular. O público ficava olhando, com muita admiração e respeito, os sermões do cego Macário, no luar da noite.

Depois de assistirem os cultos do cego Macário, muitos curiosos expectadores converteram ao protestantismo. Quando o Dr. Bixler deixou o campo, indo em direção ao Colégio Ponte Nova, o território de Simão Dias já contava com o número regular de professores. Os iniciantes presbíteros sagrados na nova Congregação foram: Manuel da Fraga Dantas e José Alves de Oliveira (Zuza).

No dia 21 de abril de 1927, as 17:00hrs, na residência do Presbítero Manuel de Fraga Dantas, e sob a presidência do Pastor Celso Lopes, secretariado pelo Presbítero Pedro Sotero Machado, realizou-se a memorável reunião, sendo elevada a Congregação à categoria de Igreja. Para todos os crentes, a referida realização foi um marco histórico, cultural e religioso na memórias dos simão-dienses.

No mesmo dia, às 18:00hrs, ocorre a linda e rica cerimonia do lançamento da pedra fundamental do Templo¹¹⁴, na rua Cel. Antônio Alexandrino, com a presença de autoridades, líderes religiosos de outras Igrejas e a grande população de Simão Dias. No ato cerimonial foi presidida pelo Rev. Celso Lopes, que fez enterrar, numa vala¹¹⁵, uma urna de cobre, fechada com livros evangélicos, moedas diversas e outros objetos religiosos.

¹¹⁴ É o nome que se dá ao primeiro bloco de pedra ou alvenaria acima de uma fundação de uma construção.

¹¹⁵ Escavação de um terreno, de forma alongada, e mais ou menos profunda, feita para variados fins, mais freq. para condução de águas, drenagem, ou instalação de encanamentos, esgotos, etc.



Figura 02: Inauguração do Templo Presbiteriano, em 21 de abril de 1929
Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 19/07/2021.

No dia 21 de abril de 1929, por coincidência, ocorreu, solenemente a inauguração do Templo Presbiteriano na rua Cel. Antônio Alexandrino. O cerimonial foi presidida pelo Rev. Dr Antônio Almeida, Pastor e Deão do Seminário Evangélico do Norte, instalado na cidade de Garanhuns, em Pernambuco.

A referida cerimonia, teve seu esplendor inaugural, sendo a maior festa presbiteriana eu foi realizada em Simão Dias. A população católica esclarecida, com sentimentos tradicionalmente democráticos despertou em sua atuação no evento, uma verdadeira lição combatendo o preconceito e perseguição religiosa. Todavia, a história do protestantismo no município simão-diense traz em suas fontes escritas, a empatia e o pacifismo de um povo acolhedor.

Depois da primeira construção e inauguração o Templo Presbiteriano passou por uma reforma, mudando a arquitetura frontal, tanto na parte interna e externa. Ao longo do tempo o mesmo templo passou por duas grandes restaurações.

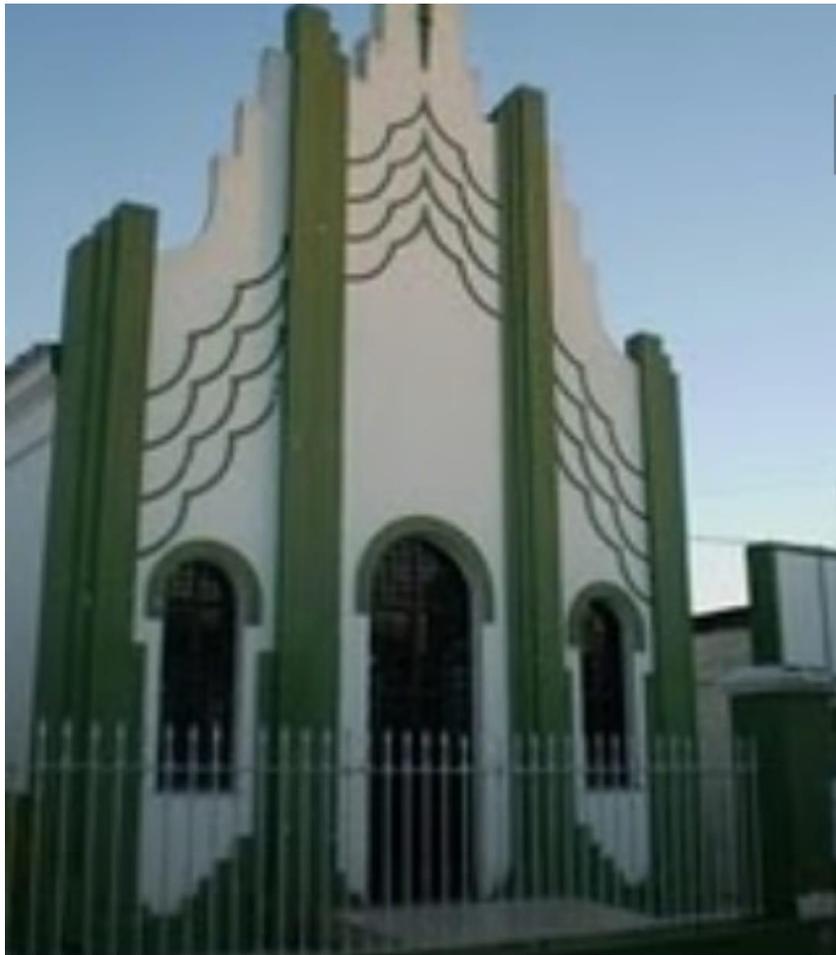


Figura 03: Igreja Presbiteriana, reconstruída em 21 de abril de 1992
Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 19/07/2021.



Figura 04: Igreja Presbiteriana, restaurada atualmente.

Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 19/07/2021

MATRIZ DE SANTANA: A IGREJA E SUAS CAPELAS

A Igreja Matriz da Paróquia Senhora Sant'Ana, tão querida pelos fiéis simão-dienses, teve seu terreno doado para sua construção em meados de 1785. Ana Francisca de Menezes (doadora das terras) era muito devota de Senhora Sant'Ana, por isso ela foi escolhida como a padroeira da Capela e do povoado que ali iniciava. O prédio atual da Matriz de Senhora Sant' Ana, era antigamente uma Capela, local religioso da pequena população simaodiense.

Quase um século depois, em 1870, a capela passou por uma reforma que a transformou em uma Igreja Matriz, com a ajuda do Governo Provincial (visto que, na época, o Brasil era um Império e dividido em províncias, que hoje são chamados de estados).

Novamente, em 6 de janeiro de 1910, a Igreja passou por uma reforma e foi inaugurada nessa data. Ela foi construída e doada pelo Coronel Sebastião da Fonseca Andrade e Dona Ana Freire, esposa do Coronel. A Igreja, então, ganhou um estilo neogótico, com duas torres. Mas, devido a algumas rachaduras, a igreja precisou ser novamente reformada na década de 1950, passando a ter somente uma torre, como a conhecemos hoje.

IGREJA MATRIZ DE SENHORA SANT'ANA SIMÃO DIAS/SE

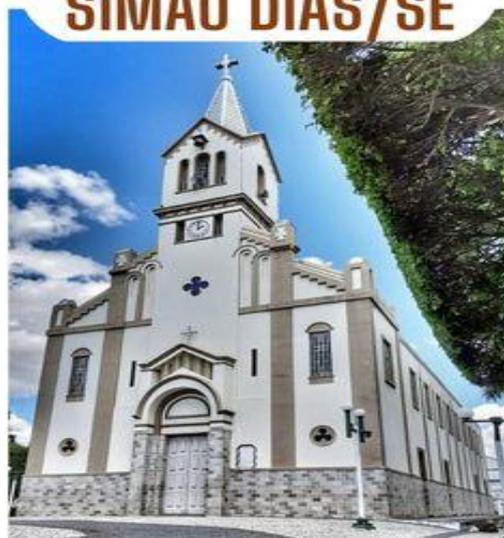


Figura 05: Igreja Matriz de Senhora Sant' Ana no município de Simão Dias.
Fonte: @paróquiasantanasd acessado em 20/07/2021.

Além da Igreja Matriz de Santana ser a maior referência religiosa no município simão-diense, é perceptível a presença de inúmeras capelas nos diferentes povoados e conjuntos que fazem parte da extensão territorial de Simão Dias. Nesse aspecto, a cidade de Simão Dias tem mais de 40 capelas espalhadas no território.

A Igreja Senhora de Fátima, situada no Bairro Bonfim em Simão Dias, foi construída em 19 de outubro de 1982 pelo Vereador Genário Alves. O Padre da época era Monsenhor João Barbosa. Após a saída do sacerdote da nossa Paróquia, ele entregou a chave da Igreja nas mãos de Dona Maria, a qual cuidou e zelou por muitos anos. As atividades de evangelização no templo continuam com grande participação da comunidade na atualidade.

Em 20 de julho de 1982, o terreno onde se localiza a Capela de São José na atual Rua do Alambique, foi doado à Paróquia de Senhora Sant'Ana, Simão Dias/SE. A partir daí e com a construção da Igreja, os moradores da Rua do Alambique puderam realizar as atividades de fé na igreja. Até os dias atuais, a comunidade mantém a devoção a São José. Porém, com a Pandemia algumas atividades foram restritas, mas que em breve voltaremos à normalidade.

A Capela de Nossa Senhora Aparecida, situado no Povoado Deserto, na cidade de Simão Dias, foi construída pela Sra. Raimunda Siqueira Santos, como uma forma de agradecimento à graça que recebeu pela promessa que fez. Em 27 de janeiro de 1993, a pedra fundamental foi posicionada por Frei Nelson. E em 1995, a comunidade reuniu-se para celebrar pela primeira vez a festa da sua padroeira. No ano de 2000, ocorreu a primeira missa celebrada pelo Pe. Vicente. Pela fragilidade na infraestrutura, foi demolida e está em fase de reconstrução. A comunidade celebra sua festa no dia 12 de outubro.

CAPELA N. SRA. APARECIDA POV. DESERTO



Figura 06: Capela Nossa Senhora Aparecida, do Povoado Deserto, em Simão Dias.
Fonte: @paróquiasantanasd acessado em 20/07/2021.

O desejo pela construção da Capela Nossa Senhora do Rosário, do Povoado Campo Limpo em Simão Dias, deu-se início no ano de 1998, quando a professora e catequista Angelina, que residia na comunidade vizinha, Pov. Jacaré, começou a catequisar os alunos. Sendo assim, foi marcada a primeira missa com Padre Vicente, a qual ocorreu no grupo escolar da comunidade em fevereiro do mesmo ano. Com isso, surgiu um grande desejo da moradora Josefa Maria para construir a Capela na comunidade, e a mesma doou o terreno. Os moradores construíram a igreja com doações. A inauguração ocorreu no mês de novembro de 2006 e a padroeira da Comunidade é Nossa Senhora do Rosário. A festividade de Nossa Senhora do Rosário é comemorada em 7 de Outubro.

Em 2015, a história da construção da Capela Santa Dulce dos Pobres no Conjunto Eucalipto em Simão Dias, foi muito importante para a comunidade. No período das Santas Missões Carmelitas, Dona Luciana e Dona Zita (que estavam à frente das atividades religiosas na Comunidade) falaram com o Pe. Rodrigo para que fosse construída uma igreja na localidade. E assim aconteceu. A doação do terreno foi feita pelo Sr. Genário. Antes da construção, a comunidade reunia-se numa na associação do conjunto para participar das missas. Também ocorria evangelizações nas casas dos moradores através do Terço Santa Dulce. Desde o início da construção, toda a comunidade de fé sensibiliza-se na ajuda espiritual e material, com leilões, bingos, quermesses e rifas para o término desta obra. Em decisão para escolha do padroeiro, e acatando também a sugestão de padre Rodrigo, a Igreja tem como padroeira Santa Dulce.

CAPELA SANTA DULCE DOS POBRES CONJ. EUCALIPTO



Figura 07: Capela Santa Dulce, no Conjunto Eucalipto, em Simão Dias.
Fonte: @paróquiasantanasd acessado em 20/07/2021.

A construção da Capela Sagrado Coração de Jesus, do Povoado Espinheiro, em Simão Dias tem uma história interessante. Segundo as pessoas que têm mais tempo na comunidade, tem mais ou menos 100 anos. Esta é uma das capelas mais antigas dos povoados da nossa Paróquia. O local onde a igreja foi construída sendo doado por João Santana, com aproximadamente uma tarefa de terra. Até hoje, as atividades religiosas se mantêm acontecendo com muita fé e devoção.

Continuamos a conhecer a história das capelas da nossa Paróquia. A Capela São Domingos do Povoado Triunfo em Simão Dias, foi fundada em 1929 pelo moradores Francisco José Tavares, Elias Araújo, Zezé de Marciano, João Emídio Carregosa, Domingos Paulo, Marcos de Luna, José de Luna e Manoel Antônio dos Santos. No crescimento do povoado, houve a necessidade de uma capela para oração. Assim, o senhor Francisco Alves doou um terreno, dando início à construção com ajuda de toda a comunidade. Em 1937, aconteceu a primeira missa na capela, presidida por Pe. Domingos da Fonseca. Em maior necessidade, ocorreu uma reconstrução no ano de 2007, sendo reaberta em 24 de maio de 2009 pelo Bispo Diocesano de Estância, na época Dom Marco Eugênio. A festa do padroeiro, tradicionalmente acontece no 2º domingo do mês de agosto.

CAPELA SÃO DOMINGOS POV. TRIUNFO



Figura 08: Capela São Domingos, do Povoado Triunfo, em Simão Dias.
Fonte: @paróquiasantanasd acessado em 20/07/2021.

A Capela São Judas Tadeu do Povoado Apertado de Pedras em Simão Dias é dedicada a São Judas Tadeu, o qual foi um dos doze apóstolos e era primo de Jesus. Ele foi martirizado na Pérsia após pregar e ajudar na conversão de muitos persas provando, assim, sua fé por Nosso Senhor. Ele também é conhecido como o Santo das causas perdidas. A comunidade sempre se faz presente em nossa Paróquia, colaborando como pode. E tem um lindo trabalho de evangelização, com fiéis sempre ajudando uns aos outros. O dia de São Judas Tadeu é comemorado em 28 de outubro com grande louvor.

Outra história interessante é a construção da Capela Nosso Senhor do Bonfim, do Povoado Caraíbas de Cima em Simão Dias. A Capela é dedicada a Nosso Senhor do Bonfim e a escolha do padroeiro dessa comunidade foi por causa de uma capelinha que existe até hoje, na qual eram enterradas crianças que morriam naquela região. O dia de Nosso Senhor do Bonfim é comemorado em 17 de janeiro com grande júbilo e louvor.

CAPELA SÃO JUDAS TADEU POV. APERTADO DE PEDRAS

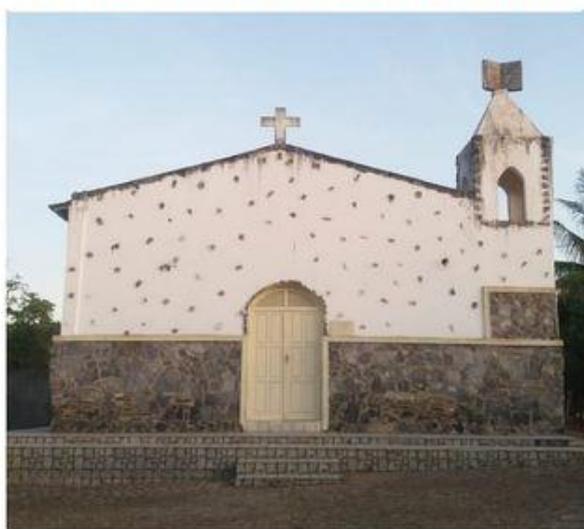


Figura 09: Capela São Judas Tadeu, do Povoado Apertado de Pedras, em Simão Dias.
Fonte: @paróquiasantanasd acessado em 20/07/2021.

A Capela São Francisco de Assis do Povoado Sítio Alto em Simão Dias é dedicada a São Francisco de Assis, fundador da Ordem dos Franciscanos, conhecido também como o protetor dos animais. Ele também é autor de uma das orações mais belas da Igreja Católica. A comunidade faz um lindo trabalho de evangelização para com todos e sempre se faz presente em nossa Paróquia, colaborando como pode. O dia de São Francisco de Assis é comemorado em 3 de outubro com grande alegria.

É notável a preocupação dos moradores de cada comunidade na preservação do patrimônio imaterial e material a partir da religiosidade, da crença e da fé. Cada comunidade situada nos povoados e conjuntos simaodiense preserva as igrejas, templos e capelas de acordo com sua realidade proporcionando para história do município uma riqueza cultural religiosa. Além das capelas citadas, o território tem outras capelas, como por exemplo, Capela de São José no Povoado Lagoa Seca; Capela Imaculado Coração de Maria no Povoado Coração de Maria; Capela São João da Cruz no Povoado Areal; Capela Miguel Arcanjo no Povoado Paracatu; Capela São João Batista no Povoado Cumbe; Capela Mãe Rainha no Povoado Pirajá; Capela Santa Paulina no Povoado Paracatu de S. Paulina; Capela Nossa Senhora da Conceição no Povoado Curral dos Bois; Capela São José no Povoado Aroeira; Capela Cristo Rei no Povoado Jacaré; Capela Nossa Senhora do Perpetuo Socorro no Povoado Brinquinho; Capela Jesus Misericordioso no Povoado Muriango, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio religioso é muito importante para preservação dos costumes e tradições. A vivência e religiosidade resgatada na proximidade através do conhecimento bíblico, do patrimônio material e imaterial, preserva a identidade local, valores e ideias da moralidade cultural e religiosa.

No município de Simão Dias a cultura religiosa está esquecida pela população, pois as gestões passadas e atuais, não tem preocupação no resgate a cultura e a religiosidade. Contudo, as comunidades com representação das paróquias situadas em conjuntos e povoados tem a preocupação de preservar a religião e a história cultural daquela referida localidade.

O incentivo ao patrimônio cultural religioso deve partir da Secretaria de Cultura do município, no entanto, a própria Paróquia de Senhora Santana junto com os representantes das capelas existentes nos povoados e conjuntos realizam um projeto chamado Pascom, cujo incentivo da população simãodiense conhecer a história das capelas espalhadas pelo município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervo Público do Memorial de Simão Dias.

Acervo Público Digital Paróquia Santana Simão Dias.

DÉDA, Carvalho. *Simão Dias: Fragmentos de sua História*. Aracaju: Livraria Regina. 1966.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

RIVERA, PB. *Tradição, Transmissão e emoção religiosa – Sociologia do Protestantismo contemporâneo na América Latina*. São Paulo: Olho d' água, 2001.

SOUZA, Marcelo Domingos de. *História de Simão Dias*. Outra versão, 2018. Disponível em: <https://outraversao.blog.br/>. Acesso em 16/07/2020.

SIMÃO DIAS: DE CAPELA Á VILA DE SENHORA SANTA ANA

Daniell Alves Loiola Santana¹¹⁶

RESUMO: Com a emancipação política de Simão Dias em seus 131 Anos de história, cultura e religiosidade na memória coletiva dos seus antepassados, baseado nos acontecimentos e vivências dos povos as margens do Rio Caiçá. O artigo mostra a trajetória da formação da pequena povoação até o reconhecimento do status de vila. Será elencado todo processo de historicidade do município desde sua povoação a beira do Rio Caiçá passando pela condição de freguesia até o status de vila com mensurável empenho do desenvolvimento da religião e do comércio local no referido território simãodiense.

Palavras-chave: Simão Dias. Povoação . Freguesia. Vila de Santana

INTRODUÇÃO

No cenário histórico de Simão Dias, terras das povoações das Matas do Caiçá que guarda em sua memória, cultura e historicidade um grande legado patrimonial. Da pequena Capela até status de Vila, o referido município obteve acontecimentos marcantes em sua história. Segundo Aleida:

A preservação da memória, dos lugares da memória e dos objetos da memória nos conecta com os tempos, o passado, o presente e o futuro. A preservação do patrimônio cultural é também, uma questão de cidadania- temos o dever de preservar o que os homens de outros tempos nos deixou, cuidar de tudo o que criamos e tudo o que poderemos deixar para as gerações futuras. (ALMEIDA, 2010, p. 19).

Nesse sentido, o preservar memoravelmente é despertado nas vivências coletivas e nos acontecimentos marcados pelos atuantes da história, sendo os sujeitos históricos que em geração a geração semeiam a preservação da identidade cultural por meio da memória coletiva.

A expressividade memória coletiva vem a surgir em 1925, por Maurice Halbwachs (1877-1945) em seu livro ", no pensamento "demonstrar que o social está inscrito na memória individual, assim a memória está inscrita no coração mesmo da sociedade. Para ele, a memória mais individual é social, pois seus quadros são feitos de noções que refletem uma significação social e a visão de mundo de um grupo" (HORTA e DEL PRIORE, 2005, p.06).

A cidade de Simão Dias, antes era uma povoação indígena dos índios tapuias a beira das Matas do Caiçá, que guarda a riqueza cultural entre a religiosidade e a política dos grandes coronéis. O território simãodiense possui uma arquitetura colonial marcada pela colonização holandesa e portuguesa expressada nos casarões, nas praças e nos templos religiosos.

Numa sociedade mutável, a religião transforma-se e tem como função relacionar o novo com o passado e incorporar este último às novidades. A mudança social ameaça a coerência. Para continuar existindo, uma sociedade depende tanto de transformação quanto da continuidade. Eis o

¹¹⁶ Graduado em História pela Uniube e em Química pela UniAGES. Especialista em Metodologia no Ensino de História e Geografia pela UniREDENTOR. Especialista em Educação no Campo pela FAVENI. Atualmente é Professor de História e Artes. E-mail: daniell.als10@hotmail.com.

paradoxo de toda sociedade viva. Quanto mais ela muda, mais precisa referir-se ao passado e quanto menos aparece no presente, mais é necessário colocá-lo como ponto de referência. (RIVERA 2001, p. 45).

Foi disposto como método de pesquisa, a coleta de dados a partir das leituras e interpretação das fontes escritas e orais, que expõe a historicidade cultural do município simão-diense. A análise de fotografias sobre os acontecimentos na época em que a povoação tinha uma capela até adquirir o status de vila foi utilizado o método iconográfico no qual demonstra a importância da religião nos momentos marcantes do município. No decorrer do trabalho foi utilizado um questionário qualitativo para o conhecimento da cultura local.

A escolha do tema tem finalidade na compreensão da emancipação política do município de Simão Dias no período que era povoação, freguesia e vila com vivências e memórias elucidadas no tempo. O artigo tem objetivo em elencar todo processo de emancipação do município com a participação de figuras memoráveis que foram importantes para o desenvolvimento e crescimento do território em seus 131 Anos.

HISTÓRIA DA CAPELA DE SIMÃO DIAS

A ausência de Simão Dias (vaqueiro) e sua vendola, desapareceu nas ruínas do tempo, deixando a denominação e solução de continuidade, se repetindo a todo momento como referência especial aos viajantes do sertão que paravam naquela vendola. As terras das “Matas de Simão Dias” pertencia aos proprietários residentes da Bahia sendo o Barão de Passé, Brito e Castro, entre outros. Nesta época, Antônio José de Sousa Freire de Brito e Castro vendeu as terras ao rico senhor de engenho das Moendas Manuel de Carvalho Carregosa, pertencente da vila de Lagarto, que aumentou seu patrimônio territorial através do alvará de 26 de junho de 1751 obtendo uma légua de largo e três de comprido, no riacho Timbó, perto de Lagarto, em direção ao sertão nordestino.

O fazendeiro tinha uma larga visão econômica entendendo muito de plantação e de terras férteis, proporcionando um bom aproveitamento do solo e pensando no futuro dos seus filhos. Homem bom, excelente chefe de família, sempre pensou no crescimento familiar e patrimonial. Na época colonial, os filhos das famílias ricas tinham dois caminhos, sendo regra geral das Casas-Grandes, seguindo para a formação econômica devido a prática da agricultura ou seguindo o caminho na formação eclesiástica.

O senhor de engenho Manuel de Carvalho Carregosa entregou as terras das Matas de Simão Dias à direção de seu filho Geraldo José de Carvalho. O plano das Moendas¹¹⁷ era a fundação dos engenhos de açúcar nas terras da boca do sertão. A civilização agrária chegaria aos poucos naquela povoação pelas mãos dos Carvalhos, sendo Geraldo o homem indicado para expandir o comércio através do ciclo da cana-de-açúcar. De acordo com DÉDA, (2008):

Somente um agricultor corajoso se arrojará a fundar “fábricas” mesmo à tração animal, distante da costa, tendo como instrumentos de trabalho, apenas, o machado e o carro de boi. Tudo para ser feito ao “pé de obra”, desde a derrubada das matas virgens, até a edificação das casas de engenho, com suas moendas, caixarias, “casas-de-cozinhar” etc. Não demoraria a surgir, nas terras de Manuel de Carvalho Carregosa, no lugar chamado “Laranjeiras” – onde é a “Fazenda São José”, uma légua ao

¹¹⁷ mó de moinho ou conjunto de peças num engenho que serve para moer ou espremer certos produtos.

nascente da “Mata da Moita” – um engenho de açúcar de tração animal, enfeitado pelos virentes canaviais que marginavam o rio, na baixada defronte. (DÉDA, 2008, p. 45).

Entendendo-se que a cana-de-açúcar era o principal produto na época, o completo agricultor Geraldo José de Carvalho, estabelece um pequeno criatório de gado nas terras mais pra cima, de taboleiros, com pastagens baixas e naturais, próprias para criar o gado crioulo ou “pé-duro”, sendo a única espécie adaptável para o clima e vegetação. Homem, trabalhador e inteligente como o pai, Geraldo não se contentou apenas com a propriedade do engenho “Laranjeiras”, nem com o rendimento do “Curral Novo”. Então, queria fundar outro engenho na “Mata da Moita”, lugar onde é hoje a Praça Barão de Santa Rosa, seria a sua próxima meta. Segundo DÉDA, (2008):

Arrostando todas as dificuldades, lograva o intento. E o primo sacerdote, Padre José Francisco de Meneses, rezou, espargindo água benta nas moendas do Novo engenho e, em toda a antiga “Mata da Moita”, rescendeu o cheiro de mel fervendo nas tachas. E um penacho de azulada fumaça, saindo da alva e imponente chaminé, oferecia aspecto novo à antiga taba. Dos cochos, feitos de toros derrubados no próprio local, a garapa transbordava, e as moendas rangiam a espremer as canas que chegavam da orla do Caiçá e das baixadas do “Tanque Novo. (DÉDA, 2008, p. 45).

Entendendo-se que o novo engenho, tinha um favorecimento geográfico, pois situado na “boca do sertão”, atraía os sertanejos para a comercialização do açúcar e assim segurava a prosperidade. A influência dos sertanejos conduziu Domingos José de Carvalho, a também abrir um engenho, uma casa de negócio com diversos produtos. Assim, surgiu uma feira semanal passando a funcionar debaixo de um frondoso gameleiro, era o nascimento da cidade através dos surgimento dos engenhos.

Com toda atração da feira semanal, chegou o noticiário da prosperidade das terras na “Boca do sertão” ao seu proprietário Manuel de Carvalho Carregosa que já velho, repousava no engenho “Moendas”. Sabendo da existência da feirinha em próspero desenvolvimento, o mesmo, pensou em erguer, no local, uma capela em louvor a Santana. O casal Manuel de Carvalho Carregosa e Ana Francisca de Meneses eram religiosos e católicos, e não se descuidava dos seus descendentes, que viviam em um templo distante que pudessem se concentrar nos exercícios espirituais.

A ereção da Capela em Simão Dias passou a ser ideia principal do casal do engenho das “Moendas”, e em 7 de dezembro de 1784, um fato histórico significativo ocorreu no “escritório” do tabelião vitalício José da Costa Barjão, da vila de N. S. da Piedade do Lagarto. Naquele dia, compareceu o Capitão e senhor de engenho Manuel de Carvalho Carregosa e sua esposa D. Ana Francisca de Meneses, e o tabelião substituto Afonso da Franca Corte Real, sendo lavrada a escritura de doação das terras e gado, constituindo-se, assim, um patrimônio de mão morta¹¹⁸, em louvor a Santana, Santa do nome e devoção da piedosa doadora.

Obedecendo as cláusulas e termos da escritura, o filho do casal doador, Geraldo José de Carvalho erigiu a capela onde passou a reunir uma doce comunhão espiritual, missas e reuniões religiosas eram concentradas naquele novo

¹¹⁸ Termo atribuído a **taxa que os servos tinham que pagar para poderem permanecer no feudo da família da qual trabalhavam**, em caso de falecimento do patriarca

templo de oração. O casal doador e sua família, mestres e donos de engenhos de açúcar, feitores, vaqueiros e escravos procuravam o templo religioso para estar mais próximo de Jesus Cristo. Até o ano de 1842, a administração esteve a cargo do Capitão Domingos José de Carvalho. Em dias remotos de desenvolvimento da capela e do comércio foi derrubado o engenho de açúcar, levados seus apetrechos para fortíssimas matas do “Mercador”, onde o referido capitão fundou o engenho “Boa Sorte do Mercador”.

O cultivo da cana-de-açúcar desenvolveu bastante proporcionando crescimento a povoação e lucro comercial para os grandes donos dos engenhos açucareiros. Nas vizinhanças do “Mercador” apareceram plantadores e centros fornecedores de açúcar, como “Baixão”, “Buri” e “Tavares”. Nesse episódio, o atual município de Simão Dias, que era povoação cresceu muito na produção açucareira chegando a alcançar uma boa colocação no comércio exportador do produto.

A família CARVALHO, foi importante para pequena povoação, pois incrementou a cultura da cana-de-açúcar fortalecendo o comércio local. Somente aquele agricultor teve iniciativa e coragem em dar o passo inicial, numa época tão difícil e trabalhoso cometimento. Mas os esforços do seu trabalho seriam recompensados pelas festas alegres que realizavam na casa-grande do engenho; recebendo parentes, vizinhos e “amigos” de rua, numa fartura de comida, bebida e doces nos caldeirões, ali festejando o sucesso da nova safra. Para DÉDA, (2008):

Nos almoços das casas-grandes de Simão Dias, em dias de “botada” a alegria era contagiante -, contam os mais velhos, que ouviram de outros mais velhos. Em uma mesa comprida na sala de jantar, sentavam-se, destrinchando o carneiro gordo da “botada”, numa cordialidade franca, os senhores de engenho, os mestres-de-açúcar, os carpinteiros, pedreiros, padre e sacristão e pessoas da rua, sem quaisquer preconceitos. (DÉDA, 2008, p. 49).

A vivência democrática que rodeava a Casa-Grande passou para a cidade. O ciclo da cana-de-açúcar, realmente, influenciou na sua formação democrática, fez senhores e senhoras de engenho crescer economicamente baseado na mão de obra escrava. Nos engenhos de açúcar na época colonial, em que o território de Simão Dias era povoação, pacificamente obteve uma forte prática do escravismo ou da submissão dos trabalhadores de engenho ao seu senhor.

FREGUESIA DE SANTANA DE SIMÃO DIAS

Dia após dia, era mais florescente a povoação de Simão Dias, surgindo sempre uma casa nova, uma rua nova, ou criando-se uma nova fonte de trabalho e progresso para o desenvolvimento. Sob a liderança de Domingos José de Carvalho, neto do casal doador do patrimônio de Santana, a referida povoação era representada pela Câmara de Lagarto, sede do município, por camareiros¹¹⁹ simão-dienses que lutavam ali, pelas reivindicações da localidade representada.

Em 1826, iniciou um movimento chefiado pelo Capitão Domingos José de Carvalho, com finalidade da Capela de Santana ser elevada à categoria de Freguesia. Para DÉDA, (2008):

¹¹⁹ Oficial da corte encarregado de tudo quanto dizia respeito ao serviço interior da câmara de um príncipe. Oficial da câmara do papa ou de um cardeal.

Havia, não há negar, grande interesse da família CARVALHO, tanto os residentes na povoação, como os moradores na Vila de Lagarto, em que a futura Freguesia fosse entregue ao comando espiritual do Padre José Francisco de Meneses, primo do líder do “Movimento Pró-Freguesia”. Um memorial, pedindo a criação, fora dirigido à Corte Imperial. Despachado para o “Tribunal de Consciência e Ordens”, este quis ouvir os camareiros de Lagarto, de cuja freguesia se pretendia desmembrar a Capela de Santana. Os lagartenses não tardaram em sua manifestação favorável à pretensão de Simão Dias. Forças poderosas influiriam, porém, em sentido contrário, talvez porque o movimento não visasse apenas um pequeno território em redor da povoação, mas, também, todo o território do oeste, nos limites da “Serra do Capitão”, já sob a jurisdição da Bahia. Por isso não vingou o movimento. O “Tribunal de Consciência e Ordens” engavetava o memorial. (DÉDA, 2008, p. 50-51).

O capitão Domingos José de Carvalho não era homem para desanimar facilmente, nem tão pouco desistir. Por isso, outro memorial¹²⁰ jurídico foi dirigido à Assembléia Geral, agora por intermédio da Câmara de Lagarto, em 3 de junho de 1831. Despachado para a Comissão Eclesiástica da mesma Assembléia, permaneceu ali engavetado durante três anos.

Entretanto, Simão Dias e Lagarto, unidos, movimentaram-se dentro da mesma Província¹²¹, a conjuntura de uma situação política que lhes era favorável, e conseguiram que o Conselho Provincial, embora sem a manifestação do “Tribunal de Consciência e Ordens”, ou da Comissão Eclesiástica da Assembleia Geral, decretasse a criação da Freguesia de Santana, desmembrando da Freguesia de Lagarto.

Em 7 de fevereiro de 1834 foi datado o ato do Conselho da Província. No dia 29 de abril de 1834, é marcado uma nova era para o destino da povoação. Neste dia inesquecível, o Padre José Francisco de Meneses, o vigário Encomendado, instalou solenemente a Freguesia, celebrando a Primeira Missa e praticando atos e ofícios clericais de sua competência. Para toda população simão-diense da referida época, o momento memorável foi celebrado em grande estilo, principalmente, que na realização da primeira missa, estava toda sociedade eletiva representada pelas autoridades religiosas e políticas, bem como outras classes sociais.

Em contrapartida, surgiu porém, um fato novo e grave, com a promulgação¹²² do Ato Adicional à Constituição do Império sendo reduzido o Conselho das Províncias¹²³, instalando a Assembléia Provincial. Em decorrência do acontecido, era o que esperava a Comissão Eclesiástica da Assembléia Geral, diante do acontecimento político deu, afinal, seu parecer, ordenando que os interessados requeressem, à Assembléia recém-instalada, a criação da Freguesia, nos termos do memorial.

Todavia, já estava criada, em pleno desenvolvimento, a Freguesia de Santana, denominada, então, de Simão Dias. Ninguém desanimou ou desistiu, e os atos religiosos continuaram normalmente participando da dinâmica evolutiva da Freguesia, enquanto um novo movimento era articulado, no sentido de legalizar a situação. Com base na Lei de 6 de fevereiro de 1835¹²⁴, pela qual ficava

¹²⁰ Trabalho escrito, ordinariamente impresso, em que uma das partes litigantes expõe circunstancialmente a sua pretensão, sustentando e expondo suas razões quanto ao direito que julga possuir, na causa objeto do litígio, durante toda a fase processual.

¹²¹ Nome de cada uma das partes que formam a divisão territorial de certos Estados.

¹²² Publicação de uma lei ou decreto.

¹²³ Organismo que reúne os conselheiros do Superior Provincial.

¹²⁴ “- Principia do poço do bixo no rio Vaza-Barris, e passando pelo lado da parte de cima da casa da fazenda da Ilha Grande em rumo direito, irá até o Olho d’Água da Bananeira, e daí sairá em rumo direito às cabeceiras do Pombo, e descendo riacho abaixo irá Campo do Carcará, e daí passará pelo

novamente criada a Freguesia de Simão Dias, com alterações nos seus limites, mais favoráveis às pretensões do Capitão Domingos José de Carvalho, além dos novos limites abrangentes, também, a Serra do Capitão em Lagarto.

Nesse sentido, é que, não obstante a irregularidade verificada na Resolução de 7 de fevereiro de 1834¹²⁵, a vida Paroquial não sofreu solução de continuidade. Não houve nenhum intervalo entre 29 de abril de 1834, quando foi instalada a Freguesia, e 6 de fevereiro de 1835, quando a mesma foi novamente criada. Se houve algum tipo de rebeldia do Vigário José Francisco de Meneses, é certo que inexistiu qualquer reprovação por parte das autoridades civis, ou eclesiásticas, as quais, tinham conhecimento dos atos religiosos e da administração praticados pelo mesmo Vigário, através da correspondência oficial, recebida do Pároco, dando conta dos seus feitos, entre 1834-1835.

Existem, no Arquivo Público do Estado de Sergipe, fontes históricas importantes, com preciosos elementos que provam o ininterrupto funcionamento da Paróquia, desde o dia de sua instalação em 29 de abril de 1834 até o ano de 1838. Consistem, esses elementos em ofícios e mapas estatísticos que eram regularmente remetidos a Secretaria do Governo Provincial, pelo Vigário José Francisco de Meneses, relativos a batizados, casamentos e enterros registrados entre 1834 e 1838.

Seguem alguns transcritos: “- Certifico em Fide Parochi, que nesta Matriz de Santana, denominada de Simão Dias, depois de minha posse nela, que

oitão da parte de cima da casa da fazenda do Saco do Capim, e daí rumo direito ao Campo da cavaleira, donde descerá ao Sanharó no lugar da Fazenda Velha, e daí seguindo a estrada que sobe a oiteiro, passará pelo oitão da parte de cima de farinha de Geraldo Coelho, e daí rumo direito à Fazenda Velha da Senne e subindo a estrada real às cabeceiras do rio Piauitinga, passará pela frente da Fazenda da Cruz, atravessando a serra, irá passar pelo oitão da parte de cima da casa da Religião, e daí em rumo direito irá encontrar-se com a divisão da Freguesia de N. S dos Campos do Rio Real de Cima, e daí rumo direto pela parte de cima da casa da Fazenda de S. Francisco, em divisão com a freguesia de N. S do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão, daí seguirá rumo direito pela parte de cima da casa da lagoa da fazenda seca de João Damaceno; e seguindo rumo direito, através sará a serra, irá passar no Cabelo debaixo da Serra João Grande, e daí atravessando por cima a serra do Capitão e descendo pela passagem dos rios das Caraibas, descerá rio abaixo e atravessando o rio Vaza-Barris, irá pela mesma divisão antiga encontrar-se com a divisão da Freguesia de Santo Antonio e Almas de Itabaiana, donde seguirá rumo direito a o pináculo da serra, e daí rumo direito ao Vaza-Barris na Malhada Grande, ou Praia Grande, donde descerá rio abaixo a terminar no lugar em que principiou a divisão”.

¹²⁵ “O Conselho da Província de Sergipe Resolve: Art. 1º (criação de outras freguesias)

Art 2º - Fica no mesmo modo criada Freguesia a Capela de Simão Dias, dividida da do lagarto, como se segue: principiará do rio vasa-barris no poço do bixo, donde seguirá pelo lado de cima da fazenda Ilha Grande em direitura do Olho d'Água da Bananeira, e daí em linha reta as cebeceiras do Pombo, descerá riacho abaixo, procurando o campo do carcará, donde passando pelo lado de cima do Sítio de Pedro, seguirá em linha reta ao oitão da morada da Fazenda Saco do Capim pela parte do poente e daí em direitura ao Campo da Cavaleira, donde descerá pelo Senhor ao lugar da Fazenda Velha, e daí seguirá a estrada que sobe para o Oiteiro, passando pelo oitão da casa de farinha de Geraldo Coelho que ficará dentro da divisão, e seguindo em linha reta a Fazenda Velha do Sangue, seguirá a estrada real em busca das cabeceiras do rio Piauitina, passando pela frente da Fazenda da Cruz, atravessando a mata em linha reta, procurará o Olho d'Água denominado Águas Ricas, e daí atravessando a Serra procurará o oitão da Casa da Religião, donde tomará a estrada para o curral de cima, e deste seguirá pela Fazenda riachão, em direitinha ao Caripaus de Cima, procurando a Fazenda da Carahiba, donde em linha reta seguirá a Fazenda do Garapa, desta pela estrada comum à Fazenda do Tanque, seguirá rio Real acima em procura da Fazenda do Ambexeiro, e daí seguirá rio Real acima em procura da Fazenda de San Francisco, desta em linha reta ao sítio de D. Inacia, deste ao Sítio Velho das Duas Barras, e descendo o riacho que vai entrar no rio Vaza-Barris, na Tábua de baixo, e daí atravessando o mesmo rio pelo distrito da freguesia de Itabaiana grande, até o pináculo da Serra, pela qual seguirá até descer outra vez ao rio Vaza-Barris, em poço do bixo onde finda”.

principia de vinte e nove de abril do ano próximo até o fim de dezembro do mesmo ano, se tem feito 218 batizados, a saber: 16 brancos, 12 brancas, 72 pardos, 74 pardas, 7 pretos, 17 pretas, 11 cativos, 6 cativas, 4 índios. – Casamentos 58, a saber: 7 de brancos, 44 de pardos, 4 de pretos, 1 de cativos, 2 de índios. – Enterramentos: 6 de brancos, 3 de brancas, 9 de pardos, 8 de pardas, 4 de pretos, 3 de pretas, 2 de cativos, 1 de índio, que ao todo são 25. –Freguesia de Santana, denominada de Simão Dias, 3 de janeiro de 1835. – José Francisco de Meneses”. (*) “Ilmo. Sr. Secretário – Incluso remeto o mapa dos batizados, casamentos e funerais desta Freguesia do tempo de minha posse nela, não tenho mandado em mais tempo porque recebi o mapa já no fim dos três meses últimos; e sendo que carece de alguma maior explicação, me fará esclarecido. É o que tenho a expor a V. S., a quem DS. Guarde. Attº o Vigário José Francisco Meneses. – “. (DÉDA, 2008, p. 52-53).

Como perceber através da leitura a posse do primeiro Vigário, nesta Freguesia, ocorreu no dia 29 de abril de 1834, não tenho os seus trabalhos Paroquiais sofrido qualquer solução de continuidade devido a funcionalidade do Ato Adicional à Constituição do Império, em que dissolveu o Conselho da província, criado irregularmente na mesma Freguesia. No começo do ano de 1836, o Vigário José Francisco de Meneses manda uma correspondência ao Vigário de Lagarto, relatando o agravamento de sua saúde.

- Acuso a recepção do ofício por V.S a mim dirigido datado de 23 de janeiro em consequência de outro expedido pelo Secretário do Governo desta Província a que respondo. Eu, Senhor, da exposição da mesma não fiquei bem entendido, se sou chamado a essa vila, por ser um dos Membros Coadjuvantes da recadação desse socorro para com os nossos Irmãos Paraenses, ou se para contribuir com aquilo que poder para o dito fim; Se para ir coadjuvar, não posso, por não ter tido bexigas, mal que se acha contagiada essa Vila, além do ataque do meu mal, que me impede viagens longas e apressadas, agora me sobreveio uma dor entre os peitos, que me impede o movimento do corpo, quanto mais balanço de cavalo; se para contribuir com o que poder para o dito fim, não é preciso lá estar, com o aviso de V.S. determinei o quanto. Ds. Gde. V. S. – Simão Dias, 27 de janeiro de 1836 – José Francisco de Meneses. (**) (DÉDA, 2008, p. 53).

Outro documento é transcrito, com o afastamento do Vigário José Francisco de Meneses para não indicação como membro da “Comissão Encarregada de Angariar Donatos Para os Infelizes Paraenses”, devido ao seu estado de saúde, na sede de sua Freguesia, constato em ata:

- Reunião de uma comissão convocada pelo Vigário José de Saraiva Salomão, para angariar donativos para os nossos infelizes irmãos do Pará, ficando assim nomeados os comissários: o Juiz Municipal José Martins Fontes, para os subúrbios; Diogo Martins Fontes, para o Distrito do Urubu; João Martins Fontes, para Riachão; Barnabé Martins Fontes, para o Brejo; o Sargento-Mór Francisco Gabriel de Souza Fontes, para o Piauí; o Capitão Antonio Manuel da Fraga, para a Lagoa Vermelha; o Capitão Domingos José de Carvalho, para a povoação de Simão Dias. – O Sargento-Mór Gonçalo Francisco de Meneses, que subscrevi 640 na lita. (**) (DÉDA, 2008, p. 54).

Analisando a correspondência dirigida pelo Vigário José Francisco de Meneses, em 31 de dezembro de 1838, em que traz informações de batizados, casamentos e óbitos, pode ser o último arquivo e a datação de sua morte. A

narrativa explicativa por meio dos acontecimentos que culminaram a retificação e ratificação da criação da Freguesia, desde fevereiro a junho de 1835 é transcrita em ato documental.

Ao receber a Lei de 6 de fevereiro de 1835, o Arcebispo da Bahia, D. Romualdo de Seixas, deu o processado o seguinte despacho:

- Remetido ao Nosso Reverendíssimo Desembargador Provisor para que, depois de registrar o incluso decreto, apesar da irregularidade com que foi expedido sem nossa audiência como é de direito, passe as convenientes ordens ao Reverendíssimo Vigário Geral de Sergipe, para que faça cumprir e publicar, autorizando-o para nomear Vigários Encomendados para as novas Freguesias, sem prejuízo do direito de opção, garantindo aos antigos párocos das referidas Freguesias, e assinar um prazo razoável aos ditos Encomendados para que venham nesta Metrópole, a fim de proceder-se ao competente concurso. – Bahia, doze de março de mil oitocentos e trinta e cinco, Romualdo – Arcebispo da Bahia. (DÉDA, 2008, p. 54 - 55).

Em aberto o concurso, o Padre Encomendado José Francisco de Meneses, inscreveu que foi aprovado, sendo proposta pelo Arcebispo, a sua nomeação no seguinte termo:

Ilmo. e Exmo. Snr. Presidente da Província de Sergipe. Em virtude do concurso que mandei proceder, da Freguesia de S. Anna, denominada de Simão Dias, que fora criada por decreto da Assembleia Legislativa Provincial tenho a honra de propor para seu Vigário Perpétuo, o Padre José Francisco de Meneses, único opositor e já Vigário Encomendado da mesma, julgando-o digno da apresentação, à vista não só do testemunho da respectiva Câmara Municipal que muito o abona, e a pede em nome dos Povos para Pároco daquela Igreja, mas também dos documentos juntos que submete à consideração de V. Exchia. – Bahia, 6 de junho de 1835 - Romualdo – Arcebispo da Bahia. (DÉDA, 2008, p. 55).

Outro documento é apresentado pelo Presidente da Província, propondo o Padre José Francisco de Meneses para Vigário de Simão Dias, destacando a expressão NOVAMENTE CRIADA a Freguesia:

– Dom Romualdo Antônio de Seixas por Mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo da Bahia, Metropolitano do Brasil, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, Grande Dignatário da Ordem da Rosa, Deputado a Assembleia Geral Legislativa do Império, e Membro da Assembleia Provincial da Bahia. Romualdo – Arcebispo da Bahia. Atestamos que o Padre José Francisco de Meneses, único opositor à Freguesia NOVAMENTE CRIADA de Santana, denominada de Simão Dias, de que já é Vigário Encomendado, nos merece o conceito de Sacerdote morigerado, e hábil para o Ofício Paroquial, segundo as informações transmitidas pela respectiva Câmara Municipal, e o nosso Revmdo. Vigário Geral da Província de Sergipe. Em testemunho da verdade mandamos passar o presente. Sob nosso Sinal e Selo das Nossas Armas, aos 6 de junho de 1835 –Romualdo – Arcebispo da Bahia. (DÉDA, 2008, p. 55 - 56).

O Padre José Francisco de Meneses, sobrinho de Ana Francisca de Meneses, foi o primeiro padre de Simão Dias, exercendo o Paroquiado, desde o dia 29 de abril de 1834 até o ano de 1838, quando foi instalada a Freguesia, remetendo seu último boletim do movimento da mesma Paróquia ao Secretário do Governo da Província, antes do seu falecimento.

Em 1842, o Pároco Cônego Antônio da Costa Andrade, ocupou durante

quarenta e dois anos a Paróquia de Simão Dias. Em seguida, outros padres ocuparam as capelas situadas no território de Simão Dias, dentre os vigários, destacamos o José Joaquim Ludovice, João de Matos Freire de Carvalho, José Marinho Duarte, Filadelfo Macedo, Domingos Fonseca de Almeida, José Antônio Leal Madeira, Afonso de Medeiro Chaves, Mário de Oliveira Reis e Aureliano Diamantino Silveira. Foi coadjutor do Vigário Filadelfo Macedo, o reverente Padre João Valverde, fundador da Capela do Espinheiro, povoado do município de Simão Dias.

Em 20 de agosto de 1899, ocorreu a posse do Padre Dr. João de Matos Freire de Carvalho, sendo nomeado Vigário Encomendado, por ato do Governador do Bispado, Vitório João Pinto Neves. Foi apesentada sua posse na Missa Conventual, quando leu a respectiva provisão:

Desejoso de trabalhar com boa organização, o Padre João de Matos realizou rigorosa pesquisa nos arquivos da matriz, apresentando minucioso relatório aos seus Paroquianos. Nesse relatório, o novo Vigário fez sentir a sua estranheza pela omissão no serviço de escrituração, e pela falta de dois processos que considerou de muita importância para a Paróquia: o da reivindicação do Cemitério de São João Batista, restituído por ato do Padre Antônio Leonardo Dantas, quando este esteve eventualmente no Governo do Estado, e o relativo à criação da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santana, da Vila de Simão Dias. (DÉDA, 2008, p. 57).

Depois de três anos de Paroquiado em sua terra natal, foi transferido para Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, permanecendo ali até seu falecimento. Para DÉDA, (2008):

Esta preferência poderia ter causado estranheza a alguns, tanto mais por se tratar de um ardoroso defensor dos interesses da Freguesia de Senhora Santana, mas ficou plenamente justificado pela facilidade que havia, residindo em Patrocínio do Coité, para uma assistência mais assídua a seus velhos genitores, residentes na Fazenda “Baixão”, próxima a então Vila do Coité. Invariavelmente, ia o Padre João de Matos pernoitar na Fazenda “Baixão”, isto até o falecimento de seu pai, o Cel. Antônio Manuel de Carvalho, e consequente mudança de sua mãe viúva, D. Josefina Emília Freire de Carvalho, que passou a residir na cidade (S. Dias), em companhia de sua filha, D. Josefina Carvalho, esposa do Dr. Jovinião Joaquim de Carvalho. (DÉDA, 2008, p. 58).

Eles eram ridicularizados, humilhados, quando se mostravam indiferentes as provocações de outros grupos religiosos praticando o ato do canto alegre espalhando a fé por meio do evangelho, conseqüentemente, sofriam apedrejamentos seguido de objetos bíblicos arrebatados até serem queimados nas fogueiras. Imaginar que uma pessoa seria levada em praça pública por crime de heresia¹²⁶, só por ter o pensamento contrário da Igreja, é ter como momento da história, um longo período de terror.

Outro fato importante foi o desaparecimento do processo da Irmandade¹²⁷ reclamado pelo Padre João de Matos, no seu préfalado relatório, podermos esclarecer que a Resolução Provincial nº 1.018, de 1º de maio de 1875, aprovou o “*Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Senhora Santana*”, ereta na Matriz de Senhora Santana, na vila de Simão Dias, que corresponde ao

¹²⁶ Interpretação, doutrina ou sistema teológico rejeitado como falso pela Igreja.

¹²⁷ Parentesco entre irmãos. União ou intimidade fraternal; confraternidade, irmanação. Associação de caráter religioso: [...].

Estatuto ou Regulamento de uma associação, conta com sessenta e oito artigos.

Nesse sentido, há outra Resolução Provincial, de nº 1.149, de 27 de abril de 1880 pela qual foram revogados alguns dispositivos da primeira de 1875. Segundo o parágrafo 4º do artigo 64 do “Compromisso”, as alfaias e objetos pertencentes à Matriz de Santana, constituíam renda da Irmandade. Este dispositivo foi anulado pela Resolução nº 1.149¹²⁸, devido as normas dos direitos criados pela escritura de dote e doação do Patrimônio de Santana

A história da Freguesia de Santana tem muita relação com a religiosidade presente na Capela de Santana até a Matriz de Santana. A liderança do Vigário José Francisco de Meneses em fase da província imperial mostra o elo entre a política e a religião no desenvolvimento da povoação até se torna Freguesia independente, assim desmembrando da Freguesia de Lagarto. Todos os acontecimentos existentes em meados do século XVIII, teve a participação popular como plateia fundamental para o processo de desenvolvimento da Freguesia de Santana, na vila de Simão Dias

A HISTÓRIA DA VILA DE SENHORA SANTA ANA DE SIMÃO DIAS

Embora a Freguesia fosse autônoma, com sua Matriz em grande prosperidade, seu comércio em desenvolvimento cada vez mais frequentado pelos sertanejos vindo do nordeste baiano, o território de Simão Dias continuava em simples condição de povoação da Vila de Lagarto.

Durante dezesseis anos, depois da criação da Freguesia, o território era uma povoação esquecida pelos poderes públicos da Província¹²⁹. Desde sua fundação até a elevação à categoria de Vila, a única obra pública realizada pelo Governo Provincial foi a casa da prisão. Pela Lei de 12 de março de 1835, baseado no “Art. 17¹³⁰ dispondo dos orçamentos das municipalidades, autorizando o Presidente da Província a gastar no referido ano, a importância de 200 mil réis para construção da casa da prisão na povoação de Simão Dias.

Aos poucos a povoação crescia, devido a iniciativa particular dos seus

¹²⁸ Resolução nº 1.149, de 27 de abril de 1880

“Art. 1º - Cumprir-se-há o compromisso da Irmandade, do Santíssimo Sacramento criada na Freguesia de Simão Dias, observando-se fielmente as alterações feitas pelos poderes civil e eclesiástico, e ficando de Nenhum efeito os aditivos feitos pelo poder civil na resolução Provincial nº 1018 de 1º de maio de 1875; sendo eliminadas no § 7 de art. 25 da mesma resolução as palavras - e as tribunas com os irmãos mesários e algum devoto que concorrer com sua esmola para esplendor do culto; e igualmente eliminadas, no § 4 do art. 64, as palavras – inclusive as alfaias existentes na matriz e mais objetos que a esta pertencem.

Art. 2º - O patrimônio do Padroeiro será administrado pelo irmão que for nomeado pelo juiz da provedoria de Capelas.

Art. 3º - Todos os livros da irmandade serão abertos, numerados e encerrados pelo juiz de Capelas, ficando assim entendido o art. 58 com compromisso.

Art. 4º - As missas do que trata o § 4 do art. 66 do compromisso serão ditas nas quintas-feiras, dia comemorativo do Santíssimo Sacramento, pelo pároco ou sacerdote de sua nomeação.

Art. 5º - Só ficará fazendo parte nada irmandade a cera das festividades em que houver Sacramento exposto.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário”. (*)

¹²⁹ Região anexada ao Império Romano e governada por um procônsul ou por um propretor. Subdivisão de um país, de um império.

¹³⁰ A lei Provincial de 12 de março de 1835, dispondo sobre os orçamentos dos municípios, diz, a respeito da Vila de N. S. da Piedade do Lagarto:

“Art. 17 – O Presidente da Província é autorização a despende no ano financeiro desta lei, a favor da Câmara do Lagarto: 1 – com vacina.....80\$000
2 – com condução, sustento e vestuário dos presos.....12&000
3 – com a construção de uma casa de prisão em Simão Dias.....200\$000”

próprios filhos. A mudança da feira, abria as portas para as reivindicações da população. Mas, com a interferência positiva do Imperador, que tinha o objetivo da emancipação política de Simão Dias, lutando até a realização da mesma, em seu tempo, tendo concordância da antiga sede municipal. Com alegria e plenitude, os simão-diense receberam a Resolução nº 264, de 15 de março de 1850, dando a emancipação política com a primeira denominação, de acordo com o texto resolutivo:

Art. 1º - Fica elevada à categoria de Vila, a Freguesia de Santana de Simão Dias, pertencente ao município de Lagarto.

Art. 2º - A denominação será a de VILA DA SENHORA SANTA ANA DE SIMÃO DIAS.

Art. 3º - Os limites do seu termo serão os da Freguesia.

Art. 4ª – O Governo da Província Providenciará para que se proceda a eleição da respectiva Câmara Municipal, para ter lugar a instalação da referida Vila.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário. (RESOLUÇÃO nº 264, 1850).

É natural a ânsia do pesquisador, a vontade de descobrir os acontecimentos da história nos velhos arquivos da municipalidade, a partir da data da sua instalação; principalmente em conhecer os atuantes do primeiro Governo do município, ou seja, os primeiros vereadores, pois a Câmara Municipal acumulava os poderes executivos, legislativos e deliberativos. Mas com a escassez de fontes históricas, de registros escritos ou de fontes orais, os esforços foram quase frustrados, sobrando um a outra fonte histórica perdida. Para DÉDA, (2008):

Os velhos arquivos da municipalidade, onde o pesquisador encontraria um manancial de preciosidades para a restauração da própria história, ou desapareceram devorados pela traça, ou na voragem das impiedosas incinerações de papéis velhos sem importância, o que se fazia sob a alegação de saneamento. (DÉDA, 2008, p. 66)

Pela Lei nº 586, de 26 de abril de 1860, a Vila contava com 150 casas, aprovada pelo Presidente da Província Manuel da Cunha Galvão, de acordo com os vestígios encontrados nos antigos livros registrados pelos antigos funcionários da Câmara Municipal da Vila de Simão Dias.

A lei orçamentaria mais antiga encontrada foi a promulgada para o exercício de 1860. A receita prevista para aquele ano era de 350 mil réis, sobremodo exagerada, pois não deixava margem para as despesas da própria arrecadação, ou melhor, não despertava interesse à concorrência pública, ordenada por lei, para a arrecadação de impostos. Assim é que, posta em hasta pública a dita receita, o maior lance oferecido foi de 352 mil réis; apenas 2 mil réis além do orçado, e por quanto foi finalmente arrematada. (DÉDA, 2008, p. 67).

As primeiras obras de caráter público, tiveram no início do ano de 1864, proporcionando a Vila uma certa evolução, mesmo em dinâmica lenta, mas com ganhos que podem ser percebidos na atualidade.

A Igreja da Matriz, edificada no mesmo lugar da antiga Capela, foi reconstruída com a ajuda do Governo Provincial, autorizado pela Resolução nº 309,

de 19 de janeiro de 1851¹³¹, sendo a maior construção do território sergipano na época. Outra construção foi através da Lei Provincial nº 779, de 3 de outubro de 1867¹³², declarando aprovadas as contas do administrador das obras da Matriz, pelo Vigário Antônio da Costa Andrade.

Consequentemente, outra construção de maior porte e de extrema necessidade na referida Vila foi reconstruído, pois toda população seria beneficiada sendo de classe pobre ou rica. Com apoio do Governo Provincial, de acordo com a Lei nº 785, de 24 de maio de 1868¹³³, foi reedificado o Cemitério de São João Batista, sendo autorizada a despesa. Sob consequência, também teve a construção das duas pontes do Governo da Província, pela Resolução nº 528, de 6 de julho de 1858¹³⁴, foi autorizado a construir duas pontes no Caiçá, sendo uma na passagem de Laranjeiras próximo ao sítio de Antônio Martins, que tornou o nome de Ponte do Juvêncio; e a outra na Passagem do Mercador, em Simão Dias com ambas despesa de 800 mil réis.

Em 1875, a receita municipal teve orçamento em um conto e trezentos e oitenta e um mil, verificando-se, no decorrer de dezessete anos, o aumento de um conto e trinta e um mil réis. Nessa época, a produção era relativamente mais desenvolvida que hoje. Na Câmara Municipal foi apresentado ao Governo Provisório, um registro de exportação realizado em 1874, demonstrando assim, por um documento, pelo porto da cidade de Laranjeiras sendo exportadas de Simão Dias uma quantia de 25 mil arrobas de açúcar, 10 mil fardos de algodão e 4 mil cargas de cereais.

Para os vereadores, a referente exportação tinha diminuindo muito em 1874, em uma sessão mediada pelo Vereador Cândido Ferreira de Jesus, sendo aprovada uma proposta de protesto contra a diminuição da exportação. No mesmo ano, foi assinado na Câmara Municipal, mediada pelo Vereador Antônio Francisco de Carvalho, e o empresário José Marçal de Andrade Araújo, um contrato para construção do Mercado Municipal, sendo concluído a obra em 1899 pelo sub-contratante Leôncio de Uchôa Loiola, com apoio do presidente da Câmara Municipal o vereador Antônio Ribeiro.

Através de uma ata da Câmara, durante uma sessão extraordinária, foi relevado o nascimento de um membro pertencente à família real. No dia 1 de julho de 1869, segundo a ata, sob a presidência do Sr. Tenente Francisco José do Nascimento Lubambo, foi reunida uma sessão na Câmara, em prol da saudação do nascimento do Príncipe, filho da Serafínica D. Leopoldina. O referido Presidente,

¹³¹ “[...] Art. 4º A importância da receita criada pelo artigo 1º é especialmente aplicada para o reparo e conclusão da Igreja Matriz da mesma vila. [...]”

¹³² “Lei nº 779, de 3 de dezembro de 1867:

“Art. 29º - Ficão aprovadas as contas prestadas perante à Câmara municipal de Simão Dias, em 18 de janeiro este ano, pelo Vigário Antônio da Costa Andrade, como administrador da obra da matriz daquela vila, com o produto da arrematação do imposto de 2\$500 sobre rez morta para o consumo daquele município, de conformidade com a lei nº 668, de 27 de maio de 1864”.

¹³³ “Art. 1º - Fica em inteiro vigor, por mais um biênio a resolução nº 309, de 19 de fevereiro de 1851. Art. 2º - O produto da receita criada pelo artigo 1º da dita resolução será aplicada a reedificação do cemitério de S. João Batista na vila de Simão Dias.

Art. 3º - A presente resolução terá seu inteiro vigor do dia 1º de julho deste ano em diante.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.”

¹³⁴ “Art. 1º - O Governo da província fica autorizado a mandar construir duas pontes no Riacho denominado Caiçá – na Vila de Simão Dias, sendo uma na passagem de Laranjeiras, junto ao sítio de Antônio Martin, e outra na passagem do Mercador.

Art. 2º - As sobreditas pontes serão construídas com madeira que ofereça a necessária duração, e a despesa de ambas não excederá a oitocentos mil réis.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário”.

determinou que transcrevesse em uma ata de ofício, recebido da Corte, o seguinte termo:

– Ministério dos Negócios do Império – Levo ao conhecimento dessa municipal Câmara, que a Divina Providencia acaba e felicitar a este Império, com o nascimento de um Príncipe, que Sua Alteza, a Serafinica Senhora D. Leopoldina deu à luz no dia 21 de maio do corrente ano (1869), às seis horas e cinquenta minutos da manhã. Essa Câmara fique ciente e dê nesse município a conveniente publicidade a tão notável acontecimento – (DÉDA, 2008, p. 68).

De acordo com a mesma ata, o Presidente Lubambo determinou que o porteiro da Câmara levasse aquela notícia, tão ardilosa, a todos os habitantes daquela povoação. Outro momento que causou repercussão, foi o acontecimento político importante, para a Vila, a realização da eleição para deputados à Assembleia Geral Legislativa do Império, precedida do reconhecimento do Colégio Eleitoral do Município. De acordo com a lei eleitoral de 12 de janeiro de 1876 juntamente com a lei de agosto de 1878, a sessão de reconhecimento de poderes dos vinte e um cidadãos que constituíram o Colégio Eleitoral da Vila, foi descrita em ata.

No dia seguinte, às nove horas, todo o Colégio Eleitoral Corpo da Igreja Matriz, a-fim-de proceder-se a eleição dos quatro- deputados à Assembleia Geral Legislativa, como representantes da Província de Sergipe Del Rey. Em conformidade com as disposições legais em vigor, os eleitores, antes de iniciado os trabalhos de votação, assistiram, às dez horas, a Missa votiva ao Divino Espírito Santo, celebrada pelo Reverendíssimo Vigário Colado desta Freguesia, Antônio da Costa Andrade. Após o ato religioso iniciaram-se os trabalhos sob a presidência do Dr. Tito Lívio Vieira Dortas, tendo como secretário o Major José Zacarias de Carvalho, e como escrutinador o Vigário da Freguesia. Chamando-se os vinte e um eleitores que formavam o total do Colégio nesta Paróquia, e recolhendo cada um em uma urna uma célula escrita em papel fornecida pela mesa, de um só tamanho e qualidade, distribuída entre os eleitores antes de proceder-se a chamada, e não assinada, contendo cada cédula três nomes, ocupação e morada dos votados, passou o secretário a conta-las e publicar o seu número que verificou ser igual aos comparecimentos. Em seguida o Vigário passou a desempenhar a apuração, lendo nas cédulas abaixo de sua inspeção, os nomes de todas as pessoas que obtiveram votos, desde o máximo até o mínimo, com o seguinte resultado: o Excelentíssimo Barão da Estancia, proprietário, morador no Engenho Escurial, termo da Vila de Itaporanga, desta Província, dezessete votos; o Excelentíssimo Doutor Graciliano Aristides do Prado Pimentel, presidente da Província do Maranhão, advogado e morador no Rio de Janeiro, e presentemente naquela Província, dez votos; o Excelentíssimo Senhor Doutor Sancho de Barros Pimentel, advogado morador da cidade de Aracaju, e presentemente Presidente da Província do Piauí, dez votos; o Doutor João José do Monte, advogado morador no Rio de Janeiro, dez votos; o Doutor José Luiz Coelho e Campos, advogado morador NA Vila da Capela, desta Província, sete votos; o Doutor José de Menezes Prado, advogado morador no Rio de Janeiro, sete votos; o major Leopoldino da Franca do Amaral, Empregado Público morador no Rio de Janeiro, dois votos (DÉDA, 2008, p. 69-70).

O importante acontecimento político, ocorrido nos últimos meses em Simão Dias como Vila, foi a Proclamação da República. Todavia, proclamada em 15 de novembro de 1889, a notícia só chegou a Vila no dia 21 de novembro de 1889 pelo comerciante e vereador José Antônio de Sousa Prata, que estava em Aracaju.

Sendo demoradamente aquela notícia, pois foi oficializada no dia 26 de novembro de 1889.

É notório que antigamente as notícias demoravam a serem noticiadas nas antigas vilas, devido ao grande distanciamento territorial entre as Vilas e a capital Aracaju, os habitantes que residiam nas diferentes Vilas eram os últimos a ter conhecimento daquela notícia oficializada pelos intendentess governamentais. Em sessão realizada na Câmara, pela maioria dos membros da referida casa, conseqüentemente, foi aderido ao novo regime. O Vereador Camilo de Matos Hora ficou realizado em presenciar a união de todos os vereadores naquela sessão. Na referida sessão, foi divulgada um manifesto esclarecendo a decisão dos Vereadores em aceitar o novo regime político.

– CIDADÃOS! A Câmara Municipal desta Vila, em sessão extraordinária de hoje, interpretando os votos dos meus munícipes, deliberou por unanimidade, felicitar por vosso intermédio o insigne Cidadão Marechal Deodoro da Fonseca, que consultando lentamente os sentimentos do povo brasileiro, fez proclamar Republica esta Pátria que tanto amamos. Cidadãos! A Câmara Municipal de Simão Dias rejubila-se por tão feliz acontecimento e em particular agrado a aclamação do Cidadão Felisberto Firmo de Oliveira Freire, para Presidente deste Estado Federal. Vos pede que façais chegar suas saudações ao Governo Central dos Estados Unidos do Brasil. Simão Dias, 26 de Novembro de 1889. (Sic) (DÉDA, 2008, p. 70-71).

Finalmente, terminava, neste dia, na Vila de Simão Dias, o regime monárquico. Em meados de 7 de janeiro de 1890, foi instalada a Junta Governativa do Município ou Conselho de Intendentes, sendo empossados os Conselheiros, nomeados pelo Decreto de 27 de dezembro de 1889, os cidadãos Antônio Manuel de Carvalho, Vigário José Joaquim Ludovice e Sebastião da Fonseca Andrade.

Conclusão

O patrimônio religioso é muito importante par preservação dos costumes e tradições. A vivencia e religiosidade resgatada na praxidade através do conhecimento biblico, do patrimonio material e imaterial, preserva a identidade local, valores e ideias da moralidade cultural e religiosa.

No município de Simão Dias a cultura religiosa está esquecida pela população, pois as gestões passadas e atuais, não tem preocupação no resgate a cultura e a religiosade. Contudo, as comunidades com representação das paróquias situadas em conjuntos e povoados tem a preocupação de preservar a religião e a historia cultural daquela referida localidade.

O incentivo ao patrimonio cultural religioso deve partir da Secretaria de Cultura do município, no entanto, a propria Paróquia de Senhora Santana junto com os representantes das capelas existentes nos povoados e conjuntos realizam um projeto chamado Pascom, cujo incentivo da população simãodiense conhecer a história das capelas espalhadas pelo município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acervo Público do Memorial de Simão Dias.
ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. Patrimônio Cultural. Aracaju: UNIT, 2010.
DÉDA, Carvalho. *Simão Dias: Fragmentos de sua História*. Aracaju: Livraria Regina. 1966.
HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HORTA, M.L.P.; DEL PRIORE, M. Memória, Patrimônio e Identidade. Ministério da Educação. Boletim o4, p. 03-11, Abril de 2005.

SOUZA, Marcelo Domingos de. História de Simão Dias. Outra versão, 2018. Disponível em: <https://outraversao.blog.br/>. Acesso em 16/07/2020.

RIVERA, PB. Tradição, Transmissão e emoção religiosa – Sociologia do Protestantismo contemporaneo na América Latina. São Paulo: Olho d' água, 2001.

OBRAS “ARCAICAS” DO ESPÍRITO: CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS SÍMBOLOS DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NA PRÉ-HISTÓRIA

Danielson Santiago Portugal¹³⁵

Resumo: O projeto de reconhecimento do homem, como sujeito histórico, evoca múltiplas sociabilidades, em que a universalidade da história se expressa nos localismos, que, por sua força criativa, rumam às etapas de uma totalidade dialética. Empreende-se, neste artigo, revisitar a Pré-História, entranha cavernosa da humanidade, para descrever o processo de hominização como a *pedra de toque* da ancestralidade, onde se encontra a fundamentação multirreferencial dos processos civilizatórios. Hegel diz que a História segue o movimento do Espírito, e este, na Pré-História, emancipou o ser humano à *polis*.

Palavras-chave: Pré-História. Humanidade. Simbologia.

INTRODUÇÃO

*No meio do caminho tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
Tinha uma pedra
No meio do caminho tinha uma pedra
[...]
(Drummond de Andrade)*

As criações humanas e os modos de ser no mundo são, para Hegel (1997, p. 308), o desdobramento das obras do Espírito, que é a afetividade do *ethos* de cada povo, cujo capital cultural assinala o processo histórico como um sistema orientado pela razão, em busca de liberdade. Porém, os fabricos da humanidade “são, ao mesmo tempo, instrumentos inconscientes e momentos daquela atividade interior em que desaparecem as formas particulares e o Espírito em si e para si prepara o trânsito ao grau imediatamente superior”. Nesse sentido, a realidade mais concreta do Espírito traduz-se na(s) história(s) do mundo, designando essa manifestação fundante como o Absoluto; mas, em uma ação singularizada. Por isso, a existência humana é concebida como dialética, e converge para um movimento dinâmico compositor da totalidade.

Em outras águas semânticas, essa é a mesma afirmação de Vico (1999, p. 131), transcrita na *Nova Ciência*, que é a história como compreensão dos fatos humanos, interpretados a partir de materiais de linguagem, em especial o filológico, herdado dos antepassados; e, no caso dos ancestrais pré-históricos, um acervo fossilizado à guisa de decodificação, uma vez que “este mundo civil foi certamente feito pelos homens, cujos princípios podem, porque devem, ser descobertos dentro das modificações da própria mente humana”.

Esse itinerário epistemológico tem como bússola a hominalidade cultural, em substituição às restrições do humanismo literário, que, historicamente, privilegiou a Europa como o ponto clímax da evolução humana. A perspectiva de análise adotada aqui é, fundamentalmente, interdisciplinar, e visa o alcance necessário de alguma transdisciplinaridade, uma vez que, nesse estudo teórico de representações literárias e culturais, a alteridade não encerra o disforme, o exótico ou o esdrúxulo, alvos de dominação para a (neo)colonialidade globalizadora; mas um referente especular,

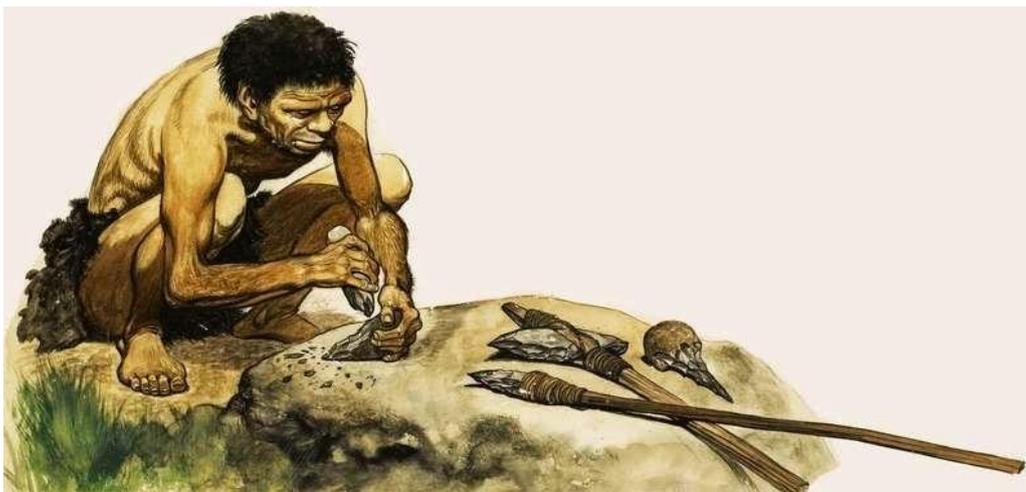
¹³⁵ Bacharel em Teologia (FSBB); licenciado em Letras (Faculdade UNYLEYA), com Doutorado Interdisciplinar *interrompido* em Estudos Étnicos e Africanos, mestre e doutorando em Literatura e Cultura (PPGLitCult - UFBA). Contato: pluvia-ae@live.com.

que confirma a hipótese de que as identidades se constroem *in praesentia*, sendo o outro uma possibilidade relacional, de autoconhecimento nos seus processos identitários, e uma via de reconhecimento da diferença como autêntica identidade, por si, para si e para seu(s) outro(s). Essa reconfiguração intersubjetiva aponta que a identidade se encontra na autoafirmação socioexistencial, uma ontologia do devir, e a alteridade é qualquer outro diante de toda forma de subjetivação autorreferida.

Então, o étnico não é, absolutamente, o não europeu, o não branco, o não canônico, mas toda subjetividade sujeitada (de constituição de sujeito) diante de qualquer identidade cultural, *provisoriamente*, estabelecida. Diz-se *provisória* porque as identidades são processos dialéticos, portanto, sínteses sócio-históricas, inacabadas e reconstituíveis. Assim, o branco, o europeu, o cristão, entre tantas outras categorias sociais, poderão ser tanto identidades quanto alteridades; sua identificação como tal dependerá da posição relacional onde se localizam, não da forjadura de uma essência ideológica, que obriga o outro relacionável a mirar-se em um realismo estanque, reflexo de um espelho infiel. Esse projeto interseccional, nas fronteiras entre estudos literários e culturais, visa encontrar o elemento estético a partir das sociabilidades humanas; e foi intitulado “Literatura Intercartográfica¹³⁶”.

A PRÉ-HISTÓRIA

Homem primitivo a caminho do fogo



Fonte: http://gruposolucao.com.br/livro/Arte1/arte_prhistorica.html> Acesso: 13/08/2021

Se a origem do homem encontra sua ancoragem em nível mais profundo na Pré-História, esse extensíssimo período de desenvolvimento da espécie *Sapiens* é muito importante como chave hermenêutica para diversas ciências humanas e sociais, e transcende os interesses restritos à paleontologia humana e à arqueologia pré-histórica. A psicanálise é, nesse sentido, um excelente exemplo dessa afirmação, devido a seu caráter trans-histórico, que inaugura uma filosofia ontológica da cultura, sendo que sua trans-historicidade reside na abordagem, métodos e técnicas, que exploram os significados simbólicos da vida psíquica, delineando um conceito de homem universal pela via da intersubjetivação.

Na psicanálise, desde seu nascimento com Freud e sua bifurcação com Jung, no desenvolvimento da psicologia analítica, e até suas teorizações que alcançam o homem contemporâneo do século XXI, houve uma preocupação epistemológica com

¹³⁶ Projeto de Pesquisa de Doutorado em Literatura e Cultura, subscrito como “A estética transdisciplinar em Kiriku e a Feiticeira: prolegômenos à Literatura Intercartográfica”, por Danielson Santiago Portugal, no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da UFBA.

a vida simbólica, que remete o homem, de quaisquer tempo e lugar, a expressões de si mesmo, cuja origem resgata a ideia de ancestralidade, e o sentimento ancestral indica as obras do Espírito na Pré-História. Ao investigar suas origens, a humanidade não somente regressa a esse período primitivo da existência, mas também se implica, nesse processo, com a problemática e as hipóteses da religião, da filosofia, da geopolítica, da biologia, da linguística e das artes, para citar, entre tantos outros, apenas alguns exemplos de epistemes interessadas na investigação sobre os primórdios do homem e suas formas de sociabilidade.

No itinerário da hominização, a escrita não é somente a invenção que organiza os marcos que correspondem ao período de surgimento do homem primitivo (Pré-História) e domínios do *homo sapiens-sapiens* (História), mas também, se faz uma referência a um suporte para a memória que assegura o acesso imediato a um capital ancestral de forma que permanecesse disponível à consciência no momento de sua evocação. Essa ideia propõe, inclusive, o desvencilho da interpretação de que o conceito de Pré-História exclui o homem “iletrado” do período que se convencionou chamar de história.

Por um lado, a escrita simboliza o aniquilamento de uma série de atos performativos, que cedem sua função comunicativa ao registro escriturário da História, de onde surge preliminarmente a ideia de representação; mas, por outro, se se considerar as inscrições rupestres da Pré-História como formas rudimentares da escrita, uma escritura primordial, que, nos tempos modernos não seria absurdo arrolá-las à pintura e à escultura, minimizar-se-ia o abismo entre Pré-História e História, erigindo pontes entre esses dois períodos da atuação humana no mundo. Segundo Zumthor (2005) a escritura estabelece uma relação complementar com o nomadismo, e este, em relação àquela, firma uma relação suplementar, haja vista, quando se escreve não se encerra, necessariamente, um pensamento, mas se delinea uma encruzilhada semiológica, que disponibiliza trajetos outros, inclusive, aqueles ainda impensados. Este é o primeiro ponto crucial, que se bifurca, nessa investigação: a invenção da escrita, por volta de 4 000 a.C., como marco distintivo entre período “ágrafo” da humanidade e era “historiográfica”.

O gênero *homo*, com suas formas culturais arcaicas, surgiu na biosfera segundo, a arqueologia, entre 4 milhões e 1 milhão de anos a.C., período extremamente longo de experiências cumulativas e qualitativas para tornar-se hermeticamente uma espécie de arquivo ancestral fossilizado. Como o inconsciente coletivo que metaforiza o DNA da humanidade em paralelo às suas heranças psíquicas, ou mesmo o inconsciente pessoal, que guarda as experiências censuradas por uma lei civilizatória, metonímia para o *status quo* do gênero *homo*, antes da passagem efetiva à civilização, a Pré-História é um celeiro de informações sobre o funcionamento da vida ainda por ser mais explorada. Com finalidades didáticas, os estudiosos costumam especificar três etapas sucessivas dos progressos do Espírito na fase pré-histórica: Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais.

Mulher pré-histórica cuidando de seu filho



(Foto: Kojotisko / VisualHunt) CC BY-NC – <https://autociencia.blogspot.com/2016/07/pre-historia-uma-visao-geral.html> > Acesso: 14/08/2021

Paleolítico

O Paleolítico ou Idade da Pedra Lascada (500 000 – 8000 a.C.) divide-se em Inferior e Superior. Esse período tem como característica principal a formação de uma sociedade de caçadores-coletores. A designação Idade da Pedra Lascada ilustra a forma de vida do homem paleolítico; ele utilizava instrumentos pontiagudos feitos de madeira e ossos, em seguida, de marfim e pedra. Como viviam da caça, da pesca e da coleta de frutos, tinha vida nômade. Falou-se há pouco sobre a escritura e sua relação com o nomadismo; cabe ressaltar que, em termos simbólicos, a escrita tornou-se o abrigo discursivo da herança nômade do ser humano, por meio da qual se transita intelectualmente.

Paleolítico inferior (500 000 - 30 000 a. C.) – O *habitat* do homem era naturalmente as cavernas, e, nesse cenário tão restritivo, o controle do fogo foi uma das maiores conquistas nas comunidades paleolíticas, e sua prestabilidade assinala que ainda o é para o homem pós-moderno. Considere-se a grande passagem tecnológica entre “o cru e o cozido”, obra homônima de Lévi-Strauss (1991), que escalona o grau de civilidade do ser humano no mundo. O emprego cultural do fogo representou, pois, a primeira e mais sofisticada conquista do homem primitivo sobre o meio ambiente. O único elemento natural, entre os quatro principais, que o homem pode “produzir”, significou uma descoberta seminal à humanidade na medida em que, por meio dele, o homem foi extraído paulatinamente das cavernas geológicas e das grutas da ignorância de si, do mundo e do outro relacional, inclusive, do Outro Transcendente.

O dramaturgo grego, Ésquilo (525-456 a.C.), em sua magnífica peça *Prometeu agrilhoado*, ensaiou “uma representação da consciência, que gira em torno da ideia do reconhecimento do outro onipotente, do si mesmo naufragante e do outro relacional” (PORTUGAL, 2021, p. 36). O fogo tirado da posse do poderoso Zeus é o gatilho da trama, que condena o herói acorrentado; esse mesmo fogo ilumina as trevas humanas, apontando o caos da existência, que prima por ordenamento. Nesse sentido, “Prometeu, em busca do fogo sagrado, sinaliza que o padrão estagnado de moral, em que vivem os mortais, deve ser emulado em vista da

emancipação humana” (PORTUGAL, 2021, p. 37-8). O fogo simboliza o desejo de potência no ser humano e sua representação literária, geralmente, exprime a paixão, matéria constituinte da interioridade de cada indivíduo em busca de realização e a vontade cega de viver em um mundo representável artisticamente. No Paleolítico Inferior, a humanidade despertou para o desejo de saber, tema explorado, no *Mito da Caverna*, por Platão (2006), filósofo e matemático ateniense, que viveu entre 428/427 e 348/347 a. C.

Paleolítico Superior (30 000 - 8000 a. C.) – Na paisagem geológica desse período, ocorreu um super-resfriamento, correspondente à quarta glaciação planetária, que cobriu de gelo o norte europeu. O estágio do hominídeo já era o Cro-Magnon, o homem propriamente dito. Destacou-se, nessa fase, a caça a animais de grande porte, como mamutes e renas; já se utilizavam armadilhas, que requerem um nível mais elaborado de pensamento; conseqüentemente, foram inventados novos objetos como agulhas e arpões. Nesse período, formou-se o arquétipo do provedor, que contou com a magia e estratégias de captura para atender ao desejo humano de permanência no mundo.

“O longo isolamento por causa do frio, aliado a uma inteligência mais apurada, permitiu o nascimento da arte, com representações de cenas de caça nas paredes das cavernas” (ARRUDA; PILETTI, 1995, p. 13). Tanto a arte mágica quanto as artes pictórica e escultural significaram um marco de passagem qualitativo do Paleolítico Inferior ao Superior. Cotrim (2002, p. 13) aponta que o homem paleolítico “desenvolveu surpreendentes manifestações artísticas: figuras entalhadas em pedra, pintura rupestre, modelagem em barro” etc. As pinturas rupestres, aquelas produzidas em paredes de grutas, poder-se-iam chamar de mimese projetiva, pois, nelas, a vida imita a arte, conforme a revisão aristotélica da teoria mimética de Platão sobre a representação da realidade. A coincidência entre atividade artística e rituais mágicos pode ser percebida nesse período, quando os animais, que seriam caçados, eram retratados nos painéis primitivos das cavernas. Por um lado, ensaiam-se, nesses empreendimentos, as estratégias de extrativismo animal, e, por outro, uma crença no êxito antecipado através de rituais mágicos imemoriais, que podem ser chamados de proto-experiência de fé (no destino) e esperança (na técnica).

Abordou-se, brevemente, o significado simbólico da técnica de controle do fogo para exprimir a maior obra do Espírito no Paleolítico Inferior. Tal afirmação presume que a descoberta do elemento que simboliza a paixão, a fé, a purificação e, principalmente, a transformação, na poética clássica, metaforiza, por extensão, a aquisição e ampliação da consciência. Já, no Paleolítico Superior, as manifestações artísticas representam o clímax dessa consciência em expansão.

Passados quase três milênios, as obras “arcaicas” do Espírito na Pré-História ainda encontram formas (pós-)modernas de representação. Esse argumento pode ser ilustrado, na fruição entretecedora do Mangá japonês *The Lost Canvas* da série *Saint Seiya*, traduzido para o português como *O quadro perdido*. A obra narra as batalhas entre os “Cavaleiros de [Atena](#)” e as “Estrelas Malignas de [Hades](#)”. Nela, se percebe o empreendimento mimético de representar ritualmente a representação artística, aonde ocorre a representação da representação. O artífice sagrado na obra é o “Imperador do Inferno”, que pinta, não nas paredes das cavernas, mas, na grande tela sideral, onde reflete o retrato daqueles marcados para morrer, factualmente, todos os viventes sem exceção. Já o “pintor” intramundano do paleolítico esculpe nas paredes-telas sombrias das cavernas, como se trabalhasse em uma espécie de psique primitiva e fora de si, onde se desenha o objeto desejo. As primeiras manifestações artísticas sinalizam, pois, a vontade, no homem, de permanência no mundo e de retenção dos insumos que a natureza produz.

O neolítico

Também denominado de Idade da Pedra Polida (8000 - 5000 a. C.), o Neolítico foi marcado por novas modificações climáticas, que alteraram a paisagem natural. O gelo retresseguiu, transportando consigo a fauna predominante. Regiões, como o norte e o centro da Europa, tornaram-se temperadas; o norte da África ressecou e o Saara converteu-se em deserto. A caça tornou-se uma atividade pouco produtiva, então, seres humanos e também animais rumaram às margens dos rios. Tudo isso convergiu para uma forma de vida sedentária, em que a agricultura se desenvolveu, sobretudo, com o cultivo de aveia, cevada e trigo. As novas necessidades evocaram o desejo de cultivo no homem, que, conseqüentemente, domesticou alguns animais e fundou a cultura pastoril, uma prévia do que veio a ser, a metáfora designadora da relação entre homem e Deus, nos redutos cristãos: “as ovelhas e o Bom Pastor”. Não é estranho que, nesse período, tenham surgido os primeiros aglomerados urbanos, com finalidades protetivas, que contaram com a construção de fossos, barreiras e paliçadas.

O desejo de cultivo despertou a vontade de ascensão, cuja expressão imediata foi a construção de palafitas com a finalidade de que o homem primitivo não tivesse sua morada submersa nas águas. Da necessidade de armazenar cereais, surgiu a cerâmica, uma vez que se moldaram recipientes de barro para preservar alguns gêneros alimentícios. Abandonaram-se o uso de peles para vestir o corpo à medida que foram fabricados os primeiros tecidos de lã, linho e algodão. Não somente a pedra passou a ser polida, mas, em concomitância, os hábitos humanos. Surgiu ainda nesse período a cultura dolmênica como uma forma primitiva de ponderar sobre o destino e ascensão da alma, logo, os mortos passaram a ser alvo de cerimônias funerais. “Havia também os monumentos *megalíticos*: simples pedras fincadas no chão, os *menires*; o monumento se chama *cromelech* quando as pedras se dispõem em fileiras em torno de um dólmen”. (ARRUDA; PILETTI, 1995, p. 13).

O surgimento dessas comunidades primitivas ensaiou uma espécie de comunismo arcaico. Nele, o solo era propriedade de todos; os fundamentos da comunidade eram os laços consanguíneos, a língua(gem) e os costumes “(com)vividos”. O trabalho humano passou a interferir diretamente na natureza, de onde proveio as primeiras noções de economia, uma administração dos recursos materiais para além da prestabilidade imediata. Mas a evolução dessas comunidades efetivou a passagem do comum ao privado, bifurcando os caminhos humanos: de um lado, iniciou-se o processo de extensão de posses e, com ele, a propriedade individual de bens; e de outro, houve a alteração na configuração das antigas relações familiares.

Se por um lado, na passagem do Paleolítico para o Neolítico, o homem deixou a vida nômade por definição característica, passando a ser sedentário por ocupação fundamental na revolucionária atividade agropastoril, por outro, simbolicamente, abandonou a postura estanque em sua relação com a natureza, deixando de ser um apêndice dela, e tornou-se transeunte na produção cultural. Nesse período, percebe-se a incidência de um tropo metonímico nas obras do Espírito; ao puir a pedra lascada, o homem aciona também o polimento de suas relações interpessoais, haja vista, ter sido nessa fase que ocorreu a grande transformação do homem meramente biológico em homem cultural, que transporta consigo a carga genética, que o liga eternamente à natureza, mas com o diferencial de agir sobre ela, inclusive, ressignificando-a.

A idade dos metais

A Idade dos Metais (5000 - 4000 a. C.) assinala a passagem da consciência de homem comunitário ao consumismo primitivo. Foi ainda no Neolítico que surgiram os primeiros trabalhos em metais pouco firmes, como o cobre e o ouro, como também as primeiras viagens por terra e mar. Esse período pré-histórico forneceu uma prévia da química; com o estanho fundido ao cobre, se obteve o bronze como resultado dessa liga. “Por volta de 3000 a. C. produzia-se bronze no Egito e na Mesopotâmia; introduzido em Creta, passou à Grécia e chegou à Península Ibérica cerca de 2500 a. C.”, e as técnicas que permitiram a metalurgia do ferro foram posteriores; elas “têm início por volta de 1500 a. C., na Ásia Menor. Sendo o minério mais difícil de extrair e de ser trabalhado, difundiu-se lentamente” (ARRUDA; PILETTI, 1995, p. 13). Contudo, a superioridade desse metal para a fabricação de armamentos levou os povos, que o manipularam com finalidades bélicas a exercer hegemonia sobre outrem, os povos subjugados.

A Idade dos Metais forjou uma trilha férrea, que viabilizou a passagem do comunismo primitivamente utilitário à utilização dominadora das descobertas do homem, que começou a agir sobre o homem. Dada a valoração atribuída aos tipos de metais, essa fase ficou organizada na historiografia, sucessivamente, como metalurgia do cobre, metalurgia do bronze e metalurgia do ferro. O ferro tornou-se então um signo do poder de expropriação. Mas seu uso não foi tão restrito; a partir da fundição do metal, produziram-se utensílios caros ao processo civilizatório dos quais se dispõem até hoje: a confecção de panelas, facas, agulhas, entre tantos outros objetos. Pode-se destacar na simbologia do ferro o significado de robustez, dureza, obstinação, inflexibilidade etc. Essas são também características do arquétipo afro-brasileiro, senhor das tecnologias e dos metais, Ogum, cujo nome, em iorubá, significa, literalmente, guerra/guerreiro.

Na mitologia nagô-iorubá, destaca-se, entre outras, uma lenda significativa ao campo antropológico que pode ilustrar os conflitos socioculturais e histórico-políticos que o desenvolvimento humano e as conseqüentes passagens de épocas impõem às culturas (des)construindo mentalidades. Prandi (2001, p. 200-1) fornece a seguinte variante mitológica – *Nanã proíbe instrumentos de metal no seu culto*:

A rivalidade entre Nanã Burucu e Ogum data de tempos. Ogum, o ferreiro guerreiro, era o proprietário de todos os metais. Eram de Ogum os instrumentos de ferro e aço. Por isso era tão considerado entre os orixás, pois dele todas as outras divindades dependiam. Sem a licença de Ogum não havia sacrifício; sem sacrifício não havia orixá. Ogum é o *Oluobé*, o senhor da faca. Todos os orixás o reverenciavam. Mesmo antes de comer pediam licença a ele pelo uso da faca, o *obé* com que se abatiam os animais e se preparava a comida sacrificial. Contrariada com essa precedência dada a Ogum, Nanã disse que não precisava de Ogum para nada, pois se julgava mais importante do que ele. “Quero ver como vais comer, sem faca para matar os animais”, disse Ogum. Ela aceitou o desafio e nunca mais usou a faca. Foi sua decisão que, no futuro, nenhum de seus seguidores se utilizaria de objetos de metal para qualquer cerimônia em seu louvor. Que os sacrifícios feitos a ela fossem feitos sem a faca, sem precisar da licença de Ogum [96].

Aparentemente simples, essa narrativa, quando contextualizada, é um testemunho de grande valor para a arqueologia pré-histórica, que se ocupa do homem primitivo e sua forma de vida, interpretada a partir das descobertas da paleontologia humana. Curiosamente, o culto à deidade Nanã sobrevive aos tempos pós-modernos, e sua origem faz referências à Pré-História. Ela é a mais antiga divindade das águas entre o povo Jêje, antiga região do Daomé, e seus mitos a

situam como uma figura poderosa, que rege a morte. Seu nome dignifica mãe e, nesse aspecto, liga-se à terra sendo interpretada como a detentora do barro da criação, elemento explicativo das origens religiosas do cosmo em todas as culturas. Sua invocação é feita por meio da saudação “*Salubá Nanã*”, que parte da etnografia baiana compreende como uma aclamação do limiar da existência: “Salve aquela que separa os vivos dos mortos”. Nos rituais africanistas que se pretendem mais tradicionais, ainda hoje, a liturgia de Nanã prossegue sem a utilização de metais; essa configuração aponta que o culto à senhora da morte surgiu na Pré-História e pervive da história oral como uma ilha de resistência cercada pelos mares tecnológicos da Pós-Modernidade. Não à toa, Nanã é a guardiã da memória no(s) candomblé(s); seu culto envolve a regência dos pés, símbolo da caminhada trôpega que a humanidade tem feito desde seu surgimento na Terra, e o intestino, órgão visceral, onde a humanidade localiza sua relação mais íntima com a natureza, que prima pela preservação das espécies.

Constata-se que o mito é uma estruturalidade pensante que explica as mentalidades no arcabouço das culturas. Mas as fases da história que implicaram interações interculturais e inúmeros sincretismos como efeito de processos dialéticos históricos, compositores de sociabilidades, testemunham que o homem ágrafo e primitivo permanece nas estruturas inconscientes dos indivíduos das sociedades pós-modernas, e, das interações inter/intra/extratribais, qualquer sujeito de quaisquer tempos é impelido a produzir historicidades. E o(s) candomblé(s) não foge(m) a essa regra elementar porque seu capital simbólico-cultural é produzido a partir de certos contextos históricos. Eis dois exemplos de sincretismo e antissincretismo intertribal que ampliam o campo semântico, de dois termos caros à história social: “rendição e resistência”.

Indícios paleontológicos apontam que o culto à deusa Nanã é anterior ao surgimento do arquétipo universal da Grande Mãe, pois o culto às *lyámi-Ajé*, mães feiticeiras da sociedade Geledés, é contemporâneo aos cultos variantes à Grande Mãe em diferentes culturas, e Nanã seria a progenitora dessas *lyami*, das quais Oxorongá é a mais representada no discurso religioso afro-brasileiro. Nanã era a toda-poderosa deusa dos Jejes, e seu mitologema apresenta algumas versões para o seu “destronamento”. Há um mito que conta como Oxumaré, seu filho, tirou-lhe a cora; no entanto, parece mais expressiva a variante mítica que narra como Oxalá, travestido de mulher, penetrou a sociedade secreta, liderada pela deusa e apossou-se de seus segredos e poderes. Essa variante é mais enfática porque nos candomblés atuais, Nanã tornou-se uma anciã de rara adesão performativa, por parte dos iniciados, e Oxalá o pai simbólico de todos os orixás, preservando sua versão jovem Oxaguiã, e senil, Oxalufã, ocupou seu lugar preponderante. Esse é um exemplo de *rendição*, que converge para um sincretismo cultural, assinalado pela penetração do patriarcado e machismo como ideologia de gênero dominante.

Agora, adentre-se a um exemplo de *resistência* cultural, que parte dos etnólogos militantes da Bahia, conveniu chamar de antissincretismo, termo, evidentemente, empregado em relação ao sincretismo afro-católico no Brasil; mas a regra se aplica também ao (antis)sincretismo intra/intertribal. Nanã simboliza a criação primordial, diante de Ogum, que representa a transformação tecnológica. Na liturgia de Nanã, cria-se um cenário rudimentar, onde a natureza é expressa com mais relevo; manifestamente, em termos simbólicos, pois a referência é a representação cultural de um passado distante, evocado ritualmente ao mundo contemporâneo das novas tecnologias. Na maior parte das cerimônias litúrgicas de candomblé, a rememoração mitológica de Ogum tem a precedência sobre as demais e, junto a Exu, entidade da comunicação, o guerreiro torna-se o patrono dos caminhos, cuja senha, para transitar na controversa (Pós-)Modernidade, é a

tecnologia como saber que empodera seu detentor. Colateralmente, a evocação à Nanã é feita ao final da mesma liturgia, que, junto a Oxalá, encerra a celebração. Parece ocorrer uma inversão de lógica, quando a intenção da cerimônia religiosa é conotar o passado mítico do homem que deveria começar por uma mística das origens. Parece, portanto, que o(s) candomblé(s), como sistema(s) de representação cultural, de resiliência coletiva e de sociabilidades politizantes, demonstra(m) que faz(em) parte da história – não diria mais apenas escrita, mas, enfaticamente, tecnológica –; no entanto, seu ponto ontológico de convergência é a relação complementar do homem cultural com a natureza, orientado pela ideia de ancestralidade.

DA SIMBOLOGIA À HOMINIZAÇÃO

Tomando-se a Pré-História como um ponto de partida seminal à reflexão ressignificante sobre o homem, e, não apenas, a Antiguidade Clássica, que creditou às epistemes modernas o *status* de ciência bem fundada, o estudo do símbolo em uma perspectiva hermenêutica é revelador. O discurso letrado, em sua impossibilidade de expressar certas nuances da realidade, resulta a constituição do símbolo, “que é um termo, um nome ou até mesmo uma imagem que nos pode ser familiar na vida cotidiana, embora possua conotações especiais além do seu significado evidente e convencional” (JUNG, 2016, p. 15). O símbolo se aproxima do conceito de real na psicanálise pós-freudiana, pois implica a existência de alguma coisa fugidia à nossa percepção sensorial e imediata.

A simbologia, como representação hermética das estruturas de pensamento, incidiu no processo de hominização à medida que o sujeito cognoscente esgotou seu repertório lexical, sem alcançar o empreendimento de compreender ou expressar integralmente certos fenômenos, cuja conceituação dependia de performar o discurso, abrindo-lhe as vias criativas ao campo semântico. Pondere-se ainda que a produção consciente de símbolos é apenas uma parte fenomenológica da engenharia mental, porque o ser humano gera também importantes símbolos inconscientemente; por exemplo, durante as experiências oníricas, os sonhos falam sobre a natureza, a constituição ontológica e heranças pré-históricas do homem. As artes, as religiões e as ciências humanas trabalham os arquivos imemoriais da Pré-História e, de modos específicos, lidam com o inconsciente, que é uma linguagem “atemporal”, “*sempre presente*”, que contém, por isso, o passado e escoria o futuro, como se desenhasse um mapa total das experiências humanas.

Se partindo da simbologia se alcança a hominização, o contrário também é verdadeiro e funcional, isto é, o processo de hominização inaugurou uma série de símbolos eternos que recontam as origens da humanidade; entenda-se, porém, o termo eterno como, necessariamente, constitutivo de uma série de relações sócio-históricas; não como imutável. Lembre-se, com Sartre, que a *existência* é estática, e o *ser* é um devir que descerra todas as variações possíveis. Leu-se, nesse estudo, que o fogo foi a conquista decisivamente transformadora do homem em sua relação com a natureza, pois significou uma aquisição ambivalente, podendo ser compreendido tanto em sentido denotativo quanto conotativo. O sol, por exemplo, fogo sagrado por excelência, é uma metonímia que demonstra os caminhos divinos da hominização.

No século XIV a. C., há uma representação do faraó egípcio, Tutancâmon, dominado por um disco solar. No século XX d. C, outra representação surge, em que um monge xintoísta do Japão reverencia um espelho, que simboliza o sol divino (JUNG, 2016). Tendo as expedições cristãs destronado o Sol Invicto, no século IV, o deus Sol, associado a inúmeros deuses, inclusive, Mitra e Marte, concedeu seu lugar

de honra a Cristo, que passou a ser chamado de Sol da Igreja. Nas tradições, nagô-iorubá, o sol é também um deus originário, ancestral mais semoto do senhor do fogo e da justiça, o orixá Xangô. Há inúmeros embates sociopolíticos, fomentados pelo discurso religioso, na querela mítica das origens. Nesse sentido, um símbolo pode ser uma via emancipatória para a hominização, e esse processo de aquisição da civilização, como se viu, gera símbolos de densa complexidade interpretativa. É o caso da Sarça Ardente, que, na literatura bíblica, além de representar uma poderosa teofania no Monte Horeb, narra o envio de Moisés por Deus para liderar os israelitas fora do Egito, rumo à Canaã (Ex 3, 1-18).

A ARTE COMO TESTEMUNHO DA HUMANIZAÇÃO

O gênero *Homo* trouxe consigo a habilidade de progredir para espécie *sapiens* e dependeu de técnicas para realizar as travessias sucessivas de uma época a outra da história. O termo *ars-artis*, em latim, significa técnica/habilidade, e traduz-se pela palavra arte (o *savoir-faire*). A produção artística na Pré-História (40 000 - 3 000 a. C.), teve seu início entre o Paleolítico Superior e o Neolítico. A arte na História é uma necessidade intrínseca do processo de ampliação das capacidades humanas que se iniciou com o homem primitivo; logo, as primeiras manifestações artísticas tinham uma prestabilidade prática e se aliaram às primeiras expressões “religiosas”, ou seja, às primeiras técnicas mágicas. Já na esfera da psique, a arte representa a satisfação do desejo humano de estabelecer a experiência estética do momento eterno, que desencadeia uma transcendência espaço-temporal e funda o homem ontologicamente. Observe-se, pois, o que essas pinturas rupestres da gruta de Lascaux, no sudoeste da França são capazes de comunicar ao espírito humano:

Arte na Pré-História



Por Jack Versloot - posted to Flickr as Lascaux II, CC BY 2.0, - <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=5073914> > Acesso: 07/08/2021

Para entender os primórdios esfíngicos da arte pré-histórica, é mister que se faça um movimento regressivo na perspectiva ancestral para analisar o tipo de experiência que fez o homem primitivo “pensar em imagens como algo poderoso para ser usado e não como algo bonito para contemplar”; e não é tão complexo fazer esse movimento retroativo, “basta sermos profundamente honestos conosco e examinar se em nosso íntimo não se conserva algo de ‘primitivo’. E, em vez de começarmos pela Era Glacial, comecemos por nós mesmos” (GOMBRICH, 2015, p. 40). Desenvolveu-se entre o Paleolítico Superior e o Neolítico, as primeiras

manifestações pitorescas que costumam ser consideradas como arte; e, séculos depois, o homem, em suas contemporaneidades sucessivas, continua a ornar as paredes de seus lares com pinturas, esculturas e outros artefatos; funcionalmente, as moradas modernas são sofisticações dos “lares ideia”, das cavernas, que evoluíram à medida que a humanidade se desenvolveu e segue dialeticamente nas sendas do Espírito.

Foi na Idade da Pedra, onde tudo começou, ou seja, a manifestação do Espírito emancipador do homem incidiu sobre a natureza, “escolhendo” o Paleolítico como espaçotemporalidade metonímica, como pedra de fundação. Finalize-se, portanto, esse breve artigo, evocando a sacralidade do símbolo pedra. Em um dos livros líricos da Bíblia, o salmista enfatiza que “A pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a pedra angular” (Sl 118, 22 [117]) e, no Novo Testamento, Jesus declarou: “Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja. E as portas do inferno não dominarão sobre ela” (Mt 16, 18). A primeira citação é uma referência a Cristo, Pedra de fundamentação da comunidade apostólica, bem como, o protótipo de homem universalizável. É a segunda traduz a ideia de que uma identidade bem construída depende do reconhecimento do outro relacional na experiência especular. Nas religiosidades afro-brasileiras, há também um cultivo tropológico das pedras, que servem de assentamento às deidades. A pedra angular no(s) candomblé(s), por exemplo, é chamada cumeeira da casa, onde é instalado o patrono da comunidade. E no processo iniciático, as pedras de tropeço da existência do fiel são substituídas pelas pedras fundamentais (expostas a certos rituais), onde as deidades são convocadas a habitar.

O animal e o círculo, entre outros símbolos de significação psicológica, especialmente, a pedra, se mantiveram “constantes, desde as mais primitivas expressões da consciência até as mais sofisticadas formas de arte do século XX”, e, por extensão, da atual contemporaneidade (JAFFÉ, 2016, p. 313). No velho testamento bíblico, a narrativa do sonho de Jacó ilustra como culturas milenares concebiam a ideia de que uma pedra poderia se tornar, pela sacralização, a morada de um ser sobrenatural, transformando-se em símbolo. Para o zen-budismo as pedras brutas sinalizam a mais polida forma de espiritualidade porque, instaladas pelo acaso, exprimem um “contraste harmonizador”, conferido pela existência, no plano geométrico onde se encontram. O segundo livro do Pentateuco bíblico também evidencia o processo de espiritualização metaforizado na pedra bruta: “*Se me fizerem um altar de pedras, não o façam com pedras lavradas, porque o uso de ferramentas o profanaria*” (Êxodo 20, 25).

Por conseguinte, “a animização da pedra é explicada como a projeção de um conteúdo mais ou menos preciso do inconsciente sobre ela” (JAFFÉ, 2016, p. 314). Então, o início da espiritualização no Paleolítico Inferior é explicado pelo significativo natureza e, no Paleolítico Superior, pelo significado cultura, em que as pedras, arroladas à hominização, incidem no Neolítico, o esmeril da Idade dos Metais. Nela, o poder contido na tecnologia metalúrgica inscreveu, no estofa da natureza, o surgimento das primeiras cidades, onde a arte, desenvolvida para a eternidade, estabeleceu a Idade Antiga. Se a era da escrita distingue didaticamente Pré-História e História, a história da escrita começa na Pré-História humana, e o sistema gráfico cuneiforme é o grande testemunho desse processo, registrado nas furnas uterinas da cultura, que é a natureza; e, nela, se encontra a *pedra* fundamental (*a psique*), aonde o Espírito incide afirmando(-se):

[...]

*Nunca me esquecerei desse acontecimento
Na vida de minhas retinas tão fatigadas
Nunca me esquecerei que no meio do caminho*

*Tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
No meio do caminho tinha uma pedra.
(Drummond de Andrade)*

CONCLUSÃO

A marcha do Espírito, na produção das obras “arcaicas”, que acionaram a emancipação humana na Pré-História, legaram os símbolos seminais à composição epistemológica de algumas ciências, sobretudo, aquelas que trabalham com teorias interpretativas. Podem-se destacar as ciências sociais que, interdisciplinarmente, laboram com o discurso historiográfico; mas também, ramos da filosofia, literatura, linguística, teologia, psicanálise, entre tantas outros, utilizam colateralmente o legado pré-histórico como substrato teorizador. Há ainda saberes especializados na investigação sobre a origem da humanidade, como a arqueologia, paleontologia, geologia, biologia etc., que têm como ponto de partida a Pré-História, ou se ocupam dela por definição epistêmica. Suas pesquisas baseiam-se em vestígios que sobreviveram ao tempo: os fósseis, as pinturas rupestres, utensílios de uso diário, restos orgânicos etc.

Uma descoberta emancipatória, nesse período, foi o domínio do fogo. Estima-se que ele passou a ser controlado pela humanidade há 500 mil anos, na África oriental. Sua manipulação permitiu ao homem primitivo iluminar, aquecer-se, cozinhar, defender-se, etc., e, como se discutiu nesse ensaio, simbolizou, ainda, a chama do Espírito como aquisição e ampliação da consciência. Nesse sentido, as artes e as religiões são atividades do campo da transcendência que rememoram a Pré-História e permitem que o homem vivencie os primórdios da ontologia, que aponta a ancestralidade como conteúdo cultural e o inconsciente como forma linguageira na constituição do gênero humano. Daí a razoabilidade de se cunhar a expressão “*inconsciente ancestral*” para se fazer referência ao enigma inevitável no âmago das interrogações humanas sobre “a lacuna da origem” e seus caminhos genealógicos, preenchidos pelos mitos fundacionais. Nessa “lacuna incomensurável entre o mundo físico e o universo da vontade humana, que não é apenas instintual, mas também criativa”, somente a representação artística pode gerar mediações cognoscitivas do finito (a)fundando o homem ontologicamente”. A existência, que precede a condição humana, é, portanto, um “oceano ressequido, uma terra infirme, um céu sem horizonte, em busca de uma tocha condutora à consciência ampliada, à epistemologia do ser, trajetória encenada na tragédia de *Prometeu acorrentado*” (PORTUGAL, 2021, p. 35).

Em termos simbólicos, a caverna é uma espécie de útero da natureza, cujo revestimento interior metaforiza o cérebro, órgão guardião da mente, que, nessa engenharia tropológica, é delineada pelas imagens rupestres produzidas pelo homem primitivo. Assim, se torna compreensível porque a mente humana possui configurações ancestrais. Útero e cérebro seriam, então, termos sinônimos nessa alegoria? Anatômica e fisiologicamente não. Porém, tomando como referência aquilo que a caverna significou para o homem pré-histórico, útero e cérebro são termos correlatos; aquele, um órgão ultravital, porque gera, alimenta e traz a vida; e este, o responsável pelas atividades psíquicas, cria uma metonímia para a mente, que aloja, gera e pare as ideias emancipadoras do homem. A caverna, portanto, não é, essencialmente, uma figuração da ignorância, mas, semiologicamente, uma arquitetura, *ab ovo*, onde a consciência é elaborada e se mantém protegida até que amadureça e, lincando-se a outras cavernas, se torne uma instância em expansão.

Esse itinerário epistêmico aterrissa no conceito de homem universal, habitante na hominalidade cultural, cujas interpretações particulares delineiam a *literatura intercartográfica*; e ela estabelece homologias estruturais entre as

humanidades de quaisquer tempo e lugar. Nela, não só o tempo das grandes produções épicas, reconhecido pelas histórias dos vencedores importa; mas também o lugar, muitas vezes concebido como não-lugar nas relações de biopoder, que transforma o outro em massa controlável, manipulável. Esse lugar é, evidentemente, geopolítico, mas se desdobra em lócus epistêmico, à proporção que cada cultura é reconhecida como instância produtora de saberes legítimos em seu *modus operandi*, e fabricante de sentidos, em resposta à existência, impressa em seu *modus vivendi*, que cria um efeito ontológico.

Tomou-se a caverna como metáfora descritiva da constituição da consciência. Esse exemplo pode mostrar que a literatura intercartográfica tem como influências teóricas os arrolamentos interdisciplinares entre pensamento dialético (em relação à ontologia, o idealismo, e materialista na referência às sociabilidades humanas), psicanálise (como ferramenta hermenêutica), transestruturalismo (a possibilidade de arrolamentos estruturais na definição de identidade, reconhecendo o outro como caminhos do si mesmo) e os estudos culturais (sobretudo em suas dimensões geopolítica e sócio-histórica), relacionados aos estudos literários (abordando principalmente a estética, a teoria e a crítica). A literatura intercartográfica é, pois, um projeto de estudos integrador que cria pontes epistêmicas para tornar abismos transitáveis. Importa-lhe encontrar o literário em estéticas distintas e, em vias comparativas, ampliar a concepção de humanidade. Por isso, essa abordagem se traduz como um mapa intercultural das sociabilidades humanas, nas sendas do Espírito. A confirmação de suas hipóteses integrativas é visível quando se arrolam produções culturais distintas e deparam-se com o ser humano em busca de autoafirmação socioexistencial para compor seu ser. O signo pedra, por exemplo, presente em várias composições artísticas e religiosas em tempos e lugares distintos, apresenta significados simbólicos compartilháveis de forma inteligível.

A literatura intercartográfica integra epistemes muito peculiares porque seu objetivo é encontrar o homem universal nas particularidades culturais, onde o Espírito, isto é, a razão humana, interage e origina a liberdade. Há inúmeras chaves interpretativas na leitura de mundos, entre elas, o senso comum, a religião, a filosofia, a ciência, a arte etc.; inclusive, na contemporaneidade do século XXI, a tecnologia virtual faz parte desses processos. Sem desconsiderar seu contexto sócio-histórico, a estética intercartográfica recupera o “*insight*” de Terêncio: “sou humano; nada do que é humano me é estranho”. Para o bem ou para o mal; ou para além do bem e do mal, como previu Nietzsche, as obras do Espírito não podem ser negadas da Pré-História, pois, ela inaugura a História e se estende *ad infinitum*, dialeticamente em busca de compor o ser, permeado pela totalidade das sociabilidades humanas. Tem-se muito a saber sobre o universo das humanidades, adentre-se, pois, sem jactância, às suas cavernas, onde se preservam diamantes estéticos, o humano absoluto, a hominalidade cultural. Lembre-se, ainda, que esse ensaio abordou um pouco da Pré-História Geral, não obstante, tem-se as Pré-Histórias locais, que formam encruzilhadas genealógicas para o homem primitivo; a Pré-História brasileira, a americana etc. ilustram tais processos dialéticos.

REFERÊNCIAS:

- Andrade, Carlos Drummond de. *Alguma poesia*. Posfácio Eucanaã Ferraz – 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ARRUDA, J. J. de A; PILETTI, Nelson. *História Geral e História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- COTRIM, Gilberto. *História para ensino médio – Brasil e geral – Volume único*. São Paulo: Saraiva, 2002.

ÉSQUILO (525 a. C – 426 a. C). *Prometeu acorrentado*. Tradução: J. B. de Mello e Souza. Versão para ebook / ebooksbrasil.com, 2005.

GOMBRICH, Ernst Hans. *A história da arte*. Tradução Álvaro Cabral. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

HEGEL, GWF. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

JAFFÉ, Aniela. *O símbolo nas artes plásticas*. In: JUNG, Carl G. [et al.]. *O homem e seus símbolos*. [Concepção e organização Carl G. Jung]; tradução de Maria Lúcia Pinho. – 3. ed. especial. – Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2016.

JERUSALÉM, Bíblia de. [1. ed. 2002 – 10ª reimpressão]. São Paulo: Paulus, 2015.

JUNG, Carl G. *Chegando ao inconsciente*. In: JUNG, Carl G. [at al.]. *O homem e seus símbolos*. [Concepção e organização Carl G. Jung]; tradução de Maria Lúcia Pinho. – 3. ed. especial. – Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2016.

LEVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido: mitológicas*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Além do bem e do mal, ou, Prelúdio de uma filosofia do futuro*. São Paulo: Hemus, 2004.

PLATÃO. *A república: [ou sobre a justiça, diálogo político]*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PORTUGAL, Danielson Santiago. *O trágico: configurações do gênero (a)fundante do humano*. Monografia (Graduação em Letras); Repositório Digital Faculdade UNYLEYA, 2021.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. Ilustrações de Pedro Rafael. – São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

VICO, G. *A Ciência Nova*. Tradução de Marco Lucchesi. São Paulo: Record, 1999.

ZUMTHOR, Paul. *Escritura e Nomadismo: Entrevistas e Ensaios*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Sônia Queiroz. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

SITES:

<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=5073914> > Acesso: 07/08/2021

http://grupoevolucao.com.br/livro/Arte1/arte_prhistorica.html> Acesso: 13/08/2021

<https://autociencia.blogspot.com/2016/07/pre-historia-uma-visao-geral.html> > Acesso: 14/08/2021

A HERANÇA SOCIAL DO ESCRAVISMO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL

David Nogueira¹³⁷

Resumo: Este trabalho busca discutir a problemática da escravização no Rio Grande do Sul do século XVIII até o início do século XX. Como os negros escravizados chegaram à província, que tipo de estrutura encontraram, que tratamento recebiam e como sua participação foi fundamental para a construção política, econômica e sociocultural dessa região, são questões levantadas neste trabalho. Também será discutido a herança deixada pelos anos de escravização dos negros na província para compreender seu papel fundamental na construção da identidade regional.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul, charqueadas, escravização de negros.

ESCRAVOS NO RIO GRANDE DO SUL

Como ocorreu a vinda dos escravos para o Rio Grande do Sul? Que atividades desempenhavam nas estâncias gaúchas e nas áreas urbanas e, principalmente, nas charqueadas? De acordo com Junior (1997), o Rio Grande do Sul ainda era uma terra sem dono, vivendo a disputa entre espanhóis e portugueses, que não tinha nenhuma influência significativa na economia e na política da colônia. Junior (1997), diz que a região extremo-sul, do território brasileiro, permaneceu fora da órbita, entrando no mapa político e econômico da colônia, no século XVIII. Passa a compor o mapa econômico a partir do século XVIII e começa a se destacar na pecuária, devido a vegetação herbosa, favorável a alimentação do gado, se multiplicará rapidamente, sem a necessidade de tratamento especial. (JUNIOR, 1997).

O Rio Grande do Sul era um território diferenciado, que propiciava a pecuária, devido ao clima e a vegetação, mas isso não o colocou numa condição de competir com os estados do Norte que fomentavam a economia nacional. Junior (1997) ainda explica que aqui, havia uma mão de obra camponesa, não sendo o trabalho escravo, comum nas estâncias gaúchas, devido ao conhecimento que os camponeses, principalmente vindos dos Açores, tinham com o trato com animais de grande porte.

Clóvis Moura (2014), explica que apesar de ser um território em disputa entre portugueses e espanhóis, a região recebia muitos escravos. Estima-se que a maior parte dos cativos que chegaram à província de São Pedro a partir de 1719, vinham de Gana e Costa da Mina. Cerca de 28 mil escravos chegaram no Rio Grande do Sul nesse período.

Sobre as atividades desempenhadas pelos cativos, nos diz Maestri (2002), que no RS, não houve atividade em que o cativo não estivesse presente. Nos campos, mourejava nas plantações e nas chácaras. Nas cidades, esforçava-se no artesanato, comércio, serviços, residências, construções. As charqueadas, as olarias, os meios de transportes urbanos, fluviais e lacustres foram quase seu monopólio.

Ainda sobre as atividades dos cativos nas fazendas pastoris, Maestri (2002) salienta que o cativo trabalhou nas sedes; buscou água; cortou lenha; construiu cercas, valos, caminhos. Suou na horta de subsistência; produziu a farinha e o charque doméstico. Sobretudo nas estâncias mais ricas, foi o coração das atividades

¹³⁷ Graduado em História com especialização em História e Cultura Afro-Brasileira pela Iergs/Uniassevi.

criatórias. Conforme o autor, em *O Escravo no Rio Grande do Sul: Trabalho, Resistência e Sociedade* (2006), dados de 1859, de 391 estâncias de Alegrete, apontavam 124 capatazes, 159 peões livres e 527 cativos. Sobre as evidências da mão de obra escrava nas fazendas pastoris, Maestri (2006), nos fala das condições encontradas na região, no final do século XVIII, que favorecia as atividades na região sul do Estado, destacando o papel dos nativos missioneiros como pioneiros, nas técnicas pecuárias. Nos criatórios missioneiros, ele reproduz-se fartamente devido às boas condições naturais da região- poucos predadores, clima benigno, pastos, aguadas e capões abundantes etc. (MAESTRI, 2006)

Para Pesavento (1989), os negros fazem parte da formação do Estado, desde o século XVII, na chegada dos primeiros colonizadores a região. Os negros escravos estiveram presentes desde a formação histórica do Rio Grande do Sul, trazidos nas primeiras levas de lagunistas que na passagem do século XVII para o século XVIII desceram ao sul em busca de gado para fornecimento das minas. Com o estabelecimento das primeiras estâncias, os cronistas e viajantes que visitaram o Sul, registraram a presença dos negros como peões, nos trabalhos da roça e nas lides domésticas, afirma a autora. Pesavento (1989) lembra que a maior parte dos negros no Sul, concentravam-se nas charqueadas, que eram a principal atividade da economia gaúcha. Portanto, o Rio Grande do Sul acompanhava a média nacional na proporcionalidade entre escravos e livres no seu contingente populacional, percentuais estes que apontam para a configuração de uma sociedade fundamentalmente escravocrata. (PESAVENTO, 1989).

Maestri (2006), afirma que o preço do cativo era muito elevado. Um cativo novo custava em média 350\$000 mil-réis. Com o fim do tráfico negreiro, em 1850, ele valia uma boiada, afirma o autor. O autor (2006) ainda assinala que nas atividades pastoris, devido às condições materiais de produção, as condições de vida do cativo campeiro melhoravam em relação aos cativos empregados nas outras atividades (charqueadas, olarias, plantações, etc.). Segundo o autor, no mundo pastoril, em certas situações a própria fuga perdia relativamente atração.

Mário Maestri (2006), assim como Pesavento (1989), demonstram que os negros não desempenhavam um papel secundário, como mão de obra escrava no Rio Grande do Sul, pois estavam inseridos em todas as atividades, o que significa que a província dependia do cativo para produzir e subsistir.

O ESCRAVO E AS CHARQUEADAS

A fase mais marcante da escravização no Rio Grande do Sul teve início no final do século XVIII, com a formação das primeiras charqueadas gaúchas, na região de Pelotas, em 1780. A partir das charqueadas estabelecidas em Pelotas, o Rio Grande do Sul entrou no mapa econômico brasileiro, de acordo com Junior (1997). Para que seja possível construir um pensamento sobre a herança social do escravismo negro no Estado, é fundamental que compreendamos o papel das charqueadas nesse processo, pois é através dessa atividade econômica que a escravização do negro se acentua e é uma das causas, se não a mais importante, para explicarmos a desigualdade social existente no Estado hoje. Maestri (2006), sobre os motivos que levaram a migração da produção do charque para o RS, diz:

Em 1777, 1779 e 1792, grandes secas dizimaram os rebanhos do Nordeste, golpeando a produção de carne-seca da região, tradicional abastecedora das capitanias brasileiras. A reconquista do porto de Rio Grande, após a Guerra dos Sete anos (1776) e a abundância dos gados selvagens da região ensejavam que o Rio Grande potenciasse sua produção para suprir o mercado insatisfeito. Um dos polos produtores de carnes salgadas era a vila

cearense de Santa Cruz do Aracati, nas margens do rio Jaguaribe. Em 1780, o charqueador lusitano José Pinto Martins transferiu-se do Aracati para a região da futura vila de São Francisco de Paula – Pelotas -, onde teria fundado a primeira instalação permanente de maior porte a produzir charque no Sul. (MAESTRI, 2006, p.82)

De acordo com Bernd e Bakos (1998), no final do século XVIII, o trabalho escravo negro tornou-se fundamental para a economia da província., com o estabelecimento das charqueadas no Rio Grande do Sul, nas atividades de salga e secagem das carnes e também para aproveitamento do couro, sebo e graxa animal. Segundo as autoras, Nicolau Dreys teria afirmado que as charqueadas eram administradas como se fossem estabelecimentos penitenciários. Nesse contexto, houve um incremento em mão de obra escrava que praticamente dobrou a população da região extremo sul e produziu uma mudança econômica e social assustadora no período. Conforme Jorge Euzébio Assumpção (2013), grande número de escravizados em Pelotas, deve-se à produção de charque. Somando-se os libertos, que, salvo engano, seriam descendentes de africanos, teremos um percentual de 60% de africanos e afrodescendentes.

Assumpção (2013), ainda sobre a quantidade de cativos encontrados nas fazendas antes do início da produção de charque, diz que os trabalhadores escravizados nesta freguesia, segundo o censo de 1814, superavam a soma das demais etnias. Enquanto que, em 1814, os cativos pelotenses perfaziam um total de 5,8% de toda população escravizada do Rio Grande do Sul, os brancos residentes naquela região somavam apenas 2,2% do total. A esta concentração de negros escravizados, creditamos a prosperidade de Pelotas, devido à produção e exportação de charque e seus derivados.

Jorge Euzébio Assumpção nos fornece dados que sustentam a afirmação sobre o aumento do número de cativos na região de Rio Grande, no auge da produção de charque no Estado. Esse aumento na população gaúcha, principalmente no início do século XIX, promoveu uma modificação no modo de vida da região. Como poderemos acompanhar, a região de Pelotas prosperou após a produção de charque, pois a mão de obra escrava foi o motor desse processo. Conforme Assumpção (2013), Pelotas prosperou devido as charqueadas e, conseqüentemente, o enriquecimento dos proprietários, dando origem a “aristocracia sebeira”, modificará a fisionomia da antiga São Francisco de Paula. (ASSUMPÇÃO, 2013)

A mão de obra livre era escassa e os homens livres preferiam viver a esmo ao se submeterem a um trabalho servil, como a lida com o charque. O processo que enquadra, inexoravelmente, a charqueada nos marcos da produção servil, era próprio da sociedade escravista colonial. Não existia no ‘mercado’ mão de obra livre que aceitasse submeter-se a essa realidade. Assim sendo, o trabalho compulsório – a escravidão, era a única solução para obter-se trabalhador, diz Maestri (1984).

De acordo com Assumpção (2013) o trabalho servil compulsório nas charqueadas gaúchas era visto pelos homens livres, como degradante e por este motivo não aceitavam fazê-lo. Logo, para garantir o funcionamento da produção, empregou-se muita mão de obra escrava, pois não era comum escravo escolher o trabalho que desempenharia. O número médio de homens escravizados nas charqueadas era de 64,8 cativos, segundo os inventários estudados. No entanto, encontramos estabelecimentos com mais de cem trabalhadores, como os de Eugenia Ferreira da Conceição, com 179; Antônio José da Silva Maia, com 116, Barão de Buthuy, 142 e outros. (ASSUMPÇÃO, 2013). Referente a manutenção dessa mão de obra, o autor aponta um grande aparelho repressivo, público e privado, para manter os cativos sob controle, através de coerção física e psicológica,

com o objetivo de garantir a produção e evitar motins, devido o número elevado de escravos, conforme descreve: o controle era estabelecido pela disciplina imposta pelos capatazes através da compulsão, única maneira capaz de manter na produção e amenizar a ameaça que representavam os trabalhadores escravizados. (ASSUMPÇÃO, 2013). O autor sinaliza também, que a sazonalidade na produção de charque, torna-se motivo para explicar as condições degradantes de vida dos africanos e seus descendentes pois, segundo ele, os charqueadores necessitavam extrair o máximo de rendimento dos cativos, que chegavam ao limite de suas forças. Ele aponta que na época de entressafra “era necessário manter ocupados os cativos, tanto no sentido econômico, como no disciplinar”.

Maestri (2006), diz que no interregno da produção charqueadora, os cativos eram utilizados habitualmente na produção oleira e na construção civil. O que ensejou que as charqueadas pelotenses tivessem comumente olarias e que muitos charqueadores fossem proprietários de inúmeros prédios urbanos.

O CATIVO URBANO

O escravizado urbano, desempenhava um papel diferente no processo servil. Este escravizado, recebeu um tratamento diferente, mas não, menos degradante. Maestri (2001), diz que da mesma forma que a mão de obra escravizada era fundamental na produção rural, nas áreas urbanas não era diferente. Conforme Maestri (2006), até os anos de 1930, o Brasil foi país sobretudo rural. Na Colônia e no Império, a população e as atividades produtivas localizavam-se principalmente no campo. Este período assentou-se fortemente nos ombros dos cativos. Segundo o mesmo autor (2006), em 1814 Pelotas, Piratini e Cachoeira eram importantes centros escravistas. O autor destaca ainda que em 1809, o inglês John Luccock assinalou o costume luso-brasileiro de mandar um cativo aprender um ofício e depois alugar suas habilidades. Apesar de dirigida por homens livres, geralmente mestres-de-obras, sobretudo portugueses, mas também alemães, franceses, etc. - pedreiro, taipeiro, carpinteiro, alvéu - a construção das ruas, das praças, dos chafarizes, das residências, das igrejas, dos edifícios públicos, dos mercados, etc. era obra dos trabalhadores escravizados. (MAESTRI, 2001)

Para entendermos mais sobre o cenário urbano com o cativo, vamos tomar conhecimento de algumas atividades desempenhadas pelos mesmos, nas cidades. Maestri (2001), em seus estudos sobre este tema, aponta que os escravos nas cidades desempenhavam diversas atividades, que tinham por objetivo, tornar a vida dos senhores mais confortáveis. No Brasil, durante a escravidão, a vida urbana assentava-se sobre os ombros dos cativos. Nos pequenos, grandes e médios centros urbanos, do litoral e do interior, multidões de negro desempenhavam múltiplas atividades. Eram elas que tornavam confortável a vida dos senhores nas cidades. Grande parte dessas atividades eram desempenhadas pelos cativos domésticos, (MAESTRI, 2001).

No Rio Grande do Sul, assim como no resto do Brasil, o escravo era utilizado para todas as atividades desempenhadas nas cidades. Mas conforme Zilá Bernd e Margaret M. Bakos (1998) a força do trabalho escravo, no meio urbano, não era canalizada apenas para serviços domésticos, encontrando-se o negro escravo na execução de muitas outras atividades básicas, nas vilas e cidades rio-grandenses, desde os primórdios. Entretanto, costuma-se associar o trabalho das negras escravas com as funções de cozinha, arrumação da casa e cuidado com as crianças, principalmente. As autoras, ainda sobre o trabalho doméstico desempenhado pelos cativos, afirmam que os cativos eram cada vez mais utilizados nas atividades pois a cada momento:

A gama de atividades para as quais se buscava o trabalho escravo ampliava-se sempre, pois o negro foi revelando seu potencial de adaptação às exigências de trabalho da sociedade americana, à qual foi incorporado à força, o que não nos deve iludir no sentido de sua acomodação e impedir de enxergar o aspecto da sua resistência sempre presente, embora as vezes velada. (BERND E BAKOS, 1998, p.63).

Maestri (2006), ressalta que as cidades não possuíam serviços hidráulicos. Cativos doméstico buscavam trabalhosamente a água para beber, cozinhar, para higiene dos senhores etc. Segundo afirma o autor, em Porto Alegre, os cativos domésticos e aguadeiros profissionais retiravam a água do rio Guaíba ou das fontes do Pobres, do Potreiro, dos Currais, do Matadouro; do poço da Caridade etc. Sobre a resistência dos cativos contra seus senhores, Bernd e Bakos (1998), dizem que o cativo se dedicou a aprender todo ofício disponível, mas que, ao aparecer a oportunidade, os cativos, através de crimes individuais ou insurgências, demonstraram resistência a sociedade escravista, que era presença constante nas cidades.

Bernd e Bakos (1998), afirmam que uma análise sob nova ótica, das fontes tradicionalmente consultadas na formação de uma imagem deformada do negro escravizado ajuda-nos a realmente compreender sua realidade, fazendo-nos caracterizar e priorizar as necessidades de força de trabalho das aglomerações urbanas rio-grandenses. Segundo as autoras (1998), as negras foram encaminhadas para as lides domésticas e aos ofícios que necessitavam de força física. Os escravos eram utilizados para diversas atividades dentro das áreas urbanas e nesse contexto, a mulher negra escravizada servia muito bem, pois suas habilidades na produção de alimentos, quitutes e artesanato, garantiam mais dinheiro para seus senhores, conforme Bernd e Bakos (1998) esclarecem. Maestri (2006), afirma que os cativos domésticos trabalhavam sem cessar. Maestri (2006) ainda diz que mesmo ao cair da noite, os cativos e cativas exaustos não descansavam. Conforme o mesmo autor, havia que trancar as portas e janelas com pesadas trancas de madeira; acender braseiros, candeeiros, lampiões, velas; preparar chás, merendas e ceias; depositar e limpar os urinóis e escarradeiras; abastecer as moringas com água fresca; ajudar os proprietários a se despirem, a se vestirem, a se deitarem etc.

De acordo com Maestri (2006), terminadas as infundáveis atividades, os cativos domésticos recolhiam-se aos estreitos e insalubres dormitórios, nos andares térreos dos sobrados, nos porões das residências, nos desvãos dos telhados, em quatinhos construídos nos quintais. Segundo o mesmo autor, em 1849, relatório municipal registrava que Pelotas teria “28 olarias de fabricar tijolos e uma de louça”, “quatro fábricas de chapéus finos e grossos, cinco de velas de sebo, quatro de sabão, um de cerveja” e dois curtumes, funcionando “quase na sua totalidade”, com braço cativo. Segundo o autor, o trabalhador escravizado urbano podia ser explorado diretamente pelos proprietários, alugado ou posto ao ganho. O cativo ganhador ou jornaleiro vendia livremente serviços e mercadorias pelas ruas da cidade e, com o que obtinha, pagava seus gastos e uma renda fixa ao proprietário, diária, semanal ou mensal – o ganho. O ganhador podia viver fora da casa do proprietário – “viver sobre si”. Em Porto Alegre, em 1840-1850, as ruas do Arvoredo e do Rosário eram habitadas pela população pobre, livre e escravizada. (MAESTRI, 2006).

OS QUILOMBOS NO RIO GRANDE DO SUL: SÍMBOLO DA RESISTÊNCIA

Um dos grandes movimentos de combate à escravidão certamente foi a formação dos quilombos, que segundo registros. Neste capítulo conseguiremos ter uma ideia de como se constituíram e subsistiram dentro do regime escravista. Não é a intenção deste trabalho, apresentar de forma detalhada os quilombos, mas evidenciar dentro da sua temática, o papel de resistência e dessa maneira, construir uma visão sobre as formas que os negros encontravam para lutar contra a condição que lhes era imposto, dentro do regime colonial.

Os quilombos devem ser vistos como uma das diversas formas de resistência que a população negra escravizada criou para se contrapor ao regime servil, Assumpção (2013). Segundo o mesmo autor (2013), na retórica escravista, o crime tornava o cativo humano, pois se a escravização o transformava em mercadoria, o crime retirava-o desta condição, ao puni-lo, como se fosse plenamente consciente.

Ora, não se pune uma mercadoria, mas um ser humano. Esta é uma das grandes contradições vividas pela retórica dos proprietários de trabalhadores no escravismo colonial. Estes últimos, devido à busca dos cativos por sua liberdade, tiveram que montar um aparato, não só repressivo, mas também jurídico, que pudesse mantê-los sob controle. Tarefa difícil de ser executada, pois além da resistência explícita, já citada, os cativos possuíam formas de resistência mais difíceis de ser detectadas-reprimidas, como o “corpo mole”; o fazer-se de doente; a inutilização dos instrumentos de trabalho e da produção, etc. Assumpção (2013). O autor destaca que a fuga do escravo, ainda que não configurasse um ato de violência, significava um grande prejuízo financeiro ao proprietário. Se por um lado o senhor de escravo temia com o crime de sangue, por outro lado perdia capital quando um negro ou vário, saíam em fuga, afirma.

Para Clóvis Moura (1992), a quilombagem se conceitua em um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista, por ter caráter mais radical, sem elementos de mediação entre o seu comportamento dinâmico e os interesses dos senhores de escravos, afirma o autor. Clóvis Moura, ainda sobre o surgimento dos quilombos, diz:

O quilombo aparece, assim, como aquele módulo de resistência mais representativo (quer pela quantidade, quer pela sua continuidade histórica) que existiu. Estabelece uma fronteira social, cultural e militar contra o sistema que oprimia o escravo, e se constituía numa unidade permanente e mais ou menos estável na proporção em que as forças repressivas agiam menos ou mais ativamente contra ele. Incluímos, por este motivo, no conceito de quilombagem outras manifestações de protesto racial e social, como por exemplo as insurreições baianas do século XIX que culminaram com a grande insurreição de 1835, em Salvador, que tanto pânico provocou entre as autoridades, forças militares e membros da população. (MOURA, 1992, p. 23)

Moura (1992) afirma que os quilombos eram um movimento abrangente e radical que incluía, além de negros fugidos de seus senhores, índios perseguidos, mulatos, curibocas, pessoas perseguidas pela polícia geral, bandoleiros, devedores do fisco, fugitivos do serviço militar, mulheres em profissão, brancos, pobres e prostitutas, ou em resumo, tendo assim, uma dimensão nacional como movimento. Quase todo território sulino – o Litoral, a Depressão Central, a Campanha, a Serra e a Campanha – conheceu concentrações de fujões, Maestri (2006). Já, para Bernd e Bakos (1998), a história dos Quilombos no Rio Grande do Sul ainda está por ser feita. Segundo as autoras, nossa historiografia dispõe de apenas alguns dados esparsos, mas nenhuma pesquisa que sistematize e analise exaustivamente o tema. Maestri (2006) pontua que os cativos fugiam das plantações, catas, charqueadas, cidades etc. para estabelecerem-se em um local de difícil acesso ou afastado do

mundo escravista, onde fundavam comunidades de produtores independentes ou associados. Destaca o autor (2006), que as atividades econômicas dos quilombos eram diversas e determinadas pelo contexto geoeconômico da região que se encontravam.

Sobre os quilombos que existiram no Rio Grande do Sul, sobre os quais existem dados, podemos apontar o quilombo do negro Lucas, na Ilha dos Marinheiros, em Rio Grande (1833), o quilombo de Pelotas (1835); os quilombos de Rio Pardo (1848) e o de Barba Negra (1829); Bernd e Bakos (1998). Em sua obra História do Negro Brasileiro, Clóvis Moura (1992) lista os principais quilombos brasileiros, dos quais, citaremos os mais importantes do RS. Conforme segue abaixo:

1. Quilombo do Negro Lúcio (Ilha dos Marinheiros)
2. Quilombo Arroio
3. Quilombo Serra dos Tapes
4. Quilombo Manuel Padeiro
5. Quilombo do município de Rio Pardo
6. Quilombo na Serra do Distrito de Couto
7. Quilombo no município de Montenegro

De acordo com Assumpção (2013), a primeira referência sobre a existência de quilombos em território rio-grandense data do século XVIII. Conforme afirma o autor, a primeira referência conhecida a quilombos no Rio Grande encontra-se nas atas da Câmara de Porto Alegre, na sessão de 31.02.1789, onde pode-se ler “Nesta Vereança se proveu a estância Dutra para Capitão do mato do Distrito da Freguesia desta vila e se passou edital para sobre as rondas que o mesmo devia fazer de noite.”

GUERRA DOS FARRAPOS E OS LANCEIROS NEGROS

Conforme Bernd e Bakos (1998), a presença do cativo nas atividades militares era uma prática comum desde a organização do 1º Batalhão de Henrique Dias, na luta contra os holandeses em Pernambuco, ainda no século XVII. Influenciada por Marquês de Pombal, em 1775, teriam sido recrutados um grupo de 600 cativos para lutar pelo Batalhão dos Henriques, na ilha de Santa Catarina. Dom João VI, no século XIX, organizou o Batalhão dos Caçadores, com negros livres para lutar em Montevidéu, e em 1822 criou-se o Batalhão de Artilharia e organizou-se o regimento dos Henriques para o Rio Grande do Sul. Assim, os farroupilhas agiram conforme padrões nacionalmente aceitos ao arregimentarem homens negros escravos ou libertos. A liberdade que os farroupilhas ofereceram ao escravo negro, mesmo valendo para as forças legalistas, foi apenas um símbolo da necessidade que ambos tinham de aumentar o contingente de homens na defesa de suas causas. (BERND E BAKOS, 1998).

Já, Moura (1992), diz que, sendo o Movimento Farroupilha deflagrado por estancieiros ou grupos e camadas a eles ligados social ou economicamente e não sendo substantivo o trabalho escravo nesse tipo de atividade os seus promotores não encontraram dificuldades em alforriar os seus escravos, que passaram a ser homens livres, tendo a sua maioria se engajado nas tropas dos farrapos, para combater pelos ideais republicanos. O escravo que chegasse ao território farroupilha, era considerado um homem livre.

Moura (1992), nos diz que no Rio Grande do Sul, durante a guerra farroupilha, tinha 100.000 negros, para uma população de 360.000 habitantes. Segundo o

mesmo autor, o escravo negro, durante a guerra farroupilha, participou como um aliado, estando na condição de homem livre, criando áreas de perigo para os adversários nas regiões de combate. Para Moura (1992), ele não foi, também, um aliado de última hora. Desde a tomada de Porto Alegre pelos farrapos, quando se inicia a revolta, o escravo negro estará presente, resgatando a sua liberdade com essas lutas. Todos os depoimentos da época afirmam que o negro foi um aliado dos mais importantes da República de Piratini.

Para Maestri (2006), o movimento farroupilha nunca acenou com a emancipação dos cativos. Segundo assinala o autor, os liberais mais exaltados que propuseram medidas nesse sentido, sobretudo quando da Assembleia Constituinte, foram facilmente calados. É um contra-sentido propor que os chefes farroupilhas venceriam a guerra se abolissem a escravidão. Como afirma Maestri (2006), tal ato alienaria a base social do movimento – os grandes proprietários sulinos de terras e de homens.

Bernd e Bakos (1998) dizem que na guerra dos farrapos, tomou forma a tropa de Lanceiro Negros, que integrou o exército farrapo. Segundo os autores, eram cerca de 900 homens divididos em oito companhias. O 1º Corpo de Lanceiros Negros, organizado pelo Coronel Joaquim Pedro Soares e seguido pela liderança de Joaquim Teixeira Nunes. E continuam:

Teve atuação decisiva na batalha do Seival em 1836 e parte dele estava na retirada de Laguna. Em 1844, na Surpresa dos Porongos, os lanceiros negros “salvaram a Revolução Farroupilha do desastre total”. Com ataque inesperado dos imperiais, houve uma debandada geral, cabendo a negrada aguentar a barra no peito e na raça. Dos 100 mortos farroupilhas, 80 eram lanceiros negros. Alguns dias depois, o corpo de lanceiros ainda tomaria parte do seu último combate, e que morreu Teixeira Nunes, (BERND E BAKOS, 1998, p.67)

Em artigo realizado pela Revista Eletrônica da Universidade Federal do Rio grande do Sul, em abril de 2008, é possível encontrar mais argumentos sobre a participação dos escravos na Guerra dos Farrapos e sobre o ataque aos Lanceiros Negros em Porongos, conhecido como *Massacre de Porongos*. Sobre a participação dos escravos, o artigo diz que não havia um posicionamento único em relação à abolição dos escravizados. De acordo com o artigo, responder se os farrapos eram ou não abolicionistas, não é tão simples. A revista (2008), diz que havia um conflito entre os líderes da revolução sobre a questão. As lideranças farroupilhas tiveram posições conflitantes frente à questão servil. De um lado, a chamada “maioria” – formada por Bento Gonçalves, Domingos José de Almeida, Mariano de Mattos, Antônio Souza Neto e outros – assumiu uma postura claramente abolicionista. De outro, a “minoridade” – Vicente da Fontoura, David Canabarro e outros chefes farrapos – aceitou a libertação dos escravos que se engajassem na luta contra o império, mas opôs-se tenazmente a qualquer tentativa de libertação geral dos escravos. (REVISTA ELETRÔNICA UFRGS, 2008).

Maestri (2006), assinala que o Barão de Caxias teria editado uma carta onde ordenava que brasileiros brancos, e índios fossem poupados no ataque, mas, que os negros fossem entregues para a morte. Segundo Maestri (2006), na carta, Caxias ordena em forma fria e hipócrita: no conflito, poupe o sangue brasileiro quando puder, particularmente de gente branca da província ou índios, pois bem sabe que essa pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro”. A ordem era clara. O massacre era destinado apenas aos farroupilhas negros, crioulos ou africanos. O artigo da Revista Eletrônica da UFRGS (2008), em relação ao ataque aos Lanceiros Negros em Porongos, argumenta que alguns historiadores atribuem o ocorrido em Porongos à traição, para eliminar o pelotão de Lanceiros Negros, que travava às conversações

da paz. Historiadores dessa corrente cogitam que a matança teria sido combinada entre David Canabarro, o principal general farrapo, e Duque de Caxias, representante imperial, para exterminar os integrantes, que poderiam formar bandos após o término da guerra e forçarem a assinatura da Paz de Ponche Verde. (REVISTA ELETRÔNICA UFRGS, 2008).

E sobre a promessa de libertação dos escravizados, de acordo com Leite (2015) a libertação dos escravos no Rio grande do Sul aconteceu de forma fictícia, pois os senhores de escravos teriam imposto uma cláusula que obrigava os escravos a trabalharem por cerca de cinco anos como forma de indenizar os proprietários de escravos pela sua “perda” financeira resultante do 13 de maio. Segundo Leite (2015), Júlio de Castilho, em publicação no jornal A Federação, em 05 de agosto de 1884, condenará tal cláusula.

A HERANÇA SOCIAL: RACISMO, POBREZA E DESIGUALDADE

Qual é a herança social que a escravidão negra deixou para o Brasil? Segundo Moura (2014), quando se fala em um sistema de classificação racial no Brasil, não se está falando propriamente de um código institucional. Segundo ele, assim como nunca existiu um Código Negro, que determinasse as relações entre o cativo e o seu proprietário, nunca existiu um sistema como o apartheid brasileiro, que definia espaços para brancos e negros. Moura (2014) destaca que esta negação da existência do negro escravo, como ator dinâmico do sistema econômico da colônia, foi proposital, quando o jurista Teixeira de Freitas se recusou a colocar essa informação quando redigiu o Código Civil do Império. Moura (2014) explica que enquanto as elites aplicavam estratégias de discriminação contra os afrodescendentes por um lado, por outro, desenvolviam aparelhos ideológicos e filosóficos de branqueamento espontâneo através da miscigenação e nos apresentava como um laboratório da confraternização racial.

Moura (2014) destaca que as táticas do racismo no Brasil possuem faces, desmentindo o mito de que o negro era considerado cidadão com os mesmos direitos e deveres dos demais. Trazido como escravo, tiram-lhe de forma definitiva a territorialidade, frustram completamente a sua personalidade, fizeram-no falar outra língua, esquecer as suas linhagens, sua família foi fragmentada e/ou dissolvida, o seu sistema de parentesco completamente impedido de ser exercido, e, com isto, fizeram-no perder, total ou parcialmente, mas de qualquer forma significativamente, a sua ancestralidade. (MOURA, 2014). O autor (2014) salienta que, após o 13 de maio, o negro liberto é colocado como igual pela lei, no entanto, essa “igualdade” mascarará as desigualdades políticas, sociais, econômicas e étnicas cotidianas, sendo ele, obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e biológica em uma sociedade racista.

O racismo no Brasil não é visível, não aparece claramente, devido as estratégias que as classes dominantes construíram. Basta analisarmos o cotidiano para vermos em que realidades o negro é inserido. Moura (2014) defende que apenas depois que tivemos a democratização real da sociedade brasileira e dos meios de produção assim como a descentralização e fragmentação das propriedades fundiárias, e o povo tiver participação ativa no processo, encontraremos a democracia racial tão falada e discutida.

De acordo com Heringer (2002), os ex-escravizados e descendentes, foram marginalizados em relação ao sistema econômico vigente, e houve estímulo do governo à imigração europeia, numa política velada de branqueamento da população nacional. Milhões de imigrantes europeus entraram no país durante as últimas décadas do século XIX e no início do século XX. Essa força de trabalho foi

contratada, tanto na agricultura, como na indústria que estava sendo implantada nas principais cidades. (HERINGER, 2002).

Conforme Pereira (2011), na grande produção agrícola do regime republicano, o negro recém liberto passou a ser classificado como mau trabalhador e perdeu seu espaço no campo, indo para as cidades em busca de trabalho em uma estrutura pouco diversificada e que não estava aberta para mão de obra desqualificada. Fernandes (1964) destaca que é nesse momento histórico que a mulher negra encontra a oportunidade de renda, nas casas de famílias burguesas, tornando-se chefe do lar, sustentando a casa, em oposição ao homem, como indivíduo preguiçoso. Fernandes (1964), destaca que devido a nova ordem econômica e a necessidade de troca de mão de obra servil por assalariada, vinculada a política de branqueamento muito difundida entre o final do Império e o início da República, praticamente tirou o negro da cena, sem garantir reparações materiais e morais. Longe de equipará-lo ao trabalhador assalariado branco, estrangeiro ou nacional, expunha-o fatalmente, de modo previsível ou insanável, ao desajustamento econômico, à regressão ocupacional e ao desequilíbrio social. (FERNANDES, 1964)

MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS

Os movimentos sociais negros surgiram após a mudança de regime pois, conforme Domingues (2008), mesmo após o decreto de abolição e, um ano depois, com a proclamação da República, a população negra não recebeu significativas garantias nem ganhos materiais que representassem sua contribuição ao país. Para combater este quadro de marginalização, ex-escravizados e descendentes libertos da nova república, se mobilizaram fundando clubes, associações e grêmios em diversas regiões do país, para lutar por direitos. Domingues (2008) destaca alguns desses movimentos., como por exemplo em São Paulo, o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundadas em 1908 e 1926, respectivamente. (DOMINGUES, 2008). O mesmo autor (2008), explica que nos anos 30, o movimento negro cresceu, com a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) em São Paulo. De acordo com Domingues (2008), a FNB foi a mais importante entidade negra do país. No Rio Grande do Sul, Santos (2016), destaca que após a década de 70, o MNB (Movimento Negro Brasileiro) ganhou muita força, devido principalmente, pelo estado ter se constituído em território de acentuada concentração de descendentes europeus, onde apenas 17% da população é negra e por este motivo, salienta o autor, são recorrentes as manifestações de cunho racistas, principalmente em estádios de futebol, o que levantou a discussão sobre o racismo no Estado, por parte da imprensa.

A IMPRENSA ABOLICIONISTA E O NEGRO NA LITERATURA

Carlos Roberto Saraiva da Costa Leite, em artigo publicado no Portal Geledés em 2015, diz que desde a fundação da Sociedade Partenon Literário, em Porto Alegre (1868), pelos abolicionistas Caldre Fião (1824 – 1876), Apolinário Porto Alegre (1844 – 1904) e Luciana Abreu (1847 – 1880) entre outros que defendiam a abolição dos escravos e o acesso à educação, a luta pela a libertação dos escravos

no Rio Grande do Sul ganhou força. Foi desta fundação que nasceu, segundo o autor, o Centro Abolicionista da Capital (1883). A partir deste momento a imprensa abolicionista ganhou força. Segundo Leite (2015), em Pelotas eram editados três jornais importantes: A voz do Escravo (1881), A Discussão (1881 -1884) e a Penna (1884).

A literatura brasileira, principalmente da segunda metade do século XIX, produziu uma grande leva de romances que tinham como temática o cotidiano das elites burguesas da época e suas vidas luxuosas. Dentro deste cenário, o cativo negro aparece carregando malas, guiando charretes, vendendo quitutes entre outras atividades já citadas em nossos estudos e que faziam parte da vida de cativo, durante o Império. Marília Conforto (2012), versa que o romantismo, no Brasil, coincide com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro e o processo de independência. A mesma autora destaca que as obras ficcionais, no início, baseavam-se no idealizado cotidiano senhorial escravista.

No Rio Grande do Sul, Raymundo (2017), destaca o escritor Luis Carlos Barbosa Lessa (1929 – 2002) como um dos poucos autores gaúchos a tratarem o negro no Rio Grande do Sul, como parte do cotidiano “gaúcho” em obras como “O neguinho do pastoreio” e “Cabos Negros”. O mesmo autor diz que tanto na narrativa do conto “Cabos Negros”, do livro Rodeio dos Ventos, quanto na poética cancional de “Negrinho do Pastoreio” está presente o sonho da liberdade, tratando o ideal como análogo ao universo da gauchesca: é o campo o lugar em que a liberdade é capaz de se concretizar.

A LEI 10639/03 E AS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

A abordagem sobre os temas que tratam de racismo, nem sempre é aceito de forma confortável. A Lei 10639, de 9 de janeiro de 2003, sancionada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, surge com o objetivo de, justamente, promover este debate, inserindo o tema no currículo escolar.

Conforme De Paula e Guimarães (2014), com objetivo de efetivar os dispositivos da nova lei, foram promovidos diversos cursos de formação continuada, com vistas à qualificação dos professores de educação básica, preparando-os para os desafios propostos nela. Segundo os autores, até 2002, não havia uma significância no que tange, o debate em sala de aula, sobre as questões raciais. Era um tema marginal, tratado de forma genérica e que não dava a devida importância às relações étnico-raciais em nossa sociedade. De Paula e Guimarães (2014), destacam que a partir da nova lei, tal situação mudou de forma significativa, mesmo que em um ritmo lento frente às demandas emergentes.

Cordova (2010), ressalta que a lei 10639/03 torna-se importante uma vez que a sociedade brasileira começou a reconhecer o papel do povo africano no processo de construção econômica, política e sociocultural do Brasil. Além de ser uma pauta de alguns políticos ligados a causa é também, o resultado de mais de cem anos de luta dos movimentos negros brasileiros. Em março de 2003, o governo Federal criou a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O objetivo dessas ações é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e rumar para uma sociedade democrática, justa e igualitária, revendo os desumanos séculos de preconceitos, discriminação a que foram submetidos os afro-brasileiros. (CORDOVA, 2010).

Dentre as lutas do movimento negro para seu reconhecimento perante a sociedade, uma das que mais têm gerado discussões e debates, tanto nas esferas jurídicas quanto na sociedade, é a Lei 12711/12 que estabelece a política de cotas

nas universidades. Sancionada em agosto de 2012, a lei garante 50% das vagas em universidades e institutos federais de educação, para alunos autodeclarados negros, oriundos da escola pública. MEC (2012).

Conforme Cordova (2010) o sistema de cotas para afrodescendentes nas universidades justificasse diante da constatação de que a universidade brasileira, ao longo da história no Brasil, foi um espaço de formação profissional de maioria esmagadoramente branca, valorizando assim apenas um segmento étnico, onde a condição racial constituiu um fator de privilégios para brancos e de exclusão e desvantagens para os não brancos. (CORDOVA, 2010). A autora saliente ainda, alguns dos impactos sociais que as políticas de ações afirmativas representam, como instauração de um mecanismo reparador, à população negra brasileira, no espaço acadêmico; combater o racismo ativamente; acompanhamento das políticas de inclusão nas universidades; trabalhar a diversidade, entre outras.

MATERIAIS E METODOS

Esse trabalho foi desenvolvido utilizando o método qualitativo que, segundo Goldenberg (1997) baseia-se no aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc. A autora destaca que esta perspectiva, na qual o objeto das ciências sociais deve ser estudado tal qual o das ciências físicas, a pesquisa é uma atividade neutra e objetiva, que busca descobrir regularidades ou leis, em que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Partindo deste pressuposto, primeiramente, foi desenvolvido uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos para melhor aprofundamento do tema e para fundamentar teoricamente este trabalho. Em seguida, foram realizadas duas entrevistas não estruturadas com especialistas no tema, para obtenção de maiores informações sobre o material a ser estudado, com vistas a dar mais subsídios à pesquisa.

Dividi este trabalho em sete tópicos. Cada tópico aborda uma fase do escravismo. Para melhor contextualizar, procurei estabelecer uma linha do tempo imaginária, onde fosse possível compreender o sistema escravista no cenário do Brasil colonial e império, para que o leitor consiga entender o escravismo no Rio Grande do Sul.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro tópico “os escravos no Rio Grande do Sul” buscamos alinhar o trabalho com foco na vinda das primeiras levas de escravos para o Rio Grande do Sul, pelos estudos de Junior (1997). Moura (2014), nos mostra que cerca de 28 mil africanos escravizados vieram para a região, ainda na primeira metade do século XVIII.

Com Assumpção (2013), Maestri (2006) e Junior (1997) destacamos as charqueadas gaúchas em “O escravo as charqueadas” como centro de exploração servil entre o final do século XVIII e início do século XIX. Percebemos com eles, o papel econômico das charqueadas como responsáveis pelo desenvolvimento das primeiras cidades gaúchas, destacando Pelotas, como centro urbano da província.

Em “O cativo urbano”, consideramos apresentar o cenário do escravo nas cidades e seu envolvimento nas atividades da província, como agente de múltiplas atividades produtivas e não produtivas, com Assumpção (2013). Com o mesmo autor, foi possível entender o escravizado como responsável pela construção os

prédios, casa, como escravo doméstico, ambulante que prestava serviços aos seus senhores, comparado aos escravos de ganho do sudeste brasileiro.

Em “Quilombos no Rio Grande do Sul: símbolo de resistência” procurou-se apresentar a organização dos negros, através dos quilombos. Foi feita uma breve passagem pela história dos quilombos e o seu surgimento no Brasil e foram destacados alguns quilombos gaúchos, conforme as fontes de Clóvis Moura (1992). Maestri (2006), nos orientou sobre como acontecia essa fuga e com isso, nos deu vistas sobre como estes quilombos eram estruturados e a diversidade social, existente neles. Maestri (2006), nos deu vista sobre a divisão do trabalho nesses quilombos e a diversidade étnica e social.

“Guerra dos farrapos e os lanceiros negros” buscou abordar o conflito entre os estancieiros e produtores de charque contra o império e o uso da promessa de liberdade, para ingresso de cativos no serviço militar da província, indagando o ataque de Porongos e o massacre dos Lanceiros Negros, sob os olhos de Bernd e Bakos (1998), Moura (1992) e Maestri (2006). Os autores destacam os conflitos ideológicos dos líderes da guerra com a questão abolicionista e salientam as evidências sobre uma traição da república riograndense com os Lanceiros Negros.

“A herança social: racismo, pobreza e desigualdade”, procurou apresentar o negro liberto, dentro de uma sociedade secularmente escravista, com a falta de políticas de reparação, com Domingues (2008). O autor busca apresentar um cenário onde a desigualdade de intensifica, principalmente com as políticas de branqueamento, que conforme o autor, incentivaram a entrada de imigrantes europeus, deixando a mão de obra afrodescendente de fora do processo de desenvolvimento social, após o 13 de maio.

Em “movimentos negros”, Fernandes (1964), nos apresenta o nascimento de sólidos movimentos, como o FNB, de grande representatividade no início do século XX. O autor destaca algumas conquistas que estes movimentos tiveram no início do século XX, principalmente.

Através de “a imprensa abolicionista e o negro na literatura” trouxemos a luz, alguns jornais abolicionistas que sustentaram a luta pela libertação e obras, como o Negrinho do pastoreio, que tiveram importante papel de diálogo com a história de libertação dos escravos.

Em “A lei 10639/03 e as políticas ações afirmativas” procuramos, através de De Paula e Guimarães (2014), e Cordova (2010), apresentar os avanços promovidos no início do século XXI, com a referida lei, além de comentar a política de cotas como ação afirmativa que busca reparar o dano causado pela história negra no Brasil, tanto no âmbito acadêmico quanto no social. A autora justifica o sistema de cotas para afrodescendentes nas universidades, por compreender que a universidade brasileira, foi um espaço de formação de maioria esmagadoramente branca. Cordova (2010), destaca ainda, alguns impactos sociais que essas políticas tiveram na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas feitas para este trabalho, buscaram remontar a história da escravização no Rio Grande do Sul, com a perspectiva de refletirmos sobre as consequências que este processo produziu no Brasil.

Buscamos contextualizar a história do sistema escravista no Rio Grande do Sul com o sistema colonial e deixar claro que aqui houve um sistema escravista forte e rentável. Se antes do charque, a região era apenas um território em disputa entre portugueses e espanhóis, com pouca presença de escravos, onde Clóvis Moura (2014), evidencia que mesmo assim, a região teria recebido cerca de 28 mil cativos

ainda na primeira metade do século XVIII, depois do charque, entra para o mapa econômico e político com este produto, conforme Junior (1997), e o escravismo se intensifica, comparando-se as demais províncias brasileiras.

A compreensão sobre essa mudança na fisionomia da província de São Pedro nos leva a perceber que tivemos um processo escravista na região extremo sul do Brasil, igualmente cruel e também evidencia que, ao contrário do discurso xenófobo de que o RS sempre sustentou o Nordeste, essa província só passou a compor o mapa econômico brasileiro, após a vinda do charqueador lusitano José Pinto Martins, da região nordeste para o sul. Também é importante perceber as consequências malignas que o processo escravista promoveu.

O racismo, para além de um fenômeno da segregação a que os cativos estavam submetidos, foi um projeto que foi inserido nos mecanismos do sistema de governo colonial, através dos aparelhos punitivos e, que após a abolição e proclamação da república, permaneceram e estão em funcionamento até hoje. Por outro lado, foi deixado também, uma herança de lutas e resistência dos movimentos negros que estão presentes na arte, cultura, música, literatura, ciência na política e que ganhou mais importância com a Lei 10639/03 e que torna obrigatório o ensino da história e cultura afrodescendente e indígena no ensino básico e a lei de cotas, que estabelece políticas que visam equilibrar a vagas em universidades e serviços públicos em relação a quantidade expressiva de negros e indígenas, apesar da resistência das camadas brancas da sociedade.

Combater as desigualdades históricas passa pela reflexão e o entendimento do nosso papel como sujeito que participa da história e constrói a memória. Espero que essas páginas ajudem nesse caminho de reflexão, enquanto sigo aprofundando este estudo, pois nunca é o fim. Há muitas narrativas ainda, que precisamos desconstruir sobre o negro na historiografia brasileira. É um desafio do historiador contemporâneo, a busca pelas verdades não ditas, solapadas pelas estruturas de poder que produzem sempre, narrativas onde sua barbárie e colocada como virtude e justificada a partir de aparelhos ideológicos que escondem seus verdadeiros interesses.

REFERÊNCIAS

- BERND, Zilá.; BAKOS MARGARET M. **O Negro: consciência e Trabalho**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- CONFORTO, Marília. **Escravo de Papel: o cotidiano da escravidão na literatura do século XIX**. Caxias do Sul. EDUCS, 2012.
- CORDOVA, Tânia. **História da África**. Indaial. Grupo UNIASSELVI, 2010.
- EUZÉBIO ASSUMPÇÃO, Jorge. **Pelotas: Escravidão e Charqueadas: 1780 à 1888**. Porto Alegre: FCM Editora, 2013.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. Editora Record, 2004.
- MAESTRI, Mário. **O Escravo no Rio Grande do Sul: Trabalho, Resistência e Sociedade**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.
- MAESTRI, Mário. **O Sobrado e o Cativo: A arquitetura urbana no Brasil: O caso gaúcho**. Passo Fundo: Editora Universitária, 2001.
- MAESTRI, Mário. **A Servidão Negra**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.
- MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

REGINA PEREIRA, L.; CARLOS AMARO, L.; MAESTRI, M.; NASH, P. **Negra Histórias no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2002.
RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro, A formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Editora Global Editora, 2015.

SITES PESQUISADOS

DA COSTA LEITE, R. S. **A presença do Negro na Imprensa Gaúcha: do Império à República**. 2015. {online}. Disponível na internet em <https://www.geledes.org.br/a-presenca-do-negro-na-imprensa-gaucha-do-imperio-a-republica/> Acesso em: 20 de agosto de 2018.

DE FIGUEREDO, Candido. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**.1913 {online}. Disponível na internet em: <http://dicionario-aberto.net/dict.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2018.

DE PAULA, BENJAMIN; GUIMARÃES, SELVA. **10 anos da lei federal nº10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas**. 2014.{online}. Disponível na internet em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n2/v40n2a09.pdf>. Acesso em: 19 de agosto de 2018.

DE ALENCASTRO VIGNOL, V. L. **Viajantes do século XIX: uma escrita da história da escravidão no Rio Grande do Sul**. 2003. {online}. Disponível na internet em <http://www.fapa.com.br/monographia> Acesso em: 18 de maio de 2017

DOMINGUES, PETRÔNIO. **Programa de Pós-Graduação em História – UFES: Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos**. 2008. {online}. Disponível na internet em: <file:///P:/2485-3905-1-PB.pdf>. Acesso em: 19 de agosto de 2018.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro à Sociedade de Classes**. São Paulo, FFLCH-USP, 64. {online}. Disponível na internet em <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/florestan-fernandes-a-integrac3a7c3a3o-do-negro-na-sociedade-de-classes-vol-i-o-legado-da-rac3a7a-branca.pdf>. Acesso em: 18 de março de 2018.

FERREIRA NOGUERÓLL, L. P.; MIGÓWISKI,V.; GIACOMOLLI, E.; SMITH DIAS, M.; ROGRIGUES, D.; SILVEIRA PINTO, M. **Elementos da Escravidão no Rio Grande do Sul: A Lida com o Gado e o “Seguro” Contra a Fuga a Fronteira com o Uruguai**. {online} <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A025.pdf>. Acesso em: 23 de mai. 2017.

JUSTINO, G. **REVISTA ELETRÔNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL** 2008. {online}. Disponível na internet em <http://www.ufrgs.br/ensinodareportagem/cidades/lanceirosnegros.html>. Acesso em: 27 de, Agosto de 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Trabalho Livre e ordem Burguesa: Rio Grande do Sul – 1870-1900**. 1989. {online}. Disponível na internet em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18598> Acesso em: 19 de maio de 2017.

SILVA, Ricardo Duarte. **Características do Escravismo Colonial Brasileiro e do Trabalho Forçado Atual: análise descritiva e comparativa das características de cada regime de trabalho**. 2015. {online}. Disponível na internet em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/1939/83342> Acesso em: 14 de agosto de 2017.

UM OLHAR PARA A HISTÓRIA DO ARMAZÉM DE CULTURA DE SERRANÓPOLIS: PERSPECTIVAS CULTURAIS.

Delídio Pereira Nery¹³⁸

RESUMO: Localizado no município de Serranópolis, Estado de Goiás, o Armazém de Cultura é um abrigo de artes, artesanatos, museu, auditório, oficinas e muita história do que já passou e ainda passa pelo rico município goiano, com fósseis descobertos e datados de onze mil ano, segundo estudos arqueológicos. Um velho barracão construído na década de 70, com a finalidade de ser um secador e depósito de grãos, haja vistas que o município era grande produtor de arroz. Abandonado por mais de três décadas, foi observado pelos olhares visionários da então gestora de cultura em 2010, ocasião em que o mesmo foi transformado em um grande e rico local de artes e cultura. Construído com toda rusticidade; o Armazém de Cultura é todo de tijolinho batido, com massa de barro no estilo saibro e cobertura de telha francesa de barro. Seu madeiramento parece uma obra de artes, daqueles “engenheiros” da época, que formação mesmo, era a do dia a dia na lida da experiência braçal. Quatro repartições, faz com que o local se divide em: Museu de História Natural do Município, Loja de Artesanato e Administração Cultural e Turística, Oficina de Artesanato e Artes e Auditório com centenas de poltronas de um antigo cinema.

Palavras-chave: Armazém, Cultura, Artesanato, História, Serranópolis.

INTRODUÇÃO

A cidade de Serranópolis, situado na área sudoeste do estado de Goiás, Brasil, é condutor de um enorme número de esconderijos rochosos com grafismos rupestres, dispersos no decurso da bacia do rio Verde, afluente do rio Paranaíba, um dos criadores do rio Paraná. Este abundante acervo rupestre, que inclui gravações e desenhos, faz parte de um amplo contexto de ocupações humanas pré-coloniais no meio do Brasil, em regiões de ocorrência de cerrado.

Segundo dados oficiais do IBGE (2020), o conteúdo histórico do local, onde temos hoje a cidade e município de Serranópolis, iniciou se, na década de 1880 a 1890, onde fazendeiros vindos do município de Ituiutaba, Minas Gerais, atraídos pela ótima qualidade das terras para a cultura do café, a essencial riqueza agrícola da área, da mesma maneira que pelas boas pastagens para a criação de gado. Dando assim, o início do povoado, com Agostinho Cristino de Oliveira doou uma gleba de terras para a formação do patrimônio à Igreja Católica. Outros chegaram, vários nomes tiveram antes do oficial, Serranópolis; Serra do Café, Serra do Cafezal e Nuputira. Eliziário Cristino de Oliveira, neto do doador das terras, resolve lotear vários terrenos para construção oficial da cidade e da lá para cá, temos a simpática Serranópolis, que foi fundada oficialmente em 14 de novembro de 1958, pela Lei Estadual n.º 2.116. Hoje com população em mais de 8.642 habitantes.

Em todo esse período de povoação, várias culturas iam apresentando, com seus ritos, tradições e identidades culturais do que chegaram na região desde 1880. Mineiros, Baianos e de outros cantos. Enfim, isso e muito mais, tem sua retratação histórica cultural nas dependências do Armazém de Cultura de Serranópolis, desde histórias narradas, imagens, utensílios e outros tantos de acervo que retrata,

¹³⁸ Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Leonardo da Vinci. Pós-graduado em História e Cultura do Brasil. Educação Especial e Inclusiva. Gestão Escolar. Graduado em História e Geografia pela Universidade Católica Claretiano. Professor do Estado de Goiás.

resguarda e garante a preservação e amostra para as futuras gerações. Logo, o “Armazém de Cultura” já tem se tornado um espaço referencial para toda comunidade serranopolina e regional, no sentido de exercer importante papel no fortalecimento da memória e da identidade cultura de um povo.

(...) entendendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas (CASTELLS, 2000, p.22).

METODOLOGIA

A construção do presente artigo, se deu através de vivências juntos ao Armazém de Cultura, relatos de pessoas que convivem no local cultural e pesquisa diante de obras, escritos e acontecimentos ao logo dos anos no complexo cultural que diga se de passagem, é de grande importância para o município de Serranópolis e seus participantes. O estudo de campo como já referenciado, foi realizado dentro do próprio Armazém e seus pares rotineiros em suas ações. Outrossim, os dados, referências e pesquisas bibliográficas foram realizadas, a partir de obras, reportagens e outras tantas inscrições sobre a antiga máquina de arroz que se tornou um grande, memorável e rico espaço da cultura e turismo do município goiano. Assim sendo, buscou se, o desenvolvimento investigativo e ao mesmo tempo, demonstrativo dos valores encontrados junto ao espaço cultura para toda uma comunidade assim referenciada por suas potencialidades, identidade cultural e história do passado, presente e posteridades a seguirem. Ademais, o presente artigo mostra além dos valores ali encontrados, algumas ações e dinâmicas atrativas para chamar a atenção de grande parte da população local, a participarem se suas ações, desfazendo assim, a grande problemática da grande falta de participação popular no esmero local, por falta de conhecimentos, incentivos e outras ações a mais.

1. UM OLHAR PARA A HISTÓRIA DO ARMAZÉM DE CULTURA DE SERRANÓPOLIS: PERSPEQUITIVAS CULTURAIS.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA:

O “Armazém de Cultura” tem sua história peculiar as construções da década de 70, ambas para fins comerciais no município de Serranópolis, Estado de Goiás, distância, 380 km de Goiânia, a capital do Estado. Serranópolis, foi fundada em 1958, e tem como um dos principais fundadores, Eliziário Cristino de Oliveira, que bem antes, junto com familiares chegou no denominado local, que passou por alguns nomes, até chegar no atual. “Patrimônio, Nuputira, Serra do Café, Serra do Cafezal e Serranópolis”.

Em 1972, o mineiro Orivaldo Jacinto de Almeida (Nenê da máquina), chegou em Serranópolis e por vez, vendo o potencial produtor de arroz do município, resolveu construir, junto com o Manoel Caetano o primeiro armazém de arroz no município. Conta alguns relatos destacados nas paredes do referido Armazém de Cultura e Museu Serra do Cafezal, que os terrenos foram ganhados do então prefeito municipal da época, João Goulart, local onde era um campinho de futebol da cidade na época, os chamados terrões batidos. Depois de construído o grande

armazém de tijolinho e chão batido, Nenê da Máquina vai à cidade de Doverlândia e adquirir uma máquina de arroz, diga se de passagem, parte dessa máquina, existe no armazém e museu até os dias hoje, como peça histórica e exposta para todos verem. Após anos, o espaço foi vendido para Mateus Gonçalves, conhecido como Mateusinho, jataiense, que tinha fazenda no município, e decidiu mudar-se para a cidade e adquirir um armazém de grãos para benefícios e comércios em geral. Durante dezenas de anos o armazém de grãos funcionou normalmente, até que por fins particulares o mesmo foi fechado e abandonado por mais de 30 anos.

A administração pública municipal e a historiadora e secretária de cultura e turismo da época, Neila Carvalho decidiram no ano de 2009 a revitalizar o prédio abandonado e criar ali o Museu Serra do Cafezal, um espaço dedicado a cultura e turismo do município, com mostra de moveis antigos, história da fundação do município e suas riquezas sociocultural e educativa, além de outros espaços que muito enriquece a cultura e arte de um povo, que tem lindas histórias e muita tradição. Vinculado à Secretaria de Cultura e Turismo, o “Armazém de Cultura” é apontado pelo SEBRAE como referência de empreendedorismo cultural e turístico. Esse grande local cultural, foi inaugurado em 12 de novembro de 2009 e hoje é utilizado pela comunidade como espaço de integração e entretenimento ocupacional de cultura e artes com um todo.

Segundo Marteleto (1994), a cultura é produzida pelos agentes e instituições sociais em constante interação baseada na produção, difusão, recepção e apropriação de bens simbólicos. Este processo se dá atualmente através do compartilhamento de informações. Assim sendo, o espaço “Armazém de Cultura”, é sem dúvida um divulgador de informações históricas culturais, construída por agentes que outrora, nem sonhava que um dia seria um canal de informação e ou interação para gerações atuais e futuras.

Dentro do espaço supracitado “Armazém de Cultura”, funciona várias ações socioeducativas, como exposições, artesanatos e um auditório para apresentações culturais em geral. O “Armazém de Cultura” fica na Avenida Eliziário no Setor Rodoviário de Serranópolis. O Museu Serra do Cafezal, é um dos principais espaços do local. Sobre o nome do museu, diga se de passagem, é o antigo nome do município. Anteriormente o museu ocupava as dependências do CAT - Centro de Atendimento ao Turista.

Coelho (1986) destaca que, um centro de cultura e ou espaço cultural como o “Armazém de Cultura”, é sem dúvida alguma, permitir a liberdade do alto conhecimento e de discuti-lo como um todo e para todos, democraticamente. O acesso à informação, junto à amplificação da informação através da discussão e da análise, o registro junto a preservação da informação, e concomitantemente as várias construções de informações produzidas encontram-se entre as bastantes ações que têm de ser feitas no interno de uma casa de cultura. Portanto, cultura e informação, no mundo moderno, são duas faces de uma mesma moeda. Veja, que o objetivo do “Armazém de Cultura” é nada mais ou nada menos do que essa interação e provocação como um todo.

Os serranopolinos tem no Armazém de Cultura, um espaço de lembranças e presente. Como relatou o Senhor Osorinho:

“Quando venho no armazém de Cultura, sinto uma emoção muito grande. É aqui que relembro bons momentos do passado, os filmes do Imbilino, os bailes da terceira idade e as festas da cultura”. (MORAES, O. R. Depoimento [2021]. Entrevista concedida a Delidio Nery).

Objetivo Geral:

O objetivo do prédio hora citado nesse artigo/portfólio é sem dúvidas ao ser construído pelo senhor Nenê da Máquina e adquirido pelo já falecido Senhor Mateus Gonçalves, fazendeiro, empresário e de classe alta economicamente, a comercialização e beneficiamento de arroz e outros grãos. Logo após o abandono do mesmo e a visualização em 2009 da historiadora Neila Carvalho e da administração do então Prefeito Sidinei Pinheiro, com intencionalidade segundo a própria historiadora, dar valores a cultura do município, passando assim, não somente para os próprios munícipes, quanto para todos os visitantes que pelo museu passem de conhecer mais um pouco da história do município desde sua fundação até os dias de hoje.

Aspectos Materiais:

O “Armazém de Cultura”, que abriga o Museu Serra do Cafezal, foi construído na década de 70, época que tudo era muito diferente com relação a modernidade atual, digo no sentido da própria história de construção do mesmo. Todo construído de tijolinho de barro amassado, com massa de saibro, um estilo de areia misturada com barro, que por final dava se uma liga e firmeza enorme e durabilidade, prova disso são os mesmos estarem intactos até os dias de hoje, com mais de 50 anos, totalmente firme e original.

O piso do mesmo é chão batido com um tipo de cimento da época. As portas foram trocadas devido a decomposição das antigas, e as janelas, matem se as originais da década de 70 ao serem construídas. A cobertura é total de telha de barro com madeiramento rustico e as vistas de todos, como pode ser visto no local; mantem se originais até hoje. É uma construção grande e espaçosa, com frente e fundo em cerca de 50 metros, com laterais de 20 metros e altura com cerca de 6 metros.

O museu tem ainda em suas dependências a antiga máquina de arroz como peça original (foto abaixo), doada pela família do Sr. Mateus para o museu.

O espaço é dividido em quatro partes com já citado na apresentação. Quando foi restaurado em 2009 pelo município, foi construído alguns sanitários fora do prédio e um pequeno fechamento dentro do próprio museu, local que sedia a Secretaria de Cultura e Turismo e administrativo do armazém, museu e loja de artesanato.

Descrição:

Como descrição do “Armazém de Cultura” e Museu Serra do Cafezal, inclui-se os já citados nas questões acima, destacando a originalidade da maioria do prédio. Antes uma construção nos anos 70 para fins comercial e desde 2009 transformado no museu e espaços socioculturais e educativo.

Destaca se que logo após ser abandonado por mais de 30 anos, o mesmo tinha se tornado um problema, devido ao abandono, sujeira da grande área que o mesmo faz parte, acumulo de lixo e mato e grande vivencia de animais como ratos, morcegos e má visualização naquela parte da cidade. Hoje organizado, revitalizado e contando parte da história do município. Sem dúvida alguma, o local tem como lema principal e aspectos, a socialização homem e cultura, passado e presente de uma sociedade.

Aspectos históricos conhecendo o espaço cultural.

Todos os aspectos históricos possíveis podem ser conhecidos com a criação do Museu Serra do Cafezal neste local supracitado, descrevendo uma antiga empresa de grãos construída, abandonada e revitalizada para propor a formação histórica natural do município para as antigas, atuais e futuras gerações que ainda virá e conhecerá o que se passou há décadas e décadas de anos.

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1973, p 34).

Quatro galpões formam o complexo cultural Armazém de Cultura: – Museu Serra do Cafezal – espaço onde o museu apresenta seu acervo e história natural do município de Serranópolis: peças arqueológicas, história natural, pioneiros da cidade, animais do cerrado, galeria dos prefeitos, galeria dos secretários de cultura e parte da antiga máquina de arroz. – Loja de Artesanato e Secretaria de Cultura e Turismo – espaço para a comercialização de produtos artesanais confeccionados pelos moradores da cidade, espaço administrativo da cultura e turismo municipal e sala de exposições temporárias e oficinas de violão, viola e outros. – Oficina de Artesanatos e outros – espaço para o desenvolvimento de diversas oficinas de arte e artesanato entre as quais: artesanato com capim do brejo, pintura em tela, bordado, crochê, culinária, danças, teatros, contação de histórias, etc. – Auditório Elizário – espaço para a realização de diversas manifestações artísticas culturais, palestras, teatro, música e também para os diversos segmentos da sociedade, como; posse do prefeito e vereadores e até casamentos, já aconteceu no espaço.

Um local com cerca de 240 lugares em poltronas de um antigo cinema da vizinha cidade de Jataí, espaço rústico, com luminárias moldadas com artesanato e um palco feito de madeira para apresentações diversas para toda a comunidade, como; o cinema da quinta cultural e apresentações musical raiz aos domingos pela manhã. Um local que demonstra a importância da cultura local, que envolve a tradição e história de um povo.

De acordo com Turner (p.46) “cultura é um sistema de símbolos que uma população cria e usa para organizar-se, facilitar a interação e para regular o pensamento”. Assim sendo, os valores culturais juntos e apresentados no Armazém de Cultura do município, demonstra um estilo vivido e em que se vive atualmente, mantendo assim, uma tradição, em especial, a ser demonstrada às novas gerações, com a finalidade de mais conhecimentos sobre sua gente serranopolina. Veja, que a cultura de um povo, contribui sem dúvidas, no processo de formação de uma identidade em processos diversos de representações.

“Temos em nosso espaço cultural, grandes obras, desde as construídas há décadas, até nossos trabalhos artesanais, exposição geológica, histórica e tantas mostras a mais para visita, gosto e entendimentos de cada um”. Relatos de Teofilho, diretor do Museu Serra do Cafezal. (FREITAS, T. N. Depoimento [2021]. Entrevista concedida a Delidio Nery). Como coloca Cardoso (1994), “território da cultura representada, vivenciada, experimentada, saboreada: centros de cultura”.

As imagens a seguir mostram como o tempo passa, e se não for cuidado e preservado, pode perder-se muito no contexto histórico de um povo. Fotos arquivos do Armazém, Museu e Município. Imagens do Armazém de Cultura, antes e depois de revitalizado com parte de seu acervo. Lugar de história, cultura e educação.



Figura 1 - Imagens arquivo do Armazém de Cultura – Secretaria de Cultura e Turismo de Serranópolis.

Alunos da rede municipal, estadual e universitários locais e da região, participam todos os anos da Semana Nacional de Museus, um período para se repensar a cultura, história, passado e presente e novos ares. Sempre com uma temática nova e inovadora, o evento tem mesa redonda, debates, visitas moderadas ao Museu Serra do Cafezal, aula campo em sítios arqueológicos do município e muita interação entre participantes, organizadores e curadores. Existe ainda, a Primavera dos Museus que é evento marcante anualmente no mês de setembro no rústico e atrativo Armazém de Cultura.



Figura 2 - Alunos em eventos no Armazém de Cultura. Arquivo: Sector.

Candau afirma que:

A escola é, sem dúvida, uma instituição cultural. Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois polos independentes, mas sim como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados. (CANDAU, 2003, p.160)

A educação é parte primordial dentro e nas ações do Armazém de Cultura, tanto que seu maior público, seja nas dependências do mesmo ou no próprio Museu Serra do Cafezal, são de alunos do município e de dezenas ou centenas de municípios do Estado de Goiás e diversos outros Estados. Nisso, sabemos da grande riqueza cultural, turística, arqueológica, geológica e da história natural que se tem junto a esse complexo cultural que muitos lugares gostariam de ter e não os tem. Contudo, a história e cultura de um povo, deve ser materializada e guardada, seja ela com ricos acervos ou não. Visite o Armazém de Cultura de Serranópolis e seus departamentos culturais. “Um povo que não cultura, não tem história, ou um povo que não tem história, não tem cultura”. (NERY, 2021).

O Armazém tem valor histórico significativo, pois foi construído na década de 70, para servir de Armazém de grãos, hoje se transformou em potencial de transformação urbana, social, cultural e turística, além de ser referência em empreendedorismo cultural pela sua originalidade. (SERRANÓPOLISBLOG, 2014).



Figura 3 - Oficinas artesanais e eventos culturais são rotineiros no Armazém Cultural. Arquivo: Sector.

Na imagem acima, o prefeito municipal Tárccio Dutra e o Secretário de Cultura e Turismo Delídio Nery, acompanhando ações de oficinas de artesanato com a professora Márcia do Senar Goiás. Local rico em eventos culturais com a participação de toda comunidade serranopolina.

Abaixo, visita de alunos de outros municípios do Estado de Goiás no Museu Serra do Cafezal. Local rico nos contos da história natural do município, além da arqueologia e exposição do fóssil encontrado no município, datado em mais de 11 mil anos.



Figura 4 - Alunos de outros municípios visitam o museu que abriga no Armazém. Arquivo: Sectar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A antiga máquina de arroz como era conhecida, é hoje um lugar que representa um grande, se não, o principal espaço cultural do município, diga se de passagem, O “Armazém de Cultura, unido ao “Museu Serra do Cafezal”, quem tem em seus acervos, histórias desde o início do município até os dias mais atuais. Ainda, com o destaque de várias outras ações e situações culturais que são de encher os olhos de todos.

A reorganização deste Museu foi acompanhada por uma museóloga do IBRAM, Girlene Chagas Bulhões, esta é uma das organizações do Armazém de Cultura e foi reinaugurado nesse complexo cultural. Antecedentemente o museu situava-se nas dependências do CAT (Centro de Atendimento ao viajante) e hoje, tem um espaço que verifica a adequação da expografia de todo o seu recurso, que é formado por peças que simbolize elementos naturais, pré-históricos, históricos e culturais da região. (ACOTES, 2010).

Contudo, conclui-se, que ter um “Armazém de Cultura”, como espaço cultural em um município, é algo mais que agregador junto a cultura de um povo que jamais será apagada, em especial, junto as suas ações, cultura, museu, história e muita abertura de cunho chamativo a participação ativa de toda comunidade junto aos acontecimentos no supracitado “Armazém de Cultura de Serranópolis.

REFERÊNCIAS

- ACOTES. **Museu Serra do Cafezal**. Serranópolis, 2010. Disponível em: < <https://bit.ly/3giJQAD> >. Acesso em: 28 de mar. 2021.

- CANDAU, Vera Maria Ferrão - **Educação escola e Cultura (s): construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação, 2003. P, 160,
- CARDOSO e NOGUEIRA, Maria Cecília D. **Projeto de implementação do Centro de Cultura de Belo Horizonte**. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, BH, v.23, n2. p.203-216, jul/dez. 1994
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura).
- COELHO, Teixeira. **Usos da cultura: políticas de ação cultural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 124p.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973, p, 34.
- FREITAS, Teofilho Nunes. Direto do Museu Serra do Cafezal – Armazém de Cultura. **Depoimento [2021]**. Serranópolis. Entrevista concedida a Delidio P. Nery.
- IBGE. **Serranópolis: História e Formação Administrativa**. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/serranopolis/historico>>. Acesso em: 28 mar. 2021.
- MARTELETO, Regina. **Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais**. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, BH, v.32, n2. P. 115-137, jul/dez. 1994.
- MORAES, Osório Rodrigues de. **Depoimento [2021]**. Serranópolis. Entrevista concedida a Delidio P. Nery.
- NERY, Delido Pereira. **Um olhar para a história do Armazém de Cultura de Serranópolis**. Mar, 2021.
- PELC, Vida Saudável Jataí. **Passeio: Serranópolis**. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3ai8pdk>>. Acesso em: 17 de abr. 2021.
- SERRANÓPOLISBLOG. **Culturismo: Armazém de Cultura**. 2014. Disponível em: <<https://serranopolisblog.wordpress.com/>>. Acesso em: 28 de mar. 2021.
- TURNER, Jonathan H. **Sociologia Conceitos e Aplicações**. São Paulo: Ed Markon. 2000, p.46.

UM ENSAIO SOBRE OS PRESSUPOSTOS DA REFORMA PROTESTANTE

Denis Andre Bez Bueno¹³⁹

RESUMO: O presente artigo científico tem como tema principal a Reforma Protestante do século XVI, e o problema que o delimita é o seguinte: de que modo se relacionam os pressupostos políticos, sociais, culturais e religiosos que culminaram na ocorrência da Reforma Protestante? A partir de metodologia hipotético-dedutiva, o objetivo do artigo é responder ao problema de pesquisa supramencionado percorrendo os seguintes estágios: analisar as premissas correspondentes ao final da Idade Média; compreender o contexto político, social e religioso do movimento; assimilar os pressupostos doutrinários referentes à Reforma.

Palavras-chave: Reforma Protestante. Pressupostos. Lutero.

INTRODUÇÃO

Comumente identificada como o processo que culminou na ruptura da hegemonia da Igreja Católica no Ocidente europeu a partir do século XVI, a Reforma Protestante emerge como um tema que ainda desperta a curiosidade e o empenho de historiadores na atualidade, ainda que nem sempre tenha recebido o tratamento e a abordagem adequados à sua complexidade.

A temática abordada se justifica pelo fato de consistir num assunto recorrente e atual nas reflexões dos historiadores, além de ser pertinente recordar que por vezes é tratada como algo de cunho estritamente religioso, ignorando-se os elementos políticos, sociais e culturais mais amplos que subsomem sua formulação. Ademais, suas ressonâncias são explicitamente presentes no mundo atual, uma vez que reivindicações comuns ao seu contexto ainda são feitas atualmente, em termos do que Walter Altmann, doutorado pela Universidade de Hamburgo, Alemanha, em entrevista à *Revista do Instituto Humanitas Unisinos* intitulada *500 anos depois, uma nova reforma visando ao diálogo inter-religioso*, declarou: “Salvação, seres humanos, criação – uma abrangência ampla para atualização do âmago teológico da Reforma” (ALTMANN, 2017, p. 9-10).

O movimento supracitado se desvela, portanto, como complexo e multifacetado por uma série de razões. Primeiramente, pelo contexto no qual ele se configura, a saber, o continente europeu no advento da modernidade, marcado por intensas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais. Ulteriormente, pelos seus desdobramentos e expressões, que evidenciam sua abrangência, pluralidade e peculiaridade.

Nesse sentido, compreende-se a afirmação de Monteiro (2007, p. 131) sobre a diversidade de interpretações acerca deste fenômeno histórico, a saber, enquanto para alguns – os estudiosos laicos – a Reforma era vista como fundação do caminho para a liberdade, para outros – os católicos defensores da infalibilidade papal – ela consistiu em um equívoco que desestabilizou princípios de ordem social, de autoridade e de disciplina próprios da cristandade medieval, em termos do que pode-se constatar:

Com efeito, o tema das Reformas Religiosas pertinente ao início da Época Moderna possui implicações que ultrapassam as mudanças institucionais

¹³⁹ Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, graduado em Filosofia pela mesma universidade, graduado em Letras e em História pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER).

eclesiásticas no século XVI, relacionando-se também a aspectos culturais, econômicos e de poder vividos na Europa. A historiografia nem sempre foi atenta a esses desdobramentos e relações [...] (MONTEIRO, 2007, p. 132).

Sendo assim, é pertinente lançar um olhar histórico sobre os pressupostos correspondentes a esse movimento, no intuito de compreender sua configuração no contexto supracitado e, ao mesmo tempo, assimilar as condições de possibilidade do impacto, abrangência e pluralidade inerentes a ele.

AS PREMISSAS CORRESPONDENTES AO FINAL DA IDADE MÉDIA

Em primeira instância, é oportuno ressaltar a situação em que a Igreja se encontrava nos séculos que antecederam a Reforma Protestante, isto é, quando ela não era caracterizada por um isolamento da realidade, mas estava inserida em um ambiente social e político abrangente com o qual possuía vínculos significativos, posto que:

[Na Idade Média] a política, a economia, as artes e a filosofia eram de competência direta da igreja. O papado era, ao mesmo tempo, uma potência religiosa e política. Grande parte da vida econômica estava organizada ao redor das igrejas paroquiais e dominada por elas. As artes eram, por definição, religiosas: a pintura e a arquitetura refletiam a preocupação pelo transcendente, não havendo evidência mais clara disso que o impulso vertical das catedrais (HOUAISS, 1995, p. 9363).

O advento dos Estados Nacionais no referido contexto, a saber, as modernas nações europeias, significou uma ameaça iminente às pretensões do papado e, conseqüentemente, acentuou as divergências e polarizações entre poder político e poder religioso. Conforme Lobo e Portella:

As noções de *monarquia clássica* e de *regime absolutista* que dirigem o movimento político tiveram um caminho longo e complexo [...] podemos localizar suas primeiras manifestações já no século XI, quando um primeiro Renascimento comercial e de costumes estremeceu a ordem medieval. [...] As nações se postaram, portanto, não apenas umas contra as outras, mas refutando o ideal da unidade cristã, tão caro no período medieval (LOBO; PORTELLA, 2017, p. 119-120).

É possível, então, elencar alguns exemplos pontuais do fenômeno supracitado, como a eleição de Rudolf von Habsburg (Rodolfo I da Alemanha) como imperador no Sacro Império Romano em 1273, o fortalecimento da monarquia com Filipe IV na França (1285-1314) e o reinado de Eduardo I na Inglaterra (1272-1307). Em todos os casos, e de maneira mais intensa nos dois últimos, é possível perceber a instabilidade e o embate na relação entre Igreja e Estado.

Concomitantemente, ocorre o enfraquecimento progressivo do poder do papado que se torna notável a partir do pontificado de Bonifácio VIII (1294-1303), aquele que estabeleceu um conflito singular com o rei Filipe IV a respeito da questão dos impostos e da autoridade papal, conforme esclarece Franco Júnior:

Em fins do século XIII, o papa Bonifácio VIII, defensor da monarquia universal pontifícia, proibiu que os eclesiásticos fizessem doações sem autorização da Santa Sé e que os poderes laicos cobrassem taxas sobre bens da Igreja. Na França, em pleno processo de afirmação da monarquia nacional, o rei Filipe IV, em resposta, proibiu a saída de metais preciosos do país e banuiu os coletores de impostos papais. Pouco depois, o monarca francês prendeu um bispo, levantando fortes protestos do papa. Filipe acusou Bonifácio de ter sido eleito papa ilegítimamente e em 1303

conseguiu prendê-lo na cidade de Anagni. Apesar de solto logo depois, o papa estava claramente desmoralizado, e o sonho da teocracia pontifícia falido (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 109).

Seguiu-se, então, o episódio conhecido como “Cativo Babilônico da Igreja” (1309-1377), isto é, quando a administração da Igreja foi transferida para a cidade de Avignon, na França, pelo papa francês Clemente V, e posteriormente pelo “grande cisma do Ocidente”, a saber, a existência de dois e finalmente três papas simultâneos – em Roma, Avignon e Pisa – (1378-1417)¹⁴⁰ (MATOS¹⁴¹).

Nesse contexto, é reconhecível a crescente desmoralização do papado e o surgimento de críticas ao luxo e à ostentação da corte papal, bem como a consequente descentralização do poder da Igreja. Estavam estabelecidas, portanto, condições de possibilidade para o surgimento de opositoristas e de surtos reformadores, diante do que Franco Júnior declara:

Mesmo depois de reunificada pelo Concílio de Constança, havendo um só papa residindo na tradicional sede de Roma, a Igreja continuava abalada. Grandes problemas permaneciam, opondo concílio e papa, Igreja e monarquias, Estado Pontifício e Estados italianos, cultura cristã tradicional e nova cultura humanista. Assim, em 1517, exatamente 100 anos depois da volta do papado a Roma, começava o Protestantismo (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 111).

É pertinente, ainda, lançar um olhar atento sobre os chamados movimentos dissidentes e sua relevância como pressuposto para a Reforma Protestante. O movimento dos *valdenses*, assim chamados por aderirem às pregações de Pierre Valdés (1140-1218) – um francês da cidade de Lyon que desenvolveu uma interpretação do cristianismo tendo como ideia central o desapego material para a vivência adequada do Evangelho –, foi condenado pelo Sínodo de Verona (1184) (LOBO; PORTELLA, 2017, p. 70-71).

Houve, também, o movimento dos *cátaros* (ou albigenses), originado na cidade de Albi e que se expandiu por quatro paróquias localizadas no sul da França, que pode ser definido como uma síntese de elementos cristãos, maniqueístas e gnósticos surgida no século XI marcada por uma abnegação radical da vida sensível, da existência material. Os cátaros foram condenados pelo 4º Concílio Lateranense (1215), sendo oficializada a Inquisição para combatê-los¹⁴², bem como a outros grupos considerados hereges¹⁴³, em 1233 (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 106).

Em resumo, todos os fatores supramencionados podem ser elencados como condições de possibilidade para a configuração do movimento da Reforma Protestante. Faz-se imprescindível, então, dedicar uma atenção peculiar aos chamados movimentos pré-reformistas e à sua relevância para a ocorrência da Reforma.

OS PRÉ-REFORMISTAS

¹⁴⁰ O desfecho dos acontecimentos supracitados foi a convocação do Concílio de Constança (1414-1417) pelo antipapa João XXIII e confirmado por Gregório XII, no qual os três papas foram depostos e foi nomeado Martinho V como único papa (cf. FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 111).

¹⁴¹ Disponível em <http://www.thirdmill.org/files/portuguese>. Acesso em 29 de março de 2021.

¹⁴² Estima-se que a chamada “Cruzada Interna” contra os cátaros culminou no assassinato de aproximadamente 7 mil adeptos deste movimento em 1209 (cf. LOBO; PORTELLA, 2017, p. 73).

¹⁴³ De acordo com o *Directorium Inquisitorum*, herege é todo aquele que se opõe aos artigos de fé, isto é, aos dogmas da Igreja, ou que tem opiniões contrárias a eles (LOBO; PORTELLA, 2017, p. 68).

Durante os séculos XIV e XV, ocorreu o surgimento de alguns movimentos esparsos e esporádicos que afrontavam posturas e ensinamentos característicos da Igreja Católica no período. Um deles foi liderado por John Wycliffe (1329 ?-1384), um inglês doutor em Teologia pela Universidade de Oxford que executou a primeira tradução da Bíblia para o inglês e criticou severamente a riqueza da Igreja e a corrupção do clero, denunciando, por exemplo, a venda de indulgências em sua obra *Tractatus de civili dominio*. Além disso, rechaçou o dogma da transubstanciação e defendeu o retorno às escrituras e aos ensinamentos da Igreja primitiva, sendo, finalmente, condenado como herege. Vale ressaltar que:

Suas ideias sobre a necessidade de submissão das autoridades eclesiásticas ao rei – expressas, sobretudo, na obra *Summa theologiae* – garantiram-lhe apoio entre as autoridades seculares, e isso evitou que ele fosse condenado à morte (LOBO; PORTELLA, 2017, p. 76).

Seus seguidores, os *lollardos*, oriundos de sua influência em Oxford, difundiram suas ideias e passaram a ser perseguidos a partir de 1382, sobrevivendo de maneira clandestina até meados do século XV.

Outro movimento relevante que recebe a conotação de pré-reformista nesse contexto foi o dos *hussistas*, assim referidos por seguirem as ideias disseminadas por Jan Hus (1369 ?-1415), religioso oriundo da Boêmia que ministrava aulas na Universidade de Praga. Suas ideias se assemelhavam às de Wycliffe, mas tinham um notável caráter político, ao passo que seus seguidores também se tornaram conhecidos por sua defesa da independência da região da Boêmia. Sobre Hus, declaram Lobo e Portella:

Foi condenado à morte na fogueira pelo Concílio de Constança, em 1415. Sua morte, no entanto, não aplacou o movimento, que continuou crescendo e atraindo novos adeptos, que se envolveram em violentos conflitos com as tropas reais (LOBO; PORTELLA, 2017, p. 76).

É pertinente, antes de concluir o presente tópico, fazer menção ainda aos chamados humanistas bíblicos, a saber, pensadores que manifestaram um notável interesse pelas obras da Antiguidade e empreenderam, por conseguinte, a leitura e o estudo dos textos bíblicos nas línguas originais. Tais pensadores exerceram influência sobre os reformadores protestantes, sendo, portanto, oportuno citar nomes como o do italiano Lorenzo Valla (1407-1457) – pesquisador do Novo Testamento –, o inglês John Colet (1467-1519) – pesquisador das cartas paulinas –, o alemão Johannes Reuchlin (1455-1522) – estudioso dos textos escritos em língua hebraica –, o francês Lefèvre D'Étaples (1455-1536) – tradutor de textos do Novo Testamento – e o holandês Erasmo de Roterdã (1466 ?-1536), que publicou uma edição do Novo Testamento grego com uma tradução latina, a qual consistiria na base para as traduções elaboradas posteriormente por Lutero, Lefèvre e William Tyndale (1494-1536).

Em síntese, existe um conjunto de elementos de caráter social, político, cultural e religioso que se entrecruzam e determinam os contornos dos pressupostos da Reforma Protestante, a qual deve ser compreendida, portanto, levando-se em consideração esse mesmo conjunto de elementos, suas interações e interligações na configuração dessa cadeia causal que culminou com um dos eventos mais significativos da modernidade¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Dado o caráter sintético e sumário implicado pela estrutura do presente artigo científico, seria demasiado ambicioso tratar de todos os movimentos de caráter religioso abordando todas as suas possíveis nuances. Mas a título de informação complementar, vale ressaltar também a importância

Faz-se oportuno, destarte, examinar os principais fatores correspondentes ao contexto político, social e religioso do século XVI, no qual se expressa, definitivamente, o movimento da Reforma Protestante.

O CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E RELIGIOSO

Entre as principais tensões políticas ocorridas no final da Idade Média, é possível elencar a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) entre França e Inglaterra, as revoltas camponesas – como as revoltas de Jacquerie na França em 1358 e a revolta de Wat Tyler na Inglaterra em 1381¹⁴⁵ –, o declínio do feudalismo, a expansão das cidades e o advento do capitalismo.

Com relação aos aspectos sociais, pode-se recordar as fomes periódicas e a peste bubônica, que teve seu período mais crítico entre 1348 e 1350¹⁴⁶, e por conseguinte o sentimento generalizado e imperante de desordem, devastação, insegurança e pessimismo, motivo pelo qual a Reforma teria sido, também, conforme afirma Jean Delumeau em sua obra *Nascimento e afirmação da Reforma*, uma resposta religiosa a uma grande angústia coletiva, a partir da convicção de que “[...] só o pecado pode explicar tantas desgraças” (DELUMEAU, 1989, p. 60).

No tocante ao âmbito religioso, sobressai-se o ressentimento com relação à Igreja por conta da corrupção do clero, dos abusos de poder e do desvio de seus propósitos, já denunciados anteriormente pelos pensadores pré-reformistas. Na transição do século XV para o século XVI, as preocupações dos papas faziam com que eles fossem vistos mais como estadistas e por vezes promotores da cultura do que propriamente como pastores de seu rebanho. Fatores recorrentes e por vezes concomitantes como disputas de caráter político, simonia, venda de indulgências¹⁴⁷, falta de liderança espiritual, intensificação de impostos eclesiásticos e nepotismo acentuaram o declínio da influência e da hegemonia da instituição papal, incrementando o cenário para da sociedade europeia às vésperas da Reforma.

Nesse contexto, emerge aquele que pode ser considerado como o acontecimento mais imediato que desencadeou o protesto de Martinho Lutero (1483-1546), o preconizador da Reforma Protestante, a saber, a apropriação do cargo vacante para eleição do imperador do Sacro Império Romano pelos Hohenzollern, família nobre que comprou uma autorização do papa Leão X para que o jovem Alberto pudesse assumir o cargo de arcebispo mesmo sem ter a idade mínima para fazê-lo de acordo com a lei canônica, e assim pudesse, após ser ordenado sacerdote, participar do colégio eleitoral para a escolha do imperador.

religiosa, no referido contexto, dos chamados “movimentos devocionais”, a saber, movimentos que não questionaram os dogmas nem romperam com a Igreja, mas permaneceram nela por se concentrarem no caráter devocional, tais como o misticismo, que teve bastante relevância na Inglaterra e na Alemanha, no qual é possível identificar nomes como Mestre Eckhart (1260-1327), Johann Tauler (1300-1361), Henrique Suso (1295-1366) e Nicolau de Cusa (1401-1464). O movimento Devoção Moderna, do qual o principal expoente provavelmente seja Tomás de Kempis (1380-1471), também influenciou os reformadores protestantes e se destacou pela ênfase na espiritualidade, na meditação e na leitura da Bíblia, bem como na valorização da educação, tendo na criação de escolas uma de suas preocupações e incumbências. A obra *A imitação de Cristo* (1418) de Tomás de Kempis se consolidou como uma referência do movimento. Para um maior aprofundamento, ver Cairns (1988).

¹⁴⁵ Para uma introdução ao assunto, ver Boulos Júnior (2017).

¹⁴⁶ No conjunto, estima-se, a Europa ocidental perdeu cerca de 30% de seus habitantes naquela ocasião, e só retomaria o nível populacional pré- peste 200 anos depois, em meados do século XVI (cf. FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 37).

¹⁴⁷ Num contexto onde era explícita a prática da chamada “religiosidade contábil”, ou seja, débitos = pecados; créditos = boas obras. Para uma introdução ao tema, ver Franco Júnior (2001).

Além disso, o papa autorizou o recém-empossado arcebispo a promover uma venda especial de indulgências, a qual teria como finalidade pagar o empréstimo feito pela família para a compra da autorização e também contribuir para as obras da Basílica de São Pedro, em Roma. Tal episódio se revelou como o estopim da insatisfação e do desacordo de Lutero, monge agostiniano e professor da Universidade de Wittenberg, que diante da venda de indulgências conduzida pelo delegado de Alberto, o dominicano João Tetzel, fixou suas *Noventa e cinco teses* à porta da igreja de Wittenberg no dia 31 de outubro de 1517, o que era bastante comum quando havia intenção de motivar a discussão de determinado assunto entre uma comunidade acadêmica (LOBO; PORTELLA, 2017, p. 78-80).

Não demorou para que uma cópia das teses chegasse até as mãos do arcebispo, que a encaminhou a Roma. No ano seguinte, Lutero recebeu convocação para ir até Roma responder à acusação de heresia, diante do que se recusou. Em debate em Leipzig com o dominicano João Eck em 1519, Lutero manteve veementemente suas posições, endossou as ideias do pré-reformador Jan Hus e asseverou que os concílios e os papas podiam se equivocar.

Conseqüentemente, no ano de 1520, o papa expediu uma bula intitulada *Exsurge Domine* na qual determinou o prazo de sessenta dias para que Lutero se retratasse das acusações ou, do contrário, seria excomungado. A bula foi queimada juntamente com um exemplar da lei canônica por estudantes e professores da universidade em plena praça pública. No mesmo ano, Lutero escreveria *À nobreza cristã da nação alemã*, *O cativo babilônico da igreja* e *A liberdade do cristão*, obras que aumentaram consideravelmente sua popularidade na Alemanha e lhe conferiram prestígio e notoriedade imediata em toda a Europa.

Posteriormente, em 1521, foi publicada a bula de sua excomunhão, *Decet pontificem romanum*. No mesmo ano, Lutero compareceu a uma reunião do parlamento – a Dieta de Worms – para responder a acusações de heresia. Diante da reafirmação de suas ideias, foi publicado contra ele o Édito de Worms e ele passou a ser perseguido por autoridades eclesiásticas e seculares.

Como explicitam Lobo e Portella (2017, p. 81), foi decisivo para Lutero no referido contexto o apoio e a proteção que ele recebeu de alguns príncipes alemães, que vislumbravam o possível rompimento com Roma como um bom negócio, enquanto poderia culminar na redução da interferência do papa em seus domínios e, conseqüentemente, ampliar sua autonomia política e econômica, valendo ressaltar que:

Entre esses nobres, havia o duque Frederico da Saxônia, também conhecido como Frederico, o Sábio, que acolheu e protegeu Lutero em seu castelo na região de Wartburg. No período em que permaneceu sob a proteção de Frederico, Lutero se dedicou integralmente à tradução do Novo Testamento para o alemão, a partir do original em grego (LOBO; PORTELLA, 2017, p. 81).

A esta altura, faz-se oportuno destacar que, como observa Delumeau (1989, p. 59), o argumento da imoralidade e dos abusos do clero, embora pertinente, apresenta-se como insuficiente para explicar o contexto que culminou com a Reforma Protestante, uma vez que alguns desses abusos já existiam no meio eclesiástico na época do Papa Gregório VII (1020-1085), e do teólogo São Bernardo de Claraval (1090-1153), e todavia não suscitaram um movimento de ruptura tão profundo como foi o da Reforma. Por outro lado, também houve críticos das atitudes do clero católico, como Erasmo de Roterdã, que não aderiram ao movimento, em termo do que é apropriado reconhecer:

A questão das causas da reforma é complexa. Para tentar resolvê-la, é preciso ir direto ao essencial. O Protestantismo dá ênfase a três doutrinas principais: a justificação pela fé, o sacerdócio universal, a infalibilidade apenas da Bíblia. Esta teologia respondia certamente às necessidades religiosas do tempo, sem o que ela não teria conhecido o sucesso que foi o seu (DELUMEAU, 1989, p. 59).

Sendo assim, é conveniente designar um subtópico específico para analisar os pressupostos doutrinários que balizaram a Reforma Protestante, de modo a concluir o itinerário de identificação dos pressupostos deste movimento de tamanha relevância, abrangência e legado.

OS PRESSUPOSTOS DOUTRINAIS

No que tange à questão da justificação pela fé, o sentimento da presença iminente da morte pelos acontecimentos recentes mencionados anteriormente e a conseqüente angústia generalizada, somada ao sentimento de culpabilidade, motivavam a busca de refúgio e amparo na religião, em manifestações explícitas do temor diante da morte terrena e, sobretudo, da morte eterna, o que se demonstra bastante evidente em atitudes como a do rei Luís XI, que acometido de pânico diante da aproximação da morte, amontoava medalhas piedosas, relíquias e indulgências, ou ainda no canto fúnebre comumente entoado nessa época, o *Dies irae*, no qual a figura do pecador aparece só diante de seu juiz:

Que pavor p'ró pecador quando vier nosso Senhor a tudo examinar com rigor!... Pobre de mim, que excusa alegar? Que patrono invocar, com os mais santos a recear?... Temível dia em que o homem, de luto, se erguer do ataúde no julgamento de seu orgulho! (DELUMEAU, 1989, p. 66).

Conforme esclarece o autor, a doutrina luterana da justificação pela fé se revelou como a resposta a este angustiante poema, e que de certa forma já estava expressa no próprio poema, onde lê-se: “Juiz rigoroso, Senhor absoluto, Salvação gratuita de teus eleitos, fonte de amor, dê minha salvação” (DELUMEAU, 1989, p. 66). Assim, num contexto de grande confusão religiosa, no qual os fiéis sentiam-se mal enquadrados, mal protegidos e quiçá abandonados pela Igreja, onde, como declara Delumeau (1989, p. 67), “havia superabundância de padres, e contudo faltavam pastores”, a mensagem trazida pela doutrina luterana se expressava como um sinal de esperança e era acolhida com entusiasmo, haja vista que:

Às pessoas que receavam o inferno, Lutero declarou em resumo: parai de atormentar-vos! Deus não é um juiz severo, mas um pai compadecido. Seja o que for que fizerdes, sois e continuareis sendo pecadores a vida inteira. Porém, se credes no Redentor, vós estais já salvos. Tende confiança! (DELUMEAU, 1989, p. 67).

Quanto ao segundo pressuposto, a saber, o sacerdócio universal, é oportuno atestar que, num contexto marcado pela ascensão do individualismo e do espírito laico, na esteira do pensamento humanista, gerou-se um progressivo desvanecimento do limiar de separação entre um grupo superior hierarquicamente, isto é, o clero, e os demais fiéis, diante do que Delumeau afirma:

A sociedade rural da alta Idade Média permitia o desabrochar de uma cristandade comunitária fortemente dominada pela hierarquia eclesiástica e pelas abadias. Pelo contrário, a ascensão da burguesia e do artesanato, e mais geralmente do elemento laico, numa civilização mais urbana, o aparecimento do luxo, a afirmação de um certo sentimento nacional, a geral

confusão dos espíritos num clima de insegurança, em suma, os defeitos da Igreja engendraram, no final da Idade Média, uma espécie de anarquismo cristão. Numa atmosfera de confusão das hierarquias e dos valores, os fiéis não distinguiram mais tão nitidamente como no passado o sacro do profano, o padre do leigo. [...] Os maus frades dos quais se escarnecia, a riqueza da Igreja que podia parecer excessiva e em parte inútil, os bispos e párocos não residentes, mas acumuladores de benefícios, os papas que se comportavam como príncipes seculares e tinham por isso cada vez menos influência – espiritualmente falando – sobre os soberanos, o dinheiro dos cristãos muitas vezes utilizado por Roma para fins puramente terrenos, as excomunhões lançadas e torto e a direito a fim de proteger interesses por vezes bem materiais, todos esses fatos contribuíram para diminuir a importância do padre e atirar sobre ele, não apenas o descrédito, mas o que é mais grave ainda, a dúvida (DELUMEAU, 1989, p. 70.75).

Consequentemente, a figura do sacerdote como alguém diferenciado dos demais fiéis desintegrou-se na doutrina luterana, emergindo a ideia de que “já que se viam ‘leigos melhores que homens da Igreja’ [...] não seria possível concluir que um leigo de vida santa é um padre mais autêntico que um eclesiástico?” (DELUMEAU, 1989, p. 75).

Em resumo, é evidente que o questionamento se o diálogo entre homem e Deus e a salvação de cada indivíduo precisavam passar pelo crivo de uma instituição corrompida e fatigada como a Igreja emergiu na época da Reforma, mas fatores como a ascensão do elemento laico na sociedade do tempo, o desabrochar do individualismo sob suas mais variadas formas, a lenta e progressiva degradação do sacerdócio e a desvalorização dos sacramentos haviam preparado o terreno há muito tempo. Na já citada disputa de Leipzig, em 1519, Lutero assevera que um cristão isolado, independentemente de ser padre ou não, poderia ter razão contra um concílio inteiro, se caso Deus se dignasse a iluminá-lo, diante do que Delumeau (1989, p. 76) conclui: “Alguns meses mais tarde, descobria ele na *Primeira Epístola* de São Pedro a justificação de sua atitude: a doutrina do sacerdócio universal”.

A respeito da infalibilidade exclusiva da Bíblia, é oportuno destacar que, além da confusão na qual os fiéis se encontravam, eles tinham a necessidade de encontrar uma referência segura, de se apoiar em uma autoridade infalível. Podemos, então, enxergar a conexão deste pressuposto com o abordado anteriormente, pois:

[...] onde achar essa infalibilidade tranquilizadora quando se duvidava do padre? Em quem depositar uma fé segura? Não podia ser senão no próprio Deus; Deus livre dos homens. Não falava Ele diretamente a certas almas místicas privilegiadas? Não confiara Sua mensagem aos autores inspirados? A Bíblia se tornava assim o último recurso, mas também a rocha que as tempestades humanas não submergiriam. Por isso se compreende a palavra de Lefèvre D'Étaples: “Não deve se afirmar de Deus senão aquilo que d'Ele aprendemos pelas Escrituras” (DELUMEAU, 1989, p. 76).

Nesse contexto, é imprescindível mencionar a importância da invenção da prensa de tipos móveis por Johannes Gutenberg (1400-1468), o que impulsionou decisivamente a difusão de ideias (LOBO; PORTELLA, 2017, p. 97) e, consequentemente, foi decisiva para os propósitos da Reforma. Adolfo Occo, médico do arcebispo de Augsburg, escreveu já em 1487: “A imprensa iluminou verdadeiramente este século, graças à misericórdia do Todo-Poderoso... Esta descoberta permite (à Igreja) ir mais ricamente adereçada ao encontro do esposo” (DELUMEAU, 1989, p. 77).

Assim, compreende-se o cálculo de que cerca de 75% da proporção de obras na produção tipográfica entre 1445 e 1520 era constituída de escritos de natureza religiosa¹⁴⁸. Em suma, é possível dizer que os três pressupostos essenciais elencados por Delumeau – a justificação pela fé, o sacerdócio universal e a infalibilidade exclusiva da Bíblia – demonstram sua correspondência e seu entrecruzamento na exploração deste último, haja vista que o acesso e a apreciação da Bíblia como a única fonte infalível vai de encontro com a busca do indivíduo pela salvação mediante a fé, bem como pela renúncia da autoridade sacerdotal do padre ou de qualquer outro membro do clero, porquanto:

A ação do livro não podia se exercer senão no sentido do individualismo, em matéria de piedade. A obra impressa tornava o padre menos necessário, permitia uma meditação pessoal. Quando esse livro era a Bíblia, cada um podia ouvir Deus falar-lhe e se afoitava a interpretar à sua maneira a mensagem divina. [...] As traduções da Bíblia começavam a se difundir e excitavam precisamente por isso a sede que os fiéis tinham da Escritura. [...] Daí o sucesso da Bíblia de Lutero propositadamente redigida num alemão acessível a todos (DELUMEAU, 1989, p. 78).

Estavam estabelecidas, então, as condições de possibilidade para a ocorrência da Reforma Protestante. Lutero, por sua vez, publicou o *Pequeno catecismo* em 1529, onde apresentava de maneira sucinta e acessível os principais fundamentos do reformismo evangélico. No mesmo ano, foi convocada uma nova dieta, sediada na cidade de Spira, onde ficou decidido que os preceitos luteranos seriam permitidos nas regiões em que os príncipes fossem a eles favoráveis e proibidos no restante da Alemanha. O protesto contra essa decisão por parte de Lutero e de seus seguidores originou o termo *protestantes* para designá-los (LOBO; PORTELLA, 2017, p. 81).

Ulteriormente, em 1530, Lutero e o teólogo Philipp Melâncton (1497-1560) publicaram o documento *Confissões de Augsburg*, onde expressaram os preceitos da nova doutrina, entre os quais: o fim do culto às imagens e do celibato; a não existência de um clero regular; a livre interpretação da Bíblia, único dogma a ser seguido; a substituição do latim por línguas locais nas celebrações; a obrigatoriedade de a Igreja ser submetida ao Estado; a redução dos sacramentos para apenas dois: o batismo e a eucaristia¹⁴⁹.

Os conflitos entre luteranos e não luteranos nos limites da Alemanha, então parte do Sacro Império Romano-Germânico, fizeram com que o imperador instituisse a Paz de Augsburg em 1555, a partir do qual a Igreja luterana passou a ser reconhecida, ficando a cargo dos príncipes decidir sobre qual religião seguir, havendo, todavia, a ressalva de que esta deveria ser obrigatoriamente acatada por seus súditos (LOBO; PORTELLA, 2017, p. 82-83).

Em suma, é possível dizer que a Reforma Protestante consistiu num movimento complexo e multifacetado de fato, resultado de um conjunto de fatores de diversas naturezas, a saber, políticos, sociais, culturais e religiosos, não sendo adequado abordá-lo e explicá-lo a despeito destes elementos assimilados em sua simultaneidade e correspondência.

Certamente, a partir da difusão das ideias de Lutero pela Alemanha e para além dela e conseqüentemente de sua influência, emergem desdobramentos deste

¹⁴⁸ Para uma apreciação acerca das primeiras edições da Bíblia em língua vulgar nos países europeus no referido contexto, ver Delumeau (1989, p. 77).

¹⁴⁹ É importante destacar que, ainda hoje, algumas vertentes do luteranismo praticam todos os sete sacramentos da Igreja católica, embora os demais apenas como ritos (LOBO; PORTELLA, 2017, p. 82).

evento histórico riquíssimos que poderiam ser explorados, tais como o reformismo de Thomas Müntzer (1490-1525), a reforma calvinista, a reforma anglicana e a contrarreforma. No entanto, tendo em vista o propósito do presente artigo científico, isto é, analisar os pressupostos da Reforma Protestante, e dado o caráter sintético e sumário pressuposto pela estrutura do mesmo, não haveria possibilidade de analisá-los em todas as suas nuances, sendo oportuno tratá-los com a devida acuidade em uma outra ocasião.

Na conclusão deste tópico, seria propício, então, expressar o legado desse movimento, notável até os dias atuais, o qual foi destacado pelo teólogo Walter Altmann, doutorado pela Universidade de Hamburgo, Alemanha, em entrevista à *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*:

Precisamente essa noção de gratuidade da salvação segue relevante nos dias de hoje, em que temos numerosas formas “modernas” de mercantilização da fé. Significativa e acertadamente a Federação Luterana Mundial - FLM, em sua assembleia geral realizada num país do Sul, na Namíbia, em maio passado, em pleno ano comemorativo da Reforma, tomou como tema a gratuidade da salvação, afirmando nos subtemas que “a salvação não está à venda”, “os seres humanos não estão à venda”, “a criação não está à venda”. Não são artigos comercializáveis. Salvação seres humanos, criação – uma abrangência ampla para atualização do âmago teológico da Reforma (ALTMANN, 2017, p. 9-10).

CONCLUSÃO

A presente pesquisa almejou, em suma, desenvolver intuições e reflexões acerca de uma temática instigante e inquietante para os historiadores ainda atualmente, a saber, a Reforma Protestante, nucleada na problemática sobre os pressupostos que culminaram na sua ocorrência.

Foi possível elucidar que o movimento da Reforma Protestante possui realmente um conjunto de pressupostos políticos, sociais, culturais e religiosos, dos quais nenhum deve ser ignorado para uma holística e adequada compreensão desse evento histórico, sob pena de incorrer-se em uma simplificação exagerada e inadequada do mesmo.

O itinerário percorrido pela pesquisa possibilitou a identificação de uma cadeia causal que tem início ainda na Baixa Idade Média e que, progressivamente, culmina nas insatisfações manifestadas pelos pensadores denominados pré-reformistas e, finalmente, nas reivindicações de Lutero, cadeia causal esta que não deve ser assimilada de uma perspectiva estritamente religiosa, mas levando-se em consideração seu caráter complexo e multifacetado.

É oportuno elencar, ainda, que a presente pesquisa não esgota todas as nuances e possibilidades de desdobramento relacionadas à temática em questão, uma vez que subtópicos relativos a ela, como o reformismo de Thomas Müntzer, a reforma calvinista, a reforma anglicana e a contrarreforma se apresentam como oportunas fontes de pesquisa que podem ser contempladas em futuras produções acadêmicas.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Walter. 500 anos depois, uma nova reforma visando ao diálogo inter-religioso. In: *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, nº 514, outubro, 2017.
- CAIRNS, Earle. *O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988.

DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. Trad. João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HOUAISS, Antônio (Org.). *Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1995.

LOBO, Andréa Maria Carneiro; PORTELLA, José Roberto Braga. *Percursos da história moderna*. Curitiba: Intersaberes, 2017.

MATOS, Alderi. *A reforma protestante do século XVI*. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/historia-da-igreja/reforma-protestante/a-reforma-protestante-do-seculo-xvi/>. Acessado em: 2 de agosto de 2021.

_____. *O Papado: origem e evolução histórica*. Disponível em <http://www.thirdmill.org/files/portuguese>. Acessado em: 2 de agosto de 2021.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As Reformas Religiosas na Europa Moderna: notas para um debate historiográfico. In: *Varia história*, v. 23, nº 37, Belo Horizonte, janeiro/junho, 2007, p. 130-150.

LANTERNA REPUBLICANO E ARQUEIRO DEMOCRATA: A SOCIEDADE ESTADUNIDENSE DO FINAL DOS ANOS 60 ATRAVÉS DA NONA ARTE

Eron Teixeira de Melo¹⁵⁰

Resumo: Muito já se discutiu sobre a importância de diferentes formas de arte que trazem questionamentos políticos, econômicos e sociais ao longo da história, mas os quadrinhos enquanto arte e material de pesquisa ainda são, por vezes, considerados de menor relevância, principalmente dentro da academia. A proposta deste artigo é problematizar a respeito de uma obra não tanto valorizada quanto material de estudo, mas fundamental para a sua época: o encontro dos personagens arqueiro verde e lanterna verde de Dennis O'neil e Neal Adams.

Palavras-Chave: Quadrinhos; Sociedade; Política.

O Início de uma Nova Era

Nos anos de 1960 o mundo passava por mudanças drásticas: a guerra fria e a ameaça de uma bomba nuclear faziam com que a sociedade passasse por uma transição de conceitos bastante profunda. A partir de agosto de 1964, com o aumento de tropas militares enviadas ao Vietnã, os jovens estavam cada vez mais deixando os livros e revistas e pegando em armas, se preparando para uma possível terceira grande guerra.

Além disso, ganhavam força movimentos de contracultura em que se questionava o modo de vida, principalmente o norte-americano. Surgindo assim, líderes sociais que lutavam pelos direitos civis das minorias que durante séculos foram menosprezadas, pra dizer o mínimo.

Ou seja, uma época marcada por conflitos políticos, protestos e queima de convocações para o serviço militar. Parte da população passou a acreditar que o “sonho americano” não era mais tão simples e belo, passando cada vez mais a crescer um sentimento de descrença nos ideais americanos. Tais conflitos ganharam espaço em diferentes expressões artísticas, seja criticando ou glorificando o *status quo*.

Muitas das ofertas culturais de Hollywood nas décadas de 50 e 60 celebravam as “virtudes” do capitalismo americano contra os supostos perigos do protesto social. Os jornais e as revistas de grande circulação bem como as produções intelectuais convencionais da época elogiavam o bem-estar do país, o suposto “fim da ideologia” e o triunfo dos valores do mercado capitalista. Entretanto, a alienação juvenil e os constrangimentos proporcionados pelas desigualdades sociais eram evidentes nas obras de escritores como o romancista Jack Kerouac, o poeta alan Ginsburg e os cineastas Fritz Lang e Nicholas ray. Intelectuais e escritores, como C. Wright Mills, Paul Goodman, Margaret Mead e Arthur Miller, também produziram obras populares que criticaram a conformidade cultural, as atitudes discriminatórias e as barreiras à cidadania plena nos Estados Unidos.

Na música, foram principalmente os afro-americanos, que criaram o principal componente da nova linguagem musical, o *rock and roll*. Novos canais de rádio espalharam-se pelo país, descobrindo novas e lucrativas audiências entre jovens brancos e afro-americanos e latinos.

Já os quadrinhos, na segunda metade dos anos 60 vinham sendo cancelados e precisavam se reinventar devido à criação do código de regras dos quadrinhos

¹⁵⁰ Formado em história licenciatura e bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

(Comic Code Authority) que censurava diversas obras de conteúdo considerado inapropriado. Entretanto, as histórias simples e doces de antes não agradavam mais, era preciso se reinventar. Uma forma de fazer isso foi trazer os quadrinhos para mais próximos da realidade norte-americana, mesmo que ainda se utilizando das figuras dos heróis uniformizados. A partir daí se tem o advento do que ficou conhecida como “A Era de Bronze dos Quadrinhos”.

As chamadas “Eras dos Quadrinhos” São marcadas por histórias que mudam os paradigmas da indústria da nona arte. Utilizando de novos conceitos e ideias pouco ou nunca antes exploradas. São elas:

A Era de Ouro: O lançamento do personagem Superman deu origem a chamada “**Era de Ouro**” dos quadrinhos, com “super seres”, que se assemelhavam aos antigos deuses da mitologia grega, que surgiram para ajudar e salvar os cidadãos de bem. As histórias desse período ao serem lidas hoje, podem parecer datadas e simplistas, mas abordavam um conteúdo bastante adulto, como políticos corruptos, empresários que exploram seus funcionários, violência contra a mulher, entre outros.

A Era de Prata: Com a chegada da era atômica, o público logo perdeu o interesse por essas histórias e foi preciso reinventar os heróis. A moda era ficção científica, dando início a “**Era de Prata**” com o novo Flash (Barry Allen) na revista Showcase 4 de 1956. Houve uma grande mudança no conteúdo das histórias, elas passaram a ser mais fantasiosas, com robôs gigantes, monstros, alienígenas e viagens temporais.

A Era de Bronze: Essa era durou entre 1975 a 1985 e teve um início questionável, uns dizem que aconteceu no arco Lanterna Verde e Arqueiro Verde (Dennis O’Neil e Neal Adams), outros alegam que foi na história “A noite que Gwen Stacy morreu” do Homem-Aranha. O fato é que a partir desse período os quadrinhos mudaram significativamente, escritores e artistas começaram a trazer problemas cada vez mais reais para suas obras, mostrando que quadrinhos podiam ser consumidos por adultos. Algo que muitos se negam a acreditar até hoje.

Foi se baseando na realidade que viam todos os dias, que Dennis O’Neil e Neal Adams encabeçaram uma reformulação de dois super-heróis que não vinham agradando: Lanterna Verde e Arqueiro Verde. A ideia era colocar principalmente o Lanterna Verde (um personagem espacial) tendo que lidar com problemas reais, muito próximo do que vivia a sociedade da época. O personagem era perfeito, pois dentro de sua mitologia ele poderia ser encarado como um policial que sempre seguia ordens, assim como muitos policiais americanos que agrediam diversos membros das minorias e da contracultura, ou até como soldados que exterminavam jovens na guerra do Vietnã.

O contraponto perfeito para um policial acostumado com problemas “maiores” e espaciais, seria um vigilante acostumado com as ruas mais pobres dos Estados Unidos: o Arqueiro Verde. Um personagem mais anárquico, que discutiria o papel da força do Estado sobre o social. E assim nasce uma das obras mais importantes da história da nona arte, que serviria de base para obras extremamente conhecidas como Cavaleiro das Trevas de Frank Miller e Watchmen de Alan Moore. Obras que inclusive já possuem trabalhos acadêmicos.

Abordando temas políticos, discutindo questões raciais e refletindo sobre o uso de drogas, este foi o primeiro passo para um tratamento aprofundado de temas políticos e sociais dentro do subgênero super-heróis. A história apresenta o Lanterna Verde em seu papel clássico: vindo do espaço como um policial que protege a terra fazendo uma ronda, até que vê um jovem agredindo um homem mais velho e bem vestido, sua reação é de socorrer o homem e punir o agressor, mas a população ao redor reage negativamente a isso e defende o jovem. Nesse momento surge o

Arqueiro Verde, e também questiona a lógica do herói, mostrando que ele ajudou um homem cruel que queria expulsar moradores de suas casas, ou seja, quem quase foi preso foi o oprimido e não o opressor. O Lanterna se defende dizendo que estava apenas cumprindo a lei e o Arqueiro argumenta que na segunda guerra os soldados nazistas também só cumpriam ordens.

Enquanto o Lanterna Verde (Hal Jordan) apresenta uma personalidade mais conservadora com traços profundos de respeito e uma moral estabelecida à ordem e à hierarquia sem questionamentos, o Arqueiro Verde (Oliver Queen) é mais anárquico, problematizando todas as noções que para o outro eram coisas estabelecidas. A partir desse embate de ideias, surge a necessidade de entender melhor a humanidade e sua complexidade. Assim, ambos decidem viajar pelos Estados Unidos para procurar entender melhor o atual mundo em que vivem.

Mesmo depois de conquistada a emancipação, a sociedade norte-americana se tornou mais dividida por meio da segregação. Nos velhos estados escravistas, aprovavam-se leis para garantir que haveria escolas, hotéis, hospitais e até bebedouros para cada raça. A Suprema Corte havia determinado em 1896 que a segregação era legal desde que as instalações separadas fossem iguais. Um caso conhecido foi o da costureira Rosa Parks, em Montgomery (Alabama), que se recusou a ceder seu assento para um homem branco que havia subido. Ela foi detida e presa. Mas havia um novo pastor na cidade, Martin Luther King, que foi escolhido para liderar os boicotes aos ônibus segregacionistas. A comunidade negra de Montgomery foi incitada, e os ônibus ficaram vazios, custando à empresa de ônibus mais de 30 mil passagens por dia. No fim, a Suprema Corte ficou do lado de Rosa Parks.

Hoje, décadas depois, é fácil imaginar o que era o certo a se fazer, mas naquela época era uma decisão difícil. Durante o boicote dos ônibus de Montgomery, o telefone na cozinha de King tocou e uma voz do outro lado da linha o ameaçava e dizia para sair da cidade. Até que este viria a ser assassinado em 1968. Em um dos quadros do quadrinho há uma referência clara ao assassinato de Luther King e do presidente John F. Kennedy em 1963, quando o Arqueiro Verde comenta: “Um negro muito bom morreu nas ruas de Memphis... e um homem branco muito bom morreu em Dallas!”

Em 1967, quando uma feminista pediu a membros de uma convenção, intitulada Nova Política, para promover a igualdade das mulheres, o homem com microfone acariciou a cabeça dela e falou: “Anda menina. Temos assuntos mais importantes para tratar”.¹⁵¹ As mulheres reformadoras passaram a se reunir em pequenos grupos para explorar de que maneira as mulheres continuavam desiguais. Por que os meninos eram encorajados a se tornar cientistas e atletas enquanto se esperava que as meninas brincassem de boneca?

Já no começo dos anos 70, os Estados Unidos presenciaram o escândalo de Watergate, quando cinco homens com conexões ao presidente Nixon são pegos invadindo a sede do Partido Democrata, situado no Complexo Watergate, em Washington. E depois microfones secretos seriam descobertos contendo gravações do presidente falando sobre pagar suborno. Um sinal de quão desiludidas as pessoas ficaram é que Jimmy Carter ganhou a eleição em 1976 prometendo aos seus eleitores jamais mentir.

Problemas Reais

¹⁵¹ DAVIDSON, James West. Uma Breve História dos Estados Unidos. 1. Ed. Porto Alegre, RS L&PM, 2016, p. 283.

Como já elucidado, a obra trás elementos políticos e sociais extremamente relevantes, mas não apenas para o período em que foi escrita. Atualmente, muitos dos assuntos abordados na HQ permanecem sendo discutidos, como drogas, desapropriação de terras indígenas, feminismo, política e claro, história.

Uma breve sinopse de alguns dos acontecimentos narrados no quadrinho deixa a sua relevância nos dias de hoje ainda mais clara. O Lema do personagem Lanterna Verde é uma das primeiras frases escritas na obra: “O mal sucumbirá ante minha presença”. Mas o quadrinho já começa questionando qual mal? A princípio o que infringe a lei, mas a lei estaria correta? Logo no começo pessoas pobres são retratadas como sendo expulsas de seus lares e vistas como um estereótipo “anarquista” por um rico empresário que decide tomar o território para si.

Assim, é introduzido o Arqueiro Verde, que mostra ao Lanterna como ‘o outro lado vive’, o lado de quem não tem advogados para se defender, além de sofrer com o racismo da sociedade da época. Segundo o próprio Lanterna Verde: “Passei todo esse tempo sem me tocar de que o mal não precisa ser um monstro zoroastro ou um cientista louco e muito menos estar escondido.” Esta frase define o tom da história e o que viria a ser conhecido mais tarde como a “Era de Bronze” dos quadrinhos.

Durante os anos 60 e 70, o problema habitacional se agravou para as populações dos bairros pobres e mais marginalizados dos centros das cidades devido às propostas de “revitalização urbana” que visavam beneficiar principalmente a população branca. Com dinheiro federal, governos locais destruíram diversos bairros pobres e negros nos centros das cidades, substituindo-os por prédios comerciais, condomínios fechados de classe média e alta e instituições como universidades e centros médicos.

Os antigos residentes foram enviados para habitações públicas, segregadas, construídas de forma precária e com instalações frequentemente longe de empregos e serviços de qualidade. Aumentando assim a desigualdade e deixando cada vez mais claro a diferença entre as “Américas” que eram e que passaram a ser retratadas nos quadrinhos.

De um lado, subúrbios brancos mais prósperos, cujos residentes se preocupavam em diminuir os impostos e valorizar seus imóveis, e, de outro, pobres bairros negros e latino-americanos cada vez mais marginalizados cujos residentes se tornavam cada vez mais dependentes da ajuda estatal.¹⁵²

A história seguinte trata de abordar o trabalho de mineiros que vivem em condições insalubres, mas não tem poder ou coragem para reagir contra o seu patrão que usa da lei da cidade em benefício próprio. Assim, o Lanterna Verde percebe que o mundo já não é tão simples quanto ele imaginava, e que pessoas com grandes cargos nem sempre são exemplos de caráter, afinal, inocentes vinham sendo explorados em prol de uma pequena elite.

A seguir o conto intitulado “Meu ódio será tua herança” é uma clara referência aos antigos filmes de velho oeste, mas nesse caso com o foco voltado para a população indígena. Segundo um dos personagens: “Os brancos roubaram nossas terras, quebraram tratados, nos acuaram feito animais em reservas... agora, os gráudos na capital estão falando em tirar nosso direito à pesca.” Além disso, um autointitulado profeta começa a atrair seguidores contra “negros, vermelhos e amarelos!”. Os heróis percebem que o dito sacerdote não é o primeiro homem desse tipo e provavelmente não será o último.

Tal seita, formada por extremistas racistas que dizem defender um mundo melhor, também pode remeter aos ataques protagonizados por grupos como a *Ku*

¹⁵² KARNAL, Leandro; Sean PURDY; Luiz Estevam FERNANDES; Marcus Vinícius de MORAIS. *História dos Estados Unidos*. São Paulo, 2007. Ed. Contexto. Pág. 200.

Klux Klan, que surgiu nos EUA durante o período da Reconstrução após a Guerra Civil Americana. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, no início do século XXI houve um dos índices mais elevados de pronunciamentos racistas desde o Pós-Segunda Guerra através de incidentes contra negros, imigrantes e judeus, muitas vezes provocados por grupos neonazistas.¹⁵³

Os personagens indígenas ainda protagonizariam outra história, em que os heróis se vêem diante de uma disputa entre os nativos e um grupo de lenhadores que não hesitam em matar ou roubar em prol de seu lucro, tratando os indígenas ainda como selvagens. Os heróis então ajudam os povos da reserva dos ladrões, além de procurar por documentos que comprovam o direito dos nativos à sua terra. A questão indígena sempre foi um tabu não apenas aos Estados Unidos, mas em diversos países do continente americano. Afinal, como compensar de alguma maneira os séculos de massacres indígenas e expropriação de terras?

Os clássicos filmes de *Western* e quadrinhos de faroeste, principalmente os italianos, muitas vezes retratam o índio ou como um companheiro puro ou um inimigo selvagem, ignorando as nuances da população local e romantizando na figura do *cowboy* e dos *rangers* o período entre os séculos XVIII e XIX.

A base das histórias abordadas pelos filmes foi influenciada pelas baladas que abordavam temáticas como a rotina do *cowboy*, o medo da perda da terra e o rancor para com os outros povos. Até os dias atuais personagens indígenas como protagonistas de obras cinematográficas são raros. Dentro dos quadrinhos isso felizmente vem mudando, inclusive dentro de obras nacionais, como a HQ “A alma que caiu do corpo” do antropólogo André Toral.

Entre as várias mudanças que ocorreram durante a década de 1960, uma de grande importância foi o olhar sobre o feminino. Antes, personagens mulheres muitas vezes dependiam dos personagens masculinos para sobreviver e partilhavam do cinismo destes, o que transformava a independência num produto de degradação moral.

Os primeiros movimentos feministas começam a questionar o que se vinha pregando, tendo impacto no cinema e nas artes em geral. Artes estas até hoje predominantemente masculinas. Mais do que uma liberação, o que as imagens cinematográficas apresentam é uma resistência, pois as mulheres buscam satisfazer-se e com isso levam os homens a confrontar-se com seus medos, com a própria sexualidade feminina.¹⁵⁴

No que diz respeito às personagens femininas, estas foram ao longo das décadas ganhando cada vez mais destaque dentro do universo dos quadrinhos, para além de vítimas a serem resgatadas. É o caso da personagem Canário Negro, que se junta ao Arqueiro e ao Lanterna Verde em sua jornada. Juntos, eles encontram um planeta que vem sofrendo com a superpopulação. Em consequência disso, as mulheres, principalmente grávidas, passam a ser cada vez mais hostilizadas. A responsável pela superpopulação, conhecida como Mãe Juna, diz que nunca pode ser mãe e que sempre foi ensinada que uma mulher não é nada se não conseguir isso. Canário Negro lamenta pelo desespero e pela doutrinação à que a “vilã” foi exposta.

A personagem Canário Negro ainda viria a ter destaque junto com o Lanterna Verde e o Arqueiro verde em outras duas histórias: na primeira a heroína ajuda os heróis e um grupo de amazonas que querem vingança por crimes cometidos por um homem no passado, mas acabam sendo enganadas pelo vilão Sinestro. Em outra

¹⁵³ PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *Faces do Fanatismo*. 2Ed. Contexto, 2013, p. 97.

¹⁵⁴ QUINSANI, Rafael Hansen; (Orgs.). *Os ciclos da história contemporânea, volume 1: reflexões a partir da relação Cinema-História*. Porto Alegre, RS: Editora, 2018. Pág. 201.

ocasião, utilizando sua identidade civil a personagem passa a trabalhar em uma escola controlada por um homem autoritário que usa uma criança telepata como arma de controle, mas a criança acaba se voltando contra o tirano.

Nota-se uma forte presença de personagens femininas em algumas histórias, o que era muito raro na década de 70. As capas das Hqs da época ainda destacavam os personagens masculinos, afinal eram estes que vendiam majoritariamente na época, mas ainda assim é bom saber que revistas abordando um tema relevante até hoje foram escritas e premiadas nesse contexto.

Na história seguinte, denominada a ameaça de plástico, o Lanterna Verde conhece uma cidade chamada Paper's Dell, que vem destruindo seu meio ambiente em nome do progresso. Nas palavras do vilão que controla o lugar: "A ideia não é nova. As cidades operárias existem faz tempo... nós apenas criamos uma variação lógica. As pessoas são como gado. Se lhes dermos conforto suficiente e elas pensarem que algo as ameaça... reagem!". Uma questão importante levantada nesta HQ é se o povo desta cidade fictícia, que abriu mão de sua liberdade em prol de trabalho e consumo, é muito diferente de outros lugares que existem de fato. A crítica ao consumismo exacerbado viria a ser levantada diversas vezes não só nos quadrinhos, mas no cinema, como nas obras do cineasta George Romero, por exemplo.

Sem dúvida a história considerada a mais impactante da jornada foi a denominada "Nas Veias". Nela, o bairro onde vive o Arqueiro Verde é tomado pelas drogas, e envolvido nisso está o próprio pupilo do arqueiro. Essa é considerada a história em quadrinhos que mostrou que temas adultos podem ser explorados dentro da nona arte.

Na trama, jovens usuários procuram uma maneira de fugir da dura e triste realidade das ruas ou encontrar um substituto para a família e os amigos, mas o risco muitas vezes é alto demais. Segundo o próprio Dennis O'Neil: "Eu via pessoas quase apagando por causa da heroína diariamente nas ruas. Tinha amigos com problemas com drogas, gente que aparecia na minha casa às três da manhã tremendo."¹⁵⁵ Também cabe ressaltar que na época Neal Adams era o presidente do centro de reabilitação para dependentes químicos do seu bairro. Segundo Dick Giordano, editor executivo da DC Comics

A popularidade de Lanterna Verde e Arqueiro Verde inspirou outros criadores a incluir questões sociais como pano de fundo em suas histórias. A diretoria, sempre atenta ao potencial comercial de uma nova abordagem criativa, pediu aos editores para tentarem usar a abordagem nós nos importamos com questões pertinentes em suas narrativas. Isso funcionou em alguns títulos, mas outros não foram tão felizes... De qualquer forma, esta série pioneira mudou o modo como as histórias em quadrinhos seriam escritas dali em diante: caracterização sofisticada, temas e técnicas narrativas suplantaram o velho método (entenda-se: histórias contadas de forma linear com um personagem bidimensional envolvido em um confronto simplista entre o Bem e o Mal). Também consolidou a reputação criativa de Denny, Neal e, em certo grau, deste que vos escreve. (O'NEIL, ADAMS; 2016; Pág. 7).

Ainda seguindo uma corrente progressiva para sua época, personagens negros começavam a ganhar destaque nas histórias dentro da DC e da Marvel Comics. Por exemplo, em 1971, quando o personagem John Stewart estreou e passou um tempo como membro da Tropa dos Lanternas Verdes. Mas o primeiro super-herói negro das HQs norte-americanas a ter seu título próprio foi Luke Cage, o Herói de Aluguel pela Marvel Comics em 1972.

¹⁵⁵ O'NEIL, Dennis; ADAMS, Neal. Lendas do Universo DC: Lanterna Verde e Arqueiro Verde. Barueri, SP, Panini Books, 2016.

Ainda na Marvel, o Pantera Negra foi o personagem que de fato se tornou o primeiro super-herói negro dos quadrinhos *mainstream*, tendo surgido em 1966, mas só deixando de ser coadjuvante quase uma década depois. Já o Capitão América chegou a dividir o título da sua revista com um personagem negro: o Falcão, em 1971. Este último criado por Stan Lee e Gene Colan. Abordando a inclusão de um personagem afro americano em pleno bicentenário de independência dos Estados Unidos, o roteirista e ilustrador Jack Kirby disse:

Andei vendo as sequências passadas do Falcão, aprendendo mais sobre ele. Como o Capitão América, sinto que aprendi a trabalhar com ele como uma equipe. A história que estou fazendo agora é voltada para o bicentenário, na verdade é uma trama de longa duração com muitos capítulos. Cada capítulo é uma história diferente. É claro que o ápice da história vai acontecer no bicentenário, em 1976. Será o Capitão América como deve ser. (KIRBY; 2018; Pág. 190).

Hoje os super-heróis não estão mais restritos às páginas dos quadrinhos, pois ganharam um grande espaço nas telas do cinema, o exemplo mais claro de representatividade nas adaptações dessa mídia é o personagem Pantera Negra, cuja adaptação foi considerada um marco para muitos. Afinal, trás personagens negros para o protagonismo de uma grande produção de um grande estúdio, com uma história que se passa em uma nação africana, algo que duas décadas atrás era impensável.

Atualmente diversas questões referentes à formação de uma identidade nacional, racial e/ou cultural permeiam um grande número de filmes e quadrinhos realizados ao longo do século XXI. Obviamente o cinema continua tendo um protagonismo soberano no imaginário popular, mas cabe destacar que não é o único meio de produção artística do qual dispomos.

A História Segundo os Quadrinhos

O ser humano ao longo de sua existência sempre narrou grandes feitos e grandes momentos de sua vida para a posteridade, imortalizando assim suas façanhas, mesmo que estas não tenham de fato ocorrido. Antes de ser adotada a escrita, era comum encontrar figuras rupestres em rochas ou cavernas que serviam como registro de povos que estiveram ali anteriormente.

A partir daí, ao invés de imagens isoladas, começou a se aprimorar as diversas gravuras e colocá-las em sequência, de modo a se contar uma história propriamente dita. Por exemplo, os relevos de antigos palácios assírios, representando conquistas e caçadas, ou os vasos gregos ornamentados representando a vida cotidiana ou os feitos épicos. Criando assim, uma nova forma narrativa de contar histórias. O famoso quadrinista Will Eisner tempos depois viria a definir essa forma de narrativa como “Arte Sequencial”.

O resultado de tais histórias geralmente são grandes épicos, aventuras, lições para vida ou maneiras de como se portar perante a sociedade do período, seja através de histórias verídicas ou de lendas e contos fantasiosos que buscam explicar o que aparentemente é inexplicável. Criando assim, heróis que sirvam de exemplo para a humanidade, como é o caso de Gilgamesh, Sansão, Heracles, Aquiles, Odisseu e Rama.

Atualmente não faltam heróis para as pessoas se espelharem, obviamente sem a mesma grandeza ou surpresa de um épico antigo ao ser descoberto pela primeira vez, mas estão lá. Superman, Batman, Mulher-Maravilha, Pantera Negra, Homem-Aranha, Arqueiro Verde, Lanterna Verde, X-men, entre tantos outros, em algum momento foram criados ou tiveram ao menos uma história com a intenção de

passar uma mensagem. Portanto, os quadrinhos muitas vezes podem ser vistos como o desdobramento atual das demonstrações culturais já vistas na antiguidade, mas usufruindo de um maior aparato tecnológico. O que aumenta consideravelmente a produção e conseqüentemente o número de leitores, embora nem sempre com materiais de grande qualidade.

Além disso, há algo que vem se buscando cada vez mais em diferentes mídias: a representatividade. Uma luta constante que percorre diferentes décadas. Seja a representação das mulheres, negras e brancas, dos jovens, dos idosos e das pessoas trans, todos buscam se ver representados de maneira não estereotipada no máximo de mídias possíveis e com os quadrinhos não é diferente.

Um passo de cada vez vem sendo dado ao longo dos anos, a HQ do Arqueiro e do Lanterna Verde foi um passo, outros vieram anos depois com a criação de heróis negros, latinos, LGBTQI+ e diferentes formas de narrativas sendo desenvolvidas, com menos estereótipos, maiores liberdades de criação e maior acessibilidade, tudo isso é fundamental, mas ainda há muito preconceito a se enfrentar.

Com uma forte representatividade imprimida nas páginas, o que conseqüentemente gera mais leitores e aumenta o número de vendas, nasce também uma nova maneira de ensinar: educar através do lúdico. As imagens e as palavras combinadas tem muita força, mostrar para os jovens como os quadrinhos podem tratar de problemas reais é fundamental. Muitos começaram a ler com os quadrinhos e não precisam parar só porque não são mais crianças, existem materiais para todas as idades e muitos podem servir como base para diversos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula e nas universidades. Esse é o poder do lúdico e da representatividade dentro da história.

REFERÊNCIAS

ALVES, Érica R. G. S. (Org.). *Anais do III Encontro Nacional de História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. 239p.

CARVETH, Rod; SOUTH, James B (orgs). *Mad Men e a Filosofia: nada é o que parece*. Ed. Gente, São Paulo, SP, 2014.

CASSONI, Raul. *Censura nas HQs: o código dos quadrinhos*. Disponível em: <http://maxiverso.com.br/blog/2016/09/11/censura-nas-hqs-o-codigo-dos-quadrinhos/11/09/2016>.

DAVIDSON, James West. *Uma Breve História dos Estados Unidos*. 1. Ed. Porto Alegre, RS L&PM, 2016.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BECK, José Orestes; QUINSANI, Rafael Hansen; (Orgs.). *Os ciclos da história contemporânea, volume 1: reflexões a partir da relação Cinema-História*. Porto Alegre, RS: Editora, 2018. Disponível em: <http://www.editorafi.org>.

FIGUEIREDO, Felipe. *A História Segundo os Quadrinhos*. In: YOUTUBE, Nerdologia, 31/07/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0MQSu-1vql8&t=0s>.

GOODWIN, Archie; TUSKA, George. *Luke Cage... Herói de Aluguel*. In: Coleção Histórica Marvel: Paladinos Marvel, nº2, Ed. Panini.

KARNAL, Leandro; Sean PURDY; Luiz Estevam FERNANDES; Marcus Vinícius de MORAIS. *História dos Estados Unidos*. São Paulo, 2007. Ed. Contexto.

KIRBY, Jack. *Capitão América e Falcão: A Bomba Enlouquecedora*. In: Coleção Oficial de Graphic Novels, Ed. Salvat, 2018.

LEE, Stan; KIRBY, Jack. *Fantastic Four 52*. In: Pantera Negra: uma nação sob nossos pés. Ed. Panini, 2018.

MATTSON, Kevin. The Big Chill that sets fires. In: *Rebels All! A short history of the conservative mind in postwar America*. New Jersey: Rutgers University Press, 2008.

MENEZES, Thales. *Lanterna e Arqueiro Verde trazem a HQs temas como racismo e feminismo*. Folha de São Paulo, 31/01/2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/01/1854495-lanterna-e-arqueiro-verde-trazem-a-hqs-temas-como-racismo-e-feminismo.shtml>.

O'NEIL, Dennis; ADAMS, Neal. *Lendas do Universo DC: Lanterna Verde e Arqueiro Verde*. Barueri, SP, Panini Books, 2016.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *Faces do Fanatismo*. 2Ed. Contexto, 2013.

UFRGS, IFCH. *Anos 90: Revista de Programa de Pós-Graduação em História*. Vol. 22, n. 41, Porto Alegre: PPGH, jul. 2015. ISSN 1983-201X Virtual.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana*. Ed. Leitura XXI, 2004.

WESCHENFELDER, Gelson. *Aristóteles e os super-heróis: a ética inserida nas histórias em quadrinhos*. São Bernardo do Campo, SP: Garcia Edizioni, 2014.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UM DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL

Francisco de Paulo D'Avila Junior¹⁵⁶

Resumo: Diante de uma crise ambiental que cada vez mais ganha proporções em escala global, o papel da educação ambiental nas escolas se torna relevante na busca por construir novos sujeitos, com novos valores e ideias para lidar com tais problemáticas. Desde a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a educação ambiental é referendada, assim como em outros documentos oficiais elaborados nas últimas décadas. O presente texto busca além de abordar a importância da EA em contexto escolar, investigar como o tema é citado nos principais documentos orientadores, principalmente aqueles com foco específico para a área educacional.

Palavras-Chave: Educação ambiental; Direitos Humanos; Sustentabilidade.

Introdução

Ao redor do Planeta Terra as notícias são catastróficas. tempestades, tsunamis, enchentes, aquecimento global, aumento de queimadas, e tantos outros fenômenos que acendem o sinal vermelho: o que será do futuro e é possível reverter? Nas últimas décadas o debate sobre o tema passou a entrar na pauta das organizações internacionais, através da elaboração de diversos documentos e, inclusive, na judicialização do tema.

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, promulgada pela Organização das Nações Unidas, o debate sobre os Direitos Humanos foi expandido e fortalecido. No entanto, foi somente em 1972 que discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade entraram no centro destas discussões. A Educação Ambiental (EA) como estratégia necessária para a abordagem do tema, foi colocada na pauta em 1977 na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Conferência de Tbilis), evento que desde então vem inspirando a elaboração de diversos documentos e Leis pelos países ao redor da Terra.

A EA, trata-se de uma estratégia revolucionária e que busca transformar as relações entre os seres humanos e o espaço natural. Desde a Revolução Industrial, percebemos que aumentaram as capacidades de interferência dos seres humanos no meio ambiente, em escala jamais vista, provocando devastações e mudanças consideráveis em todo o sistema ambiental planetário. Nesse sentido, a EA trabalhada em todos os níveis educacionais, colabora numa perspectiva de reconstrução de uma ética ecológica, e também de valores e atitudes que possam impactar a curto e longo prazo os rumos do planeta.

O presente artigo, além de valorizar a EA como um direito humano fundamental para as sociedades contemporâneas, busca traçar um breve retrospecto crítico/reflexivo de como o tema é abordado nos principais documentos oficiais no Brasil. Para tanto, se recorre a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a última versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), e a documentos mais específicos da área da educação, como a Lei N 9.795 que

¹⁵⁶Professor de Artes da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Mestrando pelo PPG-Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Licenciado em Teatro pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

estabelece o Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA) a LDB- Lei de diretrizes e bases da educação e a BNCC- Base Nacional Comum Curricular. à

A importância da educação ambiental

Os Direitos Humanos são um conjunto de direitos e garantias destinados a toda e qualquer pessoa, independentemente de sua cor, idade, sexo, nacionalidade, religião ou qualquer outra distinção, e que buscam garantir, a liberdade, a justiça social, e principalmente o direito a uma vida digna. O Conceito de Direitos Humanos foi construído por milhares de anos pelas sociedades ao redor do Planeta, e ao longo do tempo, os diversos povos habitantes da Terra, tentaram entrar em acordo sobre quais seriam esses direitos fundamentais e inerentes a pessoa humana. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), um acordo foi sacramentado a partir da elaboração pela Organização das Nações Unidas (ONU) da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

São muitos os direitos promulgados pela Declaração, como o direito à liberdade; o direito a educação; ao trabalho; ao amparo social; dentre tantos outros. Porém, foi somente em 1972 que o tema ambiental ganhou espaço através da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo. Se os direitos humanos existem para serem usufruídos por todos os cidadãos, sem a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável o exercício pleno de tais direitos é afetado, assim como a qualidade de vida humana, e sua própria existência no Planeta. A constatação da estreita relação da proteção dos direitos humanos com a proteção do meio ambiente, nas últimas décadas, fez emergir um novo direito: o direito humano ao meio ambiente.

Como consequência do rápido progresso da ciência e tecnologia, desde a Revolução Industrial ocorrida no final do Século XVIII, a exploração exacerbada das riquezas naturais implicou impactos dramáticos na saúde e no equilíbrio ecológico do Planeta. A capacidade dos seres humanos de interferir no meio natural aumentou, em muitas formas e em escalas jamais vistas. Nesse ponto, é interessante observar que a defesa do meio ambiente, como destaca o documento, é fator essencial para o gozo de todos os direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida. A importância da Declaração de Estocolmo é destacada por Silva:

A Declaração de Estocolmo de 1972 abriu caminho para que as Constituições supervenientes reconhecessem o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito humano fundamental entre os direitos sociais do Homem, com sua característica de direitos a serem realizados e direitos a não serem perturbados. (SILVA, 2000, pg. 67).

Ainda em 1972, com a criação do United Nations Environment Programme (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) pelas Nações Unidas, a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável ganharam contornos mais definidos. O PNUMA é a autoridade máxima global na coordenação de ações internacionais, no que diz respeito a defesa do meio ambiente, sendo reconhecido, autorizado, e um dos programas mais antigos de dois órgãos da ONU, A Assembleia Geral e o Conselho Econômico e Social.

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, os países membros da ONU, através da elaboração de diversos encontros, debates e tratados, abordam o tema de uma perspectiva jurídica, criando e sancionando uma série de Leis que visam garantir esse direito tão importante. No Brasil, o Direito Ambiental avançou com a Política Nacional do Meio Ambiente, criada a partir da Lei 6.938 sancionada no ano de 1981, e em 1988, com a Constituição da República

Federativa do Brasil, que dedica um capítulo próprio ao meio ambiente. Porém, mesmo assegurado por um aporte jurídico, e por diversos acordos internacionais, esse direito é constantemente posto em xeque, e ainda enfrenta uma série de dificuldades para sua efetivação.

A educação passou a ser vista como instrumento importante na construção de uma sociedade mais justa e um meio ambiente mais equilibrado. Para que o modo de vida dos humanos seja considerado Sustentável, é necessário que ele seja *ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso*. Portanto, tentando superar uma visão *Antropocêntrica*, um pensamento filosófico que coloca a figura do ser humano como foco central para o entendimento do mundo, a abordagem ecológica no âmbito educacional se torna extremamente necessária.

As estratégias de enfrentamento da problemática ambiental, para surtirem o efeito desejável na construção de sociedades sustentáveis, envolvem uma articulação coordenada entre todos os tipos de intervenção ambiental direta, incluindo nesse contexto as ações em educação ambiental. Dessa forma, assim como as medidas políticas, jurídicas, institucionais e econômicas voltadas à proteção, recuperação e melhoria sócio ambiental, despontam também as atividades no âmbito educativo. (EFFTING, 2007, p. 21).

Se é necessário reinventarmos a maneira de viver a partir daqui, pensando estratégias sob a ótica de uma ecologia ambiental e uma ecologia social, para Félix Guattari, é necessário também perceber as implicações de uma perspectiva ecosófica sobre a concepção da subjetividade. Não separando a ação sobre a psique, daquela sobre o social e o ambiental, é que se pode combater o empreendimento de alguns setores da sociedade, como a mídia e setores da política, “na infantilização da opinião e de neutralização destrutiva da democracia” (GUATTARI, 2012, pg.24). É nesse ponto que o autor propõe um engajamento de mediadores sociais de diversas instâncias:

Invocando paradigmas éticos, gostaria principalmente de sublinhar a responsabilidade e o necessário “engajamento” não somente dos operadores do “psi”, mas de todos aqueles que estão em posição de intervir nas instâncias psíquicas individuais e coletivas (através da educação, saúde, cultura, esporte, arte, mídia, moda etc.). (GUATTARI, 2012, pg. 21).

De acordo com Guattari, a educação está em posição de intervir no subconsciente, possibilitando novas possibilidades de leitura e prática do sujeito na sociedade. A educação, seja ela formal ou não, é um espaço muito importante na formação da pessoa humana, e na construção de atitudes, posturas e valores sociais. Nesta perspectiva, cabe pensar os processos de ensino-aprendizagem num viés ecológico, com a intenção de formar sujeitos mais conscientes ecologicamente, de forma global, contextualizada e Interdisciplinar.

Um dos maiores desafios da EA é articular conhecimentos e debates em torno de problemáticas globais, como aquecimento global, industrialização, urbanização, poluição atmosférica, crescimento populacional, desmatamento, com problemáticas de cunho local, que possam fazer mais sentido para o estudante sobre o meio em que ele próprio vive. Através de um processo contínuo e participativo dos estudantes, é possível incutir uma consciência crítica sobre a problemática ambiental nesses cidadãos em formação. Então, o processo de EA na escola não deve se restringir a datas comemorativas, ou ações específicas, mas estar presente na vida escolar do estudante de forma ativa e viva.

Em 1975 a Unesco organizou em Belgrado, Iugoslávia, o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, unindo especialistas de 65 países. As discussões estabelecidas no encontro deram origem a Carta de Belgrado, que formulou princípios e orientações para um Programa Internacional de Educação Ambiental. Tal documento “expressava a necessidade do exercício de uma nova ética global, que proporcionasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humana”. (BRASIL, p. 6). Este primeiro movimento em busca da elaboração do PIEA culminou no que se tornaria um marco para a EA, que foi a Conferência de Tbilis.

A Educação Ambiental tem como referência maior a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Conferência de Tbilis), que aconteceu em Tbilisi, Geórgia, ex-União Soviética (URSS), com duração de treze dias no período de 14 a 26 de outubro de 1977. Para muitos pesquisadores tratou-se da continuação da Conferência de Estocolmo, ocorrida no ano de 1972, no entanto, concentrou a discussão dos problemas do meio ambiente imbricada ao processo educativo. Foi realizada a partir de uma parceria da Unesco com o programa de meio ambiente da ONU (Pnuma). Como resultado desta conferência, um documento foi elaborado indicando diretrizes para a educação ambiental. A Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, dentre outras deliberações definiu que:

A educação ambiental tem por finalidade criar uma consciência, comportamentos e valores com vistas a conservar a biosfera, melhorar a qualidade de vida em todas as partes e salvaguardar os valores éticos, assim como o patrimônio cultural e natural, compreendendo os sítios históricos, as obras de arte, os monumentos e lugares de interesse artístico e arqueológico, o meio natural e humano, incluindo sua fauna e flora, e, os assentamentos humanos. (CIT, 1977, RECOMENDAÇÃO 7, p. 6).

Através da declaração, ficou estabelecido que o processo educativo deveria ter como pilar a busca por resoluções concretas sobre a problemática ambiental, buscando a participação efetiva de cada indivíduo e sua presença na coletividade. A Conferência de Tbilis foi um marco, e destacou a importância da escola desde os anos iniciais, até a formação profissionalizante de indivíduos comprometidos com a questão ambiental. Ainda hoje, o documento elaborado na conferência é inspiração e referência internacional nas práticas de Educação Ambiental.

A Educação Ambiental propõe formar indivíduos conscientes e que se comprometam eticamente com a preservação dos recursos naturais, considerando o tema numa perspectiva global, ou seja abordando os seus aspectos políticos, sociais, econômicos, éticos e culturais. Nesse sentido, pensamos uma educação ambiental crítica, e que promove ações em que os indivíduos se percebam como parte do todo, e que pensem ações sustentáveis a partir da crise ambiental global que vivemos, de forma transversal e construtivista. Portanto, ela vai além da ecologia, sendo está apenas um aspecto que constitui a Educação Ambiental. Segundo Talamoni e Sampaio, a Educação Ambiental não pode se restringir:

Ao ensino de ecologia e ao ensino de ciência; a educação ambiental é a ideia de que ela é um processo de construção da relação humana com o ambiente onde os princípios da responsabilidade, da autonomia, da democracia entre outros estejam presentes. (TALAMONI; SAMPAIO, 2003, p. 23).

Para que essa competência seja desenvolvida no ambiente escolar, são necessários investimento na escola e na formação continuada do corpo docente, assim como a valorização da pesquisa, ciência e tecnologia. No entanto, falar de

educação ambiental, é falar sobre educação e quando pensamos a educação no Brasil constatamos diversas problemáticas que prejudicam a abordagem do tema na escola. São feitos os investimentos necessários na formação de profissionais aptos a trabalharem o tema em seus componentes? São estimuladas abordagens interdisciplinares capazes de articular conceitos ecológicos e globais em todas as etapas do ensino? Como o tema é abordado nos documentos orientadores da educação nacional? São questionamentos que estimularam uma breve pesquisa sobre como o tema é dimensionado nessas normativas no país, e que será apresentada a seguir.

Como a educação ambiental é citada nos documentos oficiais no Brasil

Antes de adentrar propriamente nos estudos sobre EA, vale destacar dois acontecimentos importantes para pensar meio ambiente e direitos humanos no país. Por consequência, os acontecimentos que serão mencionados fomentaram a elaboração de estratégias de implementação de políticas voltadas a promoção da EA no Brasil. Pela primeira vez na história, a questão ambiental foi abordada de forma mais aprofundada em uma constituição da república. Na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), o estado brasileiro inovou ao dedicar um capítulo próprio ao tema. O Capítulo VI do Título VIII – diz:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, pg. 64).

Ainda sobre isto, afirma:

Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: [...] VI - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. (BRASIL, 1988, pg. 64).

A Constituição de 88 tornou o meio ambiente um bem a ser tutelado, sendo um marco histórico sobre a temática no país. O destaque dado, sendo atribuído um capítulo próprio ao assunto, revela uma necessidade de pensar o meio ambiente não somente voltado ao desenvolvimento econômico, mas um bem a ser preservado para as presentes e futuras gerações. É certo mencionar que a Lei nº6.938/1981, estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), mas foi com a carta magna brasileira que o tema foi elevado, irradiando seus pressupostos e fundamentos para o sistema geral.

Outro avanço importante foi a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), sendo este documento importante na abordagem do tema na esfera dos Direitos Humanos no País. O PNDH é um programa do Governo Federal do Brasil, e foi criado, com base no art. 84, inciso IV, da Constituição, pelo Decreto nº 1904 de 13 de maio de 1996. O objetivo do Programa, criado pelo Ministério da Justiça com a colaboração da sociedade civil, foi identificar os principais obstáculos na promoção aos direitos humanos. Além disto, o documento sugere um conjunto de propostas concretas para um efetivo cumprimento dos direitos humanos no Brasil. As propostas apresentadas, se forem debatidas no Congresso Nacional, podem se tornar Leis, e no momento existem 3 versões do documento. As versões I e II foram apresentadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso em 1996, e a versão III apresentada no Governo Lula em 2009.

No ano de 2009, o então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva assinou decreto modificando nove pontos do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Embora o tema ambiental seja de extrema importância, sendo o meio ambiente a base de toda a estrutura da espécie humana, foi apenas no PNDH-3 que o tema apareceu nos documentos elaborados pelo Programa Nacional de Direitos Humanos. O documento Ressalta que “a noção de desenvolvimento está sendo amadurecida como parte de um debate em curso na sociedade e no governo” (PNDH-3, 2009). O avanço do tema ambiental na construção do PNDH pode ser percebido na citação abaixo:

O PNDH-3 inova ao incorporar o meio ambiente saudável e as cidades sustentáveis como Direitos Humanos, propõe a inclusão do item "direitos ambientais" nos relatórios de monitoramento sobre Direitos Humanos e do item "Direitos Humanos" nos relatórios ambientais, assim como fomenta pesquisas de tecnologias socialmente inclusivas. (BRASIL, 2009, Diretriz 6).

A terceira versão do PNDH-3, incorporou uma nova perspectiva e construiu relação entre os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, “buscando a garantia do acesso ao trabalho, à saúde, à educação, à alimentação, à vida cultural, à moradia adequada, à previdência, à assistência social e a um meio ambiente sustentável” (BRASIL, 2009, pg. 5).

Em consonância com as discussões internacionais, o Brasil abarcou importantes eventos para a discussão ambiental no país. No ano de 1992, no Rio de Janeiro aconteceu a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), com objetivo de fazer um balanço sobre as mudanças ocorridas desde a Conferência de Estocolmo. Sobre EA, paralelamente à Rio-92, aconteceu a 1ª Jornada Internacional de Educação Ambiental, e que foi responsável na elaboração de três documentos sobre o tema: Agenda 21, Carta Brasileira para a Educação Ambiental e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

179 países participaram da Rio-92 e assinaram a Agenda 21. Tal documento se configurou como um instrumento capaz de estabelecer um padrão global de desenvolvimento, devidamente nomeado como “desenvolvimento sustentável”. Através de 40 capítulos estabelece diretrizes para o fortalecimento sustentável de sociedades diversas ao redor do globo, utilizando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Em seu capítulo 36, define EA como um processo capaz de:

Desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos. (BRASIL, 1992, cap. 36)

Já a Carta Brasileira para a Educação Ambiental, foi um documento aprovado durante evento oficial organizado pelo o Ministério da Educação (MEC) de 1 a 12 de julho de 1992, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro. A carta valoriza, entre outras coisas, a educação ambiental como componente essencial para o desenvolvimento sustentável. Revela também o interesse do Brasil em se tornar um polo formador em EA na América Latina. Ainda recomenda que sejam viabilizados investimentos para a capacitação de recursos humanos para a EA, assim como reformulações de currículos escolares e elaboração de material instrucional.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, outro documento elaborado pelos signatários, de todas as partes do mundo, que participaram da Rio-92, buscou estabelecer princípios da educação para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Segundo o documento, a EA deve ter como base o pensamento crítico e inovador, além de estar inserida em todos os níveis educacionais, em modos formal, não-formal e informal. Todos os documentos impulsionaram, anos mais tarde, a criação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Em 27 de abril de 1999 foi criada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que estabelece diretrizes para a Educação Ambiental no país. Baseado nessa premissa o art. II da lei N 9.795 diz que a EA: “é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. (BRASIL, 1999, caput.1). O PNEA envolve órgãos e entidades que integram o Sistema Nacional de Meio Ambiente, o Sisnama. Além disso, envolve instituições de ensino públicas e privadas reconhecidas pelos sistemas de ensino do país. Dentre algumas linhas de ações, se destacam:

- 1. Capacitar os Recursos Humanos;**
- 2. Desenvolver estudos, pesquisas e projetos experimentais;**
- 3. Produzir e divulgar materiais educativos;**
- 4. Acompanhar e avaliar as ações.**

Nos parâmetros estabelecidos pelo PNEA, a educação ambiental, seja em escolas públicas ou privadas, deve ocorrer desde a educação básica, passando pelo ensino fundamental e médio, chegando até a educação profissional e o ensino superior. No entanto, embora um avanço importante, o PNEA não estabelece a educação ambiental como um componente específico da grade curricular da educação básica. Se tratando do ensino superior existe a possibilidade desses estudos serem ofertados a partir de uma disciplina específica.

No Ensino Superior, a articulação dos estudos ambientais favorece a produção intelectual e pedagógica, possibilitando o aparecimento de metodologias e também propostas de políticas públicas, sendo assim, o papel do PNEA é justamente apoiar e garantir suporte teórico e metodológicos para tais pesquisas. É importante destacar que a inserção de disciplinas específicas nos cursos de formação de professores é imprescindível para que esses profissionais possam revolucionar suas práticas de ensino, posteriormente, no ensino básico. É claro que as atribuições do PNEA vão além do ensino formal, e essa articulação acontece com outras esferas da sociedade, como Ongs, lideranças comunitárias, entidades de classe, clubes de serviço, e outros grupos de interesses.

A partir da criação do PNEA, foi instituído o Órgão Gestor com finalidade de elaborar um programa nacional de educação ambiental. Diante disso, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) foi elaborado e apresentado pelos ministros da Educação Tarso Genro e do meio ambiente Marina Silva em 2004. A criação do programa ouviu durante meses a sociedade civil para fortalecer a participação da população na criação dessa política pública tão necessária. O objetivo do programa é o de promover a difusão da educação ambiental em todos os espaços pedagógicos e das instituições do país.

Numa breve revisão documental da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, de 30/11/96, não estabeleceu nenhuma diretriz para a educação ambiental no país, e sequer cita o termo em seu documento. Apenas menciona, de forma muito superficial, sobre o ensino fundamental em seu art. 26, capítulo I – “Os

currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil” (BRASIL, MEC, 1996). Desse modo, seria necessária muita boa vontade para que o tema seja abordado, de forma indireta ou não, nas práticas dos currículos escolares. Podemos contatar que a LDB não valorizou todos os esforços reunidos desde a Conferência de Estocolmo sobre a necessidade de implementação da EA nos currículos escolares.

Precisamente nos documentos orientadores da educação nacional, o tema foi melhor valorizado nos PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais – tema transversal Meio Ambiente e Saúde (1997). Os PCN apresentam o tema ambiental de forma transversal encorajando alertas necessários para a sadia continuidade da vida na Terra. Ao se tornar um tema transversal, é possível pensar o meio ambiente de uma forma global, com atenção não só aos elementos naturais, mas também aos aspectos sociais envolvidos na problemática ambiental. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente e Saúde:

Os conteúdos de Meio Ambiente serão integrados ao currículo através da transversalidade, pois serão tratados nas diversas áreas do conhecimento, de modo a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental (BRASIL, 1997, p.36).

Nos PCN, os professores encontram diretrizes para a abordagem do tema em seus conteúdos. A abordagem ambiental permanente nos conteúdos e nas aulas dos docentes, favorece que o estudante crie uma consciência ecológica crítica. De acordo com Loureiro, um dessas importantes diretrizes são os temas geradores, se tornando estratégia interessante, no sentido de que:

[...] Os temas geradores servem, em síntese, como eixos articuladores entre temáticas e disciplinas, e devem ser definidos pela capacidade coletiva e dialógica de desvelar os problemas, partindo de um eixo comum, da convicção de que todos podem aprender em comunhão, de que todos sabem algo que é válido e de que cabe ao sujeito individual construir o reconhecimento e ressignificar o que aprendeu. (LOUREIRO, 2006, p.46).

No mesmo ano da criação dos PCN, foi também elaborada a Declaração de Brasília para a Educação Ambiental, durante a I Conferência Nacional de Educação Ambiental em 1997. O próprio documento, primeiramente, reconhece a necessidade da implementação da EA, levando em conta seu caráter constitucional, ou seja, por ser respaldada pela Constituição da República do Brasil (1988). O documento ainda cita os PCN como inspiração, e através da Declaração de Brasília, além de expressar os resultados das discussões da Conferência, apresenta também um resumo dos problemas apresentados e das sugestões elencadas pelos participantes. 20 anos após Tbilisi, a Declaração de Brasília reafirma a importância da educação ambiental na promoção de uma ecocidadania. O documento trás uma contribuição importante, quando questiona o próprio sistema educacional vigente no país, e que dificulta a implementação da EA:

O modelo de educação vigente nas escolas e universidades responde a posturas derivadas do paradigma positivista e da pedagogia tecnicista que postulam um sistema de ensino fragmentado em disciplinas, o que se constitui um empecilho para a implementação de modelos de educação ambiental integrados e interdisciplinares. (Brasil, 1997, Tema 2).

A crítica ao modelo educacional em vigor no Brasil, positivista e fragmentado em disciplinas, dificulta a efetivação de uma proposta de cunho transversal e que busca que o estudante tenha uma visão global da problemática ambiental no país. Nesse sentido, o documento apresenta algumas problemáticas, mas também faz sugestões importantes. Uma das sugestões é a criação de novos currículos, nos três níveis de ensino e que favoreçam o trabalho com a temática ambiental.

Por último, o presente texto trás informações acerca da BNCC- Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, aprovada no ano de 2017. A BNCC não cita a Educação Ambiental como um princípio necessário para o desenvolvimento das competências gerais e habilidades, mas faz referência à promoção da consciência socioambiental e do consumo responsável. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua competência geral número 10, aborda a importância das atitudes que contribuem para a preservação do meio ambiente:

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p. 47).

Ainda sobre sustentabilidade, aparece em habilidades de algumas disciplinas, como Arte, Ciências e Matemática:

(EF15AR04) Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais. (BRASIL, 2017, p. 473).

Embora seja um documento atualizado recentemente, a BNCC não dá conta de articular todo o conhecimento adquirido até aqui a respeito da EA. É mais um documento em que podemos verificar uma certa discrepância com outros documentos orientadores da educação nacional como, por exemplo, os PCN. Nesse sentido, por ser um documento de caráter normativo, e por ter como dever nortear os currículos de todos os sistemas de redes de ensino do país, a BNCC deixa de ser um avanço significativo na história da EA no Brasil.

Considerações finais

Nas últimas décadas, as várias catástrofes constatadas ao redor do globo, deixaram claro a urgência da necessidade de uma mudança de paradigma em relação aos modos de vida dos seres humanos e suas interferências no espaço natural. Desde a Conferência de Estocolmo, uma série de Leis e documentos orientadores tem sido construído, numa perspectiva de garantir a Educação Ambiental como uma estratégia capaz de sensibilizar e modificar as atitudes dos seres humanos.

Constatamos que no Brasil, embora existam uma série de Leis que regimentam a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, ainda há uma certa dificuldade de efetivar essa abordagem, principalmente nos níveis básicos de ensino. Uma das problemáticas é a falta de formação adequada dos profissionais de ensino que já são atuantes, e aqueles que estão em formação pedagógica nas Universidades e IEE.

Percebemos também uma certa discrepância entre as Leis que estabelecem a obrigatoriedade da EA em todos os níveis de ensino, em relação aos documentos

orientadores que dão as diretrizes para a educação nacional. A LDB e a BNCC são alguns desses documentos que ignoram todos os esforços estabelecidos internacionalmente e também no próprio âmbito nacional.

A Educação Ambiental é um tema instigante e bastante desafiador. O objetivo deste texto foi verificar de forma pontual algumas concepções sobre EA em alguns documentos oficiais do Brasil. Não se levou em conta aqui algumas concepções específicas formuladas em Estados da federação, nem tão pouco a observância de eventos e documentos em sua totalidade, o que pode ser objeto de estudo para próximos textos e pesquisas.

Bibliografia

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Campinas: Papirus, 2012.

LOUREIRO. Carlos Frederico B. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 3.^a ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

EFFTING, Tânia Regina. **Educação Ambiental nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios**. Marechal Cândido Rondon, 2007. Monografia (Pós Graduação em “Latu Sensu” Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, 2007.

MORALES, A. G. M. **O processo de formação em Educação Ambiental no Ensino Superior: trajetória dos cursos de especialização**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental da Furg, Rio Grande – RS, v. 18, p. 283-302, jan./jun. 2007. Disponível em: Acesso em: 11 jan. 2016.

BRASIL. **Agenda 21**. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992. Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Presidência da República, 05 out 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 set. de 2021.

BRASIL. **Declaração de Brasília para a Educação Ambiental**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Ministério da Educação e do Desporto. 1997. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educacao-ambiental/documentos-referenciais/item/8069-declaracao-de-brasilia-para-a-educacao-ambiental.html>. Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. MEC. SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente: saúde**. 3^a ed. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **PNDH-3**. DECRETO Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. **PNEA**. LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 15 set. 2021.

GEÓRGIA, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). **Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental**. Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/EA_DocOficiais.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.

NO PORÃO DO NAVIO À NOTORIEDADE: A ATUAÇÃO DOS EX-ESCRAVOS COMO ATORES FUNDAMENTAIS NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS DOS PORTOS CAPIXABA.

Gracineide Maria de Souza¹⁵⁷

Resumo: A categoria dos portuários contribuiu de forma efetiva nos serviços de movimentações de cargas nos portos brasileiros. Assim, o estudo tem como objetivo apresentar a relação do trabalhador com os serviços nos portos capixabas e o processo de organização das categorias sindicais dos Trabalhadores Portuários Avulsos (TPA's). Alguns estudos apontam a participação dos africanos como atores fundamentais na formação dessa categoria em quase todos os portos brasileiros, inclusive capixaba. A partir de entrevistas e estudo de trabalhos realizados por outros pesquisadores, notou-se a presença dos ex-escravos na formação dessa categoria, assunto que será apresentado nesse artigo.

Palavras Chave: Trabalho, trabalhadores portuários, ex-escravos.

INTRODUÇÃO

O trabalhador portuário e marítimo está inserido na relação de trabalho desde a chegada dos europeus em território brasileiro. Ele ocupou e ainda ocupa o espaço de ator fundamental no desenvolvimento do comércio interno e externo, bem como na efetivação desse segmento na costa brasileira. Conhecer as perspectivas sociais e os elos dos trabalhadores portuários e marítimos incluídos nas atividades portuárias do Espírito Santo, como surgiu essa categoria, quais as principais barreiras e qual foi o público de maior relevância nessa formação, são pontos essenciais a ser tratados nesse estudo.

O reconhecimento de uma categoria com processos laborais independentes e diferenciados dos tradicionalmente utilizados foi um dos maiores desafios para a efetivação da categoria dos portuários. Segundo apontado por Maria de Fátima Ferreira Queiroz e Juliana Varela Geraldo (2015, p. 33) “A atividade portuária é marcada por sua diversidade em função do tipo de carga a ser transportada, acarretando inserções bastantes distintas na composição da força de trabalho necessária para sua execução”. Foi a partir das adversidades e obstáculos encontrados pelos trabalhadores portuários o que possibilitou a luta pelo reconhecimento deles nesse trabalho.

A expressão trabalho originou-se do vocábulo latino *tripalium*, expressão criada acerca da junção das palavras *tri*, que quer dizer “três”, e *palum*, que tem significado de “madeira”. O *tripalium* foi um artefato usado em torturas, era construído com três estacas de madeira bem amoladas, foi um recurso muito utilizado na Europa no período da Antiguidade, conforme descrito no Dicionário Etimológico – Etimologia e origem das palavras. A partir desse ponto de vista, trabalhar significa “ser torturado”, exercício comum no ambiente daqueles que foram escravizados, pobres ou sem condições de manter as finanças em dia, situação que os tornavam subjugados às torturas no *tripalium*.

Por muito anos o verbo trabalhar ainda era assimilado ao ato de ser torturado, o processo de mudança desse significado foi realizado lentamente. Com o tempo,

¹⁵⁷ Bacharela em Arquivologia e História, Licenciada em História - UFES; Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Doutoranda no mesmo programa - UFES. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq-UFES "Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES/UFES).

conquistou o lugar de atividades físicas com objetivo produtivo realizada pela sociedade laboral em geral, tais como: os camponeses, artesãos, agricultores, pedreiros, pastores, entre outros. No latim a palavra era *tripalium*, essa ficou conhecida pelos francêss como, "*travailler*, com definição próxima do latim, como, "sentir dor" ou "sofrer". (...) com o passar do tempo também experimentou algumas alterações no seu sentido, sendo direcionada ao significado de "fazer uma atividade exaustiva" ou "fazer uma atividade difícil, dura" (DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO).

Apenas nos finais do século XIV, com a transição do período medieval para a modernidade, com o desenvolvimento das atividades comerciais, a palavra *trabalho* passou a ter um significado mais generalizado. Qualquer atividade que requeria força, concentração, habilidade intelectual, dentre outras ocupações ligadas ao serviço ou à produção, era considerada trabalho.

Com o advento da Revolução Industrial, a demanda de mão de obra especializada aumentou, cedendo lugar as especializações para atender à exigência da industrialização. Ainda de acordo com o Dicionário Etimológico "a palavra trabalho tem hoje uma série de diferentes significados" ao ultrapassar seu significado original para múltiplos significados na modernidade, período no qual encontra-se vários meios de classificar e conceituar a palavra *trabalho*.

Um dos pontos importantes relacionados ao trabalho moderno, refere-se à discussão sobre a centralidade ou não da comunidade laborista. Ricardo Antunes, em seu livro *Adeus ao Trabalho?* (2015), defendeu a centralidade da classe trabalhadora, haja visto que ele discordou de alguns autores que "defendem a perda da centralidade da categoria do trabalho na sociedade contemporânea" em consequência da "intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, que em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtiva de mercadorias" (ANTUNES, 2015 p. 96).

Para Antunes (2015, p. 97), mesmo com a redução quantitativa do cenário lucrativo, "o *trabalho abstrato* cumpre papel decisivo na criação de valores de troca". As provisões oriundas do capitalismo são consequências do desempenho decorrente do "trabalho humano em interação com os meios de produção" (MARX, 1975, p. 723-724 *apud* ANTUNES). Destaca-se que a redução da condição abstrata da metodologia de trabalho associada aos procedimentos objetivos, ou o crescente aumento dos recursos permanentes em relação ao oscilante, que diminui parcialmente, porém não suprime, a função do trabalho coletivo na formação de rendimentos de transição.

Destarte, o trabalho comunitário, mesmo reduzido, mantém-se presente no cotidiano social. Contudo, não é suficiente para afastar as dificuldades e constantes crises que assolam a sociedade laboral no atual contexto vivenciado pela maioria das áreas produtivas brasileiras. O alto índice de desemprego atormenta a sociedade e, quando nos referimos à instabilidade na comunidade laborativa, é crucial mostrar a qual proporção essa se refere, se trata de apenas uma crise da sociedade do trabalho abstrato, conforme sugere (Robert Kurtz, 1992) ou se discorre do conflito do trabalho em sua proporção efetiva, durante o tempo em que a parte estruturante da troca social entre a humanidade e a natureza (Offe, 1989; Gorz, 1982 e 1990 e Habermas, 1987, entre outros). Nesse contexto, Kurtz ressalta que: "A sociedade do trabalho como conceito ontológico seria tautologia, pois, na história até agora transcorrida, a vida social, quaisquer que sejam suas formas modificadas, apenas podia ser uma vida que incluísse o trabalho." (KURTZ, 1992, p. 26, *apud* ANTUNES, 2015, p. 97).

Assim, a força de trabalho deve ser compreendida de acordo com sua dupla forma: "como execução de um trabalho que é parte da vida cotidiana e como

atividade de trabalho, como uma objetividade diretamente genérica” (HELLER, 1977, p. 119-127 *apud* ANTUNES, 2015, p. 100). Conceituar o trabalho como uma ação do passado não condiz com a realidade, visto que a comunidade trabalhadora está inovando e renovando seus conceitos por meio de diversas facetas apresentadas em grande número de literatura sobre este tema. Com isso, Heller apresenta como Marx tipificou a duplicidade das atividades laboristas: *work* e *labour*. “O primeiro (*work*) realiza-se como expressão do trabalho concreto, que cria valores socialmente uteis. O segundo (*labour*) expressa a execução cotidiana do trabalho, convertendo-se em sinônimo de trabalho alienado” (HELLER, 1977, p. 119-127, *apud* ANTUNES, 2015, p. 100).

Isto posto, a atividade marítima e portuária traz em seu arcabouço especificidades e particularidades ímpares, fato que aguça ainda mais o interesse em debruçar-se sobre o assunto. De acordo com Francisco Edivar Carvalho (2010, p. 2), o trabalho marítimo é executado unicamente a bordo e durante a realização de tarefas voltadas à navegação, tais como a conservação de navios, barcos, entre outros trabalhos similares conforme a estrutura e característica da navegação e capacidade das embarcações. Para cada tipo de trabalho marítimo, é essencial que haja uma, “quantidade mínima obrigatória de tripulantes¹⁵⁸ habilitados em cada função para serem conduzidas com segurança, segundo as normas da autoridade marítima, exercida pela Marinha do Brasil por meio da Diretoria dos Portos e Costa (CARVALHO, 2010, p.8) ”.

Tradicionalmente, o trabalho marítimo e portuário é desempenhado por inúmeras camadas de profissionais composto pelo modelo de trabalho ocasional e/ou coletivo, com execução irregular e coordenação do ambiente de trabalho realizada pelos trabalhadores estruturados em sindicatos (HOBSBAWM, 1981). Trata-se de uma categoria laboral conhecida pelos vínculos familiares e/ou por apadrinhamento a partir do parentesco, coleguismo e amizade, determinando a peculiaridade do grupo. Isto é, o desenvolvimento do trabalho necessitava mais de esclarecimentos individualizados, de benefícios ou, ainda, da situação política, do que do retorno fornecido pelo mercado por intermédio das companhias qualificadas. Companhias que atuam no recrutamento da mão de obra de profissionais para atuar nas atividades a serem realizadas tanto nos navios quanto nos domínios portuários (MACHIN; COUTO & ROSSI, 2009).

Salienta-se que os trabalhadores marítimos e portuários atuaram por muitos anos sem normalização e regulamentação. Somente a partir do momento que perceberam necessidade de fortalecer, foi que uniram as forças e organizaram em classe por meio dos sindicatos, alcançando assim, as primeiras normas e leis que regulamentaram as atividades da categoria (SOUZA, 2017). De acordo com Hobsbawm (2000, p. 212 *apud* SOUZA, 2017, p. 90), em vários países industrializados era “comum a participação de trabalhadores nos Sindicatos Trabalhistas Gerais, independentemente da qualificação ou profissão à qual pertenciam”.

Foi na Inglaterra a formação dos primeiros sindicatos, sendo o país modelo da formação do sindicalismo moderno, salienta-se que desde 1880, a formação dos sindicatos surgiu em decorrência da união dos trabalhadores: “Embora os ‘sindicatos gerais’ tenham usado muitas das técnicas de negociação do sindicalismo de ‘ofícios’ do passado, e tenham tendido cada vez mais a adotarem as do ‘sindicalismo industrial (HOBSBAWM, 2000, p. 213) ”. Situações que dificultam a classificação das

¹⁵⁸ A quantidade mínima obrigatória de tripulantes é chamada de tripulação de segurança. As embarcações com mais de 20 toneladas de arqueação bruta são obrigadas a possuírem o cartão de tripulação de segurança - CTS.

divisões clássicas da formação dos sindicatos. Segundo Hobsbawm, o sindicalismo moderno se perpetuou a partir de três diferentes funções básicas:

Como sindicato de “classe” eles têm tentado unir todos os trabalhadores contra todos os patrões, geralmente sob inspiração socialista ou revolucionária. Como sindicatos de “trabalhadores”, eles têm tentado fornecer organização efetiva aos trabalhadores incapazes ou excluídos do sindicalismo de classe ortodoxo. Como sindicatos “residuais”, finalmente, eles organizaram qualquer corpo de trabalhadores não-efetivamente abrangidos por outros sindicatos (e alguns que eram): nem a primeira nem a terceira funções exigem qualquer forma especial de organização (HOBBSAWM, 2000, p. 213-214 *apud* SOUZA, 2017, p. 91).

Cabe ressaltar que as relações envolvidas nos trabalhos marítimos e portuários estão continuamente relacionadas à formação dos sindicatos e seu imaginário, associando-se, dessa forma, às expressões fundamentadas em torno do trabalho coletivo. Ao ressaltar a História do Trabalhador e a formação dos sindicatos apresentada no livro de Hobsbawm (2000), nota-se que as imagens representativas dos trabalhadores se agregam às estruturas discursivas e institucionais presentes no interior de distintos grupos sociais.

Sendo assim, cabe apresentar nesse artigo a formação da categoria de trabalhadores portuários nos portos capixabas, remontando os primórdios da colonização e a relevância que a navegação representa no desenvolvimento econômico e na formação da sociedade capixaba. Os trabalhos realizados nos portos foram e ainda são a mola propulsora para a economia do Estado do Espírito Santo. Sendo esse um dos motivos que nos leva ao resgate histórico da formação dessa categoria, que por muitos anos ficou desconhecida e estigmatizada – com o caricato ‘peão do porto’ - pela sociedade.

NASCE UMA CATEGORIA

Os trabalhadores portuários sempre estiveram presentes nas atividades desenvolvidas nos portos brasileiros. Esses trabalhadores atuam em diversas frentes de trabalho, estão inseridos tanto no modelo direto, quanto no indireto. A categoria regida pelo regime direto, é aquela com vínculo empregatício a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); os trabalhadores com vínculo indireto, são aqueles conhecidos como trabalhadores portuários avulsos, anteriormente como flutuantes e/ou intermitentes. Essa categoria passou por muitos anos com o cadastro administrado pelos sindicatos de cada categoria, somente a partir da Lei nº 8.630/93 de Modernização dos Portos com a institucionalização do Ogmo – Órgão Gestor de mão-de-obra, a administração passou a ser realizada por esse órgão. Assim, esse estudo tem como objetivo apresentar como deu-se a formação dos trabalhadores com vínculos indiretos que atuam nos portos do Espírito Santo.

Logo no início da colonização já era comum a presença dos escravos nos trabalhos do porto. De acordo com estudos apresentados por Luiz Claudio M. Ribeiro (2018), a partir das fontes iconográficas, mostrou a existência de horta e pomar aos redores do colégio de São Tiago; outras fontes apresentaram a existência do “cais dos padres” próximo ao colégio e a presença de negros escravos nas atividades laborista nesses ambientes. Conforme apresentado por Ribeiro, o cais dos padres “era um cais dotado de trapiche, isto é, de uma estrutura de armazém comercial em geral utilizado para o depósito, processamento aduaneiro e manejo de cargas diversas. E ao menos um navio completava a estrutura para o transporte marítimo de cargas comerciais” (RIBEIRO, 2018, p. 15).

Relatos apresentam que a presença dos escravos nos trabalhos portuários, não ocorreu apenas nos portos capixabas, vários portos brasileiros contaram com a mão de obra dos escravizados em suas rotinas laborais. De acordo com Sergio Tadeu de N. Lamarão (1991), citado por Marco Aurélio Santana (2005), no início do século XVII, Rui Vaz Pinto, governador do Rio de Janeiro, sancionou uma lei decretando a utilização da mão de obra dos escravizados nas atividades de embarque e desembarque de mercadorias dos navios em portos cariocas, sendo esse um marco regulamentário dos escravizados no serviço de estiva no porto do Rio de Janeiro. Isto é, logo no início do século XVII já havia a presença dos negros escravizados no ambiente marítimo como trabalhadores portuários intermitentes.

Aloiza Delurde Reali de Jesus (2009, p. 26), apresenta em sua dissertação estudo a respeito do “trabalho escravo realizado na cidade de Vitória, e nas freguesias de Viana, Cariacica, Vila do Espírito Santo, Queimado, Serra, Nova Almeida e Santa Cruz”. No qual a autora busca “caracterizar sua formatação quanto ao gênero, à idade, aos espaços e às sociabilidades”. Nesse estudo é possível notar a presença do trabalho escravo no cotidiano da sociedade urbana. Ainda segundo a autora (2009, p.77), os escravos existentes na região de Vitória no ano de 1876 perfaziam um total de 5.839, e era muito comum a presença deles nos trabalhos urbanos. “(...) os cativos estavam presentes nas casas, ruas, e vielas vitorienenses, desempenhando variadas profissões, e presentes em diversos espaços sociais da Cidade, movimento que fazia parte da realização de suas tarefas e de sua vivência cotidiana” (JESUS, 2009, p. 118).

Eles também atuavam nos serviços públicos, visto que “eram alugados pelo Município para manterem a iluminação pública em funcionamento ou ajudarem a compor as galés de presidiários encarregados da limpeza das ruas”. De acordo com o documento de um fragmento do ofício enviado à Câmara Municipal de Vitória, em 1868, corrobora com essa informação.

Requisito de V. S.^a as necessárias providencias a fim de me ser presente duas parelhas de galés para se ocuparem na limpeza das praças públicas desta cidade, que estão completamente sujas; pois, por várias vezes o Snr. Drº Chefe de Polícia, tem mandado ordem aos respectivos carcereiros para pôr a minha disposição duas parelhas de galés, porém esse tem deixado de cumprir, informando-me, que as vezes faltam as galés e outras as praças para os acompanhar (JESUS, 2009, p. 122).

A contar desses estudos, é possível vislumbrar a presença dos escravizados também nos trabalhos portuários, apesar do informado por Hiata Anderson Nascimento (1999), que no início das navegações comerciais, os navios dispunham de um número elevado de funcionários a bordo e as atividades desenvolvidas dentro das embarcações “[...] normalmente eram realizadas pela própria tripulação, o que dispensava a atuação de trabalhadores na orla portuária”. Marlene Monteiro André (1998), questiona essa informação e apresenta que,

com a dinamização da escravidão, os negros desempenharam com seu trabalho um papel crucial na dinâmica da economia agroexportadora do Brasil, em seus diferentes ciclos econômicos (C. PRADO, 1993:69-8). Nesse período, as atividades portuárias marítimas e fluviais na costa brasileira, eram realizadas em sua maioria pelos escravos, na medida em que os donos dos navios careciam de mão-de-obra própria para a execução do serviço de terra e a bordo. Considerando a característica da atividade, necessitavam de braços fortes para o carregamento/descarregamento das mercadorias (ANDRÉ, 1998, p. 36-37).

Apesar dos poucos estudos realizados em relação a presença dos escravizados nos trabalhos portuários, “a literatura a esse respeito evidencia que no período estudado, o setor urbano emergente era organizado em torno do mercado agroexportador existente nos principais portos do país” (ANDRE, 1998). Com isso, nota-se que desde o período colonial, a execução das práticas econômicas realizadas nos cais era executada, tanto pelos escravizados quanto por libertos, eles atuavam de forma “esporádica e/ou intermitente, como carregadores ou estivadores, marinheiros, remadores, barqueiros e condutores de veículos, através do sistema de ganho e/ou aluguel” (ANDRE, 1998, p. 37). Para entender o conceito do sistema de ganho e aluguel, buscou-se em alguns estudos a respeito. Para o sistema de ganho, segundo João Jose REIS,

enquanto os libertos trabalhavam como estratégia de sobrevivência, os escravos eram obrigados pelos seus senhores, como uma extensão das relações de subordinação/dominação que predominavam no paradigma colonial (...) o escravo era obrigado a dar uma quantia, por dia ou por semana, previamente acertada como base no seu nível de especialização profissional, na força física, capacidade e destreza e conforme as condições de mercado. O Excedente ele apropriava para manter e obter a alforria. Este processo relacional, firmado na dialética senhor-escravo, tinha como princípio a confiança mútua, baseada na prática pelo consenso (...) os senhores em geral respeitavam essa regra, embora nenhuma lei a garantisse (REIS, 1986, p. 198).

Já para o modelo apresentado do sistema de aluguel, o estudo embasou no conceito apresentado por Luiz Carlos Soares, no qual disse que

no sistema de aluguel, se concentravam apenas escravos que eram alugados, diretamente, por seus senhores através de agências locadoras para prestarem serviços a terceiros. Estes, por outro lado, assumiam todas as responsabilidades pelos escravos alugados – alimentação, vestuário e despesas com doenças. O pagamento pelo aluguel era realizado diretamente aos senhores, com exceção daqueles que entregavam os seus cativos às agências de aluguel (SOARES, 1988, p 108).

Com isso é possível notar a integração do negro com o trabalho assalariado no porto, uma vez que distante do ambiente de submissão e violência oriunda da casa-grande e senzala, inseridos em um novo modelo de relações sociais, introduzidos no “sistema de ganho e/ou no de aluguel, com tempos e ritmos diferentes, adquiriram nessa nova relação, a possibilidade de recriar as condições de sua reprodução, sob outra lógica relacional materializada pela “brecha assalariada” da economia escravista urbana” (ANDRE, 1998, p. 38). Com essa brecha assalariada e fora do convívio do jugo imposto por seus senhores, os escravizados teve outra visão da relação de trabalho e do sistema assalariado.

Conforme apresentado por Marlene Monteiro, a transição espacial da associação dos negros escravos com a atividade laboral urbana configurou-se pela determinação dos próprios senhores, visto que, mesmo estando subordinados, tiveram oportunidades de conhecer métodos concretos de composição coletiva de trabalho. A partir dessa brecha, foram eles, os negros, que operacionalizaram o processo de autonomização dos trabalhadores portuários avulsos no padrão do trabalho independente e livre. Segundo Luiz Carlos Soares,

As diversas categorias de escravos de ganho estavam imersas em relações de trabalho diversas, ou no mínimo numa relação de trabalho com um duplo aspecto. Se na relação com seus senhores eles eram escravos, com seus empregadores ou os que requisitavam os seus serviços eventual ou

permanentemente eles eram autênticos assalariados (SOARES, 1988, p. 131).

Para entender como o processo de organização do trabalho, no qual estava inserido tanto libertos como escravizados, buscou-se nos estudos apresentados por Manuel Querino, no qual apresenta que, “ao contrário do que possa imaginar, os libertos e escravos vinculados ao sistema de ganho possuíam uma forma originária de organização e divisão coletiva de trabalho denominada por cantos” (QUERINO, 1978, p. 219). Esses “cantos” estavam em diversos locais da cidade, e tinha como objetivo organizar as atividades laborais, para garantir assistência em torno dos negros, evitando assim a disputa individual entre os trabalhadores, assegurando a permanência do trabalho comunitário.

A respeito desse assunto, Marlene Monteiro André conceitua o “canto” como “locais definidos por etnia para organização e divisão do trabalho coletiva de trabalho dos escravos e libertos” (ANDRÉ, 1998, p. 29). “Na configuração dos CANTOS, os escravos e libertos procuraram evitar não só que a escravidão destruísse o espírito de comunidade” (REIS, 1987, p. 203), mas principalmente porque conseguiram aumentar as suas técnicas de estruturação e esforços em prol da continuidade da sobrevivência física e cultural dos africanos.

Com a finalidade da manutenção e organização dos “cantos”, surgiu a figura do “Capitão do Canto”, esse foi responsável por organizar e administrar as atividades desenvolvidas pelos integrantes do canto. O Capitão do canto, era eleito pelos próprios integrantes dos cantos, e sua permanência era vitalícia – substituído somente com a morte. Todos os locais que havia um “canto”, a organização era coordenada por um capitão do canto, o capitão tinha a incumbência de mediar os interesses dos trabalhadores com as empresas marítimas. Dessa forma, a função desse profissional era de estruturar, separar os trabalhadores e gerenciar suas atividades laborais, bem como receber e efetuar os pagamentos dos salários da equipe por ele liderado (QUERINO, 1987). Segundo Marlene Monteiro,

O capitão do canto exercia um duplo controle: o do mercado de trabalho e da mão-de-obra para as atividades ocupacionais, características da época. No interior de cada canto os trabalhadores, enquanto aguardavam serem chamados para os diferentes serviços, ficavam reunidos, de maneira organizada realizando outras tarefas diárias – fabricação e conserto de ferramentas e artesanatos – cujo saber fazer era apreendido e reapropriado de seus antepassados (ANDRÉ, 1998, p. 39).

Os requisitos levados em consideração para atuar nas atividades portuárias – diferentemente do senso comum -, a seleção dos trabalhadores “não se restringia apenas a força física, mas, também, a capacidade e destreza, como no nível de especialização – carregadores, estivadores, marinheiros, remadores, barqueiros e condutores de veículos” (ANDRÉ, 1998, p. 39). Esse modelo de distribuição comunitária das atividades laborais manteve-se até o começo da relação de trabalho assalariado e livre, quando os trabalhadores passaram a ser considerados como trabalhadores flutuantes. Harry Braverman, apoiando-se no estudo de Karl Marx, em relação aos modelos flutuantes existentes no exército de reserva ou do povo remanescente afirma que,

A forma flutuante encontra-se nos centros da indústria e do emprego, sob a forma de trabalhadores que vão de função em função, atraídos ou repelidos (isto é, contratados e descartados) pelos momentos da tecnologia e do capital, e sofrendo certo grau de desemprego no curso desse movimento (BRAVERMAN, 1987, p. 327).

O reconhecimento dos trabalhadores como flutuantes no Estado do Espírito Santo ocorreu a partir da instituição das atividades livres e assalariada, advento ocorrido em todo território brasileiro, a partir de 1888, momento em que as conjunturas sociais e laboristas dos negros e mestiços sofreram consideráveis transformações. Precisamente ao abrirem as senzalas e os portões das grandes propriedades, onde somente aqueles mais idosos, com algum problema de saúde, por não ter para onde ir ou leais aos seus senhores, mantiveram na casa-grande (ANDRÉ, 1998).

Com isso, diante do fato de muitos ex-escravizados já tivessem conhecimento da ocupação nas atividades nos portos como trabalhador de ganho ou de aluguel, esses já tinham experiências e contato com a relação de trabalho assalariado. Foram eles que contribuiu de forma decisiva com maior número dos africanos nos trabalhos portuários, ou seja, uma vez que não tinha para onde recorrer por trabalho, o porto foi uma das opções encontradas por esse povo. Contaram também com o aumento das atividades portuárias e o crescimento da demanda de mão de obra para essa categoria.

Tiveram também a favor da formação dos trabalhadores flutuantes nos portos capixabas a competição em condições desiguais com os imigrantes europeus. A ideologia imigrantista favorecia aos trabalhadores livres recém-chegados, visto que eram reconhecidos pelos proprietários de terras como mais capacitados para as atividades no campo. Diante do novo cenário protagonizado com a chegada dos imigrantes europeus, os negros não tiveram outra saída, a não ser buscar no porto suas fontes de rendas.

As mulheres aproveitaram o conhecimento adquirido na casa-grande, passaram atuar em vários serviços domésticos, conseguindo assim, mais oportunidade de trabalho do que os homens. Os homens estiveram à margem da maior parte das frentes de trabalhos no mercado e quando surgiam alguma oportunidade os soldos eram baixíssimos, conforme apresentado por Florestan Fernandes, 1989. “Essa mão de obra ao ser excluída do núcleo dinâmico da produção emergente, formaria, em última instancia, um contingente de trabalhadores flutuantes que migraram para os principais portos da orla marítima brasileira em busca de trabalho” (ANDRÉ, 1998, p. 41).

Dessa forma, surgem os trabalhadores portuários flutuantes na maioria dos portos brasileiros, sendo eles aqueles renegados a partir de 1888, com a abolição dos trabalhos escravos nas lavouras. “No entanto, ao se inserirem nesse universo de trabalho, uma das primeiras dificuldades foi a forma de contratação da mão-de-obra, pois, o mercado de trabalho portuário encontrava-se organizado no sistema ocasional de trabalho, inexistente do paradigma colonial” (ANDRÉ, 1998, p. 41). O sistema ocasional de trabalho, tratava-se de um modelo mundialmente utilizado, no qual tinha como finalidade atender a demanda da atividade portuária (E.J. HOBBSAWM, 1982), contribuindo com a potencialização econômico dos lucros dos agentes portuários (VELASCO E CRUZ, 1986).

De acordo com Claus Offe (1989), o sistema ocasional de trabalho possibilitava uma flexibilização no processo de requisição de prestação de serviços. Isto, conseqüentemente, tendia a gerar uma multidão de trabalhadores que se aglomeravam junto aos portões do porto. Esse modelo contribuiu com a redução dos custos do trabalho e, conseqüentemente, o aumento dos lucros dos empresários do setor portuário, visto que a “mão de obra era desqualificada e subempregada tornava-se sem valor, em si mesma, ‘sem valor’ sendo compelida aceitar todas as condições impostas nessa realidade de trabalho” (CLAUS OFFE, 1989, p. 28).

Em finais do século XIX e início do XX, com a participação do estado no fluxo agroexportador brasileiro – produção de café – a demanda da oferta de trabalhos no

embarque e desembarque – estivagem – de mercadorias nos portos capixabas aumentam consideravelmente. Esse crescente fluxo comercial proporcionou aos trabalhadores locais e aos originários da mobilidade migratória, a atuarem nos trabalhos já praticados nos portos capixabas. De acordo com um estivador entrevistado por Marlene Monteiro André,

A mão de obra daqui iniciou só com brasileiros vindo de outros estados como Bahia, Pernambuco, Sergipe, rio de janeiro, santos, Belém, Manaus que desembarcavam a procura de trabalho ou alguns sabiam que íamos colocar mais gente na estiva e ficaram trabalhando aqui (...) grande parte dos estivadores dessa época era de gente de fora, inclusive eu que sou de Belém (estiv. Nº 2 - (ANDRÉ, 1998, P. 42).

Vale lembrar que a maioria dos trabalhadores oriundos de outros estados faziam parte do grupo de ex-escravos, com a abolição perderam as condições de trabalho e viram no Estado do Espírito Santo uma saída. Visto que, diante da demanda de mão de obra em virtude do aumento das atividades portuárias, com o escoamento do café capixaba e de outros estados, os portos capixabas apresentavam um cenário favorável para essa categoria.

Nem tudo são flores, esse contingente de trabalhadores enfrentou vários problemas e dificuldades para efetivar-se como profissionais portuários. Um dos pontos apresentados por alguns entrevistados foi o modelo de clientelismo utilizado pelo Contramestre representante dos agentes portuários, normalmente utilizavam de práticas racistas e excludente em relação a maioria dos trabalhadores.

Os armadores tinham um Contramestre credenciado, contratado da própria estiva que na tiragem de serviço chamava nominalmente para formar o terno (...) chamava sempre os amigos. O resto ficava esperando e assim por diante (...) ele escolhia quem ele queria (...) o critério era amizade. (...) na parede ele chamava nominalmente aqueles avisados até completar o terno” (estiv. Nº 1 – ilhéus -100 anos – André, 1998, P. 46-47).

Os brancos naquele período não queriam nenhuma relação com esses trabalhadores (...) eles estavam alheios a sociedade porque eram escravos ou ex-escravos. (...) eles só pagavam pelo dia de trabalho (...) quando não chegava navio eles não pagavam absolutamente nada (est. nº 4 - (ANDRÉ, 1998, P. 41)

Diante desse cenário, algumas medidas foram tomadas por esse grupo, com a finalidade de manter as condições de trabalho e sobrevivência de todos. Uma das medidas implantada, foi a criação de uma “caixinha”, um fundo para socorrer aqueles que mantinham sem trabalho. “Eles começaram a se organizar e criaram as caixas do socorro mútuo para terem recursos para um ajudar o outro para ninguém passar necessidade (...) Então começaram a se organizar para conseguir trabalho para todo mundo e não só a alguns” (estiv. 5 – ANDRÉ, 1998, p. 50)

Outros recursos para manutenção do trabalho extensivo a todos, foi a criação da parede¹⁵⁹ e do rodizio espontâneo, sendo esse um recurso que proporcionava oportunidade e condições iguais de trabalho a todos. Esse rodizio tratava de uma roda contínua e possibilitava a todos de acordo com a oferta de trabalho. Esse método teve como finalidade colocar fim a prática do clientelismo praticado pelos Contramestres. Contudo, os sistemas de parede e rodizio não foram suficientes para colocar fim a inclusão/exclusão dos trabalhadores no porto, com isso, os conflitos e as lutas continuaram no porto de Vitória. O espírito de solidariedade frente a luta pela sobrevivência e o intercâmbio de experiências potencializaram entre os trabalhadores flutuantes. O recurso encontrado para regularizar o trabalho e levar

¹⁵⁹ Ponto de engajamento para acesso aos serviços de estiva. Memória do Canto.

igualdade a todos, foi a criação do Câmbio¹⁶⁰. “Considerando a eficácia desse processo de organização criado em Vitória, a propósito de outras experiências, essa também foi ampliada para todos os portos do país” (ANDRÉ, 1998, p.55).

Para os trabalhadores flutuantes, esse movimento possibilitou formas de aprendizado para criarem não só condições objetivas e subjetivas de suas existências, mas, sobretudo, os potencializaram como sujeitos para se articularem no processo de correlação de forças sociais iniciado nos principais portos do país entre 1889 a 1920. (ANDRÉ, 1998, p. 51)

Esses movimentos de lutas e resistências com a criação de recursos para manter a união da categoria, foi o que possibilitou a formação e efetivação dos trabalhadores flutuantes e hoje, trabalhadores portuários avulsos nas atividades portuárias. Não foi um processo fácil e nem rápido, tiveram que lutar contra a exclusão, racismo, clientelismo entre outras barreiras para finalmente usufruir da consolidação de uma categoria reconhecida mundialmente como primordial nas movimentações de cargas nos portos e navios.

Mesmo atuando desde o período colonial como atores primordiais nos trabalhos desenvolvidos nos portos brasileiros, somente em 1903, os trabalhadores flutuantes foram reconhecidos como categoria.

No Espírito Santo, apenas em 1918, foi criada a Associação da União dos Operários em estiva, inicialmente como uma sucursal da Associação do Rio de Janeiro. Os capixabas contaram com o auxílio dos trabalhadores cariocas, como o Sr. Alcebíades Garrido que veio ao Estado capixaba como delegado da associação para intermediar os processos legais para a estruturar a Associação dos estivadores em solos capixabas. Nota-se que a solidariedade no convívio dos trabalhadores não era uma prática local, mas sim, de forma abrangente em vários portos brasileiros, de acordo com o que foi apresentado por André (1998, p. 54) “entre os núcleos associativos entre si e de porto em porto, como que acompanhando o movimento das embarcações, possibilitou a construção da organização da luta desses trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, no contexto portuário nacional”.

Salienta-se que os trabalhadores introduzidos nos serviços de estivagem no porto de Vitória estiveram vinculados à Associação da União dos Operários dos Estivadores do Rio de Janeiro até 1928, período em que formou o primeiro núcleo associativo do estado capixaba. Segundo informado por André (1998, p. 57) “mesmo com a institucionalização de relações sindicais no Núcleo Associativo em Vitória, os trabalhadores portuários nesse período não organizaram nenhum movimento que pudesse registrar as insatisfações presentes nas relações de trabalho cotidiano”.

Esse modelo de organização incluíram todos os trabalhadores do serviço de estiva, sem levar em conta o tipo de trabalho realizado por cada categoria, sendo todos eles como a estivagem, conferência, conserto, arrumação e vigilância, incluídos no sistema dos ‘sindicatos livres’. A institucionalização dos sindicatos livres, em várias partes do Brasil, contribuiu com o enfraquecimento dos atos realizados pelos movimentos de resistência, visto que rompeu com a supremacia sindical presente nos principais centros urbanos, com a formação dos pilares cruciais como norma de incorporação da classe operária no país.

¹⁶⁰ Forma de organização e distribuição da mão-de-obra definida pelos dias correspondentes do mês; o último dia trabalhado é o que define o direito de acesso ao serviço. O câmbio corresponde aos dias do mês, cada trabalhador tinha um cartão com o número de matrícula, bem como a data de último dia trabalhado, esta data é a que permitia o acesso ao serviço. Salienta-se que esta prática continua presente nos trabalhos até os dias de hoje.

Com o Decreto Lei nº 19.770, de 19 de março de 1931, decreto esse, responsável por regular a sindicalização das classes patronais em seu Art. 1º, regulamenta os direitos e deveres dos trabalhadores, com direito de resguardar diante do Governo da República e por meio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as suas preferências de ordem econômica, jurídica e cultural, todas as categorias patronais e laboristas, em solo brasileiro, que realizarem atividades profissionais parecidas, análogas ou compatíveis, podem se estruturar em sindicatos, autônomos entre si, porém vinculado a sua constituição.

Com promulgação do Decreto Lei de sindicalização, acerca da política instaurada no governo do Presidente Getúlio Vargas, com o aparelhamento das entidades trabalhistas ao estado, foi viável a transformação da Associação da União dos Estivadores em sindicato. “Nesse período o Estado intervém de forma direta e indireta nas relações de mercado para criar as condições essenciais ao “desenvolvimento e modernização” da economia” (ANDRÉ, 1998, p.58). Getúlio Vargas, com objetivo de possibilitar a instauração dessa ideologia, gerou vários meios protecionistas com o intuito de conseguir junto à classe trabalhadora - que por sua vez buscava por recursos que viabilizasse melhorias nas condições sociais e laborais -, o controle da força de trabalho ligada ao estado. De acordo com a entrevista concedida a Marlene Monteiro André (1998, p. 59), pelo estivador 4, “o período da Era Vargas os sindicatos da orla portuária são os que menos confrontavam (...) porque Vargas vai ter como aliado preferencial os trabalhadores da orla portuária”. Em conformidade com Luiz Werneck Vianna,

O corporativismo moderno, do ponto de vista orgânico, é sempre plural, na medida em que preserva as instituições classistas. Contudo, tal pluralismo não tem o indivíduo por fundamento, mesmo o grupo social, num sistema cujos postulados se radicam numa *rationale do Estado*, visto como núcleo comunitário primordial (VIANNA, 1978, p. 141-142)

A efetivação da ação estatal sobre os sindicatos consubstanciou no modelo do Sindicato Único, organizado a contar do corporativismo moderno. Convertendo a Associação da União Operária dos Estivadores em Sindicato dos marítimos. Esse, além dos Estivadores, alcançou na totalidade o contingente da orla portuária das diversas funções, como conferentes, consertadores, arrumadores, vigia, entre outros, oficializando desse modo, a categoria dos trabalhadores flutuantes. Destarte, com posse nesses dispositivos jurídicos sancionados, vários segmentos profissionais inseridos nas atividades portuárias e marítimas passaram a se estruturar em distintos sindicatos, segundo a função de cada grupo. A respeito da formalização do sindicato dos trabalhadores da estiva, de acordo com apresentado por Marlene Monteiro, deu-se somente em 1937, no contexto político do Estado Novo.

A despeito de toda combatividade histórica dos estivadores na orla marítima brasileira, somente em 1937, em plena vigência do Estado Novo, é que o Núcleo Associativo dos Estivadores de Vitória, com trezentos e oitenta (380) trabalhadores, assume o estatuto de sindicato. Nesse período, o Ministério do Trabalho encaminha para o Espírito Santo o presidente dos Estivadores do Brasil, com a incumbência de reorganizar os serviços de estiva e estruturar a organização sindical nos ditames da lei, a fim de equacionar os conflitos inerentes a inclusão no trabalho (ANDRÉ, 1998, p. 60).

Conseqüentemente a estruturação das demais categorias, de acordo com Gracineide Maria de Souza (2017), em pesquisa realizada em 2016, vários outros sindicatos da categoria dos trabalhadores portuários avulsos se formaram em sindicatos, como o Sindicato dos Arrumadores fundado em 20 de novembro de

1927; o Sindicato dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga nos Portos Capixabas foi fundado em 28 de maio de 1933; em 24 de março de 1960, foi instituído o Sindicato dos Trabalhadores Marítimos; O Sindicato dos Vigias Portuários se organizou em categoria e fundou seu sindicato somente em 14 de fevereiro de 1984; em 10 de julho de 1985, foi criado o Sindicato dos Consertadores de Carga, tendo como atividade o conserto das embalagens de mercadorias movimentadas nos porões, tais como costurar sacos de café; amarrar bobinas de aço dentre outras.

Os estivadores e demais categorias dos trabalhadores portuários marítimos já passaram por diversos processos de mudanças em suas organizações. A partir das primeiras décadas do século XX, várias leis foram promulgadas com a finalidade de normatizar e regulamentar os trabalhos desenvolvidos por essa categoria. As mais recentes, foram as leis de modernização dos portos, a Lei nº 8.630/93 de Modernização dos Portos em relação à Nova Lei de Modernização Lei nº 12.815/2013, em vigência. Com elas, veio a inserção de novas tecnologias; mudança na administração com a inserção do Ogmo – Órgão Gestor de Mão de Obra -, com ele, novo modelo de contratação com o uso do concurso, alterando o perfil dos profissionais; demanda de novas especializações, dentre outros pontos. Com isso, muitos profissionais perderem o registro dos trabalhos no porto, conseqüentemente abriu a oportunidade para outros se inserir nesse mercado, até o momento restrito ao apadrinhamento daqueles já estabilizados, isto é, a relação de trabalho deixou de ser familiar para um sistema corporativo e institucionalizado.

Assim, nota-se que a modernização dos portos alterou de forma expressiva o perfil dos profissionais portuários e em consequência, alterações nos regulamentos e hábitos no trabalho. Soma-se às transformações, a horizontalização das classes profissionais dos TPA's, com o novo sistema de trabalho o acesso de um novo grupo aos trabalhos portuários. As qualificações dos profissionais não eram mais transmitidas por meio do conhecimento prático resultante do convívio com o meio portuário que, na maioria das vezes eram obtidos por determinação direta com a parceria entre parentes e amigos, e foi mudado definitivamente “o perfil dos trabalhadores portuários. Inclusive, a partir das novas políticas, passou a ser aceita a inserção de mulheres nos postos de trabalho, e deixou de ser aquele tradicional e quase caricato “peão de porto” - trabalhador braçal e sem instrução” (SOUZA, 2017, p. 77).

É digno de nota a constante adequação da modernização de acordo com o surgimento de novas tecnologias na preparação da *performance* do trabalhador portuário e marítimo. Esses procedimentos fazem parte das relações de trabalho e norteiam o sistema produtivo de vários portos, inclusive na capital do Espírito Santo, portos responsáveis por grande parte do escoamento de produtos capixabas e proveniente de outros Estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo contemplou a trajetória dos trabalhadores portuários avulsos desde sua formação até os dias atuais. De acordo com o supramencionado, o objetivo desse trabalho foi o de saber como e quando ocorreu a formação dos trabalhadores portuários avulsos e qual o papel dos ex-escravos nesse processo. Notou-se que a formação da categoria dos trabalhadores portuários nos portos brasileiros esteve em gestação desde o início da colonização, visto que a presença do comércio marítimo sempre esteve presente como um dos pilares essenciais na prática econômica brasileira.

Quanto a participação dos negros escravos também pode ser vista em Santana (2005), acima mencionado, no início do século XVII, o governador do Rio de Janeiro por meio de lei, ordenou a contratação dos escravos aos trabalhos no porto para atuar no embarque e desembarque de mercadorias. A maior parte dos trapiches não sustentava profissionais contratados, uma vez que não tinha conhecimento da quantidade de carga que seria movimentada por dia, por isso, esses trabalhadores eram escolhidos diariamente de acordo com a demanda. “com o fim da escravidão e a vinda dos imigrantes, muitos homens amontoavam-se todos os dias nos locais de contratação da mão-de-obra para conseguir algum “bico” (SANTANA, 2005, p. 19).

Quanto a presença dos negros e ex-escravos na formação da categoria dos trabalhadores portuários avulsos nos portos capixabas, acerca de alguns estudos realizados e pesquisa com dirigentes dos sindicatos, estudos que corroboraram com a hipótese dos africanos como atores principais nesse processo. Em concordância com o que fora apresentado pela pesquisadora Marlene Monteiro André (1998), inicialmente ocorreu a subjugação do índio e, em seguida, com o fomento da escravidão, os negros. Assim nota que os africanos tiveram um papel fundamental na atividade econômica do Brasil, haja vista que “as atividades portuárias – marítimas e fluviais na costa brasileira, eram realizadas pelos escravos, na medida em que os donos dos navios careciam de mão-de-obra própria para execução do serviço de terra e a bordo” (ANDRÉ, 1998, p. 36). Outros estudos também apontam a presença dos negros escravizados nos trabalhos urbanos em Vitória, como apresentado por Aloiza Delurde Reali de Jesus; o trabalho de ganho e aluguel apresentado por João Reis e José Carlos Soares, a entrevista com presidente da Estiva também cita os escravos como trabalhadores presentes na formação do sindicato dos estivadores do Espírito Santo.

Em suma, interessante notar que vários estudos apontam os ex-escravos como parte da formação dos trabalhadores portuários. Categoria atuante nos trabalhos do porto desde a colonização, reconhecida apenas no início do século XX, período em que conseguiram fortalecer a partir da consolidação da Associação e posteriormente Sindicato. Vários foram as lutas e desafios para consolidação desse grupo, utilizaram a força, persistência, solidariedade – principal fator da formação dessa categoria -, inteligência e coragem. Com a modernização nota-se a descaracterização dessa hegemonia construída ao longo dos anos, onde a oportunidade é dada aqueles que tem facilidade de acesso aos estudos e estão teoricamente mais capacitados à concorrência das vagas desse mercado.

O racismo e a desigualdade social enfrentada pelos escravizados no período da inserção nos serviços portuários e marítimos ainda está presente dentro dos sistemas corporativos da sociedade brasileira, e em alguns casos, de forma mais efetiva. Visto que o contingente de profissionais qualificados disponível no mercado de trabalho é grande, e na maioria brancos, o que contribui com uma concorrência mais injusta, tornando-se ainda maior a dificuldade dos descendentes – africanos – dos precursores dessa linda e fundamental profissão, que é o de ser Trabalhador Portuário Avulso, manter-se atuantes nessa profissão.

REFERÊNCIAS

Fontes:

BRASIL, Decreto nº 1.637, de 05 de janeiro de 1907. Cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Disponível em: <

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html>>. Acesso em 07/09/2021.

_____. **Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931.** Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d19770.htm>. Acesso em: 07/09/2021.

_____. Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências. (Lei dos Portos revogada pela Lei 12.815/2013). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8630.htm>. Acesso em: 07/09/2021.

_____. Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013. Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato_2011-2014/2013/lei/l12815.htm>. Acesso em: 07/09/2021.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. Disponível em: < <https://www.dicionarioetimologico.com.br/>>. Acesso em: 02/09/2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRE, Marlene Monteiro. *A Organização do Trabalho Portuário: O Cotidiano de vida e Trabalho dos Portuários avulsos*. Vitória: Edufes, Vitória, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 16ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

CARVALHO, Francisco Edivar. *Trabalho Portuário Avulso. Antes e depois da Lei de Modernização dos Portos*. 1ª edição: São Paulo, Ltr, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo, Cortez, (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 33), 1989. _____. *A condição do sociólogo*. São Paulo, Hucitec (Coleção Estudos Brasileiros 9), 1978.

GORZ, André. *O despotismo da fábrica e suas consequências*. In: *Crítica da Divisão do Trabalho*. Trad. Estela dos Santos Abreu, São Paulo, Martins Fontes, 1980.

_____. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Trad. Ângela Ramalho Vianna e Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro. Forense-Universitária, 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Dialética e Hermenêutica – para a crítica da hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM, 1987a.

_____. *A nova intransparência*. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 18, set. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências Ltda, 1987b.

HELLEN, Ágnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Trad. J. F. Yvars e E. Pérez Nadal. Barcelona: Península, 1977.

HOBSBAWN, Eric John Ernest. *Mundo do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Trad. Waldea Barcellos e Santos Bedran. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

JESUS, Aloiza Delurde Reali de. *De porta adentro a porta afora: Trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871)*. Vitória: UFES, 2009. *Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo*. Vitória, 2009.

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1992.

MACHIN, Rosana; COUTO, Marcia Thereza & ROSSI, Cintia Cristina Silva. Representações de Trabalhadores Portuários de Santos-SP sobre o Trabalho-Saúde. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, vol. 18, n. 4, pp. 639-651, out-dez. 2009.

NASCIMENTO, Hiata Anderson Silva do. O nascimento de um novo trabalhador portuário: Reestruturação Produtiva e Corporativismo. Campinas: UNICAMP, 1999. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 1999.

OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. Trad. Wanda Caldeira Brant, revisão Laura Teixeira Motta. São Paulo, Brasiliense, 1989.

QUEIRÓZ, Maria de Fátima Ferreira; GERALDO, Juliana Varela. O Trabalho Portuário até 1970: Contexto Internacional e Nacional. In: QUEIRÓZ, Maria de Fátima Ferreira; MACHIN, Rosana; COUTO, Marcia Thereza. Porto de Santos: Saúde e Trabalho em Tempos de Modernização. Editora FAP-UNIFESP. São Paulo, 2015.

QUERINO, Manuel. O “canto” dos carregadores. In: Antologia do negro brasileiro. Org. Edison Carneiro. Rio de Janeiro, Ed. De Ouro (Coleção Brasileira de Ouro), 1978.

REIS, João José. Rebelião escravo no Brasil: a história do levante dos malês (1835). São Paulo, Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés, Organizador. Devassa da Reforma da Religião da Companhia de Jesus nesta Comarca do Espírito Santo. Edufes, Vitória, ES, 2018.

SOARES, José Carlos. Escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. In: Revista Brasileira de História, Vol. 8 nº 16, mar/ago.88. São Paulo, ANPUH/MARCO ZERO, (pág.: 107-42), 1988.

SOUZA, Gracineide Maria de. Os trabalhadores portuários avulsos (TPAS) e os impactos socioeconômicos da lei nº 8.630/93 de modernização dos portos. Vitória: UFES, 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2017.

VELASCO, e CRUZ, Maria C. Portos, relações de produção e sindicato: o caso do Rio de Janeiro na Primeira República. In: Ciências Sociais Hoje. São Paulo, Cortez/ANPOCS, 1986.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicalismo no Brasil, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

DE NAZARÉ A ANCHIETA: A FERROVIA E O DESENVOLVIMENTO DE UM SUBÚRBIO CARIOCA (1896-1981)

Guilherme Esteves Galvão Lopes¹⁶¹

Vitor Guilherme Gonçalves Bispo de Almeida¹⁶²

RESUMO: A finalidade desta pesquisa é oferecer, introdutoriamente, a análise de aspectos da história do bairro de Anchieta, no subúrbio carioca, tendo como ponto inicial a relevância da ferrovia, especificamente a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), em seu processo de desenvolvimento e inclusão no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Anchieta. Estrada de Ferro Central do Brasil. Ferrovia. Rio de Janeiro. Subúrbio.

Introdução

Localizado no extremo norte da cidade do Rio de Janeiro, em região fronteira à Baixada Fluminense, o bairro de Anchieta – a exemplo de tantos outros do subúrbio carioca – guarda uma rica biografia, ainda pouco explorada. Localizado às margens do Rio Pavuna, que o separa de Nilópolis, seu território é cortado ao meio pelo ramal Japeri dos trens suburbanos da Supervia que, além de ser um ponto de referência geográfico, é também um marco das nuances socioeconômicas da populosa região.

Cabe destacarmos que, no presente artigo, denominamos como Anchieta a região historicamente constituída pelos bairros de Anchieta e Parque Anchieta que, embora compartilhem da mesma origem, são oficialmente bairros distintos. O Parque Anchieta surgiu nas décadas de 1950 e 1960, a partir de um empreendimento habitacional, recebendo a denominação e delimitação enquanto bairro em 1981¹⁶³.

No que diz respeito à região de Anchieta, nos referimos às diferentes nomenclaturas e configurações territoriais atribuídas à atual XXII Região Administrativa, com sede no bairro¹⁶⁴. Para tanto buscamos, em tópico específico, analisar esta divisão com base nas diversas transformações administrativas sofridas pela cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XX.

O Censo do IBGE de 2010 apontava que Anchieta possuía quase 56 mil moradores, e o Parque Anchieta, pouco mais de 26 mil habitantes¹⁶⁵. Embora vizinhos, os bairros possuem diferenças consideráveis relativas aos indicadores

¹⁶¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (PPHPBC/FGV). Orientador: Prof. Dr. Jairo Nicolau. E-mail: lopes.guilherme@fgv.edu.br.

¹⁶² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ). E-mail: vitor.historia88@gmail.com.

¹⁶³ LEIS MUNICIPAIS. *Decreto Nº 3158 de 23 de julho de 1981*. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1981/316/3158/decreto-n-3158-1981-estabelece-a-denominacao-a-codificacao-e-a-delimitacao-dos-bairros-da-cidade-do-rio-de-janeiro-1981-07-23-versao-original>>. Acesso em: 01 jan. 2021.

¹⁶⁴ De acordo com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a XXII Região Administrativa engloba os bairros de Anchieta, Parque Anchieta, Ricardo de Albuquerque e Guadalupe. PREFEITURA DO RIO. *Regiões Administrativas do Rio de Janeiro*. Disponível em <<https://www.rio.rj.gov.br/web/cvl/ra>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

¹⁶⁵ DATA.RIO. *Bairros cariocas*. Disponível em <<https://www.data.rio/app/bairros-cariocas>>. Acesso em: 01 jan. 2021.

sociais: por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) do Parque Anchieta é de 0,589, e o de Anchieta pontua 0,566¹⁶⁶.

O agora poluído Rio Pavuna foi sua primeira porta de entrada durante o período colonial, por onde escoava sua produção de cachaça e açúcar para a Baía de Guanabara. À época, a dinâmica de circulação de pessoas e mercadorias no interior do recôncavo do Rio de Janeiro tinha por base seus rios, no que a economista Fania Fridman conceituou como “Cidade Flutuante” (FRIDMAN, 2017).

A região, então chamada de Tijubucajá, sediou o Engenho de Nossa Senhora de Nazaré, cuja posse alternou entre diferentes senhores. Entre eles, mencionamos dois dos mais importantes, que se destacaram por sua posição política: Tomé Correia de Alvarenga, primo de Salvador Correia de Sá, foi governador-geral da capitania entre 1657 e 1659, e depois em 1660, por ocasião da licença de seu primo, quando foi deposto durante a Revolta da Cachaça.

Décadas mais tarde, o Engenho Nazaré, como já era apontado nos mapas da época, pertenceu à família Oliveira Braga, de políticos e fazendeiros da região cafeeira de Vassouras. Bento de Oliveira Braga, homônimo de seu pai, fez carreira política na Corte, sendo presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro entre 1830 e 1833¹⁶⁷.

Em 1834, foi eleito para a Câmara dos Deputados, desta vez pela província do Rio de Janeiro, sendo presidente da casa por 2 meses¹⁶⁸. Faleceu em 1837, ficando o seu filho, Francisco de Veras Nascentes, como administrador de seu patrimônio, que abrangia também o Engenho Novo da Piedade, desapropriado em 1920 para dar origem ao campo de instrução militar do Gericinó¹⁶⁹.

No ano de 1855, foi iniciada a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, segunda ferrovia do Brasil, e no ano seguinte, a frente de trabalho chegou à região da Fazenda Nazaré¹⁷⁰, sendo necessário um grande corte em um morro para prosseguimento das obras¹⁷¹. Em 29 de março de 1858, o Imperador D. Pedro II transitou pela região na viagem inaugural da ferrovia, até a estação de Queimados.

Em 1881, após um lento processo de declínio, a sede da Fazenda Nazaré foi posta à venda, e gradativamente suas terras começaram a ser loteadas por seu último proprietário, Luiz Martins Costa¹⁷². O início da República, em 1889, acelerou a incorporação da região ao espaço urbano da cidade, cujo marco foi a inauguração da estação ferroviária, em 1896.

¹⁶⁶ DATA.RIO. *Índice de Desenvolvimento Social (IDS) por Área de Planejamento (AP), Regiões de Planejamento (RP), Regiões Administrativas (RA), Bairros e Favelas do Município do Rio de Janeiro – 2010*. Disponível em <<https://www.data.rio/datasets/%C3%ADndice-de-desenvolvimento-social-ids-por-%C3%A1reas-de-planejamento-ap-regi%C3%B5es-de-planejamento-rp-regi%C3%B5es-administrativas-ra-bairros-e-favelas-do-munic%C3%ADpio-do-rio-de-janeiro-2010>>. Acesso em: 01 jan. 2021.

¹⁶⁷ ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Quadros de governantes do Rio de Janeiro – Presidentes da Ilustríssima Câmara Municipal (1822-1889)*. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4179994/4100607/gov_rio_de_janeiro_3.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020.

¹⁶⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Bento de Oliveira Braga*. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/bento_braga.html>. Acesso em: 05 dez. 2020.

¹⁶⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto nº 14.392, de 6 de outubro de 1920*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14392-6-outubro-1920-525793-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

¹⁷⁰ *A Patria*, Niterói, 17 jul. 1856. p. 1.

¹⁷¹ Possivelmente, o corte em questão é o trecho que se inicia na altura da confluência entre a Avenida Nazaré e a rua Gênova, pouco após a estação de Ricardo de Albuquerque, terminando apenas nas proximidades da estação de Anchieta.

¹⁷² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1897. p. 4.

A Estrada de Ferro D. Pedro II e a estação de Nazaré

A Estrada de Ferro D. Pedro II surgiu a partir da autorização, concedida pelo Império através do Decreto Nº 641/1852, de construção de uma ferrovia que ligasse a cidade do Rio de Janeiro às províncias de São Paulo e Minas Gerais¹⁷³, com sua construção iniciada em 1855.

Em 1857, os trilhos entre a estação da Corte e Nazaré já haviam sido assentados, sendo então realizadas viagens de teste pelo percurso de 26 km da antiga estação de São Diogo até Nazaré, cuja duração foi de apenas 35 minutos¹⁷⁴. No ano seguinte, a ferrovia foi inaugurada pelo próprio Imperador, e embora fosse por ela cortada, a região de Nazaré não foi contemplada com uma parada de trens.

Em 1889, a República tratou de abolir os vestígios da monarquia, e a Estrada de Ferro D. Pedro II deu lugar à Estrada de Ferro Central do Brasil, acelerando também a expansão da ferrovia e a consequente abertura de estações e paradas, e neste contexto foi inaugurada a estação de Nazaré.

Embora algumas fontes, como o *Almanaque Suburbano*, indiquem o dia 1º de fevereiro de 1898 como sua data de abertura, parte considerável das pesquisas e referências consultadas aponta o dia 1º de outubro de 1896 como a data de inauguração da estação, evento convencionado como o marco fundador do bairro.

O engenheiro ferroviário Helio Suêvo Rodriguez afirma que a estação foi inaugurada em 1896, e que seu atual nome homenageia o padre José de Anchieta (2004, p. 37), assim como Paulo Boiteux (2014, p. 37) e Max Vasconcelos (1934, p. 28/74). O *site* Estações Ferroviárias do Brasil¹⁷⁵, especializado no tema, o *blog* Anchieta tem História¹⁷⁶, sobre a história do bairro, e o portal Data.Rio¹⁷⁷, mantido pelo Instituto Pereira Passos, também indicam o dia 1º de outubro de 1896.

Reforçam a hipótese da inauguração nesta data as informações contidas em alguns jornais da época: em dezembro de 1896, o *Cidade do Rio* noticiou o atropelamento de um funcionário da Central lotado “na estação de Nazareth”¹⁷⁸. Em 1897, o engenheiro Paulo de Frontin inaugurou sua passagem inferior¹⁷⁹.

Portanto, verificamos que existem informações e fontes abundantes que apontam a abertura da estação de Nazaré em 1896, e não em data posterior. Em 1898, seu nome foi alterado para Anchieta, possivelmente pela existência de estação homônima¹⁸⁰.

A ferrovia no Brasil: progresso e modernidade

Cumpra que, além dos fortes, indissolúveis laços morais que nos prendem e que puderam resistir a tantos e tão graves erros, juntamo-nos, igualmente, por eternas e bem temperadas cintas de aço, sobre que manobre a

¹⁷³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto nº 641, de 26 de Junho de 1852*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-641-26-junho-1852-558790-publicacaooriginal-80365-pl.html>>. Acesso em: 01 jan. 2021.

¹⁷⁴ *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1857. p. 1.

¹⁷⁵ ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. *Anchieta*. Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/anchieta.htm>. Acesso em: 02 jan. 2021.

¹⁷⁶ ANCHIETA TEM HISTÓRIA. *Informações sobre Anchieta*. Disponível em <<http://anchietatemhistoria.blogspot.com/p/informacoes-sobre-anchieta.html>>. Acesso em: 02 jan. 2021.

¹⁷⁷ DATA.RIO. *Bairros cariocas*. Disponível em <<https://www.data.rio/app/bairros-cariocas>>. Acesso em: 02 jan. 2021.

¹⁷⁸ *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1896. p. 2.

¹⁷⁹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 set. 1897. p. 2.

¹⁸⁰ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1898. p. 2.

locomotiva em campos de fraternidade econômica, lançando dos seus pulmões esbraseados para o norte e para o sul, para este e para oeste da República o mesmo silvo de vida, de união e de poder (MENSAGEM, 1890, p. 12).

A alegoria usada por Deodoro da Fonseca frente ao parlamento mostra o quanto a estrada de ferro não só ocupa espaço no imaginário material relativo ao progresso mas, também, como metáfora a ser usada para ilustrar os desejos do novo governo em relação à união do país frente aos possíveis momentos de instabilidades provenientes do emergente sistema republicano.

A pujança dos apelos ao cientificismo e à tecnocracia característicos do regime que se instalava no pós-1889 conduz o dualismo entre “velho/novo” nos termos de disputa de imaginários, mesmo o próprio marechal Deodoro sendo monarquista. É evidente nas palavras do então ministro da Justiça Manoel Ferraz de Campos Salles:

Mantida a ordem, sem o sacrifício de uma vida ou necessidade do emprego de meios extraordinários, uma tarefa se impunha à polícia republicana, para a qual a da monarquia assaz demonstrada deixou a sua impotência: a de expurgar esta capital dos fermentos de turbulência e corrupção dos costumes. Duas classes de homens, igualmente funestos à sociedade, os vagabundos e os exploradores da prostituição, tinham conseguido, à sombra da tolerância ou incúria, organizar associações e empresas, que nos últimos tempos eram já objeto de preocupação constante do governo da monarquia (EXPOSIÇÃO, 1891, p. 11).

No avançar da segunda metade do século XIX, as ferrovias expressam a materialização dos rumos e demandas nos quais o significado de progresso se impõe sobre a economia, a política e a sociedade. David Harvey (1992) nos mostra que, na sociedade moderna, muitos sentidos de tempo se entrecruzam e são pautados pelo *progresso*, criando uma sensação de segurança escorada em movimentos cíclicos - “do café da manhã e da ida ao trabalho a rituais sazonais como festas populares, aniversários, férias, aberturas das temporadas esportivas” (HARVEY, 1992, p. 187-188).

Assim, o controle do tempo sobre o espaço era uma das principais características da modernidade no século XIX. O progresso atrelado ao desenvolvimento daria o tom da modernidade, rumo à modernização dos espaços e costumes para um aumento da velocidade da circulação principalmente de mercadorias e ideais. Segundo Almeida (2020),

[...] a chamada *modernidade* invoca um domínio do espaço através do domínio do tempo. Essa “conquista do espaço” demandava máquinas mais velozes, capazes de suprimir o tempo que pudessem proporcionar esses ganhos. A ferramenta de conquista de cada vez mais espaço era o tempo, e quem dominava a técnica capaz de dinamizá-lo, se expandia. Ao avançar sobre o século XVIII, as revoluções industriais propunham o domínio do espaço em sua expansão por mercados que consumissem seus produtos. A produção, portanto, passa a valorizar o tempo (ALMEIDA, 2020, p. 17).

O impacto da inserção das ferrovias no cotidiano é revolucionário. No século XIX, com a ampliação da produção proveniente dos avanços tecnológicos e científicos, é explorada a constante dos avanços do capitalismo sobre o espaço, moldado sempre que o próprio sistema econômico avança sobre ele em seus movimentos. Como é dito por Briggs e Burke (2006),

o desenvolvimento das ferrovias na era do 'capitalismo carbonífero' não só revelou aos passageiros uma velocidade impressionante, como gerou também uma enorme demanda por carvão e ferro, baixou os custos dos negócios, desenvolveu mercados, estimulou o emprego em muitas indústrias e criou outras novas comunidades (BRIGGS, BURKE, 2006, p. 129).

O espaço se molda às necessidades das constantes mudanças do capital, e é assim que as estradas de ferro ganham notoriedade como expressão de um século e avanços de técnicas e tecnologias. Sob a recorrente influência europeia sobre nossas elites econômicas, a primeira experiência brasileira com a estrada de ferro foi a partir dos investimentos de Irineu Evangelista, o Barão de Mauá, na década de 1850. O trecho de 14,5 km ligava Guia de Pacobaíba e Raiz da Serra, localidades do atual município de Magé. Em 1883, a via foi estendida até Petrópolis pela Companhia Grão-Pará. **Era comum que Dom Pedro II partisse de barca da Praça XV, desembarcasse em Magé uma hora depois e, por meio do trem, chegasse à cidade imperial em meia hora**¹⁸¹. E na mesma década, é inaugurada a estação D. Pedro II, atual Central do Brasil.

O Rio de Janeiro, nos anos que se sucederam à inauguração das estações ferroviárias, foi palco de diferentes disputas políticas que rumaram ao advento da República e seu perfil modernizador. As crises sucessivas do sistema econômico baseado no trabalho escravo, iniciadas com as leis que culminaram na extinção desta forma de exploração em 1888, mostram o quanto as superações dos sistemas de produção atuam para transformar as realidades, como aconteceu com a necessária expansão de mercado do capital industrial¹⁸².

É neste sentido, por exemplo, que a cidade passa por reformas urbanas na década seguinte à Proclamação da República. Os principais alvos destas reformas foram as antigas e estreitas ruas que davam ares coloniais à cidade, que pretendia entrar de vez nas exigências econômicas. É neste ínterim que, em 1902, o então presidente Rodrigues Alves expõe as necessidades de reformas urbanas como ferramenta para construção de um novo perfil de cidade frente ao contingente imigratório e laborioso que chegava à capital:

Aos interesses da imigração, dos quais depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se a necessidade do saneamento desta capital, trabalho sem dúvida difícil porque se filia a um conjunto de providências, a maior parte das quais de execução dispendiosa e demorada. É preciso que os poderes da República, a quem incumbe tão importante serviço, façam dele a sua mais séria e constante preocupação, aproveitando-se de todos os elementos de que puderem dispor para que se inicie e caminhe. *A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo* (grifo nosso) (MANIFESTO, p. 11-12).

181 CASA FLUMINENSE. *Projeto na Alerj pode trazer Estrada de Ferro Mauá de volta à operação*. Disponível em <<https://casafluminense.org.br/projeto-na-alerj-pode-trazer-estrada-de-ferro-maua-de-volta-operacao/>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

¹⁸² Como observa Jurandir Malerba (1999), “a extinção do tráfico negreiro causou mais que um surto de crescimento momentâneo. As sessenta e duas novas indústrias, catorze bancos, três caixas econômicas, vinte companhias de navegação a vapor, vinte e três de seguros, quatro de colonização, três de transporte urbano e oito de estradas de ferro, entre outras, marcaram o início de uma fase de expansão que mudaria sensivelmente a vida material do Brasil até o fim do regime” (MALERBA, 1999, p. 123)

Diante das reformas iniciadas em conjunto entre o governo municipal, encarnado pelo engenheiro Francisco Pereira Passos, e o governo federal, a cidade era reformulada para servir de palco para as novas classes burguesas, que tomavam lugar das aristocracias fundiárias com o passar dos anos. Trabalhadores e a pequena burguesia, composta de comerciantes e funcionários públicos medianos, tiveram como destino principalmente os subúrbios e as áreas rurais. Neste sentido, as ferrovias tiveram importante papel para ditar os rumos de deslocamento para os arrabaldes que, até então, ofertavam grandes lotes de terra provenientes das propriedades que outrora serviam como atividade agropastoril.

Em termos de exemplo, podemos citar o empreendimento industrial erguido na freguesia de Campo Grande: a Fábrica de Tecidos Bangu, de propriedade da Companhia Progresso Industrial do Brasil, tem sua obra iniciada em 1889 e é inaugurada definitivamente em 1893. Dois elementos do progresso dividem o mesmo espaço: a fábrica e, em 1890, a estação de trem, financiada pela empresa. Nestes termos, o então progresso levado à freguesia rural proporcionou não só a implantação da indústria no local, como desenvolveu novos hábitos, comércios e serviços dependentes direta e indiretamente do estabelecimento fabril¹⁸³.

É evidente que tais progressos possuem suas nuances específicas, a depender das determinações geográficas, sociais e culturais; é o que é dito por Marshall Berman, quando afirma ser a pretensa unidade da modernidade paradoxal, pois “ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia” (BERMAN, 1986, p. 15).

Partindo, portanto, desses avanços sobre uma realidade tida como atrasada que as vias férreas são estabelecidas e vistas como símbolo de progresso; agora, o velho seria pulverizado pelo novo. Tal investida sobre espaços e territórios que abrigavam outras atividades econômicas – como eram os casos das zonas rurais do Rio de Janeiro com suas extensas propriedades produtoras de gêneros agrícolas – mostram os desejos da modernidade em homogeneizar uma nova sociedade pautada pela ideia de progresso como superação do atraso, buscando moldar as realidades dentro dos desejos das forças verticais que atuavam a partir de então.

Anchieta e a estrutura administrativa da cidade do Rio de Janeiro

A ascensão do regime republicano, em 1889, promoveu profundas transformações no país, interferindo sobretudo em suas dinâmicas política e social. No caso específico do Rio de Janeiro, uma das consequências foi a criação de novas estruturas administrativas, principalmente diante da necessidade de organizar o território da capital diante do crescente número de núcleos de povoação, como consequência da interiorização da ferrovia e da abertura de novas ligações terrestres.

As antigas divisões baseadas nas paróquias, oriundas ainda do caráter oficial do catolicismo, foram abandonadas a partir do regime republicano, sendo posteriormente adotados os distritos. Pertencente à Freguesia de Irajá desde a

¹⁸³ Em conclusão à pesquisa de mestrado, Almeida sugere a indução do surgimento de uma burguesia local ligada não só à Fábrica, como também ao comércio. A freguesia de Campo Grande, como mostra ao utilizar fontes censitárias na pesquisa, foi a terceira que mais cresceu demograficamente entre 1890 e 1906 (Inhaúma 292%, Irajá 108% e Campo grande, 95%), amparada pelo estabelecimento da indústria têxtil, sua oferta de trabalho, moradia, terrenos para cultivo e criação de gêneros alimentícios. Acredita-se, portanto, que a linha férrea foi um fator primordial para o deslocamento até o local para o estabelecimento do contingente populacional (ALMEIDA, 2020).

administração colonial, o povoado de Anchieta continuou como parte de seu distrito, com base no Decreto municipal nº 1.179, de 18 de dezembro de 1917.

No ano seguinte, o Decreto nº 1.185, de 5 de janeiro, organizou o território do então Distrito Federal, dividindo-o nas zonas urbana, suburbana e rural. O povoado de Anchieta localizava-se na zona suburbana, com delimitação semelhante à atual:

VI. POVOADO DE ANCHIETA – A partir da estação pela estrada de Nazareth; ruas denominadas Sargento Rego e Borges de Freitas até encontrar a estrada da Pavuna; rua denominada Manoel Vieira e seu prolongamento até o rio da Pavuna; rio Pavuna até ponto em que elle corta o extremo da rua Leopoldina Borges; por esta ultima rua e as denominadas Tenente Lassance, Carlos Gouvêa, Natalina Borges, Emilia Borges, até encontrar a estrada do Engenho Novo; estrada do Engenho Novo; travessa conhecida por Justino de Sá; rua denominada Borges de Freitas Filho até encontrar novamente a estrada do Engenho Novo, proximo á estação; novamente a estrada do Engenho Novo até seu extremo em direcção a Ricardo de Albuquerque¹⁸⁴.

Em 1926, com a divisão do distrito de Irajá e a criação do distrito de Madureira, Anchieta passou a fazer parte deste, com base no Decreto nº 2.479, de 11 de novembro. Entretanto, em 1932 foi criado o distrito de Anchieta, o 29º, abrangendo a sede e diversos bairros vizinhos, como Ricardo de Albuquerque, Pavuna, Realengo, Deodoro, Guadalupe e Marechal Hermes.

No ano de 1940, a prefeitura reduziu o número de distritos da cidade para apenas 15¹⁸⁵, e com a extinção do 29º distrito, Anchieta passou a ser vinculado ao de Deodoro, o 13º. No ano de 1949, entretanto, a antiga divisão foi restabelecida¹⁸⁶.

As constantes mudanças nas estruturas administrativas e delimitações territoriais da então capital federal não eram apenas reflexo das mudanças de cunho político, mas consequências do intenso processo de urbanização da cidade do Rio: “pensar a necessidade de criar inúmeros recortes administrativos nos remete a dificuldade crescente em gerir uma cidade em pleno processo de explosão demográfica e crescimento, até certo ponto, desordenado” (SANTOS et. al, 2014, p. 3).

Em 1960, a cidade do Rio de Janeiro sofreu sua transformação mais profunda desde a chegada da família real e de sua conseqüente elevação a capital do Reino, em 1808: a capital federal foi deslocada para Brasília, cidade planejada e construída no interior do país no governo de Juscelino Kubitschek. Com a transferência, o Rio virou cidade-estado, *status* único no Brasil, transformando-se no novo estado da Guanabara.

Seu primeiro governador eleito, Carlos Lacerda, promoveu uma série de medidas visando reconfigurar e descentralizar a estrutura administrativa do Rio de Janeiro, dentre elas a criação das regiões administrativas (R. A.). A XXII, com sede em Anchieta, foi criada em 1965 abrangendo também os bairros de Ricardo de Albuquerque, Guadalupe, Coelho Neto, Acari, Barros Filho, Costa Barros e Pavuna.

No ano anterior, o Brasil sofreu a ruptura de sua democracia com a ascensão de um regime militar iniciado a partir do golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart. Uma das conseqüências de seu caráter autoritário foi a imposição de medidas de caráter político sem que houvesse a discussão com a sociedade civil, inclusive por conta do fechamento do Congresso Nacional em diferentes momentos.

Em 1975, por iniciativa do governo federal, ocorreu a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Como conseqüência, o estado da Guanabara foi

¹⁸⁴ *Collecção de Leis Municipais e Vetos*, Rio de Janeiro, 1918, Vol. XLII. p. 239.

¹⁸⁵ *Revista de Engenharia*, Rio de Janeiro, 1940, nº 4, volume VII, junho, p. 340.

¹⁸⁶ *Anuário Estatístico do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, 1949, ed. 16, p. 16-23.

extinto e Niterói deu lugar à cidade do Rio como capital do novo estado. A subdivisão a partir das regiões administrativas foi mantida, e em 1981 a XXII R. A. englobava 13 bairros, parcial ou totalmente. No mesmo ano, o Parque Anchieta tornou-se bairro, e Anchieta ganhou novo contorno territorial.

A urbanização e o crescimento demográfico de Anchieta

Embora o povoamento da região de Anchieta tenha sido motivado pela decadência da Fazenda Nazaré, preterida por seus antigos proprietários em função do declínio da economia açucareira e por seu deslocamento preferencial para a cafeicultura no Vale do Paraíba, foi a ferrovia quem acelerou e consolidou este processo, sobretudo a partir da abertura da estação.

Dinâmica semelhante se repetiu em diferentes regiões do país, guardadas as proporções e particularidades locais. A vizinha Nilópolis, por exemplo, teve origem na Fazenda São Mateus, loteada no início do século XX¹⁸⁷. A abertura da então estação Engenheiro Neiva¹⁸⁸, em 1914, impulsionou a urbanização do distrito, emancipado de Nova Iguaçu em 1947 e que hoje conta com a maior densidade demográfica do país¹⁸⁹.

Embora não estejam disponíveis dados populacionais específicos neste período, algumas estatísticas nos trazem a dimensão de seu crescimento demográfico. Em 1937, a estação de Anchieta movimentou 361.469 passageiros, com uma média diária de 990. Em 1939, Anchieta recebeu 910.802 passageiros, um aumento de quase 152% em relação a 1937 e média diária de quase 2.500 usuários¹⁹⁰.

No ano de 1940, o distrito de Anchieta possuía pouco menos de 36 mil habitantes. Em 1950, a população da região contabilizava 75.600 moradores. O crescimento demográfico foi consequência de empreendimentos habitacionais como a Vila Mariópolis¹⁹¹, cuja planta foi aprovada no fim da década de 1930.

Em paralelo, diversos terrenos nos arredores da estação de Anchieta e ao longo da estrada do Engenho Novo foram postos à venda pela firma Coimbra Bueno, a partir dos anos 1940. Na década seguinte, foi aprovado pela prefeitura do Distrito Federal o projeto do loteamento da Vila Dona Júlia, na própria estrada do Engenho Novo.

Entretanto, a maior transformação urbana sofrida pelo bairro de Anchieta foi o loteamento do que se transformou no Parque Anchieta. Antes uma grande área desabitada que o separava de Ricardo de Albuquerque, o loteamento promovido pelo Banco Lar Brasileiro começou a ser comercializado no fim da década de 1950.

Eram 5 mil lotes, com tamanho máximo de 1.802 m², e valores a partir de Cr\$ 181.000,00. Além do financiamento próprio e oferta de comércio variado na região, outras comodidades eram ofertadas, como a proximidade das estações de Anchieta e Ricardo de Albuquerque e da avenida das Bandeiras, hoje avenida Brasil¹⁹².

¹⁸⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Nilópolis*. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nilopolis/historico>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

¹⁸⁸ ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. *Nilópolis*. Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/nilopolis.htm>. Acesso em: 03 fev. 2021.

¹⁸⁹ AGÊNCIA BRASIL. *Embrapa: 84,3% dos brasileiros vivem em menos de 1% do território nacional*. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-10/embrapa-843-dos-brasileiros-vivem-em-menos-de-1-do-territorio-nacional>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

¹⁹⁰ *Anuário Estatístico do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, 1939, ed. 7, p. 158.

¹⁹¹ Originalmente a Vila Mariópolis possuía como perímetro as ruas Cierê, Clara Borges, Jaguará e Itajobi.

¹⁹² *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1959. p. 5.

Em 1960, Anchieta e Pavuna, anteriormente incluídos na zona suburbana, foram incluídos na zona urbana da cidade do Rio, sobretudo em função de seu crescimento populacional e integração ao espaço urbano:

[...] A construção da Presidente Dutra, atravessando a circunscrição da Pavuna e, depois, a da Avenida das Bandeiras, cruzando as circunscrições da Pavuna e Anchieta, dotou esses subúrbios de transporte rodoviário numeroso e de boa qualidade, tendo-se verificado intenso crescimento. A circunscrição de Pavuna teve o incremento populacional de 75%, entre 1940 e 1950, e de 85%, entre 1950 e 1960, enquanto que Anchieta, já beneficiada a partir de 1939 com a eletrificação da Central, aumentava 110% entre 1940 e 1950 e 84% entre 1950 e 1960. Esses subúrbios [...] caracterizam-se por uma fisionomia mais recente, onde indústrias novas, grandes blocos de apartamentos e vilas proletárias, construídos pelos Institutos de Previdência constituem os principais elementos [...] Neles reside, como grosso modo em todos os subúrbios cariocas, a classe pobre (SOARES, 1965, p. 383-384).

Entretanto, não havia, por iniciativa do Poder Público, políticas de planejamento e ordenamento da região. Suas vocações econômicas foram pouco exploradas, o quantitativo de indústrias era escasso, os serviços públicos deficitários e o comércio pouco competitivo, gerando poucos postos de trabalho na região.

A consequência natural era o deslocamento de sua população em direção aos empregos, concentrados na região central e Zona Sul da cidade, relegando ao subúrbio a mera função de dormitório, problema já apontado na década de 1960, acompanhado do surgimento de favelas e ocupações irregulares (SILVA, 1965, p. 162). Uma das primeiras comunidades carentes de Anchieta surgiu neste período: o Morro do Chifrudo, atual Final Feliz¹⁹³.

Neste movimento, apesar de ainda possuir importância, a ferrovia dividiu seu protagonismo com os transportes rodoviários, em função de políticas de incentivo ao automóvel e do crescente sucateamento das estradas de ferro. Nem mesmo a criação da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), em 1957, foi capaz de reverter o seu declínio.

Se em 1960 o Censo do IBGE apontou que a XXII Região Administrativa abrigava 153.610 moradores, no ano de 1970 o número chegou a 234.328 habitantes¹⁹⁴. De acordo com a Fundação Leão XIII, no ano de 1976, na região existiam 16 favelas com 6.499 domicílios, abrigando 30.400 moradores¹⁹⁵.

Em 1977, projeção da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral indicou que o subdistrito possuía 297 mil moradores, enquanto o Gallup trouxe a informação de que a XXII R. A. possuía a pior renda familiar mensal da cidade: Cr\$ 2.042,90, em contraste com os Cr\$ 7.103,16 da II R. A. (Botafogo, Copacabana e Lagoa) e Cr\$ 2.639,55 da VI R. A. (Ramos e Penha)¹⁹⁶. O Censo de 1980 revelou que a região de Anchieta possuía 340 mil habitantes¹⁹⁷.

Conclusão

Anchieta, assim como parte considerável do subúrbio carioca, não foi um bairro concebido com base em um desenvolvimento sustentável. Ele foi

¹⁹³ REVISTA GALILEU. *Batismo no morro*. Disponível em <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Galileu/0,,EDR83905-7937,00.html>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

¹⁹⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1971, p. 7.

¹⁹⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1976, p. 34.

¹⁹⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 set. 1977, p. 4

¹⁹⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 out. 1981, p. 7.

consequência de um processo de interiorização fundamentado na ferrovia, que garantiu não apenas o controle de rotas comerciais e de circulação de pessoas, mas a presença do poder central a partir da integração com a capital, ambos em nome do progresso e da modernidade.

A seu exemplo, incontáveis localidades surgiram e cresceram em consequência da expansão da malha ferroviária, e outras foram extintas a partir de seu desmantelamento, demonstrando assim sua total dependência econômica, processo acelerado a partir da ditadura militar e pelo posterior desmantelamento da RFFSA.

Mesmo com o declínio da economia açucareira, que motivou o abandono da Fazenda Nazaré em meados do século XIX e sua consequente divisão e extinção, foi a partir da presença de uma estação ferroviária, cuja abertura é comemorada como aniversário do bairro, que o processo ocorreu com maior ênfase.

Entretanto, a região era encarada como uma área excluída da cidade, cuja denominação enquanto subúrbio demonstra bem sua categoria: a palavra inglesa *suburb*, que literalmente significa sub-cidade (SOTO, p. 2). Anchieta, no recorte aqui apresentado, caracterizou-se como um bairro essencialmente residencial voltado para as classes sociais menos abastadas, distante das regiões da cidade que concentravam boa infraestrutura de ensino, cultura, lazer, saneamento, transportes e, sobretudo, empregos.

As transformações na estrutura administrativa do município do Rio pouco influenciaram neste quadro, pois não houve, na prática, a implantação de políticas públicas dedicadas à descentralização econômica, ao planejamento urbano e à integração com a cidade, ficando restritas às mudanças de nomenclaturas e limites geográficos.

Portanto, pretendemos com esta pesquisa não apenas dar uma contribuição – mesmo que introdutória – para a história do bairro de Anchieta, mas suscitar o debate sobre desenvolvimento e pertencimento do subúrbio carioca ao espaço social da cidade do Rio de Janeiro, expandindo a discussão para suas identidades, deslocando-a de estigmas e estereótipos, sendo um deles a ferrovia como seu maior – senão o único – definidor.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Vitor. *A cidade, a Freguesia e a Fábrica: a Belle Époque suburbana e a industrialização na freguesia de Campo Grande*. São Gonçalo: Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social, UERJ/FFP, 2020.

BERMAN, Marshall. *Tudo o Que É Sólido se Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: de Gutemberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

EXPOSIÇÃO apresentada ao chefe de governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil (publicado em 1891) pelo Ministro da Justiça Manoel Ferraz de Campos Salles, p. 11. CLB, pasta “Ministerial Reports” (1825-1928).

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial: panorama da história do Brasil no século XIX*. Maringá: Eduem, 1999.

MANIFESTO Inaugural de Francisco de Paula Rodrigues Alves, pp. 11-12. CLB, pasta “Presidential Messages”.

MENSAGEM dirigida ao Congresso Nacional pelo Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca (chefe do Governo Provisório) em 15 de Novembro de 1890, p. 12. Center for Research Library (CLB), pasta “Presidential Messages”. Acesso disponível em <<http://www.clb.edu/brazil>>.

SANTOS, K. DA S.; GRAÇA, A. J. S.; DE MENEZES, P. M. L. EVOLUÇÃO DOS LIMITES DISTRITAIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, UM RECORTE DO SÉCULO XX. *Revista Brasileira de Cartografia*, v. 67, p. 1733-1747, 11.

SILVA, Fernando Nascimento. *O Rio de Janeiro à época do IV Centenário*. In: In: SILVA, Fernando Nascimento. *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos: formação e desenvolvimento da cidade*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1965.

SOARES, Maria Terezinha Segadas. *A fisionomia das unidades urbanas*. In: SILVA, Fernando Nascimento. *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos: formação e desenvolvimento da cidade*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1965.

O USO DE SERIADOS TELEVISIVOS COMO RECURSO NO ENSINO DE HISTÓRIA: SLEEPY HOLLOW E A INDEPENDÊNCIA DOS E.U.A

Guilherme Nunes de Souza¹⁹⁸

RESUMO: O presente artigo foi idealizado com o intuito de difundir um novo modelo de estudo da história no qual utiliza-se material audiovisual e de fácil absorção por alunos da educação básica e a população em geral que gostaria de ter uma noção a mais sobre cinema e um melhor desenvolvimento de senso crítico. Sabe-se que o desinteresse pela disciplina propriamente dita em sala de aula é muito grande e aquele velho sistema engessado de ministrar aulas de uma maneira positivista e com uso, quase que exclusivo, do livro didático e monólogo do professor apenas piora esse quadro que a cada dia se torna mais desestimulante. Foi para quebrar esse paradigma e trazer a disciplina mais para o universo popular que a ideia de utilizar seriados da cultura *pop* surgiu. Algo simples, divertido e agradável de assistir, mas, que com a tutoria e a fundamentação teórica correta, torna-se um trabalho inovador que causará mais motivação e ânimo no estudo da história nacional e internacional despertando, assim, o interesse de discentes e docentes na 7ª arte.

Palavras chave: Educação. Cinema. Estados Unidos

INTRODUÇÃO

O espectador leigo ao se deparar com uma produção fílmica sobre eventos de independência e revoltas populares, geralmente, é movido pela ação e pela emoção das batalhas e de suas consequências. Tais atos de rebeldia contra um poder instaurado, no caso da Independência dos Estados Unidos, a Grã-Bretanha, refletem em nível global a longo prazo por se tratar de uma ruptura no “equilíbrio” do mundo socioeconômico imposto na época.

Esse senso comum motivado pelos filmes que tratam esse tema porém, dependendo da ótica escolhida, o diretor/roteirista pode impor facilmente a sua visão de mundo acerca dos fatos, se sobrepondo sobre o discurso histórico.

Como objeto de análise utiliza-se um seriado de produção norte americano com distribuição nacional pela Fox Brasil intitulado *Sleepy Hollow* que utiliza por base a história de mesmo título produzida pelo escritor americano Washington Irving publicada em 1820. Historicamente ambas as produções baseiam-se na mesma época, ou seja, final do século XVIII, época de muitas insurreições populares onde o misticismo perpassa pelas entre linhas da história fomentando a imaginação da população do período.

Ambas as produções são ambientadas durante os preparativos do episódio conhecido como Independência dos Estados Unidos utilizando praticamente os mesmos personagens porém com perspectivas e objetivos diferentes. Na obra original de Irving a história se passa por volta de 1790 num lugar chamado Sleepy Hollow em que Ichabod Crane, um magro, esguio e extremamente supersticioso mestre-escola de Connecticut, compete com o valentão Abraham "Brom Bones" Van Brunt pela mão da jovem de dezoito anos Katrina Van Tassel, filha única do rico fazendeiro Baltus Van Tassel. Quando Crane deixa uma festa na casa dos Van

¹⁹⁸ Graduado em História pela UFN-Santa Maria, Especialista no Ensino de História e Geografia pelo Grupo Uninter, Graduando do curso de Direito pela FMC-Santa Maria, Professor de anos iniciais de escola pública municipal em Caçapava do Sul, RS. E-MAIL: guilhermens90@hotmail.com

Tassel numa noite de outono, é perseguido pelo "Cavaleiro sem Cabeça", um suposto fantasma de um soldado "Hesseno" (germânico).

Já na obra televisiva, os nomes dos personagens são mantidos porém suas habilidades e aspirações são mudadas. Ichabod é um professor de história fiel à Coroa Britânica que, com o curso da guerra, alia-se aos rebeldes em prol da independência dos treze estados. Katrina é uma enfermeira de campo de batalha e Abrahan, antes amigo e companheiro de armas de Crane, torna-se o cavaleiro mercenário Hesseno. Basicamente, a única coisa utilizada pelo seriado mantendo-se fiel ao livro e Irving é o triângulo amoroso entre as três personagens.

No presente artigo, visa-se trabalhar maneiras de utilizar os recursos audiovisuais da cultura do século XXI para melhor aproveitamento em determinados períodos da história em sala de aula contribuindo, assim, para o desenvolvimento das múltiplas inteligências individuais e da reflexão além dos livros didáticos e das paredes escolares.

Pretende-se com esse trabalho desenvolver uma opção de atividade para educadores que procuram sair das rotinas impostas pelo modelo de educação atual abordando e analisando os diferentes enfoques dados a história da independência dos Estados Unidos através do seriado previamente escolhido, bem como suas normas de conduta, o espaço histórico-social e características de constituição de sua representação imagética.

1. Breve história dos Estados Unidos da América

Assim como todas as colônias “descobertas” durante o século XV pela então Europa no auge do seu metalismo e guerras internas por famílias aristocráticas há tempos no poder a história do atual EUA em toda a sua grandiosidade imperialista não foi muito diferente das outras de mesmo período como Brasil e México, conquistadas e dominadas por portugueses e espanhóis respectivamente.

A Inglaterra estava em plena reconstrução no século das navegações provenientes da Guerra dos Cem Anos que acabava por desenvolver um sentimento nacional e de união do povo britânico. Porém mal acabava um conflito de mais de um século e a Grã-Bretanha mergulha em guerra civil motivada pela família Lancaster e pela família York no episódio conhecido como Guerra das duas Rosas que, segundo o autor: “A sucessão de guerras colabora também para enfraquecer a nobreza e suscitar no país o desejo de um poder centrado e pacificador. A Dinastia Tudor surge nesse processo como a primeira dinastia absolutista na Inglaterra.” KARNAL, 2015.

Os Tudor então rompem com a igreja católica criando o anglicanismo como forma de protestar e acabar com o poder papal confiscando, assim, os bens da igreja e liberando o rei, Henrique VIII, a casar novamente em sua nova religião. Era uma época de progresso econômico com a revolução agrícola e o desenvolvimento das manufaturas porém, juntamente com o progresso, vem as consequências pois:

Intensifica-se o processo de cercamentos que tinham se iniciado no final da Idade Média. As velhas terras comuns, indispensáveis à sobrevivência os camponeses, estavam sendo cercadas e vendidas pelos proprietários. O capitalismo avançava sobre o campo e o desenvolvimento da propriedade privada excluía muitos trabalhadores. (KARNAL, 2015, p-35)

Com isso o aumento do êxodo rural era inevitável fazendo com que as cidades se enchessem de pessoas sem qualificação para o trabalho urbano que, com o tempo, passavam a cometer crimes para sobreviver ameaçando, assim, o estilo de vida dos nobres e burgueses da época ainda mais com a alta dos preços ocasionadas pela abundância de ouro e prata que eram retiradas das colônias espanholas. Esses são os motivos cruciais para que a Inglaterra, assim como seus países lindeiros, lançasse ao mar naus com britânicos colonizadores com destino ao Novo Mundo.

1.1 A chegada na Colônia e seus primeiros contatos

Ao contrário do que se acha em livros didáticos, os Britânicos não foram os primeiros a pisar nas terras no que é hoje os Estados Unidos. Aventureiros como Ponce de Leon da Espanha e Verrazano da França já realizaram expedições anos antes da chegada dos primeiros ingleses o que não causou estranheza nos nativos locais auxiliando assim um primeiro contato.

Funda-se assim os primeiros povoados e com a chegada de mais imigrantes e recursos, as Treze Colônias que são: Virgínia, New Hampshire, Massachusetts, Maryland, Connecticut, Rhode Island, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Nova Jersey, Nova York, Pensilvânia, Delaware e a Geórgia. É desnecessário comentar sobre os nomes dados aos locais, mas podemos notar como a sua maioria são em homenagem á nobreza ou realiza britânica como, por exemplo, a Virginia, batizada em homenagem á Rainha Vitória também com a alcunha de “Rainha Virgem”. (Karnal, 2015)

Para entendermos a Guerra de Independência e seus motivos devemos, primeiramente, analisar quais classes de pessoas vieram para o Novo Mundo, como se organizam, se relacionam e quais suas aspirações e ideologias trazidas e desenvolvidas nas colônias.

Deve-se lembrar de que muitas pessoas que saíram da Europa em tal período foram perseguidas pela Inquisição da Igreja Católica que, mesmo enfraquecida na Inglaterra, não estava totalmente extinta em território Britânico sem falar no êxodo rural que atulhou os centros urbanos com pessoas sem estudo, sem trabalho e sem condições de socialização dada a inflação dos preços e o avanço do capitalismo. Logo, inicialmente durante a colonização dos EUA, pode-se dizer que era um refúgio para despossuídos e pessoas com ideias providas do Iluminismo que questionavam a religião Católica e seus métodos.

Porém, tanto na bibliografia pesquisada quanto na produção fílmica em estudo essa ideia de que seria apenas um refugio para os “problemas” da Europa torna-se contraditória pois, segundo FERNANDES:

Segundo o senso comum, a riqueza deles (EUA) e nossas mazelas decorreriam de dois modelos históricos: as colônias de povoamento e as colônias de exploração. As colônias de exploração seriam as Ibéricas, querendo apenas enriquecer as metrópoles e trazendo para o Novo Mundo apenas os indesejados enquanto que a colônia de povoamento levaria apenas a elite. (FERNANDES, 2015, p-25)

Neste pequeno trecho retirado do livro História dos Estados Unidos: das Origens ao Século XXI, feito em colaboração com diversos escritores, este autor em particular desmistifica o senso comum do motivo da riqueza dos Estados Unidos

tentando explicar o porquê dos países latinos serem mais pobres que, ao decorrer de sua escrita revela-se precipitado pois segue dizendo que:

...a maior diferença esta na questão religiosa, enquanto o protestantismo inglês baseava-se no Calvinismo no qual o lucro e a busca da riqueza se mostravam pedra fundamental, o catolicismo Ibérico via com maus olhos o lucro exacerbado e os juroos preocupando-se mais com a salvação da alma, no caso, os indígenas. (FERNANDES, 2015, p 27)

Isso se mostra com mais clareza quando analisado as obras estudadas, nelas o inglês Ichabod Crane, letrado, nascido de uma família aristocrática com fortes raízes políticas, vem para a recém-formada colônia alimentando esse senso comum de que a elite branca e bem nascida ia para as colônias anglo-saxônicas.

Os negros e índios nativos americanos formam outro grupo também presente nas treze colônias que mesmo marginalizados e considerados inferiores tiveram papel vital para o desenvolvimento da terra recém “descoberta” e da formação da nação que estava para surgir. Inicialmente os indígenas aqui presentes formaram grandes alianças com os colonos, ajudando na cartografia da região, no desenvolvimento das cidades mas o etnocentrismo era muito presente nos ingleses recém-chegados. Em documento escrito no século XVII acha-se o seguinte depoimento de um jovem britânico sobre seus encontros com povos nativos:

“Encontro-os totalmente selvagens e primitivos, alheios a toda a decência, mais ainda, incivilizados e estúpidos, como estavas de jardim, espertos em todas as perversidades e ímpios, homens endemoniados que não servem a ninguém senão o Diabo.” (KARNAL, 2015, p-590)

Sabe-se que a história, geralmente, é contada a partir de relatos dos vencedores, uma nova abordagem começou a ser feita apenas no século XX e até hoje tem alguma relutância em, ser aceita. Esse relato feito durante o século XVII mostra o lado do colonizador, como visto na época, como um ser com dever divino de levar a civilização e a decência para os lugares mais inóspitos da terra. O que não se escreve é de como esses selvagens eram tratados. “não servem a ninguém se não ao Diabo”, frase interessante escrita por um colono quem, certamente, assim como seus conterrâneos, tentou, no mínimo, tirar vantagem do nativo com trabalhos pesados que, se negando, é acusado como indecente. Isso sem falar nas várias doenças trazidas pelos europeus que causaram muitas baixas no povo nativo que não possuíam anticorpos para combater os males, assim, padecendo.

Outro ponto que merece destaque é a ideia de predestinação trazida pelos peregrinos ingleses. Segundo eles que, por causa do anglicanismo, livremente interpretavam a Bíblia se baseavam nas antigas escrituras para fundamentarem seu ideal colonizador e que eles, sem duvida, deveriam ver o Novo Mundo como Canaã, a Terra Prometida por Deus aos Hebreus, e que todos os povos nela existentes deveriam ser dominados.

O mesmo se passa com os negros e o regime escravista adotado, principalmente, nas colônias do sul na qual a agricultura era predominante. Assim como nas colônias Ibéricas, as plantações eram em regime de *plantation* onde o braço escravo era de vital importância para seu desenvolvimento. Não que o norte não tivesse escravos, mas em menos numero e geralmente usado em afazeres domésticos por ser uma região mais industrializada e que necessitava de mão de

obra mais qualificada que segundo Karnal destaca que “o comercio do norte volta-se para o comercio interno e a policultura”. KARNAL, 2015

Independente da região adotada para falar sobre escravidão deve-se lembrar de que o sistema adotado nas Treze Colônias era muito específico quando se tratava de brancos e negros tanto pelo regime de trabalho como a cultura empregada para se tratar o escravo.

A escravidão em áreas de colonização anglo-saxônicas fez parte de um mundo moderno com relações sociais individualistas e um sistema jurídico baseado em leis anglo-saxônicas. Isso faria do escravo mais objeto do que ser humano enquanto que o escravo negro em zona ibérica faria parte de uma sociedade paternalista e fundamentada no Direito Romano. (KARNAL. 2015, p-63)

1.2 Treze Colônias, Duas Culturas.

Mesmo sendo predominantemente habitadas por um povo de mesma etnia cultural, as Treze Colônias norte americanas eram, sumariamente, divididas em Norte e Sul, cada uma delas com suas peculiaridades e comercio voltados para os seus pontos fortes.

A região Norte possui um clima temperado muito parecido com a Europa, logo não existia muito que a metrópole inglesa pudesse querer dessa área em especial então acabou voltando-se para o comércio interno onde predominou a agricultura familiar e o comércio triangular no qual consistia a compra de melado nas Antilhas e a venda do Rum na África que, no retorno para a América, vinda lotada de escravos negros para a venda nas colônias do sul, o que com o tempo acabava por tornar o Norte das Colônias uma região mais independente em relação a sua vizinha Sulista.

Enquanto o Norte baseava-se em agricultura familiar e comercio rotativo o Sul, com um clima mais tropical, se responsabilizava por prover grandes plantações de monocultura, a *plantation* muito usada nas colônias do Novo Mundo, para o abastecimento da metrópole. Por ter um comércio interno mais fraco e baixíssima industrialização a mão de obra escrava negra era abundante para todos os tipos de serviço na lavoura, desde a sua plantação até o transporte para o porto no rio Mississippi. Segundo o autor a respeito desse assunto aponta que:

O Norte, ao contrario do Sul agiam com grande liberdade comercial e seguiam mais a lei de oferta e procura do que as leis provindas do Parlamento de Londres... Quando ao Sul possuía um mercado voltado para a exportação, motivo que explica a sua maior resistência quanto à ideia de independência e ruptura com a Inglaterra demonstrando sua grande dependência. (Purdy. 2015, p-57, 58)

1.3 Guerras e mais Guerras: O Longo Processo da Independência das Treze Colônias

Durante o Século XVIII e começo do XIX, a Europa passou por grandes tensões provocadas por conflitos armados e dentre eles daremos destaque a Revolução Francesa e a figura de Napoleão Bonaparte por ser um dos motivos do processo de separação das colônias norte americanas da metrópole inglesa.

Por razões óbvias, conflitos armados de longo período não são vantajosos para País algum. Eles consomem recursos e contingente além de poder reduzir drasticamente a população de alguma determinada região causando um retrocesso em seu desenvolvimento o que pode ser observado se estudada mais a fundo a Guerra dos Cem anos entre Inglaterra e França.

Analisando pelo lado militar, a Grã-Bretanha para manter seu estado marcial e poder contra atacar os revoltosos franceses que ameaçavam avançar sobre toda a Europa ao comando de Napoleão, necessitou lançar mão de todos os seus recursos, incluindo os das Colônias recém-formadas. Para isso aumentava impostos e taxava mercadorias vindas do ultramar e repassava material manufaturado a preços mais elevados. Segundo PURDY “a Inglaterra cria a Lei do Selo no qual todos os contratos, jornais, cartazes e documentos públicos fossem taxados”. PURDY, 2015

Sabe-se que o chá é tão costume para os britânicos como o café foi para os brasileiros no vasto período da colônia até o Império de Dom Pedro, valendo-se disso o Rei Jorge III monopoliza o comércio do chá que iria para as colônias cobrando altas taxas e limitando o poder de livre escolha mercantil fazendo com que “... os colonos trocassem o chá pelo café e chegando ao ponto de grupos organizados se disfarçarem de índios e atacarem cargas da cara mercadoria no porto de Boston”. PURDY, 2015

Para conter as revoltas populares, envia-se para as colônias os “casacos vermelhos”, Assim eram chamados os militares Britânicos por causa da cor usada em suas túnicas. Mas, para se manter um exercito numa região longe ao mesmo tempo em que se tem uma guerra para defender em solo europeu cria-se uma nova lei válida, ironicamente, apenas para as treze colônias: a Lei da Hospedagem na qual: “tinha por objetivo deixar as tropas mais baratas para o tesouro inglês utilizando as hospedarias dos colonos para as tropas, sem reembolso”. PURDY, 2015

Além das altas taxas e leis abusivas o espírito de liberdade inflamava-se ainda mais com o iluminismo europeu. Mas como essas ideias iam parar no ultramar? Através dos filhos dos colonos mais abonados, é claro. Muitos jovens iam, estudar na Europa e quando voltavam, levavam livros e ideais de liberdade e igualdade fazendo, assim, fomentar ainda mais o desejo por liberdade e autonomia.

Pode-se notar através desse parágrafo, a incoerência entre os dois objetos de análise, enquanto o Ihabod Crane literário vive o pós-guerra de independência no ano de 1790 o mesmo personagem, em sua versão fílmica, torna-se uma peça chave para a manutenção da liberdade que estava prestes a conquistar antes de ser morto por um soldado Hesseno em 1776, o que causa todo o enredo da trama televisiva.

1.4 Os Filhos da Liberdade e os Pensamentos Iluministas

“Era uma escola política para darem base intelectual ao movimento”. KARNAL, 2015.

Assim era a definição dos chamados Filhos da Liberdade que planejavam a ruptura com o governo instaurado. Como dito anteriormente, muitos filhos de prósperos empresários nas colônias viajavam para estudar na Europa e, em seu retorno traziam muitos ideais iluministas na qual se destacava as ideias de John Lock e seu *Ensaio sobre o Governo* dando ênfase à liberdade, felicidade e prosperidade que, segundo o próprio autor, eram mais que direitos e sim deveres de todo o ser humano de alcançar a excelência.

Essas ideias de pensadores europeus no contexto do novo mundo mostraram-se claramente durante a trama escolhida como objeto de análise em diversos pontos

dando uma especial atenção ao episódio em que uma das personagens, uma mulher negra, oficial de polícia do departamento da cidade em que a trama se desenrola, “viaja” no tempo e encontra-se com um dos idealistas da revolução: Benjamin Franklin. O interessante desse contexto é a admiração que Franklin demonstra por esse encontro, em uma época em que os negros eram escravos e as mulheres donas de lares submissas aos maridos.

Outro ponto interessante para se analisar é a do protagonista em relação à trama, as colônias não estavam sob nenhuma administração ou castração da igreja e o Rei Jorge está a um oceano de distância o que tornou o futuro Estados Unidos da América um solo fértil para as ideias de liberdade tão difundidas no ultramar.

2. A Análise Fílmica

Quando estudamos o cinema mais a fundo notamos peculiaridades que o público mais passivo não percebe. Elementos como fotografia, figurino, roteiro e som são observados por todos os espectadores porém, de uma maneira mais voltada ao entretenimento enquanto que estudiosos da sétima arte possuem um caráter analítico tendo que, por várias vezes, rever o filme procurando seus detalhes.

“Analisar um filme não é apenas vê-lo e revê-lo é mais ainda examiná-lo tecnicamente.” VANOYÉ, 1992, P. 12 Com esse argumento o autor esbarra em um obstáculo da análise fílmica: a psicológica. O filme, basicamente falado, é uma retratação propriamente dita de algo que pode ser caro para o espectador ou não, nesse caso, a independência dos Estados Unidos. Esse sentimento de assistir uma obra cinematográfica é comum tanto para um público dito leigo como para os mais analíticos. Mas o que diferencia esses dois tipos de pessoas? Segundo o autor, o espectador normal é passivo, percebe o filme sem desígnio particular, é guiado e o filme torna-se um lazer enquanto que o analista é ativo, observa e analisa tecnicamente, transforma o filme em objeto de análise de uma produção intelectual.

Através da influência midiática, para o público comum, que coloca o filme com um prazer, a manipulação torna-se quase que iminente e faz com que o espectador torne-se passivo diante do que vê. Para o autor essa afirmação torna-se válida que diz que:

Estamos cercados por um dilúvio de imagens. Seu número é tão grande, estão presentes tão naturalmente, são tão fáceis de consumir que nos esquecemos de que são o produto de múltiplas manipulações, complexas, às vezes muito elaboradas. (VANOYE, 1992. P. 13)

Com isso analisar um filme torna-se uma atividade reflexiva somada a muitos fatores para chegar a um resultado satisfatório. O tipo de filme, país de origem, o público alvo, os atores contratados, o contexto histórico, político, econômico da época em que a obra foi feita, etc. Para isso necessita-se “dividir” o filme para uma análise mais aprofundada e um melhor aproveitamento didático. Segundo o autor:

Analisar um filme ou um fragmento é, antes de qualquer coisa, no sentido científico do termo, assim como se analisa, por exemplo, a composição química da água, decompô-lo em seus elementos constitutivos. Parte-se, portanto, do texto fílmico para desconstruí-lo e obter um conjunto de elementos distintos do próprio filme. (VANOYÉ, 1992, P. 15)

Isso demonstra que a análise fílmica é trabalhosa e demorada para alcançar um resultado satisfatório. É um trabalho intelectual que demanda tempo e perseverança e, segundo o autor, necessita-se de uma convicção muito forte por parte do analista para não ser “seduzido” pelo filme. Sem esses elementos essenciais para a pesquisa, o espectador intelectual terá resultados parciais e incompletos.

O elemento gênero é a base da “desconstrução” fílmica para análise. Através dele, o analista basear-se-á com que tipo de obra cinematográfica estará lidando. Os gêneros servem de código de compreensão e o cinema o adotou e o definiu como sua gramática baseando-se nas divisões literárias.

Os gêneros, segundo a autora Maria Bahiana em seu livro *Como Ver um Filme*, dividem-se basicamente em: drama, comédia, ação/aventura, ficção científica e thriller (terror/suspense). Porém, essas classificações são apenas do elemento básico de cada formato, cada um deles tem seu próprio conjunto de significados e símbolos que no caso de *sleepy hollow* torna-se uma miscelânea de emoções em estilos divididos em episódios com perspectivas de diversos autores o que exige um olhar mais cuidadoso e seletivo para as cenas de interesse para a história.

De todos os gêneros citados existe um que se destaca de uma maneira geral: o drama. Segundo a *Poética* de Aristóteles, a autora expressa a importância do gênero dramático e de como ele forma a base dos outros, pois “a estrutura da melhor tragédia não é simples, mas complexa, se representa incidentes que provoquem medo e compaixão desta forma de arte”. (Aristóteles, *Poética* in Bahiana, 2012, P. 141). Para a autora, Aristóteles é o mestre supremo dos roteiristas e, para ele, o drama-tragédia era a forma mais clara de demonstração teatral, algo que exigia máxima perícia tanto de atores como de produtores pois produziam, no público, lições duradouras e catarses poderosas. Superação, heroísmo, destino, descobertas interiores e grandes questões morais são elementos que compõem e tornam o drama como gênero-mestre do cinema.

CONCLUSÃO

A sétima arte, desde as exposições dos irmãos Lumière com o seu famoso *O Trem Chega à Estação*, cativa, intimida e trás a tona os maiores sentimentos que um ser humano é capaz de transparecer. Ir da euforia à tristeza, do sentimento de impotência para uma força de vontade nunca antes sentida, isso é o cinema. É, juntamente com o herói da trama torcer e se emocionar às suas custas e peripécias, é se ter um sentimento dubio de pânico e admiração ao notar que o alter ego do herói é tão bom ou até mesmo melhor que ele roubando assim o protagonismo, mesmo sem querer. No caso do objeto de estudo é impossível não simpatizar e até mesmo se interessar pelo destino traçado pelo cavaleiro Hesseno.

Os amantes dessa arte, tanto como leigos ou especialistas, notam o espírito etnocêntrico muito forte nas produções Hollywoodianas e nem mesmo o simpático e carismático professor britânico de Connecticut escapa desse “*American way of life*” imposto pela indústria fílmica norte americana desde os anos 50, com toda a sua bravura e espírito indomável (no caso, patriótico) do protagonista.

Utilizando de elementos técnicos para um melhor estudo da obra, nota-se a presença de elementos tão comuns ao público em geral que, ao mesmo tempo, mostra-se caríssimo aos especialistas em tal análise. A iluminação, as cores e o

próprio traje que a personagem estiver vestindo oferecem detalhes e dicas preciosas para os intelectuais que para outras pessoas que assistem os filmes por puro lazer, passariam despercebidos, algo que com a tutoria correta de educadores que gostariam de aplicar algo novo em sala de aula poderiam mudar essa realidade utilizando ícones da cultura televisiva do século XXI.

Através de vasta pesquisa histórica e técnica sobre cinema, nota-se que a 7ª arte é, atualmente, uma das melhores formas de expressão e retratação tanto de tempos homéricos como de atualidades mostrando a visão de várias pessoas que, através de elementos fílmicos que melhoram cada dia mais, conseguem passar uma mensagem para os diversos públicos, passivos ou ativos acerca da obra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 6022**: informação e documentação: apresentação de artigo em publicação periódica científica impressa. Rio de Janeiro, 2002.

BAHIANA, Ana Maria. **Como ver um filme**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

IRVING, Washington. **The Legend of Sleepy Hollow**, Leya Brasil, 2011

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos, da origem ao século XXI**. São Paulo. Contexto. 2007

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre análise fílmica**. 2.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002

REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS:

Sleepy Hollow, Fox Channel, EUA. 2012. 45 min. colorido, som.¹⁹⁹

¹⁹⁹ Por se tratar de uma série televisiva, não foi possível colocar o nome de todos os autores, pois cada episódio foi dirigido por um em particular.

PODER NO EGITO DA XXVI DINASTIA: A ASCENSÃO SAÍTA E O CONFLITO EGÍPCIO-BABILÔNICO.

Hector Eliahou Leon Levy²⁰⁰

Resumo: A partir dos meados do século VII a.C., verifica-se no Egito a ascensão da XXVI dinastia, ou “Saíta”. Nesse período, temos a retomada das campanhas militares pelos egípcios na região do Levante, visando proteger os interesses do Egito da ameaça babilônica, diante do enfraquecimento do poder assírio no mundo antigo. Ao analisarmos as relações de poder no Egito Saíta, utilizamos como conceitos teóricos os ensinamentos de Norberto Bobbio e Max Weber, e nos serviremos de fontes primárias, como as chamadas “Crônicas Babilônicas” e os registros bíblicos, ao mesmo tempo que enfatizamos o conflito egípcio-babilônico durante o período saíta.

Palavras-Chave: Babilônia. Conflito Egípcio-Babilônico. Egito Saíta. Relações de Poder.

Introdução

O presente trabalho traz como objeto de estudo a ascensão da XXVI dinastia egípcia (664-525 a.C.)²⁰¹, originária da cidade de Saís (logo o nome “Saíta”), e as suas relações diplomáticas com o mundo exterior da época, em especial com a Babilônia de Nabucodonosor II, em um período no qual, após o faraó Psamético I ter consolidado o seu poder sobre todo o Egito, ele e seus sucessores buscarão assegurar os interesses egípcios no Levante (Síria, Palestina e a Fenícia), aproveitando-se da decadência do poder assírio no cenário geopolítico. Contudo, os antigos territórios controlados pela Assíria no mundo levantino seriam alvo de disputa entre os egípcios e babilônios (também conhecidos como caldeus), esses últimos subordinados inicialmente ao rei Nabopolassar (c. 626-605 a.C.) e, posteriormente, ao seu filho Nabucodonosor II (c. 604-562 a.C.).

Verificamos nesse sentido, que as relações de poder durante o período saíta são marcadas tanto pela celebração de alianças entre famílias dominantes do mundo antigo, como também pelos conflitos entre as potências da época, e, nesse cenário, ao buscarmos a definição do poder em si, analisamos os conceitos teóricos de autores como Max Weber e Norberto Bobbio, sendo que, para Weber, o poder é visto como “toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra as resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 2015, p.33). Por outro lado, Norberto Bobbio destaca a existência de diversos tipos de poder existentes em uma sociedade, como é o caso do político, onde se observa a “exclusividade do uso da força em relação a todos os grupos que agem em um determinado contexto social” (poder esse considerado por Bobbio como “supremo em uma sociedade de desiguais”); o econômico, no qual se verifica

²⁰⁰ Advogado formado pelas Faculdades Metropolitanas unidas (FMU-SP) em 2016. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio (SP) e aluno dos cursos de especialização em Direito Contratual (Legale- SP) e em História Antiga e Medieval (UERJ). E-mail: hectorlevy62@gmail.com.

²⁰¹ BAINES, John; MÁLEK, Jaromír. **Deuses, Templos e Faraós. Atlas Cultural do Egito Antigo.** 1ª ed. Barcelona: Folio, 2008, pp. 36-37. Para fins cronológicos da civilização egípcia, utilizaremos em nossa pesquisa as datações presentes na obra dos egiptólogos John Baines e Jaromír Málek. As durações são aproximadas e antes da era cristã, de modo que dispensamos o emprego das abreviações “c.” (cerca de) e “a.C.” (antes de Cristo) nas datas que se seguirão após a introdução. Ademais, a obra dos egiptólogos é omissa quanto ao reinado de alguns líderes mesopotâmicos, de modo que preferimos adotar, por conveniência, uma cronologia própria para os reinados dos reis assírios e babilônios, presente na obra de ROAF, Michael. **Grandes Civilizações do Passado: Mesopotâmia.** 1ª ed. Barcelona: Folio, 2004, pp.178;199.

a capacidade do dominador em recompensar os subordinados pelos seus serviços (com terras e privilégios, por exemplo). Não menos importante é o chamado poder ideológico, no qual se percebe a existência de ideias estabelecidas pelos governantes que influenciam a vida dos governados (BOBBIO, 2000, pp.160-164). Ademais, Bobbio define o poder não apenas como “uma relação entre dois sujeitos no qual um impõe ao outro a sua vontade” visando atingir os efeitos desejados, mas também “a posse dos meios (domínio dos homens e da natureza)”, para que também se atinja os fins pretendidos (BOBBIO, 2000, p. 161).

Quanto à elaboração do nosso trabalho, foram utilizadas diversas fontes primárias, sendo que boa parte delas são escritos antigos. Destacamos, deste modo, as obras de Heródoto e Diodoro Sículo, as quais discorrem sobre a ascensão da dinastia saíta no Egito, bem como as atividades militares dos faraós na região do Levante. Ademais, para compreendermos o conflito egípcio-babilônico, também utilizaremos as narrativas bíblicas, os registros caldeus (no caso, as chamadas “Crônicas Babilônicas”), bem como as informações presentes no monumento egípcio conhecido como a “Estela de Elefantina”, datado da época de Amásis II (c. 570-526 a.C.).

Os Antecedentes Históricos da Ascensão Saíta e a Reunificação do Egito por Psamético I

O primeiro ponto que tratamos em nosso trabalho, e que insistimos em destacar em todas as pesquisas sobre o período em questão, é a necessidade de discutirmos, ainda que brevemente, os antecedentes históricos da ascensão saíta, visando facilitar a compreensão dos leitores sobre a sociedade e a política egípcia da época objeto do nosso estudo. Isso se dá pelo fato de que o Egito às vésperas da dominação saíta já não era uma civilização marcada pelo esplendor de épocas anteriores, como ocorrera no Novo Reino (1550-1070). Muito pelo contrário, com o enfraquecimento da autoridade faraônica no final do Novo Reino e no Terceiro Período Intermediário (1070-712), verificamos a descentralização política no Egito, ao mesmo tempo que algumas facções buscavam fortalecer o seu poder na terra dos faraós, como é o caso dos sacerdotes de Amon em Tebas (Alto Egito/ região sul do Egito), e as famílias de origem líbia que controlavam os pequenos reinos ou principados no Baixo Egito (região norte do Egito, também conhecida como o “Delta do Nilo”). Muito em breve, verificaríamos o surgimento da XXV dinastia na terra dos faraós, oriunda da Núbia (BAINES; MÁLEK, 2008, p.48)²⁰².

Contudo, o governo dos faraós núbios (também conhecidos como kushitas), seria breve no Egito (770-657). A interferência egípcia contra os interesses assírios no Levante serviu como justificativa para a invasão assíria na terra dos faraós, culminando em um breve e novo período de dominação estrangeira no país, marcada por uma política de vassalagem, na qual o rei assírio nomeava governadores (muitos deles de origem local) para administrar as diversas regiões do Egito em nome dos interesses assírios. Contudo, um desses governantes, oriundo de uma das famílias líbias do Delta²⁰³, Psamético de Saís (664-610), filho de Neco I

²⁰² Esses personagens de origem líbia, geralmente ligados ao exército, fundariam verdadeiras dinastias durante o Terceiro Período Intermediário, como é o caso da XXI e XXII. Muitos deles, manteriam seus costumes típicos no Egito, adotando nomes líbios (ex. Shoshenq, Osorkon e Akanosh) ou títulos, a exemplo do “Chefe de Ma”. Além disso, alguns estariam presentes em altos cargos no sacerdócio tebano. Contudo, durante a XXII dinastia, verificamos a existência de uma guerra civil. Nesse cenário, diversos líderes regionais se autoproclamavam “faraós”, criando, por vezes, dinastias paralelas. O Egito só seria reunificado por Psamético I.

²⁰³ DESPLANCQUES, Sophie. **Egito Antigo**. Tradução de Paulo Neves. 2ªed. Porto Alegre: L&PM, 2011, pp.111-112. A egiptóloga Sophie Desplancques destaca que “o Terceiro Período Intermediário

(672-664, fundador da XXVI dinastia), aproveitando-se da sua condição inicial como aliado da Assíria, buscou fortalecer o seu poder, e, muito em breve, reunificaria o Egito (BAINES; MÁLEK, 2008, p.49-50).

A ascensão desse faraó ao trono é imortalizada em algumas fontes antigas, como a obra “Histórias” de Heródoto e a “Biblioteca Histórica” de Diodoro Sículo (também conhecido como Diodoro da Sicília). Segundo a narrativa de Heródoto, alguns piratas da Jônia e da Cária (localizadas na antiga Ásia Menor, sendo a Jônia uma região grega), desembarcaram no Egito acidentalmente. Um egípcio, ao presenciar o fato, foi informar Psamético de que esses estrangeiros, caracterizados pelo uso de armaduras de bronze, haviam desembarcado no Egito. O faraó, acreditando que a profecia do oráculo de Buto se cumpriu (o qual tinha previsto que Psamético seria auxiliado pelos chamados “Homens de Bronze” que viriam do mar) decidiu se aliar aos piratas e, com o auxílio deles, conseguiu derrotar os seus rivais no Egito, tornando-se senhor absoluto da terra dos faraós. Esses guerreiros foram recompensados pelo soberano egípcio com terras e outros benefícios (II:152-154). Para o professor Ronaldo Guilherme Gurgel Pereira, a concessão de terras para os gregos foi uma estratégia empregada por Psamético para “guarnecer o campo contra futuras agressões estrangeiras e manter um exército permanentemente disponível para mobilizações”. O mesmo autor destaca que esse sistema permaneceu em uso até a sua abolição no reinado de Amásis II (570-526) (PEREIRA, 2019, p.153).

Diodoro também relata em sua “Biblioteca Histórica” uma narrativa muito similar àquela contada por Heródoto: Psamético era um dos doze reis que governavam o Egito. Ele teria desenvolvido o seu reino por meio do comércio, atraindo a amizade de outros povos, como gregos e fenícios. Em determinado momento, o faraó contratou mercenários da Ásia Menor (oriundos da Jônia e da Cária), para que lutassem por ele contra os demais líderes egípcios (destacando-se aqui a ideia de descentralização política no país). Ao derrotar os seus rivais com a ajuda estrangeira, Psamético tornou-se soberano de todo o Egito (I: 66).

Por outro lado, em um registro assírio conhecido como o “Cilindro Rassam” (Prisma A), de autoria do rei Assurbanipal (contemporâneo de Psamético I), o soberano assírio destaca uma aliança entre o rei lídio Giges e o faraó em questão. O rei da Lídia teria enviado tropas que auxiliaram Psamético a se libertar do jugo assírio (II:114-115)²⁰⁴. Nesse sentido, o professor Alan Lloyd destaca que a narrativa de Heródoto presente em sua obra Histórias, relatando a chegada dos piratas, corresponde, na realidade, ao mesmo evento descrito pelo Cilindro Rassam. Isso se dá pelo fato de que os sacerdotes egípcios, que auxiliaram Heródoto na elaboração de sua obra, queriam passar a imagem de Psamético como um líder forte que “consultava oráculos, reconhecia o cumprimento de suas profecias, contratava

e a Época Baixa [712-332, em nossa cronologia] são marcados por “numerosas dominações estrangeiras (núbias, assírias e persas). Mesmo as dinastias consideradas nativas são de origem líbia ou se apoiam em forças militares gregas ou assírias”.

²⁰⁴ Destacamos que a Lídia exercia, na época, uma grande influência na Ásia Menor (incluindo a região da Cária e da Jônia, locais de onde provinham muitos dos soldados estrangeiros que serviram aos faraós saítas). Ademais, concluímos que o auxílio de Giges ao faraó Psamético se deu dentro de uma aliança militar (*Symmachia* para os gregos) e não por conta de uma relação de mercenarismo. Deste modo, defendemos a ideia de que o corpo expedicionário enviado pelo rei lídio seja visto como uma força aliada, auxiliar e não mercenária. Importante ressaltar que, muito embora existissem mercenários gregos no Egito durante o período saíta, nem todo o soldado grego que servia aos interesses dos faraós da XXVI dinastia era, necessariamente, um mercenário.

gregos e derrotava os adversários”, de modo que “o auxílio do rei lídio ao faraó dificilmente se encaixaria nessa imagem” (LLOYD, 1975, p.15).

Por mais que as tropas enviadas por Giges tenham contribuído para o fortalecimento do poder político de Psamético I, uma vez que elas revitalizaram o exército egípcio (que agora contava uma verdadeira força de elite, no padrão hoplita grego), e que também auxiliaram na expulsão das últimas guarnições assírias do Egito, é certo que a expansão do poder saíta, inicialmente no Baixo Egito, se deu principalmente por meio de alianças²⁰⁵, como aponta o egiptólogo Roger Forshaw (FORSHAW, 2019, pp.58-60). No caso do Alto Egito (destacando-se aqui a cidade de Tebas, que há muito tempo era controlada pelos sacerdotes de Amon), Psamético conseguiu, no ano de 656, que a sua filha Nitiqret (ou Nitócris para os gregos), ocupasse o cargo de Divina Esposa de Amon, posição de maior importância no sacerdócio tebano ocupado por uma mulher na época em questão. (BAINES; MÁLEK, 2008, p.50). A detentora dessa função era dona de vastas propriedades de terras, o que, indiretamente, favorecia a sua família de origem, sobretudo o poder econômico de seu pai, Psamético. Ao mesmo tempo, também se fortalecia o poder ideológico do faraó, que passava a ser reconhecido, com a nomeação de sua filha, como o senhor das Duas Terras (ou seja, do Alto e Baixo Egito).

Nesse cenário, observamos que a nomeação de membros das famílias reais em altos cargos no sacerdócio tebano não era uma estratégia incomum, sendo que ela já era empregada desde o Terceiro Período Intermediário, tanto pelos governantes de origem líbia como, posteriormente, pelos núbios, que buscavam uma aliança com Tebas, procurando dessa forma fortalecer e legitimar o seu poder no Alto Egito (BAINES; MÁLEK, 2008, p.48). Ao analisarmos a atitude desses líderes, verificamos uma importante característica dos detentores do poder político, mencionada por Norberto Bobbio, que é justamente “a tendência [...] de não permitir no seu âmbito de domínio, a formação de grupos armados independentes, e de subjugar, ou desbaratar, aqueles que forem se formando” (BOBBIO, 2000, p.166). O cargo da “Esposa do Deus” era uma posição que só se tinha acesso por meio da adoção. Além disso, a esposa da divindade praticava o celibato. Dessa forma, concluímos que as famílias dessas altas sacerdotisas buscavam, com a nomeação dessas princesas para o referido cargo, evitar o surgimento de grupos ou dinastias em Tebas que pudessem rivalizar com elas (no caso, as famílias das divinas esposas).

O período saíta seria marcado por mudanças na administração egípcia²⁰⁶, bem como pela expansão do comércio, intensificação das relações entre o Egito e o

²⁰⁵ FORSHAW, Roger. *Egypt of Saite Pharaohs, 664-525 B.C.* 1ªed. Manchester: Manchester University, 2019, pp.58-70. No caso da região do Delta, verificamos que alguns líderes regionais de origem líbia (também conhecidos pelo título líbio de “Chefe de Ma”) juraram lealdade a Psamético e, em troca, mantinham o seu status, como ocorreu com Akanosh, senhor de Sebenitos. O principado de Sebenitos e Busíris foram os que reconheceram inicialmente a soberania saíta na região, incorporando os seus territórios aos domínios de Psamético. Após consolidar o seu poder no Delta, o senhor de Saís se aliou com o reino de Heracleópolis (no Médio Egito), por meio de casamentos. Em Tebas (Alto Egito), destacamos a figura de Montuemhat, figura que no período de dominação núbica e assíria, ocupava um importante cargo na região tebana (por vezes considerado como um verdadeiro líder em Tebas). Assim como muitos personagens influentes, ele teve o seu posto assegurado por Psamético. Nesse cenário, à medida que os oficiais do Alto Egito morriam, Psamético os substituíam por aqueles oriundos do Baixo Egito, região originária dos faraós saítas.

²⁰⁶ DESPLANCQUES, Sophie. *Egito Antigo*. Tradução de Paulo Neves. 2ªed. Porto Alegre: L&PM, 2011, pp.104-105. “Um dos fatos marcantes dessa dinastia saíta é o desenvolvimento de uma cultura arcaizante que tem suas raízes nos modelos do Antigo e do Novo Império [ou Reino]. Em particular, os soberanos empreendem vastos programas de restauração de monumentos. A reestruturação

mundo grego, a retomada das atividades de construção de templos (e monumentos em geral), e pela presença militar dos egípcios no exterior, tanto na própria África (Líbia e Núbia), como na Ásia (mais precisamente, no Levante).

As atividades de Psamético I no Exterior e o Início do Conflito Egípcio-Babilônico

Em que pese a sua importância inicial para a consolidação do poder saíta no Egito, as alianças entre os faraós e as famílias dominantes não seriam suficientes para garantir o poder dos soberanos egípcios: era necessária uma atitude mais ativa na política externa, sendo essencial a retomada das atividades militares no exterior (que desde o final do Novo Reino diminuíram, resultando na perda de territórios, diminuição de receitas para o governo egípcio, e na perda do prestígio faraônico na política interna e externa) (FORSHAW, 2019, pp. 02-03). Era preciso, deste modo, que os faraós reafirmassem a sua presença no exterior, protegendo os interesses do Egito (como a defesa das fronteiras, das redes de comércio, bem como assegurar o acesso dos egípcios a governos vassallos). Válido ressaltar que, na visão egípcia, o faraó era considerado mediador entre os deuses e homens, a encarnação do deus Hórus na terra, o protetor do Egito e da ordem cósmica (representada pela deusa Maat). Assim, era o seu dever realizar rituais (muitas vezes auxiliado pelos sacerdotes), promover a construção de monumentos, aplicar a lei, combatendo os inimigos internos e externos do Egito (MÁLEK, 2003, p.92-93).

Nesse cenário verificamos, a partir do reinado de Psamético I, a retomada das atividades egípcias no exterior, como uma das formas de fortalecer os poderes mencionados por Bobbio anteriormente, seja ele o político (com a demonstração da força militar, representada pelo exército, destacando as tropas gregas), o econômico (domínio sobre as rotas comerciais, acesso a reinos vassallos etc.) e o ideológico (os sucessos militares contribuía para a legitimação do poder dos faraós, vistos como protetores do Egito, favorecidos pelos deuses por meio das vitórias militares).

Segundo Heródoto (I:105), Psamético precisou, inicialmente, enfrentar uma ameaça dos grupos citas (nômades vindos das estepes euroasiáticas), que ameaçavam invadir o Egito. Contudo, ele os encontrou na Palestina, e conseguiu comprar a retirada desses estrangeiros, salvando o Egito de uma invasão. Verificamos, nesse período, que o faraó buscou fortalecer ainda mais as defesas do Egito, destacando-se aqui a existência de fortificações como Marea, Migdol e Mehad Hashavyahu (essa última, localizada no sul do Levante) (FORSHAW, 2019, p.82). Essas estruturas defensivas contavam com a presença de mercenários, sobretudo gregos (Ibidem, p.78).

Já na narrativa de Diodoro Sículo, verificamos uma campanha militar encabeçada por Psamético na Síria (I:67)²⁰⁷. Heródoto também destaca o cerco

administrativa no Egito foi também marcada pela influência do passado, reaparecendo na titulação dos funcionários uma terminologia de tempos anteriores. Entretanto, embora a terminologia seja antiga, o conteúdo das funções parece ser diferente. Assim, o vizir [ou *Tjaty*] não é mais o “primeiro-ministro”, mas deve sua autoridade essencialmente às funções sacerdotais. Daí por diante, o poder estava repartido principalmente entre o exército e os templos”.

²⁰⁷ FORSHAW, Roger. *Egypt of Saite Pharaohs, 664-525 B.C.* 1ªed. Manchester: Manchester University, 2019, pp.82-84. Forshaw aponta que a presença de Psamético I no Levante também é evidenciada pelas descobertas arqueológicas. Aqui, destacamos os restos da fortaleza em Mehad Hashavyahu na Palestina, local em que existia uma guarnição de mercenários gregos a serviço de Psamético. Os achados de objetos egípcios em localidades como Ashkelon também apontam para uma forte influência egípcia na região durante o período em questão. As

egípcio à cidade filisteia de Ashdod (II:157). Como o historiador Mario Liverani aponta, verifica-se por volta de 616 o apoio militar entre egípcios e assírios na Mesopotâmia (LIVERANI, 2014, p.537). Com a morte de Psamético I, temos a ascensão de seu filho Nekau II ao trono egípcio (610-595), também conhecido como Neco II.

As principais fontes que versam sobre as atividades de Nekau no Levante são as chamadas “Crônicas Babilônicas” (ou “Neobabilônicas”, para sermos mais precisos), bem como os relatos presentes no “Tanah” (também conhecido como a Bíblia hebraica), como os livros de Crônicas (Cr.), Jeremias (Jr.) e o Segundo Livro dos Reis (II Re.), sendo Nekau um dos poucos faraós cujo nome é mencionado nos registros bíblicos. Seguindo o exemplo de seu pai, ele buscou se aliar aos assírios, cujo poder se enfraquecera no Oriente Próximo (destacando-se a queda da capital assíria, Nínive, em 612, por uma coalizão formada pelos babilônios de Nabopolassar e os medos de Ciaxares). A primeira campanha de Nekau no Levante visava apoiar as forças remanescentes do rei assírio, Ashur-uballit II (611-609), que havia estabelecido uma corte provisória em Harran (localizada no norte da Síria), após a queda de Nínive (BRYCE, 2014, p.139). Nessa ocasião, o faraó liderou suas tropas visando apoiar os assírios em Harran. Contudo a missão foi um fracasso, sendo que os egípcios e os seus aliados foram derrotados pelas forças dos babilônios e medos. Segundo consta na Crônica Babilônica nº 3, intitulada “A Queda de Nínive”:

O medo diante do inimigo venceu Ashur-uballit (II) e o exército do Egito [que] tinha vindo [para o ajudar] e abandonaram a cidade [...] atravessaram. O rei de Akkad²⁰⁸ chegou a Harran e [...] ele capturou a cidade. Levou um vasto espólio da cidade e do templo [...] (vv.61 f - 64).

No ano seguinte (609), Nekau empreendeu uma segunda campanha, com o objetivo de retomar Harran (figura nº1, página seguinte). Contudo, no caminho até a Síria, o faraó precisou confrontar um novo inimigo: o rei de Judá.

O primeiro confronto armado durante essa nova campanha de Nekau ocorreu em Megido (na Palestina). Buscando impedir que a Assíria se fortalecesse com o apoio do faraó, o rei Josias do reino de Judá tentou impedir o avanço egípcio, mas foi morto no confronto com os egípcios em Megido (II Re. 23: 28-30; 2 Cr. 35: 20-24). Posteriormente, Nekau marchou para a Síria, e a aliança assírio-egípcia conseguiu derrotar a guarnição caldeia em Harran, retomando a cidade²⁰⁹:

No mês de Tamuz, Ashur-uballit (II), rei da Assíria, (e) o grande exército do Egito [...] atravessam o rio (Eufrates) e marcham contra Harran para conquistar (a cidade). [...] eles [capturaram-na]. Derrotaram a guarnição que o rei de Akkad tinha estacionado no seu interior. Quando tinham derrotado (a guarnição), eles acamparam contra Harran. Até o mês de Elul,

evidências sugerem que Psamético e o seu exército foram ocupando, gradualmente, as terras do Levante, após a perda do controle pelos assírios. Ademais, Forshaw destaca que os egípcios tinham a intenção de controlar os portos levantinos, assegurando o comércio de madeira (cedro da Fenícia, atual Líbano), bem como criar uma zona tampão, visando impedir um possível ataque direto dos babilônios ao Egito.

²⁰⁸ “Rei de Akkad” era um dos títulos dos soberanos neobabilônicos.

²⁰⁹ Alguns autores, como Trevor Bryce defendem que a reconquista de Harran não ocorreu, enquanto outros, como Roger Forshaw e Hussein Bassir apontam o contrário. Em nosso trabalho, adotamos a posição de Forshaw e Bassir.

combateram contra a cidade. mas não conseguiram nada. (No entanto) não se retiraram (Crônica 4: “Crônica a Respeito dos Últimos Anos de Nabopolassar”, vv. 66-69)²¹⁰.

Durante o regresso de Nekau ao Egito, os egípcios logo estabeleceram um quartel-general na região de Híblah, na Síria (BRYCE, 2014, p.139) e, em Judá, removeram o filho de Josias do trono, Joacaz, nomeando o seu irmão, Joaquim, como novo rei, estabelecendo uma relação de vassalagem, visando assegurar os interesses egípcios na região. O faraó impôs um tributo de cem talentos de prata e um de ouro ao rei Joaquim (II Re. 23:31-35; 2 Cr. 36:3-4). Com as vitórias de Nekau, os egípcios passaram a controlar o Levante. Contudo, a dominação egípcia na região foi breve.

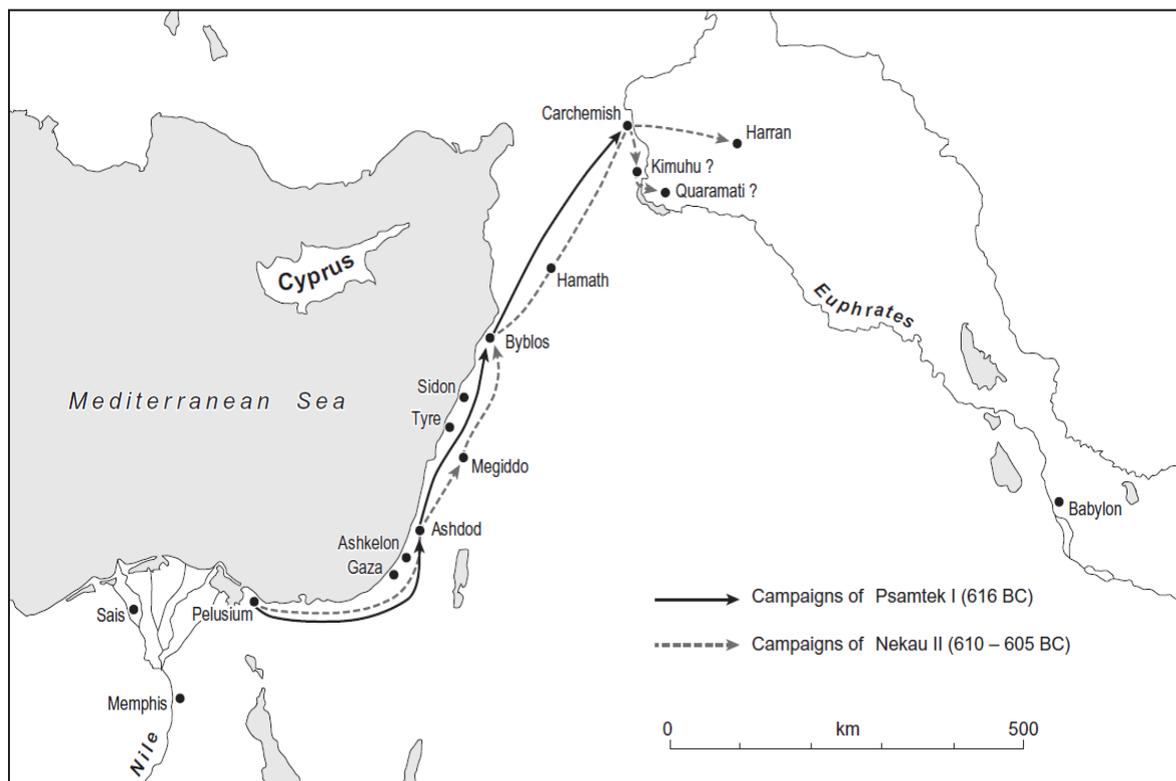


Figura nº1. As campanhas de Psamético I (616) e Nekau (610-605).

Fonte. *Egypt of Saite Pharaohs* (2019), p.81. Autor: Roger Forshaw.

Em uma nova campanha, os egípcios tiveram certo sucesso contra a Babilônia inicialmente, destacando-se as vitórias do faraó em Kimuhu e Quarmatu (Síria) (FORSHAW, 2019, p.126). Contudo, após enfrentarem os caldeus na cidade de Carchemish, o faraó e o seu exército foram derrotados, em 605:

O rei de Akkad (Nabopolassar) ficou em casa (enquanto) Nabucodonosor (II), o filho mais velho e príncipe da coroa reuniu (o exército de Akkad). Ele tomou a liderança de seu exército e marchou até Carchemish [...] ele atravessou o rio [para encontrar o exército egípcio] que estava acampado em Carchemish [...] eles lutaram juntos. O exército do Egito recuou diante

²¹⁰ FORSHAW, Roger. *Egypt of Saite Pharaohs, 664-525 B.C.* 1ªed. Manchester: Manchester University, 2019, p.126. O autor aponta que após a conquista de Haran, a Assíria não é mais mencionada nas Crônicas Babilônicas.

dele [Nabucodonosor]. Ele os infligiu uma grande derrota e os aniquilou completamente (Crônica 5: “Crônica a respeito dos anos iniciais do reinado de Nabucodonosor II”, anverso, vv. 1-5).

A derrota egípcia em Carchemish também foi imortalizada nos registros bíblicos (Jr. 46). Contudo, como o professor Trevor Bryce esclarece, a narrativa babilônica é exagerada, sendo que o exército egípcio não foi destruído por completo, uma vez que o próprio faraó retornou posteriormente para o Egito, tarefa essa que ele “difícilmente conseguiria fazer por conta própria” (BRYCE, 2014, p.140). É possível que o exército do faraó estivesse dividido em dois grupos, sendo que apenas um teria enfrentado os babilônios em Carchemish, enquanto o outro não teria chegado a tempo de auxiliar (FORSHAW,2019, p.127). Após a morte de Nabopolassar, o seu filho, Nabucodonosor II, assumiu o trono na Babilônia (604-562).

A Disputa Egípcio-Babilônica após o Confronto em Carquemish.

Como bem destaca o egiptólogo egípcio e diretor do Museu de Antiguidades (Bibliotheca Alexandrina - Egito), Hussein Bassir, os faraós saítas buscaram expandir a sua zona de influência no Levante, criando um sistema de vassalagem com os povos da região (adotando a antiga política assíria empregada outrora no Egito), ao mesmo tempo que asseguravam as rotas comerciais e a defesa do Egito (BASSIR,2018, pp.180;184). Contudo, após a derrota de Nekau em Carchemish, a política externa egípcia se deteriorou. Com o regresso do faraó para o Egito, Nabucodonosor exerceu controle sobre todos os reinos levantinos (os arameus da Síria, os fenícios, e, na Palestina, o reino de Judá e os filisteus). Durante o primeiro ano do reinado de Nabucodonosor, “todos os reis de Hatti” vieram a sua presença e receberam o vasto tributo” (BRYCE, 2014, p.141)²¹¹. Na mesma época, os babilônios chegaram até a cidade filisteia de Ashkelon, tendo posteriormente retornado para Babilônia. Nesse cenário, muitos reis, outrora vassalos dos egípcios, acabaram mudando a sua lealdade para servir os interesses caldeus, como é o caso de Joaquim de Judá. Contudo, muito em breve, o Egito reagiria a expansão babilônica no Levante.

Nabucodonosor, informado que Nekau estava se preparando para uma nova investida no Levante, decidiu confrontar os egípcios antes que o faraó chegasse aos territórios controlados pelos babilônios. Os exércitos se enfrentaram na fronteira egípcia (BASSIR, 2018, p.182). Contudo, ambos os lados sofreram grandes baixas, e Nabucodonosor necessitou retornar para a Babilônia (Crônica 5, reverso, vv.5-6). Quanto aos egípcios, eles conseguiram tomar a cidade de Gaza posteriormente.

As façanhas de Nekau no Levante também são mencionadas na obra de Heródoto, “Histórias”, no seu segundo livro. Nesse cenário, o escritor grego destaca que o faraó conquistou Gaza e atacou os sírios por terra (II:159). Ademais, o autor aponta para os conflitos navais, e, na ocasião, o faraó se serviu da sua nova marinha (destacando-se o uso de trieres gregas pelos egípcios, conforme aponta Heródoto)²¹² (Ibidem). Contudo, a obra não fornece a data (ou o ano de reinado) em que esses eventos ocorreram.

²¹¹ Hatti (ou Hattu) deve ser entendida como a região da Síria e Palestina. No caso, cada líder de Hatti recebeu a obrigação de pagar a Nabucodonosor um vasto tributo.

²¹² Forshaw menciona que o uso de trieres (embarcações com três fileiras de remadores em cada lado) por parte dos egípcios, mencionado por Heródoto é, na realidade, equivocado, tendo em vista que o emprego do termo “trieres” só seria utilizado nos textos gregos a partir da segunda metade do

Nesse cenário, observamos o surgimento de frágeis alianças envolvendo os pequenos reinos do Levante, o Egito e a Babilônia. Após o confronto entre Nekau e Nabucodonosor na fronteira egípcia, alguns povos levantinos procurariam o auxílio egípcio contra os caldeus, sendo que os faraós que sucederam Nekau, como Psamético II e Apriés (o Hofra bíblico - Jr.44:30) buscariam instigar o descontentamento desses povos contra a Babilônia.

No reinado de Psamético II (595-589), as principais atividades militares egípcias ocorreram na Núbia (região da África). Quanto à política no Levante, Forshaw destaca para uma expedição de natureza pacífica, liderada pelo próprio faraó na região em questão, vista mais como uma marcha triunfal e uma procissão religiosa (na qual o soberano egípcio buscava agradecer aos deuses pelas vitórias na Núbia), do que uma forma de demonstrar o poder militar egípcio (FORSHAW, 2019, p.139). Ao que tudo indica, o faraó procurou evitar um conflito direto com os caldeus, mas buscava persuadir os reinos levantinos a se rebelarem contra a Babilônia, de modo que Judá, por exemplo, na época governado pelo rei Zedequias, acabou se aliando ao Egito (destacando-se uma possível visita do faraó a Jerusalém, capital de Judá) (Ibidem). Alguns pesquisadores acreditam que, por conta da pouca presença babilônica no sul do Levante durante a época de Psamético II, os egípcios teriam conseguido exercer maior influência nessa região, o que provavelmente levou Zedequias a se revoltar contra a Babilônia (Ibid)²¹³.

O sucessor de Psamético II, Apriés (589-570), empreendeu campanhas contra a Fenícia, tanto por terra como por mar, conforme aponta Diodoro (I:68) e Heródoto (II:161). Diodoro também destaca o conflito entre o Egito e Chipre (I:68). O mesmo faraó enviou um auxílio militar ao rei de Judá contra a Babilônia (II Re. 24:20; 44: 30). Ainda que a expedição egípcia tenha cessado o cerco babilônico em Jerusalém, o exército egípcio logo seria derrotado pelo próprio rei Nabucodonosor, que havia estabelecido a cidade de Hiblah como seu quartel general. Muito em breve, Nabucodonosor voltaria a atacar a cidade de Jerusalém, sendo essa destruída pelos babilônios em 586 (BRYCE, 2014, p.143).

Nabucodonosor não chegaria a conquistar a terra dos faraós, de modo que nos parece exagerada a passagem bíblica presente no Segundo Livro dos Reis: “E o rei do Egito nunca mais saiu de sua terra, porque o rei da Babilônia tomou tudo o que era do rei do Egito, desde o rio do Egito até o rio Eufrates” (II Re. 24:7) Todavia, os babilônios tentariam uma nova invasão no Egito, visando auxiliar Apriés, que na ocasião foi deposto por um general rebelde, Amásis.

A Contenda entre Apriés e Amásis e a Queda da XXVI Dinastia Egípcia.

A disputa pelo Levante, envolvendo a Babilônia e o Egito resultou na perda do controle egípcio da região em questão para os caldeus (figura nº2, página seguinte).

Por outro lado, durante o período saíta, os egípcios também precisaram enfrentar problemas internos, sobretudo uma revolta nativa durante o reinado de Apriés. Visando compreender melhor os motivos que levaram a esse conflito, devemos retornar à época de Psamético I, quando o faraó buscou fortalecer o seu

século VI a.C. É mais provável que os egípcios tenham se servido de embarcações no estilo “pentékónteros” (50 remos) ou birremes (duas fileiras de remadores em cada lado) (FORSHAW, 2019, pp.131-132).

²¹³ A descoberta de escaravelhos com o nome de Psamético II em regiões como Tell el-Safi, Tell el-Far’ah e Tell Keisan, apoiam a hipótese apresentada, de modo que, muito provavelmente, o Egito voltou a exercer grande influência no sul do Levante, por volta de 592 (FORSHAW, 2019, p.139).

poder por meio do emprego de mercenários (ou auxiliares em alguns casos) oriundos do mundo grego. Nessa época, verificamos que as relações entre os reinos gregos e o Egito se intensificaram, ao mesmo tempo que as primeiras comunidades helenas se desenvolviam no Egito. Seus integrantes por vezes ocupavam cargos de destaque na sociedade egípcia, sendo lhes confiados, muitas vezes, os assuntos de governo (DIODORO; I:67).

Contudo, em que pese alguns desses estrangeiros tenham assimilado certos elementos da cultura egípcia (por vezes sincretizando com os da sua cultura de origem), e até mesmo casado com mulheres egípcias, verificamos que muitos egípcios nativos, sobretudo os militares, estavam descontentes com o comportamento filo-helênico dos faraós saítas, e por vezes se sentiam ameaçados e marginalizados por conta da presença grega no Egito. Esse descontentamento desencadearia algumas revoltas nativas, sendo que a primeira delas ocorreu no reinado do próprio Psamético I, quando este marchou para a Síria, segundo destaca Diodoro (Ibidem).

Já durante o reinado de Apriés, o faraó auxiliou militarmente um líder líbio, Adikran, contra a colônia grega de Cirene, na Líbia, que estava expandindo a sua zona de influência. Contudo, Apriés não enviou os seus soldados gregos, preferindo alocá-los em regiões estratégicas, diante de uma possível tentativa de invasão babilônica (FORSHAW, 2019, p.148). A expedição egípcia, composta por egípcios nativos (conhecidos como *machimoi* por Heródoto) foi derrotada, e os soldados remanescentes culpavam o soberano egípcio pelo fracasso, acreditando que ele teria os enviado à morte propositadamente (buscando favorecer os seus soldados gregos), e se revoltaram. Logo, Apriés enviou o general Amásis para negociar com os rebeldes. Contudo, a missão se mostrou infrutífera, e o general foi nomeado faraó pelos insurgentes (HERÓDOTO, II:162).

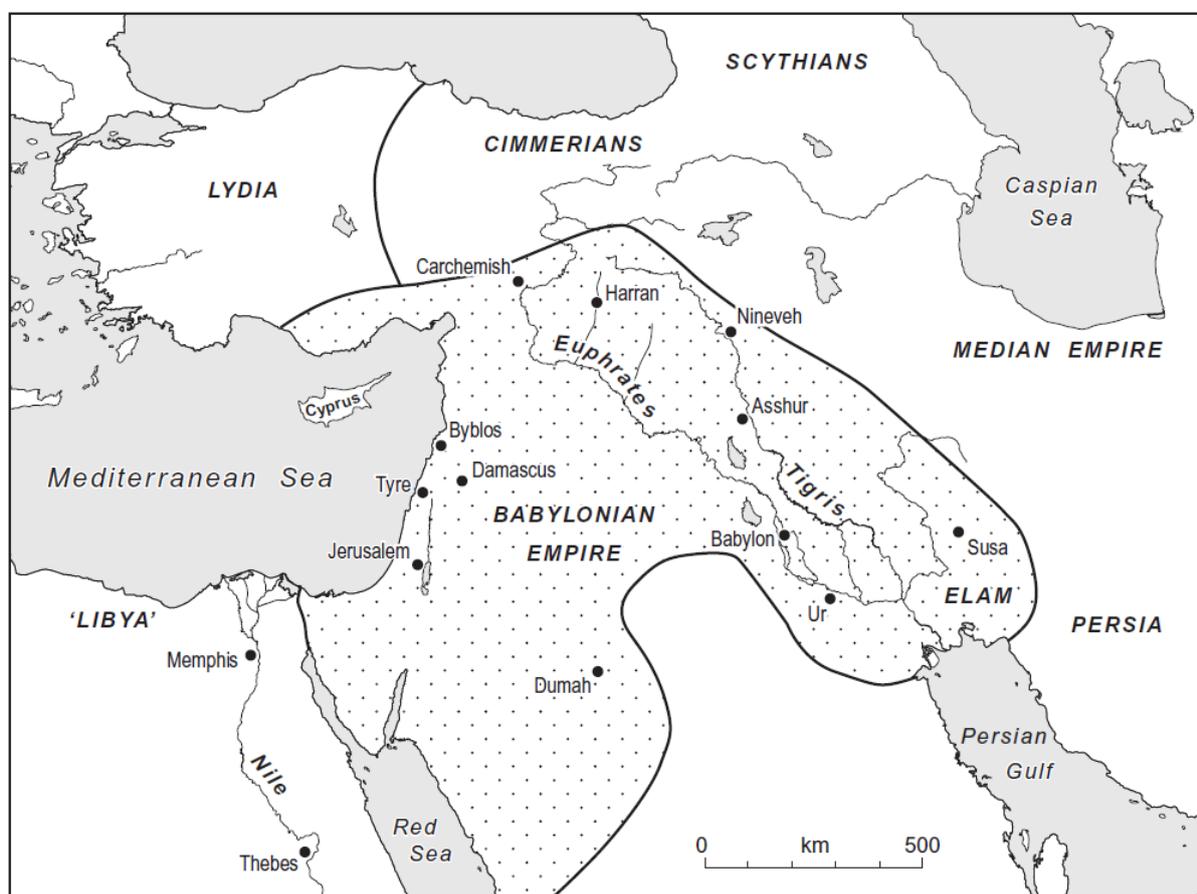


Figura nº2. O Império Neobabilônico (612-538).

Fonte. *Egypt of Saite Pharaohs* (2019), p.86. Autor: Roger Forshaw.

Ao saber do ocorrido, Apriés reuniu suas tropas (composta por 30 mil mercenários jônios e cários) e enfrentou as tropas de Amásis, sendo, no entanto, derrotado e deposto pelos rebeldes (HERÓDOTO, II:163).

Segundo Heródoto, o novo faraó teria tratado inicialmente o líder derrotado com respeito, mas diante da insatisfação dos egípcios, acabou aprisionando Apriés (II:169) e, posteriormente, o matou. Já Diodoro destaca que o antigo faraó foi, na realidade, capturado após a batalha e estrangulado (I:68). Contudo, o egiptólogo Roger Forshaw destaca para uma importante fonte histórica, conhecida como Estela de Elefantina, na qual se menciona que, no seu quarto ano de reinado, Amásis derrotou uma força asiática (no caso babilônica), que teria auxiliado Apriés a reconquistar o trono (FORSHAW, 2019, p.149). Também encontramos inscrições babilônicas que mencionam uma invasão de Nabucodonosor no Egito, durante o seu trigésimo sétimo ano de reinado (período do governo de Amásis)²¹⁴.

Nesse cenário, ao analisar a chamada Estela de Elefantina, o professor Anthony Leahy destaca:

A tábua é assim um registo de um ataque ao Egito por Nabucodonosor, no seu 37º ano de reinado, ao qual Amásis respondeu reunindo forças de Cirene, do Mediterrâneo, e do próprio Egito [...] não há vestígios de um ataque vindo do Oriente em Heródoto ou Diodoro Sículo. Este é presumivelmente o resultado da ignorância e sugere que a tradição considerava os acontecimentos do ano I como decisivos (LEAHY, 1988, p.191).²¹⁵

Durante o nosso estudo a respeito dessa interferência babilônica no Egito de Amásis, verificamos algumas passagens bíblicas, no livro de Jeremias, na qual o profeta adverte os hebreus que viviam no Egito, por conta da prática da idolatria (na realidade, o próprio Jeremias passou a viver na terra dos faraós após a queda de Jerusalém):

E a palavra do Eterno veio a Jeremias em Tahpanhês (Tafnes), dizendo: Toma em tua mão pedras grandes e esconde-as na argamassa do ladrilhado que está a entrada da casa do faraó, em Taphanhês, perante a vista dos judeus e lhes dirás: Assim disse o Eterno dos Exércitos, o Deus de Israel: Eis que já estou enviando, e farei com que Meu servo, Nabucodonosor, o rei da Babilônia, venha, e estabelecerei seu trono sobre essas pedras que escondi e sobre elas estenderá seu pavilhão real. Ele virá e ferirá a terra do Egito, de forma que morrerão aqueles que estão

²¹⁴ A fonte babilônica em questão, contendo os registros na escrita cuneiforme (gravados em uma placa de argila) encontra-se disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/W_1878-1015-22. Acessado em 18/08/2021.

²¹⁵ Nesse cenário, Anthony Leahy menciona o primeiro ano do reinado de Amásis, que foi marcado, justamente, pela ascensão desse faraó ao trono, após ter deposto o Apriés. Logo, como o autor destaca, as narrativas de Heródoto e Diodoro sugerem que a ascensão de Amásis ao trono (ano I) resolveu o conflito com Apriés, quando, na realidade, o novo faraó teria que enfrentar no seu quarto ano de reinado uma investida do soberano deposto e os seus aliados babilônios. Leahy também destaca uma aliança de Amásis com Cirene (outrora inimigo do Egito nos tempos de Apriés), identificada como *Putuaiman* nos registros egípcios.

destinados a morrer; serão aprisionados aqueles que estão destinados ao cativeiro, e muitos serão mortos pela espada. Atearei fogo nas casas dos deuses do Egito e elas serão pilhadas e queimadas; ele se cobrirá com o saque que levará do Egito como o pastor se cobre com sua vestimenta, e sairá de lá em paz. Ele partirá os pilares do templo de Bet Shémesh [“casa do sol”, tradução nossa], que fica no Egito, e destruirá pelo fogo as casas dos seus deuses [...] O Egito parece uma novilha bem nutrida, mas do Norte está prestes a vir o abatedor. Também seus mercenários parecem bois cevados, mas voltaram as costas e fogem todos; não mantiveram suas posições pois perceberam a calamidade que os aguardava, o dia da prestação de contas [...] O Eterno dos Exércitos, o Deus de Israel, disse: Aplicarei Minha punição sobre Amon de Nó (Luxor), sobre o faraó, sobre o Egito, sobre os seus deuses e seus reis; sobre o Faraó e todos que nele confiam (2 Jr. 43: 8-13;46:20-21,25).

Ao compararmos os registros bíblicos com a Estela de Elefantina, é provável que Nabucodonosor, ao auxiliar Apriés, tenha entrado com suas tropas na fronteira oriental do Egito (sendo Tafnes, ou Dafne, localizada justamente nessa região), causando “morte e destruição”, como aponta a narrativa bíblica acima. Nesse cenário, Hussein Bassir menciona os vestígios de destruição nos sítios arqueológicos egípcios de Tell el-Maskhuta e, provavelmente, em Tel Qedwa, outrora fortalezas egípcias (BASSIR, 2018, p.186). Contudo, como destacamos anteriormente, Nabucodonosor não chegaria a conquistar o Egito de fato, sendo derrotado por Amásis, de acordo com a Estela de Elefantina.

Na realidade, tanto os babilônios como egípcios afirmaram terem sido vitoriosos. Todavia, como explica Hussein Bassir, é muito provável que um pacto de aliança tenha se firmado entre Nabucodonosor II e Amásis II (assegurando ao rei babilônio o domínio do Levante, e o Egito ao faraó) (Ibidem). Alguns anos mais tarde, os egípcios se aliariam com a Babilônia e a Lídia, diante de uma nova ameaça vinda da Ásia: a Pérsia. Contudo, essa aliança se mostrou infrutífera, tendo a Babilônia e, posteriormente o Egito sido conquistados pelos persas (por volta dos anos 539 e 525, respectivamente).

Contudo, a queda da XXVI dinastia egípcia é atribuída, segundo Heródoto, a um dos mercenários gregos de Amásis, Phanes de Halicarnasso. Descontente com o faraó, Phanes fugiu para a corte persa, e revelou ao rei Cambises II os segredos para conquistar o Egito: o soberano deveria solicitar um salvo-conduto ao rei dos árabes (III:4). Desse modo, os persas atravessaram o deserto e enfrentaram os egípcios na cidade de Pelúcio (na fronteira oriental). No combate, o exército do faraó, na época, Psamético III (526-525), foi derrotado, e tempos depois, com a morte desse soberano egípcio, teríamos o fim da dinastia saíta (figura nº3).



Figura nº3. Representação retratando o faraó Psamético III sendo capturado por Cambises II.

Fonte. *Egypt of Saite Pharaohs* (2019), p.175. Autor: Roger Forshaw. Crédito da imagem: Adrien Guignet.

Considerações Finais

O período saíta representou uma nova fase para o povo egípcio. Após séculos de sucessivas dominações estrangeiras, Psamético I conseguiu eliminar os últimos resquícios da presença assíria nas Duas Terras e, por meio da diplomacia, reunificou a terra do Egito.

Essa época, que perduraria por mais de um século, foi marcada pela intensificação das relações entre o Egito e o mundo grego. Nesse contexto, os faraós buscaram fortalecer o seu poder econômico e político por meio das relações com o mundo exterior, estabelecendo ligações de aliança e comércio com o Egeu. Essas boas interações favoreceram a vinda de imigrantes gregos para o Egito, muitos dos quais engrossariam as fileiras do exército egípcio, servindo como uma força de elite, ao mesmo tempo que eram geralmente recompensados com terras e altas posições na sociedade egípcia.

Por outro lado, os faraós saítas também necessitaram dar demonstrações da sua força militar no mundo exterior, ocupando inicialmente as regiões outrora controladas pelos assírios no Levante. Ademais, essa expansão egípcia, que tinha como intuito assegurar a defesa das fronteiras e das redes de comércio, além de obter acesso a governos vassalos, era também uma das formas de legitimar o poder dos faraós, fortalecendo o seu poder, tanto político, econômico, como o ideológico.

Esse poder, contudo, foi contestado por uma nova potência mesopotâmica, a Babilônia, a qual, desde o reinado do faraó Nekau II até o governo de Amásis II disputou com egípcios o controle do Levante. Com Amásis, um pacto teria cessado as hostilidades entre os dois povos. Durante esse período de conflitos, destacamos a importância das alianças envolvendo essas potências e os pequenos reinos no Levante. Contudo, essas relações se mostraram frágeis, visto que elas mudavam

facilmente, a depender do cenário político do momento. Alguns grupos sucumbiram por conta da guerra, como é o caso do reino de Judá (cuja capital, Jerusalém, foi destruída por Nabucodonosor), e dos filisteus. Por mais que os babilônios tenham expulsado os egípcios do Levante, eles nunca chegariam a conquistar o Egito, sendo que essa tarefa caberia aos persas de Cambises II, em 525.

Ainda que a conquista persa tenha encerrado a dominação da XXVI dinastia egípcia, muitas das estratégias empregadas pelos faraós saítas (como a aproximação com o mundo helênico e a contratação de mercenários gregos) serão futuramente utilizadas pelas efêmeras dinastias nativas, as quais buscarão, com o auxílio grego, reestabelecer a independência do Egito (BAINES; MÁLEK, 2008, pp.50-51).

Referências

BAINES, John; MÁLEK, Jaromír. **Deuses, Templos e Faraós. Atlas Cultural do Egito Antigo.** 1ª ed. Barcelona: Folio, 2008.

BASSIR, Hussein. **The Egyptian Expansion in the Near East in the Saite Period.** *Journal of Historical Archaeology & Anthropological Sciences*. Volume 3. Número 2. 2018, pp.180-184.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política.** 14ªed. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2000.

BRITISH MUSEUM. **Tablet: Report of Nebuchadnezzar II's Campaign to Egypt in his 37th Year.** Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/W_1878-1015-22. Acessado em 18/08/2021.

BRYCE, Trevor. **Ancient Syria: A Three Thousand Year History.** Oxford: Oxford University Press, 2014.

DESPLANCQUES, Sophie. **Egito Antigo** (Tradução de Paulo Neves). 2ªed. Porto Alegre: L&PM, 2011.

DIODORO SÍCULO. **Biblioteca Histórica. Libros I-III.** 1ªed. Barcelona: Gredos Editorial S.A, 2001.

FORSHAW, Roger. **Egypt of Saite Pharaohs, 664-525 B.C.** 1ªed. Manchester: Manchester University, 2019.

GALLARDO, Francisco. **Mercenariado Griego em Egipto durante la Dinastia Saíta.** *Boletín de la Asociación Española de Egiptología*. Madrid. 2003. Número 13. Disponível em: <https://www.aedeweb.com/assets/14-MERCENARIADO-GRIEGO-EN-EGIPTO-DURANTE-LA-DINASTIA-SAITA.pdf>.

GORODOVITS, David. FRIDLIN, Jairo **Tanah completo: Hebraico e Português.** São Paulo: Editora & Livraria Sêfer, 2018.

GRAYSON, Albert Kirk. **Texts from Cuneiform Sources.** Nova York: J.J. Augustin Publisher, 1975.

HERODOTUS. **The Histories** (Traduzido por Audrey de Sélécourt e revisado com a introdução e notas por John Marincola) 3ªed. Londres: Penguin Readers, 2003.

LEAHY, Anthony. **The Earliest dated Monument of Amasis and the end of the Reign of Apries.** *The Journal of Egyptian Archaeology*, Volume 74. 1988, pp. 183-199.

LIVERANI, Mario. **The Ancient Near East. History, Society and Economy.** 1ªed. Londres: Routledge: Oxon, 2014.

LLOYD, Alan Bradley. **Herodotus Book II Introduction.** 1ªed. Leiden: Brill, 1975.

MÁLEK, Jaromír. In: SHAW, Ian (ed.). *The Oxford History of Ancient Egypt*. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2003.

PEREIRA, Ronaldo Guilherme Gurgel. **A XXVI Dinastia e as suas Relações com o Egeu: o Egito Saíta como uma Potência Mediterrânea nos Séculos VII- VI a.C.** Nearco: Revista Eletrônica de Antiguidade. Núcleo de Estudos da Antiguidade- NEA, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Volume 11. 2019. Número 2, pp.147-174.

ROAF, Michael. **Grandes Civilizações do Passado: Mesopotâmia**.1ª ed. Barcelona: Folio, 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva, Volume 1** (Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa).4ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

O EXERCÍCIO DO PODER LOCAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Henrique Pereira Lima²¹⁶

Resumo: A História aponta e a contemporaneidade demonstra que o poder político brasileiro, do local ao nacional ainda possui amarras ao seu livre exercício. Apesar dos diversos momentos de ruptura política, como a Proclamação da República (1889), Revolução de 30 (1930) ou a promulgação da Constituição de 1988, dentre outros, a promessa de democratização do acesso ao poder de decisão política e do exercício deste poder ainda não se concretizou plenamente. Assim, o “fazer político” típico da Primeira República e do coronelismo ainda possui ecos na atualidade, ao mesmo passo em que ainda são limitados os espaços de participação política cidadã.

Palavras - Chaves: Coronelismo; Participação Política Cidadã; Poder Local; Ruptura.

Introdução:

As crenças sociais de uma comunidade agem de forma coletiva e homogeneizante sobre aos indivíduos, os quais acabam por modelar suas atitudes e comportamentos. Fundamentalmente, estas construções acabam por marcar a produção cultural da sociedade, uma vez que sobre ela agem ideologias e formas de pensar hegemônicas. Dinâmicas que são, estas construções enquanto produto manifesto humano são dotadas de historicidade, ou seja, são modeladas pelos valores e significados relevantes aos seus produtores, em cada período histórico. Sendo que todas as manifestações humanas em determinado recorte espaço-temporal estão ligadas por uma mesma mentalidade, suas manifestações específicas compõe um mesmo universo-padrão, o qual caracteriza o pensamento vigente.

O poder e o povo, em diferentes espaços sociais, se relacionam, ora de forma mais, ora de forma menos autônoma. Mas, independente de seus matizes, falar em poder é falar de política, controle e decisão. E falar de política, no Brasil histórico e contemporâneo, é falar de dominação. Desse modo, a apreensão do poder, pela História ou pela Política, oferecem contribuições próprias, mas que se relacionam e se complementam.

No contexto brasileiro, a expressão do poder político no passado e contemporaneamente ainda é marcado pelo domínio, senão prático deste poder, pelo menos ideologicamente (o que acaba por se converter em domínio prático – entendido aqui como capacidade de centralizar processos decisórios ou formação de blocos de poder, etc.), O ponto de partida cronológico desse sistema, dentre outros, pode ser apreciado no fenômeno do coronelismo da Primeira República, o que não impede que se recue ainda mais, uma vez que este perfil no sistema político brasileiro não foi inaugurado pelo regime republicano brasileiro.

²¹⁶ Graduado em História pela Universidade de Cruz Alta – RS. Mestre em História pelo PPGH da Universidade de Passo Fundo - RS. Professor de História da Rede Pública Municipal de Palmeira das Missões. Pesquisador sobre identidades culturais locais e regionais. E-mail: henriqueplima@yahoo.com.br.

Neste sentido, torna-se evidente que as formas pelas quais o poder político na Primeira República era exercido tornava-o “cativo” dos coronéis. Apesar do decurso do tempo, aquela forma de dominação do poder político não pode ser considerada esgotada. Isso, porque, o exercício do poder político ainda não foi plenamente democratizado, pois uma sociedade que se constituiu em Estado Democrático de Direito e que não consegue dar eficácia aos direitos humanos e garantias fundamentais à nação total, não pode considerar que tenha conseguido tornar o campo político um território de livre acesso a toda população.

1. Repensando a esfera “Política” da construção do Brasil Nação

Os registros historiográficos acerca da construção da nação tiveram no campo político o seu grande representante até a década de 1980. Esta historiografia, eivada de pretensões políticas buscava legitimar o processo de independência da nação e se centrava nas ações de determinados indivíduos, tomados como heróis. Através de modelos, procurou-se construir uma história nacional que legitimasse o Estado, a qual era guiada pelos rumos que a política do Estado impunha. A identidade nacional nesse contexto surge como reflexo do esforço desta construção, de modo que:

Foi no processo de consolidação do Estado Nacional brasileiro que se viabilizou um projeto de pensar a história do Brasil de forma sistematizada. Uma vez instalado o Estado Nacional, impunha-se a tarefa de delineamento do perfil para a nação brasileira, capaz de garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações. A fundação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – aponta para a viabilidade desse projeto [...] (DIEHL, 1998, p. 24, grifo do autor).

O processo de construção do Brasil como nação, dotado de uma identidade própria no contexto internacional constituiu-se em uma forma de consolidação *cultural e identitária* do processo político de 1822. Questões políticas e econômicas permearam este processo de forma intensa. Pensar a nação e construí-la (de acordo com a mentalidade da época) era uma tarefa para poucos. Desse modo:

A tarefa de pensar a história do Brasil, naquele momento, absorveu postulados comprometidos com o processo de gênese da nação brasileira, envolvidos e entregues aos letrados do IHGB [...] buscando a homogeneização da visão sobre o Brasil e referendando das elites brasileiras (DIEHL, 1998, p. 24, 25).

Assim, a urgente tarefa de construir historicamente o Brasil (legitimando-o como Estado no contexto internacional e viabilizando-o internamente), definiu em certo grau as diretrizes que orquestrariam suas relações políticas internas. O IHGB²¹⁷, desde a sua fundação, em grande parte responsabilizou-se por esta construção. Conseqüentemente, a partir destas, são legitimadas as relações de poder internas, que alcançando o período republicano nacional, se atualizam, mantendo seu real exercício nas mãos de poucos.

²¹⁷ IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. “O IHGB foi o pioneiro no país e amparou a produção de uma identidade nacional, de ordem política, social e territorial [no Brasil]. Criado e, 1838, passados poucos anos da independência do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve uma função característica no contexto sociotemporal: criar uma identidade para um Estado em construção” (FIOREZE, 2002, p. 16, 17).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro contava como sócios, com uma elite intelectual composta em grande parte, pelos mesmos indivíduos que transitavam na esfera política nacional. Desse modo, eivou-se ideologicamente a produção intelectual a respeito do Brasil histórico, definindo por este intermédio um projeto de Brasil futuro, onde as estruturas de poder mantinham-se, através de sua justificação historiográfica. Suas obras carregavam a marca de sua percepção do mundo e do Brasil, mesclando os interesses de construção nacional (interesses do Estado), com os interesses particulares (das elites dirigentes).

Da atuação desta elite (intelectual e política), inspirada na herança européia, e atenta a seus anseios na construção e legitimação do Estado pela história frutificou um nacionalismo justificador, no âmbito interno, daquela ordenação social verticalizada. A história constituía neste momento, era constituída como a própria memória coletiva da nação. Esta memória viria fornecer os subsídios necessários ao Estado para firmar-se e confirmar-se soberanamente, sublinhando seu presente e seu futuro a partir da memória histórica que era delineada. Neste sentido, esta memória foi construída a partir de “uma história legitimadora do presente e carregada de sentido político [...]” (DIEHL, 1998, p. 33). A primazia com que o IGHB administrava seus interesses, conjugando-os aos interesses estatais, ganha relevo quando é posto em perspectiva que “o IHGB [...] buscou, em primeiro lugar, o esclarecimento dos que ocupavam o topo da pirâmide social [...] tendo sido esse, basicamente, o ponto central no qual residiu o pensar a *nação brasileira*” (DIEHL, 1998, pg. 25).

Os aspectos políticos que daí ecoavam apontavam para a legitimação social brasileira, convertendo as elites econômicas e políticas em importantes atores da política interna. Através da legitimação histórica, deu-se azo para a manutenção dos papéis e dos lugares-sociais dos indivíduos no cenário político “renovado” – mas não muito ao Brasil independente, pois “o IHGB nasceu [...] com a função de construir uma memória nacional e o fez, de um lado, pela visão da sua elite formadora, que era, em parte, a elite dirigente nacional [...]” (FIOREZE, 2002, p.36).

A transição do século XIX para o século XX, apesar de acompanhada de intensas transformações jurídicas e políticas, não contou (novamente) com um espaço de ruptura. Em fins do século XIX, enquanto o IHGB ainda detinha-se na configuração das feições históricas do Brasil, a doutrina comtiana²¹⁸, que passou a contar com adeptos em vários setores da sociedade brasileira, e influenciou grandemente o pensamento político nacional, inclusive dentro do IHGB, não representou uma força transformadora suficiente forte. Esta doutrina que ganhou espaço junto à intelectualidade brasileira em fins do século XIX e início do século XIX, dentro do IHGB, potencializou o imaginário já constituído. Assim, as perspectivas historiográficas na República mantiveram-se pautadas na política e na imagem dos grandes vultos de heróis civilizadores, de modo que “ao invés de servirem, no Brasil, como alavanca de mudanças nas estruturas sociais, as ideias positivistas afiançaram a modernização conservadora [...]” (DIEHL, 1998, p. 101, 109).

Desse modo, a passagem do regime monárquico para o republicano em 1889, apesar de vincular transformações ocorridas nos estatutos jurídicos do Brasil, não impôs transformações essenciais aos ordenamentos sociais e políticos da nação, os quais mantiveram sua singular feição “estamental”. Igualmente, a historiografia brasileira manteve-se coerente com os propósitos que perseguia desde a independência, mantendo as bases políticas, econômicas e sociais. A produção historiográfica republicana ocupou-se mais uma vez de:

²¹⁸ “[...] O positivismo no Brasil não pode ser visto dentro de uma homogeneidade de pensamento nem, muito menos, geográfica” (DIEHL, 1998, p. 108), assumindo no Brasil um amplo espectro.

Integrar o velho e o novo numa simbiose de forma que as rupturas fossem evitadas. [...]. O instituto, assim, propunha-se a levar a cabo um projeto de novos tempos, cujo fundamento residia na soberania nacional como critério definidor de uma soberania nacional, sem, no entanto, romper com o passado (DIEHL, 1998, p. 27).

Esta postura do IHGB forneceu elementos subsidiários para a manutenção da ordem social, minimizando, dentro de suas possibilidades, as rupturas. Outro aspecto fundamental, que possui também um peso singular a compreensão historiográfica brasileira reside no fato de que sua produção histórica não se voltou à negação e rompimento com o passado luso. Pelo contrário: se consolidou uma interpretação linear da História do Brasil, como um processo desencadeado pela colonização lusa, e que respeitando seu caráter progressivo, deveria manter suas bases fundantes, como as relações de poder internas, por exemplo. É por isso que esta historicidade linear “os historiadores empenhavam-se em explicar o caso brasileiro numa linha evolutiva²¹⁹ [...]” (DIEHL, 1998, p. 30).

O positivismo, apesar de ser uma “presença apetitosa na publicidade que acompanhou a agonia do Império e os primeiros anos da República” (DIEHL, 1998, p. 99) não estabeleceu bases para a transformação social. Pelo contrário. O progresso e a modernização brasileira, assim, mantiveram intactos suas bases essenciais, no âmbito social e político, em certo grau, um produto da colonização portuguesa²²⁰, em certa “modernização conservadora”.

2. A História Política e sua relação com a construção historiográfica brasileira

A aurora republicana do Brasil de 1889 apesar de suas promessas, não rompeu com as tradicionais formas de expressão do poder político. Mudanças ocorreram, é verdade, principalmente através da promulgação da Constituição Federal de 1891, primeiro com a abolição de diversos institutos monárquicos – como o Poder Moderador e a vitaliciedade do Senado, entre outros; depois, pela adoção de novos mecanismos para a distribuição do poder político, através do:

[...] Direito a voto [a] todos os homens alfabetizados maiores de 21 anos.
[...] O poder dos estados (antigas províncias) foi significativamente ampliado com a introdução do princípio federalista. Os estados passaram a organizar-se com leis próprias, desde que respeitando os princípios estabelecidos pela Constituição Federal (FGV – CPDOC, 2021).

Mas, apesar destas mudanças, o cenário político continuou no cativeiro da elite nacional e das elites regionais, cativeiro este que se camuflava sob o aspecto

²¹⁹ “A concepção historiográfica ilusionista no IHGB é percebida também pelo tratamento linear ao desenvolvimento da história, representada como mestra da vida. E essa, particularmente, foi a tradição do iluminismo português, católico e restaurador, que influenciaria a geração dos fundadores do IHGB retomando uma linha de continuidade histórica linear e em constante aperfeiçoamento, arrolava ao Brasil, como nação das nações em formação, um papel importante no futuro. [...] A história era percebida enquanto linear e progressiva que articulava o futuro, presente e passado” (DIEHL, 1998, p. 32, 33).

²²⁰ A independência brasileira não implicou em uma ruptura, ou desligamento, dos modelos nacionais em relação Àqueles que vigoravam na América Portuguesa, pois a mudança de regime “[...] não comportou um desligamento do passado colonial nas estruturas econômicas e sociais” (DIEHL, 1998, p. 93).

democrático da eleição, que ocorria em um país majoritariamente rural e analfabeto, e inorgânico em seu arranjo territorial.

O Brasil Republicano era carente de muitas coisas. Havia a ausência inclusive de um sentimento de pertencimento pátrio por parte da população. Por isso a procura “[...] de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889-1930). [...] [Era uma] busca das bases para a redefinição da República [...]” (CARVALHO, 1990, p. 32). Não havia, neste contexto junto às massas uma percepção que os processos políticos que presenciavam, diziam respeito também a eles. Por isso, a sociedade em sua maior parcela permanecia alheia, isso quando não era repelida dos círculos de poder e de decisão. O exercício do poder político na República, tornou-se um exercício de “*poucos para todos*”, não muito diferente do que ocorria no Brasil império, junto aos municípios, os quais haviam sido convertidos em:

Feudos políticos que se transmitiam por herança – herança não configurada, mas que existia de maneira informal. Uma das grandes surpresas dos republicanos históricos, quase imediatamente após a proclamação da República foi a persistência desse sistema, que acreditavam ter anulado com a modificação do processo eleitoral (QUEIROZ, 2004, p. 155)

O poder político em simulacro ao poder monárquico em diferentes momentos da história do Brasil possui um “perfil” hereditário. Por isso, o exercício do poder político em diferentes esferas, mas, sobretudo a local, tendeu sempre a uma dominação por pessoas e grupos, os quais estabeleciam laços de solidariedade e de dependência com outros grupos, tanto no âmbito local quanto regional ou nacional. E, desta lógica, emergiu um sistema de dominação, onde historicamente o sistema administrativo municipal era mantido cativo por aqueles que detinham o poder econômico e político. Esta situação fica mais clara quando se percebe que:

No Brasil, não houvera revolução prévia. Apesar da abolição da escravidão, a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração de poder. Nestas circunstâncias, o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, da sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário (CARVALHO, 1990, p. 25).

Ainda que o Brasil Republicano tenha iniciado sua existência com uma transformação importante – a abolição da escravatura (mesmo sem mecanismos de integração dos ex-escravos à vivência cidadã), e que a Constituição de 1891 tenha trazido novos parâmetros ao exercício político e jurídico, faltou, segundo Carvalho a “revolução prévia”, a qual é responsável por abalar as estruturas dos regimes que são postos em xeque. Na ausência de um movimento civil que fizesse ruir as bases que legitimavam as desigualdades sociais no Brasil, restou a sobrevivência daquelas bases quando se iniciou o processo de organização do Estado e do poder Republicano. E, nesse tocante, é importante enfatizar que o modo como a abolição da escravatura ocorreu, serviu apenas para manter a população brasileira que já era marginalizada, nesta mesma condição, afinal, não houve uma política pública que promovesse a escolarização, formação e integração popular ao exercício da cidadania. A velha estrutura permaneceu, embora com um novo regime.

Na prática, a abolição do centralismo imperial, da troca do unitarismo pelo federalismo, e do fim do Poder Moderador, fortaleceu as forças políticas e

econômicas regionais, pautadas nas capacidades de líderes locais de assumirem o poder político de forma mais estreita. De fato, seguindo a lógica *modernizante-conservadora* do cenário político e das ideologias dominantes, observa-se que “o fenômeno coronelista não é novo. Nova será a sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do império” (FAORO, 2004, p. 621). Assim, o poder local que sempre existiu, não perdeu sua lógica, mas sim, foi fortalecido, consagrando sua nova versão, o coronelismo.

3. Coronelismo: uma construção sociopolítica

Até a década de 80 do século XX, a historiografia brasileira foi marcada por “uma preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos ‘grandes homens’)” (BARROS, 2004, p. 107). Assim, eram privilegiadas questões do Estado e vultos históricos, condições essas que auxiliaram a dar os contornos do imaginário popular a respeito da legitimidade do exercício do poder político. Isso porque, essa forma de história “é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem” (JULLIARD, 1976, p. 181). Esta perspectiva evidencia as condições políticas brasileiras do séc. XIX e XX, onde o poder, restrito a uma pequena parcela da população, dava o sentido da organização social.

Dentro desta perspectiva de poder local, e de seus agentes (líderes políticos ou povo), a República Brasileira celebra um sistema de exercício político marcado pela ação de “líderes destacados”, que construindo um sistema burocrático de manutenção desta ordenação, subverteu as condições primárias da função política, dando forma ao coronelismo, o qual:

De forma genérica, entende-se por coronelismo o poder exercido por chefes políticos sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha de candidatos por eles indicados. O Coronel é sempre alguém de reconhecida autoridade e prestígio que possui, potencialmente, possibilidades de atender às demandas de sua clientela, sejam elas públicas ou privadas (JANOTTI, 1986, p. 7).

O coronelismo, forma de dominação do poder político, como sua própria denominação sugere, consiste em um exercício de poder político, sobretudo local (mas que também alcança outras esferas administrativas), com caráter personalista. O coronel é a figura central deste modelo, em torno do qual a organização social se estruturava. Sendo uma forma de exercício de poder, onde aquele que o exerce, exerce fundamentalmente em proveito próprio, as demandas da população que vive sob seu protetorado nada mais são que um meio de atuação calculada da ação coronelística. Por isso, a reforma eleitoral apresentada à nação pela Primeira Constituição Republicana do Brasil, alargando o voto às novas classes sociais:

Não fez mais do que aumentar o número de eleitores rurais ou citadinos, que continuaram obedecendo aos mandões políticos já existentes. A base da antiga estrutural se alargara, porém os chefes políticos locais e regionais se mantiveram praticamente os mesmos [...] (QUEIROZ, 2004, p. 155).

O regime eleitoral republicano foi uma importante condição para a manutenção do regime coronelístico, pois “nada mais difícil do que derrubar uma situação dominante através das armas institucionais e legais por ela montadas para seu próprio uso” (FRANCO, 1988, p. 38). Neste sistema eleitoral, o eleitor era

“conduzido” pelos candidatos através do *voto de cabresto*; e os candidatos, de diferentes esferas de poder se beneficiam de “[...] um acordo tácito de troca de proveitos, decorrentes da evolução do sistema representativo [...]” (TELAROLLI, 1977, p. 14) Em escala local e estadual principalmente, o fenômeno do coronelismo desenvolvia-se, de forma a garantir proveitos tanto à política local quanto estadual, em um processo de manutenção de uma ordem estabelecida. O poder político equivalia ao poder de manter uma situação, graças ao acesso e a intimidade que as lideranças políticas possuíam junto aos eleitores e ao processo eleitoral.

4. O Poder coronelista: um poder alienante

A construção do imaginário sobre o exercício do poder seja político, ou de qualquer outra natureza, apresenta um forte elemento ideológico, o qual dialoga com a realidade, ou melhor, com perspectivas da realidade que os indivíduos têm acesso, ou constroem a partir dos subsídios que recebem. Esses subsídios, social e hegemonicamente orientados, em grande medida fazem com que sejam os indivíduos:

[...] Condicionados [...] a acreditar que as formas de organização do nosso cotidiano pertencem naturalmente a uma misteriosa esfera superior [...]. Em todo o caso, acabamos convencidos de que a única opção que temos é nos inserirmos da forma mais vantajosa possível no mundo tal qual ele existe – definido por outros. A própria forma de definir o mundo que nos cerca seria coisa de terceiros (DOWBOR, 1994, p. 8).

A forma como os indivíduos se colocam na sociedade e “desempenham papéis”, em regra não é uma construção autônoma, livre de determinantes sociais. Pelo contrário: via de regra, vive-se de acordo com uma ideologia dominante, que notoriamente, em relação ao exercício do poder, pauta-se, também, na alienação²²¹.

A alienação, em seu sentido marxiano de “perda de controle” social sobre algo, objeto ou situação, torna-se bastante importante ao tema “política”, dada a estreita ligação que a política e a economia possuem entre si, não apenas na dimensão produtiva, mas também na dimensão dos impactos que estas duas forças conjugadas imprimem na realidade social. A carga alienante das ideologias seja sobre relações econômicas de trabalho ou do exercício do poder político, faz com que os indivíduos a elas expostos, não consigam “[...] discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção” (NETTO *apud* DUBOC, DURIGUETTO, 2019, p. 274). Nesta construção, o indivíduo alienado não apenas tem limitado seu campo de atuação político, como também o tem inviabilizado, pois a alienação fragiliza distintas dimensões do ser: o indivíduo; o trabalhador, o ser que se relaciona com seus iguais, o ser que vem a interferir no sentido e no sentimento de pertencimento. Nesta esteira, a alienação dificulta a capacidade social de “[...] discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e, no limite, a sua própria motivação à ação aparecem-lhes como alheias e estranhas” (NETTO *apud* DUBOC,

²²¹ O termo “alienação” “[...] vem do latim *alienus*, que significa “alheio”, “o que pertence a um outro” (BODART, 2013). Este termo assumiu diferentes sentidos em sua trajetória: Na psiquiatria, “[...] foi, durante muito tempo, sinônimo de grave doença mental, ao ponto do indivíduo perder sua noção de identidade e de realidade” (BODART, 2013). Na Filosofia e na Sociologia o vocábulo atingiu sua polivalência semântica máxima, onde muitos cientistas sociais atribuíram-lhe sentidos específicos, de acordo com o recorte e a metodologia de observação de seus objetos, dentre os quais destacamos o sentido marxiano, no qual “o ‘sentido fundamental do termo significa *perda de controle*: sua corporificação numa *força externa* que confronta os indivíduos como um poder *hostil e potencialmente destrutivo*” (MÉSZÁROS, *apud* ARAUJO; DOURADO e SOUZA, 2016, p. 63, grifo do autor).

DURIGUETTO, 2019, p. 274). Deste modo, não é apenas o fruto de seu trabalho que lhe parece estranho, como o próprio impacto de sua ação na realidade social lhe é estranho ou não percebido.

A realidade social alienante, desta forma, penaliza a própria estrutura e organização social, uma vez que os assuntos políticos, os projetos públicos, etc., deixam de pertencer à dimensão de experiência dos indivíduos. Não que estes assuntos saiam da realidade do indivíduo, mas sim porque os indivíduos se afastam destes temas, os quais são vistos como coisas alheias à sua vida ou que estão além de suas capacidades.

O poder político da Primeira República, portanto, tinha como emblema o coronel. Contudo, sua manifestação não se limita a esse personagem histórico, hoje folclorizado. O coronel é apenas o personagem “típico”, cuja roupagem, constantemente atualizada²²², não disfarça a conduta tradicional de uma sistemática política onde o poder reside em suas mãos, a qual está, como as eleições da Primeira República “inserida numa estrutura de dominantes e dominados [...]” (QUEIROZ, 2004 p. 160).

Mas esta situação, historicamente, não se deu ao acaso: houve um arranjo institucional que permitiu o avanço destes personagens no cenário político. Isto, porque, “o coronelismo não foi apenas uma extensão do poder privado, mas o reconhecimento da força de alguns mandatários pelo beneplácito do poder público” (JANOTTI, 1986, p. 41, 42). É importante considerar que no ponto em que as estruturas institucionais colapsam, o poder tende a concentrar-se, naturalizando com o tempo, estes arranjos, os quais se fortalecem no imaginário social já instituído, de modo a tornar atual ainda hoje o seguinte questionamento: “Seria o coronel um tipo social vivo apenas na memória popular? Sua força política teria se evidenciado unicamente no passado, num Brasil retrogrado e arcaico?” (JANOTTI, 1986, p. 9).

Contudo, deve-se frisar que há o estabelecimento de relações entre os elementos. O coronel, figura símbolo desse sistema, encarnando o poder local, relaciona-se com o eleitorado, e do mesmo modo, se relaciona com as esferas estaduais, e até mesmo federais. No passado, o funcionamento desta estrutura dependia grandemente do sistema eleitoral. O domínio do coronel sobre “sua gente” e seu acesso ao sistema de sufrágio, permitia-lhe o controle do processo, que por sua vez, garantia-lhe o controle da sociedade²²³. Naquele contexto, “à cega obediência dos agregados rurais e outros dependentes, o ‘coronel’ correspondia com o paternalismo que a sua condição econômica e posição social permitiam” (TELAROLLI, 1977, p. 16).

O prestígio do coronel, que lhe conferia capacidade de domínio político local não se manifestava apenas em termos econômicos. A demanda primordial ao coronel é o atendimento das demandas de sua clientela, e para isso, as formas de atuação são inúmeras. Nesse sentido, considera-se que:

Era ‘normal’, no período das eleições, saírem os chefes políticos e seus cabos-eleitorais em tournées pelo interior, carregados de presentes para os eleitores – botinas ringideiras para os homens, cortes de vistosa chita para as mulheres da família do eleitor, roupas e brinquedos para as crianças, sendo que, num envelope, juntamente com a cédula do voto, havia outras

²²² Expressões ligadas ao coronelismo ainda marcam presença no dia-a-dia, do cenário político nacional, como o “encadeamento rígido do tráfico de influências. Sua prática política está muito bem estruturada num sistema eleitoral, onde é possível reconhecer todos os seus passos, localizando-os no tempo e no espaço. Forma-se uma pirâmide de compromissos recíprocos entre o eleitorado, o Coronel, o poder municipal, o poder estadual e o poder federal” (JANOTTI, 1986, p. 11).

²²³ “A força dos chefes locais advinha, sobretudo, da sua força eleitoral. Cada coronel controlava um ‘lote’ considerável de ‘votos de cabresto’ [...]” (ARDENGHI, 2003, p. 70).

de mil-réis... [...]. A opressão a violência, a crueldade também foram armas utilizadas pelos coronéis para captarem votos, tão empregadas e tão usuais quanto os favores e os benefícios (QUEIROZ, 2004, p. 160, 161).

Desse modo, evidenciam-se dois princípios coronelísticos: a origem do poder do coronel, e a questão financeira, a qual assumia uma função relativa. Por outro lado, há a variabilidade de dispositivos pelos quais a força coronelista se expressava através do controle eleitoral. Indo da barganha à violência, este sistema de poder em eleições municipais se mantinha e assegurava a continuidade de uma sociedade e de sua mentalidade.

5. O Poder Local: do *status* político à participação cidadã

O poder local, no Brasil, possui em sua historicidade uma estreita ligação com as elites locais. Desde a institucionalização do Brasil Império delineava-se a existência de um poder político centralizado e elitizado, que nasceu:

Com a criação de forças de repressão, como as Guardas Municipais e a Guarda Nacional, e a aplicação do Ato Adicional (em 1834), criavam-se mecanismos oficiais que institucionalizavam a participação dos proprietários no governo da municipalidade e da província (JANOTTI, 1986 p. 20).

Apesar do centralismo do Império através de sua intensa burocracia, o arranjo político permitiu o surgimento de chefes militares, investidos de poderes políticos, que passaram a povoar o imaginário nacional, como é o caso do coronel: “a patente de coronel, uma das mais valorizadas, deixou aos poucos de se relacionar estritamente ao exercício de uma função militar ou policial, passando popularmente a ser empregada para distinguir os chefes políticos” (JANOTTI, 1986, p. 21).

A sedimentação do imaginário coronelista junto às elites e junto às populações locais, principiadas com a Guarda Nacional do Império, findou com o Império apenas juridicamente. Socialmente ganhou espaço com a República no imaginário social.

Em termos políticos, o estabelecimento da República Brasileira também teve sua cota de responsabilidade para o fortalecimento das tendências centralistas do exercício do poder local. A Constituição Republicana de 1891, através de seu arranjo jurídico inaugural, permitiu esse processo, pois:

O hábito do centralismo, a opressão do coronelismo e a incultura do povo transformaram os Municípios em feudos políticos truculentos, que mandavam e desmandavam nos ‘seus’ distritos de influencia, como se o município fosse propriedade particular e o eleitorado rebanho dócil ao seu poder (MEIRELLES, 1998, p. 37).

A instauração do regime republicano no Brasil, como é apontada, não representou nem um necessário, nem um imediato rompimento com as limitações à autonomia municipal herdadas do Império. Tão pouco representou uma alteração no quadro político local. O centralismo do novo governo e as minguadas rendas com as quais as municipalidades contavam, empurraram-nas em direção à simbiose do público com o privado. Nesse sentido:

É nos Municípios que o fenômeno ‘coronelismo’ se exercita -, carentes de autonomia financeira, em tudo dependiam do governo do Estado que, por sua vez, em nada beneficiava o Município a não ser pelas mãos do chefe

político governista local que, frequentemente era o 'coronel' ou seu afilhado e dependente (TELAROLLI, 1977, p. 15).

Na verticalizada estrutura de poderes instaurados pela República, o poder local que estava sujeito ao poder do coronel não possuía liberdade, uma vez que era mantido cativo em posse de poucos. O coronel neste sistema buscava as maiores vantagens, do mesmo modo que o povo, alijado do poder, mas com acesso à migalhas fornecidas pelo paternalismo coronelista, buscava alguma vantagem paliativa à sua situação de abandono.

6. A participação política como exercício do poder local

Se por um lado o poder político se apresentou através de diferentes arranjos, tanto sociais quanto jurídicos, por outro, o seu exercício e seu domínio contou com relativa constância. Isso, porque, “a noção histórica de Poder Local no Brasil está vinculada ao coronelismo, patrimonialismo e personalismo no exercício do poder político” (SANTIN, 2007, p. 72). Este foi o modelo estruturado ao longo da história do Brasil, desde a época colonial, e que a independência, apenas alterou a aparência.

Entretanto, aquele arranjo político personalista e centralista, não encontra o mesmo espaço de atuação de outrora. Sem dúvida, o processo de amadurecimento político brasileiro, coroado, mas não concluído pela Constituição de 1988, é um ponto importante de ruptura, pois:

[...] Em um regime democrático, o Poder Local deverá ser visto [...] a partir de noções de descentralização e participação da cidadania no poder político. Nota-se que essa visão inverte a dinâmica com a qual é analisada a categoria de Poder Local, agora pautada na sociedade civil e nos movimentos sociais e sua relação com a sociedade política (SANTIN, 2007, p. 72).

Hoje, como um dos polos aptos a exercer o poder local, esta a sociedade civil, da onde o cidadão constitui a célula primeira. Mas, esse exercício exige a capacitação para tal, o que até presentemente não tem sido plenamente encampado. De fato:

Embora o Estado tenha ampliado suas bases econômicas, modificando a composição das classes dirigentes, não atendeu, contudo, às necessidades das classes populares, a ponto de aumentar-lhes a participação na vida política e o acesso aos bens econômicos (JANOTI, 1986, p. 85).

É importante considerar que historicamente, o poder político tal como foi apresentado às massas legitimava a pura representação política, apoiada na alienação popular acerca dos assuntos políticos. É este modelo que os novos paradigmas político, de natureza participativa e cidadã, propõem revisar. Nesse sentido, torna-se importante considerar que, contemporaneamente:

Os dois princípios entrelaçados – o da comunidade e o do indivíduo – embasam as duas ideias fundadoras da cidadania moderna; a soberania do povo e a igualdade dos cidadãos perante a lei. Na visão moderna, o poder e as leis são representados como emanações da própria sociedade, e seus eventuais representantes exercem um poder por delegação do povo. O princípio do indivíduo significou que a entidade soberana, o povo, se apoia em indivíduos iguais perante a lei, com a mesma parcela de direitos e obrigações (SORJ, 2004, p. 25).

Através desta construção a respeito da cidadania, percebemos haver uma relação de aproximação entre a sociedade, o indivíduo, e o poder político. Contrariando modelos anteriores, o povo deixa de ser uma massa sem rosto. Cada um dos elementos que o compõe, assumindo suas responsabilidades sociais, inclusive fiscalizadoras, converte-se em cidadão. E, cada um destes cidadãos, com um rosto, um nome, e um projeto de vida, se empenha na construção de uma nova sociedade, na qual “o Poder Local apresenta-se como um novo paradigma “[...] fundado na emancipação de uma nova cidadania, rompendo as fronteiras burocráticas que separam o Estado do cidadão e recuperando o controle do cidadão no seu Município [...]” (SANTIN, 2007, p. 72, 73).

Apesar deste horizonte de novas cores, as implicações que cercam o redimensionamento do exercício político inspiram cuidados. Isso, porque, “as mudanças, independente de utopias, demandam um trabalho educativo de anos” (NAPOLI, 1998, p. 101), principalmente quando se evidencia que as forças sociais que exigem mudanças, são percebidas pelo imaginário político instaurado, como um fator de risco à ordem e ao progresso (progresso este construído através da negação das rupturas no exercício do poder político, em favor das continuidades).

Um fenômeno político-jurídico que merece ser mais detidamente estudado no que diz respeito ao exercício do poder político local desigual é o processo emancipacionista do final do século XX, que legou ao Brasil, inúmeros novos municípios. Essa perspectiva ganha maior nitidez quando a política é posta sobre um território de atuação. Logo, quando de um município, outros são criados, há de se ponderar acerca das forças, às vezes ocultas, que promovem o processo de emancipação político-administrativa de uma fração territorial. Por isso:

A ânsia emancipacionista pode estar reforçando a manifestação de um modelo clientelista de base eleitoral, onde alguns grupos e atores políticos vislumbram os novos municípios como uma reserva ('curral') estratégica a sua reprodução política (TOMIO, 1998, p. 3).

Nesta perspectiva, o coronelismo tomado como uma forma centralizadora de exercício do poder político em um território é um modelo que ainda possui fôlego. O coronelismo é, portanto, uma forma de exercício do poder político que depende mais de um conjunto de fatores (controle econômico regional; educação pública deficitária; clientelismo; apadrinhamentos; etc.) do que de um coronel. Por isso, o coronelismo enquanto uma forma subvertida de exercício do poder pode ter sua sobrevivência explicada através de duas dimensões: a primeira delas diz respeito à resistência cultural brasileira às transformações e aos rompimentos, nos processos sociais, culturais, históricos, etc. Há no *animus* brasileiro uma espécie linearidade, onde a realidade é organizada como um desenrolar harmônico de momentos e processos. A segunda dimensão é a distância que existe entre o cidadão e os processos e espaços de decisão política. Ainda que ocorram momentos em que esta distância é diminuída ou até mesmo extinta, mormente sua presença é uma constante. A cidadania implica em participação política. Esta, por sua vez, implica em descentralização política. Isso, porque, “a democracia moderna repousa na soberania não do povo, mas dos cidadãos. O povo é uma abstração, que foi frequentemente utilizada para encobrir realidades muito diversas” (BOBBIO, 1992, p. 119).

A relevância da conversão do povo (massa sem forma na perspectiva estatal) em cidadãos é uma necessidade constante para a superação do antigo arquétipo de exercício político. Afinal, apenas os cidadãos detêm forças, quando conjugadas, capazes da “inauguração de um novo modelo de gestão pública, fundado na emancipação de uma nova cidadania, na emergência de uma sociedade civil

organizada e atuante, ao lado do Poder Público, capaz de controlar a gestão pública” (SANTIN, 2007, p. 76). Nesse sentido, a participação popular na política a partir das municipalidades, exige a abertura de nos e mais amplos fóruns de discussão e de decisão. Portanto, ao lado da política representativa é necessário ser posta a consolidação de uma sociedade democrática, com ampla participação cidadão nos assuntos políticos realmente significativos, para que se evite a armadilha da “possibilidade de participar em atividades políticas secundárias, que podem dar a sensação de ser fundamentais, mas que não afetam o poder de decisão do grupo dominante, enquanto se nega o direito de participar daquilo que é realmente decisivo” (DALLARI, 1984, p. 91, 92). Deve-se, portanto ponderar se as concessões feitas à população são meios eficazes para seu efetivo exercício político, ou, apenas paliativos que objetivam dar uma falsa sensação de participação popular no processo político e administrativo.

Considerações finais

Novos padrões de pensamento nascem de forma espontânea dentro do corpo social. As tensões que são gestadas endogenamente representam a capacidade dialética da coletividade em promover o (re) arranjo social, vindo a ocasionar sua ruptura, ou a sua continuidade. Contudo, há, notadamente, certa resistência aos novos padrões gestados no contexto político brasileiro, por estes significarem, necessariamente a ruptura, e, portanto, a desestabilização de uma ordem social estabelecida.

O imaginário político brasileiro ainda possui características ligadas à mentalidade da continuidade: o exercício do poder político de forma centralizada, a alienação popular no exercício do poder de decisão política; o personalismo; e por fim, a figura folclórica do coronel cuja imagem atual, mesmo que não incorpore os padrões estéticos da Primeira República, ainda expressa uma mesma conduta ao administrar o poder local.

Entretanto, ao percebermos o mundo contemporâneo, é possível observar transformações nos parâmetros de exercício do poder político local, com o rompimento de velhos modelos, e a instauração de novos paradigmas. Em grande parte esta aurora advém da ampliação dos espaços de poder, promovidos pela Constituição Federal de 1988, que deu novas e maiores atribuições aos municípios e permitiu a instrumentalização do povo para o exercício da cidadania.

Referências Bibliográficas:

ARAUJO, Ludwig Glauco, DOURADO, Ivan Penteado, SOUZA, Vinicius Rauber. *Clássicos da sociologia: Durkheim, Weber e Marx*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016. Disponível em: http://editora.upf.br/images/ebook/os_classicos_da_sociologia.pdf. Acesso em: 15 de out. de 2020.

ARDENGI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2003.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BODART, Cristiano das Neves. *Você é alienado, alienante ou “alienista”?*. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/voce-alienado-al...nte-ou-alienista/>. Acesso em 15 de out. de 2020.

- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é Participação Política*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DUBOC, Jéssica Ribeiro; DURIGUETTO, Maria Lúcia. As categorias da alienação e do fetichismo na teoria social marxiana. In: *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 273-283, maio/ago. 2019. p. 273-283. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n2p273/40697>. Acesso em 30 de out. de 2020.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2004.
- FIOREZE, Zélia Guareschi. *A invenção do Rio Grande do Sul: território e identidade na visão do IHGRGS (1920-1937)*. Passo Fundo: Clio, 2002.
- FGV – CPDOC. *Constituição de 1891*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/Constituicao1891>. Acesso em 12 de ago. de 2021.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua Época*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; MEC/sESu/PROEDI, 1998.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 180-196.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Municipal*. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.
- NAPOLI, Ricardo Bins de. Sociedade e Valores. In: FLÔRES, João Rodolpho Amaral; NATIVIDADE, Marisa Oliveira (org.). *Política, cultura e sociedade*. Santa Maria: UFSM, 1998, p. 98-106.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1975, v. 1. p. 153-190.
- SANTIN, Janaína Rigo. *O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal*. Revista de Estudos Jurídicos (Unisinos). V. 40, n. 2, jul./dez. 2007. p. 72-78.
- SORJ, Bernardo. *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- TELAROLLI, Rodolpho. *Poder local na República Velha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- TOMIO, Fabrício Ricardo de Imas. Explosão Municipal. In: FLÔRES, João Rodolpho Amaral; NATIVIDADE, Marisa Oliveira (org.). *Política, cultura e sociedade*. Santa Maria: UFSM, 1998.

ENTRE FERRO, FOGO E ÁGUA: A EXCLUSÃO DA RUA DA LINHA NAS DÉCADAS DE 1950 A 1970

Iêda Mascarenhas Silva de Carvalho²²⁴

RESUMO: A Rua Lauro Farâni de Freitas, anteriormente conhecida como Rua da Linha, foi o objeto de pesquisa deste artigo científico. As dificuldades enfrentadas pelos moradores relacionadas à manutenção e segurança bem como as dificuldades em adquirir água potável por conta dos períodos de seca, foram elementos norteadores para entender como era o seu cotidiano, pois eram vistos como excluídos. Embora, a rua em questão se localize no centro da cidade de Itaberaba, estando localizada nas proximidades da antiga Estação Ferroviária, era uma via de acesso do trem entre Itaberaba e o povoado de Itaíba, contava com o desfavor das autoridades locais e da sociedade como um todo.

Palavras – chave: Cidade; água; excluídos; trem; seca.

INTRODUÇÃO

Cidade, palavra de origem latina, “*civitate*”, que se aproxima de “*civitas*”, dando origem as palavras cidadão e civilização, pode ser vista como um aglomerado de pessoas em uma área geograficamente delimitada, constituída por imóveis, praças, logradouros, pessoas, tudo em constante metamorfose.

O conceito de cidade é fundamental para entendermos questões que fazem parte dela. Seu contexto histórico, social, sua política, as implicações de mudanças estruturais, a comunidade e seus comportamentos. A definição de cidade, não é tão fácil de entender, pois a palavra está atrelada a uma infinidade de ações, movimentos e mudanças. O seu significado vai muito mais além do que visualizamos, conforme destaca Brumes:²²⁵

Para melhor se compreender a cidade, deve ser analisado suas transformações a partir de algo maior que ela mesma, ou seja, devem ser levadas em consideração, no seu estudo, as transformações e as relações da própria sociedade que nela se insere. (BRUMES, 2001.p. 53)

Acerca da análise das transformações que acarretam ao espaço urbano, Brumes, considera que essas mudanças estão diretamente ligadas a relações que são continuamente construídas pelo cidadão que a habita.

Não é de se estranhar que tudo o que se produz ou reproduz numa determinada urbe, são reflexos do cotidiano, sendo estes registrados para posteridade num contexto de História Social. Todos os acontecimentos que impulsionaram a formação e fortalecimento dos espaços urbanos estão claramente interligados com as ações e funções da população.

²²⁴ Graduada nas Licenciaturas de Pedagogia e História pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) - Pós-graduada em História do Brasil e Educação Inclusiva pela Universidade Cândido Mendes (UCAM).

²²⁵ BRUMES, Karla Rosário. Cidades: (Re) definindo seus papéis ao longo da História. Caminhos da Geografia – Revista On line – Programa de Pós-graduação em Geografia, p. 47-56, mar/2001.

De fato, esses reflexos constituem o crescimento das cidades, sendo elas pequenas ou grandes, permitindo o surgimento de determinados comportamentos. Acerca disso, destaco aqui o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, à época da construção do Paço Municipal, na então, hoje, Praça 15 de Novembro, durante o período do Brasil Império, como expõe Miceli:²²⁶

Dessa maneira, é possível perceber alguns aspectos bastante marcantes acerca da fisionomia urbana e do cotidiano desta época, especialmente relacionados a uma maior movimentação nas ruas, em função de um crescimento considerável tanto da cidade como de sua população, permitindo o surgimento de novas sociabilidades, das quais se destacam as grandes cerimônias públicas, a difusão das artes plásticas, bailes, entre outras. (MICELI, 2016. p 344)

A lógica de crescimento desses espaços na urbe, bem como o surgimento das sociabilidades no contexto tempo e espaço, se interligam a um processo de ações históricas relevantes para a compreensão de eventos passados do qual percebe-se até hoje.

As mudanças no contexto das cidades foram muito significativas. Pois, sabe-se que em meados do século XX, no Brasil, eclodiu num movimento urbanístico no governo de Juscelino Kubistchek. Foi um alvoroço nos grandes centros urbanos, as cidades começaram a se destacar pelo modelo de cidades planejadas e bonitas. Foi uma fase da história urbanística do Brasil muito importante para o desenvolvimento das grandes metrópoles, conforme cita Oliveira e Menezes.²²⁷

As palavras de ordem no Brasil daqueles “anos dourados” eram “modernidade”, “progresso” e “desenvolvimento”. A febre modernista reinante nas grandes capitais brasileiras na primeira metade do século XX contaminou também pequenas localidades do interior brasileiro. (MENEZES, 2009, p. 33).

Porém, tanta modernidade não se “rendeu” ao país por completo. As cidades interioranas continuaram com o mesmo planejamento de estética urbana defasada, com uma enorme diferença entre espaços públicos habitados por classes mais abastadas ou por classes menos favorecidas.

Quando se reflete sobre o diferencial entre cotidiano e espaço físico, estas são provocações que aguçam nossas memórias na interpretação da vida real, na redescobertas de “outras histórias” que nos possibilita a ampliação dos saberes históricos do dia a dia.

Um fato permanente é que a multidisciplinaridade dos olhares históricos possibilitará a ampliação dessa pesquisa para se conhecer os fatos aqui selecionados na exposição de aspectos do passado que deixou nas memórias de populares excluídos e esquecidos.

Para esse fim, a história oral é uma importante ferramenta na discussão das temáticas da História, pois a rememoração de fatos e atores sociais são relevantes para se conhecer os problemas atuais em determinados contextos urbanos. É pensando nessa ótica, que Montenegro destaca:

²²⁶ MICELI. Bruna Santos. O DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO DO RIO DE JANEIRO: PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES A PARTIR DO PAÇO DA CIDADE. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Rio de Janeiro, RJ, Fevereiro, 2016.

²²⁷ MENEZES. Adriano. OLIVEIRA. de Valter. Culturas urbanas na Bahia: estudos sobre Jacobina e região. Salvador: EDUNEB, 2009.

A história oral de vida é o retrato oficial do depoente. Nesse sentido a “verdade” está na versão oferecida pelo narrador que é soberano para revelar ou ocultar casos, situações ou pessoas. (MONTENEGRO, 1991, p. 149) ²²⁸

Atentando a essa linha de raciocínio, buscou-se compreender através da história oral e das lembranças de moradores, como o processo urbanístico do município de Itaberaba na Bahia nos anos de 1950 a 1970, relegou ao esquecimento a rua conhecida como Da Linha, importante para a época, pois, a mesma se localizava às margens da linha ferroviária de Itaberaba. Minha curiosidade acerca do nome que a rua tinha anteriormente, *Da Linha*, me permitiu debruçar sobre a ideia de cidade e suas vivências.

É, talvez, insignificante para muitos querer saber as histórias de vida de quem habitava em seu entorno, uma rua antes vista como local de matagal, lixo e trajeto do trem de carga. Nessa perspectiva, utilizei como instrumento de investigação, a entrevista que foi de grande importância. O entrosamento entre entrevistada e entrevistadora foi determinante para se compreender a reconstrução dessas memórias, para dar significado à pesquisa, que segundo Montenegro destaca:

O caráter singular de toda memória (mesmo coletiva) e a forma como ela esta, sempre se reconstrói a partir do olhar do presente fazem cada entrevista ter um significado muito próprio. Dessa maneira, cabe ao pesquisador procurar conhecer ao máximo a história em que a memória em tela foi construída. (MONTENEGRO, 1991, p. 150) ²²⁹

No início da investigação, as lembranças da entrevistada a qual contatei, foram significativas para avivar o cotidiano da época, podendo observar nela, um tom melancólico de suas narrativas. Essa tradição de guardar suas memórias é imprescindível para “montar” um quadro vívido do passado.

Além da observação constante, no caso da tradição oral, a entrevista deve abranger pessoas que sejam depositárias das tradições. Todo agrupamento humano, familiar ou - não – tem alguém, quase sempre entre os mais velhos que guarda a síntese da história do grupo. Essa pessoa é sempre indicada para ser entrevistada. A partir dela, outras também devem ser entrevistadas; de geração posteriores ou de segmentos diferentes, tanto em termos culturais como sociais. (MONTENEGRO, 1994, p.168) ²³⁰

Montenegro destaca os entrevistados como sendo “*depositários de tradições*”²³¹. Nessa perspectiva, repensar a entrevista e todas as expressões corporais da entrevistada, servirá de suporte para que o entrevistador se aproprie dos sentimentos revelados através de suas lembranças. Numa entrevista proveitosa, pode-se estabelecer um parâmetro para a compreensão desses fatos e responder as questões propostas aqui. Assim, antes de adentrar no “universo” da entrevistada, atentou-se para o aspecto urbano e as transformações da mencionada rua. Antes, porém, iremos “mapear” o espaço aqui em discussão.

A rua “Da Linha”

²²⁸ MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória. A cultura popular revisada / Antônio Torres Montenegro. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1991. – (Caminhos da História.)

²²⁹ Idem.

²³⁰ Idem.

²³¹ Grifo meu.

Nesse cotidiano urbanístico é que as histórias são expostas. Em espaços onde a população “abastada” estava mais modernizada para a época e em contraste com esse fato, os menos favorecidos estavam em espaços menos higienizados e desorganizados. É nesse contexto diferenciado que se encontra o objeto da pesquisa em estudo; o cotidiano da rua conhecida como “Da Linha”.

A Rua da Linha é bem conhecida pelos Itaberabenses. Uma rua larga, de acesso fácil, com um percurso bem singular. Atualmente ela é organizada com um enorme canteiro central em quase sua total extensão, bem arborizado, com praças, anfiteatro, parquinhos infantis, pista de skate, quiosques, aparelhos para atividades físicas ao ar livre e uma quadra de futebol. Ali, encontramos garis e jardineiros fazendo a manutenção da via constantemente. Seu aspecto harmonioso e bem cuidado serve de espaço para eternizar belas imagens por meio das fotografias.

A citada rua está localizada nas proximidades da Avenida Luís Viana Filho, antiga Rua de Ipirá, rua esta que dá acesso a quem chega das cidades de Ipirá, Feira de Santana e Salvador, cruzando a via que conduz ao centro da cidade de Itaberaba e seguindo até o cruzamento da Avenida Barão do Rio Branco.

A conhecida como “Da Linha”, nome este que faz referência à antiga Estação Ferroviária da cidade que funcionou como trem de passageiros até o final da década de 1970²³², o trem cruzava as duas avenidas mencionadas e passava em direção ao povoado de Itaíba, sendo esta, uma das primeiras paradas deste, ainda há uma simples e modesta estação ferroviária atualmente abandonada, que foi construída em 4/09/1928²³³.

Dentro da cidade, a Rua da Linha liga a antiga Estação Ferroviária até o final, nas proximidades do viaduto num lugar conhecido como “Ecurinha”. Com o passar do tempo e a ausência dos movimentos do trem, a “Rua da Linha” mudou de nome,, hoje é conhecida como Rua Lauro Farâni de Freitas.

“Rua Da Linha” – sob o olhar da exclusão

A exclusão de determinada comunidade em espaços de sociabilidades, amplia o distanciamento entre a população, ricos e pobres em lados opostos. Fato este que fica bem evidente nas palavras e nas memórias de nossa entrevistada. Neste sentido, as memórias de outros atores sociais estão presentes, grafadas em livretos que compõe uma construção social, por isso é relevante dar voz aos agentes da História que outrora estava oculta.

O ofício do historiador com a memória surge quando se utiliza depoimentos orais para o trabalho e a metodologia de pesquisa, e também quando as fontes são livros de memorialistas, ou seja, livros de pessoas que se dispuseram a colocar no papel suas memórias e imortalizá-las nas páginas impressas (PAIXÃO, 2009, p. 19)²³⁴

Para o historiador é uma tarefa árdua e prazerosa tendo este que registrar o resgate de nossas vivências e assim, *“montar uma colcha de retalhos”* das memórias

²³² Do final de 1970 até 1983, era apenas trem cargueiro. A linha foi interrompida em 1983 por causa de um acidente onde os mais velhos relatam que algumas crianças mexeram no balão de ar dos freios do trem, este descendo em alta velocidade numa ponte metálica que veio a ruir, caindo juntamente com o trem, dentro do rio Paraguaçu, na cidade de Iaçú na Bahia.

²³³ IPAC – BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – Salvador SCT: CRC - BA, 2002, p.174.

²³⁴ PAIXÃO. Carlos Nássaro Araújo da. Traços da cidade de Alagoinhas: memória, política e impasses da modernização (1930 – 1949) Dissertação de Mestrado - UNEB. Santo Antônio de Jesus – Bahia, 2009.

de um povo tão sofrido²³⁵. Aqui, em nossa pequena cidade, encontra-se um desses singelos memorialistas que desde a década de 1980, se debruça na oralidade popular e documentos antigos para registrar o que nos resta de lembranças passadas, o senhor Epitácio Pedreira de Cerqueira²³⁶. Tais registros são uma fonte relevante para o historiador retratar tanto a história escrita quanto os relatos orais.

Então, me propus a ir em direção à rua em questão e contatar moradores antigos para uma possível coleta de informações sobre meu objeto de pesquisa. Me deparei com 2 mulheres, moradoras há muitos anos da Rua da Linha, mas apenas uma delas teve disponibilidade suficiente para me atender.

Aqui, irei utilizar as iniciais de seu nome para manter a identidade da entrevistada em sigilo, também irei transcrever as falas desta, da mesma forma como se expressava, pois compreendo que a simplicidade de suas palavras revela muito sobre si mesma e sua história de vida.

Lhe apresento, M.L.S, idade de 77 anos, nordestina, doméstica, negra, viúva, analfabeta, senhora com traços visivelmente marcados pelo tempo, bastante falante, moradora há mais de 49 anos da Rua da Linha, mãe de 20 filhos sendo apenas 8 vivos, bem-disposta a reviver suas lembranças. A princípio, foi perguntado sobre o aspecto físico da rua da linha na década de 1960, ao que ela respondeu:

“Quando mudei pra rua da linha as casa era de taipa tudo simpli, só tinha alguma casinha de taipa cuberta de palha. Tudo era mato, eu cansei de caçar lenha ai, oh! O lixo ficava entre a linha do trem e as casas do lado de cá. Esse lotiamento tudo era mato, era tudo fraquinho.”²³⁷

Segundo a narrativa da depoente M.L.S. os populares que moravam na rua Da Linha, eram de classe baixa, pessoas pobres que não tinham condições de ter uma casa confortável. As casas eram feitas de taipas²³⁸, recobertas de palhas ou telhas de cerâmicas simples, um logradouro sem nenhuma higienização, onde o lixo ficava exposto no meio da rua; tanto crianças quanto adultos e idosos tinham acesso à rua em meio à exposição do lixo.

A vida difícil dos moradores da rua da linha era um problema antigo. Nela, encontrava-se o local de movimento de trens cargueiros e de passageiros, o movimento era intenso, pois em direção ao sul situava-se a estação férrea que era a parada central do trem. Embora a estação Ferroviária era sinônimo de progresso, as ruas no seu entorno eram de séria preocupação para os moradores, como relata a senhora M.L.S.

A linha passava ai oh, no meio da rua, passava o trem de carga era uma zuada toda, passava ai atrupelava animal, não tinha água, não tinha luz. Era um monte de terra, tinha um morro, ai tiráro planiaram, Deus ajudou que botou a rua em dias, graças a Deus, do jeito que tava, agora tá boa. O prefeito era Jacobina.”²³⁹

Repensando a fala da entrevistada, observa-se que as autoridades estavam alheias aos problemas enfrentados pelos moradores. Assim como o saneamento básico, ausência de água encanada e luz elétrica, a segurança nesse subúrbio

²³⁵ Grifo meu.

²³⁶ CERQUEIRA. Epitácio Pedreira de. Pedra que Brilha. EGBA, 2003 – p.25.

²³⁷ Entrevistada.

²³⁸ Taipas: paredes feitas de barro ou de cal e areia, calçados entre paus e cruzados por ripas. (ou pequenos paus.)

²³⁹ Entrevistada.

também era escassa e isso trazia constantes preocupações aos seus moradores. Em nota, o jornal O Itaberaba (já extinto), destacou uma notícia intitulada “Os ladrões agem”, sobre um roubo que ocorreu no final da Rua da Linha, num lugar conhecido até os dias de hoje como “Escurinha”:

“Há dias os ladrões furtaram um portão da Casa dos Pobres, que de esmolinha havia custado 130,00. Roubar dos indigentes é ser bandido e desalmado!!! Estão danados furtando cabras nas caatingas deste município, principalmente à meia légua desta cidade. Esta semana, a vítima foi D. Aurea Moreira, virtuosa senhora, pobre e trabalhadora. Dela furtaram no logar Escurinha, 3 perus e algumas cabras, dentre estas, lá se foi um bodête, pertencente a Matriz do Rosário, oferta que a mesma senhora fizera de uma cabritinha há 5 meses atrás... As pessoas que moram nestes logares devem estar vigilantes, a fim de se descobrir o paradeiro desses ladrões...”²⁴⁰

A reportagem, da década de 1940, revela a exclusão social de pessoas economicamente desfavorecidas. Pelo ano apontado na reportagem, 1940, ações assim já era uma constância. Numa análise da informação extraída do Jornal O Itaberaba, revela-nos muito sobre as condições sociais e físicas da rua Da Linha. A princípio, a distância entre o centro da cidade, já considerando – a caatinga, *meia légua*, outros aspectos como a condição social da vítima, *pobre e trabalhadora*, o bodête, animal que a vítima iria ofertar à padroeira da cidade, Nossa Senhora do Rosário e a falta de *segurança pública*, no final da rua Da Linha, local denominado “Escurinha”.

Certamente, esses espaços públicos aqui mencionados, são espaços de exclusão visto que o mesmo jornal não menciona nenhuma presença de autoridades competentes para resolver o caso do roubo de animais. Com tamanha diferença social a população carente se via no desfavor das autoridades frente às dificuldades cotidianas.

Ainda sobre a ajuda que necessitavam, conforme relata a entrevistada M.L.S. os políticos não tinham nenhum interesse de ajudar os moradores da rua Da Linha, pois só apareciam em caso de extrema necessidade:

Da vez que minha casa caiu, a frente nas trovada, botamo os tren pra fora eu chamei Ele²⁴¹ e mostrei ele ficou rino, eu falei: - Oi, eu vô entrar no prédio, num só foi eu não ele mandava umas sacolinhas ai quando eu pedi um saco de cimento ai eu pedi a Ele um saco de cimento ai ele me disse, depois. Mas Ele num deu um saco de cimento, porque nois tava no prédio e ia começar as aulas. Eu mesmo passei muita fome aqui, quando o pai desse menino morreu, meu Deus! Eu passei muita fome aqui, ele ficou piqueno eu saia ia trabaiá até pra Ru Barbosa ensacar saco de cavão pro zoto.²⁴²

A luta cotidiana de M.L.S. para criar os filhos após o falecimento do marido, passou despercebida das autoridades. O apelo do povo por melhorias, apenas eram ouvidas na época das eleições municipais. Isso deixava os moradores desalentados, pois já conheciam a atitude das autoridades que organização as ruas do centro da cidade e esqueciam de outros espaços públicos considerado subúrbio. Mulheres como M.L.S. e outras tinha uma luta diária para enfrentar criação de filhos com muita garra para prover o sustento de sua família, que no caso de M.L.S, eram 8 filhos, muitas vezes se abdicando de suas próprias necessidades particulares para manter

²⁴⁰ Jornal O Itaberaba - 17/06/1947 – 2ª página.

²⁴¹ Referindo-se ao prefeito da época.

²⁴² Entrevistada.

o lar. Neste sentido, é muito significativo o que Perrot destaca “as heroínas domésticas, pelos seus sofrimentos, sacrifícios e virtudes, reestabelecem a harmonia do lar e a paz da família. Elas tem o poder - e o dever - de agir bem”. (PERROT, 1992, p.181)²⁴³

Certamente, M.L.S. não foi a única a vivenciar experiências desagradáveis na rua Da Linha. em outro momento da entrevista, ela relata o que aconteceu na década de 1980, quando houve fortes chuvas que derrubou muitas casas bem como a provisão do alimento para sua família, desabrigada, viúva, sozinha, sem a ajuda necessária do poder público. Ela ainda relata que a rua Da Linha nunca foi uma rua bonita, iluminada, com redes de esgotos, com calçamento. E que o calçamento veio com o atual prefeito há mais ou menos nove anos atrás (2012). De fato, pelas palavras aqui relatadas da entrevistada, as autoridades locais não se comprometeram em ajudar os moradores.

“Rua Da Linha” – a aquisição da água

E o que dizer acerca da aquisição da água para suas necessidades diárias? Outro aspecto relevante em sua fala era em como ela adquiria água potável, não era fácil, pois a comunidade ali inserida, se viravam como podiam para conseguir a água para uso doméstico. Ainda no relato de M.L.S.

Tinha uma minaçon ali em baixo, de Ursulino²⁴⁴ era ali o tanque, sim que tinha uma minaçon era limpa né, não tinha imundice não. Aqui nunca teve briga não .a gente pegava água no Açude Novo²⁴⁵, ali tinha uma pedreira era do Caititu, ali onde tem a escola Avoredo²⁴⁶. Onde é a invasão²⁴⁷, era ali tinha um açude doce e era pra beber, lavar, pegava água no pote cuava botava o pano na boca do pote a gente num tinha geladeira. Tinha uma talha que a água era friinha, minha talha era grande, eu limpava, lavava com sabão.²⁴⁸

A descrição do entorno da rua Da Linha faz-nos refletir que, embora a cidade de Itaberaba situa-se no polígono das secas²⁴⁹ no Estado da Bahia, mantinha muitas fontes de água. Ela descreve sobre o Açude Novo, a Fonte de Ursulino e o açude doce do Caititu próximo de sua residência. Esta ainda destaca que a água do açude era para beber e lavar, quando armazenada em potes de barro mantinha uma temperatura agradável, embora não tivesse geladeira.

Em outra fala de M.L.S. sobre a chegada da água encanada, ela relata que por volta do ano de 1950 a água encanada já havia chegado em Itaberaba, quando passou a residir na rua da Linha, depois de muitos anos a água chegou até as torneiras das residências. A prefeitura colocava a encanação na rua e os moradores

²⁴³ PERROT, Michelle. Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros.

2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 181.

²⁴⁴ Referindo-se a um antigo morador que mantinha uma fonte de água natural no centro da rua Da Linha. (atualmente não existe mais).

²⁴⁵ Referindo-se a um açude construído no início do século XIX no lado sul da cidade, aproximadamente 5 quilômetros de distância da rua da Linha.

²⁴⁶ Referindo-se a uma escola particular que existe atualmente, no lugar que anteriormente era uma fazenda chamada Caititu.

²⁴⁷ Referindo-se a algumas ruas que se formaram na parte leste da rua da Linha, num terreno acidentado com morro e pedreira. Atualmente tem um posto de saúde e uma comunidade conhecida como Invasão ou Bairro do Caititu.

²⁴⁸ Entrevistada.

²⁴⁹ CERQUEIRA. Epitácio Pedreira de. Pedra que Brilha. EGBA, 2003 – p.25.

encanavam por conta própria para dentro de casa e que muitos não tinham condições de comprar os canos.

Durante muitos anos foi o trem que vinha da cidade de Içu trazendo tanques de água e armazenando na Estação Ferroviária para distribuição à população bem como o uso de chafarizes que “supriu” a escassez da água que os moradores precisavam. Pode – se observar essa afirmativa em destaque na comemoração do 100º aniversário de emancipação política da cidade de Itaberaba, no qual o extinto jornal O Paraguaçu a homenageou trazendo um pouco da sua história, conforme exposto na reportagem.

A cidade era abastecida com latas de querosene levadas na cabeça, os barris-de-rola²⁵⁰, que por seus donos eram enchidos, no Tanque de Pedra²⁵¹ e nos açudes ao redor da cidade. Com a existência da estrada de ferro, o trem serviu muito a nossa gente, transportando água da estrada de Içu, verdadeiras filas de sedentos ocorriam quando da sua chegada. Outro meio de transporte da água era o carote que era arrumado em grupos de 4, sobre as cangalhas dos jêgues e mulas.²⁵²

Além do transporte de água trazida pelo trem, as latas, os chafarizes eram uma ótima opção para buscar água boa para consumo. Alguns deles foram implantados há poucos metros da rua Da linha, um deles ficava no cruzamento entre a Rua Roque Fagundes de Souza e a Rua de Ipirá, atual Avenida Luiz Viana Filho.

Havia toda uma estrutura de organização para a distribuição da água para a população. Um funcionário da prefeitura municipal organizava a distribuição da água com um horário para abrir os chafarizes e para fechar. As pessoas que iam aos chafarizes eram as donas de casa, os aguadeiros e as lavadeiras. (CARVALHO, 2012, 48)²⁵³

E quanto à locomotiva conhecida como Maria Fumaça, esta foi uma das grandes responsáveis no transporte da água vinda do Rio Paraguaçu para Itaberaba. Embora não fosse suficiente, o trem que cruzava a estação ferroviária e a rua da Linha, era motivo de muitos problemas na cidade. A chegada da locomotiva a cidade, trazia uma quantidade de água insuficiente para a população e isto era motivo de confusão e alvoroço principalmente para os mais necessitados. Muitos vizinhos da senhora M.L.S. iam buscar água e era na estação que as mulheres e homens se agrediam por espaço e um pouco de água.²⁵⁴

Os recursos hídricos presentes no município eram bem disputados pelo povo. Os mais abastados mantinham tanques em suas residências para o armazenamento quando chovia ou pagavam os empregados para ir à estação buscá-la. Fato este que para os moradores da Rua da Linha era impossível, pois com condições financeiras limitadas, não lhes permitia construir tanques para armazenar a água nem contratar aguadeiros para trazer a água para suas residências. O que basicamente conseguiam era a compra de talhas de barro, ou dirigir-se à estação para disputar um lugar nas longas e tumultuadas filas e ir aos açudes e tanques nas proximidades de seus lares.

²⁵⁰ Referindo-se a tonéis de madeira semelhante a um cilindro, usado para conservar ou para o transporte de alimentos, especialmente líquidos.

²⁵¹ Lajedo onde existia uma aguada que servia para uso comum da população, localizava-se nas proximidades da Praça Central da cidade.

²⁵² Jornal O Paraguaçu – Ano 1 – Semanário Noticioso e Independente, Itaberaba - 26.03.1977 - nº 07, p. 3 (extinto)

²⁵³ CARVALHO. Iêda Mascarenhas Silva de. Da fonte à talha: a dinâmica da modernidade e os trabalhadores de ganho de Itaberaba - 1930 a 1960 - p. 48.

²⁵⁴ Depoente.

Considerações Finais

Meu objeto de pesquisa foi selecionado pelo interesse muito grande na temática sobre Cidade e seu cotidiano. Falar sobre Cidade e falar sobre as minorias é de cunho pessoal como também a ideia de construir por meio das memórias das pessoas, aspectos da urbe relevante para a historiografia brasileira em especial para o estudo da história local. Por isso, escrever sobre Itaberaba foi um privilégio bem como conhecer M.L.S. como memória viva, relevante na construção de saberes sobre o que é hoje a rua Da Linha. Como poderia conhecer um pouco da história desta rua tão conhecida pelos sem pesquisa-la, sem buscar essas memórias?

A disponibilidade da senhora M.L.S. foi de grande ajuda, pois a maioria dos moradores que viveram nas décadas de 1950 a 1970 desta localidade já faleceram ou mudaram de endereço, isto explica porque apresento em minha pesquisa fatos que ocorreram anos anteriores as décadas expostas aqui, 1950 a 1970.

Minha entrevistada, com seus traços singulares forneceu subsídios através de suas lembranças, fazendo com que a rua fosse recriada e revivida. O que pude atentar nessa entrevista bem como nas fontes utilizadas foi como esse espaço tão próprio e tão presente da cidade de Itaberaba era esquecido e tido como uma área suburbana e desvalorizada. Apenas o interesse político, que nas entrelinhas da fala da depoente, entende-se que era momento de eleições ou desastres provocados por fortes chuvas que as autoridades se faziam presentes.

Pode-se perceber como resposta porque os governantes não adotavam medidas para ajudar os moradores concernente ao aspecto físico da rua, no trato com o lixo espalhado por ela, na falta de saneamento básico e até mesmo na segurança referente ao trânsito ferroviário, de pessoas e animais que cruzavam a via diariamente, tão pouco da ausência de policiamento naquele local. A indiferença das autoridades nos tratos com os espaços públicos de uma cidade se refletem na vida de seus moradores, que passam a ser objeto de exclusão na sociedade a qual estão inseridos.

Embora fala-se de aspectos físicos da rua pesquisa, não deve-se ocultar o papel vivenciado pela depoente M.L.S, mulher nordestina, no qual embora tivesse vivido uma época cheia de dificuldades, não se permitiu a *cruzar os braços*²⁵⁵ e permanecer a espera de alguma ajuda da sociedade, ela ia á luta. A figura feminina nesse contexto aponta a força que a mesma carregava diante dos problemas que viveu.

M.L.S. não ousou abandona seus 8 filhos ainda pequeninos, nem recuou quando não encontrava trabalho, quando não tinha alimento necessário ou até mesmo água. A dignidade e a força da depoente é marcada não apenas na suas memórias mas também em suas palavras.

A rua da linha é palco de muitas histórias, algumas alegres outras mais tristes. Atualmente M.L.S. tem prazer de continuar como uma das moradoras mais antigas desta rua. Ela hoje pode ver as mudanças que tanto almejava há décadas atrás. Embora tardia, os moradores usufruem não apenas de uma rua calçada, limpa e bonita, mas também com iluminação de boa qualidade, rede de esgotos e constantes rondas da guarda municipal em toda a sua extensão. Ainda que o olhar da depoente contemple essa mudança que só ocorreu em torno do ano 2020, há uma certa marginalização e/ou exclusão no final da via em questão, pois a mesma termina onde começa um bairro periférico, mais distante do centro.

²⁵⁵ Grifo meu.

Referências Bibliográficas

BRUMES. Karla Rosário. Cidades: (Re) definindo seus papéis ao longo da História. Caminhos da Geografia – Revista On line – Programa de Pós-graduação em Geografia, p. 47-56, mar/2001.

CARVALHO. Iêda Mascarenhas Silva de. Da fonte à talha: a dinâmica da modernidade e os trabalhadores de ganho de Itaberaba (1930-1960), 2012. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Graduação em História) - Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

CERQUEIRA. Epitácio Pedreira de. *Pedra que Brilha*. EGBA, 2003.

IPAC – BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – Salvador SCT: CRC - BA, 2002, p.174.

Jornal O Paraguaçu – Ano 1 – Semanário Noticioso e Independente, Itaberaba - 26.03.1977 - nº 07, p. 3 (extinto)

MATOS. Maria Zilda Santos de. Cotidiano e Cultura. *História, Cidade e Trabalho*. EDUSC- 2002.

MENEZES. Adriano. OLIVEIRA. de Valter. *Culturas urbanas na Bahia: estudos sobre Jacobina e região*. Salvador: EDUNEB, 2009.

MICELI. Bruna Santos. O DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO DO RIO DE JANEIRO: PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES A PARTIR DO PAÇO DA CIDADE. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Rio de Janeiro, RJ, Fevereiro, 2016.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisada*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1991. – (Caminhos da História.).

Os ladrões agem. *Jornal O Itaberaba* - Quinzenário Independente e Noticioso. 17/06/1947 – 2ª página (Já extinto – acervo particular de Epitácio Pedreira de Cerqueira).

PAIXÃO. Carlos Nássaro Araújo da. Traços da cidade de Alagoinhas: memória, política e impasses da modernização (1930 – 1949) Dissertação de Mestrado - UNEB. Santo Antônio de Jesus – Bahia, 2009.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

USOS POLÍTICOS DA CIÊNCIA: OS OBJETOS DE C&T DO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS DA COLEÇÃO DO MUSEU DE ASTRONOMIA DO RJ²⁵⁶.

Janaína Lacerda Furtado²⁵⁷

Resumo: Durante os anos 1930 a física nuclear foi da descoberta do nêutron à fissão nuclear. Mas as mudanças não se resumiram apenas a novos e revolucionários conceitos, mas também às mudanças fundamentais nas práticas de pesquisa, nos laboratórios, nos instrumentos e na tecnologia. Outro aspecto importante foram as mudanças dos instrumentos científicos (objetos de C&T) do século XX durante as duas grandes guerras mundiais e a Guerra Fria. Neste sentido este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir a coleção de objetos de física do Museu de Astronomia (MAST) em suas relações com os contextos político, científico e social neste período.

PALAVRAS CHAVE: História; Objetos de C&T; Instrumentos Científicos; Política; Século XX

Introdução

A coleção de objetos de Ciência e Tecnologia (C&T²⁵⁸) do MAST teve como núcleo inicial os objetos procedentes do Observatório Entretanto, com o passar dos anos o acervo cresceu em função da incorporação de objetos provenientes do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN) e do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) nos anos de 2005 e 2006. A incorporação destes objetos iniciou então a parceria do MAST com a área nuclear. Neste mesmo período foi concebido um projeto de exposição temporária e itinerante sobre o tema, o que possibilitou a ampliação do escopo das instituições ligadas a energia nuclear a serem visitadas e o patrimônio a ser levantado, possibilitando a pesquisa e registro dos objetos de valor histórico que fossem encontrados nestas instituições²⁵⁹.

Em algumas destas instituições havia salas dedicadas à memória institucional, com a exposição de objetos provenientes dos depósitos ou almoxarifados. Foram encontrados também profissionais - técnicos e pesquisadores - preocupados com a história institucional e com a integridade dos objetos. No

²⁵⁶ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto “Coleções Científicas no MCTI: Consolidação, Expansão e Integração”, entre 2015 e 2017 com financiamento do CNPq.

²⁵⁷ Doutora em História pelo PPGH-UERJ, especialista em Historiografia e Teoria da História, História das Ciências e História dos Museus e Coleções. Atualmente é pesquisadora contratada da UNESCO no Projeto “Museu Nacional Vive” do Museu Nacional-UFRJ/RJ.

²⁵⁸ O conceito de objeto de C&T foi proposto pela pesquisadora Marta Lourenço (2000) que ao classificar os objetos científicos existentes nos museus de ciência os categorizou em três grupos: científicos, para aqueles objetos que foram construídos para a investigação científica; pedagógicos, os utilizados para fins didáticos e divulgação, objetos utilizados para divulgar o conhecimento e objeto de ciência e tecnologia (C&T) para ser utilizado de maneira que englobasse as três categorias, uma vez que um objeto pode ter mais de uma função e, não raro, ter sido construído para um fim e ser utilizado para outro.

²⁵⁹ Foram visitados: o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN/SP), as Indústrias Nucleares do Brasil (INB/Sede) e Unidades Rezende (RJ), Buena (RJ), Caldas (MG) e Caetité (BA), o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN/MG), o Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD/RJ), a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A (NUCLEP/RJ), a Eletronuclear (Centrais Nucleares de Angra/RJ), o Instituto de Engenharia Nuclear (IEN/RJ), a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN/RJ), o Centro Tecnológico da Marinha de São Paulo (CTMSP) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). (SANTOS, 2006, p.3)

entanto, estes objetos se encontram sempre em risco de descarte ou de destruição, vários, inclusive, se encontram esquecidos em galpões e depósitos. (SANTOS, 2006, p.7)

Uma das instituições visitadas foi o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), criado em 1949, em plena Guerra Fria, a partir de uma rede que envolveu cientistas, políticos e militares, uma ampla cobertura da imprensa da época e a ambição de se fazer física nuclear de ponta no Brasil.

A descoberta do *méson- π* ²⁶⁰ por Cesar Lattes em 1947 foi capaz de arregimentar forças antes dispersas pela sociedade, no meio científico, no mundo dos negócios, nos quartéis e na política brasileira para a criação do CBPF em 1949. Em troca de apoio financeiro para a instituição, Lattes acabou por se envolver em articulações políticas ligadas a rede de energia atômica e a conturbados processos decisórios para a aquisição e construção de equipamentos para a física experimental. A história dos aceleradores de partículas no Brasil exemplifica a interação entre ciência, política e militares neste período (ANDRADE, 1999, p.21).

Como pontua Roland Wittje (2013, p.685) objetos científicos (instrumentos, laboratórios, coleções de ensino, ferramentas de oficinas, etc.) seguem, na maioria das vezes, trajetórias diversas dos documentos escritos. Instrumentos científicos e suas instalações se mantêm ativas por longos períodos de tempo, e durante este tempo suas funções podem se modificar mudando de objetos epistêmicos para objetos técnicos ou para objetos de ensino e vice-versa. No entanto, durante este processo alguns objetos mantêm sua integridade, outros sofrem constantes modificações - são reconstruídos, reparados, modernizados e canibalizados - até serem removidos para os depósitos.

Um problema adicional é o fato de que os objetos científicos recentes nem sempre são facilmente identificáveis como instrumentos científicos, sobretudo, aqueles fabricados após a 2ª metade do século XX. São instrumentos, ou melhor, sistemas de instrumentos (*devices*), feitos em larga escala, por grandes indústrias (Hewlett- Packard, a General Electric, a Westinghouse, a AT&T), que fabricam tanto instrumentos científicos quanto objetos tecnológicos do dia-a-dia como rádios, telefones e televisores, bem diferentes daqueles objetos de design elaborado e materiais nobres dos séculos precedentes.

Sua preservação torna-se difícil, uma vez que a obsolescência destes instrumentos, cuja variedade e tipologias são muito variadas, se dá extremamente rápido. Sem contar a falta de apelo estético destes objetos contemporâneos, difíceis de serem colocados em uma exposição museológica (BRENNI, 2000, p.1).

Outro problema são as fontes impressas relacionadas ao patrimônio científico material. Muitos documentos, como relatórios, atas e requisições, são incompletos no que diz respeito à descrição dos objetos, seus deslocamentos, sua compra, suas modificações ou eventual descarte.

Neste sentido, pretendemos neste trabalho produzir conhecimento sobre esses objetos, seus usos e desusos, suas trajetórias, sua manufatura e suas relações com os contextos político, científico, social, cultural e econômico da época. Pretendemos também contribuir para as discussões relacionadas às dificuldades metodológicas e conceituais relacionadas ao estudo do patrimônio material científico recente, abordando a coleção como um todo, nos detendo especialmente ao conjunto de objetos fabricados e/ou idealizados pela Hewlett- Packard entre os anos de 1950 e 1960, em Palo Alto na Califórnia, EUA.

O Estado Arte: os alcances e limites de uma historiografia dos objetos de C&T

²⁶⁰ Méson é a partícula responsável por manter o núcleo coeso.

“Aprender a partir dos objetos requer mais atenção do que ler textos, e a gramática das coisas são muito mais complexa do que a das palavras”
W. D Kingery

No final da década de 1960 e início da de 1970, a visão tradicional da natureza da história – ancorada em um estatuto de verdade – e os objetivos da pesquisa histórica enfrentaram um desafio significativo com a emergência do que ficou conhecido como *Linguistic Turn*, ou virada linguística, que seria, em termos gerais, a crença de que a linguagem é um agente constitutivo da consciência humana e dos produtos sociais de compreensão, ou seja, nossa apreensão do mundo, passado e presente se dá através de pré-concebidas percepções advindas da linguagem. O impacto destas discussões teria acontecido após a 2ª. Guerra Mundial e o termo teria sido disseminado da filosofia para as demais disciplinas a partir de 1965 através da obra do filósofo Richard Rorty. (SPIEGEL, 2009, p.2)

Estas discussões se refletiram também entre os sociólogos, filósofos e historiadores da ciência a partir de 1970 que com os Estudos Sociais da Ciência (*Social Studies of Science-SSS*) buscavam romper com a narrativa teleológica da história da ciência questionando o conceito de ciência “heroica” e a natureza das práticas científicas, ancorados sobretudo nos novos estudos culturais (*cultural turn*), na etnografia, na antropologia e nos estudos linguísticos.

Estas mudanças levaram a busca de novas abordagens e novos objetos para a história da ciência, agora denominada história das ciências uma vez que questionava o princípio de ciência única e universal. Um destes novos objetos para a história seriam os instrumentos científicos, até então “invisíveis” ou considerados desimportantes para uma historiografia por demais epistemologizante (PESTRE, 1996, p.23).

Albert Van Helden e Thomas Hankins (1994) também atribuem a pouca, ou nenhuma, importância dada aos objetos de C&T neste período por conta de uma epistemologia idealista que exerceu grande influência na historiografia da ciência. Nesta perspectiva a história da ciência somente é entendida, e aceita, como a história da teoria. Experimentação e medição eram meros apêndices e o instrumento servia apenas para “retificar teorias” (BACHELARD, 1951, citado por HELDEN E HANKINS, 1994).

Mas, na realidade, por detrás da aparente trivialidade, estes objetos são essenciais para uma boa compreensão das práticas científicas. São objetos dotados de historicidade que permitem à disciplina da história se ligar a uma história dos instrumentos. Pensar em uma história dos instrumentos científicos e da experimentação supõe que as ciências devam ser entendidas como um conjunto de práticas - e não somente a história dos métodos e das teorias (PESTRE, 1996, p.25).

Ninguém, por exemplo, jamais esteve a ponto de construir um ciclotron nas décadas de 1930 a 1950 sem uma estadia prolongada em Berkeley, e sem participar de corpo presente da construção de um acelerador. (Apud PESTRE, 1996, p.16)

Passados 20 anos da publicação do texto de Dominique Pestre o interesse pelos objetos de C&T e pela cultura material da ciência de modo geral, cresceu bastante. Hoje temos uma grande variedade de abordagens, que vão da micro - história a biografia e prosopografia dos objetos, em estudos que abordam desde as coleções científicas de ensino aos de objetos de C&T da segunda metade do século XX, passando pelo estudo das redes de circulação, o estudo de instalações científicas (indústrias, minas, usinas nucleares, etc.) e até o estudo sobre objetos quebrados ou defeituosos.

Para demonstrar a amplitude que o estudo dos objetos de C&T tomou desde as mudanças historiográficas no início na década de 1970, basta observarmos os números ou dossiês temáticos sobre objetos de C&T dos seguintes periódicos: *Osíris* (1994)

Journal of the History of Collections (1995) *Studies in History and Philosophy of Science* (2007, 2009 e 2013); *ISIS* (2011) e *The British Journal for the History of Science* (2009).

A seção especial do *Studies in History and Philosophy of Science* do ano de 2013 foi inteiramente dedicada ao patrimônio científico material recente. No editorial do dossiê escrito por Nicholas Jardine e Lydia Wilson (2013, p.632), ambos do departamento de Filosofia e História de Cambridge, os autores ressaltam o renascimento do interesse pelo patrimônio material da ciência em várias áreas do conhecimento e a volta do uso das coleções de zoologia e botânica por pesquisadores, sobretudo nos estudos sobre biodiversidade.

Os autores demonstram a diversidade das pesquisas apresentadas no dossiê que abordam desde a cultura material das ciências como meio de se ter acesso às práticas científicas (LUDWIG & WEBER; ANDERSON, JARDINE, 2013), passando pela discussão do constante “risco” deste patrimônio material, incluindo não apenas os objetos, mas também as fontes escritas sobre eles (CHADAREVIAN, GRANATO, LOURENÇO, 2013), os problemas relacionados às grandes máquinas e instalações científicas e a falta de espaço para sua preservação (WITTJE, SUMNER, BOUDIA e SOUBIRAN, 2013), e por fim o eterno dilema de como traduzir estes objetos, aparentemente sem apelo estético e tão herméticos, para o público (MAAS, 2013).

No entanto, o crescimento do interesse na história dos instrumentos científicos não significa que todos os trabalhos que abordam o tema realmente centrem suas discussões a partir do objeto. Como Joseph Corn (1996, p.36) identificou em um levantamento dos artigos da revista *History and Technology*, onde buscou perceber qual exatamente era o lugar do objeto de C&T nos estudos de história da tecnologia, que mais do que a metade dos autores não escreve sobre objetos. Ao invés de se interessar pelo desenvolvimento, produção, impacto ou a recepção de um determinado artefato, estes autores centram seus trabalhos nas ideias, instituições ou políticas. A outra conclusão a que Corn chegou foi que menos de 15% dos autores que publicaram no periódico trabalhavam efetivamente com evidência material.

Uma explicação possível seria a de que historiadores não lidam com objetos de C&T como fonte primária em suas pesquisas porque simplesmente não foram ensinados a trabalhar com objetos da mesma maneira que foram ensinados a trabalhar com documentos escritos. Somos treinados desde a graduação a ir aos arquivos em busca de fontes, mas não aos museus. (LOURENÇO, 2002) Para Roland Wittje o problema é que o estudo dos objetos de C&T parece estar imerso em uma perspectiva textual, e por esta razão os historiadores olham para os objetos através dos textos e não para o objeto em si (WITTJE, 2013, p.684).

Atualmente, alguns autores veem desenvolvendo uma abordagem mais sensorial, subjetiva e emocional dos instrumentos (ARNOLD; SÖDERQVIST, 2011, p. 718-19) e reivindicando que se ensine uma metodologia *hands on* nas graduações de história da ciência e tecnologia (WITTJE, 2013, 2010). E algumas pesquisas recentes já trazem novas possibilidades de abordagem em experiências de leituras de artefatos (WITTJE, 2003), de reconstrução de instrumentos (SIBUM, 1995) e de experimentos científicos (WITTJE, 2011), de instrumentos quebrados ou danificados (SCHAFFER, 2011). Jim Bennett (2005) e Samuel Alberti (2005) propõem como metodologia de abordagem a reconstituição da trajetória da coleção como um todo, em uma biografia coletiva (prosopografia). Buscando a história desta coleção a partir da sua materialidade - do que são feitos, como funcionam, quanto pesam, marcas de uso, etiquetas de instituições ou donos anteriores, estão completos ou incompletos, etc. - sem perder de vista, entretanto, a relação entre o material e a evidência textual.

Uma breve história dos aceleradores: *big Science, little Science*

“A História da Física é largamente a História dos Instrumentos”

Nas primeiras décadas do século XX, os antigos instrumentos, de latão e vidro, se tornaram rapidamente obsoletos, ficaram inúteis para as pesquisas e antiquados para o ensino. A partir da 1ª. Guerra Mundial os materiais nobres começaram a ser substituídos por plástico, alumínio e aço.

A partir dos anos de 1920, o tamanho e o poder das máquinas começaram a aumentar. Os experimentos ficaram maiores e as máquinas e sistemas se tornaram mais complexos. E se antes o construtor de instrumento exercia grande influência sobre a física experimental com seu design singular de instrumentos, no século XX houve uma divisão do trabalho e o construtor passou a fazer as partes constitutivas dos instrumentos a partir de desenhos agora elaborados por engenheiros, que por sua vez montavam e testavam os aparelhos em grandes laboratórios industriais.

Por tudo isto que a aquisição, pesquisa e conservação dos objetos de cultura material recente apresenta problemas muito mais desafiadores do que objetos de outros períodos. O que pode ser demonstrado a partir da história dos aceleradores de partículas.

Um acelerador de partículas²⁶¹ utiliza forças eletromagnéticas para carregar íons e partículas subatômicas para interagirem com outros átomos e outras partículas e produzirem, a partir desta interação, novas partículas e novos fenômenos.

A câmara de vácuo de William Crookes em 1875 que acelerava raios catódicos, a descoberta de que os tubos de raios catódicos produzem raios-X por Wilhem Conrad Röntgen, mais a descoberta dos elétrons feita por J.J Thomson em 1897, que com um tubo de raios catódicos, ao “balançar” partículas alfa, obtidas a partir de fontes radioativas naturais, revelaram, dentre outras coisas, a existência das partículas subatômicas e possibilitaram o surgimento da física subatômica. Estes foram os argumentos para a construção de aceleradores de partículas cada vez mais poderosos (BAIRD & FAUST, 1990, p.149; BAIRD, 2004, p.49.).

A ideia básica por trás de um ciclotron é a utilização de uma carga negativa no potencial elétrico para acelerar um íon positivo. Ao controlar adequadamente o caminho do íon com um eletromagneto, a mesma diferença de potencial é repetidamente usada para acelerar o íon a energias cada vez mais altas. Uma vez que o mesmo potencial acelera os íons repetidas vezes, a magnitude do potencial de aceleração pode ser menor em relação ao total de energia transmitida para o íon, então o ciclotron utiliza uma série de pequenos empurrões, devidamente cronometrados, para obter um íon se movendo rapidamente, semelhante a uma pessoa sendo empurrada em um balanço, que adquire mais velocidade e altura a

²⁶¹ Um acelerador de partículas pode ser de dois tipos: linear e cíclico. Em um acelerador linear a partícula segue uma trajetória reta e sua energia final é proporcional à soma das voltagens geradas pelos mecanismos aceleradores dispostos ao longo da trajetória. Existem dois tipos de aceleradores lineares: o primeiro utiliza um campo magnético longitudinal móvel para fornecer energia cinética aos elétrons. A câmara de aceleração é um tubo de vácuo cilíndrico que funciona como um guia de ondas para o campo acelerador; o segundo tipo de aceleradores lineares utiliza ondas eletromagnéticas estacionárias para acelerar prótons. Os aceleradores cíclicos compreendem uma grande variedade de aparelhos, dos quais os mais importantes são o ciclotron e o síncrotron. Em um ciclotron dois eletrodos semicirculares e ociosos, em forma de "D", são dispostos em uma câmara de vácuo entre os polos de um magneto. Os prótons, dêuterons ou outros íons mais pesados iniciam seu movimento no centro dos "dês". Um potencial alternado, de frequência próxima à de circulação dos íons, é aplicado entre os eletrodos, produzindo acelerações repetidas cada vez que os íons passam de um "D" para o outro. Para superar a limitação de energia do ciclotron, projetou-se um aparelho, o sincrociclotron, que possibilita variar a frequência aplicada aos "dês" de acordo com as necessidades de focalização magnética e a variação relativística da massa dos íons. Já o síncrotron utiliza o princípio de estabilidade de fase para manter o sincronismo entre a frequência de revolução de partícula e o campo elétrico aplicado. (Revista do CBPF, s/d)

cada pequeno empurrão dado em intervalos de tempo iguais e devidamente cronometrados (BAIRD; FAUST, 1990, p.150.).

A primeira pesquisa publicada sobre o ciclotron foi a de Ernest Orland Lawrence e seu aluno Niels Edlef Edlefsen, em 1930. Lawrence tirou a ideia do ciclotron de um artigo de Rolf Wideroe publicado 2 anos antes.

Quando Edlefsen deixou Berkeley ainda no verão de 1930, Lawrence deu o problema para outro estudante: Milton S. Livingston, que na primeira tentativa tentou reproduzir o trabalho de Edlefsen, mas achou difícil conseguir alcançar um vácuo adequado com os mesmos materiais utilizados por seu antecessor. Assim Livingston introduziu uma série de modificações para melhorar o funcionamento da máquina e obteve sucesso onde Edlefsen havia falhado (BAIRD, 2004, p.54).

Em princípio, para acelerar os íons na velocidade que Lawrence desejava seriam necessários vários metros de eletrodos para obter sucesso a partir deste método, e então, com o estudante David Sloan, construiu um acelerador linear e conseguiu acelerar íons de mercúrio a mais de 200.000 volts (Lawrence e Sloan 1931, citado por BAIRD, 2004, p.51). A história subsequente do ciclotron foi a de aumentar seu diâmetro, melhorar sua estrutura e seus detalhes.

Foi a partir do laboratório de Lawrence que aconteceu a evolução da chamada *Big Science* em 1930, a partir da relação entre ciência e tecnologia, da interdisciplinaridade e da grandiosidade - das máquinas, dos instrumentos, dos laboratórios, das equipes e de financiamento (SEIDEL, 1992, p. 23).

Assim, no curto período entre os anos de 1930 e 1940, o *Radiation Laboratory* de Ernest Lawrence tornou-se o centro nacional e internacional de ciência nuclear e o ciclotron se transformou na principal ferramenta para a ciência nuclear, não apenas em Berkeley, mas em diversos outros centros. A medicina e a química nuclear emergiram no laboratório de Lawrence, onde físicos, biólogos, químicos fizeram uso do ciclotron.

Cesar Lattes conheceu Ernest Lawrence no auge do sucesso da descoberta do méson- π e da sua participação no desenvolvimento do método fotográfico de estudo no processo nuclear, resolveu deixar *Wills Laboratory* em Bristol, na Grã-Bretanha e partir rumo a Berkeley, nos EUA. A alma irrequieta e temperamento arrojado do jovem Cesar Lattes certamente contribuíram para a mudança, mas, sem sombra de dúvida, a pujança do laboratório de Lawrence – financiamento, prestígio, aparelhagem de ponta, etc. – deve ter pesado muito na decisão do físico brasileiro.

Lattes ao chegar em Berkeley em 1950 juntou-se a equipe chefiada por Eugene Gardner, no trabalho da equipe no sincrociclotron de 184", cujo feixe de 380 MeV bombardeava partículas- α que colidiam com prótons e nêutrons no alvo de carbono e junto do qual estavam as placas de emulsão nuclear.

A produção artificial de partículas permitiu que Lattes e Gardner mostrassem que o méson- π é uma partícula nuclearmente ativa. O próprio Lawrence ficou surpreso, já que por mais de um ano os físicos de Berkeley não conseguiram detectar mésons por desconhecimento do método apropriado de utilização das emulsões nucleares (ANDRADE, 1999, p.51).

Na esteira do sucesso de Lattes em Berkeley, alçado à categoria de herói nacional pela mídia, aliado a um ideário nacionalista e desenvolvimentista dos anos 1940/50, um grupo, formado por cientistas, políticos, militares e membros da alta sociedade, conseguiu levar adiante o projeto de construir no Brasil um instituto de física fora das universidades. A decisão de criar um acelerador de partículas no Brasil foi tomada simultaneamente ao processo de criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, em 1949.

O projeto, no entanto, não se concretizou, mas em 1950, um ciclotron se destacava entre os equipamentos prioritários para a pesquisa no CBPF, ao lado da

encomenda à Philips holandesa de um acelerador de alta tensão. Como não havia dinheiro ou equipe que justificasse a compra de um acelerador de 40 MeV, como Lattes queria, optou-se por um de 4 MeV e com este equipamento pretendia-se realizar pesquisas sobre reações nucleares de baixa energia, fabricar isótopos radioativos com os quais o CBPF cooperaria com instituições de pesquisa agrícolas e tecnológicas, treinar técnicos e pesquisadores para operação, construção e manutenção deste tipo de aparelho.

O projeto acabou tomando outra direção com criação do Conselho Nacional de Pesquisas, o CNPq, em 1951, que absorveu e modificou todo o programa de pesquisas do CBPF. Houve, sem dúvida, um aumento de verba, das concessões de bolsas e da aquisição de equipamentos. Mas, o CBPF perdia a sua tão sonhada autonomia e o entrelaçamento entre política e ciência ficou ainda mais forte e evidente.

No início de sua fundação, o programa de pesquisas do CBPF contemplava duas frentes de pesquisas: o estudo das partículas elementares, no laboratório de física teórica, coordenado por José Leite Lopes, e as pesquisas em raios cósmicos e física nuclear coordenadas por Cesar Lattes. Nesta mesma época a instituição cresceu na preferência dos estudantes de física, direcionando para o Rio de Janeiro estudantes e bolsistas de outros estados e países.

A situação da física experimental não era, no entanto, das melhores. Faltavam pesquisadores e técnicos para trabalhar nos laboratórios modestos montados com a ajuda de militares especialistas em eletrônica, os recursos eram poucos para adquirir instrumentos no exterior e formar pessoal qualificado e faltavam instalações apropriadas. (ANDRADE, 1999, p.103)

Cesar Lattes, diante da ausência de uma política de financiamento para a pesquisa, acabou por envolver-se em um projeto ambicioso: o projeto dos sincrociclotrons da rede de energia atômica. O contexto era o do final da 2ª. Guerra Mundial, após o projeto Manhattan e as duas bombas atômicas que mudaram completamente a organização e o direcionamento das pesquisas científicas.

Além do componente financeiro, não se pode negar o forte componente político da *big Science*, uma vez que a acumulação de determinados recursos requer um exercício de poder que, geralmente, vem dos governos nacionais. Ian Hacking (1996) e Paul Forman (1987) sugerem que a ideologia nacionalista orientada a partir pelo belicismo da *big Science* afetou não apenas as prioridades das pesquisas científicas, mas também mudou o caráter básico do conhecimento científico.

Este componente político de que falam Hacking e Forman fica evidenciado se observarmos a ingerência do CNPq no CBPF a partir da década de 1950.

Neste momento, o CNPq conferiu ao CBPF a tarefa de desenvolver o conhecimento técnico científico necessário para a produção da energia nuclear. Entre os anos de 1951 a 1954, 75% do total dos recursos do Setor de Pesquisas Físicas foram repassados para a instalação de novos laboratórios e oficinas, a montagem do Cockcroft - Walton e o desenvolvimento de pesquisas em raios cósmicos, eletrônica, tecnologia de vácuo, construção de contadores de partículas, detectores de cintilação e câmaras de Wilson (CNPq, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955).

O projeto de construção dos aceleradores lineares pelo CBPF em 1950 não obteve sucesso, tendo sido o acelerador, por fim, construído na Universidade de Chicago e montado em Niterói em um prédio construído para este fim. Nas décadas seguintes foram construídos 4 aceleradores de partículas, graças a atuação do então capitão Argus Moreira, que ainda em 1953 assumiu a chefia da Divisão de Raios Cósmicos do CBPF.

Durante a década de 1960, Argus projetou e coordenou a construção do primeiro acelerador linear de elétrons no Brasil nas oficinas do CBPF. Um destes, o acelerador linear de elétrons de 8 MeV, encontra-se no MAST e faz parte do acervo da instituição.

A coleção de objetos de C&T do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas: objetos tem política?

“As máquinas também têm vontades”

Cesar Lattes

O período entre as duas guerras mundiais significou mudanças tanto nas práticas de construção de objetos quanto em relação ao seu uso e também sobre o que seria um instrumento científico.

No início da década de 1930, máquinas enormes projetadas para explorar o núcleo atômico requereram uma igualmente enorme quantidade de recursos financeiros e de pessoal (CAPSHEW E RADER, 199, p.3). A eletrônica ofereceu um desafio em especial pela sua complexidade, microestrutura e design de “caixa-preta” (*Black boxes*) aos equipamentos eletrônicos (WITTJE, 2003, p.25).

Os físicos experimentais de altas energias partilhavam este grande equipamento, o acelerador de partículas, e diversas questões surgiram a partir da necessidade crescente de estabilização e precisão das medições nos experimentos, assim, novos instrumentos foram criados e com eles novas técnicas experimentais surgiram (BAIRD, 1990, p.170).

Como vimos, na história dos aceleradores de Ernest Lawrence, diversas mudanças e melhorias se sucederam desde a primeira malsucedida experiência do cíclotron em 1930. Cada passo desde o cíclotron de Edlefsen-Lawrence aumentou a confiança, a confiabilidade e a utilidade do instrumento. Estes passos representam para Baird (1994, p.55) o progresso material do conhecimento. Não apenas do conhecimento da física nuclear, mas do desenvolvimento do conhecimento material, de uma enorme quantidade de sistemas, de instrumentos de rádio frequência eletrônicos, instrumento de controle de frequência e de partículas.

Durante esse processo, a eletrônica foi fundamental para o surgimento deste novo conjunto de instrumentos, de novas práticas experimentais e de estruturas industriais, começando com o desenvolvimento da transmissão sem fio ainda no final do século XIX. Segundo John Peter Collet (1997), poucos campos ilustram a natureza multifacetada da ciência do século XX e seu relacionamento com a tecnologia do que a eletrônica.

No século XIX eram os inventores os mediadores entre a ciência e a tecnologia. Ligados ao mundo acadêmico suas invenções poderiam se tornar a materialização das pesquisas teóricas. No entanto, os anos anteriores a 1ª. Guerra Mundial viram o eclipsar da figura do inventor e do construtor de instrumentos que foi gradativamente sendo substituído pelos grandes laboratórios de pesquisa (COLLETT, 1997, p.257).

A necessidade, durante a guerra, de desenvolver um sistema tecnológico de rádio - comunicação fez ascender dois grandes laboratórios: a *General Eletric* (GE) e a *American Telephone e Thelegraph* (AT&T), duas empresas que entraram no ramo dos instrumentos científicos pesquisando sobre tubos de elétrons.

Os objetos de C&T da coleção do MAST que escolhemos para nos determos neste trabalho são estes novos conjuntos de instrumentos surgidos neste contexto do desenvolvimento da eletrônica e construídos pela empresa criada no final da década de 1930 por Dave Packard e Bill Hewlett, colegas no curso de Engenharia Elétrica de Stanford, nos EUA, e que em poucos anos se transformou em uma empresa milionária e líder no ramo.

A Hewlett-Packard iniciou seus trabalhos com um capital inicial de 538 dólares e funcionava na garagem de seus sócios - fundadores. O primeiro protótipo da HP foi o projeto de tese de Bill Hewlett, um oscilador de áudio idealizado em 1938 e acabou por se tornar o primeiro produto comercial da empresa batizado de HP 200 A (imagem 1, abaixo). O sucesso do produto foi imediato, pois trazia melhorias em relação a performance, tamanho e o preço em relação aos produzidos pelos concorrentes



Imagem 1 - Oscilador de áudio HP200A. Fonte: www.hparchive.com.

Nos anos subsequentes foram produzidos variações do modelo HP 200A e o sucesso foi tanto que em 1940 já estava sendo construída uma nova sede para a empresa em Palo Alto, na Califórnia. O propósito de um oscilador de áudio é gerar um sinal estável, que pode ser controlado com precisão. Este sinal é usado para verificar o desempenho dos amplificadores de áudio, transmissores de radiodifusão e outros equipamentos (HEWLETT-PACKARD, 1943, p.4).

Em 1942 Dave Packard idealizou o voltímetro eletrônico, o HP 400A, outro sucesso imediato e campeão em vendas. O catálogo publicado em 1943 dizia que o voltímetro HP 400A (Imagem 2) possuía todas as características desejáveis importantes, já que era um dos melhores disponíveis para medições abaixo de 1 megaciclo.

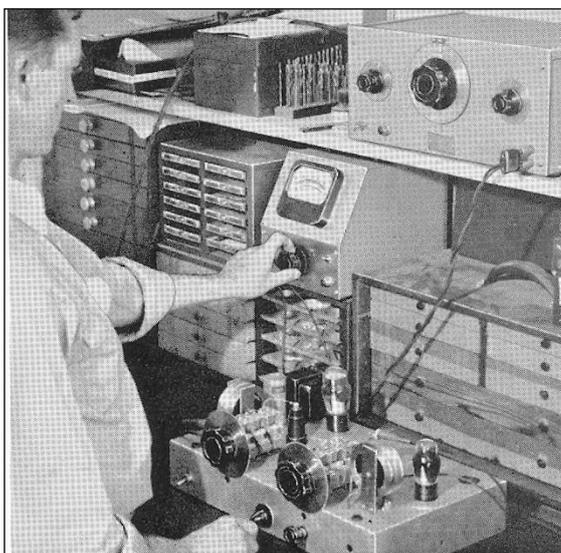


Imagem 2: HP 400 sendo utilizado. Fonte: www.hparchive.com.

A Hewlett-Packard, como outras companhias neste setor prosperaram significativamente durante a 2ª. Guerra Mundial. O *boom* da rádio transmissão, o desenvolvimento da tecnologia de radar, a instrumentação náutica e aérea geraram uma série de produtos para teste de rádio frequência e de sinais de micro-ondas. As vendas anuais da empresa cresceram rapidamente e atingiram a cifra dos milhões.. Visando maior visibilidade de seus produtos, além da confecção dos catálogos, a HP editou vários e diferenciados periódicos: a revista *Eletronics*, a *Measure Magazine* e o *Hewlett- Packard Journal*.

Na coleção do MAST existem 10 objetos fabricados pela Hewlett-Packard entre os anos de 1954 a 1965. Todos são objetos de medição ou de detecção de frequências e ondas.



Imagem 3 - Conversores de frequência. Fonte: www.hparchive.com.

O primeiro dispositivo eletrônico utilizado para a medição de frequência foi construído em 1943 e tratava-se do contador de frequência HP500A. Muito embora existissem medidores de frequência digitais na década de 1950, o medidor analógico atraía mais interesse pelo seu baixo custo e sua voltagem output proporcional às medidas obtidas. Depois de alguns anos tornou-se necessário aumentar a extensão das frequências medidas e também a sensibilidade do contador. Após o fim da 2ª. Guerra os contadores de frequência se transformaram em um best-seller da Hewlett-Packard, quando a energia atômica tornou-se um grande negócio. Não apenas as pesquisas em energia nuclear eram bem-vindas, mas todas as espécies de avanços nucleares, da química à medicina. Era crucial para este desenvolvimento construir instrumentos de medição capazes de medir dados nucleares.

Estes objetos estavam intrinsecamente ligados às práticas de laboratório, aos trabalhos de medição e detecção de ondas eletromagnéticas, à construção de outros instrumentos de medição, atenuadores de sinal, fontes de alimentação e detectores de sinais. A observação destes objetos nos mostra que o gerador de pulso, a fonte de alimentação Klystron e o voltímetro de padrão diferencial foram adquiridos pelo CNPq, uma vez que trazem as placas de patrimônio (CNPq - CBPF), sendo que todos foram fabricados na década de 1960. E o voltímetro de padrão diferencial traz, além da placa de patrimônio, uma placa da instituição a que pertenceu anteriormente, o Centro Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a data de aquisição, 1968.

Alguns estão apenas com as carcaças, sem os componentes internos – válvulas, fios, placas – nem externos – plugues, fios conectores – o que demonstra que estes objetos já jaziam abandonados em algum lugar, sem serem mais utilizados. Apresentam sinais de uso, mas ao que tudo indica ou suas partes se

perderam ou foram reutilizadas em outros equipamentos. O que apoia o argumento levantado por Wittje (2013, p.27), do qual compartilhamos, de que o objeto de C&T nunca é estático, e sim, está sempre em constante reconstrução e modificação.

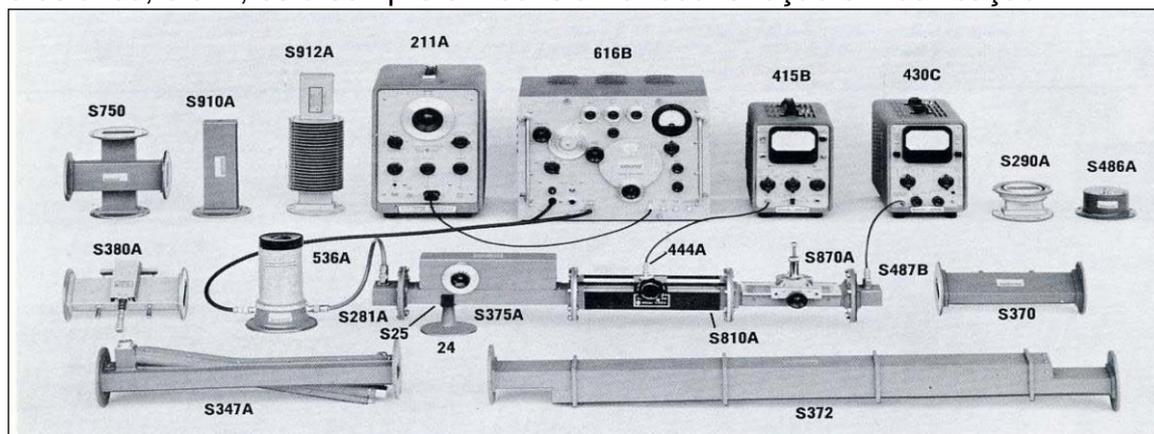


Imagem 4 - O MAST possui o 211A e o 430C. Fonte: *HP Microwave Catalog*, 1961.p.7

Outra dificuldade acerca desse patrimônio material das ciências recente é que ao chegarem às coleções estão não apenas incompletos, mas isolados, quando, na realidade, fazem parte de sistemas de objetos e circuitos interligados (imagem 4). Ao apresentarmos as caixas pretas isoladamente torna-se difícil a comunicação com o público, bem como explicar os processos e as práticas relacionadas a estes objetos. No caso da coleção do MAST, o gerador de pulso funciona com um osciloscópio em linha que não figura na coleção. Da mesma maneira que os conversores de frequência funcionam com o contador de frequência, que também não fazem parte da coleção.

A documentação escrita sobre os objetos também é bastante dispersa, mas foi possível saber que o medidor de potência de micro-ondas foi, muito possivelmente, utilizado no laboratório de raios cósmicos, e surgiu também da necessidade de medição para a física nuclear. Também sabemos que foi utilizado em dissertações de mestrado na década de 1970 e 1980.

Na base da elaboração e construção destes instrumentos nas décadas de 1950 em diante está o desenvolvimento da eletrônica pois, estes dispositivos só foram possíveis, pelo conjunto de invenções das quais eles dependem: a válvula (ou tubo de elétron) e o transistor.

A *General Electric* iniciou as pesquisas em rádio em 1903 e voltou seu trabalho para o aperfeiçoamento dos tubo de elétron como meio de melhorar o alternador de alta frequência. Em 1912 a GE começou a trabalhar no *audion*, utilizando seu expertise e design dos tubos de vácuo. Assim, o laboratório industrial conseguiu combinar os conhecimentos científicos e de engenharia e desenvolver os primeiros aparelhos elétricos (COLLETT, Opus Cit., p.257).

O subsequente desenvolvimento das válvulas durante a 1ª Guerra Mundial, sob o estado de emergência declarado pelos EUA foi crucial para o desenvolvimento da transmissão de voz via rádio com um sistema funcional e foi decisivo para assegurar a posição da válvula como componente hegemônico em transmissores e receptores. A massiva demandado governo dos EUA pelos equipamentos elétricos tornou as válvulas um produto de produção em massa (COLLETT, Opus Cit., p.258.).

Ao final da 1ª. Guerra Mundial estes desenvolvimentos criaram uma larga produção de válvulas e equipamentos. O rápido crescimento do rádio, e sua popularização, foi acompanhada por uma sucessão de inovações de aparelhos novos. Além do crescimento do rádio como meio de comunicação de massa, crescia também o rádio como sistema tecnológico (COLLETT, Opus Cit., p.263).

O desenvolvimento da tecnologia de radar demonstrou as restrições da tecnologia de válvulas e iniciou-se o desenvolvimento de novos tipos de tubos. Como o Klystron, nos EUA, nos quais os osciladores eram capazes de gerar sinais de micro-ondas que poderiam refletir com uma resolução muito maior os alvos do que as válvulas de frequência mais altas.

As guerras foram extremamente importantes para impulsionar a criação dos aparelhos elétricos. E a Guerra Fria foi essencial para o desenvolvimento de instrumentos de medição cada vez mais precisos.

Considerações finais: desafios e obstáculos a pesquisa da cultura material recente das ciências

O adjetivo *BIG* (grande) de *Big Science* é um adjetivo comumente ligado a ciência contemporânea. Do século XVII até recentemente, a ciência se transformou da preocupação de um grupo restrito de pequenos sábios e filósofos naturais europeus para a ocupação de milhões de especialistas técnicos e científicos pelo mundo afora. Da 2ª. metade do século XX em diante a ciência se tornou tão grandiosa que alguns acreditavam estar vivendo a era da *big Science* (CAPSHEW E RADER, Opus Cit., p.4)

A ciência cresceu e se tornou visível, especialmente no que diz respeito a pesquisas em física experimental. O início parece ter sido com Ernest Lawrence no início da década de 1930 junto com seu grupo em Berkeley e sua busca por cíclotrons cada vez maiores. Grandes máquinas projetadas para explorar o núcleo atômico que requereram muito financiamento e funcionários especializados. Para muitos, no entanto, a era da *big Science* teria se iniciado ainda no Projeto Manhattan, durante a 2ª. Guerra Mundial, quando a boba atômica mobilizou grande parte da comunidade de físicos em um projeto de magnitude sem precedente (CAPSHEW E RADER, Opus Cit., p.4).

O desenvolvimento da eletrônica e da tecnologia de radar no período entre guerras também foi muito importante para que surgissem novos instrumentos de medição, estabilização e atenuação de frequências. Sem esquecer o papel fundamental dos aceleradores de partículas e todo o conjunto de instrumentos que surgiram a partir de seu desenvolvimento a partir de 1930 em diante.

Mas estes objetos de C&T da ciência contemporânea construídos após a 2ª. Guerra Mundial nos colocam enormes desafios. E o primeiro deles está em definir o que é um instrumento científico. De acordo com artigo de Deborah Warner (1990, p.87), o uso do termo “instrumento científico” só teria sido utilizado a partir da metade do século XIX, e depois disso sua aplicação não foi nem de longe consensual. O termo *wissenschaftliche instrumente* provavelmente foi utilizado na Alemanha em 1830 e disseminado nos anos de 1850 por imigrantes alemães no EUA que se descreviam como “construtores de instrumentos”. Foi também durante o século XIX que os termos “ciência” e “científico” foram gradativamente substituindo os termos “filosofia natural” e “instrumentos filosóficos” (WARNER, Opus Cit., p.88).

Entretanto, as mudanças na interpretação do que vem a se constituir como ciência acabaram por afetar o que associamos como instrumento científico, alguns autores inclusive preferem se referir a instrumentos científicos construídos no século XX como “hardware da ciência (BURNETT, 1992). Mais recentemente, David Baird (2004) definiu instrumento científico como um elemento do conhecimento científico, aquele que traz um conhecimento sobre o mundo (BAIRD, Opus Cit., p.172, já mencionado anteriormente).

Wittje (2013, p.19) propôs uma definição operacional, mais flexível e pragmática, de instrumento científico, como todo objeto material conectado com a

prática científica. Igualmente operacional é a anteriormente citada definição proposta pela pesquisadora Marta Lourenço de objetos de C&T (vide nota 3).

Mas é inegável que o estudo dos instrumentos científicos pela história da ciência tem conhecido desde a década de 1990 uma mudança de caráter e de escopo. O interesse parece ter se deslocando dos objetos de Gabinete, forte tendência dos estudos dos anos 1980 e 1990, para objetos mais recentes, ao mesmo tempo em que grande parte da historiografia sobre coleções, práticas científicas, circulação de saberes e conhecimento científico começaram verdadeiramente a colocar os objetos no centro de suas investigações.

O conceito de objeto científico se expandiu permitindo o foco em outras categorias de artefatos: de geradores de onda quadrada, válvulas e pilhas a usinas nucleares, e suas relações com os conceitos de ciência, discurso científico e demais contextos, do social ao político.

A discussão é ampla e está longe de chegar a um consenso, entretanto, é inegável que para a ciência do século XX, sobretudo para a física experimental, os objetos de C&T desempenharam um papel central.

Referências

ALBERTI, Samuel J. M.M. Objects and Museum. *Isis*. Vol. 96, No. 4, p.559-571, 2005.

ANDERSON, Katherine. Beyond the glass cabinet: the History of Scientific Instruments. *Revista Electronica de Fuentes y Archivos*. N.4, p.34-46, 2013.

ANDERSON, Robert G.W. Chemistry laboratories, and how they might be studied. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, Volume 44, Issue 4, p.669-675, 2013.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. *Físicos, Mésons e Política: A Dinâmica da Ciência na Sociedade*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Hucitec, Museu de Astronomia e Ciências Afins, São Paulo, 1999.

ANDRADE, Ana Maria R. de E GONÇALVES, Aldo Moura. Os aceleradores lineares do General Argus e a sua rede tecno-científica. *Revista da SBHC*, n.14,p3-16,1995.

APPLEBY, J, HUNT, L. E JACOB, M. *Telling the truth about history*. New York and London: W. W. Norton, 1994.

ARNOLD, Ken & SÖDERQVIST, Thomas. Medical Instruments in Museums: Immediate Impressions and Historical Meanings. *Isis*: Vol. 102, p.718-729, 2011.

BAIRD, Davis, FAUST, Thomas. Scientific Instruments, Scientific Progress and the Cyclotron. *British Journal of Philosophy and History of Science*, vol. 41, p.147-175, 1990.

BAIRD, Davis. *Thing Knowledge: A Philosophy of Scientific Instruments*. Berkeley: University of California Press, 2004.

BENNETT, Jim. Museums and the History of Science: Practitioner's Postscript. *Isis*, vol.96, n.4, p. 602-605, 2005.

BOUDIA, Soraya, SOUBIRAN, Sebastian. Scientists and their cultural heritage: Knowledge, politics and ambivalent relationships. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, Volume 44, Issue 4, p.643-651, 2013.

BURNETT, John. The hardware of Science. *Manual of curatorship: a guide to museum practice*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1992.

CAPSHAW, James H E, RADER, Karen A. Big Science: Price to the present. *Osiris*, 2a. series, vol.7, p.3-25, 1992.

CHADAREVIAN, Soraya. Things and the archives of recent sciences. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, Volume 44, Issue 4, p. 634-638, 2013.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia. A história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

COLLETT, Peter. *History of Electronics*. In: KRIGE, J. E PESTRE, D. (orgs.) *Science in the Twentieth Century*. Routledge: London, New York, 1997.

CORN, John. Object lessons/object myths: What historians of technology learn from things. In D. Kingery (Ed.). *Learning from things. Method and theory of material culture studies*. Washington and London: Smithsonian Institution Press, 1996.

FORMAN, Paul. Behind the Quantum Electronics: National Security as basis for physical research in the United States. *Historical Studies in the Physical and Biological Sciences*, n.18, p. 149-229, 1987.

GRANATO, Marcus. Scientific heritage in Brazil. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, Volume 44, Issue 4, p.690-699, 2013.

HACKING, Ian. Weapons, research and the form of Scientific Knowledge. *Canadian Journal of Philosophy*, 12 (suppl.), p.237-260, 1986.

HELDEN, Albert Von, HANKINS, Thomas L. Introduction: Instruments in the History of Science. *Osiris*. Vol.9, p.1-84, 1994.

JARDINE, Nicholas, Wilson, Lydia. Recent Material heritage of the Sciences. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, Volume 44, Issue 4, p.632-633, 2013.

LOUREIRO Maria Lucia de N. M., SANTOS, Cláudia Penha dos. *Subsídios para a Exposição se Acelerador Linear de Elétrons. Relatório Técnico*. MAST, 2011.

LOURENÇO, Marta C., WILSON, Lydia. Scientific heritage: Reflections on its nature and new approaches to preservation, study and access. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, Volume 44, Issue 4, p.744-753, 2013.

LOURENÇO, Marta C., *Working with words or with objects? The contribution of university museums*. Artigo não publicado, apresentado no "Do collections matter to instruments studies?", Junho, 2002.

LOURENÇO, Marta C., *Museus de Ciência e Técnica: que objectos?* Dissertação (Mestrado). Universidade Nova de Lisboa, 2000.

LUDWIG, Cornelia, WEBER, David. A rediscovery of scientific collections as material heritage? The case of university collections in Germany. *Studies. History and Philosophy of Science Part A*, Volume 44, Issue 4, p.652-659, 2013.

MAAS, Ad. How to put a black box in a showcase: History of science museums and recent heritage. *History and Philosophy of Science Part A*, Volume 44, Issue 4, p.660-668, 2013.

MINCK, John. The birth of US measurement system of the 1960s. Disponível em [HTTP://hpmemoryproject.org/timeline/writings/us_measurement_system_00.htm](http://hpmemoryproject.org/timeline/writings/us_measurement_system_00.htm). Acesso em 26/01/2016.

PESTRE, Dominique. Physics instruments in Twentieth Century. In KRIGE, J. E PESTRE, D. (orgs.) *Science in the Twentieth Century*. Routledge: London, New York, 1997.

_____. Por uma nova história social e das ciências: novas definições, novos objetos e novas abordagens. *Cadernos IG/Unicamp*. Vol. 6, n.1, p.3-55, 1996.

SCHAFFER, Simon. Easily Cracked: Scientific Instruments in States of Disrepair. *Isis*, Vol. 102, No. 4, p. 706-717, 2011.

SEIDEL, Robert. The origins of the Lawrence Berkeley Laboratory. In *Big Science. The growth of Large-Scale Research*. Stanford University Press: Stanford, California, p.21-45, 1992.

_____. What is Science. In KRIGE, J. E PESTRE, D. (orgs.) *Science in the Twentieth Century*. Routledge: London, New York, 1997.

SIMBUM, H. O. What kind of Science is experimental Science? *Science*, vol 306, p.60-61, 2004.

SIBUM, H.O. Reworking the mechanical value of heat: Instruments of precision and gestures of accuracy in early Victorian England. *Studies in the History and Philosophy of Science*, Part A, Vol. 26, p. 73–106, 1995.

SPIEGEL, Gabrielle M. The task of Historian. *The American Historical Review*, Vol. 114, p. 1-15, 2009.

SUMNER, James. Walls of resonance: Institutional history and the buildings of the University of Manchester. *History and Philosophy of Science Part A*, Vol. 44, Issue 4, p.700-715, 2013.

PRADO, Maria Emília. Os Intelectuais e a eterna busca pela modernização do Brasil: O significado do projeto nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950-60. *HAOL*, n. 15, p.19-27, 2008.

TAUB, Lina. On Scientific Instruments. *Studies in History and Philosophy of Science. Part A*, Volume 40, p.337-343, 2013.

WARNER, Deborah J. What Is a Scientific Instrument, When Did It Become One, and Why? *The British Journal for the History of Science*. Vol. 23, n. 1, pp. 83-93,1990.

WINNER, Langdon. Do artifacts have politics? *Daedalus*, v.109, p.121-136.

WITTJE, Roland. *Acoustics, Atom Smashing and Amateur Radio. Physics and instrumentation at Norwegian institute of technology in the interwar period*. Norwegian University of Science and Technology. 2003. Thesis (PHD) – Department of Physics. Norway, 2003.

_____. Wittje, R. (2010a). Reading Artifacts: Historische Sammlungen und innovative Konzepte in der Lehre. In C. Weber & K. Mauersberger (Eds.). *Universitätsmuseen und -sammlungen im Hochschulalltag: Aufgaben - Konzepte -Perspektiven* (pp. 79–86). Berlin: Hermann von Helmholtz-Zentrum für Kulturtechnik. Disponível em <http://edoc.hu-berlin.de/conferences/ums2010/wittje-roland-79/PDF/wittje.pdf> . Acesso em 24/05/2016.

WITTJE, Roland. The Garching nuclear egg: Teaching contemporary history beyond the linguistic turn. *Studies in History and Philosophy of Science, Part A*. Vol. 44, p.683–689, 2013.

Sites

www.hparchive.com

www.radiomuseum.org

www.hpmemoryproject.org

Fontes primárias

Arquivo de História da Ciência do MAST: Relatórios do CNPQ (1951 a 1956).

Coleção dos Objetos do CBPF.

Catálogo da Hewlett-Packard. Disponível em

<<http://www.hparchive.com/periodicals.htm>>

Hewlett-Packard Journal. (anos 1943, 1950,1951, 1954, 1955, 1962,1963 e 1965, Disponível em <<http://www.hparchive.com/periodicals.htm>>

O USO EDUCATIVO DAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

João Paulo de Oliveira Farias²⁶²

Sônia Meneses²⁶³

Vanderlene de Farias Lima²⁶⁴

Resumo: Nos últimos anos percebemos que o mundo passou por grandes transformações em várias esferas e em todas as relações humanas. As novas demandas sociais, criaram e possibilitam reflexões necessárias sobre a inserção das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, devendo estas serem estratégias das políticas educacionais. A pesquisa procura discutir algumas das possibilidades e desafios do uso das novas tecnologias em sala de aula, procurando com isso fazer uma relação entre educação, o lugar do historiador, do professor e do próprio ensino de história nos dias atuais.

Palavras-chave: Aprendizagem; Ensino de História; Metodologias Ativas; TICs.

Introdução

Nos últimos anos percebemos que o mundo passou por grandes transformações em várias esferas e em todas as relações humanas. Uma das características do século XXI é a dinamicidade das formas como adquirimos informação e conhecimento. Os novos recursos tecnológicos promoveram mudanças significativas na maneira como interagimos com os diferentes meios sociais, as construções narrativas e até nossa percepção de tempo. A propagação de informação e comunicação incide em uma velocidade antes inimaginável. Tempo e espaço acabam sendo vencidos pelas novas invenções tecnológicas que, a cada dia conquistam mais adeptos, fazendo com que o mundo virtual cresça. Pode-se dizer que a característica principal dessa sociedade é a rapidez e fluidez com que as coisas acontecem. Em nossas atividades cotidianas, tanto profissionais quanto de entretenimento, recebemos o auxílio das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Para entendimento sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), podemos nos apropriar de Kenski (2006) que ressalta a junção da tecnologia computacional com a tecnologia das telecomunicações presente nas últimas décadas. Essas possibilidades criadas a partir do desenvolvimento da *internet* e da *web* impuseram intensas mudanças sociais, sendo responsáveis por criar novas formas de convivência e interação entre pessoas, estabelecendo-as em um novo ambiente social. De tal modo, é possível afirmar ser inegável a presença das novas tecnologias no espaço escolar, já que alunos e professores fazem parte desse mundo digital, em que são incluídas informações circundantes de espaços tecnológicos abrangidos, dentre outros, pelas redes de computadores. Conforme o autor:

²⁶² Professor de História da Rede Estadual de Ensino/Ceará; Mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri/CE (PROFHISTORIA-URCA). Email: paulofarias58@gmail.com

²⁶³ Doutora em História, Professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/Universidade Regional do Cariri (PROFHISTORIA-URCA). Email: sonia.meneses@urca.br

²⁶⁴ Professora de Sociologia da Rede Estadual de Ensino/Ceará; Mestre em Ensino de Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Sociologia (PROFSOCIO-UFC). Email: vanderlenef@yahoo.com.br

As novas tecnologias de informação e comunicação, caracterizadas como midiáticas, são, portanto, mais do que simples suportes. Elas interferem em nosso modo de pensar, sentir, agir, de nos relacionarmos socialmente e adquirirmos conhecimentos. Criam uma nova cultura e um novo modelo de sociedade (KENSKI, 2006, p. 23).

Debater sobre temas que envolvem tecnologias digitais e ensino é sempre algo curioso e ainda gera constantes controvérsias. Ainda existem muitos desafios nos diferentes campos educacionais quanto a questão das possibilidades de uso desses recursos digitais, desde a parte da administração escolar, seja através de leis e regras que inibem o uso em sala de aula²⁶⁵, seja da dinamicidade com que se dá o desenvolvimento da *cibercultura*²⁶⁶ (LEVY, 1999), através da popularização e acessibilidade de tecnologias móveis em diferentes meios sociais, incluindo a realidade de muitos estudantes.

O ano de 2020, por exemplo, acabou por trazer ainda mais reflexões acerca do tema, dadas as circunstâncias proporcionadas pela pandemia do novo coronavírus em vários setores sociais, incluindo a educação, que teve sua rotina fortemente afetada pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Com o processo de quarentena e fechamento das instituições de ensino em todo o Brasil, a dinamicidade das aulas foi alterada, sendo intensamente marcada pelo uso das tecnologias digitais e os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAS) para realização de suas atividades. A tecnologia digital passou a ser a principal aliada ao ensino, que se deu em sua maior parte a distância e de forma remota durante o decorrer do ano letivo. No entanto, esse novo formato enfrentou e enfrenta diversas barreiras que colocaram ainda mais em evidência a capacidade da gestão pública, a formação dos professores, as instituições e os currículos escolares, bem como as desigualdades de acesso existentes em diferentes campos no que diz respeito aos equipamentos e à *internet*, principalmente por parte dos estudantes.

As novas demandas, portanto, nos possibilitaram ainda mais reflexões necessárias sobre a inserção das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, devendo estas serem estratégias das políticas educacionais.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no contexto do espaço escolar

O aluno do século XXI não depende apenas da escola e do professor para adquirir conhecimento, muitas vezes pode fazer isso de casa, através do computador, *tablet* e/ou *smartphones* e seus periféricos. De acordo com seu interesse e necessidade, é possível que o aluno se torne um sujeito ativo da sua própria aprendizagem. Nesse novo espaço o papel do professor e da escola precisou ou precisa mudar sensivelmente, tendo assim que repensar suas práticas e

²⁶⁵ No Ceará, por exemplo, ainda está em vigor a LEI Nº 14.146, de 25.06.08 (D.O. DE 30.06.08), que dispõe sobre a proibição do uso de equipamentos de comunicação, eletrônicos e outros aparelhos similares, nos estabelecimentos de ensino do Estado, durante o horário das aulas, algo que se tornou controverso, principalmente com o contexto da Pandemia da COVID-19.

²⁶⁶ A *cibercultura* trata-se de uma definição estabelecida a partir da cultura contemporânea que tem como um de seus principais marcos as tecnologias digitais, em que coloca em evidências novos agenciamentos sociais que se estabelecem através do espaço eletrônico virtual. Levy, indica, entre outros os impactos que as novas tecnologias instituíram a partir de construções coletivas em uma sociedade de novos sujeitos que se mantém conectados através da emergência do ciberespaço.

de se reinventar, pois, novos desafios surgem e sua função desde então, tem passado por transformações e questionamentos dentro desse novo contexto.

De tal modo, as tecnologias presentes nas escolas, que possuem equipamentos como laboratórios de informática e dispõe de computadores e *internet*, e a evidente inserção dos estudantes na cultura digital²⁶⁷ (CASTELLS,1999), através das mais diferentes tecnologias e recursos promovidos pela proliferação e acesso a bens da cultura de consumo, como os atuais *smarthphones*, devem acontecer de forma que estabeleça uma articulação no processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento dos estudantes e das práticas pedagógicas. Visto que esses recursos fazem parte de suas construções enquanto sujeitos individuais e sociais.

Assim, não é mais possível manter metodologias estáticas com uma geração em constante mudanças. Sobre esse processo, Souza (2003) expõe que:

Com a utilização da Internet como instrumento de pesquisa visando a busca e a troca de informações com o mundo, tende a ser criada uma nova forma de lidar com o conhecimento, onde o professor deixa de ser o único detentor de saber e passa a ser o mediador entre o conhecimento e o aluno. Dessa forma, além de ensinar, compartilha de novas aprendizagens com sua turma (SOUZA, 2003, p.16).

Para Freiburger e Berbel (2010), em uma sociedade complexa como a que vivemos, o desenvolvimento das competências e habilidades nos estudantes, devem ser responsabilidade escolar. Citando Demo (2003) e Penin (2001), os autores mostram a necessidade dos estudantes em ter que desenvolver sua autonomia intelectual e consciência crítica, para que estes se tornem sujeitos ativos no seu próprio processo de aprendizagem e nas práticas sociais (FREIBERGER & BERBEL, 2010, p. 7890). Alertam, no entanto, que os professores nas últimas décadas percebem algumas dificuldades e um aumento no desinteresse por parte dos estudantes pelos conteúdos apresentados em sala de aula e ainda uma diminuição na importância de sua autoridade e de sua função social (FREIBERGER; BERBEL, 2010, p.7892). De tal modo, cabe a escola e ao professor, buscar alternativas a esses problemas encontrados. Uma das possibilidades para esses grandes desafios se dá através de novas maneiras de ensino e pesquisas, para e junto aos estudantes. Integrar e inserir as novas tecnologias no cotidiano, através de metodologias ativas, podem criar algumas dessas alternativas.

O uso das TICs de forma assertiva possibilita transformar as práticas pedagógicas. No ambiente escolar, a utilização de tecnologia, por vezes, está sendo pensada como renovadora dessas práticas, visto que os dispositivos tecnológicos atraem significativamente os jovens, quando são inseridos através de metodologias e didática apropriadas, estabelecidas através da Tecnologia Educacional (TE). Para entender o conceito de Tecnologia Educacional e estabelecer o valor desse campo, vejamos o que já dizia a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABTE), nos anos de 1982:

A Tecnologia Educacional fundamenta-se em uma opção filosófica, centrada no desenvolvimento integral do homem, inserido na dinâmica de transformação social; concretiza-se pela aplicação de novas teorias,

²⁶⁷ O sociólogo espanhol Manuel Castells, defende que vivemos em um momento de ruptura, onde a tecnologia da informação se insere de diferentes formas culturais, ou seja, no modo de vida, nas práticas sociais, nas representações, em que a cultura digital caracteriza o nosso tempo, justificando entender uma sociedade em rede, transformada pelas mudanças provocadas com as linguagens digitais.

princípios, conceitos e técnicas, num esforço permanente de renovação da educação (ABTE, 1982, p.17 *apud* LEITE *et al.*,2014, p.9).

Portanto, enquanto instrumento pedagógico, as novas tecnologias digitais, principalmente as TICs devem ser usadas pelo professor com o objetivo de compreender que a educação está para além da simplificação da transferência do conhecimento, se dá através de todo o processo de construção, que deve ser em conjunto e partilhados, que vise a renovação e desenvolvimento, principalmente dos estudantes.

Para uma educação transformadora e de qualidade, não basta apenas o domínio das TICs pelo professor, é preciso que ela seja utilizada dentro de um contexto pedagógico que ressalte o desenvolvimento integral das partes envolvidas, ou seja, estudantes, professores e a sociedade nos seus diversos setores e em suas dimensões intelectual, social, cultural e política (LEITE *et al*, 2014, p.9).

Leite *et al.* (2014), corroboram que os usos das novas tecnologias pelos educadores, devem estar inseridas através de uma alfabetização tecnológica por parte destes, ou seja, é preciso que os professores saibam utilizar esses recursos, de forma que sejam capazes de auxiliar no conhecimento, através do processo de uma aprendizagem voltada para ser um instrumento democrático e também abranger “o domínio crítico da linguagem tecnológica”. Assim, para as autoras o conceito de alfabetização tecnológica do professor:

Envolve o domínio contínuo e crescente das tecnologias que estão na escola e na sociedade, mediante o relacionamento crítico com elas. Este domínio se traduz em uma percepção global do papel das tecnologias na organização do mundo atual e na capacidade do professor em lidar com as diversas tecnologias, interpretando sua linguagem e criando novas formas de expressão, além de distinguir como, quando e por que são importantes e devem ser utilizadas no processo educativo (LEITE *et al.*, 2014, p.15-16).

Desse modo, conhecer e dominar essas novas tecnologias, a partir desse relacionamento crítico, deve fazer parte do trabalho do professor, pois assim, será possível estabelecer práticas pedagógicas voltadas para a emancipação e ações transformadoras tanto para os educadores, quanto para os educandos. A escola deve ser sempre esse espaço de interações sociais e produções de conhecimentos.

No ensino de história, a inserção da Tecnologia Educacional por meio das TICs, pode ampliar as possibilidades de ensino, aprendizagem e produção, através da interação professor-aluno-conhecimento, oportunizando a criação de ambientes de colaboração e cooperação que podem auxiliar na construção do conhecimento por parte do educando e na diversificação de fontes usadas na rotina da sala de aula.

Vemos que esses ambientes, fontes e tecnologias, por vezes digitais, propiciam o desenvolvimento de meios participativos e atrativos capazes de ir além do espaço físico e do tempo reduzido das aulas presenciais, podendo ter impactos significativos na aprendizagem e na aquisição de uma cultura que dialoga com essas demandas, já que a escola deve ser também local de produção e significação de conhecimento, bem como espaço privilegiado das diversas formas de relações humanas.

De acordo com Ferreira (2017):

A dinâmica da sala de aula faz do processo ensino-aprendizagem um momento rico e plural. As trocas se fazem entre os saberes: profissional; acadêmico; estudantil (atrelado contexto social); histórico circulante (literatura, filmes, novelas, museus, etc.). Enfim, nessa vivência aparecem

os locais de experiência do professor, do aluno, da comunidade escolar, da sociedade (FERREIRA, 2017, p.144).

A dinamicidade do meio tecnológico, através do digital, permite aos indivíduos forte interação. Nele as pessoas podem deixar de ser meros receptores de informações e participar ativamente. Professores e alunos também podem produzir conteúdo originais por meio das TICs, ambos podem ser construtores de conhecimento, colocando mestres e aprendizes juntos, como colaboradores e não apenas como espectadores. Em especial para o ensino de história, o uso das novas tecnologias tem se mostrado com enorme potencial, sendo capaz de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais atrativo e dinâmico, por meio da inserção de alguns recursos que podem auxiliar na aquisição e consolidação de conceitos importantes, com uma magnitude de detalhes alcançadas por meio de seus usos. Segundo Rodrigues (2002):

O ambiente de ensino tem uma nova resignificação nos dias atuais: A sala de aula, como espaço social, representa um campo plural e permanente de construção de saberes a partir de interações e representações que constituem as estruturas de produção de saberes. As interações incorporam significados gerados pelas representações e, estas, por sua vez, são reelaboradas pelas novas interações, criando novos significados, mediatizados pelo discurso de sujeitos situados em um determinado horizonte social, neste caso, o espaço geográfico da sala de aula, da escola ou da sociedade (RODRIGUES, 2002, p. 1 apud CASSEMIRO, 2016).

Apesar de existirem docentes que resistem ao uso das TICs em suas aulas, por outro lado, é crescente os que percebem a necessidade de inovar e se reinventar; Que reconhecem que na atual conjuntura, impõe o uso de ferramentas disponíveis para tornar seus métodos mais eficientes, trazendo mais motivação e interesse para esses jovens, que nasceram em um mundo transformado pela tecnologia e pelo digital, os denominados “*nativos digitais*”²⁶⁸ (PRENSKY, 2001). Esses educadores sabem que as exigências atuais cresceram e suas responsabilidades também aumentaram. Se antes o domínio do conteúdo e a divulgação de seu conhecimento na sala de aula lhe bastava, hoje isso já não é suficiente para garantir o bom desempenho e sua função social, pois é preciso cada vez mais uma divulgação científica do nosso campo, o que se dá de certa maneira através do diálogo com o digital e da inserção de nossas produções historiográficas também nos espaços públicos ampliados pelas TICs.

De acordo com Vidal e Maia (2015):

A sociedade do conhecimento do século XXI vem exigindo, cada vez mais, a melhoria dos padrões de qualidade na educação. Com isso demandam novas posturas profissionais daqueles que estão atuando em suas atividades laborais. A educação é convocada a revisar-se, a instituir novas práticas e consolidar boas experiências e os professores são os principais atores mobilizados a apresentar respostas a esses processos de mudanças (MAIA; VIDAL, 2015, p.21).

Todos nós de algum modo já fomos modificados pela comunicação e pela cultura digital, que permeiam o tempo nas diversas esferas de nossa vida. Não se

²⁶⁸ O norte-americano Marc Prensky com base em seus estudos no início do século XXI, utilizou o termo nativo digital. A expressão servia como uma forma de indicar aqueles que nasceram e se desenvolvem em meio a uma cultura tida como digital e que, por causa disso, experimentavam de habilidades específicas e diferenciadas, advindas do contato com essas novas ferramentas tecnológicas desse novo tempo.

pode negar que as novas tecnologias causam um grande fascínio, e especialmente os jovens, estão dedicando uma parte significativa de seu tempo ao mundo virtual, principalmente nas redes sociais. O *smartphone* que se popularizou nos últimos anos, praticamente se tornou uma extensão do indivíduo. Como já mencionado, existem controvérsias em relação ao uso dessas tecnologias no espaço escolar, e as mesmas não podem ser vistas simplesmente como garantidoras de qualidade e excelência.

Segundo SÍBILIA (2012, p.12) é preciso considerar as particularidades e as características subjetivas das tecnologias e seus usos no ambiente escolar, observando os “espaços de encontro e diálogo” (SÍBILIA, 2012, p. 211). Porém, se quisermos administrar de forma planejada essas transformações, em primeiro lugar, é preciso estudá-la, reconhecê-la e refletir sobre seu alcance para avaliar em que grau, contexto e circunstâncias cada um de nós pode agir de maneira mais consequente e aproveitar as possibilidades para seu uso na educação e em nossa área de atuação, buscando meios de construir alternativas para algumas crises vivenciadas pela escola e pelo ensino nos últimos tempos.

De acordo com Vidal e Maia (2015), as novas tecnologias e os processos educacionais devem seguir na mesma direção, visto que os indivíduos que estão na escola e nos espaços educacionais também dialogam entre si, interagem, aprendem e se comunicam utilizando as telecomunicações disponíveis na *internet* e suas formas de representações e mentalidades.

Os desafios e possibilidades do ensino de História na Era Digital

Muitos estudos referentes ao ensino de história nascem das indagações do porquê estudar história, qual razão efetiva existe para o mesmo, principalmente qual a razão para a preocupação na maneira como este ensino tem sido construído. Segundo Peter Lee (2016), a Educação Histórica, como a própria história é uma conquista precária, possuindo suas normas e critérios, assim é preciso entendê-las, se permitir e auxiliar os alunos a compreenderem seus passados históricos utilizáveis (LEE, 2016, p.107). O autor também, nos aponta a história como sendo forma pública de conhecimento, que precisa ser desenvolvida e praticada com respeito e cuidado nas escolas (LEE, 2016).

A educação no Brasil em síntese pontual, ainda enfrenta muitos problemas, e quando o assunto é ensino de história na educação básica, não é diferente. Existem várias adversidades. Porque os alunos encontram tantas barreiras no estudo de história? Os professores estão preparados para algumas situações e dificuldades encontradas em sala de aula? Essas barreiras são criadas pelos alunos ou pelos professores? A escola e o Estado proporcionam infraestrutura e materiais adequados para melhorar o processo educacional? A formação docente responde a essas necessidades contemporâneas e tecnológicas?

Não é de hoje que professores se deparam, diariamente, com dúvidas sobre o que ensinar e como ensinar. Tais problemas afetam de maneira direta e/ou indireta a forma como são repassados os conteúdos em sala de aula e, diante de tantas adversidades vivenciadas na educação, principalmente no ensino público, ainda encontramos: alunos dispersos, falta de atenção e outros problemas.

Ainda predomina entre os professores de história, metodologias que priorizam aulas expositivas e que valorizam a memorização, fato, que acaba por afastar os estudantes ainda mais dessa área de conhecimento, pois na maioria das vezes o discente não consegue estabelecer uma relação entre esse ensino e o mundo em que ele está inserido, dificultando o conhecimento histórico e sua participação de

forma ativa. A história enquanto disciplina educacional, ainda tem permanecido distante do interesse dos estudantes, presa às fórmulas prontas do discurso dos livros didáticos ou regulada as práticas determinadas pelo calendário cívico, muitas vezes não fortalecendo o senso crítico nos alunos, os quais recebem as informações sem nenhum tipo de questionamento. Para Conceição Cabrini:

O aluno deve exercer seu senso crítico, perder o medo e a preguiça de fazê-lo, atitudes estas tão próprias de uma sociedade que nos leva cada vez mais a consumir como mercadoria o conhecimento pronto e acabado. Muitas vezes, é o próprio aluno (até mesmo na universidade) que oferece forte resistência em mudar essa situação, pressionando o professor a dar somente aulas expositivas, recusando-se, portanto, ele mesmo, à leitura e à reflexão (CABRINI, 2000, p 67).

É necessário que se afirme a importância da história no currículo escolar, e acima de tudo, que se entenda que esta disciplina pode desenvolver os alunos como sujeitos conscientes, criando nestes, habilidade de crítica à(s) sua(s) própria(s) realidade(s). O ensino da disciplina deve contribuir para a formação afetiva, intelectual, cultural e política dos estudantes, estimulando e desenvolvendo aptidões, reflexões e o senso crítico, que devem ser despertados desde os primeiros contatos da criança com este estudo. Assim, é possível que o educando “cresça” com toda uma equipagem de conhecimento histórico necessária para seu cotidiano escolar e social. Para Lee (2016):

[...]o ensino de história envolve o desenvolvimento de um aparato conceitual de segunda ordem que permite que a história siga em frente, em vez de imobilizá-la e, ao fazê-lo, abre a perspectiva de mudança de uma visão cotidiana da natureza e do estado do conhecimento do passado para uma de conhecimento histórico. Isto nos permite dar conta do que significa saber um pouco de história (LEE, 2016, p.107).

É através da compreensão histórica, utilizada por Peter Lee mediante o conceito de “literacia histórica”, que os estudantes conseguirão se orientar no tempo e ainda, permitir que estes adquiram uma compreensão sobre sua realidade. Para o autor, mais do que aprender um amontoado de informação sobre o passado, os estudantes precisam saber ler e compreender historicamente. É somente a partir dessa leitura que a “história se torna significativamente possível para eles” (LEE, 2016, p.117). Deste modo, a educação histórica torna-se necessária e importante, principalmente para a vida prática.

Então, como auxiliar o estudante nesse processo de leitura e compreensão histórica? Produzir conhecimento não é uma tarefa muito simples, principalmente no campo da história, pois nem todos os professores estão preparados ou têm condição para tanto e, ainda, pelo fato da disciplina encontrar tantas resistências entre os alunos. Como já enfatizado no texto e na leitura dos vários autores que trabalham a temática, o estudo de história é uma matéria de grande importância no percurso didático e deve ser despertada de forma que a mesma auxilie nesse processo de “leitura do mundo”, estabelecendo uma formação pessoal e social,

[...] suas múltiplas relações com as várias dimensões da sociedade, sua posição como instrumento científico, político, cultural, para diferentes grupos, indica a riqueza de possibilidades para o seu estudo e o quanto ainda há para investigar (FONSECA, 2003, p.28).

Portanto, a análise dessas tentativas de fazer os alunos compreenderem o sentido das aulas de história, proporcionando-lhes instrumentos necessários para

poderem vislumbrar todos os lados de uma mesma questão e assim refletirem a partir de diferentes interpretações, através de uma “literacia história” (LEE, 2016), é imprescindível no trabalho docente e no contexto escolar.

Ao analisar a formação dos professores no Brasil, Luis Fernando Cerri (2013) mostra que aqui, existia uma prática formativa que predizia como passo inicial dos professores primeiramente aprender o que ensinar- conhecimento científico-para depois, quando este já estivesse em exercício docente, aprender as formas de como ensinar- práticas pedagógicas.

(...) à docência se aprendia na própria sala de aula, num contexto em que a autoridade do professor e a obediência do aluno eram dados que derivavam naturalmente das relações familiares e sociais de então. Quando aparecem os primeiros cursos superiores de formação docente (licenciaturas), não é surpreendente que o desenho curricular preveja um período inicial de estudos específicos na área escolhida e um período posterior, de estudos pedagógicos e prática de ensino (estágios ou residência) (CERRI, 2013, p.170).

Este cenário, estabelecia o docente como uma pessoa que através de seus esforços próprios conseguiriam estabelecer a aprendizagem junto aos alunos, e que seu conhecimento científico já lhe bastava para esse processo. O professor, criava assim, metodologias que envolviam domínio da turma, muitas vezes mediante a uma relação de autoridade, que seguia em direção ao autoritarismo, portanto, considerados como mestres absolutos do conhecimento em sala de aula.

Maria Auxiliadora Schmidt (2010), assinala também sobre as dificuldades da formação adequada do professor, bem como do seu cotidiano escolar, ressaltando a importância de políticas concretas para a efetivação de medidas favoráveis às mudanças tão necessárias para o processo de ensino e aprendizagem, que precisam de diferentes práticas e novos recursos:

Um grande conjunto de variáveis pode ser responsabilizado pelo relativo insucesso da renovação do ensino de História, destacando-se, principalmente, o descaso a que vem sendo submetida a educação brasileira por parte das autoridades governamentais. Na verdade, pode-se afirmar que o quadro negro ainda persiste na educação brasileira, inclusive, e muitas vezes, como único recurso, na formação do professor e no cotidiano da sala de aula. E é neste contexto que se pode falar do significado da formação do professor e o cotidiano da sala de aula, dos seus dilaceramentos, embates e do fazer histórico (SCHMIDT, 2010. p.116).

Um ponto interessante, é considerar a maneira de como alguns professores se utilizam de metodologias e recursos que afetam, dentre outros, à própria concepção e compreensão do conhecimento histórico, pois são muitos os que ainda usam das mesmas práticas pedagógicas, colocando em evidência a tradicional maneira de ensinar história, em que se concentram há anos nessa estrutura de ensino, “educando” os alunos de modo que essas práticas desprezam a reflexão histórica. O trabalho de Marília Beatriz Azevedo Cruz nos indica alguns problemas e os questionamentos sobre modelos tradicionais de ensino, em que alguns educadores ainda se encontram, os quais:

[...] promove uma visão limitada do conhecimento, favorecendo a formação de mentes acríticas e passivas, meros propósitos de fatos e informações fragmentadas, contribuindo para uma concepção também acrítica da sociedade que passa a ser aceita, também, como pronta e acabada, portanto, não passível de ser transformada (CRUZ, 2004, p.69).

Uma boa formação docente, bem como recursos e estratégias metodológicas, são importantes para a afirmação de uma educação histórica e o estabelecimento da construção de seu conhecimento a partir da sala de aula.

O ensino de história na educação básica deve ser pensado, de modo a atender os anseios de grupos cada vez mais exigentes e modificados pelas transformações contemporâneas, estudantes que chegam à escola moldados pelas várias mudanças ocorridas nos diversos meios sociais, culturais, econômicos e tecnológicos de seu cotidiano. Hoje, mais do que nunca, o trabalho do professor não consiste simplesmente em transmitir informações, mas, criar e recriar conhecimento com os alunos em uma perspectiva do exercício ativo de participação social. Ainda segundo Schmidt “Ensinar História passa a ser, então, dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir a História” (SCHMIDT, 2010, p.118).

Segundo Vygotsky (2001) aprender é um processo social e histórico, mas, ao mesmo tempo individual em que cada ser tem seus próprios métodos e conforme recebem as informações desenvolvem mecanismos internos para sintetizá-los. Para o ser humano, a aprendizagem funciona como processo evolutivo e o indivíduo sente-se mais capaz à medida que pode interagir, possa produzir, onde sua opinião também possa ser compartilhada e seus questionamentos considerados.

É preciso criar uma ligação identitária que ajude os estudantes a perceberem um sentido em nossa disciplina, despertar um senso de inquietação, dos acontecimentos históricos com as suas práticas de vida. Silva, David e Mantovani (2015, p.394) mostram que o desafio no ensino da história atualmente, sugere também trazer para o ambiente escolar outros espaços de procura desse saber, e isto envolve também “aqueles espaços próprios da categoria digital que se relacionam com as novas possibilidades de produção, apropriação e transmissão do saber histórico”.

A escola deve ser, portanto, um espaço de diálogo com o digital, que favoreça a participação e desenvolvimento dos estudantes junto aos professores, através da ampliação das vozes e expressões desses sujeitos na instituição e fora dela. Os professores que buscam deixar suas aulas mais interativas, contextualizadas e com um certo foco no estudante estão recorrendo a ferramentas digitais com esse propósito. As reformas educacionais em curso, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dão ênfase à intermediação das novas tecnologias nos sistemas de ensino. Essas novas tecnologias, quando utilizadas de forma adequada pelos professores, tornam-se ferramentas que ajudam a desenvolver aulas mais dinâmicas, criando no aluno uma percepção deles como sujeitos históricos e contribuindo inclusive para elevar sua autoestima através do compartilhamento de seus conhecimentos e da divulgação de suas ideias.

O historiador, bem como, o professor de história, deve fazer uso das novas tecnologias de informação para promover debates e reflexões no seu campo, colocando em evidência suas produções, expandindo o conhecimento e desenvolvendo a “literacia histórica”.

Hoje, de uma forma ou de outra, os estudantes ou público em geral, que faça uma busca simples na *web*, que assista programas televisivos ou filmes, que jogue *videogame*, que ouça músicas ou programas de rádio, entre outros, se depara com muitos aspectos referentes aos campos da história. Esbarra com uma variedade de informação muitas vezes desprovido de certo rigor metodológico. Dadas às circunstâncias das transformações na cultura digital, que nem sempre servirá para um apanhado crítico dos processos históricos, pois em muitos casos é realizado por terceiros, sem que os mesmos sejam ou tenham auxílio de um profissional que lida

com o tempo histórico e apresente habilidades para tal tarefa. Sobre a relação entre informação e conhecimento, Martínez (2004) destaca que:

O acesso a grande quantidade de informação não assegura a possibilidade de transformá-la em conhecimento. O conhecimento não viaja pela internet. Construí-lo é uma tarefa complexa, para a qual não basta criar condições de acesso à informação. Hoje, para poder extrair informação útil do crescente oceano de dados acessível na Internet, exige-se um conhecimento básico do tema investigado, assim como estratégias e referências que permitam identificar quais as fontes são confiáveis. Por outro lado, não devemos esquecer que, para transformar a informação em conhecimento, exige-se – mais que qualquer outra coisa – pensamento lógico, raciocínio e juízo crítico (MARTÍNEZ, 2004, p. 96-97).

Com o advento da tecnologia computacional, principalmente através das muitas possibilidades trazidas pela *internet* e pela *web*, que facilitam tanto na busca por determinados conteúdos quanto na produção destes, é necessária certa cautela. É preciso mostrar, principalmente aos estudantes, que nem tudo o que é produzido e divulgado pode ser confiável, e necessitam ser questionados e também apurados. Quando se fala em conhecimento histórico e usos do passado, esse cuidado com as fontes de pesquisas proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação, redobra, carecendo uma maior atenção.

Enquanto as tecnologias digitais podem auxiliar no processo de expansão da informação, do conhecimento histórico e ajudar no ensino da disciplina, pode também abrir espaços para tantas narrativas colocadas em xeque, sobretudo pela opinião pública advindas desses meios. É importante frisar que a atual conjuntura de difusão de informações, muitas vezes de cunho historiográfico, não passa pela chancela dos antigos mediadores da produção e difusão do conhecimento, como universidades ou sistema escolar, dificultando o debate epistemológico e científico, bem como a troca de argumentos.

Vemos no tempo presente, que as narrativas e “apropriações” do tempo histórico através do fenômeno da cultura digital, tenta atingir um público cada vez maior, sendo essas narrativas do passado no espaço público, produzida não somente por historiadores, mas também por profissionais de outras áreas, pessoas não especializadas, que se aproveitam do alcance, das possibilidades e de seu acesso através das novas mídias.

Para Meneses e Melo (2017) com a expansão da *internet* nos últimos anos houve grandes mudanças nas relações sociais, a comunicação digital pode transformar práticas, principalmente por sua capacidade de ampliar vozes e expressões dos sujeitos que se envolvem diretamente no processo, já que existem milhões de usuários que estão na produção de conteúdo que manipulam essas diferentes linguagens no universo virtual:

Tais mudanças avançaram velozmente para vários campos do conhecimento que, atualmente, se veem desafiados a uma reordenação de seus objetos, problemas e temáticas. A partir do ciberespaço, novas qualidades cognitivas são agenciadas, posto que se colocou como imperativa a necessidade de construção de distintas formas de aprendizado e produção de conhecimento (MENESES; MELO, 2017, p.156).

Em relação ao ensino de história, cabe ao professor nutrir com os estudantes, diálogos que direcionem suas pesquisas e produções, para que assim, tenham postura crítica diante do que lhes é apresentado, principalmente em relação com o trato das narrativas históricas.

O historiador e professor de história pode ser decisivo nesses direcionamentos e encaminhamentos para uma história mais responsável, já que é preciso levar em conta uma perspectiva ética e, ao mesmo tempo, não é possível silenciar diante desse novo lugar social.

Considerações Finais

A principal função do professor e um de seus maiores desafios, é contribuir com a aprendizagem significativa dos estudantes. No entanto, ainda encontramos muitas dificuldades no processo de ensino, já que existem várias situações que afetam o desenvolvimento das aulas, e assim a aprendizagem dos estudantes. No cenário atual, tem ganhado destaque as transformações ocasionadas pelos recursos tecnológicos que promoveram mudanças significativas no cotidiano, influenciando as atividades humanas e as formas de adquirir informações, que de todo modo reverbera também no contexto escolar.

É preciso salientar que o uso assertivo das tecnologias de comunicação digital pelo professor de história, cria ainda oportunidade para que o mesmo, saia do isolamento da sala de aula e enriqueça nosso campo, trocando sugestões, manifestando suas ideias, aprendizados teóricos e práticos e permitindo a ampliação das redes de divulgação do conhecimento histórico, inclusive junto de seus alunos. Assim, oferecendo outras possibilidades de leituras em que estudantes podem pesquisar, aprender e divulgar.

Portanto, estudar os usos das TICs no ensino de história, seus campos de atuação como a sala de aula e outros ambientes, analisando e utilizando recursos digitais, pode contribuir e preencher algumas lacunas ainda presentes nesse campo de produção de conhecimento, bem como, atender as demandas de uma sociedade caracterizada no nosso tempo, por sua cultura digital.

Esta pesquisa é importante, pois diante outros, possibilita um embasamento teórico e prático que auxiliamos com nossa experiência e metodologia educacional, assim como uma possibilidade de quebrar algumas barreiras e paradigmas entre o espaço escolar e outros campos de saberes, criados a partir das múltiplas conexões e iniciativas, dentre outros, da educação histórica, da história digital e da história pública.

Referências Bibliográficas

CABRINI, Conceição (org.). *Ensino de história: revisão urgente*. Ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2000.

CASSEMIRO, Renato. *A Importância das Mídias no Ensino de História*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. 2016. Anais [...] São Carlos, 2016. p. Disponível em: <http://www.siedenped2016.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2016/article/view/1746/741>. Acesso em: 12 jan. 2021.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERRI, Luis Fernando. *A Formação de professores de História no Brasil: antecedentes e panorama atual*. história, histórias. Brasília, vol. 1, n. 2, 2013. ISSN 2318-1729.

CRUZ, Marília Beatriz Azevedo. *O ensino de história no contexto das transformações paradigmáticas da história e da educação*. In: Sonia M. Leite Nikitiuk (org.). *Repensando o ensino de história*. 5 ed., São Paulo, Cortez, 2004, pp.67-76.

- FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *História Pública e Ensino de História: um olhar sobre o filme no livro didático*. Revista Observatório, Palmas, v. 3, n. 2, p.136-171, abr./jun. 2017.
- FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- FREIBERGER, R. M., & BERBEL, N. A. N. *A importância da pesquisa como princípio educativo na atuação pedagógica de professores de educação infantil e ensino fundamental*. Cadernos de Educação, 37, 207-245.2010.
- KENSKI, V. M. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. 4.ed. São Paulo: Papirus. 2006.
- LEE, Peter. *Literacia histórica e história transformativa*. Educar em Revista. Curitiba, n.60, abr/jun 2016.
- LEITE, Lígia Silva. (Coord.). *Tecnologia educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula*. Colaboração de Cláudia Lopes Pocho, Márcia de Medeiros Aguiar, Marisa Narcizo Sampaio. 8. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MARTÍNEZ, J. H. G. *Novas tecnologias e o desafio da educação*. In: TEDESCO, J.C. (Org.). *Educação e novas tecnologias: esperança ou incertezas*. São Paulo: Cortez; Buenos Ayres: Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación; Brasília: UNESCO, 2004. p. 95-119.
- MENESES, Sônia; MELO, Egberto. *A Babel do Tempo Regimes de Historicidade e a história ensinada no universo virtual*. LINHAS (FLORIANÓPOLIS. ONLINE), v. 18, p. 154-178, 2017.
- PRENSKY, Marc. *Digital natives, digital immigrants*. On the Horizon. NBC University Press, v. 9, n. 5, oct. 2001.
- SCHMIDT, M. A. *A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula*. In: BITTENCOURT, C. *O saber histórico na sala de aula*. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- SILVA, H. M. G. D.; DAVID, C. M.; MANTOVANI, A. *A tecnologia como aliada no ensino de História e a sua adesão nas escolas de educação básica*. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, São Paulo, Araraquara, v. 10, n.2, abr./jun. 2015.
- SOUZA, P.A.L. *Uma Ferramenta Computacional para Internet: Auxílio às Disciplinas Geografia e Meio Ambiente no Ensino Médio*. 2003. Monografia (Especialização em Informática Empresarial) Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista. Guaratinguetá. p. 1-53.
- VIDAL, E.M.; MAIA, J. E.B. *Introdução a EaD e Informática Básica – 2. ed*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 136p.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Psicologia e pedagogia).

PERSPECTIVAS PRÉVIAS DO GOLPE DE 1964: NARRATIVAS COMPARADAS DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO

Jordã Castro Bork²⁶⁹

Resumo: O período que compreende o regime militar do Brasil, entre 1964 e 1985, é um assunto que ainda hoje reverbera, principalmente nos meios acadêmicos. Nesse sentido, buscou-se realizar uma análise comparada entre três obras de diferentes autores escritas em tempos distintos. Por meio destes três livros, através de um estudo comparado entre as narrativas histórico-historiográficas, estabeleceu-se a análise, a fim de rever como a temporalidade auxilia na construção, bem como os reflexos dessas obras na discussão historiográfica para compreender a forma que diferentes narrativas buscam rememorar um mesmo acontecimento.

Palavras-chave: Comparação. Regime militar. Historiografia.

Introdução

O presente artigo tem por intuito comparar livros acerca de assuntos histórico-políticos que geram polêmica e ainda embates de memória. Este período histórico, que não deixa de ser um momento da história do nosso país que ainda causa muito debates intensos, demonstra um confronto de memórias que reverberam o tempo presente e que ainda não está pacificado tanto na sociedade quanto na historiografia.

Para isso, escolhi três livros que deram embasamento teórico para este trabalho, onde busco fazer um estudo comparativo entre as perspectivas escritas pelos autores referentes ao processo antecedente ao golpe de abril de 1964. O primeiro livro escolhido foi *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*²⁷⁰ de Jorge Ferreira²⁷¹ e Ângela de Castro Gomes²⁷². Neste livro os autores preocupam-se em narrar os fatos ocorridos antes do dia 31 de março de 1964, basicamente eles analisam o período que antecedeu, discorrendo sobre os acontecimentos desde 1960 e com a renúncia de Jânio Quadros. A grande preocupação dos autores é trazer manchetes da imprensa da época, pois o intuito é firmar as bases do livro em dados e fontes dos jornais, isso representa o que, na época, se falava a respeito. O segundo livro foi *Combate nas Trevas*²⁷³ de Jacob Gorender²⁷⁴. Este, um clássico da literatura

²⁶⁹ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas (2020).

²⁷⁰ 1ª edição por Civilização Brasileira, publicado em 2014.

²⁷¹ Possui graduação (1982) e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1989) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1996). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal Fluminense

²⁷² Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1969), mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (1978) e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (1987). É professora titular aposentada de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense e é Professora Emérita do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, onde trabalhou de 1976 a 2013

²⁷³ Editora Ática, publicado em 1987.

²⁷⁴ Jacob Gorender escreveu livros como de "O escravismo colonial" e "Combate nas trevas", sobre a resistência ao golpe militar. Ele também trabalhou como jornalista. Foi membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e em 1968, com o início da ditadura militar, participou da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Segundo a Fundação Perseu Abramo, foi reconhecido com o título de

histórica sobre o período militar. Como o próprio nome já diz, Gorender retrata o período, durante todo o livro, com um olhar de peso sobre o passado. Ele, que foi membro atuante de movimentos de resistência e um grande estudioso da área, retrata o assunto com uma perspectiva ideológica marcante e apresentando a todo momento o olhar dos grupos e que eles tiveram acerca do regime. E o terceiro, *O golpe de 1964: O que os livros de história não te contaram*²⁷⁵ de Itamar Silveira²⁷⁶ e Suellem Carvalho²⁷⁷, busca fazer uma análise revisionista ou até mesmo de negação sobre o período militar. Escrito muitos anos depois do fato histórico, ambos autores buscam fazer um novo estudo, crítico, apontando pontos que, segundo eles, autores, imprensa e setores da sociedade usaram para denegrir o período.

Análise comparada dos acontecimentos anteriores ao golpe

O livro de Ferreira e Gomes trata absolutamente do período pré-golpe. Eles começam a descrever, mais precisamente, no período do governo de Jango e todos percalços ocorridos a partir de então. Cabe destacar que este livro foi escrito no ano de 2014, quando se completava 50 anos do golpe militar, e assim destaco a forma como escrevem o texto, sempre buscando uma aparência de verdade, onde trazem fontes de jornais para justificar o que apresentam, principalmente quando citam a participação da mídia e dos agentes sociais neste processo. Ainda sobre isso, eles destacam muito essa participação, “O apoio de diversos setores da população das grandes capitais do país ao golpe que derrubou Jango da presidência da República foi grandioso e está documentado; e não apenas em periódicos “. (GOMES; FERREIRA, 2014, p. 11). Eles chegam a mencionar que foram atores principais nesta trama que se estabeleceu ao decorrer dos anos desde as alterações de processos no sistema político do país com a retomada da democracia aproximadamente 20 anos depois. Outro ponto destacável é essa mesma democracia, que os autores consideram frágil e falha no seu decorrer, pois qualquer problema político que surgia sempre era tentado ou, surgia hipótese, de um golpe como forma de resolução. Ou seja, a república com menos de 100 anos já sofria ataques e os atores não a entendiam como forma de debate do diferente, sempre cogitava-se uma alternativa além da democracia. Como mencionam, Jango não era bem querido pelos setores conservadores, nem da sociedade nem da política, e com a renúncia de Jânio à presidência²⁷⁸, o clima de tensões que se instaurou foi ainda mais grave.

É interessante perceber como os outros autores dos livros usados como tema desta pesquisa tratam este acontecimento, comparado ao 1964 de Gomes e Ferreira. Gorender cita que, posterior ao momento populista que passou-se e

Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e passou a atuar como professor visitante no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP).

²⁷⁵ Editado por Peixoto Neto, publicado em 2016.

²⁷⁶ Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (1989) e mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (1997). Atualmente é professor assistente do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Professor na área de História Econômica, História Contemporânea e História da África.

²⁷⁷ Possui graduação em História (2006), pós-graduada em História Econômica (Área de concentração: História e Contemporaneidade) (2008) e Mestre em História (Área de concentração: Política, movimentos populacionais e sociais) pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (2009). Professora Assistente da Universidade Estadual de Maringá (DHI). Atualmente ministra as disciplinas de História Moderna e História Contemporânea.

²⁷⁸ De acordo com a Constituição de 1946, nas eleições era possível votar no candidato à presidente de uma chapa e no candidato à vice-presidência de outra chapa. Resultado: na eleição presidencial de 1960, Jânio Quadros (coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL) venceu o general Lott (PTB), mas para vice venceu João Goulart (da chapa de Lott).

oriundo do trabalhismo, os comunistas crescem com muita força no cenário político nacional. Relacionado com os movimentos dos sindicatos e as lutas por direitos que surgem agora como temas de debates, os comunistas, principalmente nas figuras de Prestes, do PCB e dele próprio, como atuante deste período, realizam palestras e congressos por todo país disseminando a ideia da ideologia comunista e relacionando-a com o momento que cresce e ganha força ainda mais, como ele próprio afirma:

[...] os comunistas restabeleceram suas ligações com a massa operária e puderam assumir funções de liderança no ascendente movimento grevista [...]. A ampliação dos laços dos comunistas com a massa operária produziu mais um resultado desafiador da linha política. Na prática cotidiana, os comunistas firmavam contactos e alianças com os operários de tendência reformista, principalmente os getulistas adeptos do PTB. (GORENDER, 1987 p. 23).

Gorender discorre no seu livro acerca deste ponto, onde é possível ver similaridades com o livro anterior, como é destacado a participação popular. Aqui, o que é passível de análise é uma ascendente manifestação e busca por direitos, ou seja, movimentos sociais e de trabalhadores que crescem e que trazem consigo, em alguns casos interligados em outros não, grupos políticos-ideológicos para todo o cenário nacional, e se inicia mais um longo período de crise política já arraigada nas crises anteriores, fazendo com que o país estivesse à beira de um caos completo. É digno de nota que, como afirmado anteriormente, este livro foi escrito no fim da década de 80, ou seja, logo após o período de redemocratização, onde posso ver que Gorender escreve com uma liberdade, e parte da ideia que ele sim, foi membro atuante deste processo, e não só isso, mas levanta dados e informações que resulta em hipóteses de um outro possível desfecho para esse momento da história do país.

Já a respeito do livro de Silveira e Carvalho, se constroi uma hipótese justificativa próxima as anteriores. Eles escrevem o que Gomes e Ferreira apresentam com suas fontes, ou seja, ampla participação da imprensa no processo de divulgação e de implementação do golpe. Não somente isso, eles afirmam que grande massa da população estava apoiando o processo, e estes foram os principais atores desta trama, pois, segundo os autores, foi a população que desejava uma alternativa aquela que estava disposta, queriam uma atitude das forças armadas como a defensora da pátria contra os avanços comunistas, como eles afirmam neste trecho:

Na verdade, mais do que apoiar, a imprensa refletia o clamor das ruas, conclamava os militares a reagir diante da crescente ofensiva dos grupos comunistas. Mas, ao apoiar a ação dos militares, a imprensa se mostrava sintonizada com que o povo brasileiro, em sua grande maioria, almejava. (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 14).

Aqui, eles afirmam que grupos da sociedade brasileira, considerados como parcela significativa, tinham medo dos comunistas que cresciam fortemente através de discursos e acontecimentos ocorridos no país, principalmente no ano que antecede o golpe:

Quando nos debruçamos no período que antecede o golpe militar, vemos uma parcela gigantesca da população brasileira se manifestando contra a ameaça comunista. Várias entidades conservadoras começaram a se organizar, objetivando arregimentar os movimentos sociais de direita para criar as bases de uma oposição que pudesse conter o avanço dos comunistas no Brasil. Isso é apenas um fato histórico. (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 14).

O que os autores querem fixar é que, apesar de os militares terem sido os precursores do momento histórico do golpe, foi a população que almejava aquilo. Eles se organizaram através de passeatas, manifestações como a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, União Cívica Feminina, etc²⁷⁹. e que a imprensa, apesar deles afirmarem também estarem de acordo com aquele episódio, representavam em seus recortes jornalísticos apenas os anseios da população. Chegam a citar que parcelas gigantescas da população desejavam que algo acontecesse para barrar o chamado avanço comunista, que significaria um enorme desastre, segundo os autores:

A população brasileira, em sua grande maioria, apoiava a ação dos militares porque estava com medo do comunismo; porque sabia que, se esse regime fosse estabelecido no país, os valores democráticos seriam solapados; que as bases morais da família tradicional estariam em perigo, que as liberdades individuais seriam abolidas; que um governo autoritário e violento produziria uma carnificina. Bastava olhar para o mundo e ver o que estava acontecendo na União Soviética, na China ou em Cuba, por exemplo. (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 15).

Assim, vejo singularidades nas ocasiões antecedentes ao golpe militar descritas, entre o livro de Jorge Ferreira e Gomes, e a obra de Silveira e Carvalho acerca das motivações de muitos processos que vieram a ocorrer depois.

Este livro foi escrito no ano de 2016, onde estava acirrado o clima político do Brasil, 2 anos após a reeleição da presidente Dilma Rousseff (ex-guerrilheira no período do regime militar), e posterior a famosa Comissão da Verdade, criada para apurar crimes cometidos durante o período da ditadura militar. Portanto, o que cabe destacar é uma alta carga de crítica, principalmente pelo que o autor afirma ser uma pressão ideológica contra os militares, como cita ainda hoje: “No meio acadêmico e na mídia, responsabilizar a ditadura militar por todos os males brasileiros é algo que dá muito prestígio.” (SILVEIRA, CARVALHO, 2016, p. 10). Somado a uma crise política que pedia a cassação do mandato da então presidente, no período em que estava sendo publicado, percebe-se um forte indício de reafirmar a sociedade no processo causador do regime militar, podendo também, fazer a mesma relação para o momento presente em que o livro foi escrito.

Acontecimentos responsáveis pelo golpe

Este é um tópico no qual cabe perceber uma abrupta diferença entre os autores. Cada um dos livros estudados e postos sob comparação, apresenta de modo distinto o discurso dos ocorridos e como se deu o processo de ruptura com a democracia e a implantação do regime militar, diferente do tema visto anteriormente. Já fora apresentado como eles vêm e destacam os personagens inseridos nos momentos antecedentes a este momento, mas agora o que pretendo discutir é de que forma responsabilizam, ou melhor, categorizam os fatos ocorridos no período pré-golpe.

Principalmente Gomes e Ferreira, que escrevem seu livro somente neste período anterior ao golpe, destacam diversos aspectos que culminaram no golpe militar de 1º de abril. Entre alguns, citam a governabilidade de Jango como a peça-chave para este quebra-cabeça de crises. Os autores já descreviam que, somado a uma crise econômica que vinha instalada no país de tal modo que crescia cada vez mais, com plano mal elaborados e frustrados, como o Plano Trienal, a instabilidade só favorecia a tensão permanente:

²⁷⁹ Manifestação pública e grupos conservadores, antipopulistas e anticomunistas contrários às reformas de base propostas pelo então presidente da República, João Goulart (1961-1964)

Todos queriam a queda da inflação, mas ninguém queria arcar com os custos para se alcançar esse objetivo. O Plano Trienal, além de um plano econômico, era uma proposta de pacto social. Nesse quesito, mostrou-se muito frágil. (GOMES; FERREIRA, 2014, p. 97).

Havia tensões políticas nacionais e internacionais. O plano de que se necessitava de uma reforma agrária acaba sendo aceito por quase todos os lados ideológicos, o que variava era a forma de implementação, causando debates, e Jango não enviou nenhum, descontentando tanto a oposição quanto aliados. Para além da crise econômica, há a crise no parlamentarismo instituído. Chegando a haver um embate em que as esquerdas, lideradas por Brizola²⁸⁰, cogitam um golpe com o exército para dar a Jango poderes presidenciais, deixando a direita nervosa, crescendo inclusive a hipótese de fazer um plebiscito para retomar o presidencialismo²⁸¹, o que ocorre de fato.

Devido a pressões populares, Jango não implementa seu plano econômico, perdendo credibilidade internacional e aumentando mais a crise econômica, somado aos conspiradores por de trás e os extremistas visando as eleições do ano seguinte. Surge novamente a proposta da ideia de reforma agrária, mas Jango não consegue aprovar a reforma por brigas políticas e falta de articulação, passando a buscar alianças a ala mais radical da esquerda para aprovar a reforma que era a sua última “carta na manga”. A rebelião de sargentos faz com que crescesse os conspiradores da extrema-direita e o presidente pede estado de sítio, mas não é aprovado no congresso e acaba isolado dos dois lados, entre conspiradores e esquerda radical, que tinha consigo um crescente radicalismo liderado por Brizola, visando as eleições de 1965:

Provavelmente, o presidente sentia que suas opções estavam se estreitando. Pelo menos essa era uma interpretação que as esquerdas alimentavam, pois desejavam que Jango desse uma guinada à esquerda, fortalecendo seus próprios projetos de poder. (GOMES; FERREIRA, 2014, p. 174).

Jango volta-se a Brizola novamente, toma medidas voltadas à extrema-esquerda como desapropriação de terras costeiras as marginais e desagrada à direita. Assim, escolhe a opção mais extremista de governo e faz aliança, contrariando San Tiago²⁸², era uma época de extremos e polarização política, e o isolamento de Jango com a esquerda radical com o discurso da Central do Brasil prediz o golpe.

Climas exaltados no comício da Central do Brasil, discursos eufóricos e empolgantes, deixaram ainda mais nervosos os conspiradores de uma ameaça comunista. Os autores dizem que no discurso, a direita levava a bandeira da democracia enquanto a esquerda estava partindo para o radicalismo. Contudo, segundo pesquisas indicadas no livro, a maioria do povo estava no centro desse embate, que estava se acirrando verdadeiramente entre as elites políticas, cada vez mais, manifestando-se na população com o decorrer do tempo, inflando-se nos movimentos que se constituíam. Assim, crescem as manifestações contrárias as

²⁸⁰ Leonel de Moura Brizola era cunhado de João Goulart e foi governador do Rio Grande do Sul no mesmo período em que Jânio renunciou à presidência. Participou da Campanha da Legalidade para assegurar a posse de Goulart que estava em viagem à China e também tentou promover uma resistência ao golpe. Contudo, perdeu seus direitos políticos e teve de se exilar no Uruguai.

²⁸¹ Na tentativa de limitar as atribuições de Goulart, que viria a assumir no lugar de Jânio, houve a alteração feita às pressas em 09/1961 na Constituição de 1946, que deixou de ser presidencialista para se tornar parlamentarista.

²⁸² San Tiago Dantas foi um jornalista, advogado, professor e político brasileiro. Ficou amplamente conhecido por sua atuação como chanceler e ministro da Fazenda do governo de João Goulart (1961-1964).

tentativas de implementação de Jango de suas reformas e o medo do comunismo. Os conspiradores já estão “armados” contra o seu governo, principalmente após o discurso da Central do Brasil.

Não é casual, por conseguinte, que a aproximação entre o presidente e as esquerdas fosse uma ótima oportunidade para que as oposições de direita levantassem a hipótese de que ele planejava dar um golpe de Estado. Ou seja, quanto mais Goulart se aproximava das esquerdas, maiores eram os boatos de que ele preparava um golpe para se tornar um ditador. Em decorrência, ficavam mais fortes as forças radicais de direita que advogavam o que seria sua deposição, em defesa da legalidade. Havia indícios para tanto. Em dezembro de 1963, Jango restabeleceu seu diálogo com Brizola. Recebeu-o na Granja do Torto e abriu conversações sobre a participação das esquerdas no ministério. Como primeira iniciativa, nomeou o almirante Cândido Aragão, militar ligado ao grupo do ex-governador do Rio Grande do Sul, para o comando do Corpo de Fuzileiros Navais. A resistência, na Marinha de Guerra, a essa nomeação foi grande. Aragão era conhecido exatamente por suas articulações políticas, inclusive com os sargentos e suboficiais. Por isso, a partir daí, passou a ser chamado, pela militância de esquerda, de “almirante do povo”. Ainda no mesmo mês, Jango abriu debates sobre a participação de representantes da Frente de Mobilização Popular e da Frente Parlamentar Nacionalista no governo. (GOMES; FERREIRA, 2014, p. 174).

A crise militar dos subalternos, os sargentos, foi o ápice da crise política do governo de Jango. Antes já havia tido uma insubordinação de sargentos apoiada por ele, e nessa, não fez nada para alterar a situação, ainda que pudesse ou escolhesse não fazer, juntamente com seu discurso no Automóvel Clube mal recebido nos quartéis, foram como estopim para o golpe.

Quando analisa-se os livros considerados mais “extremos” em sua abordagem, pode-se dizer assim, ou seja, que partiram desde o início em defender suas teses com pouco interesse em construção historiográfica, consegue-se perceber a tendenciosidade na escrita com que abrangem o ocorrido. O livro de Gorender começa falando de alguns pontos semelhantes os quais os autores anteriores igualmente destacam no que diz respeito aos acontecimentos. Contudo, como um autor marxista, ele pesa muito sua escrita falando sobre o que ele chama ser os burgueses, os quais foram muito responsáveis e planejavam o que ocorreu, segundo ele. O autor fala todo tempo da participação efetiva das forças armadas, obviamente, mas também do que ele chama de “pequena burguesia”, movimentos conservadores contrários às reformas que estavam a surgir, inclusive propostos pelo governo federal. Jango perde força dos aliados conservadores e se vê apenas com opção de se aliar aos esquerdistas, tendo por pauta, agora, somente as reformas de base como chance ainda de se manter no governo:

No dia 24 de março, segundo revelação ainda de Paulo Schiling, o Comando Nacional dos Grupos dos Onze, reunido sob a presidência de Brizola, com a presença de líderes dos sargentos e marinheiros nacionalistas, avaliou as possibilidades de enfrentamento de um golpe e considerou que tinha maior probabilidade o golpe vindo da parte de Jango do que da parte da direita. No caso da iniciativa janguista, decidiu-se que as forças de esquerda deveriam aproveitá-la para transformar o golpe em começo de revolução. (GORENDER, 1987, p. 62).

Gorender cita esta hipótese como algo importante no processo do golpe, pois, segundo ele, até então, Jango não se achava nesse jogo político nem em seu governo. Ora atraía os conservadores para perto, ora tentava atrair a esquerda, no centro de um momento que o autor chama ser muito tenso, uma “atmosfera explosiva”. Ou seja, causando um impacto ainda mais negativo frente a sociedade, o autor apresenta isto:

Se Jango não se definia, perdia tempo e se desgastava, os golpistas manobravam para jogar as camadas médias contra o movimento operário. Batiam na tecla dos supostos efeitos anárquicos inflacionários das numerosas greves. A indefinição de Jango impacientou os subalternos nacionalistas das Forças Armadas, propensos, por viés profissional, á ideia da solução pelas armas. (GORENDER, 1987, p. 57).

Era o mesmo que anteriormente foi descrito, proposto por Ferreira e Gomes. Este movimento dos militares subalternos causou alvoroço ainda maior no ambiente social e político brasileiro. Em seu livro, Gorender apresenta ser fruto da demora do presidente de escolher o seu lado neste embate, dando a impressão que já estava posto como seria, bastava escolher o lado numa proposta de ir ao confronto, seja com ideias, ou com armas, como planejavam as alas mais extremistas, inclusive que eram maioria no meio político. Entre esta turbulência vivida, o autor apresenta que do lado dos conservadores João Goulart já não mais conseguia se realocar, estava por demais caracterizado como de esquerda e ameaçador da ordem e da democracia, como Gorender afirma:

A esta altura, Jango percebeu que se esgotara seu crédito junto ás forças conservadoras, uma vez que se demonstrara incapaz de conter o descalabro financeiro e subjugar as forças de esquerda. Voltou-se então para o outro lado e se definiu por um rumo favorável ás reformas de base, na expectativa de desencadear grande movimento de massas que lhe garantisse um segundo mandato presidencial, apesar de expressamente proibido pela Constituição. A manobra e seu objetivo estavam bem dentro do estilo populista. (GORENDER, 1987, p. 58).

Portanto, percebe-se que, um conjunto de acontecimentos foram responsáveis, segundo o autor, para desencadear o que se tem por golpe militar. Bastante semelhante aos fatos com o livro anterior, Gorender mostra que Jango estava sem alternativa para sair da situação em que estava inserido politicamente. Inclusive, o autor aponta que “O incidente detonador do golpe veio a ser a assembleia dos marinheiros, como poderia ser algum outro, na atmosfera explosiva daqueles dias” (GORENDER, 1987, p. 63), ou seja, como dito anteriormente, a “bomba relógio” na democracia estava instalada, os extremistas já estavam postos e apenas o presidente que não se encontrava em algum lado. E ao tentar, já pelo final, fazer sua opção, acabou tendo as escolhas erradas, pois o autor indica que, quando os golpistas vieram atentar contra o governo, todos, inclusive Brizola, esperavam por uma atitude por parte dele, e o presidente escolhendo por melhor evitar um embate que causaria numa provável guerra civil, segundo ele, abandonou o cargo. Contudo, Gorender afirma que era possível reverter o quadro da tentativa de golpe do dia 1º de abril, se tomadas as medidas necessárias e rápidas contra os militares golpistas. Ele afirma que certamente seriam dispersados e contidos os revoltosos, além do mais, a operação americana que se difundia estar pronta para apoiar os golpistas, seria apenas em caso de uma guerra civil prolongada com suprimento de necessidades:

No dia 31 de março, a situação não era nada favorável aos golpistas do ponto de vista militar. [...] Houve a possibilidade de vencer, mas foi perdida. [...] Mais grave ainda é que foi perdida de maneira desmoralizante. (GORENDER, 1987, p. 67).

Jacob Gorender diz que, com a situação resolvida, a operação *Brother Sam* dos EUA foi desativada já no dia 3 de abril. O golpe direitista se definiu pela hegemonia da liderança nacionalista burguesa, segundo ele, e a esquerda, pelos erros consecutivos, insuficiências de organização e competição de chefias dos grupos,

sofreu a derrota oriunda de acontecimentos, completamente reversíveis, para Gorender.

Já por outro lado, é interessante ver como o livro de Silveira e Carvalho apresenta estes acontecimentos. Partindo do fato de que declaradamente eles se denominam conservadores e escrevem o livro nesta linha, os fatores ocorridos no período pré-golpe são estabelecidos por eles de modo que destaquem o medo de um suposto golpe comunista, no momento a partir do ano de 1961 que poderiam significar realmente uma afronta a democracia por parte da esquerda. Eles dizem que a ameaça era real. Congressos, falas e pronunciamentos de figuras envolvendo a esquerda demonstram clara intenção de desferir um golpe socialista e implementar uma ditadura do proletariado. Neste caso, eles fazem alusão principalmente a Brizola, ao PCB, as ligas camponesas, e em geral a esquerda como um todo, que, segundo eles, estavam numa crescente formação: “Durante o governo Goulart houve grande mobilização dos segmentos da esquerda, como os partidos políticos, confederações, movimentos sociais, sindicatos, etc.” (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 16).

Ainda a respeito disso, os autores salientam que o fato da educação receber uma parcela de carga doutrinária não deixou isso ser levado até os estudantes, que apenas vêem o golpe militar como intencional, ou seja, como no próprio nome do livro já consta a ideia. Eles acusam muito a educação como participante deste processo de levar os estudantes a terem uma aversão ao período de 1964-1985, simbolizando uma carga ideológica nos conteúdos abordados fazendo com que essa outra abordagem, trazida por esses dois autores, ficassem em oculto: “No período que antecede o golpe de 1964, a mentalidade revolucionária já estava presente na educação nacional. As instituições de ensino foram usadas para espalhar as ideias marxistas.” (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 18). Ainda destacam que Jango era sim comunista, suas falas, atitudes e ideias demonstravam intenções que conversavam com ideais comunistas e fidelistas da época, trazendo grande ameaça à democracia do país e a ordem institucional:

O flerte de João Goulart com o comunismo já era conhecido: no momento em que ocorreu a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, ele estava em visita à China comunista (pela qual não escondia sua simpatia) (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 19 - 20).

O autor até traz para o debate dados de um jornalista, Samuel Wainer, de um suposto plano já articulado de Jango para implementação de um golpe, já com tudo destacado para ocorrer em março de 1964, como demonstra detalhadamente:

Segundo o jornalista Samuel Wainer, o plano de João Goulart para dar o golpe no país se articulava da seguinte forma: 1) o presidente enviaria uma mensagem ao Congresso, pedindo a decretação de um plebiscito para reformas na Constituição, apoiado por intensa campanha nacional; em face da provável negativa do Congresso, este seria dissolvido e as reformas de base, implantadas imediatamente; 2) caso esse esquema falhasse, o presidente ameaçaria renunciar justificando tal decisão pela impossibilidade de atender aos anseios populares; 3) no comício previsto para 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, Jango anunciaria à nação a assinatura de decretos de conteúdo popular, tais como a desapropriação das terras ao longo das rodovias e ferrovias, a encampação das refinarias particulares e outras medidas contra a inflação e o custo de vida; ao comício do dia 13, seguir-se-iam outros a serem realizados em importantes cidades do país, onde Jango anunciaria novos decretos com forte apelo populista; 4) com o apoio e o clamor do povo, Jango estaria, ao final do processo, com força suficiente para fazer o que bem entendesse. Esse plano de Jango começaria

a ser executado no mês de março de 1964. (SILVEIRA, CARVALHO, 2016, p. 20).

De fato, o autor aponta mais a seguir que sim, houve o comício do dia 13 e nele esteve presente milhares de pessoas, e o presidente anunciara que sim, tinha decretos de grande impacto popular a serem promovidos, dentre eles algumas reformas e nacionalização de empresas. Ainda mais motivado pela marcha dos 100 mil, seguida pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida dias depois do comício e que apontava essa ameaça comunista no país.

Os autores apresentam que nos anos que precederam o golpe de 1964, havia fortes conspirações de cunho comunista, e estas, eram seguidamente propagadas e divulgadas. Segundo os autores, o próprio *Estado de S. Paulo* divulgou um complô que tinha por objetivo derrubar as instituições e implantar um regime ou uma ditadura do proletariado no país, e este, seria encabeçado por ninguém mais ninguém menos que João Goulart. O fato é que, as denúncias nunca foram completamente confirmadas, mas o noticiário não parava de publicar coisas acerca, e o conjunto destes acontecimentos começou a mobilizar as pessoas, e principalmente fazer com que elas adquirissem um medo constante do que o governo Goulart poderia representar, não só momentaneamente como também num futuro bem próximo. E esses episódios foram se tornando mais graves com o passar dos meses até chegar nos casos das insubordinações nas forças armadas, representando um forte sinal de uma grave ameaça à democracia e que se agravou ainda mais pela situação a qual o presidente fez, ou melhor, deixou de fazer, no caso a completa indisposição do presidente a quebra de disciplina e hierarquia nos quartéis, algo considerado insustentável no meio militar. Sem sequer apresentar uma possível aplicação de multa ou penalizações, somado a isso, o seu discurso no Automóvel Clube, culminou pra que tudo ocorresse logo em seguida:

A gota d'água ocorreu mesmo no dia 27 de março, quando João Goulart deliberadamente manifestou apoio aos marinheiros que haviam se insubordinado no Rio de Janeiro. Dois dias depois deste episódio, em 29 de março de 1964, centenas de oficiais da Marinha reuniram-se no Clube Naval, contrariados com a quebra da disciplina e hierarquia pelos militares. Um manifesto ao povo brasileiro, assinado por mais de 1500 oficiais da Marinha, declarava que havia chegado a hora do Brasil se defender. O Exército proclamou solidariedade à Marinha. A imprensa aderiu. No Congresso Nacional, dezenas de parlamentares pronunciaram-se contra a indisciplina dentro das Forças armadas. (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 21).

A reação conservadora se articulava para se defender disto que lhes parecia uma grave ameaça, e posteriormente ao último discurso de Jango como presidente, como afirmam os autores:

Para os militares, não restava outra alternativa a não ser a deposição de João Goulart. Ao contrário do que os esquerdistas argumentam, se os militares não tivessem tirado Jango da presidência, naquele momento as chances de instauração de um regime comunista no Brasil eram muito altas. E não é mera especulação sem fundamento. Basta estudar história e analisar a conjuntura dos países que foram engolidos pelo comunismo. O modus operandi é sempre igual. (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 22).

Ou seja, os fatores ocorridos no pré-golpe dizem muito o porquê do ocorrido. Inclusive, os autores justificam tudo isso como se não restassem alternativa aos militares, e atendendo os anseios da população, proclamaram uma contrarrevolução no que os autores apresentam ser uma defesa da pátria contra o que eles justificam ser, equiparado aos países que aderiram uma revolução comunista, como uma completa “desgraça social e política”. De fato, dias depois, Jango caiu.

Conclusão

É necessário ressaltar que, ao basear as análises nas narrativas destes autores já citados, referentes às obras mais antagônicas, o que pretendeu-se levantar no ponto discutido, não é a seriedade ou capacidade dos livros em discorrer ou relatar determinado fato histórico. O intuito é, diante todo processo comparativo, salientar que, para uma análise historiográfica complexa com responsabilidade em remontar um tema, e neste caso, um tema tão polêmico, que ainda reverbera memórias nos nossos dias, é necessária uma busca mais ampla frente às fontes. Ou seja, cada livro aqui trazido como base para a produção deste trabalho, tem sua peculiaridade ideológica, temporal, teórica e metodológica, e isto certamente trará significados para os reflexos dos trabalhos.

Como foi possível perceber, quando abordaram acerca dos ocorridos anteriores ao golpe militar, as narrativas dos autores foram muito parecidas. Contudo, ao abordarem sobre os acontecimentos responsáveis por este episódio, o que demonstrou-se pertinente foram os interesses e/ou influências na escrita de cada obra. E o que este artigo buscou questionar é se estes fatores, que tornam por conduzir a escrita acadêmica, são responsáveis por diversos extremismos de abordagem terminando nos reflexos que se vê na sociedade.

É nesse sentido que reitero como o livro de Ferreira e Gomes contribui para a historiografia. Trazendo uma discussão histórica sobre o tema do golpe militar, eles minimizam o papel das discussões ideológicas ou fortemente marcadas por teorias somente. Também não negam todos acontecimentos gravados na história com inúmeras provas sobre os ocorridos, ou com o objetivo de “desmentir” tudo o que já foi levantado e historicamente averiguado como fato histórico. Diante de uma era marcada por fortes indícios de notícias falsas e desinformação, além de extremismos e senso comum, é importante que, principalmente historiadores, tenham compromisso com a escrita historiográfica. Os resultados obtidos advindos de uma consequência dessas abordagens como foi descrita, podem ser cruciais para um bom desenvolvimento das discussões histórico-historiográficas além de educacionais.

Referências

- BARROS, José D. **História Comparada – Um novo modo de ver e fazer a história** –. Revista de História Comparada v.1, nº1, p.1 – 20. jan. 2007.
- CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e os golpes dentro do golpe 1964-1969**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.
- . **A guerra das estrelas. (1964/1984). Os bastidores das sucessões presidenciais**. 3ª edição. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- COHEN, Ilka Stern. **Entre História e Política**. Revista de Sociologia e Política. nº 9. jul. – 1997.
- GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

SILVEIRA, Itamar Flávio da; CARVALHO, Suelen. **Golpe de 1964: O que os livros de história não contaram**. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2016.

LIDERANÇA FEMININA: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

José Ismaelton Pereira de Andrade 283

RESUMO: Este trabalho tem a finalidade precípua de apresentar como as mulheres vêm ocupando espaços e cargos de liderança no mercado de trabalho contemporâneo por intermédio do processo de empoderamento feminino. Inicia a abordagem com um breve resumo acerca da evolução histórica da inserção da mulher no mercado de trabalho, abordando o momento inicial que permeou a transição da mulher exclusivamente do lar, para a mulher também profissional, bem como as características sociais de ambas. Realiza-se uma abordagem acerca dos desafios enfrentados pela mulher no mercado de trabalho contemporâneo para ao fim demonstrar como o processo de empoderamento feminino possibilita a reafirmação da mulher profissional e a aceitação desta em posição de liderança.

Palavras-chave: Mulher. Liderança Feminina. Desigualdade. Mercado de Trabalho.

INTRODUÇÃO

A vida da mulher em sociedade é, inicialmente, marcada pelo silêncio e por uma posição de inferioridade perante os homens, mas é seguida de uma luta por condições de igualdade e constantes situações de discriminação de gênero, isto é materializado seja na esfera profissional, educacional, familiar, sexual ou qualquer outra que esta esteja inserida.

A história desfavoreceu o tratamento igualitário entre homens e mulheres, e isto também repercute na realidade das mulheres atualmente. Por muito tempo, desde os primórdios das civilizações, a organização dos Estados e da própria estrutura familiar estava firmada ao redor de uma figura masculina, ao patriarca era conferida a responsabilidade de gerir a família e os negócios, inclusive tomar as decisões pelos seus familiares, e a este era restrito todas as participações políticas. A função feminina estava adstrita ao cuidado dos filhos, da casa, do marido e a tarefa de reproduzir, esta não participava das decisões do núcleo familiar, tampouco poderia trabalhar, estudar ou exercer direitos políticos, todas essas ações só podiam ser empenhadas por homens.

Essas condições perduraram por muito tempo e há menos de dois séculos a mulher vem sendo inserida paulatinamente na economia, na política e na sociedade, em igualdade de proporções e direitos. Entretanto, a luta não acabou, é diária e constante, pois as desigualdades, a discriminação e o preconceito se fazem presente e, ainda que dispositivos normativos indiquem a equidade e igualdade entre homens e mulheres, a realidade social é contaminada pelos reflexos históricos e na prática estes direitos acabam por serem negados.

Assim, faz-se necessário entender a evolução histórica da mulher no mercado de trabalho à medida que fora conquistando o seu espaço através das demandas do mercado e em face da ausência dos homens por ocasião de guerras.

283 Licenciado em Ciências Sociais pela UERN e História pelo ISEED. Especialista em Planejamento Educacional pela ESAB; Ensino de Sociologia pela UCAM; e, Metodologias do Ensino de Filosofia, Sociologia e História pela UNIDOCTUM. Mestre em Ciências da Educação pela UGF.

Em seguida, pretende-se destacar a discriminação no mercado de trabalho evidenciada pelas desigualdades de gênero bem como alguns desafios enfrentados, exclusivamente, pelas mulheres no exercício da atividade laboral, que são constatados tanto no ambiente do trabalho, quanto na família e na sociedade.

Ao fim, demonstra-se como o processo de empoderamento feminino tem proporcionado às mulheres a ocupação de cargos de liderança, bem como a busca pela equiparação salarial e igualdades de oportunidades e condições conferidas aos homens que ocupam tal posição.

A EVOLUÇÃO DA HISTÓRIA DA MULHER NA CONQUISTA DE UM ESPAÇO FEMININO NO MERCADO DE TRABALHO

Até meados do século XIX, a mulher desempenhava na sociedade um papel exclusivamente doméstico e familiar. Esta tinha obrigações somente no que tange o cuidado com o lar, a criação dos filhos e a devoção ao marido, que substituíam a figura paterna e as funções que este detinha até o enlace matrimonial. O patriarca da família, por sua vez, deveria prover a subsistência dos seus, atuar política e civilmente na sociedade e era considerado como o dono da casa, dos bens, dos filhos e de sua esposa.

Essa relação de submissão diverge completamente da noção contemporânea de vida digna da mulher, entretanto, outrora, esta concepção não integrava os conceitos morais, muito menos os dispositivos normativos, assim, esta não tinha qualquer escolha acerca de sua própria vida. Maria Angela Carboni (2009, p. 12) afirma:

Portanto, a situação da mulher era de absoluta dependência ao pai, depois ao marido tornando inviável qualquer projeto de profissionalização feminina, sendo as atividades da mulher estritamente restritas ao âmbito doméstico. Mas, as que ficavam viúvas, ou as mais humildes, realizavam trabalhos como: confeitaria, artesanato, professoras de música entre outras atividades, para manter-se e sustentar os filhos e eram pouco valorizadas. Estas atividades executadas por elas não eram de grande opulência e eram mal vistas pela sociedade. Mesmo assim, algumas conseguiram vencer as barreiras do papel tradicional de ser apenas esposa, mãe e dona do lar.

Este era o panorama da mulher e aos poucos foi sendo modificado. Algumas mulheres com uma condição social e financeira superior poderiam aprender a ler, escrever e ensinar, enquanto que outras, por necessidade, procuravam um espaço no mercado de trabalho para sustentar a família, mas em ambas as situações, ainda que raras, e, independente do motivo que as levava ao exercício profissional, a mulher sofria preconceito e discriminação pelo círculo social no qual estava inserida.

A mulher acaba por ser incorporada ao mercado de trabalho efetivamente entre as décadas 20 e 70 do século XX, acompanhando os processos de industrialização e urbanização na sociedade e através da politização do movimento feminista que tinha incorporada às suas ideologias, a luta por espaço na sociedade, no trabalho, na família e na política.

Ressalta-se que um momento importante para a inserção da mulher na dinâmica de mercado ocorreu no período das duas Guerras Mundiais, quando os homens tiveram que ir às batalhas e as mulheres se viram obrigadas a assumir os negócios e cargos dos seus pais, irmãos e maridos, pois não apenas estes estavam ausentes, os pretensos funcionários também encontravam-se à disposição do

exército e de tal forma, os ambientes laborativos sofriam com a escassez de mão de obra masculina. Elisiana Renata Probst (2003, p.2) assim explica:

Isso começou de fato com as I e II Guerras Mundiais (1914 – 1918 e 1939 – 1945, respectivamente), quando os homens iam para as frentes de batalha e as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Mas a guerra acabou. E com ela a vida de muitos homens que lutaram pelo país. Alguns dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Foi nesse momento que as mulheres sentiram-se na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos.

A partir deste momento, os lares também passaram a mudar e se adaptar a nova rotina da dona de casa, que necessitava de mais tempo para os negócios dos homens e dedicava um tempo menor para suas obrigações domésticas, nesta época começou a aparecer novidades em eletrodomésticos que prometiam rapidez e demonstraram ser um meio de facilitar a vida das mulheres, além de se tratar de um produto especificamente voltado para o público feminino.

Concomitantemente, durante o processo de industrialização, a mão de obra feminina foi buscada e aproveitada em larga escala, pois os salários destas eram inferiores ao dos homens, reduzindo os custos. Ademais, a necessidade de aumentar a produção e o mercado de consumidores, contribuiu sobremaneira para que a mulher integrasse a classe de trabalhadores e tornasse-se alvo de produtos, como consumidoras e destinatária final, conforme fora demonstrado pelos eletrodomésticos que integraram o cenário familiar.

Assim, elas correspondiam a uma mão-de-obra barata, desqualificada que fazia a máquina girar, auxiliando, diretamente, na produção e no consumo, entretanto, em nenhum momento a sociedade incorporou a mulher ao mercado com o intuito de conferir a ela as mesmas condições e prerrogativas que seu marido ou pai detinham, bem como, estas não estavam preparadas para reivindicar a desigualdade e muito menos lutarem por melhores condições de trabalho e salário à época e circunstâncias do momento no qual foram inseridas. Neste diapasão, Maria Angela Carboni (2009, p. 20) corrobora que:

[...] foi no fim da segunda Guerra Mundial que mudou definitivamente o papel da mulher na sociedade, pois a indústria necessitava de mais mão-de-obra, de preferência barata para aumentar os lucros. O trabalho era imenso e os homens estavam sobrecarregados, neste momento a nação acompanhou otimista e esperançosa o desenvolvimento urbano e industrial, deixando um pouco de lado o preconceito entre os sexos diante dos avanços educacionais, industriais e profissionais.

Embora, o maior incentivo para elas incorporarem-se à força produtiva, tenha sido a própria necessidade do mercado, algumas foram levadas em razão do tempo livre, buscando uma ocupação e passatempo para complementar ou conseguir o sustento da família. Mas, com o tempo, a busca por uma ocupação foi transformando-se em uma busca de crescimento pessoal e profissional. Ainda assim, a mulher enfrentava, e ainda enfrenta, a vasta desvantagem ante a figura masculina, quer seja do pai, do marido, do irmão, do patrão e/ou do colega de

trabalho, que sempre estão em evidência, com condições de trabalho mais favoráveis, salários melhores, além do que, ainda há a preferência por homens na hora da contratação.

Ademais, o preconceito que antes era sofrido pelas mulheres, por “largarem” a casa e saírem em busca de emprego, ainda é sentido por aquelas que têm o projeto de vida profissional e/ou acadêmico como prioridades, deixando em segundo plano, ou postergando, a construção do seio familiar. Diante dessa nova postura feminina e, conjuntamente com o caráter social e histórico do não compartilhamento de deveres domésticos e na criação dos filhos, atualmente, muita culpa é atribuída à mulher por esta ter se afastado das suas “funções naturais”.

Apesar de tantas adversidades, houve avanços em alguns contextos, mas ainda estamos muito distante da situação ideal da mulher na sociedade. A luta incessante pela equidade de gênero é tarefa essencial não somente das mulheres, mas da sociedade em geral, para que todos vivam o ideal de liberdade, igualdade e justiça dentro da comunidade.

Um dos avanços dessa luta vem sendo evidenciado pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho, o que é reconhecido por esta pesquisa, bem como analisa-se resumidamente alguns fatores responsáveis por criar um ambiente favorável para muitas outras mudanças quanto à desigualdade de oportunidades ao gênero, principalmente no tocante ao caráter pedagógico que a reflexão do estudo proporciona.

A visão da autora Clara Araújo (2005, p. 19-20) retrata de forma intensa a questão da desigualdade da sociedade perante o trabalho feminino, afirmando assim que:

[...] o acesso das mulheres ao trabalho pago permanece condicionado pela *domesticidade* de suas relações, como se fosse uma dimensão *exterior* às suas vidas. Já o acesso dos homens continua naturalizado, considerado um imperativo e percebido a partir de suas trajetórias, possibilidades de ganhos e de realização pessoa dentro do mundo do trabalho. [...]O lugar do trabalho na vida privada dos indivíduos e em sua vida familiar tende a passar também pelas percepções sobre essas possibilidades. Feitas essas ponderações, cabe pensar, portanto, que para a mulheres, o significado da autonomia pode adquirir um duplo sentido: poder ter maior independência em relação ao parceiro ou ao pai ou a alguma figura que exerça essa autoridade em relações ainda marcadas por assimetria de poder e prevalência masculina; e também poder se sentir incluída, como consumidora, para si e para outros membros da família.

No discurso operário, as mulheres eram sempre vistas como futuras mães, companheiras e educadoras do lar e nunca como pertencentes inteiramente ao mundo operário, logo, suas especificações e peculiaridades não eram consideradas na estruturação do ambiente corporativo. Para Norberto Bobbio (1997, p. 43):

Toda superação dessa ou daquela discriminação é interpretada como uma etapa do progresso da civilização. Jamais como em nossa época foram postas em discussão as três fontes principais de desigualdade entre os homens: a raça (ou, de modo mais geral, a participação num grupo étnico ou nacional), o sexo e a classe social.

Apesar de toda dificuldade, observa-se que a mulher através de seu trabalho contribuiu de forma brilhante para o crescimento da sociedade. A superação da discriminação, segundo o autor, significa a civilização atingindo o progresso, isto

permeou o avanço tecnológico, científico, cultural, social, econômico e político ao longo dos anos por intermédio da busca das mulheres por igualdade e justiça, especialmente nos espaços públicos, como o ambiente laborativo e o concernente às decisões políticas e administrativa dos entes federativos.

AS DESIGUALDADES DO MERCADO DE TRABALHO E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES

A omissão estatal sobre relações de trabalho feminino perdurou por muito tempo, o que ocasionou diversas violações de direitos, uma vez que não havia norma que limitasse a jornada de trabalho, ou tutelasse igualdade entre homens e mulheres nas condições laborais, bem como a total insensibilidade quanto à maternidade e condições especiais entre a mãe e o filho como a amamentação e os cuidados, e tantos outros direitos dos quais após muitos anos foram reconhecidos.

Apesar dessa situação, historicamente a mulher foi crescendo no mercado de trabalho a partir da visão dos empregadores de sua própria desigualdade perante o trabalho dos homens.

Pesquisas realizadas durante décadas apontaram que grande parte das mulheres teve e tem maiores níveis de instrução, mas possuem formação acadêmica em áreas com menores salários e/ou ocupam empregos com remuneração menor. Ainda deve ser salientado e observado de que muitas vezes mulheres ocupam as mesmas funções que homens, mas recebem salários menores injustamente. Ao tratarmos sobre essa discriminação é válida a necessidade de ponderar sobre o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, devendo todos ser tratados de forma igualitária e não sofrer nenhum tipo de discriminação de raça, gênero ou qualquer tipo de orientação, o que no caso das mulheres, muitas vezes, não se faz presente a alusão deste soberano princípio.

Vale, ainda, salientar que a Constituição de 1998 e a CLT trouxeram em seus artigos 7º e 5º, respectivamente, expressa proibição de diferença no salário, do exercício da função e dos critérios para admissão por motivos de idade, cor, estado civil e sexo.

Entretanto, percebe-se que ainda há desigualdade dos salários entre homens e mulheres e este, indubitavelmente, é um dos maiores problemas enfrentados por elas no mercado de trabalho. Através de um estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, apresentado pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, realizado em 2009, chegou à conclusão de que, embora haja um movimento nas últimas décadas para tentar reduzir as desigualdades e diferença salarial através de políticas direcionadas com o intuito de elidir as situações discriminatórias no ambiente laboral, quando trata-se de gênero e etnia, estas ainda perduram e são significativas nos países latino-americanos nos quais a pesquisa fora realizada. Segundo os dados deste estudo (2009): “O Brasil apresenta um dos maiores níveis de disparidade salarial. No país, os homens ganham aproximadamente 30% a mais que as mulheres da mesma idade e nível de instrução, quase o dobro da média da região (17,2%) [...]”.

Como uma alternativa para a solução desta problemática, o estudo aponta que além das políticas públicas de capacitação, implementar um número maior de creches beneficiaria as trabalhadoras, bem como a conscientização social para que houvesse uma divisão de tarefas mais igualitária com os pais no ambiente familiar. (BID, 2009).

Em março do corrente ano, o jornal Globo (2017) divulgou uma pesquisa realizada pela Catho, na véspera do Dia Mulher que concluiu que:

Para cargos operacionais, a diferença entre os salários chega a 58%, e para especialista graduado é de 51,4%. Completam o ranking: especialista técnico (47,3%), coordenação, gerência e diretoria (46,7%), supervisor e encarregado (28,1%), analista (20,4%), trainee e estagiário (16,4%) e assistente auxiliar (9%).

Observando-se a remuneração do trabalho de homens e mulheres de forma mais detalhada, percebe-se que a diferença é ainda maior, bem como, denota-se que de 2009 a 2017, a desigualdade tem perdurado, e as mulheres ainda sofrem com as inúmeras dificuldades a ela impostas para ingressarem e permanecerem no mercado de trabalho.

Importante lembrar também, que na construção familiar contemporânea, em muitas situações, a mulher provê o sustento da família sem auxílio de um homem, o que deixa a mulher em uma situação de maior vulnerabilidade ainda, violando tanto os direitos femininos quanto os consequentes deste tratamento desigual o que reflete em vários outros aspectos.

Outro grande problema enfrentado pela mulher é a situação de assédio sexual, que, de acordo com Maria Helena Diniz (1998, p. 285), pode ser conceituado como sendo o: “Ato de constranger alguém com gestos, palavras ou com emprego de violência, prevalecendo-se as de relações de confiança, de autoridade ou empregatícia, com um escopo de obter vantagem sexual”.

Seguindo esse raciocínio o Código Penal brasileiro, tipifica como crime, em seu art. 216-A, a prática de assédio sexual, dispondo que: “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício do emprego, cargo ou função” consiste em prática delituosa que terá como punição a pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos.

Trata-se, portanto, de uma conduta gravosa, especialmente porque dificulta as relações no ambiente laborativo, uma vez que o constrangimento consequente do assédio não é o único efeito, podendo inclusive, dividir os colegas para apoiarem uma parte e se posicionarem contrariamente a outra, assim como afetar o rendimento, e utilizar de uma posição hierárquica superior, o que ocorre em muitos dos casos, para prejudicar o trabalho da vítima do assédio, deixando-a completamente em situação de vulnerabilidade.

De acordo com Lourenço Aldo Pereira da Silva (2008, p. 9)

O assédio sexual não se faz apenas por comentários, gracejos e elogios, mas sim, de forma bem mais violenta e nociva, constituindo uma atitude de exploração sexual que raramente implica no uso de força física. Esse tipo de exploração sexual se caracteriza por ser exercido nas relações de trabalho e a existência de uma hierarquia, onde um tem poder sobre um outro. Ou seja, somente pode se caracterizar o assédio quando existe dentro deste um contrato de trabalho, e ter o sujeito assediador uma função de mando ou posição superior, o chamado poder de direção, fazendo com que a pessoa que está sendo assediada fique em uma posição de quase que total submissão aos desejos e instintos sexuais da outra pessoa, pois qualquer tentativa de denúncia ou negativa quanto ao assédio em si pode se transformar em sua demissão ou rebaixamento da sua função.

Na realidade das relações de trabalho, ocorre em alguns casos, da mulher acabar se submetendo a situação do assédio em virtude de precisar do emprego e

não haver alternativas legais para que este seja controlado e ela permaneça empregada, uma vez que, atualmente, as únicas soluções para acabar com o assédio é a rescisão indireta do contrato de trabalho, cabendo à vítima, a possibilidade de ingressar no judiciário para pleitear indenização.

Entretanto, a ideia de objetificar a mulher bem como o tratamento com inferioridade, só avança na clara violação dos direitos e dos espaços que estas conquistaram e ocupam, o que é caracterizado por estas e inúmeras outras situações-problema para a mulher quando desempenha uma função empregatícia e/ou de liderança, inclusive, recebendo críticas quanto suas estratégias e decisões por questões de gênero, o que enfraquece a luta pelo empoderamento feminino.

A LIDERANÇA EMPRESARIAL E O EMPODERAMENTO FEMININO

É notável nos dias de hoje a representatividade do número de mulheres no mercado de trabalho e a conquista de cargos de chefia, por exemplo, o que até então seria inimaginável sob o ponto do contexto histórico que vivemos durante décadas. Gerentes, engenheiras, advogadas, motoristas, juízas, hoje elas são 44% da população economicamente ativa no país, segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho).

O empoderamento feminino surge como um processo, um fenômeno para enfatizar e fortalecer o papel da mulher nos mercados de liderança, seja na pesquisa científica, na participação política ou nas decisões administrativas e empreendedoras das empresas e instituições.

O sítio da Organização das Nações Unidas - ONU Mulheres Brasil, assim conceitua este termo:

Empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia são garantias para o efetivo fortalecimento das economias, o impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o empoderamento e a participação da mulher em funções de liderança corrobora tanto para a eliminação das desigualdades, como proporciona o crescimento e desenvolvimento das empresas e demais organizações e espaços públicos, pois a mulher pode oferecer uma visão diferenciada e estratégias próprias, não pelo fato de ser mulher, mas porque se profissionalizou e tem capacidade para isso e muitas vezes não tem oportunidade de demonstrar isso, ante a discriminação e quando o tem, não são reconhecidas.

Ciente disso, a ONU Mulheres e o Pacto Global elaboraram um conjunto de Princípios que norteiam o empoderamento feminino, quais sejam:

1. Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
2. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não discriminação.
3. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.
4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.
5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing.
6. Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.
7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.

Em observância aos princípios demonstrados acima pode-se perceber que a ONU, como órgão representativo dos Direitos Humanos, tem o objetivo de eliminar as desigualdades e possibilitar que esses direitos mínimos sejam garantidos, de modo que a atuação seja eminentemente contra as discriminações em razão do gênero, sendo necessário, portanto, que políticas públicas e programas de conscientização sejam criados e mantidos, respeitando estes princípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher tem ganhado mais espaço no mercado de trabalho, principalmente no tocante aos cargos gerenciais e de liderança, graças a participação efetiva e numerosa nos centros de educação técnica e superior, onde as mulheres vêm capacitando-se e aperfeiçoando-se com dedicação para demonstrar potencial e força de trabalho produtiva de modo diferencial, com vistas a se destacar na ampla concorrência masculina.

Deste modo, vê-se a evolução histórica de muitos valores sociais e culturais que envolvem a figura feminina e a força que esta vem demonstrando ter no ambiente competitivo e excludente. Embora as mulheres tenham sido incorporadas a força produtiva por uma razão de necessidade, hoje, estas já têm o seu espaço conquistado.

Entretanto, não obstante a consolidação da mulher profissional e líder, as desigualdades sentidas por elas em razão do gênero, constituem clara violação aos direitos femininos, bem como é uma situação de discriminação que acarreta efeitos e danos irreparáveis.

Assim, o fenômeno do empoderamento feminino surge como uma alternativa e corrente do feminismo para combater e lutar contra a discriminação no ambiente de trabalho, bem como buscar políticas públicas capazes de possibilitar que a mulher tenha melhores condições para se fortalecer e contribuir cada vez mais para o desenvolvimento econômico, social, científico e político.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira Araújo. SCALON, Celi Ramos da Cruz. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e Liberdade**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro. 1997. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/10962125/igualdade-e-liberdade_bobbio>. Acesso em: 09 abr. 2017.

CARBONI, Maria Angela. **Evolução da mulher no mercado de trabalho**. Empresarial III, Especialização Em Gestão. Criciúma, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00003C/00003CEA.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1998, v.3.

G1 GLOBO. **Mulheres ganham menos do que os homens em todos os cargos diz pesquisa**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/concursos-e->

emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-do-que-os-homens-em-todos-os-cargos-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 09 abr. 2017.

LÚCIO, Clemente Ganz. **Mulher, mercado de trabalho e desigualdade**. 2014. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/mulher-mercado-de-trabalho-e-desigualdade>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

LUZ, Gabriela de Almeida Ribeiro. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/a-evolucao-mulher-no-mercado-trabalho.htm#sdfootnote143anc>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DA IGUALDADE DE GÊNERO. **Homens recém salários 30% maiores que as mulheres no Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

ONU. **Princípios de empoderamento das mulheres**. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

PELEGRINI, Jordana; MARTINS, Silvana Neumann. **A história da mulher no trabalho: da submissão às competências**. Um resgate histórico e as gestoras lajeadenses neste contexto. Revista destaques acadêmicos, v. 2, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/65>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

PERROT, Michelle, et al. **História das Mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia**. Artigo traduzido por Rachel Soihet, Suely G. Costa e Rosana Soares. In: Revista Gênero. - Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG - v. 2, n. 1, pp. 7-30, 2º semestre, 2001. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/historia_das_mulheres_nuteg.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2017.

PROBST, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação, p. 1-8, 2003. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

SILVA, Lourenço Aldo Pereira da. **Assédio Sexual no Direito do Trabalho Brasileiro**. 2008. Núcleo Iniciação à Ciência. Revista Juri 2008. Disponível em: <<http://www.atenas.edu.br/Faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/REVISTAJURI2008/1.PDF>>. Acesso em: 09. abr. 2017.

O ENSINO HÍBRIDO COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA REFLEXÃO ACERCA DAS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS NAS DITADURAS CHILENA E BRASILEIRA: UMA PROPOSTA DE ENSINO.

Karina Raylene Dos Santos Ribeiro.²⁸⁴

Rafael Alves Nunes Neto.²⁸⁵

Resumo: A temática das violações aos Direitos Humanos, ocorridas nos regimes de exceção do Cone Sul, a partir da segunda metade do século XXI têm sido objeto de pesquisas nas áreas das humanidades, todavia um assunto ainda delicado no que concerne ao ensino básico. A proposta será abordar de forma conceitual o termo Direitos Humanos e como esses crimes contra a humanidade foram cometidos a partir de agentes do Estado de exceção inaugurado em 1973 no Chile e a relação entre as ditaduras civil-militar brasileira e chilena, com a finalidade de elaborar uma proposta pedagógica de ensino híbrido sobre essa temática.

Palavras- Chave:Direitos Humanos, Ensino de História e Ensino Híbrido.

1- Introdução

No dia 31 de março de 1964 militares golpistas quebram a institucionalidade ao destituir do poder o presidente João Goulart, nove anos depois um fato semelhante acontece no Chile, em 11 de setembro de 1973, numa manhã de terça-feira, militares insatisfeitos com o governo do socialista Salvador Allende, tomaram o poder, sob a justificativa de salvar o país do comunismo.

Durante 21 anos o Brasil esteve sob uma ditadura militar e 17 anos os chilenos estiveram sob o governo autoritário do Gal. Pinochet, tanto no Brasil quanto no Chile a partir de ações violentas de repressão estatal há uma significativa mudança no contexto social e principalmente econômico nos dois países sul-americanos.

Entendemos a importância do debate em sala de aula do ensino acerca das violações aos direitos humanos no passado recente da história do Chile e também uma oportunidade de pensar as violações no nosso país, haja visto que o processo de quebra da institucionalidade de ambos os países está inserido em um mesmo contexto.

As historiadoras Denise Rollemberg e Samantha VizQuadrat (2011), no livro “A construção social dos regimes autoritários, legitimidades, consenso e consentimentos no século XX, Brasil e América Latina”, refletem sobre os conceitos de Democracia de Ditadura, e ressaltam que estas ideias, oriundas da Antiguidade, tiveram seus significados transformados na história recente que precisa ser delimitado, pois a “ausência de uma boa definição de ditadura é considerada um problema por vários autores de períodos e posições políticas e acadêmicas diferentes que se dedicaram ao tema no século XX”.

As historiadoras utilizam os estudos de alguns pesquisadores como Carl Schmitt²⁸⁶ e Franz Neumann (1921). Para este último, a Ditadura é o governo de

²⁸⁴- Mestranda do Programa de Pós – Graduação de História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST), especialista em História do Brasil: cultural e sociedade pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

²⁸⁵ - Mestrando do Programa de Pós – Graduação de História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST), graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e membro do Núcleo de História das Américas – NEHA.

uma pessoa ou poucas pessoas que arrogaram o poder e o monopolizam, exercendo-o sem restrições, e pode ser classificada de três formas: ditaduras simples, *cesaristas* e totalitárias. Neumann escreve que a ditadura simples seja ela militar ou monárquica detém o controle dos instrumentos de domínio tais como polícia, burocracia e judiciário, as *cesaristas* para o autor chega a ser a necessidade de apoio popular e a personalização em torno de um líder.

Uma definição acerca do conceito de Direitos Humanos é adequada, dessa forma utilizamos alguns trabalhos de especialistas sobre o tema. A historiadora norte-americana Lynn Hunt, no livro “A Invenção dos Direitos Humanos – Uma história”, ressalta as três qualidades centrais dos Direitos Humanos: são naturais, inerentes aos seres humanos; devem ser iguais (para todos) e universais, ou seja, devem alcançar todas as partes do mundo.

Segundo a autora, esses direitos só são suficientes quando ganham caráter político, pois não são os direitos num estado de natureza, mas sim num estado de sociedade e portanto, são “direitos garantidos no mundo político secular (mesmo que sejam chamados “sagrados”), e são direitos que requerem uma participação ativa daqueles que os detém”.

Por fim entendemos a importância do ensino híbrido como uma metodologia que possa aperfeiçoar o ensino de História e portanto refletir sob o quão importante repensar o passado acerca dos regimes autoritários na América Latina, assim como entender conceitos e refletir sobre rupturas e continuidades no contexto atual da América Latina.

1-As violações aos Direitos Humanos no Chile e a relação com o Brasil

O regime militar no Chile iniciou no dia 11 de setembro de 1973, após um golpe de Estado que derrubou o governo socialista de Salvador Allende e colocou no poder uma junta militar formada por quatro oficiais das Forças Armadas (FA): o general Augusto Pinochet, o almirante José Toribio Merino, o diretor do corpo de carabineiros²⁸⁷ Cesar Mendoza e o comandante da Força Aérea (FACH) Gustavo Leigh até então essas quatro figuras eram pouco conhecidas no conjunto da sociedade chilena. No mesmo dia do golpe, a junta militar se pronunciou à população para anunciar a quebra da institucionalidade, justificando a atitude numa suposta existência de grupos armados e da grave crise econômica.

Para Veronica Valdivia (2015):

Como se sabe, de todas as ditaduras militares do Cone Sul americano dos anos 1970, a que se projetou no período pós-ditatorial com toda sua força programática foi a chilena, enquanto nas outras experiências muitas de suas heranças se dissolveram após o fim” (VALDIVIA, 2015, p.121-122).

Segundo Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino, os militares golpistas utilizaram de ações brutais para consolidar o seu êxito. Desde os primeiros dias após o golpe iniciou-se uma intensa perseguição aos suspeitos de “subversão”, muitos deles foram levados para o Estádio Nacional (um estádio de futebol) para serem interrogados. Cerca de mil detidos foram executados, direitos civis foram suspensos e a população em geral obrigada a obedecer ao toque de recolher

286 O estudo de Schmitt foi publicado em 1921, ou seja, antes da instauração dos regimes totalitários na Europa, como afirmam Rolemberg e Quadrat.

287O corpo de *Carabineros*, podemos colocar como uma força policial semelhante às Polícias Militares existentes no Brasil, no entanto a partir da chegada da Junta Militar ao poder, os *Carabineros* receberam *status* militar e conseqüentemente compoendo a Junta Militar de governo.

imposto pelos militares. Segundo as autoras, o principal objetivo de Augusto Pinochet era erradicar o comunismo tanto dentro do Chile como fora.

Outro ponto em comum da ditadura chilena com as demais ditaduras no Cone Sul foi à relação com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN):

Geralmente, as ditaduras do Cone Sul têm sido pensadas a partir de um modelo comum baseado na doutrina de segurança nacional, criada e divulgada pelos Estados Unidos, país visto em alguns trabalhos como o grande responsável pelos golpes e manutenção dos governos autoritários deles oriundos (QUADRAT, 2011, p.244).

O historiador Enrique Serra Padrós (2008) analisou como a DSN foi difundida e serviu como meio para a quebra da institucionalidade na América latina. Segundo o autor, uma das principais premissas da DSN foi à rejeição da divisão de classes porque entrava em conflito com a ideia de unidade política, nas suas palavras:

Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe é a partir do sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional, portanto qualquer pensamento que aponte a antagonismos sociais ou questionamentos é identificado como nocivo aos interesses da nação (PADRÓS, 2007, p.144).

Qualquer sentimento antagônico a esse princípio era considerado como “ideologia estranha” nocivo aos interesses da nação. O anticomunismo fundamentava-se nessa premissa, ou seja, a ideologia comunista era vista como estranha, como nociva, pois não fazia parte da tradição política que na análise de Padrós (2008) corresponde à tradição da elite.

Assim, apoiando-se nos setores confiáveis da classe dominante, os EUA estimularam a adoção da ideia de que havia uma “guerra interna” a ser enfrentada. Essa guerra, em função das particularidades do “inimigo interno”, da periculosidade e dos desdobramentos da ação do inimigo, devia ser enfrentada e transformada em “guerra total”, na qual todos os fatores possíveis deviam ser colocados à disposição dos “defensores” da unidade nacional e do “mundo livre” (PADRÓS, 2007, p. 147).

A partir da DSN instituiu-se o “Terror de Estado”, outra característica comum das ditaduras latino-americanas das décadas de 60 e 70. O “Terror de Estado” dirigia-se do poder central contra movimentos insurgentes, recorrendo ao uso maciço das torturas, presença de esquadrões da morte, desaparecimentos e internacionalização do sistema repressivo.

Segundo Anthony W. Pereira, a legalidade da segurança nacional chilena, em comparação com a brasileira, escolheu “um caminho que o Brasil optou por não tomar, uma vez que sua estratégia repressiva foi mais radical e menos “judicializada” que a brasileira”. No entanto, o autor ressalta o papel do governo militar brasileiro e entidades brasileiras na ajuda à oposição ao governo de Salvador Allende, lembrando que se costuma “salientar o papel do governo americano no golpe chileno, mas pouca atenção é dada ao papel desempenhado pelo governo brasileiro”. Em seguida afirma:

Dirigentes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), um grupo privado de intelectuais anticomunistas sediado no Rio de Janeiro, afirmaram que, antes do golpe, haviam assessorado adversários políticos do governo Allende, e que empresários de São Paulo haviam dado dinheiro à oposição chilena. Mensageiros foram encarregados de entregar o dinheiro a grupos

chilens, entre eles a organização paramilitar de extrema direita Patria y Libertad. Nas palavras de um observador, o golpe brasileiro de 1964 “parece ter sido usado como modelo para o golpe militar chileno (PEREIRA, 2005, p. 150).

O historiador Carlos Federico Dominguez Ávila utilizando uma documentação oriunda do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores – AHMRE para demonstrar como essas fontes são relevantes para comprovar a participação do governo do General Emilio G. Médici na conspiração que derrubou o presidente Salvador Allende. Ávila lembra que o governo brasileiro foi o primeiro a reconhecer o governo Pinochet.

A documentação consultada no AHMRE e a literatura especializada na temática constatam que o regime de Médici: (a) expressou firme apoio político-diplomático ao novíssimo governo de Santiago; (b) enviou assistência humanitária – 20 toneladas de alimentos e remédios; (c) ofereceu linhas de crédito emergenciais; (d) cooperou nas tarefas de repressão, com assessores militares e policiais diretamente em locais de tortura e execução no país andino; (e) transferiu material de emprego militar e (f) ofereceu apoio diplomático para melhorar a imagem da Junta Militar em foros internacionais ou em terceiros países.

A historiadora Jussarama da Silva (2014) lembra que antes dos anos 70 aconteciam trocas de informações entre os governos do Cone Sul, ditatoriais ou não. Essas trocas de informações ganharam o nome de “operação” e, segundo a historiadora, foram várias nesse período, tais como: *Operação Condor*, *Operação Cristal* e *Operação Colombo*.

Dessas, a mais conhecida pela sua abrangência e pelos resultados macabros que obteve é a Operação Condor. As evidências até agora encontradas indicam que, em 1975, os ditadores argentino, chileno, uruguaio, paraguaio e boliviano assinaram um pacto visando articular a ação repressiva vigente em cada um deles (SILVA, 2014, p. 213).

Segundo Priscila Antunes (2007) a *Operação Condor* foi o auge das inter-relações entre serviços de inteligência como a autora coloca: “uma formação multinacional dedicada a operar nos países limítrofes nos quais assassinavam ou detinham dissidentes que fugiam de repressão em seus países de origem” (ANTUNES, 2007, p. 406)

Para Verónica Valdivia (2006) a violência após o golpe militar no Chile se desdobrou em diferentes sentidos. Associaram-se ações repressivas contra os líderes políticos da esquerda ao congelamento dos direitos conquistados pelos trabalhadores por décadas e à suspensão dos tribunais de trabalhos e eleições.

Todo este processo de desmobilização foi acompanhado desde o primeiro momento por uma repressão brutal, que começou com o bombardeio do La Moneda, a execução de membros do GAP, o Grupo de Amigos do Presidente, os apelos a numerosos dirigentes da Unidade Popular para aparecerem em quartéis e regimentos, de onde muitos mais tarde desapareceram, os julgamentos nos porões da Academia de Guerra da Força Aérea, onde civis e uniformizados foram torturados, as prisões e assassinatos de camponeses, a “Caravana da Morte” e a criação do Direcção de Inteligência Nacional, DINA, que institucionalizou e sistematizou o terror durante anos, sendo posteriormente substituída pelo Centro

Como dissemos, as ditaduras instauradas nas décadas de 1960 e 1970 no Cone sul são pensadas a partir da DSN. Esses regimes autoritários, dentre os quais o chileno se destacou, institucionalizaram a violação aos direitos humanos.

A violação aos direitos humanos durante a ditadura de Pinochet desdobrou-se em duas estratégias principais: as ações empreendidas pela Caravana da Morte e as torturas gradualmente sistematizadas pela *Dirección de Inteligencia Nacional - DINA* e *Central Nacional de Inteligencia - CNI*.

A *Caravana da Morte* consistiu numa missão militar, formada pelo alto escalão das FA chilenas, que surgiu logo após o golpe de 11 de setembro de 1973. A partir dela foram perseguidos partidários de Salvador Allende e foram estabelecidos os tribunais militares. A *Caravana da Morte* percorreu o território chileno capturando opositores, realizando torturas e execuções em massa.

Rafael de Aguiar Pereira (2011) em seu trabalho de TCC escreve que a Caravana da Morte foi uma operação macabra e mortífera, com a qual os oficiais deslocaram-se por diferentes lugares em um helicóptero Puma, imbuídos de plenos poderes para decidir sobre a vida ou a morte dos opositores, dessa forma a operação percorreu por várias cidades no interior do Chile em busca de capturar simpatizantes do governo então deposto, para prender e assim cometer torturas afim de impor desde os primeiros dias um estado de terror e perseguição de opositores ao recém inaugurado regime militar.

Sendo colocado pelo autor como uma forma de conter um processo iniciado em 1970 com a vitória de Allende e portanto a interrupção de um governo de maior participação popular.

A Caravana da Morte surgiu assim numa conjuntura de estruturação do Terror de Estado, baseado na ação de oficiais das forças armadas com plenos poderes para violar os direitos humanos, foi uma das expressões concretas da ferocidade como a Junta Militar deu início a seu objetivo de “extirpar o câncer marxista” do Chile. Em poucos dias, foram realizadas sucessivas execuções de opositores nas principais cidades do país. Nas palavras de Aguiar:

Disseminaram o terror em uma ação empenhada entre 30 de setembro e 22 de outubro de 1973, que tinha o propósito de dar um recado aos colegas de arma e juizes que se mostraram, do ponto de vista da ditadura que se instalara, extremamente brandos com os opositores do golpe, sobretudo aqueles ligados à Unidade Popular. Também visaram assombrar toda a população, sinalizando com a instauração de um regime terrorista no país, onde não haveria qualquer tolerância a manifestações de oposição (PEREIRA, 2011, p. 21).

Associado às caravanas da morte, após o golpe, os militares utilizaram os “tribunais de tempos de guerra” para julgar presos políticos e adotaram a pena de morte, algo que outros regimes militares não fizeram. Conforme explicou Pereira:

O regime militar chileno, criado nove anos após o brasileiro, foi mais draconiano e mais radical em termos jurídicos e institucionais. Os militares chilenos, à época de 1973, decretaram estado de sítio e executaram sem julgamento centenas de pessoas. A tortura era comum e, durante os cinco

²⁸⁸ Tradução livre do autor.

primeiros anos do regime, a maior parte dos processos foi a julgamento em tribunais militares de “tempo de guerra”, isolados do Judiciário civil. Nesses tribunais, os réus tinham poucos direitos procedimentais, nenhum direito real a recurso, e tinham que enfrentar veredictos e sentenças sumárias, inclusive a de pena de morte (PEREIRA, 2005, 149).

As violações aos direitos Humanos durante a Ditadura Pinochet foram regra, ao ponto de se tornarem institucionalizadas. Todavia alguns casos iniciaram alguns meses antes do golpe de 11 de setembro de 1973, dentro das instituições das FA, como foi o caso de um grupo de marinheiros simpatizantes do governo socialista.

Jorge Magasich (2015) analisa o episódio das torturas aos marinheiros com base em relatos das vítimas:

Em 1973, quando o golpe é eminente, uma parte dos marinheiros legalistas planeja ocupar os navios para tirá-los dos golpistas. Pedem e obtêm reuniões com Oscar Garretón, o chefe do Mapu²⁸⁹, e depois com Miguel Enriquez e Carlos Altamirano, secretários-gerais do MIR, e do Partido Socialista (PS). Tal atividade não passou despercebida aos serviços de inteligência, já conquistados para o golpe: a partir da noite de domingo, dia 5, até a segunda-feira, dia 6 de agosto de 1973, as autoridades navais organizam a detenção massiva dos marinheiros antigolpistas (MAGASICH, 2015, p.187).

Como pode-se observar, as torturas já se iniciaram um mês antes do bombardeio do *Palacio La Moneda*. Os testemunhos de marinheiros torturados permitiram dimensionar a brutalidade da ação repressiva das FA contra os setores contrários ao golpe. Um sargento entrevistado em 2002, chamado Juan Cárdenas(2015) recorda ter sofrido torturas através de choques elétricos, afogamentos em poços com água em alguns com pouca água que aparentavam estar repletos de excrementos humanos. Tudo seguido de repetidos espancamentos. Essas torturas aconteceram simultaneamente em várias cidades do Chile como Valparaíso e Talcahuano.

Magasich (2015) afirma que desde o início do governo de Allende havia militares simpatizantes do governo da UP que informaram sobre o avanço da atmosfera golpista nas FA: “Eles [militares] percebem, antes que os civis, os preparativos de um golpe de Estado do qual serão forçados a participar, e sabem também que será brutal”. (MAGASICH, 2015, p.189)

Dessa forma, podemos entender como o regime utilizou uma sistemática e crescente estratégia de torturas para combater os seus inimigos que atingiu os próprios militares. Huneeus também analisou o aspecto coercitivo da Ditadura Pinochet. Segundo o autor, a coerção gerou um Estado policial baseado no uso da violência de forma inédita na história do Chile no século XX e iniciada na manhã de 11 de setembro de 1973:

Milhares de pessoas foram detidas por patrulhas militares que invadiram violentamente vilas, indústrias e universidades de Santiago e outras cidades do país, sendo detidas em regimentos e grandes praças, como o Estádio Nacional. Muitos dos detidos, homens e mulheres, foram brutalmente torturados e muitos deles perderam a vida²⁹⁰ (HUNNEUS, 2016, p.62).

²⁸⁹ O Mapu, *Movimiento de Acción Popular Unitario*, foi formado pela maioria da juventude do Partido Demócrata Cristiano, em 1969, depois de romperem com o partido e assumirem posições marxistas. (MAGASICH, 2015, p.190)

²⁹⁰ Tradução livre.

A partir dessa breve contextualização histórica sobre eventos acerca do tema, iremos observar como podemos abordar esse conteúdo a partir da metodologia do ensino híbrido.

2- Uma proposta de ensino de aula de História com o modelo de aula invertida do ensino híbrido

A História pensada a partir de uma “rede de relações” entre as pessoas que as ações delas no espaço e no tempo é que provocam mudanças na sociedade. As pessoas fazem parte da construção da História de forma consciente ou não, por isso há uma necessidade de forma pessoas que são mais críticas, reflexivas e autônomas. O século XXI com suas inúmeras necessidades exige das escolas que formem alunos com tais características e mais autônomos.

A partir do século XX o ensino da História sofreu transformações significativas após as ideias e teorias difundidas da Escola dos Annales ganharem espaço na sociedade científica. A história- problema, que tem como característica guiar suas pesquisas com a metodologia de problema e hipóteses que vai de encontro com a história- empírica que é pesquisa e investigação, que construía a História por narrativas encaixadas ao tempo histórico de forma linear, em que as fontes que deveriam apresentar verdades e narrarem à evolução e progresso da humanidade.

Com as análises e interpretações do passado (documentos e testemunhos) que o historiador vai construindo os fatos históricos. Por tanto, o fato histórico é uma construção teórica, intelectual e sistematizada a partir das informações que a fonte fornece. O que pode ser questionado a qualquer momento quando um novo indício aparece, dando um novo sentido ou complementando as informações antes fornecidas.

Dentro do processo educacional na disciplina História a construção dos fatos históricos e a problematização deles também faz parte do ambiente escolar. Um dos grandes desafios da disciplina é a construção de *links* entre o que já aconteceu (passado) e o que está acontecendo (presente). Não é fácil para alguns educadores desenvolverem didáticas para facilitar o entendimento dos alunos em relação aos conteúdos da disciplina, principalmente quando o conteúdo é de um passado próximo ao presente e que esse conteúdo ainda vive na memória de algumas pessoas do seu cotidiano como é o caso dos regimes das ditaduras militares do Brasil e do Chile. A abordagem dessa temática em sala de aula deve ser feita de forma muito crítica e problematizadora, já que se tornou delicada uma vez que, em nossa sociedade ainda há pessoas que defendem o golpe militar. Como a autora Lucília Delgado explica:

História, tempo e memória são processos interligados, nos quais o tempo da memória ultrapassa o tempo individual e se encontra com a história das sociedades. Essa correlação explica por que alguns indivíduos se reportam a determinados contextos de forma saudosista mesmo sem os ter vivenciado e desqualificam outros sem eles terem sido contemporâneo. Tal postura, inúmeras vezes, é explicativa da valorização e exaltação de algumas conjunturas e/ ou processos históricos e da desqualificação e esquecimento tácito de outras.²⁹¹ (DELGADO, 2009, p. 125).

²⁹¹ -Lucília Delgado. O Governo de João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia, 2009, p. 125.

O Ensino de História e as novas práticas metodológicas como as do ensino híbrido, vem contribuindo para o processo crítico, social e econômico da educação dos alunos do século XXI. Cabe ao ambiente escolar proporcionar nas aulas de História que os alunos compreendam a importância da construção dos fatos históricos no tempo, espaço e a problematização deles. Proporcionando um ensino de História questionador, que leva os alunos a pensar, analisar e questionar sobre a sua realidade e da sociedade em que está inserido. Por tanto, para atingir essas habilidades no aluno precisasse de metodologias que aproxime da realidade, inclua a diversidade de ideias, que contribuía para a autonomia do mesmo, que desenvolva a criticidade e criatividade perante as situações problemas da sua realidade.

A disciplina de História está guiada na ideia de construir uma consciência histórica, social e crítica no aluno, proporcionando a ele reflexão da sua realidade, por isso é necessário investir em novas metodologias para o ensino da disciplina que venha proporcionar uma aprendizagem simples, efetiva e que gere essas consciências, desde o ensino básico. A historiadora Circe Bittencourt²⁹², afirma que o principal objetivo das práticas educativas é promover a autonomia intelectual do aluno, as metodologias ativas usadas no ensino híbrido desenvolve várias habilidades durante o processo educacional para atingir essa competência.

Cabe ao professor de História propiciar um ensino reflexivo, pois ele é responsável pelas ferramentas pedagógicas e conteúdos necessários para conduzir o processo educacional, a partir da construção do pensamento histórico. Com afirma a autora Maria Auxiliadora Schmidt:

O saber- fazer, o saber- fazer- bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá- los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas²⁹³. (SCHMIDT, Maria Auxiliadora, 2010, p. 67)

Nesse sentido, uma das temáticas da história do Brasil que vira e mexe está em alta é a ditadura militar tanto a que aconteceu no Brasil como nos demais país da América latina como, por exemplo, no Chile. Como já contextualizamos no começo do capítulo foi um período da história que provocou muitas cicatrizes e memórias na sociedade latina. Mesmo após trinta e cinco anos de democracia no Brasil, a ditadura militar brasileira ainda tem forte impacto em nossa sociedade. De um lado, podemos observar que ainda há setores da sociedade que vêem com bons olhos uma intervenção militar, ou tenta minimizar os impactos desse regime na nossa história. De outro, esse passado traz muita revolta, questionamentos, justiça e uma necessidade de consciência para as pessoas para que esse tipo de governo não venha mais ser aceito no Brasil.

Pensando no papel que esse período tem na nossa história e na nossa sociedade, surgem os questionamentos de como é inserido esse contexto histórico e toda a bagagem de informações que vem junto no contexto atual dos jovens brasileiros. Entendo que o ensino de História é em parte responsável pela construção da formação cidadão dos indivíduos. Portanto, pensar em uma proposta de ensino que proporcione para os alunos do ensino básico reflexões e críticas acerca das violações aos direitos humanos nas ditaduras chilenas e brasileiras.

²⁹² - Cicer Bittencourt, Ensino de História: fundamentos e métodos. 2008.

²⁹³ -Maria Auxiliadora Schmidt, Ensinar História, 2010, p. 67.

(...) estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada, híbrida. As metodologias ativas num mundo conectado e digital se expressam através de modelos de ensino híbridos, com muitas possíveis combinações.²⁹⁴ (MORAN, 2017, p.2)

As metodologias ativas do ensino híbrido abrem diferentes caminhos para que a aprendizagem significativa, crítica e autônoma que são necessárias em uma aula com a temática das violações dos Direitos Humanos, ditaduras, governos fascistas, por exemplo, de forma mais efetiva aos alunos. Pois nos proporciona mesclar ambientes da escola e da internet, adequando a aprendizagem as necessidades da sociedade atual e do jovem a partir de aulas e atividades que desenvolvem a autonomia deles. Colocando-o como o centro do processo educacional, em que ele irá aplicar os seus conhecimentos de várias formas, trazendo novos sentidos aos conceitos históricos trabalhados nas aulas. O que possibilita fazer a ligação entre a sua realidade e da sociedade em que está inserido e as aulas da disciplina.

A estratégia pensada para este trabalho foi o modelo da sala de aula invertida. Segundo a autora Lilían Bacich (2015), no que se refere à sala de aula invertida ou *Flipped Classroom*, os alunos podem usufruir as variadas plataformas, acervos e ferramentas tecnológicas fora do ambiente escolar e na sala de aula ter o complemento ou o tira dúvidas do conteúdo pesquisado. No primeiro momento os alunos estudam o conteúdo básico antes da aula, com vídeos, textos, arquivos de áudio, games e outros recursos.

Durante a aula o professor deve aprofundar o aprendizado com exercícios, estudos de caso e conteúdos complementares. É importante o professor introduzir a temática dos efeitos da ditadura militar e da violência do período, sempre problematizando o que aconteceu e pedindo a opinião dos alunos sobre os fatos. Na aula devem ser esclarecidos conceitos básicos do período como anistia, Direitos Humanos, comunismo por exemplo. Esclarecer as dúvidas e estimular o intercâmbio entre a turma.

Os alunos podem fixar o que aprenderam e integrá-lo com conhecimentos prévios, produzindo trabalhos em grupos, resumos, intercâmbios no ambiente virtual de aprendizagem, etc. As atividades podendo ser muito mais diversificadas, com metodologias mais ativas, que combinem o melhor do percurso individual de cada aluno e grupal. Podendo oferecer propostas mais personalizadas, para cada estilo de aprendizagem, monitorando e avaliando os avanços e retrocessos dos alunos quanto à temática trabalhada. Por isso o processo é permeado por avaliações para verificar se o aluno estudou os materiais indicados, se é capaz de aplicar conceitos e se desenvolveu as habilidades esperadas.

A combinação da aprendizagem da temática por desafios, problemas reais, jogos, com a aula invertida é de extrema importância para que os alunos aprendam fazendo, aprendam juntos e aprendam no seu tempo. E cabe ao professor de História proporcionar mais aulas nesse formato, já que ele tem o papel de orientador e mediador do processo educacional.

Considerações

²⁹⁴ - José Moran, Metodologias ativas e modelos híbridos na educação, 2017, p. 2.

O ensino de História em especial na educação básica necessita de práticas em que os alunos e professores estabeleçam uma relação em que o processo educacional ocorra de forma agradável, que comprove a importância do estudo da disciplina nas vidas dos estudantes. A utilização de metodologias pedagógicas, recursos diversificados e inovadores como as ferramentas digitais nas aulas de História auxiliam na construção de uma educação mais ampla e problematizadora, cujo objetivo é a construção da cidadania dos indivíduos que são capazes de entender e enxergar na sua realidade e sociedade em que está inserido a partir dos processos históricos ao longo do tempo.

O modelo do ensino híbrido proporciona essa educação mais ampla e problematizadora para as aulas de História como foi explanado no trabalho, criando nos alunos a consciência da construção histórica através de temáticas como as ditaduras militares. Provocar a reflexão e a criticidade dos alunos sobre a violação dos direitos humanos durante as ditaduras brasileira e chilena proporciona uma formação eficiente e consciente sobre os seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Priscila. “O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet”. **Revista Varia Historia** 23 (38), Belo Horizonte, 2007.

ÁVILA, Carlos Federico. O golpe no Chile e a política internacional (1973): ensaio de interpretação. In: **História online**, 2014, vol.33. n.1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742014000100014&script=sci_abstract&tIng=pt . Acesso em:17.05.2017 às 22h.

BITTENCOURT, Cicer M. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2º edição, SP. 2008.

DELGADO, Lucília. **O Governo de João Goulart e o golpe de 1964**: memória, história e historiografia. Minas Gerais, 2009.

BACICH, Lílian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (org.) **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

HUNEEUS, Carlos. **El régimen de Pinochet**. Santiago: Taurus, 2016.

HUNT, Linn. **A invenção dos direitos humanos uma história**. Tradução: RosauraEichenber, São Paulo: SCHWARCZ, 2009.

MAGASICH, Jorge. O Caso dos marinheiros antigolpistas: a primeira violação sistemática dos direitos humanos no Chile. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. **História e memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2015.

MORAN, José. **Metodologias ativas e modelos híbridos na educação**, 2017. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2018/08/Metodologias_Ativas.pdf .pdf.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: Fico, Carlos et al.(Org.) **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008 p.143-178.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, Rafael de Aguiar, OS CRIMES DA DITADURA PINOCHET NO BANCO DOS RÉUS: o processo espanhol contra impunidade intocável. 2011, 70p. monografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronaldo. (org) **História das Américas: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 241-273.

ROLLEMBERG, Denise. & QUADRAT, Samantha Viz. (orgs) **A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.11-32 (Apresentação).

SILVA, Jussaramar da. Trocas de informações e transferências extrajudiciárias entre as ditaduras militares na América do Sul (1960-1970). In: REIS FILHO, Daniel Aarão [et al.] **À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.p.213-228.

ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz. Lecciones de una Revolución: Jaime Guzmán y Los Gremialistas, 1973-1980. In: ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz; VALLEJOS, Rolando Alvarez; VALLEJOS, Julio Pinto (org). **Surevolución contra nuestrarevolución: Izquierdas y derecha en el Chile de Pinochet**. 1º Ed. Santiago: LOM EDICIONES, 2006. p. 49-100.

ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz. Pinochetismo e guerra social no Chile (1973-1989). In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e o Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p.121-141.

SUICÍDIO NA TERCEIRA IDADE: RISCOS E PREVENÇÃO

Katiele Costa²⁹⁵

RESUMO: O escopo deste artigo é refletir sobre o suicídio na última fase do ciclo de vida de um indivíduo o que leva o mesmo a cometer tal ato e verificar possibilidades para prevenção do suicídio. Uma revisão integrativa utilizou-se bases de dados Cape BVS Psicologia, Lilacs e Scielo. Os resultados foram apresentados em três etapas. A primeira sugere-se alguns fatores do suicídio. A segunda, salientamos quais os motivos, situações que levam na morte do idoso por autocídio. E terceiro meios de prevenção que poderiam evitar tal ato. Conclui-se que alguns fatores intensificam tal ato, como a presença de doenças, o uso de álcool/drogas e histórias de perdas.

Palavras-chave: Suicídio; Terceira Idade; Envelhecimento

INTRODUÇÃO

De acordo com Émile Durkheim (1897), o suicídio é, antes de tudo, o ato de desespero de um homem que não quer mais viver, logo, as questões que antecedem este ato desesperado, bem como todo o contexto que rodeia o sujeito suicida. Tornam-se assuntos a serem pautados, pois, “as causas de morte situam-se fora de nós muito mais do que em nós e só nos atingem se nos aventuramos em sua esfera de ação” (DURKHEIM, 1897, p. 13), ou seja, compreende-se que os fenômenos que desencadeiam ato do suicídio são diversos e complexos (MINAYO; CAVALCANTE, 2010).

Infere-se que essa tragédia que acomete a população de diferentes faixas etárias possui raízes que ainda não foram bem investigadas, tampouco as que levam o idoso a prática do suicídio, embora haja estudos na área, os fatores que influenciam esta prática ainda precisam ser compreendidos. (MINAYO; CAVALCANTE, 2010).

Conforme dados da OMS anunciados no Boletim Epidemiológico de Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil, o maior número de morte por suicídios encontra-se na população acima de 70 anos, ao considerar que a população com 60 ou mais está aumentando de forma acelerada. As previsões para o ano de 2050 é que essa população aumente para dois bilhões (ONU, 2018), com isso é necessário que o olhar para a terceira idade seja mais atento e empático frente as tantas mudanças sociais e físicas do processo de envelhecimento (MINAYO; CAVALCANTE, 2010).

Diante desse processo, os idosos que enfrentam os desafios do envelhecimento estão desamparados de um olhar atento, acabam sofrendo dificuldades que poderão evoluir para um estágio de depressão ou, inclusive, de ideação suicida e o próprio suicídio. (SOUSA et. al. 2013).

Os índices de suicídio na terceira idade ou depressão vêm crescendo no decorrer dos tempos, muitos eventos de suicídio/depressão ocorrendo e a mídia não oferece a devida importância. Esse assunto é pouco explanado pela sociedade por estarem na terceira idade, e o mesmo pelos próprios familiares que passam por isso ou já passaram, e não tem apoio necessário, recebendo críticas também, há indivíduos que não se importa e pensam que depressão ou suicídio é apenas “bobagem” ou que estão querendo “chamar a atenção”.

²⁹⁵ Acadêmica do 7º semestre do curso de psicologia da Faculdade Integrada de Santa Maria-FISMA/RS

Um dos trabalhos utilizou o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, para calcular os registros de suicídio de pessoas com mais de 60 anos entre 1996 e 2007. Nesse período, os pesquisadores identificaram 91.009 mortes autoprovocadas, sendo que 14,2% ocorreram entre idosos. (BRASIL, 2001, p. 1)

Com os dados estatísticos do aumento da expectativa de vida, a população idosa torna-se cada vez maior, em contraste a esta questão, Estado e sociedade não estão preparados socialmente e economicamente para enfrentar os desafios que o envelhecimento acarreta na vida da pessoa idosa. (SOUSA et. al. 2013). Observa-se então, que a partir desse desamparo da população da terceira idade, a necessidade de trazer para o centro dessa pesquisa os obstáculos do envelhecimento que, em inúmeras vezes transformam-se no anseio de antecipação do fim da própria vida.

Desse modo, o presente trabalho se propôs a investigar os fatores que influenciam o desencadeamento do suicídio na terceira idade, além de compreender os fatores que levam os idosos ao suicídio. Por fim, apresentar meios de prevenção ao suicídio entre idosos intervindo nos fatores dos acometimentos.

MÉTODO

A presente pesquisa consiste em uma revisão integrativa de literatura, esta entendida como uma análise de pesquisas relevantes sobre determinado assunto formulando sínteses e apontando para eventuais lacunas do conhecimento sobre o que está sendo pesquisado (MENDES, 2008).

A fim de atingir o objetivo proposto, foram buscados nas plataformas digitais artigos relevantes ao tema. Como descritor, foi utilizado “suicídio na terceira idade” nas seguintes plataformas Capes, BVS Psicologia, Lilacs, PepSic e Scielo. Os artigos incluídos foram todos aqueles que discorreram acerca do suicídio na terceira idade em seu estudo, que estivessem sido escritos em português e publicados entre os anos de 2009 e 2020, foram excluídos aqueles que abordavam outros contextos a respeito do suicídio ou que tratavam do mesmo em outra faixa etária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na plataforma Scielo foram encontrados cinco artigos referentes ao tema. Nas plataformas BVS Psicologia e Lilacs encontraram um estudo em cada uma das bases de dados. Na plataforma Capes encontramos treze estudos, enquanto na base de dados Pepsico não encontramos nenhum estudo de acordo com o marcador proposto. Dessa forma, vinte estudos foram selecionados, sendo que após aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão foram eliminados quinze estudos, restando cinco que compõe esta revisão.

Os resultados serão apresentados no Quadro um abaixo e, posteriormente serão discutidos de modo a responder aos objetivos deste estudo.

Quadro 1 - Panorama geral dos estudos encontrados					
	Título	Objetivo	Tipo de estudo	Principais resultados	Conclusão

1	O comportamento suicida de idosos	O trabalho aqui apresentado se fundamenta em autores que analisam especificamente tentativas e ideações suicidas nessas residências. A partir da compreensão das falas dos idosos que vivem em tais instituições, pretende-se demonstrar que o final da existência é o ápice de um curso de vida de sofrimento – muitas vezes iniciadas na infância –, em que circunstâncias e escolhas levam alguns ao intenso desejo de antecipar seu fim (CAVALCANTE et al., 2015).	Pesquisa qualitativa	Os idosos que tentaram suicídio ou revelaram ideações suicidas possuem idades que variam entre 60 e 88 anos. A faixa etária entre 60 e 69 anos é onde se concentra a maioria dos que têm comportamento de risco, vindo a seguir a de 80 anos e mais e, em terceiro lugar, a de 70 a 79.	Permite concluir que prevenir o suicídio é uma ação de apoio e compaixão que exige atenção personalizada das pessoas idosas, por parte das famílias, dos serviços sociais e de saúde, mas também da sociedade.
2	Aspectos Psicossociais do Suicídio em Idosos e Percepções de Sobreviventes	O objetivo desse estudo foi compreender os fatores psicossociais envolvidos no suicídio de idosos. Dessa forma, buscou-se avaliar as possíveis relações comuns nos estudos de casos em relação aos motivos que levaram ao suicídio.	Pesquisa qualitativa	Foi possível estabelecer relações entre as entrevistas por meio dos temas recorrentes no discurso dos sobreviventes.	Acredita-se que o estudo reforçou a preocupação com a temática do suicídio em idosos, visando expandir a discussão no âmbito de políticas públicas e ampliar as estratégias de cuidado à população idosa.
3	Suicídio na envelhecimento	Levantar e comparar dados referentes a óbitos, tipo suicídio, em indivíduos na faixa etária de 40 a 60 anos no Estado do Rio de Janeiro, visa contribuir para a reflexão sobre os significados da ação criativa sobre a própria vida em oposição ao suicídio. A realidade social experimentada pelos sujeitos, num processo social, cujas relações e posições	Pesquisa quantitativa	Finalmente, ao considerarmos o suicídio em todas as idades numa classificação em ordem decrescente da média de ocorrência dos suicídios - e não somente da faixa etária da envelhecimento (40 a 60 anos) -, temos o ranking com as maiores ocorrências de suicídios por idade no período ora analisado (Quadro 3).	Termina-se este artigo fazendo a mesma pergunta que Karl Marx fez há mais de 160 anos: que sociedade é esta em que se encontra a mais profunda solidão no seio de tantos milhões, em que se pode ser tomado por um desejo

		estão situadas no tempo e no espaço, pode colaborar para a compreensão de como a cultura (des)constrói a perspectiva do envelhecimento masculino. Investigar o que os dados estatísticos apontam é desvelar representações e imagens de um fenômeno, procurando uma leitura mais clara sobre o assunto, visando a prognósticos que possam orientar ações.		Assim, foi constatado que a maior ocorrência de suicidas deu-se aos 44 e 45 anos de idade. Ainda, olhando para o ranking, cinco idades (45, 44, 47, 40 e 41 anos) pertencem à faixa etária da envelhescência	implacável de matar a si mesmo, sem que ninguém possa prevê-lo?
4	Tédio enquanto circunstância potencializadora de tentativas de suicídio na velhice	Refletir sobre o tédio enquanto circunstância potencializadora das tentativas de suicídio de um idoso institucionalizado.	Pesquisa Qualitativa do tipo estudo de caso	A análise do caso mostra que o tédio, o isolamento social, a rejeição da família, o abuso de álcool e a presença da cegueira e da depressão são circunstâncias que, associadas, contribuíram para suas tentativas de suicídio e uma persistente ideação de dar cabo à vida, mesmo quando protegido numa instituição que lhe oferece a satisfação das necessidades básicas. O tédio aparece associado à depressão, como o sintoma de um tempo não preenchido e vazio, uma desatenção perene com tudo que o possa vinculá-lo interior e exteriormente à vida institucional, comunitária e social.	Verificou - se que as tentativas ocorreram associadas principalmente às seguintes circunstâncias: relações sociofamiliares fragilizadas, isolamento social, solidão, tempo de vida tedioso, depressão, uso abusivo do álcool e percepção negativa do envelhecer. Considerando a complexidade dos fatores associados às tentativas de suicídio, entende-se que nenhum fator, por si só, foi determinante para a efetivação das tentativas. Embora sejam várias as circunstâncias que envolveram

					esses eventos e que são relatadas no artigo, pode-se inferir que o tédio, caracterizado como tempo desprovido de sentido, assumiu lugar de destaque.
5	Suicídio de idosos sob a perspectiva de gênero	Tem como objetivo explorar a relação entre suicídio e envelhecimento na perspectiva de gênero, analisando as demarcações socialmente impostas de masculinidade e feminilidade na vida de idosos que cometeram suicídio.	Pesquisa qualitativa	Neste artigo foram identificadas situações referentes a vulnerabilidades de gênero na vida de 13 pessoas que se suicidaram: 10 homens e três mulheres, selecionados pelo seu caráter de exemplaridade. Duas categorias principais foram elencadas: a primeira refere-se às feminilidades, incluindo o “destino de gênero” vivido por mulheres idosas que se suicidam quando não podem mais cuidar e trabalhar. A segunda refere-se a crises nas masculinidades hegemônicas, em que homens idosos morrem após mudanças nos papéis de provedores, ocasionadas pela aposentadoria ou doença.	O estudo entendeu que as normas de gênero e os códigos de honra representam o cenário que incrementa o risco de suicídio. Nesse sentido, acreditamos que o uso da categoria gênero, contribui para ampliar a compreensão desse fenômeno assim como para esclarecer aspectos a serem levados em conta em abordagens de atenção primária e secundária de saúde.
6					

3.1 INVESTIGAR OS FATORES QUE INFLUENCIAM O DESENCADEAMENTO DO SUICÍDIO

A partir da pesquisa de Almeida (2018), realizada com familiares e pessoas que tinham vínculo com o idoso suicida conseguimos verificar fatores comuns na história de vida desses idosos. Os relatos apontaram para a presença de doenças graves e incapacitantes, tratamentos potencializadores de sofrimento, transtornos mentais como a depressão, alcoolismo, conflitos familiares, perdas anteriores significativas na vida e suicídios na família. Sendo o estado depressivo o fator mais importante.

Meneghel (2012) aponta em seu estudo situações referentes a vulnerabilidades de gênero na vida de treze idosos que cometeram o ato suicida. Idosas que se suicidaram após terem vivido e cumprido os papéis de gênero ditados pela sociedade, ficando claro que seu valor era dado pelo quanto produziam, serviam e cuidavam do outro. Ao perder seu status social, perdiam seu valor e assim a razão para continuar vivendo. Para o idoso, o envelhecimento traz perdas. Deixam de ser provedor da família, o “chefe” da casa, decisões importantes passam a ser tomadas por terceiros. Nesse contexto há uma perda da masculinidade apresentada culturalmente pela sociedade, logo um real motivo para o ato suicida.

Perceber a vulnerabilidade de gênero e alguns aspectos gatilhos em histórias de vida de idosos que se suicidaram, conforme pesquisas dos autores acima, ajuda a identificar fatores que podem ser reconstruídos e fortalecidos na vida dos idosos.

Minayo (2017) pontua como fatores precipitantes do suicídio: doenças crônicas e terminais, dependência decorrente do estado de saúde. Abuso de álcool é um potencial fator de risco, assim como outras drogas que causam dependência. O mesmo autor denuncia a depressão como o problema de maior impacto e de maior relevância associado ao suicídio.

Conflitos de ordem familiar, abandono afetivo alicerçado à sensação de desprezo pela família ou pelo grupo social que está inserido leva o idoso a uma vida tediosa. A desmotivação e a falta de sentido em manter-se vivo são propulsores de pensamentos suicidas. (MINAYO, 2016)

Atentamos que sentimentos de abandono, solidão, tristeza associada à condição de saúde precária, dentro de um contexto familiar problemático obscurecem as possibilidades do idoso de querer se manter vivo. O mesmo posiciona-se de forma estagnada frente à continuidade de sua vida.

Muitos são os fatores que podem orientar a morte do idoso por suicido. Muito ainda há o que ser feito no que tange as pesquisas e as ações preventivas, pelas famílias, pelo sistema de saúde e pela sociedade em geral, haja vista tratar-se um assunto completo e de natureza psicossocial.

3.2 COMPREENDER OS FATORES QUE LEVAM AO ATO DO SUICÍDIO

O idoso no transcorrer dessa etapa de sua vida apresenta um emocional mais fragilizado, por inúmeras causas, o que pode propiciar o desenvolvimento da depressão. Nos estudos relatados aqui, a presença da depressão é um dos fatores mais importantes associados ao suicídio na terceira idade.

Contextualizado na vida do idoso, a depressão corresponde, na maioria das vezes, a consciência de que estão num caminho sem volta, que sua vida não tem maior sentido e que o suicídio significa a possibilidade do fim dos seus sofrimentos.

Minayo (2016) pontua que a grande maioria dos idosos vivencia em algum momento de sua trajetória de vida um estado depressivo provocada por circunstâncias passadas e atuais de sua vida. Esse estado depressivo pode perdurar, acentuado por sentimentos de abandono, tristeza, desesperança e por outras situações de vida, como presença de doenças incapacitantes, problemas familiares e inadequação à via institucional.

Quando se deparam com um quadro de doença, concluem que, pelo fato de terem vivido tudo o que viveram, não precisam mais viver, então pensam em tal ato contra a vida. Por não terem mais compromissos importantes, por não darem conta mais dos papéis culturalmente destinados anteriormente, os filhos não lhe dão mais tanta atenção, o que lhes resta é suicidar-se. (ALMEIDA, 2018)

Para alguns idosos a saída é o consumo excessivo de álcool, ou em alguns casos, outras drogas. Pode ser entendido como uma alternativa para lidar com as perdas, os sofrimentos e assim suportar as limitações da velhice. (SOUZA, 2014 apud ALMEIDA, 2018)²⁹⁶.

O desejo da morte e a sua proximidade sempre dizem menos sobre esses momentos de dor e tristeza e muito mais sobre a vida da pessoa, seus afetos, rupturas, seus anseios não realizados, seus laços familiares, sua identidade social. E também, sobre o caminho no qual, mesmo frente a poucas possibilidades imprime o seu viver.

CÔRTE (2009) destaca o que chamou de envelhescência, a faixa etária dos 40 anos aos 60 anos, fase pela qual o indivíduo passa por mudanças físicas e psíquicas. É a fase onde há um desencontro entre o inconsciente atemporal e o corpo temporal. E nesse contexto, emergem-se conflitos que contribuem ao ato do suicídio. Alterações de ambiente no que se refere à profissão, aposentadoria, relacionamentos familiares em movimento, morte de pessoas próximas, saúde mais fragilizada expõem situações de vida não usuais, mas que possivelmente passarão a fazer parte da rotina do idoso.

Há um lugar desconhecido a ser ocupada, a velhice é um deles. De acordo com Almeida (2018) o idoso deve abrir – se para viverem novas experiências nessa etapa de sua vida. Acredita que o a singularidade do processo de envelhecer se dá a partir dos novos significados que o sujeito atribui a toda a sua trajetória de vida. O envelhecimento fala acerca do que viveu, do que construiu e daquilo que acredita que viverá.

A importância do envelhecimento pode estar relacionada ao significado dado à vida. Há uma estreita necessidade de vincular a sensação de continuidade e de finitude, pois, à proporção que há uma experiência com a morte há uma dúvida de como a vida continuará. O tempo passa a ser um horizonte de possibilidades do ser/ indivíduo e do mesmo ocupar seu novo papel social. (CÔRTE, 2009)

Contemplam-se dessa forma a importância do acolhimento, afetividade, respeito, reciprocidade por todos aqueles que cercam o idoso. Seria essa a realidade ideal para o idoso reconstruir novos significados referente à sua realidade.

3.3 MEIOS DE PREVENÇÃO

Qualquer estudo sobre o fenômeno do suicídio só tem sentido quando se tem convicção de que é possível preveni-lo, como preconiza a Organização Mundial de Saúde (2006). Do ponto de vista psicossocial, vários autores ressaltam que, no caso da pessoa idosa, é preciso cuidar do seu bem-estar físico, do seu estado emocional e, sobretudo de suas relações sociais através da participação em atividades que ela se sinta útil e autônoma.

Segundo Minayo (2017), a prevenção do suicídio na terceira idade deve ser feita através de uma rede de apoio e compaixão. O idoso necessita de atenção personalizada por parte de suas famílias, dos serviços sociais e de saúde, mas também da sociedade como um todo. A participação continua da família, a manutenção da autonomia do mesmo através da prática de exercícios físicos, de grupos de terceira idade entre outras atividades podem auxiliar o mesmo a manter-se com uma vida social e emocional mais ativa.

²⁹⁶ Sousa, G. S., Silva, R. M., Figueiredo, A. E. B., Minayo, M. C. S., & Vieira, L. J.E. S. (2014). Circunstâncias que envolvem o suicídio de pessoas idosas. *Interface-Comunicação, Saúde e Educação*, 18(49), 389-402. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0241>

Almeida (2018) dá ênfase na necessidade de ampliar políticas públicas em relação ao cuidado do idoso. Pois, a prevenção do suicídio nessa faixa etária torna-se um desafio para os setores sociais e de saúde, tendo em vista que essa população tem crescido anualmente. Então de acordo com os autores, fica clara a responsabilidade da sociedade e de todos os atores sociais envolvidos no processo do envelhecer. O idoso precisa sentir-se fazendo parte de um lugar social: da sua comunidade, da família, da instituição nos casos dos idosos institucionalizados.

O ato de cuidar os idosos não compreende atender apenas as suas necessidades básicas, requer, sobretudo uma postura de acolhimento por parte daqueles que estão pertos. Para Minayo (2016), esse acolhimento constitui uma forma de prevenção. Acolher idosos nas famílias, nos grupos sociais e nas instituições promove a esses um sentimento de pertencimento, logo de proteção.

Idosos necessitam de um ambiente confortável para seu bem-estar. Necessitam também manter laços afetivos consistentes e humanizados, pois dessa forma poderão lidar melhor com os estresses e obstáculos característicos dessa fase da vida.

Outro fator de proteção contra o comportamento suicida é a religião. Independente, do contexto social que se encontra o idoso, institucionalizado ou não, a religião torna-se um disposto preventivo. Acreditar e invocar Deus para dar-lhes proteção contra pensamentos suicidas é uma tentativa de superar o desejo de dar fim à vida. (MINAYO, 2010)

CONCLUSÃO

Através da revisão integrativa do tema proposto, a pesquisa apontou os principais fatores que potencializam o comportamento suicida no idoso e com isso levantou algumas compreensões. Também foi possível elencar possíveis meios de prevenção do ato suicida.

Na nossa sociedade, em que o número de idosos só aumenta ser velho significa, na maioria das vezes, estar excluído de um lugar social. Esse paradigma influencia o processo de envelhecer do indivíduo potencializando fatores que podem levar o idoso desejar dar fim a sua vida.

O processo de envelhecimento é a perda do status social, que tanto homens e mulheres desempenham ao longo da sua vida. O contexto psicossocial desse fenômeno é complexo. Transtornos mentais, como a depressão, a perda de entes e/ou amigos, a presença de conflitos familiares, a ausência de suporte afetivo, o abuso de álcool e outras drogas, o aparecimento de doenças incapacitantes e terminais são alguns dos principais fatores que induzem o suicídio na terceira idade.

Além disso, foi verificado que a religião, o apoio familiar, o suporte de serviços de saúde e a promoção da autonomia são possibilidades para a prevenção do suicídio nessa parcela da população.

O suicídio é percebido com um problema de ordem individual, até mesmo considerado como um sintoma de psicopatologia individual. Mas o mesmo deve ser encarado como um comportamento social, um evento complexo e de causas múltiplas. Portanto, viver em um ambiente facilitador, receber suporte afetivo, psicológico e emocional daqueles que estão próximos, possibilitam ao idoso viver sua velhice digna e com qualidade. Com isso, podendo diminuir consideravelmente os riscos do ato suicida.

Encarar o envelhecimento demanda da sociedade novas atitudes. Atentar para a delicadeza dessa etapa da vida, implica reconhecer o idoso com um ser social repleto de histórias e demandas. Tendo em vista essa realidade, torna-se

importante a necessidade de maiores estudos com a terceira idade. Visto que pesquisas podem contribuir para elaboração de políticas públicas de prevenção e promoção de saúde, assim como desenvolver um melhor acesso dos idosos, familiares e instituições aos órgãos responsáveis.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Bruna Letícia Sancandi; LORENTZ, Marta; BERTOLDO, Lao Tse Maria. Aspectos Psicossociais do Suicídio em Idosos e Percepções de Sobreviventes. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 10, n. 1, p. 21-36, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-50272018000100003. Acesso em: 14 abril, 2020.
- CAVALCANTE. F. G; MINAYO. M. C. de S; MANGAS. R. M. do N. Diferentes faces da depressão no suicídio em idosos. *Rev. Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, Vol.19, no.10. Out, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001000023. Acesso em: 25 set, 2019.
- CÔRTE, Beltrina et al. Suicídio na envelhescência. *Revista Latino americana de Psicopatologia Fundamental*, v. 12, n. 4, p. 636-649, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142009000400002&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 15 abril, 2020.
- Durkheim. E. O Suicídio. Ed WMF Martins Fontes, 1897.
- MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 17, n. 4, Dec. 2008. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Suicídio de idosos sob a perspectiva de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, p. 1983-1992, 2012. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2012.v17n8/1983-1992/>. Acesso em: 15 abril, 2020.
- MINAYO. M. C. de S; CAVALCANTE. F.G. Suicídio entre pessoas idosas: revisão da literatura. *Rev. de Saúde Pública*, São Paulo, Vol.44, nº4, agosto 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102010000400020. Acesso em: 25 set, 2019.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; TEIXEIRA, Selena Mesquita de Oliveira; MARTINS, José Clerton de Oliveira. Tédio enquanto circunstância potencializadora de tentativas de suicídio na velhice. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 21, n. 1, p. 36-45, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2016000100036&script=sci_arttext. Acesso em 16 abril, 2020.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza, Figueiredo, Ana Elisa, Mangas, Raimunda. O comportamento suicida de idosos institucionalizados: histórias de vida. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v27n4/0103-7331-physis-27-04-00981.pdf>. Acesso em: 15 abril, 2020.
- SOUSA G. S; SILVA; R.M; FIGUEIREDO A. E. B; et al. Circunstâncias que envolvem o suicídio de pessoas idosas, *Rev. Interface (Botucatu)*, Botucatu, Vol.18, no.49, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-2832014000200389&lng=en&nrm=iso&lng=pt#aff2. Acesso em: 11 abril, 2020.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) et al. Prevenção do suicídio: Um recurso para conselheiros. Genebra: OMS. Recuperado de http://www.who.int/mental_health/media/counsellors_portuguese.pdf, 2006. Acesso em: 26 junho, 2020.

AS CARTAS AO POVO BRASILEIRO (2002 & 2018): UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA POLÍTICA E IDEOLÓGICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E DE LULA²⁹⁷

Larissa Guimarães Valentim²⁹⁸

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória política e ideológica do Partido dos Trabalhadores e de Luiz Inácio da Silva (Lula) à luz das Cartas ao Povo Brasileiro escritas pelo ex-presidente e líder do PT, nos anos de 2002 e 2018, buscando ressaltar a formação do Lulismo, as permanências e mudanças ideológicas do discurso e a mobilização social nos períodos destacados. Objetivamos com isso defender que o projeto de distribuição direta de renda aliado às demandas do empresariado e da classe dominante não promoveu mudanças profundas na estrutura social brasileira ao que era esperado se observado a formação política e ideológica do PT nos anos de 1970-80.

Palavras-chave: Lulismo. Conciliação de classe. Crise hegemônica.

INTRODUÇÃO

No processo de redemocratização do Brasil²⁹⁹, na curta série histórica das eleições presidenciais a partir de 1989, o Partido dos Trabalhadores (PT) e seu principal líder político, Luiz Inácio Lula da Silva, tentaram conquistar por diversas vezes o mais alto e importante poder da República³⁰⁰. Esse objetivo foi alcançado nas eleições de 2002, possibilitando a consagração eleitoral e a consolidação governamental de um projeto político de centro-esquerda brasileira, apontando para uma virada no panorama social, político e econômico do país e, por conseguinte, nas relações comerciais do Brasil no mercado internacional, priorizando e

²⁹⁷ Artigo derivado do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de especialista, pelo Instituto Federal Fluminense, em 2019, orientado pelo prof. Dr. Gustavo Carvalho de Lemos.

²⁹⁸ Professora de História do Ensino Fundamental da rede pública municipal de São João da Barra/RJ e Especialista em Literatura, Memória Cultural e Sociedade, pelo Instituto Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, RJ. E-mail: larissagvalentim@hotmail.com.

²⁹⁹ Após longos períodos de regimes ditatoriais (1937-45 e 1964-85), as eleições de 1985 se tornaram um marco no processo de redemocratização e do retorno ao pluripartidarismo, ainda que de forma indireta, via colégio eleitoral, elegendo o primeiro presidente civil brasileiro em décadas, Tancredo Neves. A partir da abertura política, portanto, as disputas tornaram-se mais amplas, o que podemos ver no pleito eleitoral de 1989, ano que foi representado por uma grande variedade de partidos e ideologias disputando o poder no campo político. Destacamos ainda a representativa participação do PT neste pleito, no qual Lula, na disputa pela presidência, alcançou no segundo turno 46.97% dos votos válidos, enquanto o eleito Fernando Collor, alcançou 53.03%, segundo o *Atlas das Eleições Presidenciais no Brasil*. Disponível em: <https://sites.google.com/site/atlasleicoespresidenciais/1989>. Acessado em 26 set. 2021.

³⁰⁰ Concorrendo primeiramente no pleito de 1989, no qual perdeu para o eleito Fernando Collor; em 1994, no qual perdeu para Fernando Henrique Cardoso e em 1998, perdendo novamente para Fernando Henrique Cardoso, sendo este reeleito. Para além destas disputas políticas, importante destacarmos a atuação do PT e de Lula no campo da luta sindical, como a presidência de Lula no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema nos anos de 1970, dirigindo esta classe, reivindicando melhorias salariais e mobilizando greves ao longo dos anos de 1970 e 1980, tornando o sindicalismo de São Bernardo referência nacional para centrais sindicais. Para um debate mais amplo sobre sindicalismo no Brasil e atuação de Lula nesta seara, indicamos o artigo escrito por Francisco Carlos Palomanes Marinho e Marco Aurélio Santana, *Sindicatos e processos de redemocratização no Brasil: Analisando algumas conjunturas*, publicado na Revista de História e Ciências Sociais Penélope, n. 27, 2002, p. 75-90. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2596993>. Acessado em 26 set. 2021.

fortalecendo as relações entre Brasil e demais países da América Latina³⁰¹.

Um elemento através do qual podemos entender melhor o projeto de governo e as articulações que o PT estaria disposto a fazer caso fosse o vencedor desta disputa eleitoral é a chamada “Carta ao povo brasileiro”, escrita em 2002. Nela podemos destacar a palavra de ordem do partido, na liderança de Lula: mudança. Esse projeto de mudança se propunha ao rompimento com o modelo econômico do governo de Fernando Henrique Cardoso, levando a cargo uma proposta de superação da crise que o Brasil passava no início dos anos 2000³⁰². O tema da mudança será crucial para essa argumentação, pois diz respeito não só às mudanças estratégicas e táticas elaboradas para vitória eleitoral ou para manter a governabilidade, mas refere-se fundamentalmente ao misto de necessidade de adaptação do ator político às condições objetivas e, também, ao seu processo de aprendizado sobre as condições limitadas de recursos e/ou condições institucionais para formulação e implementação de políticas públicas.

Na Carta ao Povo Brasileiro³⁰³, de 2002, Lula apresenta sua posição diante deste quadro, com o intuito de estabelecer alianças com a classe empresarial para que juntos pudessem encontrar soluções para a crise e, com isso, tranquilizar este setor e o mercado financeiro diante das incertezas do que seria o governo petista, orientado por uma agenda socialmente distributiva e economicamente desenvolvimentista, além de ser capitaneado por uma liderança proveniente da classe trabalhadora e da luta sindical.

Nesse sentido, ao liderar as pesquisas e na iminência da vitória estratégica, o primeiro objetivo tático imediato era gerar previsibilidade (“respeito aos contratos”) aos diferentes setores econômicos do país, neutralizando resistências e oposições. O segundo objetivo estratégico era iniciar o processo de pactuação das condições de governabilidade no “Presidencialismo de Coalizão”³⁰⁴ com fragmentação

³⁰¹ Projeto econômico que se baseia no estreitamento de laços diplomático e econômico entre países considerados emergentes, como foi a formação do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), constituído a partir de 2009 e com a posterior inserção da África do Sul ao bloco, em 2010, passando a ser denominado BRICS.

³⁰² Crise econômica esta que era resultado de uma combinação de câmbio desequilibrado, alta da inflação, risco-país em alta e as incertezas geradas a partir deste quadro. Além disso, apresentando a superação desta crise como objetivo imediato e de curto prazo, o PT demonstrava, assim, a proposta de uma transição moderada e negociada com a política econômica de Fernando Henrique Cardoso.

³⁰³ Do ponto de vista sociológico, cabe destacar o aspecto simbólico relevante desempenhado pelos Manifestos e Cartas na tradição política de esquerda. Com especial atenção para a retórica da Carta e sua força ideológica. Como argumentam os sociólogos R. Mesquita, G. Oliveira e R. Nery (2007): “O expediente da carta aberta, ao mesmo tempo que traz à memória a tradição ‘romântica’ da esquerda, constitui uma forma de comunicação relativamente pessoal e intimista – para as dimensões de uma campanha presidencial – e *estabelece um vínculo direto entre o candidato ‘enunciador’ e seu (e)leitor*. Este efeito retórico é essencialmente ideológico. Ele opera com elementos narrativos presentes na tradição de esquerda, mas, ao mesmo tempo, o faz num ‘ambiente’ universalizante; desconhecendo/secundarizando espaços político-sociais antagônicos – como o de classe. (...) Nesse contexto, as bases partidárias do PT são diluídas e os movimentos sociais ou as massas trabalhadoras são tidas mais como *eleitores* do que como sujeitos coletivos. Tal operação discursiva tem o efeito de minimizar o papel do PT como catalizador de demandas coletivas específicas. As instituições democráticas existentes, erguidas à condição de universalidade e capitaneadas por Lula na Presidência, poderiam cumprir esse papel.” (MESQUITA; OLIVEIRA; NERY; 2007: não paginado).

³⁰⁴ Segundo Fernando Limongi (2006), o sistema político brasileiro é pautado no presidencialismo de coalizão, uma vez que “a forma de governo adotada é o presidencialismo e governos recorrem à formação de coalizões para obter apoio para suas iniciativas.” (LIMONGI; 2006: 20). O autor defende, portanto, a capacidade que os partidos brasileiros têm em se organizar em coalizões para atingir seus objetivos e mesmo que o grupo governante tenha maioria no Congresso, isso não tira a necessidade que se têm em construir alianças políticas, muito além do que partidárias, para, assim, manter a governabilidade neste tipo de sistema.

partidária, convertendo o imenso capital eleitoral do presidente recentemente eleito em uma nova maioria parlamentar. Já o terceiro objetivo estratégico de médio/longo prazo era lançar as bases para formar a hegemonia social e política do projeto de poder petista.

Todavia, é pertinente apontar que ao mesmo tempo em que Lula se propunha a negociar com a classe empresarial e com o mercado, ele afirmava que o novo governo não deixaria de lado os grupos que o partido ideologicamente representava, as classes trabalhadoras em seus múltiplos segmentos como também aqueles que se encontravam numa posição da estratificação extremamente desigual da sociedade brasileira. É possível destacar tal projeto ao propor incentivo à produção agrícola familiar e à geração de empregos para que a classe trabalhadora pudesse ter mais acesso ao consumo de bens duráveis.

Para que isso se concretizasse, o ponto nodal do projeto econômico seria, então, controlar a inflação e retomar a confiança do Mercado Financeiro, investidores e demais agentes econômicos. Lula explica isso no seguinte trecho da Carta de 2002: “Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.” (LULA; 2002: 3).

Após três mandatos consecutivos completos do PT na presidência da República, o Brasil vivenciou um momento histórico alarmante para a hegemonia petista e, principalmente, para a sociedade e instituições democráticas: o golpe contra a então presidenta Dilma Rousseff, que levou ao seu *impeachment* em 2016³⁰⁵. Diante disso, o partido viu-se em situação de luta constante para manter suas forças e alianças, tentando sobreviver às turbulências que se esquadriavam no meio político.

O quadro político que se consolidava durante os últimos sopros de vida do governo Dilma apresentava a transformação intensa que o Brasil estava passando desde o primeiro mandato de Lula, em 2002: intensa crise econômica, agitação popular contra o governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores e o crescimento dos movimentos ideológicos, sociais e políticos de direita. Somado a isso, a Operação Lava Jato, em julho de 2017, determinou a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ex-vice presidente, Michel Temer, assumiu após o golpe dado sobre Dilma Rousseff, cuja agenda regressista e privatista³⁰⁶ alimentou o palco para a formação de uma onda antipetista. Assim, conseqüentemente, o impedimento de nova candidatura de Lula à Presidência para o pleito de da República veio a se concretizar.

³⁰⁵ O desfecho institucional do governo Dilma se deu com uma crise política gerada a partir das “Jornadas de Junho de 2013”, em que estava em voga uma radicalização democrática como parte das ações dos movimentos populares em reação às políticas econômicas da ex-presidenta, a manutenção do Lulismo, as demandas por ampliação da cidadania e a melhoria dos serviços públicos nos setores de educação, transporte e segurança, que levaram ao recrudescimento do setor empresarial. Daniel B. Teixeira, em seu artigo intitulado “As jornadas de 2013 e a crise da democracia”, argumenta que todo o período de estabilidade política e econômica do qual o PT pôde saborear não seria permanente e o partido não se atentou para “(...) um descompasso entre as classes políticas e as classes populares, uma crise das instituições e da própria democracia representativa, em um processo mais amplo de crise da representação.” (TEIXEIRA; 2018: 02).

³⁰⁶ Podemos citar aqui o intento para uma agenda de mudanças altamente nocivas para a classe trabalhadora, como a reforma da Previdência, reforma trabalhista e o amplo pacote de privatizações que Michel Temer desejava implementar no tempo em que esteve na cadeira da presidência. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/26/economia/1503758227_512966.html e em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/04/25/temer-reforma-trabalhista-terceirizacao/>. Acessados em 23 set. 2021.

Diante disso, o ex-presidente e ex-líder sindicalista escreveu nova Carta aos seus eleitores e à opinião pública de modo geral. Nesta Carta podemos destacar a permanência de algumas propostas para o projeto de governo do PT-2018, no intuito de reforçar o legado dos governos petistas, além de buscar manter coesa a sua base social e eleitoral, como, por exemplo, o incentivo a um mercado consumidor de bens duráveis, geração de empregos e investimento em educação.

Lula afirma sua esperança em conseguir reverter as acusações que, segundo ele, são injustas e infundadas. Nas palavras do ex-presidente,

É com os sonhos de quem quer viver outra vez num país em que todos tenham comida na mesa, em que haja emprego, salário digno e proteção da lei para quem trabalha; em que as crianças tenham escola e os jovens tenham futuro; em que as famílias possam comprar o carro, a casa e continuar sonhando e realizando cada vez mais. Um país em que todos tenham oportunidades e ninguém tenha privilégios. (LULA, 2018: 4).

Neste artigo, portanto, utilizando como fontes primárias a Carta ao Povo Brasileiro, de 2002 e a Carta ao Povo Brasileiro, de 2018, pretende-se realizar uma breve análise conjuntural do quadro socioeconômico e político brasileiro que levou Lula ao poder em 2002 e à sua condenação em 2017, anulando sua possível nova candidatura. Nossa análise desses dois documentos históricos objetiva, justamente, destacar as diferenças políticas e ideológicas substantivas da trajetória desse ator coletivo central da vida brasileira (o PT) e sua principal liderança (Lula), antes e depois da conquista da Presidência da República.

LULA, O CONCILIADOR DE CLASSES

Para que pudesse ter mais força na campanha eleitoral de 2002 e, de fato, viabilizar a vitória eleitoral no pleito presidencial, o PT de Lula se pôs disposto a remodelar o projeto de lutas que, até então, havia feito parte da história do partido, criando, assim, condições de governabilidade. Tais condições remeteram a um condicionamento progressivo do discurso ideológico e das propostas de governo em direção ao centro do espectro político.

Outro aspecto relevante foi que essa transformação política ao centro por parte do PT também ocorreu de modo processual devido a transição de um partido de lutas sociais para um partido que implementou o *modo petista de governar* em diversas gestões municipais. Ou seja, também ocorreu o aprendizado de gestão e incremento de políticas públicas e de participação cidadã como, por exemplo, o inovador mecanismo democrático denominado Orçamento Participativo.

Desde sua formação, o partido carregara consigo um projeto de luta de classes, aglutinando às suas causas a classe trabalhadora e mobilizando os sindicatos, se posicionando enfaticamente na defesa dos direitos sociais e reivindicações trabalhistas nos conflitos distributivos. Todavia, ao se ver diante de uma real possibilidade de vencer as eleições presidenciais algumas mudanças no projeto político do partido foram feitas³⁰⁷. Assim, Lula e o PT, foram deixando de ser

³⁰⁷ A ideia de alteração pragmática do projeto partidário, comumente tratada pela lógica da denúncia ideológica, envolveu o contraste textual dos documentos e teses históricas do partido e as “novidades” presentes na carta ao Povo Brasileiro (2002). Como exemplo desse tipo de abordagem analítica destacamos o artigo de Carlos A. Vidotto *Carta de despedida aos brasileiros*, publicado na revista do PT Teoria e Debate (Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2016/04/29/%ef%bb%bfcarta-de-despedida-aos-brasileiros/>. Acessado em 23 set. 2021) ou a dissertação de mestrado de Juliana M. de Castro, *PT: Dos Trabalhadores à Ordem: Uma análise da política de conciliação de classes a partir da Carta aos Brasileiros – 2002*. (Disponível

faces das mudanças estruturais mais acentuadas.

Na Carta ao povo brasileiro de 2002, Lula escreve:

“É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social” (LULA; 2002: 4).

Desta forma, o então candidato à presidência demonstrou o seu objetivo em estabelecer um governo de estabilidade e conciliação dos interesses da nação brasileira como um todo, afirmando que atenderia às necessidades de grupos antagônicos numa sociedade fortemente pautada pela desigualdade social. Ainda que nenhum dos lados pudesse prevalecer, o projeto lulista se apresentou como um forte aliado do setor empresarial.

Interessante notar, contudo, que o desenvolvimento econômico proposto no projeto lulista se colocou como o oposto aos projetos dos governos anteriores, pois o Estado estaria fortemente presente, intermediando as relações entre mercado financeiro e forças produtivas, sendo a mola propulsora para o desenvolvimento e fazendo uma convergência política de interesses, em tese, conflitantes num mesmo bloco de poder hegemônico. É possível citar como exemplo o esforço em aglutinar pautas do Movimento Sem Terra (MST) e do agronegócio.

Para caracterizar essa nova ordem política, o sociólogo e pesquisador Luiz Werneck Vianna desenvolveu uma interessante abordagem crítica do primeiro governo petista denominada “O Estado Novo do PT”. A partir da caracterização do governo Lula, o autor argumenta que o programa do PT “(...) se orientava no sentido de preconizar reformas estruturais que permitissem dirigir os rumos da economia para as necessidades da sua população e favorecer um desenvolvimento autossustentado das forças produtivas nacionais.” (VIANNA; 2007: 19). Entretanto, para acalmar os ânimos dos agentes econômicos e conseguir apoio da elite burguesa, o rumo tomado pelo partido no governo foi o de “ceder à contingência, abdicar do seu programa e das veleidades revolucionárias de amplos setores do seu partido e de se pôr em linha de continuidade com a política econômica financeira do governo anterior.” (VIANNA; 2007: 19).

Portanto, Werneck Vianna identifica no “Estado Novo do PT” um duplo movimento: o salutar amadurecimento democrático de consolidação da “via institucional” e a superação das “veleidades revolucionárias”. Outro aspecto controverso desse “giro político” destacado por Vianna foi uma espécie de reedição da pretensão dirigista e centralizadora do Estado Novo de Vargas, cuja a imagem institucional mais bem acabada foi a institucionalização do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. O famoso “Conselhão”³⁰⁸ tinha essa função de aglutinar a diversidade dos atores econômicos e sociais da sociedade brasileira numa interlocução direta com o Governo do PT e com o Presidente Lula.

em:

https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/24986/1/PTTrabalhadoresOrdem_Castro_2017.pdf. Acessado em 23 set. 2021).

³⁰⁸ Extinto em 8 de maio de 2019 pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, bem como outros 54 conselhos e colegiados, sob justificativa de diminuir os gastos da União com estes órgãos e alegando que estes estariam “atrapalhando” o desenvolvimento econômico do país. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/2019/05/998828-bolsonaro-extingue-mais-de-50-conselhos-e-colegiados-criados-nos-governos-do-pt.html>. Acessado em 23 set. 2021.

Da perspectiva da formação histórica do ator político, os apoiadores do Partido dos Trabalhadores, em suas origens, remetiam à classe média trabalhadora, intelectuais, trabalhadores sindicalizados, estudantes e membros do funcionalismo público. Esse padrão social de filiação e preferência partidária tendeu a se alterar ao longo do primeiro mandato de Lula. Além do desgaste natural do ato de governar para múltiplas pautas – não somente para as pautas reivindicatórias das classes sociais da origem do PT -, uma parcela destes apoiadores originais desmembrou-se do agrupamento partidário após a crise do “Mensalão” em 2005³⁰⁹, dando origem a outros partidos como, por exemplo, o PSOL (2004).

Ainda que no campo político-econômico, o PT tenha seguido o caminho das tentativas de mediação, no campo social optaram por atender a um novo segmento social até então esquecido pelos governos antecessores e ignorado pela elite brasileira, o subproletariado. Este grupo, amplo segmento de trabalhadores precarizados, pobres e miseráveis, a partir do primeiro mandato de Lula, passou a ser elemento-chave em sua base eleitoral³¹⁰.

De acordo com os autores Fonseca, Souza e Silva (2017) a formação do subproletariado é reflexo das consequências da escravidão, a partir da qual formou-se, sobretudo nas regiões norte e nordeste, uma classe composta de indivíduos que não foram absorvidos ou o foram de modo precário pelo mercado de trabalho e se encontram permanentemente abaixo da linha da pobreza, em condição de miserabilidade. Diante disso, o Lulismo mostrou-se como um “fenômeno ‘positivo’ do subproletariado” (FONSECA, SOUZA, SILVA; 2017: 5). Aparentemente, a confluência de políticas diretamente distributivistas (como o Bolsa Família), acesso à crédito e redução da desigualdade, foi decisiva para a fidelização política e eleitoral desse grupo socialmente representativo e ideologicamente difuso. Nesse sentido, essa dinâmica deu origem às bases sociais do Lulismo, o que tornou possível a reeleição de Lula em 2006, com larga vantagem em relação ao seu adversário Geraldo Alckimin (PSDB).

Não à toa o projeto de justiça social desempenhado pelo PT em seu primeiro mandato se preocupou em atender este expressivo contingente populacional com programas como, por exemplo, Fome Zero e Bolsa Família, que objetivavam erradicar a fome, retirar as famílias que se encontravam abaixo da linha de pobreza e fomentar a emancipação socioeconômica destas famílias por meio de um grande projeto nacional de redistribuição de renda.

Promovendo a ascensão do subproletariado, o Lulismo estabeleceu um projeto reformista, o qual esteve “preocupado em transferir para o proletariado parte da sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente, recuando a luta ideológica para fora do conflito capital x trabalho.” (FONSECA, SOUZA, SILVA; 2017: 9). Contudo, tal reformismo – o que Singer (2012) denominou de *reformismo*

³⁰⁹ Segundo André Singer (2009), “No período do ‘mensalão’, o governo efetivamente perdeu parcela importante do suporte que trazia desde a eleição de 2002. Nas camadas médias, essa rejeição desdobrou-se numa forte preferência por um candidato de oposição à presidência em 2006” (SINGER; 2009: 84).

³¹⁰ A partir da análise de dados acerca das intenções de votos para o pleito de 2006 e do resultado do mesmo, Singer explica que “houve um deslocamento subterrâneo de eleitores não de baixa renda, mas de *baixíssima renda* (...)”, fazendo com que houvesse uma polarização social neste processo eleitoral, que, foi resultado do fenômeno denominado por ele de Lulismo. (SINGER; 2009: 84, grifo do autor). Baseado nos resultados de Power e Hunter, o autor explica ainda que nos pleitos eleitorais anteriores aos quais o PT concorreu à presidência, a base eleitoral do partido era composta por “eleitores dos níveis superiores de escolarização nos Estados mais urbanizados e industrializados do Sul e Sudeste” (POWER e HUNTER apud SINGER, André; 2009: 90).

fraco – se deu sem organização e mobilização deste grupo. Especialmente, tendo em vista que, historicamente, não se trata de uma classe social padrão³¹¹ e, por isso, acaba por não possuir uma identidade coletiva clara nem uma unidade política ativa.

Em entrevista ao site BBC, André Singer enfatizou que a mobilidade social proporcionada pelo Lulismo fez com que a classe empobrecida permanente pudesse ascender à classe trabalhadora.

Esses antigos pobres que melhoraram de condição, e foram em número expressivo, de dezenas de milhões, entraram no que chamo de uma nova classe trabalhadora. E aí, sim, houve um engano dos dirigentes do lulismo, que não se aplicaram ao trabalho de politização dessa nova classe trabalhadora. Ela precisaria ter sido conscientizada de que não estava mudando de condição apenas por seus próprios méritos, mas, sim, porque houve um conjunto de políticas públicas orientadas para ajudar esse setor a mudar de condição (SINGER; 2018: não paginado).

Ao contrário de entender o subproletariado como carente de *consciência de classe*, o fenômeno é, em si, sociologicamente relevante e repercute um tema clássico da ciência política que é a correlação entre fidelização eleitoral e a expectativa de melhoria econômica e mobilidade social (DOWNS, Anthony; 1999). Em outras palavras, o fenômeno social e político do Lulismo, diferentemente da abordagem elitista e demofóbica que tenta desqualificar *a priori* as opções eleitorais dessa população pobre, representa um caso de escolha racional do governante. Pierre Bourdieu (1989), ao debater a natureza dos campos sociais enfatiza a especificidade da lógica do campo político segundo a qual:

“(...) os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (...) a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos.” (BOURDIEU; 1989: 165)³¹².

Como tudo o que ocorre no mundo social demanda parâmetros construídos por meio da socialização, a consciência política e o padrão de participação cidadã também são condicionados por esse fator determinante. Além disso, como argumenta Bourdieu, a participação em diferentes campos sociais (como o campo político) também pode envolver a troca de capitais por parte do agente social. Entretanto, qual capital social pode ser operacionalizado pelos membros do grupo populacional dos trabalhadores desqualificados, público alvo do Lulismo? Como utilizar capitais materiais e simbólicos em diferentes campos sociais com lógicas específicas, se os agentes em questão vivem no limite da vulnerabilidade social e no desejo de bens primários para a sobrevivência?

Nesta perspectiva, entende-se que o subproletariado não tem acesso a

³¹¹ No sentido de poder ser situada em um lugar definido na estratificação social moderna segundo os patrimônios sociológicos: profissão, renda, escolarização ou *status*.

³¹² Antônio Catani (2017) explica em seu *Vocabulário Bourdieu* que o campo é “um ‘sistema’ ou um ‘espaço’ estruturado de posições ocupadas pelos diferentes agentes do campo. As práticas e estratégias dos agentes só se tornam compreensíveis se forem relacionadas às suas posições no campo.” (CATANI; 2017: 65). Em outras palavras, o campo é um espaço de lutas, de disputas de poder e por isso a posse do capital se dá de forma desigual, estabelecendo, assim, os grupos dominantes (que mantém o monopólio do capital) e os grupos dominados (que estão em constante disputa com os demais agentes do campo).

diferentes oportunidades para socialização e aprendizado social, nem acesso aos instrumentos necessários para uma formação política crítica capaz de mover as estruturas sociais a partir de baixo, justamente por sua posição social subalterna e excluída. Eles sofreram, portanto, o processo de “desapossamento econômico e cultural” (BOURDIEU; 1989: 164), ou seja, foram desprovidos dos meios de produção necessários para a formação de discurso, consciência e prática políticas. Tais barreiras sociais, típicas de sistemas sociais extremamente desiguais e segregacionistas, inviabilizam, conseqüentemente, a inclusão e participação desta população no campo político.

Bourdieu destaca, ainda, que a lógica do campo político se baseia numa dinâmica interna de capitais, ou seja, aqueles que têm a rara oportunidade de participação no campo têm que lidar com o monopólio dos profissionais sobre o poder político. Por este prisma, nota-se que durante os dois primeiros mandatos de Lula e da construção política do Lulismo, houve um processo de mobilização seletiva desse subproletariado por meio do Programa Bolsa-Família e demais políticas voltadas para a redução da desigualdade social, atendendo às demandas sociais básicas e reprimidas dessa significativa parcela da população brasileira, sem, contudo, alterar o quadro histórico da subcidadania. Situação que nos leva a questionar os limites emancipatórios das políticas distributivas, quando não associadas à políticas de qualificação e de reinserção produtiva, como também as condições de sustentabilidade dessas políticas distributivas em contextos de baixo crescimento econômico e restrição orçamentária.

Contudo, o que se desdobrou ao longo dos primeiros anos do PT no Executivo, foi a consolidação simbólica de Lula como um novo *pai dos pobres* e, por conseguinte, cristalizou a percepção dele e do PT como representantes simbólicos dessa grande parcela da população brasileira. Na condição de representantes políticos dos *despossuídos* estruturais, estavam em posição de mobilizá-los seletivamente para participação nos sucessivos ciclos eleitorais e, assim, se constituir numa força eleitoral fiel e imprescindível para o partido e para a permanência do projeto Lulista.

O sociólogo Francisco de Oliveira (2007) reafirma que os *tremores* na estrutura social brasileira causados pela ascensão de Lula e do PT à presidência da República, não foram suficientes para transformar a estrutura estratificada da sociedade brasileira e seu gritante padrão de desigualdade das posições e oportunidades sociais. Tal argumento crítico também toca na questão dos limites de ação dos governos frente ao sistema econômico e seus efeitos históricos de reprodução de desigualdade estrutural e ainda coloca em debate os limites das políticas públicas equalizadoras (que instituem ou incentivam novos fluxos de mobilidade social) dentro de um contexto histórico e social de esgotamento de mobilidade estrutural.

O cientista social André Singer (2009), autor da expressão conceitual “Lulismo”, defende a tese de que, “(...) a emergência do lulismo expressa um fenômeno de representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização.” (SINGER, 2009: 84). Segundo ele, o Lulismo se estruturou na existência de um Estado forte e controlador, a partir do qual se poderia “diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida.” (SINGER, 2009: 84).

Tal proposta pode ser identificada na Carta ao Povo Brasileiro, de 2002, na qual Lula afirma que para a realização do projeto desenvolvimentista aliado à distribuição direta de renda era necessário que houvesse “(...) um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.” (LULA; 2002: 2). Denotando, portanto, a necessidade de haver um acordo entre o Estado e o povo

em nome da ordem social e dos benefícios comuns que este acordo político poderia trazer a todos. Isto é, partindo de uma lógica de conflito social (que remete à típica noção de “luta de classes”) e das lutas sociais reivindicatórias de direitos, o PT, na iminência da vitória presidencial, operou um “transformismo”³¹³ duplo na sua trajetória como ator coletivo: uma transformação teórico-conceitual (do antagonismo de classe e utopia revolucionária para a lógica contratualista do reconhecimento da validade de direitos constitucionais e legais como condição para legitimidade do governo) e uma alteração da concepção do campo político e de operação do jogo democrático. Desta forma, ganha primazia a criação de condições para a construção do consenso e do acordo entre classes, como também, cresce em relevância a necessidade pragmática de garantir a governabilidade em um sistema político de *presidencialismo de coalizão*.

Nesse processo de “transformismo” ideológico e político, podemos identificar a permanência da principal característica distintiva do PT como ator coletivo: a tendência ao hegemomismo.

Nas palavras de Lula, na Carta de 2002, os termos dessa transição negociada e de mudança pactuada se destacam:

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. (...) O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. (...) A premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. (...) Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro. (...) Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. (...). (LULA; 2002: 2-4).

Werneck Vianna (2007), que descreve essa conjuntura da formação do Estado Novo do PT, argumenta que esse: “Estado não quer se apresentar como o lugar de representação de um interesse em detrimento de outro, mas de todos os interesses.” (VIANNA; 2007: 19). Nesse sentido, os governos petistas instituíram uma dinâmica política que buscava conciliar os interesses das diversas classes até que as mesmas se diluíssem no campo político-ideológico.

Singer (2012) argumenta que tal programa de governo esboçado na Carta de 2002 expressa a construção “de um programa capitalista com forte presença estatal, de distribuição da renda sem confronto, que não por acaso lembra o ideário varguista. Para executar tal programa, as alianças ocorrerão independentemente dos argumentos ideológicos.” (SINGER; 2012: 70). Entendendo, assim, o caráter

³¹³ O sociólogo José de Lima Soares (2013) à luz da definição gramsciana de “Transformismo” determina o conceito como “o movimento de cooptação política e ideológica desencadeado pelas classes dominantes sobre suas forças aliadas e/ou sobre as classes subalternas. Tal movimento de aproximação com o governo consiste em atrair para o campo político dominante os intelectuais orgânicos dos outros grupos sociais, seus dirigentes políticos e ideológicos, esvaziando sua postura crítica e decapitando as forças sociais oponentes de sua direção política. Desse modo, permite-se a conservação da ordem numa qualidade superior, pois as contradições sociais e a luta entre as classes não desdobram no plano da luta política e ideológica (...).” (SOARES; 2013: 548).

hegemônio e conciliador de classes do partido. Contudo, tal hegemonia fora tragada por uma confluência de fatos, de projetos político-ideológicos antagônicos em respostas às mudanças sociais positivas geradas pelo projeto petista e pelas próprias contradições e ambiguidades no interior do Lulismo.

A CRISE DA HEGEMONIA PETISTA

Ao longo da primeira década dos anos 2000, o Partido dos Trabalhadores consolidou sua hegemonia política na sociedade brasileira e a figura pública da sua maior liderança completou o processo de transformação em símbolo político. Após a reeleição de Lula, em 2006, presidindo o país com crescimento econômico – aquém da crise internacional daquele período –, redução das desigualdades sociais e multiplicação de oportunidades, seu governo cristalizou-se na memória coletiva, especialmente para os segmentos sociais beneficiados pelas políticas distributivistas, pelo aumento real do salário mínimo e pelo fortalecimento do mercado interno.

O Lulismo, passando a ser força maior que o PT, se cristalizou no imaginário popular e se traduziu na formação de maioria eleitoral fidelizada. Evidentemente, como é típico do dissenso democrático, a oposição ao projeto petista também foi se organizando e se radicalizando: na impossibilidade conjuntural de conquistar o centro do espectro político, a oposição tornou-se cada vez mais identificada com as pautas ideológicas de direita e adotou a atitude golpista permanente.

Lula finalizou o seu segundo mandato com recordes de popularidade e conseguiu produzir um dos casos mais significativos de transferência de votos da história das democracias: a eleição de Dilma Rousseff. Tamanha demonstração de força eleitoral, resultando na eleição de uma agente política desconhecida do grande público e de perfil tecnocrático, continha um grande risco político, que àquela altura se imaginou calculado e sob controle. Uma das ilusões do grupo político vitorioso é acreditar que controla o conjunto das variáveis determinantes do seu sucesso. Quando as condições econômicas internacionais – como o ciclo de expansão de commodities – e internas – como a desaceleração da atividade econômica, repique inflacionário e desequilíbrio das contas públicas – se tornaram progressivamente adversas, as variáveis políticas passaram a ser desfavoráveis e hostis ao projeto petista.

Na Carta ao Povo Brasileiro escrita em 2018, em meio a um momento turbulento no cenário político brasileiro, Lula argumentou em sua defesa contra as acusações de corrupção que o impediram de se candidatar novamente à presidência da República. Ele coloca tal impedimento como um atentado à democracia nacional ao afirmar que “(...) proibiram o povo brasileiro de votar livremente para mudar a triste realidade do país” (LULA; 2018; 1).

Lula interpôs ainda, afirmando que ao condená-lo, “querem prender e interditar o projeto de Brasil que a maioria aprovou em quatro eleições consecutivas, e que só foi interrompido por um golpe contra uma presidenta legitimamente eleita, que não cometeu crime de responsabilidade, jogando o país no caos.” (LULA; 2018; 1). Independente do mérito dos argumentos alegados sobre a ilegalidade e injustiça das condenações, tal situação extrema exigiu uma remodelagem do líder político alçado à figura de símbolo ideológico e corporificador do Lulismo.

A culminância deste evento se deu a partir do processo de mudanças que vinham acontecendo desde as Jornadas de 2013, em que o governo de Dilma Rousseff se fragilizava ainda mais e movimentos autodenominados apartidários dominavam as ruas e as redes sociais. Segundo o argumento do economista Pedro Paulo Zahluth Bastos (2017), o governo Dilma se encontrava sem base de apoio

político e popular, o que acabou por possibilitar o processo de *impeachment* e sua inevitável deflagração. Segundo o autor, durante o seu segundo governo, a escolha da presidenta em atender a demanda do empresariado, executando, assim, uma agenda conservadora, não foi o caminho mais adequado como se viu no desenrolar do mandato, pois diferente do que se esperava, “(...) o resultado da virada de política econômica foi aprofundar a perda de lucratividade e o descontentamento empresarial, e também detonar uma grande perda de popularidade inclusive na base de apoio tradicional dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT)” (BASTOS; 2017: 5).

Assim, entende-se que o descontentamento de setores da burguesia empresarial e as variações da política econômica implementada durante o primeiro governo Dilma, somados a discursos anticorrupção e rejeição à representação política, formaram uma onda de movimentos populares e se materializaram também no ativismo de setores estratégicos do judiciário brasileiro. Tal dinâmica, que atingiu fortemente a hegemonia petista, teve seu ápice no protagonismo condenatório da Operação Lava Jato³¹⁴, que tornou o campo propício para a derrocada petista na liderança do país e criou as condições para o levante expressivo dos movimentos da direita neoliberal.

Parte da população brasileira, nessas condições, passou a manifestar apoio às investigações da Polícia Federal que eram divulgadas constantemente na mídia de massa e, principalmente, à figura do então juiz federal Sérgio Moro, que passou a ser estabelecido midiaticamente como símbolo nacional da justiça. Ele alcançou o apogeu de suas ações investigativas ao decretar a prisão do ex-presidente Lula, que como resposta, em sua Carta ao Povo Brasileiro de 2018, argumentou que a sua condenação “(...) é uma farsa judicial, uma vingança política, sempre usando medidas de exceção contra mim.” (LULA; 2018: 1)³¹⁵.

A argumentação de Lula, portanto, se desenrola na afirmação de sua inocência e na parcialidade do processo judicial em curso, recorrendo ainda às instituições e autoridades internacionais que reconheceriam a ilegalidade do processo. Com o intuito de legitimar tal argumento, ele afirma, portanto: “Denunciei as mentiras e os abusos de autoridade em todos os tribunais, inclusive no Comitê de Direitos Humanos da ONU, que reconheceu meu direito de ser candidato.” (LULA; 2018: 2). Lula continua: “A comunidade jurídica, dentro e fora do país, indignou-se com as aberrações cometidas por Sergio Moro e pelo Tribunal de Porto Alegre. Lideranças de todo o mundo denunciaram o atentado à democracia em que meu processo se transformou.” (LULA; 2018: 2).

Além de apontar a parcialidade e um interesse político nas ações do juiz, o ex-presidente, denuncia também a participação da mídia na construção de uma narrativa antipetista e antilulista, cuja empresa a encabeçar tal viés foi, segundo ele, a Rede Globo.

Desta maneira, Lula buscou criar, na Carta, argumentos que justificassem sua inocência, tentando atrair de volta para si aquilo que era a base popular de seu partido e que, nas palavras dele, corresponderia a uma considerável porcentagem

³¹⁴ A Operação Lava Jato foi um conjunto de investigações da Polícia Federal que investigou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desenrolando um processo que levou à sua condenação.

³¹⁵ Podemos citar aqui o jornal digital *The Intercept Brasil* que iniciou um processo investigativo das ações da Lava Jato, gerando uma vasta documentação sobre áudios vazados de juízes, procuradores e demais agentes do judiciário, da Polícia Federal e Ministério Público envolvidos na Operação. Essa documentação visa denunciar a parcialidade do processo contra Lula e a conspiração política e judiciária contra o ex-presidente petista e a hegemonia da centro-esquerda. As reportagens e transcrições de áudios estão disponíveis em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>. Acessado em 24 set. 2021.

de eleitores que o colocavam na liderança nas pesquisas de intenção de votos do período pré-eleitoral de 2018. Esperançoso de manter esses votos e tendo em vista o seu impedimento, Lula pôs outro ator político como o representante do projeto de justiça social do Partido dos Trabalhadores. Na Carta ao Povo Brasileiro de 2018, ele consagrou Fernando Haddad como seu sucessor, aquele que teria a missão de ser o novo rosto do Lulismo.

Para justificar a indicação de Haddad, que até então concorria ao seu lado como candidato à vice-presidência, e tentar convencer os eleitores a manter o voto, o ex-presidente apontou uma variedade de atributos do seu indicado. Ele explicou como Haddad foi uma importante peça do seu governo no Ministério da Educação para disseminar polos universitários pelo país, abrangendo cada vez mais as oportunidades para o ingresso de estudantes pobres, das escolas públicas, indígenas e negros no Ensino Superior. Além disso, ele acrescentou que “juntos criamos o Prouni, o novo Fies, as cotas, o Fundeb, o Enem, o Plano Nacional de Educação, o Pronatec e fizemos quatro vezes mais escolas técnicas do que fizeram antes em cem anos. Criamos o futuro.” (LULA; 2018: 3).

Tal como explícito na Carta ao Povo Brasileiro, de 2002, neste momento, Lula afirma que o PT tem alianças políticas com outros partidos da esquerda brasileira, como o PCdoB – que teve a sua filiada e, então, deputada estadual, Manuela D’Ávila como candidata à vice-presidência na chapa com Fernando Haddad -, PSB, PROS, entre outros. Desta vez, ele o fez na intenção de demonstrar, principalmente àqueles de sua base popular, que o PT continuava vivo e fiel aos princípios e alianças que os levaram a permanecer mais de uma década no poder. O ex-presidente construiu, portanto, um discurso pautado em palavras de esperança e rememoração de um período do governo petista em que houve grande desenvolvimento econômico e social, que ele destaca da seguinte forma:

“É com os sonhos de quem quer viver outra vez num país em que todos tenham comida na mesa, em que haja emprego, salário digno e proteção da lei para quem trabalha; (...) em que famílias possam comprar o carro, a casa e continuar sonhando e realizando cada vez mais.” (LULA; 2018: 3).

Além da transferência de votos ocorrida para Dilma, em seu primeiro mandato, a mesma intenção ocorre com Haddad. A estratégia se apoiava na figura carismática e no capital política de Lula. Ele destaca, na Carta (2018) que as intenções de voto apotavam para a vitória de sua chapa e ao estabelecer comparação com Haddad, demonstra a força da figura do Lula muito acima de ideologias e partidos. O ex-presidente afirma que “Nós já somos milhões de Lulas e, de hoje em diante, Fernando Haddad será Lula para milhões de brasileiros.” (LULA; 2018: 5).

Todavia, a estratégia de transferência de votos nesta conjuntura não levou o PT à vitória no pleito de 2018. O caminho percorrido ao longo do período histórico aqui analisado levou a este fim: o colapso do Lulismo e a crise hegemônica do Partido dos Trabalhadores.

Para o sociólogo brasileiro, André Singer, uma das justificativas para o colapso do Lulismo se deu devido às contradições internas do próprio programa. Uma das questões apontadas pelo autor, em *Os sentidos do Lulismo* (2012) é o desfalecimento da mobilização da base social do partido, que levou, desta forma, a um enfraquecimento do que o autor chama de “primeira alma do PT” (SINGER; 2012: 69). Para ele, o que era proposta inicial do partido, um reformismo forte, tornou-se durante o governo Lula, um reformismo gradual e conservador.

Como exemplo do desmantelamento das ações políticas em parceria aos movimentos sociais e, por conseguinte, o distanciamento entre o Partido dos Trabalhadores e sua base eleitoral, Singer (2012) aponta para a implementação do Bolsa Família que, segundo ele, fez com que os “comitês gestores” implantados para o Programa Fome Zero, deixassem de ter função, uma vez que a relação passou a ser estabelecida entre Governo Federal e Prefeituras Municipais³¹⁶.

Somado a fragilização da base social do partido, pode-se acrescentar o quadro histórico do Brasil de mudanças sociais pouco profundas, uma vez que as massas populares sempre foram duramente reprimidas e o poder hegemônico não deixou de transitar entre as frações da classe dominante. Esta dinâmica é explicada a partir do conceito gramsciano de *revolução passiva*, - conceito também utilizado por autores como Singer e Coutinho – em que a massa é cooptada pelo discurso da classe dominante, a qual concede algumas das exigências das classes precarizadas, mas sem que uma revolução popular de fato aconteça, ou seja, sem que a classe dominante seja ameaçada em seu poder.

Essa forma controlada de mediação dos conflitos entre a classe subalterna e a classe dominante se transpõe para o Estado, no qual se personifica o sujeito político que pode ser capaz de equilibrar essas tensões. É, portanto, a classe dominante se apropriando das estruturas do Estado para atender aos seus interesses próprios, principalmente, manter estanque a estrutura social pré-estabelecida.

No caso da ascensão do PT ao mais alto posto da República brasileira, Singer (2012) argumenta que “em lugar de o partido conservador cooptar os quadros revolucionários para executar de maneira controlada as alterações renovadoras, na prática lulista os elementos conservadores é que foram cooptados pelos dirigentes de origem progressista (...)” (SINGER; 2012: 21). Identificou-se tal dinâmica na primeira Carta ao Povo Brasileiro e nos mandatos de Lula, quando ele tinha grande apoio popular em mãos.

Singer (2012) explica ainda que apesar do precariado passar a fazer parte da base social do PT, este grupo mesmo não se aderiu ao partido por meio de uma ideologia política, mas sim devido a um projeto de governo desdobrado em políticas distributivistas. Associado à condição de revolução passiva, a *desideologização* (SINGER; 2012: 41) da massa empobrecida permanente, que foi elevada à categoria de classe trabalhadora ³¹⁷, não acompanhou o partido em suas horas de maior necessidade.

A cientista política Camila Góes (2017), à luz do livro *As contradições do Lulismo*, aponta esta situação conflituosa ao abordar a crise do governo Dilma. Segundo a autora, para que a presidenta levasse a frente o seu projeto de enfrentamento ao mercado financeiro “deveria ter mobilizado as classes populares, sua base social, o que não fez.” (GÓES; 2017: 217).

Deste modo, pode-se observar como se delineou a crise da hegemonia do Partido dos Trabalhadores, que uma vez tendo alcançado o ápice das disputas no campo político ao assumir a presidência e manter maioria no Congresso, se viu comprometido com o golpe aplicado sobre a presidenta Dilma e a consequente prisão de seu principal fiador político, Luís Inácio Lula da Silva. A tentativa de resgate do apoio dessa base social se fez notar na Carta ao Povo Brasileiro de 2018, na esperança de manter as condições de competitividade eleitoral do Partido

³¹⁶ FREI BETTO, *Calendário do Poder*, s/d, p. 363, apud SINGER; 2012, p. 110.

³¹⁷ Importante sublinhar aqui que esta elevação de categoria não representa uma elevação na qualidade da condição de vida do proletário, pois o mercado de trabalho ampliado principalmente durante o segundo governo Lula representa, em boa parte, subempregos e empregos temporários.

dos Trabalhadores e de Fernando Haddad como fortes concorrentes nas eleições do mesmo ano³¹⁸. Todavia, o cenário político e econômico no Brasil não estava favorável para o caminho de reconstrução da ideologia Lulista e do PT que o partido e Lula escolheram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A origem do Partido dos Trabalhadores (PT) se deu em meio à luta sindical em São Bernardo do Campo, em São Paulo, junto às causas da classe trabalhadora dos setores industriais e urbanos. No sistema presidencialista brasileiro, o partido buscou inserir-se nos cargos das instituições democráticas levando o discurso da luta de classes, destacando-se fortemente nas disputas municipais e presidenciais, ainda que este objetivo último só tenha sido alcançado em 2002.

Todavia, para isso, mudanças estruturais e ideológicas dentro do PT aconteceram. Destacamos, neste trabalho, a movimentação do partido no espectro político para o centro e a base social que passou a ser composta majoritariamente pelas classes subalternas. Esta mudança se deu, segundo André Singer, devido ao fenômeno do Lulismo que, segundo ele, “foi expressão de uma camada social específica (...)” (SINGER; 2009: 86) e programas como o Bolsa Família, aumento do salário mínimo, do poder de compra, uma ampla concessão de crédito e controle dos preços de produtos de consumo básicos³¹⁹ permitiram a fidelização destes grupos ao PT e, principalmente, à Lula, cuja figura política tornou-se um novo modelo de “pai dos pobres”.

O sociólogo estabelece, desta forma, a existência de um tripé (Bolsa Família, salário mínimo e expansão de crédito) associado a demais programas assistencialistas e de orientação distributiva para justificar o fortalecimento do PT e, por conseguinte, sua manutenção enquanto partido e projeto hegemônico durante décadas no Brasil. Entretanto, esta dinâmica se concretizou na medida em que a caracterizamos como um processo de *revolução passiva*, em que a massa *desiologizada* é cooptada pelo discurso do grupo dominante, mantendo-se dispersa. Tal situação tornou-se muito cara ao PT no momento em que a força da base social do partido fazia-se necessária quando do golpe sofrido pela, então, presidenta Dilma Rousseff – fruto de uma crise política que já vinha se delineando desde as Jornadas de Junho de 2013 – e pelas ações da operação Lava-Jato que condenaram o ex-presidente Lula.

Gradativamente percebeu-se a perda hegemônica do discurso petista, como ocorreu no pleito para o governo federal, de 2018, em que Lula foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá. A mobilização social estava difusa, havia uma força contrária muito grande de agentes políticos num discurso *demofóbico* do partido petista e de Lula e que angariou muitos

³¹⁸ Ainda assim, é importante ressaltar que a crise do PT e a prisão de Lula não representaram o fim do Lulismo, no que se pode notar à soltura do ex-presidente em 8 de novembro de 2019 quando culminou em forte comoção popular, de movimentos sociais, agentes políticos e até mesmo dos grupos de esquerda críticos do partido, conseqüentemente houve fôlego para mobilizar e reorganizar a oposição ao governo Bolsonaro. Nos anos que se seguem, vemos também vitórias de Lula no judiciário em ações que determinaram sua inocência e da decisão do STF em considerar o então juiz Sérgio Moro parcial na condenação do ex-presidente no caso do triplex do Guarujá, o que alimenta a força do Lulismo.

³¹⁹ Singer destaca ainda o programa “Luz Para Todos (de eletrificação rural), regularização das propriedades quilombolas, construção de cisternas no semi-árido etc.” (SINGER; 2009: 93).

adeptos. Assim, a derrota do partido nas eleições deste período representou uma forte crise da hegemonia do PT, a perda da maioria no Congresso e o início de uma nova disputa pela cooptação de setores da classe média e do precariado para fazer frente como oposição ao governo instaurado e tentar retomar o espaço de destaque no campo político que o partido conquistou ao longo de sua trajetória³²⁰.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

SILVA, Luiz Inácio da. *Carta ao povo brasileiro*. 2002. Disponível em: <http://www.pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>. Acessado em 20 set. 2021.

SILVA, Luiz Inácio da. *Carta de Lula ao povo brasileiro*. 2018. Disponível em: <http://www.pt.org.br/carta-de-lula-ao-povo-brasileiro/>. Acessado em 20 set. 2021.

FONTES SECUNDÁRIAS

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: Poder estrutural, contradição e ideologia. In: *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, p. 1-63, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/22050>. Acessado em 25 set. 2021.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In: *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Memória e Sociedade. DIFEL. RJ: Bertrand Brasil, 1989.

CATANI, Afrânio Mendes (org.). *Vocabulário Bourdieu*. 1 ed. BH: Autêntica Editora, 2017.

DOWNS, Anthony. O desenvolvimento de ideologias políticas como meio de obter votos. In: *Uma teoria econômica da democracia*. Tradução de Sandra Gardini Teixeira Vasconcelos. SP: USP, 1999, p. 70; 133-134.

FONSECA, Karen Christina; SOUZA, Paulo Roberto Elias de.; SILVA, Sidney Jard da. Contribuições acerca do sujeito histórico do Lulismo: subproletariado e precariado? In: *IX Congresso Latino-americano de Ciência Política*. Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 26-28 de jul. de 2017.

GÓES, Camila Massaro de. SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos? SP: Boitempo, 2016. In: *Revista Outubro*, ed. 28, p. 215-223, abr. 2017. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/resenha-de-singer-a-loureiro-i-as-contradicoes-do-lulismo-a-que-ponto-chegamos-sao-paulo-boitempo-2016/>. Acessado em 23 set. 2021.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. In: *Novos Estudos*, Cebrap, n. 76, 2006, p. 17-41. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-76>. Acessado em 23 set. 2021.

MESQUISTA, Rui G. M.; OLIVERIA, Gustavo Gilson; NERY, Rodrigo. Análise da Carta ao Povo Brasileiro de 2002. In: *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife: UFPE, 29 de maio a 1 junho de 2007. Disponível em: http://sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gi

³²⁰ É importante, contudo, destacarmos que o Lulismo permanece como discurso para angariar eleitores, como é apresentado por Lula na Carta aos Brasileiros, de 2018, em que afirma a manutenção do projeto de justiça social, se colocando de forma combativa contra ao quadro geral econômico e social em que o Brasil se encontra neste contexto.

d=137& Itemid=171. Acessado em 24 set. 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: *Piauí*, São Paulo, n. 7, jan. 2007. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/hegemonia-as-avessas/>. Acessado em 24 set. 2021.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. In: *Novos Estudos*, Cebrap, n. 85, nov. de 2009, p. 83-102.

_____. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. SP: Companhia das Letras, 2012.

_____. 'Os miseráveis que receberam um auxílio se tornaram lulistas de carteirinha', diz André Singer: entrevista (junho de 2018). Entrevistadora Mariana Sanches: BBC Brasil – SP, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44621186>. Acessado em 24 set. 2021.

SOARES, José de Lima. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, UNB, v. 28, n. 3, p. 541-564, set/dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5837>. Acessado em 24 set. 2021.

TEIXEIRA, Daniel Bustamante. As jornadas de 2013 e a crise da democracia. In: *Revista IHU On-line*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580737-as-jornadas-de-junho-de-2013-e-a-crise-da-democracia>. Acessado em 20 set. 2021.

VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo do PT. 2007. In: *International Gramsci Journal*, 1 (3), 2011, pp. 15-21. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/gramsci/vol1/iss3/4>. Acessado em 20 set. 2021.

CONEXÕES ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: O IDEAL FEMININO EM 'TRISTÃO & ISOLDA'³²¹

Larissa Guimarães Valentim³²²

RESUMO: A Literatura é uma forma de interpretação sociocultural, a qual podemos utilizar como objeto para construirmos uma narrativa histórica sobre determinada sociedade num dado tempo. Desta forma, o presente artigo tem por objetivo analisar o papel social desempenhado pelas mulheres europeias durante o século XII por meio da representação do feminino em textos literários da época, sobretudo, a partir do mito *Tristão e Isolda*, referência para diversas narrativas sobre a ótica do amor cortês, utilizado neste artigo como principal objeto de análise e investigação.

Palavras-chave: História e Literatura. Gênero. Tristão e Isolda.

INTRODUÇÃO

É possível identificar elementos que apontem para a historicidade presente em narrativas literárias, pois “qualquer obra literária é evidência histórica objetivamente determinada, - isto é, situada no processo histórico – logo apresenta propriedades específicas e precisa ser adequadamente interrogada.” (CAPRARO; s/d: 2. *apud*. CHALLOUB & PEREIRA; 1998: 8). Portanto, se apoiar na Literatura para uma pesquisa histórica pode ser bastante enriquecedor para o trabalho da historiadora e do historiador, pois destaca-se, desta forma, características socioculturais, econômicas e políticas de determinada sociedade numa dada época.

É bem verdade que a Literatura é um gênero ficcional e como tal não tem o compromisso com uma verdade científica, diferente da História, que, enquanto Ciência, dotada de método e teoria, visa analisar e explicar o processo de desenvolvimento das sociedades humanas ao longo do tempo, suas ações, permanências e mudanças por meio de documentos que elucidem tal proposta. Todavia, o fazer histórico e o fazer literário encontram confluências em certo aspecto.

Barros (2010) reconhece que, através da narrativa literária, pode-se exprimir narrativa histórica, uma vez que a considera o meio pelo qual “cada Presente reconstrói o seu passado de uma nova maneira”, o que nos leva a entender que os textos literários são representações de suas realidades (BARROS; 2010: 3). Ainda que, atualmente, a interdisciplinaridade entre a História e a Literatura já venha produzindo diversos trabalhos positivos a respeito do uso de textos literários como fontes de investigação histórica, há ainda muros *conservadores* que impedem o desenvolvimento mais abrangente dessa área de pesquisa.

Assim, este trabalho tem como proposta se debruçar sobre este campo de debate tão rico para fazer uma breve análise histórico-sociológica das mulheres durante da Baixa Idade Média europeia à luz da narrativa literária de *Tristão & Isolda* – importante lenda de origem celta que inspirou diversas obras literárias ao longo do tempo, como, por exemplo, *Romeu & Julieta*, de William Shakespeare, se difundindo entre as cortes e sendo incluída nas lendas arturianas. Entende-se,

³²¹ Artigo derivado do Trabalho de Conclusão de Curso como exigência para conclusão da graduação em Licenciatura em História, pela Universidade Federal Fluminense, em 2016, orientado pela prof.^a Dr.^a Carolina Coelho Fortes e pela prof.^a Dr.^a Fabrina Magalhães Pinto.

³²² Especialista em Literatura, Memória Cultura e Sociedade, pelo Instituto Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, RJ e Professora de História do Ensino Fundamental da rede pública municipal de São João da Barra/RJ. E-mail: larissagvalentim@hotmail.com.

desta forma, que a Literatura tem sua participação na formação social dos indivíduos e, por conseguinte, na construção do papel social da mulher, uma vez as narrativas literárias entendidas também como instrumentos educativos.

NARRATIVAS CORRELATAS

A partir da História das Mentalidades e, assim, com o advento da história cultural, abriu-se espaço para que os textos literários pudessem ser vistos como documentos passíveis de análise crítica e como fonte para o estudo da História, pois a Literatura reúne elementos para a representação da cultura de uma sociedade, de suas estruturas econômicas, políticas e sociais, reunidos pelo sujeito histórico que escreve a narrativa literária. De acordo com Almeida e Amador (2019), os sujeitos históricos “apresentam aspectos sociais múltiplos e subjetividades que nos possibilitam extrair informações pertinentes para a análise historiográfica, além de nos colocar frente a outras formas de análise, tornando a pesquisa histórica interdisciplinar e variada.” (ALMEIDA, AMADOR; 2019: 106).

Com o intuito de apresentar fatores que justifiquem a interdisciplinaridade existente entre a História e a Literatura, partiremos da posição teórica de Paul Ricoeur, que entende a História, em si, como uma narrativa, mas sem ser escrita como uma ficção, muito menos como um discurso histórico metódico. Logo, o passado é (re) construído através da narrativa feita por sujeitos históricos, que, segundo Barros (2010: 5), se constitui não somente pelo historiador, mas também, pelo leitor da narrativa. Portanto, os sujeitos do passado, trazidos através das fontes de pesquisa, não são simples objetos; eles são, também, sujeitos da História bem como o historiador, pois as fontes não funcionam de maneira unilateral. Pelo contrário, agem em consonância com a ação particular do pesquisador em construir e reconstruir as histórias que as fontes contam, ou ao menos uma versão delas.

Não de forma diferente a Literatura se estrutura, pois a escrita do historiador pode se assemelhar à escrita desenvolvida pelo literato. Segundo Barros (2010: 7), o Historiador também é um literato, todavia, com um objeto distinto, pois elabora seus textos a partir dos questionamentos feitos aos seus outros sujeitos e suas fontes. Portanto, para o autor, a narrativa é formada de história e de ações humanas, cujos significados e interpretações são variados, de acordo com uma série de fatores, dentre eles, o sujeito histórico enquanto autor e enquanto leitor. Assim como afirma Hartog, “a história não cessou de dizer os fatos e os gestos dos homens, de contar, não a mesma narrativa, mas narrativas de formas diversas” (BARROS; 2011: 8, *apud*. HARTOG; 1998: 200-201).

Desta maneira, tomando como base a relação entre narrativa e história, é possível afirmar que a narrativa literária também pode ter como função a representação social e histórica das ações humanas num determinado tempo, pois “narrar é ressignificar o mundo na sua dimensão temporal.” (BARROS; 2011: 10 *apud* RICOEUR; 1983: 81). E como essa representação se forma a partir da visão do autor e suas experiências com o vivido, ao construir a narrativa o mesmo se comporta como um *mediador* entre o real, o representado na obra literária e o leitor, ainda que este, por si só, atribua valores e significados próprios para a obra lida, segundo, também, o seu tempo, se comportando, deste modo, como sujeito da narrativa.

O leitor, portanto, assume uma posição de coautor, pois a narrativa se consagra no momento em que alcança o campo da compreensão por parte do receptor da obra. A História, suas transformações e as experiências do vivido retratadas na narrativa são apreendidas, por fim, pelo leitor e através disso: “[ele] constrói sua identidade por contraste com a identidade de outros, estabelece

reconhecimentos, compara situações com a sua própria experiência vivida, elabora uma 'visão' de si mesmo, do mundo e do outro, bem como de suas relações recíprocas." (BARROS; 2011: 22).

Os textos literários são produções fictícias, mas algumas obras podem ter em seu cerne a representação do real, além de estarem imbuídas de subjetividade por parte do autor da obra. Pelo fato de serem textos ficcionais, pode-se incorrer no erro de considerá-los ausentes de verdade e compromisso com a realidade, todavia, a partir do que Catelli Jr. defende, "não há uma verdade objetiva, porque toda análise está imbuída do ponto de vista, dos valores de quem a construiu e de marcas de seu tempo." (CATELLI Jr; 2009: 34).

A narrativa literária, portanto, através dos olhos de seu escritor, pode ser vista tal como fruto de seu tempo, como observadora da realidade da sociedade e de um dado processo histórico, uma vez construída com aporte político, social, econômico e cultural da sociedade em que o autor – sujeito histórico – está inserido, tornando-se um caminho pelo qual a História pode sedimentar uma análise crítica de determinado objeto de pesquisa. Ainda assim, é indispensável a contextualização e problematização da obra, que se faça perguntas ao documento, quem escreveu, onde, por que, em qual conjuntura, pois não é possível ignorar o caráter também artístico do gênero literário e suas especificidades³²³.

A MULHER NA SOCIEDADE MEDIEVAL DO SÉCULO XII

Ao se considerar o estudo sobre o papel social da mulher deve-se entender que a História não é feita somente a partir do olhar de determinado ator social, pelo contrário, existem diversos ângulos para a análise de um mesmo objeto. Deste modo, entende-se que estudar sobre a definição dos papéis sociais de gênero na sociedade europeia medieval é de grande valia para os estudos medievalistas e de gênero.

Tendo estabelecido este prisma, é importante entender também que uma sociedade é constituída de diversos grupos em permanentes contradições sociais e disputas de poder. Tem-se, portanto, que ao se estudar a participação da mulher, consideram-se também os embates entre os diferentes níveis sociais dessas mulheres, pois, ainda que as coloquemos num grupo mais amplo, a partir do qual pode-se entender sua condição enquanto gênero feminino perante uma sociedade medieval, e primordialmente patriarcal, não há como desconsiderar a existência das diferenças de classe, por exemplo.

Labarge (2003: 39) explica que a sociedade medieval não era composta apenas de mulheres nobres, casadas e daquelas que estavam nos conventos, mas também haviam aquelas mais pobres, que trabalhavam nos centros comerciais urbanos e rurais ou em meio à prostituição, mas sempre mal pagas. Deste modo, para estabelecer um panorama social das mulheres deste período é importante identificarmos os grupos existentes.

De acordo com Labarge, não havia lugar para as mulheres solteiras na sociedade medieval, pois a expectativa que se impunha às elas, independente de seu nível sócio-econômico, era que exercessem sua função materna. E, para a sociedade europeia do século XII, isso seria moralmente e religiosamente permitido

³²³ Borges (2010) explica que "As formas como o autor, escola e gênero de texto literário concebem a produção artística devem ser buscada em seus caracteres próprios. O discurso literário manifesto em texto, expresso em prosa e verso, envolve modalidades de narrativa com características próprias, inclusive, na sua forma de lidar, captar e tratar as questões propostas por uma sociedade e por um tempo, como o conto, a crônica, a novela, o romance, a tragédia, a comédia ou o poema." (BORGES; 2010: p. 99).

a partir do matrimônio. Portanto, ainda que houvesse uma porcentagem, mesmo que mínima, segundo Labarge, as solteiras poderiam ser encontradas muito mais nos centros urbanos – que, neste período, estavam em gradativo desenvolvimento estrutural e econômico –, onde elas poderiam encontrar mais facilmente trabalho e ter a possibilidade de ser independentes por toda a vida.

Quanto às mulheres viúvas, a autora explica que esta condição era um momento no qual elas poderiam exercer seu poder pessoal, sem precisar, necessariamente, de outro homem para administrar a porcentagem das propriedades e das riquezas às quais elas tinham direito, pois a viúva “recuperaba su personalidad legal, (...) y, por primeira vez en su vida, podía tomar decisiones independientes.” (LABARGE; 2003: 48).

Nesse panorama social da Idade Média Central, os núcleos familiares da nobreza tinham a tendência de ser mais numerosos do que os núcleos camponeses. Isto, segundo Labarge (2003: 43-44), era em consequência, provavelmente, do fato de as mulheres nobres terem a obrigação de dar à luz um filho varão e às famílias camponesas, menos filhos significaria uma maior chance de subsistência dos membros e de sobrevivência da prole. Além disso, as camponesas costumavam se casar mais tarde, para que tivessem condições financeiras para isso, acumulando bens e riquezas que a sua condição permitisse, conseqüentemente, tinham filhos mais tarde, com um período de vida fértil mais curto.

O fato de as mulheres nobres, nessa época, se casarem muito cedo – ao redor de 12 anos – fazia com que mais cedo tivessem filhos e, por não estarem preparadas biologicamente, o índice de falecimentos no parto era alto; ainda que Labarge não possa indicar tal porcentagem. Tal como autora explica:

Tambien parece que tenían hijos siendo muy jóvenes, y por su inmadurez las complicaciones del parto eran mayores, porque se consideraba esencial que una esposa cumpliera con su deber de suministrar no sólo un herdero varón, sino vários, como seguro frente a la mortalidad infantil demasiado elevada. (LABARGE; 2003: 44).

Como foi dito anteriormente, a função da mulher na estrutura social medieval era casar-se e tornar-se mãe e, conseqüentemente, a mulher era socialmente subordinada ao pai, posteriormente ao marido e aos filhos. Sua vida, na maioria dos casos, era restrita ao ambiente privado. Entretanto, pode-se considerar a casa como espaço de poder e influência da mulher, pois era ela que geria a organização e o funcionamento da casa. Em relação à aristocracia, era um dever e papel da esposa nobre permanecer em casa e “governar la propiedad” enquanto o marido estaria em busca de honras e riquezas na corte, viajando ou guerreando (LABARGE; 2003: 38).

Os mosteiros cistercienses femininos de Léon (Espanha) seriam outro exemplo de espaço de poder das mulheres no século XII, pois na administração e fundação deles estavam as mulheres religiosas, sem a influência e autoridade masculina. A autora Maria Filomena Nascimento defende que “à frente do convento, ela [a abadessa] tem total autonomia e seu papel de senhor feudal é reconhecido pelo conjunto da sociedade.” (NASCIMENTO; 1997: 88). Deste modo, é visível a autonomia das mulheres dessa Ordem religiosa, não somente no âmbito dos mosteiros, como também em relação aos seus bens pessoais, uma vez que poderiam administrar seus patrimônios sem a necessidade do aval de algum familiar ou representante do sexo masculino (NASCIMENTO; 1997: 88).

Deve-se entender, todavia, que os casamentos da nobreza nesse período tinham a função básica de manter, renovar ou iniciar laços políticos entre membros do mesmo grupo social. Assim como afirma Silveira (2014), “(...) principalmente

entre os grupos da nobreza, as mulheres eram utilizadas estrategicamente no estabelecimento de aliança política entre o pai e o marido, ou o pai e o sogro.” (SILVEIRA; 2014: 7). Isto posto, a mulher era colocada como peça relevante no tabuleiro das relações políticas, negociando sua fertilidade e na possibilidade de gerar um filho varão, a partir do qual a linhagem da família seria propagada.

Além dessa condição, sobre as mulheres recaía o peso maior do cristianismo numa sociedade patriarcal. De acordo com Nascimento (1997: 85), as mulheres desde antes do século XII viviam sob a pressão da inferioridade, dita natural; da culpabilidade do pecado original proveniente da matriarca Eva e, também, sobre o peso das inúmeras proibições em relação a sua moralidade e conduta. Essa inferioridade pode ser explicada também pelo fato de as meninas nesse período se casarem muito cedo, como foi dito anteriormente. Esses casamentos, em geral, se davam com homens mais velhos, o que propiciava a total submissão da menina ao seu marido, cuja autoridade era afirmada e reafirmada constantemente. Além disso, a educação das mulheres medievais perpassava pelo ensinamento do ideal feminino de passividade, obediência e moralidade. Logo, lhe eram introjetadas essas ideias desde muito novas, pois estas características eram as que deveriam compor uma mulher cristã, segundo a mentalidade da época (LABARGE; 2003: 48).

Entretanto, alguns canonistas mesmo que defendessem a ideia de autoridade do marido, entendiam que havia um limiar de igualdade entre os esposos, pois ambos “tenían iguales derechos sobre el cuerpo del cónyuge, de manera que ninguno de los dos podía hacer voto de castidad, entrar en religión o incluso participar en una cruzada sin el acuerdo del outro.” (LABARGE; 2003: 53).

Com a difusão do culto mariano na Europa, a visão de que a mulher, filha caída de Eva (LABARGE; 2003: 51), poderia ser aquela quem levaria o homem à perdição e à afastá-lo do caminho de Deus, disputou espaço na mentalidade dos medievais com os ideais marianos de virgindade e maternidade. Para os teólogos desse período, segundo Labarge (2003), as mulheres virgens eram elementos essenciais para a humanidade. Sua castidade era santificada, igualada à Virgem Maria.

Sousa (2004) entende que “o culto mariano valorizou a virgindade como uma forma de consagração a Deus.” (SOUSA; 2004: 161). De acordo com ele, esta nova prática do catolicismo proporcionou uma mudança significativa na percepção que se tinha a respeito das mulheres, que deixavam o plano da “encarnação do mal” apenas, para adentrarem o reino de Deus (SOUSA; 2004: 161)³²⁴.

Na vida desas mulheres, portanto, o casamento tinha grande importância, não somente como uma condição social e moral para elas, como também uma questão política³²⁵. E em todos os casos, a virgindade era um elemento imperscindível, umas mercadoria muito cara. Segundo Duby, tal condição era necessário, “porque o desregramento natural desses seres perversos que são as mulheres comporta o risco, não havendo vigilância, de introduzir no seio da parentela, entre os herdeiros da fortuna ancestral, intrusos, nascidos de outro sangue, clandestinamente semeados (...)” (DUBY; 2011: 17).

³²⁴ Sousa traz dados interessantes que comprovam essa valorização da mulher enquanto filha de Deus e, potencialmente, imagem de Maria, ao apontar 460 mulheres, de vinte países diferentes, de diferentes classes sociais – embora, a maior parte delas seja da aristocracia – canonizadas ao longo da Idade Média. (SOUSA; 2004, p. 161-162).

³²⁵ No processo de institucionalização da Igreja Católica e à medida que foi conquistando espaço e poder sobre os reinos da Europa, a Igreja passou a pautar as regras dos enlaces matrimoniais, definindo, por exemplo, a idade para o casamento de 12 anos para as meninas e 14 anos para os meninos, como define o Direito Canônico do século XIV e oficializando a prática do dote. Assim, determinava a condição da mulher casada, que deixava a tutela do pai para, agora ser tutelada pelo marido, o mesmo que geria, inclusive, o seu dote. (SOUSA; 2004: p. 164).

O casamento, todavia, tornava-se elemento de segundo plano. Era um sacramento necessário para aquelas mulheres que, por não seguirem o caminho da virgindade – se tornando parte de ordens religiosas, por exemplo –, poderiam purificar a alma e procriar, considerando estes os principais propósitos do enlace matrimonial, e, também, para que fosse assegurado, a partir de um casamento bem arranjado, a linhagem de determinado grupo familiar e a preservação do patrimônio. Entretanto, no seio do casamento, a castidade da esposa era uma virtude apreciada perante às leis eclesiásticas³²⁶. Destoava-se, dessa maneira, do pecado da carne.

Com esta breve exposição a respeito das mulheres na Idade Média, pode-se compreender que os espaços de poder eram controlados, sobretudo, pelos homens, a narrativa da História desta sociedade fora cooptada por eles. Assim diz Duby (2011) que “essa Idade Média é resolutamente masculina.”, pois os documentos históricos, em sua maioria, trazem apenas a visão deles sobre a sociedade em que vivem e, também, sobre o sexo oposto e a função relegada por eles às mulheres. Os homens da sociedade laica e os homens da sociedade eclesiástica, sempre no esforço de minimizar ou até mesmo apagar o protagonismo das mulheres durante a Idade Média, pois “eles têm medo delas e, para se tranquilizarem, elas as desprezam.” (DUBY; 2011: 7). Diante disso, demanda de pesquisadores e pesquisadoras um grande esforço para trazer à luz a importante História dessas mulheres, um ponto de vista diferente e necessário para a análise da sociedade cristã ocidental.

AS MULHERES DE *TRISTÃO & ISOLDA*

Tristão e Isolda é um mito de origem celta, amplamente adaptado ao longo do tempo. Uma dessas adaptações foi feita por Maria de França em seus *Lais* por volta da segunda metade do século XII (CARVALHO; 2009: 25)³²⁷. Segundo Hilário Franco Jr (2010: 136), as características celtas que compõem este mito se entrelaçam com a mentalidade e os ritos cristãos da época, pois “a religiosidade profunda, vivida, independente de diferenças teológicas, constituía o quadro mental no qual ressurgiu o mito de Tristão e Isolda (...)” (FRANCO Jr.; 2010: 136-137). Isso mostra como poderiam ser sincréticas a mentalidade e as práticas religiosas do medievo. Deste modo, a adaptação da história ao narrar o amor entre Tristão e Isolda perpassa as características que compõem o manual do amor cortês³²⁸.

Leonila Lima (2007) aponta algumas regras para o amor cortesão ao partir da análise do *Tratado do Amor Côrtes*, de André Capelão. Dentre algumas destas regras, é possível citar: “Ninguém pode ligar-se a dois amores ao mesmo tempo”; “O que o amante detém sem assentimento da amante não tem valor algum”;

³²⁶ Nas palavras de Georges Duby, “a castidade faz, com efeito, o bom casamento.” (DUBY; 2011: 50).

³²⁷ Para a definição de *Lais*, segundo Ligia Cristina Carvalho, “durante a Idade Média Central (XI-XIII), mais precisamente na segunda metade do século XII, foram produzidos os *Lais* de Maria de França, escritos literários que abordam o amor cortês. Apesar de fazerem parte das literaturas de divertimento da corte, os *Lais* são um tipo específico de registro histórico acerca da sociedade aristocrática medieval.” (CARVALHO; 2009: 7).

³²⁸ Sobre a origem do amor cortês, Leonila Lima explica que “Um fato incontestável, segundo os estudiosos, é que as regras da conduta amorosa foram elaboradas nas refinadas cortes francesas. Um dos príncipes mais poderosos, Guilherme, duque de Aquitânia e conde de Poitiers (1071-1126), é considerado por muitos como o primeiro trovador medieval. Em sua corte teria nascido o amor cortês.” (LIMA; 2007: 87). Para um aprofundamento sobre o debate intelectual a respeito do conceito sobre amor cortês, ler Geroges Duby, *As damas do século XII*, 2013 e a tese de Leonila Lima, *O Amadís de Gaula entre as fendas de dois códigos: o da cavalaria (O Livro da Ordem de Cavalaria de Ramon Llull) e o amor cortês (Tratado do Amor Cortês de André Capelão)*, 2007.

“Ninguém pode amar de verdade se a isso não for incitado pelo amor”; “O verdadeiro amante é obcecado ininterruptamente pela imagem da mulher amada”; “O que o amante detém sem assentimento da amante não tem valor algum”; “A conquista fácil torna o amor sem valor; a conquista difícil dá-lhe apreço.” (LIMA; 2007: 114-115). Estas regras para os amantes se somam aos códigos de condutas para as mulheres que Lima (2007) também explicita a partir do tratado de André Capelão. Segundo a autora, este tratado deve servir de ensinamento para as mulheres, como “um exercício de superação da natureza feminina para se tornarem ‘valorosas’ e atingirem a perfeição. Elas podem constituir para o homem tanto um bem quanto um mal.” (LIMA; 2007: 113).

O amor cortês se estabelecia como um conjunto de normas que teria como centro de poder, os homens, relegando às mulheres um tratamento misógino, pois ela seriam um “engodo” (DUBY; 2011: 70). Ainal, a mulher, neste jogo, seria um instrumento para o enobrecimento do próprio homem, do próprio cavaleiro, que aprenderia a caçar, conquistar e dominar tanto a si e seus desejos (tentativa de purificar a alma dos pecados da volúpia), quanto à sua dama, à mulher, que está sempre na condição de conhecedora das leis do amor (aquela que se coloca à disposição da conquista, que faz com que o cavaleiro se apaixone e também caia em perdição) e de passividade diante do amante.

Sobre o jogo do amor, na dinâmica do amor cortês, o historiador medievalista, Georges Duby, explica que:

A dama tinha assim a função de estimular o ardor dos jovens, de apreciar com ponderação, judiciosamente, as virtudes de cada um. Ela arbitrava as rivalidades permanentes. Ela coroava o melhor. O melhor era quem tinha servido melhor. O amor cortês ensinava a servir e servir era o dever do bom vassalo. De fato, foram as obrigações vassálicas que se viram transferidas para a gratuidade do divertimento mas que, num certo sentido, adquiriam assim mais cuidado, já que o objeto do serviço era uma mulher, um ser naturalmente inferior. (DUBY; 2011; 74)

Portanto, em *Tristão e Isolda*, nos são apresentadas personagens femininas que contemplem tal idealização, como na figura da rainha da Irlanda, Isolda, em sua filha, também chamada Isolda, a Loura, em sua aia, Brangia e na terceira Isolda, aquela chamada de Isolda das Brancas Mãos, com a qual Tristão, o cavaleiro herói, se casa. Cada uma dessas personagens carrega consigo diversas características do ideal feminino presente no Ocidente medieval, quer fossem virtudes cristãs, quer fossem características vis e pecadoras.

É possível identificar, na lenda, a visão paradoxal que se tinha a respeito das mulheres, ao evidenciar a existência de uma inconstância e ambiguidade em relação às características psicológicas ao mesmo tempo em que as mulheres poderiam também ser o caminho para Jesus Cristo. Essa inconstância pode ser demonstrada a partir do seguinte trecho do livro, que relata os sentimentos de Isolda, a Loura, ao saber que quem a desposaria não seria Tristão, o cavaleiro que realmente havia matado o dragão, uma ameaça às terras irlandesas, mas sim, o rei Marcos de Tintagel.

Ora, tal é o humor inconstante das mulheres: a jovem Isolda, cujos olhos irradiavam a mais viva alegria quando o senescal deixava a sala sob as injúrias dos assistentes, mostrava agora um rosto entristecido e de traços endurecidos pela cólera. O seu coração fremia de vergonha e de angústia, pois que Tristão mal a havia libertado do senescal covarde logo menosprezava casar-se com ela para leva-la na sua nau, a fim de entregá-la a um velho rei do qual nada sabia. Por certo que o belo conto do cabelo de

ouro não passava de uma mentira inventada a contento para justificar o seu desprezo. (Tristão e Isolda; 1994: 43)

Uma vez estabelecida a oferta de que aquele que matasse o dragão teria parte de seu reino e se casaria com a filha do rei da Irlanda, Isolda, a bela dos cabelos dourados, ela não poderia ser desfeita. Deste modo, o personagem Aguinguerran, senescal da corte, alegando ter matado o dragão, exige sua recompensa. Entretanto, Isolda, a Loura, não o aceita. Ainda que a personagem seja representada como uma mulher de características cristãs idealizadas, destacando sua caridade e paciência, ela é enfática em não ser obediente ao se ver obrigada a casar-se com o senescal Aguinguerran, o Ruivo, pois não o considerava digno nem honrado. Assim como a mãe de Isolda argumentou:

Mas Isolda, minha filha, recusa-se a pertencer ao senescal, pois ele é um louco inchado de desmesura, velhaco e perverso, sem fé, astuto e invejoso, odiado de todos, covarde e cheio de outros vícios vergonhosos. Isolda preferiria matar-se a entregar-se a ele. (Tristão e Isolda; 1994: 35)

Em outras palavras, o senescal não possuía as características e virtudes de um cavaleiro, logo, era indigno de possuir o amor de Isolda. Do trecho a seguir nos é apresentada a argumentação da personagem Isolda, a Loura, para não casar-se com o senescal, demonstrando o quão decidida estava em provar que ele não teria a coragem cavalheiresca necessária, já que era considerado um homem desprovido de honradez.

Nunca consentirei no que quer meu pai: não casarei com esse homem! Não, Deus não me deseja tanto mal que me obrigue a aceitá-lo! Prefiro matar-me com um punhal a suportar a vergonha de ser entregue à mercê de um velhaco e de um covarde! Onde lhe teriam vindo a coragem, a força e o valor perante o monstro, uma vez que sempre se mostrou medroso e poltrão perante os homens? É uma mentira inventada por ele para eu lhe ser entregue. Mãe, vinde comigo: vamos ver o cadáver do monstro; temos de encontrar, morto ou vivo, aquele que o matou. (Tristão e Isolda; 1994: 34)

A partir deste trecho, identificamos uma das características do amor cortês ao tratar a figura do homem digno como um cavaleiro corajoso e não como um covarde. Destacando, assim, o que seria valorizado e esperado do homem nesta sociedade, pois "(...) a mulher está sempre reticente, duvidando das qualidades dos pretendentes; ao homem compete a prova de que é possuidor dessas virtudes." (LIMA; 2007: 106)³²⁹.

Em *Tristão & Isolda* é tratado também a respeito do matrimônio e a função desta instituição enquanto mecanismo para firmar acordos entre famílias, manutenção de posses e riquezas e geração de herdeiros legítimos entre a aristocracia. A narrativa destaca o fato do rei Marcos decidir casar-se com a dona dos cabelos louros, os quais uma andorinha havia levado até seu castelo, como forma de estabelecer a paz entre os senhores, seus vassallos. Assim, demonstra que o matrimônio era via para atender, também, interesses políticos, em detrimento de um sentimento amoroso entre o casal, tratado como um sinal místico na situação aqui destacada:

³²⁹ De acordo com Leonila Lima (2007), algumas dessas virtudes seriam a "generosidade, caridade, obediência, humildade, abstenção da maledicência, espírito de conciliação, moderação no rir, frequência dos grandes, prática comedida do jogo de dados, coragem, fidelidade a uma só mulher, sobriedade no vestir, amabilidade, sinceridade, moderação nas promessas, distinção na linguagem, hospitalidade, deferência para com os ministros de Deus, religiosidade." (LIMA; 2007: 106).

O senescal Dinas de Lidan interveio então: “Ire, acontece com bastante freqüência reis travarem entre si longas guerras com grande dano e grande perda de homens; depois, rejeitando cólera e ódio, transformam a inimidade em paz e em amor, casando com príncipes, outrora seus inimigos, as suas filhas ou irmãs. Isolda é a única filha do rei Gormond. Se pudéssemos realizar ditosamente esse casamento e essa aliança, as coisas poderiam tomar uma feição tão favorável que talvez vós viésseis a reinar na Irlanda um dia. (Tristão e Isolda; 1994: 28)

Outra personagem feminina da história é a criada da princesa Isolda, chamada Brangia. Ela é tida como uma mulher muito esperta, podendo servir de exemplo como a personificação da ambiguidade da mentalidade cristã medieval durante o século XII, no que concerne às características da mulher, enquanto uma filha caída de Eva e ao mesmo tempo como espelho da Virgem Maria. No trecho a seguir, a personagem intervém na discussão entre a rainha e a princesa Isolda a respeito da insatisfação desta em ser oferecida ao rei Marcos, uma vez que fora Tristão o campeão e, por direito, ele que deveria tomar Isolda como esposa.

Mas Brangia, a sábia, a avisada, juntou-se a Isolda para acalmar a cólera da rainha: 'Senhora - dizia -, uma única coisa importa neste momento: que vossa filha não seja de modo algum entregue ao covarde senescal para vergonha e infelicidade de toda a sua vida. Tristão de Leônis, visto que é ele o vencedor do dragão, deu-vos a sua palavra de que libertaria Isolda das pretensões do senescal. Não será essa a única coisa que conta para vós, presentemente? (Tristão e Isolda; 1994: 39).

Brangia é a personagem que esquematiza planos, interfere no que seriam as ações corretas e morais, interpelando para que seus mecanismos vis fossem postos em prática. Na narativa, a criada, ao ver a sua senhora inundada pela tristeza em ter que se casar com o rei Marcos, da Cornualha, decidiu interferir nos sentimentos de Isolda. O trecho a seguir demonstra a intenção de Brangia e a conotação de seus atos perante o narrador da história que classifica a criada como ardilosa.

Foi então que a ardilosa criada, vendo a rainha fechar-se selvaticamente na sua tristeza e despeito, esforçou-se em acalmá-la com palavras astuciosas: 'Por que consumir as horas e os dias num sombrio desgosto? Por que temer e maldizer antecipadamente a vossa união com o rei Marcos? Nada podeis fazer, uma vez que vosso pai soberanamente o decidiu: convém-vos agora tirar o melhor partido dessa necessidade e conformai-vos. (Tristão e Isolda; 1994: 47).

Muito astuta, Brangia decide, de certa forma, ajudar Isolda. Ela resolve entregar a sua senhora e a Tristão um vinho contendo uma poção do amor que a rainha da Irlanda havia preparado³³⁰. Ainda que Isolda, a Loura, estivesse ciente do ato de sua criada, não se negou e bebeu da poção, bem como Tristão – mas este sem saber das intenções de Brangia. Entende-se, portanto, que Isolda, de antemão, já poderia nutrir algum sentimento pelo cavaleiro por não ter impedido a ação de Brangia. A poção teria muito mais função para Tristão que, até então, não havia demonstrado nenhum interesse amoroso pela jovem, muito provavelmente devido às suas honras e o juramento feito ao rei Marcos de levar a filha do rei Gormond para que a pudesse desposar. O ato de Brangia em levar o vinho ervoso

³³⁰ Com a intenção de ser dado ao rei Marcos e Isolda na noite de núpcias para que ambos ficassem apaixonados e a filha da rainha da Irlanda não sofresse tanto com o casamento. Tal missão havia sido dada a Brangia, em segredo.

para Isolda e Tristão é demonstrado na história como um artilheiro da criada, pois uma paixão entre ambos seria uma traição tanto ao rei Marcos, como à honra cavalheiresca de Tristão.

Abaixo, o momento em que a ideia de interferir veio à Brangia. Portanto, ainda que o destino fizera com que Tristão e Isolda se encontrassem, a criada foi aquela que traçou o amor trágico dos dois, pois uma vez tomada a poção, o casal se amaria inteiramente, um sem poder viver sem o outro.

(...) o rosto da jovem iluminou-se num sorriso furtivo: tinha entre as mãos o meio mais seguro de fazer nascer o amor em Tristão e de ligá-lo para sempre a Isolda. (Tristão e Isolda; 1994: 49)

Brangia deu o vinho enfeitado ao casal que de imediato apaixonou-se. Aí, ao flagrar os amantes no leito de amor, fingiu surpresa e assombro – destacando a capacidade de dissimulação da personagem –, alegando que o seu logro era uma obra do mal³³¹:

(...) O Diabo serviu-se de mim e foi a vós que deitei esse filtro mágico quando me pedistes com que matar a sede. Por minha culpa, bebestes, um e outro, do cálice de prata, a embriaguez e os tormentos do amor. (Tristão e Isolda; 1994: 51)

Contudo, os amantes, totalmente sorvidos pela paixão instantânea, ignoraram a súplica da criada. Nascia, assim, um amor fora das regras, fadado à tragédia e cujos impulsos da carne se sobressaíam³³². Dessa forma, uma nova face era dada à Isolda – não mais a da pureza –, agora a da luxúria, a do adultério, a pecadora que levava ao pecado consigo, o cavaleiro honrado, corajoso e fiel que era Tristão. DUBY (2013) destaca que em Isolda “se encarna o perigo que vem das mulheres, esse mal, esse fermento do pecado, do qual todas as filhas de Eva, inevitavelmente, são portadoras, a parte maldita da feminidade.” (DUBY; 2013, não paginado).

É recitado em outro momento da lenda sobre os conhecimentos e o uso de unguentos e ervas estar em posse das mulheres. A rainha Isolda, esposa do rei da Irlanda, a pedido de seu marido tratou das feridas de Tristão assim do primeiro contato direto do cavaleiro com a família de sua futura amante, filha da rainha. Ela é identificada por Tristão como uma feiticeira, irmã do monstro que ele matou, mas que o feriu mortalmente.

Grande foi a emoção de Tristão ao ver que Deus o dirigira para a pátria do Morholt, cuja irmã, poderosa feiticeira, residia no palácio de seu marido, o rei Gormond. (...) A feiticeira, a própria que havia preparado o veneno para nele mergulhar a ponta da lança do irmão, descobriu sem dificuldade o tratamento eficaz para destruir o efeito da poção que havia destilado. (Tristão e Isolda, 1994: 22-23)

As mesmas mulheres conhecedoras de uma medicina de ervas que curam

³³¹ Mulheres que seriam mais facilmente atraídas pelo Diabo, tal qual Eva, a primeira mulher e, portanto, mais propensas às artimanhas e aos sortilégios.

³³² DUBY (2013) explica que nas cortes europeias medievais passou-se ser comum a narração de histórias como *Tristão e Isolda*, que falavam de amor, mas um amor louco, irracional e, em muitas narrativas, esse amor se iniciava por meio de feitiços, bebidas de ervas com funções mágicas, cujas receitas eram preparadas por mulheres. Contudo, havia uma função educativa nessas narrativas que, segundo o autor, seria “mostrar os efeitos nefastos de um desejo nascido dessa maneira, e portanto ingovernável, destinava-se a alimentar, na sociedade cortês, salutares reflexões sobre a ordem e a desordem, e em especial sobre essa perturbação cuja causa são as turbulências da sexualidade.” (DUBY; 2013, não paginado).

os homens, são as mesmas que fazem venenos e sortilégios contra eles. Elas estão sempre sendo colocadas nesta posição paradoxal.

A narrativa apresenta ainda uma terceira personagem feminina também chamada Isolda – Isolda das brancas mãos. Ela era filha de um nobre de uma região da Pequena Bretanha com a qual Tristão se casa. Ele contrai esse matrimônio, todavia, em vista de seus ciúmes. Uma vez que, em seus pensamentos, Isolda, a Loura, estaria casada e feliz com o rei Marcos, enquanto ele, exilado e solitário, sem seu amor. Assim como apontou Lima, o ciúme faz parte das regras do amor: ele é, na verdade, uma demonstração do afeto, pois, “quem não tem ciúme não pode amar.” (LIMA; 2007: 114). Como uma das regras, das conveniências sociais para o amor cortês que já foi citada anteriormente, o amante verdadeiro não deixa de pensar e querer a sua amada. Isso é o que acontece com Tristão, pois ele vê no nome homônimo de Isolda, das brancas mãos, aquilo que o faria lembrar-se de sua verdadeira amada. Ele esperava que, assim, pudesse suprimir seus desejos pela Isolda, a Loura, pois “o verdadeiro amante é obcecado ininterruptamente pela imagem da mulher amada”, como uma das regras de Capelão, estudadas por Leonila Lima (2007).

Assim, para existir o amor verdadeiro deve existir, também, o ciúme. E da parte de Isolda das mãos brancas o há, pois ao saber que Tristão ainda nutria amor pela princesa Isolda, a Loura, o ciúme a dominou. No trecho abaixo, o narrador da história expõe o perigo que há em acender a cólera de uma mulher. Isso mostra como, na mentalidade medieval, a mulher, muito passional, poderia ser vítima da inconstância de seus sentimentos..

CÓLERA de mulher é coisa temível: todo o homem se deve preservar dela, pois onde uma mulher mais amou, a~ porá o máximo de ardor a vingar-se. Nas mulheres, o ressentimento dura mais tempo que a afeição: elas que regateiam o amor, prodigalizam ao desbarato o ódio enquanto durar a cólera. Thomas de Inglaterra não ousa dizer todo o seu pensamento sobre esta questão: não é assunto de um poeta. (Tristão e Isolda; 1994: 187)

O ódio que Isolda das mãos brancas passou a nutrir por Tristão ao descobrir a verdade – que seu marido amava, na verdade, outra – fez com que o desejo de vingança a dominasse. Esse sentimento da jovem pode ser confirmado no seguinte trecho:

A cólera enche o seu coração: não desejou tanto Tristão para vê-lo voltar-se para outra! Agora compreende bem por que é que Tristão, desde que casara com ela, perdera toda a alegria e jovialidade. Fixa todos os pormenores do que ouviu por manha, fingindo ignorá-lo, mas, mal tenha ocasião, vingar-se-á cruelmente do homem que crê amar mais que tudo no mundo. (Tristão e Isolda; 1994: 187)

Isolda das mãos brancas, ao tornar-se vingativa e dissimulada, pode ser entendida como a personificação da dicotomia do feminino na mentalidade da sociedade do período histórico aqui tratado, pois ela representa o mal que a mulher pode causar ao homem. Distante, portanto, dos ideais de prudência, constância e controle, características estas necessárias para se disciplinar o amor, segundo a *suma amatória* de André Capelão (2000), citada por Leonila Lima (2007: 113). O narrador de *Tristão e Isolda* expõe que Isolda, após saber a verdade:

Dissimula a Tristão a cólera, serve-o com cortesia e mostra um rosto afável, como uma amiga deve mostrar ao seu amigo. Por vezes, até o beija e abraça; simula um perfeito amor, mas medita numa vingança traiçoeira e espreita o momento de saciar o seu rancor. Por vezes procura saber

notícias; pergunta quando Kaherdin deve regressar com o médico que curará Tristão. Todavia, é falsamente que geme com o sofrimento do marido: a dissimulação escolheu para morada a sua alma e ela conta, se tiver poder para tal, castigar cruelmente Tristão pelo que considera uma infidelidade e um ultraje. (Tristão e Isolda; 1994: 187).

Por fim, a vingança de Isolda das brancas mãos vem no momento derradeiro de seu marido, ao mentir dizendo que a vela da nau em que retornava Kaherdin era preta – um código estabelecido entre Tristão e o cunhado, e sorratamente sabido pela sua esposa: caso fosse preta significaria que Isolda, a amada de Tristão, não viria salvá-lo. Caso contrário, a vela branca deveria ser içada, o que salvaria o cavaleiro. O momento é registrado na seguinte estrofe:

Entretanto, Tristão, doente e cansado, por vezes queixa-se, por vezes suspira por Isolda que tanto deseja. Torce as mãos e as lágrimas correm. Neste desgosto, nesta angústia, vê a mulher avançar para ele; esta se lembra de um pérfido artifício e diz-lhe: “Kaherdin está a chegar! Avistei a nau ao longe no mar. Estou certa de que é a sua. Deus queira que vos traga uma nova da qual tireis reconforto!” Ao ouvir estas palavras, Tristão sobressalta-se e pergunta: “Bela amiga, estais absolutamente certa de que é a nau de Kaherdin?”; “Não duvideis; reconheci-a bem”. “Dizei-me, peçovos, não mo escondais: de que cor é a vela que esvoaça na verga?” Isolda responde numa voz que deseja segura: “A vela é preta!”. (Tristão e Isolda; 1994: 190).

Ao saber dessa notícia, Tristão sucumbe ao veneno que lhe tomara o corpo. Assim estava selada a vingança de Isolda das brancas mãos e o amor dos amantes Tristão e Isolda.

Com os trechos aqui destacados podemos identificar, portanto, características que eram atribuídas às mulheres medievais, pautadas por uma sociedade patriarcal e muito religiosa. A moralidade cristã imbuía à sociedade as regras morais para os indivíduos, sobretudo às mulheres, condicionando as mesmas a posição de submissão, passividade e castidade tal qual o culto mariano, que se tornou uma forma de trazer humanidade às mulheres, ainda que as mantendo na posição de servidão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve o intuito de mostrar que a partir do estudo da fonte literária *Tristão e Isolda*, pode-se compreender o ideal feminino na Europa do século XII. Desta forma, comprovamos e destacamos que há sim conexões a serem feitas entre a Literatura e a História, sendo estes campos congruentes e complementares. Ao analisar a fonte literária com um olhar histórico, entende-se que a tarefa da História é a de “reconstruir verdades sobre o passado, quebrando assim, ela própria, o seu exclusivismo como a única representação verdadeira do passado”. Em outras palavras, é reconhecer que há olhares diversos sobre o mesmo período histórico e a Literatura pode fornecer elementos complementares para a pesquisa historiográfica (DIEHL, 2002: 99).

Assim, diante de todos os arquétipos atribuídos às mulheres na sociedade cristã da Idade Média Ocidental, trazemos à luz Georges Duby que explica que é imprescindível, ao se fazer pesquisa sobre a História das Mulheres, que se tenha sempre em mente que a documentação disponível sobre o período da Idade Média – em sua maior parte – é de origem masculina, com o olhar e narrativa dos

homens³³³. Faz-se, portanto, necessária que historiadoras e historiadores se debrucem sobre a temática e investiguem a História que as persoagens femininas têm a contar sobre a Idade Média e as narrativas literárias podem ser fontes muito ricas para esse processo de investigação e construção do conhecimento historiográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTE PRIMÁRIA

Tristão e Isolda. Tradução de Maria do Anjo Braacamp Figueiredo. Portugal, 2000, 3ª edição. Digitalização e arranjo de Agostinho Costa. Livros de bolso europeia-américa – 104. Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1994.

FONTES SECUNDÁRIAS

ALMEIDA, Simone Garcia; AMADOR, Kassandra Thamyris Maciel. A interdisciplinaridade no Ensino de História: relações possíveis entre a História e a Literatura. In: *Fronteiras & Debates*. Macapá, v. 6, n. 2, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras>. Acessado em 25 set. 2021.

BARROS, José D'Assunção. História e Literatura: novas relações para os novos tempos. In: *Revista de Artes e Humanidades*. nº 6, maio – outubro/ 2010.

_____. Paul Ricoeur e a Narrativa Histórica. In: *Revista História, Imagem e Narrativas*, n. 12, abril/ 2011.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas considerações. In: *Revista de Teoria da História*. Universidade Federal de Goiás. Ano 1, n. 3, junho/ 2010.

BOSI, Alfredo. Caminhos entre a literatura e a história. In: *Revista Estudos Avançados*. Vol. 19, n. 55, 2005.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício do Historiador*. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira de Lilia Moritz Schwarcz. Tradução de André Telles. RJ: Zahar, 2001.

CARVALHO, Lígia Cristina. *O amor côrtes e os Lais de Maria de França: um olhar historiográfico*. 2009, 187 f. Dissertação de Mestrado em História (História e Sociedade). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP. SP, 2009. Disponível

em:http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93390/carvalho_lc_me_assis.pdf?sequence=1. Acessado em 27 set. 2021.

CAPRARO, André Mendes. *História e Literatura: Proximidades na fronteira*. Universidade Federal do Paraná, s/d. Disponível em: <http://docplayer.com.br/69689133-Historia-e-literatura-proximidades-na-fronteira.html>. Acessado em 29 set. 2021.

DIEHL, Astor Antônio. História e narrativa: origem, alegoria e estérica. In: *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Coleção História. Bauru, SP: Edusc, 2002, pp. 97-110.

³³³ Duby explica que a atuação das mulheres era vista e relatada de forma misógina e de modo a coloca-las numa posição de vilania. Segundo o autor, "(...) as fontes relevam bruscamente o que é naturalmente mascarado, nós percebemos o mundo das mulheres fortemente estruturado como uma pequena monarquia, essa monarquia exercida pela esposa do senhor, a 'dama', que domina as outras mulheres da casa. Monarquia fortemente tirânica: as crônicas familiares francesas do final do século XII, do início do XIII, põem em cena megeras reinando de modo brutal sobre as criadas que elas aterrorizam, sobre a esposa do filho que elas martirizam, como Branca de Castela, mãe de São Luís." (DUBY; 2011: 112).

DUBY, Georges. Do amor e do casamento. In: *Idade Média, Idade dos Homens: Do amor e outros ensaios*. Tradução de Jônatas Batista Neto. SP: Companhia das Letras, 2011, pp. 10-68.

_____. *Damas do século XII: Heloísa, Isolda e outras damas no século XII. A lembrança das ancestrais. Eva e os padres*. Tradução de Paulo Neves e Maria Lúcia Machado. 1ª edição, SP: Companhia das Letras, 2013.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: A fonte fecunda. In: PINSKY, C. B; LUCA, T. R (orgs.). *O historiador e suas fontes*. SP: Contexto. 2009, pp. 61-92.

FERREIRA, Hugo Monteiro. *A literatura na sala de aula: uma alternativa de ensino transdisciplinar*. 2007, 377 f. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. RN: Natal, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14123>. Acessado em 27 set. 2021.

LABARGE, Margaret Wade. “El mode de las mujeres medievales”; “La contribución de las mujeres a la cultura medieval”. In: *La mujer en la edad media*. NEREA, 1ª edição, capa dura, 2003, pp. 37-68; pp. 277-298.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. Representações femininas na Idade Média: O olhar de Georges Duby. In: *Sitientibus*. BA: Feira de Santana, n. 21, p. 37-50, jul./dez. 1999. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/21/representacoes_femininas.pdf. Acesso em 28 set. 2021.

LIMA, Leonila Maria Murinelly. *O Amadis de Gaula entre as fendas de dois códigos: o da cavalaria (O Livro da Ordem de Cavalaria de Ramon Lhull) e o amor cortês (Tratado do Amor Cortês de André Capelão)*. 2007. 211 f. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. Ser mulher na Idade média. In: *Textos de História*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, vol. 5, nº 1. 1997, pp. 82-91. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21162>. Acessado em 27 set. 2021.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tradução de Narcisa Marcondes César. SP: Papyrus, 1994.

ROUGEMONT, Denis de. *O Amor e o Ocidente*. Tradução de Paulo Brandi e Ethel Brandi Cachapuz. RJ: Editora Guanabara, 1988.

SILVA, André Candido; MEDEIROS, Márcia Maria de. Sexualidade e a História da mulher na Idade Média: a representação do corpo feminino no período medieval nos séculos X a XII. In: Revista Eletrônica História em Reflexão, vol. 7, n. 14, UFGD: Dourados, jul./dez. 2013.

SILVEIRA, Aline Dias da. A Morte e Iniciação Feminina nos *Lais* de Maria de França. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH. Ano VI, n. 18, v. 06, janeiro de 2014. ISSN: 1983-2850 – Vida e Morte nas Religiões e Religiosidades. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/22752>. Acessado em 28 set. 2021.

SOUSA, Itamar. A mulher na Idade Média: a metamorfose de um status. In: Revista da FARN, Natal, v. 3, n. 1-2 p. 159-173, jul. 2003/jun. 2004.

TOMASI, Greici. *Leituras na fronteira: Um estudo sobre a relação entre Literatura e História nas obras de Caldre e Fião*. 2007. 118 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional). Universidade de Caxias do Sul: RS, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/190/Dissertacao%20Greice%20Tomasi.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em 28 set. 2021.

ENSINO REMOTO E HISTÓRIA: USO DAS TDICS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Lívia Maria Albuquerque Couto³³⁴
Marcos Vicente Miranda Santos³³⁵

RESUMO: A pandemia do novo coronavírus provocou alterações anteriormente inimagináveis em nossas relações sociais. E na educação não poderia ser diferente. A utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação sofreu uma aceleração com o fechamento das escolas e criação do Ensino Remoto Emergencial, impactando de forma jamais vista a vida dos educadores e estudantes. Aliado a isso, a desinformação ganha força através de revisionismos históricos e fake news, impactando ainda mais o trabalho do professor de história, carente de formação continuada em Educação Histórica aliada ao uso de TDIC.

Palavras-chave: Ensino Remoto Emergencial. Tecnologia Digitais de Informação e Comunicação. Educação Histórica.

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi marcado por uma epidemia causada pelo SARS-CoV-2, denominado coronavírus, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde³³⁶, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório.

Mediante este cenário, o ensino presencial nas escolas de nível fundamental e médio, assim como nas universidades e faculdades foi interrompido, e tanto professores quanto alunos precisaram se adaptar à nova realidade. Com tantas mudanças e incertezas, os educadores precisaram se adequar rapidamente e iniciaram um trabalho de transição do ensino presencial para o Ensino Remoto Emergencial, baseado nas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC, como por exemplo: videoconferências, *chats*, *videoaulas*, *podcasts*, entre outros.

O Ensino Remoto Emergencial - ERE é definido por Charles Hodges et al (2020) como “uma mudança temporária de ensino para um modo de ensino alternativo devido a circunstâncias de crise” (HODGES et al, 2020, p.04, tradução nossa). Ou seja, uma resposta institucional rápida, ofertando acesso temporário ao ensino, com prazo de validade definido, enquanto durar o período pandêmico (SILVA, 2020).

Dessa forma, as residências dos docentes transformaram-se no novo local de trabalho, realidade esta que nos apresentou pontos positivos e negativos. Somados

³³⁴ Graduada e Mestra em História (PROHIS/UFS), professora de história do SESI-SE e integrante do Grupo de Pesquisa *Dominium: estudos sobre sociedades senhoriais* (CNPq/UFS). E-mail: couto.livia@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6681583460967720>. ORCID: 0000-0003-4175-1532.

³³⁵ Graduado em História pela UFS, Mestrando em Educação (PPGED/UFS) e técnico em assuntos educacionais no IFAL - Campus Piranhas. E-mail: marcao.mirandas@gmail.com. Lattes:

³³⁶ Retirado do site <https://transparencia.missal.pr.gov.br/covid-19>.

às incertezas de uma pandemia mundial e ao fato de se adequarem aos novos mecanismos de ensino trouxe uma sobrecarga para os docentes que também será refletida na educação.

É sabido que a globalização trouxe consigo a criação de novas tecnologias que proporcionaram ao cenário da educação novos métodos de ensino. Assim, as TDIC são recursos imprescindíveis no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, é necessário pensar que a renovação do ensino deve ser discutida para além do contexto do ensino na pandemia. Por isso, destacamos a importância dos docentes utilizarem as TDIC não somente de forma exclusiva no ensino à distância ou remoto, mas sim o seu uso como uma forma de estratégia, também, para o ensino presencial. Pois, acreditamos que a educação dialógica, participativa e conscientizadora pode ajudar a quebrar a inércia em que se encontra a concepção educacional.

Dessa forma, podemos ressaltar que é preciso também reinventar a educação, analisar as contribuições e as mudanças trazidas pela cultura digital, da integração das TDIC e dos recursos à prática pedagógicas tão utilizadas em 2020. Assim, propomos analisar como os docentes precisaram inovar suas práticas de ensino, já que não tinham mais o espaço físico das escolas, universidades e faculdades, nem o contato direto com os estudantes. E como essas práticas poderão ser utilizadas no contexto ensino-aprendizagem para além do contexto de pandemia.

Diante da propagação de novas tecnologias, questionava-se a utilização quase que exclusiva, dos livros didáticos, considerados desinteressantes e, muitas vezes, ultrapassados, e da utilidade dos professores como agentes de ensino, identificados como comunicadores inexperientes. Buscando acompanhar as mudanças globais, trazidas pelo ensino durante a pandemia, muitos docentes deixaram de lado as desconfianças com relação ao uso das TDIC e anexaram essas ferramentas tecnológicas de forma efetiva em suas aulas.

Contudo, analisaremos algumas dificuldades e obstáculos apontados pelos profissionais de educação. Nesse sentido, é necessário compreender que os docentes, em geral, não cursaram na graduação uma disciplina específica sobre a utilização de recursos digitais em atividades com os alunos. Além disso, falta nas instituições de ensino, sejam estas de nível básico ou superior, uma formação continuada sobre o uso das TDIC. Assim, a busca por novas formas de explorar os recursos tecnológicos se torna de interesse dos próprios docentes, ou seja, sobra-lhes apenas a autoformação.

Com base no que foi dito, pretendemos neste artigo fazer uma reflexão sobre como os docentes estão encarando este novo cenário na educação, elencando as principais problemáticas do contexto causado pela pandemia de 2020. Além disso, buscaremos analisar como as TDIC foram inseridas, elencando como estas podem ser assimiladas à educação presencial, de modo a inspirar reflexões no ensino.

Acreditamos que com este artigo, abordaremos uma temática que, atualmente, está sendo alvo de discussões para além do meio acadêmico. Dessa forma, buscaremos responder alguns questionamentos que facilitarão o entendimento acerca dessa discussão durante o Ensino Remoto Emergencial na educação brasileira.

Por fim, através de um levantamento teórico, buscaremos autores que nos ajudem a explicar sobre a utilização das TDIC no processo ensino-aprendizagem. Além de promover um debate acerca de como as tecnologias digitais de informação e comunicação poderão auxiliar o ensino presencial, ou seja, qual a contribuição dessas para a educação. Ressaltando a importância dessas metodologias de ensino “sobreviverem” à pandemia de coronavírus.

2. A ACELERAÇÃO DO USO DAS TDIC

O ensino tradicional foi criado com o intuito de universalizar o conhecimento entre a população. Por ter um objetivo massificador, ele possui uma estrutura mais rígida e fechada à inovação, sendo alvo de críticas de educadores por este motivo. Contudo, permanece a forma de ensino mais praticada, em que as aulas costumam ser expositivas, ou seja, quando o professor exhibe o conteúdo para todos os discentes de um mesmo modo, com bastante teoria e exercícios para reforçar e sistematizar a memorização desse (SAVIANI, 1991). Dessa forma, os discentes não são considerados sujeitos ativos no processo de construção de seu próprio conhecimento, mas sim como alguém que precisa aprender com o docente, figura central no processo ensino-aprendizagem.

Porém, em 2020, com a pandemia do coronavírus todo o cenário de educação foi modificado e as instituições que se baseavam na educação tradicional tiveram que buscar meios de se reconstruir, pelo menos, durante o período pandêmico. Os docentes também precisaram se reinventar de forma muito rápida, devido à proibição das aulas presenciais. Foi preciso utilizar os mais diversos meios digitais para suas aulas. Como visto anteriormente, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), já existiam no cenário do ensino, contudo, geralmente, eram utilizadas a vontade do educador em modificar sua forma de ensinar ou eram utilizadas nos cursos à distância (BEHRENS, 2005).

As Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação referem-se a um conjunto de diferentes mídias que se diferenciam pela presença de tecnologia digital, ou seja, são equipamentos que se utilizam do processamento de dados armazenados, e funcionam através da decodificação de códigos numéricos (VALENTE, 2015). É o caso de projetores multimídia e os telefones celulares atuais, que são, dessa forma, compreendidas como um conjunto de equipamentos e aplicações tecnológicas, que geralmente utilizam a *internet*.

Asseguramos que o século XXI é um período bastante tecnológico, em que a tecnologia está (ou deveria estar) presente na vida dos estudantes. E podemos dizer mais, sendo de fundamental importância em suas vidas. Porém, algumas instituições de ensino, mesmo as que possuíam a estrutura mínima necessária, permaneceram utilizando o método tradicional sem cogitar a possibilidade de inserir as TDIC e alçar a educação a um contexto mais atual, em consonância ao período em que vivemos.

Sendo assim, frente ao contexto da pandemia de 2020, podemos perceber que tanto as instituições de ensino, quanto os docentes não se sentiram preparados para lidar com as novas tecnologias no ensino. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Claro (2019), havia uma resistência porque acreditava-se que isso significaria o aumento do trabalho para os docentes, ou porque eles enxergavam as tecnologias apenas como entretenimento. O que nos mostra como ainda é deficitária a formação de professores para a utilização das TDIC, tornando as barreiras ainda maiores para o seu uso nas instituições de ensino.

Destacamos que a falta do interesse de uma formação continuada dos docentes, ou das instituições de ensino é um fato que merece ser destacado. Podemos citar alguns autores que trazem à tona esta discussão e ressaltam sua relevância, como, por exemplo, Candau (1997), Nascimento (2000), Pimenta (2002). Nesse sentido, para esses autores, é preciso citar as falhas e as limitações das instituições de ensino, que por vezes não possuem estrutura para tal, como a quantidade de equipamento suficiente ou uma internet com baixa velocidade.

Segundo pesquisa do IBGE, apenas 57% da população do nosso país possui um computador em condições de executar *softwares* mais recentes. Outro estudo realizado em 2018, a Pesquisa TIC Domicílio, aponta que mais de 30% dos lares no

Brasil não possuem acesso à *internet*, o que é indispensável para os encontros síncronos durante o ensino remoto. O resultado disso é uma inevitável acentuação da desigualdade de acesso ao ensino de qualidade, causando um déficit de aprendizagem ainda maior do que já temos entre os discentes do sistema público e da rede particular.

Segundo Shigunov Neto e Maciel (2002), para que as mudanças que ocorrem na sociedade atual possam ser acompanhadas, é preciso um novo profissional do ensino, ou seja, um docente que valorize a investigação como estratégia de ensino, que desenvolva a reflexão crítica da prática e que esteja sempre preocupado com a formação continuada. E os docentes perceberam este impacto ao se depararem com o cenário de ensino em 2020, em que muitos sentiram dificuldades em utilizar as TDIC, pois alguns não tinham conhecimento dos programas que deveriam usar ou até mesmo como gerar um *link* para ministrarem suas aulas *on-line*.

3. IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), agência da ONU responsável por acompanhar e apoiar a educação, comunicação e cultura no mundo, a pandemia do coronavírus já impactou os estudos de mais de 1,5 bilhão de estudantes em 188 países – o que representa cerca de 91% do total de estudantes no planeta.

Como dito antes, a maioria das instituições de ensino no Brasil não conta com o suporte necessário para oferecer o Ensino Remoto Emergencial. Até então, as plataformas digitais eram aproveitadas pela minoria dos estudantes da Educação Básica. Porém, do dia para a noite, as instituições de ensino precisaram encontrar maneiras de se adaptar às TDIC e isso gerou uma problemática, principalmente, para os docentes. Outra situação evidenciada pela pandemia do coronavírus na Educação, foi a desigualdade social e de acesso às tecnologias, que causa um abismo entre aqueles que podem dar continuidade ao seu processo de aprendizagem e outros que sequer possuem um dispositivo eletrônico com conexão à internet em suas residências.

Somados aos problemas citados anteriormente, pontuamos a situação dos docentes, pois, são poucos os professores que tiveram a formação continuada adequada para utilizar as TDIC nas suas aulas. Preparar uma aula remota é bem diferente da prática presencial de sala de aula (SILVA; CAMARGO, 2015). As formas de comunicação mudam e o conhecimento das tecnologias educacionais é de suma importância neste contexto.

Além dos fatores somados acima é necessário destacar a multifuncionalidade que aos docentes foi atribuída, isto é, aos educadores foram infligidas diversas funções, além das suas habituais. Porque em suas formação, o professor é orientado a planejar suas aulas e ministrá-las, e neste novo cenário foi preciso, além de tudo isso, aprender a utilizar, minimamente, as TDIC, antes de aplicá-las em suas turmas. Fato que acabou criando certo julgamento e crítica dos educandos e suas famílias, que estavam cada vez mais presentes nas aulas remotas.

Isso causou um mal-estar e certo desconforto, pois os docentes que ainda estavam se habituando aos ambientes virtuais e aprendendo a utilizar os meios digitais, por muitas vezes, passaram por julgamentos tanto do seu profissionalismo quanto de sua vida pessoal, já que o trabalho tinha invadido suas casas, não havendo, por muitas vezes, separação. Infelizmente, isso causou uma pressão que muitos profissionais não souberam lidar e o resultado foi o aumento de doenças psicossomáticas.

Uma pesquisa feita pelo Instituto Península (2020), ouviu 2.400 professores da educação básica, das redes pública e privada, para entender como estavam se sentindo desde o início da paralisação das aulas. O quadro emocional chama a atenção, pois, destes, alegam precisar de apoio para lidar com questões emocionais e demonstravam ansiedade (67%), cansaço (38%) e tédio (36%). Essa pesquisa ocorreu em maio de 2020, provavelmente esses números podem ter aumentado, uma vez que o período de aulas remotas tem sido maior do que o inicialmente previsto. Dar aulas a partir de suas residências foi uma situação inédita para a maioria (88%), tanto é que 83,4% não se sentiam preparados.

Dessa forma, com a suspensão do ensino presencial, os docentes perceberam a importância da tecnologia como aliada da educação. Na verdade, a discussão acerca dos paradigmas da educação ocorre há muito tempo, contudo, a pandemia acelerou o processo de implementação das TDIC no ensino, nos diversos níveis da educação.

A suspensão das aulas presenciais forçou as instituições de ensino e órgãos educacionais a procurar experiências inovadoras de aprendizado remoto, sendo estas mais dinâmicas, efetivas e condizentes com o ensino a distância. Enquanto isso, os docentes tiveram a iniciativa de testar novas maneiras de ensinar. É indubitável que a combinação dessas movimentações representa uma enorme evolução para a Educação brasileira, por isso acreditamos que essas novas metodologias e estratégias precisam “sobreviver” ao período de pandemia e serem utilizadas também no contexto da educação presencial.

Dessa forma, o cenário educacional, causado pela pandemia de 2020, nos mostrou que é preciso um investimento maior em qualificação e incentivo a formação continuada dos docentes. Sendo que é importante ressaltar que o papel das Instituições de Ensino torna-se fundamental para apoiar os educadores, pois a formação continuada de professores é uma forma de assegurar a atuação de profissionais mais preparados e capacitados dentro ou fora das salas de aula. Dessa forma, ela garante uma educação de qualidade para os discentes e, conseqüentemente, a comunidade na qual a instituição de ensino está inserida (LIBÂNEO, 2004).

4. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O USO DAS TDIC

A formação continuada de professores é atualmente entendida como um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos educadores. Ela é realizada após a formação inicial e tem como objetivo assegurar um ensino de qualidade cada vez maior aos alunos. Segundo Libâneo,

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional (LIBÂNEO, 2004, p. 227).

Com a formação continuada, o processo de aprendizagem e desenvolvimento do docente é constante e permeia o dia a dia da sala de aula. Assim, o docente tem a oportunidade de refletir e aperfeiçoar as suas práticas pedagógicas e também de promover o protagonismo de seus alunos, potencializando assim o processo de ensino-aprendizagem (IMBERNÒN, 2001).

Nesse sentido, o educador atualizado se torna um facilitador e não apenas um transmissor de informações, o que contribui para a atualização no cenário da educação. Além disso, a formação continuada ajuda o docente a se tornar cada vez mais capaz de se adaptar às rápidas e diversas mudanças do contexto educacional, contornando as dificuldades encontradas no dia a dia da sala de aula.

Sendo assim, a formação continuada auxilia tanto docentes, como também as instituições de ensino a refletir e aprimorar todos os aspectos pedagógicos, propondo estratégias com a finalidade de diminuir as dificuldades e sugerindo mudanças significativas para toda a comunidade escolar, o que irá refletir num aprimoramento do sistema de ensino e, conseqüentemente, em estudantes mais envolvidos no seu processo de construção do conhecimento.

Defendemos então que as TDIC devem ser utilizadas também no ensino presencial e no cenário de educação “pós-pandemia”, desde o nível fundamental até o superior. Já que 2020 foi significativo para a introdução, mesmo que de forma não planejada, delas na educação brasileira. Visto que, tornam as aulas mais dinâmicas; prendem mais a atenção dos estudantes ao aproximar os conteúdos à sua realidade tecnológica; auxiliam a tarefa dos docentes, entre outras formas de se facilitar o processo de ensino-aprendizagem com o uso das TDIC.

Como já dito antes, alguns docentes já tinham conhecimento e utilizavam as tecnologias digitais em suas aulas, contudo a maioria o fez por motivação própria, já que há pouco incentivo das instituições de ensino em utilizar as TDIC como recursos pedagógicos. O que se configura um erro, pois o contexto de tecnologias digitais e de informação no qual os discentes estão inseridos no dia a dia escolar desde a pré-escola até o nível superior, os torna inseridos em um mundo altamente tecnológico onde são capazes de interagir com um aparelho celular naturalmente.

É importante ressaltar que no cenário ideal do processo ensino-aprendizagem, o professor tem papel de orientador, ou seja, sua função seria ajudar os discentes na construção do conhecimento. Nesse sentido, pesquisas demonstram que quando o docente fala menos e orienta mais e os estudantes participam de forma ativa, a aprendizagem é mais significativa (DOLAN; COLLINS, 2015). Sendo que os alunos também não se veem mais como sujeitos passivos, e não aceitam mais o ensino tido como tradicional, pois não se adequam mais a esta forma de aprendizagem (MARTINS; MOSER, 2012).

Nesse contexto, as TDIC se integram em uma diversificada base tecnológica que possibilitam a partir de equipamentos, programas e das mídias, a associação de diversos ambientes e indivíduos numa rede, facilitando a comunicação entre seus integrantes, ampliando as ações e possibilidades já garantidas pelos meios tecnológicos. Para que as TDIC sejam uma importante ferramenta no desenvolvimento das habilidades dos discentes, as práticas e recursos do processo educacional precisam ser reestruturados, acompanhando o avanço das tecnologias e o desenvolvimento das habilidades para o seu uso.

Para que se desenvolvam as habilidades dos discentes no ensino presencial, é necessário que haja uma modificação nas técnicas didáticas e metodológicas, que permitam a inserção das TDIC no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, será permitido que os docentes utilizem essas novas metodologias como forma de orientar e definir os espaços onde os estudantes poderão participar ativamente da construção do seu conhecimento.

Nesse sentido, já que uma das funções dos docentes é preparar diferentes oportunidades de aprendizagem, acreditamos que as TDIC podem e devem ser utilizadas no contexto do ensino presencial, como instrumentos mediadores da aprendizagem tanto de crianças, como de jovens e adultos, pois estes já utilizam-nas fora das instituições de ensino. Aliado a isso, o cenário educacional de 2020

demonstrou que a aplicabilidade desses novos recursos e estratégias, apesar da pouca ou nenhuma formação, foi possível no pior momento vivido pela educação brasileira nos últimos anos.

5. ENSINANDO HISTÓRIA DURANTE A PANDEMIA

A Educação Histórica vem passando por diversas mudanças ao longo das últimas décadas. Na sociedade em que estamos inseridos atualmente, segundo Isabel Barca (2007, p. 05), “somos permanentemente confrontados com diversas visões do mundo, por vezes em conflito entre si – tanto do passado como do presente – e que muitas vezes colidem também com os nossos conhecimentos, interpretações e emoções”. Assim, os professores precisam estar atentos a essas múltiplas informações, em busca de promover a formação adequada para a vida em uma sociedade democrática.

A Educação Histórica busca dar, segundo Barca e Schmidt (2009, p. 12), “respostas sobre a construção do pensamento histórico e a formação da consciência histórica de crianças e jovens”. Nesse sentido, diante da quantidade de informação que se propaga com rapidez nos dias atuais, é necessário que os professores auxiliem no processo de “peneiração” das notícias, visto que, ela é abundante, mas nem sempre confiável.

Dessa forma, o professor de História, segundo Bittencourt (2012, p. 57):

Pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber fazer, o saber fazer bem, lançar os germes do histórico. Ele é responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemática. (BITTENCOURT, 2012, p. 57).

Logicamente, durante este período de pandemia do novo coronavírus, a atuação do professor de história esteve, por vezes, limitada aos momentos síncronos para os estudantes que conseguiam ter acesso a internet e quase que inviabilizada para os discentes que se comunicaram com seus educadores apenas por conteúdos impressos.

Aliado a essas limitações, antes mesmo do fechamento das escolas, o Ensino de História, no Brasil, já vinha passando por questionamentos de movimentos de extrema direita. Para Isabel Barca (2007, p. 06), “duas visões de uma dada situação, embora contraditórias entre si, poderão ser consideradas historicamente válidas se forem confirmadas, e não refutadas, pelas fontes existentes”. O que não é o caso das narrativas da extrema direita, pois não possuem fundamentação em fontes confiáveis e se sustentam em narrativas negacionistas e de anti-ciência.

Temos vivido ultimamente com o advento das TDIC um período de crescente diversificação de informações, nem sempre confiáveis. E os estudantes, assim como a sociedade em que vivemos, não estão excluídos. Por isso, é necessário que o professor de história consiga desenvolver em seus discentes “o compromisso com as fontes disponíveis e a coerência com o contexto [que] constituem princípios em que se baseia a validação de uma ‘conclusão’ histórica, bem como a distinção entre História e Ficção (Isabel Barca, 2007, p. 06).

Para tal, é preciso discutir as *fake news*³³⁷, narrativas que defendem que os negros vieram para o Brasil por escolha própria, que a Ditadura Civil-militar era uma ditabranda ou que o país esteve muito próximo de se torna comunista, seja na sala de aula, seja nos encontros síncronos ou nas atividades assíncronas. Debater com os estudantes a sua fundamentação, com que intuito foram criadas e confrontar com as fontes e com o referencial teórico de pesquisas consolidadas no âmbito da historiografia.

Diante do cenário da pandemia de covid-19, as temáticas ligadas ao negacionismo da ciência, incentivo ao não uso das máscaras e ineficácia das vacinas vieram à tona. Na verdade, *fake news* não são consideradas novas no contexto da história do Brasil. Podemos citar como exemplo a Revolta da Vacina de 1904, na qual era preciso que as pessoas se vacinassem, devido a epidemia de varíola. Contudo, foi declarada a vacinação obrigatória de crianças e adultos, mas “as camadas populares rejeitavam a vacina, que consistia no líquido de pústulas de vacas doentes. Afinal, era esquisita a idéia de ser inoculado com esse líquido. E ainda corria o boato de que quem se vacinava, ficava com feições bovinas” (FIOCRUZ, 2005). Nesse contexto, as pessoas tinham suas casas invadidas para que tomassem as vacinas e acabaram indo às ruas da República para protestar.

Ao analisarmos toda essa situação, percebemos que na verdade por trás da desinformação existia a intenção de forças políticas em depor Rodrigues Alves, representante da oligarquia cafeeira. Que culminou em um saldo total de 945 prisões, 461 deportados, 110 feridos e 30 mortos em menos de duas semanas de conflitos, Rodrigues Alves precisou desistir da vacinação obrigatória, o que resultou na disseminação da varíola (CHALHOUN, 2018).

Dessa forma, a falta de informação prejudicou a população brasileira que, mesmo com uma vacina existente, acabou exposta a doença. Evento esse que voltou a acontecer na pandemia de covid-19. Assim, é preciso que professores desenvolvam o letramento midiático em suas aulas, este aprendizado que não se trata apenas de usar a tecnologia, mas também envolve habilidades de acesso, análise e reflexão de informações.

Com base no que foi dito é preciso elencar a importância da disciplina história e o compromisso que os professores da área precisam ter, na tentativa de estimular, para que seus alunos busquem interpretar as notícias que têm acesso, para que saibam usar as fontes a seu favor e se tornem cidadãos críticos e ativos na sociedade e que não sejam parte desse ponto negativo do uso das TDIC, ou seja, as *fake news*.

Por fim, estar inserido no contexto da pandemia não foi fácil para nenhum profissional da educação, e os professores de história se viram entre trabalhar as TDIC no ensino remoto, frente ao cenário de desinformação digital que perpassa tanto o ambiente escolar, quanto o familiar. O que deixou escancarado que a realidade da educação midiática precisa estar articulada com as aulas de história, pois não se trata somente de saber lidar com as tecnologias, e sim o modo como os alunos aprendem, isto é, como constroem o conhecimento, como lidam com a leitura reflexiva de quaisquer mensagens que cheguem até eles³³⁸, e que este processo os auxiliem a se tornarem cidadãos ativos na sociedade.

³³⁷ *Fake news* são um tipo bem específico de desinformação. O termo diz respeito a conteúdos propositalmente falsos, ou seja, que foram criados com intenção de enganar. Além disso, muitas vezes imitam o visual e o estilo de veículos de comunicação sérios, tentando pegar carona na credibilidade. As motivações para criar e disseminar *fake news* vão desde ganhar dinheiro até conquistar apoio para determinada causa ou ideia (FERRARI et al, 2020, p. 43).

³³⁸ Estamos tratando da Decodificação de mídias: termo que descreve a prática da leitura reflexiva de qualquer tipo de mensagem: uma notícia, post, imagem, meme, para que possam analisar, entre outros aspectos, a autoria, intenção e técnicas nelas utilizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias educacionais fazem parte das principais soluções para o cenário educacional que estamos vivenciando, causados pela pandemia de coronavírus. Embora iniciado o Ensino Remoto Emergencial de forma desordenada e sem o planejamento ideal, os docentes e as instituições de ensino perceberam que a aplicabilidade das TDIC é possível e capaz de auxiliar os docentes no processo de uma aprendizagem mais significativa.

Com base em tudo que foi dito, embora as novas tecnologias sejam utilizadas em larga escala na sociedade e atualmente nas instituições educacionais, seu emprego no ensino presencial ainda se dá de forma tímida. O que é paradoxal, já que as TDIC são utilizadas pela maioria dos professores para preparar materiais didáticos, embora pouco aproveitadas em ambiente escolar no auxílio do aprendizado dos discentes.

Apesar de tudo, o distanciamento social e a suspensão das aulas presenciais impuseram um momento de reflexão para toda a comunidade escolar dos mais variados níveis. Com a paralisação forçada, educadores, pesquisadores e gestores da área da Educação precisaram buscar meios de renovar o ensino. Esse foi o momento de ressignificar a Educação e de pensar em maneiras mais efetivas de desenvolver novas políticas públicas ligadas à tecnologia educacional para que se tenha um ensino de qualidade, se tratando tanto da educação básica, quanto do ensino superior.

Sabemos que não há como utilizar as tecnologias digitais em situações de ensino-aprendizagem de um dia para o outro, se trata de um processo gradativo. Mas, o ano de 2020 pode ter sido o passo inicial nesta mudança, já que também demonstrou que não é necessário ser um profundo conhecedor dessas tecnologias para usar as TDIC, é preciso que o docente possua apenas um pouco de habilidades e que as instituições de ensino sejam equipadas e deem o suporte que tanto os docentes, quanto os discentes precisam.

Embora a formação continuada deva atender às necessidades dos docentes no seu cotidiano, ela não pode ser entendida como um receituário, ou seja, um conjunto de modelos metodológicos e/ou lista de conteúdos que, se seguidos, serão a solução para os problemas. Os processos de formação continuada podem ser de extremo valor, se conseguirem aproximar os pressupostos teóricos e a prática pedagógica.

Libâneo (1998), acredita que os momentos de formação continuada levam os professores a uma ação reflexiva. A formação continuada deve ser encarada como uma grande aliada dos educadores, uma vez que contribui para a evolução constante do trabalho do docente. Isso porque ela favorece a criação de novos ambientes de aprendizagem, dando novo significado às práticas pedagógicas.

Da mesma forma que o mundo evolui de forma rápida e a tecnologia assume uma relevância cada vez maior no processo de aprendizagem, a formação de professores também acompanha essa evolução, por meio dos cursos de formação continuada *online*, por exemplo.

Segundo Pedro Demo, “investir na qualidade da aprendizagem do aluno é, acima de tudo, investir na qualidade docente”. Este investimento acontece pela formação continuada dentro e fora das instituições de ensino (DEMO, 2007, p. 11). Afinal, a formação continuada de professores é importante, pois amplia o conhecimento, leva a reflexão, a solução de problemas, mantém o docente atualizado, comprometido, aprende e ensina, leva a autoavaliação fazendo com que se sinta parte de um contexto onde o levará a formar cidadãos.

A formação continuada deve ser capaz de conscientizar de que teoria e prática devem e precisam caminhar juntas, pois a teoria auxilia o docente a compreender melhor a sua prática e a lhe dar sentido e, conseqüentemente, que a prática proporciona melhor entendimento da teoria ou, ainda, revela a necessidade de nela fundamentar-se.

Por fim, acreditamos que tanto os professores de história, docentes em geral, quanto às instituições de ensino das quais esses fazem parte, foram pegos de surpresa com a pandemia de coronavírus que promoveu uma conturbação no cenário educacional do Brasil, demonstrando que a utilização das TDIC são uma realidade que está longe de ser deixada para trás. Assim, é preciso reavaliar as formas de ensino e procurar manter o processo de ensino aprendido significativo, destacando que muito está sendo aprendido e escancarado a respeito do cenário educacional e os métodos e meios que precisam ser modificados. Sendo assim, é necessário reavaliar e ressignificar o atual contexto de educação, em que a maioria das aulas estão sendo realizadas de modo remoto, e o que pode ser levado dele para o ensino presencial, quando tudo se normalizar e o ensino voltar a ser realizado de forma presencial.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCA, Isabel. **A Educação Histórica numa Sociedade Aberta: Currículo sem Fronteiras**. v. 7. N. 1, pp. 05-09, Jan/Jun 2007.
- BARCA, I.; SCHMIDT, M. A. (Org.). **Aprender história: perspectivas da educação histórica**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.
- BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CANDAU, V. M. F. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 51-68.
- CARVALHO, Camila S. de; SUNAGA, Alexsandro. As tecnologias digitais no ensino híbrido. In.: BACICH, L. NETO, A. TREVISANI, F. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- DEMO, Pedro. É preciso estudar. In A. M. de Britto. **Memórias de formação: registros e percursos em diferentes contextos**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2007.
- IMBERNÒN, F. **Formação docente e profissional: forma-se para mudança e a certeza**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERRARI, Ana Claudia; OCHS, Daniela; MACHADO, Daniela. **Guia da Educação Midiática**. São Paulo : Instituto Palavra Aberta, 2020.
- FIOCRUZ. **A Revolta da Vacina, 2005**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-2>. Acesso em 20 de set. 2021.
- HODGES, C. (et al). **The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning**. EDUCAUSE Review, 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-differencebetween-emergency-remote-teaching-and-online-learning#fn3>. Acesso em: 11 maio de 2021.
- INSTITUTO CLARO. **Pesquisa aponta que professor tem interesse em tecnologia, mas pouca chance de formação inicial e continuada**, 2019.

Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/reportagens/pesquisa-aponta-que-professor-tem-interesse-em-tecnologia-mas-pouca-chance-de-formacao-inicial-e-continuada/>. Acesso em 20 fev. 2021.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissões docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 2004

MARTINS, Onilza Borges; MOSER, Alvino. **Conceito de mediação em Vygotsky, Leontiev e Wertsch**. 2012. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0CDoQFjAE&url=http%3A%2F%2Fwww.grupouninter.com.br%2Fintersaberes%2Findex.php%2Frevista%2Farticle%2Fdownload%2F245%2F154&ei=UbhHV P6JCoTJggShnYCwCw&usg=AFQjCNE9yUDroUowkzNbJpN1pGUPM8uypw>. Acesso em 16 fev. 2021.

NASCIMENTO, M. das G. A formação continuada dos professores: modelos, dimensões e problemática. Ciclo de Conferências da Constituinte Escolar. **Caderno Temático**, Belo Horizonte, n. 5, jun., 2000.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Vinícius de. **Pesquisas mostram o impacto da pandemia em diferentes áreas da educação**. PORVIR, 2020. Disponível em: <https://porvir.org/pesquisas-mostram-os-impactos-da-pandemia-em-diferentes-areas-da-educacao/>. Acesso em 16 fev. 2021.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue B. (Org.) **Reflexões sobre a formação de professores**. Campinas: Papyrus, 2002.

SILVA, Luciene Rocha; SANTOS, Arlete Ramos dos; LIMA, Davi Amâncio. **Os Desafios do Ensino Remoto na Educação do Campo**. <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/620>. Acesso em: 12 maio de 2021.

SILVA, Rodrigo Abrantes da.; CAMARGO, Ailton Luiz. A cultura escolar na era digital: o impacto da aceleração tecnológica na relação professor-aluno, no currículo e na organização escolar. In.: BACICH, L. NETO, A. TREVISANI, F. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

VALENTE, José Armando. Prefácio. In.: BACICH, L. NETO, A. TREVISANI, F. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: DIREITO OU OBRIGAÇÃO?

Lucas Bitencourt Fortes³³⁹

RESUMO: O presente artigo analisa como se sucedeu a entrada da mulher no mercado de trabalho. Compreende-se como ocorre a organização das mulheres como movimento político-social. Problematiza-se se sua entrada no mercado de trabalho representa uma conquista ou uma imposição. Analisa-se e questiona-se quem seriam os reais beneficiários de tal inserção da mulher no mundo do trabalho assalariado, e, por fim, apresenta-se breves considerações. Seja uma conquista ou obrigação, não se pretende idolatrar, culpar o desmerecer tal acontecimento, mas proporcionar um olhar histórico amplo e crítico sobre tal evento.

Palavras-chaves: Mulher. Mercado de Trabalho. Movimento Social.

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O artigo desenvolvido e apresentado a seguir não teve como objetivo trazer uma verdade absoluta sobre o que consistiu a entrada da mulher no mercado de trabalho, mas ampliar a discussão em torno do tema. Diria que se trata de uma leitura crítica sobre tal acontecimento, a partir da qual passamos a considerar outras perspectivas. A inspiração para o que se apresenta a seguir é oriunda de discussão ocorrida anos atrás em Seminário durante minha graduação em História. Embora tenha, em alguns momentos, utilizado de pensadores e conceitos de uma linha marxista, não considero tal artigo como tal, pois fundamento-me em diversos pensadores e conceitos, desde Alain Soral, Aleksandr Dugin, Eric Hobsbawm, Alain de Benoist e Domenico Losurdo, os quais podem muitas vezes se encontrarem como antagônicos. O referencial utilizado colabora justamente para a leitura mais crítica do que propus, sem que se venha a caminhar para um único caminho.

MULHER, MERCADO DE TRABALHO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL

Deve-se compreender que a entrada da mulher no mercado de trabalho ocorre a partir de determinadas circunstâncias e acontecimentos, que por sua vez colaboram para a sua organização como movimento político-social, portanto, considero tais questões relacionadas. De modo geral, essa problemática é importante pois, “ela produz forte impacto nas relações sociais, pois implica uma mudança de ‘paradigma’ familiar e cultural. Outro motivo, não menos importante é relacionado com a discriminação de gênero” (BORGES, PEREIRA, SANTOS, 2005, p. 1), para isso, deve-se considerar diversos fatores para sua compreensão. Em um primeiro momento torna-se relevante compreender quais condições contribuem para a entrada da mulher no mercado de trabalho e sua conseqüente organização, considerando o contexto da época. Assim, conforme o historiador britânico Eric Hobsbawm, a partir de 1789, em vista da Revolução Francesa, passou-se a enxergar de outra forma o papel que a mulher exercia e deveria exercer na sociedade. Desde então, ideias visando a melhoria de suas vidas, ou uma maior igualdade entre os sexos, por exemplo, começaram a ser postas em pauta

³³⁹ Bacharelado em Administração; Licenciado em História; Licenciado em Artes Visuais; Especialista em Orientação Educacional; Especialista em MBA em Coaching; Especialista em Sociologia e Ensino de Sociologia; Mestrando em Educação.

(HOBSBAWN, 2004), assim, a mulher e seu papel passaram a ser vistos como elementos importantes socialmente. Ideias de modernização e progresso, abriram horizontes antes não permitidos (FUCHINA, LUZ, 2009). Considera-se o advento da Revolução Industrial, que faria com que mulheres fossem incorporadas nas indústrias, ganhando assim mais espaço, as fábricas contratariam mulheres visando uma diminuição das despesas, além da possibilidade de discipliná-las a seu modo no ambiente laboral. Outro motivo que colabora para a entrada da mulher no mercado de trabalho é o acontecimento de duas guerras mundiais, que fazem com que um espaço necessite ser preenchido, em conta do grande número de mortos e de acidentes que deixariam muitos homens incapacitados para o trabalho (HOBSBAWN, 1994; LEAL, 2016), assim as mulheres passam a precisar contribuir com as despesas financeiras familiares. Isso parte de uma noção da mulher como uma “força de trabalho secundária” (ABRAMO, 2007):

Segundo essa visão, o movimento de entrada das mulheres no mercado de trabalho tende a ocorrer quando o homem, por definição provedor econômico principal ou exclusivo dos rendimentos da família, não pode cumprir de forma plena ou adequada essa função, devido a uma situação de desemprego, diminuição da sua remuneração, separação, falecimento ou outras causas (ABRAMO, 2007, p. 13).

Nota-se que a entrada da mulher no mercado de trabalho fundamenta-se em uma necessidade, e ocorre de forma intensa, pois eram introduzidas neste novo mundo de maneira forçada, necessitando adaptar-se e submeter-se a tarefas penosas e mal remuneradas (AMARAL, 2012). Todavia, é a partir deste momento que as relações passam a alinhar-se a ideia de progresso, modificando as bases sociais, fazendo com que mentalidade fosse se abrindo para a mudança, embora pairasse ainda no ar um olhar curioso e discriminatório (FUCHINA, LUZ, 2009). Os acontecimentos mencionados colaboram para a análise da história da mulher, pois tratava-se de momentos nos quais elas seriam exploradas através de longas jornadas de trabalho e salários baixos. Em conta disto, há uma melhor organização das mulheres em vista das adversidades impostas a elas.

[...] surge um campo constituído fundamentalmente por mulheres anunciando a reivindicação de seus direitos e denunciando as desigualdades de classe e etnia, mas principalmente de gênero, consolidando o processo de construção de uma identidade feminina voltada para a emancipação política e social da mulher (CARVALHO; MENDES; VAZ, 2015, p. 89).

Para a professora norte-americana Camille Paglia, a partir desta organização têm-se então o potencial de possibilitar oportunidades iguais às mulheres, através da remoção de barreiras que se encontravam presentes no campo político e profissional, possibilitando atualmente, por exemplo, a chance de a mulher escolher o que fazer de sua própria vida (PAGLIA, 1996). Para o sociólogo francês Alain Soral esta organização constitui-se em um movimento político, pautado dentro de uma ideia semelhante à propagada pelos marxistas, visando a libertação das mulheres perante a opressão que se encontravam sujeitas (SORAL, 2013). Conforme a socióloga francesa Josette Trat, esta organização se constitui como um movimento social que se molda desde a Revolução Francesa, e que se:

[...] enraíza nas contradições fundamentais da sociedade, nascidas tanto do desenvolvimento do capitalismo como da persistência até hoje da dominação masculina, que se exprime na divisão sexual do trabalho. As mulheres se mobilizaram ora em nome da igualdade, ora em nome das suas diferenças, sempre contra as ‘injustiças’ de que eram vítimas, reclamando ao mesmo tempo o direito ao trabalho, à educação, ao voto e também à ‘maternidade livre’ desde o começo do século XX. Elas sempre

reivindicaram sua identidade como seres humanos e sua liberdade (TRAT, 2009, p. 151).

De acordo com o filósofo e historiador italiano Domenico Losurdo, a luta das mulheres, seja por qualidade de vida ou por espaço no mercado de trabalho, constitui parte do que se entende como luta de classes, em vista de que se trata de um conflito social surgido após o advento do modo de produção capitalista (LOSURDO, 2015). Retomando o pensamento de Alain Soral, na atualidade torna-se inegável que movimentos que reivindicam pautas em nome das mulheres envolvam questões e interesses econômico-sociais importantes, envolvendo mulheres das mais diversas camadas sociais (SORAL, 2007). Todavia, a ativista indiana Anuradha Gandhi compreende que os movimentos desenvolveram-se rejeitando uma crítica sólida perante o modelo hegemônico capitalista, focando suas reivindicações em assuntos que podem ser considerados como secundários (GANDHI, 2016). A partir deste contexto introdutório têm-se a base para a discussão sobre a entrada da mulher no mercado de trabalho, possibilitando assim uma releitura do que ela significa nos dias de hoje e se ela consegue superar o desequilíbrio social que se apresentava.

A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: DIREITO OU OBRIGAÇÃO?

Uma das conquistas das mulheres, e uma de suas constantes reivindicações, ainda mesmo na contemporaneidade, relaciona-se com sua presença e inclusão no mercado de trabalho. Porém até que ponto isto realmente reflete uma conquista de um direito e quem de fato se beneficia com absorção da mulher pelo mercado de trabalho? A intensificação deste processo ocorre com mais força a partir da década de 90, muito fundamentando através da “teoria da nova mulher”, iniciada nos Estados Unidos, que teve como essência a ideia de tirar a mulher de uma função não-mercantil, colocando-a no mercado de trabalho, gerando assim um poder de compra direto. A ideia consistia em fazer com que conscientemente a mulher compreende-se que ser uma esposa e dona de casa era uma forma de alienação e mesmo de humilhação. Em uma análise crítica a mulher mudaria neste momento da esfera de influência do marido para a do patrão (SORAL, 2013).

Com base na filósofa Nancy Fraser, embora legítimas, a busca por libertação do patriarcado e a inserção no mercado de trabalho serviram para legitimar o “capitalismo flexível” com inserção de novas e mais modernas normas da família de dois provedores. Esta lógica depende fortemente do trabalho remunerado feminino “em especial o trabalho de baixa-renda em serviço e manufatura, realizado não apenas por jovens mulheres solteiras, mas também por mulheres casadas e com filhos; não apenas por somente mulheres de cor, mas por mulheres de virtualmente todas as nacionalidades e etnias” (FRASER, 2016). Trata-se de uma falsa ideia de libertação e emancipação, refletindo uma falta de compreensão em torno do sistema de trabalho. Para Paglia, simplesmente retirar a mulher da cozinha e colocá-la em um escritório representa uma troca de prisão (PAGLIA, 1996). Em conformidade ao filósofo e psicanalista esloveno Slavoj Zizek, cria-se uma forma de dependência: “[...] o problema aqui não é a autoridade patriarcal e a luta emancipadora contra ela, como muitas feministas continuam a afirmar; o problema são as novas formas de dependência que surgem do próprio declínio da autoridade simbólica patriarcal” (ZIZEK, 2013, p. 362).

Considerando o contexto histórico-social anterior, a mulher passa a poder se aventurar no mercado de trabalho e usufruir do dinheiro conquistado ao preço de seu próprio suor, pois anteriormente encontravam-se em um nível social tido como inferior (HOBSBAWN, 2004). Com sua entrada, naturalmente um incentivo a sua

participação no âmbito político surge, sendo isto uma forma e uma oportunidade de lidar com a opressão que se fazia presente contra figura da mulher (CISNE, 2015).

Embora se considere as reivindicações legítimas, e as oportunidades sociais e políticas que surgem como decorrentes de um contexto, também se faz necessário considerar aspectos escondidos por trás destes pontos. Para Soral, a transformação da mulher em assalariadas, dentro de uma lógica capitalista, é o mesmo que as inserir em um quadro de “servas” do mercado, já que é necessário o salário para poder consumir. Também, em muitos casos, a mulher, em especial a oriunda de classes mais populares, sofre uma dupla alienação, submetendo-se em muitos casos ao marido e ao patrão, agravando sua situação (SORAL, 2007). No âmbito laboral, cabia às mulheres os trabalhos tidos como subalternos, e aos homens os cargos de poder, mantendo-se assim a ideia de dupla alienação (AMARAL, 2012), portanto:

[...] tal inserção no contexto produtivo não significou sua liberação em relação às tarefas domésticas, tampouco sua libertação e emancipação, pois ela continuou sendo submetida a condições de exploração, agora não só no âmbito familiar, mas também no profissional (AMARAL, 2012, p. 7 apud BITTENCOURT, 1980).

Aceita-se assim que as “relações históricas que envolveram as mulheres, sempre foram pautadas em condições que traduziam costumes patriarcalistas, e conseqüentemente, a submissão do sexo feminino perante o masculino” (FUCHINA, LUZ, 2009, p. 2). Portanto, embora obviamente altere-se a concepção de família, pois, atividades antes exclusivas das mulheres também passam a ser exercidas também por homens, as mulheres continuam ainda as principais responsáveis, assim, sobrecarregando-as (LEAL, 2016). As mulheres de classes mais populares necessitavam trabalhar, já que a figura do marido para o sustento da casa era insuficiente ou mesmo inexistente, enquanto para mulheres de classes mais abastadas isto não representava uma preocupação necessariamente. De modo geral, esta inclinação da mulher ao mercado de trabalho exige que ela, além de trabalhar fora, seja uma boa mãe e esposa (FUCHINA, LUZ, 2009). Complementando, e trazendo para uma perspectiva mais contemporânea, Soral em uma entrevista diz:

[...] na verdade a emancipação feminina com frequência acontece às custas de outras mulheres que sofrem dupla alienação. Porque enfrentam todos os problemas ao mesmo tempo: dar à luz, criar seus garotinhos e trabalhar também, isto é, multiplicam o tempo de trabalho, mas os dias não se esticam, e as mulheres não possuem mais ubiquidade do que os homens. Então como você dá conta das suas crianças quando tem que trabalhar 8 horas por dia? Essa é a questão. Agora algumas mulheres podem pagar por uma babá e ir trabalhar, o que significa que elas têm de ganhar mais do que a babá. Mas para as mulheres da classe trabalhadora, uma babá poderia lhes custar mais do que elas mesmas conseguem ganhar. Então esta não é uma escolha livre. É uma questão de classe social. E frequentemente acaba em, ao menos na classe popular, jornada dupla (SORAL, 2013, n.p.).

Esta diferenciação é importante, pois, enquanto para classes mais abastadas a emancipação da mulher representa a chance de emanciparem-se de seus papéis de mãe de família, de esposa e de seu status de dependente, para ir à sociedade civil, assumindo assim funções e profissões interessantes, como advogadas, pesquisadoras e empreendedoras, para as mulheres de classes populares isto representa a dupla alienação mencionada, tendo que em muitos casos ter de cuidar da casa, das crianças e ainda ser uma trabalhadora assalariada. Como salienta Soral, para a classe popular uma verdadeira emancipação:

[...] seria escapar dos constrangimentos da produção e do sistema assalariado. Tornar-se uma mulher sustentada ou dona de casa, que é um luxo, é uma aspiração das mulheres da classe trabalhadora, escapar do imperativo de produção, do trabalho. Enquanto que para a burguesia é escapar do tédio, o tédio da casa da mulher burguesa, para ter acesso a uma vida social mais interessante (SORAL, 2013, n.p.).

Esta diferenciação evidencia que por trás das reivindicações legítimas das classes populares escondem-se reivindicações de classes mais abastadas visando privilégios para si mesmas, clareando mais ainda a divisão social ainda existente (SORAL, 2007). A filósofa Nancy Fraser considera que os movimentos que se organizavam para fins de reivindicação de direitos e melhores condições das mulheres rumaram para finalidades diferentes: “Um movimento que uma vez priorizou solidariedade social agora celebra empresárias. A perspectiva que certa vez valorizou o ‘carinho’ e a interdependência agora encoraja avanços individuais e meritocracia” (FRASER, 2016, n.p.). Embora tenham se organizado e resistido, dado momentos de transformações sociais que foram se apresentando, também houve um rompimento e uma fragilidade que se instauraram.

Ao não compreender a conexão existente entre a opressão sofrida pelas mulheres e a opressão socioeconômica oriunda da estrutura política existente, os movimentos entram em contradição, já que focalizam em pautas necessárias e relevantes, porém secundárias, fazendo com que seja ignorado que a entrada da mulher no mercado de trabalho representou, e ainda representa, mais uma imposição do que uma conquista (GANDHI, 2016). Chegando ao término da questão, respondendo à pergunta que dá nome ao título deste tópico, compreendesse que a mulher na contemporaneidade tem a obrigação de trabalhar, e não o direito. Hoje para a grande maioria isto não é uma opção, mas uma necessidade, que só demonstra uma “regressão social”, já que em muitos casos, são necessários dois salários para manter uma casa. O que pôde no passado ser considerado a conquista de um direito, fruto uma árdua e dura luta, hoje nada mais é do que uma obrigação, impulsionada pelo desejo do sistema mercantil atual (SORAL, 2013).

QUEM SE BENEFICIA?

Partindo do pressuposto que a entrada da mulher no mercado de trabalho se encontra não unicamente como uma conquista, mas também como uma obrigação, chegamos a uma outra questão: quem de fato impõe e se beneficia com isto? Fundamentando-se no trabalho do cientista político russo Aleksandr Dugin, a aspiração de dar a mulher a mesma liberdade que o homem, ou seja, equalizá-los socialmente e politicamente, vai muito além do que uma busca por igualdade e por justiça social. No caso da entrada da mulher no mercado de trabalho, isto se resume a começar a pensar a mulher como homem, ou na visão capitalista, como um simples numeral, o sentido disto resume-se a um aumento do proletariado moderno (DUGIN, 2012). Consequentemente uma maior disparidade entre ricos e pobres se manifesta (SORAL, 2013). Sobre a emancipação da mulher dentro de uma lógica capitalista:

Ignore que a realidade que subjaz esse novo ideal é de níveis depressivos de renda, segurança empregatícia diminuta, padrões de vida em decadência, um abrupto aumento no número de horas trabalhadas pela renda por residência, exacerbação do turno duplicado – agora comumente triplicado ou quadruplicado – e um aumento da pobreza, cada vez mais concentrado em residências encabeçadas por mulheres. O neoliberalismo

transformou o patinho feio em cisne ao elaborar uma narrativa de empoderamento feminino. Invocando a crítica feminista da renda familiar para justificar a exploração, ele subordina o sonho de emancipação das mulheres ao motor de acumulação de capital (FRASER, 2016, n.p.).

O escritor espanhol León Riente elabora uma interessante análise em torno da imigração e da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, sobre a qual uma releitura pode ser proposta para fins de compreender a lógica por trás da entrada da mulher. Em ambas, há um acréscimo de mão-de-obra, uma maior produção beneficiando o empresariado, porém um baixo retorno ao trabalhador com a perda de direitos e diminuição de salários. No caso dos imigrantes usasse o argumento que é algo indispensável para a economia, enquanto no caso das mulheres usasse o argumento que é algo indispensável para eliminar as desigualdades entre homens e mulheres por exemplo. Na verdade, em ambos, isto significa algo indispensável para manter a margem de lucro das grandes empresas, tratando-se de uma “ferramenta de ajuste econômico liberal” (RIENTE, 2016, p. 9). Especificando um pouco mais a problemática:

A entrada massiva de novos trabalhadores num mercado de trabalho, já por si saturado, incrementa o exército industrial de reserva, o qual é sinônimo de uma diminuição de salários, bem como precariedade das condições laborais e, com isto, um conseqüente aumento nos benefícios empresariais. [...] tem o efeito de baixar o valor da mão-de-obra, dado o aumento da oferta de força de trabalho e a conseqüente descida do seu preço, o salário. Esta redução salarial afecta em especial os trabalhadores menos qualificados. É algo lógico: se há mais trabalhadores para um número similar de postos de trabalho as exigências salariais dos trabalhadores decrescem [...] (RIENTE, 2016, p. 9).

Um exemplo vindo da França, embora também relacionado com a questão imigratória, colabora para o entendimento da questão abordada. O filósofo francês Alain de Benoist compreende como fator determinante o interesse do grande empresariado:

Em 1973, pouco antes de sua morte, o presidente Pompidou³⁴⁰ reconheceu ter aberto as comportas da imigração a pedido de certos elementos do grande patronato, tais como Francis Bouygues³⁴¹, desejoso de se beneficiar de uma mão-de-obra dócil, barata, despojada quer de consciência de classe quer de toda e qualquer tradição de lutas sociais, a fim de exercer pressão para fazer baixar os ordenados dos trabalhadores franceses, de reduzir os seus ardores reivindicativos, e subsidiariamente de fender a unidade do movimento operário. O grande patronato sublinhava ele, ‘nunca está satisfeito’ (BENOIST, 2016, p. 14).

A busca constante por lucros, acima de qualquer senso de justiça social, permite que associemos a forma como imigrantes e mulheres são usados em benefício do capital. Utilizava-se do trabalho feminino com intenção da substituição da mão-de-obra, somado a uma redução dos custos (AMARAL, 2012). Compreende-se que na contemporaneidade as mulheres acabam agindo nas mãos da sociedade de mercado e da sociedade de consumo, assim como no passado também foram utilizadas para estes fins. De tal forma, entende-se que a entrada da mulher no mercado de trabalho, em uma análise crítica, está associada não somente ao contexto de uma luta justa e necessária, mas também ao constante crescimento e

³⁴⁰ Georges Pompidou (1911 – 1974) foi presidente da França de 1969 até 1974, data de sua morte. Nos anos 50 trabalhou no setor bancário para a família Rothschild.

³⁴¹ Francis Bouygues (1922 – 1993) foi um empresário fundador da Entreprise Francis Bouygues, empresa de construção industrial. Fundador da Ciby 2000, empresa do ramo cinematográfico e da Stim, subsidiária da Entreprise Francis Bouygues, ligada ao ramo de desenvolvimento imobiliário.

interesse do mercado em expandir o assalariamento e o poder de compra (SORAL, 2013). Embora as mudanças e interesses do capitalismo tenham possibilitado uma maior participação feminina e a saída da mulher do ambiente doméstico, colocando-a ao lado do homem na produção social, também as transforma em massa de manobra (AMARAL, 2012 apud BITTENCOURT 1980). Aceitar tal compreensão possibilita uma melhor organização político-social para o enfrentamento das injustiças e adversidades que ainda atingem a mulher na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns apontamentos finais considero relevantes, primeiramente, saliento mais uma vez, que a proposta deste escrito consistiu, entre seus objetivos, em colaborar para a discussão em torno da entrada da mulher no mercado de trabalho e de seus direitos na contemporaneidade. Longe de propor verdades, busquei problematizar, trazendo perguntas e questionamentos através do que julgo ser uma análise crítica. Considero importante valorizarmos e seguirmos com reivindicações e lutas justas, mas compreendendo as relações de poder e os interesses existentes por trás delas. Conforme busquei demonstrar, há sim um aspecto que pode ser considerado de conquista na entrada da mulher no mercado de trabalho, principalmente no passado, mas há também um aspecto de necessidade e de interesse por parte de quem necessitava de um aumento da mão-de-obra e da capacidade de consumo, algo que se faz presente ainda na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** Tese (Sociologia). 327 p. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- AMARAL, Grazielle Alves. Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. In: **Itinerarius Reflectionis** – Revista eletrônica do curso de pedagogia do Campus Jataí – UFG. Vol. 2 – nº 13, 2012.
- BITTENCOURT, S. R. V. **A participação da mulher no mercado de trabalho e o cuidado dispensado aos filhos menores de sete anos, durante a ausência materna.** 1980. 75f. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1980.
- BENOIST, Alain de. A imigração, exército de reserva do capital. In: **Contra a imigração: Onde europeus denunciam a colonização da Europa.** Org: João Martins. Lisboa: Editora Contracorrente, 2016. Páginas 14 a 22.
- BORGES, Waleska, PEREIRA, R. Saldanha, SANTOS, D. A. dos. **A mulher no mercado de trabalho.** In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA - São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005.
- CARVALHO, A. F.; MENDES, R. S.; VAZ, B. J. de O. O movimento feminista e a luta pelo empoderamento da mulher. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero e Direito.** Paraíba. nº 03, 2015. Páginas 88 – 99. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/viewFile/25106/14464>>. Acesso em: 17 de agosto de 2017.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil.** São Paulo: Editora Cortez, 2015.
- DUGIN, Aleksandr. **A quarta teoria política;** tradução: Álvaro Körbes Hauschild, João Paulo Arrais e Sérgio Lopes. Curitiba: Editora Austral, 2012.

FRASER, Nancy. **Como o feminismo se tornou subalterno ao capitalismo e como reivindicá-lo**. Tradução: Felipe Kantor. Publicado em: 6 de abril de 2016. Disponível em: <<https://lavrapalavra.com/2016/04/06/como-o-feminismo-se-tornou-subalterno-ao-capitalismo-e-como-reivindica-lo/>>. Acesso em: 12 de agosto de 2017.

FUCHINA Rosimeri; LUZ, Alex Faverzani. **A evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do direito do trabalho**. Anais Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS. II. Publicado em: 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/artigoalex.pdf>>. Acesso em: 17 de setembro de 2021.

GANDHI, Anuradha. **Sobre as correntes filosóficas dentro do movimento feminista**. Tradução: Gabriel Duccini e Igor Dias. São Paulo: Editora Raízes da América, 2016.

HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções 1789-1848**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEAL, Joana. **Inserção da mulher no mercado de trabalho foi passo importante para novas configurações sociais**. Publicado em: 25 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www.usp.br/aunantigo/exibir?id=7501&ed=1302&f=23>>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes: Uma história política e filosófica**. Tradução: Sílvia de Bernardins. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

PAGLIA, Camille. **Vampes e vadias**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1996.

RIENTE, León. A imigração massiva como instrumento da oligarquia econômica mundialista. In: **Contra a imigração: Onde europeus denunciam a colonização da Europa**. Org: João Martins. Lisboa: Editora Contracorrente, 2016. Páginas 9 a 13.

SORAL, Alain. **Vers la féminisation? Démontage d'un complot antidémocratique**. Paris: Éditions Blanche, 2007.

SORAL, Alain. **Feminismo, uma ideologia a serviço do sistema?** Publicado em: 11 de janeiro de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZbVE8f9fpXU>>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

SORAL, Alain. **A verdade sobre a imigração**. Publicado em: 7 de junho de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ukJYnyT6fNo>>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

TRAT, Josette. **Movimentos sociais**. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ZIZEK, Slavoj. **O sujeito incômodo: O centro ausente da ontologia política**. Tradução: Luigi Barichello. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

BREVE HISTÓRIA DOS INDÍGENAS NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E IMATERIAL

Manuel Alves de Sousa Junior³⁴²
Lara Danielle Barbosa Oliveira Silva³⁴³
Gabrielle Silva Gonçalves de Souza³⁴⁴

RESUMO: Foi a partir do final do século XV com o “descobrimento” da América e do Brasil que os indígenas ficaram conhecidos com mais intensidade na Europa. Com objetivo de lucrar na nova terra “conquistada”, a maioria dos indígenas foi usada como mão de obra no período colonial pelos europeus, muitos foram vítimas de doenças e até mesmo dizimados. Um dos grandes traços que diferenciam os povos indígenas brasileiros dos demais nativos americanos, é o fato de serem povos ágrafos, ou seja, não possuíam uma escrita alfabética. Seu patrimônio imaterial seria então gravado na memória, sendo passado oralmente de geração em geração. É necessário que cada vez mais sejam criadas e executadas políticas públicas para os indígenas, que precisam da reparação histórica do que sofreram nos últimos séculos no Brasil.

Palavras-chave: povos originários; indígenas; patrimônio indígena; valorização indígena.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer de expedições conquistando o Brasil “descoberto”, os portugueses logo perceberam que grandes partes do litoral e interior se encontravam ocupadas por sociedades que compartilhavam certas categorias comuns aos tupis. Em outras partes, a colônia era habitada por sociedades não tupis, representando dezenas de famílias linguísticas. Os europeus reduziram esse cenário a duas categorias: tupis e tapuias. Os tapuias eram todos os outros desconhecidos e os tupis eram os que habitavam grande parte do litoral (e que tinham maior contato com europeus) (DEL PRIORE, 2016a).

Alguns indígenas foram “mansos” e outros eram “bravos”, para o Padre Simão de Vasconcelos. Em seus relatos, os mansos eram aqueles que eram mais tratáveis e perseveráveis entre os portugueses, deixando-se instruir e cultivar. Já os bravos eram os intratáveis e com dificuldade se deixavam instruir. A instrução, nesse sentido, se refere à substituição de suas tradições por aquelas dos brancos: batizar os filhos, casar-se na igreja, evitar bigamia, andar vestido, aprender a ler e escrever, contar e cantar, já que, segundo registros, muitos tinham lindas vozes (DEL PRIORE, 2016a).

Com objetivo de lucrar na nova terra “conquistada”, a maioria dos indígenas foi usada como mão de obra no período colonial, muitos foram vítimas de doenças ou dizimados das mais diversas formas. Com a chegada dos africanos, aos poucos

³⁴² Doutorando em Educação pela UNISC. Biólogo, Historiador, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, campus Lauro de Freitas. Membro do Grupo de Pesquisa (CNPq) Identidade e diferença na educação e do Observatório de Educação e Biopolítica. E-mail: manueljunior@ifba.edu.br

³⁴³ Licenciada em História pelo Centro Universitário Jorge Amado - UNIJORGE, pós-graduanda em coordenação pedagógica no Centro Universitário Cidade Verde - UniFCV. Professora do ensino médio da educação básica do Colégio 1.2.3.

³⁴⁴ Licenciada em História pelo Centro Universitário Jorge Amado - UNIJORGE. Professora da Fundação 2 de Julho e Centro Educacional Novas Ideias. E-mail: gaabrielle7silva@hotmail.com

a imagem do indígena foi sendo esquecida. Afinal, a rede que se formava no tráfico atlântico era mais lucrativa para o capitalismo mercantil que se formava.

Infelizmente, a situação dos povos originários atualmente ainda está longe da ideal, já que muitas não conseguem renda para cuidar de suas famílias, apesar de poucos conseguirem viver do turismo em suas aldeias em algumas regiões do país (BRASIL, 2018).

O presente trabalho é fruto de estudos realizados na disciplina “Memória e Patrimônio” no curso de licenciatura em História do Centro Universitário Jorge Amado - UNIJORGE. Realizado a partir de leituras e discussões sobre artigos científicos, filmes e materiais acadêmicos relacionados à temática de modo a aprofundar as análises e reflexões.

Portanto, esse artigo buscou analisar a construção do indígena desde a colonização até a atualidade, os prós e contras que levaram a dizimação de diversas comunidades autóctones, como foi a transformação do patrimônio cultural indígena para patrimônio cultural brasileiro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 BREVE HISTÓRIA DOS INDÍGENAS NO BRASIL

O termo “Índio” foi originado a partir do erro de Colombo em achar que havia chegado às Índias (Ásia) e então passou a chamar seu povo de Índio. Mesmo após o equívoco ter sido percebido, o termo continuou sendo utilizado indiscriminadamente em referência aos povos ameríndios. Nesse sentido, a palavra foi construída no processo de colonização do continente americano pelos europeus a partir das navegações. Alguns historiadores defendem que o termo é generalista e não deve ser aplicado a todas as populações autóctones, que devem ser chamadas apenas pelos seus nomes: Maias, Tupinambás etc, porém, o problema é mais complexo, pois pelo processo colonial, algumas etnias, já incorporaram e já se identificam com o termo, mesmo sendo etimologicamente equivocados, pela diversidade de povos encontrada em toda a América Pré-Colombiana (SILVA; SILVA, 2015).

3.1.1 IMAGENS OCIDENTAIS DOS INDÍGENAS PRÉ-COLOMBIANOS NO BRASIL

Cunha (1992) relata que foi passada a ideia de que os indígenas ficaram na estaca zero da evolução, congelados no tempo, como se fossem fósseis vivos e condenados a uma eterna infância. Os povos viviam em outros padrões de moral e éticos, alguns poderiam ser positivos ou negativos aos olhos ocidentais, mas existia uma lógica de comportamento, regras, culturas e técnicas.

Segundo o Darwinismo social, amplamente aceito na comunidade científica na Europa no século XIX, os africanos, asiáticos e os ameríndios eram povos inferiores/primitivos. Os espanhóis, bem como os portugueses, referenciavam a América na sua gênese, numa visão cristã e histórica como se tivessem chegado ao paraíso. Aqueles homens viviam iguais a Adão e Eva, nus (SOUSA JUNIOR *et al*, 2017).

Para os europeus, os indígenas estavam abaixo dos brancos e só existia/importava a ganância de conquista de novas terras, como afirmam Sousa Junior e colaboradores (2017, p. 451): “Com essa ideia dos índios serem inocentes e aculturados, começava a se construir uma noção da América nesse momento e [...]

tinha um discurso colonizador com uma perspectiva econômica de invadir e dominar os povos ditos “inferiores”.

Para o catolicismo, o ameríndio era o “irmão” mais primitivo, estado mais primitivo da espécie humana, onde o homem europeu está no topo da evolução e o indígena, um elo entre os animais e a espécie humana. O catolicismo era imposto como único caminho numa visão etnocêntrica e tudo que não se encaixa nele, era considerado pagão. Os “índios” poderiam ser convertidos, eram pagãos e pecavam, pois, eram inocentes, mas tinham salvação. Portanto, os europeus obrigaram eles a se enquadrarem no catolicismo, pois não reconheciam sua forma de vida e apenas o catolicismo era o caminho e a salvação de suas almas, eram intolerantes com a cultura indígena (PERRONE-MOISÉS, 1992).

Del Priore (2016a) afirma que para os europeus, os povos originários eram chamados de “gentios” mesmo pertencendo a diversas nações indígenas como tamoios, tupinambás, caeté, potiguar etc e o padre Nóbrega, entusiasmado com a quantidade de fiéis que poderiam ser alcançados com o catolicismo afirmou que os gentios eram como um “papel branco”, que neles pode se escrever à vontade, negando e desconhecendo todo o seu passado e suas raízes.

3.1.2 INDÍGENAS NO BRASIL COLÔNIA

A história mostra o “índio” pacífico, infantil que não reagiu a dominação dos portugueses e se deixou ser catequizado. Isso é bem demonstrado tanto na carta de Pero Vaz de Caminha, como no filme “1492 - A Conquista do Paraíso” dirigido por Ridley Scott. Contudo, o que os portugueses e espanhóis encontraram foram sociedades complexas.

Havia organização social, cultura, tecnologia, leis, normas de condutas, moral, ética, produção, território, guerras, religião, etc, mostrando que havia ali um Estado deles. Entretanto, trata-se de uma forma diferente de organização social em relação ao ocidente (RIBEIRO, 1995).

Os padres jesuítas, embora por ocasiões protegessem os povos originários, foram os maiores responsáveis pela tentativa de descaracterização cultural indígena, por intermédio da doutrinação ou conversão cristã e da sua utilização como mão de obra. Em certos momentos houveram jesuítas que defendessem a violência como o único recurso para a conversão. Boa parte da história dos indígenas foi escrita pelo colonizador, muitos dos textos foram escritos pelos jesuítas, tirando o direito dos autóctones de serem sujeitos históricos, sujeitos de sua história. Então foi criada a história negativa para legitimar as barbaridades que praticavam. Não existem documentos escritos da visão do indígena, mas é possível analisar o seu olhar nas entrelinhas dos documentos escritos dos europeus (PERRONE-MOISÉS, 1992).

Portugal dividiu os indígenas como aldeados ou aliados dos portugueses e inimigos. Os aliados deveriam ser inseridos na sociedade através do trabalho e da fé cristã e os não aliados ou inimigos eram considerados infiéis e deveriam ser combatidos: escravizados ou dizimados. Os métodos utilizados para arrebanhar aliados eram persuasão e brandura, onde seriam catequizados e civilizados para se tornarem “vassalos úteis”. Para facilitar o trabalho de catequização e da utilização da sua mão de obra, as aldeias eram grandes e ficavam relativamente próximas dos povoamentos dos brancos. Enfim, o aldeamento era um projeto com muitos objetivos: de conversão ao catolicismo, ocupação de território, grande reservatório de mão de obra para o desenvolvimento econômico da colônia e defesa, os aliados eram persuadidos a lutar contra os seus pares hostis e contra os estrangeiros. Há vários indícios de que os aldeados ficavam em situações piores do que os escravos negros, sendo sobrecarregados e explorados (PERRONE-MOISÉS, 1992).

3.1.3 INDÍGENAS NO BRASIL IMPÉRIO

Segundo Schawarcz (2012), o indígena começou a ser notável novamente para a sociedade com a instalação do segundo reinado de Dom Pedro II, pois, crescia a necessidade da criação um sentimento nacionalista. Com o movimento do romantismo em 1840, o autóctone virou a figura de um herói nacional na literatura. E foi assim que nasceram clássicos como Iracema e Catarina Paraguaçu, retratando o originário ingênuo e bravo protetor de suas terras.

No romantismo ocorreu um fenômeno de febre lírica que “ultrapassava a aristocracia intelectual, infiltrando-se nas classes operárias e camponesas”. Foi o momento de eclosão da poesia afro-brasileira e o momento em que a cultura indígena ganhou algum destaque na nobreza (DEL PRIORE, 2016b).

Entretanto, o legado indígena não veio apenas de uma representação literária, mas de um extenso processo cultural, pois são responsáveis na criação da linguagem, sistema agrícola, política, artesanato, dentro outras coisas que fazem parte da cultura brasileira atual.

3.1.4 INDÍGENAS NO BRASIL REPÚBLICA

Na república, Getúlio Vargas foi o primeiro presidente chefe de estado a visitar uma aldeia indígena na Ilha do Bananal em 1940. Três anos antes, ele proclamara um Brasil comprometido com o desenvolvimento e a integração nacional, incluindo então, os povos originários. Vargas defendia os nativos por conterem “as verdadeiras raízes da brasilidade” (DEL PRIORE, 2017). Na época do governo Vargas:

os nossos últimos brasis representavam uma porcentagem minúscula da população brasileira situada predominantemente nas fronteiras remotas, mas foram, de repente, convocados para o palco da política. Diferentes fatores provocaram o seu aparecimento, dentre eles o esforço do Estado Novo para consolidar o poder e redefinir o território nacional e as preocupações da elite sobre as origens da nação e a composição racial da época. Tudo isso influenciaria uma formulação do Estado sobre a identidade cultural dos índios e uma política para a sua integração (DEL PRIORE, 2017, p.187).

Os indígenas continuavam sendo explorados ao extremo, mas também reagiam. Ateavam fogo aos canaviais, poluíam ribeirões com suco venenoso extraído de raízes, flechavam gado e cavalos, dentre outras coisas. “As tensões foram tantas e tão violentas que nasceu então a ideia de reservar-lhes territórios bem determinados, dos quais fossem donos absolutos, seguindo livremente seus costumes ancestrais” (DEL PRIORE, 2017). Desse modo, Vargas, o pai dos pobres, promoveu os índios para esta classe, visto que estavam esquecidos/invisíveis na república até então.

Em 05/12/1967 por meio da lei nº 5.371 foi criada a FUNAI – Fundação Nacional do Índio com o objetivo de promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas “além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A FUNAI também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém contactados.” (BRASIL, 1967).

Os processos de demarcação das Terras Indígenas nos últimos dez anos [governos Lula e Dilma] esbarram na falta de recursos financeiros para sua

continuidade e uma morosidade e/ou paralisação na regularização de terras indígenas, o que aponta para um alinhamento do governo aos setores da economia vinculados à agronegócio e a exportação de commodities (MACHADO, 2015, p. 2, acréscimo nosso).

Em apenas 5 meses de mandato, quando ocorreu a elaboração deste artigo, o governo Bolsonaro já colecionava ataques aos indígenas, como por exemplo (DULCE, 2019):

- retirada da competência de demarcação de terras indígenas da FUNAI;
- permissão ao armamento que pode gerar mais mortes no campo e confins do Brasil;
- exploração mineral e especulação imobiliária em terras indígenas;
- tentativa de deixar a FUNAI vinculada ao Ministério da Agricultura.

Inclusive, em um pronunciamento, o atual presidente Jair Bolsonaro anunciou que em seu governo “não terá um centímetro sequer de área demarcada” para os indígenas. Para Watson (2019, p. 3):

Podemos tirar duas lições importantes dos primeiros 100 dias de presidência de Bolsonaro. A primeira é que todos os temores eram bem fundamentados, e esta administração racista está lançando abertamente um ataque sem precedentes contra os povos indígenas do Brasil, com o objetivo explícito de destruí-los como povos, assimilando-os pela força e saqueando suas terras. A segunda é que ainda há uma esperança de que esse ataque genocida possa ser detido. As instituições, os tribunais e o Congresso do Brasil podem proporcionar amparo legal e prático se tiverem vontade. E os próprios povos indígenas estão se organizando e mobilizando contra esse ataque em escala local e nacional, tendo obtido notáveis vitórias.

3.2 PATRIMÔNIO CULTURAL

A memória de um lugar ou até mesmo de um grupo é importante que seja sempre trabalhada e compartilhada com todos, é importante que haja sempre um seguimento de manutenção, dessas memórias no imaginário daqueles que ali vivem. Cabe então aos governos desses locais preservar a história ali contada por diversos anos (TOMAZ, 2010).

A preservação do patrimônio é local de diversas nuances. Os historiadores que ali se inserem precisam ter em mente três desafios: a diversidade das formas do passado; a compreensão dos condicionantes sociais que, a seu tempo, erigiram estes remanescentes e as relações que a dinâmica do tempo presente cria com os vividos pretéritos. As pesquisas dessas fontes também devem ser lembradas através das preservações de patrimônios tanto edificadas quanto patrimônios que são passados de geração para geração através da cultura local (PAIVA, 2014).

Desde a confecção dos primeiros artefatos até a cultura pós-moderna, a cultura material se transformou, se adaptou e vem sendo adaptada pelos diversos segmentos culturais do globo terrestre. Os artefatos são os mais significativos diferenciais mesmo entre a própria espécie humana, visto que interações culturais das mais diversas, inclusive de base intangível, e.g., economia e sistemas de crenças têm relações diretas com os objetos. (PLENS, 2014, p.27).

3.2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL INDÍGENA

O decreto nº 3.551/2000 tem como objetivo incluir os bens culturais imateriais como patrimônio nacional, também teria como intenção a quebra de uma hierarquização dentro do que é considerado cultura e patrimônio (que costumava se restringir a cultura dominante), buscando incluir os demais grupos sociais brasileiros, como é o caso dos indígenas. A lei é um avanço claro para a luta da inclusão de todos no patrimônio nacional, mas ainda assim apresenta algumas dificuldades, especialmente na interpretação do que é patrimônio, que no caso dos indígenas não pode ser lido e analisado com a mesma ótica que a sociedade geralmente utiliza.

A revista IEPÉ (2006) apresenta análises de exemplos de patrimônio culturais indígenas de tribos do Amapá e Pará, analisadas como os domínios de: Modos de ver e Modos de dizer, que se torna essencial para compreender os sistemas culturais e de conhecimentos, geralmente transmitidos oralmente como parte do cotidiano das tribos.

A primeira análise vem do modo de conhecer, a respeito do que significa profundo que a agricultura ocupa na cultura da tribo Wajãpi. Tal prática não é somente relacionada a atividade econômica e sobrevivência, mas também é ligada a tradição wajãpi dos tempos de origem, onde todos os seres eram humanos, mas devido a corrupção dessa primeira raça, a terra foi destruída (IEPÉ, 2006).

Muitos outros exemplos de tradições e culturas que constituem o patrimônio indígena do norte poderiam ser citados, mas analisando os exemplos acima fica claro que para compreender estes símbolos é necessário deixar de lado uma cultura “primeira cultura e segunda cultura”, e buscar entender a dinâmica social das tribos indígenas, e sua importância para a sociedade brasileira.

3.2.2 A ORALIDADE E O PATRIMÔNIO CULTURAL INDÍGENA

Um dos grandes traços que diferenciam os povos indígenas brasileiros dos demais nativos americanos, é o fato de serem povos agráfos, ou seja, não têm uma escrita alfabética. Seu patrimônio imaterial seria então gravado na memória, sendo passado oralmente de geração em geração (SILVA, 2009).

A historiografia eurocêntrica se debruçou sobre as sociedades indígenas brasileiras sempre se utilizando do ponto de vista do colonizador, desconsiderando a tradição oral indígena, silenciando suas vozes de forma brutal. Atualmente, historiadores têm estudado sobre essa cultura oral na busca de compreender e proteger o patrimônio imaterial indígena, tendo sido criado o centro de tradição oral dos povos Tukano, no Rio Negro, e o centro de documentação Parintintin, no Amazonas (SILVA, 2009).

Um dos grandes desafios dos pesquisadores é resgatar a memória dos povos que já foram exterminados, o que os leva a recorrer as crônicas europeias que contenham relatos sobre a oralidade dos indígenas e seus traços culturais (SILVA, 2009).

O IPHAN, através do decreto nº 3.551, procura apoiar ações de salvaguarda que valorizem e protejam o patrimônio indígena, de forma que ele permaneça para as próximas gerações. Tal conhecimento precisa ser incorporado na educação patrimonial da população, para que estes quebrem com o culto às culturas dominantes, e entendam que todos têm participação no patrimônio nacional (LOPES *et al.*, 2012).

3.3 IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Os povos indígenas ainda hoje sofrem por discriminações, principalmente pela falta de conhecimento das outras culturas perante a cultura indígena, primeiramente, porque se deve compreender que não há apenas um costume, uma língua, um povo. A diversidade dentro dessa categoria de “povos indígenas” é imensa, há mais de 240 povos, diversidades em suas línguas, costumes, culturas, etc (IEPÉ, 2006).

A falta de conhecimento dessas diversidades mantém o preconceito marcado de estereótipos que a própria educação brasileira sustenta. A lei que obriga o ensino da cultura indígena nas escolas não proporciona formação adequada aos professores para que possa ser aplicada sem a manutenção desses estereótipos, que ainda se encontram representados em muitos livros didáticos (MORAES, 2015).

Desta forma, as práticas de discriminação dos não-indígenas causam também certa resistência da valorização da própria cultura entre alguns jovens indígenas, “evitando inclusive exibir marcas materiais de seus costumes para não enfrentar os preconceitos” (IEPÉ, 2006, p.59). A necessidade do conhecimento dessas diversidades acabaria por desconstruir alguns preconceitos e estereótipos que ainda impede a valorização desses povos por parte da população brasileira (IEPÉ, 2006).

É por este motivo que a sociedade deve considerar válido e importante que qualquer patrimônio cultural material e imaterial dos povos indígenas contendo tanto aspectos “novos” quanto o “tradicional” são fundamentais para a preservação da memória desses povos e a manutenção dessas culturas de forma a ser ensinada, promovendo um espaço de interação e diálogo entre culturas, e disseminando estes conhecimentos pelo Brasil, o que acarretaria em maior conhecimento desses povos, e maior valorização das culturas e dos povos indígenas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe enfatizar que a preservação do patrimônio indígena é também a preservação da memória histórica de um país que não reservou um lugar de atenção a essa atual minoria excluída no processo de construção do estado nação brasileiro, existindo enquanto elemento, quase que folclórico, no imaginário de uma sociedade que não conheceu o seu passado. No entanto, os indígenas resistem e vivem de maneira plena e são constantemente rebaixados pelas políticas públicas a condição inferiorizada na sociedade.

As pessoas que foram chamadas de índios “aparecem” em um Brasil que não seria “seu”, sendo bem recebidos por uns e mal recebidos por outros. Visto sempre do ponto de vista daquele que foi vencido e não vencedor, do mítico, do atrasado, daquele que não pode existir no presente, pois foi esquecido e dizimado num passado remoto. É nesse cenário que a nova historiografia surge como promotora das vozes antes silenciadas, passando a evidenciar os sujeitos históricos durante muito tempo negados pelos discursos oficiais, do branco, do elitista, do eurocêntrico. Dentro dessa perspectiva o “índio” passaria a ser compreendido como sujeito histórico, também promotor de cultura.

A criação de leis e mecanismos para promover e garantir a manutenção do patrimônio indígena tem ajudado a quebrar o preconceito que contribuiu para relativização da importância histórico-cultural desse povo. Mas ainda existem desafios a serem superados, o conhecimento acerca das contribuições indígenas precisa ser incorporado na educação patrimonial da sociedade, para que esta quebre com a supervalorização das culturas dominantes, e entenda que todos tem participação no patrimônio nacional, mesmo quando seu patrimônio transcende a esfera do físico, das construções, dos objetos e artefatos meramente palpáveis, mas passam a ser compreendidos como bem imaterial.

É necessário que cada vez mais sejam criadas e executadas políticas públicas para os índios, que precisam da reparação histórica que sofreram nos últimos séculos no Brasil. O atual governo federal do país está apontando em caminho contrário ao necessário e justo para as comunidades indígenas, mas seguem resistentes. Essa é uma luta de todos os brasileiros, uma luta nacional e deve ser entendida e incorporada como tal.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **LEI Nº 5.371, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1967**. Institui a FUNAI. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5371-5-dezembro-1967-359060-norma-pl.html>>, Acesso em: 03/06/2019.
- BRASIL. **Etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas**. 2018. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11242-etnoturismo-e-ecoturismo-em-terras-ind%C3%ADgenas.html>>, Acesso em: 03/06/2019.
- CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta de pero vaz de caminha**. 1500. Disponível em <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>, Acesso em: 25/05/2019.
- CUNHA, Manuela Cunha. **História dos índios no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Cia de Letras, 1992.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias da Gente Brasileira**. Volume 1: colônia. São Paulo: Leya, 2016a.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias da Gente Brasileira**. Volume 2: império. São Paulo: Leya, 2016b.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias da Gente Brasileira**. Volume 3: república. São Paulo: Leya, 2017.
- DULCE, Emilly. **Dia do Índio | Relembre ataques do governo Bolsonaro aos povos originários**. 2019. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/19/dia-do-indio-or-relembre-ataques-do-governo-bolsonaro-aos-povos-originarios/>>, Acesso em: 03/06/2019.
- IEPÉ. **Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas : exemplos no Amapá e norte do Pará**. Org. Dominique Gallois. 2006. Disponível em <https://www.institutoiepe.org.br/media/livros/livro_patrimonio_cultural_imaterial_e_povos_indigenas-baixa_resolucao.pdf> , acesso em:01/06/2019.
- Lopes, Cláudia; Azevedo, Cristina; Oliveira, Rita. **Proteção aos conhecimentos dos povos indígenas das sociedades tradicionais da Amazônia**. 4º edição. Brasília. 2012.
- MACHADO, Marjorie. **Terras indígenas no Brasil: estudo sobre os processos demarcatórios nos governos Lula e Dilma**. 2015.
- MORAES, Renata Figueiredo. O ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena na educação básica: o desafio de professores, alunos e ações governamentais. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia (53): 239-263, jan-jun 2015.
- PAIVA, Odair. Apresentação. **Patrimônio e História**, org. Elisabete Leal e Odair da Cruz Paiva. Londrina: Unifil, 2014.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos – Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). **História dos Índios do Brasil**. Org. Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PLENS, Cláudia Regina. Patrimônio, uma via de mão dupla. **Patrimônio e História**, org. Elisabete Leal e Odair da Cruz Paiva. Londrina: Unifil, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Cia das letras, 1995.

SILVA, Kalina; SILVA, Maciel. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SCOTT, Ridley. **1492: A conquista do Paraíso**, obra cinematográfica, 1992.

SILVA. Ana Paula. **Memória Oral e Patrimônio indígena no Brasil nas crônicas do século XVI**. 2009. Disponível em <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.1147.pdf>>, Acesso em: 02/06/2019.

SOUSA JUNIOR, Manuel; GONÇALVES, Angela; SANTANA, Clíssio. **REPRESENTAÇÃO (IM) PROVÁVEL DOS POVOS INDÍGENAS EM OBRA CINEMATOGRAFICA E DOCUMENTO HISTÓRICO E SUA DIVERGÊNCIA COM A PLAUSÍVEL REALIDADE**. Anais / 12º Interculte, 17 a 19 de outubro de 2017, Salvador, Brasil. – Salvador, Unijorge, 2017. p. 439-452.

SCHWARCZ, Lília. Nacionalidade e Patrimônio. **REVISTA DO PATRIMONIO: Histórico e Artístico Nacional**, nº 34, 2012.

TOMAZ, Paulo César. **A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL**. Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 7, Ano VII, n. 2, Ago 2010.

WATSON, Fiona. **Bolsonaro: 100 dias de guerra contra os povos indígenas**. El País. 2019. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/11/politica/1554971346_439815.html>, Acesso em: 03/06/2019.

A EUGENIA COMO BIOPOLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE O EUGENISMO E SEUS IMPACTOS NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Marcella Brito dos Santos³⁴⁵

Resumo: O presente ensaio visa discorrer acerca do atravessamento da eugenia no Brasil no início do século XX sob a perspectiva historiográfica de autores pós 1990. Refletiremos acerca do processo de implementação, institucionalização, as controvérsias e desmembramentos sócio-políticos desta “teoria científica” que impactou não somente o constructo intelectual, como os processos sociais e de saúde pública brasileira até os dias atuais.

Palavras-chave: Ensaio, Eugenia no Brasil, Biopolítica.

INTRODUÇÃO

A história da raça ou das raças está diretamente ligada ao processo de constituição política e econômica das sociedades, cujos contornos e conceitos estão atrelados aos recortes temporais em que é utilizado.

No início do século XIX a reflexão acerca da diversidade humana passa a adquirir um *status* científico ao invés de meramente filosófico. Deste modo os esforços se concentram em encontrar respostas tangíveis e irrefutáveis para essa questão.

A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas – determinismo biológico – ou condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência (ALMEIDA, 2019, p. 20-21)

Nessa direção, surge a teoria desenvolvida pelo cientista britânico Francis Galton (1822-1911) que pretendia em linhas gerais, o aprimoramento genético da raça humana (MACIEL, 1999) através de um processo de “seleção artificial” amparado na lei da hereditariedade de Mendel.

Coadunando com a eugenia, temos o conceito de Darwinismo social, que consiste na aplicação das leis de seleção natural no que tange a vida e a sociedade (BOLSANELLO, 1996) bem como o racismo científico para embasar a ideia de classificação de indivíduos segundo uma espécie de “hierarquias de raças.”

Dentro dessa sistematização rácica, existiam os “intelectualmente superiores” (arianos, brancos) e os de “linhagem inferior” (índios, negros), sendo estes últimos considerados “não aptos” (BOLSANELLO, 1996, p.155) a se reproduzirem.

Após a difusão do eugenismo fora do eixo anglo-saxão, podemos observar novos

³⁴⁵ Psicanalista e pesquisadora. Pós graduanda em teoria psicanalítica na Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI. Pesquisa as áreas de subjetividades, questões raciais e de gênero e trauma precoce. marcellabrito.psic@gmail.com.

recortes e contornos nas políticas e dinâmicas sociais, em especial no Brasil. A partir dos anos 1980 a interlocução entre ciência, política e sociedade no que tange os estudos sobre a eugenia entrou na agenda da história das ciências (SOUZA; WEGNER, 2018, p.332) ampliando um vasto campo para este objeto de pesquisa, inclusive na área da saúde.

Com o lançamento do livro *The Wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia* escrito por Mark Adams e colaboradores (dentre eles Nancy Stepan) no início da década de 1990, novas concepções e perspectivas acerca da historiografia do eugenismo começam a ser pensadas.

Nesse sentido, o filósofo Michael Foucault (1926-1984) nos traz o conceito *biopolítica* para engendrar o processo de governabilidade sobre os corpos utilizando a biologia e a medicina, enquanto instrumento político de dominação e poderio sobre os processos sociais.

Num primeiro momento é necessário contextualizarmos o cenário brasileiro no início do período republicano para empreendermos acerca dessa janela temporal. Na primeira década do século XIX, a ideia de aprimoramento da raça ganha um grande número de simpatizantes, uma vez que no senso comum havia a atribuição das mazelas sociais, problemas de saúde pública e o retrocesso do país à população negra e mestiça. Nessa direção, a teoria eugênica se mostra como uma espécie de salvação nacional (MACIEL, 1999), sendo absorvida rapidamente pela medicina, intelectuais e posteriormente pela política como abordaremos mais adiante.

A prova desse pensamento é o surgimento em 1918 da primeira sociedade eugenista da América Latina em solo brasileiro: a Sociedade Eugênica de São Paulo, organizada e presidida pelo médico Renato Kehl (SOUZA, 2016).

A seguir abordaremos a década de 1920. Após a institucionalização do projeto biológico de regeneração racial, o eugenismo adquiria também um *status* de “movimento científico e social” (SOUZA, 2012, p.2). Entretanto, nos anos finais desse decênio surgem as primeiras controvérsias dentre o ativismo composto em sua maioria por médicos, jornalistas e escritores acerca de assuntos como a imigração e a miscigenação. A questão racial sempre na cerne das discussões da sociedade brasileira, havia uma grande necessidade de se delimitar uma identidade nacional para que de fato o expansionismo se consolidasse.

Por último, versaremos sobre os anos 1930, década definida pelo início da Era Vargas e a instauração de uma governança populista no Brasil. Em consonância com os ideais ultranacionalistas do Varguismo, um modelo mais radical de eugenia é introduzido nos dispositivos sociais, psiquiátricos e nas políticas públicas de diversos setores. Podemos perceber o ápice dos ideais eugênicos arraigados no aparelho do Estado nas constituintes de 1934 e 1937, o que influenciou os processos sociais, intelectuais e de saúde no Brasil até a atualidade.

Nesse sentido podemos dimensionar que a questão racial no Brasil pode ser refletida para além de uma questão político-ideológica-insituacional, mas também um elemento estruturante nos processos sociais brasileiros, pois “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos” (ALMEIDA, 2019, p.31).

Eugenia: a panaceia para todos os males no Brasil dos anos 1910.

O início do século XX foi marcado por uma grave crise que transpassava a

esfera política, econômica, social e sanitária. O fim da escravização no final do século XIX representou um duro golpe num país que tinha como principal pilar econômico, a mão-de-obra escravizada. A velha república (1889-1930) enfrentou grandes e profundos desafios para se estabelecer: decadência econômica, atraso no modelo de meios de produção, epidemias de malária, cólera, varíola e febre amarela, além de uma grande população ex-escrava vivendo em condições insalubres.

Após o trabalho e pioneirismo de cientistas como Oswaldo Cruz (1872-1917), Carlos Chagas (1879-1934), Adolfo Lutz (1855-1940) no enfrentamento das chamadas doenças tropicais que assolavam as camadas mais pobres do país; a ciência e a medicina passaram a ser vistas como a grande “redenção” do projeto nacional de modernização (SOUZA; WEGNER, 2018).

Em consonância a esse “atraso generalizado” na sociedade; surge na elite branca hegemônica e no meio médico-acadêmico um pensar sob a perspectiva étnico-racial as mazelas sociais do país; pois para alguns, as epidemias eram trazidas pelos negros vindos da África; lugar que para estes, era o verdadeiro berço da degeneração (SCHWARCZ, 1996). Recolocando a questão racial no centro da insatisfação das elites:

Diante dos crescentes níveis de criminalidade, corrupção, doenças e da emergência de um proletariado urbano de ex-escravos e imigrantes, as elites sociais e intelectuais tornaram-se ainda mais pessimistas frente ao problema racial. (FACCHINETTI, 2012, p. 46)

Segundo Nancy Stepan (2004) o Brasil apresenta uma especificidade face “aomolde” eugênico anglo-saxão: a disgenia na base da pirâmide populacional; uma vez que sua composição social era majoritariamente mestiça e não alfabetizada (STEPAN, 2004). SCHWARCZ (1993) cita que para os europeus, o povo brasileiro era um exemplo de país degenerado, multirracial e repleto de doentes (SCHWARCZ, 1993) o que colocava o país em disformia aos ensejos do Galtonismo.

Podemos pensar o processo de imigração europeia como a primeira grande medida eugênica no Brasil em meados do séc.XIX, numa tentativa de “embranquecimento” demográfico e conseqüentemente de regeneração social. Nessa via podemos considerar o cientifismo como um instrumento civilizador, de controle populacional e de poder, visto que conhecimento científico se restringia à elite branca:

A ciência tem o poder de produzir um discurso de autoridade, que poucas pessoas têm a condição de contestar, salvo aquelas inseridas nas instituições em que a ciência é produzida. Isso menos por uma questão de capacidade, e mais por uma questão de autoridade. É da natureza da ciência produzir um discurso autorizado sobre a verdade. (ALMEIDA, 2019, p.45)

Sendo assim “o imigrante europeu era visto como um elemento civilizador” (MACIEL, 1999, p.127) da nação, deste modo, a necessidade de uma sociedade mais “polida”, sadia e moderna foi de encontro aos ideais do movimento eugênico que propunha uma “raça aprimorada”; sendo bem aceito não somente pela comunidade médica e acadêmica, como por intelectuais e educadores na década de 1910.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a não somente ter mais adeptos desta teoria, que a essa altura apresentava nuances “sócio-científicas”,

como foi o que obteve maior sucesso em sua institucionalização, tendo sua primeira sociedade fundada em 1918, a Sociedade Eugênica de São Paulo (SOUZA, 2016).

A institucionalização da eugenia.

Embora a historiografia aponte a primeira referência a este conceito em 1914 na tese de Alexandre Tepedino na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro com o título “*Eugenía*”, temos a figura do médico Renato Kehl como o “pai da eugenia brasileira”.

O criador da Sociedade Eugênica de São Paulo, do Boletim da Eugenia (1929-1933) e autor de diversos livros buscava conceituar, disseminar e popularizar as propostas do projeto de regeneração nacional, dentre as sugestões de medidas estava: reformar e ampliar políticas sanitárias, educacionais, o controle matrimonial, pré natal e de puericultura, além de uma maciça orientação higiênica a população.

O pós primeira guerra despertou um forte sentimento nacionalista (SOUZA, 2006) e evolucionista na sociedade brasileira, deste modo o caráter de bem-estar social e progressista atribuído à teoria eugênica se consolidou como uma solução imprescindível para se assegurar a “ordem e o progresso” da pátria.

A essa altura o tom higienista-progressista do movimento orientado por uma visão neolamarckista (que inscrevia as condições do meio também como fator influenciador na genética da hereditariedade) legitimava a intervenção do Estado e da medicina sobre os corpos (biopolítica) com o objetivo de melhoria social com uma conotação de “eugenia preventiva” (SOUZA; WEGNER, 2018, p.337), essa perspectiva conquistara adeptos como o antropólogo Roquette-Pinto especialista em etnologia brasileira.

As reuniões da sociedade visavam refletir e debater problemáticas sociais e a realidade brasileira. Para Souza (2006) essa preocupação se confirmava através das agendas levantadas nos encontros:

Saneamento, higiene, educação física, hereditariedade, degeneração racial, imigração, discussões sobre os males causados por doenças e “vícios sociais” como a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo, controle matrimonial e o exame médico pré-nupcial. (SOUZA, 2006, p. 40)

O que despertou grande interesse da psiquiatria da época, figuras como os alienistas Juliano Moreira, Henrique Roxo se mostraram favoráveis às medidas indicadas pela sociedade, especialmente no tocante ao controle natalício dos doentes mentais. Após a extinção da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1919, Renato Kehl vai para o Rio de Janeiro, a então capital do país, e encontra um novo refúgio institucional à suas ideologias: a Liga Brasileira de Higiene Mental criada em 1923.

Em 1926 a LBHM incorpora medidas segregacionistas na assistência e cuidados aos doentes, sua direção pressiona o governo a implementar ações como a solicitação de esterilização dos doentes mentais, além de exigir a proibição de indivíduos não-brancos em solo nacional, pois relacionavam a decadência moral e mental dos negros ao alcoolismo e a sífilis (BOLSANELLO, 1996).

Numa tentativa de desenvolver um tipo de “profilaxia” dos transtornos mentais da “doença dos pobres” – crime, delinquência e prostituição – surge com o psiquiatra Ernani Lopes em 1929 uma nova disciplina psiquiátrica: a Eufrenia. À esta,

designava intervir no aprimoramento eugênico na mente em indivíduos que ofereciam “perigo a sociedade” com suas inclinações para o crime, delinquência e vícios (STEPAN, 2004).

Podemos perceber nitidamente o “estilo negativo” de eugenia em curso durante a campanha antialcoólica nos anos 1920; nela, médicos como Afrânio Peixoto associavam o abuso de álcool à criminalidade, doenças mentais e anomalias em descendentes dos alcoolistas (STEPAN, 2004).

No fim da década de 1920 havia uma ampla defesa de medidas mais austeras no combate a esta “epidemia social” brasileira, como aumento de taxas e impostos sobre bebidas e asilamento especial para alcóolotras crônicos.

Todavia, após o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929, presidido pelo antropólogo Roquette-Pinto, que teve a participação de vários setores da elite da sociedade como jornalistas, antropólogos, médicos e deputados do Brasil e América Latina; as controvérsias entre os participantes do movimento eugênico começaram a se acentuar. Nesse contexto podemos destacar um dos temas mais polêmicos da reunião: a questão da imigração.

De um lado tínhamos os defensores da miscigenação como uma estratégia de “branqueamento natural”, embasados na teoria da seleção natural de Darwin. Para eles esse estratagema biológico colocaria fim ao atavismo negro; de outro, aqueles que viam a imigração como um perigo iminente de “contaminação social”, capaz de corromper a população a longo prazo (MACIEL, 1999).

Nesse cenário polarizado surgem duas figuras emblemáticas no que se diz sobre a história da eugenia no Brasil: Renato Kehl e Roquette-Pinto. Embora compartilhassem o desejo de modernizar e “aprimorar a raça” da população brasileira através da ciência, o contraste ideológico entre os dois, no que tange a operacionalização da teoria, os colocava em lados opostos dentro do movimento; um adotava uma visão mendeliana (Roquette-Pinto), o outro (Kehl) uma perspectiva neolamackiana.

Podemos pensar a cerne desses embates a questão racial e o controle demográfico dos eugenicamente não aptos. Renato Kehl defendia esse controle através da esterilização de doentes, segregação racial, controle de matrimônios inter-raciais (pauta esta que fora rejeitada pela igreja católica) e em alguns casos a eutanásia dos “indesejáveis” (MACIEL, 1999), sua simpatia e proximidade com o modelo alemão de eugenizar, compõem o que chamamos de “eugenia negativa.”

A “eugenia positiva” fundamentalmente anti-racista, representada por Roquette-Pinto apoiava “medidas educativas ligadas à higiene e aconselhamento eugênico”(SOUZA, 2016, p.97), pois ele acreditava que “as condições do meio não poderiam interferir nos fatores hereditários” (SOUZA, 2016, p.100), o objetivo central desta vertente eugênica seria assegurar reproduções conscientes, para se gerasse “proles saudáveis” independente da raça (SOUZA, 2016), o nascimento de homens e mulheres sãs poderiam auxiliar, através do uso de sua “mão-de-obra”, o projeto expansionista brasileiro.

A congruência entre sanear e eugenizar (muito apregoado na década de 1920), a influência católica nas pautas do Estado e a relação instrucional sanitarista e de higiene na saúde pública se mostram características marcantes no processo que a historiadora Nancy Stepan (2004) chama de “eugenia latina”, de cunho mais “brando” em países do centro-sul americano.

Contudo, o episódio brasileiro mostra se um “caso à parte” nessa contextualização historiográfica, uma vez que percebemos os dois modelos eugênicos atuando em sinergia nos setores da sociedade. No arranjo brasileiro, nota se um diálogo intelectual entre Roquette-Pinto e Kehl.

Mesmo em posições antagônicas, em comum havia o entendimento de que a

eugenia deveria se restringir à “biologia da herança” (SOUZA, 2016, p.100) o que instrumentalizou medidas segregacionistas em diversos segmentos da sociedade brasileira.

O discurso racista de Kehl pulverizou-se nas políticas públicas das décadas seguintes, assim como o ideal “higiênico e educativo” fora absorvido pelos sanitaristas dos anos 1920. Inserindo o Brasil numa posição no mínimo peculiar frente à proposição de “suavidade” salientada por Stepan.

Ou seja, no caso brasileiro, a eugenia adquire uma característica mais sociológica que biológica, por perder sua essência puramente cientificista, ligada a ordem genética e de seleção de indivíduos.

O movimento eugênico aqui foi rapidamente absorvido por diversas frentes como a saúde, especialmente a mental, a educação, direito, educação sexual e a esfera política. Ou seja: “o movimento eugênico brasileiro consideraria os fatores sociais e ambientais como imprescindíveis para o aperfeiçoamento da hereditariedade humana” (SOUZA, 2012, p.3) o que diferia muito do modelo europeu.

A eugenia na administração pública: a biopolítica da Era Vargas.

Com a ascensão do Varguismo através da revolução de 1930, as relações sociais e de poder foram restruturadas, assumindo um contorno autoritário. Dentro desta conjuntura, a eugenia em sua versão mais radical operacionalizava a xenofobia travestida de nacionalismo, segundo Souza (2012) tinha o objetivo de desenvolver a formação da identidade nacional brasileira.

Uma das primeiras medidas de Getúlio Vargas foi a nomeação do sanitarista Belisário Penna (membro do movimento eugênico desde os anos 1910) para ocupar a direção do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), dando liberalidade para a implementação de práticas eugênicas nas políticas públicas de saúde. Nesse interín, Renato Kehl realizava uma intensa articulação de ideias com diversos setores sociais através do Boletim da Eugenia (1929-1933), a fim de disseminar a teoria aos leigos e conquistar a opinião pública das elites. De acordo com Souza (2012, p.18; 19):

A questão racial e as discussões sobre a identidade nacional juntaram-se aos discursos sobre gênero, higiene, sexualidade, educação eugênica, alcoolismo e doenças venéreas, entre outros, formando uma agenda reformista aceita para boa parte da elite brasileira (SOUZA, 2012, p.18-19).

A era Vargas foi marcada por intensas reformas na saúde e educação, entre elas a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 1930; além de iniciativas visando proteger a maternidade e a criança, além da regulamentação das questões trabalhistas (DA SILVA, 2019) o que assegurava ao Getulismo um caráter populista.

Embora houvesse avanços no que tange a cidadania através de uma legislação social que assegurava direitos, havia pouca participação popular no aparelho político, sendo este um terreno fértil para a sedimentação da eugenia na coisa pública brasileira.

O ápice desse atravessamento se deu nas constituições de 1934 e 1937, talvez a legislação mais emblemática nesse sentido esteja na constituinte de 1934 em seu artigo 138. A carta magna brasileira instituiu a educação eugênica e o incentivo ao combate dos “venenos sociais” (POLETTI, 1934/2012, p.137) nacionais, numa referência ao alcoolismo e as doenças que assolavam as ditas

“raças inferiores.”

Contudo, o discurso dos representantes da eugenia negativa representados por Renato Kehl, que incluíam à esterilização dos “eugenicamente inaptos”, higienização racial, a proibição dos casamentos inter-raciais e consanguíneos e controle através de exames pré-nupciais foi perdendo força e credibilidade durante a década de 1930, principalmente por se familiarizar com os ideais nazistas; nesse tempo, as políticas de extermínio alemãs impactaram o mundo (SOUZA, 2012) sendo consideradas anti-populares.

Portanto, desvincular a eugenia em sua versão mais radical do discurso nacionalista, bem como “conter o seu avanço passou a ser uma necessidade emergencial” (ROCHA, 2011, p.174) no fim dos anos 1930. Todavia, o espectro eugênico continuou permeando as camadas populares através da educação, saúde e esportes.

Segundo Rocha (2011) o objetivo da permanência de medidas eugênicas nessas pastas seria “formar o cidadão brasileiro segundo os moldes desenvolvidos em países europeus, tendo como proposta para o desenvolvimento físico, a contribuição efetiva para a formação moral e disciplinar do indivíduo” (ROCHA, 2011, p.171) viabilizando seu corpo e mão-de-obra para as necessidades do Estado.

Desta forma, mudanças foram intensificadas em prol do progresso, visando criar uma sociedade predominantemente branca e alfabetizada, inspirada nos moldes sociais europeus. Os cuidados em relação à educação e saúde reforçam-se; inicialmente preocupava-se com as doenças transmissíveis, principalmente as que possuíam risco de epidemia, uma vez que atingindo grande número populacional acabaria afetando a economia (DA SILVA, 2019, p.204).

O governo Vargas ficou popularmente conhecido como defensor dos direitos trabalhistas, além de criar e implementar políticas públicas importantes para o desenvolvimento do país. Contudo, grande parte de sua governança mantinha características política e economicamente centralizadas, tratando com censura os considerados adversários e controlando as massas.

Ao atender antigos anseios dos trabalhadores, Vargas se legitima através do populismo, e os ideais eugenistas introjetados no aparelho do Estado travestidos de políticas públicas se pulverizam entre as camadas populares, e conseqüentemente, atingem todo o estrato social brasileiro.

Ademais, o estilo populista de governo (que perdura aos dias atuais), em geral, recorre a dispositivos científicos como estratégia para o exercício da biopolítica enquanto mecanismo que oportuniza a manutenção de poder e manutenção das disparidades socioeconômicas, que não raramente, implicam recortes de cor e gênero.

A biopolítica se constituiu uma das formas mais sofisticadas de dominação das massas. Com o avanço industrial e das relações econômicas durante o século XX, as dinâmicas coloniais ganharam outros contornos; deste modo as técnicas de exploração das “raças inferiores” precisaram ser camufladas, inviabilizando a prática “pura e simples” da eugenia, restando então a esse sujeito um processo de desumanização, ou mais além, de transformação em estatística [ou algoritmo].

Percebemos o legado do eugenismo na biopolítica mais ainda no contemporâneo, ela se materializa nas estatísticas da área da saúde e segurança pública. O Brasil é o 3º no *ranking* mundial dos países que mais esterilizam mulheres no mundo, Yamamoto (2011) cita que em 2006 cerca de 29,1% das brasileiras (predominantemente pobres e negras) se submeteram a laqueadura

(YAMAMOTO, 2011).

População esta, que em sua maioria, é atravessada pela violência obstétrica e falta de assistência pós-parto. Leal et al (2017) cita que ao analisarem os dados de uma pesquisa com 6.689 mulheres, concluiu se que as mulheres negras recebem menos anestesia na hora do parto em comparação às mulheres brancas.

Podemos pensar que a biopolítica com viés eugenista, se evidencia também durante a pandemia da Covid19 com a desproporcionalidade de acesso a equipamentos, tratamento adequado e vacinas. O aparelho eugênico se reorganiza e [re]articula diante de novas demandas sociais e subjetividades, visto que as periferias e subúrbios permanecem desprivilegiados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade do caso brasileiro tem despertado o interesse de historiadores no campo da história das ciências, em especial da saúde, nas últimas décadas. A especificidade deste país continental no tocante aos impactos e desmembramentos da eugenia na sociedade, serve de escopo para pesquisas multidisciplinares, visto que podemos perceber seus resquícios no cotidiano brasileiro.

A “teoria do bem nascido” de certo modo, balizou o racismo estrutural crônico no Brasil; refletido nos processos sociais, nos dispositivos públicos e no flerte com o totalitarismo aportado em biopolíticas de segregação, silenciamento e negligenciamento do portador de necessidades especiais, negros e/ou em sofrimento mental.

A “eugenia negativa” contemporânea pode ser vista através da necropolítica institucionalizada, direcionada a população negra, periférica e menos abastada, ou seja, “inapta” para os ensejos das classes dominantes.

Países com sistemas políticos totalitários lideram o *ranking* mundial de mortes pelo Sars-cov2. Em geral, estes se valem de um discurso negacionista, negligenciando a promoção de saúde e assistência aos vulneráveis, empreendendo um recorte social que perpassa questões de cor, idade e gênero, característico do Darwinismo social enquanto um dos tentáculos do eugenismo vigente no séc. XX.

Para fins de conclusão, compreende se que cabe a academia [re]pensar a historiografia da eugenia sob múltiplos enfoques, indo além do “reescrever” a história já produzida; inserindo-a num cenário multidisciplinar, uma vez que sua abrangência perpassa pelos campos da ciência, política e saúde.

Em consonância com Assunção *et al* (2020, p.8) compactuamos que a historiografia visa cooptar também “os registros de um tempo em suas nuances, especificidades e recortes socioatropológicos”(ASSUNÇÃO *et al*, 2020, p.8) interligando experiências pregressas ao tempo presente, afim de evitarmos que retrocessos se repitam.

“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado.” (Mark Bloch)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, Mark B. The wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia. New York: Oxford University Press, 1990.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural *In*: Ribeiro, Djamila (Coord.) Feminismos plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes. *et al.* Teoria e história da historiografia no século XXI: ensaios em homenagem aos dez anos da Revista de Teoria da História, Vitória: Editora Milfontes, 2020.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e “racismo” científico: sua repercussão na sociedade e educação brasileiras. **Educar**, Curitiba: Ed. Da UFPR, n.12, p.153-165.1996.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua; PIETTA, Gerson. Questões e perspectivas em torno da história da eugenia: o que mais a historiografia tem a dizer sobre o tema? **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n.13, p. 111-126, Dez. 2015.

DA SILVA, Daniela Teles. Eugenia, saúde e trabalho durante a Era Vargas. **Em tempode histórias**, Brasília, v.1, n.33, p. 190-2013, mar. 2019.

FACCHINETTI, Cristiana. Psicanálise Para Brasileiros: História de Sua circulação e apropriação no entre-guerras. **Culturas Psi**, Buenos Aires, n.1, v. 0, p.45-62, 2012.

LEAL, Maria do Carmo et al . A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 33, supl. 1, e00078816, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001305004&lng=en&nrm=iso Acesso em 13 de fevereiro de 2021.

MACIEL, Maria Eunice. A Eugenia no Brasil. **Anos 90**, n.11, p.121-143, jul.1999. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6545> Acesso em: 28 jan. de 2021.

MARQUES, S. B. Violência obstétrica no Brasil: um conceito em construção para a garantia do direito integral à saúde das mulheres. **CADERNOS IBERO-AMERICANOS DE DIREITO SANITÁRIO**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 97-119, 2020. DOI: 10.17566/ciads.v9i1.585. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/585> Acesso em: 14 fev. 2021.

POLETTI, Ronaldo (Ed.). **Coleção Constituições brasileiras v.3**. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasileiras_v3_1_934.pdf?sequence=10&isAllowed=y Acesso em: 31 jan. de 2021.

ROCHA, Simone. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no boletim de eugenia 1929-1933. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Paraná, v. 6 n. 13, p.162-177, Ago.2011. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/a/article/view/423> Acesso em: 31 jan.2021.

SCHWARCZS, Lilia Mortiz. As teorias raciais, uma construção histórica dos finais do século XIX. *In*: SCHWARCZS, Lilia Mortiz; QUEIROZ, Renato.(Orgs.) **Raça e diversidade**. São Paulo: EUSP, 1996.

SCHWARCZS, Lilia Mortiz. O espetáculo das raças, cientistas e instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. Orientador: Robert Wegner. 2006. 220f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. AS IDÉIAS EUGÊNICAS NO BRASIL: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Mato Grosso do Sul, v. 6, n. 11, p. 1-23, jan. 2012. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1877/1041>

Acesso em: 31 jan. de 2021.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920- 1930. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.23, supl., p. 93-110, Dez. 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702016000900093&script=sci_abstract&tlng=pt)

[59702016000900093&script=sci_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702016000900093&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 28 jan. de 2021.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; WEGNER, Robert. História da eugenia: contextos, temas e perspectivas historiográficas. *In*: TEIXEIRA, Luiz Antônio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (Orgs.) **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018. 1ed., p. 328-355.

STEPAN, Nancy L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. *In*: HOCHMAN, G., and ARMUS, D. (Orgs.) **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 330-391. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111.pdf> Acesso em 28 jan. de 2021.

“PARENTELAS” NA FORMAÇÃO COLONIAL DO BRASIL: PERSPECTIVAS POLÍTICAS

Marcelo Pereira Souza³⁴⁶

RESUMO: O presente estudo centraliza um olhar social e histórico durante os três primeiros séculos de formação política colonial do Brasil. Para tanto, apresento a formação política da estrutura social da colônia, evocando os personagens responsáveis pela constituição de seu estatuto político, os sistemas de aliança de base familiar, para desvendar os mecanismos de solidariedade que, com base na lógica da busca por poder, darão sentido aquele processo de formação social e do seu modelo de vida pública. Contudo, destaco a importância do exercício retórico ao modelo político, propondo a reflexividade enquanto terreno fecundo da sociologia política brasileira.

Palavras-chave: Articulações Políticas. Colônia. “Parentelas”. Sociologia Política.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma discussão teórica à luz do cenário social da formação colonial brasileira, a partir da constituição de seu sistema político, durante os três primeiros séculos de colonização. Nesse sentido, propomos a retórica de sua história política para interligar os processos que deram sentido aquele movimento político, seus mecanismos, personagens, configurações e articulações.

Com efeito, como objetivo central desse estudo, propõe-se um olhar sociológico sobre a noção e formação política da categoria “parentela”, à época colonial, visto a possibilidade de diálogo entre a categoria citada, com a perspectiva de conservação e formação de alianças de base familiar, visando o atravessamento de seu poder político durante séculos.

Nesta produção, não se pretende mergulhar profundamente nos aspectos políticos que circundaram a totalidade da vida política colonial. Entretanto, recorro aos principais marcos históricos da formação colonial, na tentativa de apontar o nascimento da “vida pública”, sua conjuntura política, e elucidar a noção hereditária de “parentela” que atravessa nossa história.

Quanto ao método de pesquisa, utilizo a pesquisa bibliográfica que, segundo Oliveira (2016), propõe contribuições significativas para a investigação e escrita da produção teórica, em virtude do processo de revisão bibliográfica, contribuindo, assim, com a identificação tipológica que se pesquisa, bem como no aspecto estratégico de compilação.

Sobre a estrutura utilizada na construção desta produção, o trabalho encontra-se dividido em duas partes, assim sintetizadas: (i), na primeira parte, apresento o processo de formação política da colônia brasileira, a partir do sistema de adoção empregado pela Coroa portuguesa, que reflete no nascimento do estatuto político da colônia, bem como no surgimento dos primeiros personagens de vida pública; (ii) na segunda parte, centralizo a discussão da política colonial, ao entorno da base familiar, na categoria “parentela”, situando-a nos processos de formação da política colonial e demonstrando suas principais atuações e articulações.

³⁴⁶ Doutorando em Sociologia. Mestre em Sociologia. Licenciado em Sociologia. Pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisas Processos Identitários e Poder (UFS/PPGS/GEPPIP). Docente na Educação Profissional, Tecnológica e no Ensino Superior. E-mail: marcelo_souzaadm@yahoo.com.br.

Contudo, o movimento colonizador torna possível a formação de estratégias da política colonial, na apresentação de um esquema mais amplo de sentido política, que serve para teorizar e coordenar e a ação da Coroa, sobre a colônia, com base na política mercantilista. A partir dela, emerge a história política de vida pública da família senhorial, que assume costumes rurais, solidificando e repercutindo suas exigências, enquanto deveres típicos de integração, solidariedade parental e com responsabilidade coletiva, principalmente, no sentido privativo, no que diz respeito à proteção e ao assistencialismo político.

POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO

A Colonização

O surto marítimo que compreende a descoberta do Brasil no século XV fora resultante de uma burguesia comercial sedenta de lucros e que não encontrava nos liames do território português atendimento à desmedida ambição. Já no território descoberto, o Novo Mundo, a única notícia animadora sobre aquela nova terra referia-se às concessões para a exploração do pau-brasil durante os sucessivos trinta anos (PRADO JÚNIOR, 2012).

Nesse sentido, às influências do império ultramarino português durante os três primeiros séculos de formação colonial do Brasil, compreende um sistema geral de colonização europeia moderna, em virtude dos esquemas de determinações advindas dessa colonização que, de fato, processou-se na vida econômica, social e política (NOVAES, 1995).

Destarte, a posição colonizadora dos povos europeus, suas inaugurações, ocupações, utilizações das ilhas atlânticas, povoamentos e valorização econômica da América, constitui a formação da “empresa de exploração comercial”, cuja complexidade envolve o modelo de povoação europeia na colônia, como também a organização de uma economia complementar voltada para o mercado metropolitano, como explica Novaes (1995):

o caráter de exploração comercial não é abandonado pela empresa ultramarina europeia, quando ela se desdobra na atividade mais complexa da colonização. Pelo contrário, esse caráter de exploração mercantil marca profundamente o tipo de vida econômica que se organizará nas áreas coloniais. A colonização da época moderna se apresenta, pois, em primeiro lugar, como um desdobramento da expansão marítimo-comercial europeia que se assinala a abertura dos Tempos Moderno (NOVAES, 1995, p. 48).

Com efeito, o caráter de povoação na colônia, inicialmente, relaciona-se à propriedade fundiária, centrada na distribuição de sesmarias, consistindo na subdivisão das Capitâneas, enquanto sistema de suporte à Coroa, necessário à colonização, vinculando-se a caracteres jurídicos entre os forais dos donatários.

De acordo com Prado Júnior (2001), uma proposta de formação do modelo político encontrado no Brasil colonial, remonta a lógica da pequena propriedade, seus meios de exploração e o capital que nela fecunda, pois foi no domínio econômico e político dos senhores feudais que se ocorreu a produção do solo, ao passo que, simultaneamente, gerava-se entre os senhores laços de dependência dos primitivos, ocupantes da produção agrícola.

Neste ponto, cabe destacar a formação de um modelo de organização político-econômica durante o desenvolvimento colonial brasileiro, cuja formação não resultou de uma superposição de uma classe dominante que fosse constituída sobre uma estrutura social vigente, visto que no Novo Mundo, à época de sua descoberta,

habitava-se apenas tribos nômades, resultando o desenvolvimento colonial brasileiro de uma superposição do modelo de apropriação e monopolização da terra.

Assim, o monopólio do comércio colonial assume inteiramente a parte da classe mercantil da metrópole, com o surgimento e a manutenção da política do sistema colonial. “O monopólio do comércio das colônias pela metrópole define o sistema político colonial porque é por meio dele que as colônias preenchem a sua função histórica, isto é, respondem aos estímulos que lhe deram origem, que lhes dão sentido” (NOVAES, 1995, p. 51).

A princípio, partimos da exploração agrícola e da participação das pessoas conjuntamente ou individualmente (pequenos agricultores e autônomos), na tentativa de compreender o sentido de funcionamento da economia agrária colonial e de sua organização político-econômica e sobre aquilo que predomina em cada propriedade rural. Tão logo, encontraremos o cenário das lavouras de açúcar e os engenhos como a principal estratégia econômica, revestidos pelo trabalho escravo de negros e/ou índios ao longo de três séculos.

Com a exploração agrícola, fonte de toda a economia colonial, a população vive na mais completa dependência dos senhores rurais, que monopolizam os meios de subsistência e subordinam a população, com base na transferência de alguns poderes (repreensão, opressão, castigos e abusos dos mais variados) recebida da Coroa portuguesa. Essa transferência vai revelar uma articulação de interesse maior por parte da Coroa, visto sua necessidade de entrega “administrativa”, como tentativa de fortalecer os laços entre os senhores rurais, considerando-os aliados, de modo a não perder o contato e o controle sobre a colônia (VIANA, 1999).

Segundo Prado Júnior (2001; 2012), por meio desse processo de articulação, a Coroa preservava seus interesses, enquanto força maior, mantendo-se, ainda, os interesses das classes dominantes da colônia, bem abaixo de sua força, afinal, era necessário manter as articulações com esses senhores rurais, tendo em visto que eles eram os desbravadores do território, ou ao menos, faziam-no desbravar com o auxílio dos escravos, indígenas e dos pequenos produtores que vão surgindo com o decorrer do tempo.

Dessa forma, encontramos o poder político da colônia “dentro do sistema político vigente na colônia”, quando o poder político da Coroa é investido, sobre o domínio dos produtores rurais. Fato esse que se torna ainda mais aparente com a constituição das eleições para eleger os cargos da administração municipal, cujo voto é único e de direito a nobreza (como eram chamados os proprietários), excluindo-se a outra parcela da população (mercadores, mecânicos e outros artífices) (PRADO JÚNIOR, 2012, VIANA, 1999).

No modelo da câmara municipal, por exemplo, encontramos uma organização constituída por vistosos senados, vereadores, juizes e procuradores. Uma estrutura organizacional nada democrática, que excluía a participação do povo massa, concebendo aspectos de tipo oligárquico e aristocrático, aqueles que elegiam e eram eleitos, isto é, a nobreza como classe de “homens bons” que unicamente compunham o cenário político (VIANA, 1999).

O “homem bom” era um signo indicativo da nobreza na colônia, aqueles que eram considerados “homens bons”, inscreviam seus nomes em um “Livro da Nobreza”, fixado na Câmara municipal. Da inscrição, provinham aqueles que poderiam votar e ser eleitos aos cargos públicos, assegurando-lhes, ainda, outros privilégios como isenções fiscais (VIANA, 1999).

Essa mesma elite de “homens bons” que detinham o monopólio dos cargos eletivos e cargos administrativos da câmara municipal, mostrava-se ascendente na medida em que passavam a residir nos centros mercantis localizados

na costa do país ou nas regiões mineradoras, onde se encontravam intensas atividades comerciais das pequenas indústrias.

O “povo” que votava e elegia membros para as Câmaras fazia parte de uma aristocracia exclusiva dos “nobres de linhagem” que na colônia chegavam e ali se estabeleciam. Dessa forma, no início, seu corpo político era constituído por ricos senhores de engenho, a alta burocracia civil e militar, bem como seus descendentes.

O poder das câmaras, por assim dizer, pertencia aquele que passavam a estabelecer suas próprias leis. Tão logo, esses poderes eram materializados quando (i) as Câmaras fixavam seus salários e o preço das mercadorias vendidas; (ii) regulava o curso e o valor das moedas; (iii) propondo e recusando tributos reais; (iv) organizando expedições para celebrar a paz; (v) deliberando do surgimento de arraiais e das povoações; (vi) dispondo sobre o comércio, a indústria e a administração pública em geral; (vii) prendendo e punindo transgressores (PRADO JÚNIOR, 2012).

O serviço público da vereança era um encargo de dignidade pública, uma honraria, exercido pela nobreza ou “gente de qualificação”, gente mais importante, condição aferida pela descendência nobre, a linhagem sanguínea, a fortuna. Ainda que outros possuíssem às qualificações, para o “papel fidedigno”, eram impedidos desse exercício. Dentre esses impedimentos, encontravam-se: (i) serviçais de qualquer graduação; (ii) empregados no artesanato, no comércio, doméstico e rurais e; (iii) pardos e mestiços (VIANA, 1999).

Nesse sentido, cabe salutar que a elegibilidade de um governo diretamente pela massa, configura numa realidade distante do sistema colonial, visto que a presença de uma ordenação urge de uma aristocracia que busca articular seus próprios interesses, pois constroem um modelo político próprio de “homens bons”.

No surgimento das Juntas Gerais, figuravam o Vice-Rei e o Governador como principais autoridades, sendo essas Juntas Gerais, modelos de base consultiva dos assuntos de interesse geral da colônia e que viessem a afetar as capitânicas ou aos governadores. Outros grupos ainda eram consultados (civis, militares, religiosas), assim como aceitava-se a presença da massa popular. Entretanto, ainda que houvesse a convocação do clero, da nobreza e do povo para ouvi-los, nas Juntas Gerais, sempre prevalecia a deliberação de sua maior autoridade, pois na verdade, as Juntas não passavam de meros conselhos consultivos (VIANA, 1999).

No decorrer do tempo, à classe que englobava eleitores e eleitos, acrescentou-se os “novos homens”, a burguesia que enriquecia no comércio, cuja conduta, estilo de vida e os serviços que eram prestados por ela à comunidade, contribuíam para sua aceitação nos círculos sociais da então nobreza, na sua linhagem e em seus cargos.

Com a chegada da economia mobiliária, as cidades do litoral vão aos poucos se transformando em centros populosos e ricos, atraindo cada vez mais a migração de origem portuguesa, arrebatadora das atividades comerciais. Esses “novos migrantes” que vão se estabelecendo, são resultantes da (i) depressão econômica sofrida pela metrópole; (ii) da não adequação às condições do trabalho escravo que ainda predominava; (iii) da não atratividade na produção agrícola, em virtude do declínio dos preços de produção, dada a concorrência mundial e; (iv) por não disporem de recursos para a investida no campo, empregam suas possibilidades de investimento na lida comercial (PRADO JÚNIOR, 2012).

Eram ainda os negociantes portugueses da colônia que afastavam os brasileiros das atividades comerciais e se interessavam, quando não eram o alvo, do arrebatamento das “companhias privilegiadas”, dos contratos reais que lhes

conferiam monopólios e grandes rendimentos fiscais. Prova disso, foi a ascensão dos comerciantes portugueses e a decadência dos proprietários rurais, em virtude das dívidas contraídas pelos proprietários rurais em favor dos comerciantes, quando estes se tornaram credores, comissários e banqueiros daqueles, tomando-lhes às propriedades e maquinários em virtude das dívidas que foram contraídas, entretanto, não eram sanadas (PRADO JÚNIOR, 2001).

Personagens da Colonização

Em linhas gerais, o poder político da colônia estava nas mãos dos grandes proprietários rurais, quando esses deram forma a “sistemas soberanos”, com base no aspecto geoeconômico, um sistema que organiza a vida pública e política, mas que também aglomera órgãos independentes, porém interligados pelo domínio comum da metrópole. Ao longo dos três primeiros séculos de colonização do Brasil, encontramos a nomeação e a investiduras da Coroa portuguesa em personagens que contribuíram para a formação política da colônia. Entre eles, tem-se (i) governadores-gerais; (ii) capitães-gerais (iii); vice-reis; (iv) delegados imediatos do rei de Portugal; (v) pessoal burocrático; (vi) pessoal militar; (vii) comandantes de tropas; (viii) ouvidores gerais; (ix) ouvidores de comarca; (x) juízes e; (xi) demais funcionários da alta administração (PRADO JÚNIOR, 2012).

Dessa forma, a luta política e eleitoral na colônia, inicia-se com a concessão de poder entre donatários, firmados no complexo do feudo e de seu clã patriarcal. Na constituição de seu modelo produtivo, simultaneamente, vão emergindo outras formações de estruturas hierárquicas na colônia, com base nos seguintes elementos: (i) no vértice, situa-se, principalmente, o feudo e sua família, socialmente e politicamente conhecidos ao longo da história brasileira como “senhor de engenho”, “sesmeiro”, “fazendeiro”, “senhor de currais”, “estancieiro”, sendo esse grande proprietário ainda conhecido pela vida pública no Centro-Sul como sertanista ou bandeirante e, no Extremo-Sul, como arreador, contrabandista de fronteira e caudilho do pampa; (ii) na sequência, surge a figura do administrador, o homem branco de elementos técnicos, aquele que circula entre os mais graduados dos “senhores” e os feitores; (iii) logo após, aparece a participação do capelão da fazenda, por ser considerado um homem de forte expressividade moral na lida com o campo e; (iv) por fim, a “população subordinada”, a “família rústica”, devido a serventia hierárquica e dominical exclusivamente dedicadas ao seu ‘senhor’, por isso, adquire-se o direito de “propriedade pessoal” (VIANA, 1999).

Assim, a evolução econômica e social da colônia brasileira remonta aos principais interesses da aristocracia fundiária nacional. Diferenciando a evolução econômica e social da colônia, alinham-se os interesses opostos entre aqueles que a integram, pois “de um lado os dos proprietários rurais, a aristocracia fundiária nacional, que mais diretamente sofria o ônus da opressão colonial; de outro, os da metrópole, e a eles ligados, os dos mercadores portugueses, a burguesia comercial” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 39).

PARENTELAS NA FORMAÇÃO COLONIAL BRASILEIRA

Na formação colonial do Brasil, encontramos a centralidade da categoria “parentela”, simbolicamente representada por uma tradicional família que pertence a elite influenciadora da máquina administrativa pública, tornando-se da máquina pública governante, para nela articular suas possibilidades de manutenção familiar, típicas da estrutura de poder.

De acordo com Viana (1999), alguns laços de solidariedade familiar foram entrelaçados ao longo do tempo, pela “casa-grande”, entre aqueles acostados da Nobreza, sendo por ela educados, auxiliados em suas carreiras, casados e/ou dotados pela feitura, pois

Neste nosso grupo doméstico, tanto ao sul como ao norte, eram incluídos também os que, na velha família portuguesa, eram chamados "criados de senhor", no sentido do antigo direito feudal. Estes "criados", realmente, também apareciam na nossa família senhorial e isto era mesmo frequente, senão a regra geral; mas, incorporavam-se a ela não como *criados*, o que lhes seria diminuição; mas, sob o nome de "crias" ou "protegidos". Nesta classe é que estavam os "afilhados" do senhor ou da senhora, educados pelo padrinho ou pela madrinha "como filhos" e com eles residindo (VIANA, 1999, p. 223).

Nota-se que, poderia fazer parte do clã feudal, àqueles acostados que despertassem o sentimento de apreço, de valor físico em seus “senhores”. Pois, essa prática de educar os acostados, auxiliá-los nas carreiras profissionais e até mesmo de casá-los, em dado contexto, inseria-os numa participação simbólica familiar, ao ponto de ter seus nomes figurando nos testamentos de um modo a permitir libertação e herdar bens materiais (VIANA, 1999).

Para Viana (1999) esse passado distante representou um costume de articulação da “estrutura familiar”, com base no clã parental, cujas “crias”, os “protegidos”, eram enquadrados na classe de “afilhados” do senhor ou da senhora, sendo educados “como filhos”.

Nesse sentido, destaca-se que a função política e partidária, fortemente exercida pelos “senhores” da colônia, passa a englobar elementos pessoais e culturais originários do “complexo familiar senhorial”, distribuídos entre:

O patriarca da família; os parentes consanguíneos (filhos e netos); os parentes colaterais (irmãos, tios e sobrinhos); os parentes por afinidade civil (genros e cunhados); os parentes por afinidade religiosa (os "compadres" e afilhados"); os parentes por adoção (os "crias" da casa senhorial e, sem dúvida, os "moleques mimosos") (VIANA, 1999, p. 226).

Quanto ao compadrio, este servia para reforçar que o “clã parental” fora além da consanguinidade, colateralidade e da afinidade legal. Advindo do grau religioso, fazer uma ofensa ao afilhado, por exemplo, repercutia também em ofensa ao padrinho, como se este fosse membro oficial da família. De acordo com Viana (1999), o compadrio fecundou a solidariedade familiar na política de base familiar, pois

Constitui uma espécie de parentesco ideológico e espiritual, porque de natureza religiosa; mas pela força dos preconceitos dominantes nas nossas populações da hinterlândia matuta e sertaneja cria laços de afinidade interpessoal tão fortes como os do próprio sangue, gerando um código de deveres morais iguais aos de pai e filho, de irmão e irmão e até mesmo tabus matrimoniais (VIANA, 1999, p. 244).

Neste ponto, cabe destacar a possibilidade de diálogo entre a noção de “parentela” situada na formação colonial, enquanto conceito descrito por Queiroz (1997), ainda que no segundo caso, a interpretação da autora recorra à conjuntura da transição política da Monarquia para o Império, a partir de um estudo sobre a forte presença familiar do coronelismo, uma tipologia de “parentela”, na estruturação política nacional, pois o estudo de Queiroz também demanda da formação de

“parentela” pela manutenção de poder político e do fator econômico, bem como apresenta subsídios para a alegação do compadrio.

Para Queiroz (1997), boa parte da parentela se origina de um “mesmo tronco”, pela via da herança legal ou de forma abastada, bem como de alianças matrimoniais que são estabelecidas pelos laços de parentesco entre famílias e pela união do padrinho com o afilhado, o compadrio, criando, assim, um vínculo estreito entre os compadres, tanto quanto o carnal. Esse grupo familiar reúne numa teia de reciprocidade, direitos e deveres que ultrapassam a família nuclear, compreendendo não apenas o montante da corrente de gerações, como também a jusante (tios, sobrinhos, primos, avós e netos).

Como se vê, o compadrio contribuiu para a ampliação do clã parental, ao passo que funcionava como uma evocação de ascensão da classe inferior para a classe de nobreza. De certo modo, o compadrio colonial engrandecia e dignificava o afilhado, no mesmo sentido que honrava e elevava o compadre, pai da criança apadrinhada (VIANA, 1999).

Para melhor compreendermos esse costume, usos e práticas políticas da “família patriarcal” e do “clã senhorial”, precisamos nos fixar na praxe dessas instalações no decorrer de sua descendência na colônia, visto que:

É a família senhorial um grupo preciso e visível nos seus contornos, limitado ao domínio e vivendo dentro das suas raias. Já o clã parental é instituição um tanto diferente: embora derivado da família senhorial, exorbita as lindes do domínio-tronco. É uma realidade, sem dúvida; mas, só aparece e se revela em ocasiões excepcionais e só nestas ocasiões (defesa contra o bugre ou o quilombola; lutas de famílias; prélios eleitorais; formações partidárias) é que ele se mostra uma entidade nitidamente constituída (VIANA, 1999, p. 227).

Quiçá, esta foi a lei da expansão povoadora da “família tronco”, cujo domínio inicial irradiava-se na continuidade de povoação por parentela, de modo que apenas uma família alcançava o domínio de um município ou mesmo de uma região inteira, fixando-se como grandes proprietários cafezistas ou proprietários de grandes engenhos de cana.

Quanto a possíveis embargos que viessem a ocorrer durante a instalação e o povoamento dessa parentela, buscava-se, então, resolvê-los de três maneiras, a saber: (i) pedindo sesmarias para si e para a família, nas quais instalavam no decorrer do tempo novas fundações fruto das descendências das parentelas colateral e associadas; (ii) no desdobramento da sesmaria inicial, como meio de resolver o problema da colocação das novas gerações, tais quais filhos, sobrinhos, netos afilhados e; (iii) com a aquisição de novas fazendas, no mesmo município e/ou regiões próximas, deixando-as para filhos e/ou herdeiros (VIANA, 1999).

Foi por meio dessa lógica que municípios inteiros, ao longo da história política de assistencialismo nacional, estiveram em posse de uma só família ou de “famílias aparentadas”, uma solidariedade familiar que formou clãs parentais, de modo natural, solidário e com a tradição do “complexo família senhorial” da “unidade da família” (VIANA, 1999).

Além desse processo, a solidariedade entre os senhores de terras e as famílias senhoriais entrelaçou uma força genética, com base no modelo de endogamia forçada, como estratégia de continuidade e instalação da “parentela”. Isso porquê,

A endogamia que conservamos desde os primeiros séculos, na nossa aristocracia rural é uma consequência deste método de instalação em contiguidade das novas gerações, adotado pelos *pater familias* senhoriais. Não havia, nesta tradição endogâmica, nenhum plano de não-dispersão da

fortuna comum da família, como pensam alguns historiadores; era simplesmente uma consequência fatal do nosso método de colonização em terra abundante e despovoada (VIANA, 1999, p. 239).

A partir da característica interna dessa estrutura por parentela, podemos captar sua configuração por meio de duas tipologias: (i) a do tipo igualitária, em que todas as famílias pertencem no mesmo nível socioeconômico, a exemplo das famílias que habitavam nas regiões de sítiantes e; (ii) a do tipo estratificada, com a existência de várias camadas sociais, a exemplo das famílias que residiam nas regiões de agricultura de exportação e nas regiões de pastoreio (QUEIROZ, 1997).

Nos esclarece Queiroz que a parentela estratificada faz parte do nosso sistema socioeconômico desde a época colonial, quando às vilas habitadas corresponderam à sede do poder político, constituindo-se naquelas às câmaras e, dessa constituição, emergindo disputas pelo poder entre as famílias. Numa sociedade formada por grupos familiares de diversas formas, foram as parentelas internamente heterogêneas que distribuídas numa espécie hierárquica, ajudou a revelar a quem pertencia o poderio econômico e político.

Com os mesmos interesses sociopolíticos e econômicos, a grande família unia-se e defendia-se. A ascensão social, no interior da pirâmide familiar, constituiu por muito tempo uma “lei natural” da elevação hierárquica de poder. Essa forma de ascensão, por um dos seus membros, às posições de mando, era possível com a apresentação de qualidades pessoais para a liderança política, quando reconhecida tal característica por seus pares. Além disso, servia de reforça para suas qualidades pessoais à fortuna, à instrução e o casamento (QUEIROZ, 1997).

Quando a parceria firmada por esses grupos não está ligada por relações de parentesco, de afinidade, ou então de amizade, elas ocorrem para manter afastadas a rivalidade e o conflito, visando sempre a ascensão social. Entretanto, além desse tipo de estrutura, Queiroz (1968) explica que outro modelo pode ser localizado em áreas onde ocorre a agricultura de exportação:

São ali encontrados sítiantes autônomos; diríamos melhor, são ali encontrados pequenos produtores, quer agricultores, quer criadores, os quais podem ser grandes proprietários de terras, porém não dispoem de meios para aproveitá-las, limitam-se a uma utilização por meio de roças ou por meio de criação de uma vintena de cabeça de gado (QUEIROZ, 1968, pp. 117-118).

A sociedade rural tem em seu marco histórico, a construção de um arranjo estratificado de camadas sociais entre grupos que têm habitado às regiões da indústria agrícola de exportação. Dentre esses grupos costuma-se elencar os grandes fazendeiros os arrendatários que, como parceiros vão dando forma a uma espécie de pirâmide nas regiões onde se situam e que submetem a integração de sua vizinhança à subordinação (QUEIROZ, 1968).

Com o declínio das unidades primárias de mobilização política, os grupos de redes de base familiar, a partir de 1920, o sistema político vai sofrer profundas transformações, principalmente, por depender organizacionalmente dos grupos de interesse mais diretamente derivados dos laços de rendimento, ocupação, classe social e ideológica (LEWIN, 1993).

Não obstante, captamos o diálogo dessa política de base colonial, pelo olhar da autora Lewin (1993), cujo destaque de sua produção científica sobre a política de parentela na Paraíba, no século XX, demonstra-nos o exercício hereditário das oligarquias poderosas à época colonial, situando no “enredo” da Paraíba, a reprodução de uma história ora produzida nos marcos da política nacional.

No século XX, situamos que o modelo da “política de base familiar” pouco havia mudado, em comparação com a “era das oligarquias” que presenciamos na colônia. Lewin (1993) destaca que o fenômeno no século XX era comum a todo o Nordeste brasileiros, como se pode constatar na chamada Revolta de Princesa³⁴⁷:

A Revolta de Princesa parece ter representado um fenômeno cíclico na política oligárquica da Paraíba, um fenômeno comum a todo o Nordeste: a tentativa das parentelas poderosas dos sertões no sentido de reparar as injustiças decorrentes de sua exclusão em bloco da coalizão dominante. Muitas famílias que haviam adotado esse curso de ação em 1912, como os Dantas, de Teixeira, juntaram-se ao coronel José Pereira na revolta de 1930. Como em 1912, elas aproveitaram uma oportunidade apresentada pelos acontecimentos políticos ao nível nacional. Uma brecha entre o governo federal e a liderança da oligarquia ofereceu a abertura de que necessitavam (LEWIN, 1993, p. 360).

Não obstante, a Revolução de Princesa, além de seu simbolismo político, representou a manifestação de uma mudança no crescimento econômico do Estado. No presidencialismo de Epitácio Pessoa (1919-1922), por exemplo, o que se viu foi a promoção de uma oligarquia com o objetivo amplamente compartilhado para a articulação da política econômica, a partir da criação de uma forte infraestrutura no Estado da Paraíba para a exportação vantajosa da produção de todo o litoral e dos sertões (LEWIN, 1993).

Ainda no século XX, o alinhamento político na Paraíba remonta aos mesmos princípios da filiação oligárquica colonial, como bem contempla Lewin ao citar mais uma vez o exemplo da Revolta de Princesa em 1930:

A oligarquia de Epitácio tinha promovido um objetivo econômico amplamente compartilhado, a criação de uma infraestrutura estadual de exportação, mutuamente vantajosa para o litoral e os sertões. O consenso implícito no compromisso pela infraestrutura não dependeu do sacrifício de nenhuma zona. Do mesmo modo, sob a oligarquia Machado Leal, ainda que tenha havido um tratamento preferencial a uma zona geoeconômica – a capital litorânea e o brejo -, isso não significou a ruína econômica para os blocos oligárquicos situacionistas dos sertões (LEWIN, 1993, pp. 360-361).

A Revolta de Princesa revelou-se como fenômeno da política oligárquica, cujos “poderosos do sertão” articulavam-se para a constituição do modelo de “parentelas”, na tentativa de reparar a exclusão quanto a participação das “parentelas poderosas dos sertões” do bloco da coalização dominante. Essa manifestação de mudança política que desembocou no “sistema de base familiar”, também considerou, assim como o sistema político da colônia, a questão econômica como vital para a sobrevivência da oligarquia (LEWIN, 1993).

Ao que nos parece, aquelas filiações de base familiar que se iniciaram com o fim da monarquia, deram continuidade aos investimentos na agricultura de exportação, realizadas desde 1880 pelas famílias de elites da época, visto que

Os alinhamentos faccionais refletiram as principais divisões de parentela do Império, classificando-os como conservadores e liberais; contudo, as afiliações familiares tiveram procedência sobre as lealdades ideológicas enquanto meio de incorporar os interesses materiais coletivos (LEWIN, 1993, p. 361).

³⁴⁷ A Revolta de Princesa, refere-se ao movimento liderado por José Pereira de Lima, ocorrido no município de Princesa, atual Princesa Isabel, no Estado da Paraíba. Datado em 1930, o movimento liderado por José Pereira de Lima, opunha-se à constituição da estrutura político-administrativa, do então governo estadual de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Este olhar contempla a visão de

Contudo, nossa tradição rural foi responsável pela formação de outro tipo de colônia, a de mesmo sangue, entre as grandes famílias dos senhores rurais. Foi nessa base biológica que se viu constituir costumes, lutas de família e a consolidação de uma organização familiar em forma de clã parental dentro e fora das sesmarias. Com o vínculo da consanguinidade, consolidou-se o prestígio social, material e o prestígio eleitoral e político da família ao longo da formação colonial.

CONCLUSÕES

O papel social e histórico que, por séculos, atribuiu-se à família da elite unidade central de poder político e econômico, oferece uma chave decodificadora do modelo de “parentela” com base na “política familiar”, pois na organização do parentesco, encontramos a evolução de uma estrutura familiar que atravessa gerações com características notavelmente políticas, ainda que a instituição família, paralelamente a essa evolução política, mantenha-se mais forte no que diz respeito à segurança social e ao elemento econômico.

No período colonial, pelo menos durante seus primeiros três séculos, deu-se, a afloração e a generalização de um vibrante espírito de domínio no que concerne às relações de um “senhor” em defesa do domínio ou do prestígio sesmeiro (latifúndio canavieiro, cafeeiro e pastoril), como caminho de acesso a vida pública e para a influência das instituições políticas.

Outra instituição que repercute as múltiplas transformações da vida pública é o clã parental, cuja base repercute no surgimento de uma solidariedade parental entre a família senhorial, uma espécie de “instituição privada” que nasce dos reflexos da vida pública e nela serve para criar e influenciar a estrutura política.

Tão logo, o tratamento preferencial das famílias elitizadas na colônia, recorre-se a formação de região geoeconômica, interligando-se por meio de blocos oligárquicos, mantendo-se reprodutivo por meio das afiliações, o estabelecimento e fortalecimento de uma política econômica, com base nos investimentos que são empregados na agricultura de exportação.

A espécie de corporação municipal dos grandes poderes administrativos, legislativos, judiciais e ainda militares, fora criada para atender ao interesse da “nobreza da terra”, uma política personalista que organiza o modelo social em clãs feudais e parentais, mas que também conferiu poderes estatais, que utiliza como “armas simbólicas” os índios frecheiros, negros de trabalho e da multidão de homens moradores, postos em posição de serventia ao primeiro chamado (VIANA, 1999).

Contudo, durante o período colonial, o agrupamento da “parentela” apresenta-se por meio de três aspectos interligados (político, econômico e parentesco), mostrando que, naquela sociedade, prevalece a formação de uma estrutura socioeconômica e política, construída para garantir o seu funcionamento, bem como lhe prover de características próprias.

REFERÊNCIAS

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro, Record, 1993.

NOVAIS, Fernando. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. In: Carlos Guilherme Mota. **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pp. 47-62.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. 7. ed. Editora Vozes, 2016.

PRADO JÚNIOR. A Colônia I. In: **Evolução política do Brasil: colônia e império**. Editora brasiliense, 2012. pp. 11-32.

_____. A Colônia II. In: **Evolução política do Brasil: colônia e império**. Editora brasiliense, 2012. pp. 33-44.

_____. Vida Social e Política. In: **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. Editora brasiliense, 2001. pp. 341-380.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira De. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: Fernando Henrique Cardoso; Sérgio Buarque de Holanda; Fernando Henrique Cardoso. **Estrutura de poder e econômica: 1889 - 1930**. História geral da civilização brasileira O Brasil republicano. 6. ed., São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1997. v. 8. p. 172–212.

_____. De. Sociologia e Política. Política, Ascensão Social e Liderança num Povoado Bahiano. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 0, n. 3, p. 117, 1968. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i3p117-133>>. Acesso em 05 de dezembro de 2021.

VIANA, Oliveira. Segunda Parte. Capítulo VI – O povo-massa e a sua posição nas pequenas democracias do período colônia. In: **Instituições Políticas Brasileiras**. Conselho Editorial do Senado federal, 1999. pp. 145-170.

_____. Terceira Parte. Capítulo XIX – O “complexo do feudo” e os clãs feudais. In: **Instituições Políticas Brasileiras**. Conselho Editorial do Senado federal, 1999. pp. 199-120.

_____. Terceira Parte. Capítulo X – O “complexo da família senhorial” e os clãs parentais. In: **Instituições Políticas Brasileiras**. Conselho Editorial do Senado federal, 1999. pp. 221-254.

_____. Terceira Parte. Capítulo XI – Os “clãs eleitorais e sua emergência”. In: **Instituições Políticas Brasileiras**. Conselho Editorial do Senado federal, 1999. pp. 255-270.

O ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO DE ESPUMOSO 1980-1988

Maria Ines Comin³⁴⁸

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo estudar a questão do êxodo rural no município de Espumoso, localizado no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1980 e 1988. O recorte temporal justifica-se, pois, nele, podemos observar duas conjunturas diferenciadas: uma de ditadura militar, em que a questão da terra era amplamente cerceada, e, outra de abertura política, quando essa temática voltou a ter espaço de discussão. Quanto à compartimentação espacial, Espumoso, justifica-se pelo fato de, nesse período estudado, ser uma fronteira agrícola que vivenciou um significativo êxodo rural, ligado às conjunturas nacionais.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul. Espumoso. Êxodo rural.

As origens do êxodo rural no Brasil e suas motivações perante os agricultores

Na década de oitenta, a economia brasileira sofreu o impacto das grandes transformações ocorridas no capitalismo mundial nas décadas anteriores. No caso da agricultura, tais transformações foram marcadas pelo ingresso na revolução tecnológica (embora relativamente tarde, se comparado ao cenário mundial, e, ainda, destacando que o fenômeno está inconcluso).

De uma agricultura tradicional, passou-se para uma agricultura moderna, tecnologicamente falando. Assim, destaca-se que no período da agricultura tradicional, as sementes eram produzidas pelos próprios agricultores, num processo que se baseava na utilização intensa de recursos naturais, ou seja, da fertilidade natural do solo e da mão de obra familiar. Com a passagem para a agricultura moderna, denominada também de Revolução Verde, fenômeno que se originou na época em que a Europa encontrava-se semidestruída com a Segunda Guerra Mundial, quando os americanos haviam criado a política das agências de financiamento para a agricultura dos países em desenvolvimento, como o Brasil, ocorreram mudanças significativas no setor produtivo agrícola.

Segundo a posição de Brum (1990),

A Revolução Verde foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas, e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. (BRUM, 1990, p.44)

Nessa mesma época, surgiram, também, os CIPAS (Centros Internacionais de Pesquisas Agrícolas), que refletiram as características e os interesses dos países desenvolvidos e não os interesses das regiões periféricas onde deveriam ter funcionamento ativo.

³⁴⁸ Licenciada em Estudos Sociais e em História pela UNICRUZ, Pós-graduada em Especialização em Gestão, em Orientação e Supervisão Escolar pela FAEL. Atuou como professora em Espumoso/RS. Atua como professora de História nos municípios de Estrela Velha e Salto do Jacuí/RS.

Os CIPAS eram responsáveis pela difusão dos “pacotes tecnológicos” da Revolução Verde, que se consolidou nos anos setenta, com a missão retórica de acabar com a fome. Esses pacotes tinham a finalidade de modernizar a agricultura e suas atividades, ou seja, “a industrialização da agricultura” ou “industrialização do campo”. Esse fenômeno se expressa no fato da agricultura, enquanto setor produtivo, tornar-se uma atividade crescentemente empresarial, transformando-se, também, num importante mercado para máquinas e insumos modernos, produzidos pela própria indústria, ou seja, a capitalizando.

O processo modernizador não foi parte de um projeto nacional próprio, mas induzido, de fora para dentro, e, de cima para baixo, sob o comando do grande capital financeiro-industrial, internacional e debaixo do crivo da ditadura militar brasileira. Segundo Brum “A estratégia de modernização conservadora, se enquadra perfeitamente ao chamado ‘modelo econômico brasileiro’, capitalista, associado, dependente, concentrador, exportador e excludente”. (BRUM, 1990, p. 55)

No Brasil, o grande “boom” da soja ocorreu no ano de 1973, porém, já havia se expandido na década de sessenta. Pode se dizer que essa modernização foi facilitada pela possibilidade que o crédito agrícola propiciou, porém, o agricultor, por vezes, utilizou-se inadequadamente desses recursos financeiros, que foram lançados com a finalidade de aumentar a produtividade agrícola de produtos destinados exclusivamente para a exportação. O uso de tratores e outros maquinários se multiplicou. O mesmo aconteceu com fertilizantes químicos.

Contudo, foi um desenvolvimento desigual, pois em algumas áreas do país foram aplicadas as melhores técnicas agrícolas, principalmente nas microrregiões do Planalto Médio e Missões, no Rio Grande do Sul. Em outras, foram utilizadas somente a força humana, como, por exemplo, Mato Grosso do Sul, onde, até os anos sessenta, predominava a pecuária extensiva, com cerca de 75% das terras do estado cobertas com pastagens naturais e plantadas, e com uma atividade agrícola voltada para a subsistência e o abastecimento da população, uma vez que as melhores técnicas foram destinadas para as áreas com produção de caráter empresarial capitalista, nas quais predominou o binômio soja/trigo.

Um dos objetivos da modernização implantada no Brasil foi a viabilização do latifúndio pela sua transformação em empresa rural, quer diretamente, pelo seu proprietário, quer através de arrendamentos a terceiros, mantendo, desta forma, o “status quo” vigente.

Outro fator que esteve sempre aquém da realidade e das expectativas dos produtores foi a política de preços mínimos praticada pelo governo. Foi no decorrer do processo de modernização o fator mais discordante, pois os preços mínimos raramente chegaram a ser estimulantes.

A partir dos anos setenta, especialmente na região Sul, com o predomínio da monocultura de soja e uma necessidade maior de investimentos para tornar produtiva e rentável a lavoura, houve a forte tendência de concentração das propriedades rurais, aumentando a pressão sobre o microprodutor, que foi excluído do processo de modernização das atividades agrícolas e foi praticamente obrigado a se desfazer de seus poucos bens e ir para a cidade tentar emprego para garantir a sua sobrevivência.

Vale ressaltar que, entre os problemas que inviabilizaram os pequenos produtores, está o de escoamento da produção, pois a produção agrícola do Rio Grande do Sul enfrentava dificuldades de escoamento na década de setenta, visto que a capacidade de carga e descarga no Porto estava superada há tempo, sendo necessário esperar dias ou até semanas para que o produto fosse descarregado, e, posteriormente, transportado. Este problema passou a ser superado quando, em fins de 1972, foi inaugurado o Terminal Graneleiro Luiz Fogliato para escoar a produção

agrícola do Rio Grande do Sul. Além disso, no início de década de oitenta, o Governo Federal, através da Petrobrás, construiu um terminal para escoamento da produção gaúcha no Porto de Rio Grande. Em relação ao outro produto exportado do Rio Grande do Sul, o trigo, que ocupou o primeiro lugar até 1972, perdeu essa posição para a soja no referido ano, passando a ser uma lavoura secundária. Destaca-se ainda que a ênfase à expansão da monocultura da soja, através dos vários incentivos, levou, contraditoriamente, ao abandono de grande parte das culturas tradicionais de subsistência, obrigando o país a importar grande quantidade de produtos básicos para o abastecimento interno, causando problemas aos pequenos e médios produtores rurais.

À margem de todos esses processos ocorridos, vê-se numerosos contingentes populacionais da zona rural marginalizados, processo que começou com peões e agregados, sendo que alguns foram integrados ao novo processo produtivo como operários rurais, e outros foram excluídos da propriedade que não lhes pertencia. Os pequenos proprietários rurais, diante dos insucessos, acabaram vendendo suas propriedades, consolidando, principalmente, a situação dos grandes proprietários, que compraram as pequenas propriedades, aumentando o latifúndio.

Modificações na sociedade espumense com o êxodo rural e as consequências dessas referidas modificações

Espumoso é um município essencialmente agrícola e, entre as décadas de 1960/1970, sofreu várias mudanças com a introdução do capitalismo no campo brasileiro. A grande maioria dos produtores teve que se inserir de uma forma ou de outra nessa modernização conservadora. É interessante apresentar sobre esse fenômeno o depoimento de um agricultor que vivenciou esse processo. Nas palavras de Edson Koch:

Em primeiro momento, como resultado dessa modernização, os produtores tiveram supersafras contínuas, principalmente os médios produtores, porém, o pequeno produtor, na época, tentou competir, dando-se conta, só mais tarde, de que deveriam continuar com a policultura, sem adquirir maquinários modernos e insumos que levaram os mesmos à falência tendo que se desfazer de seus bens, e fazer parte do proletariado urbano. (Informação verbal)³⁴⁹.

A grande maioria dos produtores rurais na época recorria a financiamentos feitos através do Banco do Brasil, nos quais eram oferecidos empréstimos com juros baixos, podendo assim, o produtor aplicar as melhores técnicas, implementos e insumos agrícolas, garantindo uma supersafra. Entretanto, com o passar do tempo, os juros começaram a subir e o produtor não conseguia mais produzir o suficiente para saldar a dívida, e, simultaneamente, garantir a sobrevivência da família.

Pode-se dizer que, para a maioria dos pequenos e médios produtores do município de Espumoso que adquiriram esses financiamentos entre as décadas de 70/80, ter utilizado tais financiamentos para a criação de uma reserva de emergência, para caso ocorressem cheias, estiagem, ou mudanças repentinas e bruscas na economia (que elevariam os juros e, conseqüentemente, dificultariam os financiamentos), seria uma forma de evitar que tais fenômenos prejudicassem ainda mais o produtor. Todavia, muitos agricultores investiram em outros bens, como

³⁴⁹ Entrevista concedida por KOCH, Edson. **Entrevista sobre a modernização no campo e suas consequências**. [ago. 1999]. Entrevistador: Maria Ines Comin. Espumoso, 1999.

casas, apartamentos, carros, terras, etc., verificando-se, assim, uma possível má gestão dos financiamentos.

É possível verificar que, para a maioria dos produtores, faltou um planejamento agrícola, pois, o produtor muitas vezes possuía uma máquina colheitadeira, e com o surgimento de um novo modelo no mercado agrícola, uma máquina um pouco mais moderna, ele sentiu-se atraído a adquiri-la, ficando assim com uma coleção de um mesmo maquinário, sem conseguir se desfazer dos modelos ultrapassados. Isso acontecia também com outros equipamentos que eram utilizados pelos produtores rurais antes do plantio direto, configurando um fetichismo da mecanização do campo.

Tudo isso contribuiu para a falência das pequenas propriedades. Segundo Zanberlam e Froncheti (1994),

A pequena propriedade se encontra em uma situação difícil: agricultores são obrigados a venderem seu pedaço de terra e aventurarem um emprego em centros urbanos industrializados, outros, que resistem na terra, são bombardeados por agentes econômicos que reforçam o estímulo às práticas de “maior racionalidade econômica”, sem abandonar o modelo tradicional de sementes híbridas, de produtos químicos e de mecanização intensiva. (ZANBERLAM E FRONCHETI, 1994, p. 9).

Continuando a análise, através de fontes orais, constatou-se que, por volta de 1985, os produtores rurais de Espumoso começaram a sentir as primeiras dificuldades, quando, após um ano de plantio de soja e o uso contínuo de produtos químicos, os solos foram se esgotando e exigindo cada vez uma maior aplicação de insumos, fertilizantes, correção do pH do solo e uso de técnicas modernas, visto que muitos nutrientes do solo são perdidos no processo de colheita ou erosão, que ocorre pela ação dos ventos e chuvas.

Conforme citado acima, os grandes conseguiram ultrapassar as dificuldades, porém, os médios produtores, com o passar do tempo, tornaram-se pequenos produtores e a grande maioria dos que já eram pequenos teve que vender suas propriedades para os grandes produtores.

Segundo dados do IBGE, com o Censo Demográfico de 1980, o município de Espumoso contava com uma população total de 16.112 habitantes, sendo 7.014 habitantes urbanos e 9.098 habitantes rurais. Já o Censo Demográfico seguinte só aconteceu no ano de 1991, com 13.535 moradores, em que se constata grande migração de 2.577 pessoas para outros centros maiores. Já o censo do ano de 1996 possuía um total de 16.360 pessoas com 9.624 residindo na zona urbana e 6.736 na zona rural.

Outro caso que despertou a atenção da população espumosense, bem como em todo o estado do Rio Grande do Sul, causando a expulsão de famílias inteiras do campo foi o fechamento de escolas no interior do município. Segundo entrevista do Sr. João Carvalho, agricultor do município:

As crianças tinham que ir ao colégio e, naquele tempo não havia ônibus que pegasse os estudantes, aí o negócio era ir para a cidade, para estudar pertinho, e sair da lavoura, já que lá começou a ficar ruim, começaram a não querer mais empregados o ano inteiro, antes era direto, o ano todo, depois começou só na hora de colher. (Informação verbal)³⁵⁰.

Isso fez com que famílias inteiras se sentissem atraídas a morar na cidade, já que no campo as dificuldades encontradas eram cada vez maiores, não

³⁵⁰ Entrevista concedida por CARVALHO, João. **Entrevista sobre a vida no campo e o êxodo rural.** [ago. 1999]. Entrevistador: Maria Ines Comin. Espumoso, 1999.

conseguindo muitas vezes produzir além da sobrevivência, chegando a vender o único pedaço de chão que possuíam. Sobre isso, o Sr. João Carvalho comenta:

Os que venderam não voltam mais, esses estão ferrados, não têm condições de comprar, como é que vão voltar a comprar, os grandes não vendem, só compram, cada ano eles compram um pedaço. Eles possuem uma meta de vencer, colher a soja e comprar um pedaço, eles não sossegam, é como uma doença, é que eles têm a soja sobrando sempre, compram em troca da soja. (Informação verbal)³⁵¹.

Segundo alguns dados orais coletados em meio à população espumosesense, os problemas no campo vêm se mantendo há muitos anos, e, talvez, se as pessoas tivessem se mobilizado anos atrás, essa trajetória histórica poderia ter sido diferenciada. Contemporaneamente, verifica-se a formação de grupos sociais que reivindicam uma política agrícola realmente voltada para as necessidades do campo e do pequeno agricultor, buscando soluções como a policultura, a atividade leiteira, etc. Dessa forma, acredita-se que não haveria tantos habitantes residindo nas cidades se, no passado, houvesse o incentivo governamental para que as famílias permanecessem no interior.

Seguindo com a entrevista com o Sr. João Carvalho, evidencia-se ao impacto da falta de diversificação da produção nas pequenas e médias propriedades:

Antigamente, anos atrás, ninguém lidava com entrega de leite, só soja e soja. Aí começaram a se endividar, agora a maioria, quase, não está mais plantando nem a metade da lavoura de soja e está lidando com leite para poder sobreviver, fazer o rancho, a maioria está diminuindo. (Informação verbal)³⁵².

Neste sentido, um dos problemas enfrentados pelo município, ou melhor, pelo Estado, é denominado Macro Bloco Econômico, Mercosul, pelo fato de que a entrada de produtos de outros países gerou a competitividade com os produtos nacionais, criando dificuldades muito grandes, porque muitos setores do governo passaram a dar preferência a produtos importados em vez de incentivarem a produção do estado, principalmente arroz e trigo, que passaram a ser importados em grande escala da Argentina.

O agrônomo Danilo Benedeti elucida que:

Dentro da comunidade espumosesense, existe muita distância entre as partes (agricultura, comércio, cooperativa e prefeitura). Nós temos que ter uma política. Nos últimos quinze anos a soja é que deu dinheiro, ela foi unidirecional, e nós da Cooperativa, Cepasa, Secretaria da Agricultura, Emater, escritório de planejamento agrícola, temos que achar uma alternativa e jogar o produtor no setor produtivo. Muitas vezes, nós jogamos ele a produzir determinadas coisas para as quais não há uma comercialização. Primeiro vamos dar condições de comercialização e depois vamos incentivar esse produtor a produzir. Foi incentivada a produção de laranjas aqui no município de Espumoso, e há uma dificuldade muito grande de o produtor colocar seu produto, e assim é o leite, está sendo incentivado, e é o único ainda que dá um certo respaldo, mas tem

³⁵¹ Entrevista concedida por CARVALHO, João. **Entrevista sobre a vida no campo e o êxodo rural.** [ago. 1999]. Entrevistador: Maria Ines Comin. Espumoso, 1999.

³⁵² Entrevista concedida por CARVALHO, João. **Entrevista sobre a vida no campo e o êxodo rural.** [ago. 1999]. Entrevistador: Maria Ines Comin. Espumoso, 1999.

muita gente vendendo as vacas porque o preço do leite não é condizente com o custo da produção. (Informação verbal)³⁵³.

Nota-se, a partir das contribuições do agrônomo, que o processo de diversificação produtivo precisa de uma base sólida para obter êxito, ou seja, o produtor rural precisa de uma rede de apoio, rede esta que inexistiu no município nas décadas de setenta e oitenta.

No município de Espumoso, como citado na entrevista, foi incentivada a produção de laranjas, ou seja, a citricultura, porém, os produtores aproveitaram-se desse incentivo e começaram a cultivar em pequena e média escala, percebendo só mais tarde que faltou planejamento antes de começar o cultivo, pois os produtores só deram-se conta que não havia comercialização para esses produtos no município após feito todo o investimento para o plantio. Muitos desses produtores devastaram todo o laranjal e voltaram a produzir soja nesta mesma área, visto que a soja, mesmo com preços baixos, sempre teve mercado consumidor.

Sobre isso, Oliveira (2001), explica que:

A espetacular expansão da citricultura na década de 70 e 80 deveu-se, fundamentalmente, à introdução no mercado norte-americano do suco de laranja. Como consequência, o preço da laranja em fruta no mercado interno subiu, e os fabricantes de suco já começaram também a “inundar” o mercado nacional de suco industrializado, de certo modo forçando a substituição do consumo da fruta “*in natura*”, ou do “suco puro feito na hora” pelo suco industrializado. (OLIVEIRA, 2001, p.23)

Percebe-se, então, que, além dos fatores internos, há de considerar-se os fatores externos, cada vez mais presentes no processo de mecanização/industrialização/globalização. É preciso considerar, ainda, que todo o processo de mecanização e monocultura nivelou-se ideologicamente no município de Espumoso, bem como em todo o país, através da mídia. Pode-se verificar que nenhum produtor queria ser o último a modernizar seus maquinários e métodos de cultivo. Contudo, toda essa modernização aconteceu em um momento em que a população do campo, na grande maioria pequenos produtores, não conseguia assimilar direito o que estava ocorrendo no país, o que significava realmente “Revolução Verde”, “pacotes tecnológicos”, etc.

Em meio a tanta propaganda, como aquela do presidente João Figueiredo, que dizia “Plante que o João garante”, os produtores foram atraídos a adquirir todo um emaranhado moderno. Considerando que partiram de um modelo artesanal, não dependente da indústria, e passaram para um modelo extensivo e intensivo, produzido pelas indústrias química, mecânica e biológica, avançando para a biotecnologia, houve grande elevação no custo produtivo, favorecendo o endividamento.

Com tantos impactos, o produtor já não conseguia mais vencer as barreiras que o cercavam, pois, a agricultura passou a permanecer cada vez mais dependente do sistema bancário. Os financiamentos liberados pelo governo já não eram suficientes para uma boa produção. Sobre essa questão, o Sr. Julio Pereira dos Santos, agricultor, explica que

Para fazer uma planta bem feita não chega o dinheiro que eles te liberam, então já começa por aí. Além daquele empréstimo que tu tens no banco,

³⁵³ Entrevista concedida por BENEDETI, Danilo. **Entrevista sobre o incentivo ao pequeno produtor rural**. [set. 1999]. Entrevistador: Maria Ines Comin. Espumoso, 1999.

onde já fica toda a produção praticamente presa ali, tu ainda tens que fazer por fora para fazer uma boa planta. (Informação verbal)³⁵⁴.

Neste contexto, cada vez mais o produtor rural passou a necessitar, e necessita até a contemporaneidade, de órgãos competentes para repassar tecnologias, principalmente em municípios pequenos, como é o caso de Espumoso, em que os avanços custam a chegar e compõem um cenário excludente.

Essa exclusão dá-se também pela redução drástica no aproveitamento da mão-de-obra, pois onde antes utilizavam-se vários tratores e um implemento para cada atividade, necessitando de um grande número de pessoas para desempenhar tais funções, na maioria dos casos, sendo necessário contratar empregados o ano todo, com a modernização faz-se a plantação toda com um único trator e plantadeira adequada ao plantio direto e não mais convencional. Isso gera grande economia para o produtor e exclui essa mão-de-obra que passa, assim, a ser maior que a demanda, reduzindo, por consequência, seu valor. “Esse modelo, estimulado artificialmente, trouxe reais resultados para grupos reduzidos de produtores, empobrecendo e até mesmo excluindo a grande maioria dos pequenos agricultores” (ZANBERLAM E FRONCHETI, 1994, p. 40).

A respeito de exclusão, não poderíamos deixar de mencionar a Vila Arroio, maior concentração de população do município de Espumoso, com habitantes vindos de diversos outros municípios, sendo a grande maioria constituída de pequenos agricultores que possuíam em torno de oito a dez hectares de terra. Há necessidade de esclarecer que a Vila Arroio foi planejada e concluída para transferência de outra vila encontrava-se no meio da cidade, em uma área muito pequena. Foi planejada também com o objetivo de tirar as famílias que moravam próximas aos rios Jacuí e Tigreiro, e que sofriam constantemente devido às cheias. A COHAB (Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul), através de verbas liberadas pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) adquiriu uma área de 58.720 metros quadrados, sendo 2.944 metros quadrados (5,01% de área verde) onde foram construídos 239 embriões, com aproximadamente três peças pequenas cada residência.

Até o início dos anos 2000, viviam nessa vila aproximadamente quatro mil pessoas, e foi possível perceber que as famílias foram crescendo e trazendo seus parentes para morar próximos a elas, formando um verdadeiro amontoado de pessoas. Esse contingente populacional, em sua maioria, não possuía qualificação profissional nenhuma, e a única forma de trabalho era ser mão de obra para a lavoura, que somente é solicitada em épocas de plantio e colheita, configurando um grave problema social.

Percebe-se que uma grande parcela da população de uma época pra cá vem se empenhando para que as pessoas permaneçam no campo, conservando o que já possuem, e lutando para que seja devolvida a terra para quem perdeu ou àqueles que nunca conseguiram adquiri-la, mas que sempre viveram no campo, que é o caso de arrendatários e agregados. Esse empenho é conseguido através dos grupos sociais de resistência que atualmente existe e tornaram-se mundiais, como é o caso do MST (Movimento Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e o MMTR (Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais), entre associações cooperativas onde os agricultores se organizam para comercializar seus produtos e evitar o êxodo rural.

O posicionamento de Frei Betto corrobora com as referidas iniciativas:

³⁵⁴ Entrevista concedida por SANTOS, Julio Pereira dos. **Entrevista sobre a produção rural do pequeno agricultor**. [ago. 1999]. Entrevistador: Maria Ines Comin. Espumoso, 1999.

O Brasil tem solução. Se a terra for repartida, as favelas serão reduzidas. Se houver mais escolas, não será preciso construir mais cadeias. Se os agricultores tiverem justo acesso a insumos e implementos agrícolas, não ficarão em mãos de atravessadores escorchantes. Se houver canais diretos entre produtores e consumidores, a inflação deixará de ficar a mercê de supermercados e atacadistas. (BETTO, 2001, p.34-35)

Contudo, ainda há indivíduos que fazem tudo para que os pequenos agricultores lhes vendam a única terra que possuem e passem a ser contratados para trabalharem para eles, os “grandes produtores”, em troca de salário. Assim, percebe-se que é necessário debater sobre a Reforma Agrária, que engloba todo um processo acesso a todos os agricultores, mas principalmente ao pequeno produtor, o qual sente-se o mais excluído, a uma política agrícola voltada para a agricultura, por meio da qual possam desfrutar de condições para manterem-se no campo, além de dar condições a outros indivíduos de se estabelecerem. Assim, destaca-se o parecer de Romeiro (1994):

É preciso ter claro que no campo não é possível sobreviver sem emprego. Sem emprego, o trabalhador rural virá para as cidades independentemente das oportunidades de trabalho que ele espera encontrar. Além do desemprego, outro fator de exclusão do campo é a qualidade de vida. Nas cidades, a qualidade de vida da população favelada e subempregada pode ser, apesar de tudo, superior à do campo, onde o camponês, além do trabalho duro de sol a sol, tem que enfrentar sozinho a violência e a cupidez da maioria dos grandes proprietários de terra, a falta de assistência médica, de escolas para os filhos, etc. (ROMEIRO, 1994, p.127)

Deve-se considerar que tanto no município de Espumoso como no mundo todo, anterior ao processo de modernização já existia a desigualdade e a exclusão do camponês, porém, através deste processo, esses problemas reproduziram-se em escala elevada. Como já mencionado anteriormente, é necessário destacar o papel positivo da resistência dos movimentos sociais. Nesta perspectiva:

A integração, entendida como confronto, implica as ideias de tensão e luta de diversidade de formas e, no limite, a possibilidade de marginalização e expulsão... O fundamental é o entendimento e a avaliação dos interesses e forças sociais que condicionam esse processo e definem, então, as formas concretas de integração e exclusão. (GRZYBOWSKI; DELGADO, 1986, p. 213)

Logo, é possível dizer que os movimentos populares rurais defrontam-se com a necessidade urgente de construir alternativas a partir da realidade dos homens do campo, de suas necessidades, suas vidas, seu trabalho. Porém essa construção deve ser baseada em mecanismos que afetem a lógica do conjunto, já que muitos vêm nos movimentos sociais meramente uma questão social, de miséria e pobreza, e não como uma questão política primordial, que pode alterar as relações de forças.

Salienta-se que, há alguns anos, as pessoas do campo produziam sua autossuficiência, principalmente em municípios pequenos, como Espumoso. Com a industrialização e urbanização crescente, as pessoas da cidade passaram a consumir os produtos industrializados vindos de diversas localidades e não mais *in natura*, ou de fabricação caseira, comercializados pelos produtores nas cidades para obter ganhos extras, somando-se, assim, mais um meio de sobrevivência. Desta

forma, cidade e o comércio tornaram-se independentes da área rural local, comprovando que

A história antiga é a história das cidades, mas de cidades baseadas na propriedade senhorial e na agricultura, a idade média começa com o campo como local da história, cujo desenvolvimento continua até a oposição cidade/campo, a história moderna é a urbanização do campo e não como entre os antigos, a ruralização da cidade. (ANDERSON, 1998, p.146)

Ao mencionar-se a urbanização do campo, há necessidade de falar-se que no município de Espumoso ocorreram e ocorrem, até os dias atuais, bem como acontece mundialmente, o processo capitalista e modernizador de expropriar as possibilidades dos filhos de agricultores também terem terra para continuar no campo, atingindo assim a maior parte da família, quando não toda a família se proletariza. Esse desenvolvimento capitalista apresenta características contraditórias e desiguais, como o processo de arrendamento de terras, no qual o grande proprietário se apropria de uma parte da produção desse posseiro ou arrendatário, ou o arrendatário é obrigado a vender a qualquer preço para pagar o proprietário, restando para o trabalhador praticamente só para pagar as despesas que teve para produzir. Essas práticas de trabalho, entre outras, somente excluem os trabalhadores do campo, que com seu trabalho sem terras próprias e meios para produzi-las não conseguem sustentar suas famílias.

Nesse sentido, destaca-se a explanação de Grzybowski (1994):

A concentração de terras reforçada pelo modelo modernizador constitui-se num entrave estrutural a outro modelo de desenvolvimento, com outras formas de integração dos que trabalham e vivem no campo. A pobreza e a miséria aumentam no campo na mesma proporção em que se internacionalizam a produção, os produtos e as relações sociais na agricultura. Aos problemas econômico-sociais do modelo concentrador cabe acrescentar a devastação provocada pela tecnologia que lhe dá suporte. Os trabalhadores são levados a buscar alternativas por uma questão de sobrevivência, pois são eles que pagam o maior preço pela devastação natural. (GRZYBOWSKI, 1994, p.291)

Para compreender o êxodo rural, é importante compreender, anteriormente, que a questão agrária, no que se refere aos conflitos fundiários, marginalização, exclusão, tem sido provocada e reproduzida pelas políticas agrícolas que vêm favorecendo a acumulação capitalista privada a qualquer custo, e não a garantia de direitos.

Segundo Oliveira (1994):

Há, portanto, um processo de expropriação no seio da própria produção camponesa, onde o camponês médio ou rico anexa, através da compra, a terra do pequeno, que muitas vezes opta pela sua ampliação em outra região na Amazônia ou Centro Oeste, por exemplo, ou que tenha sido vítima da proletarianização, com conseqüente migração para as cidades. (OLIVEIRA, 1994, p.64)

O mesmo processo citado pelo autor como realidade da Amazônia ou Centro Oeste é o processo, portanto, que vem ocorrendo há décadas no município gaúcho de Espumoso, onde o êxodo rural iniciou-se nos anos 80 e até os dias atuais faz-se presente, inflando a população urbana, enquanto na área rural permanece a monocultura da soja, dominada pelos grandes produtores rurais.

Concluindo, acredita-se ser possível, tecer algumas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Espumoso é essencialmente agrícola, ou seja, tudo depende da agricultura. Os agricultores que se encontravam bem financeiramente no início da modernização, que foi o caso dos grandes e médios produtores, conseguiram obter bons lucros, adquirir maquinário e insumos modernos, aumentar sua área, entre outros benefícios. Outros que já vinham “remando” anteriormente, os pequenos produtores e alguns médios, na maioria das vezes tentaram competir com os grandes, investindo o que possuíam e o que não possuíam, dando-se conta no final da safra de que toda sua produção não seria suficiente para pagar as despesas e financiamentos.

Analisando uma outra causa do êxodo rural no município de Espumoso, vê-se que com toda essa modernização e industrialização no país e no mundo, na referida época, foi incentivada a monocultura da soja, com propagandas mirabolantes e atraentes, além de toda uma campanha para que se consumissem produtos derivados da soja, como o caso do mais consumido e mais comum, óleo de soja.

No início da mecanização do campo, quem conseguiu nas primeiras safras modernizar-se obteve bons resultados, porém, com o passar dos anos, o solo foi se esgotando e necessitando do uso intenso de fertilizantes, da correção do pH do solo e da aplicação de técnicas de manejo e de conservação do solo, resultando em maiores custos para a produção agrícola.

Essa reposição fez-se necessária não só com o solo, mas também com os maquinários, uma vez que, a cada ano, surgem novos modelos, com o objetivo de apresentar uma maior eficiência se comparados com os modelos antigos.

Sendo assim, os agricultores, na grande maioria, encontravam-se endividados e não podiam mais repor seu maquinário (que, com o uso contínuo vai envelhecendo e se deteriorando) nem fazer novas aplicações de insumos e técnicas modernas. Os agricultores ainda têm de estarem preparados para caso ocorram estiagens ou inundações, que eram mais comuns na referida época.

Outro fator da época que nos chama atenção foi o abandono da policultura, da diversificação, em que o produtor ia para a cidade e comprava praticamente todos os gêneros alimentícios de que necessitava para o sustento da família. Foi deixada de lado a produção da agricultura familiar, de subsistência, além do produtor, dono da propriedade, achar que não havia mais necessidade de “pegar no pesado”, o proprietário e seus familiares passavam somente a administrar a propriedade, integrando-se totalmente nesse sistema capitalista.

E para integrar-se mais a esse sistema, o produtor rural deixou de produzir hortaliças, pomar, criação de animais, leite e queijos para o consumo. Passou-se a plantar somente a soja, pois era esse produto que gerava lucro, já que era exportável. Porém, esse tipo de vida durou pouco.

Nessa mesma época ocorreu o fechamento das escolas no interior dos municípios, dificultando mais ainda a vida da população que vivia no campo. O governo, nessa mesma época, começava a elevar os juros e a dificultar cada vez mais os empréstimos, sendo que a grande maioria dos médios produtores tiveram que vender parte da terra, senão toda, e os maquinários, como foi o caso dos pequenos agricultores, e migrar para a cidade em busca de trabalho. Outros continuaram morando no campo, só que nas terras de um grande produtor, trabalhando para ele, ficando totalmente dependentes do mesmo, ou ainda, muitas vezes, residindo na cidade do seu município por um determinado período e, após, indo para outro centro maior, com uma mão-de-obra diversificada.

Exposto isso, a consideração final é que é necessário que haja uma política totalmente voltada aos problemas do campo, em que o governo e órgãos competentes se mobilizassem e entendessem as reais necessidades dessas famílias que vivem basicamente da agricultura, pois, se migrarem para a cidade, não haverá trabalho, uma vez que falta-lhes qualificação profissional e, atualmente, não há ampla oferta de trabalho nem para os mais qualificados. Percebe-se que as pessoas já estão a produzir uma agricultura alternativa, aproveitando mais os meios naturais de que dispõem para se produzir todos os alimentos de subsistência.

Há a necessidade de acelerar o processo de Reforma Agrária, não só na redistribuição de terras e rendas, como também na liberação de verbas, financiamentos com juros justos, para que o pequeno produtor possa começar sem já antes mesmo estar endividado.

Além de todos esses fatores, faz-se necessário uma melhora na vida no campo, com reabertura de escolas, para que os alunos não mais tenham que sair de casa de madrugada para chegar à escola, que essas pessoas tenham um melhor atendimento na área da saúde, em que, ao invés das pessoas se deslocarem com dificuldades para a cidade, tenham esse atendimento no campo, facilitando a vida dos agricultores. Por fim, é importante que seja incentivado o consumo de produtos naturais, em detrimento da produção industrial, na maioria das vezes vinda de outros centros, ou, até mesmo, de outros países.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ALVES, Júlia F. **Metrópoles, Cidadania e qualidade de vida**. São Paulo: Moderna, 1994.

BENEDETI, Danilo. **Entrevista sobre o incentivo ao pequeno produtor rural**. Entrevista concedida à Maria Ines Comin. Espumoso, setembro de 1999.

BETTO, Frei. "MST, Igreja e movimentos sociais". In: Caros Amigos, São Paulo, vol. 5, no. 55 (outubro 2001). p. 34-35.

BUENO, Ricardo. **Por que faltam alimentos no Brasil?** São Paulo: Vozes, 1985.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a História**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da agricultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929 - 1989**. São Paulo: UNESP, 1990.

CARVALHO, João. **Entrevista sobre a vida no campo e o êxodo rural**. Entrevista concedida à Maria Ines Comin. Espumoso, agosto de 1999.

CASSOL, Arnaldo Luiz. **Êxodo rural, colonização e ecologia**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

CHIAVENATO, Júlio José. **Violência no campo**. São Paulo: Moderna, 1997.

DINIZ, José A. F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GARNIER, J. B. **Geografia da População**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

GEORGE, P. **Geografia da População**. São Paulo: DIFEL, 1978.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. Editora da UFRGS, 1994.

_____ e DELGADO, N.G. "Integração e lutas sociais no campo: notas para debate". Ensaios FEE, Porto Alegre, 7(1), 1986. p. 213-215.

GUIMARÃES, A. P. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- KOCH, Edson. **Entrevista sobre a modernização no campo e suas consequências.** Entrevista concedida à Maria Ines Comin. Espumoso, agosto de 1999.
- MELHEM, Adas. **A fome.** São Paulo: Editora Moderna, 1994.
- MOREIRA, Igor A. G. & COSTA, Rogério H. da. **Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- KLIEMANN, L. H. S. **Rio Grande do Sul terra e poder.** Porto Alegre, 1986.
- LACOSTE, Yves. **Os países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil S.A., 1988.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- PORTELA, F. & VISENTINE, J. W. **Êxodo rural e urbanização.** São Paulo: Ática, 1994.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma Agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.
- SANTOS, Julio Pereira dos. **Entrevista sobre a produção rural do pequeno agricultor.** Entrevista concedida à Maria Ines Comin. Espumoso, agosto de 1999.
- SARTORI (ORG) A. **Agricultura e modernidade.** São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1998.
- SILVA, José F. G. **O que é a questão agrária?** São Paulo: Brasiliense, 1998.
- STEDILE, João Pedro. **Reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- TAMBARA, Elomar. **Rio Grande do Sul, Modernização e Crise na Agricultura.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- VIEIRA, Eurípedes Falcão. **Rio Grande do Sul - Geografia da População.** Porto Alegre: Sagra, 1985.
- _____. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Sagra, 1993.
- ZAMBERLAM, J. & FRONCHETI, A. **Agricultura alternativa.** Passo Fundo: Editora Berthier, 1994.

AS DIFICULDADES E ARMADILHAS DE SE ESCREVER A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DA CONLUTAS (2004 A 2008)

Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior³⁵⁵

Resumo: Esse trabalho visa sintetizar algumas reflexões produzidas pela pesquisa realizada pelo autor durante os anos de 2014 à 2016, sobre o surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) bem como sua atuação durante o período de 2004 à 2008 que marcaram os Governos de Lula. Além disso, o trabalho ressalta os desafios, limites, possibilidades e objetivos ao se construir uma História do tempo presente, que deve ser construída levando em consideração que o futuro é um campo aberto de possibilidades.

Palavras Chaves: CONLUTAS, Movimento Sindical, História do Presente

É desafiador pesquisar, analisar e escrever sobre um objeto de pesquisa que temporalmente está tão próximo do presente, como foi a experiência em analisar a Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) no período de 2003 à 2008³⁵⁶, e a partir desse objeto analisar aspectos gerais do movimento político e da organização das lutas e resistências das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil. É desafiador pelo pouco aporte bibliográfico sobre o tema, e é perigoso porque são grandes as possibilidades de equívocos analíticos. A pesquisa realizada entre 2014 e 2016 não se propôs a esgotar o debate sobre tema, mas se propôs a apresentar hipóteses e reflexões para avançar na compreensão e na avaliação sobre os dilemas, as contradições e as potencialidades do movimento sindical e popular no país, visando o desenvolvimento de novas e futuras reflexões sobre esse tema que ganhou contornos dramáticos após o golpe jurídico mediático parlamentar em 2016.

Partindo do pressuposto que a história, ao estudar o passado, se configura como um instrumento que pode ajudar na reflexão dos trabalhadores e das trabalhadoras a respeito das estratégias e táticas que serão adotadas em nosso presente e no futuro, por parte do movimento sindical aqui no Brasil, bem como na reflexão sobre como a classe trabalhadora de forma organizada avance em direção à conquista de seus objetivos, é possível realizar, com diversas dificuldades impostas, a história do tempo presente. Nessa perspectiva, Trotsky escreveu no calor da Revolução Russa dois importantes textos³⁵⁷ históricos que ajudaram os trabalhadores e trabalhadoras naquele período e ajudam a classe trabalhadora hoje, a entender a magnitude da experiência da Revolução de 1917, pensar os desafios, erros e caminhos para o futuro.

Nesse sentido, ao assumir a difícil tarefa de escrever a história de um tempo presente; contrapõe-se a concepção restrita de algumas historiadoras e alguns historiadores, sistematizada por GUNBRECHT (2011), que enxergavam uma estrutura de “leis da história”, que reúne fatos do passado e, de forma mecânica e determinista apontam em direção ao presente que vivemos e a um futuro definido. A história não possui “leis” que nos permitem prever o futuro.

³⁵⁵ Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia e Técnico Administrativo em Educação no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) da Universidade Federal de Uberlândia. Email: mariojunior@ufu.br

³⁵⁶ Ver GUIMARÃES JÚNIOR (2016).

³⁵⁷ História da Revolução Russa em 1930 e A Revolução Traída em 1937.

Nunca é demais afirmar e reafirmar que é vaga e equivocada a afirmação de GUNBRECHT (2011, p. 39), de que “nosso futuro não continua sendo um futuro aberto de possibilidades”, pois dialeticamente o futuro nos apresenta diversas possibilidades, diversos cenários e caminhos, cujo os quais dependerão dos resultados das correlações de forças sociais no processo das lutas de classes. Nesse mesmo sentido, resgata-se a afirmação de Josep Fontana (2004, 471), em que diz que:

Devemos elaborar uma visão da história que nos ajude a entender que cada momento do passado, assim como cada momento do presente, não contém apenas a semente de um futuro predeterminado e inevitável, mas a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar tornando-se dominante, por razões complexas, sem que isto signifique que é o melhor, nem, por outro lado, que os outros estejam totalmente descartados.

Assim, a história é compreendida como uma unidade que envolve passado, presente e futuro (Hobsbawm, 1998); de forma que a história não seja enxergada de forma mecânica e determinista (com leis próprias), mas que considera a reflexão sobre o passado como um instrumento importante para pensar o presente e o futuro que é aberto a inúmeras possibilidades. Josep Fontana (2004, 478) sintetiza bem essa concepção de história defendida aqui, quando afirma que:

Para nós corresponde o grande desafio de encontrar as causas dos dois grandes fracassos do século XX: explicar a barbárie que o caracterizou, com o objetivo de evitar que se reproduza no futuro e a natureza dos mecanismos que engendraram uma maior desigualdade, desmentindo as promessas do projeto de desenvolvimento que pretendia ampliar os benefícios do progresso econômico a todos os países subdesenvolvidos do mundo.

É com essa concepção historiográfica, que a pesquisa se propôs a refletir sobre a trajetória da CONLUTAS. Ocorreram sensíveis modificações na organização e no cotidiano do movimento político das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil no decorrer das décadas de 1980, 1990 e 2000. Entre 1980 e 2010, a classe trabalhadora no Brasil vivenciou momentos antagônicos, sendo do ápice da mobilização e organização sindical na década de 1980, ao processo na década de 1990 caracterizado pelo fortalecimento do ideário liberal na consciência individual de cada trabalhador e trabalhadora, combinada com o processo de aprofundamento do atrelamento do movimento sindical ao Estado e refluxo das mobilizações e greves entre 2000 e 2010. A análise crítica realizada pela pesquisa implicou dialogar com leituras e práticas hegemônicas no campo do movimento sindical no Brasil, pautadas centralmente pela busca de resultados imediatos e pela concepção (que a pesquisa julga limitada e equivocada) de que é possível uma conciliação na relação entre capital e trabalho. Esse é o contexto em que a pesquisa analisou o surgimento da CONLUTAS, procurando compreender tanto os avanços quanto as limitações, dificuldades e contradições presentes nessa experiência que surgiu durante os Governos de Lula (PT).

O primeiro aspecto a pontuar nesse debate, se refere às limitações que são impostas ao movimento sindical e popular, diante da aproximação exercida pelo Estado que institui um conjunto de leis e normas, pressionando os sindicatos e movimentos populares a um danoso atrelamento ao Estado; ferindo a capacidade autônoma desses instrumentos políticos nas organizações das lutas sociais. Essa tendência, já apontada por Trotsky no final da década de 1930, afeta a amplíssima maioria das entidades sindicais no Brasil (são raríssimas as entidades sindicais que

não se vêm obrigadas a solicitar o seu registro sindical no Ministério do Trabalho ou que conseguem resistir a essa pressão).³⁵⁸ No campo dos movimentos populares é mais comum encontrar algumas organizações não cadastradas pelo Estado, mas ainda assim os principais movimentos populares do país não escaparam também dessa tendência³⁵⁹. Assim, vale duas ressalvas: A primeira é de que quase a totalidade das centrais sindicais no país (durante o período analisado pela pesquisa, e até nos dias de hoje), buscaram e buscam as condições necessárias para o seu reconhecimento formal no Ministério do Trabalho, inclusive a CONLUTAS.³⁶⁰ A segunda ressalva é de que Central Única dos Trabalhadores (CUT) na condição de setor hegemônico no movimento sindical no Brasil durante esses últimos 40 anos, não expressou nesse último período na prática uma postura de confronto a essa tendência do capital em forçar o Estado a atrelar ao movimento sindical, e inclusive recebeu em 2009 um montante de R\$ 26 milhões de reais oriundos do repasse do Imposto Sindical,³⁶¹ e em 2015 a notícia encontrada é de que a CUT recebeu R\$ 55 milhões de reais.³⁶² O que difere da CONLUTAS, que mesmo dentro de uma atuação limitada na luta contra o atrelamento à estrutura sindical vigente, a Central não recebeu recursos do Imposto Sindical.³⁶³ E isso é considerado um fator progressivo.

Considera-se que a aproximação entre a CUT e o Estado, já percebida na década de 1990 com o recebimento de recursos do FAT, se aprofundou substancialmente com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) e de Lula nas eleições presidenciais em 2002. Além do aumento referente ao repasse de verbas públicas do Estado, inúmeros sindicalistas passaram a ocupar cargos do 1º ao 3º escalão do Governo Federal, inclusive nos ministérios. Assim é perceptível que os setores majoritários da CUT, a partir de 2003, começaram a se sentir como “Governo” ou como parte integrante dele. Isso implicou mudanças significativas para o conjunto do movimento sindical brasileiro e para as respectivas organizações/realizações de suas lutas, se configurando como indícios anunciantes

³⁵⁸ No decorrer dessa pesquisa detectou-se que um número bastante reduzido de entidades sindicais sobrevivem hoje sem registro sindical no Ministério do Trabalho.

³⁵⁹ No caso dos movimentos populares o Estado brasileiro não impõe a necessidade de um registro formal em algum Ministério. Porém, para além de constantes iniciativas de criminalização de CNPJs de movimentos populares ou CPFs de dirigentes populares, é possível perceber a aproximação do Estado aos movimentos populares via o repasse de verbas através de Organizações Não Governamentais criadas pelos próprios movimentos, e via a adoção de políticas públicas implementadas através de órgãos estatais, cujo a execução é condicionada às regras impostas pelo Estado aos movimentos populares. O tímido processo de Reforma Agrária desenvolvido no Brasil no período de 2003 à 2010, ocorreu através de mobilizações/ocupações por parte de movimentos de trabalhadoras e trabalhadores rurais sem terra seguidas de reuniões junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através de parâmetros e condições impostas pelo Estado brasileiro. É possível perceber, portanto, um processo de dependência parcial dos movimentos populares ao Estado brasileiro, em relação a destinação de verbas públicas para viabilização da subsistência das/os trabalhadora/es e trabalhadoras desses movimentos populares. Para pensar aspectos sobre esse tema, ver MARQUES (2006).

³⁶⁰ Hoje, a Central Sindical e Popular - CONLUTAS (CSP-CONLUTAS) também busca o reconhecimento formal junto ao Ministério do Trabalho.

³⁶¹ Informação divulgada no próprio site da CUT. Ver em: <http://cut.org.br/noticias/cut-e-a-maior-92cf/> (Acesso realizado em 25/11/2016).

³⁶² Notícia disponível em: <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/11866> (Acesso realizado em 25/11/2016).

³⁶³ Essa afirmação não se estende para as entidades filiadas à CONLUTAS, pois a pesquisa não verificou se teve ou não entidades filiadas à CONLUTAS que receberam o Imposto Sindical. Mas a CONLUTAS, ao contrário da CUT, não recebeu recursos oriundos do Imposto Sindical.

das mudanças que ocorreram no cotidiano da organização do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores e de suas lutas no Brasil após o início do Governo Lula. Outro aspecto a se considerar refere-se à profunda perda de autonomia e independência política da CUT em relação ao Estado, em especial durante as gestões do PT. O posicionamento dessa central, não participando das lutas contra a reforma da previdência, pautada e defendida pelo governo federal em 2003, é emblemático para demonstrar essa consideração. A criação de novas organizações sindicais (CONLUTAS, INTERSINDICAL, CTB, etc.) devido ao descontentamento ou não com as práticas sindicais e com os posicionamentos políticos da CUT em relação ao Governo Lula, também se configura como indícios de mudanças no movimento sindical após o início desse governo.

Como no interior da CUT houve uma diluição desses princípios citados cima, que são fundamentais para a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores, não se considera uma inconsequência dos setores políticos a ousada e difícil iniciativa em reorganizar o movimento da classe trabalhadora no Brasil apresentando novas perspectivas e propostas para a organização das lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores. Embora o movimento sindical e popular no Brasil não estivesse nesse período (e não está ainda hoje) em um patamar ofensivo de organização e mobilização; as reflexões realizadas durante a pesquisa indicam que se os setores, que construíram a CONLUTAS ou a INTERSINDICAL, ainda que minoritários, e que se propunham a ser autônomos e independentes politicamente e financeiramente, em relação ao Estado, ao governo e aos partidos políticos, caso atuassem durante esse período apenas nos fóruns internos da CUT, diante do grau aprofundado de burocratização dessa central, não teriam condições de colocar o conjunto do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, em um patamar mais ofensivo no que se diz respeito à luta pela manutenção ou conquista de direitos sociais.

Além disso, a realização da pesquisa coincidiu com o início de uma janela histórica em que colocou a classe trabalhadora no Brasil em uma condição defensiva, em um cenário desfavorável para alcançar novos direitos e com a difícil tarefa de resistir ao aprofundamento de políticas impostas a partir de 2016 que visaram garantir a manutenção da taxa de lucro do capitalismo dependente do Estado brasileiro. E nesses últimos quatro anos, o movimento sindical e popular no Brasil não conseguiu barar políticas como a Emenda Constitucional 95/2016, a Lei 13.4429/2017 que legaliza a terceirização ampla e irrestrita, a Reforma Trabalhista expressa pela Lei 13467/2017 e a Emenda Constitucional 103/2019 que aprofundou o desmonte do regime previdenciário no Brasil planejado a partir de 1988.

Para evidenciar essa avaliação, reitera o posicionamento contrário da CUT em relação à greve das trabalhadoras e dos trabalhadores do serviço público federal em 2003 na luta contra a Reforma da Previdência imposta pelo Governo Lula em seu primeiro ano de mandato, e destaca as dificuldades e a falta de disposição política da CUT para construir, em conjunto com outras centrais sindicais e movimentos populares, a Jornada de Lutas de 2007 contra as reformas do governo federal que pautavam a luta contra a retirada de direitos da classe trabalhadora.

Mesmo com a drástica mudança na conjuntura política do país a partir de 2016, é possível avaliar que diante as consequências provocadas de forma objetiva e subjetiva pelo processo de reestruturação produtiva e dos efeitos da ideologia neoliberal na política, na economia, na cultura, no imaginário da população, foi importante a iniciativa da CONLUTAS em pautar a necessidade de construir um sindicalismo autônomo e classista. E diante da vigência da reestruturação toyotista, as estratégias de organização da classe trabalhadora, constituídas no decorrer da fase taylorista/fordista, caracterizadas em sua maioria pela organização separada

dos diversos fragmentos, não dão respostas adequadas para as contradições impostas na ordem do dia. O contexto demanda uma prática organizativa mais horizontalizada, sensível à necessária luta contra as opressões machistas, racistas e homofóbicas, estimulando que as representações de mulheres, negras e negros, gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros sejam protagonistas das organizações das lutas do conjunto da classe trabalhadora. O contexto demanda do movimento sindical, capacidade de refletir e elaborar novas estratégias que agreguem a *totalidade do trabalho* (trabalhadoras e trabalhadores que se localizam no campo do trabalho formal, terceirizado, informal, do desemprego – trabalhadores e trabalhadoras que atuam para além da esfera da produção material) para os processos de lutas e mobilizações e que dialogue com a nova geração do proletariado brasileiro. No espectro político e estratégico, considera-se importante o movimento sindical e popular superar a perspectiva do sindicalismo cidadão hegemônico hoje no movimento sindical brasileiro, bem como a estratégia equivocada que defende a conciliação de classes, a conciliação impossível entre o capital e o trabalho.

A pesquisa identificou limitações no processo de reorganização das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil proposta pela CONLUTAS. Destaca a opção em delegar para uma reunião da Coordenação Nacional da CONLUTAS e não para o seu congresso composto por uma representação maior, a tarefa de eleger a Secretaria Executiva Nacional da CONLUTAS, que teria a função central de executar o que fosse deliberado nas reuniões da coordenação nacional realizadas bimestralmente; evidenciando assim o receio do setor político majoritário da Central, dirigido pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), em perder o controle político dessa organização que se propõe a ser sindical e popular com a participação de estudantes. Essa postura estava incompatível com o discurso e a proposta de criar uma nova alternativa para a classe trabalhadora, com novos métodos e novas práticas, pois essa postura não difere muito da postura da Articulação Sindical que sempre hegemonizou politicamente os fóruns internos da CUT, com práticas sindicais pouco construtivas.

Questiona-se também qual o papel político das estudantes e dos estudantes dentro da estrutura deliberativa da CONLUTAS? Por que manteve os setores estudantis com um peso mínimo de 10% dentro dos espaços deliberativos da CONLUTAS, ao invés de constituir uma Central sem a participação efetiva das estudantes e dos estudantes, mas sim um Fórum permanente para além da central que pudesse agrupar as representações estudantis e as representações da classe trabalhadora com o objetivo de debater política e articular a construção de lutas e mobilizações? A presença de setores estudantis dentro da Central não distorceu a representatividade das forças políticas revolucionárias, ou seja, da classe trabalhadora, daquelas e daqueles que cotidianamente vivem apenas de seu trabalho?

Outra contradição também explorada pela pesquisa se refere à concepção expressa pelo setor majoritário da central, de que para a CONLUTAS o seu principal setor (e a principal ferramenta de organização da classe trabalhadora) eram os sindicatos. Esse discurso estava incompatível com a proposta da CONLUTAS de constituir uma Central Sindical e Popular, na perspectiva de respeitar a autonomia, o modo de ser e a cultura dos movimentos populares que integravam esse projeto, não utilizando-os como “*massa*” de trabalhadoras e trabalhadores nas ações políticas da Central. Estava incompatível também com o contexto conjuntural desses últimos anos nos quais as maiores e mais eficazes mobilizações da classe trabalhadora ocorreram por fora dos sindicatos, de sua estrutura burocratizada e atrelada ao Estado, por fora de suas direções políticas burocratizadas distantes da

realidade das trabalhadoras e dos trabalhadores, superando a arcaica estrutura verticalizada que caracteriza a maior parte do movimento sindical no Brasil. O setor majoritário da CONLUTAS incorreu a uma concepção determinista e idealista de que necessariamente, e independentemente das condições concretas de cada conjuntura política, seriam os sindicatos o principal instrumento de organização da classe trabalhadora. Essa concepção se distanciava de uma importante reflexão desenvolvida por Trotsky, quando afirmou que *o sindicato não é um fim em si, mas somente um dos meios ao longo da marcha para a revolução proletária*.³⁶⁴

Durante o desenvolvimento desta pesquisa foi possível detectar um conflito entre a realidade atual do desenvolvimento do capitalismo, que implicou novas formas na estrutura produtiva do capital e em uma nova configuração da classe das/os trabalhadoras/es no Brasil e no mundo, e a concepção política e organizativa defendida pelos setores políticos majoritários no interior da CONLUTAS. Sabidamente, com o desenvolvimento do toyotismo houve uma intensificação na precarização do trabalho, no seu ritmo e em sua forma de funcionamento, o que ampliou significativamente o número de trabalhadoras/es informais, sem carteira assinada e o número de trabalhadoras/es desempregadas/os no Brasil. Além do que, 82% das/os trabalhadoras/es ocupadas/os no Brasil não são sindicalizados. Apesar das reflexões que levam em consideração que o capital é constituído por um ciclo dialético composto pelas esferas da produção, circulação e consumo, e apesar da experiência durante todo esse período de construção da CONLUTAS (referente a organizar, em uma mesma entidade, sindicatos e movimentos populares), a CONLUTAS expressa, seja por meio dos seus documentos ou dos depoimentos de seus dirigentes, que os sindicatos constituem o setor mais importante dessa central e que os operários vinculados diretamente à esfera produtiva representam a fração mais importante da classe das/os trabalhadoras/es no Brasil e no mundo.

Evidência clara dessa concepção pode ser encontrada nas teses defendidas por Almeida (2007) ao afirmar que

“Organizar as lutas dos trabalhadores por meio dos sindicatos foi um pressuposto que adotamos na reorganização dos trabalhadores ocorrida trinta anos atrás, e continua a nossa opção no processo de reorganização atual. A inovação representada pelo esforço de organizarmos em uma mesma entidade nacional, além dos sindicatos, os diversos movimentos populares e sociais não se deve ao abandono da idéia de que os sindicatos continuam sendo fundamentais no processo de organização dos trabalhadores em nosso país. Apesar de todas as suas contradições, é a estas organizações – os sindicatos – que os trabalhadores que estão no mercado formal de trabalho recorrem em massa, quando buscam o caminho da luta em defesa de seus direitos e interesses. (...) Não há mudança na realidade objetiva, até este momento, que nos autorize a acreditar que esta realidade tenha mudado”.

E acrescenta:

“Os sindicatos continuam sendo um dos principais – senão o principal – movimento social existente em nosso país, seja pelo número de trabalhadores aí organizados, seja pelo seu potencial de atuação e força política de intervenção na realidade. Esta constatação não está posta em questão por este texto”.

³⁶⁴ Ver Trotsky [1938 (2008)], p. 23.

Outro membro da Direção Nacional da CONLUTAS, Atnágoras Lopez³⁶⁵, defendendo a mesma concepção de Almeida (2007), afirma que:

“O setor sindical foi preponderante, como continua sendo e como nós acreditamos que continuará sendo por representar a classe trabalhadora. (...) volto pela nossa concepção a afirmar na classe trabalhadora a centralidade da possibilidade da mudança social que agente almeja. Da forma que estou me expressando aqui, eu me refiro aos trabalhadores em geral. Quando falo em sindicatos, do ponto de vista mais ideológico dentro da classe trabalhadora como tal qual ela se apresenta hoje, nós damos ainda a importância significativa e científica da classe trabalhadora industrial. Mas a classe trabalhadora industrial inclusive do ponto de vista do número de entidades, ainda hoje por exemplo, (...) na CONLUTAS, infelizmente ela se quer representa 20% das entidades que hoje compõe a CONLUTAS, que já é algo minoritário da classe trabalhadora brasileira. Então, daquilo que é minoritário, ainda é minoritário dentro dessa minoria, o setor operário industrial. Então teve um papel significativo a classe trabalhadora e suas entidades sindicais no sentido mais amplo, agora desde o primeiro momento o chamado foi feito a todos os setores do movimento popular, sindical como um todo”

As compreensões expressas acima apresentam direta e indiretamente implicações práticas na organização cotidiana da CONLUTAS e das/os trabalhadoras/es no Brasil. Partindo do pressuposto de que o confronto intransponível e fundamental na sociedade atual ocorre entre o capital versus trabalho (Mészáros, 2007); e que nesse sentido entende-se o trabalho enquanto uma totalidade e não representado por uma parcela específica (no caso o operariado fabril), é correto pensar que os sindicatos certamente se constituem ainda hoje como importantes instrumentos para a organização das lutas das/os trabalhadoras/es no Brasil, mas parece arriscado avaliar que, da forma como se organizam e estruturam hoje com seus limites objetivos organizativos, se configuram como os principais agentes de organização das/os mesmas/os, e, muito menos, o instrumento preponderante para a organização das lutas. O crescimento do trabalho informal precarizado; a vigência do desemprego estrutural no Brasil; a intensificação do processo de terceirização nos últimos anos, provocando intensas diferenças salariais e nos ritmos de trabalho dentro de uma mesma empresa; e a queda no índice de sindicalização no Brasil, são elementos importantes que questionam as certezas das teses defendidas por Almeida (2007) e Atnágoras (2009), os quais insistem em defender a antiga tese da centralidade sindical (principais instrumentos para a organização das/os trabalhadoras/es no Brasil) e da centralidade operária (vanguarda no decorrer do processo de transformação social) para a organização das/os trabalhadoras/es no Brasil e, conseqüentemente, para a construção da CONLUTAS³⁶⁶. A CONLUTAS como uma proposta de se configurar como uma

³⁶⁵ Entrevista realizada no dia 19/08/2009, na sede nacional da CONLUTAS, São Paulo – SP. Além de sindicalista, participando como membro da Direção Nacional da CONLUTAS e do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém – PA, Atnágoras Lopes é militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

³⁶⁶ Cabe ressaltar, que o decréscimo do número de greves na primeira década do século XXI, não coloca por si só em xeque a tese da centralidade sindical para a organização das/os trabalhadoras/es no Brasil, defendida por Almeida (2007) e Atnágoras (2009). Todavia, esse elemento não deve ser desconsiderado e apesar dos sindicatos se constituírem hoje como importantes instrumentos de organização das/os trabalhadoras/es, não é prudente afirmar que o sindicato no formato que se encontra hoje (movimento sindical que organiza apenas a sua categoria e não se abre para a organização de desempregadas/os e setores de fora da categoria) é necessariamente o principal instrumento (campo) de organização das/os trabalhadoras/es aqui no Brasil, como afirma Almeida e Atnágoras, com risco de não avançarmos na construção de instrumentos de organização de lutas que

proposta de organizar sindicatos e movimentos populares, não poderia se permitir a reflexão sobre a importância real e concreta que os movimentos populares exerciam naquele período e exercem ainda hoje nas mobilizações contra a lógica da reprodução do capital e na construção coletiva da consciência política e de classe; ao invés de subjugar os movimentos populares aos sindicatos que não conseguem se pautar sequer pela organização por local de trabalho, e muito menos se permitirem a organizar setores de trabalhadoras/es que não se localizam em sua carta de representação sindical?

A constatação de que o capitalismo funciona como um “todo orgânico” e que as suas três esferas atuam em um ciclo dialético permite concluir que outros segmentos da classe das/os trabalhadoras/es (além dos operários fabris) também são capazes de se defrontar centralmente o capital. Dito de outra forma, como o capital não se sustenta apenas pela esfera produtiva; se a esfera da circulação for afetada, em virtude das lutas realizadas pelas/os trabalhadoras/es, o ciclo da reprodução do capital será interrompido, dificultando, num primeiro momento, e impossibilitando, posteriormente, a realização do investimento também na esfera produtiva, prejudicando assim a manutenção da taxa de lucro para o capital. Tal como demonstrou Karl Marx, analisando o sistema capitalista de forma dialética, entende-se que, para o funcionamento regular do ciclo do capital, se é verdade que com a ausência de produção não há consumo, o inverso também é verdadeiro, ou seja, com a ausência do consumo não há sustentabilidade para o sistema manter o seu ritmo de produção³⁶⁷. Assim, Marx (1974) afirma que:

“O próprio ato de produção é, portanto, em todos os seus momentos, também um ato de consumo... A produção considerada como imediatamente idêntica ao consumo, e o consumo como coincidindo de maneira imediata com a produção, é o que chamam de consumo produtivo”.

E sobre a esfera da circulação, que compreende a troca e a distribuição, Marx (1974) afirma que:

“Em sua concepção mais banal, a distribuição aparece como distribuição de produtos, mais alijada da produção e, podemos dizer, independente dessa. Mas antes de ser distribuição de produtos é: 1) distribuição de instrumentos de produção, e 2) o que é outra determinação da mesma relação, distribuição dos membros da sociedade entre os diferentes gêneros de produção. (Subordinação dos indivíduos a relações determinadas.) A

corresponda aos desafios impostos pela nova estrutura produtiva do capital. A hipótese é que os sindicatos, atuando organicamente na organização de setores para além de sua representação cartorial e atuando na organização por local de trabalho, se configurará como o principal instrumento de mobilização da classe trabalhadora. Mas parece inapropriado pensar o sindicato como se encontra hoje hegemonicamente, incapaz de organizar o conjunto da classe trabalhadora, como o principal setor de organização das/os trabalhadoras/os.

³⁶⁷ A consideração de que a esfera produtiva é preponderante no ciclo do capital, não implica entender que as/os trabalhadoras/es operários fabris, que realizam trabalho material produtivo, constituem a fração central e mais importante da classe trabalhadora no processo revolucionário. Entendemos que de nada adianta criar uma mercadoria e gerar mais valia, se essa mercadoria não sair da fábrica, e se o capital não for valorizado. Marx demonstra que há no interior da esfera da circulação, a realização de trabalho imaterial improdutivo (que não produz mais-valia); mas que é complementar à produção, pois viabiliza a realização de mais-valia completando o ciclo de valorização do capital. Além disso, no desenvolvimento de sua análise sobre o funcionamento do sistema capitalista, Marx demonstra que algumas formas de trabalho imaterial também geram mais-valia (setores de transportes e comunicações). Então não entendemos o motivo em considerar as/os trabalhadoras/es imateriais produtivos ou improdutivos, como menos importantes do que as/os trabalhadoras/es materiais produtivos. Ver Marx (2006), Livro 2 – Capítulos 1 e 6.

distribuição de produtos não é, manifestamente, senão o resultado desta distribuição, que se acha incluída no próprio processo de produção, e determina a estrutura da produção. Considerar a produção sem levar em conta esta distribuição, que se acha incluída nela, é manifestamente uma abstração vazia, enquanto, pelo contrário, a distribuição de produtos se acha implícita nesta distribuição, que constitui em sua origem um momento da própria produção”.

Portanto, a reestruturação produtiva que ocorreu nos marcos do toyotismo, com os seus impactos objetivos e subjetivos para o conjunto das/os trabalhadoras/es no Brasil e no mundo, bem como a concepção baseada na totalidade do trabalho como antagonista ao capital e a visualização do funcionamento do sistema do capital como um ciclo dialético demonstram uma incoerência teórica presente na construção da CONLUTAS que desencadeará implicações práticas e concretas no que se refere à estratégia e concepção de construção, organização e funcionamento da entidade. Assim, paradoxalmente, apesar de se apresentar com uma nova proposta de organização sindical e popular, a CONLUTAS poderá manter na essência uma antiga concepção teórica que demonstra uma incapacidade em organizar os diversos setores e segmentos da classe trabalhadora que estão fora das relações formais de trabalho, em especial, da produção.

Considerando a conjuntura política brasileira desses últimos 15 anos, não há razão para se considerar uma fração da classe trabalhadora (setor operário fabril) superior a qualquer outra fração dessa mesma classe dentro de uma organização como a CONLUTAS, que se propõe de forma inédita na História do movimento das/os trabalhadoras/es no Brasil, organizar em um mesmo espaço, as/os trabalhadoras/es sindicalizadas/os, as/os trabalhadoras/es informais, as/os desempregadas/os e as/os provenientes dos movimentos populares. Se a experiência dos últimos 30 anos tem revelado que, em plena reestruturação toyotista da esfera produtiva do capital no Brasil, os sindicatos não conseguiram corresponder organizativamente às necessidades dos desempregados, das/os trabalhadoras/es informais, das/os trabalhadoras/es temporárias/os; se, nesse período, a maioria dos sindicatos não conseguiu contribuir para a organização das/dos trabalhadoras/es terceirizadas/os; se, portanto, essas entidades representativas não conseguem ser eficazes na organização dos inúmeros setores fragmentados da classe trabalhadora; como considerar, então, os sindicatos (na condição que se estruturam hoje) como o principal instrumento de luta hoje no Brasil? Qual o sentido em se reafirmar a tese que considera como central, para a organização das lutas, o setor operário e sindical? Mais do que isso, como conciliar essas teses com a proposta da CONLUTAS em ser uma Central Sindical e Popular?³⁶⁸ Além de ser difícil encontrar respostas plausíveis para essas indagações, cabe ressaltar, ainda, que no período atual, em que o movimento das/os trabalhadoras/es no Brasil luta pela manutenção dos direitos sociais adquiridos no decorrer do século XX, os desempregados, as/os trabalhadoras/es informais, temporárias/os, part-time, constituem também (em conjunto com os outros setores do proletariado brasileiro) um amplo setor da população hoje no país, que diante a condição de miserabilidade, das precárias condições de vida e de trabalho, não possuem nada a perder, há não ser os seus próprios grilhões que os mantém nessa precária realidade.

A pesquisa realizada demonstra que a CONLUTAS apresentou de forma concreta propostas que rompem com as práticas, estratégias e métodos adotados pelo movimento das/os trabalhadoras/es no Brasil nos últimos 20 anos, e além de evidenciar a proposta do sindicalismo classista há anos abandonado pela CUT, a

³⁶⁸ Essa experiência da CONLUTAS ainda continua viva e presente através da Central Sindical e Popular – CONLUTAS (CSP-CONLUTAS), constituída em Junho de 2010.

CONLUTAS (denominada desde Junho de 2010, de CSP CONLUTAS) se propõe a construir de forma inédita no Brasil, um novo modelo de organização para as/os trabalhadoras/es. Mas, essas propostas e essa tentativa são caracterizadas por inúmeras contradições. Muitos elementos indicam que as experiências e as práticas construídas nos últimos 20 anos pelo movimento sindical vinculado especialmente à CUT ainda estão presentes no cotidiano e nas concepções de vários agentes que integram as entidades sindicais de base que hoje se dispõe a construir a CSP CONLUTAS. Como é próprio dos processos históricos que conhecemos, o momento da história política e social do Brasil, caracterizada pelo surgimento da CONLUTAS no campo da organização do movimento das/os trabalhadoras/es, também está marcado por inúmeras contradições, por rupturas e continuidades, explicitadas apenas parcialmente nessa breve pesquisa, mas que se fazem presentes, com maior ou menor intensidade, nas estratégias, concepções, metodologias e ações práticas, nos diferentes momentos dessa ainda curta experiência de construção da CONLUTAS (hoje CSP CONLUTAS), como nova proposta para organização do conjunto das/os trabalhadoras/es no Brasil.

Além disso, de forma contraditória com a realidade do mundo do trabalho, do processo de luta de classes, o campo majoritário da CONLUTAS também expressava uma curiosa e equivocada concepção de que o principal setor a ser organizado pela CONLUTAS era o setor operário fabril, e que a tarefa a ser priorizada pela CONLUTAS seria a de ampliar a sua inserção na organização dessa fração da classe trabalhadora, porque nessa concepção é necessariamente esse o setor de vanguarda de qualquer processo revolucionário que se proponha a superar o capitalismo. A pesquisa confronta de forma direta e radical contra mais essa premissa determinista, e buscou expressar outra compreensão sobre classe trabalhadora e seu potencial revolucionário, que leva em consideração de forma dialética a totalidade do trabalho na luta contra o capital. Pois, a não superação dessas concepções apresentará efeitos concretos e práticos no processo das organizações das lutas sociais que incidirá na dinâmica do processo de luta de classes, uma vez que a realidade demonstra que um dos maiores desafios para o movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores, nesse século XXI, é a constituição de organizações amplas que englobem as trabalhadoras e os trabalhadores formais, informais, terceirizadas/os, temporárias/os, subcontratadas/os e desempregadas/os, fortalecendo a luta em defesa de direitos sociais e trabalhistas, contra a precarização do trabalho e pela transformação da lógica social vigente.

Embora a experiência proposta pela CONLUTAS tenha apresentado avanços práticos, possibilidades e hipóteses para possíveis novas formas de organização política das trabalhadoras e dos trabalhadores, ainda há muito no que se avançar na organização política para a construção de estratégias de lutas que sejam capazes de afetar intensamente o funcionamento do capital.

Essa pesquisa aponta também, a alguns indícios analíticos que não são consensuais ou hegemônicos tanto no campo acadêmico quanto no campo da organização prática das lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores, por inúmeros motivos; em especial devido à temporalidade histórica muito recente. Diante do fato de que o processo de rompimento dos sindicatos com a CUT, bem como o surgimento da CONLUTAS representou uma expressão social minoritária no interior do movimento da classe trabalhadora no Brasil, e que isso ocorreu em um período que não foi (e não é ainda) caracterizado pelo ascenso das lutas sociais; a pesquisa apresenta a avaliação de iniciou a partir de 2004 no Brasil, uma nova etapa no processo de organização do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, mas que, por ora, dificilmente é possível precisar a sua longevidade. Nesse

sentido, a CONLUTAS com sua proposta de organização, composição e funcionamento, se configurou como uma experiência inédita na história do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, dentro de um processo de reorganização que até o momento se encontra aberto e imprevisível, com a classe trabalhadora se deparando no Brasil com diversas organizações fragmentadas.

Portanto, diante das transformações na estrutura produtiva do capital e seus impactos na configuração da classe trabalhadora, o surgimento de uma Central Sindical e Popular, como a CONLUTAS, apesar de todas as limitações práticas e teóricas já exploradas pela pesquisa, pode ser referência em alguns aspectos e concepções para que em um futuro próximo, se constitua um novo instrumento de organização da *totalidade do trabalho, de todas e todos que sobrevivem com a venda de sua força de trabalho*, que vivem nesse país. As trabalhadoras e os trabalhadores se deparam nesse momento com o início de uma nova etapa no processo de organização da classe trabalhadora no Brasil, em meio ao refluxo das lutas sociais no Brasil e o avanço de uma contra-revolução burguesa a partir de 2016 que colocou o conjunto da classe trabalhadora em uma condição defensiva. A combinação desses elementos dificultam o vislumbre com nitidez de todos os possíveis (des) caminhos nesse futuro próximo para a organização das lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores nesse país.

Por fim, nunca é demais ressaltar que o futuro é um espaço aberto de possibilidades, de modo que o aprofundamento das reflexões desse processo histórico ainda em curso, refutando ou avançando as hipóteses apresentadas de forma mais profunda na pesquisa e de modo mais sintético nesse texto, pode no futuro breve contribuir para o fortalecimento das lutas coletivas da classe trabalhadora no Brasil em busca de uma nova sociabilidade antagônica a essa vigente imposta pela lógica capitalista.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007

FONTANA, Josep. Em busca de novos caminhos. **A História dos Homens**. Bauru/SP: Edusc, 2004, pp. 471-490.

GUIMARÃES JÚNIOR, Mário Costa de Paiva. **CONLUTAS: Uma nova proposta para a organização dos trabalhadores no Brasil?** Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de História, 2010. Orientador: Antônio de Almeida.

GUIMARÃES JÚNIOR, Mário Costa de Paiva. **O surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) frente ao processo de resistências e adaptações do movimento sindical no Brasil à lógica do capital**. - Dissertação (Mestrado).- Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de História. Uberlândia, MG - BR, 2016. Orientadora: Maria Andrea Angelotti Carmo. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18081/1/SurgimentoCoordenacaoNacional.pdf>>. Acesso em: 21/04/2020.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “Depois de aprender com a história, o que fazer com o passado agora? In: **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARUJO, Valdeci Lopes de. (Orgs.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. O Sentido do Passado. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARX, Karl. **Introdução à contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. v. XXXV, p. 280-287. (Coleção Os Pensadores)

_____. **O Capital**: Crítica à economia política: Livro II. 11. ed. – Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O manifesto comunista 150 anos depois**: Karl Marx, Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARQUES, M. I. M. Relação Estado e MST: algumas fases e faces. **Lutas & Resistências**. Londrina, v.1, p.184-196, set. 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aedicao/lr184-196.pdf> (Acesso realizado em 15 de maio de 2021)

TROTSKY, Leon. **O Programa de Transição para a Revolução Socialista**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, [1938 (2008)].

Outros Documentos

Sítio Eletrônico – <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/11866> (Acesso realizado em 25/11/2016).

Sítio Eletrônico da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – <http://cut.org.br/noticias/cut-e-a-maior-92cf/> (Acesso realizado em 25/11/2016).

AS PROFETIZAS DO CRIPTOJUDAÍSMO NA BAHIA COLONIAL

Pedro Paulo Jacomo da Silva Junior ³⁶⁹

Resumo: O artigo tem por objetivo explicar sobre a criação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal e sua respectiva atuação no Brasil colonial a partir de 1591, dando ênfase ao Judaísmo que fora praticado em segredo por muitos anos numa tentativa de fazer a religião resistir da forma possível e dentro das limitações impostas devido às perseguições aos chamados cristãos-novos. O enfoque principal é a atuação das mulheres judias, chamadas também de profetizas da religião judaica e a maneira com que as mesmas assumiram lugar de propagadoras do criptojudaísmo na Bahia colonial.

Palavras-chave: Criptojudaísmo; Inquisição; Bahia colonial; feminino.

A Inquisição fora efetivamente criada em Portugal no ano de 1536, mas é em 1591 que chega ao Brasil o primeiro visitador do Tribunal da Inquisição, muitos já haviam sido penitenciados pelos Tribunais mundo afora, uma vez que a ação inquisitorial se deu em outras colônias, passando pela Índia, pela África até chegar à América do Sul.

A Inquisição continha certas modificações quando falamos em territórios diferentes. O termo Inquisições é utilizado para explicar a diferenciação das ações em um lugar e outro, muito embora a instituição seja a mesma, os tribunais eram diferentes. Cabe também realizar considerações relativas à questão temporal da Inquisição, que por vezes é muito associada ao contexto social e cultural da Idade Média, mas que fora capaz de atravessar do século XIII ao século XIX, lembrando que não somente agia na Europa, como também em seus domínios coloniais.

O apogeu da Inquisição é evidenciado na Espanha e em Portugal. O tribunal medieval perpassa épocas e chega até a Idade Moderna, tais países eram considerados tolerantes e aceitavam a coexistência de religiões judaicas, árabes, de grupos étnicos e religiosos difusos. Porém, no ano de 1492, estoura na Espanha o antissemitismo (aversão aos judeus, relativo ao ocorrido no Holocausto) em sua forma mais cruel e os reis católicos espanhóis passam a exigir a expulsão ou conversão do povo judeu. No ano de 1496 o mesmo fato se repete, mas desta vez em Portugal, onde D. Manuel assina um decreto de expulsão dos judeus, que tinham também a opção de se converter ao catolicismo.

Dom Manuel, que no século XV era o rei de Portugal, desejava casar-se com a filha dos reis da Espanha. Em troca da realização do matrimônio, o rei Fernando II de Aragão e a rainha Isabel de Castela da Espanha exigiram que o rei português expulsasse de suas terras todos aqueles considerados infiéis. Dom Manuel cede e aceitando a condição promulga uma lei que dizia que aqueles que não fossem convertidos ao cristianismo deveriam sair de Portugal. É possível perceber então que a união entre os reinos fora a motivação do ato, além do fervor religioso do rei e da rainha da Espanha, que eram considerados cristãos muito engajados com o catolicismo.

Em Portugal, os judeus ocupavam bairros chamados de judarias e na Espanha os locais conhecidos por abrigar a população judia chamava-se aljamas. Durante muito tempo nestes reinos as diferenças religiosas não eram entendidas como um perigo, sendo possível até mesmo falar em certa civilidade quando na

³⁶⁹ Licenciado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e pós-graduando em História do Brasil.

coexistência de diferentes credos. Foi a centralização do poder no século XV, a responsável por fazer cair as paredes das judarias e aljamas, uma vez que aos poucos ia sendo hasteada a bandeira de um só território, que a partir deste momento deveria ser unificado: em uma só lei, em uma só religião.

No maior rol dos sentenciados é possível perceber que tais hereges eram em grande parte cristãos-novos (o termo se refere aos judeus recém-convertidos à religião católica). No Brasil, Bahia e Pernambuco foram os locais que mais abrigaram os judeus que fugiam da Inquisição na Europa, as ações e a expansão do Nordeste açucareiro aliado a forte presença dos cristãos-novos explicam a concentração inquisitorial primária em tais locais.

Os primeiros Autos-de-fé (espécie de ritual ou cerimônia pública a qual se submetiam moradores e hereges) que ocorreram precisamente na Bahia, quando após a visitação do primeiro inquisidor chamado Heitor Furtado de Mendonça. Após o auto ficava toda a população da Bahia obrigada “[...] a curvar-se diante do representante da Santa Inquisição e da Bula Papal [...]”,³⁷⁰ eles ainda deveriam prometer obediência e empenho na perseguição de todos os desvios contrários à Igreja Católica, cabe também descrever que não era unicamente a heresia judaica a preocupação do Tribunal, mas também bigamia, luteranismo, feitiçaria, pactos com o demônio e outras proposições consideradas como heréticas.

A Bahia é considerada um dos grandes focos da ação criptojudáica na colônia, sendo Salvador a primeira capital do Brasil colonial, fora sede do governo e importante zona de produção açucareira, recebia constantemente grande número de cristãos-novos, portugueses e fugitivos da Inquisição desde o século XVI, sua população era constituída de portugueses, escravos africanos, mamelucos e indígenas.

Além da vultuosa produção de açúcar, em específico do século XVI, existia também a fumagueira (o tabaco) que se consolidaria no século XVII, ambas encabeçavam as exportações e tais produções se assentavam na base do trabalho escravista, a cidade de Salvador dependia e muito daquilo que era produzido no recôncavo e nos sertões e jamais alcançaria tamanho destaque senão através dessas localidades.

Assim como na Península Ibérica, no Brasil Colonial dos séculos XVI e XVII foi possível encontrar pluralidade religiosa, havendo coexistência entre a religião católica, as de matriz africana, crenças indígenas e também judaicas, Laura de Mello e Souza evidencia esta variedade de religiões em sua obra *O diabo e a Terra de Santa Cruz* denominando tal pluralidade como “[...] religião sincrética e especificamente colonial [...]”.³⁷¹

Na época da primeira Visitação, encabeçada por Heitor Furtado de Mendonça, residia o maior índice demográfico da colônia, uma população formada por portugueses, cristãos-novos e cristãos-velhos, escravizados africanos e indígenas. Era a Terra de Santa Cruz (como era chamado o Brasil no passado) um local muito propício ao sincretismo religioso, sendo segundo cronistas e viajantes até $\frac{3}{4}$ desta população constituída por cristãos-novos.

Heitor Furtado de Mendonça, o primeiro visitador devia ser um homem entre trinta e quarenta anos de idade quando recebeu a incumbência de sua missão inquisitorial. Antes mesmo de ser designado como um licenciado da Inquisição já desempenhava funções importantes junto a Coroa, fora Desembargador real e Capelão do rei, homem de foro nobre, passou por nada mais que dezesseis investigações de limpeza de sangue para que enfim se habilitasse para o cargo da

³⁷⁰ MOTT, Luiz. **Bahia: inquisição & sociedade** - Salvador: EDUFBA, 2010. p.22.

³⁷¹ SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 97.

Inquisição. Era comum que o Santo Ofício na época zelasse para que os funcionários não tivessem a nódoa de sangue infecto, de judeu, nem de negro, mouro ou indígena.

Embora estivesse Heitor Furtado muito bem orientado e sabendo como agir, estava apenas autorizado a processar desvios de fé menos graves, como os de bigamia, sodomia e blasfêmias, mas no que diz respeito a desvios religiosos contra o Catolicismo, sua função era apenas de instruir processos, coletar informações e averiguar os fatos, sendo em alguns casos necessário enviar presos para Lisboa, junto das documentações reunidas para que a heresia fosse de fato tratada lá, é neste segundo segmento que se encaixam os cristãos-novos que seriam acusados de heresia judaica.

Adiante será apresentado o caso da judia Ana Rodrigues, a mesma fora enviada para Lisboa, num exemplo claro de como a ação de Heitor Furtado era em momentos demasiado limitada e de como poderia ser o desfecho dos indivíduos levados para o julgamento lisboeta em Portugal.

Anteriormente à primeira Visitação, alguns elementos eram capazes de amenizar conflitos entre os cristãos-novos e velhos e os demais habitantes do nordeste, tais conflitos iriam se intensificar com a crescente instauração do aparato inquisitorial no Brasil, fato que ocorrera aos poucos, como elemento que ajudava para diminuir contendas e litígios estava a distância entre colônia e metrópole, sendo possível descrever que após virem para a Terra de Santa Cruz fugidos da Inquisição na Espanha, por exemplo, o Brasil tornava-se terra fértil para o desenvolvimento do criptojudaísmo, Angelo Adriano Faria de Assis em *A Inquisição no Brasil Colonial e a perseguição às famílias judaizantes* relata que “[...] o ambiente era inicialmente propício para manifestações de fé dos antepassados judeus [...]”.³⁷²

Ainda em Portugal, os judeus eram obrigados a ter sua conversão forçada ao catolicismo. É possível perceber que mesmo após a suposta conversão compulsória e de caráter obrigatório, na qual os hábitos e as tradições deveriam então vir a ser corrigidos, o que ocorria era o fato de até mesmo após terem inclusive seus nomes modificados (os nomes originais de muitos judeus eram alterados e associados a nomes cristãos) e receberem o batismo segundo preceitos católicos muitos ainda praticavam na clandestinidade os seus ritos e suas antigas tradições.

Antes mesmo de o aparato inquisidor transpor-se para o Brasil, o criptojudaísmo (judaísmo praticado em segredo) já se instalara na colônia. Além da questão ligada ao fato de judaizar, as mulheres dentro da colônia e que estavam associadas na propagação do criptojudaísmo já tinham tradicionalmente a função de formar os filhos dentro dos preceitos ligados à religião judaica, em tempos inquisitoriais elas ganhavam ainda mais destaque:

[...] na orientação da profissão de fé de seus familiares dentro da colônia, devido às proibições vigentes que emanavam do mundo português, a religião judaica que em sua tradição possui uma tradição matrilinear, eram elas responsáveis pelos primeiros contatos dos filhos com a religião e pela continuidade dos ensinamentos.³⁷³

O criptojudaísmo feminino (o que se caracteriza por ser praticado por mulheres) revela as inúmeras acusações direcionadas às mulheres por parte do

³⁷² ASSIS, Angelo Adriano Faria. **A Inquisição no Brasil colonial e a perseguição às famílias judaizantes**. Memória & História. ANPUH- Associação Nacional de História/Núcleo Regional de Pernambuco, 2004. p. 2.

³⁷³ NOVINSK, Anita; LEVY, Daniela., RIBEIRO, Eneida; GORENSTEIN, Lina. **Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história** – São Paulo: Planeta do Brasil, 2015. p. 111.

Tribunal, tanto pelo fato de ser acusadas de judaizar, quanto pela posição imposta a elas dentro da religião judaica, uma vez que eram as responsáveis pela transmissão do judaísmo aos seus descendentes. Era no cotidiano e em meio às perseguições como sobrevivia o Judaísmo, no lar, onde a ausência dos homens, envolvidos em negócios ou viagens, numa época em que as distâncias não eram vencidas em prazo curto e as longas ausências eram uma constante. Caberia às mulheres não apenas o comando e os cuidados cotidianos com a casa e a educação dos filhos, ensinando-lhes as primeiras letras, mas ainda as lições sobre a história dos antepassados, divulgando a memória da antiga fé, os cuidados que deveriam ter para não serem apontados como judaizantes perante a Santa Inquisição, as orações e ensinamentos da tradição hebraica. Tudo feito, em grande parte, através da transmissão oral e das celebrações cotidianas.

A respeito da função do feminino dentro do judaísmo, mais precisamente do criptojudaísmo, mulheres são descritas como uma ameaça à continuidade do catolicismo, devido ser as responsáveis por transmitir a religião, aqui repousa mais uma motivação que vai além da questão de judaizar ou não, as mulheres eram vistas como as propagadoras e fomentadoras do criptojudaísmo na colônia, as perseguições então assumem um papel que vai além da questão judaizante, pauta-se também no viés entre as mulheres e a transmissão dos costumes judaicos.

No artigo *Uma Israel possível na Bahia colonial: sobre mulheres e resistência judaica em tempos de perseguição*³⁷⁴, o autor Angelo Adriano Faria de Assis relata costumes e ações das chamadas mulheres-rabi, termo que designa aquelas que podem ser consideradas um rabino, mas em versão feminina, o artigo também relata pormenores do Shabat, dia em que os judeus tiram para o descanso, na obra há referências de como tal dia era preservado (mesmo em tempos considerados de perseguição), aqui também podemos perceber mais uma vez como a transmissão do judaísmo para seus descendentes era uma função feminina.

Durante os 285 anos de ação do Tribunal na colônia, as fontes apontam que 1076 pessoas foram presas, sendo a maioria dos condenados do sexo masculino. *“Entre as mulheres, foram processadas 298, que representaram 27,7% do total de prisioneiros.”*³⁷⁵

As inúmeras práticas judaicas que se davam de forma secreta acontecia na tentativa de manter os ensinamentos e os ritos da religião, alguns destes costumes resistiram e foram incorporados à realidade na colônia, dentre eles se destacam: cerimônias religiosas fúnebres judaicas, preparação de alimentos típicos, comemoração da Páscoa, proibições alimentares, jejuns, bênçãos e orações da crença dos judeus, desprezo aos simbolismos da Igreja Católica e a leitura da Torah (manual para os judeus, onde se elencava a história do povo judeu desde a criação do mundo até sua ida para Israel).

Em grande parte da documentação sobre confissões e denúncias da primeira visitação é possível encontrar uma grande quantidade e diversidade de crimes e comportamentos heréticos, mas o que chama atenção é o expressivo número de casos envolvendo judaísmo e mais, envolvendo mulheres praticando comportamentos judaizantes em esnogas (sinagogas clandestinas na época do Brasil colônia), nestes elementos é possível perceber a importância que era destinada às mulheres para as tentativas de sobrevivência das leis de Moisés.

³⁷⁴ ASSIS, Angelo Adriano Faria. **Uma Israel possível na Bahia colonial: sobre mulheres e resistência judaica em tempos de perseguição**. Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 7, n. 12, mar. 2013. p. 7 – 10.

⁷ NOVINSK, Anita; LEVY, Daniela.; RIBEIRO, Eneida; GORENSTEIN, Lina. **Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história** – São Paulo: Planeta do Brasil, 2015. p. 147.

A heresia judaica ou o criptojudáismo sendo no Brasil o foco das perseguições do Santo Ofício, cabia aos inquisidores o entendimento sobre o fato do herege praticar ou não o hebraísmo em segredo. Por muitas vezes é possível perceber a manipulação por parte da Igreja na tentativa de forjar confissões e prejudicar denunciados, uma testemunha importante vem de dentro da própria Igreja Católica, um jesuíta, o padre Antônio Vieira, afirmou que os processos eram forjados e as confissões duvidosas, através de correspondências oficiais e até mesmo particulares mostrava que a Igreja, matava homens e mulheres inocentes. Houve ainda cristãos-novos que se tornaram descrentes de qualquer religião, mas que mesmo assim eram rotulados como não crentes em Deus e que morreram sendo inocentes, não tendo nunca judaizado, como dizia o Padre Antônio Vieira.

Muito do Judaísmo tradicional acabara por se perder em meio à vinda dos judeus para o Brasil, perdia-se também devido ao fato de a religião precisar ser praticada de maneira mais simples e que fosse capaz de afastar olhares e o conhecimento de demais moradores da colônia, ainda sobre estes modos era um Judaísmo “[...] calcado na profissão da fé herdada dos antepassados, mostrava-se, na realidade, uma releitura particular do judaísmo possível dentro das interdições, limitações, regionalismos e implicações que cercavam seus praticantes”.³⁷⁶

Tradicionalmente, cabia aos homens a prática e as posições de destaque na profissão de fé judaica, já mesmo em Portugal e antes da vinda dos judeus para o Brasil após as proibições das sinagogas e leituras de textos judeus é quando passa-se a praticar a lei de Moisés dentro das casas, na tentativa de esconder o hebraísmo e já nestes momentos na metrópole é quando as mulheres passam a ganhar destaque, uma vez que anteriormente às perseguições eram incumbidas de pequenas participações como acender as candeias e preparar o pão, tudo começou realmente dentro dos lares, com ensinamentos direcionados aos filhos com lições e memórias de seus antepassados, isso torna a ocorrer então no Brasil.

Em dados momentos, na tentativa de driblar a Inquisição e também de tentar fazer resistir a antiga fé dos cristãos-novos, algumas celebrações de menor importância dentro dos costumes judaicos se ressignificavam e ganhavam centralidade na prática criptojudáica, que é o caso da Oração de Ester, que anteriormente era vista como uma prática secundária dentro dos costumes judeus.

É algo bastante significativo o fato da heroína dos cristãos-novos na Bahia ser uma mulher que é o caso de Ester (rainha judia que escondia suas origens de seu marido, vivendo assim como os criptojudeus) e de uma releitura da religião ser influenciada pela figura feminina em meio à tentativa de resistência da cultura dos neoconvertidos.

A questão de Ester é muito importante, e a de Moisés também, pois a partir deles entendemos certo sincretismo que se criou na necessidade de fazer resistir as origens e os ensinamentos judaicos, Moisés era Deus e Cristo e Ester era Nossa Senhora, mãe de Moisés e mãe de Deus, era a Santa Ester. Desde o começo do século XVI havia criptojudeus que cultuavam Moisés e Ester como santos criptojudeus, as duas figuras importantes para os cristãos-novos tornaram-se elemento sincrético, pois ambos eram considerados muito valiosos para seu povo.

Não somente na Bahia foram denunciadas mulheres acusadas de transitar entre a fé judaica e a cristã, em outros locais também é possível encontrar vestígios em documentos dos relatos direcionados a elas, as denúncias ocorriam também no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, na Paraíba, no Pará e também no Maranhão.

⁸ ASSIS, Angelo Adriano Faria. **A Inquisição no Brasil colonial e a perseguição às famílias judaizantes**. Memória História. ANPUH- Associação Nacional de História/Núcleo Regional de Pernambuco, 2004. p. 2.

Um caso em especial deve ser mencionado, o de Ana Rodrigues, que com seu esposo Heitor Antunes chegou ao Brasil por volta de 1557, junto deles, Mem de Sá que veio para figurar como governador geral na Bahia colonial logo passa a confiar em Heitor Antunes (marido de Ana) que além de ajudá-lo na construção de seu engenho, dá a ele a incumbência de coletar impostos oriundos do açúcar na região chamada Matoim, localizada no recôncavo baiano.

Aqui, eles buscavam uma nova forma para continuar suas vidas, uma vez que as perseguições ocorridas em Portugal foram motivação de sua transferência para terras brasileiras, seus anseios eram de crescer além da mácula imposta a eles, pelo seu sangue e por suas origens, procurando assim uma nova terra onde poderiam trabalhar cultivando e comercializando.

O casal possuía várias filhas, e elas também foram muito importantes para que a família Antunes-Rodrigues pudesse ser prestigiada e de certa forma aceita em meio aos cristãos-velhos e a sociedade baiana, o matrimônio das mulheres da família com os cristãos-velhos foi a maneira encontrada para engrandecer o apreço a eles.

Os casamentos eram realizados com componentes importantes e de grande estirpe da Bahia colonial, fato que ocorria também com outras famílias de cristãos-novos quando buscavam estreitar os laços familiares e as relações na colônia, uma forma de se encaixar mais facilmente dentro da sociedade baiana.

Os Antunes foram denunciados inúmeras vezes durante a primeira visitação ocorrida na Bahia, embora Heitor Antunes já estivesse morto nas primeiras investigações realizadas. As acusações recaíam também sobre as netas e bisnetas do casal: Ana, esposa de Nicolau, Maria Lopes, Beatris Antunes, Antonia D'Oliveira, mas a principal acusada era Ana Rodrigues, a matriarca responsável por dar continuidade às práticas em segredo da lei de Moisés. Fato curioso é que a morte de Heitor fora para muitos vizinhos a confirmação do criptojudaísmo realizado, pois a viúva após a morte de seu esposo parou de comer à mesa, jogava água para fora da casa, não ingeria mais carne, chorava orando no chão, erguia e abaixava a cabeça por várias vezes em suas preces, atos que eram considerados hábitos judaicos.

Furtado estava convicto de que as mulheres da família Rodrigues eram judias escondidas. Lianor, filha de Ana Rodrigues trouxe comentários acerca da educação recebida pela mãe:

E perguntada quem lhe ensinou botar água fora quando lhe morriam em casa, respondeu que sua mãe Ana Rodrigues lho ensinou, dizendo que lho ensinara uma sua comadre, Inês Rodrigues, cristã velha, na Sertã, em Portugal, sem lhe declarar que era cerimônia judaica. E que a dita sua mãe lhe ensinou também que não comesse carne os ditos oito dias de nojo da morte de sua filha, que lhe ensinara aquilo a dita sua comadre, e que também ouviu à dita sua mãe o dito modo de jurar pelo mundo que tem a alma de seu pai, e a outras muitas pessoas que não lhe lembram os nomes, e que por isso ela usava também do dito modo de jurar, sem nenhuma ruim intenção. [...] Perguntada se viu a dita sua mãe fazer ou dizer outras algumas coisas contra nossa Santa Fé Católica, respondeu que nunca lhes viu fazer nem dizer outras coisas mais do que dito tem. Perguntada se no tempo que sua mãe esteve doente e se na sua doença lhe viu fazer ou ouviu dizer alguma coisa contra nossa santa fé católica, respondeu que nunca lhe viu fazer nem dizer tal, mas que lhe lembra que esteve doida e falava muitos desatinos, e que lhe lembra que quando seu pai morreu, a dita sua mãe, por nojo da sua morte, não comeu carne oito dias pela razão sobredita de lho ter ensinado sua comadre.³⁷⁷

⁹ VAINFAS, Ronaldo. **Confissões da Bahia** (1591-92) [Confissão de Lianor Muniz, 01 de fevereiro de 1592] São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 183.

A esnoga construída em Matoim, próxima da residência dos Antunes seria a mais conhecida da Bahia (erguida numa casinha próxima à residência oficial da família), um local para reunião de vários judaizantes secretos e que diziam funcionar por mais de 30 anos antes da chegada do primeiro visitador Heitor Furtado, onde antes de morrer era Heitor Antunes (marido de Ana Rodrigues) que tinha a fama de ser um rabino legítimo e de presidir as celebrações criptojudaicas.

A relação de Ana com o criptojudaísmo data antes mesmo de sua vinda para o Brasil. Vivendo em Portugal e em meio à perseguição aos judeus, a mulher já desempenhava funções de profetiza. No lar, era possível perceber que era responsável por preparar alimentos, celebrar dias segundo o calendário judaico, realizar jejuns e bênçãos judaicas, transmitindo assim a seus descendentes a lei de Moisés.

Na esnoga, a maneira com que se praticava em segredo o judaísmo acontecia da forma possível. Ressalta-se que não eram realizados os costumes em sua forma original e antepassada, pois não era possível utilizar a Torá, esta era substituída então pelo Velho Testamento e na impossibilidade de existir os verdadeiros rabinos que guiavam a religião, a mulher exercia então o poder de conhecedora da sabedoria, onde era desta forma a maneira como se reunia e acalantava a família e os amigos.

Apesar de toda a tentativa de esconder seu judaísmo, Ana era conhecida por escarnecer o Cristianismo, evitando contato com objetos religiosos, como quando adoeceu gravemente e ordenou para que sua filha Beatriz retirasse um crucifixo de perto dela. Teria sido ordenada pelas filhas que não se comportasse de tal maneira, pois eram casadas com homens cristãos e precisavam manter suas honras. Quando recuperada de seus rompantes trazidos pela idade avançada, ia a Igreja glorificar à Virgem Maria e incentivava as filhas a fazerem o mesmo. No conforto da família, Ana Rodrigues procurou, segundo Angelo Assis:

[...] manter práticas e rituais judaizantes no lar, como a preparação de alimentos cerimoniais, celebrações do calendário judaico tradicional, realização de jejuns, bênçãos e orações judaicas. As denúncias apontavam para a ocorrência de manifestações judaicas no seio da família desde os primórdios da presença do núcleo familiar na Bahia.³⁷⁸

Em 1 de Fevereiro de 1592, Ana Rodrigues comparece à mesa inquisitorial para relatar sobre as denúncias diversas que emanaram e que tinham seu nome como principal pessoa da família Antunes-Rodrigues na prática criptojudaica, disse ser cristã nova, de oitenta anos, viúva de Heitor Antunes, nascida em Covilhã (Portugal) e filha de Violante Lopes e Diogo Dias (já falecidos), as acusações variavam desde não comer determinados tipos de comida, até lançar bênçãos sobre seus netos aos modos judaicos, a octogenária se defendia dizendo que aprendera os costumes com uma parteira de nome Inês Rodrigues.

Perguntada se ensinou às filhas cerimônias judaicas, Ana respondeu que não e que nunca havia sido judia, tendo fé no Senhor Jesus Cristo e que fizera as coisas e cerimônias sem intenção alguma de judia, foi indagada também sobre quando começara a ensinar as filhas a ser judia e crescer na lei de Moisés, Ana respondeu dizendo que não ensinou que as filhas fossem judias e cressem na lei de Moisés e que nem ela teve essa lei, o visitador logo diz que a presunção contra ela é muito forte e que a mesma vive na lei de Moisés e é uma judia, afastando-se da fé católica e que o comportamento que tem e que diz fazer sem intenção são sim cerimônias manifestamente judaicas e que ela é judia e as fez como judia, mesmo após receber

¹⁰ Idem. *Um Israel possível na...* Op. Cit, p. 3.

sentença de que era sim uma judia, Ana pede desculpas e misericórdia, afirmando novamente não ter intenções ruins e cometer os atos por desastre, a confissão é encerrada e o visitador manda que ela não saia da cidade sem a sua licença.

Mesmo negando ser praticante do hebraísmo na colônia não conseguiu convencer o visitador Heitor Furtado, Ana morreu em cárcere, velha e doente após ser enviada para Portugal, no Tribunal de Lisboa, para que lá dessem continuidade a seu processo, que fora terminado somente anos depois.

Seu corpo foi desenterrado e seus ossos queimados, sua imagem usada como efígie (representação da imagem de um personagem real ou mesmo simbólico), um quadro foi feito retratando-a sobre labaredas e alguns seres demoníacos, tal quadro foi enviado até Matoim e exposto em uma Igreja para servir de exemplo aos hereges, após tudo isso alguns de seus parentes ainda seriam também acusados de judaizar, como Beatriz, Violante e Leonor, suas filhas e Ana Alcoforado, sua neta.

Ana Rodrigues serviu apenas como um breve exemplo entre tantas outras profetizas que tentaram fazer preservar seus costumes e tradições, sejam eles judaicos ou não. O período colonial foi permeado por outras histórias de tentativas de resistência, entre indígenas, escravizados, judeus, ciganos, luteranos e tantos outros que se tornaram alvo das perseguições da Inquisição, nos resta tentar preservar viva a memória dessas pessoas que tiveram suas vidas modificadas, por vezes destruídas.

A História do Brasil, no que tange à participação ativa dos judeus na construção de nosso país precisa urgentemente ser reescrita e reavaliada, é possível notar a ausência de tal grupo nos livros didáticos de História, Anita Novinsky afirma que:

[...] As opiniões dos pesquisadores sobre a Inquisição espanhola e portuguesa também são controversas. O seu estudo tem disso feito com reservas, timidamente, pois toca a sensibilidade dos que foram educados tradicionalmente no catolicismo. Mas, se o conhecimento da história pode servir para uma melhor compreensão dos fenômenos de violência e desumanidade que vemos se desencadear todos os dias, então a verdade não pode e nem deve ser escondida.³⁷⁹

No ofício de historiador não cabe afirmar qual corrente historiográfica possui concreta fundamentação, mas sim expor as diferentes visões a respeito do Tribunal, exemplificando, há “[...] *uma corrente historiográfica espanhola que procura “desjudaizar” a Inquisição, na tentativa de mostrar que as ações do Tribunal estavam envergadas para questões comportamentais e não ligadas aos delitos por fé*”.³⁸⁰

Ainda assim é possível perceber estudiosos até mesmo da História que tendem a visões reducionistas e negacionistas do Tribunal. No século XXI encontramos muitas mulheres sendo vilipendiadas, ofendidas, caluniadas e destituídas de seus próprios corpos, conhecer sobre Ana Rodrigues é algo sufocante e instigador. Perceber de tão perto como uma existência humana se perde, pode mudar a maneira como muitos entendem a realidade alheia, Umberto Eco escreveu uma vez que os homens não fazem o mal de forma tão completa e entusiasta como quando o fazem por convicção religiosa, sua máxima aplica-se perfeitamente ao caso de Ana, aqui exemplificado.

¹¹ NOVINSKY, Anita. **A Inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 9

¹² NOVINSKY, Anita. Análise crítica da historiografia a sobre a Inquisição. In: **Estudos inquisitoriais: história e historiografia** / organizado por Marco Antônio Nunes da Silva, Suzana Maria de Sousa Santos Severs – Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019. p. 14.

Paralelamente aos avanços da Historiografia, os historiadores negacionistas e reducionistas declinam inclusive os instrumentos de tortura que eram utilizados à época, falam que os cárceres inquisitoriais eram claros e salubres e que os inquisidores eram benignos e doces conselheiros e que a tortura e a morte eram pouco aplicadas, chegam a falar inclusive de um espírito de tolerância existente em Portugal, buscam também explicar que as perseguições eram frutos de crimes de comportamento e não contra delitos de fé, “desjudaizando” assim o caráter da Inquisição.

O caso de Ana Rodrigues não pode nem deve ser visto como exclusivo, muito embora, a escolha de esmiuçar sua trajetória tenha sido feita devido ao envergamento do Tribunal em perseguir, sobretudo as mulheres de seu clã, outras mulheres e famílias em diferentes capitânicas foram também alvo de inquisidores, em Pernambuco e no Rio de Janeiro é possível também encontrar relatos e fontes sobre as profetizas e suas famílias sob a mira inquisitorial.

Exemplificando, temos o caso de outra mulher que fora perseguida durante os tempos inquisitoriais no Brasil. Branca Dias é descrita como uma personagem histórica do período colonial, retratada em romances, canções, peças teatrais e poemas, atualmente, sua imagem é disseminada entre relatos históricos e até mesmo fictícios, mas o que se tem em comum relacionado a essas fontes é o fato de ser uma cristã nova perseguida pela Inquisição no Brasil e que se tornou um símbolo de resistência à opressão.

Branca viera para o Brasil com seu esposo de alcunha Diogo Fernandes em meio a um processo que respondia em Portugal por práticas judaizantes. Mesmo impedida de viajar, instalara-se em Pernambuco entre os anos de 1545 e 1551. Branca fundou na capitania junto com seu marido uma sinagoga e também mantinha uma escola para moças onde as ensinava a bordar, cozinhar e costurar. Após falecer foi denunciada ao visitador por suas ex-alunas, uma de suas filhas foi castigada em Lisboa por confessar a prática de ritos judaicos, já outros parentes receberam penas mais brandas.

No ano de 2013, foi publicado em um portal on-line (um site de jornalismo da cidade de Itu, em São Paulo) um breve artigo, chamado: História: Tributo à Ana Rodrigues. No Youtube, pode-se achar desde um documentário até mesmo uma música da cantora e judia *Fortuna* dedicada à Branca Dias e publicada no ano de 2020. Aqui, compreende-se que é muito importante à tentativa de se fazer viva a memória de mulheres como ambas, disseminar o conhecimento em veículos não ligados aos estudos de História universaliza e expande o saber histórico e as trajetórias dessas mulheres, que poderiam ter sido talvez apagadas e até mesmo difundidas apenas em pequenos nichos acadêmicos, uma vez que a temática da Inquisição ainda é vista por muitos como um tabu, com preconceitos e até mesmo com pouca importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Angelo Adriano Faria. A Inquisição no Brasil colonial e a perseguição às famílias judaizantes. Memória História. ANPUH- Associação Nacional de História/Núcleo Regional de Pernambuco, 2004.
- ASSIS, Angelo Adriano Faria. Uma Israel possível na Bahia colonial: sobre mulheres e resistência judaica em tempos de perseguição. Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 7, n. 12, mar. 2013.
- MOTT, Luiz. Bahia: inquisição & sociedade. Salvador: EDUFBA, 2010.
- NOVINSKY, Anita. A Inquisição. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NOVINSKY, Anita. Análise crítica da historiografia a sobre a Inquisição. In: Estudos inquisitoriais: história e historiografia. Org. Marco Antônio Nunes da Silva, Suzana Maria de Sousa Santos Severs - Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019.

NOVINSK, Anita; LEVY, Daniela., RIBEIRO, Eneida; GORENSTEIN, Lina. Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

SOUZA, Laura de Mello. A feitiçaria na Europa Moderna. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. Confissões da Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DE CAMPINAS DESCOBRINDO E PRESERVANDO A MEMÓRIA

Thatiane Carneiro Sotano Machado³⁸¹

RESUMO: O patrimônio é a forma de inscrição de identidades e memória no campo da cultura. O presente projeto tem como propósito estudar o período Colonial de Campinas, no século XIX, quando se deu origem com distribuição de terras para serem cultivadas, as sesmarias. Entretanto, teve um valor maior, produziu a fazenda, a capela, o início do patrimônio. O objetivo central desse trabalho é buscar uma visão histórica cultural do patrimônio, das fazendas do século XIX, analisando material textual e documentação coletada em arquivos públicos.

PALAVRA-CHAVE: Patrimônio – Campinas – Memória - Sesmaria

INTRODUÇÃO

Este artigo começou com a curiosidade sempre enraizada de um historiador. Na ausência de respostas e espaços vazios na memória. A história fragmentou-se, estudando pedaços de tempo ou zonas do espaço. Podendo assim dar atenção à ausência de acontecimentos, “páginas em branco da história”, como dizia Hegel. Sabe-se que que é necessário debruçar-se em livros e documentos para transformar a história individual em coletiva. O propósito deste estudo é em conhecer mais a história da cidade de Campinas. A distribuição de terras, sesmarias.

Sesmarias eram grandes extensões de terra, latifúndios doados a qualquer pessoa de qualquer qualidade e condição. Foi um dos processos mais comuns de povoamento de São Paulo. Nesse sentido, havia a necessidade de uma sesmaria para “a povoar e lavrar mantimentos” (Terra Livre, 1992, p. 18). Desta forma, se estabeleciam no lugar mais apropriado, e começava a cultivar, dessas fazendas é que nasceu mais tarde o povoamento. Entretanto teve um valor maior para o povoamento rural, a sesmaria produziu a fazenda, a capela, o início do patrimônio, as cidades.

Tendo em vista a grande área e sua pequena população facilitou aos moradores a escolher suas terras para cultivar. A transformação da mata à terra cultivada não ocorreu tão rápido. A primeira concessão de sesmarias em Campinas foi em 1728 para Antônio da Cunha Abreu – Campinhos de Mato Dentro, porém nunca explorada. Até o período de 1774 houve mais 5 sesmarias concedidas, “Estrada de Goiás, 1732; Estrada de Goiás, 1732; Ribeirão dos Pinheiros, 1732; Rio Jaguari, 1737 e Rio Atibaia, 1754. ” (Pupo, 1969, p. 16). Nenhuma das sesmarias citadas foram povoadas.

A primeira sesmaria confirmada para o cultivo foi ao Francisco Barreto Leme em 1775, fundador da cidade. Foi nomeado administrador e diretor da nova povoação, com seus parentes e seguidores, como simples posseiros que se estabeleceram em terras da Coroa, em 14 de julho de 1774.

³⁸¹ Graduanda do curso de História na Universidade Paulista. Pós-Graduada História do Brasil, Faculdade Batista de Minas Gerais. Email: thatiris@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/0674092809470091>

“Porquanto tenho encarregado a Francisco Barreto Leme formar uma povoação na paragem chamada Campinas de Mato Grosso, distrito de Jundiá. Em sítio onde se acha melhor comodidade e é preciso dar norma certa para a formatura da referida povoação: ordeno que esta seja formada em quadras de sessenta ou oitenta varas cada uma e daí para cima, e que as ruas sejam de sessenta palmos de largura, mandando formar as primeiras casas nos ângulos das quadras, de modo que fiquem os quintas para dentro e entestar uns com os outros. ” São Paulo, 27 de maio de 1774. (PUPO. 1973, p. 11)

A localização das sesmarias em Campinas é um grande problema de ser encontradas. Há algumas bibliografias publicadas, porém com conflitos de nomes de proprietários, vendedores e a localização exatas das mesmas. A principal dificuldade é a mudança dos nomes das fazendas ao se transferir aos novos proprietários. A revisão bibliográfica demonstrou significativa ausência de estudos a questão da preservação efetiva de um patrimônio rural.

De forma geral, os referidos estudos têm o objetivo o estudo e análise concreta das concessões das sesmarias, um capítulo da história da apropriação das terras. Explorar meticulosamente os arquivos em busca de informações de fontes historiográficas nos arquivos, ou seja, refere-se ao saber científico, às “ciências auxiliares” do trabalho dos historiadores. Informações como estas são indispensáveis para compreender as fontes primárias. Contudo, todos os documentos analisados foram pesquisas de acervo digital. Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Nacional, Diretoria da Gestão Documental da Câmara Municipal de Campinas e no Arquivo Municipal de Campinas e O Governo dos Outros Imaginários Políticos do Império Português. Ainda que represente avanços significativos para a produção de conhecimento científico em diversas áreas, não substitui a visita em Arquivos físico e Bibliotecas.

Todos apontamentos convergem para a hipótese principal do estudo: como se deu iniciou as apropriações de terras em Campinas? Por meio dos pedidos das concessões das sesmarias, podemos valorizar a preservação da memória e o conhecimento do patrimônio cultural. Por isso, a metodologia da pesquisa é documental, trazendo à luz tal fonte primária e a revisão bibliográfica, obras literárias e artigos. Buscando evitar reducionismos com gênero de fácil demonstração, superando a dicotomia entre as abordagens internalistas e externalistas, preenchendo uma lacuna da literatura, na qual pode ainda, auxiliar nas pesquisas sobre a cidade de Campinas. Destinada aos professores, estudantes ou diletantes da história.

Quanto a estrutura, este artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, abordagem das Sesmarias, como era sua solicitação, o decreto de regularização de 1795 e 1808, em seguida, discorreremos acerca da sesmaria Boa Esperança.

“O historiador não exige que as pessoas acreditem em sua palavra, sob o pretexto de ser um profissional conhecedor de seu ofício – embora esse seja o caso geral -, mas fornece ao leitor a possibilidade de verificar as informações. ” (PROST, 1933, p.55)

O QUE É UMA SESMARIA?

Sesmaria remete a uma significação de ocupação com o dever, para o beneficiário, de ceder à Coroa o sesmo, sexta parte de toda produção das terras doadas. Essa característica foi mudada conforme a necessidade de povoamento tornasse de valor mais significativo. As cidades brasileiras eram pequenas e pouco expressivas. Durante todo o período colonial, o Estado e a sociedade estiveram associados para assegurar a sobrevivência da colônia e o predomínio social e econômico dos grupos que controlavam a produção e a distribuição da exportação do Brasil.

“A doação de sesmarias era uma atribuição exclusiva do rei, que se estendeu aos governadores e capitães gerais a fim de melhor efetivar a distribuição de terras da colônia para torná-las produtivas. A carta de sesmaria dava ao colono plenos poderes sobre a terra, desde que ele cumprisse as determinações reais, podendo explorá-las, arrendá-las ou vendê-las. As cartas de concessão de sesmaria concedidas na capitania precisavam ser inscritas nos livros de registro da Secretaria de Governo e tinham dois anos para obter a confirmação do soberano.” (Arquivo Público do Estado de São Paulo, Inventário de Documentos da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo 1721-1823)

Nas colônias a família desempenhava um papel importante. A influência dos donatários com poderes amplos e exercidos por grupo de parentesco interligados. A família patriarcal extensa, com muitos membros interligados, por sangue, casamento e apadrinhamento. Formando as famílias de elites, com suas estratégias de herança e vínculo.

As novas condições econômicas sucederam na década de 1750, com as medidas de Pombal, com consequência da política iluminista, produzindo um ambiente econômico favorável ao crescimento das indústrias manufatureiras. Suas medidas econômicas facilitaram a expansão de novas manufaturas, encorajados pelo novo ambiente econômico.

Quando falamos de legislação das concessões das Sesmarias, nos deparamos com um instituto jurídico de 1375, deixando à mostra a situação precária da situação jurídica da apropriação de terras, mesmo aqueles que recebiam legalmente. O Decreto de 10 de dezembro de 1796, faz assegurar que todos os Governadores das Capitanias do Brasil, poderia colocar em prática suas distribuições conforme as necessidades, colhendo os frutos esperados, sem inconveniência alguma da parte da Coroa. E o Decreto de 25 de novembro de 1808, pelo qual o Príncipe Regente D. João houver por bem conceder aos estrangeiros residentes no Brasil datas de terras por sesmarias a fim de aumentar a lavoura e a população do Brasil.

SESMARIA BOA ESPERANÇA

Em 1818 a sesmaria de Boa Esperança foi concedida a Ana Matilde de Almeida, “uma sorte de terras no Bairro da Boa Esperança” (PUPO, 1983, p. 124.). Localizada da estrada de Itu. Casada com José Rodrigues Ferraz do Amaral, latifundiário do engenho de Sete Quedas, comprada de José Antônio de Figueiró e Isabel Correia Cunha em 1802, no mesmo bairro, anexando-as em uma mesma fazenda.

Localizada na Rodovia Anhanguera, Km 89, Campinas SP, na sua (a proximidade de 60km da capital de São Paulo) desempenhou um papel primordial do ciclo do café, que ainda hoje, resiste ao tempo mantendo seu antigo esplendor. Nessa bela propriedade, um caminho cercado de ciprestes leva a um extenso gramado de onde se nota a sede da fazenda. Ao entrar na casa fica fácil visualizar os dias de um passado grandioso, onde grandes banquetes foram oferecidos aos mais nobres convidados.

A Fazenda Esperança foi marcada por histórias de gerações de famílias fundamentais para a memória de Campinas, de títulos nobres e também de imigrantes italianos e alemães, as quais vieram trabalhar como colonos nas terras brasileiras em busca de uma vida melhor. Um dos nomes mais expressivos foi do Visconde de Indaiatuba, título honorífico do fazendeiro Joaquim Bonifácio do Amaral, ele foi o primeiro fazendeiro a substituir na região a mão-de-obra escrava por imigrantes alemães.

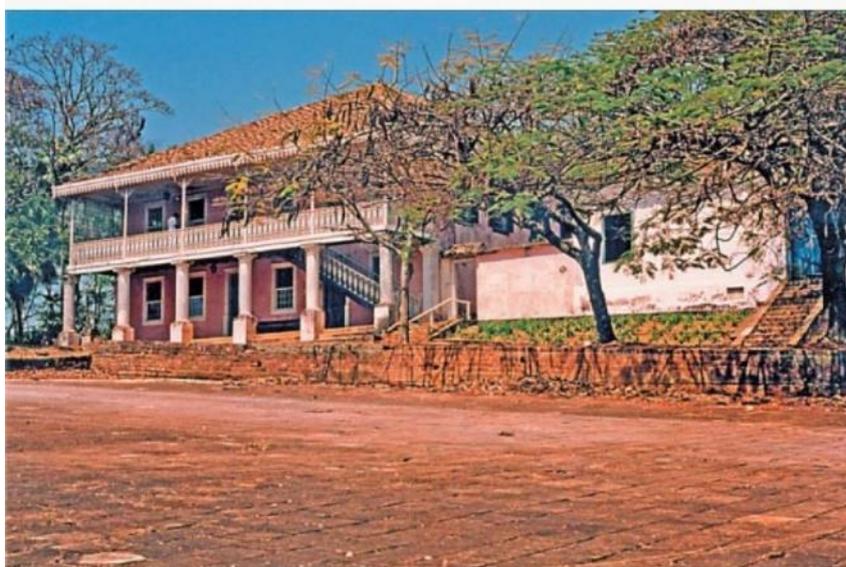
A Fazenda Boa Esperança e a Sete Quedas com o passar dos anos e com as divisões de heranças foram divididas em outras fazendas:

1. Fazenda Sete Quedas: Sede construída em 1885, pelo Visconde de Indaiatuba.



Fazenda Sete Quedas. Arquivo Pessoal, 2019

2. Fazenda Boa União – Desmembrada em 1885 da Fazenda Sete Quedas e em 1914 anexou a Fazenda Brejo. “Nesta fazenda nasceu Manuel Ferraz de Campos Sales, presidente da República. ” (PUPO. 1983, p. 172).
3. Fazenda Cachoeira – anexada com a Fazenda Boa Esperança e 1950 a Fazenda Cabreúva também foi anexada.



Fazenda Boa Esperança. Foto Livro Município no Império. PUPO 1983.

4. Fazenda Jambeiro – construída em 1897

“A Fazenda Jambeiro faz parte de uma sesmaria adquirida pelo ituano tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral. Esta sesmaria, conhecida como latifúndio "Sete Quedas", recebeu novas terras em 1803, 1807 e 1816, nele se instalando lavouras de cana e engenhos de produção de açúcar. A vastidão deste latifúndio permitiu, nas décadas seguintes, a divisão em várias fazendas, entre elas: a Sete Quedas, Cachoeira, Pedra Branca e Jambeiro. A primeira proprietária, no sentido da abertura e formação do Sítio Jambeiro (depois Fazenda Jambeiro), foi Thereza Miquelina do Amaral Pompeu de Camargo, produtora agrícola de cana e de café. Adquirida por Herculano Pompeu de Camargo, em 1885, com 90 mil pés de café, a fazenda recebeu uma nova e sofisticada sede, construída pelo Escritório do célebre engenheiro e arquiteto Ramos de Azevedo. No curso das décadas, a Fazenda foi adquirida por proprietários que a tornaram uma propriedade mais diversificada. ” CONDEPACC – Bens Tombados – Processo 07/89.



Casarão Jambeiro. Arquivo Pessoal, 2021.

5. Fazenda Pedra Branca



Fazenda Pedra Branca. Arquivo Pessoal, 2021.

O exame da documentação histórica associada à identificação e mapeamento de bens arquitetônicos remanescentes, à avaliação da paisagem cultural configurada e às potencialidades arqueológicas da área em estudo corroboraram a apreensão de um trajeto cultural.

MEMÓRIA E IDENTIDADE

Todos os dias é construída a identidade, em grande parte pela própria história individual, a descoberta de 'quem fomos e quem sou', é uma luta diária do pertencimento do ser na sociedade. É através da história de nossas vidas e das

gerações anteriores que procuramos as ligações do presente e passado. Essa linha que dá sentido ao cotidiano.

A construção da memória é importante para a construção da identidade, pois só assim se pode reconhecer o passado e conserva-lo, tanto no individual como no coletivo.

“não existe um só acontecimento histórico que se possa supor que seja conhecido de todos, é preciso falar de acontecimentos que se passaram há alguns anos como se tivessem mil anos de idade” (KUNDERA. 1987, p. 14)

Portanto, devido à preocupação em se preservar patrimônios históricos é necessário o conhecimento do mesmo. A conscientização histórica, com o objetivo da capacidade de pensar historicamente, aceitando as informações, ideais e do novo. A Educação Patrimonial de crianças e adultos é primordial para o conhecimento, a valorização e preservação dos patrimônios históricos.

“O melhor guardião do patrimônio cultural é sempre seu dono. São as pessoas que o fabricam, o praticam, moram nele, ou em seus arredores ou, em termos mais gerais, são as pessoas para as quais esse patrimônio tem importância direta, por estar intimamente associado às suas vidas. A proposta da Educação Patrimonial na escola é envolver a comunidade escolar no reconhecimento e valorização dos bens culturais e das pessoas que formam o patrimônio cultural, e que estão bem ao nosso lado. “ (Educação Patrimonial. IPHAN)

RESULTADOS

Durante o desenvolvimento do estudo foi correlacionado a origem de Campinas, no início do século XVIII, está vinculada com a descoberta de ouro, na região de Goiás, “O velho caminho das bandeiras do Anhanguera, passando por Campinas e Franca” (PUPO, 1969, p.14), um bairro então de Jundiá, Mato Grosso, era o caminho e o transporte pelas multidões saídas de Jundiá e São Paulo. Cobiçada por suas pastagens excelentes, solo rico e água em abundância.

Originária de sesmaria, Campinas possui muitas antigas fazendas e propriedades. O reconhecimento e valorização é o início para a sua preservação, uma vez que elas estão desaparecendo. No estudo, constatou-se que várias fazendas não possuem mais, que algumas foram demolidas ou apenas deixada no esquecimento. Através da sucessiva persistência, mesmo perante a dificuldade de coleta de documentos e informações, não tem dúvida que a dedicação a História local possa ser seduzida pela memória, pois sem ela não iremos adiante. O passado é necessário para o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, tal contexto mostra a necessidade de se fazer uma reflexão mais aprofundada sobre a preservação efetiva de um patrimônio rural que, ao contrário de muitas narrativas históricas, não pertence apenas a uma ou mais família, mas sim à história de uma importante cidade brasileira

Isto posto, o patrimônio rural campineiro é extenso e diversificado, composto por edificações centenárias e ruínas, quando deparado com estes fatos importantes foi identificado pouco conhecimento e pouco estudo. Ademais os acessos as biografias portadoras de tais estudos da história de Campinas são difíceis ou estão

indisponíveis. Com isso, certo da prestação de um serviço à cultura e à história campineira, foram divulgados fatos e informações relevantes, as quais estavam esquecidas e até mesmo desconhecidas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula. Entre o rural e o urbano: os limites e as potencialidades de Preservação da paisagem cultural das regiões norte e leste de Campinas/ SP. 2016

BTTISTONI Filho, Duílio. Campinas: uma visão histórica. Pontos. Campinas. 1996.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou Ofício de Historiador. Zahar. Rio de Janeiro. 2001.

CARVALHO, JOSÉ Baptista De. História do Brasil: a verdadeira história das capitanias hereditárias. São Paulo. Ed. Do Autor. 2008.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de história e consciência histórica. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras. 2014.

KUNDERA, Milan. O Livro do Risco e do Esquecimento. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1987.

MAIS EDUCAÇÃO, Patrimonial. Educação Patrimonial. Ministério da Cultura. IPHAM

MARIANO, Júlio. Campinas de Ontem e Anteontem. Maranata. Campinas. 1970.

PRIORE, Mary del. O Mal sobre a Terra. Uma história do terremoto de Lisboa. TOPBOOKS. Rio de Janeiro. 2003.

PROST, Antoine. Doze Lições sobre a história. Autentica. Belo Horizonte. 2020.

PUPO, Benedito Barbosa. À Margem da História de Campinas. Campinas. Banco do Brasil. 1973.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial. Mariana – MG. MAEA-UFJF. 2012.

SANTOS, Antônio da Costa. Campinas das origens ao futuro. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

STANGER, Monica Zanellato. Memória, Patrimônio e História: uma abordagem prática. Paraná. Dia a Dia da Educação. Ministério da Educação e do Esporte.

TERRA LIVRE. Geografia Espaço e Memória. São Paulo. Sagres. 1994.

PUPO, Celso Maria de Mello. Campinas, seu berço e juventude. Campinas. Cia Letras. 1969.

_____. Campinas, Município no Império. Campinas. Estado de São Paulo. 1983.

RELAÇÃO DE SITES:

Arquivo Histórico Ultramarino: <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>

Arquivo Nacional: <http://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>

Arquivo Público de Campinas: <http://arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/>

Biblioteca digital Luso – Brasileira: <http://bdlb.bn.gov.br/>

O CINEMA NA SALA DE AULA, A RECONSTRUÇÃO DO COTIDIANO

Valter Aparecido Barcala³⁸²

Resumo³⁸³: Cinema é História em movimento. Quando os irmãos *Lumière* filmaram com o seu cinematógrafo a chegada de um trem na estação de *Ciotat*, em 1895, estavam fazendo História. Estavam construindo uma nova metodologia, os *Lumière* criaram o cinema para registrar o cotidiano, outros tiveram a ideia de dar forma à imaginação, de reconstruir a História. O Cinema teve, como berço a História, e é na História que ele busca inspiração.

Palavras-Chave: Cinema. História. Cotidiano.

Introdução

O objetivo deste artigo é demonstrar a importância do cinema na formação cultural e social do estudante e como esse recurso é utilizado pelos professores durante a formação escolar destes jovens.

Os filmes de longa metragem, assim como as demais produções audiovisuais, representam uma produção cultural, e desta forma devem ser utilizados como mais um recurso para o trabalho do professor. A abrangência de temas que podem ser abordados, a dinâmica cinematográfica, as várias mídias (imagem, som, fotografia), favorecem a apreensão e compreensão das questões levantadas em sala de aula.

Cinema educação

O cinema, imaginado antes de tudo como um instrumento de diversão, mostrou-se constituir-se também como um documento histórico, seja ele inspirado ou testemunha de um determinado evento 'histórico'. Os filmes históricos³⁸⁴ muitas vezes são influenciados ou contaminados por ideologias, impregnando-se de determinadas mensagens políticas, como toda produção cultural, e o espectador têm que estar atento a essas "contaminações".

Getúlio Vargas³⁸⁵ consciente das funções didáticas do Cinema criou em janeiro de 1937 o INCE (Instituto Nacional de Cinema Educativo), o INCE foi o primeiro órgão oficial do Brasil, organizado para o Cinema com função especificamente pedagógica.

Como documento inspirado em um evento histórico tomemos como exemplo o filme *O Descobrimento do Brasil* (1937), de Humberto Mauro. As grandes navegações marítimas é um tema ingrato de ser discutido em sala de aula, principalmente com alunos do Ensino Fundamental, pois, explicar os porquês da aventura marítima, os perigos da travessia oceânica, as formas e dimensões dos navios, a indumentária europeia, o choque de civilizações, utilizando apenas o quadro negro, ou quando muito o livro didático, se torna um tanto insosso.

³⁸² Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-graduado em Educação, Antropologia Cultural e Teologia, licenciado em Estudos Sociais, Geografia e Pedagogia.

³⁸³ O presente artigo é uma atualização, texto publicado originalmente na revista *Travessias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná*, v.07.

³⁸⁴ Terminologia empregada quando se referem a filmes que tenham como temática central a História.

³⁸⁵ Presidente da República em dois períodos distintos, de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. No período de 1937 a 1945 governa de forma ditatorial.

A transposição do texto para a imagem cinematográfica torna o aprendizado mais dinâmico, apesar das questões sobre a dinâmica do filme apresentadas logo abaixo, o uso do filme tem o mérito de exemplificar e facilitar a compreensão de determinados trechos da obra literária, conforme podemos perceber ao comparar o trecho da carta do escrivão Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel I, com o longa-metragem:

E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, estando da dita Ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam fura-buxos. Neste dia, a horas de véspera, houve vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz

No filme essa passagem é exemplificada na forma de um mapa, identificando as ilhas por qual passaram as embarcações, assim como o continente africano e o Brasil.

Destarte, a utilização de filmes de longa metragem ou documentários torna a aula mais dinâmica e prazerosa. Possibilitando através das imagens longa discussão sobre as problemáticas já levantadas. Sobre o filme, Rubens Ewald Filho³⁸⁶, afirma:

[...] Toda a narrativa é conduzida por grandiosa música tocada por orquestra sinfônica e coral de cem vozes, de nosso maior compositor erudito, Heitor Vila-Lobos³⁸⁷. Sempre com o talento e a simplicidade de Humberto Mauro. Um mestre que viveria até 1983. (apud NETO, 2002, p.250)

Apesar dos elogios e da análise de Rubens Ewald Filho, pode-se dizer que o filme não agrada aos jovens por não possuir grandes efeitos visuais. Filmado em preto e branco, figurinos estapafúrdios, “brancos” maquiados de índios, além da falta de dinamicidade do enredo, se comparando com as grandes produções hollywoodianas. No entanto, para o professor, como recurso em sala de aula, o filme se torna uma poderosa ferramenta didática, como desejava Vargas. O filme, uma narração da carta de Caminha permeada pela reprodução de cenas inspiradas em telas famosas como as de Vítor Meireles³⁸⁸, conta também com uma bela trilha sonora composta por Vila Lobos, em suma uma aula de história e cultura do Brasil, mas esquecido nos arquivos acadêmicos.

Muitos fatos históricos, quando retratados no cinema, sofrem modificações, recebem um tom diferente para agradar ao público, mas na síntese, o fato histórico está presente no filme. Dinamizado pela magia do cinema, interpretado por grandes atores, dirigidos por competentes diretores, tudo para entreter e instruir o *espectador*.

Uma boa narrativa ficcional, amparada por fatos históricos documentados está presente no filme *Carlota Joaquina, princesa do Brasil* (1994), com direção de Carla Camurati.

³⁸⁶ Crítico, autor, ator e diretor de Cinema.

³⁸⁷ Vila-Lobos foi homenageado por filme homônimo dirigido por Zelito Viana.

³⁸⁸ Vítor Meireles Lima (1832-1903), pintor catarinense. Um dos principais pintores históricos brasileiros, entre suas telas destacam-se *A Primeira Missa no Brasil* (1861), *A Batalha de Guararapes* (1875) e *Juramento da Princesa Isabel* (1875).

Segundo Chacon (et al.), 1998, o filme utiliza-se de dois tempos de narração; o presente, na Escócia de 1994 e o passado com fatos dos séculos XVIII e XIX. Através da narração de um adulto a uma criança. A narrativa começa situando a infanta Carlota, princesa da Corte espanhola aos 10 anos de idade, já com casamento marcado com D. João, herdeiro do trono de Portugal. D. João, Carlota Joaquina, assim como outros membros da Corte, são retratados de forma alegóricas. As personagens foram construídas sobre documentos e relatos não ficcionais, que servem como esboço para um panorama tanto da nobreza europeia assim como da sociedade do 7 período como um todo.

Ainda segundo os autores, não só a sociedade e a corte portuguesa são descritos pelo narrador como também o Brasil colonial e sua sociedade em formação, nativos, negros e europeus e o impacto da transferência em 1807 da Corte portuguesa para o Brasil em decorrência do expansionismo napoleônico pela Europa. A mudança da corte para o território brasileiro estava nos planos da nobreza de Portugal a muito tempo, Napoleão apenas acelerou o processo.

Segundo Fausto (2000), entre 25 e 27 de novembro de 1807, entre 10 e 15 mil pessoas embarcaram rumo ao Brasil; ministros, conselheiros, juizes da Suprema Corte, funcionários de alto escalão, altas patentes do Exército e da Marinha, membros do alto clero, ricos comerciantes. Depois de uma breve passagem por Salvador, a corte portuguesa dirigiu-se para o Rio de Janeiro, uma então acanhada cidade, sede da colônia portuguesa na América desde 1763, tornou-se capital do império português com a chegada do príncipe regente Dom João VI. Aproximadamente 10.000 casas e chácaras foram desapropriadas para abrigar os recém-chegados, fato que causou “revoltas” aos que aqui moravam, apesar dos problemas deste súbito crescimento populacional, o Rio de Janeiro foi se beneficiando com as transformações promovidas por D. João e pela corte, a vida cultura, o comércio, a Educação (ainda restrita as elites) e as manufaturas tiveram avanços significativos. Mas ainda segundo Fausto:

Se muita coisa mudou, não devemos exagerar o alcance das transformações. A presença da Corte implicava uma alteração do acanhado cenário urbano da Colônia, mas a marca do absolutismo acompanharia a alteração. Um exemplo disso é a imprensa. O primeiro jornal brasileiro – *A Gazeta do Rio de Janeiro* – tinha caráter quase oficial e estava sujeito, como todas as demais publicações, a uma comissão de censura encarregada de “examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e o bons costumes”. (FAUSTO, 2000, p. 127).

Reis, sobre essas transformações na sociedade do Rio de Janeiro, afirmou:

A sociedade refinava-se, de outro lado, não apenas pelas novidades que lhe traziam os estrangeiros, mas igualmente pelos salões que se vinham abrindo, para as reuniões elegantes, promovidas pela nobreza chagada com a corte. As residências, em consequência, já apresentavam um bom tom, que diferia profundamente das pobres moradias do período anterior. (REIS, et. al., 2002, p. 324).

O filme de Carla Camurati nos apresenta de forma transgressora aquilo que nos livros didáticos são apresentados de forma subjetiva ou na maioria das vezes omitidos, como por exemplo a insegurança de D. João frente aos graves problemas de Portugal do final do século XVIII, os distúrbios mentais da rainha D. Maria, do apetite sexual de Carlota Joaquina, “apetite” este que a levou a mandar matar a esposa de um de seus amantes, José Fernando Carneiro Leão, funcionário do

Banco do Brasil e Juiz dos contratos reais do dízimo da casa imperial. Sobre o caso, Priore, escreveu:

Os casos amorosos da rainha eram conhecidos e o mais rumoroso deles resultou no assassinato a facadas – a mando da própria Carlota – da mulher de um funcionário do Banco do Brasil, sua rival. (PRIORE, 2014, p. 57-58)

Ainda segundo Chacon, et al. (1998), na narrativa do filme *Carlota Joaquina, princesa do Brasil* D. João adorava a terra e sentia por deixá-la, pois no Brasil tornara-se de fato um rei. Assim D. João, Carlota e alguns membros da corte retornam para Portugal, não sem antes esvaziar os cofres do Banco do Brasil. D. João traído por seu irmão Miguel, morreu isolado em sua casa em ruínas, Carlota enlouqueceu, empobreceu e abandonada por seus filhos. Suicidou-se.

Outro filme importante para a reconstrução do cotidiano é *Guerra de Canudos* (1998), de Sérgio Rezende, nesta produção foi introduzida a história de uma família que se desestrutura quando a filha mais velha, Luiza, se recusa a acompanhar os pais e irmãos na peregrinação liderada pelo beato Antônio Conselheiro. Embora narre de forma ficcional o tema do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, a película não é uma adaptação do livro. Segundo o diretor Sérgio Rezende tudo é ficção, mas, em cada plano sente-se a força da verdade.

O filme revive um dos mais sangrentos conflitos armados da História do Brasil. Canudos, também chamado Arraial do Belo Monte, erguido pelo beato Antônio Conselheiro no sertão da Bahia no final do século XIX. Foi destruído em outubro de 1897 pelas tropas do Exército brasileiro sob as ordens do então presidente Prudente de Moraes. Cerca de 25 mil pessoas foram mortas, mais de 90% eram sertanejos.

O longa-metragem de Resende foi filmado no vilarejo de Junco do Salitre, no sertão baiano, com 1,2 mil figurantes vestidos como a 100 anos atrás. A vila foi construída com a mesma técnica secular do pau a pique e dos tijolos de adobe, de argila crua.

Podemos considerar o filme em questão um épico, pois apresenta figurinos perfeitos, sua cenografia foi realizada com base em relatórios e desenhos do Exército Brasileiro, além de entrevistas com o testemunho de pessoas ligadas ao episódio, como o de João de Régis, 89 anos, seu pai, junto com seu avô e um grupo de homens haviam saído do arraial para conseguir comida e água, não conseguiram retornar e ficaram retidos em Uauá, cidade distante 50 quilômetros de Canudos. Sua avó e sua mãe foram presas antes do ataque final, posteriormente conseguiram voltar à região e reencontrar seus maridos. João nasceu em 1907, e ainda guarda na lembrança as histórias que seus pais contavam sobre o massacre.

Ficção, realidade, utopias. Segundo Rezende, “basta mostrar o passado, os fatos. Temos que ter personagens convincentes e, principalmente fazer bom cinema”. Destarte, no filme tudo é ficção, mas passagens do livro de Euclides da Cunha foram literalmente transpostas para a tela.

Quase sempre, depois de expurgar a casa, o soldado faminto não se forrava à ânsia de almoçar, afinal em Canudos. Esquadrinhavam os jiraus suspensos. Ali estavam carnes secas ao Sol; cuias cheias de paçoca, a farinha de guerra do sertanejo; aiós repletos de ouricuris saborosos. A um canto os bogós transudastes, tímidos de água. Tinha, porém, às vezes, um pospasto crudelíssimo e amargo – uma carga de chumbo [...]. (CUNHA, 1992, p. 165).

O trecho acima, narra recortes do ataque final a Canudos e que foram recriados no filme. A visualização das imagens, de imediato, nos transporta para

dentro da ação, passamos a sentir medo, ódio, amor, nos envolvemos com as personagens, passamos a conhecê-las. A fria descrição dos casebres:

Feitas de pau-a-pique e divididas em três compartimentos minúsculos, as casas eram paródia grosseira da antiga morada romana: um vestíbulo exíguo, um átrio servindo ao mesmo tempo de cozinha, sala de jantar e de recepção: e uma alcova lateral, furna escuríssima, mal revelada por uma porta estreita e baixa. Coberta de camadas espessas de vinte centímetros, de barro, sobre ramos de içó, lembravam as choupanas dos gauleses de César. Traiam a fase transitória entre a caverna primitiva e a casa. (CUNHA, 1992, p. 97).

O fragmento acima, ao ser transportado à tela, ganha cor e vida, percebe-se, por exemplo, as marcas das mãos do sertanejo rude, endurecido pela seca, pela miséria. ouve-se o vento entrando pelas frestas das paredes, percebe-se então a dura realidade do sertão. Canudos não se rendeu, conforme narra Euclides da Cunha:

Exemplo único em toda a história resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia cinco, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. (...) Caiu o arraial a cinco. No dia seis acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5.200, cuidadosamente contadas. Antes, no amanhecer daquele dia, comissão adrede escolhida descobrira cadáver de Antônio Conselheiro. (...) Desenterraram-no cuidadosamente. Dádiva preciosa (...) fotografaram-no depois. E lavrou-se uma ata rigorosa firmando a sua identidade: importava que o país se convencesse bem que estava afinal extinto, aquele terrível antagonista. Restituíram-no à cova. Pensaram, porém, depois, em guardar a sua cabeça tantas vezes maldita (...) uma faca jeitosamente brandida, naquela mesma atitude, cortou-lhe; e a face horrenda, empastadas de escaras e de sânie, apareceu ainda uma vez ante aqueles triunfadores... (...) trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura..." (CUNHA, 1992, p. 292-293).

Na sequência final do filme, a transposição da linguagem literária para a linguagem fílmica mostra a preocupação do diretor em amenizar a denúncia sobre a carnificina propagada pelo Exército Brasileiro no combate. A vala onde se encontravam os últimos sertanejos foi destruída à dinamite, a sequência seguinte mostra a tropa retornando dos combates.

O general Artur Oscar, personagem de José de Abreu, ao ser interpelado por um cidadão sobre o resultado das investidas sobre o arraial de Canudos, de forma sarcástica, mostra a cabeça decepada de Antônio Conselheiro. O jornalista Pedro Martins, personagem vivido por Roberto Bomtempo, que acompanhou a cena acima, afirma posteriormente que a campanha tinha sido um crime e que em nada engrandecia o Exército brasileiro.

As possibilidades pedagógicas do filme *A Guerra de Canudos* são muitas, para tanto é necessário o domínio de uma metodologia específica. Como disse Marc Ferro:

Os historiadores já recolocaram em seu lugar legítimo as fontes de origem popular, primeiro as escritas, depois as não-escritas: o folclore, as artes e as tradições populares. Resta agora estudar o filme, associá-lo com o mundo que o produz. Qual é a hipótese? Que o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História. E qual o

postulado? Que aquilo que não aconteceu (e por que não aquilo que aconteceu?), as crenças, as intenções, o imaginário do homem, são tão História quanto a História. (FERRO, 1992, p. 86).

Dentre os muitos documentos cinematográficos que fazem referência a recente História do Brasil, não podemos deixar de citar o filme *Eles não Usam Black-Tie*, de Leon Hirszman, o filme é a adaptação cinematográfica da peça homônima de Gianfrancesco Guarnieri, escrita em 1955, e encenada pela primeira vez no Teatro de Arena de São Paulo em 1958, em meio ao surto desenvolvimentista do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960).

O filme, atualização da peça teatral, faz referência ao movimento operário no final dos anos 70, mais precisamente ao ano de 1979, tomando por referência a morte do personagem Bráulio (Milton Gonçalves), "(...) a morte de Bráulio foi inspirada no assassinato do líder operário Santo Dias (...)" (SALEM, 1992, p. 260).

Guarnieri ao atualizar sua peça teatral, incorporou no texto a efervescência deste movimento operário, deste sindicalismo atuante. O momento histórico da produção cinematográfica e diferente da obra teatral. O sindicalismo, agora representado pelos metalúrgicos da região do ABC paulista encabeçava os movimentos sociais.

A situação estava insustentável para os operários. Em 1979 tomou posse na presidência da República, o general João Batista Figueiredo, logo iniciando uma lenta democratização, que possibilitou uma reorganização dos movimentos sociais, principalmente dos operários.

As divergências ideológicas são o eixo central do filme, divergência entre os operários e patrões, entre o governo e os sindicatos, e principalmente entre as diversas linhas sindicais. A desconfiança e o medo comprimem as possibilidades de resistência dos trabalhadores, e a vigilância permanente daqueles homens truculentos e mal-encarados procura silenciar a voz dos operários avançados que não obstante, se põem corajosamente na linha de frente do campo de batalha. (FREDERICO, 1979, p. 37).

[...] nesta fábrica tivemos a repressão externa (DOPS). Uma equipe deste organismo repressivo se instalou na fábrica – numa sala especial e iniciou o interrogatório dos operários de cada seção. Para estes interrogatórios, tinham em mãos todas as matérias de agitação e propaganda que havia sido feita na fábrica [...]. Os chefes das seções mandavam de três a cinco operários (os mais suspeitos da seção) para o interrogatório. E eram inquiridos a darem o nome dos responsáveis pelo trabalho que se estava fazendo contra a fábrica e contra o governo, etc. ameaçavam levar preso, levar “pra cima para entrar na borracha” caso não apontassem os responsáveis. (FREDERICO, 1987, p. 310-311).

A exposição que Hirszman e Guarnieri fazem do cotidiano do operariado exprimem a realidade de uma determinada situação, inspirada na realidade dos movimentos operários dos anos 80, onde entre outros, despontou como liderança Luís Inácio Lula da Silva. Segundo o historiador Moacir Gadotti:

O trabalhador se educa quando toma consciência de sua situação e de seus direitos, ao saber da humilhação à qual é submetido diariamente conscientiza-se da necessidade e da possibilidade de ultrapassar os limites de sua atual situação, “porque é criador, é produtor de cultura”. Para Gadotti a greve é uma escola, revela a capacidade de uns e a incapacidade de outros na condução da política sindical. Novos líderes, se formam na luta, por isso a conquista ou não das reivindicações não podem ser considerados como único indicador de sucesso de uma greve. (Folha de São Paulo, 19/05/1980).

Em *Eles não usam Black-Tie* fica claro a relação entre o operariado e as forças capitalistas, a relação entre o Estado e o grande capital, representado pela Indústria. O capitalismo enquanto sistema de produção degrada o operariado, pois tem em seu âmago o lucro, desta forma o operariado é explorado de todas as maneiras possíveis e o Estado infelizmente pactua com esse sistema e procura criar organismos que mantêm a sociedade alienada ao sistema. Uma das formas para se manter essa alienação é manter um sistema educacional que forma/instrui o jovem para exercer funções técnicas no mercado de trabalho. As funções de liderança, de gerenciamento são reservadas para uma elite, para uma pequena parcela que tem acesso a um sistema educacional de qualidade promovido pela educação da rede privada de ensino.

O capitalismo não é o pior nem o melhor dos sistemas de produção, todos tem suas peculiaridades, a questão é que os que deveriam fiscalizar as relações entre o operariado e a “indústria” se corrompem e não mais buscam ao pleno desenvolvimento da sociedade como um todo, sempre haverá explorados e exploradores independente do modelo de produção implantado. Segundo Marx (apud Lukács, 2003, p. 309):

A classe possuidora e a classe do proletariado apresentam a mesma autoavaliação humana. Mas a primeira sente-se à vontade e confirmada nessa autoalienação, reconhece a alienação como seu próprio poder e possui nela a aparência de uma existência humana. A segunda se sente aniquilada na alienação, percebe nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana (LUKÁCS, 2003, p. 309)

Essa alienação que desumaniza o ser está presente em toda a trama do filme, o operário é reduzido a um simples instrumento e, se esse instrumento apresenta “defeito” torna-se necessário seu conserto ou substituição. Podemos perceber esse conceito de homem-máquina em variadas cenas do longa, como na fala da personagem Tião em conversa com Jesuíno, sobre seu pai Otávio: “enquanto não pegar mais uns anos de cana, o velho não sossega”. Fica claro neste ponto que segundo Tião, seu pai “apresenta defeito, está quebrado” e para ser consertado necessita ser preso, por um tempo. Em outro plano na sequência se passa no interior da fábrica e vemos Maria trabalhando na linha de montagem, Otávio operando um torno, Tião e Jesuíno soldando algumas peças. Cada um alienado a uma etapa da produção. Cada um com seu “mundo”, desconhecendo a totalidade do trabalho. Esta é uma forma de desvalorizar o trabalho, pois não somos detentores de todas as etapas de produção de um determinado bem de consumo. Nos especializamos na parte não no todo e somos “valorizados” por essa parte, ínfima no mercado de trabalho, assim podemos até nos manter empregados no capitalismo ou em qualquer outro modelo de produção, mas não somos proprietários do meio de produção. Somos relegados apenas a força, somos chão de fábrica, somos meros instrumentos nas mãos do proletariado ou do Estado. E essa elite procura sempre a alienação da massa e aqueles que tentam se instrumentalizar contra o sistema, aqueles que procuram conscientizar os demais são perseguidos. Como exemplo temos uma outra fala agora de Jesuíno para Tião: (...) vai preparando uns nomes, pois os patrões vão cobrar. Nesta mesma cena, que se passa no refeitório da fábrica, a personagem Santini entra reclamando da passividade dos operários frente onde de demissões promovida pela gerência.

Este filme torna-se um importante documento histórico ao mostrar os rumos que a política brasileira estava tomando. “*Eles não usam Black-Tie* procura discutir sobre a realidade brasileira, a situação do operariado”. (SALEM, 1997, p. 256).

Para Barcala:

O filme *Eles não usam Black-Tie*, não aponta para uma conscientização da classe operária, mas a uma consciência operária, um patamar inferior a conscientização plena, a uma atuação coletiva. Em muitos aspectos percebemos a integração do operariado em torno de um ideal comum, mas este objetivo é imediato e localizado no filme, representado por meio de uma solicitação de aumento salarial e revisão de demissões (...). (BARCALA, 2006, p. 77)

No conjunto, *Eles Não Usam Black-Tie* é um filme de ficção inspirado em fatos, desta união entre o cinema e a história materializou-se um novo documento, e este foi somado aos muitos já existentes sobre esse período da História do Brasil.

O cinema se converteu, por méritos próprios, em arquivo vivo das formas do passado ou, por sua função social, em um agudo testemunho de seu tempo e, como tal, em um material imprescindível para o historiador que assim queira olhá-lo e utilizá-lo. (MONTERDE, 1986, p. 102-104).

É inegável a necessidade de cooptar diferentes linguagens nas aulas de todos os níveis de ensino. O perigo está em se utilizar o cinema, ou outras formas de linguagem, de maneira irresponsável, sem vinculá-las ao planejamento escolar.

A partir da análise dos filmes tomados como exemplo neste artigo, ficou também evidente a necessidade de se analisar as diversas formas documentais referentes a um determinado fato histórico-social: textos de fontes diversas, fotos, filmes e quando possível, entrevistas com pessoas que vivenciaram os fatos ou foram contemporâneos a eles.

Filtrar, isto é, separar o que é ficção do que é real, é um importante passo para a construção do conhecimento histórico, e é a partir deste conhecimento histórico que o homem se faz cidadão.

Filmografia

O descobrimento do Brasil (1937)

Rio de Janeiro/Bahia, 62min

Diretor/roteiro: Humberto Mauro.

Argumento: Humberto Mauro, Afonso de Taunay, a partir da carta de Pero Vaz de Caminha.

Fotografia: Manoel P. Ribeiro, Alberto Campilha, Humberto Mauro.

Música: Heitor Villa-Lobos.

Produtora: Instituto do Cacau da Bahia.

Elenco: Álvaro Costa, Manoel Rocha, Alfredo Silva, De los Rios.

Carlota Joaquina, Princesa do Brazil (1994)

Brasil, 100min

Direção: Carla Camurati

Roteiro: Carla Camurati e Melanie Dimantas

Fotografia: Breno Silveira

Música: André Abujamra

Produtora: Quanta Central de Produção

Elenco: Ludmila Dayer, Maria Fernanda, Eliana Fonseca, Brent Hieatt, Marco Nanini, Marcos Palmeira, Marieta Severo.

Guerra de Canudos (1997)

Rio de Janeiro 160min

Diretor: Sérgio Rezende.
Roteiro: Sérgio Rezende e Paulo Halm.
Fotografia: Antônio Luiz Mendes.
Montagem: Isabelle Rathery.
Música: Edu Lobo.
Produtor: Mariza Leão.
Produtora: Morena Filmes, Sony Corporation, Riofilme, Prefeitura do Rio de Janeiro e Secretaria Municipal da Cultura.
Elenco: José Wilker, Paulo Betti, Marieta Severo, Cláudia Abreu, Tonico Pereira, Selton Mello, Roberto Bomtempo, José de Andrade, Tuca Andrade, e grande elenco.

Eles Não Usam Black-Tie (1981)

Rio de Janeiro 134min
Direção: Leon Hirszman.
Roteiro/argumento: Gianfrancesco Guarnieri, Leon Hirszman.
Fotografia: Lauro Escorel.
Montagem: Eduardo Escorel.
Música: Radmés Gnattali, Adonirã Barbosa, Gianfrancesco Guarnieri.
Produtor: Leon Hirszman.
Produtora: Leon Hirszman Produções e Embrafilme.
Elenco: Carlos Alberto Ricelli, Bete Mendes, Fernanda Montenegro, Gianfrancesco Guarnieri, Lélia Abramo, Milton Gonçalves, Rafael de Carvalho, Francisco Milani, Fernando Peixoto, Fernando Ramos da Silva, Flávio Guarnieri, e grande elenco.'

Referencia Bibliográfica

- BARCALA, V.B. *O Cinema na escola; uma análise interdisciplinar do filme "Eles não usam Black-Tie", de Leon Hirszman*.2006. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.
- BERNARDET, Jean-Claude e Ramos, Alcides Freire. *Cinema e História do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Ediouro, 1992.
- CHACON, Beatriz da Costa Pan et. al. *Cinema Histórico Brasileiro: Independência ou morte versus Carlota Joaquina, Princesa do Brasil*. TCC (especialização em Metodologia da História) – Faculdade de Educação São Luís. Jaboticabal, SP, p. 73. 1998.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas*. 2ª ed. – São Paulo: Planeta, 2014.
- DOWBOR, Ladislau. *Tecnologias do Conhecimento; os desafios da educação*, 2ª edição. Petrópolis, RJ, 2004.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8ª ed. – São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. Trad. Flávia Nascimento. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FERRÉS, Joan. *Vídeo e Educação*. 2ª edição. Porto Alegre: Ed. Artmed, 1996.
- FREDERICO, Celso. *Consciência Operária no Brasil*, 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1979.
- GIOVANNI, Alves. *Trabalho e Cinema: o mundo do trabalho através do cinema*. Londrina: Praxis, 2006.

GUARNIERI, Gianfrancesco. *Eles não Usam Black-Tie*. 12ª edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe: Estudo sobre a dialética marxista*. Trad. Robson Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MONTERDE, J.E. *História, cine e enseñanza*. Barcelona, Editora Laia, 1986.

REIS, Arthur César Ferreira et. al. *O Brasil Monárquico II*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

RIDENTI, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro, artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SALEM, Helena. *Leon Hirszman, o navegador das estrelas*. Rio de Janeiro: Artemídia, 1997.

SILVA NETO, Antônio Leão da. *Dicionário de Filmes Brasileiros; longa-metragem*. São Paulo: Futuro Mundo Gráfica & editora Ltda, 2002. Descobrimento do Brasil, O. p. 250

SOARES, Mariza de Carvalho e FERREIRA, Jorge. (Org.) *A História vai ao Cinema*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E VIOLÊNCIA NO FILME *ELES NÃO USAM BLACK-TIE*, DE LEON HIRZSMAN

Valter Aparecido Barcala³⁸⁹

O desenvolvimento da consciência não é linear e progressivo. O grande "drama" da consciência operária surge, desde o início, com a separação entre o momento parcial e a totalidade em movimento, entre o interesse imediato e o objetivo final, entre a luta econômica e a luta política. (FREDERICO, 1978, p. 33)

Resumo: O presente artigo é uma adaptação do capítulo quatro de minha dissertação de mestrado, intitulada *O Cinema na Escola, uma análise interdisciplinar do filme "Eles não usam Black-Tie"*, onde analisamos o filme dirigido por Leon Hirzsmann em 1981, baseado na peça teatral de Gianfrancesco Guarnieri encenada pela primeira vez em 1958. Priorizamos no texto não apenas a formação da consciência de classe que está latente em todo o desenrolar da trama mas, também na violência a qual a sociedade proletária está sujeita. Destarte, ao utilizar este filme como documento histórico, o estudante – trabalhador tem a possibilidade de "se ver" inserido na construção da História ao identificar situações vividas por eles, mas que são dissimuladas como forma de alto proteção. Esta dissimulação acaba por impor barreiras para o avanço de uma conscientização por parte dos operários. Deste modo, verifica-se que a verdadeira consciência só será atingida quando o trabalhador se reconhecer como um agente da História.

O cinema enquanto documento histórico

O cinema não pode ser visto apenas como um meio de entretenimento. O cinema é um importante documento histórico e, com o tal deve ser inserido nos debates acadêmicos.

Não apenas o filme de longa metragem, mas toda produção audiovisual é importante para compreendermos determinado momento da História, determinado recorte temporal. Muitas vezes ao analisarmos um texto sentimos a falta de um suporte visual para entender a dramaticidade da vida, do homem.

Ao espectador cumpre observar, analisar, descobrir e classificar (...). A literatura descreve. O cinema mostra. Essa, com o se sabe, uma de suas mais importantes diferenças. Ao pôr o ser humano vivendo, agindo e se relacionando, o filme o expõe. (BILHARINHO, 2000, p. 61).

No filme em análise, a personagem interpretada por Carlos Alberto Ricceli, *Tião*, dissimula, praticamente em todas as cenas, desta forma esconde sua intenção de "furar" a greve, ignorando a força da coletividade, diferente de *Tião*, as personagens encenadas por Guarnieri e Milton Gonçalves (*Otávio* e *Bráulio*), representam a vanguarda do operariado.

³⁸⁹ Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-graduado em Educação, Antropologia Cultural e Teologia, licenciado em Estudos Sociais, Geografia e Pedagogia. E-mail: valterbarcala@yahoo.com.br

A desconfiança e o medo comprimem as possibilidades de resistência dos trabalhadores, e a vigilância permanente daqueles homens truculentos e mal-encarados procura silenciar a voz dos *operários avançados* que não obstantes, se põem corajosamente na linha de frente do campo de batalha. (FREDERICO, 1979, p. 37).

Conscientes de seu papel dentro da estrutura capitalista, estes operários avançados buscam também conscientizar a massa. No filme, Tião e Jesuíno (Anselmo Vasconcelos) se encontram no bar do Alípio (Renato Consorte). Jesuíno em tom jocoso diz ter visto Otávio distribuindo os "panfletinhos" dele. Esta panfletagem a qual Jesuíno se refere é uma arma de luta dentro dos movimentos sociais, esta prática também comum dentro das fábricas em determinados momentos da História, é perigosa e proibida, sujeito a prisões ou consequências piores.

[...] nesta fábrica tivemos a repressão externa (DOPS). Uma equipe deste organismo repressivo se instalou na fábrica – numa sala especial e iniciou o interrogatório dos operários de cada seção. Para estes interrogatórios, tinham em mãos todas as matérias de agitação e propaganda que havia sido feita na fábrica [...] os chefes das seções mandavam de três a cinco operários (os mais suspeitos da seção) para o interrogatório. E eram inquiridos a darem o nome dos responsáveis pelo trabalho que se estava fazendo contra a fábrica e contra o governo etc. Ameaçavam levar preso, levar "pra cima para entrar na borracha" caso não apontassem os responsáveis. (FREDERICO, 1987, p. 310-311)

A exposição que Hirszman e Guarnieri fazem do cotidiano do operariado exprimem a realidade de uma determinada situação inspirada na realidade dos movimentos operários dos anos 80, onde entre outros, despontou como liderança Luís Inácio Lula da Silva. Segundo Moacir Gadotti:

O trabalhador se educa quando toma consciência de sua situação e de seus direitos, ao saber da humilhação à qual é submetido diariamente conscientiza-se da necessidade e da possibilidade de ultrapassar os limites de sua atual situação, "porque é criador, é produtor de cultura". Para Gadotti a greve é uma escola, revela a capacidade de uns e a incapacidade de outros na condução da política sindical. Novos líderes se formam na luta, por isso a conquista ou não das reivindicações não podem ser considerados como único indicador de sucesso de uma greve. (Folha de São Paulo, 19/05/1980)

Historicamente o Movimento Operário, tem como ideal a superação da alienação promovida pela burguesia para a permanência das estruturas capitalistas, onde os detentores dos meios de produção dominam os detentores da força de produção. Celso Frederico expõe este dualismo da seguinte forma:

O operário recebe um salário pelo trabalho que executa para o patrão. É lógico que o interesse do patrão é pagar menos salário para que seu lucro seja maior. Por outro lado, o operário, que só tem a sua força de trabalho para vender, procura vendê-la pelo preço mais alto. Um operário isoladamente não tem condições de fazer frente a ambição patronal e a única forma de evitar que seu salário seja rebaixado ou conseguir que este seja aumentado é unir-se com outros operários que são vítimas da mesma exploração. A forma de se encaminhar esta luta é paralisando o trabalho para conseguir as reivindicações. (FREDERICO, 1987, p. 186)

Otávio, em uma das cenas expõe a exploração pelo qual passa o operariado quando ele afirma que “é engraçado, os patrões em muitas coisas não respeitam as leis, mas na hora de atender as reivindicações dos operários, querem se amparar nelas”. A História demonstra esta verdade, raras vezes, o Estado se manteve ao lado da classe operária, o governo protege sempre os patrões e a polícia existe para impedir as greves ou evitar as suas consequências (FREDERICO, 1987, p. 186). Desta forma as instituições criadas para defender a sociedade muitas vezes são usadas como instrumentos de coerção. E isto não se dá apenas nos Estados totalitários, aqueles que se dizem democráticos acabam por usar estes mesmos mecanismos quando se sentem ameaçados.

Uma das grandes preocupações de Otávio no desenrolar da trama é com a conscientização dos operários. Otávio, devido a sua experiência de sindicalista, sabe que o movimento grevista só terá sucesso se os operários estiverem a par de uma totalidade social, conhecerem as verdadeiras razões para a deflagração do movimento, os objetivos de curto e longo prazo, mas, as divergências internas do sindicato retratada no filme demonstra a complexidade de uma organização sindical. Os contrastes ideológicos são uma constante nos movimentos sociais.

No sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, no final dos anos 60, essa divergência estava expressa nas pessoas de Joaquinção, que mantinha uma prática de conchavos com o governo, e Waldemar Rossi, ex-membro da Juventude Operária Católica. Em 1967 foi articulada a Chapa Verde, encabeçada por Rossi, considerada o marco da existência oficial da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. A oposição, sabia que não tinha chance de ganhar as eleições devido a estrutura na qual estava alicerçada o pelego³⁹⁰, mas a intenção primordial era firmar uma posição diante da categoria. O pelego continuou na direção da entidade, mas os descontentes se articularam. (DIAS, 2004, p. 210).

O sindicalismo burocrático, atrelado ao Ministério do Trabalho, levou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e conseqüentemente todos os demais sindicatos, a ser um apêndice dos mais diferentes governos. O dirigente sindical, dentro desta estrutura nada mais é do que um aliado do governo e dos empresários. O sindicato acabou por se adaptar à nova realidade perdendo seu caráter político e contestatório de um modelo capitalista predatório.

Essas divergências ideológicas no cerne dos sindicatos está explícita no filme *Eles não usam Black-Tie* no diálogo entre Otávio e Santini. Em meio a discussão Santini, cita o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo como exemplo de conscientização e atuação política.

As diferenças entre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e os metalúrgicos do ABCD (região que compreende as cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema) não está apenas na distribuição geográfica das indústrias, mas principalmente por razões sociopolíticas e econômicas motivada pela existência de uma grande massa operária e a existência de uma “vanguarda” operária consciente de sua importância nas engrenagens do Capitalismo.

A região do ABCD surgiu como distritos industriais em meados dos anos 50, com a implantação de multinacionais como a Volkswagen, a Ford, a Willys Overland e a General Motors, concentrando um índice muito grande de metalúrgicos, em São Paulo foram se instalando metalúrgicas menores e indústrias fornecedoras de peças para as multinacionais, a diferença salarial, mesmo para

³⁹⁰ Pelego: (sf) membro ou líder de sindicatos que atuam em prol do governo e não dos operários, visto assim, como um oportunista ou covarde.

profissionais com a mesma função eram relevantes. Sobre a importância da indústria automobilística para o movimento operário, Celso Frederico afirma:

Para a vanguarda operária a indústria automobilística é um campo de ação promissor para pôr em prática o seu projeto. A acumulação de capital nesse polo dinâmico da indústria reproduz, continuamente, a existência de uma enorme massa de trabalhadores num mesmo local. Esses "soldados da indústria" são recrutados em todas as regiões do país e, ao ingressarem no trabalho fabril, rompem com a dispersão que os mantinha isolados, e passam a compartilhar o mesmo destino. (FREDERICO, 1979, p. 35-36).

No seio da indústria automobilística, despontou lideranças operárias que colocaram em xeque a estrutura política da nação. Em 1977, um relatório do Banco Mundial, revela a manipulação dos índices de inflação de 1973 e 1974, o governo pressionado admite a distorção. Como estes índices regulavam o reajuste salarial os trabalhadores perderam 31,4% do salário real naqueles anos. Mediante este fato, o sindicato de São Bernardo inicia uma campanha pela reposição dos salários, o reajuste não é obtido, mas projeta a movimentação dos sindicalistas, e do recém-eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luís Inácio da Silva, o Lula, na mídia.

O achatamento salarial promovido pela manipulação dos índices de inflação, empurram o trabalhador para áreas periféricas dos grandes centros, o salário é indubitavelmente o principal fator para essa migração. No filme fica explícito esta questão da precariedade social, o bairro pobre, sem calçamento, as casas simples semiacabadas. Em determinada sequência do filme ficam claras as condições sociais do operariado daquele período. A cena se passa na cozinha, durante o jantar temos o seguinte diálogo; "**Otávio:** *outra vez sopa!* **Romana:** *e olha lá*".

A afirmação de Romana (esposa de Otávio) demonstra as dificuldades de pôr à mesa a refeição. A sopa, neste recorte de cena, representa a simplicidade da vida do operário, de suas refeições sem luxo, muitas vezes enriquecidas com as sobras do dia anterior, e como disse Romana, e olha lá, se no dia seguinte terá algo para comer.

Problemas como alimentação, moradia, entre outros, foram agravados pela política salarial e pela manipulação dos índices inflacionários por parte do governo. Outra questão foi levantada por Tião, na mesma sequência, onde ele demonstra temor por parte da segurança de Otávio, que pode ser preso por seu envolvimento com o movimento grevista. Temos aqui um paralelo com as inúmeras prisões, torturas e mortes de sindicalistas, como do operário e militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (Port), Olavo Hansen, preso quando distribuía panfletos no estádio Maria Zélia (SP), foi torturado, uma semana depois estava morto, a versão oficial foi de suicídio com inseticida. A morte do operário Manuel Fiel Filho no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) em 1976, a do líder sindical Santo Dias, em 1979, durante uma manifestação em frente a fábrica Syvânia, em São Paulo, causou bastante repercussão, fato que inspirou as cenas finais do filme *Eles Não Usam Black-Tie*.

O movimento grevista apresentado neste filme está vinculado a campanha para a correção dos salários, que abriu caminho para as greves de 1978 e 1979. Onde se destacou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, e como já mencionado, favoreceu o aparecimento de lideranças sindicais como de Luís Inácio Lula da Silva, dando início a uma nova fase no movimento operário brasileiro. (FAUSTO, 2000, p. 499).

Numa assembleia sindical, feita durante a greve da Scania e Ford, o Lula disse que o pessoal da nossa fábrica era covarde. No dia seguinte, a turma parou. A greve foi na Ala X, onde os ferramenteiros estão concentrados. A palavra do Lula e o desejo de solidariedade com as outras fábricas que 'tavam' paradas impulsionou os ferramenteiros. A greve veio de um dever de solidariedade (...). (FREDERICO, 1979, p. 111).

Neste recorte, fica evidente o papel do líder sindical, que dentro de um determinado contexto influenciou a decisão dos operários, o sindicalismo combativo dos anos 70 e 80, em muitos casos deixou de lado a política de conciliação e partiu para o enfrentamento direto como forma de obter aumentos salariais ou outras reivindicações. O expurgo de membros da diretoria do sindicato e de sindicalistas alinhados com os patrões e com o governo favoreceu o florescimento deste 'novo sindicalismo'.

O filme *Eles Não Usam Black-Tie*, não aponta para uma conscientização da classe operária, mas a uma consciência operária, um patamar anterior a conscientização plena, a uma atuação coletiva. Em muitos aspectos percebemos a integração do operariado em torno de um objetivo comum, mas este objetivo é imediato e localizado, no filme, um aumento salarial e revisão de demissões ocorridas na fábrica "Santa Marta". A luta não foi articulada tendo um objetivo mais amplo, e o próprio sindicato afastou-se da votação que iria decidir sobre ir ou não a greve. Desta forma Otávio e Bráulio, mesmo discordando da aprovação do movimento, se veem obrigados a agir e tomar frente na articulação da greve. A articulação e a manutenção dos movimentos grevistas na realidade são mais difíceis, os trabalhadores tem que estar unidos e visando ao bem comum, as pressões dos patrões e do governo são muito grandes, mesmo compreendendo que determinado ato de greve é legítimo, as implicações advindas dele são muito complexas, a paralisação de uma determinada categoria profissional, pode trazer consequências para a sociedade, desta forma torna-se necessário não só conscientizar os membros desta categoria, mas principalmente a sociedade a qual esta categoria profissional está inserida. No filme, temos exemplos claros desta situação, quando o comércio no entorno da fábrica, temendo possíveis represálias, baixam as portas, ônibus e táxis deixam de circular, temendo depredações, os postos de saúde e hospitais passam a trabalhar em regime de atenção, prevendo um aumento no número de atendimentos, devido ao confronto entre grevistas e policiais.

Não só a questão operária, do final dos anos 70, está inserido no filme em análise, também a violência em suas variadas formas como já mencionadas neste texto. Mas de forma mais explícita podemos lembrar a cena em que um jovem marginal invade o bar do Alípio, onde além dele se encontram Otávio, Tião e Juvêncio, o violeiro, o jovem ameaça a todos e em seguida foge por uma porta no fundo do bar, em seguida chega a polícia, apontando as armas, indaga sobre o marginal, Alípio informa que ele fugiu pela porta dos fundos, a polícia o segue e na troca de tiros o jovem é morto. Temos aqui a clara intenção de mostrar o descaso com a juventude, principalmente da periferia. Falta de investimento com a educação, a inexistência de políticas de inclusão profissional, a falta de perspectiva e a convivência diária com o mundo das drogas, acaba por "empurrar" os jovens que não vislumbram outra alternativa do que a criminalidade.

Também o assassinato de Jurandir, pai da Maria, mostrada em outra sequência, um claro exemplo da violência cotidiana. A criminalidade é maior em áreas onde a oferta de emprego é menor, temos nesta sequência mais uma crítica

as políticas públicas, onde muitas vezes o gasto com propaganda governamental é muito maior do que os investimentos em educação e segurança.

A violência dos órgãos do Estado é evidente em todo o filme, logo no início é mostrada uma abordagem policial onde pessoas são revistadas e humilhadas, também na repressão do movimento grevista, onde manifestantes são agredidos com cassetes, com chutes, tiros para o alto.

Não que a violência fosse exclusiva da polícia, em muitas cenas mostrou-se também a violência familiar, motivada por inúmeros fatores, como as agressões sofridas por Maria, quando seu pai Jurandir estava embriagado. O alcoolismo por si só já é uma violência, pois agredi o organismo e influência no comportamento do usuário, em muitos casos tornando-o agressivo. Maria também foi agredida por Tião após uma discussão onde divergiam sobre a atitude dele ao furar a greve e "trair" os companheiros, Maria por aderir à greve e fazer piquete, contrariando as recomendações do namorado, em meio a briga, Maria o ofende, chama de covarde, de "filho da puta", Tião já exaltado lhe dá um tapa no rosto. A discussão termina com a chegada de Otávio. Também vítima da violência, havia sido detido e encaminhado ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social).

O filme também mostra a violência motivada pôr divergências ideológicas, como as agressões verbais entre Santini e Otávio, as sofridas pôr Tião, agredido por grevistas após "furar" a greve, as discussões entre Tião e Maria, as de Otávio e Tião. As divergências ideológicas, na verdade, são o eixo central do filme, o filme não retrata apenas a greve ou a movimentação por parte dos operários de uma metalúrgica. O filme mostra as divergências ideológicas no âmago do movimento operário, mostra a dicotomia entre burguesia e proletariado.

A consciência de classe seria uma utopia?

O que podemos concluir ao analisarmos diversos documentos relativos ao tema é que, para se alcançar uma consciência de classe, a sociedade tem que evoluir. O atual grau de desenvolvimento social não permite ao operariado ser um corpo único, uma parte considerável dos trabalhadores ainda não perceberam que, benefícios só são conquistados a partir de uma união da classe. O operariado em sua totalidade não é solidário com as "dores" do seu colega. Isso fica bem exposto em diversas sequências do filme *Eles não usam Black-Tie*.

A sequência final do filme retrata uma das maneiras, pelo qual o Estado, procurava silenciar as oposições, apesar das negativas oficiais, os casos de execução eram tratados como "acidentes", suicídios, resistência à prisão. Nas cenas finais do filme o sindicalista Bráulio, tentando conter um grupo de grevistas exaltados que intencionavam entrar em confronto com a Polícia Militar, é sumariamente executado por agentes "à paisana".

O assassinato de Bráulio foi inspirado no assassinato do sindicalista Santo Dias. A história de Santo Dias é pouco conhecida. Em 30 de outubro de 1979, saiu do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo para reforçar um piquete em frente a fábrica Sylvânia, no bairro do Campo Grande, conforme relembra o ex-sindicalista Vicente Garcia:

Quando chegamos todos na Sylvânia, tinha dois policiais, começamos a falar com o pessoal, com toda aquela tranquilidade. Aí os policiais entraram no meio, com o intuito de levar alguém preso. Começou aquele empurra-

empurra, tira um, pega outro, foi então que eles me pegaram para levar. Nisso, Santo encarou os caras. Até que João, perdeu a paciência e deu um soco no cara. O que eu penso sobre aquele momento? Nós tínhamos planos pacíficos, mas os policiais tentavam levar os líderes, e depois tentaram segurar a gente. No momento que a gente estava saindo, eles me deram uma rasteira, caiu minha carteira, e nesse exato momento foi quando teve um disparo. Depois disso, aí todo mundo começou a correr para cima, mas o tumulto foi tão grande que não deu para ver o que realmente aconteceu. Logo depois desse episódio, tivemos a notícia da morte de Santo. (DIAS. et. al., 2004, p.331)

Outro operário assistiu tudo, depois de se esconder dos policiais atrás de uma banca de jornais, próxima à entrada da empresa. Viu quando um PM forte, alto, alourado e com uma falha dentária na arcada inferior deu um tiro para cima. Os operários se dispersaram e correram rumo à avenida Nossa Senhora do Sabará. Ainda escondido, o operário assistiu a esse mesmo PM fazer mira e acertar Santo Dias pelas costas.

Este trágico fato mudou os rumos daquela greve fadada ao fracasso, com o assassinato de Santo Dias, a greve passou a ter uma conotação política que não possuía. A notícia da morte de Santo Dias se alastrou rapidamente, de todos os militantes, ele era o mais ponderado e o mais firme, sua morte revoltou os moradores dos bairros e os operários das fabricas da zona sul.

A morte de Santo Dias foi um aglutinador, representantes de todas as tendências de pensamento da Oposição Sindical Metalúrgica, seus companheiros de luta e da Igreja³⁹¹ carregaram seu caixão até a Catedral da Sé, uma multidão estimada em 30 mil pessoas seguiu pela rua da Consolação, operários, estudantes, jornalistas, políticos, religiosos, militantes de partidos de esquerda, sindicalistas, artistas.

O cortejo cantava a música *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, tomada como hino por aqueles que se opunham à Ditadura Militar, pessoas carregavam faixas e cartazes: "abaixo a ditadura", "abaixo a repressão", eram as palavras de ordem, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), enviou Fernando Henrique Cardoso. Entre os representantes dos sindicatos, destacava-se o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luís Inácio da Silva, o Lula, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação dos Profissionais em Educação do Estado de São Paulo (Apeoesp), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), associações estudantis entre outras, também mandaram representantes.

Após a missa na Catedral da Sé, proferida por Dom Paulo, o cortejo seguiu para o cemitério do Campo Grande, onde Lula fez um breve discurso: "*se os patrões pensam que, com a morte de Santo, os trabalhadores iriam ficar com medo, estamos aqui para mostrar que isso não aconteceu*" (DIAS, 2004, p. 279-280).

A cena do cortejo mostrada no filme, é bastante fiel ao fato que a inspirou. O caixão sendo levado pelos operários e amigos, representantes da Igreja e associações, faixas e cartazes, o comércio de portas fechadas, a saudação do

³⁹¹ A Igreja Católica teve uma participação muito importante na greve de 79, depois que a repressão fechou as sedes do sindicato, dom Paulo, arcebispo de São Paulo, colocou as igrejas à disposição dos grevistas.

povo.

Podemos perceber com toda a movimentação após o acontecido que não só o operariado, mas toda a sociedade entrava em um processo de conscientização, Santo Dias não foi o primeiro nem o último a tombar em defesa de um ideal, mas com certeza sua morte serviu como marco, pois a partir dela, ações mais eficazes e abrangentes foram colocadas em prática, culminando em um processo de redemocratização no Brasil.

Como afirmou Lula, no discurso que proferiu no enterro de Santo Dias, as oposições e os trabalhadores não iriam se calar. O sindicalismo não se calou, pelo contrário, se uniu, se articulou com a intelectualidade, com políticos descontentes com a “situação”. E deste processo, após três tentativas, um sindicalista, um ex - metalúrgico, Luís Inácio Lula da Silva, foi eleito Presidente do Brasil. Este fato estimula uma série de debates sobre a relação de governo ‘de esquerda’ com os movimentos sociais.

Com a eleição de Lula em 2002, pela primeira vez, na história do país, o governo federal estava nas mãos de um partido político que foi fundado pelos trabalhadores e intelectuais de esquerda. A vitória nas urnas aconteceu, o que não significou mudanças radicais nas estruturas sociais, a realidade política é muito diferente dos discursos de oposição. Velhas bandeiras, como a da reforma agrária urgente, melhoria nas condições de trabalho, entre outras de caráter socialista foram relegadas a um “segundo plano”, foram deixadas em banho maria.

Reformas profundas, como queria o Partido dos Trabalhadores, e as lideranças de esquerda que eram oposição no período anterior, no governo do PT deixaram de ser prioridade pois, o agora partido governista precisava do apoio das elites para viabilizar seu projeto de governo. É lamentável, mas é uma realidade, sem o apoio da burguesia industrial e rural, o governo fica enfraquecido. O lobby do agronegócio e da indústria são forças poderosas.

Apesar das denúncias de irregularidades no governo de Lula, das inúmeras CPIs, a maioria dos operários, e da sociedade como um todo, depositou em Lula uma grande esperança de renovação e mudanças. São Bernardo do Campo, berço histórico do movimento operário e do Partido dos Trabalhadores, está diferente da São Bernardo dos anos 70 do século XX. A segunda revolução industrial, a tecnológica, mudou o perfil da categoria. O ABCD, do século XXI, é formado, em sua maioria por jovens recém-formados ou estudantes de faculdades, como exemplo temos Rafael, 24 anos, bem formado, que em defesa de seus companheiros, e do presidente, assume a postura de piqueteiro de porta de fábrica. “*O Lula é o menor culpado disso tudo*”, (ISTOÉ/1864-6/7/2005) os metalúrgicos defendem o ‘companheiro’ Lula, segundo eles, o problema está nas alianças feitas com as pessoas erradas.

Em uma leitura atualizada do filme *Eles Não Usam Black-Tie*, podemos afirmar que uma pequena parcela do operariado passou a usar o “Black-Tie”. Um seleto grupo de sindicalistas e operários conseguiram alçar os altos postos da política brasileira, não só no Poder Executivo, mas também no Legislativo e no Judiciário. Na prática, velhas teorias tiveram que ser abandonadas ou adaptadas a uma realidade onde o mercado internacional e a economia globalizada ditam as regras.

A sociedade brasileira possui muitas facetas, para afirmarmos se o governo do Partido dos Trabalhadores, foi bom ou ruim para a classe operária seria necessária uma análise aprofundada e regionalizada da economia. O Brasil com sua dimensão continental e com suas peculiaridades múltiplas impõem certos desafios a uma análise aprofundada e, não podemos desconsiderar fatores culturais e

ideológicos construídos em mais de 500 anos de exploração, onde as elites impõem uma estrutura que dificulta a ascensão social.

A sociedade ainda acredita, apesar de todas as irregularidades denunciadas, na pessoa do ex-presidente Lula, o mito, é muito mais forte do que o homem, a classe operária espelha-se na trajetória do metalúrgico, do sindicalista, cassado, preso, humilhado. Lula ao vencer as eleições para presidente da República em 2002 mostrou a classe “trabalhadora” urbana e rural que era possível uma revolução pelas vias democráticas. Mas, para essa “revolução” acontecer seria necessário alicerçar alianças com uma parcela considerável dos representantes das burguesias e, esse fato se concretizou com um acordo inicial com o Partido Liberal (PL), convidando o empresário Jose Alencar a ser candidato a vice-presidente na chapa liderada por Lula. Posteriormente as alianças se ampliaram com a adesão do PTB e do PMDB, essas alianças frustraram uma parcela considerável do eleitorado do PT e de seus apoiadores. Denúncias de corrupção, omissão e prevaricação foram uma constante nos debates políticos do final do primeiro mandato do presidente Lula. (DEL PRIORE e VENANCIO, 2016, p. 300), mas o mito Lula, ainda ditava as regras e ele foi reeleito em 2006.

No filme fica claro que as transformações partem de um processo, o filme não acabou, o filme foi interrompido com o velório e cortejo de Bráulio, e neste momento percebe-se que a sociedade clamava por mudanças, pois estavam ali afrontando o Estado opressor, estavam naquele momento afirmando que não era um fim, mas o começo de um novo período na História do Brasil.

Considerações finais

Marc Ferro e sua obra *Cinema e História*, afirma que os historiadores ainda não consideram o cinema como um documento histórico. Mas como todo processo de reconhecimento, este está em andamento. Sobre esse tema, Ferro afirma:

Os historiadores já colocaram em seu lugar legítimo as fontes de origem popular, primeiro as escritas, depois as não escritas: o folclore, as artes e as tradições populares. Resta agora estudar o filme, associá-lo com o mundo que o produz. Qual é a hipótese? Que o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História. E qual o postulado? Que aquilo que não aconteceu (...), as crenças, as intenções, o imaginário do homem, são tão História quanto a História. (FERRO, 1992, p. 86).

Para Ferro, o cinema é História, não apenas pelos fatos, pelo roteiro, pela imagem, pelo som. Mas porque ele é testemunha do momento produzido, isto é, pela realidade social e política do momento de criação artística de sua produção. Nele estão inseridas as ideologias do diretor, dos atores, dos produtores, de todos aqueles que contribuíram para a realização da obra cinematográfica.

Conforme mencionado, este texto é uma adaptação do capítulo quatro de minha dissertação de mestrado em Educação, Arte e História da Cultura, onde procuramos demonstrar que o cinema, assim como toda produção audiovisual são importantes fontes históricas e como tal é importante fazer uso destas produções, não apenas como material de apoio para a Educação, mas sim como verdadeiros documentos históricos e como todo documento histórico temos que analisá-los de

forma imparcial, comparando com outros documentos do mesmo período, seja o período de produção da obra audiovisual, ou o recorte temporal apresentado.

O professor ao fazer uso de uma produção cinematográfica em sala de aula tem que fazer uso também de outros documentos relacionados ao material a ser estudado, amparar os fatos apresentados no filme com outros documentos, se faz necessário e, desta forma transformar o aluno, antes mero espectador a pesquisador.

Podemos concluir que o cinema é um depoimento da sociedade que o produziu (BARCALA, 2006, p. 88), é uma fonte ainda a ser explorada em sala de aula, a ser explorada na Educação.

Bibliografia

- AUMONT, Jacques. et. al. *A Estética do Filme*. 3ª edição. São Paulo: Papyrus Editora, 2005.
- ALVES, Giovanni. *Trabalho e cinema: o mundo do trabalho através do cinema*. Londrina: Práxis, 2006.
- BERNARDET, Jean-Claude. *Historiografia Clássica do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Ed. Annablume, 2003.
- BARCALA, V.B. *O Cinema na escola; uma análise interdisciplinar do filme "Eles não usam Black-Tie", de Leon Hirszman*. 2006. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.
- BERNARDET, Jean-Claude e RAMOS, Alcides Freire. *Cinema e História do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- BILHARINHO, Guido. *O Cinema Brasileiro nos anos 90*. Uberaba: Instituto Triangulino de Cultura, 2000.
- DIAS, Luciana et. al. *Santo Dias; quando o passado se transforma em História*. São Paulo: Ed. Cortes, 2004.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. Trad. Flávia Nascimento. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FREDERICO, Celso. *Consciência Operária no Brasil*, 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1979.
- _____. *A Vanguarda Operária*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.
- _____. *Crise do Socialismo e Movimento Operário*. São Paulo: Editora Cortez, 1994.
- _____. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. Vol. 1. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 13ª edição, São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1987.
- GUARNIERI, Gianfrancesco. *Eles não Usam Black-Tie*. 12ª edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Cinema: Trajetória no Subdesenvolvimento*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- SOARES, Mariza de Carvalho e FERREIRA, Jorge. (Org.) *A História vai ao Cinema*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- XAVIER, Ismail. *O Discurso Cinematográfico; a opacidade e a transparência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 2005.

NARRATIVAS EM DISPUTA NO TERRITÓRIO DA LUZ: O EFEITO DISCURSIVO DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

Wilmihara Benevides da Silva Alves dos Santos³⁹²

Resumo: Por que um Museu da Língua Portuguesa em pleno início do século XXI? Quais palavras podem captar as práticas políticas que o constituem? Para esta reflexão optou-se por movimentar algumas histórias do bairro Bom Retiro e Luz e que possibilitam ver a transformação desta região num importante polo cultural para abrigar novos museus, seja pela política de patrimônio ou pelas tensões estabelecidas com os projetos de urbanização. Numa série de contrastes políticos e históricos, pode-se inferir os efeitos possíveis do MLP na Estação da Luz em São Paulo.

Palavras-chaves: Museu, Patrimônio, Política Urbana, Revitalização.

O Museu da Língua Portuguesa (MLP) foi inaugurado em 2006 na parte superior do prédio da Estação da Luz. Este espaço foi inicialmente ocupado pela administração da companhia inglesa chamada The São Paulo Railway Company Ltd (1867-1946), que foi sucedida pela Estação de Ferro Santos Jundiaí (1946-1975), posteriormente integrada às redes de Ferrovia Paulista (FEPASA). Em 1992 abrigou a sede da administração da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), responsável também por integrar as linhas de trem da cidade. A Estação da Luz, portanto, é um importante núcleo da história da malha ferroviária de São Paulo.

Com a transferência do escritório da CPTM para a Estação do Brás em 2006, houve diferentes projetos com o objetivo de ocupar a parte superior da Estação da Luz. O projeto Estação Luz da Nossa Língua da Fundação Roberto Marinho (FRM) foi escolhido, porém, na sua inauguração um novo nome foi apresentado, Museu da Língua Portuguesa (MLP), o primeiro museu desta Fundação.

Esta inauguração acontece em meio às discussões do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano (Programa Monumenta) e o Projeto Nova Luz. Ambos tinham como objetivo a restauração de edifícios históricos, conservação de Monumentos, criação de novos equipamentos culturais, espaços de lazer, e conseqüentemente, a valorização imobiliária. Possuíam em comum a revitalização de áreas consideradas degradadas, principalmente aquelas conhecidas como Cracolândia.

A Rua Helvétia, próxima da Estação da Luz, particularmente, passou a ser identificada como “Cracolândia” devido à presença de grande número de pessoas que fazem uso problemático de drogas lícitas e ilícitas, como o álcool e o crack. Com isso, pode-se interpretar na prática de revitalização uma forma de alterar determinado perfil de público de uma região que expressa fortes desigualdades sociais. De acordo com Francisco de Oliveira:

Qualquer revitalização, cujo nome já trai seu significado, pois quer dizer que, antes, ali não havia vida, significa apenas o deslocamento do conflito, não sua resolução, [...] tiraram-se os pobres, mendigos, prostitutas, bares

³⁹² Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP em 2019. Trabalhou no educativo do Museu da Língua Portuguesa de 2006 a 2016. Atualmente é assistente de coordenação do Programa de Inclusão Sociocultural (PISC) do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca de São Paulo.

de má fama com seus rufiões, botecos sujos e tristes, pensões baratas com suas fileiras de redes, substituídos por maquiagens do que se considera, então, os velhos bons tempos. Esvazia-se a história de quem viveu lá; em lugar da memória, o esquecimento. Trata-se de operações de elevação de renda da terra urbana, vale dizer, de uma acumulação primitiva pela via do investimento público [...]. A justificativa está sempre à mão: novos empregos, aumento da renda, da segurança, da convivialidade. Entre iguais. E distância dos desiguais (2002, p.20-21).

As políticas urbanas são compostas por disputas que representam modos de uso e ocupação dos espaços da cidade, às vezes, em conflito com as práticas de tombamento de edifícios históricos. As Leis de Zoneamento, surgem para mediar estes conflitos surgidos na disputa entre vários atores sociais e econômicos.

A Lei Geral de Zoneamento Z-8 de 1972 possibilitou preservar áreas históricas diante de intervenções radicais no centro da cidade de São Paulo. Em 1974, com atenção para a região da Luz, a Z-007 impedia que as linhas de metrô fossem construídas neste bairro; no entanto, não foi possível evitá-las.

Em 1975, a criação das Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC) chamadas de Z8-200 fortaleceu a preservação de determinados patrimônios, em especial, edifícios isolados e manchas urbanas. Vários imóveis do bairro da Luz foram incluídos, como o Mosteiro da Luz, a Pinacoteca de São Paulo, o Parque da Luz, a Estação da Luz, o prédio da antiga Estação Sorocabana (atual Estação Júlio Prestes) e Sala de Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo.

A Estação da Luz faz uma fronteira entre a Luz, Bom Retiro, Santa Ifigênia e Campos Elíseos, possibilitando a conexão entre esses bairros. Imigrantes que desembarcaram no Porto de Santos adentravam a cidade pela ferrovia. Migrantes de diferentes estados do Brasil chegavam a São Paulo pela Rodoviária da Luz, inaugurada em 1961 no bairro Campos Elíseos.

A Estação Ferroviária São Paulo Railway (1867), hoje Estação da Luz, e a Estação de Ferro Sorocabana (1938), atual Estação Júlio Prestes, inicialmente competiram pelo monopólio do acesso até o Porto de Santos e eram utilizadas por todos aqueles que buscavam compor a mão de obra nas fazendas do interior de São Paulo.

A via férrea favoreceu a construção de galpões, depósitos, fábricas, indústrias e pequenos comércios como barbearia, sapataria, alfaiataria, tinturarias, armazéns e a primeira Hospedaria dos Imigrantes. Estes espaços compõem uma das camadas da história do Bom Retiro, também conhecido como bairro operário.

No século XIX esse território era utilizado para retiro de fazendeiros envolvidos com a economia do café. Com o passar do tempo, a dificuldade de manutenção da infraestrutura possibilitou a transferência desta camada social para outras áreas da cidade.

As chácaras que deram origem ao bairro dos Campos Elíseos, por exemplo, foram compradas pelos alemães Nothmann e Glette, que as arruaram nos anos de 1880. [...] a chacara que pertenceu ao brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar originou partes da Santa Ifigênia. [...] Parte do bairro da Barra Funda e bairro do Bom Retiro originaram-se do sítio que pertenceu ao Barão de Iguape, e que foi comprado pelo judeu alsaciano Manfred Mayer, responsável pelo seu arruamento e loteamento. (MANGILI, 2011, p.32-33)

A chegada de novos imigrantes e migrantes nesse território amplia as narrativas sobre ele. Em 1920 tem-se a forte presença de judeus e japoneses, a partir de 1960, há diferentes nacionalidades e grupos regionais convivendo no mesmo território como sírios, armênios, gregos, coreanos, chineses, haitianos,

congoleses e migrantes do Nordeste do Brasil. No final do século XX o país recebeu um alto fluxo de imigrantes latino-americanos como bolivianos, peruanos e paraguaios.

Em 2008, a equipe técnica da Superintendência Regional do IPHAN realizou com os moradores do Bom Retiro o inventário de algumas das práticas culturais vividas nas ruas do bairro e que foram incluídas na lista do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do IPHAN.

A característica de São Paulo como cidade cosmopolita deve-se a esta forte presença de pessoas de diferentes lugares do Brasil e do mundo, em especial, no Bom Retiro, Brás, Mooca e mais recentemente em Guaianases, na zona leste da cidade. As histórias de oportunidades distintas da população migrante e imigrante também são evidenciadas pela desigualdade social presente em alguns bairros, por exemplo, a frente da Estação da Luz está em diálogo com espaços públicos que foram protegidos pelas políticas de patrimônio.

Em 1981 foi tombado o Parque da Luz; em 1982 a Estação da Luz e a Pinacoteca de São Paulo, todos pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAT). Há um cuidado com uma paisagem arquitetônica que se diferencia daquela que existe do outro lado da Estação da Luz, considerada os fundos, com moradias precárias, uma rede de pequenos comércios, revistaria, farmácia, açougue, bares, lojas de sapato, doceria, entre outros serviços.

Nesta região, vários prédios que até então abrigavam várias funções se tornaram museus em momentos históricos distintos: Pinacoteca de São Paulo (1905), Museu da Obra Salesiana, Casa do Povo (1953), Museu da Polícia Militar de São Paulo (1958), Museu de Saúde Pública Emílio Ribas (1965), Museu de Arte Sacra (1970), Museu dos Transportes Gaetano Ferolla (1985), Oficina Cultural Oswald de Andrade (1986), Universidade Livre de Música, atual Escola de Música do Estado de São Paulo - Tom Jobim (1989), Sala São Paulo (1999), Estação Pinacoteca (2004), Museu da Energia de São Paulo (2005), Museu da Língua Portuguesa (2006), Memorial da Resistência (2008), SESC Bom Retiro (2011), Memorial da Imigração Judaica (2012). Estes diferentes espaços de memória praticamente concentrados numa mesma região favorecem percebê-la de forma atrativa para turistas e ao mesmo tempo portam narrativas que concorrem por visibilidade.

Há espaços que representam a memória crítica às práticas autoritárias do Estado político brasileiro como a Casa do Povo, construída em homenagem aos judeus que morreram na Segunda Guerra Mundial e foi espaço de resistência à ditadura civil-militar brasileira na década de 1970 e o Memorial da Resistência, situado no prédio do extinto Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), local onde ocorriam as prisões e torturas de presos políticos entre 1940-1983.

Em uma narrativa oposta, direcionada à construção de um imaginário nacional brasileiro a partir da elite paulista, está a história da Pinacoteca. Seu prédio abrigou inicialmente o Liceu de Artes e Ofícios, responsável por oferecer cursos gratuitos como serralheria, marcenaria e metalurgia no início do século XX para atender o desenvolvimento urbano da cidade. O curso de artes do Liceu possibilitou expor um pequeno acervo de obras artísticas oriundas do Museu Paulista, até então o primeiro museu de História da cidade de São Paulo. A sala dedicada à exposição

dessas obras foi chamada de Pinacoteca e, posteriormente, todo o prédio se transformou no primeiro museu de arte da cidade.

A entrada principal deste museu, na Avenida Tiradentes, foi transferida para a lateral do prédio, na Avenida da Luz, em 1998. Com a inauguração do MLP na Estação da Luz em 2006 foi possível que a sua porta de entrada e a da Pinacoteca ficassem de frente uma para a outra.

Muitos visitantes saíam do MLP e continuavam o seu passeio na Pinacoteca e o inverso também acontecia, principalmente na organização do fluxo de visitantes que formavam filas quilométricas em meio às novas exposições temporárias nestes museus. A entrada gratuita nesses espaços nos sábados era indicada pelos próprios funcionários. Esta proximidade facilitava a orientação dos visitantes de modo a terem o contato com temas da cultura brasileira em acervos distintos, como se fossem complementares, e traz a clara resposta à ação de revitalização no bairro, cujo processo de restauração nestes prédios aconteceu praticamente ao mesmo tempo, a partir de 1995.

Como mencionado no início deste artigo, o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano (Programa Monumenta) e o Projeto Nova Luz tinham como um dos seus resultados principais a valorização imobiliária e econômica da região da Luz; para isso, colaborava a proposta do Ministério de Esporte e Turismo. Este Ministério, no final da década de 1990, utilizou recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dos municípios, estados e setor privado para investir na infraestrutura dos centros históricos e em novos equipamentos culturais.

As leis de incentivo fiscal acompanharam esse movimento com o objetivo de incentivar empresas brasileiras a divulgarem a imagem do Brasil em outros países. O turismo tornou-se não apenas o meio para atrair investimento na infraestrutura dos centros urbanos, como para produzir um marketing cultural do País no exterior. Neste sentido, os projetos de revitalização de pontos históricos da cidade favorecem transformá-los em potenciais turísticos para estrangeiros.

A parceria pública e privada, descrita na Declaração Universal da Diversidade Cultural da UNESCO, incentivava as condições necessárias para fomentar as práticas culturais. No artigo 11 é dito:

As forças do mercado, por si só, não podem garantir a preservação e promoção da diversidade cultural, condição de um desenvolvimento humano sustentável. Desse ponto de vista, convém fortalecer a função primordial das políticas públicas, em parceria com o setor privado e a sociedade civil (UNESCO, 2001, p.3).

Com as parcerias público e privada os museus tornaram-se uma importante política da Secretaria da Cultura. Não é à toa que após a experiência pioneira do MLP (2006) a Fundação Roberto Marinho tenha criado o Museu do Futebol (2008), Museu de Arte do Rio – MAR (2013), Museu do Frevo (2014) e Museu do Amanhã (2015).



Figura 1: sinalização da localização dos museus nas regiões da Luz e do Bom Retiro em São Paulo
Fonte: Google Maps.

No mapa acima, verifica-se que a Luz e Bom Retiro concentram o maior número de museus na cidade de São Paulo e, por isso, é uma área privilegiada para roteiros histórico-culturais. Nesta região existe também uma rede de comerciantes e consumidores de roupas vendidas em atacado e varejo. Há turistas que visitam os museus e que também são consumidores destas lojas.

A Rua dos Italianos, no Bom Retiro, indicava a forte presença de imigrantes que chegaram pela Estação da Luz. Hoje, essa mesma rua é formada por uma sequência de lojas de roupas que atendem consumidores de diferentes lugares do País. Em paralelo encontra-se a Rua José Paulino, ocupada pelos antigos estabelecimentos comerciais portugueses, os quais passaram para as mãos de judeus da Polônia e Lituânia nas primeiras décadas do século XX. A partir da década de 60 vemos uma grande presença de sul-coreanos na administração do comércio local.

Essas zonas comerciais movimentam o fluxo de produtos e pessoas pela região, assim como planejado pelas políticas de urbanização. As políticas patrimoniais também movimentam os espaços da cidade. Ao pensar sobre os interlocutores dos espaços museais, o turista nacional e o estrangeiro estão em maior número no lugar daqueles que moram nas mediações dos museus.

A Coordenadora do Núcleo de Ação Educativa e dos Programas Inclusivos da Pinacoteca de São Paulo realizou uma pesquisa em 2002 para identificar o perfil de público visitante da Pinacoteca. Esta pesquisa visava subsidiar o planejamento das atividades educativas deste museu e a implementação do Programa de Inclusão Sociocultural.

O Programa teve início em 2002, a partir da percepção da descontinuidade entre o que acontecia dentro e fora da Pinacoteca. Naquele ano realizamos

uma pesquisa de perfil de público espontâneo cujos resultados comprovaram uma situação que podia ser percebida no convívio diário com o museu e seus visitantes: que estes possuem um perfil socioeconômico bastante específico e privilegiado, com altíssima escolaridade e renda familiar entre média e alta, além de não serem moradores do entorno ou mesmo de regiões próximas ao museu, distinguindo-se, assim, do público que frequenta seus arredores. (CHIOVATTO, p.9, 2010)

Na cidade de São Paulo, a alta circulação de turistas nacionais e estrangeiros em exposições que marcam a superlotação dos museus apareceu em exposições como “Porta do Inferno”, na Pinacoteca de São Paulo em 1995. Ela tratava das esculturas de Auguste Rodin e foi visitada por volta de 300 mil pessoas. Em 1997, a exposição “MASP 50 anos – Destaques do Acervo, Monet e Michelangelo” e no ano 2000 a “Mostra do Redescobrimento – Brasil+500 anos”, no Parque do Ibirapuera também tiveram alto fluxo de público. Após este período tornou-se comum visualizar filas quilométricas para visitar exposições e que dispendiam forte investimento em propaganda.

A empresa JLeiva Cultura & Esporte, fundada em 2004, com o objetivo de pesquisar hábitos culturais dos brasileiros identificou esta mesma tendência em outros países. A inauguração do Museu Guggenheim, em Bilbao, Espanha, em 1997, expressou uma atração significativa de turistas estrangeiros pelas megaexposições internacionais. Outro fator de atração de público era a arquitetura monumental deste museu, assim como ocorreu com o Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro.

O Museu Guggenheim, em Bilbao, e o Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, são exemplos de uma arquitetura que chama atenção na paisagem local. Ambos estão em zonas portuárias cujas práticas de planejamento urbano dedicam-se à ação de revitalização.

Uma das formas de pensar os possíveis efeitos desta questão é compará-la a outros espaços de memória. Por exemplo, lugares que tratam da memória da escravização dos povos africanos no Rio de Janeiro, como a Pedra do Sal e Cais do Valongo, localizam-se na mesma zona portuária do Museu do Amanhã, no entanto, este último museu tem uma arquitetura que destoa em relação a estes outros espaços. Esta diferença pode representar um isolamento na relação com os prédios do território e uma forma de disputa de narrativa em relação às histórias do próprio bairro. O título “Museu do Amanhã” também modifica a forma de ver e se relacionar com os espaços de memória.



Figura 3: entrada da bilheteria do MLP
Fonte: Registro feito por câmera pessoal

Era comum entre os educadores do MLP construir a metáfora sobre a língua portuguesa como uma plataforma, local de encontro e desencontro de diferentes pessoas, tal como uma plataforma ferroviária onde circulam diferentes falares. De fato, as estações de trens realizaram o que os navios e canoas também puderam desenvolver, o intercâmbio entre pessoas de espaços distantes, assim como potencializou as formas de dominação e controle sobre um território.

Um museu que ocupa uma estação ferroviária administrada inicialmente por ingleses envolve pensar sobre estas narrativas. A arquitetura da Estação da Luz é de origem inglesa, os tijolos e primeiros funcionários desta Estação também vieram da Inglaterra. A marca da companhia inglesa São Paulo Railway - SPR continua em todas as quinas da Estação, tornando-a um importante ponto turístico.



Figura 4: sigla SPR – São Paulo Railway, que está em todas as quinas da plataforma da Estação da Luz
Fonte: Registro feito por câmera pessoal

Contudo, o discurso veiculado pelo MLP envolve um reconhecimento dos diferentes povos formadores da sociedade brasileira a partir da referência à Política de Patrimônio Imaterial. A política de patrimônio brasileiro incluiu a categoria imaterial na Constituição Federal (CF) de 1988, no artigo 216. De acordo com o artigo, define-se como:

[...] patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
 - II - os modos de criar, fazer e viver;
 - III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 - IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; [...]
- (BRASIL, 1988, p.134).

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), criado em 04 de outubro de 2000 a partir da referência da CF de 1988, inseriu o processo de registro e salvaguarda dos bens considerados de natureza imaterial como: danças, festas, ritos, ofícios, saberes e locais de manifestações artístico-culturais.

Essa ampliação do conceito possibilitou incluir bens culturais de matrizes ameríndias e afro-brasileiras, até então pouco contemplados na história dessa política, como a Arte Kusiwa: pintura corporal e arte gráfica dos índios Wajãpi; Cachoeira de Iauaretê: lugar sagrado dos povos ameríndios do Rio Uaupé e do Rio Papuri; Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro; Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe; Saberes e práticas associadas ao modo de fazer bonecas Karajás Ritxòkò: expressão artística e cosmológica do povo Karajá; Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão; Samba de Roda do Recôncavo Baiano; Modo de fazer Viola de Cocho; Ofício das Baianas de Acarajé; Jongo do Sudeste Paulista; Feira de Caruaru; Frevo; Tambor de Crioula; Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido-Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo; Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; Roda de Capoeira; Ofício do Mestre de Capoeira; entre outros.

É possível afirmar que há uma matriz de sentido comum entre as propostas do Patrimônio Cultural Imaterial e a criação de novos museus para temas que exaltem especificidades das práticas culturais brasileiras vistas como cultura nacional. No entanto, tomando a língua portuguesa como patrimônio imaterial, como esta especificidade poderia ser narrada?

Os museus que se denominam imateriais ou intangíveis passam a divulgar a ideia de uma cultura “viva”, uma vez que o patrimônio imaterial está em uso. Preservar um patrimônio imaterial é apresentar os seus usos e apropriações, a história presente não é menos importante do que a história passada em virtude da possibilidade de recriação destes bens.

Enquanto o patrimônio material trabalha com o processo de tombamento como forma de preservar a autenticidade e imobilidade do bem histórico, o mesmo não pode ser aplicado aos bens de natureza intangível. Estes são vivenciados como forma de expressão, saberes, ritos, celebrações etc.

De acordo com SANT’ANNA (2007), a comunidade detentora de cada prática cultural é responsável pela anuência de quais bens são representativos da sua história, o Estado tem o compromisso apenas de legislar, documentar e assegurar a continuidade desses bens, sem obrigar a sua continuação. Há um novo movimento que sai das mãos do poder público, na seleção e escolha do patrimônio cultural nacional, para concentrar-se nos interesses e escolha dos grupos que almejam esse

reconhecimento. Objetiva-se “incorporar o olhar de quem produz esses bens culturais, e não apenas de quem os está examinando ou identificando” (SANT’ANNA, 2007, p.142). Para CORÁ (2014), a característica inovadora das práticas de salvaguarda e registros do Patrimônio Imaterial é considerar a participação dos detentores dos bens culturais na construção desta política.

Em março de 2006, mês e ano de inauguração do MLP, o Congresso Nacional Brasileiro constituiu o Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil a partir do Seminário sobre a Criação do Livro de Registro das Línguas³⁹³. De acordo com este Grupo de Trabalho, antes da Constituição de 1988 a política linguística do Estado Brasileiro tinha como objetivo eliminar a diversidade linguística através da aprendizagem da língua portuguesa. Com a referida Constituição, no artigo 210, é assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Em 2010 é criado o decreto federal 7.387 referente ao Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Por meio deste inventário é possível preservar línguas das diferentes etnias e grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. Nesta política foram incluídas as línguas Indígenas, de Imigração, das comunidades Afro-Brasileiras, Língua de Sinais e a variações dialetais dadas em língua portuguesa. Por outro lado, evidencia-se um importante problemática:

Uma das questões paradoxais é a defasagem que existe entre, de um lado, a importância dessa diversidade para o patrimônio histórico do país e, de outro, a sua representação na memória coletiva. Essas línguas foram não só silenciadas, como também a memória sobre elas foi apagada, deixou de circular, ficou ausente nos currículos escolares e na mídia. (FREIRE, 2016, p.386).

É importante lembrar que de 1942 a 1944 o etnólogo Curt Nimuendaju produziu o primeiro Mapa Etno-histórico das línguas indígenas no território político brasileiro. Este mapa foi publicado em 1981 por Aloísio Magalhães quando presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, órgão público que funcionava em paralelo à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)³⁹⁴ e constituiu o primeiro documento utilizado na luta política para preservação dessas línguas.

Em 1989 a UNESCO se colocou como organismo coordenador das ações de salvaguarda do Patrimônio Imaterial por meio do documento “Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore”, porém, apenas em 1993 inseriu o programa “Línguas em perigo no mundo”. Este programa tinha como objetivo fomentar nos seus países signatários práticas voltadas à preservação das línguas em extinção de seus territórios.

Com o INDL e o Livro de Registro das Línguas tem-se certo deslocamento das práticas que vinculavam o território e a nação brasileira ao imaginário de uma única língua materna para direcionar à preservação da diversidade de línguas e dialetos falados neste território. Outras ações vieram a este encontro como a

³⁹³ Esta foi uma iniciativa da Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL).

³⁹⁴ Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), refere-se ao atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas pela lei 10.639-03 e 11.645-08.

O conjunto destes novos instrumentos jurídicos responde a formas de enfrentamento das práticas de epistemicídio (CARNEIRO: 2005; SANTOS: 2009;) inerentes ao apagamento de saberes de matrizes africanas e ameríndias, em especial, na História brasileira. Uma das práticas da colonização europeia foi negar esta produção de conhecimento.

Neste jogo de forças é possível interpelar os posicionamentos adotados no MLP. Se a língua é um fenômeno da cultura, este enunciado não é um simples dado, implica em escolhas políticas sobre ao que se deseja dar visibilidade e o que silenciar.

Os museus mobilizam formas de ver algo e pensar sobre um assunto, são estes pensares que disputam posições a serem assumidas por seus visitantes. Entre os discursos que são assumidos existem os que não são falados ou vistos nos espaços de legitimação de saberes. Deste modo, o exercício de lançar-se ao questionamento da existência de um museu é refletir sobre as diferentes narrativas que lhes atravessam e rodeiam, desde o prédio em que está localizado, a relação que estabelece com a história do bairro e com as políticas de patrimônio e urbanização. Pensar no entrelaçamento destes fatores possibilita dar visibilidade aos diferentes efeitos discursivos do MLP na Estação da Luz.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CORÁ, Maria Amélia Jundurian. **Do material ao imaterial: patrimônios culturais do Brasil**. São Paulo: EDUC. 2014.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundador do ser**. Tese de Doutorado apresentada no programa de pós-graduação em educação da Universidade de São Paulo. 2005.

CHIOVATTO, Milene (coord.). **Anais do Encontro Internacional Diálogos em Educação, Museu e Arte** [CD-ROM]. São Paulo, Porto Alegre e Recife, 22 a 30 de out. 2010/Santander Cultural e Pinacoteca do Estado de São Paulo.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação liberdade/Editora Unesp, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22ª edição, São Paulo: Ed. Loyola, 2012.

FREIRE, José Bessa. A demarcação das línguas Indígenas no Brasil. IN: CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro de Niemeyer (ORGs). **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: UNESP, 2016. p.365-389.

KARA-JOSE, Beatriz. **Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revitalização do centro de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2007.

MANGILI, Liziane. **Bom Retiro, bairro central de São Paulo: transformações e permanências 1930-1954**. São Paulo: Alameda, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximação ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: CACCIA-BRAVA, Silvio; PAULICS, Veronika; SPINK, Peter (Orgs.). **Novos Contornos da gestão local: conceito em construção**. São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002.

SANT'ANNA, Marcia. Patrimônio imaterial e políticas públicas. In: MIRANDA, Danilo (Org.). **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: SESC, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Edições Almedina, 2009.

REFERENCIAS ONLINE

Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL) – Relatório de Atividades 2006-2007. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/12_2%20Audi%C3%AAncia%20P%C3%BAblica%20Debate%20Diversidade%20Lingu%C3%ADstica%20no%20Brasil.pdf> Acesso em: 27 Ago. 2021.

Projeto Nova Luz, São Paulo Brasil, Plano de urbanização de ZEIS (PUZEIS) Subproduto 5.2: PUZEIS. Julho de 2011. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUZEIS.pdf> Acesso em: 20 Ago. 2021.

UNESCO. **Declaração Universal sobre Diversidade Cultural**. 2001. Disponível em:

http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf> Acesso em: 25 Ago. 2021.

Legislação Municipal - **LEI Nº 8.328 DE 2 DE DEZEMBRO DE 1975**. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-8328-de-02-de-dezembro-de-1975/>

Acesso em 29 Set. 2021.

TONASSO, Mariana Cavalcanti Pessoa. **Zonas de Conflito? Zoneamento e Preservação do Patrimônio Cultural em São Paulo 1975-2016**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26062019-105027/publico/MEMARINACAVALCANTIPESOAATONASSO_rev.pdf

Acesso em 29 Set. 2021.

REFERENCIAS DAS IMAGENS

Figura 1: sinalização da localização dos museus nas regiões da Luz e do Bom Retiro em São Paulo. Disponível em:

<https://www.google.com.br/maps/search/museu+na+cidade+de+s%C3%A3o+paulo/@-23.5642889,-46.7353778,12z/data=!3m1!4b1> Último acesso: 25 Set. 2021. **Figura**

2: localização da Pedra do Sal, Cais do Valongo, Museu de Arte do Rio e do Museu do Amanhã.

Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-22.8977456,-43.1866995,16z>
Último acesso: 25 Set. 2021.

Figura 3: entrada da bilheteria do MLP. Registro feito por câmera pessoal em agosto de 2021.

Figura 4: sigla SPR – São Paulo Railway, que está em todas as quinas da plataforma da Estação da Luz. Registro feito por câmera pessoal em agosto de 2021.

OS POVOS *BANTU* E AS SUAS AFROPERSPECTIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: LEI FEDERAL 10.639/03 NO CHÃO DA ESCOLA “RELATOS DE EXPERIMENTAÇÕES”.

Wudson Guilherme de Oliveira³⁹⁵

Resumo: O presente artigo tem como finalidade apresentar ações afirmativas ancoradas na implementação da Lei Federal nº 10.639/2003. Onde construímos e traçamos estratégias sólidas para a redução do Racismo em uma instituição privada de educação. Para o sucesso desta proposta, trabalhamos com os valores ligadas aos aspectos culturais, históricos, geográficos e as afroperspectivas dos Povos *Bantu*, bem como suas contribuições transportadas para o Brasil, como possibilidade de uma educação antirracista e decolonial, que serviram de subsídio para propor Oficinas, Leituras e Rodas de Diálogos, na luta contra o Racismo na Disciplina de História.

Palavras-chave: Afroperspectivas; Povos *Bantu*; História.

APRECIÇÕES INTRODUTÓRIAS:

A educação é o principal elo que pode fazer ser propagada e disseminada as intensões das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08, valorizando assim as histórias e os feitos dos grupos africanos que aportaram no Brasil, dos seus descendentes afros-brasileiros e os indígenas em nossa sociedade, contribuindo de forma positiva no processo de eliminação das discriminações, a redução do racismo e a exclusão das desigualdades.

Wudson Guilherme de Oliveira, 2018, p. 112.

O aforismo acima apresenta os múltiplos significados da ação afirmativa pedagógica que será manifestada, neste Trabalho/Oficinas/LIVES, onde houveram opulentas experiências, transformações e sensibilizações. Este artigo tem como incumbência propor elucubrações referentes aos entraves ligados aos episódios de Racismo³⁹⁶ “ideologia de superioridade racial que tende a beneficiar as pessoas brancas” (MALOMALO, 2018, p. 491) ocorridos no Ambiente Virtual Escolar, onde o material pretende amostrar potentes descrições de experimentações ocorridos nas atividades pedagógicas do ensino da Disciplina de História, como forma de reduzir os impactos racistas nos espaços de saberes do Chão da Escola.

Ainda que não seja encarado como algo determinado, mais à exatamente 18 anos adinâmico já se passaram desde a sanção da implementação das Leis

³⁹⁵ Mestrando em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – PPGEDUC, pela UFRRJ, Desenvolve vivências como professor das Disciplinas de História, Filosofia, Geografia e Sociologia, Palestrante e Oficineiro. E-mail: wudafrica@gmail.com.

³⁹⁶ O racismo está longe de ser “uma questão dos negros e das negras” e de outros grupos discriminados. Ele é fruto das desigualdades existentes nas relações sociais entre pessoas brancas e grupos constituídos por pessoas negras, imigrantes, indígenas, ciganas, migrantes etc. superá-lo é um desafio e responsabilidade de toda a sociedade. CARREIRA, Denise e SOUZA, Ana Lúcia Silva. “*Indicadores da qualidade na educação: Relações raciais na escola / Ação Educativa*”, Unicef, SEPPPIR, MEC – São Paulo: Ação Educativa, 2013, p. 33.

Federais 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008³⁹⁷ “Ela simbolizava, simultaneamente, um ponto de chegada das lutas antirracistas no Brasil e um ponto de partida para a renovação da qualidade social da educação brasileira” (BRASIL, 2009, p. 9), Leis que transvertem o Artigo 26 A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), onde estipula a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no Ensino Básico. As presentes Leis vem com os intuitos de alterar a anterior de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, apoiada e acrescida nos seguintes artigos 26-A, 79-A e 79-B.

Inclusive desenrolaram-se inúmeras intervenções civis e governamentais com o intuito de desenvolver questões reflexivas para a sua efetivação nos espaços de educação. Apesar disso, ocorreram incontáveis barreiras que ainda colocam em xeque a evolução e promoção de sua permanência, como apresentam em alguns trabalhos recentes sobre as discursões dos entraves e avanços para o cumprimento das Leis nas escolas.

Não obstante, para que esta que as Leis possam sejam inclusas de modo eficiente e dinâmico na sociedade educacional e demais espaços, ainda existe alguns adversidades para que possam adentrar nos Espaços de Saberes, e assim possibilitar a abordagens vigorosas das suas perspectivas fundamentais que foram propostas no Artigo 26 A da LDBEN.

É significativo notabilizar que os atravancos para as implementações das Leis em questões, vem sendo denunciadas por educadores e pelo Movimento Negro³⁹⁸ “[...] grupo que luta pela própria cidadania, conscientização e valorização dos próprios valores culturais, com intuito de propagar as proposições e reivindicações da população negra na busca de alcançar justiça racial e social” (MACHADO e OLIVEIRA, 2018, p. 69) que sinalizam problemas acerca da falta de cursos de formação pedagógica sobre as intenções das Leis Federais 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, sem esquecer de mencionar a carência de materiais, didáticos e paradidáticos que não estão presentes no Chão da Escola, em especial nas salas de aula, acarretando à não subsidiar os Professores Regentes.

Consequentemente, Elas não serão reconhecidas e valorizadas pelos Profissionais de Educação e demais agentes, impossibilitando a incorporação dos referentes conteúdos que abrange a História e Cultura Africana, dos Afro-Brasileiros e dos Grupos Indígenas nos Currículos da Educação Básica.

Continuando, no Estado do Rio de Janeiro e adjacências, durante os 18 anos, foi possível encontrar numerosos cursos de Formações Continuada para profissionais da Educação e Professores, e também à militantes do Movimento Negro e a sociedade civil, que se apoquentavam com uma sociedade mais igualitária e justa.

Ainda assim, estas ações afirmativas “Ela visa ir além da tentativa de garantir igualdade de oportunidades individuais ao tornar crime à discriminação, e tem como principais beneficiários, os membros de grupos que enfrentam preconceitos” (CASHMORE, 2000, p. 31) de correções, aparentemente não completam todas as faltas de ações imbuídas com estas temáticas para cursos e oficinas pedagógicas para Educadores e Professores.

³⁹⁷ No mês de março de 2008, é instituída a Lei Federal 11.645/08, que inclui as temáticas ligadas à história e cultura dos povos indígenas nos currículos oficiais no artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em todo território nacional.

³⁹⁸ A respeito dos processos de mobilizações e organização do movimento negro no Brasil referidos ao século passado e atual, podemos nos portar em referenciais como: Roger Bastide, 1972; Florestan Fernandes, 1978; Clóvis Moura, 1983; Kabengele Munanga, 1996; Amauri Mendes Pereira, 2008; Sales Augusto dos Santos, 2005, Marcos Antônio Cardoso (2011), Nilma Lino Gomes (2017) entre outros.

Precisamos refletir também em outras dificuldade, como às de encontrar os materiais que foram produzidos como: revistas, DVD`s, encartes, vídeos, jornais, blogs, CD`s, sites, projetos, livros entre outros confecções, para a exaltação das Culturas e Histórias das Áfricas, das Diásporas³⁹⁹ Afrodescendentes “termo criado pelos movimentos negros para adjetivar, mais genericamente, o descendente de africanos, independente de suas características físicas” (LOPES, 2008, p. 67) e Indígenas.

Existem também outras objeções, para o acesso aos materiais apontados à anterior, como por exemplo à promoção da existência deles e por último, mais não menos importante, a ausência de estímulo e interesse de uma parcela de Educadores, que jugam que a implementação das Leis Federais, devem ser impulsionadas apenas pelos Educadores e Professores Afro-brasileiros “qualitativo do indivíduo brasileiro de origem africana e de tudo que lhe diga respeito. Relativo, ao mesmo tempo, a África e ao Brasil, como o indivíduo brasileiro de ascendência africana” (LOPES, 2006, p. 22) ou unicamente pelos Professores que lecionam aulas das Disciplinas de Sociologia, Geografia, Artes, Literatura ou História, preferencialmente em culminâncias esporádicas e descomprometidas nas seguintes datas comemorativas:

19 de Abril, data que é comemorado o “Dia Nacional do Índio”. Atualmente, os grupos indígenas tentam resignificar em “Dia da Conscientização para a Questão Indígena”, como forma de defesa da sua cultura e dos direitos de seus povos;

13 de Maio, data que durante muitos anos, não se discutiam as questões que acercavam as “Histórias e Culturas dos Negros no Brasil”, onde só eram lembradas de modo educativo ou cívico, apenas nesta data, dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888, onde anunciou a extinta da escravidão no Brasil. Vale ressaltar que o Movimento Negro tem interpretado esta data como “Dia Nacional de Luta contra o Racismo”, de forma à reeducar e construir novos diálogos pela igualdade e representatividade;

20 de Novembro⁴⁰⁰, data que tem sido realizadas em algumas instituições de ensino público e privados apenas nas penúltimas semanas do mês de Novembro, como mera efetivação desimpedida sobre a História e Cultura do Negro, como método de cumprimento da Lei Federal 10.639/2003 nos Espaços de Saberes.

³⁹⁹ Segundo William Safran (1991, p.83) diáspora diz respeito a diversos processos, entre eles à expatriação de comunidades de minorias, que são dispersas de um centro original para pelo menos dois lugares periféricos, que mantém uma memória, visão ou mitologia sobre a pátria original. A diáspora africana, então, é o fenômeno histórico, social e cultural da migração forçada de povos africanos para outros continentes e me interessam os processos de formações culturais e sociais deste contexto.

⁴⁰⁰ No Estado do Rio de Janeiro, é decretado como feriado o dia 20 de novembro, data da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares, estabelecido com o “Dia da Consciência Negra” sancionada pela Governadora Benedita da Silva pela LEI Nº 4007, DE NOVEMBRO DE 2002.



Figura 1. Imagem do *Slide* sobre a importância da implementação da Lei Federal 10.639/03. Fonte e Arte: Wudson Guilherme de Oliveira (professor).

Acrescentando mais um comentário a todas as negativas à anterior para a “não” implementação da Lei Federal 11.645/08 e Lei Federal 10.639/03, encontramos também o obstáculo propiciado por uma quantidade expressiva de Educadores, Professores e Agentes Educacionais que se recusam em trabalhar as discussões que são amarradas a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Essas resistências sobre essa questão, estão amparadas as faltas de sensibilidades dos colegas, que podem estar atreladas pela repulsa em propor diálogos no Chão da Escola, com debates robustos acerca de tais controvérsias, como por exemplo as perspectivas ligadas as Discriminações Raciais “Tratamento desfavorável dispensado arbitrariamente a certas categorias de seres humanos. A discriminação racial tem sua forma mais radical na segregação” (LOPES, 2011, p. 458), Racismo, Africanidades “A ideia de africanidade está muito relacionada à experiência de singularidade cultural vivida por aqueles que vivenciam diferentes (e distantes) realidades no continente e nelas percebem semelhanças no domínio da cultura” (LIMA, 2016, p. 73), Juventude Negra, Branquitude⁴⁰¹, Intolerância as religiões afro-brasileiras “As religiões de matriz africana desenvolvidas no Brasil compreendem, principalmente, as várias vertentes de culto aos orixás e ancestrais iorubanos e voduns jejes; o culto a ancestrais bantos e ameríndios; a umbanda; e outras formas sincréticas” (LOPES, 2011, p. 1107), Estéticas “Pensar sobre experiências estéticas perpassa por uma reflexão acerca do corpo e tudo aquilo que o atravessa e o toca” (OLIVEIRA e FERNANDES, 2019, p. 129), Questões Quilombolas, Saúde da População Negra, Preconceito “Atitude desfavorável para com um grupo ou indivíduos que nele se inserem, baseada não em seus atributos reais mas em crenças estereotipadas” (LOPES, 2011, p. 1059), Antirracismo entre outros diálogos pujantes, devido ao sentimento de despreparo dos Profissionais Educacionais em relação ao domínio das temáticas, ou mesmo a indisposição em promover reflexões descolonizadoras sobre os grupos africanos e a sua diáspora no Brasil.

Todas as inquietações propagadas no presente artigo, pretende provocar e promover nos Estimuladores Educacionais, uma ação reflexiva em relação à emergência de se consolidar caminhos possíveis que proporcione de modo efetivo a implementação do Artigo 26 A da LDBEN, visando diminuir as manipulações

⁴⁰¹ A branquitude é compreendida como um sistema de valores e comportamentos que toma o ser branco como “o modelo universal de humanidade”, o representante de todas as pessoas. Esses valores levam a uma espécie de “cegueira social”, fazendo com que grande parte das pessoas brancas não consiga enxergar a dor das pessoas que enfrentam discriminação étnicorracial. Buscar maiores conhecimentos em “*Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil*”, de Liv Sovik.

estruturadas do Racismo, discriminação e preconceito que encontramos de forma mascarada no Chão da Escola.

TESTEMUNHANDO ATRAVÉS DO WHATSAPP

Em uma turma do 1º Ano do Ensino Médio, em uma instituição privada de Educação Básica, composta por grande quantidade de Alunados jovens, Pardos (as) e Pretos (as), e uma quantidade menor de Alunos (as) Brancos, localizada na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro. Em tempos de pandemia ocasionada pelo COVID 19⁴⁰², após a geração de um “Grupo de Mensagens de *WhatsApp*”, como um mecanismo potente que possibilita um Ensino Remoto⁴⁰³ em tempos de pandemia.

Durante as trocas de mensagens pedagógicas matinais, determinados Alunos (as) promoveram episódios lamentáveis de *Bullying*⁴⁰⁴ e Racismo, com comentários racistas e desastrosos sobre as fotos dos perfis de colegas, bem como a promoção de imagens e áudios com linguagens preconceituosas, que foram validados por Professores e Coordenadores, representados a partir de seus risos “kkkkkk”, comentários desnecessários, achismos, visões estereotipadas⁴⁰⁵ entre outras manifestações desestruturantes, amparados aos moldes eurocêntricos e etnocêntricos, neste novo espaço virtual de educação.

Sobre o nome da instituição, preferimos não revelar, para não prejudicar as pesquisas e a integridade da instituição e profissionais envolvidos, a partir disso, criamos o nome fictício de “Instituto Ecumênico de Educação Maria do Nascimento”⁴⁰⁶, onde homenageamos aqui, uma “Heróina Afro-Brasileira” que “lutou a favor da Luta contra o Racismo em prol da igualdade racial”.

Após alguns apontamentos feitos no “Grupo de Mensagens de *WhatsApp*” pela minha pessoa e alguns Alunos (as) Negros (as), foi possível constatar a partir dos argumentos dos Professores, Coordenadores e Alunos, que todos acreditavam no “Mito da Democracia Racial⁴⁰⁷”, alegando inclusive que em nosso colégio, assim como no Brasil “NÃO HÁ RACISMO”.

⁴⁰² É um vírus que causa uma doença respiratória causada pelo agente coronavírus (Sars-CoV-2), vírus que foi identificado no mês de dezembro de 2019 na China e posteriormente se proliferou por todo o mundo, acarretando no isolamento social de toda a população mundial.

⁴⁰³ Vale destacar que ideia surge para que Professores e Alunos, mantivessem interações pedagógicas em determinados horários para manter a rotina de sala de aula em um ambiente virtual, possibilitando suprir as aulas das disciplinas que ocorreriam no modelo presencial.

⁴⁰⁴ Beaudoin e Taylor afirmam que “Compreende todas as formas de atitudes agressivas, realizadas de forma voluntária e repetitiva, que ocorre, sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia e realizada dentro de uma relação desigual de poder” (BEAUDOIN e TAYLOR, 2006).

⁴⁰⁵ Segundo Antonio Olímpio Sant’Ana, visões estereotipadas são opinião preconcebida, difundida entre os elementos de uma coletividade; conceito muito próximo de preconceito. “Uma tendência à padronização, com a eliminação das qualidades individuais e das diferenças, com a ausência total do espírito crítico nas opiniões sustentadas” (2004, p.57).

⁴⁰⁶ Maria do Nascimento foi assistente social, fundadora e responsável por diferentes atividades no Teatro Experimental do Negro (TEN), acompanhou muito de perto as mazelas sociais da cidade, onde participou ativamente na luta anti-racista, coordenou um departamento feminino e o Conselho Nacional de Mulheres Negras a partir do ano de 1950, um dos braços do TEN. Para um maior conhecimentos, buscar “*Mulheres negras: histórias de algumas brasileiras*” de Joselina da Silva.

⁴⁰⁷ Nas palavras de Nilma Lino Gomes (2010) O Mito da Democracia Racial pode ser compreendido, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento.



Figura 2. Imagem do *Slide* da ação afirmativa.
Arte: Wudson Guilherme de Oliveira (professor).

A partir dos acontecimentos ocorridos à anterior, eis que surge de modo emergencial a criação das Oficinas/LIVES pedagógica intitulada **“OS POVOS BANTU E AS SUAS AFROPERSPECTIVA NO ENSINO DE HISTÓRIA: LEI FEDERAL 10.639/03 NO CHÃO DA ESCOLA”** como uma maneira de promover a igualdade racial e a redução do Racismo neste “Grupo de Mensagens de *WhatsApp*”, na turma do 1º Ano do Ensino Médio desta instituição privada de educação.

LIVES SOBRE A AFROPERSPECTIVA DOS POVOS BANTU⁴⁰⁸

As ações afirmativas estavam inspiradas na implementação da Lei Federal 10.639/03 e 11.645/08, nas pedagogias decoloniais⁴⁰⁹ e antirracistas, na resistência de uma Educação Étnico-Racial, na interdisciplinaridade para valorizar a ancestralidade “Nas culturas africanas constitui um conceito bastante complexo [...] significa o vínculo de todos nós com o ciclo da vida, com todos aqueles e aquelas que nos antecederam e com os valores fundamentais que eles e elas deixaram para nós” (CARREIRA e SOUZA, 2013) Negra, com vistas na trajetória e conjuntura atual do afro-brasileiro e amparados nas indagações firmadas na resistência afroperspectivista “O termo afroperspectivista tem um sentido simples, o conjunto de pontos de vista, estratégias, sistemas e modos de pensar e viver de matrizes africanas” (NOGUEIRA, 2012, p. 147) dos *Povos Bantu*.

Com a intenção de proporcionar a todos os participantes “Negros” e os “não Negros” envolvidos na atividade, que se sentissem partes importantes desta ação para a promoção ao respeito e a autoestima⁴¹⁰ dos afrodescendentes, em prol de uma Educação Étnico-Racial no combate à amenização do Racismo.

Para início de conversa, nos “Encontros Remotos Semanais” realizados pelo *Google Meet*, decidi trocar diálogos com os Alunos (as) em semanas alternadas, sobre as infinitas questões que acercam as Histórias e Culturas Africanas, em especial as Histórias, Culturas e Linguísticas dos Povos *Bantu* “grande conjunto de

⁴⁰⁸ Pertencente ou relativo aos bantos ou às suas línguas. Do termo multilinguístico *ba-ntu*, plural de *mu-ntu*, pessoas, indivíduos.

⁴⁰⁹ A ativista e pesquisadora Catherine Walsh (2013) foi quem delimitou a referida abordagem por sugerir práticas insurgentes no processo de formação escolarizada, no entanto, também, em outros espaços de conhecimento. Onde se destaca a publicação “*Pedagogias Decoloniais: práticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*”, livro organizado por ela no ano de 2013.

⁴¹⁰ Sentimento amoroso que uma pessoa é capaz de nutri por si mesma. Reconhecimento e valorização das próprias qualidades, potencialidades e atributos físicos e respeito às próprias imperfeições e limitações (CUTI, 2007, p. 47).

povos africanos disseminados do centro para o leste, sul e sudeste do continente. Falantes de línguas semelhantes no Congo, em Angola, na Tanzânia, em Moçambique, na África do Sul” (LOPES, 2008).



Figura 3. Imagem do Slide sobre a Migração dos Povos *Bantu*.

Fonte: *The Nystrom Atlas of Word History*.

Arte: Wudson Guilherme de Oliveira (professor).

Os Povos *Bantu* é na verdade, bem mais que um grupo étnico estabelecido, com línguas aparentadas, que reúnem variados conjuntos de pessoas que compartilham um mesmo tronco linguístico trivial, eles também são conjuntos de povos que são encontrados historicamente em um extenso território⁴¹¹ localizado na África Central, onde geograficamente se originou na Nigéria e posteriormente se estendeu para outras áreas de modo diásporico, para determinados países localizados no Continente Africano.

Vale destacar que entre os séculos XVI e XIX, milhões de corpos africanos vindos dos territórios *Bantu*, atravessaram o Atlântico de forma forçada amontoados nos tumbeiros, sem objetos pessoais e tendo como destino os portos brasileiros⁴¹². Porém, esses grupos que foram obrigados a fazer estas migrações, foram subjugados e transformados em mãos-de-obra escravas especializadas. Todavia estas etnias trouxeram consigo infinitas bagagens intelectuais e culturais, entre elas as suas estruturas linguísticas (*Bantu*), culinárias, religiosas entre outras referências históricas, que resistiram aos impactos e as dificuldades encontradas na sociedade colonial escravocrata portuguesa.

No Brasil, existe uma grande predominância da contribuição vocabular dos grupos diásporico falantes das línguas *Bantu*, notadamente o *umbundo*⁴¹³, o *quimbundo*⁴¹⁴ e o *quicongo*⁴¹⁵.

⁴¹¹ Sodré afirma que “o território como patrimônio simbólico não dá lugar à abstração fetichista da mercadoria nem à imposição poderosa de um valor humano universal, porque aponta o tempo inteiro para a abolição ecológica da separação (sofística) entre natureza e cultura, para a simplicidade das condutas e dos estilos de vida e para a alegria concreta do tempo presente” (SODRÉ, 1988a, p. 165).

⁴¹² Para saber mais sobre o tráfico atlântico de corpos negros escravizados nos séculos passados, incluindo mapas, estimativas e análises históricas relativas ao tema, acessível por meio da internet no endereço virtual, veja o site www.slavevoyages.org.

⁴¹³ Língua dos ovimbundos (LOPES, 2012, p. 250).

⁴¹⁴ A língua dos ambundos. O mesmo ambundo. Do vernáculo *kimbundu* (LOPES, 2012, p. 215).

⁴¹⁵ A língua dos CONGOS ou BACONGOS. Do vocábulo *kikongo*. K. E. Laman (1936) distribuiu os falares dos bacongos por doze áreas linguísticas, a saber: a) Zona central ou média do “Baixo Congo Belga” (hoje Zaire); b) domínio linguístico do Sul; c) zona leste; d) territórios mais a leste e a sudeste; e) Nordeste; f) Norte; g) área do dialeto bembe; h) Noroeste; i) área do dialeto vili, na costa oeste (este dialeto é falado pelos babilis ou cabindas); j) área do dialeto kakongo; k) área do dialeto ndingi ou ndinzi; l) zona oeste. As formas faladas em cada uma dessas áreas ou zonas apresenta diferenças inclusive lexicais entre si (LOPES, 2012, p. 211).

vindas dos grupos africanos; Analisar algumas palavras de origem africana (*Bantu*) que permeiam em nossos meios sociais, que foram incorporadas a língua portuguesa a partir do período escravocrata, sobrevivendo a higienização e persistindo aos dias atuais.

A nossa atividade estava impregnada de sensibilizações contundentes para a implementação do Artigo 26 A da LDBEN para a promoção de uma Educação Étnico-Racial. Ao longo da atividade, buscamos a partir de laminas de *slides*, vídeos, imagens e livros, para tocar nas perspectivas da Lei Federal 10.639/03 e 11.645/2008, que serviram como estratégias para romper as barreiras do Racismo em prol do respeito, diversidade⁴²⁴ e a igualdade, a partir de práticas e ações educativas, a fim de dialogar e promover a História dos Povos Africanos, Grupos Indígenas e a Cultura Afro-Brasileira na construção história e cultura negra no país.

Do ponto de vista de Nilma Lino Gomes (2003), onde evidencia a seguinte afirmação:

Refletir sobre a cultura negra é considerar as lógicas simbólicas construídas ao longo da história por um grupo sociocultural específico: os descendentes de africanos escravizados no Brasil. Se partirmos do pressuposto de que o nosso país, hoje, é uma nação miscigenada, diríamos que a maioria da sociedade brasileira se encaixa nesse perfil, ou seja, uma grande parte dos brasileiros pode se considerar descendente de africanos (GOMES, 2003, p. 78).

Em outras palavras, mesmo o Brasil tendo um extenso território e de múltiplas diversidades étnicas e culturais, atualmente ainda encontramos barreiras atreladas ao conservadorismo da sociedade, a falta de reflexões sobre as questões raciais nas esferas relacionadas a educação, onde “contribui para que as diferenças de fenótipos entre negros e brancos sejam entendidas com desigualdades naturais” (BRASIL, 2009, p. 219) devido ao “NÃO” lançamento de um olhar mais sensibilizado amparado na afrocentricidade⁴²⁵ “é uma posição intelectual, uma perspectiva política, um paradigma que toma a África como referência para autodefinição assertiva de si mesma e dos povos africanos no continente e fora dele” (MARQUES e NOGUERA, 2013), que promova a reflexão e o respeito no ambiente educacional integrando relações mais igualitárias, sintonia com as exigências das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08 do Artigo 26 A da LDBEN na inserção da temática racial e a pluralidade étnico-racial brasileira nos currículos escolares.

⁴²⁴ Nas palavras de Munis Sodré (2001) a diversidade étnico-cultural nos mostra que os sujeitos sociais, sendo históricos, são também, culturais. Essa constata o indica que   necessário repensar a nossa escola e os processos de forma o docente, rompendo com as práticas seletivas, fragmentadas, corporativistas, sexistas e racistas ainda existentes.

⁴²⁵ Para saber mais sobre Afrocentricidade, buscar Molefi Asante “Afrocentricidade: notas sobre uma posi o disciplinar” In NASCIMENTO, Elisa Larkin. Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. Tradu o Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110.



Figura 5. Slide sobre o Reconhecimento da Ancestralidade.
Fonte e Arte: Wudson Guilherme de Oliveira (professor).

No decorrer das atividades, tivemos a possibilidade de se aproximar a realidade social e étnica dos participantes, facilitadas a partir dos recursos de estratégias áudios visuais, bibliográficas entre outros, corroborando em sintonia com a ludicidade e com a oralidade “Plano de transmissão dos saberes em várias sociedades [...] considera-se que a oralidade é o meio de transmissão de conhecimento de grupos e coletividades tradicionais, em particular, aquelas que não registram seus fenômenos através da escrita” (SILVA, 2003, p. 188), entre outros aspectos para a construção de um pertencimento étnico-racial em relação as culturas que permeiam todas as extensões sociais do Brasil.

Nas realizações das Oficinas/LIVES pelo *Google Meet*, foram apresentados “Diálogos” com o intuito de discutir, analisar e pensar a partir das leituras de laminas dos *Slides*, questões plausíveis para a superação do preconceitos e do Racismo existente em nossos cotidianos, com a intenção de subsidiar discussões mais fundamentadas em prol de um diálogo reflexivo para promover o resgate da memória e identidade⁴²⁶ negra a partir da cultura *Bantu*, assim como os seus aspectos culturais que foram transportados pelos grupos diaspóricos africanos que estão presentes em nossa sociedade.

⁴²⁶ A noção de identidade é abordada por diversas áreas do conhecimento. Portanto, podemos tratar de vários tipos de identidade. No tocante à identidade racial ou étnica, o importante é perceber os seus processos de construção, que podem ser lentos ou rápidos e tendem a ser duradouros. É necessário estar atento aos elementos negativos, como os estereótipos e as situações de discriminação. Além disso, é necessário ater-se à vontade de reconhecimento das identidades étnicas, raciais e de gênero dos indivíduos e dos grupos. Também é preciso compreender que, no mundo contemporâneo, os indivíduos constroem e portam várias identidades (sociais, étnicas e raciais, de faixa etária, gênero e orientação sexual e outros) (BRASIL, 2006, p. 219).



Figura 6. Imagem do *Slide* de alguns dos aspectos culturais introduzido no Brasil pelos Povos *Bantu*.
Fonte e Arte: Wudson Guilherme de Oliveira (professor).

Também realizamos durante as atividades, amostragens de livros que dialogavam com as temáticas pautadas na Educação das Relações Raciais. Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil (GRAÚNA, 2013), História da África e dos africanos na escola (OLIVEIRA, 2012), África para abandonar estereótipos e distorções (PEREIRA, 2012) entre outros. Todos os livros apresentados, tiveram como intuito possibilitar aos Alunos (as), Professores e Coordenadores presentes virtualmente, um maior contato com estes materiais, e assim contribuir com a cidadania plena para uma sociedade mais justa e igualitária.

Todas as ações pedagógicas e afirmativas foram experiências inovadora para muitos dos participantes, onde alguns desmistificaram questões racistas e estereotipadas, vistas como verdades plenas por alguns, em relação as Histórias e Culturas dos Africanos, dos Grupos Indígenas e dos Afro-Brasileiros.

Durante a realização da atividade, percebemos no decorrer da ação afirmativas, que grande parte dos participantes estavam bastante interessados em conhecer um pouco mais sobre as questões relacionadas às diversidades culturais e históricas dos Povos *Bantu*, bem como as Histórias e Culturas dos Africanos, dos Grupos Indígenas e dos Afro-Brasileiros.

CONSIDERAÇÕES

Diante das questões apresentadas neste texto, tentamos mostrar de forma panorâmica as ações afirmativas que conseguimos implementar e atingir a um público bastante significativo na referida instituição privada de educação através de Oficinas/LIVES no *Google Meet* e no “Grupo de Mensagens de *WhatsApp*”.

Entendemos que o Chão da Escola ainda está engessado em relação as questões ligadas a diversidade. Porém não podemos negar que existem variados militantes anônimos na luta para a mudança, pois sabemos que sem a colaboração dos Professores, Diretores, Alunos (as), Pais e toda a sociedade civil, “Negra” e “Não Negra”, não será possível reduzir o Racismo e suas ramificações.

Embora estejamos em tempos de pandemia, a implementação das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008, para a luta a favor de uma Educação Étnico-Raciais, é necessário o seu uso nas “Aulas Remotas” e nas futuras “Aulas Presenciais”, para quem sabe assim, conquistarmos dias melhores no pós pandemia no Chão da Escola.

Referências Bibliografia:

ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar*. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110.

BEAUDOIN, Marie-Nathalie e TAYLOR, Maureen. **Bullying e Desrespeito: como acabar com essa cultura na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. - Brasília: SECAD, 2006.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**, 2009.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CARREIRA, Denise e SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Indicadores da qualidade na educação: Relações raciais na escola / Ação Educativa**, Unicef, SEPPIR, MEC – São Paulo: Ação Educativa, 2013, p. 45.

CUTI. *Moreninho, neguinho pretinho*. **Coleção percepções da diferença negros e brancos na escola – Volume 3** – Brasília: Editora Nove&Dez Criação e Arte, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo** – Educação e Pesquisa, São Paulo, Volume 29, n. 1 jan/fev. 2003.

_____. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. 2010. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. > Acessado em 20 de Julho de 2021.

GRAUNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

LIMA, Mônica. *História da África I*. In: Oliveira, Iolanda (Org.). **Educação das Relações Raciais**. Rio de Janeiro/Niterói: CEAD/UFF, 2016, p. 65-96.

LOPES, Nei. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2006.

_____. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. 4ª ed. – São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Planeta, 2008, p. 31, 67 e 90.

_____. **Novo dicionário banto do Brasil**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

MACHADO, Adilbênia Freire. OLIVEIRA, Eduardo. *Africanidades, Legislação e Ensino: Educação para relações étnico-raciais, lei 10.639, filosofia e ancestralidade*. In: KOMINEK, Andrea Maila Voss; VANALI, Ana Crhistina (Orgs.). **Roteiros temáticos da diáspora: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 49-76.

MALOMALO, Bas'illele. *Uma agenda pan-africanista na década internacional de afrodescendentes*. In: KOMINEK, Andrea Maila Voss; VANALI, Ana Crhistina (Orgs.). **Roteiros temáticos da diáspora: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 467-499.

MARQUES, Bruna. NOGUERA, Renato. *Um olhar afro-centrado sobre os bantos: o perfil étnico dos aportados no Rio de Janeiro (1790-1800)*. In: BERINO, Aristóteles. (Org.). **Diversidade Étnico-Raciais e Educação Brasileira** – Seropédica, UFRRJ: Evangraf, 2013, p. 147-169.

NOGUERA, Renato. *Ubuntu como modo de existir: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista*. **Revista da ABPN**. v. 3, n. 6. nov. 2011 – fev. 2012, p. 147-150.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **História da África e dos africanos na escola: desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de história**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

OLIVEIRA, Wudson Guilherme de. *Diálogos sobre educação étnico-raciais em prol da campanha dos 21 dias de ativismo contra o racismo*. In: XAVIER, Leila da Silva; LACERDA, Luciene da Silva e OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (Orgs.). **21 Dias de Ativismo Contra o Racismo**. Rio de Janeiro: Editora Selo Novo, 2018, p. 112.

_____. FERNANDES, Lygia de Oliveira. *Estéticas negras e a escola: reflexões a partir de conversas com estudante do ensino médio*. In: JÚNIOR, Jonas Alves da Silva; SALES, Sandra Regina e SILVA, Tiago Dionísio da (Orgs.). **Direitos Humanos na Educação Básica: diálogos e interseccionalidades**. Curitiba: CRV, 2019, p. 127-139.

PEREIRA, Amauri Mendes. **África para abandonar estereótipos e distorções**. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

SAFRAN, Willian. *Diaspora in modern societies: myths of homelands and return*. **Diaspora: a Journal of Transnational Studies**. Toronto: University of Toronto Press, v. 1, n. 1, 1991, p. 83-99.

SANT'ANA, Antonio Olímpio. *História e conceitos básicos sobre racismo e seus derivados*. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental, 2004, p. 39-67.

SILVA, Joselina da. **Mulheres negras: histórias de algumas brasileiras**. – 1ª.ed. – Rio de Janeiro: CEAP, 2009. (Cadernos CEAP).

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do educar-se entre afrodescendentes e africanos*. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves & SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil**. Brasília, UNESCO/São Carlos, EdUFSCar, 2003, p. 181-197.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando @ cultura: comunicação e seus produtos**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 165.

WALSH, Catherine. **Pedagogias decoloniais: práticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I Serie Pensamiento Decolonial. Equador: Editora Abya Yala, 2013.

SOBRE OS ORGANIZADORES DA OBRA

Thiago Cedrez da Silva

Doutorando em História (UFPel). Mestre em História (2016) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2013). Especialização em Psicologia e Coaching pela Faculdade Metropolitana-SP (2020). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário; Ensino de História; Coaching; Liderança; Gestão de Pessoas. Atualmente faz parte do quadro de professores convidados do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas-RS.

Edgar Avila Gandra

Graduado em História pela Fundação Universidade do Rio Grande (1995); Mestre em História Ibero-Americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1998) e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é professor Associado II da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) atuando no Departamento de História, no Programa de Pós-Graduação em História – PPGH e no Curso de Educação do Campo. Também lecionou no MBA em Gestão de Pessoas – UNICENTRO-PR. Tem experiência de pesquisa em temáticas sobre História do Trabalho, História Portuária e Movimentos Sociais. Foi Bolsista do Programa de Estágio Sênior Capes no Exterior na Universidade do Porto-PT. Professor Colaborador do CITCEM-Universidade do Porto-PT.

Elvis Silveira Simões

Doutorando em História - UFPel. Mestre em História (2018) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2014). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário. Atualmente exerce a função como professor Municipal na área de História na cidade de Pelotas



Este livro tem como importante objetivo congregar as mais diversas pesquisas e abordagens de estudos ligados as áreas das humanidades. Assim, ele visa trazer a comunidade de pesquisadores debates e estudos que estejam diretas ou indiretamente correlacionados ao saber histórico, e possibilitar, desta maneira, a difusão do saber científico.

A obra em tela se constitui em um conjunto de artigos escritos por autores(as), cujas pesquisas se conectam ou tem como temática central a história, seja através de estudos de caso, estudos bibliográficos, discussões teóricas ou afins.



casalettras.com/academico-livros



9 786589 475194

ISBN: 978-65-89475-19-4